PNPOT

Programa Nacional
da Política de Ordenamento do Território

Avaliação do Programa de Ação 2007-2013

Anexos

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA
dgTerritório Direção-Geral do Território
POAT FEDER programa operacional assistência técnica
QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Ficha Técnica

Título

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 - Anexos

Entidade responsável pela edição

Direcção-Geral do Território

Coordenação Geral
Cristina Cavaco

Coordenação Operacional
Elisa Vilares

Equipa
António Oliveira
Cristina Barbosa
Cristina Gusmão
Luís Pedroso
Margarida Nicolau
Marta Afonso
Marta Magalhães
Nuno Esteves
Rosário Gaspar

Edição digital | *Setembro de 2014*

Direcção-Geral do Território

Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052 Lisboa
Tel. +351.21.381.96.00 | www.dgterritorio.pt |dgterritorio@dgterritorio.pt

Capa

LABDESIGN

***ISBN*: 978-989-98477**

© Propriedade da DGT – Direcção-Geral do Território

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Índice geral

Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) 5
Direção Geral de Saúde (DGS) 5
Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI) 72
Agência Portuguesa do Ambiente (APA) 122
Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI) 256
Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) 291
Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP) 291
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) 311
Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) 320
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) 327
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) 327
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) 327
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alent) 327
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR-Alg) 327
Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) 595
Direção-Geral das Artes (DGA) 630
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) 630
Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) 630
Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) 630
Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) 713
Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) 723
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) 745
Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) 789
Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) 805
Direção-Geral do Território (DGT) 830
Direção-Geral de Educação (DGE) 1009
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) 1009
Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF) 1009
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) 1009
Parque Escolar (PE) 1009
Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) 1061
Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) 1074

Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) 1143
Guarda Nacional Republicana (GNR) 1161
Polícia de Segurança Pública (PSP) 1161
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) 1161
Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) 1161
Polícia Judiciária (PJ) 1161
Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) 1219
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) 1228
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) 1318
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) 1334
Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) 1370
Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) 1465
Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) 1479
Aeroporto da Madeira (ANAM) 1479
Aeroportos de Portugal (ANA) 1479
SATA Gestão de Aeródromos (SATA) 1479
Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) 1515
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) 1523
Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) 1535
Instituto Português da Qualidade (IPQ) 1564
Instituto dos Registo e do Notariado (IRN) 1577
Instituto de Segurança Social (ISS) 1591
Rede Ferroviária Nacional (REFER) 1635
Governo Regional dos Açores (GRA) 1670
Governo Regional da Madeira (GRM) - Serviço Regional de Proteção Civil 1798
Turismo de Portugal (TdP) 1808
Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) 1831
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) 1832
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP) 1835
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) 1837
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) 1838
Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) 1842
Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) 1845

Entidades inquiridas:

Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)
Direção Geral de Saúde (DGS)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*
Medidas Prioritárias	*4.2.1*	*Elaborar e implementar o Plano Nacional de ação Ambiente e Saúde (2007-2010).*
	4.2.3	*Elaborar e implementar, com base nas Redes de Referenciação, um Plano Nacional da Rede Hospitalar e requalificar as Redes de Urgência Geral e Obstétrica, tendo em vista a melhoria da acessibilidade da população a serviços de qualidade e em segurança, adaptando a oferta às evoluções regionais da demografia, da morbilidade e dos sistemas de povoamento e de acessibilidades (2007-2013).*
	4.2.4	*Dotar a rede de cuidados de saúde primários dos meios e valências necessários a um eficaz desempenho, densificando os equipamentos nas áreas periurbanas de rápido crescimento, e desenvolver Unidades de Saúde Familiares em todo o território nacional, próximas dos cidadãos com garantia de qualidade uniforme e de igualdade de acesso (2007-2013).*
	4.2.5	*Promover a articulação dos serviços de saúde com as comunidades multiculturais, garantindo o seu acesso ao sistema de saúde (2007-2013).*
	4.2.6	*Desenvolver parcerias público-públicas ao nível regional e local, em especial com as autarquias, para facilitar o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde de proximidade e implementar Serviços Comunitários de Proximidade no apoio integrado aos idosos, particularmente no apoio domiciliário, incentivando o contributo do voluntariado jovem como forma de aproximação geracional e de solidariedade (2007-2013).*
	4.2.7	*Desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas (2007-2013)*
	4.2.8	*Elaborar a rede nacional de diagnóstico e prestação de cuidados através do uso da informática e telecomunicações e desenvolver a aplicação das novas tecnologias no acesso à prestação de cuidados de saúde primários, sobretudo em meio rural, implementando o conceito de "e-saúde" (2007-2013).*
	4.2.9	*Garantir a cobertura da totalidade do território continental pelos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) e pelas Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER), consolidar o sistema integrado de transporte secundário devidamente coordenado centralmente e definir uma rede de heliportos e locais de aterragem de emergência devidamente certificados para voos de emergência médica (2007-2013).*
	4.2.10	*Desenvolver a Rede de Serviços de Saúde Pública, assegurando adequados dispositivos de vigilância sanitária e de proteção da saúde e prevenindo situações de risco (2007-2008).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.1

Elaborar e implementar o Plano Nacional de ação Ambiente e Saúde (2007-2010).

Respondido pela DGS

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Saúde e Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Total de 10 Ministérios, com o envolvimento previsto de 40 organismos

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência Portuguesa do Ambiente

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Integração de Informação e Investigação Aplicada

Ação Programática		**Domínio**
Ação I.1	Quadro de referência e programa de monitorização complementar no domínio água Proceder ao levantamento das necessidades de monitorização de poluentes, identificar indicadores de contaminação, em massas de água usadas para captação de água para consumo humano, águas piscícolas e conquícolas e elaborar um Programa de Monitorização complementar.	**Água**
Ação I.2	Estudo de fatores de risco para a saúde associados a águas de recreio e lazer	**Água**

	Proceder ao estudo dos fatores de risco para a saúde humana associados às águas costeiras e interiores, aquando da prática de desportos náuticos e delinear um quadro conceptual que viabilize futuras tomadas de decisão no âmbito da vigilância epidemiológica e/ou monitorização ambiental.	
Ação I.3	SISTEMATIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE ÁGUAS TERMAIS Aprofundar e ampliar o conhecimento sobre os benefícios para a saúde humana decorrentes da utilização de águas termais, com base na informação disponível nos estabelecimentos termais em funcionamento, avaliando dados clínicos e epidemiológicos relevantes.	**ÁGUA**
Ação I.4	ESPACIALIZAÇÃO DE DADOS RELATIVOS A QUALIDADE DO AR Desenvolver um sistema nacional de informação georreferenciada que identifique áreas de excedência e avalie a população exposta a níveis de poluentes atmosféricos acima dos regulamentados.	**AR**
Ação I.5	CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE VIGILÂNCIA DOS EFEITOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS À EXPOSIÇÃO A POLUENTES ATMOSFÉRICOS NO AR AMBIENTE Desenvolver um sistema de informação e avaliação integrado e georreferenciado dos efeitos na saúde humana, a curto e longo prazo, associados à exposição aos poluentes atmosféricos no ar ambiente.	**AR**
Ação I.6	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO E/OU MONITORIZAÇÃO DE POLUENTES NO SOLO E MATERIAIS SEDIMENTARES Identificar, avaliar e monitorizar os locais do território nacional cujos solos e materiais sedimentares estão contaminados ou suscetíveis de o serem, identificando os respetivos contaminantes.	SOLO E SEDIMENTOS
Ação I.7	LEVANTAMENTO DE EFEITOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS A POLUENTES PRESENTES EM SOLOS E MATERIAIS SEDIMENTARES E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO Sistematizar os efeitos na saúde humana associados a solos e materiais sedimentares contaminados, definindo e implementando uma estratégia de intervenção.	SOLO E SEDIMENTOS
Ação I.8	LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA A SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PRODUZIDAS, IMPORTADAS E UTILIZADAS Proceder ao levantamento das substâncias químicas produzidas, importadas e utilizadas em Portugal, criando e mantendo atualizado um Inventário Nacional das Substâncias Químicas.	QUÍMICOS
Ação I.9	LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA A ALTERAÇÕES DO ESTADO DE SAÚDE ASSOCIADAS À INGESTÃO DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS CONTAMINADOS Sistematizar a informação disponível relativa às alterações do estado de saúde associadas à ingestão de géneros alimentícios contaminados, avaliando a respetiva incidência e implementando um procedimento de registo das ocorrências verificadas.	ALIMENTOS

AÇÃO I.10	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO E/OU VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE EFEITOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS À EXPOSIÇÃO A RUÍDO AMBIENTE Compreender melhor as relações entre a exposição a ruído ambiente (exterior e interior) e efeitos na saúde, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da população.	RUÍDO
AÇÃO I.11	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO E/OU VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE EFEITOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS À EXPOSIÇÃO A RUÍDO NO LOCAL DE TRABALHO Compilar os estudos efetuados relacionados com a exposição a ruído no local de trabalho, criando uma base de dados que integre a informação relativa a níveis de pressão sonora, surdez profissional e/ou degradação da audição, por tipo de atividade/tecnologia, e que aprofunde o conhecimento das relações entre a exposição ao ruído e a outros fatores físicos e químicos, enquanto fatores de risco para a saúde dos trabalhadores, bem como sobre os efeitos do ruído em grupos de trabalhadores mais vulneráveis.	RUÍDO
AÇÃO I.12	SISTEMATIZAÇÃO DOS EFEITOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS A PARÂMETROS DE CONFORTO E BEM-ESTAR DOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS E A TÉCNICAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO Proceder ao levantamento de estudos em parâmetros de conforto e bem-estar associados aos espaços construídos e de materiais e técnicas de construção, bem como dos respetivos efeitos na saúde dos ocupantes, por tipologia de espaço construído.	ESPAÇOS CONSTRUÍDOS
AÇÃO I.13	ESTUDO DA INFLUÊNCIA DE ESPAÇOS VERDES URBANOS E EQUIPAMENTOS DE DESPORTO/LAZER NA ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS Identificar as características dos espaços verdes e equipamentos de desporto e lazer que mais contribuem para a adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis e desenvolver orientações quanto às características dos mesmos.	ESPAÇOS CONSTRUÍDOS
AÇÃO I.14	SISTEMATIZAÇÃO DOS EFEITOS NA SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS À EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS NÃO-IONIZANTES E LEVANTAMENTO DE FONTES EMISSORAS Proceder à sistematização da informação relativa aos efeitos na saúde humana associados à exposição a radiações não-ionizantes e inventariação das estações relevantes existentes no território nacional, criando, em áreas sensíveis, um sistema de monitorização dos níveis de radiação eletromagnética e de vigilância epidemiológica.	RADIAÇÕES
AÇÃO I.15	INVESTIGAÇÃO EM FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS E RESPECTIVOS EFEITOS NA SAÚDE Identificar lacunas de conhecimento sobre os riscos e fatores protetores para a saúde associados a fenómenos meteorológicos extremos, visando adotar estratégias mais efetivas de prevenção e redução de riscos, designadamente no desenvolvimento de um quadro conceptual de recomendações baseadas na evidência, e promover a investigação sobre os	FENÓMENOS METEOROLÓGICOS

	impactes desses fenómenos na saúde humana.	
Ação I.16	Criação de Sistema de Indicadores Ambiente e Saúde Definir um sistema de indicadores de Ambiente e Saúde e criar mecanismos para a sua atualização permanente.	Transversal
Ação I.17	Integração de informação por Domínio Prioritário e identificação de zonas de risco potencial Integrar de forma sistematizada a informação produzida no âmbito do Vetor I, por Domínio Prioritário do PNAAS, e proceder à identificação de zonas de risco potencial, que constituirão zonas prioritárias de intervenção.	Transversal
Ação I.18	Criação de Rede de Informação Ambiente e Saúde dirigida a profissionais Constituir uma Rede de Informação Ambiente e Saúde, acessível aos grupos profissionais interessados.	Transversal

Prevenção, Controlo e Redução de Riscos

Ação Programática		**Domínio**
Ação II.1	Sistema de previsão da qualidade do ar e alerta à população Consolidar um sistema de previsão da qualidade do ar e implementar mecanismos adequados de comunicação à população de situações de risco para a saúde humana resultantes de contaminação atmosférica.	Ar
Ação II.2	Quadro de intervenção em matéria de desreguladores endócrinos Desenvolver um Programa Nacional para Desreguladores Endócrinos que defina as prioridades e o quadro de intervenção, implementando projetos nacionais, na vertente humana, animal e ambiental.	Químicos
Ação II.3	Quadro de intervenção em matéria de atividades de desinfestação Regulamentar o exercício das atividades de desinfestação a nível nacional e garantir o seu regular acompanhamento.	Químicos
Ação II.4	Programa nacional integrado de biomonitorização Desenvolver um Programa Nacional Integrado de Biomonitorização, a aplicar de forma faseada, em função da definição de prioridades estabelecida.	Químicos
Ação II.5	Planos Locais de ação em Habitação e Saúde Desenvolver a matriz para Planos Locais de Ação em Habitação e Saúde e a metodologia para a sua implementação por Municípios interessados.	Espaços Construídos
Ação II.6	Controlo do radão em habitações Desenvolver campanhas que contribuam para que sejam respeitadas as recomendações relativamente às concentrações anuais de radão nas habitações em Portugal.	Radiações

Ação II.7	Harmonização de práticas relativas à gestão de resíduos radioativos Harmonizar práticas de gestão de resíduos radioativos, a implementar no quadro dos programas já existentes a nível regional e nacional, com as Instituições que os produzem ou com competências na sua gestão.	Radiações
Ação II.8	Sistema de informação, registo e alerta para fenómenos meteorológicos extremos e situações de maior risco de exposição a radiação ultravioleta Criar um sistema integrado de informação, registo e alerta para fenómenos meteorológicos extremos e situações de maior risco de exposição a radiação ultravioleta, ou introduzir melhorias aos já existentes.	Fenómenos Meteorológicos
Ação II.9	Sistema de alerta e resposta a questões emergentes Planear as respostas apropriadas a questões emergentes, em articulação com os modelos instituídos nas redes internacionais, criando um sistema integrado de monitorização e vigilância permanentes na área Ambiente e Saúde e implementando um sistema de resposta integrada, que possibilite intervenções atempadas e apropriadas conducentes à diminuição dos efeitos dos fatores de risco na saúde.	Transversal

Informação, Sensibilização, Formação e Educação

Ação Programática		**Domínio**
Ação III.1	Manuais de Boas Práticas Ambiente e Saúde Inventariar os Manuais/Guias de Boas Práticas relativos às matérias constitutivas dos Domínios Prioritários do PNAAS e identificar lacunas de informação, ao nível das Boas Práticas, propondo a elaboração dos Manuais/Guias entendidos como necessários.	Transversal
Ação o III.2	Informação e sensibilização do Público em geral e/ou sectores específicos Promover a sensibilização do público em geral e/ou dos profissionais ligados a sectores específicos, divulgando informação e melhorando os conhecimentos relativos à inter-relação Ambiente e Saúde.	Transversal
Ação III.3	Formação Ambiente e Saúde Desenvolver ações de formação dirigidas a grupos profissionais específicos no âmbito dos Domínios Prioritários do PNAAS de acordo com as necessidades identificadas e em função das prioridades definidas.	Transversal
Ação III.4	Educação Ambiente e Saúde Promover a atualização sistemática dos conteúdos dos *curricula* escolares no âmbito da temática Ambiente e Saúde e a construção e divulgação de materiais de apoio ao *curriculum*.	Transversal

Concertação de Políticas e Comunicação do Risco

AÇÃO PROGRAMÁTICA		DOMÍNIO
AÇÃO IV.1	INOVAÇÃO EM POLÍTICAS DE AMBIENTE E SAÚDE Contribuir para o desenvolvimento de cenários inovadores para uma política de Ambiente e Saúde em Portugal.	TRANSVERSAL
AÇÃO IV.2	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO RISCO Definir modelos e linhas de orientação para comunicação do risco e planear e implementar estratégias neste âmbito.	TRANSVERSAL
AÇÃO IV.3	MEDIDAS LEGISLATIVAS, LINHAS ORIENTADORAS E PROPOSTAS DE INCENTIVOS POR DOMÍNIO PRIORITÁRIO Levantamento e permanente atualização da legislação aplicável e das linhas orientadoras e/ou recomendações, por Domínio Prioritário do PNAAS e identificar medidas e incentivos a condições ou práticas ambientais, nos diversos Domínios Prioritários do PNAAS, que se possam traduzir na prevenção ou redução de efeitos adversos na saúde, na perspetiva da sustentabilidade.	TRANSVERSAL

Articulação com as Iniciativas Internacionais de Ambiente e Saúde

AÇÃO PROGRAMÁTICA		DOMÍNIO
AÇÃO V.1	ARTICULAÇÃO COM OS PLANOS EUROPEUS Assegurar a articulação com o Plano de Ação Europeu Ambiente e Saúde e outros Planos Nacionais neste contexto, explorando plataformas de cooperação.	TRANSVERSAL
AÇÃO V.2	NORMAS, ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS Contribuir para uma reflexão sobre eventuais alterações em aspetos específicos do quadro legal português e em linhas orientadoras e/ou recomendações por Domínio Prioritário do PNAAS, tendo por base as diretrizes de Organismos Internacionais de Referência e uma análise comparativa dos quadros legislativos de países da União Europeia em matéria de Ambiente e Saúde.	TRANSVERSAL

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Face aos constrangimentos financeiros observados no início da implementação do Plano, este sofreu algum atraso, tendo havido necessidade de priorizar as Ações passíveis de ser desenvolvidas com os recursos disponíveis:

- **Ação I.3** "Sistematização dos benefícios para a saúde decorrentes da utilização de águas termais" – EP Água;

- **Ação I.6** "Levantamento dos locais contaminados e/ou suscetíveis de poluição antropogénica e geogénica, com base em dados históricos disponíveis nas várias Instituições" – EP Solo e Sedimentos;
- **Acão II.1** "Sistema de previsão da qualidade do ar e alerta à população" – EP Ar;
- **Ação II.3** "Quadro de intervenção em matéria de atividades de desinfestação" – EP Químicos;
- **Ação II.5** "Planos locais de ação em habitação e saúde" – EP Espaços Construídos;
- **Ação III.4** "Educação Ambiente e Saúde" – EP Transversal;
- **Ação V.1** "Articulação com os planos europeus" – EP Transversal.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foi atribuída verba específica para a implementação do PNAAS na sequência da sua aprovação, pelo que este constrangimento condicionou a concretização das Ações Programáticas estabelecidas, bem como a normal execução do Plano.

Os recursos humanos consistiram nos técnicos dos correspondentes organismos participantes afetos (muito parcialmente) a esta atividade.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Face às restrições Orçamentais dos vários Ministérios envolvidos e ao volume de ações previstas, apenas 30% das ações foram iniciadas e ou concluídas, ficando por executar aproximadamente 70% das ações do Plano.

Este levantamento consta do relatório intercalar de avaliação e disponível no site da DGS (colocar link para o site).

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Relatório intercalar de avaliação, disponível no site da Direção-Geral da Saúde, em Saúde de A a Z/P/Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Escassez de recursos financeiros e humanos afetos aos vários Ministérios para a execução das Ações do Plano.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As medidas contribuíram positivamente para a prossecução dos objetivos estratégicos, no entanto dada a baixa execução do Plano não tiveram muita relevância.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Por falta de recursos financeiros e humanos, para a grande maioria das ações preconizadas, não foi possível atingir os objetivos propostos, exceto no que se refere à pesquisa documental e a referente aos Planos Locais de Habitação e Saúde.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Focar-se na Criação de Sistema de Indicadores Ambiente e Saúde, com a Definição de um sistema de indicadores de Ambiente e Saúde e criação de mecanismos para a sua atualização permanente.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.2.3

Elaborar e implementar, com base nas Redes de Referenciação, um Plano Nacional da Rede Hospitalar e requalificar as Redes de Urgência Geral e Obstétrica, tendo em vista a melhoria da acessibilidade da população a serviços de qualidade e em segurança, adaptando a oferta às evoluções regionais da demografia, da morbilidade e dos sistemas de povoamento e de acessibilidades (2007-2013).

Respondido pela ACSS

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administração Central do Sistema de Saúde.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações Regionais de Saúde, Direção-Geral da Saúde e Ordem dos Médicos.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

No período de 2007-2011 - Elaboração das Redes de Referenciação Hospitalar (RRH) de Gastrenterologia, Dermatologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Psiquiatria da Infância e da Adolescência, Medicina Nuclear, Medicina Interna, Anestesiologia, Cirurgia Geral, Ortopedia, Intervenção Cardiológica (revisão da RRH aprovada em 2001) e Endocrinologia.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No período de 2007-2011 :

- Elaboração e aprovação ministerial das RRH de Gastrenterologia, Dermatologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Psiquiatria da Infância e da Adolescência e Medicina Nuclear.

- Elaboração e proposta de aprovação das RRH de Medicina Interna, Anestesiologia, Cirurgia Geral, Ortopedia, Intervenção Cardiológica (revisão da RRH aprovada em 2001) e Endocrinologia.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

As RRH referidas no ponto i) de A2c. foram elaboradas por grupos de trabalho, a funcionar junto da ACSS, que contaram com a participação de peritos das referidas especialidades, que exerciam funções nos hospitais das várias tipologias.

Os documentos consensualizados, pelos grupos de trabalho, foram enviados às ARS para pronúncia, nomeadamente no que se referia à arquitetura das redes. Os custos financeiros dizem respeito aos custos com publicações.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não foi realizada a elaboração de todas as RRH, que sustentarão uma rede hospitalar nacional, tendo sido iniciados trabalhos cujas conclusões e ou recomendações poderão vir a contribuir para a elaboração de "*uma rede hospitalar nacional*" e para a revisão da Rede Nacional de Emergência e Urgência.

Concretamente:

i) Do relatório "*Os Cidadãos no Centro do Sistema, Os Profissionais no Centro da Mudança*", apresentado em novembro de 2011, pelo Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar (GTRH), criado pelo Despacho n.º 10601/2011 de 16 de agosto, do Ministro da Saúde, resultou um conjunto de Iniciativas Estratégicas corporizadas, cada uma, por um conjunto de medidas, entre as quais a medida 1. "*Elaboração da Rede de Referenciação Hospitalar*", do primeiro Eixo Estratégico "*Uma Rede Hospitalar mais Coerente*".

   Conforme consta do referido relatório "*As redes de referenciação hospitalar (RRH) têm por objetivo estabelecer, nas diferentes especialidades médicas e cirúrgicas, a articulação entre hospitais do SNS, de modo a garantir a prestação de cuidados adequados às necessidades dos doentes no local de atendimento que disponha de diferenciação técnica e tecnológica para disponibilizar a resposta que é exigida pela situação clínica".*

   Neste sentido foi preparada uma proposta de metodologia e estrutura homogénea a aplicar para a revisão/elaboração das RRH de molde a, designadamente, proceder à atualização das 23 RRH elaboradas e das RRH das especialidades ainda não contempladas, a qual aguarda, ainda, decisão superior.

ii) Através do Despacho nº 13377/2011, de 23 de setembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, foi criada a Comissão Nacional para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência (CRRNEU), da qual a ACSS não fez parte.
   O Relatório da CRRNEU, "Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência - Proposta CRRNEU" foi apresentado em fevereiro de 2012.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
RRH elaboradas	Nº			-	-	12	2007-2011

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A alocação de recursos médicos especialistas, uma vez que a ACSS não dispões destes recursos especializados, tendo que se recorrer à designação de peritos externos, que desempenham funções no SNS, para levar a cabo este trabalho suplementar.

Adoção de metodologias e de estruturas organizativas diversas, na elaboração das várias redes.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As RRH elaboradas permitem estabelecer, nas respetivas especialidades, a articulação entre hospitais do SNS, de modo a garantir uma prestação de cuidados mais adequada às necessidades dos utentes.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Aquém, já que o processo de revisão de todas as RRH não foi concluído, tendo sido, entretanto criados o Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar e a Comissão Nacional para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência (CRRNEU).

O Governo assumiu no Memorando de Entendimento celebrado com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional o compromisso de melhorar o desempenho e aumentar o rigor na gestão dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde através da utilização otimizada e eficiente dos recursos disponíveis, e continuando a assegurar o direito constitucional de proteção da saúde. Neste sentido, pelo Despacho do Ministro da Saúde n.º 10601/2011, de 16 de agosto, foi criado o Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar (GTRH) com a missão de propor um conjunto de medidas que visem reorganizar a rede hospitalar através de uma visão integrada e racional do sistema de saúde.
As recomendações que o GTRH apresentou ao Governo, em novembro de 2011, têm como objetivo a melhoria da qualidade, a melhoria do nível de eficiência e o aumento da produtividade dos diferentes recursos empregues na produção de cuidados de saúde nos hospitais do SNS.

Do despacho que criou a CRRNEU determina-se que a mesma deverá produzir:
a) Relatório sobre as atuais condições de acesso e de resposta na Emergência Pré-Hospitalar e nas Urgências Hospitalares;
b) Parecer sobre o impacto no acesso, circuitos de referenciação e recursos dos possíveis cenários de alteração e de evolução da Rede;
c) Proposta para a estratégia de desenvolvimento da resposta de Emergência Pré- Hospitalar e da Rede de Urgência e para as necessidades de formação e recursos profissionais, a contratualização, gestão e sustentabilidade dos Serviços de Urgência (SU).

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

As Redes de Referenciação Hospitalar (RRH) são sistemas através dos quais se pretende regular as relações de complementaridade e de apoio técnico entre todas as instituições hospitalares, de modo a garantir o acesso dos doentes aos serviços e unidades prestadoras de cuidados de saúde, sustentado num sistema integrado de informação interinstitucional.

Deste modo, a implementação desta medida, ainda que não plenamente concretizada no período 2007-2013, contribuirá para a melhoria da qualidade, do nível de eficiência e para o aumento da produtividade dos diferentes recursos empregues na produção de cuidados de saúde nos hospitais do SNS, através da definição das formas de complementaridade e de apoio técnico entre as várias instituições hospitalares.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Deverá ser adotada uma estrutura homogénea a aplicar para a revisão/elaboração das RRH e as mesmas deverão ser elaboradas para períodos de cinco anos, sendo que, após este prazo devem ser revistas.

A8. Observações complementares

Na sequência do despacho n.º 6250/2013, de 3 de maio, do Senhor Ministro da Saúde, iniciaram-se os trabalhos que vista ao desenvolvimento e implementação do sistema de informação geográfica de planeamento em saúde (SIGPS).

O SIGPS irá centralizar informação relevante, quer do lado da procura de cuidados de saúde (e.g. demográfica e epidemiológica), quer do lado da oferta, designadamente, a caracterização dos recursos, unidades de saúde e equipamentos disponíveis. Com o SIGPS, o Ministério da Saúde disporá de um sistema integrado de planeamento para suportar os processos de planeamento estratégico e operacional das redes de cuidados de saúde aos diversos níveis (hospitalares, primários e continuados), ajudando na adequação permanente da rede e da sua atividade às necessidades da população e à situação sociodemográ-fica do país. Em suma, pretende-se aproximar a oferta da procura de cuidados de saúde.

O SIGPS será constituído por duas componentes, planeamento e geográfica e fornecerá ferramentas de apoio ao planeamento e financiamento da rede de serviços de saúde, recolha, produção e análise estatística, de georreferenciação de serviços e de ocorrências, com expressão espacial.

A ACSS pretende a implementação de um sistema modular e aberto, que possa ser evolutivo e alterável em função das necessidades que venham a identificar-se ao nível do Ministério da Saúde, estando determinada a afetação de equipas multidisciplinares à implementação do SIGPS, nos serviços utilizadores (ACSS, ARS e DGS).

Medida Prioritária 4.2.4

Dotar a rede de cuidados de saúde primários dos meios e valências necessários a um eficaz desempenho, densificando os equipamentos nas áreas periurbanas de rápido crescimento, e desenvolver Unidades de Saúde Familiares em todo o território nacional, próximas dos cidadãos com garantia de qualidade uniforme e de igualdade de acesso (2007-2013).

Respondido pela ACSS

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações Regionais de Saúde (ARS), através dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Sim. A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e a Direção-Geral de Saúde (DGS), enquanto entidades que congregam informação de base regional.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Criação ou recuperação de infraestruturas físicas para a implementação de unidades funcionais dos centros de saúde e das extensões de saúde;

- Alargamento do número de Unidades de Saúde Familiar (USF) em atividade no país, aumentando a percentagem de população coberta por este tipo de unidade funcional.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Realização de investimentos por parte das ARS (muitos deles com apoio de fundos comunitários) que permitiram criar ou recuperar edifícios para a prestação de cuidados de saúde primários à população;

- Implementação de novas USF por todo o país, aumentando a percentagem da população que se encontra coberta por este tipo de resposta.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

- Foram aplicados valores financeiros significativos por parte das ARS na criação/recuperação de edifícios para a prestação de cuidados de saúde primários, recorrendo quase sempre a fundos comunitários;

- Foram contratados recursos humanos (nomeadamente médicos e enfermeiros) para facilitar a constituição de USF e foram também fomentados processos de mobilidade de profissionais (entre unidades de cuidados de saúde primários e/ou entre unidades hospitalares e de cuidados de saúde primários) que facilitassem a criação destas Unidades.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sim, foi proposta a operacionalização das USF Modelo C, de forma a incentivar a criação de mais USF e a aumentar a cobertura da população em termos de médico de família. Considerando as disposições legais em vigor, o modelo C de USF constitui um modelo experimental que pressupõe um grau de autonomia distinto face às restantes tipologias de USF, bem como assume um caráter supletivo relativamente às eventuais insuficiências de meios próprios do setor público, devendo, pois, localizar-se em áreas onde comprovadamente se confirme a existência de cidadãos sem médico de família atribuído.

A proposta de implementação experimental que foi apresentada pressupõe, apenas, a possibilidade de abertura deste modelo de USF às iniciativas do setor social e cooperativo, em número a apurar, sendo que o processo de seleção e adjudicação envolve o recurso a mecanismos concorrenciais.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Inscritos ativos em USF/Nº total de inscritos em unidades de Cuidados de Saúde Primários	%	27%	2009	-	-	46%	2013
Número de USF	Nº	231	2009	-	-	394	2013

Designação	**Unid**	**Base 2009**					
		ARSN	**ARSC**	**ARS LVT**	**ARS Alent**	**ARS Alg**	**Total 2009**
Inscritos em USF	nº	1.334.499	317.737	874.245	84.714	90.700	**2.701.895**
Número total de inscritos em CSP	nº	4.036.351	1.954.835	4.217.663	585.565	509.149	**11.303.563**
Proporção de inscritos em USF	%	33,1%	16,3%	20,7%	14,5%	17,8%	**23,9%**
Número de USF	nº	111	27	79	6	8	**231**
Número total de Unidades Funcionais - USF e UCSP_	nº	312	125	227	53	26	**743**
Proporção de USF/total de Unidades Funcionais - USF e UCSP	%	35,6%	21,6%	34,8%	11,3%	30,8%	**31,1%**
Designação	**Unid**	**Resultados 2013**					
		ARSN	**ARSC**	**ARS LVT**	**ARS Alent**	**ARS Alg**	**Total 2013**
Inscritos em USF	nº	2.334.634	482.279	1.642.254	169.817	104.764	**4.733.748**
Número total de inscritos em CSP	nº	3.765.103	1.761.219	3.707.356	509.052	449.478	**10.192.208**
Proporção de inscritos em USF	%	62,0%	27,4%	44,3%	33,4%	23,3%	**46,4%**
Número de USF	nº	200	45	124	15	9	**393**
Número total de Unidades Funcionais - USF	nº	365	145	260	56	26	**852**

e UCSP_							
Proporção de USF/total de Unidades Funcionais - USF e UCSP	%	54,8%	31,0%	47,7%	26,8%	34,6%	**46,1%**

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

É produzido mensalmente um relatório que monitoriza o número de candidaturas apresentadas para a criação de USF, assim como o número destas equipas que estão em atividade (disponível em página eletrónica da ACSS, em www.acss.min-saude.pt)

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

- Sendo um processo de adesão voluntária por parte dos profissionais (médicos, enfermeiros e assistentes técnicos), é fundamental que exista interesse daqueles para que as USF sejam criadas;

- Por outro lado, a criação de USF está, frequentemente, associada à necessidade de se efetuarem investimentos na melhoria das condições de trabalho das equipas (novas estruturas físicas, melhoria dos sistemas de informação, entre outras), e ao aumento dos valores remuneratórios a pagar aos profissionais destas equipas (devido à existência de incentivos institucionais e financeiros associados ao desempenho) o que constitui uma dificuldade acrescida em períodos de grande contenção económico-financeira como aqueles que se têm vivido nos últimos anos em Portugal.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A melhoria das condições físicas para a prestação de cuidados de saúde primários e o alargamento do número de USF permitem um aumento da cobertura da população em termos de médicos de família e uma melhoria do acesso aos cuidados de saúde primários, porquanto estas Unidades funcionam de forma integrada, garantindo um sistema de inter-substituições que permite uma resposta permanente aos seus utentes, uma maior personalização do contacto com o médico assistente, um menor tempo de espera pela consulta regular, um mais alto grau de satisfação de utentes e profissionais e até no menor dispêndio em medicamentos e meios de diagnóstico, com redução de redundâncias e de variações terapêuticas.

(Não existe ainda um sistema de monitorização do tempo de espera para marcação de consultas em

CSP, informatizado, global para todo o tipo de solicitações, e que seja uniforme e homogéneo para USF e UCSP)

O grau de satisfação de utentes e profissionais é percecionado e inferido dos questionários de satisfação efetuados em USF, por comparação ao modelo organizacional anterior (centro de saúde/UCSP). Muitas USF/ULS/ARS monitorizam a satisfação dos seus utilizadores com alguma periodicidade.

Apresenta-se o *link* de um exemplo de MONITORIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DAS USF, datado de 2009:

http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/publicacoes/estudos/satisfacao+usf.htm

Em 2014 irá decorrer uma avaliação de satisfação de utilizadores de todas as USF e de cerca de 60 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), de âmbito nacional, pela 1ª vez.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considerando as mais-valias associadas à criação de USF, pretende-se que a maior quantidade possível de população esteja inscrita neste tipo de unidade Funcional (no final de 2013, a percentagem de inscritos em USF era "apenas" de 46%, conforme se apresentou anteriormente).

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A reestruturação das condições físicas para a prestação de cuidados de saúde primários e a criação de USF contribui para reforçar a edificação dos cuidados primários como pilar do Sistema de Saúde, possibilitando o desenvolvimento de uma inovadora estrutura organizacional com autonomia funcional. As características desta nova abordagem pioneira na administração pública permitiu desencadear processos motivacionais e responsabilizantes dos profissionais de saúde que têm merecido o elogio de várias instâncias nacionais e internacionais, na medida em que torna possível alcançar uma significativa mais-valia técnica e científica para benefício dos utentes, levando os cuidados de saúde primários para uma dinâmica próxima dos serviços hospitalares, com a implementação de princípios de governação clínica, com o estabelecimento de reuniões multidisciplinares periódicas, com discussão de casos clínico, revisões de temas e análise e discussão de indicadores e resultados.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

- Novos modelos de implementação de USF (nomeadamente as já referidas USF Modelo C) e de financiamento para as Unidades Funcionais dos cuidados de saúde primários;

- Reforço da pro-atividade por parte de ARS e ACES na implementação de USF;

- Alargamento do âmbito da atividade das Equipas Regionais de Apoio das ARS (ERAs);

- Fomentar a "*integração de cuidados de saúde*", com o pressuposto de que uma prestação com melhores níveis de integração de cuidados de saúde permitirão alcançar também melhores níveis de desempenho nas organizações e nos sistemas de saúde.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.2.5

Promover a articulação dos serviços de saúde com as comunidades multiculturais, garantindo o seu acesso ao sistema de saúde (2007-2013).

Respondido pela DGS

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral da Saúde e Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações Regionais de Saúde (ARS) e respetivos Agrupamentos de centros de Saúde (ACES), Unidades Locais de Saúde (ULS) e Hospitais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração da estrutura operativa da execução do "Eixo Saúde" da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Campanhas de informação, ações de sensibilização e de formação.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Em elaboração, a estrutura operativa da execução do "Eixo Saúde" da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos Humanos: - Interlocutores a nível regional (ARS) e local (ACES, ULS e Hospitais).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As constantes do "Eixo Saúde" da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Desadequação entre as medidas constantes do "Eixo Saúde" da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas e as competências (técnico normativas) da entidade, no Ministério da Saúde, a quem está atribuída a responsabilidade da respetiva execução.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante [0] [1] [2] [3] [4] Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Ainda não detetável o grau de impacte.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Ainda não avaliado.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Ainda não mensuráveis.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Maior adequação à estrutura orgânica dos serviços do Ministério da Saúde e às especificidades locais nos serviços prestadores de cuidados.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.2.6

Desenvolver parcerias público-públicas ao nível regional e local, em especial com as autarquias, para facilitar o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde de proximidade e implementar Serviços Comunitários de Proximidade no apoio integrado aos idosos, particularmente no apoio domiciliário, incentivando o contributo do voluntariado jovem como forma de aproximação geracional e de solidariedade (2007-2013).

Respondido pela ACSS

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Coordenação Nacional da Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados (Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados até 2012 e ACSS depois de 2012); Instituto de Segurança Social; Administrações Regionais de Saúde; Instituto Português de Desporto e Juventude

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autarquia Locais; Administrações Regionais de Saúde (ARS), através dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) - Cuidados de Saúde Primários

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Definição do número de lugares de internamento das diferentes tipologias, equipas domiciliárias (ECCI – Equipas de Cuidados Continuados Integrados) e unidades de ambulatório (UDPA – Unidades de Dia e Promoção de Autonomia) da RNCCI e planeamento Regional com as ARS para o apoio continuado às pessoas em situação de fragilidade ou com doença crónica e a cidadãos em situação de dependência transitória ou permanente;

Criação de aplicativo informático de monitorização da RNCCI;

Parceria com os Cuidados de Saúde Primários para implementação de ECCI;

Envolvimento das Autarquias na implementação de respostas da RNCCI;

Implementação de Cuidados Paliativos enquadrados por Programa Nacional;

Monitorização dos requisitos dos acordos através de grelhas de acompanhamento aplicadas pelas Equipas de Coordenação Local – ECL;

Auditorias externas;

Avaliação da satisfação dos utentes da RNCCI.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As previstas exceto a implementação das Unidades de Dia e Promoção de Autonomia (UDPA).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

311 profissionais pertencentes às equipas de coordenação regional - ECR (sediadas nas ARS), às equipas de coordenação local (ECL) e à coordenação nacional da RNCCI/ACSS.

721.350.515 € relativos a despesas totais de funcionamento (saúde e segurança social) e investimento (saúde). As despesas de funcionamento na área da saúde correspondem a 489.262.753 €. As despesas de funcionamento da segurança social correspondem a 125.732.126 €.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Implementação das UDPA;

Interrupção das auditorias externas em 2011, por restrições de financiamento.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Nº de camas existentes/previstas na RNCCI	%	1808	2007	6711	2013	99%	2013
% de ACES com ECCI				100%	2013	100%	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Relatórios semestrais e anuais de monitorização do desenvolvimento e da atividade da RNCCI

A monitorização semestral e anual da evolução dos lugares de internamento e domiciliários, a nível nacional e regional, com cobertura populacional relacionada com a população com idade superior a 65 anos, permite uma avaliação das regiões com maior e menor cobertura e definir prioridades de implementação regional para a cobertura adequada de cuidados de proximidade para o apoio continuado às pessoas em situação de fragilidade ou com doença crónica e a cidadãos em situação de dependência transitória ou permanente.

Análise dos resultados da aplicação das grelhas de acompanhamento pelas ECL às condições constantes nos contrato programa, com evidência de cumprimento acima dos 90% a partir do ano de 2010.

Em colaboração com o ISCTE, foi criado e ministrado um questionário aplicado aos utentes da RNCCI em unidades de internamento, em amostra aleatória simples com grau de confiança de 95% e margem de erro máxima de mais ou menos 5%, distribuídos pelas cinco regiões NUTS II. 93% dos utentes consideraram a unidade "Muito boa" e "Boa". 80% referiu considerar-se melhor desde que está na Unidade. 98% dos utentes recomendaria a Unidade.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Cultura institucional diferente entre outros níveis do Sistema de saúde e um novo nível de cuidados com modelo bio-psico-social e revisão de papéis.

Equilibrar territorialmente a oferta de respostas da RNCCI, relacionada com disponibilidade de financiamento das diferentes regiões.

Financiamento para os serviços de ambulatório (UDPA)

Envolvimento dos prestadores e equipas referenciadoras na utilização exclusiva da plataforma informática em processos administrativos, referenciação de utentes e dados de monitorização pertinentes para a gestão.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Desenvolvimento das diferentes respostas definido sob uma ótica territorial onde o volume de unidades, equipas e a oferta de recursos da RNCCI é concretizado com critérios populacionais de cobertura permitindo equidade. Na RNCCI 52% dos lugares disponíveis são em apoio domiciliário.

Modelo de intervenção integrado da saúde e da segurança social, de natureza preventiva, recuperadora e paliativa, envolvendo a participação e colaboração de diversos parceiros sociais, a sociedade civil e o Estado como principal incentivador.

O seu modelo de gestão de doentes tem definido critérios de referenciação e admissão, para as diferentes tipologias de cuidados, e critérios de exclusão, baseado num método equitativo no acesso e na mobilidade entre os diferentes tipos de unidades e equipas da RNCCI; o mecanismo visa assegurar a continuidade dos cuidados mediante intervenções coordenadas e articuladas entre as diferentes tipologias de cuidados, sectores e níveis, potenciando ao máximo a prestação dos cuidados comunitários de proximidade.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A implementação com prioridade aos cuidados domiciliários, com o objetivo da existência de uma ECCI (equipas de cuidados continuados integrados) por ACES foi cumprido. Foi cumprida em 99% a meta de lugares de internamento da RNCCI aprovadas para 2013 pelo Despacho nº 9846-A/2013.

A monitorização da RNCCI em aspetos relevantes a nível internacional, permitiu que em 2013, no relatório da OCDE "*A good life in old age*", Portugal se colocasse nos cinco lugares cimeiros.

A adesão atualmente existente, por parte de todos os atores da RNCCI, ao registo na plataforma informática permite obter diferentes tipos de informação ao nível nacional, regional e por prestador em tempo real.

As Unidades de dia e promoção de autonomia (UDPA) são unidades para a prestação de cuidados integrados de suporte, de promoção de autonomia e apoio social, em regime ambulatório, a pessoas com diferentes níveis de dependência que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio, ocupando um papel central na prestação de cuidados à demência, através de estimulação psico-cognitiva e sensorial no âmbito de demências leves/moderadas. Assim a não implementação das UDPA condiciona a resposta à demência bem como a cuidados ambulatórios de proximidade, no âmbito da RNCCI.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados constitui um espaço de cuidados que contribui para dar uma resposta coerente às pessoas que necessitem não só de cuidados de saúde como também de apoio social. Aumentou a capacidade da intervenção dos serviços de Saúde e Apoio Social ao nível, nomeadamente, da reabilitação e promoção da autonomia.

Rede nacional intersectorial e multidisciplinar, avançou com um sistema de prestações públicas, adaptadas às necessidades do cidadão e centradas no utente, onde este pode aceder aos cuidados necessários, no tempo e locais certos, pelo prestador mais adequado.

Abordagem com base nas necessidades globais de cada indivíduo, visando resultados mensuráveis, planeados e consensualizados num Pano de Intervenção

Atravessa de forma transversal o SNS e o Apoio Social. A RNCCI, através das equipas de gestão de altas, fica inserida nos hospitais e, mediante as equipas de cuidados continuados integrados no domicílio, interliga-se com o nível dos cuidados de saúde primários. O novo modelo de cuidados assentou na conceção de uma composição e funcionamento em rede onde as diferentes tipologias de respostas fazem a articulação entre o nível hospitalar e o nível de cuidados primários

Planeamento dos recursos através da identificação das necessidades de cuidados da população a nível regional.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Consolidar o desenvolvimento da Rede de Cuidados Continuados Integrados, particularmente no apoio domiciliário e respostas de ambulatório, para facilitar o acesso dos cidadãos a cuidados de proximidade e implementar Serviços Comunitários de Proximidade no apoio integrado aos idosos, alicerçada em contratos programa com prestadores públicos, sociais e privados, em parceria com as autarquias, incentivando o contributo do voluntariado jovem como forma de aproximação geracional e de solidariedade

A8. Observações complementares

As recomendações internacionais apontam para o desenvolvimento de uma gama completa de serviços de alta qualidade para idosos, que inclui cuidados de saúde de internamento e ambulatório, apoio domiciliário, com sustentabilidade financeira e acessíveis para todos os que deles necessitem. Por outro lado recomenda-se que o aumento de necessidade deste tipo de cuidados necessita de abordagens holísticas e inclusivas que integrem o papel de diferentes programas públicos, sectores da sociedade e iniciativas privadas.

A alteração da estrutura populacional é um fator de pressão a nível dos sistemas de Saúde e Segurança Social com a dependência/estado de saúde/diminuição da funcionalidade a condicionar os gastos em cuidados intermédios e de longa duração, constituindo assim um fator de pressão e a necessidade de desenvolvimento deste tipo de cuidados.

Estima-se crescimento das necessidades de cuidados formais, dado que o crescimento do número de pessoas em cuidados informais seja de 84% entre 2007 e 2060, enquanto no mesmo período exista um crescimento de 151% de pessoas a receberem cuidados formais e de 185% a receberem cuidados numa Instituição (*Working away at the cost of ageing: the labour market adjusted dependency ratio. April 2011. European Policy Council*)

Deve ser priorizado o equilíbrio regional das respostas, o seu crescimento equitativo para cobertura adequada e implementação das UDPA. O crescimento dos lugares de internamento deve ser acompanhado do aumento da capacidade de apoio domiciliário, traduzido em número de lugares

disponíveis.

A redistribuição do financiamento entre os diferentes níveis do sistema deve assegurar o crescimento deste tipo de cuidados.

A colaboração entre os cuidados de saúde e os serviços de ação social é indispensável e entendido como fator simultaneamente essencial para garantir a flexibilidade e adaptabilidade das respostas às características regionais e locais e que pode ser potenciado pelo envolvimento autárquico.

Medida Prioritária 4.2.7

Desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas (2007-2013).

Respondido pela ACSS

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Coordenação Nacional da Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados (Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados até 2012 e ACSS depois de 2012); Instituto de Segurança Social; Administrações Regionais de Saúde; Regiões Autónomas da Madeira e Açores

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

ACSS - Para Portugal Continental:

Estudo para reconversão de Hospitais de nível 1 do SNS

Elaboração de recomendações de instalações e equipamentos (DGIES, integrada, por fusão na ACSS, IP)

Adaptação de estruturas de internamento dos Centros de Saúde e Unidades de apoio integrado (UAI);

Constituição de Equipas Coordenadoras Regionais e Locais (ECR e ECL);

Constituição de Equipas referenciadoras a nível Hospitalar e nos Centros de Saúde;

Programa Modelar - comparticipação financeira do Estado, a fundo perdido, às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na criação/adaptação de Unidades de Internamento de Cuidados Continuados Integrados para a RNCCI;

Implementação de experiências-piloto - a RNCCI iniciou-se com um período de experiências piloto que decorreram entre Outubro 2006 a Abril de 2007, com o objetivo de se identificarem aspetos que deveriam ser alvo de melhoria/modificação, antes da implementação definitiva. A celebração de acordos para o arranque das experiências piloto nas diferentes regiões efetuou-se com as diferentes tipologias de internamento e nas diferentes regiões com 898 camas a nível nacional.

Para a implementação e desenvolvimento, foi efetuado planeamento de necessidades para a definição do Modelo de Cuidados Continuados Integrados, que permitiram dispor de um diagnóstico da situação das necessidades não satisfeitas ao nível da prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social; Definir as bases do novo modelo de cuidados; Dispor de um plano geral de implementação, estabelecendo os rácios de cobertura por tipologia de cuidados e distrito.

Foram também estabelecidas as fontes de financiamento e os mecanismos de distribuição e alocação dos recursos, sob a base de modelos de repartição dos encargos entre o MS e o MTSS e comparticipação do utente nas respostas que contemplam a componente de apoio social.

As bases operacionais e os instrumentos de gestão foram desenvolvidos e formalizados através da regulamentação técnica e legislativa da RNCCI que, entre outros aspetos, concretizaram condições mínimas da prestação de serviços que garantissem uma prestação de qualidade (constantes das minutas de Acordos a celebrar para cada tipologia da Rede).

Contratualização com base em contratos programa - a prestação de cuidados no âmbito da RNCCI é baseada em contratualização com prestadores públicos, do setor social e privados, através de acordos/contratos, que são iguais para qualquer tipo de prestador, independentemente da natureza jurídica da entidade prestadora e específicos para cada tipologia da RNCCI. Esta contratualização é efetuada a nível das regiões através das Administrações Regionais de Saúde e Centros Distritais da Segurança Social.

São baseados em direitos e obrigações de ambas as partes, contemplando para cada tipologia: tipo de cuidados a prestar, rácios de pessoal, instalações e equipamentos, a obrigatoriedade de cumprimento de orientações técnico-normativas e diretrizes e orientações emanadas por entidades competentes, registo de todos os procedimentos efetuados relacionados com o utente, designadamente clínicos, sociais, financeiros e administrativos, registos no aplicativo informático para monitorização. Em anexo os acordos constam: Número de lugares contratualizados e respetivos encargos, Tramitação do processo de pagamento, Funcionamento e requisitos exigidos, Condições de instalação, Mapas relativos à composição da equipa e tempo a afetar.

Iniciou-se em 2010 projeto de incentivo à qualidade na região do Alentejo, que tem por objetivos Contribuir para a melhoria de processos chave da organização e funcionamento das Unidades de Internamento da Rede e Garantir uma prestação de cuidados de saúde e apoio social de qualidade. A contratualização é baseada numa matriz de indicadores e existem metas contratualizadas.

Reuniões com as diferentes ARS e Equipas de Coordenação Regional (ECR), da RNCCI, para a articulação de critérios e análise de problemas e Reuniões trimestrais com as Equipas de Coordenação Local (ECL), da RNCCI, e Equipas de Gestão de Altas (EGA). Reuniões periódicas com os prestadores;

Ações de formação e sessões de esclarecimento direcionadas para os profissionais da RNCCI no âmbito de coordenação, referenciação, monitorização e prestação de cuidados

Monitorização dos requisitos dos acordos através de grelhas de acompanhamento aplicadas pelas

Equipas de Coordenação Local (ECL).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As definidas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

35 profissionais pertencentes às equipas de coordenação regional (ECR), sediadas nas ARS, e à coordenação nacional da RNCCI/ACSS e 276 profissionais das Equipas de Coordenação Local (ECL).

96.355.635,24 € relativo a despesas de investimento (saúde) relativo ao Programa Modelar e reconversão de hospitais de nível 1.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nenhuma.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Grau de cumprimento dos referenciais da Grelha de Acompanhamento aplicada pelas ECL às unidades de internamento da RNCCI	%	80%	2008	90%	2010	90,6%	2010

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Monitorização pelas ARS do Programa Modelar, através da verificação a nível de projeto, do cumprimento das condições de instalações e equipamentos definidos e monitorização continua à execução das obras, que permitiu a criação de instalações adequadas.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A reconversão dos Hospitais de nível 1, oriundos de uma cultura hospitalar bio-médica para um novo nível de cuidados com modelo bio-psico-social e revisão de papéis. A partilha por todos os atores da RNCCI de um novo paradigma de cuidados. A metodologia e critérios que passaram a vigorar nos hospitais na referenciação para a RNCCI

A celebração/renovação de acordos/contratos entre as ARS e Centos Distritais de Segurança Social do ISS, I.P. e as entidades prestadoras integradas na RNCCI passou, desde o ano de 2010, com a Lei OE 2010 a necessitar de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da solidariedade e da segurança social e da saúde e a envolver encargos até um triénio. Por outro lado, com a publicação da Lei dos Compromissos em 2012, passou a haver também necessidade de autorização para assunção de compromissos que envolvessem encargos em mais de um ano económico. Tais imposições legais conduziram à necessidade de reformulação do clausulado dos acordos/contratos, bem como à de reformulação dos procedimentos vigentes quanto à autorização para celebração de contratos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A adesão significativa de prestadores possibilitou o desenvolvimento rápido de uma resposta ao nível dos sistemas de saúde e social considerada prioritária a nível internacional, assegurando o provimento de infraestruturas e de equipamentos com requisitos pré-definidos.

Assegurou resposta a grupos mais vulneráveis, neste caso os idosos.

Contribuiu para um acesso mais adequado à prestação de cuidados adequados em função da situação de base.Contribuiu para uma melhor racionalização da procura relacionada com a disponibilização de diferentes níveis e complexidade de cuidados.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram adaptadas as estruturas identificadas a nível público e concretizaram-se as estruturas ao abrigo do programa Modelar. Adaptação das estruturas públicas de saúde e de instalações das Misericórdias e IPSS de acordo com requisitos de instalações e equipamentos e contratos programa conforme resultados das grelhas de acompanhamento das ECL. As experiências-piloto permitiram o envolvimento de todos os níveis da RNCCI consolidando o novo paradigma.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Modelo de respostas diversificadas com a participação de diferentes tipos de prestadores e articulada através do desenvolvimento de um processo de contratação da prestação de cuidados. Nos modelos de contrato para as unidades de internamento ficou definido um modelo único de pagamento para a contraprestação dos cuidados ministrados pelas entidades da RNCCI – publicas, sociais ou privadas.

Foram também estabelecidas as fontes de financiamento e os mecanismos de distribuição e alocação dos recursos, sob a base de modelos de repartição dos encargos entre o Ministério da Saúde e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e comparticipação do utente nas respostas que contemplam a componente de apoio social.

Comparticipação e coresponsabilização no desenvolvimento do modelo entre o Ministério da Saúde e do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, aumentando coordenação entre os dois Ministérios.

O desenvolvimento e implementação da RNCCI foram definidos enquanto um processo de mudança e modernização organizacional com repercussões na composição, organização e funcionalidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e sector social, contemplando as propostas estratégicas, organizacionais e operacionais das políticas de saúde e de desenvolvimento social em consonância com os objetivos de sustentabilidade financeira.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.2.8

Elaborar a rede nacional de diagnóstico e prestação de cuidados através do uso da informática e telecomunicações e desenvolver a aplicação das novas tecnologias no acesso à prestação de cuidados de saúde primários, sobretudo em meio rural, implementando o conceito de "e-saúde" (2007-2013).

Respondido pela ACSS

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administração Central do Sistema de Saúde.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A Plataforma de Dados da Saúde (PDS) é um sistema que permite o registo e partilha de informação clínica entre o utente, profissionais de Saúde e entidades prestadoras de serviços de Saúde, de acordo com os requisitos da Comissão Nacional de Proteção de Dados (Autorização n.º 940/2013).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Expansão a todas Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde de Portugal Continental e Ilhas

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos Humanos: 6; Recursos Financeiros: cerca de 1.000.000,00 €.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nenhuma

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Comparação por ARS: - Total de Acessos à PDS-PP por Instituição; - Total de Acessos à PDS-PP por ACES; - Total de consultas marcadas, canceladas e rejeitadas por ACES - serviços online do Portal do Utente. Centros Hospitalares: - Total de acessos na Instituição; - Média de acessos por episódios de consulta e urgência; - Total de acessos externos à Instituição (Top 10 Instituições). ACES:

- Total de acessos no ACES;
- Média de acessos por utentes inscritos frequentadores do ACES;
- Total de acessos externos à Instituição (Top 10 Instituições).

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram assinaladas grandes dificuldades na execução da medida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A Plataforma de Dados da Saúde (PDS) é uma plataforma **web,** que disponibiliza um sistema central de registo e partilha de informação clínica de acordo com os requisitos da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

A plataforma permite o acesso a informação dos cidadãos que tenham número de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS), aos profissionais de saúde em diversos pontos do SNS (hospitais, urgências, cuidados primários, rede nacional de cuidados continuados), sem os deslocar do local seguro onde agora estão guardados. Este acesso pode ser auditado e gerido pelo próprio utente.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Os resultados inicialmente esperados foram alcançados.

A medida contínua em execução.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A Plataforma de Dados de Saúde (PDS) é um sistema de partilha de dados de saúde, que permite que a mesma informação seja fragmentada e enviada aos diferentes agentes da prestação de cuidados (utentes, profissionais do SNS e de fora do SNS), promovendo assim a partilha de informação entre diversas entidades e intervenientes no SNS e no sistema de saúde.

Os dados são acedidos através de PORTAIS específicos, seguros e contextualizados, a partir das instituições locais onde permanecem guardados, criando um repositório de informação clínica anonimizada no âmbito da Direção-Geral da Saúde para os fins de saúde pública consignados na missão

desta autoridade e de suporte ao preparação das ações de prevenção e promoção em saúde.

A PDS permite o acesso a informação dos cidadãos que tenham número de utente do SNS aos profissionais de saúde em diversos pontos do SNS e nos diversos níveis de cuidados, contribuindo, assim, para uma maior e mais célere integração dos mesmos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

PORTAL DO PROFISSIONAL (PDS-PP)

- Renovação do *design* e melhoramentos de usabilidade e performance do portal
- Desenvolvimento de áreas de alertas (Alergias – Testamento Vital – Doença Rara)
- Plano Individual de Vacinação e administração de vacinas
- Acesso de instituições privadas
- Integrar com o projeto PEM-MCDT's e CTH
- Implementar e distribuir a plataforma PDS-Live
- Desenvolver uma solução de DPACS (Viewer)
- Disponibilizar o RCU em todo o país (Registo Clinico do Utente)
- eGuia do diabético

PORTAL INSTITUCIONAL

- Área de *Backoffice* para gestão de:
  - Emissão de Cartão da Pessoa com Doença Rara
  - Plano Nacional de Vacinação
  - Rede de referenciação de MCDT's e CTH
- Desenvolver estatísticas contextualizadas da PDS para:
  - ARS
  - ACES
  - Administradores da plataforma
  - DGS

- Instituições

- Desenvolver novos formatos de pesquisa, disponibilizar novos dados, criar perfis para instituições e integrar com o RICA - Repositório de Informação Clinica Anonimizada.

PORTAL INTERNACIONAL

- Coordenação do projeto EXPAND
- Participação em 4 projetos europeus (epSOS, EXPAND, eSENS, Trillium Bridge)
- Concretização do piloto PS a nível nacional
- Desenvolvimento e implantação dos serviços PAC, eP (A) e HCER (A&B)

Medida Prioritária 4.2.9

Garantir a cobertura da totalidade do território continental pelos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) e pelas Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER), consolidar o sistema integrado de transporte secundário devidamente coordenado centralmente e definir uma rede de heliportos e locais de aterragem de emergência devidamente certificados para voos de emergência médica (2007-2013).

Respondido pela DGS (INEM)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim

No que respeita às VMER, as Administrações Regionais de Saúde (ARS), no âmbito dos Protocolos de Gestão e Operação conjunta das VMER entre o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e os Hospitais.

No que concerne aos Helicópteros: o Ministério da Administração Interna (MAI), dado que o INEM e o MAI partilham a utilização dos Helicópteros do MAI; a EMA (Empresa de Meios Aéreos S.A.) e a ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil), no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Operacional para Helitransporte de Emergência Médica.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim. No caso do CODU, as Centrais da Policia de Segurança Pública (PSP) uma vez que antecedem o atendimento dos CODU.Relativamente às VMER, as ARS na medida em que são responsáveis, nomeadamente, pela operacionalidade dos Meios.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O **CODU** cobre todo o território nacional.

Em Agosto de 2011, foi criado o CODU Nacional, colocando fim às diferenças regionais no atendimento das chamadas de emergência. Esta alteração veio melhorar a eficiência da gestão dos recursos disponíveis nos vários CODU, diluindo os seus picos regionais e colmatando eventuais défices momentâneos de disponibilidade local para atender e/ou regular uma chamada de emergência. Esta alteração teve um grande impacto na redução, muito significativa, dos tempos para atendimento das chamadas, bem como do número das chamadas desligadas na origem.

Com este projeto foi possível obter maior sustentabilidade, eficiência e valor acrescentado, porquanto permitiu reduzir o número de operadores, proporcionar maior eficiência dos recursos humanos, maior capacidade de resposta e melhor distribuição das chamadas.

Estas alterações estão refletidas nos estatutos do INEM, onde se incluiu a criação de uma unidade operacional nova: o Gabinete de Coordenação Nacional de Orientação de Doentes Urgentes.

Posteriormente o Despacho n.º 14041/2012, de 29/10, veio determinar que o CODU é uma estrutura de coordenação operacional centralizada de toda a atividade do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), e veio regular a sua atividade, nomeadamente no que respeita aos seus recursos humanos e, competências, bem como a articulação com outros intervenientes do SIEM.

A **Rede de VMER** encontra-se estabilizada e implementada em todo o território nacional. Contudo, encontra-se ainda previsto um reforço na região de Sintra e Barreiro bem como a integração nos Serviços de Urgência de 6 das VMER em funcionamento, dando integral cumprimento ao Despacho n.º 14898/2011, **de 03/11**, onde ficaram definidos os meios de emergência pré-hospitalar de suporte avançado e imediato de vida, do INEM, que atuam no âmbito do SIEM (as VMER e as ambulâncias SIV), e as bases gerais da sua integração na rede de serviços de urgência.

A atividade do CODU e dos meios, incluindo os **transportes secundários**, de SIV, VMER e HELI, são monitorizados mensalmente.

A **Rede de helicópteros** encontra-se definida.

Com efeito, face aos elevados custos com o aluguer de helicópteros para missões de emergência médica e, considerando que os meios aéreos que compõem o dispositivo próprio e permanente do Ministério da Administração Interna (MAI) podem desempenhar missões de socorro e assistência aos cidadãos, no âmbito da emergência médica, o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Administração Interna (MAI) decidiram-se por uma utilização conjunta e sinérgica dos mesmos.

Foi neste contexto que em Julho de 2012 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2012 de 4/07, que vem promover a partilha entre MS e o MAI, procurando maximizar a utilização conjunta dos meios aéreos do Estado e reduzir custos.

Em setembro de 2012, foi assinado um Protocolo de Cooperação Técnica e Operacional para Helitransporte de Emergência Médica entre o INEM, a EMA (Empresa de Meios Aéreos S.A.) e a ANPC

(Autoridade Nacional de Proteção Civil), que regulamenta os termos da partilha dos meios aéreos do MAI.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

CODU NACIONAL

Recursos Humanos

Conselho Diretivo e demais dirigentes do INEM, Coordenadores dos CODU e dos Técnicos Operacionais de Emergência (TOTE), médicos, TOTE e equipa do Gabinete de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Recursos Financeiros

Para além dos custos com a empresa de suporte às Aplicações informáticas (na ordem dos 325.000,00 €) houve uma maior afetação dos colaboradores do serviço de Informática e telecomunicações do INEM, bem como dos TOTE, com custos na ordem dos 250.000 €.

Recursos Patrimoniais

Sem necessidade de novos recursos

REDE VMER

Recursos Humanos

Conselho Diretivo e demais dirigentes do INEM.

Entidades externas: Administrações. Regionais de Saúde, Diretores Clínicos e Executivos dos Centros de Saúde, Conselho de Administração dos Hospitais e Centros de Saúde, Enfermeiros Chefes, Médicos e Enfermeiros das VMER.

Recursos Financeiros

A implementação deste projeto implicou um esforço financeiro para o INEM de cerca de 1.4 MEUR, mas que inclui igualmente a rede de Ambulâncias de Suporte Imediato de Vida Integrada nos Serviços de Urgência Básico. Esta verba corresponde às transferências realizadas para as Unidades de Saúde, de acordo com os protocolos estabelecidos com as mesmas.

Recursos Patrimoniais

Parque de viaturas, equipamento informático e de telecomunicações e equipamento clínico

REDE DE HELICÓPTEROS

Recursos Humanos

Conselho Diretivo e demais dirigentes do INEM, médicos e enfermeiros do Mapa de Pessoal do INEM

Externos: Representantes do MAI, EMA e ANPC

Recursos Financeiros

Com esta partilha de helicópteros, foram gastos cerca de 6.5 MEUR na locação de 3 aeronaves exclusivas para o INEM e transferirá 1 MEUR anualmente à Proteção Civil para cobrir os seus gastos com horas de voo dos 3 meios partilhados (poupança de cerca de 2MEUR).

Recursos Patrimoniais

Aluguer de 3 aeronaves do INEM, equipamento informático e de telecomunicações e equipamento clínico

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a assinalar

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sim.

A integração das VMER nos Serviços de Urgência possibilitou a criação de uma rede organizada de efetivação do transporte do doente crítico, até então inexistente.

No que diz respeito às VMER, apesar de a Rede estar estabilizada com 42 Meios em funcionamento, está previsto um reforço em 2014, com a abertura de mais 2 Meios, nomeadamente no Hospital Fernando da Fonseca e no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Cobertura territorial dos Centros de Orientação dos Doentes Urgentes	%	100	2013	100	2013	100	2013
Cobertura territorial da rede Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação	%	100	2013	100	2013	100	2013
Periodicidade da monitorização dos transportes secundários	%	100	2013	100	2013	100	2013

Definição da rede de heliportos e locais de aterragem certificados para voos de emergência médica	%	100	2013	100	2013	100	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A atividade em apreço é monitorizada e avaliada de forma contínua e sistemática, através de indicadores criados para o efeito, que são recolhidos através de informação disponível nos Sistemas de Informação do INEM. Na fase de implementação das medidas, os indicadores são monitorizados diariamente para aferir do desempenho face à sua implementação.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

CODU NACIONAL

No que concerne às dificuldades externas e internas, foi sobretudo necessário contrariar a natural resistência à mudança de paradigma.

REDE VMER E REDE DE HELICÓPTEROS

Com a integração dos meios nos Serviços de Urgência e a partilha dos helicópteros, foi necessário celebrar protocolos, que implicaram por parte das entidades envolvidas, o estabelecimento de negociações entre as partes, com vista à execução das medidas contempladas nos referidos protocolos

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O INEM considera que o objetivo estratégico 1) "Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social" é muito relevante.

O INEM considera ainda que a informação sobre o acesso adequado aos serviços de saúde, por forma a promover a Equidade e acesso à saúde, está presente através, entre outros, da distribuição regional dos meios de emergência médica. Esta distribuição visa responder com eficácia à relação tempo/distância, que determina o raio de ação em tempo útil daqueles meios de socorro melhorando, desta forma, o acesso à saúde.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As medidas implementadas alcançaram os resultados. No entanto, os processos aqui referidos são passíveis de melhoria contínua, resultante da respetiva monitorização.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

CODU NACIONAL

Alteração do procedimento relativo ao atendimento das chamadas de emergência, passando o atendimento a ser feito a nível nacional em vez de regional, diluindo os "picos de procura" de origem regional, colmatando défices momentâneos de disponibilidade local para atender e/ou regular uma chamada e reduzindo o tempo para atendimento

REDE VMER

O processo de integração na rede de Serviços de Urgência, através de uma gestão de partilha conjunta de recursos, potenciando sinergias bem como partilha de responsabilidades financeiras, com ganhos para todos os envolvidos, para o sistema e, principalmente, para o cidadão. Verificou-se assim, maior eficiência na gestão dos recursos humanos, com redução do custo com horas extraordinárias da inoperacionalidade dos meios.

REDE DE HELICÓPTEROS

O modelo de utilização conjunta e sinérgica dos meios aéreos, permitiu maximizar a utilização dos mesmos, melhorar acesso, diminuir eventuais iniquidades e reforçar a resposta em zonas mais carenciadas bem como reduzir custos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Como já foi atrás referido, todas as medidas devem ser estreitamente monitorizadas e sujeitas à necessária melhoria continua.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.2.10

Desenvolver a Rede de Serviços de Saúde Pública, assegurando adequados dispositivos de vigilância sanitária e de proteção da saúde e prevenindo situações de risco (2007-2008).

Respondido pela DGS

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral da Saúde

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Rede de Autoridades de Saúde; Departamentos de Saúde Pública

Administrações Regionais da Saúde; Agrupamentos de Centros de Saúde; Unidades Locais de Saúde

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A execução da medida prioritária em causa faz parte das atribuições da Direção-Geral da Saúde, estando prevista a sua execução na própria lei orgânica da Instituição.

Das ações levadas a cabo no período em causa, que contribuíram para a execução desta medida, destacam-se:

- Criação, na Direção-Geral da Saúde, da **Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional e à Gestão de Emergências em Saúde Pública** (UESP), cujas competências foram reforçadas ao longo dos últimos anos. Neste âmbito, as principais funções desta Unidade são a deteção precoce de "alertas" de saúde pública, a coordenação da avaliação dessas ameaças e a colaboração com outras unidades da DGS e instâncias nacionais e internacionais, de forma a assegurar uma resposta adequada a alertas de saúde

pública.

- Portugal é representado, através desta Unidade, nas redes de alerta nacionais ou internacionais, assegurando a receção, análise e emissão de notificações nesses vários sistemas de alerta. Entre 2007 e 2013 foi reforçada a participação portuguesa nas redes de vigilância de doenças transmissíveis, nomeadamente da Comissão Europeia (EWRS - Early Warning and Response System, EPIS - Epidemic Intelligence System, entre outras) e Organização Mundial de Saúde (International Health Regulations Event Information Site). A DGS é também membro do Comité de Segurança da Saúde a nível europeu.
- Adesão de Portugal ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e sua adoção como lei (legislação sob Aviso n.º 12/2008, de 23 de janeiro), onde, como Estado Parte, se compromete em "prevenir, proteger contra, controlar e dar resposta em termos de saúde pública a uma propagação internacional de doenças, utilizando meios proporcionados e limitados aos riscos de saúde pública e evitando, em simultâneo, interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio internacionais", sendo a Direção-Geral da Saúde o organismo que tutela a sua implementação no nosso país. Desde 2008, foram designados os portos e aeroportos internacionais ao abrigo do Regulamento e identificadas e reforçadas as capacidades instaladas em cada um deles. Os pontos focais nomeados para os pontos de entrada asseguram a monitorização e resposta a eventos de saúde pública e garantem que estão implementados os vários procedimentos associados a fatores de risco (e.g. controlo de vetores transmissores de doenças no perímetro de portos e aeroportos). O ponto focal para o RSI em Portugal é o Diretor-Geral da Saúde, também Autoridade de Saúde Nacional. Nestas funções, o Diretor-Geral da Saúde é coadjuvado por uma rede de autoridades de saúde que atuam de forma coordenada na vigilância de emergências de saúde pública (incluindo as de nível europeu e internacional) - podendo utilizar todos os meios necessários, proporcionais e limitados aos riscos identificados que considerem prejudiciais à saúde dos cidadãos ou dos aglomerados populacionais envolvidos.
- Publicação do Decreto-Lei 82/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde - autoridade de saúde nacional, regional e local - bem como institui o Conselho Nacional de Autoridades de Saúde. Entre as competências previstas no Decreto, salientam-se:
    - Determinar as medidas corretivas necessárias à defesa da saúde pública;
    - Ordenar a interrupção ou suspensão de atividades ou serviços, bem como o encerramento dos estabelecimentos onde tais atividades se desenvolvam em condições de grave risco para a saúde pública;
    - Desencadear de acordo com a Constituição e a lei, o internamento ou a prestação compulsiva de cuidados de saúde a indivíduos em situação de prejudicarem a saúde pública;
    - Proceder à requisição de serviços, estabelecimentos e profissionais de saúde em caso de epidemias graves e outras situações semelhantes.

Este Decreto foi alterado pelo Decreto-Lei 135/2013, de 4 de outubro.

- Publicação do **Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de abril** (republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2013), que **estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública**, sedeados a nível nacional, regional e local.

- **Publicação da Lei n.º 81/2009 de 21 de agosto (SINAVE) - institui um sistema de vigilância em saúde pública**, que identifica situações de risco, recolhe, atualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, bem como prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública. A par da produção legislativa, procedeu-se ao desenvolvimento de um sistema de notificação/plataforma eletrónica de apoio à vigilância prevista na Lei acima referida. A gestão nacional coordenada em caso de emergência de saúde pública está também prevista nesta lei. O diploma prevê a constituição de uma Comissão Coordenadora de Emergência, composta por várias entidades a nível nacional, que intervém aquando da ocorrência ou ameaça iminente de fenómenos relativos a doenças transmissíveis ou outros riscos. Esta Comissão constitui parte dos mecanismos de resposta aquando de pandemias, tomando decisões específicas "*ad-hoc*" de controlo de doenças, com base na evidência científica.

- Emissão de **orientações e normas**, de natureza diversa, tendo em conta a promoção e proteção da saúde (documentação disponível em www.dgs.pt).

- Criação do **Plano de Contingência** para a pandemia de Gripe com vista à ação concertada das instituições públicas a nível nacional bem como á própria sociedade civil. A aposta na vertente da preparação envolveu outras áreas, como sejam a criação da Plataforma de Especialistas em Entomologia Médica e Saúde Pública a quem compete coordenar a promoção de atividades de investigação e formular propostas que visem a prevenção e controlo de doenças humanas de transmissão vetorial (Despacho n.º 16352/2012, de 24 de dezembro). Também foi instituído o Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas – módulo Calor.

- Participação da Autoridade de Saúde Nacional no Centro Nacional Coordenador Marítimo (decreto-Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro).

- Realização, desde 2012, de reunião semanal com várias Unidades Orgânicas da DGS ou outros peritos, com o objetivo de providenciar informação sobre eventos com potencial impacto na saúde pública; respetiva emissão de boletim, também semanal, divulgado na rede de autoridades de saúde e outros especialistas de saúde pública.

Portugal participa em todas as atividades inerentes à entrada em vigor da Decisão 1082/2013/EU, no âmbito de ameaças transfronteiriças e mecanismos de preparação para deteção precoce e coordenação de resposta a ameaças por agentes biológicos, físicos, químicos, ambientais e de natureza diversa.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todas as anteriormente descritas.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram previstos recursos financeiros e patrimoniais específicos para estas ações, que fazem parte da rotina institucional. Contudo, os recursos humanos envolvidos, do quadro de pessoal da DGS, foram assegurados pelo orçamento da Instituição (envolvendo elementos da UESP e de outras unidades

orgânicas em função da ação específica).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Estão incluídas no ponto A2c todas as ações (previstas e complementares).

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A monitorização de processos é habitualmente realizada com base em indicadores previstos no plano de atividades da DGS, incluindo QUAR.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas:

- Reestruturação da Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional e à Gestão de Emergências em Saúde Pública (UESP) em 2012, o que implicou acréscimo de competências, anteriormente distribuídas por duas Unidades, com consequente aumento do volume de trabalho.

Dificuldades externas:

- Necessidade de coordenação, articulação e comunicação mais célere e adequada entre as várias entidades intervenientes nas ações;

Existência de múltiplas iniciativas que envolvem o sector da saúde com dificuldade de coordenação sistemática intersectorial.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Esta medida prioritária tem como âmbito principal a valorização da saúde pública, de forma consistente, e prevenção dos riscos para a saúde da comunidade, incluindo especialmente grupos mais vulneráveis.

A revitalização da rede de autoridades de saúde, coordenada pela Autoridade de Saúde Nacional (funções inerentes às do Diretor-Geral da Saúde), permite assegurar, nos vários níveis geo-demográficos nacionais, a resposta atempada e adequada a emergências de saúde pública. Simultaneamente, possibilita a adoção de programas nacionais de vigilância das doenças com sistemas de deteção precoce a nível local, regional e nacional.

Com estas ações, parecem-nos asseguradas as Operações Essenciais de Saúde Pública, nos termos definidos pela Organização Mundial da Saúde, nomeadamente:

a) Manter a vigilância da saúde e bem-estar dos cidadãos, incluindo a recolha de dados para a produção de estatísticas, e medidas de acompanhamento nas áreas das doenças comunicáveis e não comunicáveis, saúde mental, saúde materna e infantil, saúde ocupacional e ambiente, bem como proceder a inquéritos e outras medidas de seguimento de estilos de vida e padrões de comportamento;

b) Monitorização e resposta a riscos e emergências em saúde pública, incluindo riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares;

c) Contribuir para assegurar a proteção da saúde nas vertentes ambiental, climática, ocupacional, alimentar e de outras constantes do Plano Nacional de Saúde;

d) Promover a saúde através de ações sobre os determinantes sociais, com especial enfoque na identificação e pessoas e populações com riscos diferenciados, contribuindo para políticas intersectoriais que promovam a saúde e progressivamente eliminem as desigualdades;

e) Atuar na prevenção da doença, em particular pela eliminação da exposição a agentes nocivos para a saúde, garantir a cobertura vacinal adequada, modelação de comportamentos e participando em programas de deteção precoce;

f) Contribuir para a planificação das ações e atividades necessárias para a manutenção da saúde das populações, incluindo a avaliação de impactos na saúde de políticas transversais;
g) Manter a formação e certificação dos recursos humanos da saúde pública;

h) Promover a gestão sustentável de recursos financeiros e materiais disponíveis;

i) Assegurar a sensibilização das pessoas, mantendo e melhorando continuadamente a comunicação sobre saúde e a mobilização social para as responsabilidades individuais e coletivas para com a saúde pública;

j) Prosseguir investigação em saúde pública, incluindo sobre serviços de saúde, com vista a produzir conhecimentos para a elaboração e implementação de políticas de saúde.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não aplicável.

No entanto, refira-se que algumas das atividades em curso no período em causa exigiram sobrecarga de horário dos recursos humanos (face ao aumento de situações de reforma antecipada de alguns colaboradores e à impossibilidade de novos recrutamentos) o que se refletiu no atraso de algumas iniciativas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

- Prossecução das medidas para a saúde estabelecidas no programa governamental;
- Exteriorização da realização da missão da DGS;
- Congregação de esforços entre as unidades orgânicas da DGS e parceiros externos, em especial na replicação das estratégias nacionais de saúde a nível regional e local;
- Concretização e garante da melhoria da saúde pública.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Selecionamos as duas opções por considerar esta medida intemporal, não obstante podermos introduzir matérias/ações inovadoras face às exigências da saúde pública global, independentemente da capacidade de recursos.

A8. Observações complementares

Este tipo de questionário evidencia a importância da abordagem intersectorial, ab initio, na identificação das necessidades e ações a desenvolver, que visem a equidade inter-regional.

Objetivo Específico 4.2

Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

ACSS Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
DGS Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

ACSS - Do conjunto de 5 medidas alvo de inquérito ao ponto focal da ACSS, a maioria destas encontra-se no intervalo correspondente a um grau de execução de [75%, 100%). Por este motivo, parece-nos que o objetivo específico terá ficado muito próximo do seu total cumprimento, importa ressalvar que 4 destas 5 medidas ainda se encontram em curso e 1 encontra-se finalizada.

Se considerarmos que o objetivo específico 4.2 refere, no programa de ação, que: *"A rede nacional de saúde deve assegurar a todos os cidadãos o acesso a bons e eficazes cuidados de saúde para melhorar a sua qualidade de vida e as suas condições de desempenho profissional. O ordenamento do territorial dos recursos da saúde deverá permitir a articulação dos vários níveis da rede de cuidados de saúde, garantindo a sua proximidade às populações. Neste sentido, será promovida a articulação entre cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, de forma a alcançar maiores níveis de efetividade e de eficiência do sistema de saúde, e será reforçado o papel da rede de cuidados de saúde primários e de saúde pública no quadro do Sistema Nacional de Saúde e do Sistema de saúde das Regiões Autónomas com implementação dos respetivos Planos Regionais de Saúde"*, importa referir:

- Todas as medidas prioritárias atrás elencadas (4.2.3, 4.2.4 e 4.2.6 a 4.2.8) constituem direta ou indiretamente formas de assegurar aos cidadãos melhoria de acesso aos cuidados de saúde traduzindo-se numa melhoria da qualidade de vida, indo deste modo de encontro ao objetivo especifico 4.2.
- Também o conjunto de medidas acima elencadas, promove a articulação entre os diversos níveis de cuidados saúde, garante a proximidade às populações e reforça o papel dos cuidados de saúde primários no quadro do SNS, na medida em que:
  - A medida 4.2.3 visa a melhoria da acessibilidade da população a serviços de qualidade e em segurança, adaptando a oferta às evoluções regionais da demografia, da morbilidade e dos sistemas de povoamento e de acessibilidades;
  - A medida 4.2.4 visa dotar a rede de cuidados de saúde primários dos meios e valências necessários a um eficaz desempenho desenvolver USF em todo o território nacional, próximas dos cidadãos com garantia de qualidade uniforme e de igualdade de acesso;
  - A medida 4.2.6 visa o desenvolvimento de parcerias público-públicas ao nível regional e local, facilitando o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde de proximidade e implementar

Serviços Comunitários de Proximidade no apoio integrado aos idosos, particularmente no apoio domiciliário, incentivando o contributo do voluntariado jovem como forma de aproximação geracional e de solidariedade;

- A medida 4.2.7 visava desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas, encontrando-se concluída;
- A medida 4.2.8 visa elaborar a rede nacional de diagnóstico e prestação de cuidados através do uso da informática e telecomunicações e desenvolver a aplicação das novas tecnologias no acesso à prestação de cuidados de saúde primários, sobretudo em meio rural, implementando o conceito de "e-saúde". Esta medida encontra-se em curso e o seu grau de execução encontra-se no intervalo dos 75 – 100%, tendo especial relevo para o cumprimento desta mesma a Plataforma de Dados da Saúde, sistema que permite o registo e partilha de informação clínica entre o utente, profissionais de saúde e entidades prestadoras de serviços de saúde.

DGS –

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

ACSS		Sim	X	Não
DGS				

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

ACSS		Sim	X	Não
DGS				

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

ACSS Objetivo(s) específico(s)	4.2
DGS Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior:

ACSS - O objetivo específico 4.2 respeita diretamente à área da saúde, enquanto os restantes que se encontram integrados no objetivo estratégico 4 são da responsabilidade de outros organismos da Administração Pública. Pelo exposto considera-se que é o objetivo específico 4.2 "*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis"* aquele que na área de atuação da ACSS deverá ser considerado como prioritário.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

ACSS - Objetivo(s) específico(s)	
DGS - Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

ACSS - Apenas o objetivo especifico 4.2 (mais concretamente algumas das medidas constantes deste) é diretamente passível de exequibilidade pela ACSS, em articulação e com a colaboração de outras entidades (como sejam Administrações Regionais de Saúde, Instituto da Segurança Social e Serviços Partilhados do Ministério da Saúde) pelo que não deve ser de considerar a descontinuação deste.

DGS -

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

ACSS		Sim	x	Não
DGS				

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

ACSS

- Plano Nacional de Saúde 2012-2016, que se propõe reforçar a capacidade de planeamento e operacionalidade no Sistema de Saúde, estabelecendo, também, uma lógica para a identificação de ganhos em saúde, definição de metas e de indicadores, bem como um enquadramento para programas prioritários de saúde, regionais, locais e setoriais, facilitando a integração e articulação de esforços e criação de sinergia.
- Acordo de Parceria 2014-2020, que Portugal submeteu à Comissão Europeia, e que estrutura as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover, no nosso país, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no período 2014-2020.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 5

Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*5.2.*	*Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público*
Medidas Prioritárias	*5.2.6*	*Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 5.2.6

Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde) Direção Geral da Saúde; Direção Geral de Ensino; Agência para a Modernização Administrativa; Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento)

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para a Competitividade e Inovação (enquanto presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- "**Serviços**" - informação sobre o que o utente precisa para realizar um determinado serviço do SNS (contactos, horário e locais de atendimento), listado por áreas e destinatários;
- "**Prestadores**" - Pesquisa avançada de prestadores de serviços de saúde;
- Serviços eletrónicos disponíveis mediante autenticação no portal:
- Registo de contactos de emergência
- Registo de informação sobre hábitos, medicação, alergias e doenças
- Registo das medições de peso, altura, glicémia, tensão arterial, colesterol, triglicéridos, saturação de oxigénio e de tempo de coagulação do sangue (INR)

- Carregamento de documentos de saúde, como análises clínicas, relatórios médicos e similares
- Partilha dos dados de saúde com os profissionais de saúde do SNS (hospitais, urgências, cuidados de saúde primários), mediante autorização prévia do utente, e com a possibilidade de poder consultar o histórico de acessos a essa informação
- Contacto direto com o seu centro de saúde (administrativo, enfermeiro ou médico)
- Marcação online de consultas médicas para os prestadores de Cuidados de Saúde Primários do SNS;
- Pedido de prescrição de medicação crónica prevista na lista de medicamentos autorizados pelo médico do prestador de cuidados de saúde primários do SNS;
- Associação do seu agregado familiar, possibilitando a realização de marcações de consulta médica e pedidos de prescrição de medicação crónica para os seus familiares;
- Consulta da situação da inscrição, a posição na lista e o tempo de espera previsível para cirurgia por parte dos utentes do SNS inscritos para cirurgia através da aplicação eSIGIC;
- Preenchimento e submissão de pedidos de isenção do pagamento das taxas moderadoras, bem como a consulta do estado do pedido e a reclamação sobre o resultado obtido.
- Serviços eletrónicos disponíveis mediante autenticação com Cartão de Cidadão no portal:
- Consulta do cronograma referente ao historial clínico;
- Consulta do eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil (marcações de consultas, reforço de vacinas ou a realização de exames clínicos, entre outros);
- Consulta dos dados que constam do Resumo Clínico Único (RCU): alergias, medicação, diagnósticos, cirurgias e vacinação.
-

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- **Partilha de informação** com os profissionais de saúde do SNS (hospitais, urgências, cuidados primários), mediante autorização prévia do utente, e possibilidade de consulta do histórico de acessos:
    - Contactos de emergência;
    - Hábitos, medicação, alergias e doenças;
    - Medições de peso, altura, glicémia, tensão arterial, colesterol, triglicéridos, saturação de oxigénio e tempo de coagulação do sangue (INR);
    - Documentos de saúde.
- **Cronograma referente ao historial clínico do utente**;
- **eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil**;
- **eAgenda**
    - Marcação online de consultas médicas nas unidades de saúde para si e para os seus familiares (consulta e cancelamento dessa marcação);
    - Pedido de prescrição de medicação crónica prevista na lista de medicamentos autorizados pelo médico.

- **eSIGIC** - consulta da posição na lista de espera para cirurgia;
- **Contacto direto com o seu centro de saúde** (administrativo, enfermeiro ou médico)
- Renovação da estrutura de informação e *design* das duas áreas (1º semestre: área não autenticada; 2º semestre: área autenticada)
- Renovação do *design* da área autenticada
- Calculadores de risco
- WebAPI para os seguintes âmbitos:
    - Telemonitorização
    - App's externas para gestão de dados do Portal Utente
- Ativação do eSIGIC
- Integração para consulta de dados:
    - Testamento vital – RENTEV
    - Mobilização de doentes – SAGMD
    - Consulta das taxas moderadoras – SITAM
    - Boletim de vacinas
    - eGuia Diabético
    - Requisição e resultados de MCDT's
- Área do doador
- Disponibilização do guia tratamento e visualização da receita
- **Divulgação do Portal do Utente**
    - Destinatários: Público em geral, Profissionais e Entidades do SNS
    - Evidenciar o papel do utente e dos profissionais como protagonistas fundamentais à eficácia e sucesso da PDS.
    - Mensagens-chave:
        - Facilidade de acesso aos serviços do SNS.
        - Monitorização de dados clínicos do utente.
        - Ganhos de informação e de conhecimento para os profissionais.
        - Recolha de informação relevante para diagnóstico e tratamento de utentes.
        - Controlo de eficiência e eficácia do sistema.
        - Ao nível macro, recolha de informação para análise estatística e definição políticas estratégicas para o sector.
    - Suportes de comunicação:
        - Material de divulgação;
        - Realização de eventos de comunicação;
        - Mailings informativos (direct mailing);
        - Participação em eventos com grande adesão de público, com instalação de banca de demonstração do Portal do Utente;
        - Roll Up publicitário Portal do Utente;
        - Faixa identificativa PDS.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: 4

Recursos financeiros: 250.00,00 €

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

N/A

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

N/A

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Número de Utentes registados

Número de consultas marcadas/mês

Número de pedidos de Medicação crónica

Número de registos efetuados de dados clínicos/hábitos do Utente

Número de profissionais de saúde que consultam os registos efetuados pelos Utentes

Número de acessos efetuados por Utentes e Profissionais

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

N/A

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Portal destinado aos utentes com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados. O utente passa a ter um papel ativo na manutenção, promoção e melhoria do seu estado de saúde e, consequentemente, um atendimento mais eficaz e seguro, tendo à sua disposição um conjunto de serviços que evitam deslocações às Unidades de Saúde, proporcionando um meio cómodo e eficaz no contato com o seu médico.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A medida alcançou os seus objetivos e vai continuar, de modo a que cada vez possam ser prestados mais de serviços deste tipo ao cidadão.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

N/A

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	x	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 5.2

Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 5

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.2.*	*Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.*
Medidas Prioritárias	*2.2.7*	*Promover ações dirigidas aos principais setores industriais com capacidade e potencial exportador, suscitando ganhos de competitividade nas cadeias logísticas através da introdução de novas tecnologias e consequente adaptação dos procedimentos de gestão (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.3.*	*Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento.*
Medidas Prioritárias	*2.3.3*	*Incentivar as cidades a criarem condições atrativas de conectividade e serviços em banda larga, em particular com base na infraestruturação com fibra ótica, que lhes permitam competir e interrelacionarem-se com os principais centros urbanos internacionais (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.4.*	*Promover polos regionais de competitividade e qualificar o emprego.*
Medidas Prioritárias	*2.4.1*	*Promover ações de incentivo ao desenvolvimento de polos de competitividade regional baseados em novos fatores da economia do conhecimento (2007- 2013).*
	2.4.4	*Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade (2007-2013).*
	2.5.	*Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.*
	2.5.1	*Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, nomeadamente através do apoio a iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.2.7

Promover ações dirigidas aos principais setores industriais com capacidade e potencial exportador, suscitando ganhos de competitividade nas cadeias logísticas através da introdução de novas tecnologias e consequente adaptação dos procedimentos de gestão (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e AICEP – Agência para o Investimento e Comercio Externo de Portugal

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Programa Operacional Compete, Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano - Eixo 3 - Tipologia 3.1.1 Formação-ação para PME

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

_____

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A atuação do IAPMEI na promoção de investimento nestas áreas apenas estará concluída com a execução dos projetos aprovados até final de 2013, os quais serão executados até final de 2015. Assim, as ações a desenvolver centram-se no acompanhamento dos projetos aprovados até ao seu encerramento.

POPH: o programa de formação-ação "Academia de PME"* previa a realização:

- Em 2008-2010 de 16 projetos – 38 ações (6 e 12 meses) – 16 entidades beneficiárias – abrangendo 521 formandos; Financiamento de 3.636.364,00€.

Em 2011-2014 de 26 projetos – 64 ações – 14 entidades beneficiárias – abrangendo 939 formandos –

Financiamento de 4.287.000,00€.

* A Academia de PME, serviço de formação do IAPMEI, promove o desenvolvimento de competências dos empresários e gestores das micros, pequenas e médias empresas através de formação profissional e outras formas de aprendizagem.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Inclui atuação através do apoio a projetos de investimento de empresas industriais no âmbito dos sistemas de incentivo QREN, nomeadamente do SI Inovação e o SI Qualificação e Internacionalização de PME, mas também de ações de capacitação empresarial.

POPH: programa de formação-ação "Academia de PME" que resultou:

- Em 2008-2010: 16 projetos – 38 ações (6 e 12 meses) – 16 entidades beneficiárias – abrangendo 521 formandos. (concluída)
- Em 2011-2014: 26 projetos – 63 ações – 14 entidades beneficiárias – abrangendo 934 formandos. (em execução)

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foram mobilizados 1,7 mil Milhões de euros para apoios neste âmbito. (Indústria - inovação e qualificação)

POPH:

Recursos Humanos – equipa da Academia de PME afeta em mais de 50% em média (8 técnicos superior e 3 assistentes administrativos)

Recursos financeiros – 668.911,37€ (orçamento da Assistência Técnica)

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

POPH: todas as ações previstas foram realizadas

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

POPH: não houve ações realizadas para além do período de execução definido.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

POPH: não houve ações realizadas para além das previstas.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela

especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
POPH - Nº de empresas abrangidas	PME			468	2008-2010	549	2010
POPH - Nº de horas de formação-ação	horas			83754	2008-2010	80709	2010
POPH - Nº de empresas abrangidas	PME			845	2011-2014	Em execução	
POPH - Nº de horas de formação-ação	horas			13340	2011-2014	Em execução	

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foram desencadeados processos de avaliação no âmbito da avaliação do QREN, disponíveis em http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=47

POPH: realização de ações de verificação no local em cada uma das entidades beneficiárias por projeto de formação-ação para verificação do cumprimento da metodologia e requisitos financeiros; metodologia de acompanhamento e avaliação da componente técnico-pedagógica com momentos de avaliação inicial, intercalar e final.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades estão evidenciadas nas avaliações do QREN, destacando-se:

Avaliação do Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular as PME - Síntese de Resultados e Recomendações, Relatório Final; Anexos (outubro 2013)

Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda Factores de Competitividade - Relatório Final (junho 2011)

POPH: dificuldades externas inerentes à indefinição de regras por parte da autoridade de gestão.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Conforme evidenciado nas avaliações efetuadas, as atuações em causa foram consideradas como contribuindo de forma muito relevante para o objetivo genérico apresentado.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

POPH: para o período de implementação do programa de formação-ação 2008-2010 fora ultrapassadas as metas definidas. O período de implementação do programa de formação-ação 2011-2014 contínua em execução.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais e institucionais. Implicações em termos de impacto no tecido, mas também na aprendizagem e relacionamento institucional, e boas práticas, evidenciadas nas avaliações indicadas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

_____

A8. Observações complementares

_____

Objetivo Específico 2.2

Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Avaliação positiva nos termos das atividades e objetivos relacionados com a promoção do investimento e com o acompanhamento dos projetos aprovados (até ao final de 2013) no âmbito do Programa Operacional Compete e Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Avaliação no âmbito do QREN
http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=47

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
_____							

Medida Prioritária 2.4.1

Promover ações de incentivo ao desenvolvimento de polos de competitividade regional baseados em novos fatores da economia do conhecimento (2007- 2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Programas Operacionais Compete e Regionais; Municípios; Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA) da Universidade do Algarve; Privados.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Observatório do QREN

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

_____

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foi implementado no terreno e dinamizado com ações concretas. Foi avaliado e conclui-se pela necessidade de reformulação do modelo para melhoria da eficiência.

Emergem resultados muito diferenciados entre os polos e clusters trabalhados.

Trata-se de um processo essencialmente conduzido e centrado na equipa do COMPETE, responsável pelo lançamento do processo de reconhecimento dos 19 Clusters e Polos de Competitividade, pela contratualização dos mesmos, pela análise dos "projetos âncora" e de dinamização desses P/C, bem como pelo acompanhamento e monitorização das dinâmicas dos P/C, através da análise dos relatórios intercalares produzidos pelos P/C. Foi também do COMPETE, juntamente com o Observatório do QREN,

a responsabilidade da adjudicação e acompanhamento dos trabalhos de avaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters, realizado pelos consultores SPI e Inno TSD. No período em referência a participação mais expressiva do IAPMEI deu-se nos anos 2012 e 2013, de acordo com o mencionado em A2h. De referir, contudo, que a abordagem foi nacional e não especificamente de âmbito regional.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

_____

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

_____

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

_____

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Verificou-se a participação do IAPMEI nos dois Grupos de Trabalho criados no contexto do Ministério da Economia, um em 2012 e outro em 2013, tendo em vista avaliar o modelo de implementação das estratégias de eficiência coletiva e a visão estratégica dos Pólos e Clusters, com o objetivo de desenvolver uma nova abordagem à dinâmica de clusterização. Participaram nestes Grupos de Trabalho, para além do IAPMEI, o COMPETE, o GEE – Gabinete de Estudos e Estratégia, bem como peritos nas áreas temáticas mais relevantes.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
_____							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foi contratada pelo Observatório do QREN e pelo COMPETE/QREN a elaboração do "Estudo de Avaliação da estratégia e do processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva – Tipologia Clusters", ao consórcio constituído pela SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação e Inno TSD, com apresentação pública de resultados em Abril de 2013.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas. Foi implementado no terreno e dinamizado com ações concretas. Foi avaliado e conclui-se pela necessidade de reformulação do modelo para melhoria da eficiência.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Foram constituídos e acompanhados 19 Pólos de Competitividade e Clusters e financiados projetos e iniciativas de dinamização de eficiência coletiva que contribuíram para alavancar a densificação das respectivas cadeias de valor e sectores, embora o desempenho destas várias entidades tenha sido bastante desigual fruto da existência prévia ou não de atividades colaborativas anteriores destes agregados.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Os resultados das avaliações efetuadas diretamente pelo COMPETE ou pelas entidades contratadas para o efeito poderão ser consultadas no site do COMPETE http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/polos-e-clusters/monitorizacao.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Melhoria significativa no relacionamento entre entidades públicas e entre estas e privadas. Aperfeiçoamento do modelo "*experimental*" (Modelo dos 19 clusters).

Embora trabalhado numa perspetiva nacional, o relatório de avaliação produzido pelas equipas de consultores da SPI e da Inno STD permite apurar os seguintes impactes:

1.Contributos estratégicos para a estruturação das fileiras industriais mais promissoras e para o

lançamento de atividades emergentes e inovadoras, quer ao nível da economia nacional, quer ao nível dos territórios regionais abrangidos

As EEC (Estratégias de Eficiência Coletiva) têm contribuído significativamente para estruturar as referidas fileiras industriais, sobretudo através da colaboração e interação entre stakeholders. A este nível, porém, os processos de estruturação adotados apresentaram diferenças significativas, relacionadas em particular com o nível de intensidade tecnológica/de conhecimento e com o grau de especialização setorial e territorial em causa. Foi possível identificar fileiras setoriais de especialização tradicional, focadas em ativos específicos, nomeadamente de natureza territorial; fileiras de elevada intensidade tecnológica com potencial de inserção em cadeias de valor internacionais; fileiras emergentes, com reconhecido potencial de crescimento; fileiras assentes numa base tecnológica comum, transversal a setores diferenciados e fileiras de especialização tradicional da economia portuguesa, mas com potencial de intensificação tecnológica. Embora a conjugação destas diferentes abordagens tenha permitido enquadrar no processo as fileiras industriais mais promissoras considera-se estarmos ainda perante abordagens bastante conservadoras, apresentando pouco espaço para a assunção de riscos ou propostas inovadoras ou disruptivas.

2. Promoção da competitividade e inovação em fileiras de forte potencial de crescimento através do apoio a projetos complementares

No que se refere ao reforço da competitividade, verifica-se a existência de projetos com fortes componentes de competitividade baseados na generalidade dos instrumentos do Sistema de Incentivos, sendo que, no que concerne ao caráter inovador dos projetos aprovados, se observa que este é particularmente elevado no caso do SI I&DT.

3. *Reforço da posição competitiva de Portugal a nível internacional (assumir a liderança em alguns domínios tecnológicos, promover a consolidação de setores emergentes e/ou com fortes perspetivas de crescimento)*

Impacte limitado até ao momento, uma vez que, quer os apoios diretos à internacionalização, quer os apoios disponibilizados às empresas exportadoras, estão a ser maioritariamente concedidos a setores tradicionalmente exportadores e onde Portugal já possui vantagens comparativas no mercado internacional, não se verificando deste modo uma aposta acrescida em domínios de maior intensidade tecnológica ou de conhecimento. Reconhece-se, contudo, como positivo o facto de naqueles setores estarem a ser desenvolvidos projetos relacionados com atividades emergentes.

4. *Melhoria da atratividade e competitividade dos territórios*

Aqui o contributo é bastante positivo, destacando-se o alinhamento dos apoios concedidos no âmbito desta política com as atividades mais importantes de cada uma das Regiões. Na Região Norte, regista-se um elevado número de projetos aprovados em setores tradicionais como o têxtil, o vestuário, o calçado, o mobiliário e a cortiça, e em setores emergentes como as TICE, as máquinas e material elétrico, e o mar. Na Região Centro, observa-se uma concentração dos apoios em setores chave como as indústrias de fabricação de produtos minerais não metálicos e as indústrias dos plásticos e de fabricação de máquinas e equipamentos. Na Região do Alentejo, esta concentração ocorre nos setores da agricultura e do turismo, enquanto na Região de Lisboa se verifica uma maior intensidade dos apoios nos setores mais dinâmicos como a química e farmacêutica, e o software e telecomunicações. Na Região do Algarve, sinaliza-se o predomínio dos incentivos no setor do turismo.

3. Robustecimento do Sistema Nacional de Inovação

A heterogeneidade verificada entre as EEC no que concerne ao envolvimento das diversas tipologias de atores do SNI na sua estrutura de associados tem impactes significativos no número e tipologia de projetos desenvolvidos e nos resultados alcançados por cada EEC. No que se relaciona com o robustecimento do SNI, aqueles que envolveram uma maior proporção de instituições de ensino superior e formação profissional e de instituições de I&DT e assistência tecnológica foram aqueles que evidenciaram melhores resultados em aspetos como o número de projetos desenvolvidos, complexidade das parcerias envolvidas, número de patentes previsto, ou gastos em transferência de tecnologia.

4. Melhor gestão dos recursos públicos e privados em termos de Sistema Científico e Tecnológico

Foi manifesta a preocupação de colocar as empresas como elemento central do Sistema, fomentando o seu envolvimento e a aplicação, no mercado, dos projetos de I&DT desenvolvidos. No entanto, apenas no âmbito de um conjunto limitado de projetos de I&DT, designadamente dentro da tipologia "mobilizadores", foram desenvolvidas iniciativas inovadoras com elevado grau de complexidade na gestão, envolvendo parcerias alargadas ou incluindo parceiros ou redes internacionais. No mesmo sentido, considerando as prioridades europeias de "especialização inteligente", relacionadas com o apoio seletivo às atividades de I&DT e a racionalização dos recursos, reconhece-se o contributo da política de EEC para a focalização dos projetos de I&DT num conjunto limitado de prioridades tecnológicas, embora a identificação de "nichos" ainda seja incipiente.

5. Indução de: a) atividades de I&D; b) investimento noutros fatores dinâmicos de competitividade (e.g., propriedade industrial, qualidade, eficiência energética, economia digital, modelos organizacionais das empresas); c) orientação para mercados externos; d) cooperação; e) articulação entre as ofertas de qualificação e as necessidades de competências; f) visibilidade e reforço das ligações internacionais das empresas

As Entidades Gestoras dos Polos e Clusters têm procurado desenvolver, com abrangência e resultados muito variáveis, um conjunto de atividades que contribuam para induzir I&D, inovação, cooperação, internacionalização e qualificação dos recursos humanos, embora, de forma geral, estas atividades apresentem um impacte pouco expressivo. A reduzida experiência das Entidades Gestoras, bem como o espaço temporal decorrido explica em larga medida o nível dos resultados e realizações.

6. *Mecanismos de monitorização, acompanhamento e avaliação das EEC*

O modelo implementado carece de maior rigor, abrangência e profundidade, tendo em vista os objetivos que da política de EEC. Estas lacunas estão patentes nos mecanismos de avaliação adotados pelas diferentes EEC, que se revelam pouco robustos tanto na monitorização do desempenho das Entidades Gestoras, como no acompanhamento dos ecossistemas e setores de intervenção, e na capacidade de introduzir melhorias em resultado das conclusões dos exercícios de autoavaliação. Verifica-se ainda, na maioria das EEC, grande fragilidade ou inexistência de realização de exercícios de benchmarking ou a contratação de peritos internacionais para a formulação de pareceres ou realização de estudos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Está em curso o processo de preparação de um novo ciclo de reconhecimento, acompanhamento e monitorização de Clusters, que assentará na experiência do passado e, sobretudo, no resultado das avaliações efetuadas sobre as Estratégias de Eficiência coletiva dinamizadas no âmbito do QREN e o seu processo de implementação e acompanhamento. Tratando-se de um processo em curso no âmbito de uma nova política de Clusters e que se pretende em alinhamento com a Estratégia de Especialização Inteligente para Inovação e Investigação, nacional e regionais, não estão ainda consolidadas as novas características a adotar.

A8. Observações complementares

Para o próximo período de programação as medidas a definir deverão estar articuladas com as estratégias regionais de especialização inteligente constantes dos RIS3 (Regional Innovation Strategies for Smart Specialization). A par da ENEI, Portugal apresentou 7 estratégias regionais (Açores, Madeira, Região do Algarve, Região de Lisboa e Vale do Tejo, Região Centro, Região do Alentejo, Região Norte).

Medida Prioritária 2.4.4

Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Emprego e Formação Profissional, Agencia para a Inovação e Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais Norte, Centro e Alentejo.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Não

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Atribuição de bolsas a jovens empreendedores; Disponibilização de mentoria aos jovens e disponibilização de assistência técnica e acompanhamento aos projetos em desenvolvimento.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Há diferentes iniciativas. IAPMEI intervém em algumas, incluindo passaportes 3i ou passaportes para o empreendedorismo. Há iniciativas de responsabilidade IFDR e PO Regionais, como o SIALM.

Referem-se as seguintes ações:

Receção e avaliação das candidaturas de 7 fases ao longo do ano de 2013;

Contratualização com os jovens bolseiros;

Atribuição de bolsa prevista na legislação e no regulamento do Passaporte para o Empreendedorismo. Para efeito de atribuição das bolsas não esteve presente qualquer critério de majoração ou diferenciação territorial. Apenas nas NUT II Alentejo, Centro e Norte a medida se aplicava, pelo que a diferenciação territorial foi feita logo na conceção do projeto, ao não considerar as regiões Lisboa e Algarve como elegíveis para a atribuição de bolsas;

Trata-se de bolsas de 4 ou 12 meses (consoante a qualidade do trabalho desenvolvido, aferida por júri independente) no valor de 691,70€ mensais, com a finalidade de facilitar o desenvolvimento de projetos empresariais, por jovens graduados há menos de 3 anos com idade até aos 34 anos, complementando-se a bolsa com o apoio de mentoria através da rede nacional de mentores e com assistência técnica.

Realização de uma sessão de avaliação intercalar aos três meses, por júri independente,

Acompanhamento dos projetos em desenvolvimento, incluindo mentoria por terceiros;

Disponibilização de Assistência Técnica aos projetos em desenvolvimento,

Ações de promoção e divulgação da iniciativa.

Procedimento administrativo da contratação de serviços externos para acompanhamento, apoio administrativo e assistência técnica.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

No IAPMEI a iniciativa Passaporte para o Empreendedorismo ocupa a tempo inteiro 4 quadros superiores.

Adicionalmente, na fase de análise das candidaturas, foram mobilizados outros recursos humanos, até 4.

Na Agência de Inovação também estão a trabalhar na iniciativa 2 quadros superiores, subindo esse número na fase de análise, de modo a garantir o cumprimento dos prazos.

Os meios financeiros são os que estão contratados com os Programas Operacionais regionais, sendo os orçamentos contratados de 5.066.899,90 € no Norte, 3.584.357,90 € no Centro e 1.619,049,35€ no Alentejo, para toda a duração da medida.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não foi realizada a análise prévia do perfil dos candidatos, por ser incompatível com o calendário de avaliação das candidaturas;

As iniciativas de acompanhamento e Assistência técnica foram extremamente mitigadas por força da exigência relacionada com os procedimentos de contratação pública.

Pelos mesmos motivos ainda não se iniciou a monitorização on-going.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nenhuma – o período ainda decorre.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não. Deveria no entanto, para poder dar suporte adequado a medidas deste tipo, ter sido criada uma provisão orçamental e um instrumento adequado para financiamento dos projetos que vierem a ser desenvolvidos no âmbito da iniciativa.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Candidaturas apresentadas (total e NUT II)	Nº			**3.100**	2013	**2.502**	2013
Norte				1.700		1.448	
Centro				1.100		862	
Alentejo				300		192	
Passaportes atribuídos (4 meses)	Nº			**1.350**	2013	**764**	2013
Norte				700		473	
Centro				500		242	
Alentejo				150		49	
Extensões de passaporte (+8 meses) atribuídas	Nº			**435**	2013	**547**	2013
Norte				210		320	
Centro				150		185	
Alentejo				75		42	

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Está prevista a realização de procedimentos de monitorização on-going e ex-post mas o lançamento do procedimento de contratação de serviços ainda não foi autorizado pelo que a monitorização ainda não está a ser desenvolvida.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas.

Dificuldades internas

Reduzida equipa de trabalho associada ao desenvolvimento da medida.

Dificuldades externas

Menor adesão dos jovens à iniciativa, relativamente ao previsto;

Reduzido grau de qualidade inicial das candidaturas apresentadas, de que resultou um número elevado de quebras na fase de análise;

Elevada complexidade e extrema morosidade dos procedimentos administrativos relacionados com a contratação pública de empresas e entidades externas que em sede de candidatura estavam previstas contratar para o suporte do desenvolvimento da iniciativa, do que resultou que alguns dos apoios a conceder fossem mitigados, com eventual compromisso da boa execução.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Apesar de não se terem registadas tantas candidaturas como as inicialmente previstas e de se verificar uma reduzida qualidade dos projetos apresentados, ainda assim o número de bolseiros que completam o ciclo de 12 meses será superior ao inicialmente estimado.

O desenvolvimento da medida serviu igualmente para a sensibilização dos jovens graduados para as oportunidades de futuro que podem resultar de serem os próprios a empreender as iniciativas que conduzem à criação de um emprego.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

No que se refere à Assistência Técnica as realizações estão aquém do previsto por força das dificuldades de contratação de serviços de entidades externas especializadas.

Apesar de só no final do percurso de 12 meses das 7 fases de candidatura se poder avaliar o efetivo resultado em termos de empresas criadas, a medida tem contribuído de forma significativa para a capacitação dos jovens bolseiros para uma eventual atividade empresarial.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. O modelo de implementação de algumas ações, como o Passaporte para o Empreendedorismo, contribuiu de forma significativa para a criação de uma network de empreendedorismo.

Foi criada uma rede nacional de mentores, cobrindo as regiões alvo da medida e a generalidade de sectores de atividade, com pessoas qualificadas e experientes que se disponibilizaram, pro bono, a apoiar e acompanhar os jovens durante o desenvolvimento dos seus projetos. Essa rede está igualmente disponível para ser lançada de forma aberta, fora da iniciativa Passaporte para o empreendedorismo, contribuindo positivamente para a capacitação de outros empreendedores.

A experiência desenvolvida no IAPMEI no âmbito desta iniciativa permitiu a criação de competências e modelos de trabalho que poderão ser utilizadas futuramente noutros projetos de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Mantendo muitas das características disponíveis na iniciativa, o modelo de intervenção não se revelou perfeito, podendo ser ajustado de modo a que se possam obter maiores índices de eficácia, o que é possível fazer com o acumulado de experiência que o IAPMEI obteve na implementação do Passaporte para o Empreendedorismo.

Deve no entanto importa em conta que um mecanismo de intervenção deste tipo deverá ser suportado por instrumentos ágeis e fáceis de mobilizar, ajustando-se à dinâmica dos projetos em desenvolvimento e à natureza dos projetos (que varia de fase para fase), não sendo razoável que os instrumentos a disponibilizar estejam dependentes de uma forte inércia decorrente dos mecanismos de contratação pública, desfasados da dinâmica empresarial no curto período de tempo que se tem para trabalhão os projetos.

Deve igualmente prever-se um mecanismo de financiamento (nomeadamente por capitais próprios) associado automaticamente ao desenvolvimento dos projetos, que regra geral são suportados por jovens sem anterior experiência profissional e sem capitais próprios adequados. Na ausência de capitais próprios os projetos terão muita dificuldade de singrar, dadas as atuais restrições ao crédito bancário e, adicionalmente, à irracionalidade que resulta de suportar a criação de empresas com forte grau de inovação (e logo de risco) com base em financiamento bancário (capital alheio).

A8. Observações complementares

_____

Objetivo Específico 2.4

Promover polos regionais de competitividade e qualificar o emprego.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Avaliação positiva das atividades desenvolvidas no domínio da dinamização de pólos e clusters como contributo para o reforço da competitividade e da qualificação do emprego.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Cf resultados das avaliações efetuadas diretamente pelo COMPETE ou pelas entidades contratadas no site do COMPETE http://www.pofc.qren.pt/areas-do-compete/polos-e-clusters/monitorizacao.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
_____							

Medida Prioritária 2.5.1

Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, nomeadamente através do apoio a iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidades financiadoras: SPGM, Sociedades de Garantia Mutua, Camaras Municipais e Bancos

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

_____

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Divulgação das medidas; atualização de condições e preçários.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A intervenção do IAPMEI é limitada a alguns instrumentos, no domínio dos sistemas de incentivos e dinamização de microcréditos e empreendedorismo.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A mobilização de recursos financeiros através do Fundo de Contragarantia Mútua e as próprias SGM na cobertura de risco das operações de crédito no âmbito do programa Finicia (microcrédito e early stage)

No âmbito dos Fundos de Crédito de âmbito municipal, as operações realizadas nos municípios aderentes, são suportadas em 20% por fundos aportados pelas Câmaras municipais e 80% pelos bancos protocolados, sendo a componente do crédito bancário coberta a 75% por Garantia Mútua.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

_____

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

_____

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Ações de divulgação e sensibilização em articulação com diversas entidades vocacionadas para apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo e da dinamização empresarial.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
_____							

**** 2007 a 2013***

	Projetos
Total entrados	**2.964**
Concretizados	**590**
Aprovados	**293**
Caducados	**1.013**
Retirados	**153**
recusada	**350**
Extinta	**348**
Executada	**194**
Em estudo reanálise	**23**

**** Projetos aprovados / concretizados por medida 2007-2013 (mil €)***

	Nº Proj	Crédito	Garantia Mútua
Early stage/Eixo II	607	20.175,2	13.212,2
Eixo III (âmbito municipal)	276	7.850,6	5.443,9
TOTAL	883	28.025,9	18.656,1

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

O Sistema de garantia mútua monitorizou e articulou com o IAPMEI e a banca a atualização de condições e preçários.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas.

A procura dos instrumentos, esteve condicionada pela conjuntura económica e pelo surgimento de medidas alternativas, que se revelaram mais vantajosas em particular para micro e pequenas empresas com mais de 2 amos de existência e para empresas constituídas por desempregados.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O principal objectivo era o de assegurar condições de financiamento para a criação de novas empresas e estimular o crescimento de micro e pequenas empresas de base local / regional, e desta forma promover o emprego e o estabelecimento de condições de equilíbrio social e económico.

O contributo foi muito positivo, com as condicionantes definidas em A.4

Numa 1ª fase a criação de postos de trabalho direto identificados foi de 985.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Duma forma geral, as medidas teriam tido impacto substancial se num quadro económico e financeiro menos constrangedor da atividade económica.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

_____

A8. Observações complementares

No contexto desta medida importa referir que o trabalho do IAPMEI incide fundamentalmente preocupado com a competitividade das empresas, o que só indiretamente se reflete na perspetiva de criação de emprego.

Objetivo Específico 2.5

Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Avaliação positiva das atividades desenvolvidas como contributo para a promoção da fixação de populações com níveis elevados de qualificação através da facilitação do acesso ao crédito para investimentos.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

_____

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
_____							

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 2.2, 2.4 , 2.5

Justificação sucinta da resposta anterior:

Pela relevância destes objetivos no contexto do reforço da competitividade e do emprego da economia, suportando as dinâmicas de integração no espaço ibérico, europeu, atlântico e global .

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) _____

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

_____

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

_____

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Estratégia Europa 2020

Portugal 2020 e outros

B3. Observações complementares

_____

Objetivo Estratégico 5

Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*5.1*	*Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efetiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).*

Medidas Prioritárias	*5.1.2*	*Promover o desenvolvimento de redes abertas de banda larga nos centros urbanos das regiões menos desenvolvidas (2007-2013).*
	5.1.4	*Promover a instalação de pontos de acesso à banda larga em locais públicos, designadamente em terminais de transportes, nas escolas, nas instituições de apoio à juventude, em hospitais e outros equipamentos sociais, e nos locais de alojamento e de atividade turística (2007-2010).*

Objetivo específico	*5.2*	*Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.*

Medidas Prioritárias	*5.2.1*	*Promover a colaboração em rede e a partilha de tarefas e conhecimentos com base nas TIC, envolvendo quer associações municipais, empresariais, profissionais e de solidariedade social, quer escolas, entidades do sistema nacional de saúde e outras em torno de projetos de interesse comum (2007-2013).*
	5.2.2.	*Disponibilizar, de forma aberta, a informação detida por entidades públicas como suporte ao desenvolvimento de valor acrescentado pela indústria de conteúdos digitais e estímulo ao seu desenvolvimento e competitividade (2007-2013).*
	5.2.3	*Incentivar a dinamização de novas atividades ou de novas formas de prestação de serviços no âmbito dos projetos Cidades e Regiões Digitais (2007-2013).*
	5.2.4	*Incentivar a criação de Portais Regionais que sejam montra das potencialidades e atividades da região nos diversos domínios, tendo também em consideração as novas tecnologias de acessibilidade para os utilizadores com deficiência (2007-2013).*
	5.2.6	*Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).*
	5.2.7	*Desenvolver novas atividades e plataformas de inclusão social para idosos com base nas TIC, como forma de adaptação a uma sociedade com uma participação maior de populações de idades mais avançadas (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 5.1.2

Promover o desenvolvimento de redes abertas de banda larga nos centros urbanos das regiões menos desenvolvidas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento);

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ANACOM e operadores privados

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não disponível

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito da APD (Agenda Portugal Digital) e no domínio do "acesso à banda larga e ao mercado digital" as principais ações centraram-se em torno de cinco temas: Banda Larga Básica ao alcance de todos, Banda larga Rápida e Ultrarrápida, Programa PME Digital, Plano Estratégico de combate à violação de direitos de autor e direitos conexos, Confiança e Segurança das redes e serviços.

Assim e, no que se refere à intervenção destinada a promover o acesso à banda larga e ao mercado digital**,** as principais medidas, centradas na criação das infraestruturas necessárias para a melhor cobertura nacional de banda larga e na promoção do amplo acesso das populações ao mercado digital, encontraram uma boa execução, apresentando os seguintes resultados:

- 100% do território nacional com cobertura de banda larga básica (velocidade até 30 Mbps)[1], - permitindo considerar como desenvolvida a infraestrutura necessária a uma cobertura nacional de banda larga básica através de acessos com e sem fios,
- 81,3% do território nacional com cobertura de banda larga fixa de velocidade igual ou superior a 100 Mbps e 89,7% com cobertura de banda larga móvel de velocidade igual ou superior a 100 Mbps[2],
    - População de zonas rurais com cobertura de banda larga rápida e ultrarrápida:
    - Zona Norte (28,0%); Zona Centro (55,2%); Zona Alentejo e Algarve (16,0%)[3],

Ainda neste âmbito de intervenção e, com o objetivo de promover a criação de condições para o retorno do investimento nos bens culturais e informativos nacionais, foi cumprido o plano de ação previsto e instituídas as linhas políticas orientadoras do "Plano Estratégico de combate à violação de direito de autor e dos direitos conexos"[4]. Embora aguardando decisão politica para o processo de publicação, foi também concluída, neste período, a legislação sobre direitos de autor e direitos conexos. Acresce referir a atividade desenvolvida para melhorar a confiança e a segurança das redes e serviços, sublinhando as ações destinadas à criação do "centro de reporte de incidentes e de gestão operacional agregada, das redes e serviços de comunicações eletrónicas, incluindo a internet", ao planeamento de "exercícios de preparação de redes e serviços" (*Cyber Europe 2014*) e as medidas destinadas à criação do "Sistema Nacional de Gestão de Risco". Todas as ações previstas foram desenvolvidas sob a liderança e coordenação do ICP-ANACOM, de acordo com os cronogramas definidos.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não disponível

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não disponível

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não disponível

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

[1] Entidade que reporta: SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações / MEE; Fonte: ICP-ANACOM; Comissão Europeia

[2] Entidade que reporta: SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações / MEE; Fonte: ICP-ANACOM; Comissão Europeia

Nota: Os valores para 30 Mbps e para 100 Mbps são iguais uma vez que as tecnologias de banda larga que suportam velocidades de *download* iguais ou superiores a 30 Mbps também suportam velocidades iguais ou superiores a 100 Mbps (FTTH / Euro DOCSIS 3.0 / LTE).

[3] Entidade que reporta: SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações / MEE; Fonte: ICP-ANACOM; dados referentes ao 3º Trimestre 2013

Nota: Nas Zonas Açores e Madeira a rede ainda não está instalada, mas existe a mesma obrigação de cobertura de mais de 50% da população nas zonas rurais, que se prevê estar concluída no final de 2014 (Açores) e 2015 (Madeira

[4] Entidade que reporta: IGAC - Inspeção Geral das Atividades Culturais / SEC

Não disponível

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os processos de monitorização foram desenvolvidos e aplicados no âmbito da APD (Agenda Portugal Digital) e não se referem especificamente à MP 5.1.2 (PNPOT)

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não disponível

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A informação disponível no âmbito dos objetivos gerais e situação em 2013, da APD permite sublinhar:

- 81,3% do território nacional com cobertura de banda larga fixa de velocidade igual ou superior a 30 Mbps e
- 89,7% com cobertura de banda larga móvel de velocidade igual ou superior a 30 Mbps..

Fonte: ICP-ANACOM; dados referentes a dezembro 2013

Nota: Os valores para 30 Mbps e para 100 Mbps são iguais uma vez que as tecnologias de banda larga que suportam velocidades de download iguais ou superiores a 30 Mbps também suportam velocidades

iguais ou superiores a 100 Mbps (FTTH / EuroDOCSIS 3.0 / LTE).

*61,6% das **famílias dispõem de ligação** à Internet em casa através da banda larga.(***Fonte:** INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013

- **Nota:** Corresponde à proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga. Banda Larga: ligação que permite veicular, a grande velocidade, quantidades consideráveis de informação, como por exemplo, imagens televisivas. Os tipos de ligação que fornecem ligação em banda larga são: XDSL (ADSL, SDSL, etc.), cabo, UMTS ou outras como satélite.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não disponível

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

No âmbito da operacionalização da Agenda Portugal Digital e, face ao modelo de governação que suporta a sua atividade é possível reconhecer impactos ao nível do relacionamento inter-organizacional e ganhos de eficiência na partilha de informação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A APD tem um horizonte de execução e uma definição de objetivos que, nalguns casos, se estendem a 2016 e 2020.

Medida Prioritária 5.1.4

Promover a instalação de pontos de acesso à banda larga em locais públicos, designadamente em terminais de transportes, nas escolas, nas instituições de apoio à juventude, em hospitais e outros equipamentos sociais, e nos locais de alojamento e de atividade turística (2007-2010).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital).

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Os contributos da APD para esta medida são de natureza indireta e sobretudo decorrentes dos efeitos de promoção e de sensibilização das vantagens da economia digital, na promoção da literacia digital e das ações de redução do gap na utilização dos recursos disponíveis.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Com o objetivo de Melhorar a Literacia, Qualificações e Inclusão Digitais, a Agenda Portugal Digital identificou cinco medidas, prevendo períodos de execução diferenciados entre 2013 e 2015. No período em análise, embora com níveis de desenvolvimento muito diferenciados, estiveram ativas as cinco medidas definidas:

- *Desenvolver competências para a Economia Digital,*
- *Promover a disponibilização e utilização de e-books (livros eletrónicos),*
- *Promover a inclusão digital e a utilização regular da Internet,*
- Definir uma política de acessibilidade para os conteúdos e plataformas digitais portuguesas a disponibilizar na Internet,
- Promover a criação e a digitalização massiva de conteúdos.

A intervenção destinada a Desenvolver competências para a Economia Digital, pretende essencialmente promover a utilização das TIC na educação e na formação, desenvolvendo qualificações avançadas e de talento para a Economia Digital, nomeadamente de nível superior e com a especialização adequada às necessidades da competitividade global. Uma das iniciativas previstas passa pelo lançamento da Academia Digital, que visa dotar os formandos de conhecimentos práticos e avançados na gestão digital de negócios (incluindo comercio eletrónico, marketing digital, desenvolvimento de produtos e serviços digitais, legislação e propriedade digital, tecnologia e empreendedorismo).

Destaque ainda para os trabalhos exploratórios para o lançamento da Coligação Nacional para o aumento das competências TIC e da empregabilidade com base na "Grand Coaltion for Digital Jobs" lançada pela Comissão Europeia, em março de 2013.

Neste domínio sublinham-se os principais resultados da Academia PME (para além de alguns trabalhos preliminares de reflexão e alinhamento conceptual sobre o projeto para a Academia Digital) que traduzem-se em:

- 12 "*Workshops* de capacitação de agentes para a economia digital" realizados (100% dos eventos previstos para 2013)[5],
- 129 agentes formandos nos "Workshop de capacitação de agentes para a economia digital" (mais 29 que o previsto inicialmente para 2013)[6].

No âmbito das atividades desenvolvidas para promover a disponibilização e utilização de *e-books* (livros eletrónicos)[7], destacam-se os seguintes indicadores:

- Peso dos *e-Books* no acervo de Livros adaptados pelos Centros Produtores Especializados: 1000 eBooks para 5200 livros adaptados (3000 braille + 2200 áudio),
- Peso dos *e-Books* na oferta editada anualmente de Livros em Português Europeu: inferior a 1%.

Para promover a inclusão digital e a utilização regular da Internet[8] e, no âmbito das atividades desenvolvidas, sublinha-se:

- Apresentação da 1ª fase de lançamento da "Rede TIC e Sociedade" no âmbito de um Programa

[5] Entidade que reporta: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.; Fonte: IAPMEI / PME Digital

[6] idem

[7] Entidade que reporta: FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.; Fonte: Biblioteca Nacional, Serviços de Leitura Especial

[8] Entidade que reporta: FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

nacional de Intervenção na área da Inclusão e Literacia Digital, em 29 de outubro de 2013,

- Promoção do "Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação (DCB)": inscritos, ativados ou reativados 124 centros emissores do DCB; realizada e concluída a revisão técnica da plataforma de emissão do DCB e do manual do Formador,
- Realizada em 30 de outubro de 2013, a 1ª reunião para a constituição do Grupo de trabalho para a intervenção na área da Inclusão e Literacia Digitais realizada em 30 de Outubro de 2013, com a participação de interlocutores de organizações públicas e privadas (*Libre Office* Portugal, CDI Portugal e GMCS); deverão vir a integrar este grupo, o Conselho Nacional para a promoção do voluntariado e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.
- Participação de Portugal no "*Trans-eFacilitator*", projeto europeu para o reconhecimento da formação dos facilitadores de competências digitais (e-facilitadores). No âmbito do projeto foram realizadas as seguintes atividades: levantamento das necessidades formativas dos formadores TIC nos Espaços Internet em Portugal; tradução e adaptação de 5 módulos do currículo para a formação vocacional (VET4 e-i); FCT será líder do *WP6* fase do piloto de implementação e teste deste currículo em três países (Alemanha, Letónia e Portugal),

Com o objetivo de definir uma política de acessibilidade para os conteúdos e plataformas digitais portuguesas a disponibilizar na Internet[9], foi publicado um estudo para Avaliação dos Sítios Web das Instituições do Ensino Superior. Foi também criado um grupo de trabalho para promover a a adoção de medidas legislativas sobre as diretrizes de acessibilidade aplicadas à Web que potenciem um acesso universal aos conteúdos e plataformas disponibilizadas.

Já no que se refere à atividade desenvolvida para promover a criação e a digitalização massiva de conteúdos[10], destaca-se:

- Criado grupo de trabalho (que inclui nesta fase, a Biblioteca Nacional de Portugal, ACEPI, DGE, Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, devendo vir a incluir outras entidades consideradas apropriadas numa fase subsequente), no âmbito da ação Criação e partilha pública de conteúdos de cultura digital em Língua Portuguesa,
- Proposta de identificação, reconhecimento e divulgação de projetos ("boas práticas") em análise, no âmbito da ação Plataformas digitais de conteúdos em Língua Portuguesa,
- Proposta de conceção de uma medida de promoção da digitalização e disponibilização pública de acervos culturais patrimoniais em análise.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não disponível

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não disponível

[9] Entidade que reporta: FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

[10] idem

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não disponível

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não disponível

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Processos de monitorização foram desenvolvidos e aplicados no âmbito da APD e não se referem especificamente à MP 5.1.4 (PNPOT)

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não aplicável

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações desenvolvidas no âmbito da APD contribuem, supletivamente, para os objetivos em referência.

Sublinham-se as iniciativas no âmbito da promoção da inclusão digital e a utilização regular da Internet, os trabalhos exploratórios para o lançamento da Coligação Nacional para o aumento das competências TIC e da empregabilidade com base na "Grand Coaltion for Digital Jobs" e os resultados da Academia PME (para além de alguns trabalhos preliminares de reflexão e alinhamento conceptual sobre o projeto para a Academia Digital).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não aplicável

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Verificam-se impactos ao nível dos progressos na redução do gap de utilização dos recursos disponíveis e da acessibilidade à economia digital (cidadãos e empresas) e uma colaboração acrescida por parte dos diferentes atores com interesse na matéria (academia, empresas e entidades publicas).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A APD tem um horizonte de execução e uma definição de objetivos que, nalguns casos, se estendem a 2016 e 2020.

Do ponto de vista do IAPMEI o contributo da APD para esta medida reside sobretudo na perspetiva de facilitar a redução do gap de competências e de literacia digitais, por forma a melhorar as taxas de utilização dos serviços disponíveis e, no reforço das disponibilidade de soluções que capacidade de resposta da administração pública.

Objetivo Específico 5.1

Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efetiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Avaliação positiva nos termos das atividades e objetivos definidos na APD conforme referências e resultados já apresentados (MP 5.1.2 e 5.1.4).

Ainda nos termos da RCM 112/2012, o foco nas condições que permitam o alargamento do acesso à internet de banda larga em todo o pais e a promoção de uma rápida e efetiva apropriação dos benefícios da economia digital mantém-se para além de 2013.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os processos de monitorização e de avaliação referem-se aos objetivos e medidas da APD pelo que não são diretamente aplicáveis neste contexto. Informação mais detalhada no Relatório APD 2013.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 5.2.1

Promover a colaboração em rede e a partilha de tarefas e conhecimentos com base nas TIC, envolvendo quer associações municipais, empresariais, profissionais e de solidariedade social, quer escolas, entidades do sistema nacional de saúde e outras em torno de projetos de interesse comum (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento);

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Ainda no âmbito das atividades da APD e, pelo alinhamento com a MP 5.2.1, referem-se as ações no domínio das "respostas aos desafios societais".

No domínio da resposta ao desafio Melhor Educação[11], a atividade desenvolvida centrou-se essencialmente no objetivo de consolidação da rede unificada da educação (RUME). Trata-se de uma intervenção que pretende integrar a rede de dados das escolas, organismos do MEC e RCTS e

[11] Entidade que reporta: DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência / MEC

desenvolver uma rede unificada de voz para o MEC. A reconfiguração da rede está prevista para 2014.

No que se refere à resposta ao desafio Melhor Saúde[12] a atividade desenvolveu-se essencialmente em torno de quatro temas:

- Consolidação da infraestrutura de suporte ao Sistema de Informação para a Saúde (medida 3.5.33), com o objetivo de promover a atualização da infraestrutura tecnológica do Ministério da Saúde (MS),
- Evolução dos sistemas de informação de suporte à prestação de cuidados de saúde (medida 3.5.34), com o objetivo de promover o desenvolvimento de um único sistema de informação para suporte ao utente e às atividades clínicas e administrativas dos diferentes níveis de prestação de cuidados de saúde, com uma arquitetura centrada no cidadão, multidisciplinar e multi-instituição,
- Plataforma de Dados de Saúde (medida 3.5.35) com o objetivo de promover o seu desenvolvimento, estruturando um sistema de partilha de dados de saúde, que os apresenta aos diferentes agentes da prestação de cuidados (utentes, profissionais do SNS e de fora do SNS), através de portais específicos, seguros e contextualizados, a partir das instituições locais onde permanecem guardados, criando um repositório de informação clinica anonimizada no âmbito da Direção-Geral da Saúde, para os fins de saúde pública consignados na missão desta autoridade, e
- Prescrição e requisição eletrónica desmaterializada.

Envolvendo trabalho de colaboração com associações empresariais e profissionais, refere-se:
Sensibilização de PME e capacitação de agentes de promoção da economia digital (programa PME Digital[13]):

- 13 "Roadshow PME Digital" realizados
- 289 PME's participaram nos "Roadshow PME Digital" realizados (uma média de 22,2 PME por evento)
- 61.225 visitas ao site PME Digital (previstas 72.000 para finais de 2014)
- 365 pedidos de esclarecimento solicitados ao PME Digital
- 841 brochuras PME Digital enviadas
- 1.206 chamadas recebidas no Call Center da PME Digital

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Não disponível.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

[12] Entidade que reporta: SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde / MS

[13] PME DIGITAL – Programa promovido pelo IAPMEI e pela ACEPI destinado a estimular a inclusão das empresas na economia digital, em particular as microempresas e as pequenas e médias empresas (PME), permitindo o acesso, em condições especiais, a um conjunto de produtos e serviços digitais, visando aumentar a sua produtividade e competitividade

Entidade que reporta: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Fonte: IAPMEI / PME Digital

Não disponível.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não disponível.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não disponível.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não disponível.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Processos de monitorização foram desenvolvidos e aplicados no âmbito da APD e não se referem especificamente à MP 5.2.1 (PNPOT)

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não disponível

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A avaliação positiva nos termos das atividades e objetivos definidos na APD conforme referencias e resultados anteriormente apresentados (MP 5.2.1)

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não disponível.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Verificam-se impactos positivos ao nível de uma cultura de colaboração em rede dos diferentes atores que participam nas ações referidas (empresas, academia, cidadãos e associações)

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A APD tem um horizonte de execução e uma definição de objetivos que nalguns casos se estendem a 2016 e 2020.

Medida Prioritária 5.2.2

Disponibilizar, de forma aberta, a informação detida por entidades públicas como suporte ao desenvolvimento de valor acrescentado pela indústria de conteúdos digitais e estímulo ao seu desenvolvimento e competitividade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

_____

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Os contributos da APD para esta medida são de natureza indireta e sobretudo decorrentes das ações desenvolvidas no domínio do "fortalecimento da investigação e da capacidade de inovação em TIC" e do "estímulo ao desenvolvimento e oferta de serviços avançados.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Na intervenção definida com objetivos de Fortalecer a investigação e a capacidade de inovação em TIC, apoiar e estimular a investigação e inovação em áreas emergentes e promover a investigação aplicada, foi dinamizado o processo de identificação dos pontos focais das entidades responsáveis pela execução das diversas medidas previstas e, realizadas diversas reuniões de trabalho para discutir e consensualizar as ações necessárias à sua boa execução. Tratou-se de um trabalho prévio de reflexão e de concertação de objetivos, importante para identificar uma linha de direção comum e suficientemente robusta para que possa ser reconhecida e apropriada pelas várias entidades responsáveis e pelos principais atores das áreas cobertas pelas medidas a executar.

Como principais resultados, sublinha-se:

- Realizado um painel específico sobre as TIC enquanto tecnologias transversais na "Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente – ENEI" no âmbito das "Jornadas de Reflexão Estratégica" realizadas a 7 de outubro de 2013,
- Constituída a base de dados harmonizada, com identificação de grupos/unidades de I&D participantes em projetos TIC da FCT e do 7º PQ, no âmbito da ação Mapeamento da I&D e Inovação em TIC,
- Realizadas reuniões iniciais para constituição de "Task-force FCT para a I&D e Inovação em TIC", no âmbito da ação Acompanhamento e reflexão sobre ações FCT com vista a fortalecer I&D e a capacidade de inovação em TIC,
- Realizadas as primeiras reuniões visando constituição de grupo de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades, no âmbito da ação Articulação na promoção da I&D e Inovação em TIC para a Agenda Portugal Digital.

Com a medida destinada a Estimular o desenvolvimento e a oferta de serviços avançados, a Agenda Portugal Digital pretende sobretudo, promover o desenvolvimento da produção e da oferta de aplicações com conteúdos e serviços que acrescentem valor económico e que utilizem o potencial oferecido pelas redes de nova geração (RNG).

Referem-se aqui as principais ações e resultados:

- Realizadas as reuniões iniciais para constituição de "Task-force FCT para a I&D e Inovação em TIC" no âmbito da ação Acompanhamento e reflexão sobre ações FCT com vista a estimular o desenvolvimento e a oferta de serviços avançados,
- Realizadas as primeiras reuniões visando constituição de grupo de trabalho envolvendo diversos departamentos ministeriais e entidades, no âmbito da ação Articulação na promoção da I&D e Inovação em TIC para a Agenda Portugal Digital.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não disponível

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não disponível

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não disponível

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não disponível

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os processos de monitorização foram desenvolvidos e aplicados no âmbito da APD e não se referem especificamente à MP 5.2.2 (PNPOT).

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não disponível

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Avaliação positiva nos termos das atividades e objetivos definidos na APD conforme referências e resultados apresentados na MPO 5.2.2.

Ainda nos termos da RCM 112/2012 mantém-se o foco nas condições que permitam disponibilizar de forma aberta a informação detida pelas entidades públicas (cf medidas "desafios societais" sob dinamização da AMA).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não disponível

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

No âmbito da operacionalização da APD e face às ações referenciadas é possível reconhecer impactos positivos ao nível do relacionamento inter organizacional e ganhos de eficácia na partilha de informação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

_____

A8. Observações complementares

A APD tem um horizonte de execução e uma definição de objetivos que, nalguns casos, se estende a 2016 e a 2020.

Medida Prioritária 5.2.6

Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa; Direção-Geral de Saúde; Direção-Geral de Educação

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito da operacionalização da APD e para além das ações identificadas no domínio das "respostas aos desafios societais – melhor saúde"* não se identificam, no período, ações com contributo direto e relevante para a MP 5.2.6 no que se refere a "espaços de baixa densidade".

* No âmbito da "Melhor Saúde" identificam-se os seguintes 4 temas:

- Consolidação da infraestrutura de suporte ao Sistema de Informação para a Saúde (medida 3.5.33), com o objetivo de promover a atualização da infraestrutura tecnológica do Ministério

da Saúde (MS),

- Evolução dos sistemas de informação de suporte à prestação de cuidados de saúde (medida 3.5.34), com o objetivo de promover o desenvolvimento de um único sistema de informação para suporte ao utente e às atividades clínicas e administrativas dos diferentes níveis de prestação de cuidados de saúde, com uma arquitetura centrada no cidadão, multidisciplinar e multi-instituição,
- Plataforma de Dados de Saúde (medida 3.5.35) com o objetivo de promover o seu desenvolvimento, estruturando um sistema de partilha de dados de saúde, que os apresenta aos diferentes agentes da prestação de cuidados (utentes, profissionais do SNS e de fora do SNS), através de portais específicos, seguros e contextualizados, a partir das instituições locais onde permanecem guardados, criando um repositório de informação clinica anonimizada no âmbito da Direção-Geral da Saúde, para os fins de saúde pública consignados na missão desta autoridade, e
- Prescrição e requisição eletrónica desmaterializada.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não aplicável

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Não aplicável

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não aplicável

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não aplicável

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não aplicável

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não aplicável

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Não aplicável

A8. Observações complementares

Não aplicável

Objetivo Específico 5.2

Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Avaliação positiva nos termos das atividades e objetivos definidos na APD conforme referências e resultados apresentados nas MP 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3.

Ainda nos termos da RCM 112/2012 vai manter-se o foco na promoção das TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento económico e social, generalizando a sua utilização no reforço da competitividade da economia nacional, na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse publico.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os processos de monitorização e de avaliação referem-se aos objetivos e medidas da APD pelo que não são diretamente aplicáveis neste contexto (cf informação mais detalhada no Relatório APD 2013).

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 5

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 5.1 e 5.2

Justificação sucinta da resposta anterior:

Pela relevância destes objetivos no contexto do reforço da competitividade e do emprego da economia associada ao fortalecimento das sinergias com as ações e objetivos definidos na Agenda Portugal Digital e Agenda Digital Europeia.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

RCM 112/2012

Agenda Digital Europeia

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.1.5*	*Avaliar e monitorizar a evolução do estado e qualidade dos solos, numa perspetiva preventiva e de mitigação das ameaças à sua degradação (2007-2013).*
	1.1.6	*Estabelecer e implementar um programa de monitorização do estado químico e ecológico das águas de superfície e do estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, incluindo as massas de água classificadas como zonas protegidas, visando o cumprimento dos objetivos ambientais definidos na Lei da Água (2007-2013).*
	1.1.7	*Implementar a recolha de dados para avaliar e monitorizar a fisiografia costeira, em particular as zonas de risco de erosão costeira, e fundamentar as opções para essas áreas e os planos de ação necessários a uma adequada proteção, prevenção e socorro (2007-2013).*
	1.1.11	*Redefinir e densificar a rede básica de recolha de dados da qualidade do ar, especialmente nas áreas urbanas (2007-2008).*

Objetivo específico	*1.5.*	*Executar a política de gestão integrada da água*
Medidas prioritárias	*1.5.1*	*Regulamentar a Lei n.º 58/2005 (Lei da Água), que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva Quadro da Água (Diretiva nº 2000/60/CE), estabelecendo, o regime de utilização dos recursos hídricos e o correspondente regime económico e financeiro (2007).*
	1.5.2	*Implementar no território continental as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e articular o exercício das suas competências com as das CCDR (2007-2008).*
	1.5.3	*Implementar e acompanhar o Plano Nacional da Água, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e os Planos Regionais da Água dos Açores e da Madeira e assegurar a sua revisão até 2010 (2007-2010).*
	1.5.4	*Elaborar e implementar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Lagoas (POBHL) na Região Autónoma dos Açores e os Planos de Ordenamento equivalentes na Região Autónoma da Madeira, assegurando a sua articulação com os outros instrumentos de ordenamento do território (2007-2013).*

Objetivo específico	*1.6.*	*Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima*

Medidas prioritárias	*1.6.1*	*Elaborar e implementar a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, em articulação, nomeadamente, com o PNAC (2007-2013).*

	1.6.2	*Definir as bases legais de gestão do litoral, em articulação com os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e legislação relativa à água e aos recursos hídricos, incluindo os aspetos referentes à construção e funcionamento das barragens, que assegurem a preservação, proteção e planeamento coerente desta área (2007-2008).*
	1.6.3	*Elaborar e implementar os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, incluindo a identificação e avaliação dos riscos e das condições físicas do território e a sua adequação às opções de planeamento e de salvaguarda dos recursos constantes desses instrumentos de gestão territorial (2007-2013).*
	1.6.4	*Avaliar as situações de ocupação do domínio público marítimo desconformes com a legislação aplicável, repondo a respetiva legalidade, e definir um "espaço litoral tampão" de proteção da zona costeira, no território continental, progressivamente livre de construções fixas (2007-2010).*
	1.6.5	*Elaborar, regulamentar e implementar os Planos de Ordenamento dos Estuários, no território continental, articulados com os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e com os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (2007-2013).*

Objetivo específico	*1.8.*	*Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos*
Medidas Prioritárias	*1.8.2*	*Monitorizar e fiscalizar a extração de recursos geológicos no âmbito da legislação específica do setor extrativo e da avaliação de impacte ambiental e assegurar a logística inversa dos resíduos da exploração mineira e de inertes com respeito pelos valores ambientais (2007-2013).*

Objetivo específico	*1.9.*	*Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas*
Medidas Prioritárias	*1.9.4*	*Implementar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, nomeadamente através da elaboração e execução dos planos e medidas de adaptação às alterações climáticas e da integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial (2007-2013).*
	1.9.5	*Definir um sistema de construção de preços, integrando elementos da economia do carbono (CO2), que incentive a utilização das melhores tecnologias no sentido da eficiência energética e das energias renováveis (2007-2008).*
	1.9.9	*Promover a qualidade ambiental e a eficiência energética dos edifícios e da habitação, nomeadamente desenvolvendo incentivos à incorporação de soluções de sustentabilidade no processo de construção e de reabilitação e através da revisão do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (RSECE) e ainda da implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar nos Edifícios (2007-2012).*

Objetivo específico	*1.11*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos*

Medidas Prioritárias	*1.11.2*	*Reforçar na Avaliação Estratégica de Impactes de Planos e Programas e na Avaliação de Impacte Ambiental a vertente da avaliação de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em particular dos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (2007-2013).*
	1.11.4	*Definir um sistema integrado de circuitos preferenciais para o transporte, armazenagem, eliminação e valorização de resíduos industriais (2007-2008).*
	1.11.5	*Elaborar cartas de risco geológico que identifiquem as zonas de vulnerabilidade significativa, incluindo cartas geológico-geotécnicas das principais áreas urbanas, tendo em vista a tomada de decisões que permitam a minimização dos efeitos resultantes dos fatores meteorológicos e de natureza geológica (2007-2013).*
	1.11.6	*Criar medidas preventivas e corretivas para as diversas situações de risco geológico, nomeadamente através de legislação com a sua identificação e localização criando uma condicionante legal ao uso do solo, através dos Instrumentos de Gestão Territorial (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.5

Avaliar e monitorizar a evolução do estado e qualidade dos solos, numa perspetiva preventiva e de mitigação das ameaças à sua degradação (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Encontra-se em preparação, na Agência Portuguesa do Ambiente, projeto legislativo que estabelece o regime jurídico relativo à proteção e remediação dos solos, visando fixar o respetivo processo de avaliação da qualidade, identificar os locais contaminados e estabelecer o seu modelo de remediação.

Medida Prioritária 1.1.6

Estabelecer e implementar um programa de monitorização do estado químico e ecológico das águas de superfície e do estado químico e quantitativo das águas subterrâneas, incluindo as massas de água classificadas como zonas protegidas, visando o cumprimento dos objetivos ambientais definidos na Lei da Água (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IPMA, DGADR, Universidades, entidades privadas contratadas para o efeito, entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público de água, Guarda Nacional Republicana (Serviço de Proteção da Natureza) (GNR/SEPNA).

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

IPMA, DGADR, Universidades, entidades privadas contratadas para o efeito, entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público de água, entidades promotoras de investimentos privados, GNR/SEPNA.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Estudo das pressões significativas a que estão sujeitas as massas de água e dos respetivos riscos. Definição e estabelecimento da rede operacional e de vigilância e, quando justificável, de redes de investigação. Cumprimento dos planos de monitorização previstos na legislação aplicável (Diretiva-Quadro da Água, Diretiva Nitratos, Origens de água para consumo humano, Diretivas relativas às águas subterrâneas, Diretiva das substâncias prioritárias e outros poluentes)

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Campanhas de amostragem e avaliação do estado das massas de água, conforme legislação em vigor.

Campanhas de Monitorização para cumprimento das outras Diretivas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foram envolvidos cerca de 50 técnicos (a tempo inteiro e tempo parcial).

O cumprimento do plano de monitorização recorreu ao orçamento de funcionamento e a financiamento comunitário. De 2007 a 2013 foram gastos cerca de 6 500 000 euros na gestão da monitorização, incluindo o recurso a contratação externa. Não será exequível especificar a taxa de comparticipação comunitária e montantes respectivos.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não foram ainda realizadas a totalidade das ações conducentes à reestruturação das seguintes redes:

- Hidrométrica, meteorológica e sedimentológica
- Monitorização do estado das massas de água costeiras e de transição

No âmbito da monitorização de vigilância e operacional para rios e albufeiras, durante o período de 2007-2013, apenas foi possível proceder à monitorização dos elementos de qualidade biológicos e hidromorfológicos no âmbito da elaboração dos PGRH, entre 2009-2010, e de forma não homogénea, recorrendo a contratação externa: um ano na ARH Norte, 2 anos na ARH Tejo e Oeste, ARH Alentejo, ARH Algarve, nenhum ano na ARH Centro. Presentemente devido à especificidade técnica das amostragens biológicas e caracterização da morfologia, devido à ausência de meios financeiros, humanos e logísticos internos à APA, IP para recolha e análise das amostras, não tem sido possível cumprir todos os requisitos da monitorização da Diretiva Quadro da Água.

No que se refere à monitorização das águas costeiras e de transição devido à especificidade desta monitorização, nomeadamente o fator de requerer um navio, a ausência de meios humanos, logísticos e financeiros internos à APA, IP apenas permitiu que a monitorização destas categorias de massas de água durante o período 2007-2013.

Por outro lado, verificou-se a monitorização insuficiente em algumas ARH de substâncias prioritárias e outros poluentes em águas interiores e águas subterrâneas.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nenhumas.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Foi efetuado um trabalho técnico-científico com vista definição do sistema de classificação do potencial ecológico com base no elemento fitoplâncton para as albufeiras do tipo Sul. Foram implementados novos métodos analíticos nos Laboratórios da APA, I.P., com vista à otimização dos meios técnicos e humanos, encontrando-se os mesmos acreditados segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Massas água monitorizadas relativas à qualidade	%	13	2007	50	2015	30	2013
Massas água monitorizadas relativas à quantidade	%	100	2007	100	2015	100	2013
Estações monitorização investigação	N.º	0	2007	30	2015	5	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Resultados dos dados obtidos nos Programas de Monitorização disponíveis no SNIRH. Classificação das massas de água disponíveis no InterSIG através de shapefile.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A redução do número de funcionários que se tem vindo a verificar por aposentação e cessação de contratos resultou num atraso na implementação das medidas.

Ausência de meios humanos, logísticos e financeiros para a realização das atividades necessárias à implementação da totalidade da monitorização prevista na Diretiva Quadro da Água para águas costeiras e estuarinas.

Carência de meios humanos, logísticos e financeiros para monitorizar os elementos biológicos e hidromorflógicos em albufeiras e os rios para cumprimento da Diretiva Quadro da Água, no que se refere aos elementos biológicos e hidromorfológicos de suporte.

Dificuldade na contratação de prestação de serviços para colmatar as ações que não são possíveis realizar pela APA.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações realizadas contribuíram para avaliar o estado das massas de água, base indispensável para a elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, bem como responder às exigências da Lei da Água e das Diretivas comunitárias aplicáveis.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não foi possível estabelecer e implementar uma rede de monitorização que incluísse todas as categorias de massas de água, para dar cumprimentos aos requisitos da DQA.

Foi necessário recorrer a métodos indiretos para a avaliação do estado das massas de água, nomeadamente ao recurso a modelos de avaliação de cargas para classificar massas de água, de menor precisão e mais limitados quanto ao tipo de pressões que permitem caracterizar, com repercussões negativas no grau de confiança necessário para a definição de programas de medidas eficazes para atingir os objetivos ambientais das massas de água a estabelecer no âmbito dos PGRH.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A implementação da medida resultou num conjunto de informação técnica relevante para a definição do estado das massas de água e que serve de suporte à tomada de decisão das entidades com competências diretas ou indiretas na gestão dos recursos hídricos, com as devidas salvaguardas devido às lacunas de monitorização atrás elencadas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em complementaridade com o Objetivo 1.1 considera-se que se deve dar continuidade aos programas de monitorização implementados e desenvolver os sistemas de informação em duas vias distinta, para:

- Suportarem outo tipo de informação, nomeadamente a que provém de redes privadas e trabalhos científicos e

- Aumentar a flexibilidade para os utilizadores intra-APA com o objetivo de automatizar tarefas.

A8. Observações complementares

Identifica-se a necessidade de otimizar os meios humanos e técnicos disponíveis na administração, com abrangência interministerial, aumentar a eficiência dos atos administrativos e consolidar sinergias, o que certamente resultará numa redução dos orçamentos alocados a esta medida, permitindo desenvolver o conhecimento sobre os recursos hídricos. Refira-se também a necessidade de reavaliar as bases em que foram estabelecidos os programas de monitorização com o propósito de otimizar recursos, de incluir novas substâncias prioritárias e poluentes emergentes e de dar resposta aos

Medida Prioritária 1.1.7

Implementar a recolha de dados para avaliar e monitorizar a fisiografia costeira, em particular as zonas de risco de erosão costeira, e fundamentar as opções para essas áreas e os planos de ação necessários a uma adequada proteção, prevenção e socorro (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território, Universidades, Autoridade Marítima e Autarquias (Proteção Civil); Instituto Hidrográfico

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas dadas as competências que já teve sobre a matéria em causa.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As principais ações previstas são, nomeadamente, a caracterização da linha de costa e a análise das tendências evolutivas dos últimos 50-100 anos, a monitorização regular das zonas erodidas, a avaliação geotécnica de detalhe das situações mais preocupantes de erosão em arribas, o levantamento periódico dos perfis de praia, e a quantificação e o mapeamento da perigosidade associada à ocorrência de fenómenos de erosão de arribas e praias, recuo do cordão dunar, galgamento oceânico e inundação costeira.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Sempre que possível, procedeu-se à monitorização regular das arribas, ao levantamento periódico de perfis de praia e ao registo de níveis de maré em situações extremas em sistemas lagunares. No caso de situações de risco, que estão sobretudo associadas à geodinâmica das arribas ou erosão de zonas dunares, foram, sempre que possível, executadas intervenções de sinalização, balizamento, saneamento

e contenção de arribas, de recuperação dunar e de alimentação artificial de praias.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foram envolvidos técnicos do quadro da APA e também se recorreu à contratação externa. Os recursos financeiros foram o Orçamento de Estado, o POVT e os Programas Operacionais. Os recursos patrimoniais foram os disponíveis na APA.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não foi possível concretizar a totalidade das ações previstas e elencadas em A2c., nomeadamente as contempladas na elaboração da revisão dos POOC e que se prendem com a quantificação e o mapeamento da perigosidade associada à ocorrência de fenómenos de erosão de arribas e praias, recuo do cordão dunar, galgamento oceânico e inundação costeira. Para a área de jurisdição da ARH Alentejo, não foi possível realizar a avaliação geotécnica de detalhe, definição e implementação de um plano de monitorização para as arribas que registam indícios de instabilização e que marginam zonas com elevada procura.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Sem informação disponível.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sem informação disponível.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º de metros intervencionados/estudados	m	1290	2009/2012				

Nota: os valores apresentados acima referem-se ao Alentejo.

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Sempre que possível, procedeu-se ao levantamento periódico de perfis de praia, ao registo de movimentos de massa nas arribas, ao registo de níveis de maré em sistemas lagunares e a avaliações de risco expeditas.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Houve dificuldades internas e externas, de natureza técnica e financeira. A redução do número de funcionários que se tem vindo a verificar por aposentação e cessação de contratos resulta numa dificuldade acrescida na implementação das medidas.

Necessidade de recorrer a contratação externa.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A monitorização e o registo sistemático das ocorrências na faixa costeira permitem uma melhor avaliação dos riscos e preparação de ações que visem a sua prevenção e minimização.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram efetuadas as ações de monitorização possíveis, atendendo aos constrangimentos elencados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. O SNIRLit incorpora dados sobre monitorização da fisiografia costeira.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.1.11

Redefinir e densificar a rede básica de recolha de dados da qualidade do ar, especialmente nas áreas urbanas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa; Universidade de Aveiro.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A melhoria contínua da obtenção de dados do estado da qualidade do ar irá basear-se na junção das várias estratégias de avaliação nomeadamente os analisadores automáticos de funcionamento contínuo; os modelos matemáticos; as campanhas indicativas e as novas tecnologias em detrimento da densificação da rede de estações. O principal objetivo é racionalizar o número de estações, complementando a informação com as outras técnicas, e simultaneamente investir na manutenção e controlo de qualidade das estações por forma a ter dados de grande fiabilidade. A redefinição do zonamento por poluente, a aprovação de redes e de equipamentos em curso pelas Entidades gestoras (CCDR e DRA), pelo Laboratório de Referência e Autoridade competente (APA) são as linhas mestras para desenvolver no quadro da política nacional e comunitária até 2020.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Conforme mencionado no ponto A2c existem várias ações em realização sendo que até final de 2013, foram efetuadas as aprovações da maioria das redes de medição, a redefinição da delimitação do zonamento do território para efeitos de gestão da qualidade do ar e ainda ações com vista ao controlo e garantia dos equipamentos de medida.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar	N.º						

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não houve dificuldades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e na governação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.1

Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

No âmbito do processo de elaboração do PGRH foi desenvolvido em paralelo um Sistema de Informação e Apoio à Decisão (SIAAD) sistema que resulta da conceção, desenvolvimento e implementação de uma solução com caracter modular, evolutiva e colaborativa, estando associado a um conjunto vasto de processos, produtos e serviços, com o objetivo de organizar aplicações e bases de dados essenciais ao planeamento e gestão operacional da instituição.

Em resumo, as principais tarefas desenvolvidas podem ser congregadas nas seguintes fases:

- Avaliação e apoio ao desenvolvimento do sistema e suporte cartográfico ao PGRH;
- Conceção e instalação da base tecnológica do SIADD;
- Bases de dados geográficas de referência e temáticas (SIG);
- Bases de dados e aplicação para inventário/cadastro de infraestruturas e utilizações dos recursos hídricos;
- Conceção e desenvolvimento dos modelos de dados e aplicações de relato de estado (interna e WISE) dos recursos hídricos;
- Desenvolvimento e instalação de aplicações informáticas de licenciamento e fiscalização dos recursos hídricos;
- Conceção, desenvolvimento e operacionalização de um geoportal/ plataforma WEBSIG.

De sublinhar que a aplicação do licenciamento (Siliamb) teve a sua génese neste SIAAD e é uma ferramenta essencial à atividade de gestão corrente das utilizações de recursos hídricos.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere constribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.5.1

Regulamentar a Lei n.º 58/2005 (Lei da Água), que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva Quadro da Água (Diretiva nº 2000/60/CE), estabelecendo, o regime de utilização dos recursos hídricos e o correspondente regime económico e financeiro (2007).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridades Portuárias, na medida em que têm delegação de competências para emitir títulos de utilização de recursos hídricos nas respetivas áreas de jurisdição e Autoridade Marítima, na figura de Capitanias, uma vez que nos termos do DL 226-A/2007 de 31 de Maio têm competência para emitir títulos para determinadas ocupações do domínio público marítimo

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não existem outras entidades.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Estabelecimento do regime de utilização dos recursos hídricos e correspondente regime económico e financeiro (2007), que regulamenta a Lei n.º 58/2005 (Lei da Água), que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva Quadro da Água (Diretiva nº 2000/60/CE).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Publicação do DL 226-A/2007 de 31 de Maio, Portaria 1450/ 2007 de 12 de Novembro e o DL 97/2008 de 11 de Junho.

Publicação do DL 311/2007, 17 Setembro, estabelece o regime de constituição e gestão dos empreendimentos de fins múltiplos, bem como o respectivo regime económico e financeiro.

Publicação do DL 348/2007, 19 Outubro, estabelece o regime a que fica sujeito o reconhecimento das associações de utilizadores do domínio público hídrico, abreviadamente designadas por associações de utilizadores.

- Foram realizadas várias sessões de apresentação e esclarecimentos em diversas zonas, até à sua publicação em 2008 pelo DL 97/2008, de 11 de junho.
- Foi iniciado o processo de implementação dos procedimentos para cobrança da TRH.
- Foram realizadas reuniões de trabalho com as ARH'S sobre o modo de aplicação da TRH e os procedimentos a adotar.
- Foram emitidas recomendações sobre os tarifários pela ERSAR, em cumprimento do DL 97/2008 e para as quais também a APA (ex-INAG) emitiu a opinião.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

No processo de apresentação e desenvolvimento da TRH estiveram envolvidos 2 Técnicos Superiores (1 Chefe de Divisão) e 1 Assistente Técnico, durante 2007, 2008 e 2009.

Ao nível do desenvolvimento da plataforma de cálculo e emissão das Notas de Liquidação os recursos humanos envolvidos são 3 técnicos superiores (1 Chefe de Divisão), e o recurso e a contração externa para desenvolvimento da aplicação.

Ao nível do cálculo e emissão das Notas de Liquidação, nas ARH, existem 10 técnicos superiores envolvidos.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Estavam previstas diversas acções, nomeadamente os planos específicos de gestão de águas, planos de ordenamento de estuários, cuja concretização não obedecia a uma calendarização concreta.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Foram todas concretizadas dentro do prazo estabelecido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não dispomos de informação específica.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Cobrança da TRH	M€	30,0	2010	30,0	2010	31,8	2010

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Existe uma aplicação de cálculo e emissão das Notas de Liquidação que permite o controlo do valor emitido, do valor pago e em dívida.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Implementação em melhoria contínua. Necessidade de interoperabilidade com a plataforma financeira que está em desenvolvimento.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A publicação da Lei da Água, da sua regulamentação, bem como do regime económico-financeiro, contribuiu com bastante relevância para uma tentativa de gestão racional, justa e por bacia hidrográfica dos recursos hídricos levando ao uso sustentável dos mesmos.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A implementação da medida, que consiste na publicação de legislação que regulamentasse o regime de utilização dos recursos hídricos e o regime económico-financeiro foi conseguida. Ficou aquém do esperado a sua aplicação prática, uma vez que a falta de recursos (em especial humanos) limitou a sua implementação (fiscalização/licenciamento e cobrança de taxas).

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação; cumprimento do Princípio do Utilizador-Pagador.

Cumprimento da DQA e da Lei da Água; implementação de uma Política de Preços da Água; recuperação dos custos dos serviços públicos da água.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A aplicação do P.P. Pagador e os incentivos à eficiência na utilização dos recursos hídricos é um processo contínuo e que pode revestir outras formas e conteúdos.

A8. Observações complementares

Implementação em melhoria contínua.

Medida Prioritária 1.5.2

Implementar no território continental as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e articular o exercício das suas competências com as das CCDR (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

APA, ARH.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Todas as que competiam às Comissões Instaladoras das ARH, entre outras:

- Estruturação de objetivos e responsabilidades;
- Concretização do modelo organizacional;
- Preparação do modelo económico-financeiro;
- Definição da matriz de implementação.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todas as previstas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Necessidade de melhorar a eficácia e eficiência de aplicação do regime da Reserva Ecológica Nacional.

São de referir dificuldades relacionadas com o cumprimento dos prazos, complexidade e n.º de procedimentos, recolha e tratamento de informação, a insuficiência de recursos humanos, entre outras.

Existem também carências a nível de suporte jurídico e técnico.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Com a implementação das ARH foi possível cumprir a lei da água e a DQA, adoptando como unidade de planeamento e gestão a bacia hidrográfica.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

As ARH e as suas competências estão integradas na APA. Continuam naturalmente a existir importantes desafios de articulação com outras entidades, entre elas as CCDR.

A8. Observações complementares

Relativamente à **Medida Prioritária 1.5.2** - *Implementar no território continental as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e articular o exercício das suas competências com as das CCDR (**2007-2008**)*, considera-se que, estando o PNPOT actualmente em fase de revisão, motivado por diversas razões, nomeadamente a definição de um novo programa de acção em articulação com o Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, de que se destacam:

- A preparação de um novo ciclo de programação comunitário 2014-2020;
- a reforma do quadro jurídico das Políticas de Ordenamento do Território e Urbanismo que se inicia com a proposta de uma nova Lei de Bases, já concluída;
- a Resolução da Assembleia de República para elaboração de um *Plano Nacional para Coesão Territorial* (RAR nº 129/2011 de 19 de outubro);
- e ainda, a ***alteração substancial das condições*** de contexto económicas, sociais e ***institucionais de base*** que fomentaram algumas das opções estratégicas estruturais vertidas no modelo territorial do PNPOT.

É com base nesta última razão, que se considera que o exercício de resposta às alíneas ainda não preenchidas para esta Medida 1.5.2: *A2d* a *A2h, A3a e A3b, A5b* não se afigura possível, nem fará muito sentido no momento actual.

Medida Prioritária 1.5.3

Implementar e acompanhar o Plano Nacional da Água, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e os Planos Regionais da Água dos Açores e da Madeira e assegurar a sua revisão até 2010 (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Esta medida é composta por 2 partes:

1) PNA - *Plano Nacional da Água* e 2) PNUEA - *Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.*

Para implementação do PNUEA existem diversas entidades relevantes para execução desta medida. ERSAR, para o setor das Águas, a DGADR para a agricultura, entre outras.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Para implementação do PNUEA existem diversas entidades com informação relevante para execução desta medida. ERSAR, para o setor das Águas, a DGADR para a agricultura, bem como diversas associações de agricultores, a DGT, a CIP e outras associações industriais.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
PNA				x	
PNUEA			x		

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

PNA – Contratação de uma entidade para conclusão da elaboração do PNA, para inclusão de diversos aspetos considerados muito relevantes, pela atual APA.

PNUEA - as ações abrangem: i) elaboração de um conjunto de documentos técnicos para apoio à implementação das medidas preconizadas no PNUEA para os 3 setores abrangidos pelo PNUEA: urbano, agrícola e industrial e realização de ações de formação para diferentes públicos-alvo dos 3 setores; ii)

realização de ações de sensibilização para diferentes públicos-alvo dos 3 setores iii) sensibilização para a utilização de normalização e rotulagem de equipamentos; iv) definição de incentivos.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

PNA – Elaboração de grande parte do PNA, conduzindo a um documento demasiado extenso, e por consequência, de difícil possibilidade prática de utilização.

PNUEA –i) Foram realizados diversos documentos técnicos para apoiar a implementação das medidas preconizadas no PNUEA para os setores urbano, agrícola e industrial e diversas ações de formação; ii) foram produzidos diversos materiais de sensibilização; iii) Foi submetida ao POVT, em 2008, uma candidatura para desenvolvimento de "Ações para o Uso Eficiente da Água", que foi aprovada e implementada entre 2009 e 2013, incluindo 4 Operações: um projeto de sensibilização essencialmente direcionado para os jovens em meio escolar, designado por "Operação escola eficiente"; um projeto visando a "Habilitação em boas práticas de rega eficiente", dirigido a técnicos de Municípios e focando as práticas de rega em espaços verdes urbanos; um projeto de criação de um "Sistema de previsão e gestão de secas"; e um projeto de "Divulgação e Sensibilização" que incluiu um vasto conjunto de ações concertadas para o efeito. Com o apoio do POVT foram ainda produzidos diversos materiais promocionais e de sensibilização, para distribuição ao público.

Em 2012 foi reativado o PNUEA constituindo-se uma nova Comissão de Implementação e Avaliação. Está a ser elaborado um balanço da evolução do PNUEA na última década.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

PNA – Recursos humanos: 3 técnicos superiores e contratação de oito empresas de consultores.

Recursos financeiros: € 1.824.040 (com IVA).

PNUEA - Recursos humanos: 2 técnicos superiores, consultores externos e outros técnicos, em ações específicas ou pontuais.

Recursos financeiros: A candidatura aprovada contemplou um valor global de cerca de € 1.459.000, dos quais foram efetivamente executados cerca de € 516.000.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

PNA – Elaboração do Plano Nacional da Água e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica.

PNUEA - Alguma documentação técnica com fins específicos; Ações de sensibilização a diversos grupos alvo; generalização do uso da normalização e rotulagem hídrica.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

PNUEA - Na sequência de um concurso dirigido a estudantes do ensino profissional, foi criado um logotipo específico para o PNUEA, o qual foi registado junto do Instituto da Propriedade Industrial, entidade competente para o efeito. Foram realizadas diversas apresentações públicas do PNUEA, dos seus objetivos, medidas e propostas, dirigidas a vários tipos de público, integradas em eventos públicos (congressos, seminários, etc.).

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
PNA – Um Plano Nacional da Água e uma respetiva Avaliação Ambiental Estratégica	N.º	2	2011	2	2011	1	2012
PNUEA - Projetos que contribuem para melhorar a eficiência da utilização da água, a formação, sensibilização, divulgação e informação da população servida.	N.º	4	2013	4	2013	4	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

PNA – Com a alteração institucional verificada em 2011, o INAG, I.P. foi extinto e integrado na APA, I.P., tendo-se verificado diversas alterações estruturais e de presidência. O novo conselho consultivo, após análise do produto, identificou algumas lacunas que considerou relevantes, e considerou conveniente alterar algumas orientações visando a clarificação, simplificação e otimização do PNA

PNUEA - Com a alteração institucional verificada em 2011, o INAG, I.P. foi extinto e integrado na APA, I.P., tendo-se verificado diversas alterações estruturais e em termos da gestão de projetos. Neste contexto, houve alteração na orientação dos Projetos propostos ao POVT, tendo a candidatura sido reprogramada em 2012 para concluir esse projeto.

As ações gerais previstas no PNUEA foram reduzidas devido à escassez de financiamento.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

PNA – pretende ser o instrumento estratégico, enquadrador e orientador da política nacional da água, materializada através de um conjunto de planos específicos complementares, estabelecendo a ponte com as restantes políticas nacionais e atividades socioeconómicas.

PNUEA - 4. – Muito relevante.

Em primeiro lugar as medidas desenvolvidas contribuíram para a consciencialização de uma lacuna existente que era a ineficiente utilização da água. Este passo foi muito significativo e consistiu no início da inflexão das atitudes e comportamentos de um conjunto de utilizadores.

Diversas das medidas contribuíram para apoiar tecnicamente a sua implementação.

As vantagens económicas resultantes para os setores constituíram o principal incentivo à sua implementação.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Ver ponto *A4. – Dificuldades de realização*

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos de natureza funcional, institucional e de governação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

PNA – reformulação da versão final do Plano Nacional da Água e conclusão da Avaliação Ambiental Estratégica

PNUEA – Inclusão da certificação hídrica na eco.ap;

Certificação hídrica de edifícios e atividades industriais e/ou comerciais

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.5.4

Elaborar e implementar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Lagoas (POBHL) na Região Autónoma dos Açores e os Planos de Ordenamento equivalentes na Região Autónoma da Madeira, assegurando a sua articulação com os outros instrumentos de ordenamento do território (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais, autarquias, entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, ICNF, DGADR, DRAP, Associações de Regantes, Universidades, entidades privadas

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Universidades, administração central, local, regional com competência na matéria, ONGs e particulares

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Essencialmente acções relacionadas com o Ciclo Urbano da Água, as mais pesadas em termos de investimento e da programação financeira afecta ao programa de medidas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No Continente: elaboração dos Planos - 100%; implementação dos Planos - 20 a 30%.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A implementação de várias medidas previstas para 2009-2013 que têm vindo a deslizar no tempo como consequência da atual situação económica e financeira.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:(*) Todos os PGRH têm uma parte referente à monitorização, acompanhamento e avaliação, disponível no Website da APA

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foram definidos procedimentos com indicadores DPSIR, mas ainda não aplicados à excepção da parte relativa à AAE.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Houve dificuldades internas e externas. A implementação das medidas do PGBH é da responsabilidade de diversas entidades. Os desvios registados devem-se essencialmente a dificuldades financeiras e à Insuficiente capacitação dos serviços a nível regional.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O grau de execução na resposta A2.b deve-se à fase de implementação dos PGBH e não à sua elaboração que é 100%, daí a relevância '3' atribuída a esta medida. De facto considera-se de grande relevância a elaboração dos PGBH e a implementação de algumas das medidas preconizadas, para a gestão dos recursos hídricos em articulação com outros instrumentos de ordenamento do território. Apesar do grau de implementação atingido, verifica-se que as medidas realizadas correspondem às medidas mais prioritárias do programa de medidas, ou seja, as de maior relevância para os objectivos.

Os PGRH são instrumentos de planeamento que visam, de forma concreta, identificar os problemas mais relevantes das bacias hidrográficas, bem como definir as linhas estratégicas da gestão dos recursos hídricos e a implementação de um programa de medidas que garanta a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos na DQA. Na sua essência, os PGRH, correspondentes aos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) conforme o art. 29.º da Lei da Água, compreendem e estabelecem:

- a caracterização das águas superficiais e subterrâneas existentes na região hidrográfica ou de cada secção da região hidrográfica internacional;
- a identificação das pressões e descrição dos impactes significativos da atividade humana sobre o estado das águas superficiais e subterrâneas com a avaliação;
- a designação como artificial ou fortemente modificada de uma massa de água superficial e a classificação e determinação do seu potencial ecológico, bem como a classificação e determinação do estado ecológico das águas superficiais;
- a localização geográfica das zonas protegidas e a indicação da legislação comunitária ou nacional ao abrigo da qual essas zonas tenham sido designadas;
- a identificação de sub-bacias, sectores, problemas ou tipos de águas e sistemas aquíferos que requeiram um tratamento específico ao nível da elaboração de planos específicos de gestão das águas;
- a identificação das redes de monitorização e a análise dos resultados dos programas de monitorização sobre a disponibilidade e o estado das águas superficiais e subterrâneas, bem como sobre as zonas protegidas;
- a análise económica das utilizações da água;
- as informações sobre as ações e medidas programadas para a implementação do princípio da recuperação dos custos dos serviços hídricos e sobre o contributo dos diversos sectores para este objetivo com vista à concretização dos objetivos ambientais;
- a definição dos objetivos ambientais para as massas de águas superficiais e subterrâneas e para as zonas protegidas;
- o reconhecimento, a especificação e a fundamentação das condições que justifiquem: a extensão de prazos para a obtenção dos objetivos ambientais;
- a identificação das entidades administrativas competentes e dos procedimentos no domínio da recolha, gestão e disponibilização da informação relativas às águas;
- as medidas de informação e consulta pública;
- as normas de qualidade adequadas aos vários tipos e usos da água e as relativas a substâncias perigosas;

- os programas de medidas e ações previstos para o cumprimento dos objetivos ambientais.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Em termos da elaboração a Medida foi cumprida na íntegra uma vez que todos os PGBH foram publicados. No que diz respeito à implementação a mesma encontra-se em curso, conforme referido no ponto A2 a e seguintes.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Não podemos detalhar muito. No entanto, está em curso uma avaliação dos resultados e a preparação do novo ciclo de planeamento.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A pontuação atribuída em A5a refere-se ao contributo dos PGRH para atingir os objectivos estratégicos em matéria de protecção e valorização dos recursos hídricos e cumprimento das recomendações da Lei da Água.

A5b: O PGRH incorporou um conjunto de acções concluídas durante a 1ª fase do ciclo de planeamento 2009-2015 e outras em curso que se esperavam ficarem terminadas até 2015. Essas acções incidiram fundamentalmente em investimentos associados ao Ciclo Urbano da Água, promovidos pelas entidades gestoras municipais e supra municipais (públicas e privadas). Tendo os planos sido aprovados apenas em 2013, é natural que os resultados possam ficar aquém dos esperados, situação que é agravada pela actual crise económico-financeira.

Objetivo Específico 1.5

Executar a política de gestão integrada da água.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Como justificação da avaliação proposta são de sublinhar os seguintes aspetos:

- Novo quadro legal institucional;
- Constituição das Administrações de Região Hidrográfica;
- Elaboração dos Planos de Gestão;
- Articulação Luso-espanhola (Esta articulação consistiu na participação das Confederações Hidrográficas espanholas nos Conselhos de Região Hidrográfica, na discussão pública das propostas de planos e Qsiga/ETie em várias reuniões técnicas de harmonização de critérios e troca de informação);
- Gestão por bacia hidrográfica.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.6.1

Elaborar e implementar a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, em articulação, nomeadamente, com o PNAC (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território; Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos; Direção Geral de Política do Mar; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Direção-Geral da Autoridade marítima, etc.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Universidades

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	x	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As ações previstas na Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira, aprovada pela RCM 82/2009, de 8 de setembro, para o período em referência.

Salienta-se que a referência da medida 1.6.1 "em articulação, nomeadamente, com o PNAC (2007-2013)" se encontra incorreta e se deve antes referir a "em articulação, nomeadamente, com a ENAAC (Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas)", tendo a ENAAC sido aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº24/2010, de 1 de abril. O PNAC refere-se a medidas de mitigação das alterações climáticas, relativas a reduções de emissões.

A ENAAC não prevê na 1ª fase a implementação de medidas concretas nem a elaboração e execução de planos e medidas de adaptação às alterações climáticas (conforme descrito na medida). A ENAAC tem

como orientação a integração de medidas de adaptação a nível setorial ("mainstreaming") competindo aos diversos setores a conceção e implementação das medidas adequadas para o efeito, sob coordenação e articulação do grupo de coordenação da ENAAC.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A demarcação e inventário do Domínio Público Marítimo.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos próprios da APA e aquisição de serviços.

O custo total do investimento (financiado pelo POVT) envolvido nas ações realizadas foi 292.943,50 €.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não foram realizadas, por exemplo, a avaliação de intervenções pesadas de defesa costeira e a gestão integrada dos recursos minerais e costeiros.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Projetos imateriais	Nº			6	2013	5	2013
Projetos de combate à erosão	Nº			1	2013	0	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Houve dificuldades internas e externas. Dificuldades de natureza técnica e administrativa. Algumas das medidas foram transpostas para o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015.

Algumas das medidas não puderam ser executadas no horizonte temporal previsto, face às prioridades entretanto identificadas e a um cenário de fortes restrições orçamentais. Contudo, e decorrente do processo de fusão das entidades que agora integram a APA, I.P., designadamente o INAG e as ARH foi identificado um conjunto de outras ações, projetos e iniciativas em curso ou previstas que se considerou poderem contribuir para colmatar as necessidades identificadas nas referidas medidas, nomeadamente a elaboração dos POOC de 2ª geração, em sede dos quais se procede aos estudos e avaliações preconizados nas medidas da Estratégia e nos quais se atende já aos mecanismos a adotar para adaptação aos impactes as alterações climáticas nas zonas costeiras. Encontra-se já em elaboração a revisão do POOC Ovar Marinha Grande, o troço de costa com maior risco de erosão, no qual é efetuada a identificação e caracterização das áreas de risco e vulneráveis, avaliação dos mecanismos de salvaguarda a adotar incluindo a necessidade de intervenções pesadas de defesa costeira.

No que se refere às dificuldades de natureza administrativa, ocorreram diversos atrasos nos procedimentos com vista à contratação, com entidades externas, da execução dos trabalhos de demarcação e inventário do domínio público marítimo.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Esta medida visa estabelecer uma estratégia de intervenção para a zona costeira consagrar os mecanismos de participação e responsabilização atenta ao envolvimento dos diferentes níveis de intervenção da Administração e o envolvimento de todos os agentes, num quadro em que as questões das alterações climáticas, do risco e dinâmica costeira são assumidas, a par com os valores naturais, culturais e antropogénicos da zona costeira. Corresponde a um processo integrado de planeamento e coordenação cujas decisões focam o uso sustentável, a proteção e o desenvolvimento das zonas costeiras e a sua integração e complementaridade com o espaço marítimo.

Esta medida releva ainda para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico, visto que permite melhorar o conhecimento sobre as questões de transporte de sedimentos ao longo da costa e a identificação das ameaças decorrentes da própria dinâmica costeira, como também preparar para os desafios decorrentes das alterações climáticas e reduzir a ocorrência da

ocupação em zonas de risco.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação.

Na medida em que esta medida se alicerça em processos de planeamento e respetiva execução que, em grande parte, se encontram vertidos em diversos instrumentos de gestão territorial, a implementação da mesma implicou a articulação entre os Departamentos da APA cuja área primordial de intervenção é a faixa costeira.

A implementação da medida pressupôs a intervenção integrada e efetiva de todas as entidades públicas com competências na zona costeira e a participação de todos os agentes num cenário de atuação tendente a permitir a convergência de esforços para um objetivo comum que procura assegurar a gestão sustentável a médio e longo prazo.

No que respeita a impactos governativos direta ou indiretamente relacionados com esta medida, pode ser referida, entre outros, a criação do Grupo de Trabalho do Litoral pelo Ministro do Ambiente do Ordenamento do Território e da Energia.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.6.2

Definir as bases legais de gestão do litoral, em articulação com os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e legislação relativa à água e aos recursos hídricos, incluindo os aspetos referentes à construção e funcionamento das barragens, que assegurem a preservação, proteção e planeamento coerente desta área (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente e Assembleia da República

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Além da APA, podem ainda assessorar o governo nesta matéria as CCDR, Autoridades Portuárias e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

EDP

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Houve dificuldades internas e externas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. A gestão do litoral encontra-se enquadrada pelo DL n.º 159/2012, de 24 de julho, e pela ENGIZC.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [x] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

As bases legais de gestão do litoral são definidas pelo Governo e pela Assembleia, embora eventualmente com a colaboração da APA, neste sentido não foram preenchidos alguns dos campos deste ponto.

No contexto desta medida é relevante referir a diminuição da carga sólida transportada por via fluvial devido à presença de barragens nos rios, o que contribui para a erosão costeira e corresponde a uma temática que tem vindo a ser intensamente estudada de modo a permitir extrair conclusões robustas que possam ser incorporados em legislação que venha a mostrar-se adequada.

Medida Prioritária 1.6.3

Elaborar e implementar os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, incluindo a identificação e avaliação dos riscos e das condições físicas do território e a sua adequação às opções de planeamento e de salvaguarda dos recursos constantes desses instrumentos de gestão territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos; Direção Geral de Política do Mar; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Câmaras Municipais; Administrações Portuárias; etc.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Universidades

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Implementação dos POOC em vigor e revisão dos mesmos.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Procedeu-se à implementação dos POOC em vigor e a alterações dos POOC Caminha-Espinho e Cidadela- S. Julião da Barra. Foi igualmente dado início à revisão do POOC Ovar-Marinha Grande e à alteração do POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António e POOC Cidadela - S. Julião da Barra (Zona de Interesse Biofísico das Avencas), as quais se encontram a decorrer atualmente.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos humanos envolvidos correspondem, no essencial, a técnicos da APA, das Autarquias e da Autoridade Marítima.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não foram realizadas as ações que implicavam maior investimento financeiro, bem como as correspondentes a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. Do conjunto dos POOC em vigor, apenas o POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António não entrou em processo de revisão, por ter sido publicado em 2005.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Os POOC têm um prazo de vigência de 10 anos, tendo as respetivas revisões sido determinadas de acordo com esse prazo.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Obras de emergência de protecção costeira.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Ações de defesa costeira / zonas de risco	€			211.114. 98,94	2015	17.111.250,55	2011
Planos de intervenção e projetos de requalificação	€			189.404.441,18	2015	2.731.959,63	2011
Estudos, gestão e monitorização	€			16.374.403,46	2015	796.188,36	2011
Extensão de linha de costa intervencionada para contrariar a erosão	Km	94	2013	134	2022		
Extensão da faixa costeira intervencionada para segurança de pessoas e bens	km			100	2022		

Na resposta preliminar ao inquérito de avaliação do Programa de Ação do PNPOT foram listados indicadores em relação aos quais se dispunha de valores reportados a 2006, tendo-se agora optado por indicadores de se dispõe de valores mais atuais.

No caso do Algarve, foi possível recolher a seguinte informação:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Adaptação dos apoios de praia aos POOC – POOC Sines/Burgau (Algarve)	N.º	12	2007	14	2013	14	2013
Adaptação dos apoios de praia aos POOC – POOC Burgau /Vilamoura	N.º	77	2007	102	2013	87	2013
Adaptação dos apoios de praia aos POOC – POOC Vilamoura/ Vila Real de Sto. António	N.º	4	2007	52	2013	22	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Nível de adaptação dos apoios de praia e equipamentos às disposições regulamentares dos POOC e execução financeira (investimento programado e não programado) dos POOC. Há que referir também do Plano de Ação do Litoral, em 2009, 18,6% das ações identificadas encontravam-se executadas e 41% em execução.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Além da transferência de competências das CCDR para as ARH, da carência de meios técnicos e financeiros e dos atrasos verificados na abertura dos concursos de revisão dos POOC, são de referir, relativamente aos POOC de 1.ª geração:

- O facto de não abrangerem áreas portuárias;
- A desatualização de algumas propostas;
- A necessidade de reavaliação da distribuição das zonas balneares e das infraestruturas de apoio à utilização das praias;
- A rigidez dos planos de praia;
- A desadequação do dimensionamento dos estabelecimentos de apoio à atividade balnear;
- A reduzida execução das unidades operativas de planeamento e gestão;

- A desadequação dos formatos das peças cartográficas existentes às tecnologias SIG atualmente utilizadas, bem como à sua disponibilização online;
- A existência de lapsos, incorreções e deficiências cartográficas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações desenvolvidas foram extremamente relevantes para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável da orla costeira.

A revisão dos POOC assume particular relevância, na medida em que irá permitir uma atualização do estádio evolutivo da faixa costeira e uma reavaliação das situações de risco para pessoas e bens, permitindo assim definir novos mecanismos de planeamento e ordenamento (e.g. faixas de risco/salvaguarda) devidamente ajustados à nova realidade e melhorar e otimizar o contexto das intervenções de proteção/defesa costeira, e assim garantir as condições de segurança necessária para a ocupação humana e minimizar a probabilidade de ocorrência de acidentes com consequências graves.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A falta de recursos humanos e financeiros dificultaram a implementação cabal dos POOC em vigor e o lançamento do concurso para a respetiva revisão, pelo que as realizações da medida ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. A elaboração e a implementação dos POOC encontram-se enquadradas pelo DL n.º 159/2012, de 24 de julho, e pela ENGIZC.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.6.4

Avaliar as situações de ocupação do domínio público marítimo desconformes com a legislação aplicável, repondo a respetiva legalidade, e definir um "espaço litoral tampão" de proteção da zona costeira, no território continental, progressivamente livre de construções fixas (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Marítima na figura das Capitanias, Autoridades Portuárias, CCDR (uma vez que a maioria das ocupações em DPM incidem em área que é simultaneamente Reserva Ecológica Nacional).

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e eventualmente o ICNF (quando as áreas incidem em Rede Natura 2000)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Inventariar todas ocupações dominiais, triar as ilegais e desencadear os procedimentos com vista à sua demolição. A criação do "espaço litoral tampão" poderá ser conseguida no âmbito da elaboração/revisão do Plano de Ordenamento em curso ou através de publicação de legislação específica. A demarcação da margem das águas do mar, processo parcialmente em curso, contribuirá de modo decisivo para a concretização deste objetivo.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram inventariadas grande parte das construções ilegais ao longo orla costeira e desencadeados os processos tendentes à sua demolição, alguns dos quais já concluídos.

São exemplo as demolições verificadas nas praias de Santa Cruz, de Mira, de Paimogo, da Cova e Azul. Algumas ocupações ilegais na ilha da Fuzeta foram destruídas por ação do mar.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Estiveram envolvidos técnicos da APA, apoiados por agentes da Policia Marítima e em alguns casos por técnicos das Autarquias.

É difícil estimar recursos financeiros envolvidos nestas ações, porque estão maioritariamente integradas em projetos de requalificação, dependem da atuação de diversas entidades ou são realizadas por ajuste direto.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Algumas das demolições previstas não foram ainda concretizadas devido, designadamente, a ações judiciais interpostas pelos visados e ainda não concluídas.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A demarcação da margem das águas do mar ainda está em curso.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Está também em desenvolvimento pela APA, I.P. uma plataforma que reúne todas as delimitações do Domínio Público marítimo/reconhecimento de propriedade privada efetuadas e publicadas em Diário da República que irá contribuir de igual forma para o êxito do objetivo em causa.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Extensão demarcada (Extensão demarcada da margem das águas do mar. É relevante referir que esta demarcação ainda está pendente de validação.)	%			2013	100	2013	90

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Houve dificuldades internas e externas. Constrangimentos decorrentes da dificuldade de contratação de técnicos especializados e da ainda incipiente utilização da ferramenta informática de apoio à reposição da legalidade no litoral. A exiguidade de recursos financeiros não permitiu que o objetivo pretendido fosse totalmente concretizado.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A realização das ações desencadeadas, em particular as que culminaram na demolição de ocupações/construções ilegais, contribuíram relevantemente para a reposição da legalidade e melhor ordenamento do litoral.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A concretização da reposição da legalidade ficou aquém do esperado pelas razões supra indicadas. Embora os PROT, a ENGIZG e os POOC em revisão equacionem um "espaço litoral tampão", não foi produzida legislação específica sobre o assunto.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Afigura-se necessário prosseguir a implementação do SIARL.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Integração do SIARL em aplicação de utilização livre pelos organismos responsáveis pelo planeamento e gestão costeira, devendo contemplar também acesso público limitado.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.6.5

Elaborar, regulamentar e implementar os Planos de Ordenamento dos Estuários, no território continental, articulados com os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e com os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações Portuárias, Autarquias locais e CCDR

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Planos de Ordenamento de Estuários para os principais rios portugueses.

De acordo com o Decreto – Lei n.º 129/2008, de 21 de janeiro, os estuários que serão objeto de um plano de ordenamento de estuário são os dos rios Douro, Vouga, Mondego e Tejo. Para além destes, pode ser objeto de POE, a título excecional devidamente fundamentado, um estuário em relação ao qual venha a verificar-se a elevada relevância ambiental do meio hídrico em causa.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Encontra-se concluída a preparação dos termos de referência do POE do Douro. O POE Tejo encontra-se em fase final de elaboração técnica.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos próprios da APA e aquisição de serviços para elaboração técnica da proposta de plano.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A conclusão da elaboração dos planos.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

A demarcação da margem das águas dos Rios Vouga e Tejo.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º de POE elaborados	Nº	ns	ns	4	ns	0	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Falta de recursos humanos.

Pressões relacionadas com a alteração da natureza jurídica e conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os Planos de Ordenamento dos Estuários visam a proteção das suas águas, leitos e margens e dos ecossistemas que as habitam, assim como a valorização ambiental, social, económica e cultural da orla terrestre envolvente e de toda a sua área de intervenção (área do estuário e uma faixa envolvente de 500 metros). Pretende-se definir regras e medidas de utilização do estuário e orla estuarina, identificar as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade e estabelecer os usos preferenciais, condicionados ou interditos, dando especial enfoque ao papel das instituições e das formas de governação.
Os estudos realizados no âmbito da elaboração do POE Tejo permitiram, até ao momento, promover a identificação dos usos e atividades que interferem com o bom estado das massas de água e das respetivas medidas a implementar; a adequada compatibilização das atividades económicas com as funções de proteção dos valores naturais e as atividades de recreio e lazer através de uma concertação de interesses, com vista a uma responsabilidade partilhada no ordenamento e gestão do estuário. O procedimento de elaboração do plano permitiu ainda a identificação de parcerias e de responsabilidades associadas a determinadas ações na gestão dos recursos hídricos do estuário, tendo constituído uma sede privilegiada de discussão de opções de ordenamento e gestão em torno do estuário.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A medida não se encontra alcançada na sua totalidade, por não ter sido ainda aprovado o plano de ordenamento do estuário do tejo, no entanto os estudos realizados no âmbito da sua elaboração contribuem de forma significativa para um melhor conhecimento do estuário, das suas ocupações, e da necessária implementação de um modelo de governança.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não aplicável.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.6

Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Foi elaborada e publicada a ENGIZC e parcialmente aplicada.

Foram publicadas alterações ao POOC Caminha-Espinho e ao POOC Cidadela-S. Julião da Barra, tendo-se procedido à sua implementação no período em causa.

Procedeu-se também à inventariação de ocupações ilegais do domínio público marítimo e à demolição de algumas ocupações, não se tendo, no entanto, definido inequivocamente um "espaço litoral tampão".

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Plano de Ação e Valorização do Litoral 2012-2015.

O Plano de Ação e Valorização do Litoral 2012-2015 visa enquadrar e concretizar as intervenções a desenvolver no litoral português no horizonte temporal definido e consubstancia uma aposta na sustentabilidade e racionalidade das opções de intervenção face aos recursos financeiros disponíveis, atribuindo prioridade máxima às ações destinadas à salvaguarda do risco para pessoas e bens. O PAPVL integra 3 grandes tipologias prioritárias de intervenção: defesa costeira e zonas de risco (sempre que sejam detetados riscos passíveis de porem em causa a segurança de pessoas e bens); estudos, gestão e monitorização (que fundamentem as ações e intervenções previstas e garantam a sua adequabilidade face aos processos e mecanismos evolutivos que operam na zona costeira); e planos de intervenção e projetos de requalificação (que correspondem a intervenções de requalificação e valorização da orla costeira).

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Projetos que decorrem da ENGIZC	Nº			7	2013	5	2013
Ações previstas no PAVPL	€			416.893.541,89	2015	396.254.142,95	2011
Extensão demarcada da margem das águas do mar	%			100	2013	90	2013
N.º de POE elaborados						0	2013

Medida Prioritária 1.8.2

Monitorizar e fiscalizar a extração de recursos geológicos no âmbito da legislação específica do setor extrativo e da avaliação de impacte ambiental e assegurar a logística inversa dos resíduos da exploração mineira e de inertes com respeito pelos valores ambientais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Energia e Geologia; Agência Portuguesa do Ambiente; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direções Regionais de Economia; Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A monitorização dos impactes ambientais associados à extração de recursos geológicos é definida no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental dos projetos enquadrados no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março. Neste procedimento são avaliados os impactes ambientais negativos previsíveis e definidas medidas de minimização e de compensação, bem como programas de monitorização relevantes. Tipicamente, nesta tipologia de projeto, são monitorizados/acompanhados os seguintes fatores ambientais: paisagem, qualidade do ar, ambiente sonoro e recursos hídricos. Os resultados das monitorações são apresentados à autoridade de avaliação de impacte ambiental (APA ou CCDR)e avaliados pelas entidades com

competência nas matérias, no sentido de, entre ouros, aferir a eficácia das medidas implementadas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Na monitorização no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental são envolvidos os técnicos das entidades que participam no procedimento de avaliação de impacte ambiental.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A monitorização dos impactes ambientais associados à extração de recursos geológicos, bem como a avaliação da eficácia das medidas de minimização dos impactes ambientais negativos, é relevante para a compatibilização dos projetos em apreço com os valores ambientais, tal como proposto no PNPOT, contribuindo para o cumprimento de parte do objetivo proposto.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactos mais relevantes foram de natureza funcional, e estão descritos no ponto A5a).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.8

Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Relativamente à avaliação e monitorização dos impactes ambientais associados à extração de recursos geológicos, considera-se que a avaliação foi positiva, dado que decorre da normal aplicação do procedimento de avaliação de impacte ambiental associado a estes projetos, no quadro do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.9.4

Implementar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, nomeadamente através da elaboração e execução dos planos e medidas de adaptação às alterações climáticas e da integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Esta medida está redigida de forma incorreta, dado que as medidas de adaptação estão enquadradas na ENAAC e não no PNAC.

Os resultados da implementação do PNAC estão disponíveis no site cumprirquioto.pt.

A implementação do PNAC está a cabo da Agência Portuguesa do Ambiente e dos organismos setoriais responsáveis pela implementação das políticas setoriais.

Os intervenientes no grupo de coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas,

Agência Portuguesa do Ambiente; Direção Geral do Território.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Os restantes intervenientes no grupo de coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, ou seja a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Direção Geral de Saúde, Direção Geral de Energia e Geologia, Direção Geral das Atividades Económicas, Turismo de Portugal, Gabinete de Planeamento e Políticas e Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Municípios

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Salienta-se que a referência da medida 1.9.4 ao "Programa Nacional para as Alterações Climáticas" se encontra incorreta, uma vez que este trata de medidas de mitigação das alterações climáticas, relativas a redução de emissões de GEE. Para o presente contexto deverá antes referir-se a ENAAC (Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas) ".

A ENAAC foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº24/2010, de 1 de abril, que criou o grupo de coordenação da Estratégia, com o objetivo de aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas, manter atualizado e disponível o conhecimento científico sobre as alterações climáticas e os seus impactes e, ainda, reforçar as medidas que Portugal terá de adotar, à semelhança da comunidade internacional, com vista ao controlo dos efeitos das alterações climáticas.

A ENAAC não prevê na 1ª fase a implementação de medidas concretas nem a elaboração e execução de planos e medidas de adaptação às alterações climáticas (conforme descrito na medida). A ENAAC tem como orientação a integração de medidas de adaptação a nível setorial ("mainstreaming") competindo aos diversos setores a conceção e implementação das medidas adequadas para o efeito, sob coordenação e articulação do grupo de coordenação da ENAAC.

Deste modo, quanto à integração das orientações da ENAAC nos instrumentos de gestão territorial, considera-se uma área sob responsabilidade da Direção Geral do Território, que faz parte integrante do grupo de coordenação da ENAAC, bem como dos municípios portugueses, representados no grupo de coordenação pela ANMP.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram promovidas as seguintes ações: a articulação entre os vários atores e parceiros, a dinamização das atividades previstas na Estratégia, o acompanhamento da execução da Estratégia, a coordenação geral dos trabalhos dos grupos de trabalho sectorial e a consolidação dos resultados por eles alcançados.

Foi elaborado pelo grupo de coordenação da ENAAC o Relatório de Progresso que resulta das contribuições dos grupos sectoriais e que concluiu a 1ª fase da ENAAC. Este relatório desenvolve os objetivos da estratégia, apresenta os resultados dos trabalhos dos diversos grupos setoriais e identifica linhas de força para o desenvolvimento da fase seguinte.

Encontra-se em curso a elaboração de uma proposta para a revisão da Estratégia.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não se dispõe desta informação por parte de todos os serviços envolvidos no grupo de coordenação da ENAAC.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não aplicável.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não aplicável.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não aplicável.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não aplicável.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não aplicável.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Considera-se que a medida não se encontra bem formulada, pelos motivos expressos no ponto A2c.

Na programação de 2014-2020 deve ser tido em consideração o que for decidido ao nível da revisão da ENAAC, atualmente em curso.

Medida Prioritária 1.9.5

Definir um sistema de construção de preços, integrando elementos da economia do carbono (CO2), que incentive a utilização das melhores tecnologias no sentido da eficiência energética e das energias renováveis (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Funcionamento do mercado

Esta medida é inviável na sua execução dado que o mercado de carbono não é regulado pela APA nem por qualquer outra Entidade. Portanto, não é possível definir um sistema de construção de preços de CO_2, dado que os mesmos são, naturalmente, definidos pelo mercado pela lei da oferta e da procura, nomeadamente através do comércio europeu de licenças de emissão (CELE). O regime CELE é o instrumento que mais se aproxima de um tal sistema estando em implementação desde 2005 e atualmente no seu terceiro período de cumprimento: 2013-2020. Salienta-se que, a APA é a autoridade competente deste regime em Portugal, mas não tem qualquer influência na "*construção de preços"* do carbono.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Esta medida é inviável na sua execução dado que o mercado de carbono não é regulado pela APA nem por qualquer outra Entidade. Portanto, não é possível definir um sistema de construção de preços de CO_2, dado que os mesmos são, naturalmente, definidos pelo mercado pela lei da oferta e da procura.

Medida Prioritária 1.9.6

Desenvolver planos de transportes urbanos sustentáveis, visando reforçar a utilização do transporte público e a mobilidade não motorizada e melhorar a qualidade do ar, nomeadamente em áreas de grande densidade populacional (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Mobilidade e Transportes, Agência Portuguesa do Ambiente (Projeto Mobilidade Sustentável) e Municípios.

Especificamente, o Projeto Mobilidade Sustentável foi coordenado pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.), com o apoio técnico e científico do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No âmbito do Projeto Mobilidade Sustentável, 40 Municípios selecionados na sequência de candidatura de âmbito nacional, 15 Centros de Investigação/Universidades, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, a Direção-Geral do Território e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Não.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

No âmbito do Projeto Mobilidade Sustentável:

- Elaboração de 40 Planos de Mobilidade Sustentável para os Municípios envolvidos, assentes num: i) Relatório de Diagnóstico, ii) Relatório de Objetivos e Conceito de Intervenção, e iii) Relatório de Propostas;
- Elaboração do Manual de Boas Práticas para uma Mobilidade Sustentável, integrando experiências nacionais e internacionais de sucesso e as melhores propostas formuladas no

âmbito do Projeto.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram realizadas as ações previstas no Projeto, enunciadas em *A2c*.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A despesa total com o Projeto Mobilidade Sustentável foi de cerca de 700.000 euros, dos quais cerca de 77,5% foram cofinanciados.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

No âmbito do Projeto Mobilidade Sustentável:

- Disponibilização de todo o acervo do Projeto no Portal da APA, I.P., em: http://sniamb.apambiente.pt/mobilidade/;
- Realização e disponibilização de uma exposição itinerante, constituída por 2 posters referentes ao Projeto e outros 36 de Planos de Mobilidade Sustentável;
- Lançamento de Redes Temáticas sobre a mobilidade em modos suaves (pedonal e ciclável), serviços de transportes coletivos em áreas rurais ou de baixa densidade urbana e mobilidade em cidades de média dimensão;
- Criação de Grupos de Interesse de troca de saberes e experiências sobre mobilidade sustentável;
- Promoção de cerca de 20 Seminários e *Workshops* para divulgação do Projeto.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Elaboração de Planos de Mobilidade Sustentável	N.º	0	2006	40	2008	40	2008
Elaboração de um Manual de Boas Práticas em Mobilidade Sustentável	N.º	0	2006	1	2009	1	2009

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Monitorização/avaliação prevista no FEDER, e

Monitorização/avaliação prevista no PIDDAC, em conformidade com indicadores referidos em A3a.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

No âmbito do Projeto Mobilidade Sustentável, constrangimentos financeiros iniciais, entretanto ultrapassados pelo financiamento do FEDER.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

[A preencher pela DGT]

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram alcançados os objetivos e metas fixados no Projeto Mobilidade Sustentável, e excedidas as expectativas, conforme ações complementares enunciadas em *A2h*.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

No âmbito do Projeto Mobilidade Sustentável:

- Desenvolvimento de instrumentos que fomentaram a participação dos interessados e melhoraram a comunicação de soluções;
- Envolvimento dos atores locais na identificação de problemas e expectativas, na formulação de objetivos e na escolha de soluções, fomentando a prática da cidadania;
- Análise crítica dos planos anteriores e desenvolvimento de metodologias para a construção de cenários;
- Desenvolvimento de indicadores para avaliação dos problemas de acessibilidade e qualidade do sistema de transportes;
- Articulação entre transportes e urbanismo;
- Desenvolvimento prático do conceito de intermodalidade;
- Consideração dos impactes ambientais no desenvolvimento das soluções de mobilidade.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[A preencher pela DGT] ☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Elementos de sucesso do Projeto Mobilidade Sustentável:

- O compromisso, motivação e envolvimento de todos os *stakeholders*,
- O estabelecimento de parcerias que facilitaram a implementação da rede e o trabalho em geral;
- As propostas avançadas, implementáveis noutros Municípios, utilizando a mesma metodologia e planeamento, havendo assim condições de replicabilidade.

O Projeto Mobilidade Sustentável foi objeto de uma candidatura ao *Children's Environmental Health Good Practice Award*, em 2009, para a 5.ª Conferência Ministerial Ambiente e Saúde, em Parma.

O Projeto foi reconhecido pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), em 2010, como uma boa prática no âmbito da Rede Comum de Conhecimento (RCC), uma plataforma colaborativa *online* de apoio à partilha de iniciativas de modernização, inovação e simplificação administrativas

(disponível em *http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/S/Paginas/Projecto-Mobilidade-Sustent%C3%A1vel.aspx)*.

Em 2010 o Projeto foi candidato na "Categoria Responsabilidade Ambiental" ao prémio Rock in Rio Atitude Sustentável, no âmbito do Projeto Social do Rock in Rio 2010, que visava homenagear pessoas e organizações que se distinguiram pelo seu empenho na melhoria da qualidade de vida da comunidade, ao nível local e nacional, ao exercer uma atuação consonante com os três pilares do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e económico).

Em 2011 o *Manual de Boas Práticas para uma Mobilidade Sustentável* foi distinguido com uma menção honrosa no 1.º Fórum de Boas Práticas do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT), realizada sob o lema "Partilhar para melhorar o desempenho do MAOT", e que visava: i) Promover a partilha de "ideias que funcionam" e que podem ser catalisadoras de outras boas práticas no Ministério; ii) Acrescentar valor aos participantes e motivar para a adoção de boas práticas; iii) Promover o reconhecimento dos serviços no MAOT; iv) Incentivar a participação do MAOT em iniciativas de reconhecimento público do desempenho do Ministério.

Medida Prioritária 1.9.9

Promover a qualidade ambiental e a eficiência energética dos edifícios e da habitação, nomeadamente desenvolvendo incentivos à incorporação de soluções de sustentabilidade no processo de construção e de reabilitação e através da revisão do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (RSECE) e ainda da implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar nos Edifícios (2007-2012).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Energia e Geologia; Agência Portuguesa do Ambiente; Adene – Agência para a Energia

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A APA participou no sistema de certificação energética enquanto autoridade competente na vertente QAI, tendo responsabilidades na aprovação dos planos de ações corretivas realizados na sequência de auditoria à QAI desconforme com os requisitos legais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A ADENE enquanto gestora do sistema detém toda a informação que permite conhecer quantitativamente o desempenho ao nível das várias ações realizadas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A revisão de todo o pacote legislativo decorreu até 2013 com a publicação do Decreto-Lei relativo ao Regime de Eficiência Energética dos Edifícios e as várias portarias regulamentares, onde se inclui a portaria relativa aos requisitos QAI para os edifícios de serviços ficam. A atual legislação não inclui auditorias obrigatórias à qualidade do ar interior nem a necessidade de aprovação de planos de ações corretivas, acometendo a responsabilidade ao proprietário do edifício pelo seu cumprimento e a IGAMAOT a competência de fiscalização do cumprimento dos requisitos legais.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.9

Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A implementação da Estratégia Nacional para a Energia não é da competência da APA. Porém, tendo em consideração a solicitação da DGT podemos referir outros instrumentos para a implementação de uma política sustentada para as alterações climáticas, nomeadamente PNAC, ENAAC e Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC) , pelos quais a APA é a Entidade responsável.

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) contempla um conjunto de políticas e medidas de implementação setorial para a redução de emissões de gases com efeito de estufa. As políticas públicas sobre alterações climáticas são hoje parte integrante de um conjunto de políticas sectoriais em Portugal. Com efeito, em áreas como a energia e a indústria abrangida pelo comércio europeu de licenças de emissão, a "dimensão carbono" faz hoje parte das considerações estratégicas e económicas das empresas abrangidas. Na área agrícola e florestal verifica-se igualmente uma crescente consciencialização do importante contributo que o sector pode dar em termos de mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e do reforço da sua capacidade de sumidouro. Mesmo em áreas com desafios importantes como a dos transportes, começam a ser dados passos em termos de "descarbonização" das frotas de veículos. Portugal dispõe de um mecanismo inovador de monitorização online – CumprirQuioto.pt – que permite avaliar a implementação das políticas de alterações climáticas e energia.

O Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC) visa determinar um conjunto de trajetórias de redução de emissões custo-eficiente (para diferentes objetivos de longo-prazo de redução as emissões nacionais de GEE) e as opções políticas associadas, orientando assim os trabalhos no âmbito do próximo PNAC.

Os resultados da implementação do PNAC estão disponíveis no site cumprirquioto.pt.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.11.2

Reforçar na Avaliação Estratégica de Impactes de Planos e Programas e na Avaliação de Impacte Ambiental a vertente da avaliação de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em particular dos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto autoridade competente para o regime de prevenção de acidentes graves e autoridade de avaliação de impacte ambiental;

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, enquanto autoridades de avaliação de impacte ambiental;

Câmaras Municipais, enquanto responsáveis pela avaliação ambiental estratégica dos planos municipais de ordenamento do território.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	x	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Sensibilização das autoridades de avaliação de impacte ambiental para a necessidade da integração da apreciação da vertente de prevenção de acidentes graves na avaliação dos projetos associados estabelecimentos enquadrados neste regime.

Definição de uma metodologia e de critérios para a avaliação da compatibilidade de localização dos estabelecimentos enquadrados neste regime, a utilizar no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental, sempre que aplicável.

Definição de uma metodologia para a integração da vertente de prevenção de acidentes graves na

avaliação ambiental estratégica dos planos e programas relevantes.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Publicação e revisão do *Formulário de Avaliação de Compatibilidade de Localização* (APA, novembro de 2011), que estabelece a metodologia para a avaliação da compatibilidade de localização dos estabelecimentos enquadrados neste regime.

Implementação de procedimento de participação da APA, no âmbito da prevenção de acidentes graves, na avaliação de impacte ambiental de projetos associados a estabelecimentos enquadrados neste regime.

Publicação do *Guia para a integração da Prevenção de Acidentes Graves na Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* (APA, janeiro de 2011).

Implementação de procedimento de participação da APA, no âmbito da avaliação ambiental estratégica de planos municipais de ordenamento do território, enquanto entidade com responsabilidades ambientais específicas no âmbito da prevenção de acidentes graves.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Técnicos da APA da área de prevenção de acidentes graves

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Na sequência da fusão que originou a APA, IP, houve necessidade de redefinir os procedimentos de resposta no âmbito da avaliação ambiental estratégica enquanto entidade com responsabilidades ambientais específicas nas várias vertentes.

No âmbito da implementação do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março, há alguns aspetos que carecem de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da integração da vertente de prevenção de acidentes graves no planeamento do território, e que são relevantes para a participação na avaliação ambiental de projetos, programas e planos. Entre estes aspetos destaca-se a necessidade de regulamentação do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No que se refere à integração da componente de prevenção de acidentes graves na avaliação ambiental estratégica de PMOT, foi essencial a existência de um procedimento que tornou sistemática a participação da APA numa fase inicial do processo de planeamento do território. Assim, foi possível identificar situações em que este tema era crítico e definir as ações necessárias, nomeadamente a pronúncia da APA relativamente às zonas de perigosidade dos estabelecimentos, para integração nos PMOT e apoio à avaliação das opções para o território.

Relativamente à integração da componente de prevenção de acidentes graves na avaliação de impacte ambiental, esta abordagem foi implementada a par com a avaliação de compatibilidade de localização estabelecida no Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março, e de forma a evitar a duplicação de procedimentos. A definição de procedimentos e metodologias veio contribuir para que passasse a ser garantida, de forma sistemática, a avaliação da viabilidade destes projetos, tendo em conta as questões associadas à possibilidade de ocorrência de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

De um modo geral, considera-se que as ações realizadas contribuíram para a prossecução dos objetivos propostos.

No âmbito da implementação do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março, há alguns aspetos que carecem de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da integração da vertente de prevenção de acidentes graves no planeamento do território, e que são relevantes para a participação na avaliação ambiental de projetos, programas e planos. Entre estes aspetos destaca-se a necessidade de regulamentação do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactos mais relevantes foram de natureza funcional, e estão descritos no ponto A5a).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Reforçar a integração do risco de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas no planeamento e gestão do território.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.4

Definir um sistema integrado de circuitos preferenciais para o transporte, armazenagem, eliminação e valorização de resíduos industriais (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Ao longo das cerca de 4 décadas que decorreram entre a publicação da diretiva 75/442/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1975, relativa aos resíduos e a atual versão desta diretiva-quadro (diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008), manteve-se atual, a preocupação com a proteção do ambiente e da saúde pública, enquanto objetivo fundamental norteador da política comunitária sobre resíduos e garante de um desenvolvimento sustentável. Durante este período, a produção de instrumentos normativos e reguladores enquadradores da política de resíduos decorreu em bom ritmo, abarcando, progressivamente, temáticas mais específicas como,

por exemplo, certas operações de gestão de resíduos e fluxos prioritários.

A crescente necessidade em se promover uma gestão mais sustentável dos resíduos mediante uma diminuição dos impactes ambientais, sociais e económicos, requereu uma abordagem integrada que englobasse todas as fases do ciclo de vida do produto e que, a jusante, coresponsabilizasse os operadores económicos mais relevantes aquando da transformação desse produto em resíduo.

Cientes da mais-valia obtida da conjugação da aplicação do principio do poluidor/pagador com a responsabilidade alargada do produtor, foi criada legislação específica com o propósito de ser providenciada a gestão de certos fluxos específicos de resíduos que, por força da sua particular complexidade ou importância crescente em termos quantitativos e/ou qualitativos requerem uma abordagem mais particularizada que se traduz, na prática, pela sua recolha seletiva e reciclagem/valorização (em detrimento do recurso à eliminação).

Refletindo os hábitos de consumo da nossa sociedade, este processo foi adquirindo uma dinâmica muito particular, requerendo uma atenta deteção de novas necessidades, e seleção das melhores estratégias de gestão a serem adotadas tendo sempre subjacentes as regras da concorrência e o garante do correto funcionamento do mercado interno.

Neste enquadramento, e para o objetivo específico do PNPOT 1.11; *Medida 1.11.4 - Definir um sistema integrado de circuitos preferenciais para o transporte, armazenagem, eliminação e valorização de resíduos industriais (2007-2008)*,realçam-se as seguintes ações:

- Aterros de Resíduos industriais não Perigosos: Licenciamento de aterros para resíduos industriais não perigosos com erradicação progressiva da deposição de RINP em aterros de Resíduos Urbanos.

- Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR): Desenvolvimento de uma aplicação informática para submissão dos processos de informação de movimentos transfronteiriços de resíduos da lista verde no SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente, disponível em https://siliamb.apambiente.pt/login.jsp.

- Resíduos de Construção e Demolição (RCD):

O sector da construção civil é responsável por uma parte muito significativa dos resíduos produzidos em Portugal, situação comum à generalidade dos demais Estados membros da União Europeia em que se estima uma produção anual global de 100 milhões de toneladas de resíduos de construção e demolição (RCD).

Para além das quantidades muito significativas que lhe estão associadas, estes resíduos apresentam outras particularidades que dificultam a sua gestão, de entre as quais se destacam a sua constituição heterogénea com frações de dimensões variadas e os diferentes níveis de perigosidade de que são constituídos.

A atividade da construção civil apresenta, em si própria, também algumas especificidades, tal como o carácter geograficamente disperso e temporário das obras, que dificultam o controlo e a fiscalização do desempenho ambiental das empresas do sector.

A difícil quantificação, a deposição não controlada e o recurso a sistemas apoiados em tratamentos de fim de linha, constituem constrangimentos inerentes às características dos resíduos e do sector em causa. Estas práticas, conducentes a situações ambientalmente indesejáveis e incompatíveis com os objetivos nacionais e comunitários em matéria de desempenho ambiental, consubstanciaram a preparação de legislação específica para o fluxo dos RCD.

Neste enquadramento, através da publicação do **Decreto-Lei n.º 46/2008**, de 12 de Março, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 73/2011**, de 17 de Junho, que estabelece o regime das operações de gestão de RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, foi lançada a primeira de uma série de medidas legislativas e normativas no sentido de se colmatarem lacunas de conhecimento, e de se promover a aplicação da hierarquia de resíduos.

Aquele diploma resulta de uma iniciativa nacional sendo que, contrariamente ao que aconteceu com outros fluxos de resíduos, a União Europeia não emanou legislação específica para os RCD. Não obstante, a União Europeia ter estabelecido, com a publicação da Diretiva 2008/98/CE, de 19 de Novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, para 2020 a meta de 70% de preparação para a reutilização, reciclagem e valorização de outros materiais, incluindo operações de enchimento utilizando resíduos como substituto de outros materiais, de resíduos de construção e demolição não perigosos, com exclusão de materiais naturais definidos na categoria 17 05 04 da lista de resíduos.

O principal objetivo do diploma assentou na criação de condições legais para a correta gestão dos RCD que privilegiassem a prevenção da produção e da perigosidade, o recurso à triagem na origem, à reciclagem e a outras formas de valorização, diminuindo-se desta forma a utilização de recursos naturais e minimizando o recurso à deposição em aterro, o que subsidiariamente conduz a um aumento do tempo de vida útil.

Das alterações instituídas por via da publicação do Decreto-Lei nº 46/2008, destacam-se as seguintes:

- a possibilidade de reutilização de solos e rochas não contendo substâncias perigosas, preferencialmente na obra de origem, Caso tal não seja possível, é prevista a reutilização noutras obras para além da de origem, bem como na recuperação ambiental e paisagística de pedreiras, na cobertura de aterros destinados a resíduos ou ainda em local licenciado pelas câmaras municipais (DL139/89, de 28.04.1989).

- a definição de metodologias e práticas a adotar nas fases de projeto e execução da obra que privilegiem a aplicação do princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos.

- o estabelecimento de uma hierarquia de gestão em obra que privilegia a reutilização em obra, seguida de triagem na obra de origem dos RCD cuja produção não é passível de prevenir. Caso a triagem no local de produção dos resíduos se demonstre inviável, a triagem poderá realizar-se em local afeto à obra. Na base da hierarquia, está o encaminhamento dos RCD para operadores

licenciados para o efeito.

- o estabelecimento da obrigação de triagem prévia à deposição dos RCD em aterro.
- A definição de uma guia de transporte de RCD, tendo em conta as especificidades do sector, de forma a obviar os problemas manifestados relativamente à utilização da guia de acompanhamento de resíduos, prevista na Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio.
- a dispensa de licenciamento para determinadas operações de gestão, nos casos em que não só o procedimento de licenciamento não se traduzia em mais valia ambiental, como constituíam um forte obstáculo a uma gestão de RCD consentânea com os princípio da hierarquia de gestão de resíduos.
- a aplicação de RCD em obra condicionada à observância de normas técnicas nacionais ou comunitárias.
- a responsabilização pela gestão dos RCD dos vários intervenientes no seu ciclo de vida, na medida da sua intervenção e nos termos do diploma.
- a criação de mecanismos inovadores ao nível do planeamento (elaboração e execução do Plano de Prevenção e Gestão de RCD no âmbito das obras públicas) e do registo de dados de RCD (obras particulares).
- a obrigação de emissão de um certificado de receção por parte do operador de gestão dos RCD.

De acordo com informação primeira informação compilada para 2009, cerca de 1.648 Mt de RC&D foram gerados em Portugal, dos quais 1.276 Mt foram submetidas a operações de tratamento, tendo 34% sido valorizadas e as restantes eliminadas.

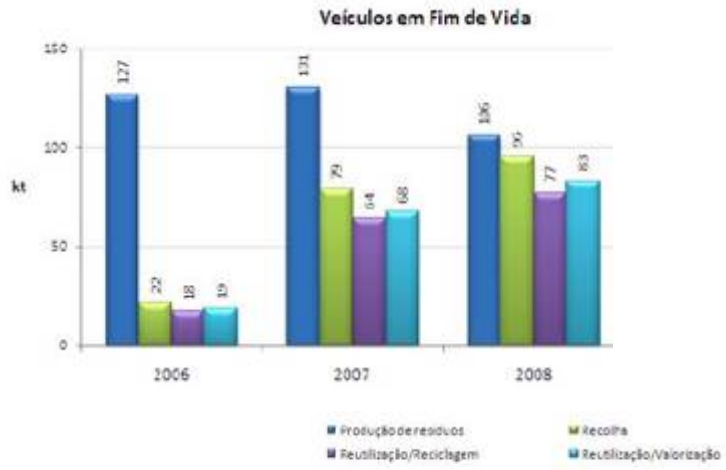
- Veículos em Fim-de-Vida (VFV) e Pilhas e acumuladores:

Desde Outubro de 2002, que se encontra licenciada uma entidade gestora- a VALORCAR – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda, para a gestão de VFV.

A legislação portuguesa não define metas nacionais de recolha responsabilizando no entanto os proprietários e/ou detentores de VFV a encaminhá-los para um centro de receção ou operador de desmantelamento.

De referir por outro lado que em Portugal foi introduzido em 2007 o **Imposto Único de Circulação (IUC)**. O pagamento deste imposto mantém-se enquanto o registo de propriedade se mantiver ativo só podendo este ser cancelado, em caso de abate do veículo, após apresentação do respetivo certificado de destruição. Desta forma, o IUC promove a entrega dos VFV em operadores de gestão.

No gráfico que se segue, apresenta-se o desempenho da VALORCAR no período entre 2006-2008:



Notas:
O número de veículos em fim de vida gerados representa estimativa.

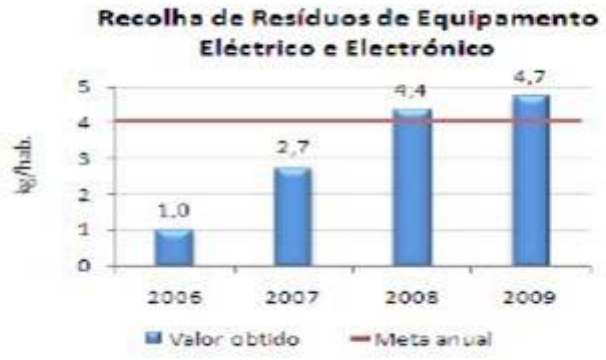
Realça-se igualmente que a VALORCAR alargou, desde Julho de 2009, o seu âmbito de atuação para a gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de alguns tipos de baterias e acumuladores industriais.

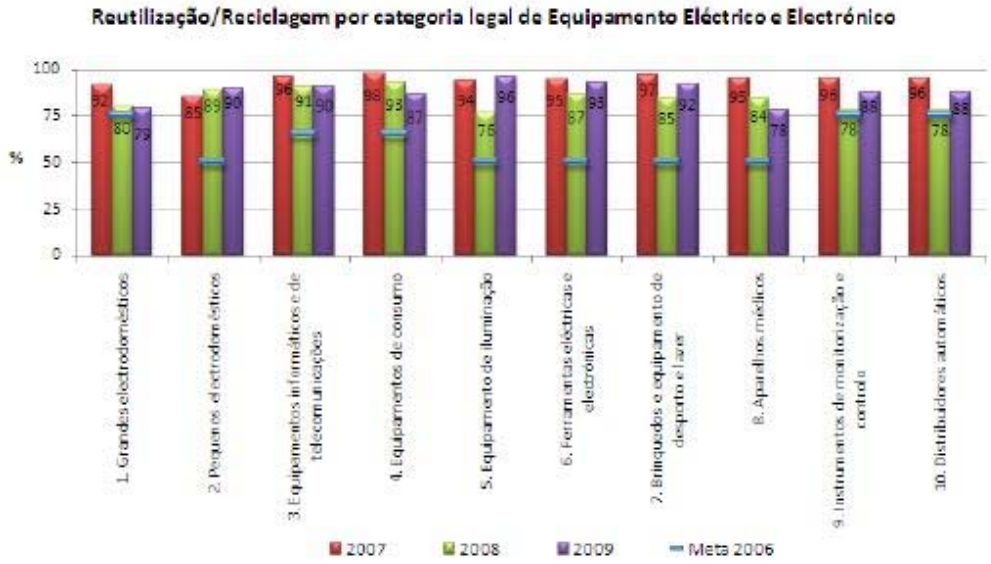
No que concerne ao fluxo específico das Pilhas e Acumuladores realça-se ainda a constituição da GVB – Gestão e Valorização de Baterias, Lda., licenciada desde Março de 2010 para a gestão de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de alguns tipos de baterias e acumuladores industriais.

- Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE):

Desde Abril de 2006 que duas entidades gestoras se encontram licenciadas para a gestão deste fluxo específico – Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos e ERP Portugal – Associação Gestora de Resíduos.

Pese embora a meta de recolha de REEE, abranger unicamente os utilizadores particulares (4kg/hab.ano), ambas as entidades gestoras manifestaram alguma dificuldade em fazer essa distinção, uma vez que, segundo defendem, os REEE são sujeitos a gestão idêntica independentemente da sua origem. Assim sendo, nos gráficos seguintes, apresentam-se os resultados obtidos na gestão deste fluxo específico:





<u>- Pneus usados</u>:

A VALORPNEU – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda., encontra-se licenciada desde Outubro de 2002, como entidade gestora de um Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados (SGPU).

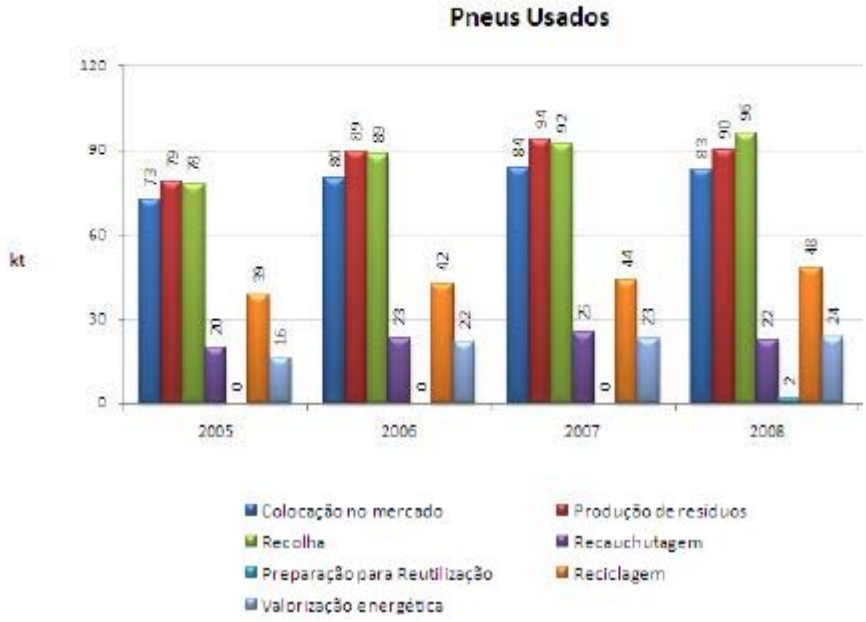
Os pneus abrangidos pelo sistema de gestão gerido pela VALORPNEU, são todos os comercializados em Portugal, os quais foram objeto da seguinte segmentação: pneus de veículos ligeiros de passageiros/turismo; pneus de veículos 4x4 *on/off road*; pneus de veículos comerciais; pneus de veículos pesados; pneus de veículos agrícolas (diversos); pneus de veículos agrícolas (rodas motoras); pneus de veículos industriais (com diâmetro de jante compreendido entre 8"e 15"); pneus maciços; pneus de veículos de engenharia civil (até à dimensão 12.00-24"); pneus de veículos de engenharia civil

(dimensões iguais ou superiores a 12.00-24"); pneus de motos (com cilindrada superior a 50cc); pneus de motos (com cilindrada até 50cc); pneus de aeronaves; pneus de bicicletas.

O SGPU está sujeito ao cumprimento de metas de recolha, recauchutagem, reciclagem e valorização, de forma a dar cumprimento aos seguintes objetivos mínimos nacionais estabelecidos no **Decreto-Lei n.º 111/2001**, de 6 de Abril:

- A recolha de pneus usados numa proporção de, pelo menos, 95 % dos pneus usados anualmente gerados;
- A recauchutagem de pneus usados numa proporção de, pelo menos, 30 % dos pneus usados anualmente gerados;
- A valorização da totalidade dos pneus recolhidos e não recauchutados, dos quais pelo menos 65 % deverão ser reciclados

No gráfico que se segue, apresentam-se os resultados obtidos na gestão deste fluxo específico:



<u>- Óleos minerais usados</u>:

A SOGILUB — Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda, encontra-se licenciada desde Julho de 2005 para a gestão deste fluxo específico.

De acordo com o estabelecido no **Decreto-Lei n.º 153/2003**, de 11 de Julho (posteriormente alterado pelo **Decreto-Lei n.º 73/2011**, de 17 de Junho), a definição de Óleos Usados, abrange os óleos industriais lubrificantes de base mineral, os óleos dos motores de combustão e dos sistemas de transmissão e os óleos minerais para máquinas, turbinas e sistemas hidráulicos e outros óleos que, pelas

suas características, lhes possam ser equiparados, tornados impróprios para o uso a que estavam inicialmente destinados.

No gráfico infra, apresentam-se os resultados obtidos na gestão deste fluxo específico:

- PCB:

A APA, I.P. elaborou, em março de 2010, o Plano Nacional de Descontaminação e Eliminação de PCB.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 277/99, de 23 de julho, os equipamentos contaminados com PCB em concentração entre 50ppm e 500ppm devem ser descontaminados conforme dispõe o diploma ou eliminados após o final da sua vida útil. Em concordância com esta derrogação da legislação comunitária e nacional, o Plano Nacional de Descontaminação e Eliminação de PCB não define um projeto de recolha e posterior eliminação de equipamentos não sujeitos a inventário, prevendo contudo manter-se a atualização anual do inventário até que se verifique a inexistência de equipamentos contaminados. De forma a operacionalizar este acompanhamento, esta Agência desenvolveu esforços junto dos detentores destes equipamentos no sentido destes registarem, com início no inventário de 2013, todos os equipamentos contaminados com PCB e não apenas os que são de inventariação obrigatória nos termos da legislação em vigor.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

_A2h._ Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?

Indicadores e evidências de avaliação

_A3a._ Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

_A3b._ Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

_A4._ Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?

Crítica dos resultados específicos alcançados

_A5a._ Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.5

Elaborar cartas de risco geológico que identifiquem as zonas de vulnerabilidade significativa, incluindo cartas geológico-geotécnicas das principais áreas urbanas, tendo em vista a tomada de decisões que permitam a minimização dos efeitos resultantes dos fatores meteorológicos e de natureza geológica (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.6

Criar medidas preventivas e corretivas para as diversas situações de risco geológico, nomeadamente através de legislação com a sua identificação e localização criando uma condicionante legal ao uso do solo, através dos Instrumentos de Gestão Territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Houve dificuldades internas e externas. Dificuldades de natureza técnica, relacionadas com a definição de um adequado e efetivo regime de salvaguarda.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

_A5b._ De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?

Impactos produzidos

_A6._ Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Medida vertida nos PROT e nos PEOT.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

_A7._ Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Foi recolhida e sistematizada a informação relativa a áreas inundáveis, com vista a melhorar o acompanhamento e a emissão de parecer da delimitação de REN-ZAC.

Teve início o processo de contratação para elaboração de cartas de zonas inundáveis e de risco no âmbito da Diretiva Inundações, em colaboração entre diversas entidades.

Foram identificadas a perigosidade e o risco associados à ocorrência de fenómenos de instabilidade em arribas, erosão de praias, galgamento oceânico e erosão costeira, e definidas regras de ocupação para tais áreas.

(valor = 3) No que se refere ao reforço da avaliação de riscos tecnológicos, nomeadamente os associados à prevenção de acidentes graves, na Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas e na Avaliação de Impacte Ambiental, considera-se que houve desenvolvimentos significativos, embora ainda haja aspetos que carecem de implementação.

Dos resultados obtidos destaca-se os seguintes:

- A criação de um procedimento que tornou sistemática a participação da APA numa fase inicial do processo de planeamento do território, através da integração da componente de prevenção de acidentes graves na avaliação ambiental estratégica de PMOT.

- A integração da componente de prevenção de acidentes graves na avaliação de impacte ambiental, a par com a avaliação de compatibilidade de localização estabelecida no Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março, que contribuíram para que passasse a ser garantida, de forma sistemática, a avaliação da viabilidade destes projetos.

Entre os aspetos que carecem de implementação destaca-se a necessidade de regulamentação do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Foi desenvolvido um programa de monitorização do risco na área de jurisdição da ARH do Tejo e Oeste.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Extensão de linha de costa monitorizada							

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	
	OE 1.1
	OE 1.2
	OE 1.3
	OE 1.4
	OE 1.5
	OE 1.6
	OE 1.7
	OE 1.9
	OE 1.11

Justificação sucinta da resposta anterior:

Dar continuidade ao cumprimento dos objectivos ambientais fixados na Lei da Água e DQA.

Cumprir o quadro legal de atribuições institucionais atribuídas aos organismos do MAOTE com competência nos recursos hídricos, orla costeira e ordenamento do território.

A adaptação às alterações climáticas é uma preocupação que veio a ser introduzida mais recentemente, com a aprovação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas pela Resolução de Conselho de Ministros nº24/2010, de 1 de Abril de 2010. Neste sentido, aspetos como os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente, a valorização da biodiversidade (incluindo a biodiversidade marinha), a proteção do solo, a gestão sustentável dos espaços florestais, a gestão integrada da água, a gestão integrada das zonas costeiras e a minimização de situações de risco são a ponderar rever de modo a imprimir uma maior dimensão à vertente adaptação às alterações climáticas.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Deve ser previsto um objecto específico que contemple o Uso racional e eficiente da Água

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Programa Nacional para as Alterações *Climáticas* (PNAC 2020-2030)

Estratégia Nacional para o Ar (ENAr 2014-2020)

B3. Observações complementares

Objectivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*
Medidas Prioritárias	*4.2.1*	*Elaborar e implementar o Plano Nacional de ação Ambiente e Saúde (2007-2010).*
Objetivo específico	*4.7.*	*Desenvolver os serviços de abastecimento público de água, e de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais e de resíduos, estruturando a gestão na ótica da corresponsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento.*
Medidas Prioritárias	*4.7.1*	*Implementar a Política Nacional de Resíduos consubstanciada nos Planos Nacionais de Gestão de Resíduos e nos Planos Estratégicos sectoriais dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), dos Resíduos Industriais e dos Resíduos Hospitalares, assegurando a integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial de âmbito regional, intermunicipal e municipal (2007-2013).*
	4.7.2	*Executar o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013), no território continental, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos de abastecimento de água para consumo humano e de tratamento de águas residuais urbanas, através da realização dos investimentos necessários para servir a generalidade da população portuguesa com elevada qualidade e a preços acessíveis (2007-2013).*
	4.7.3	*Definir critérios para a elaboração de Planos de Segurança, de Qualidade e Quantidade do recurso Água, aumentando a proteção e monitorização da "Reserva Nacional Estratégica de Água" (elaborar planos de contingência, identificar as origens e as infraestruturas de armazenamento de água) (2007-2008).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.1

Elaborar e implementar o Plano Nacional de ação Ambiente e Saúde (2007-2010)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Saúde; Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Contou com a participação, tanto na conceção do Plano como na implementação, de outros oito ex-Ministérios num total de 40 Organismos envolvidos. Os ex-Ministérios foram: Ministério da Administração Interna, Ministério da Economia e da Inovação, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério da Cultura.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Saúde.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O PNAAS estabelece 36 Ações Programáticas pertencentes aos diferentes domínios prioritários de intervenção: (1) água; (2) ar; (3) solo e sedimentos; (4) químicos; (5) alimentos; (6) ruído; (7) espaços construídos; (8) radiações; e (9) fenómenos meteorológicos. São elas:

I.1 - Quadro de referência e programa de monitorização complementar no domínio água;
I.2 - Estudo de fatores de risco para a saúde associados a águas de recreio e lazer;
I.3 - Sistematização dos benefícios para a saúde decorrentes da utilização de águas termais;
I.4 - Espacialização de dados relativos a qualidade do ar;
I.5 - Criação de um sistema de vigilância dos efeitos na saúde humana associados à exposição a poluentes atmosféricos no ar ambiente;
I.6 - Levantamento de informação e/ou monitorização de poluentes no solo e materiais sedimentares;
I.7 - Levantamento de efeitos na saúde humana associados a poluentes presentes em solos e materiais sedimentares e definição de estratégia de intervenção;

I.8 - Levantamento e sistematização de informação relativa a substâncias químicas produzidas, importadas e utilizadas;
I.9 - Levantamento e sistematização de informação relativa a alterações do estado de saúde associadas à ingestão de géneros alimentícios contaminados;
I.10 - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído ambiente;
I.11 - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído no local de trabalho;
I.12 - Sistematização dos efeitos na saúde humana associados a parâmetros de conforto e bem -estar dos espaços construídos e a técnicas e materiais de construção;
I.13 - Estudo da influência de espaços verdes urbanos e equipamentos de desporto/lazer na adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis;
I.14 - Sistematização dos efeitos na saúde humana associados à exposição a campos eletromagnéticos não -ionizantes e levantamento de fontes emissoras;
I.15 - Investigação em fenómenos meteorológicos extremos e respetivos efeitos na saúde;
I.16 - Criação de Sistema de Indicadores Ambiente e Saúde;
I.17 - Integração de informação por Domínio Prioritário e identificação de zonas de risco potencial;
I.18 - Criação de Rede de Informação Ambiente e Saúde dirigida a profissionais;
II.1 - Sistema de previsão da qualidade do ar e alerta à população;
II.2 - Quadro de intervenção em matéria de desreguladores endócrinos;
II.3 - Quadro de intervenção em matéria de atividades de desinfestação;
II.4 - Programa nacional integrado de biomonitorização;
II.5 - Planos Locais de Ação em Habitação e Saúde;
II.6 - Controlo do radão em habitações;
II.7 - Harmonização de práticas relativas à gestão de resíduos radioativos;
II.8 - Sistema de informação, registo e alerta para fenómenos meteorológicos extremos e situações de maior risco de exposição a radiação ultravioleta;
II.9 - Sistema de alerta e resposta a questões emergentes;
III.1 - Manuais de Boas Práticas Ambiente e Saúde;
III.2 - Informação e sensibilização do Público em geral e/ou sectores específicos;
III.3 - Formação Ambiente e Saúde;
III.4 - Educação Ambiente e Saúde;
IV.1 - Inovação em Políticas de Ambiente e Saúde;
IV.2 - Estratégia de comunicação do risco;
IV.3 - Medidas legislativas, linhas orientadoras e propostas de incentivos por domínio prioritário;
V.1 - Articulação com os planos europeus;
V.2 - Normas, orientações e recomendações internacionais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No período de execução definido foram realizadas 16 Ações Programáticas. Considerou-se que 6 Ações Programáticas atingiram um "Bom nível de implementação":

I.6 - Levantamento de informação e/ou monitorização de poluentes no solo e materiais sedimentares;
II.1 - Sistema de previsão da qualidade do ar e alerta à população;
II.5 - Planos Locais de Ação em Habitação e Saúde;
II.8 - Sistema de informação, registo e alerta para fenómenos meteorológicos extremos e situações de maior risco de exposição a radiação ultravioleta;
III.4 - Educação Ambiente e Saúde;
V.1 - Articulação com os planos europeus.

E 10 Ações Programáticas atingiram um "Razoável nível de implementação":

I.3 - Sistematização dos benefícios para a saúde decorrentes da utilização de águas termais;
I.4 - Espacialização de dados relativos a qualidade do ar;
I.7 - Levantamento de efeitos na saúde humana associados a poluentes presentes em solos e materiais sedimentares e definição de estratégia de intervenção;
I.9 - Levantamento e sistematização de informação relativa a alterações do estado de saúde associadas à ingestão de géneros alimentícios contaminados;
I.10 - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído ambiente;
I.15 - Investigação em fenómenos meteorológicos extremos e respetivos efeitos na saúde;
I.16 - Criação de Sistema de Indicadores Ambiente e Saúde;
II.3 - Quadro de intervenção em matéria de atividades de desinfestação;
IV.2 - Estratégia de comunicação do risco;
IV.3 - Medidas legislativas, linhas orientadoras e propostas de incentivos por domínio prioritário;

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram atribuídos quaisquer recursos financeiros e/ou patrimoniais para a implementação do PNAAS. A RCM n.º 91/2008, de 4 de junho, que aprovou o Plano, previa que as fontes de financiamento para a prossecução das respetivas Ações Programáticas do PNAAS seriam as que decorreriam das dotações anuais previstas na Lei do Orçamento do Estado dos Organismos intervenientes, ou de outro enquadramento financeiro por estes angariado. No entanto, nunca chegaram a ser atribuídas quaisquer verbas específicas no orçamento dos Organismos intervenientes para a implementação do Plano.

Os recursos humanos envolvidos pertenciam aos diferentes Organismos com participação no PNAAS e não estavam dedicados em exclusivo à implementação das Ações do Plano.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Estavam previstas 36 Ações, das quais 19 não foram realizadas, a saber:

I.1 - Quadro de referência e programa de monitorização complementar no domínio água;
I.2 - Estudo de fatores de risco para a saúde associados a águas de recreio e lazer;
I.5 - Criação de um sistema de vigilância dos efeitos na saúde humana associados à exposição a poluentes atmosféricos no ar ambiente;
I.8 - Levantamento e sistematização de informação relativa a substâncias químicas produzidas, importadas e utilizadas;
I.11 - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído no local de trabalho;
I.12 - Sistematização dos efeitos na saúde humana associados a parâmetros de conforto e bem -estar dos espaços construídos e a técnicas e materiais de construção;
I.14 - Sistematização dos efeitos na saúde humana associados à exposição a campos eletromagnéticos não -ionizantes e levantamento de fontes emissoras;
I.17 - Integração de informação por Domínio Prioritário e identificação de zonas de risco potencial;
I.18 - Criação de Rede de Informação Ambiente e Saúde dirigida a profissionais;
II.2 - Quadro de intervenção em matéria de desreguladores endócrinos;
II.4 - Programa nacional integrado de biomonitorização;
II.6 - Controlo do radão em habitações;
II.7 - Harmonização de práticas relativas à gestão de resíduos radioativos;
II.9 - Sistema de alerta e resposta a questões emergentes;
III.1 - Manuais de Boas Práticas Ambiente e Saúde;

III.2 - Informação e sensibilização do Público em geral e/ou sectores específicos;
III.3 - Formação Ambiente e Saúde;
IV.1 - Inovação em Políticas de Ambiente e Saúde;
V.2 - Normas, orientações e recomendações internacionais.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Para além do período de execução definido, deu-se continuidade à implementação das 10 Ações Programáticas avaliadas em 2010 com "Razoável nível de implementação", a saber:

I.3 - Sistematização dos benefícios para a saúde decorrentes da utilização de águas termais;
I.4 - Espacialização de dados relativos a qualidade do ar;
I.7 - Levantamento de efeitos na saúde humana associados a poluentes presentes em solos e materiais sedimentares e definição de estratégia de intervenção;
I.9 - Levantamento e sistematização de informação relativa a alterações do estado de saúde associadas à ingestão de géneros alimentícios contaminados;
I.10 - Levantamento de informação e/ou vigilância epidemiológica de efeitos na saúde humana associados à exposição a ruído ambiente;
I.15 - Investigação em fenómenos meteorológicos extremos e respetivos efeitos na saúde;
I.16 - Criação de Sistema de Indicadores Ambiente e Saúde;
II.3 - Quadro de intervenção em matéria de atividades de desinfestação;
IV.2 - Estratégia de comunicação do risco;

IV.3 - Medidas legislativas, linhas orientadoras e propostas de incentivos por domínio prioritário;

E iniciou-se a Ação Programática I.13 – Estudo da influência de espaços verdes urbanos e equipamentos de desporto/lazer na adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sim.

Foi elaborado um resumo técnico do PNAAS, onde se destacam os principais aspetos deste Plano no que respeita à sua arquitetura e conteúdo.

Foi produzido o artigo científico "Os Desafios do Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde" no âmbito da Conferência Internacional de Saúde Ambiental, que se realizou em Coimbra de 4 a 6 de novembro de 2010.

Foram realizadas várias comunicações no contexto de Ambiente e Saúde, muitas das quais especificamente sobre o PNAAS.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foi elaborado um Relatório de Progresso do PNAAS referente ao período 2008-2010, publicado em maio de 2011, o qual concluiu que o nível de implementação do PNAAS, até Dezembro de 2010, foi de cerca de 30,6%, atribuindo-se a ponderação de dois valores às Ações com "Bom nível de implementação", um valor às Ações com "Razoável nível de implementação" e zero valores às restantes Ações.

No período 2011-2013 foi dada continuidade à Ação I.16 – Criação de Sistema de Indicadores Ambiente e Saúde.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A inexistência de recursos humanos dedicados em exclusivo à implementação das Ações do PNAAS, associada à ausência de recursos financeiros, colocou em causa a execução do Plano, só ultrapassada pela vontade e esforço redobrado de todos os que participaram.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O PNAAS visa "*uma melhor compreensão das relações entre fatores de risco ambientais e os efeitos adversos na saúde, com os consequentes ganhos em termos da eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos*". O modelo adotado veio reforçar a integração de políticas e a concertação da articulação interministerial nesta matéria o que contribuiu para a prossecução dos objetivos do Plano.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Face aos constrangimentos de natureza financeira, o PNAAS iniciou os seus trabalhos numa conjuntura de implementação parcial, prevendo a execução completa de 6 Ações Programáticas e de algumas Fases de outras 12 Ações (1 ou 2 Fases por cada Ação), com os recursos existentes, abordagem esta que foi decidida ao nível do Grupo de Trabalho Interministerial Ambiente e Saúde, e cujo objetivo foi cumprido como corrobora o respetivo Relatório de Progresso do PNAAS.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

A implementação do PNAAS, ainda que parcial, permitiu uma abordagem nacional integrada e global em matéria de Ambiente e Saúde, conduzindo a uma melhor compreensão das relações entre determinados fatores ambientais e os efeitos adversos na saúde, visando ganhos em termos da eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos, com significativos benefícios no ambiente e na saúde humana, para além de contribuir para a resposta devida aos compromissos internacionais assumidos, dos quais se destacam a Declaração de Parma, adotada na 5.ª Conferência Ministerial de Ambiente e Saúde, que teve lugar em março de 2010.

O PNAAS, reconhecido e referenciado por diversas instâncias nacionais e internacionais de referência como inovador no quadro da arquitetura delineada e estratégia adotada, evidenciou a importância das questões organizacionais e de planeamento, contempladas na elaboração do Plano, que se revelaram fundamentais à sua operacionalização, entre as quais se destacam:

i) A constituição de parcerias robustas entre os sectores do ambiente e da saúde, nomeadamente ao nível da coordenação e do planeamento estratégico;

ii) A operacionalização do Plano através de uma estrutura orgânica que contemplou a estrutura de coordenação (EC), o grupo de planeamento estratégico (GTAS), os grupos de trabalho técnicos e operacionais (EPs), e os parceiros sociais, com atribuições específicas e complementares;

iii) A participação interministerial no Plano, com a integração de peritos nomeados pelas Entidades com competências nas matérias específicas;

iv) O consubstanciar de cada Ação Programática em Fichas de Projeto, com uma orientação clara da intervenção desejada;

v) As Ações transversais aos vários domínios prioritários, que possibilitam a interligação e a abordagem concertada dos mesmos, numa perspetiva integrada, assente na coerência e complementaridade.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

O horizonte temporal do PNAAS não é 2007-2010 mas sim 2008-2013. (RCM n.º 91/2008 de 4 de junho)

Medida Prioritária 4.7.1

Implementar a Política Nacional de Resíduos consubstanciada nos Planos Nacionais de Gestão de Resíduos e nos Planos Estratégicos sectoriais dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), dos Resíduos Industriais e dos Resíduos Hospitalares, assegurando a integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial de âmbito regional, intermunicipal e municipal (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Secretaria de Estado do Ambiente.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ERSAR; Sistemas de Gestão Resíduos Urbanos; Entidades gestoras

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O PNGR (2014-2020) é um documento em fase final de elaboração/revisão que delineia as linhas estratégicas nacionais de prevenção e gestão de resíduos, preconizando 8 objetivos operacionais e prevendo a implementação de ações de natureza diversa, com responsáveis e intervenientes de um conjunto de entidades e setores de atividade abrangente.

Em elaboração o PERSU 2020, que substituirá o PERSU (2007-2016) (ainda em vigor), refletirá as alterações na estratégia para os resíduos urbanos (RU) e novas metas definidas neste âmbito. O Plano preconiza 8 objetivos e diversas acções, que contribuirão ativamente para o cumprimento das metas. Nacionais e comunitárias.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A elaboração dos planos está ser efetuada por equipas contratadas para o efeito, com o acompanhamento direto da APA e da Secretaria de Estado do Ambiente.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

São elaborados Relatórios de Acompanhamento de Resíduos Urbanos anuais

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A elaboração e implementação dos planos de resíduos contribuirá para a melhoria da qualidade da saúde humana e ambiente. A estratégia delineada nos planos permitirá o alinhamento com a política europeia no âmbito dos resíduos e o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos quer a nível nacional, quer a nível comunitário nesta matéria.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

O PNGR não foi publicado durante o período de execução deste programa.

Medida Prioritária 4.7.2

Executar o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013), no território continental, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos de abastecimento de água para consumo humano e de tratamento de águas residuais urbanas, através da realização dos investimentos necessários para servir a generalidade da população portuguesa com elevada qualidade e a preços acessíveis (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente. Águas de Portugal, Autarquias Locais e Concessionários Privados.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; Águas de Portugal

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Execução de infraestruturas em alta e baixa afetas aos Sistemas Multimunicipais, designadamente ETAR'S, Captações, Adutoras, Reservatórios, Emissários e redes de drenagem e interceção.

Melhorias das condições de descarga no meio recetor.

Redes em baixa e ampliação de sistemas.

Outras infraestruturas a cargo dos concessionários e autarquias relacionadas com o Ciclo Urbano da Água

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Ações que visam cumprir as metas do PEAASAR e que se traduzem nos níveis de atendimento definidos nos PGBHR.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Os Planos incluíram medidas das Águas de Portugal, com vista ao cumprimento das metas do PEAASAR II (obras que estavam previstas). Não temos, no entanto, o levantamento do seu grau de cumprimento. Vamos tendo informação de que os investimentos estão a ser retardados.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.7.3

Definir critérios para a elaboração de Planos de Segurança, de Qualidade e Quantidade do recurso Água, aumentando a proteção e monitorização da "Reserva Nacional Estratégica de Água" (elaborar planos de contingência, identificar as origens e as infraestruturas de armazenamento de água) (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente. Autarquias, concessionários e Águas de Portugal

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas. Plano de Contingência adaptando o Plano já disponível para o abastecimento público (da AdA) aos outros usos. A escassez de recursos justifica os atrasos da sua execução.

Os Planos incluem uma medida que visa definir reservas estratégicas de água para combate à seca. A sua implementação não teve ainda início.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.7

Desenvolver os serviços de abastecimento público de água, e de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais e de resíduos, estruturando a gestão na ótica da corresponsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Nos últimos anos têm sido efetuados avultados investimentos no domínio do abastecimento público e saneamento de águas residuais, constatando-se que as metas fixadas no Peaasar II estão próximas de ser atingidas, particularmente no que se refere ao abastecimento de água.

Nos atuais PGRH, que incorporam ainda investimentos significativos na área do Ciclo Urbano da Água, já se prevê uma melhoria significativa do estado das massas de água, resolvidos que estão os principais problemas de poluição de origem doméstica.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | Objetivo específico 4.7.

Justificação sucinta da resposta anterior:

O objetivo específico 4.7, "Desenvolver os serviços de abastecimento público de água, e de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais e de resíduos, estruturando a gestão na ótica da corresponsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento" é o único da área de atuação direta da APA.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

- Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020 (PNGR 2014-2020);
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020);
- PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais (2014–2020) (PENSAAR 2020).

B3. Observações complementares

Objectivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.4.*	*Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território*

Medidas Prioritárias	*6.4.1*	*Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.4.1

Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Parceiros da APA para as atividades de Educação Ambiental. Nomeadamente ONGA e outras OSC (organizações da sociedade civil)

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim. Equipamentos de Educação Ambiental, ONGA, autarquias, empresas com programa de RSA implementada (responsabilidade social e ambiental).

Rede de professores em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do Ambiente e da Educação.

Parcerias com entidades diversas com o objetivo de dinamizar projetos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EDP, AMB3e, GALP energia e Projeto 80)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As ações encontravam-se previstas nos planos de atividades anuais, as quais foram realizadas conforme referido na questão seguinte.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A APA desenvolveu inúmeras atividades de educação ambiental durante este período. As ações desenvolvidas não se caracterizaram por uma temática específica de ordenamento do território, urbanismo, paisagem ou património, mas genericamente na temática ambiental e desenvolvimento

sustentável.

- Concurso nacional "Esmiuçar Copenhaga", ocorrido entre Outubro de 2009 e Maio 2010. Iniciativa da APA dirigida ao público escolar com os seguintes objetivos:

- Envolver da sociedade civil nas questões que se relacionam com as Alterações Climáticas em geral e a Conferência de Copenhaga em particular;
- Difundir informação relativa à Conferência de Copenhaga, por forma a incentivar o acompanhamento desta Cimeira de manifesto interesse científico, educativo, político e mediático;
- Suscitar o debate, a análise e reflexão crítica acerca da Conferência de Copenhaga; incentivar escolas, instituições da sociedade civil e cidadãos em geral, a apresentar o seu ponto de vista/análise, critica fundamentada acerca Cimeira de Copenhaga recorrendo ao suporte audiovisual.

- Realização de CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E WORKSHOPS que se encontram especificados no seguinte endereço: http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=756

- **Projecto Era uma Vez a Terra (2010-2011)**

O Projeco "Era uma vez a Terra…" inscreveu-se nas actvidades de Educação Ambiental para a Sustentabilidade da Câmara Municipal de Lisboa (CML), organizado em parceria com a Lisboa E-Nova, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Comissão Nacional da Unesco (CNU). No sentido da operacionalização da referida iniciativa, foi estabelecido um Protocolo de Cooperação, entre a Lisboa E-Nova e a CNU, em Março de 2010 (Anexo I).

A Exposição decorreu do Ano Internacional da Biodiversidade (2010) e no contexto do Ano Internacional do Planeta Terra (2009), sob a égide da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)

A concretização do Projeco contemplou, assim, os seguintes objetivos:

• Corresponder ao repto das Nações Unidas, no sentido de difundir os conceitos associados aos temas "Planeta Terra" e "Biodiversidade", promovendo a pesquisa e a reflexão nestas áreas, assim como suscitar a disseminação desses valores, através de uma Educação para a Sustentabilidade;

• Aprofundar o interesse da Comunidade Escolar para a temática da Biodiversidade em Meio Urbano, mais especificamente na Cidade de Lisboa;

• Abranger a maior área territorial possível do Concelho de Lisboa, através da itinerância da Exposição, sediando-a em diferentes locais e instituições de distintas competências educativas, culturais e ambientais (públicas e privadas);

• Envolver várias Escolas do Concelho (públicas e privadas), em atividades de relevância educativa, de carácter gratuito e acessível, oferecendo uma programação o mais completa possível, variada e adaptada ao público visitante;

• Abranger o público em geral, em especial os munícipes, os utentes dos locais de permanência da Exposição, naturalmente com especial incidência junto dos pais e dos educadores;

• Desenvolver sinergias criativas e potencialmente duradouras, com entidades ligadas à educação formal, não formal e informal, na perspetiva de uma colaboração futura, no domínio da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

Estima-se que o número de indivíduos abrangidos pelo projeto terá sido de 9905 participantes

entre alunos, docentes, população em geral e representantes de diversas entidades.

- Ano Europeu do Voluntariado 2011

A APA foi comissária do AEV, neste âmbito foi coorganizadora da "volta do voluntariado em Portugal" que decorreu de 3-9 de Fevereiro de 2011. Em média Volta recebeu cerca de 900 participantes por dia.

-Ainda neste âmbito a APA realizou um inquérito ao voluntariado ambiental, cujos resultados foram apresentados no **Seminário "Voluntariado ambiental em Portugal"**

- Projecto Exposição nas Montras do Ministério da Educação,

A Secretaria-Geral do Ministério de Educação, prosseguindo a sua linha de atuação de valorização de parcerias orientadas para a divulgação de atividades ou projetos nos domínios da educação e da cultura, tem vindo a disponibilizar as Montras do seu Edifício Sede, na Av. 5 de Outubro - para a promoção e divulgação de atividades levadas a efeito por diversas instituições e organismos nacionais. A Agência Portuguesa do Ambiente participou neste projeto nos anos 2010 e 2011, expondo o trabalho desenvolvido pela rede de professores em mobilidade, ao abrigo do protocolo entre as tutelas do Ambiente e da Educação, o Registo Nacional de ONGA e Equiparadas (RNOE), entre outros temas.

- No âmbito do **Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS),** anualmente a APA organiza um seminário com vista à partilha de experiências desenvolvidas pela rede de docentes em mobilidade, dirigido a docentes dos diferentes ciclos de escolaridade, população em geral, técnicos de ambiente, autarquias, e outras entidades.

A APA acompanha, divulga e apoia os projetos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade dinamizados pela Rede de Docentes em Mobilidade, requisitados em diversas ONAG de âmbito Nacional.

Programa de Ação "Zambujal Melhora". Zambujal Melhora -Projeto de atividades de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. Anual. Local - Amadora Bairro do Zambujal. Docentes, Técnicos, Alunos, público em geral - Desde o final de 2008, no âmbito da sua política de responsabilidade social e ambiental, a APA colabora em vários programas/eixos de ação tais como o Programa de Ação "Zambujal Melhora", em curso neste bairro, em articulação com diversos parceiros, entre os quais, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto, o Centro de Estudos para a Intervenção Social, Fundação Benfica, Pastoral dos Ciganos, no quadro do Programa "Bairros críticos" e no PORLisboa. Sendo a educação para o desenvolvimento sustentável um instrumento que visa, sobretudo, a tomada de consciência e a mudança de comportamentos e atitudes individuais em relação à sustentabilidade e ao ambiente, a APA pretende continuar a proporcionar atividades multidisciplinares dirigidas não só à comunidade escolar como à população do bairro do Zambujal, em geral, através de colaboração com a agenda do "Espaço Oportunidades", dando-lhe uma utilização do tipo "ECOTECA". Filme das ações de EA em: http://www.youtube.com/watch?v=NMKuG7PejWw&feature=youtu.be

- Em 2011 foi lançado um inquérito *online* que permitiu georreferenciar os equipamentos existentes no SNIAMB, consultáveis no geovisualizador. Os equipamentos para educação ambiental e para a educação para o desenvolvimento sustentável correspondem a todas as iniciativas que, contando com instalações apropriadas e equipas educativas especializadas, oferecem programas e atividades neste âmbito. Estes equipamentos assumem um elevado

potencial enquanto centros dinamizadores de educação ambiental para a sustentabilidade nas regiões onde estão inseridos, funcionando ainda como importantes recursos complementares para o sistema educativo formal. Exemplos deste tipo de equipamentos são os Centros de Educação Ambiental, Centros de Interpretação de Áreas Protegidas, Quintas Pedagógicas, Ecotecas, ou os Parques Ambientais. A existência de equipamentos para a educação ambiental e para a educação para o desenvolvimento sustentável, a sua distribuição territorial, a crescente e necessária diversificação de destinatários numa perspetiva de educação ao longo da vida, o tipo de recursos de que dispõem e as atividades educativas que neles se desenvolvem, constituem um indicador da capacidade que a sociedade tem para criar condições culturais que tornem possíveis formas alternativas e diversificadas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas e equitativas para todos os cidadãos. O inquérito mantem-se disponível para atualização contínua.

- folheto de divulgação
- Inquérito para a obtenção de elementos sobre Equipamentos para a Educação Ambiental
- A formação é uma ferramenta indispensável na sociedade atual, que se pretende informada e participativa. A APA tem competências institucionais nos domínios da educação ambiental formal e não formal e no da promoção, formação e sensibilização ambiental, diretamente ou em parceria com outras entidades. Para isso desenvolve, ainda, atividades formativas direcionadas, quer para escolas, quer para outras entidades, divulgando e sensibilizando para as diferentes temáticas ambientais, facultando conteúdos com rigor técnico e científico e promovendo um leque de ações diversificado. Escolas GNR/SEPNA/Outras ações de formação e sensibilização
- O associativismo é uma realidade importante, representando um instrumento fundamental de participação das populações e de intervenção na sociedade. Desde 1987, data de aprovação da Lei das associações de defesa do ambiente, que o ordenamento jurídico português prevê um enquadramento legal para a intervenção e o apoio às associações de ambiente. Com a Lei das ONGA, publicada em 1998, a introdução do conceito de organização não-governamental de ambiente (ONGA) no nosso ordenamento jurídico vem substituir o anterior conceito de associação de defesa do ambiente, dando resposta à evolução verificada no direito internacional e conferindo uma renovada eficácia à ação das associações. As organizações não-governamentais de ambiente desempenham um papel fundamental e relevante no domínio da promoção, proteção e valorização do ambiente, desenvolvendo uma ação de interesse público. Registo Nacional de ONGA e equiparadas/Divulgação de iniciativas das ONGA.

- Apoio técnico disponibilizando técnicos especializados como membros de júris:

- Concurso Nacional de Jovens Cientistas e Investigadores e respetiva Mostra Nacional de Ciência em 2009, 2010, 2011 e 2013 - iniciativa da Fundação da Juventude dirigida ao público escolar, com o objetivo de incentivar a realização de projetos / trabalhos científicos inovadores, integrados em processos educativos regulares, estimulando o aparecimento de jovens talentos nas áreas da ciência, da tecnologia, da investigação e da inovação;
- ECO XXI – programa anual da ABAE dirigido às autarquias que procura reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do município, valorizando um conjunto de

aspetos considerados fundamentais à construção do Desenvolvimento Sustentável, alicerçados em dois pilares: a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental;

- Olimpíadas do Ambiente – edições de 2010, 2011 e 2012 - programa com organização conjunta da Quercus, UCP e Zoomarine dirigido ao público escolar com o objetivo de incentivar o interesse pela temática ambiental, aprofundar o conhecimento sobre a situação ambiental portuguesa e mundial, estimular a capacidade oral e escrita, promover o contacto com situações experimentais concretas, desenvolver o espírito e curiosidade científica; e estimular a dinâmica de grupo e espírito de equipa, assim como a cooperação.
- Programa Bandeira Azul da Europa. Anual. Nível Nacional. Municípios - A Campanha da Bandeira Azul da Europa iniciou-se à escala europeia, em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente. Esta iniciativa da Fundação para a Educação Ambiental (FEE) tem como objetivo elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral e dos decisores em particular para a necessidade de proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de ações conducentes à resolução dos problemas aí existentes. O galardão é atribuído anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes, e de informação e sensibilização ambiental. A estrutura de funcionamento da Campanha em Portugal, assim como o seu processo de decisão, assenta na colaboração entre entidades públicas (onde se inclui a APA) e privadas com responsabilidades ou interesses nas praias. As candidaturas das praias são apresentadas anualmente pelos Municípios às Direções Regionais do Ambiente, subscritas por mais do que uma entidade de âmbito local e regional.
- Programa "Chave Verde"– Júri Nacional. Anual. Nível Nacional. Municípios - O Programa "Chave Verde" é um programa de qualidade ambiental e educação ambiental, de âmbito internacional, que pretende acolher na sua rede todas as estruturas hoteleiras que se preocupam com um melhor ambiente, e que acreditam que ter boas práticas ambientais é um desejo cada vez maior dos seus clientes. A APA faz parte do Júri Nacional, o qual tem uma contribuição semelhante no apoio ao desenvolvimento do projeto do que o Júri Internacional. A composição deste Júri/Comissão reflete as competências de cada instituição que o integra face às diferentes áreas abrangidas pelos critérios de atribuição.
- Concurso do Museu da Água – Júri Nacional. Anual. Nível Nacional. Escolas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Fundamentalmente foram usados os recursos humanos da APA alocados habitualmente a esta área.

Pontualmente houve alocação de recursos financeiros específicos, como os relativos ao "Prémio Especial Ambiente" – 1.000€, criado para o Jovens Cientistas e Investigadores, estimulando a elaboração de trabalhos na área ambiental – e ao material gráfico de divulgação e prémios do concurso da APA ""Esmiuçar Copenhaga" (aproximadamente 8.000€)

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a reportar.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Redução dos montantes financeiros disponíveis.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | **2** | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A APA desenvolveu inúmeras atividades de educação e sensibilização ambiental durante este período. As ações desenvolvidas não se caracterizaram por uma temática específica de ordenamento do território, urbanismo, paisagem ou património, mas genericamente na temática ambiental e desenvolvimento sustentável.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As ações se sensibilização e educação ambiental desenvolvidas pela APA não visaram especificamente a prossecução deste objetivo, pelo que é impossível fazer essa avaliação.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

As atividades de educação ambiental desenvolvidas pela APA durante este período abrangeram um universo alargado de crianças e adultos, participantes destas ações.

A participação pública dos planos permitiu apresentar e discutir medidas de valorização do território, contemplando a valorização dos recursos naturais e da paisagem associada aos recursos hídricos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Indicar áreas prioritárias de intervenção. O estabelecimento de medidas deverá ser acompanhado da definição dos atores principais, público-alvo e entidades responsáveis para o seu desenvolvimento. Ainda que a APA tenha responsabilidades na área da cidadania ambiental, salienta-se as questões ligadas ao ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património não são "áreas de negócio" desta entidade.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.4

Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.5.*	*Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.*

Medidas Prioritárias	*2.5.4*	*Desenvolver uma política integrada de imigração que contemple o acolhimento e a inserção social de imigrantes e que lhes garanta a igualdade de tratamento no acesso aos serviços sociais, à educação, à habitação e ao emprego, respondendo às suas necessidades específicas e envolvendo a sociedade civil (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.5.4

Desenvolver uma política integrada de imigração que contemple o acolhimento e a inserção social de imigrantes e que lhes garanta a igualdade de tratamento no acesso aos serviços sociais, à educação, à habitação e ao emprego, respondendo às suas necessidades específicas e envolvendo a sociedade civil (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim. 10 Ministérios e uma Secretaria de Estado.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não, na medida em que a aferição é feita pela entidade coordenadora, mediante o reporte da execução de todas as entidades envolvidas.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As ações estão plasmadas no II Plano para a Integração dos Imigrantes - PII (http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii) relativo ao período de 2010 a 2013.

O II PII identificou 17 áreas de intervenção: acolhimento; cultura e língua; emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais; educação; solidariedade e segurança social; saúde; habitação; justiça; racismo e discriminação; acesso à cidadania e participação cívica; associativismo imigrante; idosos imigrantes; relações com os países de origem; promoção da diversidade e da interculturalidade; questões de género e tráfico de seres humanos, perfazendo um total de 90 medidas e 408 metas, anuais e plurianuais.

De entre estas 90 medidas, enquanto contributos para a medida do PNPOT em concreto, e de acordo com o relatório final de implementação do II PII, destacamos:

Medida 1- Consolidação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Medida 2 - Consolidação dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes

Medida 6 - Reforço do atendimento ao público do SEF

Medida 7 - Consolidação do Programa Português para Todos

Medida 15 - Reforço da actividade inspectiva sobre entidades empregadoras que utilizem ilegalmente mão-de-obra imigrante

Medida 17 - Agilização do processo de reconhecimento de qualificações

Medida 58 - Promoção de recenseamento da população imigrante elegível para participação política em actos eleitorais

Medida 64 - Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes

Medida 65 - Combate à segregação territorial

Medida 77 - Sensibilização da opinião pública para a promoção e valorização da diversidade

No geral, o II PII atingiu uma execução de 79%. O Plano subsequente está a ser delineado, em articulação com os diversos Ministérios e Secretaria de Estado envolvidos.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todas as ações realizadas no período de execução definido encontram-se plasmadas no relatório final do II Plano para a Integração dos Imigrantes (disponível em: http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Relat%C3%B3rio+Final+de+Execu%C3%A7%C3%A3o+do+PII+2010+-+2013) . Dessas ações, destacamos as seguintes:

1) A consolidação do trabalho das redes de apoio aos imigrantes, destacando-se os Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, como resposta de referência a questões dos imigrantes em Portugal.

2) A conceção de 22 estudos de diagnósticos locais, através dos quais se procedeu à caracterização da população imigrante e dos decorrentes desafios e potencialidades para as dinâmicas de desenvolvimento a nível local em diferentes municípios e freguesias.

3) O reforço do atendimento ao público, sendo que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) alargou o número de postos de atendimento com sistemas de workflow, permitindo sistematizar processos e fluxos de informação, tornando-os mais céleres, simples e transparentes aos vários intervenientes no processo.

4) Entre 2010 e 2013 a informação traduzida em várias línguas foi disponibilizada por diferentes meios de comunicação do ACIDI, num total de 276 886 publicações.

5) A consolidação do Programa Português para Todos (PPT) como importante mecanismo de aprendizagem da língua, com o elevado número de ações realizadas e formandos abrangidos ou mesmo o Projeto dos Mentores pela inovação e âmbitos de atuação.

6) As iniciativas de sensibilização protagonizadas pelo Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), no reforço da informação aos trabalhadores imigrantes sobre os seus direitos e deveres no domínio laboral e, em parceria com o SEF, a atividade inspetiva sobre as entidades empregadoras que utilizem mão-de-obra imigrante são importantes aspetos a referir.

7) Em termos legislativos, as relevantes alterações legislativas introduzidas pela Lei n.º 29/2012, de 9 de Agosto, que alteraram artigos da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho em aspetos muito relevantes na vertente da integração das políticas migratórias como o apoio judiciário a vítimas de tráfico de seres humanos sem dependência do regime de reciprocidade e a possibilidade de autonomização da autorização de residência, na fase da acusação, em caso de crimes de violência doméstica, foram outras das importantes conquistas.

8) Em 2010, tendo em vista sensibilizar os estrangeiros residentes em Portugal para a sua participação no Censos de 2011, o ACIDI colaborou com o INE em diversas iniciativas de divulgação de informação e sensibilização.

9) Ao nível da Agilização do Processo de Reagrupamento Familiar, previsto na medida 5, em que se visava a realização de duas alterações legislativas, quanto aos meios de prova de rendimentos e para efeitos de comprovativo de inscrição em estabelecimento de ensino em Portugal, com a adaptação de procedimentos propostos e implementados pelo MEC e MAI, através do SEF, foi possível fazer face ao objetivo proposto na medida sem a realização das alterações legislativas.

10) Foram dinamizadas, no total, 1102 ações de formação em língua portuguesa, tendo-se aferido a realização de 192 ações em 2013. No que diz respeito aos formandos abrangidos pelas referidas ações, contabilizou-se o envolvimento de 29 500 formandos, sendo que 5951 frequentaram os cursos em 2013.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Atendendo à multiplicidade de atores envolvidos, os recursos humanos, financeiros e patrimoniais envolvidos não são contabilizáveis. Salienta-se o envolvimento dos seguintes organismos da administração central: Presidência do Conselho de Ministros (PCM); Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT); Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE); Ministério da Economia e Emprego (MEE); Ministério da Educação e Ciência (MEC); Ministério da Defesa Nacional (MDN); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Administração Interna (MAI); Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social (MSESS) e Secretaria de Estado da Cultura.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A avaliação final global do II PII (2010-2013), entre metas anuais e plurianuais no total de 408, apresenta os seguintes dados de execução quantitativa:

i) Cumprimento integral de 290 metas;
ii) Cumprimento parcial de 64 metas;
iii) Não cumprimento de 54 metas, entre as quais se encontram as metas acerca das quais não foi possível a obtenção de informação.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações foram realizadas no período de execução definido.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii*							

*Informação indisponível ao nível de indicadores do II PII. Opta-se pelo articulado já sugerido, pois apenas pela leitura completa dos diversos indicadores e da avaliação final será possível aferir dos contributos gerais.

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

De acordo com o relatório final de execução do II PII: "Contrariando a tendência generalizada, não obstante os últimos anos terem sido particularmente difíceis dada a conjuntura da crise económica a nível internacional, Portugal continuou a investir nas políticas de integração de imigrantes e a manter consenso em torno do contributo positivo dos imigrantes para a sociedade portuguesa."

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os maiores contributos para a medida do PNPOT são provenientes das seguintes medidas do II PII:

Medida 2 - Consolidação dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes

Medida 17 - Agilização do processo de reconhecimento de qualificações

Medida 58 - Promoção de recenseamento da população imigrante elegível para participação política em actos eleitorais

Medida 64 - Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes

Medida 65 - Combate à segregação territorial

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O contributo do ACIDI decorreu de acordo com o previsto.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Dessas ações, com uma execução global de 79%, destacamos as seguintes:

1) A consolidação do trabalho das redes de apoio aos imigrantes, destacando-se os Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, como resposta de referência a questões dos imigrantes em Portugal.

2) A conceção de 22 estudos de diagnósticos locais, através dos quais se procedeu à caracterização da população imigrante e dos decorrentes desafios e potencialidades para as dinâmicas de desenvolvimento a nível local em diferentes municípios e freguesias.

8) Em 2010, tendo em vista sensibilizar os estrangeiros residentes em Portugal para a sua participação no Censos de 2011, o ACIDI colaborou com o INE em diversas iniciativas de divulgação de informação e sensibilização.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A decisão está a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

A8. Observações complementares

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

A decisão está a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A decisão está a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A decisão está a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

A decisão está a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis.*
Medidas Prioritárias	*4.2.5*	*Promover a articulação dos serviços de saúde com as comunidades multiculturais, garantindo o seu acesso ao sistema de saúde (2007-2013).*
Objetivo específico	*4.3.*	*Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.*
Medidas Prioritárias	*4.3.5*	*Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objetivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade nos modelos de usos e tipologias de habitação (2007-2013)..*
Objetivo específico	*4.4.*	*Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos.*
Medidas Prioritárias	*4.4.2*	*Desenvolver intervenções integradas de base territorial de combate à pobreza e à exclusão social, em parceria Estado, Autarquias e Instituições públicas e privadas, promovendo ações que contribuam para o desenvolvimento e qualificação de grupos excluídos socialmente ou com necessidades de apoio específico, nomeadamente imigrantes (2007-2013).*
Objetivo específico	*4.6.*	*Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas atividades culturais.*
Medidas Prioritárias	*4.6.3*	*Realizar, aos níveis regional e local, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros atores sociais pertinentes e onde se articulem os objetivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.5

Promover a articulação dos serviços de saúde com as comunidades multiculturais, garantindo o seu acesso ao sistema de saúde (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Saúde; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As ações estão plasmadas nas medidas 35 a 40 do II PII (http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii) relativo ao período de 2010 a 2013.

Essas medidas são:

Medida 35 - Promoção do acesso dos imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde

Medida 36 - Plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do SNS

Medida 37 - Implementação de um programa de serviços de saúde amigos dos imigrantes

Medida 38 - Desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde em Portugal

Medida 39 - Institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde

Medida 40 - Investimento na promoção da saúde mental dos imigrantes

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Atendendo a que o acesso das pessoas imigrantes à saúde, mesmo em situação irregular, encontra-se consagrado na legislação portuguesa através do despacho 25.360/2001, de 16 de novembro, clarificado pela circular informativa nº12/DSQ/DMD, de 7 de Maio de 2009, foi integrada no PII, a medida 35, que visa monitorizar a aplicação da circular 12/DSQ/DMD para que, até 2013, não se verifiquem recusas no acesso à saúde de pessoas imigrantes.

Ainda no mesmo âmbito, foram realizadas várias iniciativas de divulgação, alusivas ao enquadramento jurídico que regula o acesso dos imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente a Lei n.º33/2009, de 14 de Julho e a circular informativa n.º 12/DQS/DMD, de 7 de Maio de 2009.

No que concerne à medida 36, relativa ao Plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do SNS, já implementado na ARS de Lisboa, e que se pretendeu estender às 37 restantes ARS - constituído por dois grandes módulos: um sobre serviços de apoio ao acolhimento e integração e outro sobre o enquadramento legal do acesso à saúde por parte dos imigrantes - foi implementado no decorrer do PII, através da realização de 1 ação na ARS Centro, I.P; 1 na ARS Norte I.P; 1 na ARS Portalegre I.P. e 2 na ARS Algarve, tendo estas ações envolvido 137 profissionais de saúde.

No mesmo âmbito, foram também ministradas ações de formação interna diferenciadas para o atendimento a imigrantes. Entre 2010 e 2011, ocorreram 5 ações de formações dirigidas a técnicos superiores do serviço social e assistentes técnicos nos 22 ACES da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) tendo estas abrangido 95 profissionais. Na ARS do Algarve, foi ministrada 1 ação de formação dirigida a 27 assistentes técnicos e 122 profissionais de saúde. Em 2012, foram realizadas 6 ações de formação, dirigidas a 83 técnicos da Rede CLAII, intituladas "Acesso à Saúde e Intervenção Social a Cidadãos estrangeiros." No ano 2013, foram dinamizadas 4 ações, relativas ao "Enquadramento Legal do acesso à
Saúde de Cidadãos Estrangeiros" e sobre as "Relações Interpessoais e Gestão de Stress," tendo envolvido um total de 67 formandos mediadores dos CNAI, Rede CLAII e técnicos de saúde da ACES de Sintra.

Na perspetiva de fomentar uma estratégia de mediação intercultural nos serviços públicos, entre 2010 e 2011, o ACIDI (entidade promotora), a ARSLVT, IP em parceria com a Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS), constituiu uma equipa de 14 mediadores com o objetivo facilitar o acesso, divulgar informação, promover e facilitar a mediação intercultural junto dos profissionais e dos imigrantes nos serviços de saúde.

Relativamente à medida 37, sobre a implementação de um programa de serviços de saúde amigos dos imigrantes, em que se previa uma cobertura nacional da rede de cuidados de saúde do SNS com o conhecimento da declaração de Amesterdão, embora tenham sido realizadas 2 reuniões no Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, de informação e esclarecimento sobre a Rede de Hospitais Amigos do Cidadão e respetivas formalidades de adesão, não foi, no entanto, concretizada a cobertura nacional da rede de cuidados de saúde do SNS. Importa, contudo, realçar algumas as iniciativas desenvolvidas em Unidades Hospitalares sensíveis à questão, designadamente os Hospital Garcia de Orta, o Hospital Dona Estefânia e alguns Institutos Portugueses de Oncologia (IPO).

Na medida 38, cujo conteúdo previa a constituição de 3 parcerias / ano com organizações da sociedade civil, para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde, são de registar, entre outras, as seguintes

parcerias: A ARSLVT e o ProjectoSauDar (Coimbra), o Instituto Higiene e Medicina Tropical, o Médicos do Mundo, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), a Câmara Municipal do Seixal, o ACIDI, parceria para realização de um estudo Acessibilidade a Cuidados de Saúde aos Imigrantes: Perspetiva dos Profissionais e dos Utentes (Imigrantes) - Projeto de Investigação " Crenças e atitudes face a saúde e Doença e acesso aos serviços de
Saúde em comunidades Imigrantes," Centro de Acolhimento de Refugiados (CPR) e no âmbito do "Programa Cuida-te."

No processo de institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus descendentes ao serviço de saúde, medida 39, em parceria com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a DGS elaborou um Guia de Acesso dos cidadãos estrangeiros ao SNS com o objetivo de serem simplificados, clarificados e normalizados os procedimentos em vigor no acesso dos cidadãos estrangeiros ao sistema de saúde. O manual foi aprovado em 2013, tendo sido amplamente difundido, encontrando-se disponível para consulta no site da DGS.

No que concerne às iniciativas realizadas para a promoção da Saúde Mental dos imigrantes, medida 40, foi realizado o Seminário "Saúde Mental e Pessoa Sem Abrigo: Onde, Como e Porquê?" que teve lugar em Dezembro de 2012 na Fundação Cidade de Lisboa. O Seminário teve como objetivos divulgar o trabalho desenvolvido pelas diversas instituições públicas e sociais que prestam cuidados de saúde mental junto das Pessoas Sem-Abrigo, a nível nacional, e promover o debate sobre a articulação existente entre a saúde mental e o sector social.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Atendendo à multiplicidade de atores envolvidos, os recursos humanos, financeiros e patrimoniais envolvidos não são contabilizáveis. Nesta medida salienta-se o envolvimento dos seguintes organismos da administração central: Presidência do Conselho de Ministros (PCM); Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social (MSESS).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

No domínio da saúde ficou por concretizar, de acordo com o relatório final do II PII, a ambiciosa meta de 0% de recusas no acesso das pessoas imigrantes à saúde, mesmo em situação irregular, consagrado na legislação portuguesa através do despacho 25.360/2001, de 16 de novembro, clarificado pela circular informativa nº12/DSQ/DMD, de 7 de Maio de 2009.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Todas as ações foram concretizadas no período de execução definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii*							

*Informação indisponível ao nível de indicadores do II PII. Opta-se pelo articulado já sugerido, pois apenas pela leitura completa da avaliação final será possível aferir dos contributos gerais.

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Atendendo a que o acesso das pessoas imigrantes à saúde, mesmo em situação irregular, encontra-se consagrado na legislação portuguesa através do despacho 25.360/2001, de 16 de novembro, clarificado pela circular informativa nº12/DSQ/DMD, de 7 de Maio de 2009, foi integrada no PII, a medida 35, que visa monitorizar a aplicação da circular 12/DSQ/DMD para que, até 2013, não se verifiquem recusas no acesso à saúde de pessoas imigrantes.
Para este efeito, foi criado um grupo de trabalho para a monotorização da aplicação da referida circular informativa, constituído pela Direção Geral da Saúde (DGS), o ACIDI,I.P e o Gabinete da Saúde da ARSLVT-DSP presente no CNAI de Lisboa. Este grupo reuniu periodicamente no propósito de analisar questões relacionada com o acesso dos imigrantes ao SNS e para trabalhar conteúdos informativos que visem clarificar o acesso e o pagamento dos serviços de saúde. No entanto, apesar dos esforços realizados, a ambiciosa meta proposta de 0% de recusas não foi conseguida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A implementação satisfatória das seguintes medidas do II PII, permite confirmar um contributo relevante para a medida:

Medida 35 - Promoção do acesso dos imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde

Medida 36 - Plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do SNS

Medida 37 - Implementação de um programa de serviços de saúde amigos dos imigrantes

Medida 38 - Desenvolvimento de parcerias para a promoção do acesso dos imigrantes à saúde em Portugal

Medida 39 - Institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde

Medida 40 - Investimento na promoção da saúde mental dos imigrantes

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Apenas no acesso universal à saúde, se verificaram resultados áquem do esperado.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A promoção do acesso dos imigrantes à saúde, através da redução de desigualdades no acesso aos serviços, à adequação dos serviços, à formação dos profissionais de saúde bem como a institucionalização de procedimentos foram objetivos atingidos no II PII.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Decisão a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.3.5.

Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objetivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade nos modelos de usos e tipologias de habitação (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As ações estão plasmadas no II Plano para a Integração dos Imigrantes - PII (http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii) relativo ao período de 2010 a 2013. No geral, o II PII visou promover o acesso à habitação, através de programas de financiamento ou outros instrumentos, aperfeiçoar os mecanismos de apoio ao arrendamento, bem como, sensibilizar para o cumprimento dos deveres contratualizados. As medidas que contribuem para esta execução são:

Medida 41 - Desenvolvimento e abertura do mercado de habitação social em articulação com as autarquias

Medida 42 - Criação de novas soluções de habitação social, em parceria com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas

Medida 43 - Aperfeiçoamento do acesso aos mecanismos de apoio ao arrendamento

Medida 44 - Sensibilização para o efectivo cumprimento dos deveres contratualizados com os arrendatários do parque habitacional do IHRU, I. P.

Medida 45 - Projectos integrados de intervenção social

Igualmente, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas tem definidas metas neste sentido: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/estrategia-nacional-para-a-integracao-das-comunidades-ciganas---enicc , nomeadamente:

Prioridade 26 - Melhorar o conhecimento da situação habitacionaldas comunidades ciganas.

Prioridade 27 – Reforçar, no quadro das políticas de habitação, as práticas promotoras da integração das comunidades ciganas.

Prioridade 28 – Adequar as respostas habitacionais e qualificar os espaços de realojamento.

Prioridade 29 - Promover o acesso ao mercado de arrendamento/propriedade privada.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Numa lógica de desenvolvimento e abertura do mercado de habitação social, medida 41, procurou dar-se continuidade à promoção de novas respostas através dos programas de financiamento de acesso à habitação. Assim, no âmbito dos programas habitacionais geridos pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), foram financiados, nomeadamente, através do Programa Especial de Realojamento (PER), Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA) e Programa de Reabilitação Urbana, um total de 506 fogos, atribuídos a imigrantes no decorrer do PII. A meta conjeturada não foi cumprida em
2011 (com atribuição de 75 fogos) e 2013 (com a atribuição de 14 fogos, quando a meta era de 120 fogos/ano). Quanto aos restantes anos a meta estipulada foi cumprida com a atribuição anual de 130 em 2011 e 287 em 2012.

Ao nível da medida 42, na perspetiva de criar e desenvolver soluções sociais de habitação nomeadamente em parceria com associações de imigrantes, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), organizações não-governamentais (ONG) e cooperativas, ao longo do PII, foram celebrados 6 acordos de colaboração entre o IHRU e diferentes entidades, como os realizados com os municípios de Santarém, Vila Nova de Famalicão e Évora; duas entidades do concelho da Moita - a Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social, Crl e a CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira e com uma Cooperativa do Concelho de Almada. Não obstante os acordos de colaboração realizados, a meta anual de realização de 3 acordos /ano apenas foi cumprida em 2012.

No que concerne ao aperfeiçoamento do acesso dos imigrantes aos mecanismos de apoio ao arrendamento, previsto na medida 43, foram abrangidos pelo sistema de apoio financeiro ao arrendamento jovem, *Programa Porta 65 Jovem*, no total, 1934 jovens. A meta previa abranger 200 jovens imigrantes e descendentes de imigrantes por ano, o que se veio a registar com clara superação, em 2010, 2012 e 2013, apenas não tendo sido cumprida no ano 2011, com 39 jovens imigrantes a beneficiarem do Programa.

Ainda no contexto do aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio ao arrendamento, no que diz respeito à percentagem dos imigrantes benificiários do parque habitacional de arrendamento público, do universo do património habitacional do IHRU, onde constam 12 000 frações, estima-se que 6% dessas

frações, cerca de 720, tenham sido atribuídas a imigrantes, pelo que a meta foi cumprida.

Relativamente às iniciativas propostas para a sensibilização do efetivo cumprimento dos deveres contratualizados com os arrendatários do parque habitacional do IHRU I.P, medida 44, é de mencionar a realização de 612 acordos de regularização dívidas realizados no II PII. Partindo do proposto que, para a concretização da meta, seria necessário realizar 30 acordos de regularização de dívidas anualmente, observou-se uma larga superação dos níveis mínimos de execução, em 2010 com 133 acordos, em 2012 com 156 acordos e 2013 com 276 acordos. A meta apenas não foi cumprida em 2011 com a realização de 15 acordos de regularização de divida. Em 2013 foi realizada 1 ação de sensibilização para o cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos celebrados.

No que se refere à medida 45, sobre o reforço de Projetos Integrados de Intervenção Social, no período de execução do PII, foram realizadas 10 parcerias para a regeneração urbana que envolveram os Municípios de Amadora, Almada, Moita, Sines, Vila Real de Santo António, Peso da Régua, Portalegre, Penafiel e Lisboa.
As referidas parcerias tiveram as seguintes designações: a da Amadora ”Zambujal Melhora;” a de Almada “Almada Poente. Regeneração Para Uma Nova Centralidade;” a da Moita "Vale Construir o Futuro;" a de Sines “Regeneração Urbana de Sines – Valorizar o Passado, Qualificar o Futuro;” a de Vila Real de Santo António “Centro histórico de Vila Real de Santo António;” a de Peso da Régua Programa de Ação “Frente Douro;” a de Portalegre “Ação Integrada de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Portalegre”; a de Penafiel – “Reabilitação de fogos na Freguesia de Novelas;” a as de Lisboa Programa de Ação “Qualificação Integrada do Bairro Padre Cruz” e “Viver Marvila.

No âmbito da ENICC, destaca-se da ata da primeira avaliação da estratégia, o lançamento de um estudo do IHRU sobre a situação habitacional dos ciganos – questionário lançado a 12 junho 2013.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Atendendo à multiplicidade de atores envolvidos, os recursos humanos, financeiros e patrimoniais envolvidos não são contabilizáveis. Nesta medida salienta-se o envolvimento dos seguintes organismos da administração central: Presidência do Conselho de Ministros (PCM); Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social (MSESS).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

No que se refere à entrada em vigor da Novo Regime de Arrendamento Urbano Social (NRAU) o IRHU desenvolveu trabalhos de preparação relativos à apresentação da proposta de alteração, contudo, a mesma ainda não foi aprovada.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não existem ações para além do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii*							
A ENICC prevê 40 prioridades, com diversos indicadores, previstas em : http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/estrategia-nacional-para-a-integracao-das-comunidades-ciganas---enicc*							

*Informação indisponível ao nível de indicadores do II PII. Opta-se pelo articulado já sugerido, pois apenas pela leitura completa da avaliação final será possível aferir dos contributos gerais.

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii. Aguarda-se a aprovação do relatório final.

A ENICC prevê 40 prioridades, com diversos indicadores, previstas em : http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/estrategia-nacional-para-a-integracao-das-comunidades-ciganas---enicc. Aguarda-se pela publicação do primeiro relatório.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

No que se refere à entrada em vigor da Novo Regime de Arrendamento Urbano Social (NRAU) o IRHU desenvolveu trabalhos de preparação relativos à apresentação da proposta de alteração, contudo, a mesma ainda não foi aprovada.

Não obstante os acordos de colaboração realizados, a meta anual de realização de 3 acordos /ano apenas foi cumprida em 2012.

Salvaguarda-se que a situação de crise internacional e nacional afetou a capacidade dos municípios e do terceiro setor, em geral, de proceder a desenvolvimentos no âmbito da Medida 42 do PII - - Criação de novas soluções de habitação social, em parceria com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Em geral, os indicadores apontam para uma execução satisfatória.

Salvaguarda-se que a situação de crise internacional e nacional afetou a capacidade dos municípios e do terceiro setor, em geral, de proceder a desenvolvimentos no âmbito da Medida 42 do PII - Criação de novas soluções de habitação social, em parceria com associações de imigrantes, IPSS, ONG e cooperativas, pelo que não foi possível, em geral, avançar com soluções inovadoras na matéria em apreço.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Salvaguarda-se que a situação de crise internacional e nacional afetou a capacidade dos municípios e do terceiro setor, em geral, de proceder a desenvolvimentos mais aprofundados em algumas das ações que previam um significativo investimento patrimonial.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Ao nível da medida 42, na perspetiva de criar e desenvolver soluções sociais de habitação nomeadamente em parceria com associações de imigrantes, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), organizações não-governamentais (ONG) e cooperativas, ao longo do PII, foram celebrados 6 acordos de colaboração entre o IHRU e diferentes entidades, como os realizados com os municípios de Santarém, Vila Nova de Famalicão e Évora; duas entidades do concelho da Moita - a Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social, Crl e a CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira e com uma Cooperativa do Concelho de Almada.

No que se refere à medida 45, sobre o reforço de Projetos Integrados de Intervenção Social, no período de execução do PII, foram realizadas 10 parcerias para a regeneração urbana que envolveram os Municípios de Amadora, Almada, Moita, Sines, Vila Real de Santo António, Peso da Régua, Portalegre, Penafiel e Lisboa.
As referidas parcerias tiveram as seguintes designações: a da Amadora ”Zambujal Melhora;” a de Almada “Almada Poente. Regeneração Para Uma Nova Centralidade;” a da Moita "Vale Construir o Futuro;" a de Sines “Regeneração Urbana de Sines – Valorizar o Passado, Qualificar o Futuro;” a de Vila Real de Santo António “Centro histórico de Vila Real de Santo António;” a de Peso da Régua Programa de Ação “Frente Douro;” a de Portalegre “Ação Integrada de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Portalegre”; a de Penafiel – “Reabilitação de fogos na Freguesia de Novelas;” a as de Lisboa Programa de Ação “Qualificação Integrada do Bairro Padre Cruz” e “Viver Marvila.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Decisão da tutela.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.4.2

Desenvolver intervenções integradas de base territorial de combate à pobreza e à exclusão social, em parceria Estado, Autarquias e Instituições públicas e privadas, promovendo ações que contribuam para o desenvolvimento e qualificação de grupos excluídos socialmente ou com necessidades de apoio específico, nomeadamente imigrantes (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural; Instituto da Segurança Social.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Programa Operacional Potencial Humano.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Programa Escolhas (www.programescolhas.pt) é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Entre 2007 e 2013, é possível enquadrar as terceira, quarta e quinta gerações do Programa Escolhas. Assim, entre 2007 e 2009, o PE chegou a 81.695 crianças e jovens, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, com idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos. O programa alargou também durante este período o seu raio de ação, tendo passado a estar presente em 71 concelhos do território nacional.

Entre 2010 e 2012 o Programa Escolhas foi renovado para uma nova fase, a sua 4ª geração. Considerando que o Escolhas "tem demonstrado desde 2001 uma efetiva capacidade de intervenção no domínio da inclusão social", o Governo decidiu não só a continuação do Programa, mas também o reforço da sua presença no terreno, tendo para isso aumentado o seu financiamento global e consequentemente o número de projetos a apoiar. [Resolução do Conselho de Ministros nº63/2009 de 23 de Julho]. Partindo da experiencia acumulada no passado e fundamentando-se na consolidação do modelo já prosseguido anteriormente, a 4ª geração do Programa introduziu, no entanto, alguns aspetos, que permitiram reforçar a qualidade global das ações então desenvolvidas. Às quatro medidas nas quais o programa se havia estruturado até então: (I) Inclusão escolar e educação não formal; (II) Formação profissional e empregabilidade; (III) Participação cívica e comunitária e (IV) Inclusão digital, juntou-se uma quinta medida prioritária, que visou estimular o Empreendedorismo e Capacitação dos jovens. Outras apostas foram o reforço da empregabilidade e formação profissional, uma maior diferenciação dos públicos-alvo, a consolidação dos consórcios, a diferenciação e modularidade no financiamento, a adoção de um modelo misto de acesso, a formação centrada em produtos e ainda um maior apoio a iniciativas dos jovens e incentivo à sua participação.

Atualmente na sua 5ª geração**,** que decorrerá até 31 de dezembro de 2015, o Programa Escolhas mantém protocolos com os consórcios de 110 projetos locais de inclusão social em comunidades vulneráveis, com a opção de financiar mais 30 projetos, muitos dos quais localizados em territórios onde se concentram descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

De acordo com a avaliação externa do Programa Escolhas, a cargo do centro de investigação CET-Dinâmia do ISCTE, cujos documentos estão disponíveis em http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes, destacamos os seguintes pontos:

1. O relatório final destaca o valor global do Programa Escolhas, nomeadamente a sua relevância e pertinência: "A maioria dos projetos subscreve e identifica-se com os eixos problemáticos do Programa adaptando-os à diversidade dos contextos regionais e locais onde se intervêm. São vários os projetos estudados no estudo de casos que valorizam quer estas problemáticas, considerando que assumem a maior relevância nos contextos locais de intervenção, quer o objeto do Programa Escolhas que se destaca pela sua pertinência ou seja, *por ser um programa único* não existindo qualquer intervenção semelhante." (pág. 35)
2. Fica estabelecido o foco e prioridade da intervenção do Programa Escolhas no sucesso

educativo. Os projetos interiorizaram a importância da carreira escolar como dimensão de combate à pobreza e à exclusão e a escola foi-se tornando um dos maiores aliados. Não surpreende o facto de 86,7% das crianças e jovens terem tido sucesso escolar em 2011/2012. Todavia, verifica-se um enorme desfasamento entre as idades dos participantes e os níveis esperados de escolaridade, o que, sendo um motivo de preocupação, demonstra igualmente uma forte vinculação aos públicos prioritários a envolver;

3. Destacam-se como áreas consolidadas de resultados: a inserção escolar, a promoção da inclusão digital, a promoção da participação ativa das crianças e jovens, a promoção das competências sociais e pessoais, a mobilidade nacional e internacional e a disponibilização de informação e de encaminhamentos à comunidade. Como aspetos a melhorar, destacam-se as áreas ligadas ao emprego, o trabalho com os jovens mais velhos e algumas comunidades ciganas e o trabalho com as famílias.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Projetos locais apoiados	Proj.			100	2013	126	2013
Descendentes de imigrantes reintegrados	Ind.			5000	2013	6277	2013
% de projetos desenvolvidos em territórios segregados	%			60	2013	78,2	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Auto-avaliação, avaliação interna e avaliação externa. Da avaliação externa destacamos os seguintes resultados de impacto:

1. A apresentação dos dados obtidos a partir das 297 entrevistas realizadas aos jovens, revelam dados muito interessantes:
    a. Os diagnósticos apontam para a identificação de crianças e jovens com baixa auto-estima que se refletem, incontornavelmente, nos resultados escolares e nos comportamentos menos adequados, que as normas sociais impõem;
    b. O olhar que os jovens têm sobre os seus territórios é completamente diferente daquele que a sociedade tem sobre eles. Pode dizer-se que para a grande maioria: o bairro é "muito fixe", não é pobre, não tem problemas de racismo, é bom pela presença diversificada de culturas, apresenta forte coesão social (muito unido), as relações de vizinhança são boas e, o bairro é como se fosse uma "família grande". Ainda assim, são os "nacionais" que pior avaliam o seu bairro quando comparados com outros grupos, ou com a média, o que não quer dizer que o avaliem de modo negativo, na sua maioria.
    c. Outra nota importante a reter á que as emoções expressas face à escola são positivas: alegria e ausência de medo são partilhadas pela maioria dos inquiridos, sendo, no entanto, é significativo o facto de mais de 40% sentir algumas vezes aborrecimento e raiva.
    d. Os jovens revelam um franco otimismo em relação ao futuro, conseguindo projetar um futuro de trabalho e família. A relação dos projetos Escolhas com as Escolas é considerada muito positiva e um dos fatores para o aumento do sucesso e das expetativas dos jovens.
    e. Mais de 60% dos jovens reconhecem que a sua vida mudou para melhor ou muito melhor com o Escolhas e para a maioria o Escolhas é sinónimo de "uma sorte", "um prémio".
2. É de sublinhar que as equipas técnicas reúnem uma avaliação altamente positiva (19 valores). Os consórcios reconhecem-lhes empenho e dedicação, muito para além do seu horário de trabalho. Os jovens atestam a proximidade e confiança apontada. A integração de um dinamizador na equipa, onde algumas vezes assume cumulativamente funções técnicas, é vista como uma forte mais-valia. A longevidade das equipas técnicas surge como um aspeto positivo, a rotatividade dos técnicos é nomeada como condição prejudicial ao bom desempenho dos projetos. O PE recolhe também uma avaliação muito significativa (18,4 valores).

3. A avaliação externa refere que a "promoção de dinâmicas associativas constitui uma vertente do trabalho de desenvolvido por muitos projetos que resulta, em grande medida, do fomento da participação ativa dos jovens na implementação dos projetos. De forma generalista o balanço deste objetivo é francamente positivo." A informação que ressalta do estudo de casos e dos relatórios de auto-avaliação dão conta de uma pró-atividade crescente que se traduz, maioritariamente na criação informal de grupos de jovens, grupos ligados a atividades desportivas ou artísticas como a dança ou a música e na participação e envolvimento crescente de crianças e jovens na vida associativa local.
4. Para os entrevistados, um jovem Escolhas é definido por apreciações esmagadoramente positivas: é responsável, autónomo, resiliente mas também solidário, cooperante e pró-ativo. Alegres, felizes e com sentido de humor, completam a adjetivação deste universo.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Como grandes desafios, a equipa da avaliação externa destaca:

1. Desafios da qualificação e formação profissional - "Duas grandes preocupações atravessam os países europeus face à infância e adolescência. Trata-se, por um lado, da existência de um grupo alargado de pré-adolescentes e jovens cuja inserção na escola não foi de sucesso e cuja entrada no mercado de trabalho está prejudicada (…)" ."Cada vez maior, o número de jovens que, entre os 10 e os 22 anos, entram numa espécie de limbo social. Parte significativa destas crianças e jovens só mais tarde vai esboçar projetos de médio prazo, nomeadamente quando pretendem ter autonomia financeira para suportar."

2. A avaliação aponta ainda no final da 4ª Geração que os projetos fazem uma aposta generalizada sem um diagnóstico consistente e consolidado.

3. Existem conceitos ainda vagos e utilizados com alguma imprecisão, nomeadamente o empreendedorismo e os destinatários/beneficiários. Da análise da documentação, referem que, tal como para a capacitação, a importância de uma intervenção no domínio do empreendedorismo surge muitas vezes implícita. Importando, também, ter em conta alguma "nebulosidade em torno da operacionalização desta dimensão da intervenção". "Para além da implementação do manual do

empreendedorismo as iniciativas com esse fim são muito vagas e procuram atingir diferentes fins.". O conceito de empregabilidade surge no horizonte da promoção do empreendedorismo, noutros projetos assume uma dimensão cívica, noutros ainda a sua promoção fica comprometida pela necessidade de promover competências pessoais e sociais.

4. Criação de emprego – o grande desafio ou um grande problema que também afeta o PE? Desde os anos 2000 que a capacidade do mercado de trabalho em integrar uma parte significativa da população ativa é uma preocupação internacional, europeia e nacional. A ausência de trabalho está a gerar forte agitação social num número significativo de países 11. Esta instabilidade do mercado de trabalho e a procura de uma mobilidade profissional ascendente exige, certamente, uma enorme resiliência, força de vontade e capacidade de perseverança num projeto de médio e de longo prazo, condições que estão muito afastadas das estratégias de vida das camadas etárias mais jovens (abaixo dos 24 anos). Apenas um número residual de projetos Escolhas (14) se propunha, em candidatura, a fomentar este objetivo, maioritariamente de forma complementar ou como alternativa à inserção laboral. Destacam como inovador não apenas o fato do programa colocar esta problemática nas mãos dos jovens, mas no elevado desafio de trazer, para esta intervenção, empresas que possam participar quer na formação, quer no emprego. "Esta aproximação entre o económico e o social, fomentada pelas relações de proximidade capazes de gerar novas solidariedade na inclusão é, talvez, a dimensão mais inovadora e o desafio mais complexo com que o Escolhas se defronta hoje."

5. No que respeita aos resultados dos projetos é de reter que, não obstante a taxa de concretização ser amplamente alcançada, na verdade este dado parece ser muitas vezes mais resultado da participação e menos do efetivo resultado da participação: o processo parece impor-se ao resultado.

6. A sustentabilidade e viabilidade dos projetos está longe de estar garantida, existindo, pontualmente, atividades cujos elementos de consórcio ou o próprio público-alvo poderão assumir.

7. Uma aposta em intervenções individualizadas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	X	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Impactos globais da 4ª geração (2010-2012)

89.232 participantes

759.819 sessões de trabalho

9.776 reintegrações em escola, formação e emprego de jovens anteriormente desocupados

86,7% de sucesso escolar global no ano letivo 2011/2012

13.949 certificações no domínio das TIC

87% do financiamento dirigido aos projetos

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

De acordo com a avaliação externa, o relatório final destaca o valor global do Programa Escolhas, nomeadamente a sua relevância e pertinência: "A maioria dos projetos subscreve e identifica-se com os eixos problemáticos do Programa adaptando-os à diversidade dos contextos regionais e locais onde se intervêm. São vários os projetos estudados no estudo de casos que valorizam quer estas problemáticas, considerando que assumem a maior relevância nos contextos locais de intervenção, quer o objeto do Programa Escolhas que se destaca pela sua pertinência ou seja, *por ser um programa único* não existindo qualquer intervenção semelhante."

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais e institucionais. 110 consórcios locais estão em implementação, envolvendo mais de 900 instituições locais. Toda a informação está disponível em: http://www.programaescolhas.pt/conteudos/noticias/ver-noticia/5339909e88d60/relatorio-de-atividades-2013

Como impactos gerais, medidos pela avaliação externa, destacamos: a inserção escolar, a promoção da inclusão digital, a promoção da participação ativa das crianças e jovens, a promoção das competências sociais e pessoais, a mobilidade nacional e internacional e a disponibilização de informação e de encaminhamentos à comunidade.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Decisão a cargo do Governo, a tomar em sede e momento próprios.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.6.3

Realizar, aos níveis regional e local, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros atores sociais pertinentes e onde se articulem os objetivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural; Direções Regionais das Artes.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (agregação da informação de base regional das Direções Regionais das Artes)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Partindo do pressuposto que a perceção e a compreensão da língua do país de acolhimento são requisitos fundamentais no processo de inclusão social, na promoção da igualdade de oportunidades e na facilitação do exercício pleno da cidadania, o segundo PII, à semelhança do primeiro, contemplou a cultura e língua, como área de intervenção, numa perspetiva de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado na promoção do conhecimento da língua portuguesa.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram dinamizadas no total 1102 ações de formação em língua portuguesa, tendo-se aferido a realização de 192 ações em 2013. No que diz respeito aos formandos abrangidos pelas referidas ações, contabilizou-se o envolvimento de 29 500 formandos, sendo que 5951 frequentaram os cursos em 2013. Esta meta de verificação anual foi claramente superada em todos os anos de execução do PII.

No contexto das ações de formação, ministradas no âmbito do português técnico, verificou-se um total de 27 ações de formação, tendo sido abrangidos pelas mesmas 424 formandos.

No que concerne à Consolidação do Programa Português Língua Não Materna (PLNM), tendo como objetivo a aprendizagem do Português por alunos com outra língua materna, medida 8, foram perspetivadas várias metas, entre as quais se destaca a concretização das seguintes:
Relativamente ao objetivo de aumentar em 5% a taxa de sucesso em cada ciclo de ensino dos alunos que não têm o português como língua materna, de acordo com dados do Júri Nacional de Exames, as taxas de aprovação nas provas de exames nacionais de PLNM revelaram-se muito elevadas.

Em 2011, nos exames de PLNM, do ensino básico (9ºano) e secundário (12º), foi aferida uma taxa de sucesso de, aproximadamente, 90%.

Em 2012, registaram-se taxas de aprovação a partir dos 96%, quer no 3.º ciclo do ensino básico (provas de 9.º ano) quer no ensino secundário (exames de 12.º ano). Relativamente ao 2.º ciclo do ensino básico, 2012 foi o primeiro ano em que se realizaram provas finais nacionais (provas de 6.º ano), situando-se a taxa de aprovação acima dos 86%: PLNM (nível de iniciação 2.º ciclo): 88,4%; PLNM (nível intermédio 2.º ciclo): 86,8%.

Em 2013, as taxas de aprovação situaram-se igualmente a partir dos 96%, tanto no 3.º ciclo do ensino básico como no ensino secundário. Quanto ao 2.º ciclo, as taxas de aprovação situaram-se nos 85%.

Para além da elevada taxa de sucesso, é também de salientar que, a partir do ano letivo de 2011/2012, o PLNM assumiu o estatuto de disciplina nos 2.º e 3.ºciclos do ensino básico, tal como já sucedia no ensino secundário, o que constitui um progresso significativo no desenvolvimento desta área curricular a nível nacional. Com o Despacho Normativo n.º 12/2011, de 22 de agosto, veio a definir-se que os alunos para quem o português não é língua materna, e se encontrem num nível de iniciação ou no nível intermédio, devem frequentar o PLNM, equivalente à disciplina de Português, com a mesma carga horária. Nestes termos deixou de funcionar apenas no âmbito do apoio ao estudo ou apoio educativo e passou a
constituir-se como uma disciplina do curriculum.

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, na sua redação atual, assume a integração da disciplina de PLNM quer no currículo do ensino básico quer do ensino secundário, tendo por objetivo a aprendizagem do Português por alunos com outra língua materna (cf. artigos 10.º e 18.º).

No que refere ao reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com particular enfoque no domínio da cultura, previsto na medida 12, é de registar ao nível da Rede CLAII e no quadro de uma estratégia de promoção da diversidade cultural, em parceria com autarquias e entidades da sociedade civil, a realização de 113 atividades na 1.ª edição (2009 e 2010), 163 atividades na 2.ª edição (2010 a 2012) e 148 atividades na 3.ª edição (2012 e 2013) que ocorreram em vários concelhos do país de norte a sul e regiões autónomas.

Entre as inúmeras atividades que envolveram um total de 109.046 participantes, destacam-se as realizadas no âmbito da educação e cultura, bem como aquelas que tiveram por objetivo promover a participação dos imigrantes na vida local, devido ao seu enfoque na promoção da diversidade e do

diálogo intercultural. Nelas incluem-se atividades destinadas à divulgação das línguas e costumes das comunidades imigrantes, através de contos, histórias de vida, materiais pedagógicos, concursos, programas de rádio, peças de teatro, curtas-metragens, ateliers de jogos, entre outras, assim como eventos de celebração da interculturalidade, tais como dias municipais, mostras culturais, grupos de dança, montras interculturais, etc. Muitas destas atividades tiveram lugar em bibliotecas municipais, escolas, jardins-de-infância e em espaços públicos dos concelhos, abrangendo percentagens elevadas da população imigrante e autóctone e contando como a colaboração dos parceiros locais, nomeadamente das associações de imigrantes.

A Direção Geral das Artes (DGArtes) procedeu ao lançamento do programa e abertura de concurso para atribuição de apoios no Programa "Pegada Cultural – Artes e Educação" programa de apoio a projetos artísticos profissionais direcionados para escolas e enfatizando a diversidade cultural.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Atendendo à multiplicidade de atores envolvidos, os recursos humanos, financeiros e patrimoniais envolvidos não são contabilizáveis. Nesta medida salienta-se o envolvimento dos seguintes organismos da administração central: Presidência do Conselho de Ministros (PCM); Ministério da Educação (ME) e Secretaria de Estado da Cultura (SEC).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A concretização da medida 9, cuja meta se centrava na realização de 4 provas anuais de língua portuguesa, para efeitos de aquisição de nacionalidade, através da realização de testes de diagnóstico realizados em estabelecimento de ensino oficial, particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais, nos termos da alínea b) do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 237- A/2006, de 14 de Dezembro, apenas foi cumprida até outubro de 2010.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii*							

*Informação indisponível ao nível de indicadores do II PII. Opta-se pelo articulado já sugerido, pois apenas pela leitura completa da avaliação final será possível aferir dos contributos gerais.

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

O PII prevê 408 indicadores que se encontram detalhados em: http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A concretização da medida 9, cuja meta se centrava na realização de 4 provas anuais de língua portuguesa, para efeitos de aquisição de nacionalidade, através da realização de testes de diagnóstico realizados em estabelecimento de ensino oficial, particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais, nos termos da alínea b) do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro, apenas foi cumprida até outubro de 2010.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No que refere ao reforço da expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com particular enfoque no domínio da cultura, previsto na medida 12, é de registar ao nível da Rede CLAII e no quadro de uma estratégia de promoção da diversidade cultural, em parceria com autarquias e entidades da sociedade civil, a realização de 113 atividades na 1.ª edição (2009 e 2010), 163 atividades na 2.ª edição (2010 a 2012) e 148 atividades na 3.ª edição (2012 e 2013) que ocorreram em vários concelhos do país de norte a sul e regiões autónomas.
Entre as inúmeras atividades que envolveram um total de 109.046 participantes, destacam-se as realizadas no âmbito da educação e cultura, bem como aquelas que tiveram por objetivo promover a participação dos imigrantes na vida local, devido ao seu enfoque na promoção da diversidade e do diálogo intercultural. Nelas incluem-se atividades destinadas à divulgação das línguas e costumes das comunidades imigrantes, através de contos, histórias de vida, materiais pedagógicos, concursos, programas de rádio, peças de teatro, curtas-metragens, ateliers de jogos, entre outras, assim como eventos de celebração da interculturalidade, tais como dias municipais, mostras culturais, grupos de dança, montras interculturais, etc. Muitas destas
atividades tiveram lugar em bibliotecas municipais, escolas, jardins-de-infância e em espaços públicos dos concelhos, abrangendo percentagens elevadas da população imigrante e autóctone.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Nada a observar.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Os Centros Locais de Apoio ao Imigrante desenvolvem ações locais de promoção do diálogo intercultural, em parceria com a sociedade civil e com as associações de imigrantes, capacitando, dessa forma, essas organizações.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Decisões a tomar pela Tutela.

A8. Observações complementares

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Novo Plano estratégico, em preparação pela Tutela.

B3. Observações complementares

Entidades inquiridas:

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL)
Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP)

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.2.*	*Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.*

Medidas Prioritárias	*3.2.1*	*Rever o desenho institucional dos transportes nas Áreas Metropolitanas, implementando autoridades metropolitanas de transportes e melhorando quer a eficiência e coordenação das políticas de transportes, quer a sua articulação com as políticas do ordenamento do território e do ambiente (2007-2010).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.2.1

Rever o desenho institucional dos transportes nas Áreas Metropolitanas, implementando autoridades metropolitanas de transportes e melhorando quer a eficiência e coordenação das políticas de transportes, quer a sua articulação com as políticas do ordenamento do território e do ambiente (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Secretaria de Estado das Infraestruturas Transportes e Comunicações e ex-Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Direção Geral do Território e Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto Nacional de Estatística e Agência Portuguesa do Ambiente.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Revisão e harmonização do enquadramento legal, para além da Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, e instalação efetiva em recursos das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Implementação parcial das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto e realização de estudos relacionados com os transportes, não se tendo ainda realizado os estudos obrigatórios referidos na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, por falta de recursos materiais (pessoal e financeiros).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

AMTL:

RECURSOS HUMANOS:

	Órgãos Sociais	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	**TOTAL**
2011	5	2	2	0	**9**
2012	5	3	4	0	**12**
2013	4	3	4	0	**11**

RECURSOS FINANCEIROS:

	Pessoal	Funcionamento	Investimento	**TOTAL**
2011	-	-	-	**-**
2012	380.242,15 €	42.843,22 €	815.618,54 €	**1.238.703,91 €**
2013	461.591,09 €	45.203,85 €	234.051,16 €	**740.846,10 €**

AMTP:

RECURSOS HUMANOS:

	Órgãos Sociais	Dirigente Int rmédio de 2º grau	Técnico Superior	Assistente Técnico	**TOTAL**
2011	5	0	3	1	**9**
2012	4	1	5	1	**11**
2013	4	1	8	3	**16**

RECURSOS FINANCEIROS:

	Pessoal	Funcionamento	Investimento	**TOTAL**
2011	335.860,92 €	952.525,45 €	110.969,52 €	**1.399.355,89 €**
2012	293.389,00 €	126.528,00 €	107.317,00 €	**527.234,00 €**
2013	487.685,00 €	228.119,00 €	29.591,00 €	**745.395,00 €**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A regulamentação da Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, e a avaliação, do modelo e enquadramento das AMT nela consignados, visando aferir da sua adequação e eficácia, que deveria ter ocorrido após dois anos da sua entrada em vigor, o que de facto não se concretizou.

Os estudos previstos e as ações que consubstanciam as atribuições explicitadas na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, designadamente:

- Inquérito à mobilidade;
- Conta pública de deslocações de passageiros;
- Plano de Deslocações Urbanas (PDU);
- Programa Operacional de Transportes (POT).

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A cabal implementação das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto ainda não aconteceu, pelo que se enumeraram em *A2f* as ações previstas que não foram realizadas.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

AMTL:

Estudo-piloto sobre as bases de dados do sistema de bilhética sem contacto dos transportes públicos da AML – (em curso)

Projeto-piloto de acessibilidade ao Hospital Beatriz Ângelo – (em curso)

Observatório de Transportes e da Mobilidade – (em curso)

Estudo de reformulação e expansão do sistema tarifário dos transportes públicos da AML – (em curso)

Estudo sobre o financiamento dos transportes públicos

AMTP:

Estudo comparativo dos sistemas tarifários na AMP

Estudo comparativo das estruturas de exploração de operadores de transportes

Oferta de transportes na AMP

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Falta de enquadramento/elegibilidade no anterior quadro comunitário.

Falta de enquadramento legal (regulamentação) para executar as acções previstas na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro.

Falta de dotação orçamental e de pessoal qualificado.

Contratação de pessoal apenas no Estado, onde escasseia pessoal qualificado na Área de Transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A implementação parcial das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto e a falta de meios impediu o cumprimento da Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, por parte das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Falta de pessoal e de dotação orçamental da AMTP para cumprir o estabelecido na Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Impactos reduzidos, na medida em que, pelas restrições apontadas, não se deu cumprimento ao especificado na Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro, não se tendo assim contribuído para a melhoria funcional e de sustentabilidade financeira dos Transportes Públicos nas Áreas Metropolitanas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Revisão do modelo organizacional e de funcionamento das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto.

Simplificação e melhor definição dos objectivos estratégicos.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.2

Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Nota: As Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto não têm intervenção ao nível da estruturação e desenvolvimento das redes de infraestruturas.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) [ ]

Justificação sucinta da resposta anterior:

OBJETIVOS:

1. Implementação efetiva da AMTL e da AMTP e atribuição de dotação financeira adequada ao cabal cumprimento das suas atribuições;
2. Realização de estudos e ações conforme Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro;
3. Revisão da oferta de TP com a inerente economia no setor público e no setor privado, designadamente visando a aplicação atempada do Regulamento n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) [ ]

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Cumprimento do especificado na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, nomeadamente nas atribuições que são cometidas às Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.8.*	*Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social.*

Medidas Prioritárias	*4.8.2*	*Implementar uma Política Metropolitana de Transportes no território continental, como suporte de uma mobilidade sustentada, no quadro da organização e gestão pública do sistema de transportes, promovendo modos de transporte menos poluentes e mais atrativos para os utentes (2007-2009).*
	4.8.3	*Lançar programas para a plena integração física, tarifária e lógica dos sistemas de transportes de passageiros, no território continental e com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas, garantindo informação acessível relativa à oferta dos vários modos, particularmente nas grandes aglomerações urbanas, promovendo a intermodalidade (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.8.2

Implementar uma Política Metropolitana de Transportes no território continental, como suporte de uma mobilidade sustentada, no quadro da organização e gestão pública do sistema de transportes, promovendo modos de transporte menos poluentes e mais atrativos para os utentes (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Secretaria de Estado das Infraestruturas Transportes e Comunicações, ex-Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto e Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, Instituto da Mobilidade e dos Transportes e Direção Geral do Território.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Nacional de Estatística e Agência Portuguesa do Ambiente.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada	X	Em curso		Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A falta de estudos técnicos inibe a definição da política a implementar.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A política não está definida, motivo pelo qual não foi possível iniciar a sua implementação.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As acções que visam a preparação da definição da política, antes referidas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Falta de enquadramento/elegibilidade no anterior quadro comunitário.

Falta de enquadramento legal (regulamentação) para executar as acções previstas na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro.

Falta de dotação orçamental e de pessoal qualificado.

Contratação de pessoal apenas no Estado, onde escasseia pessoal qualificado na Área de Transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Revisão do modelo organizacional das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, simplificação e melhor definição dos objectivos estratégicos, criando condições indispensáveis para a definição da política de transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e consequente implementação.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.8.3

Lançar programas para a plena integração física, tarifária e lógica dos sistemas de transportes de passageiros, no território continental e com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas, garantindo informação acessível relativa à oferta dos vários modos, particularmente nas grandes aglomerações urbanas, promovendo a intermodalidade (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Secretaria de Estado das Infraestruturas Transportes e Comunicações e ex-Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Direção Geral do Território e Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto Nacional de Estatística e Agência Portuguesa do Ambiente.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

AMTL:

Reformulação e expansão do sistema tarifário da AML

Revisão do método de repartição da receita tarifária dos títulos intermodais

Revisão do método de cálculo das indemnizações compensatórias dos operadores privados da AML

Desenvolvimento de um sistema de informação georreferenciada das infraestruturas e dos serviços de transporte da AML

Desenvolvimento de um sistema de informação dos títulos de transporte da AML

Elaboração de um plano de acção para a contratualização dos serviços suburbanos de transporte da AML

Desenvolvimento dos estudos estratégicos referidos na Lei 1/2009, de 5 de janeiro:

- Inquérito à mobilidade;
- Plano de Deslocações Urbanas (PDU);
- Conta pública de deslocações de passageiros;
- Programa Operacional de Transportes (POT).

AMTP:

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

AMTL:

Revisão do método de repartição da receita tarifária dos títulos intermodais

Desenvolvimento de um sistema de informação georreferenciada das infraestruturas e dos serviços de transporte da AML

Relação de estudos preparatórios para a realização do PDU:

- Análise das Dinâmicas Demográficas e Habitacionais da AML
- Análise das Dinâmicas e Estrutura da Economia da Área Metropolitana de Lisboa
- Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório de Fatores Críticos – Documento Preliminar

Caracterização da Mobilidade em Transporte Colectivo Público e Revisão do Modelo de Repartição de Receitas

Reformulação e Expansão do Sistema Tarifário da AML – em curso

Estudo de Satisfação dos Utilizadores dos Transportes Públicos da AML – em curso em 31/12/2014

AMTP:

Estudo comparativo dos sistemas tarifários na AMP

Estudo comparativo das estruturas de exploração de operadores de transportes

Oferta de transportes na AMP

Criação de interfaces

Adesões ao Sistema Multimodal Andante

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

AMTL:

RECURSOS HUMANOS:

	Órgãos Sociais	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	**TOTAL**
2011	5	2	2	0	**9**
2012	5	3	4	0	**12**
2013	4	3	4	0	**11**

RECURSOS FINANCEIROS:

	Pessoal	Funcionamento	Investimento	**TOTAL**
2011	-	-	-	**-**
2012	380.242,15 €	42.843,22 €	815.618,54 €	**1.238.703,91 €**
2013	461.591,09 €	45.203,85 €	234.051,16 €	**740.846,10 €**

AMTP:

RECURSOS HUMANOS:

	Órgãos Sociais	Dirigente Intermédio de 2º grau	Técnico Superior	Assistente Técnico	**TOTAL**
2011	5	0	3	1	**9**
2012	4	1	5	1	**11**
2013	4	1	8	3	**16**

RECURSOS FINANCEIROS:

	Pe ssoal	Funcioname to	I nvestimento	**TOTAL**
2011	335.860,92 €	952.525,45 €	110.969,52 €	**1.399.355,89 €**
2012	293.389,00 €	126.528,00 €	107.317,00 €	**527.234,00 €**
2013	487.685,00 €	228.119,00 €	29.591,00 €	**745.395,00 €**

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Falta de enquadramento/elegibilidade no anterior quadro comunitário.

Falta de enquadramento legal (regulamentação) para executar as acções previstas na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro.

Falta de dotação orçamental e de pessoal qualificado.

Contratação de pessoal apenas no Estado, onde escasseia pessoal qualificado na Área de Transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?

Impactos produzidos

A6. Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Revisão do modelo organizacional das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto.

Simplificação e melhor definição dos objectivos estratégicos.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.8

Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

As AMT não têm intervenção sobre as redes de infraestruturas, pelo que a sua atividade neste domínio apenas incidiu sobre os equipamentos e serviços de suporte à acessibilidade e mobilidade, com os constrangimentos já referidos.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Concretização da implementação das Autoridades Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Justificação sucinta da resposta anterior:

Sem a criação de condições para a implementação das Autoridades Metropolitanas de Lisboa e Porto não é possível definir as políticas de transportes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, podendo incorrer-se no incumprimento do Regulamento n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.8.*	*Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social*

Medidas Prioritárias	*4.8.5*	*Executar os Planos Nacionais de Segurança Rodoviária, visando reduzir para metade em cada período de 10 anos o número de acidentes e mortes rodoviários em Portugal e desenvolver inspeções e auditorias de segurança rodoviária, para todos os projetos de construção e conservação de estradas, sendo essas auditorias realizadas, por entidade independente ou, dentro da mesma entidade, em unidade orgânica distinta da do projeto, visando padrões de segurança europeus (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.8.5

Executar os Planos Nacionais de Segurança Rodoviária, visando reduzir para metade em cada período de 10 anos o número de acidentes e mortes rodoviários em Portugal e desenvolver inspeções e auditorias de segurança rodoviária, para todos os projetos de construção e conservação de estradas, sendo essas auditorias realizadas, por entidade independente ou, dentro da mesma entidade, em unidade orgânica distinta da do projeto, visando padrões de segurança europeus (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária; Instituto de Mobilidade e dos Transportes; entidades gestoras das infraestruturas

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ISCTE (instituto Universitário de Lisboa) e envolvimento de três estruturas:

1) Estrutura Técnica – 13 Grupos de Trabalho com representantes das várias entidades públicas cujas competências têm influência na Segurança Rodoviária.

2) Estrutura de Pilotagem, constituída por representantes dos vários Ministérios e que assume a necessária coordenação interministerial.

3)Grupo Consultivo – Organizações não Governamentais e Associações do setor da segurança rodoviária.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A ANSR tem apenas competências numa parte da medida, ou seja, no que respeita a "Executar os Planos Nacionais de Segurança Rodoviária, visando reduzir para metade em cada período de 10 anos o número

de acidentes e mortes rodoviários em Portugal".

Quanto a inspeções e auditorias a projetos, são competentes o IMT e as entidades gestoras das infraestruturas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Elaboração da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (2008-2015), aprovada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 54/2009, de 14 de maio – definição objetivos estratégicos, objetivos operacionais e Ações Chave.

Revisão intercalar da ENSR, tendo em vista proceder à avaliação dos resultados obtidos na primeira fase, bem como ao planeamento das ações a executar até 2015 – redefinição de objetivos estratégicos e objetivos operacionais e novo plano de Ações Chave, objeto da Resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2014, de 21 de novembro

O plano de ações a executar até 2015 prevê a execução de 4 ações (6.1 a 6.4) no âmbito do objetivo operacional n.º 6 "Os PMSR como instrumento de planeamento e gestão do território, da mobilidade e dos transportes e a articulação entre a Administração Central e Local".

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

As fases de definição da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária e da sua revisão envolveram cerca de 100 técnicos de vários organismos da administração pública.

A contratação do ISCTE que colaborou nestes processos ascendeu a 200.00,00 €.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

No que diz respeito à ação da competência da ANSR nada a referir.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A revisão da ENSR inicialmente prevista para 2011, apenas foi concretizada no final do ano de 2013.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Tx. execução das ações chave da exclusiva responsabilidade da ANSR (n.º ações executadas/total ações planeadas)	%	-	-	60-80%	2013	85%	2013
Tx de planos aprovados/n.º grupos de trabalho	%	-	-	75%	2013	100%	2013
N.º de vítimas mortais (no local)		850	2006	579	2015	517	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Faz parte dos objetivos estratégicos da ANSR (QUAR)

Relatório de Atividades da ANSR

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

No que diz respeito à primeira fase da ENSR o diagnóstico consta da Resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2014, de 21 novembro do qual se retira a citação mais significativa:
"Não se verificaram, neste período, os pressupostos anteriormente referidos como fatores de sucesso da ENSR (cf. 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3) ou de qualquer estratégia de prevenção e segurança rodoviária corajosa e focada nos resultados. Consequentemente, não se concretizaram importantes processos operacionais do que resultou um grau de execução muito baixo das ações chave (47% por executar), bem como do seu previsto desenvolvimento, e a não identificação dos indicadores de resultados para os fatores de risco dos objetivos estratégicos. Neste período da ENSR também se verificou uma diminuição acentuada no investimento em campanhas de comunicação e em estudos de comportamentos e atitudes dos utilizadores do sistema de transporte rodoviário."
Esta situação no final de 2013 e início de 2014 mostrou uma clara inversão tendo-se verificado um forte investimentos em campanhas de sensibilização.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os resultados obtidos em termos de diminuição da sinistralidade estão a ser alcançados sendo que o valor de mortos/milhão de habitantes fixado como meta para 2015 terá sido alcançado em 2013 de acordo com a estimativa atualmente disponível.

A taxa de execução das ações embora reduzida mostrou uma clara evolução relativamente ao Plano de Prevenção Rodoviária que precedeu a ENSR.

Contudo, o impacto da crise económica e financeira que o país tem atravessado teve uma forte e clara influência na diminuição da sinistralidade.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Conforme acima foi referido neste momento existe a convicção que a meta global deverá ser alcançado bem como as metas especificas, com exceção da diminuição da percentagem de condutores mortos vítimas de acidente de viação com taxa de álcool superior ao limite legal cujo valor para 2013 de 33% se encontra claramente acima do valor que se pretendia alcançar em 2015 de 25%.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

De acordo com o estudo do custo social dos acidentes desenvolvido no âmbito da ENSR o custo dos acidentes em Portugal tem rondado cerca de 1% do PIB a valores de 2006. A meta inicial da ENSR de poupar 1500 vidas durante o período do seu horizonte traduz-se numa economia de 996.000.000 €a custos de 2006.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

O facto da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária se constituir um documento estruturante da segurança rodoviária do qual para o primeiro período de vigência ter previsto a execução da 93 ações entre as quais as referentes a elaboração e aplicação dos diplomas relativos às auditorias de segurança e inspeções não se compagina, na nossa opinião, com a sua inscrição como ação de outro Plano da mesma natureza.

Por outro lado, o processo de formulação e aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária é complexo e demorado, tendo na fase da sua revisão envolvido 40 organismos da Administração Pública, dependentes de 10 Ministérios e da Presidência do Conselho de Ministros e da sociedade civil e assenta na necessidade de um consenso político a nível parlamentar e comporta inevitavelmente uma considerável carga burocrática que seria acrescida aquela que resulta ao processo de aprovação do PNPOT o que se traduziria num atraso indesejável dos respetivos processos de aprovação.

No que diz respeito às questões relacionadas com a aplicação a nível local das políticas de segurança rodoviária existem vários problemas que ainda não foi possível encontrar uma solução adequada. Em primeiro lugar, a inexistência de normas técnicas de âmbito nacional aplicáveis às vias sob a jurisdição das Câmaras Municipais, contrariamente ao que existe para as vias da rede rodoviária nacional, traduz-se na construção e alteração de vias sem os necessários requisitos técnicos sob ponto de vista da segurança e sem uma uniformização que permita aos condutores terem uma leitura universal da via indispensável à previsão do que vão encontrando ao longo do seu percurso necessária à adoção dos comportamentos adequados.

A conceção e disponibilização do Guia para elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária no primeiro período de vigência da ENSR veio-se a mostrar uma medida com um impacto muito reduzido junto das autarquias, sendo que apenas temos nota de 12 Planos aprovados.

Esta questão constitui-se como Objetivo Operacional no seio da revisão da ENSR, tendo sido identificadas as seguintes ações a executar até ao final da vigência da ENSR:

Objetivo operacional 6 – Os PMSR como instrumento de planeamento e gestão do território, da mobilidade e dos transportes e a articulação entre a Administração Central e Local

Coordenação: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

	Ações chave	Responsável	Prazo	Orçamento (em euros)
6.1	Avaliação da abordagem das matérias da segurança rodoviária nos instrumentos de ordenamento e planeamento do território	ANSR DGT, IMT, I.P., ANMP, CCDR's	2014	n.a.
6.2	Monitorização e avaliação do impacto dos PMSR já elaborados	ANSR IMT, I.P.	2013-2015	70 000,00
6.3	Avaliação crítica do "Guia para a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária"	ANSR	2015	n.a.
6.4	Articulação da componente de segurança rodoviária nos demais planos e iniciativas municipais	ANSR MADR, ME, MAOTE	2013-2015	70 000,00

Objetivo Específico 4.8

Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Este Objetivo Específico não diz respeito a matéria da competência da ANSR mas sim do IMT, conforme acima referido.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA)

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.2*	*Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial.*

Medidas Prioritárias	*6.2.6*	*Desenvolver um programa coerente de atualização e formação especializada no domínio do ordenamento do território e do urbanismo dirigido prioritariamente aos agentes da administração pública desconcentrada e das autarquias locais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.2.6

Desenvolver um programa coerente de atualização e formação especializada no domínio do ordenamento do território e do urbanismo dirigido prioritariamente aos agentes da administração pública desconcentrada e das autarquias locais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território; Fundação Centros de Estudos e Formação Autárquica; Direção-Geral das Autarquias Locais

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [x] Em curso [ ] Concluída [ ]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Na qualidade de entidade formadora da administração local, desenvolveu ações de formação relacionadas com a área do urbanismo no período em causa, conforme documento anexo

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A Fundação CEFA, sucessora do CEFA I.P. não foi envolvida, pelo menos ao nível dos serviços, na implementação desta medida, todavia desenvolveu, no âmbito do seu plano de actividade anual próprio, formação relacionada. Segue listagem em anexo.

Objetivo Específico 6.2

Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior:

☐

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

☐

B3. Observações complementares

☐

Entidade inquirida:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alent)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR-Alg)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.1.11*	*Redefinir e densificar a rede básica de recolha de dados da qualidade do ar, especialmente nas áreas urbanas (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.2.*	*Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais*
Medidas Prioritárias	*1.2.5*	*Definir nos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território as estruturas ecológicas, respetivamente, regionais e municipais, assegurando a sua coerência e compatibilidade (2007-2013).*
Medidas prioritárias	*1.3.1*	*Avaliar e monitorizar a evolução da Reserva Agrícola Nacional (RAN), salvaguardando a conservação e o uso agrícola do solo e as condições favoráveis à sustentabilidade das explorações agrícolas (2007-2008).*
Medidas prioritárias	*1.4.4*	*Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.*
Medidas Prioritárias	*1.11.2*	*Reforçar na Avaliação Estratégica de Impactes de Planos e Programas e na Avaliação de Impacte Ambiental a vertente da avaliação de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em particular dos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (2007-2013).*
	1.11.3	*Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.11

Redefinir e densificar a rede básica de recolha de dados da qualidade do ar, especialmente nas áreas urbanas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Agência Portuguesa do Ambiente; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto Português do Mar e da Atmosfera; Universidade de Aveiro; Empresas detentoras de Redes Privadas de Monitorização da Qualidade do Ar

APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA; Câmaras Municipais da Região Norte; Direção-Geral de Energia e Geologia; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; Direção Regional de Economia do Norte; Petrogal; STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Alentejo - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Algarve - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Centro - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Norte - Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT – Aumentar a cobertura espacial da Rede de monitorização da qualidade do ar (RMQA) região de Lisboa e vale do Tejo com a instalação de 2 novas estações e com a relocalização de 2 já instaladas; Aumentar o n.º médio de parâmetros medidos por estação para 5.3.

Alentejo - A rede de estações de qualidade do ar está estabilizada em número de estações e respetivas localizações desde 1987. A atividade da CCDR tem-se centrado na gestão e manutenção da rede existente tentando garantir, ao máximo, a sua taxa de eficiência.

Algarve -A rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve está estabilizada desde 2010, centrando-se a nossa atividade na manutenção da rede.

Centro - A rede de estações de qualidade do ar está estabilizada em número de estações e respetivas localizações desde 2009. A atividade da CCDR tem-se centrado na gestão e manutenção da rede existente e no seu reforço com a instalação de duas novas estações. Tem igualmente envidado esforços no sentido de potenciar ao máximo, a sua taxa de eficiência.

Norte -Redimensionamento da rede de medida da qualidade do ar.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT - Foi aumentada a cobertura espacial da RMQA da região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) com a instalação de 2 novas estações e com a relocalização de 1 estação já instalada. Foi aumentado o n.º médio de parâmetros medidos por estação de 5.3 para 5.4.

Alentejo - Em 2009 e 2010, foram adquiridos novos equipamentos de monitorização da qualidade do ar para substituição dos existentes mais antigos.

Algarve - Durante o ano de 2010 a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA) foi redefinida, passando de 7 para 4 estações de monitorização. Foi adquirido novo software de aquisição de dados das estações de monitorização da qualidade do ar. Foram igualmente adquiridos novos equipamentos de monitorização, para substituição dos equipamentos instalados há mais de 10 anos.

Centro - - Densificação da rede da Qualidade do Ar da Região Centro, com a instalação de uma nova Estação em Montemor-o-Velho (regional de fundo), a qual contempla 4 analisadores dos seguintes poluentes: Dióxido de Enxofre (SO2); Óxidos de Azoto (NOx); Ozono (O3) e Partículas (PM10).

Norte - Reavaliação das Zonas e Aglomerações da Região Norte, com o objetivo de avaliar a representatividade da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA) em toda a Região;

- A avaliação preliminar das concentrações dos metais pesados constantes da 4ª Directiva-"filha" (Directiva 2004/107/CE);

- Revisão e atualização do inventário de emissões atmosféricas existente, com vista a uma análise pormenorizada das áreas problemáticas a definir, nomeadamente, tráfego ou industria;

- Reapetrechamento das estações de medida da qualidade do ar com 12 analisadores novos de monóxido de carbono, ozono, dióxido de enxofre e óxidos de azoto e partículas (PM2.5).

(Ver em http://www.ccdr-n.pt/pt/ambiente/qual-ar-emissoes-atmosfericas/)

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -Recursos humanos: 1 técnico superior e 1 técnico profissional. Recursos financeiros: 290 000 €
Alentejo - Os recursos humanos envolvidos foram 2 técnicos (a 60%) e a chefia do Serviço Sub-regional de Sº André. Os recursos financeiros utilizados foram provenientes do orçamento de funcionamento da CCDRA.
Algarve - Os recursos humanos envolvidos são os 2 técnicos superiores (somente um a tempo inteiro) e a chefia da direção de serviços, que detêm a competência de execução da RMQA. Os recursos financeiros utilizados foram o orçamento de funcionamento da CCDR e cofinanciamento de um projeto, com uma distribuição da componente financeira de 50%-50%. Os valores totais envolvidos são cerca de 150 000€.
Centro - No âmbito da execução do reforço da rede de monitorização da qualidade do ar os recursos despendidos foram sobretudo de natureza financeira, dado que a medida recaiu essencialmente na aquisição de novas estações da qualidade do ar, novos equipamentos, tanto de monitorização da qualidade do ar como de suporte, e na atualização do software de armazenagem e tratamento dos dados da qualidade do ar. Foram afetos 1 técnico superior e 1 técnico profissional. Os recursos financeiros afetos à componente física foi na ordem dos 50.000,00€.
Norte Os recursos humanos envolvidos foram colaboradores da Divisão de Monitorização e Valorização Ambiental da CCDR-N, bem como o recurso a consultadoria à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT - Não foi efetuada a relocalização de uma estação.
Alentejo -
Algarve - Não foi efetuado o estudo das emissões atmosféricas da região.
Centro - Foram executadas todas as ações previstas.
Norte -Não aplicável

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

LVT - No período de 2009 a 2011 foram instaladas duas novas estações de monitorização e, por problemas de localização, foi encerrada uma estação já existente. Em 2012 a RMQA foi reestruturada, tendo sofrido uma redução no número de poluentes medidos em cada estação (redução de 25% do total de analisadores em funcionamento) e do número de estações de monitorização (de 26 para 24 estações). Esta reestruturação visou uma redução dos custos de funcionamento da RMQA e o cumprimento aos requisitos de qualidade das medições estabelecidos no D.L. n.º 102/2010, de 23 de setembro.
Alentejo -
Algarve -Foi renovado o sistema de aquisição de dados das estações de monitorização da qualidade do ar.

Centro - Sim. Foi instalada uma nova Estação da Qualidade do Ar em Coimbra (urbana, de tráfego), contribuindo para aumentar a densificação da Rede da Qualidade do Ar da Região Centro. Esta Estação contempla 4 analisadores dos seguintes poluentes: Óxidos de Azoto (NOx); Monóxido de Carbono (CO); Compostos Orgânicos Voláteis (COV) e Partículas (PM10).

Norte -A execução da medida "Redefinir e densificar a rede básica de recolha de dados da qualidade do ar, especialmente nas áreas urbanas (2007-2008)" implica a realização de ações de redimensionamento da rede de forma contínua e evolutiva, que ultrapassam o período de execução definido (2007-2008).

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -No âmbito de um protocolo de colaboração estabelecido em 2013com a EDP-Produção, no início de 2014 foi reativada uma das estações de monitorização encerrada em 2012.

Alentejo - A CCDRA participou na realização das ações previstas no Projeto de Gestão Integrada de Saúde e Ambiente (GISA).

Algarve - Não.

Centro - Sim. Foi efetuado um *upgrade* à aplicação informática que suporta a recolha e divulgação dos dados de toda a rede da qualidade do ar da Região Centro, permitindo a comunicação das excedências de ozono em tempo útil, à população.

Norte -Não foram realizadas outras ações.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Estações de monitorização da qualidade do ar	n.º	23	2007	25	2008	25	2008
Alentejo - Estações de monitorização da qualidade do ar	n.º		2007		2008		2008
Algarve - Estações de monitorização da qualidade do ar	n.º	4	2007	4	2008	4	2008
Centro - Estações de monitorização da qualidade do ar	n.º	7	2007	9	2008	9	2008
Norte - Estações de monitorização da qualidade do ar	n.º		2007		2008	24	2008

LVT - N.º médio de parâmetros medidos por estação	n.º	5,1	2007	5,3	2008	5,4	2008
Alentejo - N.º médio de parâmetros medidos por estação	n.º		2007		2008		2008
Algarve - N.º médio de parâmetros medidos por estação	n.º	4	2007	4	2008	4	2008
Centro - N.º médio de parâmetros medidos por estação	n.º	4,3	2007	4,8	2008	4,8	2008
Norte - N.º médio de parâmetros medidos por estação	n.º		2007		2008	5	2008
LVT - Taxa de recolha de dados (eficiência da estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar)	%	85%	2008	85	2009	95	2009
Alentejo - Taxa de recolha de dados (eficiência da estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar)	%	94	2008	90	2009	96	2009
Algarve - Taxa de recolha de dados (eficiência da estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar)	%	~85	2008	95	2009	~90	2009
Centro - Taxa de recolha de dados (eficiência da estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar)	%	91,5	2008	90	2009	88,9	2009
Norte - Taxa de recolha de dados (eficiência da estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar)	%		2008		2009	90%	2009

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -		Sim	X	Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT - Os indicadores a) e c) foram monitorizados no QUAR 2008 e no Relatório de atividades 2008 da CCDR-LVT. O indicador b) foi também monitorizado no Relatório de atividades. As evidências da concretização desta medida podem ser consultadas em http://www.ccdr-lvt.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=48&t=Plano-e-Relatorio-de-Atividades e http://www.ccdr-lvt.pt/files/relatorioccdrlvtquar2008.pdf.
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Sim. A materialização do reforço da rede de monitorização da qualidade do ar da Região Centro é refletida na realização anual de estudos de avaliação da qualidade do ar da Região Centro com base nos dados medidos nas estações, avaliação que passou a ser dotada de mais e melhor informação
Norte -Acompanhamento da supressão/relocalização de estações com analisadores automáticos de medida da qualidade do ar e do redimensionamento da rede.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -Dificuldades externas. A instalação e relocalização das estações de monitorização estiveram dependentes das autorizações de localizações concedidas pelos municípios respetivos e também da instalação de energia elétrica e de telefone. Dificuldades internas: Falta de capacidade financeira (componente nacional) para executar as ações previstas na aquisição de novos equipamentos que permitem cumprir os requisitos de qualidade atualmente exigidos.
Alentejo - Os materiais e equipamentos a adquirir têm especificidades técnicas muito bem definidas na legislação, o que limita a disponibilidade dos mesmos no mercado. Os procedimentos de aquisição destes equipamentos são complexos e demorados.
Algarve - Os materiais e equipamentos a adquirir têm especificidades técnicas muito bem definidas na legislação, o que limita a disponibilidade dos mesmos no mercado. Os procedimentos de aquisição destes equipamentos são complexos e longos.
Centro - Não há informação disponível.
Norte -Não aplicável.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Norte -Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT - As ações desenvolvidas permitiram redefinir e densificar a rede básica de recolha de dados da qualidade do ar e, consequentemente melhorar a qualidade da informação disponível sobre qualidade do ar ambiente na RLVT, a fim de contribuir para a redução da poluição atmosférica e dos seus efeitos nocivos sobre a saúde humana e sobre o ambiente nos locais onde se verificam excedências aos valores regulamentares e para a preservação da qualidade do ar nos locais onde ela é boa.

Alentejo - O conhecimento da qualidade do ar é fundamental para a definição de estratégias/planos de desenvolvimento da região Alentejo. Além do mais, trata-se de uma competência atribuída à CCDR – Monitorização e gestão da qualidade do ar.

Algarve - A qualidade do ar, como uma das vertentes do conhecimento sobre a qualidade do ambiente é uma ferramenta de informação básica e precursora da definição de estratégias/planos de desenvolvimento para a região do Algarve.

Centro – A concretização da medida permitiu:

i) uma melhor cobertura da Região Centro, relativamente à monitorização da qualidade do ar;

ii) dar cumprimento ao estabelecido na legislação nacional e comunitária quanto à densidade da rede e poluentes a medir;

iii) maior n.º de dados disponíveis para a realização dos relatórios anuais da qualidade do ar na Região centro e para projeções futuras;

iv) incremento do contributo de dados para a Rede Nacional da Qualidade do Ar e consequente comunicação à Comissão Europeia.

Norte - A avaliação efetuada teve como objetivo verificar se o número de estações da Rede de Medida da Qualidade do Ar da Região Norte é suficiente para cumprir o objetivo de avaliação da qualidade do ar na região (de acordo com o Decreto-Lei 102/2010, de 23 de setembro).

Esta avaliação teve como base a verificação dos requisitos para a avaliação das concentrações dos poluentes SO_2, NO_2, NO_x, CO, PM_{10}, $PM_{2,5}$, C_6H_6 e O_3, nas 4 aglomerações e 2 zonas da Região Norte, bem como os critérios para a determinação do número mínimo de pontos de amostragem para medição fixa definidos no Anexo VI do Decreto-Lei 102/2010, de 23 de setembro.

Por outro lado, justificou-se também fazer uma revisão das aglomerações da Região Norte dada a evolução, quer em termos de crescimento económico, quer em termos de dinâmica populacional, que se tem vindo a registar desde a sua criação em 2004.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT – Os resultados esperados para 2007 – 2008 foram alcançados.

Alentejo – Nada a referir

Algarve – Nada a referir

Centro - A realização da medida alcançou os resultados esperados, cobrir toda a área geográfica da Região Centro em termos de monitorização da qualidade do ar e dar cumprimento às obrigações legais na matéria.

Norte - Com base na avaliação da qualidade do ar a nível nacional, tendo por base os resultados do Relatório "Evolução da Qualidade do Ar em Portugal entre 2001-2005" e a respetiva análise, face aos requisitos exigidos na legislação em vigor para todos os poluentes, foi realizada a avaliação desse objetivo na seleção das estações que têm impreterivelmente de cumprir os objetivos de qualidade do ar acima mencionados e consequentemente, estarem em condições de reportar dados para a Comissão Europeia.

Verificou-se ainda que as três regiões em estudo, e das quais fazem parte as aglomerações de Braga, Vale do Ave e Vale do Sousa, apresentam idênticos padrões demográficos e forte especialização relativa nas indústrias transformadoras. Apesar de pequenas diferenças, essa especialização é comum mesmo quando se analisam os respetivos perfis mais desagregados em termos sectoriais.

Sendo as fontes antropogénicas de emissão de poluentes idênticas nas três regiões, então, faz sentido tratá-las como homogéneas no que respeita à monitorização da qualidade do ar.

Com a medida implementada foram ainda desativadas 3 estações: Baguim (Gondomar), Águas Santas (Maia) e Calendário (V.N. Famalicão) e serão retirados 39 analisadores de medida da qualidade do ar: 15 Analisadores de CO; 16 Analisadores de SO_2; 5 Analisadores de NOx; 2 Analisadores de O_3; 1 Analisador de PM10.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -Em termos de funcionamento interno (impactos funcionais) a medida teve como consequência um aumento dos custos com a manutenção e operação do equipamento da RMQA e também o acréscimo do n.º de horas despendidas com estas tarefas. Em 2012 a RMQA foi reestruturada, tendo sofrido uma redução no n.º de poluentes medidos e de estações de monitorização. Esta reestruturação visou dar cumprimento aos requisitos de qualidade das medições e a redução dos custos de funcionamento da RMQA.

A medida teve também impactos na aplicação do quadro legislativo relativo à avaliação da qualidade do ar (impactos governativos), uma vez que permitiu equipar a RMQA com o n.º mínimo de pontos exigido à data na legislação em vigor para a monitorização do benzeno e também com o n.º de pontos necessário para a avaliação da qualidade do ar na zona do Vale do Tejo e Oeste. As novas estações de monitorização e os novos equipamentos instalados permitiram ainda melhorar a avaliação da distribuição espacial das concentrações de poluentes na RLVT, dando cumprimento ao disposto na

legislação sobre esta matéria.
Alentejo - A aquisição de equipamento permitiu uma maior precisão de dados e uma maior eficácia na comunicação dos mesmos.
Algarve - Houve impactos funcionais. A medida implementada reduziu os custos de funcionamento e manutenção da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve e adaptou a tipologia e número de estações ao definido na legislação em vigor.
Centro - Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Em termos de funcionamento interno (impactos funcionais) a medida teve como consequência um aumento dos custos com a manutenção e operação dos equipamentos e também o acréscimo do n.º de horas despendidas com estas tarefas. Ao nível institucional e de governação, permitiu dar cumprimento às obrigações legais e com uma melhor cobertura territorial da monitorização permitiu melhorar a informação disponibilizada ao público.
Norte - Entre 2004 e 2005 a rede de recolha de dados de qualidade do ar foi alargada de 15 para 24 estações. Em 2012 foi remodelada para 21 estações (otimização de custos). Impactes Institucionais: Não aplicável. Impactes governativos: Cumprimento de determinações legais; melhoria da informação disponível neste âmbito.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	X
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte -Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT – A medida deve ter continuidade embora reformulada no sentido de, "Implementar a rede nacional de recolha de dados de monitorização da qualidade do ar de forma a cumprir os requisitos de qualidade da legislação aplicável"
Alentejo – Nada a referir
Algarve - Implementar a monitorização de mais poluentes atmosféricos, com relação com as especificidades da região, nomeadamente as partículas em suspensão. Efetuar estudos de qualidade do ar na região, mais específicos quer na sua localização quer nos poluentes a medir (compostos orgânicos voláteis, metais pesados, etc).
Centro - A medida não deve ser centrada na densificação da Rede da Qualidade do Ar, uma vez que em termos de quantidade de Estações, a rede existente dá total cobertura à área geográfica, superando as exigências legais. A medida deve ser alterada para a reestruturação da Rede de modo a assegurar o cumprimento obrigatório dos objetivos de controlo e garantia de qualidade das redes de monitorização da qualidade do ar, estabelecidos no Decreto-Lei nº 102/2010, de 23 de setembro,
Norte -A continuidade das ações e definição de estratégias futuras deverão resultar do Plano Nacional de Estratégia para a Qualidade do Ar, em desenvolvimento pela APA, integrando a continuidade e novas ações políticas nesta temática, sendo que os modelos matemáticos de dispersão e a implementação de medidas de qualidade dos dados monitorizados, deverão ser duas das principais matérias de maior investimento futuro.

A8. Observações complementares

LVT - Na programação para 2014-2020 está prevista a aquisição de diverso equipamento de monitorização da qualidade do ar, no entanto, esta medida visa, sobretudo, equipar a rede de monitorização com equipamento que cumpra os requisitos de qualidade exigidos pela legislação em vigor. Poderá verificar-se nalgumas estações um aumento do n.º de poluentes atualmente medidos (inferior ao n.º de poluentes medidos em 2008 devido à reformulação da rede ocorrida em 2012), uma vez que existe necessidade de reforçar a rede de PM2.5.
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Não existem
Norte -Não aplicável nesta situação.

Objetivo Específico 1.1

Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva
Norte -Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT - A redefinição e densificação da rede permitiu um melhor conhecimento (mais abrangente e fidedigno) da qualidade do ar na região. Todavia, não foram ainda atingidos os níveis de qualidade exigidos pelos novos requisitos de qualidade introduzidos em 2010. Existe ainda a necessidade de continuar a melhor os dispositivos de divulgação e sensibilização.

Alentejo - Com a aquisição do novo equipamento, conseguiu-se manter um nível de resposta que não seria possível assegurar, sem a realização da necessária atualização do equipamento existente.

Algarve - O objetivo foi cumprido no sentido em que o novo software de aquisição de dados permitiu modernizar a disponibilização de dados ao público e a reformulação das estações/equipamentos leva à aquisição de dados mais fiáveis e em maior número.

Centro – Para o presente objetivo contribui a densificação da rede da Qualidade do Ar da Região Centro, que foi operacionalizada através da instalação de duas novas Estações:

i) uma em Montemor-o-Velho (regional de fundo), a qual dotada com 4 analisadores dos seguintes poluentes: Dióxido de Enxofre (SO2); Óxidos de Azoto (NOx); Ozono (O3) e Partículas (PM10);

ii) uma em Coimbra (urbana, de tráfego)), apetrechada com 4 analisadores dos seguintes poluentes: Óxidos de Azoto (NOx); Monóxido de Carbono (CO); Compostos Orgânicos Voláteis (COV) e Partículas (PM10).

No âmbito da execução do reforço da rede de monitorização da qualidade do ar os recursos despendidos foram sobretudo de natureza financeira, dado que a medida recaiu essencialmente na aquisição de novas estações da qualidade do ar, novos equipamentos, tanto de monitorização da qualidade do ar como de suporte, e na atualização do software de armazenagem e tratamento dos dados da qualidade do ar.

Norte - MP 1.1.11 - Pleno cumprimento para a (re)definição e estabilização da rede de recolha de ados da qualidade do ar. Dado que só foi solicitada resposta a uma medida prioritária, não dispomos de informação relevante que nos permita avaliar este objetivo especifico, na sua globalidade.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [x] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.2.5

Definir nos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território as estruturas ecológicas, respetivamente, regionais e municipais, assegurando a sua coerência e compatibilidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Municípios

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A nível do Plano Regional de Ordenamento do Território, no estabelecimento das componentes da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Agência Portuguesa do Ambiente /ARH.

ERIP – Entidades Representativas do Interesse Público

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e a Agência Portuguesa do Ambiente/ARH.

Direção-Geral do território; Direções Regionais de Agricultura e Pescas

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

-]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Todas as CCDR – Identificação das Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental nos PROT. Identificação à escala municipal das componentes da estrutura ecológica tendo como referencial o esquema territorial da ERPVA e os critérios definidos pelo PROT

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT - Execução concluída no nível regional (PROTOVT e PROTAML). Em curso no nível municipal. - 3 municípios com PDM revisto e com transposição de ERPVA (Moita, VF Xira e Lisboa) e vários PU e PP com transposição da ERPVA.

Alentejo – Execução concluída no nível regional (PROTA). Identificação das estruturas ecológicas em todos os instrumentos de gestão territorial durante este período.

Algarve – Execução concluída no nível regional (PROTAL). Nenhum PDM revisto durante o período. Vários PU e PP com transposição adaptada e segundo os critérios da ERPVA.

Centro - Na proposta de PROT Centro foi definida a proposta de ERPVA. Nos planos municipais revistos foram delimitadas e regulamentadas as estruturas ecológicas.

Norte - Já executadas:

- Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT-N), (Proposta de Plano, Dez/2009): Definição da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental- ERPVA, Diretrizes de transposição para os PMOT sob a forma de Estrutura Ecológica Municipal, em coerência com a RFCN cf. artº 5º D.L. 142/2008,24 de julho;

- 37 PDM's revistos e **13** em fase final de revisão, do universo de 86 municípios da Região do Norte, e cerca de 20 PU e PP elaborados ou revistos que incorporam a Estrutura Ecológica Municipal (à data refª 31/Dez/2013);

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - Não é passível de quantificação. Envolveu acompanhamento técnico da Direcção de Serviços de Ordenamento do Território (CCDR LVT) e das autarquias.

Alentejo - Não é passível de quantificação. Envolveu acompanhamento técnico da Direção de Serviços de Ordenamento do Território (CCDR Alentejo) e das autarquias – diretamente quando o IGT foi elaborado internamente, ou ,indiretamente quando elaborado por equipa contratada para o efeito.

Algarve - Não é passível de quantificação. Envolveu acompanhamento técnico da Direção de Serviços de Ordenamento do Território (com colaboração interna da Direção de Serviços de Ambiente, Direção de Serviços de Estudos Regionais da CCDR Algarve) e das autarquias – diretamente quando o IGT foi

elaborado internamente, ou, indiretamente quando elaborado por equipa contratada para o efeito.
Centro – No PROT a ERPVA foi concebida pela Universidade de Aveiro tendo o custo resultante andado pelos 18 000 € (+IVA). Na CCDRC, a equipa envolvida na elaboração do PROT Centro inclui 1 técnico e 3 dirigentes. Nos planos municipais, da parte da CCDR Centro, estão envolvidos 7 técnicos e dois dirigentes.
Norte- Recursos humanos e financeiros alocados à equipa do PROT-N; - Quadro técnico da DSOT e ESR's.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT – Aprovação da Alteração do PROT AML e a conclusão da revisão dos restantes PDM da região
Alentejo - Não aplicável.
Algarve - Incorporar a ERPVA da revisão do PROT Algarve transpor a ERPVA na revisão dos PDM - iniciado
Centro - O PROT Centro ainda não está aprovado.
Norte - Aprovação e Publicação do PROT-N.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR- [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - PDM revistos e publicados com EEM na região	N.º	0	2007	52	2013	4	2013
Alentejo - PDM revistos e publicados com EEM na região	N.º	0	2007	47	2013	5	2013
Algarve -PDM revistos e publicados com	N.º	0	2007	16	2013	0	2013

EEM na região							
Centro - PDM revistos e publicados com EEM na região	N.º	0	2007	77	2013	11	2013
Norte - PDM revistos e publicados com EEM na região	N.º	0	2007	86	2013	37	2013
LVT - PDM em revisão com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento (artigo 75º) com EEM na região	N.º	0	2007	52	2013	8	2013
Alentejo - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com EEM na região	N.º	0	2007	47	2013	7	2013
Algarve -PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com EEM na região	N.º	0	2007	16	2013	1	2013
Centro - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com EEM na região	N.º	0	2007	77	2013	19	2013
Norte - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com EEM na região	N.º	0	2007	86	2013	50	2013
Proporção dos PROT previstos para Portugal Continental que foram elaborados e publicados com ERPVA	%	17%	2007	100%	2013	67%	2013
Proporção dos PROT previstos para Portugal Continental que foram elaborados e apreciados pela Comissão Consultiva com ERPVA (PROT Algarve está revisto e incorpora ERPVA)	%	17%	2007	100%	2013	100%	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -		Sim	X	Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT – No âmbito da monitorização do PROT OVT a Estrutura Ecológica foi considerada ao nível dos indicadores e da aferição das ações do Programa de Execução

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Morosidade na transposição da ERPVA para as EEM devido ao diminuto n.º de PDM revistos.
Alentejo - Ponderação com entidades externas dos sistemas/usos a integrar a EEM.
Algarve - Ponderação com entidades externas dos conteúdos/sistemas/usos a integrar a EEM, nomeadamente a transposição de escalas; complexidade dos processos de revisão dos PDM.
Centro - Na execução da proposta de PROT C e na execução dos planos municipais revistos não tem existido dificuldades internas ou externas. Falta de aprovação e entrada em vigor do PROT-Centro, apesar de este ser referência no acompanhamento dos PMOT.
Norte – - Diferença de escalas entre PROT-N e PMOT,s; Falta de aprovação e entrada em vigor do PROT-N.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT - A definição e regulamentação específica das áreas afectas à EEM permite assegurar a defesa de valores que contribuem para a continuidade dos sistemas e fluxos naturais através de uma estrutura territorial coerente e consistente.
Alentejo - A definição e regulamentação específica das áreas afetas à EEM permite assegurar a defesa de valores que contribuem para a continuidade dos sistemas e fluxos naturais através de uma estrutura territorial coerente e consistente.
Algarve - A transposição da ERPVA para a EEM através de medidas de restrição ou de fomento em regulamento dos PMOT permite a salvaguarda e manutenção dos valores e recursos naturais consoante as condições e aptidões diagnosticadas para cada área de intervenção.

Centro – A proposta de PROT Centro integra as componentes fundamentais relativas à biodiversidade e em grande parte dos recursos naturais como previsto no objetivo específico 1.2.. No que concerne ao objetivo estratégico a ERPVA "não inclui o património cultural, nem o uso sustentável dos recursos energéticos e geológicos, nem monitorização, prevenção e minimização dos riscos".

Para efeitos de estruturas ecológicas municipais são incluídas as estruturas nucleares e corredores ecológicos da ERPVA, e ainda a Reserva Ecológica Municipal, a Reserva Agrícola Nacional, o Domínio Público Hídrico, áreas de floresta autóctone e outras áreas de mais valia ambiental cujo valor venha a ser demonstrado em sede de PMOT. Portanto, quanto ao objetivo específico 1.2. consideram-se asseguradas as principais componentes. Contudo, face ao reduzido número de PDM aprovados que já integram a estrutura ecológica municipal, a taxa de realização é ainda diminuta.

Norte – Estabelecendo regimes específicos de uso do solo em áreas, valores e sistemas ambientais. Identificação de áreas, valores e sistemas fundamentais para a conservação, proteção e valorização ambientais

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT –A realização da medida ficou aquém do resultado esperado devido à falta de transposição completa da ERPVA para a escala municipal

Alentejo - A própria medida assenta em elementos e estruturas territoriais já existentes que apenas é necessário complementar ou dotar de regras para a sua utilização, pelo que não se trata de uma matriz teórica/académica a implementar de novo.

Algarve - OS PDM (objeto de parecer da CA) PU e PP que adotaram a medida, observam o indicado na ERPVA do PROT. A medida tem que continuar a ser implementada, e seguramente após a sua implementação em todos os PMOT alcançarão o fim esperado.

Centro – Aguardava-se que a proposta de PROT já tivesse sido aprovada. Quanto aos PDM, muito embora se verifique que poucos revisões tenham sido publicadas, é de salientar o elevado número de PDM em fase de conclusão. Partilha a opinião da CCDRNorte no que respeita a falta de diferenciação da regulamentação das Estruturas Ecológicas Municipais face às categorias de espaço sobre as quais recai

Norte - Aquém:

- A delimitação da ERPVA, no PROT-N, não tem correspondência direta com a delimitação cartográfica dos da EE dos PMOT;
- Integração na EE das condicionantes e restrições de utilidade pública já regulamentadas, componentes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Regulamento da EE não diferenciado do regime das categorias de uso do solo em que se integram;
- Falta de aprovação e entrada em vigor do PROT-N.

Alcançaram:

- Alguns PMOT apresentam desenvolvimento adequado, para além da conformidade com as Diretrizes do PROT-N e do RJIGT, e procedem à regulamentação diferenciada da EE nos PMOT.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT –A medida permitiu que se uniformizassem procedimentos na delimitação das estruturas ecológicas municipais e a garantia da sua continuidade territorial. As Estruturas Ecológicas congregam um conjunto de áreas classificadas no âmbito de legislação específica e áreas não classificadas mas de interesse ecológico e dão-lhes coerência e continuidade, garantindo uma visão holística dos sistemas ecológicos e serviços dos ecossistemas e facilitando modelos governativos que envolvam as várias entidades com responsabilidades na gestão dessas áreas.
Alentejo – Houve impactos funcionais. Continuação do desempenho da região Alentejo enquanto referencial de padrões ambientais de qualidade.
Algarve - Manutenção do fluxo dos sistemas biofísicos e paisagísticos naturais. Em alguns casos (PU e PP) houve melhoria dos padrões ambientais/paisagísticos de qualidade.
Centro – A proposta de PROT permitiu que se uniformizassem procedimentos na delimitação das estruturas ecológicas municipais e a garantia da sua continuidade territorial. Esta uniformização inclui as restantes entidades com responsabilidade na respectiva delimitação. Esta tendência facilita do ponto de vista interno uma maior coerência na avaliação da delimitação das EEM. Do ponto de vista do quadro legislativo aplicável os impactos são positivos na medida em que permite a concretização dos respectivos objectivos específicos. Do ponto de vista externo existem visões diferenciadas, entre as diversas CCDR, do que é a EE (e a ERPVA,) o que se traduz na variação territorial da delimitação da EE e variação dos regimes entre municípios de que resultarão ERPVA também diferentes.
Norte – O entendimento da CCDR merece concordância; Impactes funcionais: - Necessidade de equipas especializadas; -Identificação de áreas de conservação e valorização prioritárias; Institucionais: - Visões diferenciadas do que é a EE (e a ERPVA, relativamente a outras regiões) Governativas: -Variação territorial da delimitação da EE e variação dos regimes entre municípios

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não

Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	x	Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT – Concorda-se com a CCDR-Norte, salientando-se que essa tem sido a prática.
Alentejo -– Concorda-se com a CCDR-Norte, salientando-se que essa tem sido a prática
Algarve – Concorda-se com a CCDR-Norte, salientando-se que essa tem sido a prática
Centro – Nada a referir
Norte - Não permitir que a EE se transforme/restrinja à RFCN ou ao conjunto das servidões e restrições de utilidade pública, sem valor acrescentado para o planeamento municipal e valorização ambiental- das funções e serviços ambientais.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Não temos observações complementares.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Objetivo Específico 1.2

Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT – A formulação da pergunta não é clara.

Se se pretende aferir em abstrato a importância da medida para o cumprimento do objetivo entende-se de atribuir uma valoração 4, com a seguinte justificação:

As Estruturas Ecológicas congregam um conjunto de áreas classificadas no âmbito de legislação específica e áreas não classificadas mas de interesse ecológico e dão-lhes coerência e continuidade, garantindo uma visão holística dos sistemas ecológicos e serviços dos ecossistemas. Pela própria natureza das Estruturas Ecológicas a execução da medida dá um forte contributo para o cumprimento do objetivo específico.

Se se pretende aferir o contributo da execução da medida para o cumprimento do objetivo espedifico, então a valoração será apenas de 2 com a seguinte justificação:

Ainda sem tempo suficiente de maturação/aplicabilidade para aferir a relevância da concretização das medidas do PROT para a mitigação dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos da região.

No preenchimento deste campo para as restantes medidas adotaremos a segunda interpretação.

Alentejo - O PROT Alentejo identifica, como uma Tendência Pesada na região, a **crescente valorização do património natural**,, que inclui o património biológico, reflete a riqueza e diversidade de constrangimentos físicos (geografia, geologia, topografia), de paisagens, a extensão do território, a preservação de uma maior ruralidade e a diversidade biológica, sendo estes fatores determinantes na identidade regional

Algarve - O cumprimento no PROT Algarve (em 2007), da medida prioritária 1.2.5, não teve repercussão nos PDM da região, visto que a sua revisão não se encontra concretizada em nenhum dos Municípios. Apenas foi concretizado nos PU e PP aprovados no período considerado.

Centro – Conforme já referido, na proposta de PROT Centro a ERPVA integra as componentes fundamentais relativas à biodiversidade e em grande parte dos recursos naturais como previsto no objectivo específico 1.2..

Também para efeitos de estruturas ecológicas municipais são incluídas e regulamentadas as estruturas nucleares e corredores ecológicos da ERPVA, e ainda a Reserva Ecológica Municipal, a Reserva Agrícola Nacional, o Domínio Público Hídrico, áreas de floresta autóctone e outras áreas de mais valia ambiental cujo valor venha a ser demonstrado em sede de PMOT. Portanto quanto ao objectivo específico 1.2. consideram-se asseguradas as suas principais componentes.

De facto, há o contributo da CCDRC na definição das "Orientações Estratégicas" e na elaboração do novo regime jurídico da REN, sempre que solicitado.

Verificou-se , igualmente, a criação de um guia metodológico elaborado pelo ICNF (ex-ICNB) para a transposição do PSRN2000 na elaboração e revisão dos PMOT, bem como para a compatibilização dos Planos de ordenamento das áreas protegidas nos IGT.

Financiamento de vários projetos incidentes em SIC/Rede Natura 2000

Norte - MP 1.2.5:

EE- A definição da EE constituiu uma ferramenta que permite ir ao encontro do objetivo específico e do objetivo estratégico, satisfazendo esses objetivos. Contudo, a definição da EE nos PMOT parece ter ficado aquém do propósito, na medida em que se confundiu com a RFCN, ou a soma das condicionantes legais nela representadas, sem introduzir valor acrescentado ao respetivo modelo de gestão, diferenciação e pagamento dos serviços ambientais prestados.

Outras ações que contribuíram para o Obj. Esp. 1.2:

- Plano de Ação para a Qualificação do Ambiente no Norte de Portugal 2008-2010 / Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte | novembro 2008

- Plano de Ação da Agenda Global para o Ambiente 2009-2013 / Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte | agosto 2009

- Contributo relevante da CCDR-N na definição das "Orientações Estratégicas" e intervenções construtivas no novo regime jurídico da REN, sempre que solicitado;

- Criação de guias metodológicos e procedimentos concertados com o ICNF (ex-ICNB) para a transposição do PSRN2000 na elaboração e revisão dos PMOT, bem como para a compatibilização dos Planos de ordenamento das áreas protegidas nos IGT.

- Discriminação positiva dos municípios com áreas classificadas no acesso ao QREN-ON.2- POR NORTE - EIXO PRIORITÁRIO III - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL – Aviso Gestão Ativa Espaços Protegidos e Classificados.

- Financiamento de vários projetos incidentes em SIC/Rede Natura 2000- Projeto SIMBION/ICNB metodologia de monitorização da biodiversidade, inventário/levantamento cartográfico e caraterização e de gestão ativa de Habitats RN2000;

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do**

objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT – Foram realizados processos de avaliação que contribuem para o objetivo especifico no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do PROT OVT e dos trabalhos de alteração do PROT AML, bem como no âmbito do processo de avaliação e controlo ambiental do primeiro (nos termos do artigo 11.º do D.L n.º 232/2007 de 15 de junho)

Alentejo – Avaliação Ambiental Estratégica do PROT Alentejo em que foi efetuada a avaliação da forma como os modelos e as respetivas opções do PROT contribuem para o cumprimento dos objetivos estabelecidos para os Fatores Relevantes para a Sustentabilidade .

Foram ainda identificados os efeitos que podem contribuir negativamente para esses objetivos, referindo, a forma como foram minimizados e incorporados no plano, num processo de avaliação em que a incorporação das medidas de minimização e compensação foi feita simultaneamente à conceção do PROT Alentejo.

Estando o património natural da região fortemente associado aos sistemas humanizados o progressivo e tendencial despovoamento irá seguramente alterar alguns dos habitats que atualmente sustentam espécies protegidas e ameaçadas. Por outro lado, as alterações, de grande escala, nos ecossistemas agrícolas podem ter efeitos positivos na biodiversidade, quando associadas ao crescimento dos sistemas extensivos e tradicionais ou negativos se conduzem a sistemas monoculturais intensivos de baixa riqueza e diversidade biológicas.

O despovoamento rural, a instalação de infraestruturas a grande escala, a pressão turística, a intensificação da agricultura são fatores que conduzem à fragmentação e aumentam a vulnerabilidade dos ecossistemas e que, associadas aos impactes previsíveis das alterações climáticas, poderão estar na origem da perda de biodiversidade com os consequentes riscos ecológicos e económicos para a região.

Algarve - O DL nº 232/2007, de 15 de junho, foi publicado quando os trabalhos do PROT estavam tecnicamente terminados. Contudo, o PROT Algarve no seu capítulo V dedica um ponto ”4 – Avaliação estratégica” indicando que a avaliação estratégica de instrumentos cuja natureza envolva a adoção de opções estratégicas com tradução espacial permite igualmente fazer uma avaliação da pertinência e da adequação das estratégias assumidas no quadro do desenvolvimento sustentável de uma Região, avaliar o seu estado de implementação e definir novas estratégias que permitam reduzir ou compensar eventuais impactes negativos decorrentes das mesmas e potenciar os aspetos positivos a elas inerentes.

Centro - A Avaliação Estratégica Ambiental do PROT Centro avaliou os efeitos significativos no território das opções de desenvolvimento e do modelo territorial para a região de modo a contribuir para uma melhor integração das considerações ambientais e objectivos de sustentabilidade.

Numa primeira abordagem, destaca -se como positivo o facto da visão estratégica incorporar explicitamente a "potenciação da biodiversidade e suas mais valias ambientais" como uma das prioridades estruturantes do território, designadamente através da definição de uma Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA) que integra áreas classificadas, outras áreas com valor ambiental e corredores ecológicos.

Em termos da coerência entre os diferentes elementos, perspectivam-se algumas sinergias que decorrem da integração de objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade noutras orientações estratégicas da visão territorial, nomeadamente no " reconhecimento do papel que as áreas classificadas para a conservação da natureza e da biodiversidade podem desempenhar nas estratégias de prevenção e mitigação de riscos naturais e tecnológicos".
Relativamente aos potenciais conflitos que poderão surgir na compatibilização das diferentes orientações estratégicas que compõem a visão territorial, destacam-se os riscos de fragmentação dos ecossistemas e afectação de espécies e habitats com estatuto de protecção que podem resultar da valorização estratégica dos activos específicos de internacionalização, da instalação de energias renováveis e dos riscos associados à expansão urbana e reforço da conectividade entre sub-sistemas e acessibilidades intra-regionais

Norte -

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.3.1

Avaliar e monitorizar a evolução da Reserva Agrícola Nacional (RAN), salvaguardando a conservação e o uso agrícola do solo e as condições favoráveis à sustentabilidade das explorações agrícolas (2007-2008).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

CCDR apenas intervém de forma indireta através da participação nas reuniões da entidade regional da RAN, presidida pela DRAP, entidade que detém a informação que permitirá avaliar e monitorizar a evolução desta restrição de utilidade pública.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

As Câmara Municipais, às quais cabe a informação da área efetivamente ocupada, pelos pedidos de utilização não agrícola à ERRAN, ao abrigo do artº 23º, do DL 73/2009, de 31/03.

A8. Observações complementares

Alentejo - A aplicação do regime jurídico da RAN nos solos nela integrados tem vindo a permitir Na sua salvaguarda para o uso agrícola.

Norte - Informatização de todos os pedidos de utilização não agrícola (em curso). - Informatização da evolução da RAN, no âmbito do RJIGT (em curso).

Relativamente à evolução da RAN, iniciou-se a sistematização de procedimentos. Relativamente à gestão da RAN, foi criada Base de Dados. Neste momento, procede-se à introdução dos elementos apurados no respetivo sistema informático criado para o efeito.

O facto de não existir sistema informático que permitisse registar a informação obtida, bem como o reduzido número de recursos humanos, dificultou o registo da mesma, pelo que não se dispõe da informação devidamente tratada e como tal, de dados estatísticos relativos à medida.

Com a alteração da legislação relativamente à Reserva Agrícola integraram-se novos conceitos de proteção não ligados estritamente à qualidade do solo enquanto componente ambiental, como por exemplo, os investimentos realizados (conceito de aptidão da terra).

Medida Prioritária 1.4.4

Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Guarda Nacional Republicana; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Região Autónoma da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais; Polícia de Segurança Pública; Forças Armadas; associações de produtores florestais e de caçadores; Direção Geral do Território; público em geral; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

ICNF, Municípios

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT – vide resposta da CCDR Alentejo
Alentejo - CCDR apenas intervém indiretamente através do acolhimento em sede de PMOT de normativos específicos relativos a medidas que visam obviar o risco de incêndio.
Algarve CCDR apenas intervém indiretamente através do acolhimento em sede de PMOT de normativos específicos relativos a medidas que visam obviar o risco de incêndio.
Centro - Não temos informação que nos permita responder. Contudo, sabemos no âmbito do acompanhamento dos PMOT, que os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios foram aprovados, encontrando-se grande parte deles em processo de revisão. De notar que as cartas de perigosidade são incorporadas nas Plantas de Condicionantes dos PMOT, sendo ainda regulamentados alguns aspetos específicos da defesa da floresta contra incêndios. De igual modo foram já elaborados os Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Norte - A transposição das redes de defesa da floresta e da cartografia de risco/perigosidade de incêndio para os PDM, nos termos do artº 10º do D.L. 17/2009, 14 janeiro; Parecer da CCDR-N sobre os PGF, artº 21º do D.L. 16/2009, 14 janeiro; Participação da CCDR-N nas Comissões Distritais de DFCI;

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT
Alentejo -
Algarve - Não dispomos de informação, embora os PMOT tenham vindo a integrar cartografia temática e respetiva regulamentação.
Centro - Não temos informação que nos permita responder. No entanto, verificou-se a integração nos PMOT dos PMDFCI.
Norte – Incorporação nos PDM em revisão, da cartografia de risco e perigosidade de incêndio florestal PMDFCI, e respetiva regulamentação; Aprovação das Redes Primárias em CDDFCI;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não houve.
Centro - Não temos informação que nos permita responder.
Norte - Quadro técnico da DSOT e das ESR's

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não temos informação que nos permita responder.
Centro - Não temos informação que nos permita responder.
Norte – Nota- Fora do âmbito das competências da CCDR-N (competências do ICNF e Municipios): Execução das Redes Primárias de FGC (Municípios, ICNF) Estabelecimento da DUP sobre estas redes, nos termos do artº 14º do D.L. 17/2009 de 14 de janeiro (ICNF) e transposição para os PDM como condicionante legal (ICNF) Publicação do regulamento de gestão das Redes Primárias (ICNF)

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

–Não aplcável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não temos informação que nos permita responder.
Centro - Não temos informação que nos permita responder.
Norte - Com a colaboração do ICNF, está em curso a normalização das regras de defesa das edificações em sede de PMDFCI e transposição para os PDM, bem como a harmonização dos conceitos "áreas edificadas consolidadas".do Sistema Nacional DFCI e do ordenamento do Território (RJIGT), para efeito de aplicação do D. L 17/2009 - restrições à edificação em áreas de risco elevado/muito elevado e dimensionamento/ regulamentação dos buffers de proteção do edificado fora das "áreas edificadas consolidadas".

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	[ ]	Sim	[ ]	Não
Alentejo -	[ ]	Sim	[ ]	Não
Algarve -	[ ]	Sim	[X]	Não
Centro -	[ ]	Sim	[ ]	Não
Norte -	[ ]	Sim	[X]	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -
Alentejo -
Algarve -
Centro - Desconhece-se.
Norte -

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -
Alentejo - ver posição CCDR N
Algarve Não aplicável.
Centro - Dificuldade de concertação entre os municípios, a CCDRC com o ICNF quanto à consideração das cartas de perigosidade de risco de incêndio em sede de ordenamento.

Norte – Dificuldade de compromisso e trabalho concertado entre as CCDR e o ICNF, na aplicação de políticas e ações preventivas dos incêndios florestais, nomeadamente através dos PMOT e da componente de (re)ordenamento do espaço agroflorestal e incentivo à gestão , da implementação dos PMDFCI e das redes Primárias de FGC;

Considerando a interdependência do ordenamento florestal e do ordenamento urbano na prevenção estrutural dos incêndios florestais, tal como previsto no Plano Nacional de DFCI, urge estabelecer programas de ação conjuntos de âmbito supramunicipal, ou regional, das entidades de tutela e dos Municípios, que acautelem o efetivo contributo da programação Municipal DFCI para os interesses regionais e nacionais de cumprimento das metas de redução do risco e aumento de resiliência do território aos incêndios.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT -

Alentejo - Atendendo a que a CCDR apenas intervém indirectamente através do acolhimento em sede de PMOT de normativos específicos relativos a medidas que visam obviar o risco de incêndio, e estes não têm vindo a ser particularmente trabalhados tal como referido em A4, a medida não tem tido a relevância que deveria.

Algarve - Embora se desconheçam os Planos em causa, da responsabilidade de outras entidades, julga-se que a implementação da medida contribui decisivamente para a prossecução dos objetivos em causa.

Centro - Contributos positivos para os objetivos, estratégico e específico:

- O PROT-C contemplou a temática do risco de incêndio, no âmbito dos riscos;

- A criação dos GTF nos Municípios, a elaboração e execução dos PMDFCI, e a integração desta componente de prevenção do risco nos PMOT contribui para que os instrumentos de planeamento, contribuam para minimizar os riscos;

Norte – Contributos positivos para os objetivos, estratégico e específico: - O PROT-N contemplou a temática do risco de incêndio, no âmbito dos riscos globais naturais; - A criação dos GTF nos Municípios, a elaboração e execução dos PMDFCI, e a integração desta componente de prevenção do risco nos PMOT enriqueceu os instrumentos de planeamento, contribuindo para minimizar riscos e implementar ações preventivas e de sensibilização pública; - Para a Região do Norte/CCDR-N, a problemática dos incêndios florestais e respetiva integração nos PMOT na perspetiva da prevenção estrutural é um aspeto fundamental, a reforçar .

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável.
Centro - Não aplicável.
Norte - - As ações concretizadas deram o melhor contributo possível, considerando o âmbito das competências da CCDR-N nesta matéria.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável.
Centro - Não aplicável.
Norte - Reorganização interna dos serviços da DSOT face ao acréscimo de funções e competências diretas, no âmbito do quadro legal em vigor e na articulação com o ICNF.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -		Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não

Norte -	X	Sim	Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	
Alentejo - Características idênticas		Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	X
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo - Reforço da articulação entre os documentos de referência setorial- florestal, riscos, risco de incêndio- e os IGT e RJIGT na perspetiva do reforço da prevenção estrutural.
Algarve - Integração do PNDFCI nos PMOT e consideração no futuro Plano Setorial de Riscos.
Norte – Alinhamento/coerência e integração vertical do PNDFCI, ENF e PROFs bem como do PDR-PRODER e dos regimes legais específicos; Reforço da articulação entre os documentos de referência setorial- florestal, riscos, risco de incêndio- e os IGT e RJIGT na perspetiva do reforço da prevenção estrutural

A8. Observações complementares

Centro - Considera-se que pode ser avaliada a incorporação dos PMDFCI nos PMOT.

Medida Prioritária 1.11.2

Reforçar na Avaliação Estratégica de Impactes de Planos e Programas e na Avaliação de Impacte Ambiental a vertente da avaliação de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em particular dos riscos de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Agência Portuguesa do Ambiente.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidades licenciadoras dos projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (Direção Regional da Economia do Centro, Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, Câmaras Municipais; Direção Geral de Energia e Geologia) e demais entidades com responsabilidades ambientais específicas (Direção Regional de Saúde, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Estradas de Portugal).

Câmaras Municipais; Autoridade Nacional de Proteção Civil

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidades proponentes de planos, programas e projetos

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT –O tratamento aprofundado da temática dos riscos no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica dos PROT permitiu criar um quadro de referência para a apreciação dos relatórios de AAE de PMOT e outros planos e programas, bem como para a avaliação de impacte ambiental de projetos

Alentejo - Aplicação das orientações/acções previstas no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA).

Orientação Estratégica de Base Territorial II.3. Prevenir os factores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos impactes e controlar e mitigar os processos associados à desertificação.

Os diversos níveis de planeamento territorial e sectorial e os diferentes actores com incidência territorial terão de incorporar orientações e acções concertadas de combate à desertificação, designadamente nos domínios de: conservação do solo e da água; fixação de população activa nos espaços rurais; recuperação de áreas degradadas; forte envolvimento das populações na procura e aplicação de soluções.
O risco de inundação por cheias, é comum às quatro bacias hidrográficas - Tejo, Guadiana, Sado e Mira -, e atendendo às importantes estruturas hidráulicas construídas, existe ainda o perigo de inundação de algumas povoações por ruptura das mesmas, nomeadamente a povoação de Alcácer do Sal, que poderá ser afectada pela barragem de Pego do Altar, Odemira a jusante da Barragem de Santa Clara, e as povoações de Moura e de Mértola, a jusante da Barragem de Alqueva.
Períodos de seca recorrentes associados a vagas de calor têm vindo a aumentar o risco de incêndio. Constata-se a existência de risco de incêndio alto e muito alto no Norte Alentejano, designadamente nos concelhos de Gavião, Ponte de Sôr, Alter do Chão, Crato, Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa, e, mais a sul, no litoral, na serra do Cercal e nos concelhos que dão continuidade à serra Algarvia – Odemira, Ourique e Almodôvar.
Tendo em conta o elevado grau de vulnerabilidade à contaminação de importantes reservas de água subterrânea, do ponto vista nacional e regional, de que se destacam os aquíferos localizados na Bacia Terciária do Tejo-Sado, o aquífero de Elvas-Vila Boim, o de Estremoz-Cano, o de Moura-Ficalho, o dos Gabros de Beja e o de Sines, importa acautelar a sua preservação, evitando a infiltração de diversos tipos de substâncias poluentes.
Do ponto de vista do risco tecnológico, Sines é o concelho que apresenta mais perigos por concentrar um maior número de estabelecimentos industriais susceptíveis de provocar acidentes. A Região é ainda atravessada por dois gasodutos (um em exploração e outro em construção) e por um oleoduto.

Relativamente à ocorrência de acidentes naturais, o interior alentejano é a região do País mais segura. As áreas identificadas com elevada perigosidade sísmica correspondem apenas a 7% da Região, localizando-se sobretudo no litoral. Os concelhos mais ameaçados são Alcácer do Sal, Grândola e parte de Almodôvar, embora Santiago do Cacém, Sines e Odemira também possam ser parcialmente afectados.
Relativamente ao recuo da linha de costa, no sector Sado-Sines identificam-se duas áreas com "baixo risco de erosão", uma talhada em formações dunares, na Praia Atlântica-Península de Tróia, e outra localizada na zona central do troço em causa, relacionada com erosão sub-aérea das arribas areníticas. O sector costeiro, compreendido entre Sines e Odeceixe, apresenta um "baixo risco de erosão". Aqui, o recuo da linha de costa corresponde ao eventual colapso de blocos rochosos proveniente da erosão das arribas alcantiladas. Em nenhum dos sectores se observam situações que, a curto prazo, coloquem em

risco pessoas e bens, uma vez que não existe ocupação das arribas com construções ou infra-estruturas, nem tampouco existem zonas balneares na base das mesmas. Contudo, a edificação nestas áreas deve ser interdita e a sua utilização, nomeadamente, para uso balnear, deve ser devidamente ordenada.
Relativamente ao risco de inundação em consequência da ocorrência de eventuais tsunamis, a orla costeira encontra-se numa posição de vulnerabilidade.

CAPÍTULO IV

Normas Orientadoras e de Natureza Operacional

1- Sistema Ambiental e Riscos

IV.1.A. – Normas Gerais

1. Garantir a protecção da biodiversidade e a conservação e valorização dos recursos naturais, em particular, do solo e dos recursos hídricos, como factores fundamentais para a concretização dos modelos de desenvolvimento sustentado nas perspectivas ambiental, económica e social.
2. Assegurar a coerência da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, enquanto rede de estabilidade ecológica, de forma a garantir a adaptação da biodiversidade a regimes térmicos e hidrológicos em mudança.
3. Promover a valorização económica do património ambiental numa escala inter-municipal, através de uma gestão territorial integrada e partilhada, em proveito de um desenvolvimento sustentável.
4. Implementar uma abordagem de intervenção preventiva, adaptativa e reactiva das situações de risco (desertificação e riscos naturais e tecnológicos) e acompanhar a sua dinâmica.
5. Proteger e valorizar o meio hídrico e os ecossistemas associados, garantir a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e promover a sua valorização social e económica.
6. Criar mecanismos de gestão que permitam concretizar as orientações constantes do Plano Estratégico e dos planos sectoriais de gestão de resíduos.

IV.1.B. – Normas Específicas

Recursos Naturais

7. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos relacionados com a protecção e valorização dos recursos naturais, competirá à Administração Central e à Administração Local:

a) Adoptar medidas de salvaguarda do património regional de recursos genéticos (espécies selvagens, recursos agrícolas e aquícolas e raças autóctones), regulamentando, quando se justifique, o acesso e a utilização sustentável desses recursos, bem como a partilha dos benefícios decorrentes da referida utilização;

b) Promover a eliminação de espécies não indígenas ou exóticas contrariando os seus efeitos sobre o património biológico;

c) Fomentar a manutenção das actividades culturais e tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, silvo-pastoril, florestal ou de exploração de outros recursos, que constituam o suporte, ou que sejam compatíveis com os valores de natureza biológica, geológica e paisagística a preservar;

d) Integrar nos vários IGT regulamentação que reflicta as orientações relacionadas com o combate à desertificação, garantindo, simultaneamente, mecanismos de articulação das estratégias de nível regional e nacional;

e) Promover a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais dos espaços rurais, valorizando as externalidades positivas criadas pelos sistemas agro-florestais e a manutenção dos valores naturais e paisagísticos associados ao espaço rural, bem como a optimização da utilização dos recursos naturais com vista à durabilidade dos sistemas;

f) Definir e enquadrar, em sede de revisão de Plano Director Municipal (PDM), localizações para a instalação de unidades de gestão de resíduos tendo por base as redes de recolha selectiva multimaterial, atendendo ás especificidades de cada sistema e área geográfica abrangida, de forma a optimizar os circuitos e a cobertura territorial existentes;

g) Aplicar medidas que incentivem o uso de energias renováveis, menos poluentes, de tecnologias que conduzam a poupança de energia, diminuição das emissões para a atmosfera, sistemas de depuração de gases emitidos e implementação de sistemas de controlo de emissões;

h) Identificar as zonas em que os níveis de poluição superam os limites de tolerância e adoptar, nas zonas particularmente sensíveis aos problemas da qualidade do ar (áreas protegidas, zonas de protecção especiais e outras zonas sensíveis)., medidas mais rigorosas, nomeadamente, na fixação de valores limite e de limiares de alerta, margens de tolerância e critérios e técnicas de avaliação;

i) Promover, no caso particular do ozono (poluente secundário), a avaliação de substâncias precursoras com o objectivo de analisar as suas tendências, verificar a eficiência das estratégias de redução das emissões e identificação das fontes de emissão responsáveis;

j) Incentivar a utilização de transportes públicos, os quais deverão funcionar com combustíveis menos poluentes, aumentar as áreas urbanas com circulação e estacionamento condicionados, criar espaços para peões, ciclistas e zonas de lazer e, ainda, desviar o tráfego de longas distâncias para o exterior das áreas urbanas e de zonas sensíveis.

Litoral

8. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos para o Litoral e em estreita articulação com a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, competirá à Administração Central e à Administração Local:

a) Promover a gestão integrada e o desenvolvimento sustentável do Litoral no quadro das estratégias de ordenamento territorial estabelecidas nas diferentes escalas de planeamento;

b) Consolidar o eixo funcional de corredor ecológico Oeste, ao longo das Serras de Grândola e do Cercal, como importante elemento de ligação entre as áreas classificadas, nomeadamente através da manutenção das formações vegetais espontâneas ou sub espontâneas, entre as quais os actuais povoamentos de sobro e azinho explorados em sistema de montado , a salvaguardar por interesses científicos, económicos e paisagísticos, essenciais para a perenidade dos sistemas e aumento da capacidade de suporte de vida no território;

c) Promover e assegurar a salvaguarda dos valores naturais e das suas funções na dinâmica dos ecossistemas litorais;

d) Promover a valorização do Litoral como factor de oportunidade para o desenvolvimento das actividades associadas ao turismo integrado, ao recreio e lazer, localizadas na sua área de influência e beneficiando dos seus atractivos e das boas condições de acessibilidades;

e) Garantir a manutenção do carácter da paisagem das Serras de Grândola e do Cercal,

nomeadamente o «sistema de vistas» sobre a planície litoral;

f) Para a conservação dos habitats litorais, promover a criação de faixas de protecção «voluntárias», de áreas de floresta mediterrânica e povoamentos de sobro e azinho explorados em sistema de montado (e outras quercíneas) e de matagais, desenvolvidas na interface entre o espaço rural envolvente das áreas classificadas;

g) Promover a ocupação agrícola das várzeas que interrompem a continuidade de manchas florestais de pinhal e eucaliptal, de forma a funcionarem como elementos de diversificação da paisagem, redução de riscos de incêndio e conservação da biodiversidade;

h) Face à inegável aptidão para a expansão de sistemas florestais e silvo-pastoris e à tendência para o despovoamento de extensas áreas interiores do Alentejo Litoral deverá reforçar-se o incentivo quer a usos e funções complementares decorrentes da multifuncionalidade desses sistemas, quer a produções especializadas dos mesmos, viabilizadas por economias de escala;

i) Impedir a ocupação urbana e edificada em novas frentes contínuas paralelas à costa, bem como a abertura de novas vias ao longo da costa;

j) Assegurar que a ocupação urbano/turística e industrial seja intercalada por áreas agrícolas e florestais, não sendo admitida a ocupação edificada em áreas de risco, instabilidade, vulnerabilidade dos recursos aquíferos subterrâneos e erosão litoral tendo por base os critérios de edificabilidade, o ordenamento dos acessos, a eliminação do estacionamento informal, a recuperação da vegetação dunar;

k) Ao nível dos PMOT deverão estabelecer-se regras específicas que acautelem a compatibilidade de ocupações e usos no que se refere ás actividades de indústria, extracção de inertes e explorações pecuárias com o turismo e em articulação com as orientações dos respectivos planos de ordenamento;

l) Garantir a preservação e recuperação dos sistemas naturais, nomeadamente, daqueles que apresentem uma maior fragilidade à influência dos factores naturais e antrópicos;

m) No que respeita à garantia da manutenção do sistema estuarino e recursos aquíferos serão estabelecidas disposições relativas à ocupação, uso e transformação do solo de acordo com o respectivo estatuto de protecção;

n) Garantir a integração das áreas de ocupação turísticas na paisagem, tendo como princípio a manutenção das funcionalidades ecológicas essenciais e a análise do território em bacias visuais, e permitindo avaliar a localização de usos e actividades, face à conveniência da sua ocultação ou exposição.

9. Competirá ainda à Administração Central elaborar o plano de gestão para o Sítio Comporta – Galé, no âmbito do qual se deverá analisar formas de reforçar a protecção e a capacidade de gestão do Sítio, nomeadamente, identificando as áreas com maior valor natural e que possam, eventualmente, ser objecto da criação de uma área protegida nos termos do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

10. As normas relativas ao uso, ocupação e transformação do território da Costa Alentejana encontram-se desenvolvidas adiante no sub-capítulo Planeamento Urbano, Urbanização e Edificação.

Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental

11. Nas áreas incluídas na ERPVA deverão ser estudados mecanismos, pelas entidades públicas e privadas, de incentivo ao desempenho das seguintes funções ecológicas:

a) Conservação e a recuperação da biodiversidade e da paisagem, especialmente quando se trata de espécies e habitats prioritários;

b) Sequestro de carbono;

c) Conservação dos solos e do regime hidrológico, em função das práticas agrícolas ou silvícolas;

d) Recarga dos aquíferos;

e) Preservação da composição, estrutura e funcionalidade dos ecossistemas lagunares/estuarinos e costeiros, avaliando os efeitos das alterações climáticas ao nível dos processos de erosão, regressão da linha de costa, alterações na morfologia e ecologia de estuários e zonas lagunares, intrusão salina e recursos piscícolas e restante património biológico;

f) Definição e desenvolvimento de estratégias de cooperação e colaboração trans-fronteiriça e inter-municipal em matéria de património natural.

12. Cabe aos municípios, no âmbito da elaboração dos PMOT, a identificação da Estrutura Ecológica Municipal, de acordo com o normativo da ERPVA. Assim, os PMOT devem:

a) Delimitar as áreas nucleares, em articulação com os municípios envolventes, quando tal se justifique. Estas áreas devem incluir a totalidade ou parte das áreas classificadas, definindo diferentes graus de protecção de acordo com os valores naturais em presença;

b) Delimitar as áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos. Estas áreas devem incluir a rede hidrográfica, os povoamentos de azinhal, de sobreiral e outras formações de quercíneas que, pela sua dimensão e estrutura do povoamento, constituem sistemas equilibrados e estáveis, capazes de desempenhar as funções ecológicas essenciais à manutenção da biodiversidade, dos ciclos da água e dos nutrientes;

c) Delimitar as áreas da estrutura ecológica municipal em solo urbano, que correspondem à estrutura ecológica urbana;

d) Delimitar as áreas da estrutura ecológica municipal integrando-as em categorias de espaços compatíveis com a protecção dos valores e dos recursos naturais (nomeadamente, agrícolas, florestais e conservação da natureza).

Áreas nucleares

13. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos para as áreas nucleares da ERPVA, competirá à Administração Central e à Administração Local:

a) Nos territórios classificados no âmbito da Rede Natura 2000, os limites dos SIC e ZPE devem ser vertidos para as plantas de condicionantes dos PEOT e PMOT e as áreas de ocorrência de valores naturais protegidos ou necessárias para a sua conservação e restabelecimento, devem ser qualificadas com diferentes graus de protecção, de acordo com as exigências ecológicas e as necessidades de gestão. Sem prejuízo das especificações de cada caso, deverá ser ponderada a integração, total ou parcial, destas áreas na Estrutura Ecológica Municipal;

b) O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 identifica orientações de gestão para cada uma das áreas classificadas, nomeadamente, para o Sítio Comporta-Galé (PTCON 0034) e para o Sítio Costa Sudoeste (PTCON 0012). Competirá aos IGT de âmbito municipal, nomeadamente, aos PIMOT e aos PDM desenvolver estas orientações, em particular no que se refere à

compatibilização da conservação dos habitats e das espécies naturais com as actividades urbanas, de turismo, recreio e lazer;

c) O planeamento e a gestão das áreas nucleares que, com frequência, abrangem mais do que um município, devem ser estabelecidos e implementados de forma articulada entre as diferentes autarquias, assegurando a cooperação inter-municipal, particularmente, no quadro dos respectivos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em termos de objectivos e de orientações fundamentais dirigidas à conservação da natureza;

d) Os PMOT, em particular o PDM, devem, em articulação com a autoridade de conservação da natureza (ICNB), incorporar informação sobre os valores naturais e a sua área de ocorrência no concelho, numa perspectiva de continuidade com os territórios vizinhos. O conteúdo das orientações que visam a preservação e conservação dos valores naturais deve ter uma tradução à escala local;

e) Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos nesta componente, competirá ainda ao MAOTDR, ao MADRP e às autarquias:

i) Fomentar o uso destas áreas como espaços privilegiados para a investigação e para o recreio e lazer (eco-turismo);

ii) No que respeita aos equipamentos de uso público, nomeadamente de apoio a actividades de eco-turismo privilegiar a recuperação de infra-estruturas já existentes que cumpram critérios que não desvirtuem a harmonia com a paisagem ou a tipologia de arquitectura local;

iii) Fomentar e contribuir para a conservação dos povoamentos de sobro e azinho explorados em sistema de montado, da floresta, do matagal mediterrâneo, das galerias ripícolas e dos habitats litorais, em especial nas áreas consideradas essenciais para assegurar a funcionalidade e a continuidade dos corredores ecológicos.

Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos

14. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos e relacionados com as Áreas de Conectividade Ecológica (Corredores Ecológicos) competirá aos PMOT:

a) Identificar e caracterizar as áreas com importância estratégica no âmbito dos corredores ecológicos, que deverão integrar a Estrutura Ecológica Municipal, garantindo a inclusão, nomeadamente, das linhas de água e das manchas de montado (azinhal e sobreiral), de bosques mediterrâneos e de matos mais relevantes para garantir a conservação da biodiversidade e a conectividade ecológica dessa estrutura;

b) Nas áreas urbanas, identificar e garantir a conservação de áreas de habitats que podem constituir corredores ecológicos importantes, independentemente da sua riqueza biológica, como sejam, as zonas verdes urbanas, as linhas de água em zonas urbanas, as sebes de compartimentação;

c) Assegurar que as áreas afectas à actividade agrícola e florestal relacionadas com as fileiras emergentes (vinha e culturas de regadio, entre outras) integram os espaços agrícolas e florestais de produção.

15. Nas áreas de corredor que irão integrar a Estrutura Ecológica Municipal deverá:

a) Ser condicionada a abertura de novas vias ou acesso, exceptuando o disposto no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e nos Planos Municipais de Defesa da

Floresta Contra Incêndios;

b) Ser interditada a introdução de espécies não indígenas;

c) Ser condicionada a expansão urbano-turística, excepto nos casos relativos a reconstrução ou novas ocupações destinadas ao apoio a actividades que visam a salvaguarda do património natural e rural;

d) Ser condicionada a alteração do regime de uso do solo ou as actividades ou práticas que alterem as características dos sistemas ecológicos que se pretendem salvaguardar.

16. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos nesta componente, competirá ainda à Administração Central e à Administração Local:

a) Promover os usos e actividades tradicionais que, historicamente, contribuem para o desenho da paisagem e a preservação do património natural, como sejam, a agricultura, a silvicultura, a pecuária extensiva, a pesca, a cinegética;

b) Promover a manutenção do mosaico de áreas com pastagens e sistemas agrícolas tradicionais;

c) Evitar ou minimizar os impactes paisagísticos produzidos por actividades que promovam a intrusão ou a perda de paisagem e assegurar a permanência de estruturas como as sebes vivas;

d) Promover a manutenção das manchas de pinhal manso, com as funções determinantes ao nível da fixação do solo e protecção de culturas nas áreas sob influência marítima em substrato arenoso;

e) Promover a valorização económica, através do desenvolvimento de actividades turísticas, recreativas e culturais compatíveis com os objectivos da ERPVA, designadamente, o turismo em espaço rural, o turismo científico, o eco-turismo;

f) Interditar as actividades ou usos do solo nos sistemas hídricos que, por não estabelecerem as medidas preventivas ou correctoras necessárias, possam ocasionar, por efeito de arrasto de materiais, a colmatação e/ou o assoreamento;

g) Dotar as zonas fluviais, delimitadas nos instrumentos de gestão territorial, de equipamentos e infra-estruturas com vista à criação de espaços de elevada qualidade funcional e ambiental para a prática de actividades de recreio, lazer e turismo, desde que compatíveis com o referido no número anterior.

17. As normas relativas ao uso, ocupação e transformação do território das áreas incluídas na ERPVA encontram-se desenvolvidas adiante, no sub-capítulo Planeamento Urbano, Urbanização e Edificação.

Recursos hídricos

18. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos e relacionados com o planeamento e estão dos recursos hídricos, competirá à Administrações Central e Local:

a) Preservar e valorizar o meio hídrico e os ecossistemas associados, garantindo as adequadas condições de escoamento e a manutenção dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos (incluindo os estuarinos);

b) Identificar e qualificar os locais para uso balnear ou prática de actividades de recreio, para a

pesca ou navegação, para extracção de inertes e outras actividades que não provoquem a degradação das condições ambientais;

c) Promover a articulação entre entidades, com vista à implementação das medidas necessárias para alcançar os objectivos ambientais definidos para as massas de água, bem como a eficiência da utilização da água e da regularização de caudais, tendo em conta a definição de um regime de caudal ecológico;

d) Promover a manutenção e a recuperação do coberto vegetal das cabeceiras das linhas de água por forma a reduzir os caudais de cheia, devendo ser identificadas as áreas de maior sensibilidade e os respectivos requisitos técnicos a serem avaliados em fase de projecto.

19. À Administração Central (MAOT e MADRP) competirá ainda:

a) Gerir de forma integrada as origens de água superficiais e subterrâneas, promovendo a complementaridade da utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos em função das disponibilidades e da maior adequabilidade técnica, ambiental e económica. Neste âmbito enquadram-se as medidas de concretização dos aproveitamentos hidro-agrícolas previstos ou que contemplam necessidades especiais de abastecimento (tal como o do Crato-Pisão);

b) Considerar os recursos hídricos subterrâneos como reserva, de particular importância, para fazer face a situações de escassez, contaminação das origens superficiais ou a situações climáticas extremas;

c) Minimizar os riscos de poluição dos recursos hídricos subterrâneos nas áreas de maior vulnerabilidade, designadamente nas áreas de máxima infiltração, decorrentes da descarga de águas residuais e da poluição difusa, através das condições de licenciamento das actividades;

d) Garantir, tendo em conta os riscos de poluição da água das albufeiras integradas no EFMA (em particular das albufeiras de Alqueva e de Pedrógão), adequados níveis de qualidade da água a fornecer para as diversas utilizações, compatíveis com custos economicamente comportáveis.

e) Criar um sistema de monitorização de recursos hídricos, dirigido, particularmente, à:

i) Monitorização das massas de água de superfície, avaliando o seu estado ecológico e químico, bem como o estado quantitativo e químico das massas de água subterrânea, em conformidade com a Lei da Água;

ii) Monitorização dos sistema água-solo, tendo em conta o risco de salinização e, consequente erosão do solo;

iii) Monitorização do fenómeno da intrusão salina, decorrente da captação de água na zona costeira, nomeadamente na Península de Tróia.

20. À Administração Local competirá por seu lado:

a) Enquanto entidade gestora, elaborar propostas de delimitação dos perímetros de protecção das captações de água subterrânea, que constituem origens de abastecimento público, previstas na legislação em vigor;

b) Ponderar a utilização dos recursos hídricos subterrâneos para o abastecimento urbano de localidades onde se verifique ser económica, técnica e ambientalmente mais sustentável essa afectação, comparativamente com o recurso a origens superficiais.

Riscos Naturais e Tecnológicos

21. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos e relacionados com os riscos naturais e tecnológicos, competirá às Administrações Central e Local aplicar as seguintes normas gerais:

a) Elaborar um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos que permita a identificação e abordagem de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, flexível e reactiva;

b) Elaborar ou rever planos de emergência segundo a directiva para a elaboração dos mesmos, aprovada pela Comissão Nacional de Protecção Civil;

c) Desenvolver um plano de acções de divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento, de preparação e de adaptação da população no que respeita aos riscos a que está exposta;

d) A cartografia de riscos naturais e tecnológicos deve ser integrada na carta de condicionantes ou ordenamento dos respectivos PEOT e PMOT;

e) Promover uma efectiva articulação entre os planos de emergência de protecção civil e os PDM, nomeadamente entre as zonas de risco e as zonas a interditar ou a condicionar.

Desertificação

22. Com vista à prossecução dos interesses públicos e dos objectivos estratégicos estabelecidos nesta componente, competirá às Administrações Central e Local:

a) Integrar nos vários IGT e sectorial as orientações de combate à desertificação garantindo, simultaneamente, mecanismos de articulação das estratégias de nível regional e nacional;

b) Criar uma comissão intersectorial de combate à desertificação no Alentejo, envolvendo entidades relevantes para o efeito, nomeadamente, CCDR Alentejo, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo), ARH do Alentejo, DGRF, DGDR, Associações de Municípios, Câmaras Municipais, ONG e Associações Representativas;

c) Elaborar e aplicar um Programa Regional de Combate à Desertificação em articulação com o Programa Nacional.

23. Aos municípios competirá incorporar nos PMOT, nomeadamente nos PDM, a estratégia de intervenção local relativa à desertificação e à seca, atendendo aos objectivos nacionais de combate à desertificação (Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação), adequando, consequentemente, as determinações, condicionantes e incentivos destes planos, bem como as suas regras de uso e de ocupação do solo e da sua transformação e, ainda, a localização e desenvolvimento de actividades com incidência territorial.

Risco Sísmico

24. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Delimitar e cartografar, nos PMOT, as zonas urbanas mais antigas e/ou degradadas, principalmente, as que estejam localizadas em áreas de maior perigosidade. A requalificação destas zonas, deve ter em consideração os seguintes aspectos:

i) Devem ser consideradas zonas destinadas a espaços abertos, por exemplo jardins públicos, que possam ser utilizadas como áreas de segurança para as actividades a

desenvolver pós sismo.

ii) Devem ser planeadas e construídas novas vias com o objectivo de segmentar a superfície construída, de modo a aumentar a segurança contra incêndios urbanos, impedindo o seu alastramento, e facilitar o socorro.

b) Promover a intervenção, no que diz respeito à sua segurança estrutural, de edifícios pré-existentes como hospitais, escolas e outros com importância na gestão da emergência (quartéis de bombeiros, instalações da PSP e GNR, Centros Distritais de Operações de Socorro, instalações das Forças Armadas e da Cruz Vermelha), que se localizem em áreas de perigosidade elevada a moderada;

c) Proibir a edificação de hospitais, escolas, estruturas de grande concentração populacional e de edifícios afectos à emergência, em áreas de perigosidade elevada a moderada;

d) Planear as novas áreas urbanas de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face às "solicitações sísmicas" e a facilitar a intervenção de socorro em situação de emergência, sobretudo para as zonas de perigosidade sísmica elevada e moderada, incluindo as faixas adjacentes às falhas activas;

e) Definir e divulgar as áreas de socorro e de reagrupamento para a população e salvaguardar as acessibilidades aos espaços seguros,em situação de catástrofe sísmica, em articulação com os Planos de Emergência Municipais, Regionais e Nacional.

Risco de Tsunami

25. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Delimitar e cartografar, nos PEOT e PMOT, as áreas sujeitas a inundação nas unidades territoriais Estuário e Vale do Sado, Planície Litoral Arenosa, Litoral Alentejano e Vale do Mira, e articular a gestão destes territórios com os Planos Municipais de Emergência, distritais e supra-distritais;

b) Proibir, em sede de PMOT, a construção de hospitais, escolas, estruturas de grande concentração populacional e de edifícios afectos à emergência, nas zonas susceptíveis a tsunamis;

c) Transferir para zonas seguras, estruturas vitais como hospitais, escolas e outras com importância na gestão da emergência, que se localizem em áreas com perigo elevado de tsunamis.

Risco de movimentos de massas em vertentes

26. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Delimitar e cartografar, em PEOT e PMOT, as zonas de perigo elevado de instabilidade de vertentes;

b) Definir, nas zonas de perigo elevado, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes que poderão incluir:

i) Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação;

ii) Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.

Risco de Cheia

27. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Delimitar, cartografar e regular, em sede de PEOT e PMOT, as áreas inundáveis em perímetros urbanos. Para as restantes áreas, não deverá ser permitida a construção de estruturas que ponham em perigo pessoas e bens;

b) Promover a gestão dos leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, como espaços abertos vocacionados para actividades de recreio e lazer, podendo incluir eventuais estruturas ligeiras de apoio;

c) Promover a gestão dos leitos de cheia fora dos aglomerados urbanos, como espaços vocacionados para a actividade agrícola, turística e como corredores ecológicos;

d) Implementar localmente sistemas de aviso de descargas de barragens;

e) Promover a racionalização do uso do solo nas pequenas bacias hidrográficas como forma de combate à erosão hídrica dos solos, aumento da capacidade de retenção da água e diminuição do perigo de cheia;

f) Implementar obras de limpeza e desobstrução, correcção torrencial e de regularização fluvial, sustentadas por análise de custo-benefício e com prioridade para as situações de risco classificadas como inaceitáveis.

Risco de Seca

28. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Criar um sistema de previsão, monitorização e gestão de situações de seca;

b) Elaborar planos de contingência de utilização da água, por unidade gestora;

c) Promover as orientações do Programa Nacional para o Uso Eficiente da água, com o qual os PEOT e PMOT se devem articular;

d) Realizar campanhas de sensibilização e informação que apelem à poupança no uso deste recurso durante todo o ano.

Risco de Fogos Florestais

29. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Interditar a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria nos terrenos classificados conforme as Cartas de Risco Florestal, com risco de incêndio elevado ou muito elevado;

b) Implementar as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI), previstas na legislação em vigor, articuladas com os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI);

c) Regulamentar, em sede de PEOT e PMOT os usos compatíveis nas áreas classificadas com risco de incêndio elevado ou muito elevado, respeitando as restrições previstas nos Planos Regionais de ordenamento florestal e em Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Riscos Tecnológicos

30. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Identificar, nos PEOT e PMOT, as unidades industriais perigosas, gasodutos e oleodutos;

b) Restringir, na medida do possível, o atravessamento por veículos de transporte de matérias perigosas, zonas urbanas ou de grande valor ambiental;

c) Implementar as medidas de prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas em estruturas fixas (de acordo com a legislação em vigor);

d) Implementar as medidas de regulamentação dos perigos associados ao transporte de substâncias perigosas (de acordo com a legislação em vigor).

Risco de Rotura de Barragens

31. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Garantir a implementação das Normas de Segurança Específicas, nas grandes barragens, de acordo com o Regulamento de Segurança de Barragens salvaguardando o controlo do risco dos vales a jusante, o zonamento das áreas inundáveis pela onda de cheia decorrente da rotura e os respectivos planos de evacuação;

b) Interditar a construção de estabelecimentos industriais perigosos, abrangidos pela legislação em vigor, que estejam obrigados ao dever de notificação e apresentação de um relatório de segurança, nas áreas susceptíveis à acção de ondas de inundação provenientes da rotura total ou parcial de barragens;

c) Proibir a construção de hospitais, escolas e edifícios com importância na gestão da emergência, nomeadamente Quartéis de Bombeiros, instalações da PSP e GNR, Centros Distritais de Operações de Socorro, e instalações das Forças Armadas e da Cruz Vermelha, em áreas susceptíveis a ondas de inundação provenientes da rotura total ou parcial de barragens;

d) Operacionalizar uma rede de monitorização sísmica na área de influência da barragem de Alqueva.

Riscos de Erosão e Poluição na Orla Costeira

32. Competirá às Administrações Central e Local:

a) Articular IGT, nomeadamente os Planos de Bacia Hidrográfica, POOC e planos de ordenamento dos estuários, com o Plano Nacional de Combate à Poluição Marítima;

b) Delimitar nos PEOT e PMOT as zonas críticas de erosão na orla costeira, para as quais devem ser equacionadas as devidas medidas de prevenção, minimização e restrições para garantir a segurança de pessoas e bens, tais como:

i) Proibição da construção de edifícios.

ii) Demolição de edifícios em risco de colapso.

iii) Utilização de obras de estabilização e reforço para estruturas já existentes, quando demonstrado não existir alternativa viável .

iv) Obrigatoriedade de informar a população sobre os perigos a que está sujeita e respectivas medidas de auto-protecção.

v) Restrição ou proibição de acesso a essas zonas, devidamente sinalizadas

Algarve - Sensibilizar os intervenientes nos projetos de Avaliação de Impacte Ambiental e nos processos de Avaliação Ambiental Estratégica para a consideração de riscos naturais, ambientais e tecnológicos. Seria, no entanto, necessário uma alteração legislativa que imponha a consideração dos referidos riscos em ambas as Avaliações.

Centro - Sensibilizar os intervenientes nos projetos de Avaliação de Impacte Ambiental e nos processos de Avaliação Ambiental Estratégica para a consideração de riscos naturais, ambientais e tecnológicos. Seria, no entanto, necessário uma alteração legislativa que imponha a consideração dos referidos riscos em ambas as Avaliações.

Norte - Integrar recomendações sobre esta temática nos pareceres emitidos no âmbito da avaliação ambiental de planos e programas; Envolver a APA em todas as Comissões de Avaliação coordenadas pela CCDR-N e relativas à Avaliação de Impactes Ambientais de projetos abrangidos pelo regime REACH e Diretiva SEVESO; Integrar, nas Declarações de Impacte Ambiental dos projetos referidos, condicionantes e medidas de minimização tendentes à prevenção e mitigação dos riscos.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT –Criação de um quadro de instrumentos de avaliação e controlo ambiental relatados nos relatórios de monitorização do PROT OVT

Alentejo - Seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas (AAE) e realização da Avaliação de Impacte Ambiental de Projetos (AIA).

Algarve - Todas as referidas em A2c.

Centro - As ações foram a avaliação da conformidade dos Estudos de Impacte Ambiental e sua consequente ponderação bem como dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica.

Norte - Todas as referidas em A2c.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - Os recursos humanos envolvidos foram os afectos às unidades orgânicas responsáveis pela Avaliação Estratégica de Planos e Programas e pela Avaliação de Impacte Ambiental.

Alentejo - Os recursos humanos envolvidos foram os afetos às unidades orgânicas responsáveis pela Avaliação Estratégica de Planos e Programas (1 chefe de divisão +1 técnico superior) e pela Avaliação de Impacte Ambiental de Projetos (1 chefe de divisão + 4 técnicos superiores). Os recursos financeiros foram provenientes do orçamento de funcionamento desta CCDR.

Algarve - recursos humanos envolvidos: 4 técnicos

Centro - Os recursos humanos correspondem a 11 técnicos e 4 dirigentes.

Norte - Não é possível aferir.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT – Nada a referir

Alentejo - A CCDR procedeu ao acompanhamento de Planos e Programas e à avaliação de impacte ambiental de projetos. A realização das ações depende do calendário estabelecido nos projetos e nos respetivos EIA.
Algarve Não aplicável.
Centro - Não aplicável.
Norte - Nenhuma.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT – Nada a referir
Alentejo - Não.
Algarve Não aplicável.
Centro - Não existem.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR -		Sim	x	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT –Através do processo de monitorização do PROT OVT.
Alentejo - Através da elaboração de uma base de dados de monitorização dos PMOT (AAE) e da criação de uma base de dados relativa aos processos de pós-avaliação (AIA).
Algarve - Não aplicável.
Centro – Nada a referir
Norte – Nada a referir

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -- Inexistência de informação sistematizada à escala local
Alentejo - Inexistência de informação sistematizada por parte das Câmaras Municipais sobre os indicadores em causa.
Algarve - Deficiente informação de base
Centro - Pouca informação no que respeita à avaliação de riscos, naturais, ambientais e tecnológicos.
Norte – Deficiente informação de base; Necessidade de sensibilização e (in)formação dos Técnicos envolvidos nestes procedimentos de avaliação ambiental.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT – A concretização das recomendações da AAE dos PROT contribuiu para a melhoria dos processos de AAE de planos e programas e assim para a prevenção e mitigação dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos.

Alentejo - Concretização das medidas do PROTA contribuiu para a mitigação dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos.

Algarve - Houve a preocupação de enquadrar a medida em todas as avaliações ambientais estratégicas e avaliações de impacte ambiental, sempre que aplicável.

Centro - A consideração dos riscos nos processos de AIA e AAE é feita numa fase prévia à tomada de decisão, o que permite acautelar o objetivo 1.11, ou seja, avaliar e prevenir os riscos, bem como desenvolver medidas de minimização dos respetivos efeitos e sua monitorização, dando também assim corpo ao cumprimento do que o Objetivo Estratégico 1 prevê.

Norte - Houve a preocupação de, sempre que aplicável, enquadrar a medida em todas as avaliações ambientais estratégicas e avaliações de impacte ambiental. Tendo em consideração que estas ferramentas ambientais atuam em termos preventivos, a montante das decisões, perspetiva-se que os planos, programas e projetos aprovados incorporam esta vertente e, consequentemente, contribuem de forma relevante para a prossecução do objetivo específico e objetivo estratégico em que a medida se

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT - Estando em curso, não é, ainda, possível avaliar resultados.

Alentejo - Estando em curso, não é, ainda, possível avaliar resultados.

Algarve - Sem informação

Centro - Não temos informação que nos permita avaliar, pois não existe informação sistemática sobre os riscos.

Norte - Não é possível aferir: por um lado, não se dispõe de indicadores para monitorizar a realização ou resultado da medida; por outro, e tal como referido, estas ferramentas ambientais são de caráter preventivo, pelo que os respetivos efeitos são diferidos no tempo – em muitos casos ainda não é possível avaliar em concreto.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT – Os processos de AAE de planos regionais e os sequentes processos de avaliação e controlo ambiental permitiram articular as entidades e considerar a temática dos riscos numa fase de decisão estratégica.

Alentejo - Estando em curso, não é, ainda, possível avaliar resultados.

Algarve - Não aplicável.

Centro - Não aplicável.

Norte – Impactes Funcionais: Não aplicável;

Impactes Institucionais: articulação com APA e entidades proponentes de planos, programas e projetos e sensibilização destas últimas para a relevância da matéria;

Impactes Governativos: recomendações nos pareceres de avaliação ambiental estratégica; imposição de condicionantes e medidas de minimização nas Declarações de Impacte Ambiental.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	X	Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo – Não aplicável
Algarve - Não aplicável
Centro - Que nos permitam ter um conhecimento sistemático dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos existentes, nomeadamente mediante a aprovação do Plano sectorial de Riscos.
Norte - Não aplicável nesta situação.

A8. Observações complementares

Norte – Definir indicadores para monitorizar a realização e resultados da medida;

Apostar na sensibilização das entidades/cidadãos para a relevância da temática.

Medida Prioritária 1.11.3

Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Municípios

Autoridade Nacional de Proteção Civil (Comandos Distritais de Operações de Socorro); Agência Portuguesa do Ambiente; Instituto Português do Mar e da Atmosfera; Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Laboratório Nacional de Energia e Geologia; Instituto Nacional de Aviação Civil; Rede Ferroviária Nacional (REFER); Exército Português; Autoridades Marítimas Locais; Universidades e Politécnicos (especialistas académicos); Forças de Segurança;

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comandos Distritais da Proteção Civil de Portalegre, Évora e Beja. Autoridade Nacional de Proteção Civil, APA e Direções Regionais de Saúde

ERIP – Entidades Representativas do Interesse Público

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

PSP e GNR

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Integração das orientações do PROT nos PMOT de forma a obviar situações de risco efectivo natural, ambiental ou tecnológico.
Alentejo - Integração das orientações do PROTA nos PMOT de forma a obviar situações de risco efetivo natural, ambiental ou tecnológico.
Algarve - Integração das orientações do PROT Algarve e dos PEOT nos PMOT.
Centro – O PROT C contém normas orientadoras, bem como cartografia que identificam os riscos e impõem, após a sua entrada em vigor, a incorporação dessas orientações na revisão dos PDM. Os PDM e demais PMOT integram nas Plantas de Condicionantes as tipologias de áreas de risco da REN e ainda as cartas de perigosidade de risco de incêndio. Nas Plantas de Síntese dos PMOT são ainda identificadas as áreas inundáveis em perímetro urbano e regulamentadas em consequência.
Norte - Incorporação no PROT-N e nos PMOT da cartografia e das medidas de proteção e prevenção de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, nomeadamente os previstos nos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil (PMEPC - Gerais e Especiais), nos Planos Distritais e Municipais da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), e no Programa Nacional de Combate à Desertificação.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT - Concluída no PROT OVT. Em curso no PROTAML. Em curso ao nível municipal.
Alentejo - Aprovação do PROT Alentejo abordando Sistema Ambiental e de Riscos como normas gerais e específicas e regulamentação em PMOT através da ANPC e subsequente acompanhamento do processo de integração das medidas do PROTA em sede de elaboração ou revisão dos PMOT.
Algarve - Em curso a nível municipal.
Centro - O PROT C definiu os riscos naturais, ambientais e tecnológicos a nível regional. A incorporação nos PDM dos riscos que não decorrem da legislação em vigor à data será efetuada na revisão dos PDM após a entrada em vigor do PROT.

Norte – Esta medida tem vindo a ser concretizada à medida que os diferentes Planos vão sendo elaborados, revistos, acompanhados e publicados, uma vez que a ANPC, em sede de acompanhamento dos Planos assegura a salvaguarda dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos, independentemente do Município ter PMEPC aprovado/atualizado:
- No PROT-N, esta medida foi incorporada a 100%.
- No caso dos PMOT, a ponderação dos riscos foi realizada nos 37 PDM revistos e nos 13 em fase final de revisão, cerca de 58% dos Municípios da Região Norte.
- Cartografia de riscos (erosão, movimentos de massa em vertentes) para a RDD;
- Financiado pelo ON.2 - cartografia de riscos para os PMEPC.
Nota: 98 Concelhos dos 308 Nacionais têm PMEPC - cerca de 32% (a confirmar junto da ANPC).

Relativamente aos Planos Especiais, da responsabilidade da Administração Central, remete-se a resposta para as respetivas Entidades de Tutela.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - - Não é passível de quantificação, apontando-se como referencial os recursos humanos envolvidos foram os afectos às unidades orgânicas responsáveis pela Avaliação Estratégica de Planos e Programas e pela Avaliação de Impacte Ambiental de Projetos.

Alentejo - Não é passível de quantificação, apontando-se como referencial os recursos humanos envolvidos foram os afetos às unidades orgânicas responsáveis pela Avaliação Estratégica de Planos e Programas (1 chefe de divisão +1 técnico superior) e pela Avaliação de Impacte Ambiental de Projetos (1 chefe de divisão + 4 técnicos superiores). Os recursos financeiros foram provenientes do orçamento de funcionamento desta CCDR.

Algarve - Os recursos humanos, financeiros e patrimoniais afetos às seguintes unidades orgânicas: Direção de Serviços do Ambiente e Direção de Serviços do Ordenamento do Território.

Centro – No PROT Centro as matérias relativas aos riscos foram elaboradas por uma equipa externa. Os custos inerentes foram de 40 000 € (+IVA). Internamente, a CCDRC tinha 1 técnico e dois dirigentes envolvidos. A nível dos PDM envolve 7 técnicos superiores e 2 dirigentes.

Norte - Os custos são os referentes ao quadro técnico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, incluindo as Estruturas Sub-Regionais de Braga, Bragança e Vila Real.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT - A proposta de Alteração do PROT AML integrava orientações e diretrizes para diferentes tipos de riscos, todavia não chegou a ser aprovada.

Regista-se um reduzido n.º de PDM revistos

Alentejo - *Não é aplicável.*

Algarve - Não aplicável

Centro - A aprovação do PROT C e a revisão dos PDM de acordo com este.

Norte – Todas as ações previstas foram realizadas;

Dada a natureza das ações identificadas, com continuidade temporal, muitas das ações mantem-se ainda em curso e outras estão já reprogramadas para os próximos anos.

Por exemplo, os PMOT que continuam a ser revistos e acompanhados, ou o Programa de Apoio Nacional ao Setor Vitivinícola, na Região Demarcada do Douro, iniciado em 2008 e que continua a prever para o período de programação 2014-2018, a conceção de apoio à medida de reestruturação e reconversão de vinhas, estabelecendo parâmetros de gestão para preservação da Região Demarcada do Douro/Alto Douro Vinhateiro, nomeadamente dada a importância da armação dos terrenos na estabilidade dos solos e prevenção da erosão.

Nota: Este programa envolve a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, o Instituto da Vinha e do Vinho, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

LVT – Não aplicável

Alentejo - *Não é aplicável.*

Algarve – Não aplicável

Centro - Não aplicável.

Norte - Não aplicável nesta situação.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT - Acompanhamento da elaboração do Plano Sectorial de Riscos.

Alentejo - Acompanhamento da elaboração do Plano sectorial de Riscos.

Algarve - Acompanhamento da elaboração do Plano sectorial de Riscos.

Centro - Não aplicável.

Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT -PDM revistos e publicados com riscos definidos na região	N.º	0	2007	52	2013	2	2013
Alentejo - PDM revistos e publicados com riscos definidos na região	N.º		2007	58	2013		2013
Algarve - PDM revistos e publicados com riscos definidos na região	N.º	0	2007	16	2013	0	2013
Centro - PDM revistos e publicados com riscos definidos na região	N.º	0	2007	77	2013	11	2013
Norte - PDM revistos e publicados com riscos definidos na região	N.º		2007	86	2013	37	2013
LVT -PDM em revisão com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento (artigo 75º)com riscos definidos na região	N.º	0	2007	52	2013	8	2013
Alentejo - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com riscos definidos na região	N.º		2007	58	2013		2013
Algarve - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com riscos definidos na região	N.º	0	2007	16	2013	2	2013
Centro - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com riscos definidos na região	N.º	0	2007	77	2013	19	2013
Norte - PDM revistos com parecer favorável da Comissão de Acompanhamento com riscos definidos na região	N.º		2007	86	2013	50	2013
Proporção dos PROT previstos para Portugal Continental que foram elaborados e publicados com riscos identificados	%	0%	2007	100%	2013	67%	2013
Proporção dos PROT previstos para Portugal Continental que foram elaborados e apreciados pela Comissão Consultiva com riscos identificados	%	0%	2007	100%	2013	100%	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT - No âmbito da monitorização do PROT OVT a temática dos riscos foi considerada ao nível dos indicadores e da aferição de concretização das ações do Programa de Execução
Alentejo - Foi elaborado estudo relativo ao PDM sobre a abordagem do fenómeno da desertificação.
Algarve - Nada a referir.
Centro – Nada a referir
Norte – Nada a referir

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Morosidade na aferição dos riscos à escala local devido ao diminuto n.º de PDM revistos
Alentejo - Dificuldade externa de compreensão da natureza do instrumento PDM e do tipo/detalhe de informação a incluir e, consequentemente, a regulamentar.
Algarve - Dificuldades inerentes à complexidade dos processos de revisão dos PDM e deficiente informação disponível quanto a estas matérias.
Centro - Existem muitas tipologias de riscos para as quais não se tem informação nomeadamente que possam integrar os planos municipais.
Norte - Coordenação de equipas das diferentes Entidades de Tutela, assim como articulação da ação e dos investimentos interna e externamente.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT - Ainda sem tempo suficiente de maturação/aplicabilidade para aferir a relevância da concretização das medidas do PROT para a mitigação dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos da região.

Alentejo - Ainda sem tempo suficiente de maturação/aplicabilidade para aferir a relevância da concretização das medidas do PROTA para a mitigação dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos da

Algarve - Ainda sem dados suficientes para aferição.

Centro - A definição de áreas de perigosidade e dos usos compatíveis, bem como de normas de prevenção e mitigação dos riscos no PROT C é essencial para garantir a segurança de pessoas e bens, através da sua incorporação nos PMOT.

Norte – Esta medida prioritária considera-se muito relevante devido à situação geográfica e às características geológicas e climatéricas de Portugal e agudiza-se pela dimensão, complexidade e implicação direta nas populações e nos recursos.

A região Norte tem muitos fatores que potenciam ocorrências e exposição a riscos naturais, por exemplo, o relevo, a densidade da rede hidrográfica, as bacias hidrográficas e as áreas de risco de cheias repentinas e progressivas, a zona costeira, a ocupação dispersa do território, a zona litoral fortemente urbanizada e industrializada, o elevado número de infraestruturas, por exemplo, o porto de Leixões, que representa 25% do comércio internacional português, ou o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, o segundo maior de Portugal.

Acresce o elevado nº de Estabelecimentos industriais integrados nas listas– Diretiva SEVESO, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT - Ainda sem tempo suficiente de maturação/aplicabilidade para aferir a relevância.

Alentejo - Ainda sem tempo suficiente de maturação/aplicabilidade para aferir a relevância.

Algarve - Não aplicável.

Centro - Ficaram aquém devido à não aprovação do PROT C até ao momento.

Norte – PROT-N: No que respeita às competências diretas da CCDR-N, a realização da medida considera-se alcançada, uma vez que o PROT-N procedeu à avaliação, cartografia e estabelecimento de Orientações e Diretrizes para os PMOT, não obstante o PROT-N não estar em vigor.

PMOT's: A realização desta medida tem vindo a concretizar-se conforme os Planos Municipais e Especiais de Ordenamento do Território têm sido elaborados, acompanhados e publicados.

Estes Planos tem concretizado as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte, nomeadamente no que se refere aos riscos na Zona Costeira e Riscos gerais, alíneas D. e E. do ponto 2.3 do separador II.2. (Modelo Territorial), do capítulo II. Opções estratégicas de Base Territorial, da proposta de PROT-N.

Ainda que o Plano Regional não tenha sido aprovado, impõe-se que os princípios de prevenção e precaução, sejam assumidos no ordenamento do território, tendo em vista garantir as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento regional.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - Os processos de elaboração, alteração e monitorização da implementação dos planos regionais permitiram articular o conhecimento e as atuações das várias entidades e considerar a temática dos riscos nas diversas fases de planeamento.
Alentejo - Garantir a salvaguarda de pessoas e bens e a responsabilidade da administração perante o particular.
Algarve - Garantir a salvaguarda de pessoas e bens.
Centro - Não aplicável.
Norte - Resposta na questão anterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todas CCDR - [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	x	Outras características	
Alentejo - Características idênticas		Outras características	X
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Alentejo - Na perspetiva do atual PO Temático Programa Operacional da Salvaguarda e Eficiência no Uso de Recursos.

A8. Observações complementares

Nada a referir

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT - Tendo em conta o curto período de monitorização, ainda não é possível dispor de uma avaliação conclusiva no que se refere ao risco de desertificação e a CCDR apenas intervém indiretamente no que se refere a outro tipo de riscos, sendo a ANPC a autoridade com a informação disponível para avaliação desta matéria.

Alentejo - Tendo em conta que a monitorização efetuada decorre há menos de 3 anos, ainda não é possível dispor de uma avaliação conclusiva no que se refere ao risco de desertificação e a CCDR apenas intervém indiretamente no que se refere a outro tipo de riscos, sendo a ANPC a autoridade com a informação disponível para avaliação desta matéria.

Algarve - Todos os PMOT têm vindo a incorporar algumas tipologias de risco, nomeadamente os de incêndio, áreas inundáveis e outros, associados à REN, com definição de usos compatíveis e/ou prevenção e mitigação de riscos.

Centro - A definição de áreas de perigosidade e dos usos compatíveis, bem como de normas de prevenção e mitigação dos riscos no PROT C é essencial para garantir a segurança de pessoas e bens, através da sua incorporação nos PMOT.

Por outro lado, os PDM já incorporam algumas tipologias de risco tais como os incêndios, as áreas inundáveis e os riscos que integram a REN.

Norte – MP 1.11.3 - Relativamente a este objetivo específico considera-se uma avaliação global positiva. Tanto o ICNF, no que respeita aos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios, como a ANPC através dos Planos de Emergência e Proteção Civil têm um papel fundamental no estudo de estratégias para mitigação de riscos. De uma forma geral, todos os Planos Municipais e Especiais de Ordenamento do Território têm vindo a articular-se de modo direto com os planos operacionais, nas diferentes escalas de atuação.

MP 1.11.2 - Entende-se que a medida é importante e pode ter tido um contributo relevante para o cumprimento do objetivo específico. No entanto, uma vez que não se dispõe de informação suficiente para avaliar o respetivo contributo para o cumprimento do objetivo específico, considera-se ser de

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT - Foram realizados processos de avaliação que contribuem para o objetivo especifico no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do PROT OVT e dos trabalhos de alteração do PROT AML, bem como no âmbito do processo de avaliação e controlo ambiental do primeiro (nos termos do artigo 11.º do D.L n.º 232/2007 de 15 de junho)

Alentejo - Foi realizada a AAE de planos e de programas e a AIA de projetos.

Algarve - Os processos de avaliação decorreram no âmbito da AAE e/ou AIA

Centro - Os processos de avaliação decorreram no âmbito da AAE e/ou AIA

Norte – MP 1.11.2 - Justificação: Em sede de elaboração e acompanhamento de Planos, a CCDR-N analisa os procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica -instrumento de apoio à tomada de decisão que visa a promoção do Desenvolvimento Sustentável - Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº58/2011, de 4 de maio, que decorre da transposição da Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho, apostando na transparência processual e nas responsabilidades das entidades que desenvolvem os planos ou programas. Contudo, estes instrumentos não incidem diretamente/exclusivamente na problemática dos riscos. No caso dos planos operacionais referidos na resposta anterior, cada Entidade responsável faz relatórios de avaliação das medidas descritas nos planos.

MP 1.11.3 - Em alguns casos, maioritariamente à escala Municipal, essa avaliação é feita em meio académico através de estudos de mestrado, por exemplo, o Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos do Departamento de Ciências da Terra, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	1.1, 1.2, 1.11
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	1.2, 1.4
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	1.1, 1.3 e 1.11
Centro - Objetivo(s) específico(s)	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.6; 1.9., 1.10; 1.11
Norte - Objetivo(s) específico(s)	1.1; 1.11; 1.2; 1.3;

Justificação sucinta da resposta anterior:

LVT - São objetivos prioritários, na área de atuação da CCDR, face às suas competências atuais.

Alentejo – A visão das Opções Estratégicas de Base Territorial para a Região Alentejo é a valorização pelo aproveitamento sustentável dos seus recursos naturais, num quadro de excelência relativamente ao território, ao ambiente e à paisagem. Na definição do modelo de organização do território regional, são identificados os espaços sub-regionais mais relevantes e propostas estratégias valorizadoras das especificidades e do reforço das complementaridades regionais. São igualmente definidas orientações para o uso, ocupação e transformação do solo, adequadas às especificidades territoriais e às dinâmicas de localização das atividades, no sentido de diversificar a estrutura produtiva e reforçar o posicionamento competitivo.

A economia regional integra um conjunto de atividades tradicionais relacionadas com a exploração e transformação de vários recursos endógenos, nomeadamente a agricultura, a pesca, a agroindústria e a indústria extrativa cuja aposta no reforço destes setores tradicionais estratégicos, através da inovação e do desenvolvimento tecnológico, na renovação e com utilização de critérios de ecoeficiência e das melhores tecnologias disponíveis.

Algarve - São objetivos prioritários, na área de atuação da CCDR, face às suas competências atuais, com particular importância para o 1.3, visto que o objetivo está totalmente por cumprir.

Centro – Todos estes objetivos são essenciais para a execução de uma política regional de ordenamento do território, ou seja, uma política que procura instalar atividades (residenciais, industriais, viárias, etc) de forma o mais compatível possível com valores naturais que o objetivo estratégico defende.

Com efeito, estes objetivos traduzem -se num conjunto de medidas que nos permitem conhecer, monitorizar e avaliar um conjunto de dados sobre as componentes naturais (desde a qualidade do ar à biodiversidade) que tem como resultado final a cada vez maior preservação destes. A componente de monitorização, de prevenção e minimização dos riscos também é muito importante em termos do aumento da segurança das pessoas e bens

Norte – 1.1 e 1.11 - Face à pertinência e relevância das temáticas, entende-se que os objetivos específicos identificados deverão ser prioritários;

1.2 – Melhorar a definição de EE nos PMOT e o regime de uso aplicável/adequado, independentemente do normativo das restrições e servidões de UP com que coincidem;

1.3 – Sendo o Solo um dos principais recursos enquanto componente natural e suporte de todas as atividades produtivas, extrativas e de implantação, justifica ser uma componente ambiental prioritária no que toca à proteção, conservação e gestão.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	-
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum
Centro - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum
Norte - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT – Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Sem sugestões.
Norte - Não aplicável nesta situação.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

LVT -		Sim	X	Não
Alentejo -		Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -

Algarve
Centro - Em princípio não.
Norte -

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015); Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC); Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC); Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020); Estratégia Nacional para o Mar (ENM); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013 (ENEAPAI); Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020; Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos; Plano Setorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000; Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC); Estratégia Nacional para as Florestas (ENF); Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD); Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (EAAFAC); Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC); Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais 2020 (PEAASAR 2020) – em curso; Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI); Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II); Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020) – em curso; Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH); Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (2008-2013) – PNAAS; Plano Nacional da Água (PNA); Plano Nacional para a Gestão de Resíduos (PNGR 2011-2020); Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI); Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – em revisão; Programa de Ação Regional de Combate à Desertificação – Norte – em elaboração; Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP); Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2020); Programa Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2014-2020 (PNAER); Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2012-2020); Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC); Planos Regionais de Ordenamento do Território; Programas Operacionais Regionais 2014-2020; Estratégias Regionais de Especialização Inteligentes; Planos de Ação Regionais 2014-2020. (info prestada pelas CCDR Centro, Norte e Algarve)

B3. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Sem observações.

Norte – MP 1.11.3 - Para diferentes escalas temporais e espaciais de ocorrência e respetivos efeitos no território, pode identificar-se um conjunto abrangente de vulnerabilidades e riscos, naturais, ambientais, tecnológicos ou mistos, que se baseiam essencialmente numa atuação preventiva, assim, surge a necessidade de monitorização de ocorrências ou recolha de indicadores que antecipem de certa forma o risco, possibilitando assim aferir vulnerabilidades e implementar medidas de mitigação.

Esta atuação requer, para além de uma abordagem multidisciplinar, uma ótica supramunicipal, valorizando a cooperação intermunicipal e regional, designadamente para a bordagem das componentes de risco que extravasam claramente a lógica concelhia e que só será eficaz garantindo a atualização sistemática de Planos operacionais, municipais, distritais e especiais, de uma forma articulada com as respetivas Entidades de Tutela.

Não menos importante é a necessidade de disponibilizar informação à população, a par da realização de exercícios/simulacros que incluam o voluntariado, dada a importância deste setor para proteção civil.

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.3.*	*Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento*
Medidas Prioritárias	*2.3.1*	*Desenvolver instrumentos, no âmbito da Política de Cidades, que incentivem as aglomerações urbanas, isoladamente ou em rede, a assumirem uma visão estratégica de longo prazo que lhes garanta um posicionamento diferenciado e competitivo na economia do conhecimento a nível nacional e internacional (2007-2013).*
	2.3.2	*Incentivar a elaboração de programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os Arcos Metropolitanos de Lisboa, do Porto e do Algarve, para o sistema metropolitano do Centro Litoral e para a Madeira (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.4.*	*Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego*
Medidas Prioritárias	*2.4.1*	*Promover ações de incentivo ao desenvolvimento de pólos de competitividade regional baseados em novos fatores da economia do conhecimento (2007- 2013).*
	2.4.2	*Incentivar parcerias locais e implementar mecanismos de contratualização entre o Estado, as Autarquias Locais, as empresas e outros atores urbanos com vista ao desenvolvimento de projetos diferenciadores nos domínios da competitividade e da inovação (2007-2013).*
	2.4.4	*Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade (2007-2013).*
	2.4.5	*Desenvolver uma rede nacional de áreas de localização empresarial, em articulação com os programas de desenvolvimento regional e com o sistema de acessibilidades, que diversifiquem os espaços de acolhimento de atividades inovadoras (2007-2013)*
Objetivo específico	*2.5.*	*Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.*
Medidas Prioritárias	*2.5.1*	*Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, nomeadamente através do apoio a iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.3.1

Desenvolver instrumentos, no âmbito da Política de Cidades, que incentivem as aglomerações urbanas, isoladamente ou em rede, a assumirem uma visão estratégica de longo prazo que lhes garanta um posicionamento diferenciado e competitivo na economia do conhecimento a nível nacional e internacional (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comunidades Intermunicipais. ;Câmaras Municipais, e outros parceiros locais de natureza não empresarial.

Câmaras Municipais, Comunidades Intermunicipais, Área Metropolitana do Porto, Universidades, Associações Industriais e Comerciais, Institutos Politécnicos, Jessica Holding Fund

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Comunidades Intermunicipais

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	X
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Para a concretização desta medida considera-se as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI), financiadas no âmbito dos Programas Operacionais Regionais

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT - Foram aprovados no âmbito do RUCI, 3 planos estratégico e respetivas operações: A Rede de Mosteiros Património da Humanidade (Programação cultural em rede nos mosteiros património mundial; produção de conteúdos e apetrechamento de espaços e circuitos para a qualificação e diferenciação da visita aos mosteiros património mundial); O Programa de requalificação e modernização da rede de escolas de hotelaria e turismo da região de Lisboa (Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal); Almada - Laboratório de Ideias (Territórios Criativos e Revitalização Urbana; Feira de Objetos Inovadores; Diretório Comercial; Assistência Técnica; Miradouros Virtuais)

Alentejo - Conjugando um leque variado de parcerias, abrangendo autarquias, associações, instituições de ensino e investigação e fundações com participação das câmaras municipais de todos os centros urbanos estruturantes do Alentejo, conforme classificados no PROTA, foram apresentados oito Programas Estratégicos para formação de redes urbanas com o modelo de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI), vindo seis diferentes RUCI, a ser aprovadas pelas autoridades de gestão dos PO regionais, incluindo, em exclusivo ou não, concelhos da região Alentejo: Corredor Azul - Rede Urbana; Rede ECOS - Energia e Construção Sustentáveis; Rede Terras do Sol; Rede Urbana para o Património; Mobilidade, Inovação e Memória - Rede de cidades do Alentejo Litoral; Rede Economia Criativa.

Outras duas redes contaram com a participação de municípios da região lideradas pela Câmara Municipal de Portalegre, a RUCI do Norte Alentejano, que pretendia envolver todos os concelhos da NUT III Alto Alentejo e pela Câmara Municipal de Grândola, a RUCI de Cidades com Marina, envolvendo para além de Grândola, várias cidades da região do Algarve e da Região Centro: No entanto, embora tendo chegado a constituir um pacto de colaboração não vieram contudo a continuar os trabalhos de desenvolvimento de projetos.

Operações da RUCI corredor azul

Designação do projeto	Promotor	Investimento elegível (euros)	FEDER

PROMOINVEST - Rede de Promoção Empresarial	CM de Vendas Novas	300.000	240.000
Rede de Parques Industriais e Empresariais - Criação de 1 Pólo de Atratividade	CM de Vendas Novas	1.150.000	920.000
Ampliação do Centro de Negócios Transfronteiriço – 1ª Fase	C M de Elvas	2.328.854	1.062.241
Incubadora de Empresas de Santiago do Cacém	C M de Santiago do Cacém	133.418	106.734
O Tapete está na Rua	C M de Arraiolos	177.507	142.005
Identidade Territorial e Memória Coletiva	C M de Arraiolos	270.014	216.011
Acolhimento a Miróbriga	C M de Santiago do Cacém	1.026.724	821.379
Requalificação do Largo dos Capuchos e envolvente à Praça de Touros de Vila Viçosa	C M de Vila Viçosa	379.584	295.097
Museu do Mármore de Vila Viçosa - Ampliação e Requalificação	C M de Vila Viçosa	188.069	113.317
Valorização do Centro Histórico da Cidade de Borba	C M de Borba	750.000	600.000
Atratividade Urbana	C M de Elvas	254.000	203.200
Tecnopolo da Rede	C M de Évora	1.300.000	1.040.000
Centro Interpretativo no Convento de Santo António	C M de Estremoz	1.796.840	960.000
Fundo de Eficiência Energética	C M de Sines	205.000	164.000
Programa de Fomento a Absorção de Tecnologia	C M de Sines	290.000	232.000
Academia das Energias	C M de Sines	730.000	584.000
Fundo Promoção Empreendedorismo Do Território Corredor Azul	C M de Sines	275.000	220.000
Governança	C M de Évora	100.000	80.000
Total		11.655.010	7.999.986

Operações da RUCI ECOS

operações	Investimento total aprovado	Investimento elegível aprovado	FEDER aprovado	taxa de comp
Gestão, Animação e Monitorização da Rede	350.840	187.336	149.869	80
Sensibilização/candidatura por aprovar	822.191	822.191	657.753	80
Mobilidade ECOS/candidatura por aprovar	228.000	228.000	182.400	80
Edifício Sustentável	3.230.777	1.008.707	806.966	80
BioEcos - Valorização Integrada de Biomassa	800.001	702.722	530.906	76
Reforço da Estrutura de Gestão do Parque Tecnológico de Moura	165.000	165.000	93.192	56
Microgeração em Ambientes Urbanos Sensíveis	428.476	246.520	197.216	80
Edifício Zero Emissões - Parque Tecnológico de Moura	946.327	946.327	757.062	80

Operações RUCI Património

Designação do projeto	Designação do promotor	Investimento elegível	FEDER
Gestão Técnica e Liderança da Rede	Assembleia Distrital de Beja	100.000	80.000
O Pólo de Investigação e Dinamização Cultural do Museu Regional de Beja – Rua dos Infantes	Assembleia Distrital de Beja	299.933	239.947
ARQUIVOS MUNICIPAIS (Centro de Documentação, Arquivos e Núcleo Museológico do Tipógrafo)	Município de Aljustrel	1.125.863	900.690
MESA - Exposição "Vida e Morte na Idade do Ferro"	Município de Almodôvar	35.900	28.720
Instalação do Fórum Cultural no Edifício do Convento de Nossa Senhora da Conceição	Município de Almodôvar	987.827	790.262
Núcleo Castelo - Beja	Município de Beja	135.324	108.260
Núcleo Museológico da Rua do Sembrano - Beja	Município de Beja	187.600	150.080
Reserva do Museu de Mértola	Município de Mértola	21.134	16.908
Requalificação dos Núcleos do Museu de Mértola	Município de Mértola	341.472	273.178
Remodelação dos Painéis Informativos e Legendas dos Núcleos Museológicos	Município de Mértola	17.495	13.996
Projeto Museográfico da Basílica Paleocristã do Mosteiro	Município de Mértola	20.000	16.000
Programa de Inventário de Coleções – Museu de Mértola	Município de Mértola	22.225	17.780
Núcleo Museológico de Alcaria de Javazes	Município de Mértola	100.000	80.000
Musealização do Interior do Castelo	Município de Mértola	286.526	229.221
Iluminação do Castelo de Moura	Município de Moura	114.515	91.612
Jardim das Oliveiras	Município de Moura	185.895	83.653
Ações Animação da rede urbana	Assembleia Distrital de Beja	99.588	79.671
Musealização do Centro Histórico de Almodôvar	Município de Almodôvar	28.915	23.132
Museu Vivo - Beja	Município de Beja	718.093	574.475
Plano Cénico de Castro Verde	Município de Castro Verde	300.000	240.000
Suportes promocionais	Município de Castro Verde	22.000	17.600
Roteiros e Sinalética de Castro Verde	Município de Castro Verde	90.000	72.000
Publicação sobre as Mesquitas e o Legado Histórico-cultural no Mediterrâneo	Município de Mértola	3.436	2.749
Introdução de conteúdos em língua estrangeira nos Quiosques Multimédia e nos Sistemas Audioguias	Município de Mértola	16.831	13.465
Implementação dos Serviços Educativos do Museu de Mértola	Município de Mértola	10.770	8.616
Promoção Turística do Património	Município de Moura	138.663	110.930
Encontro de Culturas e Mercado Cultural de Serpa	Município de Serpa	1.171.294	937.035
Ações de Marketing Territorial-Rede	Assembleia Distrital de Beja	299.993	239.995
Centro de Promoção do Património e Turismo	Município de Castro Verde	375.000	300.000

Centro de Joalharia Contemporânea	Município de Moura	549.323	439.458
		7.805.616	6.179.430

Operações RUCI Litoral

Designação do projeto	Designação do promotor	Investimento elegível	FEDER
FMM - Festival Músicas do Mundo	Município de Sines	2.501.897	1.137.112
Revitalização do Edifício Pomba Cupido	Município de Alcácer do Sal	82.229	65.783
Escola de Artes de Sines	Município de Sines	1.281.750	1.025.400
Construção da Ponte Pedonal sobre o Rio Mira	Município de Odemira	1.357.860	1.086.288
Reforço das Ligações dos Bairros Periféricos à cidade de Alcácer do Sal	Município de Alcácer do Sal	670.928	536.743
Requalificação Urbanística da entrada noroeste de Grândola	Município de Grândola	500.241	400.193
Requalificação do Espaço Envolvente à Igreja Matriz de Grândola e Recuperação do mercado Municipal	Município de Grândola	685.643	548.514
Animação e Gestão da Rede	Município de Santiago do Cacém	363.000	290.400
		7.443.548	5.090.433

Operações da RUCI Terras do sol

Designação do projeto	Designação do promotor	Investimento elegível	FEDER
A Bolota - Pavilhão Temático Centro de Investimento e Valorização do Montado	Município de Portel	227.908	182.327
A Casa da Açorda	Município de Portel	60.000	48.000
A Rota das Açordas	Município de Portel	10.000	8.000
Outlet de Produtos Tradicionais	Município de Portel	650.000	496.080
Requalificação do Mercado Municipal	Município de Reguengos de Monsaraz	596.038	476.831
Requalificação da Zona Envolvente ao Castelo – II Fase – Praça da República, Jardim das Meninas e Rua João de Deus	Município de Alandroal	647.914	518.331
Requalificação Interior e Iluminação do Castelo -1ª Fase	Município de Alandroal	390.125	312.100
Requalificação do Centro Histórico de Redondo	Município de Redondo	872.469	574.085
Parque Ambiental de Redondo	Município de Redondo	288.030	230.424
Recuperação de Imóveis de Monsaraz - Torre do Relógio	Município de Reguengos de Monsaraz	88.855	71.084
Recuperação de Imóveis de Monsaraz - Centro Multimédia	Município de Reguengos de Monsaraz	157.278	125.823
Rede Cultural Terras de Sol	Município de Redondo / Rede	574.845	459.876

Festival Terras de Sol	Município de Évora	593.485	474.788
Congresso Internacional - O Canto a Vozes	Município de Portel	50.000	32.850
Festival Terras de Sol	Município de Portel / Rede	612.802	490.242
Plano de Comunicação e Marketing	Município de Évora / Rede	92.127	73.702
Gestão e Governação	Município de Reguengos de Monsaraz / Rede	100.000	80.000

6.011.876 4.654.540

Algarve – No âmbito da tipologia **Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação** – RUCI foram aprovados na Comissão Diretiva do PO Algarve, 3 Programas Estratégicos com um investimento, relativo aos beneficiários do Algarve, de 11,2 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 5 milhões de Euros,.

Estas aprovações incluíam 2 Programas Estratégicos interregionais. Uma relativa a "Redes ambientais ligadas à eficiência energética" em que participava o Município de Silves, cujo Protocolo foi assinado a 18/12/2009, não se tendo registado a submissão de nenhuma candidatura na Região do Algarve e outra que dizia respeito a uma "Rede de Marinas e Portos de recreio", onde eram parceiros no Algarve os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão e VRSA para além de outros parceiros nas regiões do Alentejo, Lisboa e Centro, não tendo o Protocolo deste último sido assinado

O Programa Estratégico "Algarve Central", constituído apenas por parceiros regionais, privilegiou projetos orientados para o aproveitamento de sinergias de investimento na relação material/imaterial, para o estímulo de atuações de caráter intermunicipal e para a valorização de parcerias técnicas de gestão e execução entre os 6 Municípios que constituem a parceria (Faro, Loulé, Olhão, Tavira, S. Brás de Alportel e Albufeira).

As componentes de investimento aprovadas previam a gestão/animação de equipamentos culturais, o marketing turístico, a eficiência energética e simplificação e harmonização administrativa para os cidadãos e as empresas.

Centro - Foram apoiadas iniciativas relativas a um conjunto de 9 redes urbanas (Rede de Mosteiros Património da Humanidade", "Economias Criativas", "ECOS-Energia e Construção Sustentáveis para a Competitividade e Inovação Urbanas", Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação do Pinhal Litoral", "Um Património de Cidades: Rede de Cidades da Beira Interior", "Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico como Produto Estratégico", "Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Viseu | Dão Lafões", "Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego", "Comunidade Interurbana de Aveiro - sistema urbano competitivo, empreendedor e inovador").

Nestas redes está em causa ou uma temática (os Mosteiros Património da Humanidade, a Energia e a Construção Sustentáveis ou o Património Ferroviário), ou uma área geográfica distintiva e os seus "trunfos", em termos de recursos (a Beira Interior, o Baixo Mondego, o Dão-Lafões, o Pinhal Litoral, ou o Baixo Vouga).

Os projetos referem-se à valorização dos recursos numa lógica de rede (por exemplo, o Mosteiro da Batalha, tendo valia por si, ganha mais visibilidade se inserido numa rede com o de Alcobaça, com o Convento de Cristo ou com os Jerónimos), ou então apostando em iniciativas – piloto (por exemplo, nas energias renováveis e na eficiência energética), no desenvolvimento de "software" e TICE adequadas a determinados "produtos"/"serviços", etc.

Norte - Programas de valorização de vocações temáticas de cidades ou de redes de cidades da Região do Norte:

Dinamização de um conjunto, tematicamente orientado e coerente, de projetos, ações e eventos de dimensão nacional ou internacional, especialmente, por via de iniciativas diferenciadoras associadas à economia do conhecimento e de iniciativas de promoção da metrópole criativa, envolvendo um conjunto de ações de consolidação e valorização do "cluster" das indústrias criativas/conteúdos;

Operações integradas de valorização económica de zonas de excelência urbana:

Instalação e/ou melhoramento das condições de acolhimento de atividades económicas, designadamente intervenções incluídas em centros históricos, centros de comércio tradicional, frentes costeiras ou ribeirinhas, edifícios de elevado valor patrimonial ou histórico, espaços públicos ou zonas verdes urbanas de carácter excecional; a criação de espaços e equipamentos coletivos de identidade e referência urbana, a promoção de centros de estudo, cultura e conhecimento ou de espaços de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação; a utilização de energias renováveis e na reciclagem de produtos e em ações complementares de sensibilização e educação dos cidadãos no domínio do ordenamento do território.

Agenda Cidades & Urbanismo:

Documento estratégico elaborado no âmbito do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte de Portugal, orientado para a informação, avaliação, aprendizagem, comunicação e identificação de prioridades regionais e intrarregionais.

Agenda Regional das Indústrias Criativas na Região do Norte: documento estratégico elaborado no âmbito do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte de Portugal, orientado para o Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas.

Prémios Novo Norte: Promoção de um esprito de empreendedorismo, inovação e criatividade, boas práticas de desenvolvimento regional e urbano.

PROT-N: Estabeleceu o modelo territorial assente em matriz policêntrica da rede urbana, normas orientadoras, diretrizes para os PMOT e programa de execução orientado para o reforço das aglomerações urbanas e sua competitividade, tendo contribuído para informar o QREN - Um novo Norte/ON.2.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - As operações financiadas envolveram um investimento elegível de 4,5Milhões de euros e um Financiamento comunitário (FEDER) de 1,8 Milhões de euros.

Alentejo - No âmbito do POR Alentejo, as 72 operações financiadas nas RUCI, representam um total de 28 M€ de investimento elegível e 23 M€ de financiamento FEDER. Até dezembro de 2013, apresentam em termos de execução financeira cerca de 17M€ de investimento elegível e 13M€de FEDER.

Algarve - As operações aprovadas representavam um investimento total de 7 milhões de Euros, com um investimento elegível de 4,5 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 2,9 milhões de euros distribuídos por 9 operações .

Centro - 59 operações referentes às Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação com um investimento elegível de 26,3 milhões de euros, a que corresponde um apoio FEDER no valor de 22,022 milhões de euros Em 31/12/2013 o investimento elegível atingia 11,4 milhões de euros e o FEDER associado era de 9,6 milhões de euros (uma taxa de realização de 43,46%).

Norte –no domínio da Regeneração Urbana, foram envolvidas 14 cidades nas redes urbanas para a competitividade e inovação, com 38 operações com um valor de investimento total de de 41,22 milhões de euros e um valor de cofinanciamento FEDER de 29.72 milhões de euros.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT - Não foram realizadas devido a rescisão contratual (não execução nos prazos e condições aprovadas) as seguintes operações, inicialmente aprovadas no âmbito dos planos estratégicos:

- Inovar para Potenciar; Centro de Formação e Investigação Avançada em Turismo no Campus do Estoril; Interatividade a Céu Aberto; Encontros técnico-científicos nos mosteiros património mundial.

Alentejo – Quadro nº Operações Aprovadas

RUCI	Nº de projetos	Nº de operações aprovadas	Investimento total aprovado	Investimento elegível aprovado	FEDER aprovado	Total de comparticipação	Despesa apresentada elegível	FEDER solicitado	% de realização
ECOS	8	6	5.921.421	3.256.612	2.535.210	78	1.164.860	912.846	36
Património	30	24	5.770.766	5.230.274	3.696.670	71	2.329.932	1.770.469	45
Corredor Azul	18	15	8.602.729	8.374.925	5.621.156	67	817.621	613.991	10
Litoral	8	7	5.442.013	5.313.723	2.846.047	54	2.004.615	1.051.428	38
Terras do Sol	17	11	3.413.022	3.312.213	2.472.272	75	1.744.940	1.338.687	53
Economia Criativa	1	1	643.934	602.273	391.477	65	0	0	0
total	82	64	29.793.885	26.090.020	17.562.832	67	8.061.969	5.687.421	31

Fonte: INALENTEJO

As operações (10) que não foi possível concretizar, e que por isso foram anuladas, rescindidas ou desistidas foram as seguintes: Rede de Parques Industriais e Empresariais – Criação de 1 pólo de atratividade; Requalificação do Largo dos Capuchos e envolvente à Praça de Touros de Vila Viçosa; Centro Interpretativo no Convento de S. António; Edifício Sustentável; Arquivos Municipais (Centro de Documentação, Arquivos e Núcleo Museológico do Tipógrafo); Núcleo Museológico da Rua do Sembrano – Beja; Ações Animação da Rede Urbana; Suportes promocionais; Ações de Marketing Territorial-Rede; Recuperação e Refuncionalização do Moinho do Ananil,. Importa referir que, esta última constituía a Rede "Economia Criativa", pelo que a referida Rede também deixa de ter sentido no POR.

Algarve - No âmbito do "Algarve Central", ocorreu a rescisão de 1 operação.

Centro - Nada a referir.

Norte - Todas as ações indicadas no campo (a2c.) foram realizadas no período em análise.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

Não aplicável nesta situação.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT –Nada a referir

Alentejo - Nada a referir

Algarve - Face às limitações de verbas no POAlgarve 21 , a candidatura do Programa Estratégico "Algarve Central"já foi aprovada com um quadro financeiro resultante da negociação dos cortes efectuados ao nível de cada operação, pelo que não se registaram ações complementares.

Centro - Não.

Norte – Promoção de Polos de Competitividade designadamente através de:

1. Criação de redes de empresas associadas a núcleos de I&D, centros de formação avançada e centros tecnológicos;
2. Promoção da inovação nas empresas através de projetos concretos de ligação efetiva entre o tecido produtivo e as instituições de I&D;
3. Formação avançada de jovens nas áreas tecnológicas mais diretamente relacionadas com os setores considerados estratégicos para a Região;
4. Projetos de cooperação nas áreas, designadamente, da moda, "design", marcas e circuitos de distribuição.

Apoio à criação e desenvolvimento de parques de ciência e tecnologia: Iniciativas/projetos associados à implementação e desenvolvimento de uma rede de Parques de Ciência e Tecnologia, enquanto espaços ou centros de prestação de serviços avançados às empresas que fomentam a articulação entre o tecido empresarial do Norte de Portugal, as infraestruturas tecnológicas, o sistema de ensino superior e, em geral, o sistema científico e tecnológico.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Uni	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Intervenções integradas de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º	Não aplic	2007	Não aplicável	2013	Não aplicáve	2013

		ável (na)		(na)		l (na)	
LVT - População abrangida por intervenções de requalificação urbana no âmbito de RUCI	M N.º	Não aplicável (na)	2007	Não aplicável (na)	2013	Não aplicável (na)	2013
LVT - Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	N.º	nd	2007	nd	2013	3	2013
LVT - Projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º	Não aplicável (na)	2007	Não aplicável (na)	2013	Não aplicável (na)	2013
LVT - Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º	Não aplicável (na)	2007	Não aplicável (na)	2013	Não aplicável (na)	2013
LVT - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º	nd	2007	Nd	2013	3	2013
LVT - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€	nd	2007	nd	2013	4.355.562,08 €	2013
Alentejo - Intervenções integradas de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º		2007	n.a	2013	33	2013
Alentejo - População abrangida por intervenções de requalificação urbana no âmbito de RUCI	M N.º		2007	n.a	2013	186.978	2013
Alentejo - Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	N.º		2007	n.a	2013	12	2013
Alentejo - Projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º		2007	n.a	2013	39	2013
Alentejo - Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º		2007	n.a	2013	18	2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007	6	2015	5	2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007	n.a	2013	Inv. el.- 28M€ FEDER - 23M€	2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013	Indicador inscrito acima	2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013	Indicador inscrito acima	2013

Alentejo - Intervenções integradas de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º		2007		2013		2013
Alentejo - População abrangida por intervenções de requalificação urbana no âmbito de RUCI	M N.º		2007		2013		2013
Alentejo - Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	N.º		2007		2013		2013
Alentejo - Projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º		2007		2013		2013
Alentejo - Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º		2007		2013		2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013		2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013		2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013		2013
Alentejo - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013		2013
Algarve - Intervenções integradas de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º		2007		2013	3	2013
Algarve - População abrangida por intervenções de requalificação urbana no âmbito de RUCI	M N.º		2007		2013	171.772	2013
Algarve - Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	N.º		2007		2013	6	2013
Algarve - Projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º		2007		2013		2013
Algarve - Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º		2007		2013		2013
Algarve - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013	1	2013
Algarve - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013	4.268.481	2013
Algarve - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013		2013
Algarve - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013		2013

Centro - Intervenções integradas de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º	0	2007	-	2013	59	2013
Centro - População abrangida por intervenções de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º	0	2007	-	2013	ND	2013
Centro - Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	N.º	0	2007	-	2013	40	2013
Centro - Projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º	0	2007	-	2013	12	2013
Centro - Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º	0	2007	-	2013	50	2013
Centro - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º	0	2007	-	2013	8	2013
Centro - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€	0	2007	-	2013	22.022.144,82 € - FEDER	2013
Centro - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º	0	2007	-	2013	0	2013
Centro - Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€	0	2007	-	2013	0	2013
Norte – Intervenções integradas de requalificação urbana no âmbito de RUCI	N.º	0	2007		2013	38	2013
Norte – População abrangida por intervenções de requalificação urbana no âmbito de RUCI	M N.º	0	2007		2013	858.408	2013
Norte – Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas	N.º	0	2007	14	2013	14	2013
Norte – Projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º	0	2007		2013	88	2013
Norte – Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados no âmbito de RUCI	N.º	0	2007		2013	1.015	2013
Norte – Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013	5	2013
Norte – Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013	29.717.209,81	2013
Norte – Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	N.º		2007		2013	Repetido?	2013
Norte – Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação): contratados	€		2007		2013	Repetido?	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT - Relatórios Execução do POR Lisboa

Alentejo – Indicadores PO Alentejo (reportados a 30-09-2013)

			Execução	
Medida	Unidade	tipologias de operação	Investimento elegível validado	Compartic. FEDER validado
2.3.1	euros	40 e 41	101.024.939,80	80.569.766,51
Medida	Unidade	tipologias de operação	Indicador	
2.4.2	%	27 e 28	% Investimento total aprovado	2,84%
	%		% Investimento elegível aprovado	2,93%
	nº		nº de parcerias	100

Medida	Unidade	tipologia de operação	Indicador	
2.4.5	%	63	% Investimento total aprovado	2,33%
	%		% Investimento elegível aprovado	2,38%
	nº		nº de parcerias (operações)	26

Algarve –Relatórios de execução do POAlgarve 21.

Centro – Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois:

- monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro";

- relatório anual de execução do Programa Operacional.

Norte – Comité de pilotagem das Agendas mencionadas e Comité de acompanhamento dos programas de ação das Agendas; Sessões públicas para apresentação dos resultados dos programas de ação aprovados das Agendas mencionadas.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Dificuldades externas. Dificuldades em assegurar a contrapartida nacional por parte dos promotores e execução dentro dos prazos contratualmente definidos.

Alentejo - Dificuldades externas. Dificuldade das parcerias das PRU e RUCI em criar projetos em rede, em detrimento de ações municipais isoladas. De um modo geral a maioria do investimento aprovado nas operações RUCI respeita a projetos de infraestruturas, embora com o mesmo número de projetos referente à tipologia de ações imateriais, na qual se incluem a realização de eventos, animação, promoção e gestão. Nesta tipologia os 23 projetos já aprovados respeitam a pouco mais de 20% do total do investimento aprovado. A RUCI do Litoral, com 31% apresenta uma maior expressão nos projetos imateriais, sendo a RUCI Terras do sol aquela onde este tipo de operações tem a menor representatividade (13%).

A CCDR Alentejo concorda com as alíneas ii) e iii) mencionadas, pela CCDR Centro, na questão A4.

Algarve - Face à limitação de verbas do POAlgarve 21, os montante FEDER afetos aos concursos do RUCI e PRU foram insuficientes para cobrir o investimento total proposto pelos beneficiários o que, implicou um rateio com ajustamento dos conteúdos dos Programas

- Desfasamento temporal entre a aprovação dos Planos e a submissão e posterior execução das operações

- Operações com vários beneficiários o que obrigou sempre a um tempo de preparação e montagem da operação (incluindo os procedimentos de contratação) substancialmente superior ao de uma operação individual, uma vez que cada decisão necessita de validação de todos os parceiros (nomeadamente com reuniões para discussão e articulação de posições) e de diversas aprovações individuais de cada executivo ou direção dos organismos envolvidos.

Centro – i) A Autoridade de Gestão (AG) tem um número significativo de operações imateriais, em particular as associadas aos programas de reabilitação urbana que, pela sua natureza, implicam um esforço técnico adicional quer na análise técnico-financeira, quer na apreciação de pedidos de pagamento.

ii) Dificuldade no encerramento de operações, uma vez que parte significativa dos requisitos admissibilidade (licenças ambientais, posse efetiva dos terrenos, . .) e de verificação da conformidade das regras de contratação pública (conta final, trabalhos a mais e a menos, revisão de preços) é efetuada nesta sede. Menor capacidade de investimento do setor empresarial, decorrente de dificuldades de financiamento junto do sistema financeiro e do baixo clima de confiança económica, o que se refletiu na contratação e na execução de projetos.

iii) Alguns atrasos na execução de projetos de natureza municipal que se devem sobretudo a:

- um número crescente de insolvências de empresas de construção civil que implicam longos períodos de paragem das obras, que envolvem elevadas dificuldades de gestão documental e administrativa, com as consequentes dificuldades de quitação de despesa, bem como a necessidade de desenvolver novos procedimentos para a conclusão das obras, o que envolve novamente maior carga administrativa e um mais longo período de tempo para execução;

- falta de liquidez dos próprios empreiteiros, que, por vezes, suspendem as obras em curso quando se

verifica algum atraso nos pagamentos;

- situações de sobre-endividamento de alguns municípios, o que envolve falta de liquidez e dificulta o ritmo de execução física dos projetos, com suspensão das obras em curso, e atrasa a conclusão financeira dos projetos;

- dificuldade administrativa em lidar com situações de obras em que os promotores se depararam com alterações (eg: trabalhos arqueológicos).

Norte - Não aplicável nesta situação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT – O fomento de redes urbanas para a competitividade e inovação na AML traduziu-se apenas em três projetos dirigidos a redes muito específicas. No contexto de uma área metropolitana importaria desenvolver Programas Estratégicos mais transversais e integrados que dinamizassem a aglomeração metropolitana na perspetiva da internacionalização

Alentejo – Ao nível dos múltiplos investimentos em infraestruturas e equipamentos urbanos (fundamentalmente com uma perspetiva e com um âmbito de influência exclusivamente local), em infraestruturas de mobilidade e em infraestruturas de acolhimento empresarial, também os resultados obtidos na implementação das RUCI são a manifestação evidente de resultados fracos e desajustados nos objetivos e nas áreas de intervenção que se pretendiam vir a contribuir para a consolidação de um adequado modelo de organização territorial e na promoção de redes e de fatores e dinâmicas de competitividade territorial e urbana.

Algarve - O modelo e metodologia de trabalho no que respeita à realização de operações em parceria no âmbito da Política de Cidades foi muito interessante tendo permitido a definição das prioridades de forma integrada e a melhoria das condições de competitividade dos territórios envolvidos.

Centro - A medida contribui de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a obtenção de melhores condições no domínio do turismo e de desenvolvimento de atividades económicas nos centros urbanos, para a valorização de elementos patrimoniais, classificados ou não, e na fixação das pessoas no centro das cidades.

Norte – Foi possível promover a competitividade das cidades e a qualificação do sistema urbano regional através de intervenções que privilegiaram:

A articulação entre os aglomerados urbanos de diferentes níveis, tendo em consideração as especificidades dos subespaços em que se localizam;
O papel que cada aglomerado populacional desempenha no território que polariza e a sua relação com os aglomerados que lhe são funcionalmente mais próximos, assegurando um conjunto de funções especializadas e a prestação das funções urbanas fundamentais para a sustentação da coesão territorial e para a consolidação de redes de proximidade;
A criação de condições para colocar as pessoas e as suas comunidades no centro da estratégia de desenvolvimento regional, promovendo o seu bem-estar e a coesão social, criando igualdade de oportunidades de acesso a níveis mínimos de serviços públicos e condições para a fixação das populações.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -O fomento de redes urbanas para a competitividade e inovação na AML ficou aquém do esperado, já que se traduziu em apenas três projetos dirigidos a redes muito específicas. No contexto de uma área metropolitana importaria desenvolver Programas Estratégicos mais transversais e integrados que dinamizassem a aglomeração metropolitana na perspetiva da internacionalização.

Alentejo - As características do povoamento, a estrutura e dimensão da rede urbana e a distribuição geográfica e dimensão dos centros económicos regionais, exigem, numa perspetiva de desenvolvimento regional sustentável, modelos de articulação territorial de recursos e de infraestruturas e de promoção de fatores de competitividade territorial numa lógica de redes territoriais de desenvolvimento. Nesta perspetiva as políticas e os instrumentos de apoio ao investimento público – central e local - e de apoio ao investimento privado, nomeadamente, do investimento com caráter estruturante, deve ter como referência os quadros de opções estratégicas e os modelos de ordenamento territorial estabelecidos às várias escalas e consubstanciados nos instrumentos de gestão territorial (planos de ordenamento do território) o que permitirá, também, proceder à coordenação e à criação de sinergias entre os investimentos sectoriais.

Algarve - Por falta de verbas mas também por falta de dinâmica própria não foi possível replicar um RUCI para o Barlavento tendo como núcleo forte as cidades de Portimão – Silves – Lagos e abrangendo os municípios limítrofes da respetiva área de influência (Lagoa, Monchique, Vila do Bispo e Aljezur).

Foi efetuado algum trabalho mas os instrumentos Política de Cidades (PRU/RUCI) foram desativados antes da parceria adquirir a maturidade suficiente.

Centro - As realizações estão em linha com os resultados esperados.

Norte – As realizações desta medida permitiram:

1. O acesso a níveis mínimos de serviços públicos robustecendo-se assim o modelo territorial urbano nos seus vários patamares;
2. A valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente centros históricos, frentes ribeirinhas e marítimas;
3. A qualificação das periferias urbanas e de outros espaços relevantes para a estruturação urbana;
4. A renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados;
5. A requalificação e reintegração urbana de bairros críticos, onde a situação social e económica ou a degradação urbana justificaram uma intervenção especial.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - NG

Alentejo - Evidência da necessidade de estabelecer uma relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, tomando como quadro de referência da programação de investimentos em infraestruturas e equipamentos de âmbito local e supramunicipal as opções estratégicas estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, dos de âmbito municipal e regional.

Algarve -

Centro - Existiram impactos ao nível de sucessivas alterações regulamentares de enquadramento da Politica de Cidades, derivada da forte interação com os municípios na implementação da medida.

Norte - Estratégias territoriais com base em parcerias locais, desenhadas numa metodologia "de base para o topo".

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	X
Alentejo - Características idênticas		Outras características	X
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT –A medida deverá ser reconvertida em alinhamento com o conceito de AIDUS
Alentejo - Abordar a regeneração urbana no que esta matéria pode ter de abrangência territorial, social e económica, incluindo as perspetivas e dinâmicas de coesão inerentes a essas dimensões e sua interação. Particularmente importante em todas as suas componentes – reabilitação, reconversão, renovação, conservação – a regeneração urbana, além de poder concretizar a redinamização dos centros históricos, surtirá ainda efeitos significativos na economia, como suporte de um dos vetores de uma estratégia de especialização inteligente, em territórios como o Alentejo.
Algarve - Abordar a regeneração urbana no que esta matéria pode ter de abrangência territorial, social e económica, incluindo as perspetivas e dinâmicas de coesão inerentes a essas dimensões de Intervenção. Particularmente importante as componentes – reabilitação, reconversão, renovação – a regeneração urbana, além de poder concretizar a redinamização dos centros históricos, surtirá ainda efeitos significativos na economia, em articulação com estratégia de especialização inteligente e com a
Centro – Nada a referir
Norte – Privilegiar metodologias "bottom up"; Áreas complementares da política de cidades (ex: Pólos de Competitividade e Tecnologia) mas que contribuíram para o presente objetivo específico.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir.

Alentejo – Conhecidas que são as necessidades do País consubstanciadas em três áreas fundamentais (IHRU) – realojamento, áreas urbanas carenciadas e áreas históricas – considera-se que sem integrar a componente habitação na política de cidades, a sua ação resultará, eventualmente, em intervenções pontuais cujos efeitos multiplicadores em termos sociais, económicos e territoriais ficarão muito aquém do desejado e, sobretudo, das sua reais potencialidades como catalizadoras de dinâmicas urbanísticas.

Mais do que promover de per si a eficiência energética, a qualidade do abastecimento de água, ou a mobilidade sustentável, é fundamental criar condições de atratividade que, simultaneamente, contribuam para a inclusão social e melhoria da qualidade do ambiente urbano. Para o conseguir não se considera igualmente suficiente uma intervenção limitada ao espaço público, descontextualizada do tecido em que se insere, permanecendo as envolventes urbanas desvitalizadas, degradadas ou mesmo em situação de abandono (não contando com as áreas industriais cuja reconversão foi devidamente

Algarve – Nada a referir.

Centro - Nada a referir.

Norte - Tendo por base o último Relatório de Execução Anual do Programa Operacional Regional, ano 2012, no âmbito da Iniciativa JESSICA - JESSICA Holding Fund Portugal, foi possível a assinatura de contratos de empréstimo para quatro projetos, totalizando 11,2 M€ de investimento total. Estes projetos respeitam aos sectores do Comércio (1), dos Equipamentos Sociais (1) e do Turismo (2).Será ainda importante salientar que, no domínio da Regeneração Urbana, foram envolvidas 14 cidades nas redes urbanas para a competitividade e inovação, com 38 operações com um valor de investimento total de de 41,22 milhões de euros e um valor de cofinanciamento FEDER de 29.72 milhões de euros.

e 33 protocolos de parceria para a regeneração urbana, abrangendo uma população de 1,1 milhões de habitantes e intervencionando uma área de 3.925.362 m2, superando igualmente as metas previstas para 2015.

Estes objetivos consubstanciam-se num conjunto de apoios geridos diretamente pela CCDR-N na qualidade de Autoridade de Gestão, a que correspondem cerca de 490 M€ e outros que foram alvo da contratualização com as CIM e a AMP, num valor que ascende a 632 M€. Os principais beneficiários dos apoios são as entidades de cariz municipal.

No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foram financiados 88 projetos, correspondendo a um investimento total de 16,5 M€ e uma comparticipação FEDER de 7,9 M€.Estes objetivos consubstanciam-se num conjunto de apoios geridos diretamente pela CCDR-N na qualidade de Autoridade de Gestão, a que correspondem cerca de 490 M€ e outros que foram alvo da contratualização com as CIM e a AMP, num valor que ascende a 632 M€. Os principais beneficiários dos apoios são as entidades de cariz municipal.

No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foram financiados 88 projetos, correspondendo a um investimento total de 16,5 M€ e uma comparticipação FEDER de 7,9 M

Medida Prioritária 2.3.2

Incentivar a elaboração de programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os Arcos Metropolitanos de Lisboa, do Porto e do Algarve, para o sistema metropolitano do Centro Litoral e para a Madeira (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território; Região Autónoma da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comunidades Intermunicipais e Municípios; Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal; AICEP; IAPMEI; Associações Empresariais

Área Metropolitana do Porto, Comunidades Intermunicipais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Universidades e Politécnicos e redes de Universidades e Politécnicos; *Clusters* e Pólos de Competitividade; Centros de Transferência de Tecnologia; Rede de Incubadoras da Região Centro (RIERC); Redes transfronteiriças e transnacionais em que participam a CCDRC ou os Municípios da Região.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - No caso da Região de Lisboa não foram apoiados programas estratégicos para a competitividade de espaços de internacionalização da economia nacional (clusters, polos de competitividade, centros de transferência de tecnologia)

Algarve - Elaboração e publicação do PROT Algarve (RCM nº 102/2007, publicada a 3 de agosto, com a declaração de retificação nº 85-C/2007, de 2 de outubro alterada pela RCM nº 188/2007, de 28 de dezembro), cujo ponto 2.3.5. – Sistema Ambiental, do capítulo III, define um sistema ambiental que engloba todos os valores e recursos naturais e seminaturais, indicado que o mesmo deve ser considerado nos instrumentos de gestão territorial, com medidas de restrição ou de fomento consoante as condicionantes e as aptidões diagnosticadas em cada área de intervenção. O Algarve não teve participação efetiva em nenhum pólo ou Cluster. O Plano Regional de Inovação (PRIAlgarve) pressupunha a criação de um Pólo Tecnológico e de transferência de Tecnologia (não concretizado), a competitividade enquanto território turístico, assentava em particular na qualificação territorial, assente na perspetiva estratégica do PROT.

Centro – As ações previstas nos eixos do Programa Operacional do Centro (2007-2013), tais como, o eixo I- Inovação e Competitividade, do Eixo II - Valorização do Espaço Regional - e do eixo III – Coesão Local e Urbana foram essenciais para a realização desta medida nomeadamente através dos Sistemas de incentivos, das Áreas de acolhimento empresarial e incubadoras, bem como da ligação do SCT às empresas.

Ainda, no âmbito do QREN (2007-2013), foram desenvolvidos os Programas Territoriais de Desenvolvimento ao nível das Comunidades Intermunicipais, que preconizavam estratégias de internacionalização e de reforço da competitividade e atratibilidade do sistema urbano regional (de acordo com as orientações do exercício de elaboração do PNPOT e do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, apesar de este ainda não estar em vigor).

Norte – Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD): Implementação e desenvolvimento de planos que consolidam estratégias de desenvolvimento territoriais para os próximos anos e as respetivas prioridades relativas aos investimentos a realizar pelos municípios da Área Metropolitana do Porto e das Comunidades Intermunicipais (CIM), a serem cofinanciadas pelos fundos europeus, no período de programação enformado pelo QREN 2007-2013.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -

Algarve - - Implementação do PROT Algarve.

Implementação de ferramenta/plataforma de acompanhamento da dinâmica empresarial – Algarve Acolhe

Centro – Podemos salientar ações de transferência de tecnologias, de captação de investimentos, de criação e de desenvolvimento de espaços de ciência e tecnologia, de espaços de acolhimento empresarial e de redes de promoção de recursos turísticos.

Neste âmbito, merecem especial referência:

a) as ações dinamizadoras das transferências de tecnologia, em especial as que visaram, no âmbito do QREN 2007-2013, reforçar os Centros Tecnológicos: na Região Litoral, avultam os fortes investimentos, no CTCV (Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, em Coimbra), no CENTIMFE (Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, na Marinha Grande);

b) a criação e desenvolvimento de espaços de ciência e tecnologia, com realce para o iParque (Coimbra), o Biocant (Cantanhede) e o Parque de Ciência e Inovação (emergente em Aveiro/Ílhavo), bem como o apoio a projetos de instituições já consolidadas (como as Universidades e Politécnicos da Região, o Instituto Pedro Nunes, em Coimbra, o ITeCons, em Coimbra ou a ABIMOTA, em Águeda).

Por outro lado, devem referir-se as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU), as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) e os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa URBACT.

As Parcerias para a Regeneração Urbana apoiam ações dirigidas à revitalização integrada de espaços intra-
-urbanos, tendo como suporte uma estrutura de parceria local alargada (envolvendo município, serviços desconcentrados da administração central, ONG, empresas, etc.).

As Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI) são um instrumento da Política de Cidades POLIS XXI, que visa o "*reforço dos fatores de competitividade e a inovação no âmbito nacional e internacional das Cidades, através da exploração das potencialidades de uma cooperação estratégica em rede*".

Norte – Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Promoção da oferta de espaços ordenados para a localização industrial; Planos de Mobilidade Urbana Sustentável; Racionalização dos modelos de organização e gestão: Administração em rede e Balcões multiserviços móveis;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -

Algarve - Sem informação.

Centro – Uma vez que estão em causa ações de âmbito muito diferenciado, envolvendo uma multiplicidade de atores regionais, de fontes de financiamento e de programas de apoio, não é possível responder de forma concludente.

Norte - Sem informação.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT -
Algarve - Sem informação.
Centro - A conjuntura financeira desfavorável criou dificuldades de concretização integral de alguns dos projetos de espaços de internacionalização. A taxa de execução financeira do Programa Operacional Regional (Mais Centro) era, no final de 2013, de cerca de 70%, embora o Programa possa ter execução financeira até meados de 2015. O valor alcançado coloca o programa com um dos que apresenta melhores desempenhos entre os programas regionais do continente no que respeita ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).
Norte - De uma forma geral, as ações previstas (A2c) atingiram uma adequada maturidade de realização no período de execução definido para a medida.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -
Algarve - Não aplicável nesta situação.
Centro - Sim. Nomeadamente, cumpre destacar ações voluntárias de envolvimento em programas estratégicos aplicáveis em contexto urbano (planos de ação para a energia sustentável, planos estratégicos, parcerias para a regeneração urbana, operações de reabilitação urbana, planos de mobilidade e de acessibilidade, redes inteligentes, sistemas de monitorização relacionados com qualidade de vida urbana, etc.).
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT - [ ] Sim [x] Não

Algarve - [X] Sim [ ] Não

Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -
Algarve - Relatórios de Execução Anual do Programa Operacional Regional 2007 – 2013.
Centro – Ver resposta A3a. Uma das principais conclusões do processo de monitorização/avaliação é a demonstração de que, na Região Centro os concelhos da competitividade se localizam exclusivamente no litoral.
Norte - Relatório de Execução Anual do Programa Operacional Regional 2007 – 2013.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -
Algarve - Dificuldades externas. Muitas das medidas não são possíveis implementar com base na decisão regional.
Centro - Dificuldades externas. As dificuldades justificam-se pela conjuntura financeira nacional e internacional. A situação nacional criou dificuldades de concretização dos projetos dos espaços de internacionalização. A situação internacional prejudicou a capacidade de fixação de investimento estrangeiro relevante na Região.
Norte - Sem informação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT –Não se aplica

Algarve - A concretização das estratégias definidas, ainda não totalmente concluídas, tiveram efeitos muito interessantes

Centro - As estratégias e as ações de internacionalização e de reforço da competitividade e atratibilidade do sistema urbano regional, em particular do sistema metropolitano do Centro Litoral (que, para efeitos do PNPOT, corresponde às unidades territoriais do Baixo Vouga, do Baixo Mondego e do Pinhal Litoral) permitiram aumentar a resiliência deste sistema, como se pode aferir pelos bons resultados ao nível da qualidade de vida das populações, do nível de satisfação dos seus residentes e de diversos indicadores em que os resultados são satisfatórios (emprego, exportações, empresas de excelência, empresas gazela, etc.), quando comparados com outros espaços subregionais e com a média nacional. Porém, tal não invalida que se continue a sofrer um significativo efeito de tenaz no confronto com as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto

Norte – A implementação de Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD) à escala NUTS III permitiu:

1. Promoção de fatores de competitividade, inovação, empreendedorismo e valorização económica dos recursos;
2. Qualificação dos serviços coletivos de proximidade de educação e saneamento básico;
3. Progressão da mobilidade urbana, metropolitana e de transporte público, e melhoria das condições de acessibilidade;
4. Melhoria da governação da administração local e da capacitação institucional de desenvolvimento local, sub-regional e transfronteiriço.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -

Algarve - A concretização das estratégias definidas, ainda não totalmente concluídas, tiveram efeitos muito interessantes

Centro - A concretização das estratégias definidas, ainda não totalmente concluída, teve efeitos muito interessantes, como se afirmou na resposta anterior.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -

Algarve - Houve impactos funcionais, institucionais e de governação.

A CCDR acumulou conhecimento e informação de apoio à decisão, articulou atores e reduziu custos de contexto

Centro - Houve impactes das três naturezas:

A CCDRC acumulou muito conhecimento induzido pelos processos de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro e de concretização do Programa Operacional Regional Mais Centro, que obrigou a melhorias ao nível da gestão interna.

A articulação entre agentes do Centro Litoral registou incrementos positivos.

A governação regional ao nível da competitividade e da internacionalização da economia regional foi reforçada.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -		Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -

Algarve - Adequada no contexto do novo ciclo de programação financeira 2014 - 2020

Centro - No próximo período de programação, está preconizado o desenvolvimento de soluções inovadoras de regeneração urbana baseadas em soluções sustentáveis e que privilegiem a economia local, com a consolidação de uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, criativas e inteligentes, incluindo um especial enfoque no uso eficiente da energia, na gestão otimizada de equipamentos, na consolidação de espaços públicos e espaços verdes inovadores, adoção de mecanismos de mobilidade sustentável, bem assim como promoção da criatividade e da produção cultural inovadora. Está também no centro das preocupações da Região "*afirmar um tecido económico resiliente, industrializado e exportador, assente numa competitividade produtiva direcionada para os mercados internacionais, na captação de IDE estruturante, no reforço de I&D&I vocacionado para gerar valor, na especialização inteligente e na substituição de importações por produtos nacionais*" (Programa Operacional Regional 2014-2020). O Eixo do Programa Operacional Regional correspondente à Competitividade e Internacionalização é o que possui maior dotação financeira (representando 37,23% da dotação total). De referir ainda que próximo período de programação 2014 – 2020, deverá ser conferido maior enfoque à capacitação Institucional dos espaços sub-regionais; à Territorialização das Politicas Públicas e Abordagens Integradas (ITI);

Norte – No âmbito do próximo período de programação 2014 – 2020, deverá ser conferido maior enfoque:

- Capacitação Institucional dos espaços sub-regionais;

- Territorialização de Politicas públicas e Abordagens Integradas (AIDUS e ITI);

A8. Observações complementares

Nada a referir.

Objetivo Específico 2.3

Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT – Para este objetivo especifico na Região de Lisboa apenas contribui a medida 2.31 e a sua aplicação foi restringida a âmbitos específicos.

Alentejo – O sistema urbano regional organiza uma estrutura de recursos potenciadora da competitividade e da coesão territorial que assegurou ao longo do tempo uma maior especialização funcional e um reforço de complementaridades existentes, melhorando a qualidade urbana e as condições para a fixação de população residente e para o desenvolvimento das atividades económicas.

Neste contexto, a estruturação da rede urbana regional associada à possibilidade de (re) dinamizar alguns eixos urbanos ou subsistemas interconcelhios pode contribuir para um aumento da massa crítica, com efeitos em termos de Competitividade e de Coesão e na atratividade territorial e na gestão mais sustentável dos recursos, acompanhada por atuações na esfera da mobilidade.

Não tem sido, no entanto, clara a evidência da relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, tomando como quadro de referência da programação de investimentos em infraestruturas e equipamentos de âmbito local e supramunicipal as opções estratégicas estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, dos de âmbito municipal e regional.

Algarve - A estratégia do PROT Algarve não teve consequências substantivas nos PMOT da região, no período considerado.

Não tem sido, evidente a relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, tomando como quadro de referência da programação de investimentos em infraestruturas e

equipamentos de âmbito local e supramunicipal as opções estratégicas estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, dos de âmbito municipal e regional.

Centro – As estratégias e as ações de internacionalização e de reforço da competitividade e atractibilidade do sistema urbano regional, permitiram aumentar a resiliência dos centros urbanos, como se pode aferir pelos bons resultados ao nível da qualidade de vida das populações, do nível de satisfação dos seus residentes e de diversos indicadores em que os resultados são satisfatórios (emprego, exportações, empresas de excelência, empresas gazela, etc.).

No entanto, a Política de Cidades deve ser continuada, porque muito ficou por fazer e muito tem que continuar a ser feito. A regeneração urbana não se pode limitar a intervenções em qualificação de espaços públicos e a alguns equipamentos âncora. Há ainda intervenções muito pesadas por concluir ao nível do edificado e da dinamização e da valorização do património dos centros históricos.

No que se refere aos espaços de internacionalização, as principais evidências que ressaltam são: (i) a oferta é mais generosa do que a procura de curto prazo (havendo taxas de ocupação que estão aquém do estimado); (ii) a ligação entre o Sistema Científico e Tecnológico e as empresas sofreu um forte impulso no período 2007-2013, embora deva ser alimentada de forma continuada; (iii) consolidou-se o papel dinamizador dos Centros Tecnológicos, dos *Clusters*, dos Pólos de Competitividade e da rede de incubadoras; (iv) a Região percorre uma trajetória interessante no caminho da inovação e da competitividade, reconhecido em avaliações independentes. Porém, há também, neste domínio, um amplo espaço de consolidação de políticas, de experiências e de redes de cooperação, que importa apoiar no período 2014-2020.

Norte - Está ainda em curso, pelo que não se pode avaliar o cumprimento do objetivo específico na sua globalidade. Contudo, subscreve-se a posição da CCDR-Centro, nomeadamente quanto à necessidade de prosseguir e dar continuidade à Política de Cidades, em ações de regeneração urbana não limitados a requalificação de espaços públicos, mas também de requalificação, dinamização e valorização do edificado e do património nos centros urbanos e históricos, bem como a posição da CCDR-Alentejo quanto ao contributo para a competitividade, especialização funcional e reforço de complementaridades existentes, melhoramento da qualidade urbana e desenvolvimento das atividades económicas.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT – Avaliação no âmbito dos relatórios de execução do POR Lisboa.

Alentejo – Avaliação Intercalar do INALENTEJO (Relatório Final), com abordagem do Objetivo do Programa Promover o desenvolvimento urbano sustentável e a competitividade das cidades. Nº Projetos contratados (% Total PO) 262 (21,9%). Nº Projetos concluídos (% Total do PO) 139 (32%). CTE Aprovado (% Total do PO) 31,4. Taxa de realização Financeira (FCVal./FC Apr.) 38,4%. Despesa Apresentada (% do CET Aprovado) 55%

Algarve - Está ainda em curso, pelo que não se pode avaliar o cumprimento do objetivo específico na sua globalidade

Centro - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois mais operacionais: a monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; e o relatório anual de execução do Programa Operacional da Região Centro

Em termos mais estratégicos destacamos a avaliação intercalar do PO Regional do Centro.

Os restantes processos e sistemas de monitorização e de avaliação ainda não estão concluídos e envolvem uma multiplicidade de atores, entidades gestoras e sistemas de monitorização pelo que não é possível apresentá-los.

Norte - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois:

- monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do ON.2";

- relatório anual de execução do Programa Operacional.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - População urbana abrangida por intervenções de reabilitação urbana	N.º	nd	2007	nd	2015	877.489	2013
Alentejo – População urbana abrangida por intervenções de reabilitação urbana	N.º		2007	n.a		260.895	2013
Algarve - População urbana abrangida por intervenções de reabilitação urbana	N.º		2007				2013
Centro - População urbana abrangida por intervenções de reabilitação urbana	N.º		2007	600.000	2013	600.000	2013
Norte- População urbana abrangida por intervenções de reabilitação urbana	N.º		2007				2013
LVT - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007				2013
Alentejo – Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007	n.a		25	2013
Algarve - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007				2013

Centro - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007	56	2013	56	2013
Norte Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007			67	2013

Medida Prioritária 2.4.1

Promover ações de incentivo ao desenvolvimento de pólos de competitividade regional baseados em novos fatores da economia do conhecimento (2007- 2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação; Agência para a Modernização Administrativa; Turismo de Portugal; Agência da Inovação; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Programa Operacional Compete; Câmaras Municipais; Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA) da Universidade do Algarve; Privados. Entidades do Sistema Científico

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência de Inovação; Fundação para a Ciência e Tecnologia Associações Empresariais, Associações de gestão de Clusters e Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e Instituições de Transferência de Tecnologia.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada	X	Em curso		Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - A medida não se aplicou à Região de Lisboa por ser considerada uma Região Competitividade.

Alentejo - Sistemas de Incentivos

Algarve – Sistemas de incentivo às empresas (Coopromoção, inovação e I&DT). Sistemas de incentivos às ações coletivas (SIAC). Projeto Pólo Tecnológico do Algarve

Centro – A região Centro definiu como estratégico três linhas de ação para a promoção da competitividade regional, a saber: promoção do empreendedorismo e da incubação de base tecnológica; promoção da inovação nas empresas existentes e o desenvolvimento de clusters com elevado potencial na região.

Igualmente foram previstos Planos Estratégicos liderados pelas Universidades de Coimbra, Aveiro e Covilhã, visando a transferência de tecnologia das unidades de IDT da região, enquanto base de alimentação dos caudais de inovação para o setor empresarial.

Norte – Considerando (i) o facto do programa de ação 2007-2013 do PNPOT não especificar ações para a execução desta medida; e (ii) o caráter significativamente abrangente desta medida, então a resposta a esta questão dificilmente poderá ser apresentada de uma forma exaustiva e categórica.

No entanto, atendendo à descrição da medida, considera-se que esta se encontra alinhada com um conjunto de ações previstas no Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, entre as quais se destacam:

1. Apoio à criação e consolidação de "clusters" emergentes e de empresas de base tecnológica em setores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia, através (i) da promoção de instituições e serviços de apoio à criação e consolidação de empresas de base tecnológica; (ii) da promoção do empreendedorismo de base tecnológica; (iii) de iniciativas integradas de apoio à criação e consolidação de "clusters emergentes".

2. Consolidação dos serviços coletivos regionais de suporte à inovação e promoção do sistema regional de inovação, através do desenvolvimento/consolidação de polos universitários e a da divulgação e animação científica e tecnológica e produção de recursos e conteúdos para esse efeito.

3. Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos setores de especialização, por via de (i) apoio à intensificação tecnológica de empresas ligadas a "atividades tradicionais"; (ii) promoção da inovação não tecnológica em empresas ligadas às "atividades tradicionais"; (iii) criação de núcleos de I&DT nas empresas; (iv) criação de sistemas de bolsas de estudo para mestrandos/doutorandos que desenvolvam projetos relacionados com setores estratégicos de desenvolvimento regional; (v) apoio à contratação de serviços avançados.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Alentejo - No âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo (2007-2013) foram contratadas diversas realizações enquadráveis nesta medida, entre as quais se destacam (dados acumulados 2013):

- Apoio a projetos de I&DT: 55 projetos;

- Apoio a projetos de cooperação empresas-instituições de investigação: 2 projetos;

- Apoio a projetos de apoio direto ao investimento das PME: 633 projetos;

- Apoio à criação de novas empresas (start-ups): 30 empresas.

Algarve – Estudo de viabilidade do Plano do Pólo Tecnológico de Inovação do Algarve e posterior elaboração de plano de urbanização.

Plano Regional de Inovação do Algarve (PRIA)

Ações coletivas no âmbito do sistema de incentivos (PO Algarve 21)

Apoio a projetos I&DT de empresas: 11 projetos apoiados

Apoio a projetos de cooperação entre empresas e instituições de investigação: 16 projetos apoiados

Apoio à inovação: 92 projetos apoiados.

Centro – Com o apoio do COMPETE a região Centro acolheu a sede dos Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) da Energia; das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química; das TICE; do Turismo; do Engineering & Tooling e os Clusters Regionais Agroindustrial do Centro e do Ribatejo e do Habitat Sustentável.

Foram aprovados e desenvolvidos os Planos Estratégicos:

(1) INOV-C liderado pela Universidade de Coimbra, visa a criação de um ecossistema de inovação multipolar, no eixo territorial Coimbra-Leiria-Óbidos, que contribua para o reforço das competências regionais em ciência e tecnologia, em particular nas áreas temáticas das Ciências da Vida (Biotecnologia e Saúde), Energia (domínio de aposta emergente ao nível da transferência de Tecnologia), Tecnologias de Informação e da Comunicação e Eletrónica e Indústrias Criativas;

(2) a Universidade da Beira Interior liderou a candidatura do Programa Estratégico INOVIDA (inicialmente designado por Parkurbis Medical) o qual tem por objetivo potenciar a criação de um sistema em rede de um Parque de Ciência e Tecnologia polinucleado, focado na Qualidade de Vida e no setor Agroindustrial, no eixo territorial Guarda-Covilhã-Castelo Branco-Abrantes;

A Universidade de Aveiro ao promover a construção de um Parque de Ciência e de Inovação numa área contígua às suas instalações. O projeto apresenta-se como um espaço multipolar orientado para o reforço das competências regionais em ciência e tecnologia, em particular nas áreas temáticas das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE), Materiais, Agroindustrial, Energia e Mar. Em fase posterior, a execução do Plano Estratégico foi assumido por uma sociedade anónima de maioria de capital público (Universidade de Aveiro e Administração Local) e com empresas privadas envolvidas como acionistas.

Norte – No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 foram contratadas diversas realizações enquadráveis nesta medida, entre as quais se destacam (dados acumulados 2007-2012):

- Apoio a projetos de I&DT: 453 projetos;

- Apoio a projetos de cooperação empresas-instituições de investigação: 76 projetos;

- Apoio a projetos de apoio direto ao investimento das PME: 2.103 projetos;

- Apoio à criação de novas empresas (start-ups): 258 empresas;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Alentejo – No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, foram envolvidos diversos recursos financeiros enquadráveis nesta medida, entre os quais se destacam (dados acumulados 2007-2013):

- Incentivos à inovação: 337,5M€ de investimento total (173,3M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

- Incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico: 15,1M€ de investimento total (7,9M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

- Incentivos à qualificação e internacionalização de PME: 104,9M€ de investimento total (42,9M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

- Apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas: 6,6M€ de investimento total (5,0M€ dos quais relativos a fundos comunitários).

Algarve – A CCDR não dispõe de informação quantitativa. Salienta-se que foram envolvidos técnicos da administração local e central e recursos humanos das empresas envolvidas.

No âmbito do Programa Operacional Algarve 21 foram aprovados os seguintes investimentos que se enquadram no âmbito desta medida:

Projetos de inovação empresarial: Investimento elegível 154,9M€ apoio FEDER 51,6M€

Projetos de I&DT: Investimento elegível 10,0M€ apoio FEDER 6,8M€

Centro – Os promotores das operações alocaram equipas multidisciplinares para o desenvolvimento das operações, nomeadamente de gestão das parcerias ou outras de implementação de projetos específicos.

Excetuando as operações das estratégias das parcerias dos PCT e Clusters que foram financiados pelo COMPETE, os 3 Programas Estratégicos envolvem um Investimento Elegível de 84.397.967€ e um incentivo Feder estimado de 71.550.585€.

Na CCDRC estão envolvidos 1 técnico superior e 1 dirigente na análise dos processos.

Norte – No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, foram envolvidos diversos recursos financeiros enquadráveis nesta medida, entre os quais se destacam (dados acumulados 2007-2012):

- Incentivos à inovação: 490,5M€ de investimento total (328,4M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

- Incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico: 99,6M€ de investimento total (64,0M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

- Incentivos à qualificação e internacionalização de PME: 277,0M€ de investimento total (139,2M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

- Apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas: 160,0M€ de investimento total (128,5M€ dos quais relativos a fundos comunitários);

No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foram financiados 27 projetos, promovidos por Instituições do Ensino Superior e Centros de I&D, correspondendo a um investimento total de 67,8 M€ e uma comparticipação FEDER de 51,7 M€.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Alentejo - Não aplicável.

Algarve - Conclusão do Pólo Tecnológico do Algarve

Centro – Com relevante significado financeiro a não execução da Fase II do iParque (Investimento de 7 milhões de €) e o arranque tardio do Parque de Ciência e de Inovação de Aveiro (execução física da infraestrutura prevista para abril de 2014).

Igualmente não avançaram por não apresentação de candidaturas ou por não terem sido aprovadas os projetos âncora dos PCT ou Clusters seguintes:

PCT Energia - Criação e dinamização do Centro de Energia Offshore (CEO); investimento = 14.200 mil €

PCT TICE - Edifício Nicola Tesla; investimento = 3.500 mil €

Cluster Agroindustrial do Centro - IDT - Produtos Lácteos Simbióticos e AgriLogis - Plataforma Tecnológica e Logistica Agroindustrial ; investimento = 2.552 mil €

Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar - Turismo Marítimo de Natureza - Berlenga Laboratório de Sustentabilidade e Turismo Marítimo de Natureza - Ilha da Morraceira;

Norte - De uma forma geral, todas as ações descritas na questão A2c atingiram algum grau de realização no período de execução definido para a medida.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Centro – À exceção da operação BIOCANT II, as outras operações apresentaram deslizamentos nas suas execuções, mantendo-se as operações por encerrar a 31/12/2013. A maioria das razões invocadas está associada às restrições financeiras da economia portuguesa e constrangimentos administrativos

Norte – Considerando (i) que o período de execução da medida é 2007-2013, (ii) o facto das ações previstas na questão A2c se referirem ao Programa Operacional Regional (POR) e (iii) o facto da execução do POR se prolongar até ao final de 2015, então poder-se-á afirmar que a realização de todas as ações previstas se prolonga para além do período de execução definido para a medida.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Alentejo - Não aplicável.

Algarve - Não

Centro – No âmbito da Rede de Ciência e Tecnologia foram criadas e qualificadas infraestruturas que funcionam como suporte tecnológico de transferência do conhecimento às empresas. Salientamos dois projetos âncoras do Cluster Habitat Sustentável, IteCons e CTCV com investimento elegível de 15.329.987€ e um incentivo Feder de 13.030.489€; Centro de Prototipagem Rápida do IPL com um investimento elegível de 2.875.928€ e um incentivo Feder de 2.444.539€; Centro de Neurociências e Biologia Celular com um investimento elegível de 10.834.801€ e um incentivo Feder de 9.209.581€; dois projetos do Instituto de Soldadura e Qualidade com um investimento elegível de 7.040.948€ e um incentivo Feder de 5.984.806€; 15 projetos de universidades (5 de Coimbra, 7 de Aveiro e 3 da UBI) com um investimento elegível de cerca de 34 milhões de euros e um incentivo Feder de 28,9 milhões de euros; 4 operações promovidas por Centros Tecnológicos e outras com um investimento elegível de

5.828.189€ e um incentivo Feder de 4.953.961€.

Norte – As ações descritas na questão A2c referem-se ao previsto em 2007 no Programa Operacional Regional do Norte. Poderiam mencionar-se outras ações, da responsabilidade de diversas instituições.

No contexto específico das atividades da CCDRN, destacam-se ainda as seguintes ações, levadas a cabo entre 2007 e 2013, e associáveis a esta medida:

- Dinamização e seguimento do "Plano de Ação para a Inovação no Norte de Portugal", com particular ênfase para as ações de dinamização, articulação e acompanhamento técnico e institucional dos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters aprovados nas Estratégias de Eficiência Coletiva com maior incidência territorial na Região do Norte.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Alentejo, Centro e Norte - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Un	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Alentejo - Projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas localizadas em polos de competitividade regional nas regiões de convergência	N.º		2007			n.d.	2013
Centro - Projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas localizadas em polos de competitividade regional nas regiões de convergência	N.º	0	2007		2013	162	2013
Norte - Projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas localizadas em polos de competitividade regionalnas regiões de convergência	N.º		2007			311	2013
Alentejo - Investimento elegível executado nas operações contratadas inseridas em clusters ou em polos de competitividade e tecnologia nas regiões de convergência	€		2007			n.d.	2013
Centro - Investimento elegível executado nas operações contratadas inseridas em clusters ou em polos de competitividade e tecnologia nas regiões de convergência	€	0	2007		2013	69.840. 881,63	2013
Norte - Investimento elegível executado nas operações contratadas inseridas em clusters ou em polos de competitividade e tecnologia nas regiões de convergência	€		2007			105.541 .778,34	2013

Alentejo - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas inseridas em clusters ou em polos de competitividade e tecnologia nas regiões de convergência	%		2007			n.d.	2013
Centro - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas inseridas em clusters ou em polos de competitividade e tecnologia nas regiões de convergência	%	0	2007		2013	51,77%	2013
Norte - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas inseridas em clusters ou em polos de competitividade e tecnologia nas regiões de convergência	%		2007			50,21%	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Alentejo - Mecanismos de monitorização e avaliação do PO Alentejo (InAlentejo 2007-2013).
Algarve - Mecanismos de monitorização de execução do PO Algarve, como se pode evidenciar pelos relatórios de execução
Centro - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois: monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; relatório anual de execução do Programa Operacional.
Norte - As ações descritas na questão A2c têm vindo a ser acompanhadas no contexto dos diversos processos de monitorização e avaliação do Programa Operacional (PO) Regional do Norte. Entre estes, contam-se os que decorrem de obrigações da monitorização operacional e financeira do QREN e dos respetivos PO. É possível consultar os principais documentos de avaliação, incluindo detalhes sobre as respetivas evidências, na seguinte ligação: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=47

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Alentejo - Mecanismos de monitorização e avaliação do PO Alentejo (InAlentejo 2007-2013)

Algarve – Dificuldades internas – dimensão financeira do envelope de fundos definido para a região

Dificuldades externas – ausência de lideranças institucionais e empresariais, demoras na elaboração e subsequente aprovação do plano de urbanização

Centro - Dificuldade de execução das entidades do SCT e empresas, devido à dificuldade em obter a contrapartida nacional e sobretudo dos promotores públicos em que a autorização orçamental dependia da tutela e das finanças.

Norte – Na execução da medida destacam-se dificuldades externas associadas à conjuntura económica e financeira adversa. Do lado dos promotores, as dificuldades de tesouraria, os constrangimentos no acesso ao crédito e os limites impostos ao endividamento cortaram seriamente a sua capacidade de avançar com novos investimentos e condicionaram o ritmo de execução dos projetos já em curso.

Pela relevância que assumem no contexto desta medida, salientam-se ainda os condicionalismos financeiros que envolvem os municípios.

Poderão igualmente referir-se algumas dificuldades internas, associadas (i) a alterações do enquadramento programático e regulamentar do QREN; (ii) à gestão das disponibilidades orçamentais do PO Regional; e (iii) à persistência de alguns entraves a uma mais célere execução das operações contratadas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Alentejo - Concordância com o 1º parágrafo referido pela CCDR Norte . No entanto, salienta-se que os incentivos às empresas e o reforço do potencial tecnológico e científico da Região, organizado de forma complementar e em rede, em articulação com o tecido empresarial, através da dinamização e potenciação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e das suas principais componentes (Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia, incubadoras e infraestruturas científicas e tecnológicas), constitui um elemento central na promoção da Investigação e do Desenvolvimento Tecnológico existente, nomeadamente através de participação em redes nacionais e internacionais. No âmbito do SRTT, com financiamento do INALENTEJO, existe um conjunto de projetos envolvendo Instituições de Ensino Superior e Unidades de I&D das várias sub-

Algarve - Os incentivos dados às empresas e os mecanismos de sensibilização das entidades públicas e privadas, no contexto do Quadro de Referência 2007-2013, induziu novos mecanismos de participação entre empresas e entre empresas / ciência, motivando o surgimento de novos pólos de

Centro – As infraestruturas criadas ou qualificadas permitem o reforço da competitividade regional por três vias: (1) acréscimo potencial dos recursos imprescindíveis à produção do conhecimento científico e tecnológico, normalmente direcionado para a especialização territorial do tecido produtivo; (2) criação de redes de inovação que facilitam a interação entre a produção do conhecimento e a sua aplicação à atividade económica (transformação do conhecimento em euros); (3) promoção do empreendedorismo de base tecnológico através do apoio técnico à criação e desenvolvimento de negócios, bem como à instalação de empresas em espaços cuja envolvente seja favorável ao desenvolvimento das empresas, nomeadamente disponibilização de serviços partilhados, transferibilidade de conhecimento.

De referir que algumas das operações aprovadas foram reprogramadas com significativos acréscimos de oferta de serviços relacionados com a transferência de tecnologia para as empresas, nomeadamente no âmbito do Cluster Habitat Sustentável.

Norte – Pelo facto de maioritariamente estarem aqui em causa realizações muito recentes, ou ainda em curso, o exercício de apreciação da sua relevância para a prossecução de objetivos de nível superior será sempre limitado e incompleto.

Apesar disso, prevê-se que as ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) possam vir a contribuir de forma significativa para o correspondente objetivo específico (promover polos de competitividade e qualificar o emprego), mas de forma mais limitada para o respetivo objetivo estratégico (reforçar a competitividade de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Alentejo - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Algarve - O processo não está encerrado e têm resultados de longo prazo que ainda não são conhecidos.

Centro - As realizações da medida até final de 2013 ficaram aquém do previsto por questões de atraso. No entanto, os resultados esperados até final do QREN situar-se-ão próximos dos inicialmente previstos.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Alentejo - Concordância com o referido pela CCDR Norte salienntando-se que o SRTT visa criar uma infra-estrutura regional, única, agregadora de todo o conhecimento de base Cientifico e Tecnológico existente na região Alentejo, passando pelo estabelecimento de parcerias de colaboração com as suas entidades gestoras, em estreita articulação com o tecido empresarial regional. Esta abrangência territorial pressupõe uma articulação estratégica e operacional na Região indutora de alterações relevantes de nível funcional no sistema regional de inovação, permitindo a promoção da coesão territorial e a agregação de massa crítica regional, num sistema de geração e transferência de tecnologia capaz de introduzir factores de inovação e competitividade no tecido empresarial.

Algarve - As operações enquadradas no âmbito desta medida encontram-se, maioritariamente, em execução, pelo que se considera prematuro efetuar uma análise do impacto das mesmas.

Centro – A implementação da obrigatoriedade de as operações integradas nos pólos de competitividade regional estarem enquadrados em Programas Estratégicos temáticos potenciou o trabalho em Rede entre as entidades do sistema científico e tecnológico da Região Centro.

O reforço da especialização e da capacitação técnica das infraestruturas científicas fez com que o tecido económico empresarial reconhecesse que a resolução dos seus problemas tecnológicos poderiam ser ultrapassados com a aquisição de serviços às entidades do SCT, assim como a transferência de tecnologia paras as empresas diferenciavam e valorizavam os bens e serviços produzidos.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos impactos só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	x	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	x	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Alentejo - Em continuação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia do Alentejo (SRTTA) (ver caixa A8).

Algarve - Nada a referir

Centro -

Norte - A medida deveria ser mais detalhada na programação para 2014-2020. O seu grau de abrangência e a forma sintética com que é apresentada no Plano de Ação do PNPOT 2007-2013 levanta um conjunto de desafios à sua implementação e monitorização, que se deveriam procurar minimizar no novo período de programação.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo – Medida a enquadrar com o desenvolvimento e consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia do Alentejo (SRTTA) enquanto principal promotor da transferência de tecnologia e de valorização económica do conhecimento cientifico na região.
Algarve - Nada a referir
Centro - Nada a referir.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Medida Prioritária 2.4.2

Incentivar parcerias locais e implementar mecanismos de contratualização entre o Estado, as Autarquias Locais, as empresas e outros atores urbanos com vista ao desenvolvimento de projetos diferenciadores nos domínios da competitividade e da inovação (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comunidades Intermunicipais e Municípios.

Autarquias Locais; Empresas; Entidades do Sistema Científico e Tecnológico; Outros atores urbanos com vista ao desenvolvimento de projetos nos domínios da competitividade e da inovação.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	x	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	x	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, instrumento de Política de Cidades

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Vide resposta a 2.3.1

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Vide resposta a 2.3.1

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Vide resposta a 2.3.1

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Vide resposta a 2.3.1

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Vide resposta a 2.3.1							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT - [X] Sim [ ] Não
Alentejo - [x] Sim [ ] Não
Algarve - [X] Sim [ ] Não
Centro - [X] Sim [ ] Não
Norte - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Vide resposta a 2.3.1

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Dificuldades em assegurar a contrapartida nacional por parte dos promotores

Alentejo - Concordância com o citado pela CCDR Norte nos 3 1º parágrafos. Os efeitos negativos da crise macroeconómica e financeira persistente provocaram uma erosão acentuada das capacidades de investimento, público e privado, com reflexos nas dinâmicas de execução de importantes objetivos do Programa, designadamente daqueles que nortearam a ambição estratégica da programação 2007-2013, centrada na Competitividade e Inovação e na Internacionalização, enquanto principais apostas de dinamização da economia regional e do emprego.

Algarve - Dificuldades na mobilização das empresas regionais e de liderança públicas para a temática de inovação

Centro – Atraso no arranque dos projetos contemplados nos Planos Estratégicos, pois os promotores, em muitos casos, não tinham projetos de execução elaborados para os lançamentos de concursos. De referir ainda:

i) A AG tem um número significativo de operações imateriais, em particular associadas às redes urbanas para a competitividade e inovação que, pela sua natureza, implicam um esforço técnico adicional quer na análise técnico-financeira, quer na apreciação de pedidos de pagamento.

ii) Dificuldade no encerramento de operações, uma vez que parte significativa dos requisitos admissibilidade (licenças ambientais, posse efetiva dos terrenos, . .) e de verificação da conformidade das regras de contratação pública (conta final, trabalhos a mais e a menos, revisão de preços) é efetuada nesta sede. Menor capacidade de investimento do setor empresarial, decorrente de dificuldades de financiamento junto do sistema financeiro e do baixo clima de confiança económica, o que se refletiu na contratação e na execução de projetos.

iii) Alguns atrasos na execução de projetos de natureza municipal que se devem sobretudo a:

- um número crescente de insolvências de empresas de construção civil que implicam longos períodos de paragem das obras, que envolvem elevadas dificuldades de gestão documental e administrativa, com as consequentes dificuldades de quitação de despesa, bem como a necessidade de desenvolver novos procedimentos para a conclusão das obras, o que envolve novamente maior carga administrativa e um mais longo período de tempo para execução;

- falta de liquidez dos próprios empreiteiros, que, por vezes, suspendem as obras em curso quando se verifica algum atraso nos pagamentos;

- situações de sobre-endividamento de alguns municípios, o que envolve falta de liquidez e dificulta o ritmo de execução física dos projetos, com suspensão das obras em curso, e atrasa a conclusão financeira dos projetos;

- dificuldade administrativa em lidar com situações de obras em que os promotores se depararam com alterações (eg: trabalhos arqueológicos).

Norte – Dificuldades externas. Dificuldades em assegurar a contrapartida nacional por parte dos promotores.

Na execução da medida destacam-se dificuldades externas associadas à conjuntura económica e financeira adversa. Do lado dos promotores, as dificuldades de tesouraria, os constrangimentos no acesso ao crédito e os limites impostos ao endividamento cortaram seriamente a sua capacidade de avançar com novos investimentos e condicionaram o ritmo de execução dos projetos já em curso.

Pela relevância que assumem no contexto desta medida, salientam-se ainda os condicionalismos financeiros que envolvem os municípios.

Poderão igualmente referir-se algumas dificuldades internas, associadas (i) a alterações do enquadramento programático e regulamentar do QREN; (ii) à gestão das disponibilidades orçamentais do PO Regional; e (iii) à persistência de alguns entraves a uma mais célere execução das operações contratadas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT -- A medida contribui de forma decisiva para a introdução de ações coletivas e em rede visando introduzir ações inovadoras em espaço urbano, bem como criar condições para uma maior capacidade competitiva das cidades.

Alentejo - Pelo facto de maioritariamente estarem aqui em causa realizações muito recentes, ou ainda em curso, o exercício de apreciação da sua relevância para a prossecução de objetivos de nível superior será sempre limitado e incompleto.

Algarve - O PRIA Algarve, mobilizou a mentalidade das entidades para uma cultura de inovação .

Centro - A medida contribui de forma decisiva para a introdução de ações coletivas e em rede visando introduzir ações inovadoras em espaço urbano, bem como criar condições para uma maior capacidade competitiva das cidades.

Norte – Pelo facto de maioritariamente estarem aqui em causa realizações muito recentes, ou ainda em curso, o exercício de apreciação da sua relevância para a prossecução de objetivos de nível superior será sempre limitado e incompleto.

Apesar disso, prevê-se que as ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) possam vir a contribuir de forma significativa para o correspondente objetivo específico (promover polos de competitividade e qualificar o emprego), mas de forma mais limitada para o respetivo objetivo estratégico (reforçar a competitividade de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT - As realizações estão em linha com os resultados esperados.

Alentejo - Concordância com CCDR Norte

Algarve - As realizações estão em linha com os resultados esperados.

Centro - As realizações estão em linha com os resultados esperados.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT – Os principais impactos traduzem-se no estabelecimentos de parcerias de entidades e atores urbanos no sentido da realização de projetos comuns de natureza material e imaterial, conseguindo-se assim uma sinergia de ação e a criação de massa critica para o desenvolvimento de novas operações futuras.

Alentejo - Concordância com CCDR Norte

Algarve - maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos impactos só será possível num momento posterior

Centro - Existiram impactos ao nível da alteração da Regulamentação relativa à da Politica de Cidades, com impacto significativo quer nos promotores quer na Gestão do PO, e que significaram condicionantes aos promotores na execução da medida.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos impactos só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT - [X] Sim [ ] Não

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	X	Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo - - Concordância com CCDR Norte.
Algarve -
Centro -
Norte - A medida deveria ser mais detalhada na programação para 2014-2020. O seu grau de abrangência e a forma sintética com que é apresentada no Plano de Ação do PNPOT 2007-2013 levanta um conjunto de desafios à sua implementação e monitorização, que se deveriam procurar minimizar no novo período de programação.

A8. Observações complementares

Nada a referir

Medida Prioritária 2.4.4

Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação; Agência de Desenvolvimento e Coesão.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano; IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Alentejo - Não iniciada		Em curso		Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT – O POR Lisboa não apoia este medida que é do POPH.

Alentejo -
Algarve -
Centro - Não aplicáveis ao nível da CCDRC, com exceção dos apoios às infraestruturas científicas e tecnológicas e linhas de investigação, que apoiam indiretamente a criação de emprego científico.
Norte – Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal: Quadro de referência de políticas de formação e emprego para todos os atores regionais envolvidos na promoção do emprego e empregabilidade. Pactos Territoriais para a Empregabilidade: Processos de concertação à escala supramunicipal participados pelos principais atores representativos dos territórios (órgãos de governação regional e local, da formação, educação e emprego, do tecido económico e do sistema de ciência e tecnologia, etc.) que têm como objetivo definir uma estratégia para a promoção da empregabilidade, estabelecendo a visão, prioridades e principais referenciais para melhorar a adequação entre a oferta de ensino e formação e as necessidades, as oportunidades e os riscos que emergem do diagnóstico prospetivo efetuado.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Alentejo -
Algarve - Investimento na qualificação dos recursos humanos, não existiram pactos regionais para a empregabilidade
Centro - Apoios às infraestruturas científicas e tecnológicas e linhas de investigação, que apoiam indiretamente a criação de emprego científico.
Norte – Publicação do Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal; 3 Pactos Territoriais para a Empregabilidade nos seguintes territórios: - Alto Minho; - Ave; - Tâmega e Sousa;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Alentejo -
Algarve – Não dispomos de informação
Centro - No âmbito do PO Centro, no Eixo Prioritário 1, foram financiadas 325 operações de IDT, promovidas por entidades do SCT, correspondendo a uma comparticipação FEDER de 163,6 M€.

Norte - No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foram financiados 72 projetos, promovidos essencialmente por várias Instituições do Ensino Superior e Centros de I&D, pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., correspondendo a um investimento total de 48,4 M€ e uma comparticipação FEDER de 42 M€.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Alentejo -

Algarve -

Centro - Desconhecemos.

Norte - Ações ainda em curso.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

–Não aplicável (mas ações ainda em curso)

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Alentejo -

Algarve -

Centro - Desconhecemos.

Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Alentejo - Jovens abrangidos por cursos técnicos e profissionais de nível secundário	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Jovens abrangidos por cursos técnicos e profissionais de nível secundário	N.º		2007		2015		2013
Centro - Jovens abrangidos por cursos técnicos e profissionais de nível secundário	N.º	NA	2007	NA	2015	NA	2013

Norte - Jovens abrangidos por cursos técnicos e profissionais de nível secundário	N.º	0	2007		2015	374.500	2013
Alentejo - Adultos qualificados através do reconhecimento, validação e certificação de competências (acumulado)	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Adultos qualificados através do reconhecimento, validação e certificação de competências (acumulado)	N.º		2007		2015		2013
Centro - Adultos qualificados através do reconhecimento, validação e certificação de competências (acumulado)	N.º	NA	2007	NA	2015	NA	2013
Norte - Adultos qualificados através do reconhecimento, validação e certificação de competências (acumulado)	N.º	0	2007		2015	365.000	2013
Alentejo - Adultos qualificados através de cursos de educação e formação (acumulado)	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Adultos qualificados através de cursos de educação e formação (acumulado)	N.º		2007		2015		2013
Centro - Adultos qualificados através de cursos de educação e formação (acumulado)	N.º	NA	2007	NA	2015	NA	2013
Norte - Adultos qualificados através de cursos de educação e formação (acumulado)	N.º	0	2007		2015	200.000	2013
Alentejo - Projetos de I&DT	N.º		2007	50	2015	55	2013
Algarve - Projetos de I&DT	N.º		2007		2015		2013
Centro - Projetos de I&DT	N.º	0	2007	235	2015	325	2013
Norte - Projetos de I&DT	N.º		2007		2015	68	2013
Alentejo - Empregos na investigação criados	N.º		2007	60	2015	142	2013
Algarve - Empregos na investigação criados	N.º		2007		2015		2013
Centro - Empregos na investigação criados	N.º	0	2007	252	2015	150	2013
Norte - Empregos na investigação criados	N.º		2007		2015	508	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	x	Não
Centro -	X	Sim	x	Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Alentejo – Nada a referir
Algarve - Foi efetuada avaliação a nível nacional, sem incidência particular no território

Centro - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois: monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; relatório anual de execução do Programa Operacional.

Norte – Comité de Pilotagem da Agenda Regional para a Empregabilidade e dos Pactos de Empregabilidade; Comissão de Acompanhamento da Agenda Regional para a Empregabilidade e dos Pactos de Empregabilidade;

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Alentejo – Nada a referir

Algarve -

Centro - A dificuldade das entidades do SCT em obter a contrapartida nacional necessária para garantir uma execução das operações em linha com os cronogramas previstos.

Norte - Sem informação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Alentejo - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Alentejo – Nada a referir

Algarve - O reforço das capacitações da população torna a região mais competitiva. Concordamos com o Norte.

Centro - O apoio a operações de reforço da rede de IDT na região centro permitiu capacitar as instituições regionais do SCT e fixar recursos humanos qualificados.

Norte – Através das ações elencadas no campo (A2c.) foi possível:

- Diversificação de percursos de educação/formação;

- Reforço das dinâmicas de Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e de Competências;

- Prossecução da formação contínua de adultos, a qualificação, requalificação e reconversão de ativos (por exemplo, programas de formação centrados na lógica da procura empresarial, envolvendo as PME como interessadas e beneficiárias, criação de alternativas para os ativos, designadamente pela reconversão profissional e pelo fomento do empreendedorismo económico e social, gestão antecipada (tanto quanto possível) dos processos de reestruturação, pelo reforço da capacidade de adaptação de trabalhadores e de empresas);

- Valorização da qualidade dos processos educativos e formativos (por exemplo, a formação de formadores e a sua avaliação, a acreditação das entidades formadoras, o acompanhamento e a monitorização da formação e da sua qualidade pedagógica, a formação a partir das necessidades e dos recursos das empresas ou de grupos de empresas, a melhoria da capacidade de resposta dos serviços com intervenção específica nas políticas ativas de criação de emprego);

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Alentejo - – Concordância com a CCDR Norte.

Algarve -

Centro - Desconhecemos.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Alentejo - Nada a referir

Algarve -

Centro - Desconhecemos.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todas CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Alentejo - Nada a referir. No entanto, para responder de forma integrada à necessidades atuais e de desenvolvimento futuro, as medidas neste domínio deverão passar por soluções elaboradas a nível regional, numa lógica de promoção do ajustamento das competências e das qualificações da população em todos os níveis de qualificação do domínio do capital humano e enquadradas num Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social, que incluirá os agentes regionais e nacionais relevantes neste domínio. Pretende-se que este instrumento venha a construir soluções específicas e adequadas ao contexto que respondam às necessidades atuais e de desenvolvimento futuro das organizações empregadoras e do mercado de trabalho do Alentejo, designadamente através do estabelecimento de uma parceria de planeamento do sistema de qualificações ao nível regional, com a ambição de articular os atores-chave para resolver as disfunções na relação entre oferta e procura de qualificações.
Algarve - Os instrumentos de financiamento de capacitação estão sob a gestão direta da Região
Centro -
Norte - Para dar resposta no plano conceptual e programático à necessidade de adequação da oferta de qualificações e de promoção da empregabilidade o instrumento "Pactos Territoriais para a Empregabilidade" deverá continuar a ser alvo de apoio no próximo período de fundos estruturais.

A8. Observações complementares

Alentejo - Em matéria de estruturação e funcionamento do mercado de trabalho e de dotação de competências ajustadas às necessidades do tecido económico-empresarial o Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social deverá enquadrar intervenções de política pública de apropriação regional nas vertentes da empregabilidade e da inclusão social.
Algarve Nada a referir
Centro - Nada a referir
Norte - Não aplicável nesta situação.

Medida Prioritária 2.4.5

Desenvolver uma rede nacional de áreas de localização empresarial, em articulação com os programas de desenvolvimento regional e com o sistema de acessibilidades, que diversifiquem os espaços de acolhimento de atividades inovadoras (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Municípios e privados.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autarquias; Sociedades Gestoras de Parques Industriais. As CCDR, em colaboração, articulação e concertação com as entidades previstas nos normativos legais, estabelece orientações para as entidades acima mencionadas executarem a medida. Os municípios definem e delimitam, em sede de PMOT, as áreas de localização empresarial. Muitos dos espaços para estes fins não foram programados; alguns foram programadas mas não executados; e muitos dos executados detêm taxas de ocupação muito baixas.

Comunidades Intermunicipais; outros parceiros locais de natureza não empresarial.

Autarquias Locais; Associações Empresariais; Privados.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No Algarve, a única entidade que detém informação para a aferição da execução da medida é a CCDR Algarve. A esmagadora maioria dos municípios não desenvolveu ações de acompanhamento e monitorização da execução da medida. Não há conhecimento de outras entidades, públicas ou privadas, que acompanhem a execução da medida.

AICEP

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Alentejo - Não iniciada	X	Em curso		Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Esta medida encontra-se vertida no PROT OVT. Quanto à AML, o PROT em vigor não contemplava uma rede de áreas de localização empresarial, mas antes identificava a vocação empresarial, industrial ou turística da rede de centros urbanos. Na proposta de alteração do PROT AML foi identificada uma rede de grandes concentrações de atividades económicas, todavia a proposta não foi aprovada.

Esta medida não teve acolhimento no âmbito do POR Lisboa, na medida em que se trata de uma região competitividade

Alentejo - O PROT Alentejo propõe um Sistema Regional de Logística Empresarial a estruturar em dois níveis territoriais:

a) Nível municipal/supramunicipal – constituído pelas infra-estruturas de acolhimento e de desenvolvimento empresarial com uma importância de âmbito municipal ou supramunicipal e orientadas para a constituição de concentrações empresariais de pequena/média dimensão, privilegiando as actividades empresariais ligadas à exploração de recursos económicos locais e, por esta via, afirmando-se como pólos de desenvolvimento e de dinamização das economias locais;

b) Nível regional – constituído por infra-estruturas de localização empresarial e de logística de importância regional (e nacional), tirando partido das vantajosas condições de acessibilidade e de conectividade nacional e internacional, dotadas de um elevado nível de infra-estruturas e de serviços de apoio empresarial de qualidade, afirmando-se, assim, como factores fundamentais para uma maior atractividade territorial e projeção regional no domínio económico.

Algarve - As CCDR procuram sensibilizar os municípios para a execução destas áreas e para a necessidade de diversificar a base produtiva regional, atrair investimento, instalar empresas/estabelecimentos e criar emprego. Para além disso a acção está a ser apoiada através da operacionalização dos Regulamentos específicos "Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" e "Parques de Ciência e Tecnologia" do POR Algarve.

Centro - A ação está a ser implementada através da operacionalização do Regulamento específico Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística do POR Centro.

Está a ser efetuado um acompanhamento trimestral de cada uma das operações, no âmbito de um plano de ação para gestão de execução e encerramento do PO Centro 2007/2013.

Norte – Considerando (i) o facto do programa de ação 2007-2013 do PNPOT não especificar ações para a execução desta medida; e (ii) o caráter significativamente abrangente desta medida, a resposta a esta questão dificilmente poderá ser apresentada de uma forma exaustiva e categórica.

No entanto, atendendo à descrição da medida, considera-se que esta se encontra alinhada com um conjunto de ações previstas no Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, entre as quais se destacam:

1. Promoção, desenvolvimento e consolidação da rede regional de "parques de ciência e tecnologia" e de "espaços de acolhimento empresarial", através:

(i) Da implementação e desenvolvimento de uma rede de parques de ciência e tecnologia, enquanto espaços ou centros de prestação de serviços avançados às empresas que fomentem a articulação entre o tecido empresarial do Norte de Portugal, as infraestruturas tecnológicas, o sistema de ensino superior e, em geral, o sistema científico e tecnológico;

(ii) De operações integradas, numa lógica condominial, de ordenamento e acolhimento empresarial, abrangendo, por exemplo, as componentes infraestruturais, de equipamento, de logística, de investigação e desenvolvimento e de promoção do acolhimento industrial e do ordenamento espacial de atividades em geral.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -

Alentejo - No âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 foram contratadas diversas realizações enquadráveis nesta medida, entre as quais se destacam (dados acumulados 2007-2013):

- Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial: n.d.;

- Área de infraestruturas/equipamentos nos parques de ciência e tecnologia: 31.432 m2;

- Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia: n.d. empresas.

Algarve - Desde 2007, houve vários municípios que elaboraram e aprovaram planos de pormenor para áreas empresariais. Num total de 10 planos, apenas 1 foi executado/concretizado (sem, contudo, haver ainda qualquer empresa instalada). Num total de 457 lotes (dos 10 planos), apenas 10 foram urbanizados/concretizados. Em paralelo foram aprovadas até esta data 7 operações, nesta área, no âmbito do POAlgarve.

Centro - Monitorização de cada uma das operações apoiadas no âmbito do regulamento áreas de acolhimento empresarial, sendo notificados trimestralmente os beneficiários cujas operações: não apresentam pedidos de pagamento há mais de 6 meses; não apresentaram o relatório final da operação; que apresentam uma execução abaixo de 10%.

Norte – No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 foram contratadas diversas realizações enquadráveis nesta medida, entre as quais se destacam (dados acumulados 2007-2012):

- Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial: 172,9 hectares;

- Área de infraestruturas/equipamentos nos parques de ciência e tecnologia: 16 hectares;

- Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia: 256 empresas;

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -

Alentejo - No âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, foram envolvidos diversos recursos financeiros enquadráveis nesta medida, entre os quais se destacam (dados acumulados 2007-2013):

- Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística: 32M€ de investimento total (24M€ dos quais relativos a fundos comunitários)

- Apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica: 13M€ de investimento total (7M€ dos quais relativos a fundos comunitários).

Algarve - No âmbito do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 foram contratadas diversas realizações enquadráveis nesta medida: 7 operações com um volume de investimento associado de 13.639 mil euros a que corresponde um co-financiamento de 10.083 mil euros.

Centro - O regulamento áreas de acolhimento empresarial a 31/12/2013 tinha uma dotação afeta no montante de 36,296 milhões de euros, correspondendo a 50 operações. Na CCDRC, estão envolvidos 4 técnicos superiores e 1 dirigente.

Norte – No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, foram envolvidos diversos recursos financeiros enquadráveis nesta medida, entre os quais se destacam (dados acumulados 2007-2012):

- Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística: 60,7 M€ de investimento público (45,3M€ dos quais relativos a fundos comunitários)

- Apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica: 61,8M€ de investimento público (49,7M€ dos quais relativos a fundos comunitários)

Foram ainda financiadas, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013:

- 8 Operações;

- Investimento total = 17,525 M€;

- FEDER = 13,530 M€;

NORTE-07-0363-FEDER000005 Construção Da Zona Oficinal de Santa Marta de Penaguião;

NORTE-07-0363-FEDER000006 Parque Empresarial de Anreade;

NORTE-07-0363-FEDER000007 Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos;

NORTE-07-0363-FEDER000010 Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho Fase 2 Qualificação e Upgrade Operacional;

NORTE-07-0363-FEDER000017 Parque Tecnológico e de Negócios de Ourivesaria de Gondomar, 1a Fase;

NORTE-07-0363-FEDER000026 Parque do Cercal Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado;

NORTE-07-0363-FEDER000030 Área de Acolhimento Empresarial de Penedono infraestruturas coletivas;

NORTE-08-0469-FEDER000014 Pólo 6 Cidade Empresarial;

No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível dos Eixos Prioritários 1 e 2, foram financiados 12 projetos, promovidos por diversos Municípios, pela PFR INVEST, pela Associação MinhoPark Monção e pela PERM, correspondendo a um investimento total de 70,2 M€ e uma comparticipação FEDER de 42,2 M€.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT -
Alentejo - Nada a referir.
Algarve - A CCDR não dispõe desta informação. Não existe conhecimento de eventuais áreas desejadas pelos municípios que não tivessem sido formalizadas em planos.
Centro - Nada a referir.
Norte - De uma forma geral, todas as ações descritas na questão (A2c) atingiram algum grau de realização no período de execução definido para a medida.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

–Não aplicável (mas em curso até 2015)

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -
Alentejo - Nada a referir.
Algarve - A CCDR não dispõe desta informação.
Centro - Não.
Norte – As ações descritas na questão (A2c) referem-se ao previsto em 2007 no Programa Operacional Regional do Norte. Poderiam mencionar-se outras ações, da responsabilidade de diversas instituições. No contexto específico das atividades da CCDRN, destacam-se ainda as seguintes ações, levadas a cabo entre 2007 e 2013, e associáveis a esta medida: - Dinamização e seguimento do "Plano de Ação para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal", incluindo o apoio à montagem técnica, financeira e institucional das principais iniciativas e projetos do Plano de Ação - Desenvolvimento de um projeto de levantamento e caracterização de Áreas de Acolhimento Empresarial da Região do Norte.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	%		2007		2015		2013
Alentejo - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	%		2007	n.a.	2015	63%	2013
Algarve - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	%		2007		2015	72%	2013
Centro - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	%	0	2007	100%	2015	79,46%	2013
Norte - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	%		2007		2015	60%	2013
LVT - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	€		2007		2015		2013
Alentejo - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	€		2007	n.a	2015	18.090.846/ 28.694.133	2013
Algarve - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	€		2007		2015	72%	2013
Centro - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	€	0	2007	36.296.837 ,07€	2015	28.843.121,50€	2013
Norte - Investimento elegível executado em relação ao aprovado, nas operações contratadas do regulamento "Áreas de acolhimento empresarial e Logística"	€		2007		2015	35.220.245,93€	2013
LVT - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial	ha		2007		2015		2013
Alentejo - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial	ha		2007		2015	Sem viabilidade	2013
Algarve - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial	ha		2007		2015		2013
Centro - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial	ha	ND	2007	ND	2015	ND	2013

Norte - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial	ha		2007		2015	269,2	2013
LVT - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	ha		2007		2015		2013
Alentejo - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	ha		2007		2015	Sem viabilidade	2013
Algarve - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	ha		2007		2015	19,5	2013
Centro - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	ha	ND	2007	ND	2015	ND	2013
Norte - Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	ha		2007		2015	172,9	2013
LVT - Empresas instaladas nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	N.º		2007		2015		2013
Alentejo - Empresas instaladas nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Empresas instaladas nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	N.º		2007		2015	2	2013
Centro - Empresas instaladas nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	N.º	ND	2007	ND	2015	ND	2013
Norte - Empresas instaladas nas áreas de acolhimento empresarial apoiadas	N.º		2007		2015	16	2013
LVT - Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia apoiados	N.º		2007		2015		2013
Alentejo - Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia apoiados	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia apoiados	N.º	n.a	2007	n.a	2015	n.a	2013
Centro - Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia apoiados	N.º	ND	2007	ND	2015	ND	2013
Norte - Empresas instaladas nos parques de ciência e tecnologia apoiados	N.º		2007		2015	256	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	x	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -

Alentejo - Processo de Monitorização e Avaliação do POR Alentejo.

Algarve - A CCDR Algarve tem em curso, desde 2009, o projeto ("AlgarveAcolhe", www.algarveacolhe.com). Este projeto tem como objetivo principal divulgar a oferta regional de lotes/parcelas e instalações livres/disponíveis. Os trabalhos de base do projeto (em curso) – levantamento e sistematização da situação atual dos espaços definidos nos IGT para os fins empresariais – permitem acompanhar a programação, execução e ocupação destas áreas. São acompanhados indicadores como: lotes, parcelas e instalações (ocupadas, comprometidas e livres para venda/aluguer), usos das parcelas, lotes e instalações; classificação das CAE das empresas instaladas, etc.

Centro - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois: monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; relatório anual de execução do Programa Operacional.

Norte - As ações descritas na questão A2c têm vindo a ser acompanhadas no contexto dos diversos processos de monitorização e avaliação do Programa Operacional (PO) Regional do Norte. Entre estes, contam-se os que decorrem de obrigações da monitorização operacional e financeira do QREN e dos respetivos PO. É possível consultar os principais documentos de avaliação, incluindo detalhes sobre as respetivas evidências, na seguinte ligação:

http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=47

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -

Alentejo - Concordância com CCDR Norte.

Algarve - As principais dificuldades externas que dificultam a execução da medida são de naturezas muito distintas: a situação económica atual; a pouca atenção dada na região a outras atividades para além do conjunto construção/imobiliária/turismo; a falta de articulação entre agentes públicos e privados

Centro – i) Dificuldade no encerramento de operações, uma vez que parte significativa dos requisitos admissibilidade (licenças ambientais, posse efetiva dos terrenos, . .) e de verificação da conformidade das regras de contratação pública (conta final, trabalhos a mais e a menos, revisão de preços) é efetuada nesta sede. Menor capacidade de investimento do setor empresarial, decorrente de dificuldades de financiamento junto do sistema financeiro e do baixo clima de confiança económica, o que se refletiu na contratação e na execução de projetos.

ii) Alguns atrasos na execução de projetos de natureza municipal que se devem sobretudo a:

- um número crescente de insolvências de empresas de construção civil que implicam longos períodos de paragem das obras, que envolvem elevadas dificuldades de gestão documental e administrativa, com as consequentes dificuldades de quitação de despesa, bem como a necessidade de desenvolver novos procedimentos para a conclusão das obras, o que envolve novamente maior carga administrativa e um

mais longo período de tempo para execução;

- falta de liquidez dos próprios empreiteiros, que, por vezes, suspendem as obras em curso quando se verifica algum atraso nos pagamentos;

- situações de sobre-endividamento de alguns municípios, o que envolve falta de liquidez e dificulta o ritmo de execução física dos projetos, com suspensão das obras em curso, e atrasa a conclusão financeira dos projetos.

Norte – Na execução da medida destacam-se dificuldades externas associadas à conjuntura económica e financeira adversa. Do lado dos promotores, as dificuldades de tesouraria, os constrangimentos no acesso ao crédito e os limites impostos ao endividamento cortaram seriamente a sua capacidade de avançar com novos investimentos e condicionaram o ritmo de execução dos projetos já em curso.

Pela relevância que assumem no contexto desta medida, salientam-se ainda os condicionalismos financeiros que envolvem os municípios.

Poderão igualmente referir-se algumas dificuldades internas, associadas (i) a alterações do enquadramento programático e regulamentar do QREN; (ii) à gestão das disponibilidades orçamentais do PO Regional; e (iii) à persistência de alguns entraves a uma mais célere execução das operações contratadas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT -

Alentejo - Concordância com CCDR Centro.

Algarve - A informação recolhida ao longo do projeto indicia a subsistência de problemas que comprometerão a realização dos objetivos específico e estratégico.

Centro - A medida contribui de forma decisiva para a capacidade de atrair novos investimentos para a região, bem como contribuir para o ordenamento do território, localizando as atividades económicas em espaços dedicados.

Norte – Pelo facto de maioritariamente estarem aqui em causa realizações muito recentes, ou ainda em curso, o exercício de apreciação da sua relevância para a prossecução de objetivos de nível superior será sempre limitado e incompleto.

Apesar disso, prevê-se que as ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) possam vir a contribuir de forma significativa para o correspondente objetivo específico (promover polos de competitividade e qualificar o emprego), mas de forma mais limitada para o respetivo objetivo estratégico (reforçar a competitividade de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -

Alentejo - Concordância com CCDR Norte.

Algarve - Os trabalhos efetuados demonstram a existência de muitos planos aprovados mas que não têm execução física; o elevado número de lotes e de instalações livres/disponíveis; e uma ocupação das áreas definidas para os fins empresariais com empresas que não se enquadram no perfil industrial/logístico/serviços avançados de apoio à atividade económica. Detetaram-se também evidências do caráter vago e generalista das estratégias assumidas, assim como da desarticulação entre entidades quanto à implementação dos planos (áreas para fins empresariais).

Centro - As realizações estão em linha com os resultados esperados.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -

Alentejo - Concordância com CCDR Norte.

Algarve - As ações enquadradas nesta medida encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos impactos só será possível num momento posterior.

Centro - Melhoria do acolhimento empresarial garantindo-se soluções que diminuem o impacto ambiental ao nível do ordenamento do território.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se maioritariamente em curso, pelo que o balanço dos respetivos impactos só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo - Nada a referir. A medida deverá ser orientada, preferencialmente para a criação, capacitação e consolidação de espaços de acolhimento e apoio a empresas e empreendedores no âmbito dos processos de criação e instalação de empresas (áreas de acolhimento empresarial e infraestruturas de incubação), que apoiem o desenvolvimento de novos negócios, oferecendo às empresas nascentes serviços diversificados e condições de localização, servindo ainda de interface entre instituições de I&D e empresas e entre estas e os mercados.
Algarve - O foco desta medida deverá passar mais por questões de qualificação da gestão dos espaços de localização empresarial e menos pela infraestruturação deste tipo de espaços.
Centro – Nada a referir
Norte – Por um lado, esta medida deveria ser mais detalhada na programação para 2014-2020. O seu grau de abrangência e a forma sintética com que é apresentada no Plano de Ação do PNPOT 2007-2013 levanta um conjunto de desafios à sua implementação e monitorização, que se deveriam procurar minimizar no novo período de programação. Por outro lado, o foco desta medida deverá passar mais por questões de qualificação da gestão dos espaços de localização empresarial e menos pela infraestruturação deste tipo de espaços.

A8. Observações complementares

Nada a referir

Objetivo Específico 2.4

Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT -
Alentejo - Concordância com CCDR Norte.
Algarve - Foram definidas e executadas as ações a montante necessárias para a implementação do objetivo especifico, sem contido, terem sido concretizadas no terreno, as ações concretas que demonstrem efetivamente a promoção dos pólos regionais.
Centro - As infraestruturas criadas ou qualificadas permitem o reforço da competitividade regional pelo acréscimo potencial dos recursos imprescindíveis à produção do conhecimento científico e tecnológico; pela criação de redes de inovação que facilitam a interação entre a produção do conhecimento e a sua aplicação à atividade económica; e pela promoção do empreendedorismo de base tecnológico através do apoio técnico à criação e desenvolvimento de negócios, bem como à instalação de empresas.
Norte – Está ainda em curso, pelo que não se pode avaliar o cumprimento do objetivo específico na sua globalidade. Atendendo à conjuntura económica é de máxima importância a continuidade deste objetivo especifico na programação para 2014-2020.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não

Centro -	X	Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo - Monitorização operacional e financeira e Relatórios de Execução Anual.
Algarve - Avaliação intercalar do PO Regional.
Centro – Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois mais operacionais: a monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; e o relatório anual de execução do Programa Operacional da Região Centro Em termos mais estratégicos destacamos a avaliação intercalar do PO Regional do Centro.
Norte -

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 2.5.1

Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, nomeadamente através do apoio a iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação; Instituto do Emprego e Formação Profissional.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território; Entidades PROVERE; Comunidades Intermunicipais. Autoridade de Gestão do POPH.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Alentejo - Não iniciada		Em curso		Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Alentejo -

Algarve - As principais ações ao nível do POR Algarve são a implementação da iniciativa PROVERE e dos apoios no âmbito do regulamento SIALM (Sistema de Incentivos de Apoio Local a Micro Empresas).

Centro – As principais ações ao nível do POR Centro são a implementação da iniciativa PROVERE e dos apoios no âmbito do regulamento SIALM (Sistema de Incentivos de Apoio Local a Micro Empresas), criado pela Portaria de 15 de fevereiro que se enquadra pelo Programa Valorizar criado pela RCM nº 7/2012.

Está a ser efetuado um acompanhamento trimestral de cada uma das operações, no âmbito de um plano de ação para gestão de execução e encerramento do PO Centro 2007/2013.

Norte - - Programa PROVERE: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, criado no âmbito do QREN e das suas Estratégias de Eficiência Coletiva que apoiou a promoção de consórcios locais ou regionais, de entidades públicas e privadas, orientados para a melhoria da competitividade de territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial.

- Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal: Quadro de referência de políticas de formação e emprego para todos os atores regionais envolvidos na promoção do emprego e empregabilidade.

- Pactos Territoriais para a Empregabilidade: processos de concertação à escala supramunicipal participados pelos principais atores representativos dos territórios (orgãos de governação regional e local, da formação, educação e emprego, do tecido económico e do sistema de ciência e tecnologia, etc) que têm como objetivo definir uma estratégia para a promoção da empregabilidade, estabelecendo a visão, prioridades e principais referenciais para melhorar a adequação entre a oferta de ensino e formação e as necessidades, as oportunidades e os riscos que emergem do diagnóstico prospetivo efetuado.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Alentejo -

Algarve - Monitorização de cada uma das operações apoiadas no âmbito do PROVERE e do SIALM, sendo notificados trimestralmente os beneficiários cujas operações: não apresentam pedidos de pagamento há mais de 6 meses; não apresentaram o relatório final da operação; que apresentam uma execução abaixo de 10%.

Centro – i) Apoio a operações incluídas em iniciativas PROVERE;

ii) Apoio a iniciativas empresariais SIALM;

iii) Monitorização de cada uma das operações apoiadas no âmbito do PROVERE e do SIALM, sendo notificados trimestralmente os beneficiários cujas operações: não apresentam pedidos de pagamento há mais de 6 meses; não apresentaram o relatório final da operação; que apresentam uma execução abaixo de 10%.

Norte – Pactos Territoriais para a Empregabilidade nos seguintes territórios:

- Alto Minho

- Ave

- Tâmega e Sousa

Programas de Ação inscritos nas EEC PROVERE.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Alentejo -

Algarve – No âmbito das ações PROVERE em 01/06/2014 estavam aprovadas 2 operações com um incentivo FEDER 376 m€. No que diz respeito ao SIALM estavam aprovadas 13 operações com um incentivo FEDER de 236 m€.

Estas operações são acompanhadas por 1 dirigente e 1 técnico superior.

Centro – O regulamento Promoção e Capacitação Institucional onde são maioritariamente financiadas as ações do PROVERE a 31/12/2013 tinha uma dotação afeta no montante de 26,724 milhões de euros, correspondendo a 43 operações. São dois os dirigentes que tratam deste programa. Um da CCDRC e outro do Programa Operacional.

No âmbito do programa Valorizar, o SIALM a 31/12/2013 tinha uma dotação disponível afeta de 4,198 milhões de euros. Na CCDRC, envolveu 2 técnicos superiores e 1 dirigente.

Norte - No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível dos Eixos Prioritários 1 e 2, foram financiados 85 projetos, correspondendo a um investimento total de 84,8 M€. e uma comparticipação FEDER de 63,7 M€.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Alentejo -

Algarve -

Centro - Nada a referir.

Norte - De uma forma geral, as ações previstas (A2c) atingiram uma adequada maturidade de realização no período de execução definido para a medida.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

–Não aplicável

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Alentejo -

Algarve -
Centro - Não
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Alentejo - Execução dos projetos aprovados no âmbito do PROVERE	%		2007		2015		2013
Algarve - Execução dos projetos aprovados no âmbito do PROVERE	%	SD	2007	100	2015	26	2013
Centro - Execução dos projetos aprovados no âmbito do PROVERE	%	0	2007	100%	2015	55,54%	2013
Norte - Execução dos projetos aprovados no âmbito do PROVERE	%		2007		2015	40%	2013
Alentejo - Execução do regulamento SIALM	%		2007	n.a.	2015	2,9%	2013
Algarve - Execução do regulamento SIALM	%		2007		2015		2013
Centro - Execução do regulamento SIALM	%	0	2007	100%	2015	12,64%	2013
Norte - Execução do regulamento SIALM	%		2007		2015	0,4%	2013
Alentejo - Programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º		2007		2015		2013
Centro - Programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º	0	2007	8	2015	8	2013
Norte - Programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º		2007		2015	9	2013
Alentejo - Ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º		2007		2015		2013
Centro - Ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º	0	2007	39	2015	39	2013

Norte - Ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	N.º		2007		2015	18	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Alentejo - Relatório de Execução Anual do POR Alentejo.
Algarve - Relatórios de Execução Anual do Programa Operacional Regional 2007 – 2013.
Centro - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois: - monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; - relatório anual de execução do Programa Operacional
Norte - Relatório de Execução Anual do Programa Operacional Regional 2007 – 2013.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Alentejo -
Algarve -
Centro – i) A AG tem um número significativo de operações imateriais associadas ao PROVERE, que pela sua natureza, implicam um esforço técnico adicional quer na análise técnico-financeira, quer na apreciação de pedidos de pagamento. ii) Dificuldade no encerramento de operações, uma vez que parte significativa dos requisitos admissibilidade (licenças ambientais, posse efetiva dos terrenos, . .) e de verificação da conformidade das regras de contratação pública (conta final, trabalhos a mais e a menos, revisão de preços) é efetuada nesta sede. Menor capacidade de investimento do setor empresarial, decorrente de dificuldades de financiamento junto do sistema financeiro e do baixo clima de confiança económica, o que se refletiu na contratação e na execução de projetos. iii) Dificuldade na execução dos projetos do SIALM devido à tipologia de beneficiário, i.e., entidades que não estão capacitados para gerir operações cofinanciadas dada a sua envolvente administrativa.
Norte - Sem informação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Alentejo -
Algarve - Verificou-se o atenuar das quebras de população nas freguesias do interior, registando-se nalguns casos aumentos populacionais.
Centro - A medida contribui de forma decisiva para a melhoria da atratividade das zonas de baixa densidade, em particular pela dinamização da atividade económica e pela valorização dos recursos.
Norte - Os Pactos Territoriais para a Empregabilidade e as EEC PROVERE constituem processos de desenvolvimento intrarregional de caráter transversal que envolvem diversos instrumentos de financiamento (Programas Operacionais Regionais e Temáticos do QREN, PRODER, PROMAR) e que se caracterizam por um valor acrescentado no aumento da empregabilidade e das oportunidades de emprego em regiões com menor dinamismo económico e social, possibilitando a construção de identidades coletivas em torno de focos temáticos e de estratégias, com especial relevância para a promoção turística em áreas de baixa densidade.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Alentejo -
Algarve -
Centro - As realizações estão em linha com os resultados esperados.
Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Alentejo -

Algarve -
Centro - Estão a ser criadas muitos postos de trabalho (mais de 200) maioritariamente qualificados em espaços de baixa densidade
Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Alentejo - O próximo período de programação deverá enquadrar a possibilidade de mobilização de Pactos Territoriais para a Empregabilidade e a implementação de Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (DLBC - Desenvolvimento Local Promovidos pelas Comunidades Locais e ITI - Investimento Territorial Integrado).
Algarve -
Centro -
Norte - O próximo quadro comunitário de apoio deverá prever a possibilidade de mobilização de Pactos Territoriais para a Empregabilidade e a implementação de abordagens territoriais integradas de desenvolvimento, nomeadamente o instrumento "Desenvolvimento Local de Base Comunitária" (DLBC).

A8. Observações complementares

Alentejo – Nada a referir

Algarve – Nada a referir.
Centro - Nada a referir
Norte - Não aplicável nesta situação.

Objetivo Específico 2.5

Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Alentejo - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Alentejo - No Alentejo, entre 2001 e 2011, verificou-se uma atração de população dos aglomerados populacionais de maior dimensão, contribuindo essa concentração populacional para um ainda maior desequilíbrio na distribuição da população pelo território.
Algarve - Verificou-se o atenuar das quebras de população nas freguesias do interior, registando-se nalguns casos aumentos populacionais
Centro - A medida contribui de forma decisiva para a melhoria da atratividade das zonas de baixa densidade, em particular pela dinamização da atividade económica e pela valorização dos recursos. No que concerne ao á iniciativa SIALM, desenvolvida no âmbito do programa valorizar, estão a ser criadas muitos postos de trabalho (mais de 200) maioritariamente qualificados em espaços de baixa densidade
Norte - Não obstante as medidas e investimentos concretizados e em curso, verificam-se para o mesmo período um conjunto de indicadores demográficos, económicos e de empregabilidade negativos, que não asseguram as metas do objetivo específico em causa.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) e avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

Alentejo -		Sim		Não
Algarve -		Sim	**X**	Não
Centro -	x	Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Alentejo - Monitorização das dinâmicas territoriais (Relatórios do InAlentejo; Boletins da CCDR), com referências às alterações de contexto nos domínios da demografia e do mercado de trabalho.
Algarve -
Centro – Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois mais operacionais: a monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; e o relatório anual de execução do Programa Operacional da Região Centro Em termos mais estratégicos destacamos a avaliação intercalar do PO Regional do Centro.
Norte -

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - População a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes	%		2007				2013
Alentejo - População a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes	%		2007				2013
Algarve - População a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes	%		2007			44,6	2013
Centro – População a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes	%		2007			20,18	2013
Norte - População a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes	%		2007			45,4	2013
LVT - População a residir em sedes de concelho	N.º		2007				2013
Alentejo - População a residir em sedes de concelho	N.º		2007				2013
Algarve - População a residir em sedes de concelho	N.º		2007			190.208	2013
Centro – População a residir em sedes de concelho (cidades)	N.º		2007			717.837	2013
Norte - População a residir em sedes de concelho	N.º		2007			602.177	2013
LVT - População com ensino terciário a residir na região	%		2007				2013
Alentejo - População com ensino terciário a residir na região	%		2007				2013

Algarve - População com ensino terciário a residir na região	%		2007				2013
Centro – População com ensino terciário a residir na região	%		2007			13,08	2013
Norte - População com ensino terciário a residir na região	%		2007			30,7	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	2.3
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	2.3 2.4 e 2.5
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	2.3, 2.4 e 2.5
Centro - Objetivo(s) específico(s)	2.4, 2.3, 2.5. e 2.2
Norte - Objetivo(s) específico(s)	2.4; 2.5

Justificação sucinta da resposta anterior:

LVT –A Política de Cidades e de desenvolvimento urbano sustentável constitui um pilar estruturante para o reforço da competitividade da Região de Lisboa.

Alentejo – A estratégia de desenvolvimento regional no horizonte 2020 aponta para: (i) consolidação do sistema regional de inovação e competências; (ii) qualificação e internacionalização de ativos do território; (iii) renovação da base económica sobre os recursos naturais e a excelência ambiental e patrimonial; (iv) qualificação do território – redes de suporte e novas dinâmicas territoriais; (v) qualificações, empregabilidade e inclusão social.

As medidas propostas incluem a modernização das cidades no contexto da organização do Sistema Urbano Policêntrico e entre os elementos de suporte à nova configuração das cidades destacam-se as indústrias criativas e da cultura.

Na Região, a abordagem da formação do potencial humano deve estabelecer desafios para as respostas no âmbito das qualificações e na relação com as empresas.

A qualificação do território pretende combinar um conjunto de objetivos das politicas publicas regionais e intermunicipais para: (i) completar respostas às necessidades de qualificação dos sistemas e redes de suporte; (ii) qualificar os argumentos locativos para captar agentes inovadores e investimentos-âncora em corredores territoriais estruturantes; (iii) organizar respostas para os desafios da valorização do património cultural e da regeneração urbana; (v) promover soluções de mobilidade sustentável e de utilização eficiente da energia nos principais centros urbanos da Região.

Algarve - Os três objetivos específicos concorrem de igual forma para a prossecução das responsabilidades da CCDR.

Centro – Tendo em conta que as cidades se constituem como elementos-chave na criação e desenvolvimento de atividades inovadoras e de alto valor acrescentado e de criação de emprego, então a prossecução deste objetivo específico encontra a sua justificação neste papel das cidades da região. No âmbito do exercício de programação para 2014-2020, foram realizados o Plano de Ação Regional (PAR), a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e a versão de trabalho do Programa Operacional Regional (POR). Há uma concentração de esforços da Região Centro em torno das seguintes prioridades estratégicas nucleares: 1) Sustentar e Aumentar a Criação de Valor (alinhada com 2.4, 2.3, 2.5. e 2.2); 2) Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão (alinhada com 2.5, 2.4 e 2.3); 3) Gerar, Captar e Reter Talento (alinhada com 2.5, 2.4 e 2.3); 4) Reforçar a Coesão Territorial (alinhada com 2.5, 2.3 e 2.2); 5) Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes (alinhada com 2.3, 2.4, 2.5 e 2.2); 6) Consolidar a Capacitação Institucional (alinhada com 2.5 e 2.4). Para a concretização destas prioridades, contribuem os domínios diferenciadores regionais (agrupados em temáticos: agricultura, floresta, mar, turismo, TICE, materiais, biotecnologia, saúde e bem-estar e transversais: produtividade industrial sustentável, eficiência energética e inovação rural) e todos os eixos prioritários do POR: Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR) Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS) Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER) Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR) Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR) Eixo 6: Afirmar Sustentabilidade de Territórios e Recursos (SUSTENTAR) Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR) Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)
Norte - Assegurar níveis de competitividade, viabilidade económica e de empregabilidade, independentemente e para além dos níveis de internacionalização da economia, através do objetivo 2.3.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	-
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	-
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	-
Centro - Objetivo(s) específico(s)	-
Norte - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -
Algarve -

Centro - Neste objetivo específico, considera-se que deve ser alargada a estratégia de aproveitamento sustentável a todos os recursos relevantes, como a cultura, ações de envelhecimento ativo, etc que podem potenciar o turismo.

Norte -

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -		Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -–A Política de Cidades e de desenvolvimento urbano sustentável constitui um pilar estruturante para o reforço da competitividade da Região de Lisboa

Alentejo - O OE 2.5.1 deveria dar mais ênfase à componente de atratividade e rejuvenescimento da população, nomeadamente através da implementação de medidas de incentivo à sua instalação e integração em novos contextos socioprofissionais.

Algarve -

Centro - A existência de uma vontade clara, em termos políticos, de apostar, em termos de políticas públicas, quase exclusivamente na ferrovia e nos portos. Assim, talvez o OE 2.2 pudesse ser mais especificado.

O objetivo 2.6 deveria passar, por outro lado, a abranger todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, podendo ter uma formulação do tipo: "*Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável de todos os recursos que possam contribuir para a competitividade turística de Portugal*".

Norte - Estes objetivos específicos deviam ser alargados a algumas fileiras do setor primário, valorizadoras dos recursos endógenos em espaço rural.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Documentos internacionais: Estratégia Europa 2020; Quadro Estratégico Comum 2014-2020 (QEC 2014-2020); Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS); Estratégia: Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa (EICS); Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos (REEUR); Programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente «Viver bem, dentro dos limites do nosso planeta»; Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (EB 2020); Plano de Ação sobre a Ecoinovação (Plano EcoAP);

Documentos nacionais: Programa Nacional de Reformas (Portugal 2020); Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015); Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC); Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC); Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020); Estratégia Nacional para o Mar (ENM); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020 (EFICE); Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2008- 2015 (PNAEE); Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS, mesmo dizendo respeito ao período 2008-2013); Plano Setorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000); Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT 2013-2015); Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 (PET 2011-2015); Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC); Programa Específico de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP); Estratégia Nacional para as Florestas (ENF); Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI); Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais 2000-2015 (PNAPRI 2000-2015); Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2011-2020); Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD); Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas (EAAFAC); Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC); Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013 (ENEAPAI); Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos; - Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais 2020 (PEAASAR 2020) – em curso; Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II); Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020) – em curso; Plano Nacional da Água (PNA); Plano Nacional para a Gestão de Resíduos (PNGR 2011-2020); Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI); Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP); Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2020); Programa Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2014-2020 (PNAER); Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2012-2020);

documentos regionais: Planos Regionais de Ordenamento do Território; Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica; Planos de Ordenamento da Orla Costeira; Estratégias Regionais de Especialização Inteligente; Planos de Ação Regional 2014-2020; Programas Operacionais Regionais 2014-2020 .

(info prestada pelas CCDR Centro e Norte

B3. Observações complementares

Nada a referir

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.2.*	*Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.*
Medidas Prioritárias	*3.2.6*	*Integrar no planeamento municipal e intermunicipal a dimensão financeira dos sistemas de transportes e de mobilidade, programando os investimentos, os subsídios e a captação de valor junto dos beneficiários indiretos de forma a assegurar a boa gestão e a sustentabilidade da exploração desses sistemas (2007-2013).*

Objetivo específico	*3.3.*	*Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas.*
Medidas prioritárias	*3.3.2*	*Reforçar a componente estratégica dos Planos Diretores Municipais, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios (2007-2009).*
	3.3.3	*Definir nos PROT do território continental e das Regiões Autónomas o quadro estratégico de organização dos sistemas regionais de ordenamento do território, designadamente nos domínios ecológico, urbano e das acessibilidades e mobilidade, tendo em conta os objetivos do reforço de centralidades, de um desenvolvimento urbano mais compacto e do controlo e disciplina da dispersão da construção (2007-2008).*
	3.3.4	*Incentivar novas parcerias para o desenvolvimento de programas integrados de reabilitação, revitalização e qualificação das áreas urbanas, reforçar e agilizar o papel das Sociedades de Reabilitação Urbana e rever o enquadramento fiscal e financeiro das operações integradas nestes programas (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.2.6

Integrar no planeamento municipal e intermunicipal a dimensão financeira dos sistemas de transportes e de mobilidade, programando os investimentos, os subsídios e a captação de valor junto dos beneficiários indiretos de forma a assegurar a boa gestão e a sustentabilidade da exploração desses sistemas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios;

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Associações de Municípios

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Estradas de Portugal; REFER; INAC;

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Mobilidade e Transportes, Operadores privados.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	x	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT -
Alentejo - *Operações financiadas no âmbito do POR Alentejo, nomeadamente nos seguintes tipos (tipologia 50)* *- Requalificação de estradas; caminhos municipais; pistas cicláveis; aérodromo, aeroporto de Beja.*
Algarve - Desconhece-se o grau de execução da medida, por parte dos municípios.
Centro - Desconhece-se.
Norte – Municípios: Os programas de execução, associados aos processos de revisão dos PDM, em fase final ou já revistos, integram o dimensionamento e a programação financeira da sua rede de transportes. Na Região do Norte já existirão 46 relatórios executados. Em articulação com os processos de revisão dos Planos Diretores Municipais então em curso, as Comunidades Intermunicipais (CIM) e a Área Metropolitana do Porto foram convidadas a desenvolver Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD), consubstanciando, ao nível intermunicipal, estratégias de desenvolvimento territorial e respetivas prioridades de investimento para o período 2007-2013. Os PDT incluíram, nomeadamente, a programação de investimentos relativos à promoção da Mobilidade Urbana, designadamente, operações relativas a variantes a centros urbanos, planos de mobilidade urbana sustentável, qualificação do sistema de transportes públicos de passageiros e eliminação de pontos negros de sinistralidade.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -
Alentejo - As previstas no ponto A2C.
Algarve
Centro - Em articulação com os processos de revisão dos Planos Diretores Municipais então em curso, as Comunidades Intermunicipais (CIM) desenvolveram Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD), consubstanciando, ao nível intermunicipal, estratégias de desenvolvimento territorial e respetivas prioridades de investimento para o período 2007-2013. Os PDT incluíram, nomeadamente, a programação de investimentos relativos à promoção da Mobilidade Urbana, designadamente, operações relativas a variantes a centros urbanos, planos de mobilidade urbana sustentável, qualificação do sistema de transportes públicos de passageiros e eliminação de pontos negros de sinistralidade.
Norte – No contexto dos PTD foram e no âmbito do ON.2, designadamente, no quadro da Mobilidade Territorial, foram enquadrados 199 projetos Conforme referido no ponto anterior, na Região do Norte já existirão 46 relatórios executados.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -

Alentejo - No âmbito do POR Alentejo, nesta tipologia (mobilidade territorial), até 31-12-2013, o investimento elegível aprovado é de 102.544.531 euros e o FEDER aprovado de 84.516.599 euros.

Algarve - Relativamente à tipologia "Mobilidade Territorial" em 31/12/2013, encontravam-se aprovadas, 21 operações com um investimento elegível de 26,1 milhões de Euros e um co-financiamento de 16,7 milhões de Euros.

Centro - No âmbito do PO Centro, nesta tipologia (mobilidade territorial), até 31-12-2013, o FEDER aprovado era de 140.050.359,36 euros..

Norte - No contexto dos PTD, os 199 projetos referidos no ponto anterior, representaram um investimento total de cerca de 145,4M€ com comparticipação FEDER de 118,2M€.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT -

Alentejo - Nada a referir.

Algarve -

Centro - Desconhece-se.

Norte - De uma forma geral, as ações previstas (A2c) atingiram uma adequada maturidade de realização no período de execução definido para a medida.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

–Não aplicável

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -

Alentejo - Nada a referir.

Algarve -

Centro - Desconhece-se.

Norte - No âmbito do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte de Portugal, foi desenvolvida a Agenda para a promoção da Mobilidade e Transportes e Logística e respetivo Plano de Ação 2008-2013, consensualizando uma estratégia de desenvolvimento e um plano de investimentos prioritários que não apenas visava a promoção de uma mobilidade mais sustentável mas «o desenvolvimento de um policentrismo regional assente na multimodalidade como condição para o

fortalecimento das nossas cidades».

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Projetos de transportes	N.º				2015		2013
Alentejo – Projetos de transportes	N.º			120	2015	135	2013
Algarve - Projetos de transportes	N.º				2015		2013
Centro - Projetos de transportes	N.º	0	2007	0	2015	0	2013
Norte - Projetos de transportes	N.º				2015	6	2013
LVT - Reconstrução/beneficiação estradas existentes	Km				2015		2013
Alentejo – Reconstrução/beneficiação estradas existentes	Km			900	2015	1.017	2013
Algarve - Reconstrução/beneficiação estradas existentes	Km				2015		2013
Centro - Reconstrução/beneficiação estradas existentes	Km	0	2013	500	2015	517	2013
Norte - Reconstrução/beneficiação estradas existentes	Km				2015	1290	2013
LVT - Construção de novas estradas	Km				2015		2013
Alentejo – Construção de novas estradas	Km			9	2015	10	2013
Algarve - Construção de novas estradas	Km				2015		2013
Centro - Construção de novas estradas	Km	0	2007	-	2015	80	2013
Norte - Construção de novas estradas	Km				2015	120	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT - [ ] Sim [ ] Não

Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim		Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -
Alentejo – No POR Alentejo: Indicadores de Eixo; Indicadores Comuns Comunitários.
Algarve -
Centro -
Norte -

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -
Alentejo - Nada a referir
Algarve -
Centro - Desconhecem-se.
Norte - Pese embora as orientações nacionais relativas à dinamização de planos de mobilidade urbana sustentável (Pacote da Mobilidade), o seu caráter inovador e não vinculativo terá limitado uma maior concentração temática ou o desenvolvimento de sinergias que, de outro modo, teriam sido potenciadas, ou seja, caso o desenvolvimento das ações tivesse sido enquadrado por um PMUS.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT -
Alentejo - No POR Alentejo foram apoiadas 135 operações, no âmbito da mobilidade e transportes, tendo assim o seu contributo para a melhoria da mobilidade regional. Foram reconstruídos cerca de 1.017 Km de estradas e 10 Km de novas estradas.
Algarve -
Centro - As operações apoiadas no âmbito do PO Regional do Centro permitiram melhorar a mobilidade regional e sub-regional tendo contribuído para a reconstrução/beneficiação de cerca de 517km de estradas existentes e construir 80km de novas estradas.
Norte - As 199 ações enquadradas pelo ON.2, no âmbito da Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade e Transportes tiveram um contributo fundamental para a estruturação das redes de infraestruturas de suporte à mobilidade regional e sub-regional tendo contribuído para a reconstrução/beneficiação de cerca de 1.290km de estradas existentes, a construção de cerca de 120km de novas estradas e a redução da sinistralidade rodoviária (55 ações).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -
Alentejo - As ações enquadradas nesta medida encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior
Algarve -
Centro - Desconhece-se.
Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -
Alentejo - Concordância com CCDR Norte.
Algarve -
Centro - Desconhece-se.

Norte - As ações enquadradas nesta medida (cf. questão A2c) encontram-se ainda em curso, pelo que o balanço dos respetivos resultados só será possível num momento posterior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas		Outras características	
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -

Alentejo - Concordância com CCDR Norte. A estratégia de desenvolvimento regional aponta, preferencialmente, para intervenções específicas que visem a concretização de conexões logísticas mais eficientes e mobilidade mais sustentável, com ganhos de competitividade para as empresas e de mobilidade para as populações.

Algarve -

Centro - Deverá ser incluído o resultado das programações de investimento dos sistemas de transporte e mobilidade no planeamento municipal e intermunicipal de maneira a poder-se de fato aferir da consolidação de novas centralidades urbanas e da promoção de sistemas urbanos mais policêntricos.

Norte - O diagnóstico regional aponta para que futuros investimentos em infraestruturas e serviços de mobilidade e transporte sejam direcionados preferencialmente para a criação de valor, nomeadamente, para a redução dos custos de transporte de mercadorias suportados pelas empresas e dos custos de mobilidade suportados pelas famílias.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir.
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Nada a referir.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Objetivo Específico 3.2

Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT -

Alentejo – Na área de intervenção da mobilidade territorial concentraram-se 9,1% dos projetos contratados, 10,3% do CTE aprovado e 11,3% do FC aprovado. A percentagem de projetos contratados já concluídos é bastante elevada (87%), bem como as taxas de realização, superiores à média do Programa representando um forte contributo para a mobilidade intrarregional baseado, fundamentalmente, em projetos de qualificação da rede de infraestruturas rodoviárias locais; contudo, é de registar a ausência de contributo na qualificação e inovação dos serviços de transporte e na articulação dos modos de transporte, questão sinalizada como uma fragilidade da Região. A concentração do investimento na infraestrutura e, como contraponto, a ausência de iniciativas na qualificação dos sistemas de transporte coletivo (urbano, rural, intermunicipal, …) determina um bom resultado global na perspetiva da execução física e financeira dos projetos mas, igualmente, Inexistência de intervenções significativas e relevantes do ponto de vista da novas formas de gestão da mobilidade, atendendo às especificidades territoriais da Região e limitações no exercício de avaliação do caráter racional/estratégico das intervenções prosseguidas decorrentes das limitações apresentadas pela informação disponível no Sistema de Informação.

A relevância atribuída no ciclo de programação 2007/2013 ao desenvolvimento urbano e em particular às cidades, consideradas como "motor" do crescimento económico e criação de emprego, quer ao nível das orientações comunitárias quer no plano da política nacional – Política de Cidades Polis XXI, justificou e influenciou a incorporação da dimensão urbana no desenho dos Programas Operacionais. Tendo-a como quadro de referência o programa operacional esteve especificamente orientado para o desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos, centrado na regeneração e revitalização urbana, no reforço da competitividade e inovação e no reposicionamento internacional dos centros urbanos. Definiu como objetivos neste domínio reforçar a competitividade e atratividade

e promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades. Apesar do forte investimento realizado, principalmente no âmbito das PRU, os resultados ao nível da competitividade urbana e do sistema urbano (diferenciação funcional, dinamização económica e inovação em contexto urbana e afirmação das vocações funcionais dos principais centros urbanos regionais), podem considerar-se fracos. O Objetivo de Reforçar a Competitividade e Atratividade do Sistema Urbano Regional sai, de certa forma, enfraquecido em face da dinâmica muito acentuada do investimento municipal, da fraca capacidade de afirmação de orientações estratégicas intermunicipais do investimento e da fraca coordenação e orientação estratégica regional do investimento público. Os resultados atingidos neste objetivo encontram-se associados, fundamentalmente, ao efeito livre e cumulativo das iniciativas públicas e privadas, locais e sectoriais.
Algarve -
Centro - A CCDRCentro não tem intervido na medida específica 3.2.6
Norte - Está ainda em curso, pelo que não se pode avaliar o cumprimento do objetivo específico na sua globalidade.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim		Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo - *Avaliação Intercalar INALENTEJO Relatório Final (dezembro 2012).*
Algarve -
Centro - Desconhecemos.
Norte -

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR -		Sim	x	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 3.3.2

Reforçar a componente estratégica dos Planos Diretores Municipais, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras municipais, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. APA

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, o ICNF, APA, APA/ARH, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Centro, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, Direção Regional da Economia do Centro

Entidades da Tutela com responsabilidades ambientais especificas (AAE)

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT –Acompanhar os processos de revisão dos PDM (colocadas à apreciação da CCDR nesse período) tendo por base o reforço da componente estratégica dos Planos Directores Municipais e integrando no seu conteúdo formas e conceitos de desenvolvimento urbano adequadas às especificidades territoriais, tendo em consideração e directrizes nos PROT

Alentejo - Reclassificação fundamentada do solo, designadamente do solo urbano, com base na avaliação dos PDM em vigor e na evidência das dinâmicas tendenciais/previstas demográficas e económicas.

Algarve - A delimitação e qualificação do solo urbano, a definir no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial que informar o processo de revisão dos PDM, deverá atender às orientações especificas dadas pelo PROT Algarve, quanto à definição da sua tipificação, níveis de densidade adequados e parâmetros urbanísticos correspondentes, assegurando as áreas necessárias aos fogos de residência habitual dos aglomerados urbanos e respetivo aumento previsível, bem como às áreas necessárias a outros usos e atividades especificas dos aglomerados urbanos.

Deverá igualmente atender-se à requalificação dos espaços construídos e à estruturação e programação urbanística de novas áreas, preferencialmente asseguradas por PU e PP, como forma de promover a qualidade urbana e ambiental.

Assume particular importância a contenção dos perímetros urbanos localizados na Faixa Costeira (2000 metros), para os quais devem ser previamente elaborados estudos de caracterização para todas as áreas atualmente ocupadas, com vista à sua estruturação e qualificação, visando eliminar conflitos entre usos, requalificar as atividades turísticas, descongestionar áreas sobreocupadas, satisfazer carências em infraestruturas, equipamentos e espaços exteriores e qualificar as frentes de mar, enquadrando soluções coerente entre concelhos vizinhos.

Para os pequenos aglomerados populacionais, núcleos e montes rurais, existentes no interior da região, devem ser delimitados novos perímetros urbanos ou redelimitados perímetros existentes, incluindo uma faixa envolvente ajustada à expressão edificada existente e às características biofísicas de cada local, como forma de atrair novas atividades económicas, que potenciem os territórios do interior.

Centro - Avaliar as propostas dos PDM quanto aos seguintes aspetos:

-Definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial.

-A definição de uma estrutura ecológica municipal, a definição de sistemas e corredores de transportes, definição da rede urbana, definição da rede de equipamentos públicos e de infraestruturas territoriais.

- Definição de perímetros urbanos.

- A qualificação funcional e operativa do solo urbano bem como, a delimitação de unidades operativas de planeamento e gestão para efeitos da programação da execução do solo urbano.

- Condições de reconversão de áreas urbanas de génese ilegal. Delimitação de áreas de reabilitação urbana.

Norte - Definição dos perímetros urbanos, das áreas urbanas e urbanizadas, assim como opções estratégicas de defesa e desenvolvimento, de recursos ambientais, económicos e demográficos.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -Revisão do PDM de Torres Vedras (2007) e de Vila Franca de Xira (2009) que viram reforçada a componente estratégica e formas de desenvolvimento urbano adequado às especificidades territoriais. Os mesmos princípios foram tidos em conta nas proposta de ordenamento do território dos PDM em revisão entre 2007 e 2009.
Alentejo - Propostas de ordenamento dos territórios municipais no âmbito da revisão dos respetivos planos diretores.
Algarve - Os PDM que tramitaram o processo de revisão, no período de execução definido (2007-2009), não observaram desenvolvimento suficiente que permitisse absorver as normas orientadoras do PROT Algarve (publicado em agosto de 2007).
Centro - Para os PDM em acompanhamento são avaliados todos os aspetos enunciados na resposta anterior. Genericamente todos os PDM integram as referências enunciadas.
Norte – - Definição de opções estratégicas no âmbito do PROT-N; - Apreciação no âmbito do acompanhamento de PMOT e da Avaliação Ambiental Estratégica; - Elaboração e divulgação de estudos, e orientação técnica aos Municípios no âmbito da classificação e qualificação do Solo;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - Os recursos humanos envolvidos foram os afectos à DSOT / DOT Recursos financeiros - não é possível quantificar
Alentejo - Não é passível de quantificar.
Algarve - Não é passível de quantificar.
Centro - Sete técnicos superiores e 2 dirigentes.
Norte - Quadro técnico da DSOT e ESR´s.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

LVT - *Não aplicável.*
Alentejo - Não aplicável.
Algarve - O processo de revisão dos PDM, depende em grande parte da dinâmica imprimida pelos Municípios, sendo que, no período considerado, as CA funcionaram regularmente de acordo com as solicitações dos Municípios.
Centro - Todos os PDM são em geral avaliados em todos os aspetos elencados
Norte - Aprovação do PROT-N.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

LVT - Revisão do PDM da Moita (2010) e de Lisboa (2012) tendo por referência os mesmos princípios. Os princípios referidos foram também tidos em conta nas proposta de ordenamento do território dos PDM em revisão entre 2009 e 2013.
Alentejo - Processos de revisão em curso no período 2007-2009 que foram concluídos até 2013.
Algarve - Nenhum dos processos de revisão de PDM foi concluído até final de 2013, à exceção do PDM de Silves, que obteve parecer favorável da respetiva CA, em junho/2013, embora ainda não tenha sido objeto de discussão pública nem tenha sido aprovado em Assembleia Municipal.
Centro - Não se sabe. A legislação dos IGT também foi alterada.
Norte - Não aplicável nesta situação.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT – Não se aplica.
Alentejo - Reajustamentos dos perímetros urbanos , no âmbito da revisão/alteração de PDM em vigor, resultantes da reclassificação de solo urbano em solo rural por não terem sido concretizadas iniciativas de urbanização, nomeadamente de infraestruturação.
Algarve Redelimitação de perímetros urbanos, no âmbito da elaboração/revisão de outros PMOT, à luz das normas orientadoras do PROT Algarve, sem resultarem, contudo, da redefinição da estratégia municipal que verse sobre novas formas mais adequadas de desenvolvimento urbano.
Centro - Não se sabe.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Variação da dimensão do solo urbano nos PDM revistos (publicados) entre 2007 e 2013	%	-	2007				2013
Alentejo - Variação da dimensão do solo urbano	%	-	2007				2013

nos PDM revistos (publicados) entre 2007 e 2013							
Algarve - Variação da dimensão do solo urbano nos PDM revistos (publicados) entre 2007 e 2013	%	-	2007				2013
Centro - Variação da dimensão do solo urbano nos PDM revistos (publicados) entre 2007 e 2013	%	-	2007	N.D	N.D	-0,79	2013
Norte - Variação da dimensão do solo urbano nos PDM revistos (publicados) entre 2007 e 2013	%	-	2007				2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -		Sim	x	Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro	X	Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -
Alentejo - Relatórios de avaliação da implementação dos PDM em vigor que antecedem e fundamentam as opções da estratégia municipal no âmbito da revisão.
Algarve -
Centro - Na generalidade há uma redução dos perímetros urbanos, correspondendo as áreas urbanizáveis a uma taxa reduzida daqueles. Apesar desta redução, verifica-se que os espaços relativos a atividades económicas tem sido ampliados.
Norte -

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Dificuldades inerentes ao processo de revisão dos PDM
Alentejo - Afirmar o PDM como documento de estratégia municipal a que deve presidir uma visão para o território no respetivo período de vigência e a consequente adoção das medidas necessárias no orçamento e política do executivo autárquico.
Algarve - Nenhum dos Municípios estabeleceu a estratégia local no período considerado (2007-2009).

Norte – Posicionamento pouco estratégico de alguns Municípios relativamente à revisão dos PMOT.

Reduzida eficácia do exercício de Avaliação Ambiental Estratégica, por dificuldade de integração dos resultados da AAE nas peças fundamentais do Plano.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT - É na definição da estratégia que assenta a operacionalidade da classificação e qualificação do Solo, bem como a visão prospetiva para o planeamento territorial. Todavia, pondera-se também nesta valoração o baixo grau de concretização de PDM revistos na RLVT

Alentejo - A incorporação nos IGT, nomeadamente dos PDM, das orientações e diretrizes do PROT Alentejo, enquanto referencial regional da estratégia de ordenamento do território e desenvolvimento urbano, dá corpo à concretização da visão global e integradora que está na base da matriz policêntrica do respetivo sistema urbano e de suporte à coesão territorial.

Algarve – A estratégia regional do PROT Algarve, não foi traduzida nem interpretada localmente em nenhum dos PDM da região, por falta do seu desenvolvimento conceptual, no período compreendido.

Centro - Em relação ao objetivo específico 3.3 considera-se que esta medida tem fortemente contribuído para os respetivos objetivos. Relativamente ao objetivo estratégico 3, a rede urbana da região é uma rede policêntrica em que os principais centros urbanos se têm afirmado regionalmente, verificando-se o seu crescimento populacional.

Norte - É na definição da estratégia que assenta a operacionalidade da classificação e qualificação do Solo, bem como a visão prospetiva para o planeamento territorial.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT - De uma forma geral, considera-se que foi conseguida a integração da abordagem estratégica na revisão dos PDM, e o ajustamento às atuais prioridades de ordenamento do território, tendo presente as especificidades territoriais. Todavia tem-se verificado uma fraca dinâmica de revisão dos PDM em vigor.

Alentejo - De uma forma geral, considera-se que foi conseguida a abordagem do ajustamento aos perímetros urbanos, na perspetiva da prioridade à regeneração e requalificação urbanas, em detrimento do acréscimo de áreas urbanizáveis.
Algarve – A medida não foi realizada no período compreendido.
Centro - Se inicialmente os municípios resistiram à diminuição dos perímetros urbanos atualmente já reconhecem a sua efetiva necessidade.
Norte – Posicionamento pouco estratégico de alguns Municípios relativamente à revisão dos PMOT. Reduzida eficácia do exercício de Avaliação Ambiental Estratégica, por dificuldade de integração dos resultados da AAE nas peças fundamentais do Plano.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - O trabalho realizado permitiu que se uniformizassem entendimentos quanto à avaliação das propostas dos PDM, garantindo a aplicação dos critérios estabelecidos nos PROT e do Decreto Regulamentar 11/2009. Esta uniformização incluiu todas as restantes entidades com responsabilidade no acompanhamento das propostas de ordenamento do território
Alentejo - Racionalização do consumo de solo e potenciais efeitos na regeneração urbana e revitalização dos centros históricos.
Algarve O papel do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, para além do PROT Algarve.
Centro – O trabalho realizado permitiu que se uniformizassem entendimentos quanto à avaliação das propostas dos PDM, garantindo a aplicação dos critérios estabelecidos na proposta do PROT Centro e do Decreto Regulamentar 11/2009. Esta uniformização incluiu todas as restantes entidades com responsabilidade na respetiva avaliação dos perímetros urbanos. Do ponto de vista do quadro legislativo aplicável os impactos são positivos na medida em que permitiram a concretização dos respetivos objetivos específicos.
Norte - Como principais impactos podem-se enumerar, a qualificação, preservação e gestão dos territórios, nas suas diversas componentes de recursos territoriais.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	x	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não

Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	x
Alentejo - Características idênticas		Outras características	x
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	X
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT - Características adaptadas ao contexto atual (legislativo, territorial e socioeconómico).
Alentejo - *Ações integradas de regeneração urbana com recurso a intervenções multifundos.*
Algarve - Características adaptadas ao contexto atual (legislativo, territorial e socioeconómico).
Centro -
Norte - Criação e uniformização dos indicadores de monitorização/seguimento.

A8. Observações complementares

LVT - Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Sem observações
Norte - Não aplicável nesta situação.

Medida Prioritária 3.3.3

Definir nos PROT do território continental e das Regiões Autónomas o quadro estratégico de organização dos sistemas regionais de ordenamento do território, designadamente nos domínios ecológico, urbano e das acessibilidades e mobilidade, tendo em conta os objetivos do reforço de centralidades, de um desenvolvimento urbano mais compacto e do controlo e disciplina da dispersão da construção (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Regiões Autónomas da Madeira e Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP; Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP; Estradas de Portugal, SA; REFER, AS

Entidades segundo as designações que tinham na altura da constituição da Comissão Mista de Coordenação: MAOT (DGOTDU, ICNB, INAG), MAI (ANPC), MFAP (DGEP), MDN (DGIE), MJ (Gabinete do Ministro, IGFPJ), MEID (DREC, Turismo de Portugal) , MADRP (DGADR, DRAPC,GPP), MOPTC (SEAOPC, SET), MTSS (GEP), MS (ARSC), ME (DREC), MC (IGESPAR), Instituto do Desporto, CCDR (Norte, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo), Conselho da Região, Comunidades Intermunicipais da região, Organismos da Áreas do Transportes e Energia (IMTT, RAVE, REFER, EP, S.A., Rede Elétrica Nacional, Administração do Porto de Aveiro, IPTM Centro), 78 Municípios da região, Associações de Interesses Económicos (Conselho Empresarial do Centro, Núcleo Empresarial de Leiria-NERLEI, CAP e CNA), Entidades Regionais de Turismo (Centro de Portugal, Pólo de T Leiria Fátima, Pólo de DT da Serra da Estrela) Universidades (Aveiro, Beira Interior e Coimbra) , representação dos Institutos Politécnicos, Associações Culturais e de Desenvolvimento Local (ANIMAR, Minha Terra) e a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)

Municípios;

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

MAOT (DGOTDU, ICNB, INAG), MAI (ANPC), MFAP (DGEP), MDN (DGIE), MJ (Gabinete do Ministro, IGFPJ), MEID (DREC, Turismo de Portugal) , MADRP (DGADR, DRAPC,GPP), MOPTC (SEAOPC, SET), MTSS (GEP), MS (ARSC), ME (DREC), MC (IGESPAR), Instituto do Desporto, CCDR (Norte, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo), Conselho da Região, Comunidades Intermunicipais da região, Organismos da Áreas do Transportes e Energia (IMTT, RAVE, REFER, EP, S.A., Rede Elétrica Nacional, Administração do Porto de Aveiro, IPTM Centro), 78 Municípios da região, Associações de Interesses Económicos (Conselho Empresarial do Centro, Núcleo Empresarial de Leiria-NERLEI, CAP e CNA), Entidades Regionais de Turismo (Centro de Portugal, Pólo de T Leiria Fátima, Pólo de DT da Serra da Estrela) Universidades (Aveiro, Beira Interior e Coimbra) , representação dos Institutos Politécnicos, Associações Culturais e de Desenvolvimento Local (ANIMAR, Minha Terra) e a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)

DGT

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Alentejo - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Algarve - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Centro - Não iniciada		Em curso		Concluída	X
Norte - Não iniciada		Em curso		Concluída	X

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Para além dos princípios e orientações integradas nos objetivos estratégicos e Modelo Territorial dos PROT da RLVT, essas preocupações estão consignadas num conjunto de normas orientadoras. No caso do PROT OVT a controlo da edificação dispersa foi considerada incompatibilidade manifesta dos PDM com o PROT.

Alentejo – Constam do Relatório Complementar do PROT Alentejo constituído por dois capítulos, o Programa de Execução e o Sistema de Indicadores.
O Programa de Execução constitui um dos elementos que integram o documento de acompanhamento do
PROT. De acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o Programa de Execução contém as disposições indicativas sobre a realização das obras públicas a efetuar na região, bem como de outros objetivos e ações de interesse regional indicando as entidades responsáveis pela respetiva concretização.

O Programa de Execução está organizado por Sistemas que suportam o Modelo Territorial do PROT: Sistema Ambiental, Sistema da Base Económica Regional, Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial e Sistema de Acessibilidades e de conectividade Internacional. Para além dos projetos que consubstanciam estes quatro Sistemas, a proposta de Programa de Execução integra ainda um capítulo dedicado ao domínio da Governança Territorial. O Programa identifica os Projetos considerados de importância prioritária.

Algarve - A medida foi executada com a publicação do PROT Algarve – 2007, o qual define o modelo territorial para a região, composto pelos sistemas urbano, de turismo, do litoral, ambiental e de acessibilidade e mobilidade.

Centro – O PROT Centro não está aprovado. As principais ações que estão previstas para a execução do PROT Centro são:

Inovação e Competitividade: A criação de "redes para a criação e transferência de conhecimento e tecnologia (RCT), incluindo a Redes de Conhecimento e Tecnologia (Redes de Parques de Conhecimento e Tecnologia (PCT), a rede de integrada de incubadoras, Redes de Centros de Apoio Tecnológico); A Rede de Infraestruturas de Apoio à Atividade Económica incluindo as Rede de Áreas Empresarias Qualificadas; Ações Piloto para o Desenvolvimento e da capacidade de uso das TIC incluindo p.e. um Plano de Utilização das TIC para articulação do Sistema Regional para a Inovação Empresarial (SRIE) ou Sistema de otimização dos recursos de transporte em zonas de baixa densidade.

Desenvolvimento Rural e Pescas: Valorização dos territórios de Baixa Densidade; Floresta nos território de Baixa Densidade : ambiente e valorização económica; Desenvolvimento Sustentável e valorização Económica do Geopark /Naturtejo bem como de outros parques naturai; Desenvolver e sustentar os regadios

Turismo Lazer e Cultura: Programa de requalificação do património classificado; Candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade da Unesco; Programa de Apoio às ZTI (requalificação de áreas urbanas /centros históricos) – PENT

No âmbito do Sistema Urbano: Redes interUrbanas para a competitividade e Parcerias intraurbanas para a regeneração urbana; As várias redes nos domínios da educação, Educação e formação, Saúde, Saúde Social e Apoio social, Apoio Social, Implementação do Programa Pares 2; Na cultura previa-se a criação de bibliotecas públicas e e de arquivos municipais bem como da requalificação dos equipamentos existentes, em particular dos cineteatros para integrar a futura Rede Nacional. Criação de redes de complementaridade e sinergias entre diversos tipos de equipamentos e serviços culturais; A elaboração de Cartas Desportivas Intermunicipais e a criação de Centros de alto rendimento; Outros Equipamentos para Reforço da Rede Urbana (QREN)

No âmbito das Infraestruturas rodoviárias previu-se a construção de: Corredores de ligação externa – IC e IP de grande relevo para a ligação exterior ao país; Corredores de articulação interregional – IC importantes para ligar as várias regiões; Corredores de ligação intraregional – IC importantes dentro da região; Ligações subregionais – alguns investimentos importantes em termos ligações viárias muito importantes em termos locais.

No âmbito das Infraestruturas ferroviárias: Consolidação e requalificação de corredores ferroviários(Linha do Oeste, Alta velocidae Porto /Lisboa linha de ferro internacional Pocinho_ Barca de Alva (Salamanca); Acessibilidades aos portos e plataformas logísticas; Transportes urbanos (Metro Mondego);

No âmbito das Infraestruturas portuárias e logísticas : Promoção da intermodalidade

Outros Projetos: Centro Intermodal de Coimbra; Estudo de ordenamento urbano das áreas adjacentes às Estações de AV; Estruturação e Gestão de Sistemas de Transporte Público.

No âmbito da Qualidade do A: Redefinir e densificar a rede de monitorização da qualidade do ar; Elaborar planos de emergência previstos no sistema nacional de previsão da qualidade do ar

No âmbito da Conservação da natureza e Biodiversidade: Intervenções nas Áreas Protegidas ; Gestão ativa de habitats; Implementação e gestão da ERPVA

Norte - PROT-N – Sistema Urbano policêntrico, Modelo Territorial, Sistema de conetividades, acessibilidade e mobilidade,; ERPVA, Sistema Biofísico e Patrimonial; Normas orientadoras e Específicas, Diretrizes; Programa execução e Financiamento

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT - Processo de conclusão de elaboração, discussão pública e aprovação do PROT OVT.
Alentejo - Tendo o PROT Alentejo sido aprovado pela RCM Nº53/2010 de 2 de agosto, as ações realizadas correspondem ao acolhimento em PMOT das orientações e diretrizes referentes aos domínios ecológico, urbano e das acessibilidades e mobilidade, tendo em conta os objetivos do reforço de centralidades, de um desenvolvimento urbano mais compacto.
Algarve - A medida foi executada (publicação do PROT Algarve – 2007).
Centro - Como o PROT C não foi aprovado, não tem observatório, ou seja, não tem um sistema de monitorização e observação.
Norte – Todas as ações previstas no PROT-N foram transpostas para as Agendas Regionais e Planos de Ação, assim como influenciaram o Programa Regional Norte/ON.2 e os PMOT já revistos; Ex. Modelo territorial, estruturação sistema urbano, reforço centralidades refletiram-se nos investimentos QREN-ON2.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT –Não quantificável
Alentejo - Não quantificável.
Algarve – Os recursos humanos da SEOTC, da DGOTDU, da CCDR, da consultoria afeta à realização da medida, e das demais entidades da Administração Central, Regional e Local.
Centro - Não aplicável.
Norte - Quadro Técnico CCDR-N e equipa externa do meio cientifico.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT - o Acompanhamento dos processos de revisão dos PDM de modo a integrar de forma transversal os princípios definidos no PROT e defendidos no PNPOT, sobre polinucleação e compactação.
Alentejo - Não quantificável.
Algarve - Não aplicável.
Centro - A aplicação do PROT Centro e realização do sistema de monitorização e observação do mesmo.
Norte – Aprovação do PROT-N; Conclusão de alguma redes de acessibilidade, nomeadamente a A4 (túnel do Marão) e a conclusão da rede de metro do Porto.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

LVT –Aprovação e entrada em vigor do PROT OVT

Proposta de alteração do PROTAML e respetiva discussão pública Acompanhamento dos processos de revisão dos PDM
Alentejo - Não quantificável.
Algarve - Nenhumas.
Centro - Não aplicável
Norte - Os PMOT em elaboração e revisão mantêm-se em curso, tendo o PROT-N como referência.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT - Não aplicável.
Alentejo - Não quantificável.
Algarve - Não aplicável.
Centro - Não aplicável.
Norte - - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Proporção das áreas edificadas na NUTS Ii I OVT	%	13.43	2006	na	na	13.79	2010
LVT - Proporção das áreas edificadas na NUTS Ii IAML	%	28.87	1995	na	na	33.93	2010
Alentejo - Proporção das áreas edificadas na NUT II	%		2006				2010
Algarve - Proporção das áreas edificadas na NUT II	%	9,1	2006				2010
Centro - Proporção das áreas edificadas na NUT II	%		2006				2010
Norte - Proporção das áreas edificadas na NUT II	%		2006			6,8	2010
LVT - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas OVT	%	70.18	2006	<70	2020	70.06	2010

LVT - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas AML	%	20.25	1995	na	na	26.90	2010
Alentejo - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	%		2006				2010
Algarve - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	%	54	2006				2010
Centro - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	%		2006				2010
Norte - Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas	%		2006			19	2010
LVT - Proporção de população residente em cidades estatísticas com mais de 10 000 habitantes (%)	%	44.78	2006	na	na	42.97	2011
Alentejo - População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes	%		2006				2011
Algarve - População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes	%	37,7	2006			42,5	2011
Centro - População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes	%	N.D	2006	N.D	2013	20	2011
Norte - População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes	%		2006			45,4	2011
Proporção dos PROT previstos para Portugal Continental que foram elaborados e publicados até 2008	%	17%	2007	100%	2008	33%	2008
Proporção dos PROT previstos para Portugal Continental que foram elaborados e apreciados pela Comissão Consultiva até 2008	%	17%	2007	100%	2008	50%	2008

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT - No âmbito da monitorização e avaliação do PROT OVT foi atualizado o estudo dos Padrões de Ocupação do Solo cuja base tinha sido realizada aquando da elaboração do PROT OVT.

No âmbito da proposta de alteração do PROT AML foi atualizado o estudo dos Padrões de Ocupação do Solo cuja base tinha sido realizada aquando da elaboração do PROT AML em vigor

Estes estudo permite alimentar um conjunto de indicadores.

Alentejo - Realizada avaliação contínua no âmbito dos processos de revisão dos PDM a que a CCDR preside.

Algarve - Monitorização de execução do PROT Algarve.
Centro -
Norte -- Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois: - monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do ON.2"; - relatório anual de execução do Programa Operacional.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT –Nada a referir
Alentejo -
Algarve - A articulação com os atores institucionais corresponsáveis pela execução da medida, nomeadamente as autarquias, dado o facto da concretização destes objetivos (*reforço de centralidades, de um desenvolvimento urbano mais compacto e do controlo e disciplina da dispersão da construção)* ter como pressuposto a alteração da disciplina do ordenamento do território, através das opções de planeamento, a incorporar em sede de revisão dos PDM, bem como pelo facto dos mesmos não se encontrarem ainda suficientemente assimilados pela população e outros atores económicos envolvidos.
Centro - O PROT não está aprovado.
Norte - - Falta de aprovação e entrada em vigor do PROT_N; - Constrangimentos financeiros em contexto de crise - Instabilidade do quadro legislativo e de orientações das tutelas e descontinuidade de políticas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT - Implementação de uma abordagem mais abrangente, com suporte na visão supramunicipal, que, progressivamente, contribuirá para a afirmação do desenvolvimento policêntrico e reforço da coesão territorial.

Alentejo - Implementação de uma abordagem mais abrangente, com suporte na visão supramunicipal, que, progressivamente, contribuirá para a afirmação do desenvolvimento policêntrico e reforço da coesão territorial.
Algarve - Em 2013, os resultados da medida são pouco relevantes, em virtude da transposição da medida para os PMOT, a partir de 2007, ter consequências no território a médio e sobretudo, a longo prazos.
Centro - A concretização do PROT C foi muito limitada devido ao facto de não ter sido aprovado e publicado. Independentemente de muitas acções terem sido concretizadas outras houve cuja transposição para os PDM na prática não foi possível
Norte – Contributos positivos: - Conceção e execução do QREN-ON.2 em coerência com objetivos do PNPOT e do PROT-N; -Elevado grau de concretização do QREN-ON2;

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT –Nada a referir
Alentejo -
Algarve - *Vide* justificação no ponto A5a.
Centro - Na medida que o PROT Não foi aprovado as realizações ficaram aquém dos resultados pretendidos.
Norte – Aquém do esperado: - Redes de comunicação, acessibilidades, mobilidade, (PROT-N); - Controlo e disciplina da dispersão da construção; Reforço de centralidades depende de aplicação de instrumentos fiscais e de política de solos convergente com IGT; - PMOT e Regimes Legais Específicos permissivos quanto à edificação fora dos centros urbanos; - Deficiente delimitação dos perímetros urbanos nos PDM de primeira geração;

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - Impactos de natureza governativa, afirmando o PROT como documento de referência fundamental para a programação 2014/2020.
Alentejo - Impactos de natureza governativa, afirmando o PROT como documento de referência

fundamental para a programação 2014/2020.
Algarve - Os impactos governativos a nível municipal são muito incipientes, apenas se verificando ao nível dos PU e PP aprovados no período considerado.
Centro - Não aplicável.
Norte - Orientar os Municípios na definição dos perímetros urbanos e conter a expansão dos perímetros.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todas CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	X	Outras características	
Alentejo -Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Centro - Não se concorda com a proposta da CCDRN, porque os PROT não se aplicam aos particulares.
Norte - Assente em políticas de fiscalidade que favoreçam as centralidades e a otimização aproveitamento de redes de equipamentos e infraestruturas existentes, provavelmente decorrente da

A8. Observações complementares

Nada a referir

Medida Prioritária 3.3.4

Incentivar novas parcerias para o desenvolvimento de programas integrados de reabilitação, revitalização e qualificação das áreas urbanas, reforçar e agilizar o papel das Sociedades de Reabilitação Urbana e rever o enquadramento fiscal e financeiro das operações integradas nestes programas (2007-2009).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Municípios

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No POR Alentejo, os destinatários previstos no Regulamento Especifico de Reabilitação Urbana (Autarquias e suas Associações, Serviços da Administração Central, Empresas Públicas Instituições de Ensino, Fundações, etc). Direção Geral dos Impostos

Municípios e outros parceiros das politicas de regeneração urbana

Existe na R Norte a Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, com estrutura acionista com 60% do IHRU e 40% do Município do Porto. Existiu uma SRU com 100% do capital municipal em Vila Nova de Gaia, que foi, entretanto extinta; DRCN;

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (POR Alentejo)

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Para a concretização desta medida consideram-se as Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU), financiadas no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORLISBOA), bem como a iniciativa Jéssica

AML – Parcerias para a Regeneração Urbana

Alentejo - No POR Alentejo, nomeadamente operações integradas nos PRU, RUCI e na Iniciativa JESSICA (tipologias 40, 41 e 98).

Algarve - As ações previstas nas Parcerias para a Regeneração Urbanas.

Centro – A principal ação é a operacionalização do Regulamento Reabilitação Urbana e JESSICA integrados no POR Centro. Está a ser efetuado um acompanhamento trimestral de cada uma das operações, no âmbito de um plano de ação para gestão de execução e encerramento do PO Centro 2007/2013

Norte – PROT-N – Sistema Urbano;

QREN-ON.2 – Politica de cidades/Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU);

Plano de Ação Cidades e Urbanismo/Pacto Regional para a competitividade da Região do Norte, Dez/2009;

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT – Região de Lisboa - Foram aprovadas no âmbito das Parcerias Para a Regeneração Urbana, 28 Planos de Ação, nas tipologias de Bairros Críticos, Centros Históricos, Eco-Bairros e Frentes Ribeirinhas. Estes planos abrangeram 237 operações aprovadas (situação a abril 2014) e 62 beneficiários, incluindo 15 municípios, entidades da administração local, administração central, IPSS, associações empresariais, entre outros. No âmbito da Iniciativa JESSICA, o Valor de investimento POR Lisboa afeto à Iniciativa JESSICA: 10 207 542,00€, com financiamento FEDER 5 000 000,00€ e contribuição da DGTF de 5 207 542,00€. O Nº de operações, nos destinatários finais financiadas no âmbito da Iniciativa JESSICA até 31.12.2013 foram 10. Foram criados 288 **postos de trabalho criados até** 31.12.2013.

Alentejo - As citadas no ponto A2c.

Algarve - Os três Programas de Ação aprovados no âmbito PO Algarve 21, têm como área de intervenção dois centros históricos e uma zona ribeirinha.

Os Programas de Ação aprovados previam inicialmente a apresentação de 36 operações com um montante FEDER comprometido de 4 milhões de Euros FEDER para um investimento elegível de 6,7 milhões e um investimento total previsto de 26 milhões de Euros. Esta desproporção entre o investimento total e o FEDER

atribuído deve-se mais uma vez às limitações de dotação financeira regional.

Centro – Apoio a 431 projetos de regeneração urbana .

Monitorização de cada uma das operações apoiadas no âmbito do regulamento reabilitação urbana, sendo notificados trimestralmente os beneficiários cujas operações: não apresentam pedidos de pagamento há mais de 6 meses; não apresentaram o relatório final da operação; que apresentam uma execução abaixo de 10%.

Norte – Todas as referidas em A2.c

Parcerias para a Reabilitação Urbana.

Programas de incentivo à reabilitação de edifícios e áreas urbanas degradadas: RECRIA, RECRIPH, SOLARH, PROHABITA, JESSICA.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - POR Lisboa: PRU: As operações financiadas envolveram um investimento elegível de 121 Milhões de euros e um Financiamento comunitário (FEDER) de 80 Milhões de euros.

POR Lisboa JESSICA: o Valor de investimento POR Lisboa afeto à Iniciativa JESSICA: 10 207 542,00€, com financiamento FEDER 5 000 000,00€ e contribuição da DGTF de 5 207 542,00€. O Nº de operações, nos destinatários finais financiadas no âmbito da Iniciativa JESSICA até 31.12.2013 foram 10. Foram criados 288 **postos de trabalho criados até** 31.12.2013.

Alentejo - No POR Alentejo, o investimento elegível aprovado até 2013 é de 191.121.144 euros e o FEDER de 148.837.931 euros.

Algarve - 28 operações que atingem um investimento total de 8,9 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 4,7 milhões de Euros .

Centro - O regulamento reabilitação urbana a 31/12/2013 uma dotação de 226,791 milhões de euros, sendo que foram apoiadas 431 operações de Parcerias para a Regeneração Urbana no valor de 204,769 milhões de euros. A iniciativa JESSICA tem uma dotação de 28,8 milhões de euros FEDER Os meios humanos afetos à gestão deste Regulamento são dois técnicos superiores e 1 dirigente.

Norte – Corpo Técnico CCDR-N/ ST QREN. Essencialmente recursos humanos e patrimoniais dos municípios e recursos financeiros do IHRU, do BEI e do QREN.

Norte – Corpo Técnico CCDR-N/ ST QREN. Essencialmente recursos humanos e patrimoniais dos municípios e recursos financeiros do IHRU, do BEI e do QREN.

POR NORTE – ON.2 – Parcerias para a Reabilitação Urbana com 425 operações às quais corresponde um Investimento Total de 375,25 milhões de euros e um cofinanciamento FEDER de 278,92 milhões de euros.

Volume financeiro da intervenção do Jessica Holding Fund no PO Norte: 67,6 milhões de euros, com um apoio FEDER de 45 milhões de Euros e Contrapartida Pública Nacional de 22,6 milhões de euros

O JESSICA Holding Fund intervém no PO Norte através de dois Fundos de Desenvolvimento Urbano, geridos pelo BPI e CGD, sendo a sua estrutura financeira a seguinte:

Quadro - Plano Financeiro da Operação JESSICA em vigor no ON.2 (na sequência da reprogramação estratégica de 2012)

PO NORTE	Plano Financeiro da Operação JESSICA					
	Custo Total	Despesa Pública				Privado
		Total	FEDER	OE	Outros (Público)	
TOTAL JESSICA	**67.582.418**	**67.582.418**	**45.000.000**	**16.153.846**	**6.428.572**	**0**
BPI	46.153.846	46.153.846	30.000.000	16.153.846	0	0
CGD	21.428.572	21.428.572	15.000.000	0	6.428.572	0

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT - Não foram realizadas devido a rescisão contratual (não execução nos prazos e condições aprovadas) cerca de 117 operações inicialmente aprovadas no âmbito dos planos de ação.

Alentejo - Nada a referir

Algarve -. No âmbito do POAlgarve 21, ocorreu a rescisão de 1 operação

Centro - Nada a referir.

Norte - Não aplicável nesta situação.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

LVT –Nada a referir

Alentejo - Nada a referir

Algarve – Não

Centro - Não

Norte - Não aplicável nesta situação.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT –Nada a referir

Alentejo - Nada a referir
Algarve - Operações aprovadas no âmbito do regulamento "Reabilitação urbana", inseridos na área delimitada nos Planos de ação.
Centro - Não
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	%	nd	2007	nd	2015	nd	2013
Alentejo - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	%		2007	n.a.	2015	75%	2013
Algarve - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	%		2007		2015	9.053.144	2013
Centro - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	%	0	2007	100	2015	83,26	2013
Norte - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	%		2007		2015	76,10	2013
LVT - Investimento Elegível total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	€	nd	2007	nd	2015	195.048.287€	2013
Alentejo - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	€		2007		2015	I.T - 99M€ FEDER – 80M€	2013
Algarve - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	€		2007		2015	9.053.144	2013
Centro - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	€	0	2007	244.761.503,2	2015	203.789.605,6	2013

Norte - Investimento total executado no âmbito da promoção da regeneração urbana dos territórios	€		2007		2015	285.581.224,71	2013
LVT - Protocolos de parceria para a regeneração urbana	N.º	nd	2007	nd	2015	28	2013
Alentejo - Protocolos de parceria para a regeneração urbana	N.º		2007	16	2015	16	2013
Algarve - Protocolos de parceria para a regeneração urbana	N.º		2007		2015	3	2013
Centro - Protocolos de parceria para a regeneração urbana	N.º	0	2007	24	2015	24	2013
Norte - Protocolos de parceria para a regeneração urbana	N.º		2007		2015	34	2013
LVT - Projetos para a sustentabilidade e atratividade das cidades	N.º	nd	2007	nd	2015	237	2013
Alentejo - Projetos para a sustentabilidade e atratividade das cidades	N.º		2007		2015		2013
Algarve - Projetos para a sustentabilidade e atratividade das cidades	N.º		2007	36	2015	22	2013
Centro - Projetos para a sustentabilidade e atratividade das cidades	N.º	0	2007	431	2015	431	2013
Norte - Projetos para a sustentabilidade e atratividade das cidades	N.º		2007		2015	439	2013
LVT - Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	N.º	nd	2007	nd	2015	66	2013
Alentejo - Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	N.º		2007	n.a	2015	48	2013
Algarve - Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	N.º		2007		2015	9	2013
Centro - Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	N.º	0	2007	75	2015	104	2013
Norte - Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	N.º		2007		2015	129	2013
LVT - População abrangida por operações de regeneração urbana	N.º	nd	2007	nd	2015	877.489	2013
Alentejo - População abrangida por operações de regeneração urbana	N.º		2007	225.000	2015	260.895	2013
Algarve - População abrangida por operações de regeneração urbana	N.º		2007		2015	4.315	2013
Centro - População abrangida por operações de regeneração urbana	N.º	0	2007	600.000	2015	600.000	2013
Norte - População abrangida por operações de regeneração urbana	N.º		2007		2015	1,1 milhões de habitantes	2013

LVT - Área intervencionada por operações de regeneração urbana	M2	nd	2007	nd	2015	1.858.797	2013
Alentejo - Área intervencionada por operações de regeneração urbana	M2		2007		2015		2013
Algarve - Área intervencionada por operações de regeneração urbana	M2		2007		2015	51.928	2013
Centro - Área intervencionada por operações de regeneração urbana	M2	0	2007	ND	2015	ND	2013
Norte - Área intervencionada por operações de regeneração urbana	M2		2007		2015	3.925.362	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT - Indicadores de Eixo; Indicadores Comuns Comunitários, indicadores comuns nacionais - monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do POR Lisboa, monitorização quinzenal do ex-observatório do QREN, agora agência coesão; - relatório anual de execução do Programa Operacional, visitas de acompanhamentos aos projetos.
Alentejo – No POR Alentejo: Indicadores de Eixo; Indicadores Comuns Comunitários, Monitorização mensal e Relatórios de Execução Anual.
Algarve - Monitorização; Relatório de Execução.
Centro - Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois: - monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; - relatório anual de execução do Programa Operacional.
Norte -

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Dificuldades externas. Dificuldades em assegurar a contrapartida nacional por parte dos promotores e execução dentro dos prazos contratualmente definidos.

A inexistência de quadros técnicos, em algumas entidades beneficiárias, sem experiencia na implementação de candidaturas financiadas, conduziu a que em algumas situações, os atrasos e aspetos administrativos levassem à rescisão da operação.

Ainda de salientar que no caso dos beneficiários da Administração Central, não foi possível a concretização das operações (e consequentemente foram rescindidas) por não haver autorização das finanças para realização da respetiva despesa.

Para além destas, Concordamos com o centro.

Alentejo - Concordância com as alíneas ii) e iii) da CCDR Centro.

Algarve - Algumas regras demasiado rígidas previstas nos Regulamentos da Política de Cidades dificultavam a gestão operacional dos Planos e das respetivas operações a considerar. Deveria ser permitido à Autoridade de Gestão, avaliar as propostas de evolução/reprogramação dos Planos e após análise e ponderação dos objetivos a cumprir, poder viabilizar a substituição ou ajustamento de operações e flexibilizar prazos. A rigidez imposta pelos Regulamentos atrasou a operacionalização de soluções para os problemas, atrasou a execução e dificultou a obtenção de resultados.

Centro – i) A AG tem um número significativo de operações imateriais, em particular as associadas aos programas de reabilitação urbana que, pela sua natureza, implicam um esforço técnico adicional quer na análise técnico-financeira, quer na apreciação de pedidos de pagamento.

ii) Dificuldade no encerramento de operações, uma vez que parte significativa dos requisitos admissibilidade (licenças ambientais, posse efetiva dos terrenos, . .) e de verificação da conformidade das regras de contratação pública (conta final, trabalhos a mais e a menos, revisão de preços) é efetuada nesta sede. Menor capacidade de investimento do setor empresarial, decorrente de dificuldades de financiamento junto do sistema financeiro e do baixo clima de confiança económica, o que se refletiu na contratação e na execução de projetos.

iii) Alguns atrasos na execução de projetos de natureza municipal que se devem sobretudo a:

- um número crescente de insolvências de empresas de construção civil que implicam longos períodos de paragem das obras, que envolvem elevadas dificuldades de gestão documental e administrativa, com as consequentes dificuldades de quitação de despesa, bem como a necessidade de desenvolver novos procedimentos para a conclusão das obras, o que envolve novamente maior carga administrativa e um mais longo período de tempo para execução;

- falta de liquidez dos próprios empreiteiros, que, por vezes, suspendem as obras em curso quando se verifica algum atraso nos pagamentos;

- situações de sobre-endividamento de alguns municípios, o que envolve falta de liquidez e dificulta o ritmo de execução física dos projetos, com suspensão das obras em curso, e atrasa a conclusão financeira dos projetos;

- dificuldade administrativa em lidar com situações de obras em que os promotores se depararam com

alterações (eg: trabalhos arqueológicos).

Norte - Falta de continuidade dos instrumentos de incentivo ao envolvimento de privados e de municípios.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT - A medida contribui de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a obtenção de melhores condições no domínio do turismo, e na fixação das pessoas no centro das cidades

Alentejo - A medida pretende contribuir para a requalificação dos centros urbanos na perspectiva de melhorar as condições no domínio do turismo e de contribuir para a fixação de pessoas nos centros.

Algarve - O modelo e metodologia de trabalho no que respeita à realização de operações em parceria no âmbito da Política de Cidades foi muito interessante tendo permitido a definição das prioridades de forma integrada e a melhoria das condições de competitividade dos territórios envolvidos quer ao nível das zonas históricas e ribeirinhas das cidades beneficiadas (**PRU**)

Acredita-se que para este tipo de atuações os modelos em parceria permitem obter melhores resultados no futuro.

Centro - A medida contribui de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a obtenção de melhores condições no domínio do turismo, e na fixação das pessoas no centro das cidades

Norte - O PROT-N e o PRU estabeleceram o programa e concretizaram ações relevantes de qualificação dos centros urbanos- rede de cidades e reforço da respetiva capacitação na perspetiva do reforço das centralidades.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT - As realizações estão em linha com os resultados esperados.
Alentejo - As ações encontram-se ainda em curso, pelo que a avaliação só poderá ser efetuada num momento posterior.
Algarve - As realizações estão em linha com os resultados esperados.
Centro - As realizações estão em linha com os resultados esperados.
Norte – O PROT-N e o PRU estabeleceram o programa e concretizaram ações relevantes de qualificação dos centros urbanos- rede de cidades e reforço da respetiva capacitação na perspetiva do reforço das centralidades. Ainda não se poderá considerar que há uma dinâmica significativa, generalizada e irreversível para a reabilitação do edificado habitacional em prédios de propriedade privada, nos centros urbanos da R Norte. A interrupção dos programas de incentivo e a instabilidade legislativa não são motivadoras do investimento privado na reabilitação, em larga escala, nas áreas mais degradadas, sobretudo no centro das grandes cidades.A Reabilitação urbana implica uma longa estabilidade de políticas e de estruturas intervenientes, o que não se tem verificado. PROT-N não foi aprovado, dificultando vinculação das normas – diretrizes direcionadas para a consolidação das centralidades e controlo da dispersão urbana; Falta política de solos, instrumentos fiscais coadjuvantes dos IGT;

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - Os principais impactos traduzem-se no estabelecimentos de parcerias de entidades e atores urbanos no sentido da realização de projetos comuns de natureza material e imaterial, conseguindo-se assim uma sinergia de ação e a criação de massa critica para o desenvolvimento de novas operações futuras.
Alentejo - Concordância com a CCDR Centro.
Algarve -
Centro - Existiram impactos ao nível da alteração da Regulamentação relativa à da Politica de Cidades, com impacto significativo quer nos promotores quer na Gestão do PO, e que significaram condicionantes aos promotores na execução da medida.
Norte - Os impactos foram pouco expressivos pelas razões referidas anteriormente. No entanto, a aprovação em 2012 do novo RJRU e da Nova lei sobre o arrendamento urbano, será tendencialmente positiva para uma dinâmica mais sustentável dos processos de reabilitação integrada das áreas degradadas das cidades.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todas CCDR -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	X	Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT - Deverá haver uma especial atenção para a dimensão da sustentabilidade dos investimentos.
Alentejo - Programas mais eficientes e dirigidos aos parceiros que importa mobilizar em larga escala. Desburocratização dos mecanismos de licenciamento das intervenções.
Algarve -
Centro -
Norte – Maior flexibilidade, para os municípios acederem aos programas de incentivos. Programas mais eficientes e dirigidos aos parceiros que importa mobilizar em larga escala. Desburocratização dos mecanismos de licenciamento das intervenções. Maior flexibilidade, para os municípios acederem aos programas de incentivos. Programas mais eficientes e dirigidos aos parceiros que importa mobilizar em larga escala. Desburocratização dos mecanismos de licenciamento das intervenções.

A8. Observações complementares

Nada a referir.

Objetivo Específico 3.3

Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT - Tendo em conta o número reduzido de PDM que contemplam a concretização da medida (3.3.2), e a sua execução diferida no tempo.

Alentejo - A rede urbana da região Alentejo, tem-se vindo a revelar extremamente resiliente, não constituindo a construção dispersa ou urbanização difusa fenómenos com dimensão significativa. A existência de um documento estratégico como o PROT permitiu uma visão global e integradora do território regional com a inerente ponderação da matriz urbana policêntrica.

Algarve - Tendo em conta o número reduzido de PMOT que contemplam a concretização da medida, e a sua execução diferida no tempo.

Centro – Considera-se que nos vários instrumentos onde somos responsáveis ou temos intervenção, caso dos PROT e PDM, bem como no Mais Centro todos estas medidas foram consideradas e implementadas.

Com efeito, as estratégias de reforço da atractibilidade do sistema urbano regional, permitiram aumentar a resiliência dos centros urbanos, como se pode aferir pelos bons resultados ao nível da qualidade de vida das populações, do nível de satisfação dos seus residentes e de diversos indicadores em que os resultados são satisfatórios (emprego, exportações, empresas de excelência, empresas

Norte – Cumprido:

Modelo e diretrizes do PROT-N, e investimentos ON-2 nesta sequência, contribuiram para reforço da rede urbana policênctrica e reforço das competências e qualificação da rede de cidades e das centralidades;

Qualificar níveis/polos intermédios de articulação da rede urbana e da rede rural (aglomerados rurais);

Reforçar controlo da dispersão urbana em solo rural.

Reforçar dotações mínimas, conetividades e sustentabilidade social dos polos urbanos e rurais em territórios de baixa densidade populacional.

Aquém:

Não foi alcançado o objetivo de contrariar a construção dispersa – falta complemeto fiscal, reforço dos regimes legais, sensibilização dos municípios, reconhecimento dos custos de contexto e responsabilização pelos custos de instalação e de manutenção a longo prazo (superior aos mandatos políticos) e enquadramento financeiro no orçamento autárquico.

Falta incentivar centralidades e conetividade interurbana e urbanao-rural nos territórios de baixa densidade populacional.

Componente estratégica dos PDM, quando existe, não tem reflexos práticos nas propostas de ordenamento e de regulamento, nas peças fundamentais do plano - reforçar e integrar Programa de

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -		Sim	X	Não
Algarve -		Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT - Existem vários processos de acompanhamento monitorização sendo que destacamos os relatório anuais de execução do POR Lisboa e os relatórios de monitorização do PROT OVT

Alentejo - *Não existe ainda tempo de aplicação e maturação dos planos decorrentes da visão estratégica do PROT que permitam aferir os resultados deste objetivo específico.*

Algarve -

Centro – Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois mais operacionais: a monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; e o relatório anual de execução do Programa Operacional da Região Centro

Em termos mais estratégicos destacamos a avaliação intercalar do PO Regional do Centro.

Norte -

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - População urbana (cidades) abrangida por intervenções de reabilitação urbana	%	nd	2007	nd	2015	877.489	2013
Alentejo - População urbana (cidades) abrangida por intervenções de reabilitação urbana	%		2007			n.d	2013
Algarve - População urbana (cidades) abrangida por intervenções de reabilitação urbana	%		2007			132.037	2013
Centro - População urbana (cidades) abrangida por intervenções de reabilitação urbana	%	0	2007	90	2015	90	2013
Norte - População urbana (cidades) abrangida por intervenções de reabilitação urbana	%		2007			30	2013
LVT - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º	nd	2007	nd	2015	16	2013
Alentejo - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007			25	2013
Algarve - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007			6	2013
Centro - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º	0	2007	60	2015	56	2013
Norte - Municípios envolvidos em operações de reabilitação urbana	N.º		2007			67	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	3.3
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	3.2
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	3.2 e 3.3
Centro - Objetivo(s) específico(s)	3.1, 3.2, 3.3, 3.4
Norte - Objetivo(s) específico(s)	3.3 / Politicas integradas de Reabilitação Urbana

Justificação sucinta da resposta anterior:

LVT - Considera-se fundamental:

A contenção da dispersão e reforço das centralidades urbanas;

A promoção da eficiência energética e mobilidade sustentável

Alentejo - Face ás características da região são efetivamente as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade que poderão garantir a consolidação de novas centralidades e a afirmação de sistemas urbanos mais policêntricos.

Algarve - São os dois de extrema importância estratégica.

Centro – Para o OE 3.1 concorre o facto de as intervenções previstas e realizadas no quadro das atividades de parceria para a regeneração urbana configurarem apostas de qualificação dos Centros Históricos da Região Centro, tornando-os mais qualificados e mais atrativos, em termos nacionais e internacionais.

Para os OE 3.2 e 3.3 concorre a circunstância das intervenções em causa, bem como o PROT Centro e os PDM, permitirem a densificação da malha urbana, em termos de prestação de serviços (públicos e privados às populações) e, pelo menos tendencialmente, na tentativa de criar condições de qualidade de vida atraindo populações para as áreas intervencionadas.

As questões de baixa densidade previstas no OE 3.4 são fundamentais para a Região Centro.

Norte – O poder Central, Regional e Local deve contratualizar objetivos e instrumentos de política que permitam prosseguir de forma continuada, sustentável e resistente às operações de reabilitação urbana incidentes sobre as áreas mais degradadas, deprimidas, de modo a promover a coesão urbana, económica e social das cidades, nomeadamente com a resolução de problemas de salvaguarda do património, de eficiência energética e de recomposição do "mix" funcional ajustado a cada caso.

Em 2020 deveríamos ter erradicado as áreas urbanas degradadas das principais aglomerações urbanas, com prioridade para os centros históricos com classificação patrimonial

Considera-se ainda fundamental:

A contenção da dispersão e reforço das centralidades urbanas;

A promoção de Redes e infraestruturas de suporte à acessibilidade através de meios de transporte público, plataformas de intermodalidade;

O reforço de centralidades e adequação das redes públicas de transporte e acesso na comunicações interurbanas e urbano-rurais nos territórios de baixa densidade;

- Adotar soluçõescespecíficas adequadas nas áreas de edificação dispersa, identificando ereforçando as respetivas centralidades-

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	-
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	*Não aplicável*
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	---
Centro - Objetivo(s) específico(s)	
Norte - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -
Algarve -
Centro - Não
Norte -

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -		Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não

Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT –Nada a referir
Alentejo - O OE 3.2 poderia ser reformulado para enquadrar os modos suaves de deslocação e os aspectos relacionados com a articulação das redes e a organização dos sistemas de transporte, particularmente nos territórios de baixa densidade.
Algarve - Ênfase que atualmente é colocada na chamada "mobilidade suave" (baixa emissão de CO2) e aos transportes coletivos, também neste domínio, em áreas de baixa densidade e foco na operações de reabilitação urbana dos centros históricos.
Centro - O OE 3.2 poderia porventura ser reformulado no sentido de dar conta na ênfase que atualmente é colocada na chamada "mobilidade suave" (baixa emissão de CO2) e aos transportes coletivos, também neste domínio, em áreas de baixa densidade .
Norte - Depois de várias décadas de investimento público e privado na construção nova, com o alargamento das periferias urbanas e com a disseminação do tecido urbano pelos territórios rurais, importa agora dirigir as políticas de ordenamento para a consolidação das cidades, nomeadamente através de programas e operações de reabilitação urbana.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

LVT -
Alentejo - Elaboração de planos de mobilidade à escala sub-regional na perspectiva da sustentabilidade (abrangendo a componente da eficiência energética) e implementação das acções decorrentes destes mesmos Planos.
Algarve -
Centro - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
Norte - A criação de programas regionais de incentivo à reabilitação urbana, aproveitando a capacidade financeira do próximo quadro comunitário, com medidas dirigidas para a recuperação do edificado habitacional, sobretudo em áreas com classificação patrimonial, poderá ser impulsionadora de novas dinâmicas associadas ao turismo e aos padrões de residência e deslocação, contrariando a dispersão e do desperdício de recursos (nomeadamente, solos, materiais de construção e redes de infraestruturas e serviços).

B3. Observações complementares

LVT – Nada a referir

Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Nada a referir
Norte - No que respeita a novos equipamentos e espaço público, Já foi realizado, nas últimas décadas o investimento mais necessário em equipamentos e em espaço público. Agora a prioridade deve ser dirigida para o edificado, e, dentro deste para o que desempenha função habitacional, que, em larga escala está em propriedade privada.

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.1.*	*Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos, e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior.*
	4.1.4	*Incentivar a criação de sistemas integrados de transporte que garantam, em meio rural e nos aglomerados urbanos, a acessibilidade aos estabelecimentos de educação incluindo por parte dos alunos com necessidades especiais no âmbito da mobilidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*4.8.*	*Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social.*
Medidas Prioritárias	*4.8.4*	*Assegurar na revisão dos Planos Diretores Municipais, em articulação com a elaboração de Planos Municipais de Mobilidade, que as redes de transporte e mobilidade respondam à sua procura e aos processos de redefinição dos usos do solo, favorecendo a acessibilidade das populações em transporte público aos locais de emprego, aos equipamentos colectivos e serviços de apoio às atividades produtivas, bem como à circulação de mercadorias entre os locais de produção e os de mercado (2007-2010).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.1.4

Incentivar a criação de sistemas integrados de transporte que garantam, em meio rural e nos aglomerados urbanos, a acessibilidade aos estabelecimentos de educação incluindo por parte dos alunos com necessidades especiais no âmbito da mobilidade (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais, Comunidades Intermunicipais.

Câmaras Municipais, Instituto de Mobilidade e Transportes, Direção Geral das Autarquias Locais, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Seria importante que as CCDR pudessem intervir de alguma forma.

Operadoras de transportes públicos;

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso		Concluída			
Alentejo - Não iniciada		Em curso		Concluída			
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída		*	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída			
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída			

***** Não dispomos de informação que quantifique o grau de execução

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%,		]75%, 100%[		Não aplicável	X

					75%]						
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável			
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável			

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT -
Alentejo - CCDR não dispõe de informação sobre a matéria.
Algarve - Não se dispõe ainda de informação concreta, atinente a esta medida. No entanto, a revisão do PDM de Faro está a ocorrer em simultâneo com o plano de Mobilidade e transportes para o mesmo Concelho.
Centro - No período de 2007 a 2013, do que se sabe, a maioria dos municípios concessionaram os transportes escolares às empresas de transporte existentes nos respectivos concelhos, Utilizaram igualmente, nalguns casos, viaturas de aluguer para alunos portadoras de deficiências e/ou com necessidades educativas especiais, bem como, estabeleceram parcerias com diversas entidades (IPSS, Juntas de Freguesia e Estabelecimentos particulares).
Norte - No quadro do DL nº299/84 e alterações decorrentes do DL n.º7/2003, DL n.º 35/90 e Lei n.º107-B/2003, os Municípios são responsáveis pela organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares e, cada ano letivo, elaboram um Plano de Transporte Escolar que deve ser conjugado e complementar a rede de transportes públicos.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Desconhecemos.
Centro - Desconhecemos.
Norte - Para todos os anos letivos integrados no período em avaliação (2007-2013), cada um dos 86 municípios da Região Norte desenvolveu e apresentou o respetivo Plano de Transporte Escolar.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -
Alentejo -

Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte - Sem informação.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte - De uma forma geral, as ações previstas (A2c) atingiram uma adequada maturidade de realização no período de execução definido para a medida.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte - Não aplicável nesta situação.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte – No âmbito do ON.2, designadamente, no contexto da Promoção e Capacitação Institucional e tendo em vista «promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social do território abrangido», as Comunidades Intermunicipais da Região do Norte e a Área Metropolitana do Porto foram convidadas a reforçar a sua capacitação institucional num conjunto de

domínios prioritários e, designadamente, no domínio dos "Sistemas e Redes de Mobilidade e Transportes".

Neste contexto, a CIM do Alto Minho desenvolveu um estudo que propõe uma «remodelação do sistema organizativo do setor dos transportes na área de influência da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho» tendo em vista implementar as «reestruturações das redes de transporte em cada concelho, já iniciadas, procurando associar a racionalização de custos a uma melhor provisão do serviço de transporte». Complementarmente, cada um dos 10 municípios abrangidos detalhou estudos de reestruturação do respetivo sistema de transporte público rodoviário apresentando «propostas de solução para a rede de transporte público, não só concretamente para o serviço de transporte escolar, como também para os serviços à população em geral».

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

CCDR Norte - [X] Sim [x] Não - **CCDR LVT, Alentejo, Algarve, Centro**

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Municípios abrangidos por Planos Integrados de transporte escolar	N.º				2013		2013
Alentejo - Municípios abrangidos por Planos Integrados de transporte escolar	N.º				2013		2013
Algarve - Municípios abrangidos por Planos Integrados de transporte escolar	N.º	Não temos dados oficiais disponíveis			2013		2013
Centro - Municípios abrangidos por Planos Integrados de transporte escolar	N.º	ND	2007	ND	2013	ND	2013
Norte - Municípios abrangidos por Planos Integrados de transporte escolar	N.º				2013	86	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT - [ ] Sim [X] Não

Alentejo - [ ] Sim [X] Não

Algarve - [ ] Sim [X] Não

Centro - [ ] Sim [X] Não

Norte - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -

Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte -

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados..
Centro - A implementação dos Planos de Transporte Escolar tem sido um elemento chave na promoção da equidade social e territorial, contribuindo, em articulação com o processo de reordenamento das redes escolares, para a garantia da universalidade no acesso aos serviços educativos.

Norte - A implementação dos Planos de Transporte Escolar tem sido um elemento chave na promoção da equidade social e territorial, contribuindo, em articulação com o processo de reordenamento das redes escolares, para a garantia da universalidade no acesso aos serviços educativos.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte - Não obstante o alcance da medida, existe ainda margem para uma maior integração do serviço de transporte escolar na rede geral de serviços de transporte público, contribuindo dessa forma, não apenas para uma melhoria da acessibilidade dos territórios mas para uma maior da eficiência da operação.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -		Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	
Alentejo - Características idênticas		Outras características	
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo -
Algarve -Depende da revisão e implementação de estratégias gerais de mobilidade diversa definidas nos novos PDM, com concretização em PU e PP.
Centro - Nos municípios abrangidos por Planos de Mobilidade e Transportes, preconiza-se uma maior articulação entre estes PMT e os Planos de Transporte Escolar no sentido de identificar oportunidades de melhoria no serviço disponibilizado não apenas para a população escolar mas para a população em geral
Norte - Nos municípios abrangidos por Planos de Mobilidade e Transportes, preconiza-se uma maior articulação entre estes PMT e os Planos de Transporte Escolar no sentido de identificar oportunidades de melhoria no serviço disponibilizado não apenas para a população escolar mas para a população em geral.

A8. Observações complementares

Nada a referir

Objetivo Específico 4.1

Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos, e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT -
Alentejo - *Potencial papel criador de centralidades da rede de ensino superior e tecnológico, sobretudo se associado à estratégia de especialização inteligente da região.*
Algarve
Centro - Desconhecemos.
Norte - A conclusão do processo de reordenamento das redes escolares, mantendo o princípio de universalidade no acesso aos serviços educativos, beneficia muito positivamente da implementação dos Planos de Transporte Escolar, elemento chave na promoção da equidade social e territorial.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -		Sim		Não
Alentejo -		Sim		Não
Algarve -		Sim		Não
Centro -		Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Desconhecemos.
Norte -

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 4.8.4

Assegurar na revisão dos Planos Diretores Municipais, em articulação com a elaboração de Planos Municipais de Mobilidade, que as redes de transporte e mobilidade respondam à sua procura e aos processos de redefinição dos usos do solo, favorecendo a acessibilidade das populações em transporte público aos locais de emprego, aos equipamentos colectivos e serviços de apoio às atividades produtivas, bem como à circulação de mercadorias entre os locais de produção e os de mercado (2007-2010).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto da Mobilidade e dos Transportes;

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comunidades Intermunicipais. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional Juntas de Freguesia

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Todas as entidades privadas que operam na área dos transportes.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada	X	Em curso		Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

Norte	-]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT – Integração dessas preocupações em todos os PDM revistos.

Ações do Programa de Execução do PROT OVT:

1. Realização de um Inquérito Geral à Mobilidade Regional
2. 2. Elaboração de um Plano Regional de Mobilidade e Transportes para o território do OVT
3. 3. Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana e Interurbana (deslocações), para aglomerados ou conjuntos de aglomerados com mais de 10.000 habitantes e 100 trabalhadores

Alentejo - Planos intermunicipais de mobilidade.

Algarve - Início da revisão dos PDM pelos Municípios. Estudo de Mobilidade Interurbano do Algarve Central (Albufeira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e São Brás do Alportel).

Centro - Elaboração dos planos de mobilidade e a sua integração nos PDM. Porém, poucos Municípios o fazem.

Norte – O Projeto Mobilidade Sustentável (promovido pela APA) enquadrou a elaboração/consolidação de Planos de Mobilidade Sustentável, visando, em sintonia com as orientações estratégicas comunitárias e nacionais, a melhoria contínua das condições de deslocação, a diminuição dos impactes no ambiente e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

No quadro das orientações do Pacote da Mobilidade e respetivo Guia (IMT), os municípios com mais de 50.000 habitantes são desafiados a promover Planos de Mobilidade e Transportes, dirigidos às suas áreas urbanas e devidamente articulados com os Planos Diretores Municipais.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT – 3 Municípios com PDM revisto e com integração de preocupações com a mobilidade (Moita, Vila Franca de Xira e Lisboa).

Resultado da monitorização do Programa de Execução do PROT OVT

Em 2008, foi elaborado para a ex-AMO, o "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste", do qual constou um Diagnóstico Multimodal (para o qual contribuiram os inquéritos efetuados) que surgiu com base na análise dos fluxos e repartição modal dos movimentos pendulares no interior da Região Oeste e para o exterior, bem como da avaliação da rede viária e do transporte público, ao nível da oferta, procura e do serviço prestado.

Em 2003 foi elaborado o Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo, que permitiu conhecer com maior rigor a realidade da sub-região da Lezíria no que respeita à mobilidade e acessibilidades rodoviárias. Encontra-se a ser iniciada a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária. Fontes de financiamento: QREN; Municípios

Estudo da Rede de Transportes e do Serviço de Transporte a Pedido (202.335€), inserido no projeto Melhoria da Mobilidade que prevê a implementação experimental de um serviço de transporte a pedido - custos em análise.

Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria

Alentejo - Não aplicável em termos de revisão de PDM, já que a questão da mobilidade correspondeu apenas a soluções urbanas em Évora e Beja.

Algarve – No período 2007-2010 foi iniciada a revisão dos seguintes PDM:

Portimão - Aviso (extrato) n.º 1804-AA/2007, 05/02

Tavira - Aviso n.º 13383/2008, 29/04

Vila do Bispo - Aviso n.º 21666/2009, 30/11

Estudo de Mobilidade Interurbano do Algarve Central (Albufeira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e São Brás do Alportel) – iniciado em 2009

Centro - Alguns Municípios e Associações de Municípios têm planos de mobilidade como p.e. Coimbra e Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e ainda os municípios de Águeda, Castelo Branco, Idanha – a - Nova, Pombal e Vouzela.

Norte – O desenvolvimento do Projeto Mobilidade Sustentável envolveu, entre 2007 e 2008, o total de 11 municípios na Região Norte contemplando objetivos de promoção de uma mobilidade mais sustentável, com reforço dos modos suaves e do transporte público.

No âmbito dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais, os aspetos relativos à sustentabilidade da mobilidade dos cidadãos e da circulação de mercadorias têm vindo a ser reforçados, nomeadamente, através de um acompanhamento próximo por parte do IMT – Instituto da Mobilidade e Transportes.

O desafio dirigido aos municípios, tendo em vista a concretização de Planos de Mobilidade e Transportes, encontra-se ainda numa fase inicial de implementação tendo tido o apoio do Programa Operacional ON.2 e uma adesão preliminar de alguns municípios (ex. Maia; Porto; Torre de Moncorvo; Vizela; Vila Real /Régua /Lamego; Barcelos/ Braga /Famalicão /Guimarães).

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT –Referidos na A2d

Alentejo - Não aplicável.

Algarve - Sem dados para responder.

Centro – Não se sabe. Da parte da CCDRC a inclusão das questões de mobilidade faz parte do acompanhamento do PDM.

Norte - Sem informação.

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT –No âmbito da monitorização do PROT OVT e tendo em conta as acções previstas no seu Programa de execução apuramos que não foram realizados: o inquérito geral à mobilidade do OVT, a elaboração de uma plano regional de mobilidade e transportes .

Para a AML não temos informação.

Alentejo - Não aplicável.

Algarve – Sem dados.
Centro – Não se sabe.
Norte - A realização de Planos de Mobilidade e Transportes para as áreas urbanas, definida no Pacote de Mobilidade, não tem tido a adesão prevista.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

LVT –Não aplicável
Alentejo - *Não aplicável.*
Algarve – No período inferior a 2013 foram iniciadas as seguintes revisões dos PDM de: Albufeira - Aviso n.º 5639/2003, 24/07 Faro - Aviso n.º 6344/2006-AP, 22/11 Loulé - Aviso n.º 6686/2005, 07/10 São Brás de Alportel - Aviso n.º 40997/2011, 08/02 Silves - Edital n.º 214/2006, 27/04 Tavira - Aviso n.º 13383/2008, 29/04 Vila do bispo - Aviso n.º 21666/2009, 30/11 Vila Real de Santo António - Aviso n.º 2374/2006 - AP, 26/07
Centro - Não se sabe.
Norte - Não aplicável nesta situação.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT – Não aplicável
Alentejo - Não aplicável.
Algarve - Sem dados.
Centro - Não se sabe.
Norte – A CCDR-N, publicou um "Manual de Planeamento de Acessibilidades e da Gestão Viária" que, neste domínio, integra um conjunto de linhas de orientação e recomendações das melhores práticas nacionais e estrangeiras. Contando a participação de diversos especialistas nacionais, resultou numa coleção editorial de 13 volumes, de caráter eminentemente técnico que constitui um referencial de Boas Práticas na adoção das melhores soluções, promovendo o diálogo entre responsáveis políticos, técnicos e comunidades locais. A promoção de soluções de mobilidade sustentável foi reforçada nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental relativos à implementação de novas áreas empresariais ou grandes superfícies comerciais. Nomeadamente, foi incentivada a criação de condições favoráveis à mobilidade não motorizada e à integração com a rede de serviços de transporte público.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

CCDR Norte - [X] Sim [X] Não - **CCDR LVT, Alentejo, Algarve, Centro**

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Planos de mobilidade sustentável	N.º				2013		2013
Alentejo - Planos de mobilidade sustentável	N.º				2013		2013
Algarve - Planos de mobilidade sustentável	N.º				2013		2013
Centro - Planos de mobilidade sustentável	N.º	ND		ND	2013	6	2013
Norte - Planos de mobilidade sustentável	N.º				2013	11	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -		Sim	X	Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT –No âmbito do processo de monitorização do PROT OVT.
Alentejo -
Algarve - Sem dados concretos; encontra-se em elaboração Estudo de Mobilidade Interurbana do Algarve Central (Albufeira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e São Brás do Alportel) – iniciado em 2009; Os Planos de Mobilidade e Transportes de Olhão e S. Brás de Alportel; O Plano de Mobilidade e Transportes para o Concelho de Faro encontra-se a ser elaborado em simultâneo com a revisão do PDM de Faro.
Centro -
Norte - No quadro do Plano de Ação 2008-2013 para a promoção da Mobilidade, Transportes e Logística foi constituída uma Comissão de Acompanhamento e um Comité de Pilotagem com funções de, respetivamente, monitorização e dinamização do Plano de Ação.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Dificuldades inerentes à complexidade dos processos de revisão dos PDM
Alentejo -
Algarve - Dificuldades inerentes à complexidade dos processos de revisão dos PDM.
Centro - A CCDR não tem conhecimento de existência dos planos municipais de mobilidade que não fazem parte do conteúdo documental dos PDM.
Norte - O caráter inovador das orientações relativas ao Plano de Mobilidade e Transportes e a sua natureza não vinculativa tem limitado o seu alcance. Recomenda-se assim uma divulgação mais alargada e um acompanhamento técnico mais próximo das iniciativas levadas a cabo.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	**0**	1	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT – Tendo em conta o grau de execução das medidas previstas.
Alentejo -
Algarve - a medida poderá ter interesse para uma adequada programação das redes de infraestruturas e serviços de mobilidade e transporte, garantindo assim uma melhor racionalização de meios para atingir objetivos de qualidade, segurança e equidade territorial e social.
Centro - Tem elevada relevância para a prossecução dos objetivos de equidade territorial e social no acesso a bens e serviços comunitários.
Norte - Ao antecipar os impactes resultantes de processos de redefinição dos usos do solo no sistema de mobilidade dos cidadãos e de circulação de mercadorias, as ações integradas nesta medida contribuíram para uma adequada programação das redes de infraestruturas e serviços de mobilidade e transporte, garantindo assim um melhor alinhamento com os objetivos de qualidade, segurança e equidade territorial e social.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT – Ficaram aquém tendo em conta o baixo grau de execução das medidas.
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Pelos motivos atrás expressos a realização da medida focou muito aquém dos resultados esperados.
Norte - O caracter inovador das orientações relativas ao Plano de Mobilidade e Transportes e a sua natureza não vinculativa tem limitado o seu alcance. Recomenda-se assim uma divulgação mais alargada e um acompanhamento técnico mais próximo das iniciativas levadas a cabo.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - Não aplicável nesta situação.
Alentejo -
Algarve - Sem dados.
Centro - Do ponto de vista da CCDRC não houve qualquer tipo de impactos.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas [X] Outras características [ ]

Alentejo - Características idênticas		Outras características	X
Algarve - Características idênticas		Outras características	X
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo - Elaboração de Planos Inter Municipais de Mobilidade e Transportes ao nível da NUT III.
Algarve -A elaboração dos Planos de Mobilidade e a sua articulação com os PDM deveria ser obrigatórios
Centro - A elaboração dos Planos de Mobilidade e a sua articulação com os PDM deveria ser obrigatórios
Norte - Os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável a desenvolver no quadro dos Planos de Mobilidade e Transportes e naqueles municípios que ainda não dispõe deste instrumento devem contemplar um reforço da participação e do modelo de parceria local, visando o cumprimento de objetivos e metas de eficiência energética, de atratividade e qualidade do ambiente urbano, de segurança e de otimização operacional no transporte de mercadorias e mobilidade dos cidadãos.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Nada a referir.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Objetivo Específico 4.8

Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	**1**	2	3	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT – Valoração atribuída tendo em conta o baixo grau de execução das medidas.
Alentejo - As redes de infraestruturas e equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade não representaram no período em avaliação qualquer alteração significativa relativamente ás redes existentes.
Algarve - Sem dados.
Centro - Do que sabemos os Municípios não têm elaborado os respetivos planos de mobilidade.
Norte – No âmbito do ON.2, designadamente, no quadro da Mobilidade Territorial, foram aprovados 199 projetos que representaram um investimento total de cerca de 145,4M€ com comparticipação FEDER de 118,2M€. Pese embora as orientações nacionais relativas à dinamização de planos de mobilidade urbana sustentável (Pacote da Mobilidade), o seu caráter inovador e não vinculativo, aliado à inexistência de eventuais disposições complementares, de natureza normativa, terá limitado uma maior concentração temática ou o desenvolvimento de sinergias que, de outro modo, teriam sido potenciadas caso o desenvolvimento das ações tivesse sido enquadrado por um PMUS.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT - **LVT –** No âmbito do processo de monitorização do PROT OVT.
Alentejo - Levantamento desenvolvido no âmbito da EAT (Equipa de Avaliação do Território) relativa aos equipamento para reponderação e racionalização das redes dos serviços correspondentes.
Algarve - Sem dados.
Centro - Pelos motivos atrás expostos.
Norte -

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	4.8
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	4.8.
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	4.8
Centro - Objetivo(s) específico(s)	4.1; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.8
Norte - Objetivo(s) específico(s).	4.8

Justificação sucinta da resposta anterior:

LVT - Sendo um objectivo específico de carácter mais abrangente e geral, contribuirá de forma mais cabal para a concretização do objectivo estratégico, nomeadamente para a coesão social.
Alentejo - Situação atual resultante das alterações económicas e sociais, aliada ás questões demográficas evidenciadas pelo Censo populacional 2011, justificam a reponderação e racionalização das redes dos serviços.
Algarve - Continua a fazer todo o sentido.
Centro - Estes objetivos específicos dependem da atuação dos Municípios e pode ser incorporada nos respetivos PDM.
Norte - Sendo um objetivo específico de caráter mais abrangente e geral, contribuirá de forma mais cabal para a concretização do objetivo estratégico, nomeadamente para a coesão social. Trata-se também de um objetivo mais enquadrado na área das competências das CCDR´s.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	NA
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	NA
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum
Centro - Objetivo(s) específico(s)	-
Norte - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não se considera que nenhum deva ser descontinuado.
Centro - Não se considera que nenhum deve ser descontinuado.
Norte -

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

LVT -		Sim	X	Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo - Permitir a permanência da população no sistema de pequenos centros urbanos que constitui o suporte de manutenção do espaço rural, determinante na identidade da região.
Algarve - Verter para as revisões dos PDM e elaboração de novos PMOT as orientações contidas na recente publicação da DGTerritório sob a epígrafe "Ocupação dispersa – custos e benefícios à escala local", da autoria do Prof. Jorge Carvalho e outros.
Centro - Deveria ser incorporada a escala intermunicipal, pois esta permite ganhos de escala.
Norte -

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

LVT –PROT OVT e PROT AML.
Alentejo - PROT Alentejo – Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial.
Algarve - Lei de bases gerais da política de solos, de ordenamento do território e do urbanismo, PROT Algarve, Publicação "Ocupação dispersa – custos e benefícios à escala local" (da autoria do Prof. Jorge carvalho e Outros), Planos de mobilidade integrados que proporcionem o acesso a bens e serviços a todos os cidadãos.
Centro - As questões relacionadas com a mobilidade e o acesso aos bens e serviços deviam ser um aspeto fulcral nas políticas públicas municipais.

Norte - Não aplicável nesta situação.

B3. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Nada a referir
Norte - Não aplicável nesta situação.

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.2.*	*Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial.*
Medidas Prioritárias	*6.2.2*	*Simplificar o relacionamento dos cidadãos com as entidades com competência no licenciamento de projetos com impacte territorial, através da concentração dos serviços de atendimento e de processamento numa ótica de balcão único (2007-2009).*
	6.2.4	*Valorizar o papel das CCDR, no território Continental, no acompanhamento das competências exercidas pelos municípios e na promoção de estratégias concertadas de desenvolvimento às escalas regional e sub-regional (2007-2013).*
Objetivo específico	*6.3.*	*Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial.*
Medidas Prioritárias	*6.3.1*	*Reforçar os mecanismos de acesso à informação no âmbito da elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente através do uso das TIC, com vista a uma maior corresponsabilização e envolvimento da sociedade civil (2007-2008).*
Medidas Prioritárias	*6.3.2*	*Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de Programas de Ação Territorial (2007-2009)*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.2.2

Simplificar o relacionamento dos cidadãos com as entidades com competência no licenciamento de projetos com impacte territorial, através da concentração dos serviços de atendimento e de processamento numa ótica de balcão único (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção-Geral das Autarquias Locais; AMA – Agência para a Modernização Administrativa, IP

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Câmaras Municipais e Associações de Municípios; Direções Regionais de Cultura;

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência Portuguesa do Ambiente; Direção-Geral da Energia e Geologia; Direções Regionais de Agricultura e Pescas; Direções Regionais de Economia;

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Procedimentos de comunicação única da Administração (RJUE, REN).

Alentejo - Procedimentos de comunicação única da Administração (RJUE, REN).

Algarve – - Contribui para a implementação desta medida a aplicação do artigo 13.º-A do RJUE.

No âmbito do PO Algarve21 (2007-2013) foram aprovados investimentos em:

- Lojas do cidadão (da responsabilidade da AMA); centros multisserviços e balcões únicos (na sua maioria da responsabilidade municipal).

Centro – A Região Centro definiu como prioritário criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados "custos públicos de contexto", em concreto no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas. Nestes termos, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

a) Promover a qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
b) Promover a racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
c) Potenciar o desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação enquanto infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;

Promover iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre as três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia), como forma de geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respetivo financiamento.

Norte – No âmbito das competências desta CCDR foram implementadas as seguintes medidas:

- Disponibilização de formulários associados ao regime jurídico da REN: Modelo de comunicação prévia; Modelo de comunicação prévia-VITIS/Douro; Pedido de instrução de reconhecimento do relevante interesse público (RRIP) e respetiva ficha instrutória; Pedido de emissão de declaração sobre a afetação de áreas integradas na REN; Pedido de emissão de declaração sobre a não afetação de áreas integradas na REN; Pedido de extrato da carta da REN;

- Disponibilização de formulários associados a procedimento de alteração/correção de cartas da Reserva ecológica nacional;

- Disponibilização das cartas da REN em formato digital;

- Atendimento direto ao público e às Autarquias, no âmbito das competências da DSOT;

No âmbito do PO Norte/ON.2 foram financiados e executados investimentos em:

- Lojas do cidadão; centros multisserviços e balcões únicos; UAC;

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT - Processos relativos a REN e RJUE.

Alentejo - Processos relativos a REN e RJUE.

- Disponibilização de formulários associados ao regime jurídico da REN: Modelo de comunicação prévia;

Pedido de instrução de reconhecimento do relevante interesse público (RRIP) e respetiva ficha instrutória; Pedido de emissão de declaração sobre a afetação de áreas integradas na REN; Pedido de emissão de declaração sobre a não afetação de áreas integradas na REN; Pedido de extrato da carta da REN;

- Disponibilização de formulários associados a procedimento de alteração/correção de cartas da Reserva ecológica nacional;

- Disponibilização das cartas da REN em formato digital;

- Atendimento direto ao público e às Autarquias, no âmbito das competências da DSOT.

Algarve – A implementação do SIRJUE e outros integrados no Programa SIMPLEX.

As operações aprovadas no âmbito do PO Algarve21 (2007-2013) encontram-se na sua maioria em curso, estando prevista a sua conclusão para 30-06-2015.

Centro – No domínio do Programa Operacional Regional do Centro e, em particular, no Regulamento Específico "Sistema de Apoios à Modernização Administrativa", foram aprovados 21 projetos de investimento, com um investimento elegível total de 13.798.869,36 euros e uma comparticipação do FEDER de 11.729.038,94 euros. De forma sistemática, esses projetos incidiram sobre as seguintes tipologias principais de operações:

a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, em particular:

   a1) Projetos de expansão e reorganização da rede nacional de Lojas do Cidadão (5 projetos de investimento liderados pela AMA – Agência para a Modernização Administratrva, IP, e associados à construção das Lojas do Cidadão de 2ª Geração de Esmoriz, Guarda, Águeda, Cantanhede e Castelo Branco. Estes projetos representam um investimento elegível de 2.334.724,39 euros e um apoio FEDER de 1.869.051,57 euros);

   a2) Projetos de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação, apoiados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em função das necessidades dos respetivos utentes finais, cidadãos e empresas, nomeadamente numa lógica de "balcão único", bem como projetos de disponibilização de serviços inovadores com recurso a tecnologias multicanal para atendimento e/ou comunicação dentro da Administração Pública e entre a Administração Pública e os cidadãos e empresas. Neste domínio foram aprovadas 10 projetos de investimento, liderados por entidades da Administração Local (municípios, comunidades intermunicipais e associações de municípios), com um investimento elegível aprovado de 9.451.944,45,euros e um FEDER associado de 7.211.356,67 euros;

b) Operações orientadas para a racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, com reflexos na interação entre esta e os cidadãos e as empresas, integrados em medidas do Programa SIMPLEX. Em concreto, foram aprovados 5 projetos de investimento, liderados por entidades da Administração Local do Estado, com um investimento elegível aprovado de 3.481.449,77 euros e um FEDER associado de 2.648.630,70 euros. Estes projetos estão focados nas seguintes tipologias: (i) Racionalização e simplificação organizacional; (ii) Reengenharia e desmaterialização nos processos, seja nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, seja nos processos internos à própria Administração; (iii) Promoção da inovação organizacional e de gestão na Administração Pública.

Norte - Todas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT - Não quantificável.

Alentejo - Não quantificável.

Algarve - Recursos humanos da DSOT.

No âmbito do PO Algarve21 (2007-2013), mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1 regulamento SAMA, foram financiados 5 projetos nesta área, promovidos essencialmente por entidades da Administração Local e pela AMA, correspondendo a um investimento total de 5.254 mil € e uma comparticipação FEDER de 3.838 mil €.

Centro – As entidades beneficiárias das 22 operações aprovadas alocaram equipas com competências diferenciadas mas relevantes para a plena execução dos projetos aprovados. Em alguns casos, em particular os projetos com atividades/ações relativas à autenticação eletrónica, a AMA acompanhou de perto a sua execução por forma a garantir a adequação dos modelos equacionados por essas entidades face ao Programa SIMPLEX, bem como a interoperabilidade de sistemas de informação. Na CCDRC envolve 1 técnico superior e 1 dirigente na análise dos processos.

Norte – Parte dos recursos humanos da CCDRN. Recursos financeiros: nenhuns.

No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foram financiados 39 projetos, promovidos essencialmente por entidades da Administração Autónoma Local, correspondendo a um investimento total de 26,4 M€ e uma comparticipação FEDER de 21,1 M€.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT –Nada a referir

Alentejo - Adoção pelos municípios da tramitação eletrónica de processos.

Algarve – –A adoção da tramitação eletrónica de processos, pela maioria dos municípios.

Centro - O Regulamento Específico "Sistema de Apoios à Modernização Administrativa" prevê, como elegível, o apoio a projetos de criação de unidades móveis associadas à rede de Lojas do Cidadão, enquanto complemento vocacionado para melhorar a prestação de serviços públicos em áreas de baixa densidade, através da integração de recursos e de uma maior proximidade aos cidadãos e empresas. Este objetivo não foi devidamente coberto pelos apoios aprovados.

Norte - Não aplicável nesta situação.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

LVT –Não aplicável

Alentejo - Não aplicável.

Algarve - A extensão da tramitação eletrónica de processos, à maioria dos municípios.

Centro - Os projetos de investimento para os quais foi necessário prorrogar o período de elegibilidade da despesa (logo, do seu período de execução) tiveram a prévia aprovação da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro.
Norte - Não aplicável nesta situação.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT - Não aplicável.
Alentejo - Não aplicável.
Algarve -. Não dispomos de informação
Centro - Não.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Balcões Únicos Criados	N.º		2007				2013
Alentejo - Balcões Únicos Criados	N.º		2007				2013
Algarve - Balcões Únicos Criados	N.º		2007			1	2013
Centro - Balcões Únicos Criados	N.º	0	2007	7	2015	6	2013
Norte - Balcões Únicos Criados	N.º		2007			12	2013
LVT - Taxa de cobertura territorial (%) das Lojas do Cidadão (NUTS II)	%	16.67	2007	NA	NA	27.78	2013
Alentejo - Lojas do Cidadão Criadas	N.º		2007			5	2013
Algarve - Lojas do Cidadão Criadas	N.º		2007			1	2013
Centro - Lojas do Cidadão Criadas	N.º	0	2007	7	2015	6	2013

Norte - Lojas do Cidadão Criadas	N.º		2007			69	2013
LVT - População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	N.º		2007				2013
Alentejo - População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	N.º		2007			539.678	2013
Algarve - População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	N.º		2007			26.167	2013
Centro -População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	N.º	0	2007	250.000	2015	255.660	2013
Norte - População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	N.º		2007			2.414.506	2013
LVT - Municípios utilizadores da plataforma SIRJUE	N.º		2007				2013
Alentejo - Municípios utilizadores da plataforma SIRJUE	N.º		2007				2013
Algarve - Municípios utilizadores da plataforma SIRJUE	N.º		2007			n.d.	2013
Centro - Municípios utilizadores da plataforma SIRJUE	N.º	0	2007	77	2015	60	2013
Norte - Municípios utilizadores da plataforma SIRJUE	N.º		2007			20	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -		Sim	X	Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT –Nada a referir.
Alentejo - Avaliação do cumprimento de prazos.
Algarve – Apenas no que diz respeito ao acompanhamento das operações aprovadas no POAlgarve21.

Centro - Nada a referir

Norte – Nada a referir

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT - Articulação com entidades exteriores no que se refere à cobrança de taxas e prazos para pronúncia.

Alentejo - Articulação com entidades exteriores no que se refere à cobrança de taxas e prazos para pronúncia.

Algarve - Restrições

Centro - Estão identificadas como principais dificuldades:

a) As restrições orçamentais com que as diversas entidades promotoras se têm debatido nos últimos anos, com particular relevo para as que integram a Administração Local do Estado;

b) As barreiras, técnicas e de organização de instituições, ainda existentes em matéria de autenticação eletrónica, o que tem impedido uma maior difusão e implementação territorial desta prática;

c) A nem sempre interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação adotados nos mais variados organismos públicos, tornando muitas vezes difícil a desejável tramitação e troca de informação em rede.

Norte - Não aplicável nesta situação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT –Agiliza a transição para o suporte digital, facilita o controlo de tempos por parte das entidades públicas e privadas, e concentra num momento único a pronuncia da administração pública.

Alentejo - Grande número de autarquias continuam a fazer tramitação de processos em suporte de papel, eliminando as vantagens inerentes ás plataformas eletrónicas, e desarticulação entre regimes sectoriais conduz a situações antagónicas da simplificação do relacionamento dos cidadãos com as entidades com competência no licenciamento no que se refere a prazos e taxas.

Algarve –. Apesar de se considerar que a relevância é média, há uma concordância com a resposta da CCDR Centro, amenizada com alguns constrangimentos na linha dos referidos pela CCDR Alentejo.

Centro - As tipologias e objetivos dos projetos aprovados no RE "Sistema de Apoios à Modernização Administrativa" levam-nos a afirmar que os objetivos específicos e estratégicos já referidos vão ser, de forma bastante satisfatória, preenchidos pelos resultados decorrentes daquelas mesmas operações.

Norte - Objetivos específicos e estratégicos: da leitura dos mesmos verifica-se que a disponibilização da informação referida em epígrafe na internet permitiu dar cumprimento a todos os objetivos específicos e, consequentemente, estratégico.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT –Importa trabalhar a articulação de regimes, para que a plataforma possa concentrar todas as pronuncias.

Alentejo -

Algarve – Nada a referir

Centro - Nada a referir.

Norte - Verificou-se uma melhoria significativa na participação informada dos cidadãos, no âmbito das competências desta instituição.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT - Institucionais e governativos

Alentejo -

Algarve – Concordância com resposta do Centro.

Centro - Redução dos chamados "custos de contexto" na administração pública, central e local, mediante a realização de investimentos enquadrados pelo programa SIMPLEX e orientados, quer para a desmaterialização da tramitação documental e processual entre e intra serviços, quer para a agilização e facilitação no acesso aos serviços públicos pelos cidadãos e empresas, qualificando tempos de resposta e diversificando os canais de interação. Destacam-se os projetos centrados na tramitação digital de informação e na autenticação eletrónica, com recurso ao cartão do cidadão, na primeira tipologia de

projetos; e os investimentos na criação de balcões únicos de atendimento e na expansão da rede de lojas do cidadão de 2ª geração, na segunda tipologia de projetos.
Norte - Deverá realçar-se que a disponibilização desta informação permite que o cidadão se encontre mais informado e, simultaneamente, uniformizar os procedimentos de comunicação junto da CCDR-N.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todas CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	X	Outras características	
Alentejo - Características idênticas	X	Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Centro - Necessidade de criar condições para que as lacunas referidas no campo afeto às principais dificuldades na execução da medida possam ser ultrapassadas. Acresce um maior acompanhamento da execução deste tipo de projetos por ações de formação adequadas

A8. Observações complementares

Centro - No dia 15 de dezembro de 2011, foi aprovada a reprogramação estratégica do QREN, da qual resultou a concentração dos Apoios à Modernização Administrativa no COMPETE.
Norte - A CCDR-N apenas foi consultada no âmbito do Licenciamento de aterros para a instalação do Balcão Único.

Medida Prioritária 6.2.4

Valorizar o papel das CCDR, no território Continental, no acompanhamento das competências exercidas pelos municípios e na promoção de estratégias concertadas de desenvolvimento às escalas regional e sub-regional (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;Direção Geral do Território.

Direção Geral das Autarquias Locais

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comunidades Intermunicipais, Municípios, Direção Geral do Território, DGAL, DGPC, ICNF, APA, AICEP, IAPMEI, Associações Empresariais e serviços desconcentrados da Administração Central

Todas as Entidades da Administração Central, de âmbito desconcentrado são intervenientes na execução desta medida.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

AMA

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	x	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

Norte	-]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Considera-se que contribui para a implementação desta medida o papel da CCDR na condução dos processos de elaboração e alteração dos PROT, na monitorização do PROT-OVT, na elaboração da Estratégia Lisboa 2020 e no acompanhamento dos PMOT, particularmente no momento da revisão dos Planos Diretores Municipais onde o papel das CCDR é de importância fundamental na concertação entre diferentes prioridades. Acresce a estes aspetos a elaboração de formulários e check-list para processos no âmbito da gestão da REN e da elaboração de PU e PP.

Alentejo - Aprovação do PROT Alentejo e do Plano de Ação Regional Alentejo 2020 (Aprovado em Setembro de 2013).

Algarve - No âmbito da DSOT, é importante o acompanhamento pró-ativo da CCDR Algarve, em matéria de elaboração/alteração/revisão de PMOT, e na verificação da compatibilidade dos mesmos com o PROT Algarve, no que diz respeito à sua responsabilidade regional enquanto entidade parametrizadora, bem como das competências atribuídas em matéria de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (face aos critérios estabelecidos), da sistematização do sistema de informação geográfica de base regional (IDEALG e Algarve Acolhe), do SIRJUE, e na realização de seminários de natureza técnica, que esclareçam os Municípios na prossecução informada das suas responsabilidades.

Centro – Os vários organismos da CCDRC e do Programa Operacional do Centro têm dentro da sua área de competência o desempenho de funções de apoio aos municípios nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias concertadas à escala regional e sub-regional.

As medidas pertinentes são muitas e muito diferenciadas entre si, pelo que se torna difícil a sua enumeração. Na área do desenvolvimento regional, avultam as ações relacionadas com a cooperação transfronteiriça (envolvendo a CCDRC e alguns Municípios), com a definição de estratégias subregionais de desenvolvimento (quer no período em causa, quer na preparação do período 2014-2020), com uma racionalização da delimitação subregional (plasmada na Lei n.º 75/2013), com a monitorização dos investimentos do QREN na Região Centro e de alguns indicadores municipais (taxas de execução e investimentos apoiados especificamente pelo Programa Operacional Regional Mais Centro, limites de endividamento, quadros de pessoal), com a compilação e divulgação de informação sobre Autarquias no portal DATACENTRO e com a consideração das componentes socioeconomia e desenvolvimento regional nos procedimentos de avaliação de impactes (avaliação de impacte ambiental e avaliação ambiental estratégica).

No âmbito da DSOT, são importantes os Guia para a elaboração de Planos Directores Municipais, o Guia para a elaboração de Planos de Urbanização e o Guia para a elaboração dos Planos de Pormenor, bem como a realização de Seminários sobre temas com forte componente técnica. De uma forma geral, a Direcão de Serviços faz um acompanhamento continuado dos municípios na resolução de problemas.

A DSAJAL tem desenvolvido Acções Técnicas para as freguesias no domínio das finanças locais, De igual modo, tem desenvolvido Seminários para os municípios e freguesias sobre alterações legislativas ou de apoio técnico em matérias inovadoras. De igual modo, esta Direcção de Serviços faz o acompanhamento continuada dos municípios e freguesias na resolução de problemas concretos.

Na área do Ambiente, a DSA promove Seminários onde os municípios participam quando sai nova legislação..

Norte – Grande parte das competências da CCDRN visam a execução desta medida, pelo que seria exaustivo

estar a enumerar todas as ações previstas para a sua execução.

São elencados alguns exemplos:

- Elaboração do PROT-N e respetiva concretização;

- Integradas no Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal, foram desenvolvidas 22 Agendas Temáticas e Planos de Ação para o desenvolvimento regional e territorial;

- Acompanhamento da elaboração de IGT;

- Consultoria jurídica e apoio/acompanhamento de procedimentos administrativos;

- Consultoria financeira;

- Realização de Estudos de natureza financeira e relatório atinente aos recursos humanos afetos aos Municípios;

- Colaboração com a Direção-Geral das Autarquias Locais na consolidação orçamental, controlo de despesas e cumprimento de regras legais por parte das autarquias locais;

- Participação na reforma territorial autárquica;

- Aplicação do regime sancionatório na área das infrações ambientais;

- Participação no Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, em colaboração com a Direção Geral das Autarquias Locais.

- Participação na Cooperação Técnica e Financeira e Fundo de Emergência Municipal em coolaboração com a Direção Geral das Autarquias Locais.

- Colaboração com a Direção Geral do Território, no acompanhamento dos projetos financiados no âmbito do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva.

- Acompanhamento dos projetos financiados no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, em colaboração com a DGAL.

- Colaborar com o Exercito, através das Unidades Operacionais executantes, no reconhecimento das intervenções de apoio, com acompanhamento presencial da CCDR em conjunto as Autarquias.

- Análise dos pedidos de pagamentos, acompanhamento de obra e apreciação técnica no âmbito dos Procedimentos do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas da Direção Geral do Livro, das Bibliotecas e Arquivos (DGLBA).

- Colaborar com o Instituto de Turismo de Portugal no acompanhamento de projetos financiados via: PITTER, PIQTUR e Portaria n.º 384/02.

- Iniciativa "Norte + Próximo": desenvolvido em parceria entre o Conselho Regional e a CCDR-N, visa o desenvolvimento de um processo contínuo de concertação territorial de prioridades de políticas públicas ao nível sub-regional, com as CIMs/JMP e com os principais setores da Administração Central.

- Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e da administração central e local, para o desenvolvimento integrado do Douro e estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil;
Dinamizar parcerias com empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios para planear e executar ações de valorização económica do território abrangido pela Região Demarcada do Douro, dirigidas ao fomento da competitividade e ao reforço da coesão territorial;
Colaborar com o Turismo de Portugal na implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, garantindo, junto dos diferentes promotores, que as infraestruturas, equipamentos, tipos de unidade e serviços turísticos a instalar potenciam o desenvolvimento local e se concretizam no respeito pelas características específicas do território;

Valorizar as potencialidades de navegabilidade do rio Douro, também na componente comercial, no quadro de uma rede adequada de transportes flúvio-ferro-rodoviária;
Desenvolver ações tendentes a fazer que a marca Douro possa contribuir para o desenvolvimento de toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -

Alentejo - Aprovação e implementação do PROT Alentejo elaborado pela CCDR e que tem vindo a constituir o referencial estratégico do ordenamento e desenvolvimento regional.

Algarve - *Vide* questão A2c.

Centro - Resposta em A2c.

Norte - De uma forma geral todas as ações referidas em A2c foram realizadas, mantendo-se algumas em realização.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -

Alentejo - Não quantificável. Recursos humanos da CCDR.

Algarve - O conjunto dos recursos humanos afetos à CCDR Algarve, cujos setores estão em maior ou menor grau de intervenção relacionados com a realização da medida.

Centro – A CCDRCentro dispõe de 12 dirigentes e 65 técnicos superiores que mais diretamente se relacionam com os municípios.

Da parte do Programa Operacional estão envolvidos: os recursos afetos à estrutura de gestão do Mais Centro, designadamente uma afetação de 63 recursos humanos (técnicos, coordenadores e secretários técnicos), e a dotação financeira associada à Assistência Técnica do Programa.

Estão afetos ainda recursos patrimoniais da CCDRC.

Norte – Quadro de recursos humanos da CCDRN. A título de exemplo:

- A ação da EMD durante o período de 2007-2013, envolveu uma equipe interdisciplinar constituída por cinco técnicos superiores e um administrativo e foi coordenada por um Chefe de Projeto. Os recursos financeiros envolvidos no período em referência foram de 1.648.239,73€, correspondendo a um peso anual médio do orçamento da CCDR-N da ordem dos 0,96%. As instalações da EMD, na Cidade do Pêso da Régua foram cedidas pelo Município;
- No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foi financiado 1 projeto, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o qual corresponde a um investimento total de 2,4 M€ e uma comparticipação FEDER de 2 M€;

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT -

Alentejo - A implementação do Sistema de Monitorização do PROTA, previsto no diploma que o aprovou, ficou, comprometida por motivos de ordem financeira, contexto em que apenas foi possível monitorizar e avaliar algumas dinâmicas territoriais.
Algarve - De uma forma geral, as ações previstas (A2c) atingiram uma adequada maturidade de realização no período de execução definido para a medida. Dada a natureza das ações identificadas, com continuidade temporal, muitas das ações mantêm-se ainda em curso.
Centro - Nenhumas. Foram desenvolvidos sistemas de apoio e monitorização que não estavam inicialmente previstos.
Norte – De uma forma geral, as ações previstas (A2c) atingiram uma adequada maturidade de realização no período de execução definido para a medida. Dada a natureza das ações identificadas, com continuidade temporal, muitas das ações mantem-se ainda em curso e outras estão já reprogramadas para os próximos anos.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -
Alentejo - Não aplicável.
Algarve - Foram desenvolvidos sistemas de apoio e monitorização que não estavam inicialmente previstos. São os casos dos Sistemas de Informação Geográfica de base regional, o desenvolvimento e aperfeiçoamento do SIRJUE, o DATACENTRO, etc.
Centro - Foram desenvolvidos sistemas de apoio e monitorização que não estavam inicialmente previstos. São os casos dos Sistemas de Informação Geográfica de base regional, o desenvolvimento e aperfeiçoamento do SIRJUE, o DATACENTRO, etc..
Norte - Não aplicável nesta situação.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - PDM que fizeram a alteração por adaptação ao PROT em matérias identificadas como incompatíveis	N.º	32[14]	2009	32	2010	29	2013
Alentejo - PDM que fizeram a alteração por adaptação ao PROT em matérias identificadas como incompatíveis	N.º						2013
Algarve - PDM que fizeram a alteração por adaptação ao PROT em matérias identificadas como incompatíveis	N.º	16	2007	15	2008	15	2013
Centro - PDM que fizeram a alteração por adaptação ao PROT em matérias identificadas como incompatíveis	N.º	0	2007			0	2013
Norte - PDM que fizeram a alteração por adaptação ao PROT em matérias identificadas como incompatíveis	N.º					0	2013
LVT - PDM com alteração ou revisão em curso para acolhimento das orientações e diretrizes do PROT	N.º						2013
Alentejo - PDM com alteração ou revisão em curso para acolhimento das orientações e diretrizes do PROT	N.º						2013
Algarve - PDM com alteração ou revisão em curso para acolhimento das orientações e diretrizes do PROT	N.º	16	2007	16	2013	10	2013
Centro - PDM com alteração ou revisão em curso para acolhimento das orientações e diretrizes do PROT	N.º	0				0	2013
Norte - PDM com alteração ou revisão em curso para acolhimento das orientações e diretrizes do PROT	N.º					50	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT –Processo de monitorização do PROT OVT

[14] Dos 33 municipios do OVT, 32 apresentavam disposições incompatíveis com o PROT OVT

Alentejo – Identificação da informação geográfica fundamental no contexto do PROT e a sua separação da informação acessória e de versões intercalares; processo de ajustamento de toda a informação aos limites da Região definidos na CAOP 2008;

correção topológica e a simplificação cartográfica que a tornou essa informação mais compatível com a sua integração no contexto de um instrumento de gestão territorial de incidência regional; agregação em ficheiros de síntese da informação geográfica dispersa por diferentes ficheiros, mas cuja afinidade justifica a integração num único ficheiro; uniformização do sistema de coordenadas, sendo adotado o novo sistema oficial proposto pelo IGP para Portugal Continental (ETRS89 / PT-TM06); criação dos respetivos metadados, de acordo com a Diretiva INSPIRE e o Perfil Nacional de Metadados, utilizando para o efeito, a aplicação MIG Editor; criação, a partir do Relatório Fundamental do PROT, dos documentos que sintetizam o contexto e as normas orientadoras aplicáveis às componentes da informação geográfica consideradas ;organização da informação geográfica fundamental do PROT no FileGeodatabase PROT_Alentejo.gdb", tendo como referência a estrutura do Modelo e Sistemas Territoriais; desenvolvimento de uma versão preliminar de uma interface para a Web, com recurso a uma licença temporária de ArcGIS Server, no sentido de facilitar o conhecimento do conteúdo documental e a aplicação das orientações e normas definidas no PROT.

Sem a possibilidade de implementar a totalidade da arquitetura do sistema, considerou-se ainda fundamental para uma análise e avaliação das dinâmicas regionais, dos impactes territoriais das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento sectorial, bem como para o acompanhamento da evolução do sistema de gestão territorial na região, materializar na estruturação em suporte de SIG: levantamento sistemático dos equipamentos coletivos da região elaborado por solicitação do Governo para suporte à decisão; informação dos Planos de Gestão Florestal, enquanto instrumentos que permitem avaliar a evolução da dinâmica do espaço rural e a respetiva adequação aos usos identificados nos respetivos instrumentos de gestão territorial; informação dos alvarás de loteamento por forma a avaliar o grau de concretização das áreas urbanas e urbanizáveis constantes nos instrumentos de gestão territorial, permitindo a fundamentação de eventuais novas propostas de reclassificação do solo.

Algarve -– No âmbito da elaboração do PROT Algarve, a recolha e tratamento da informação relativa à região, bem como a sua divulgação, nos 12 relatórios de caracterização que integram este plano regional e que se encontram disponíveis, ao público em geral, no site da CCDR, contribuíram para um conhecimento mais aprofundado e mais acessível, dos dados disponíveis. Acresce o facto desta CCDR ter criado uma infraestrutura de dados espaciais do Algarve (IDEAlg), que disponibiliza informação setorial devidadmente organizada, nomeadamente relativa aos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), às delimitações da Reserva Ecológica Nacional, dos município da região, dos equipamentos coletivos da região, das áreas de acolhimento empresarial, da Rede Natura 2000, da área de intervenção do planos especiais de ordenamento do território.

No que respeita ao acompanhamento pela CCDR das competências exercidas pelos municípios julga-se que seria vantajoso que o acompanhamento da elaboração dos PMOT fosse mais sistemático, nomeadamente em fases intermédias da referida elaboração e não tanto, como na maioria dos casos sucede, apenas na fase final, em que é remetida a proposta de plano, para conferencia de serviços, quando já praticamente "concluída", em que os contributos, que as autarquias consideram convenientes integrar, já são de difícil inclusão.

Centro - O papel da CCDRC é hoje mais reconhecido a nível da Região.

Norte -

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT –Alteração do quadro institucional, envolvimento dos parceiros regionais e obtenção de informação de base regional

Alentejo - A implementação do Sistema de Monitorização do PROTA, previsto no diploma que o aprovou, ficou, comprometida por motivos de ordem financeira, contexto em que apenas foi possível monitorizar e avaliar algumas dinâmicas territoriais.

Algarve A frequente instabilidade institucional (extinções, fusões e alterações orgânicas) não abona a favor duma coordenação efetiva e eficaz desta medida, uma vez que os interlocutores regionais e nacionais, e respetivas competências sofrem alterações frequentes, criando obstáculos à decisão informada. A redução a que o quadro de recursos humanos da CCDR tem sido sujeito impede uma resposta ágil aos desafios e responsabilidades atribuídas.

Centro - As principais dificuldades prendem-se com as alterações demasiado frequentes do quadro institucional (com extinções, fusões e alterações orgânicas e de âmbito territorial diferenciado, que têm sido profundas na Administração Central e Regional), com as dificuldades de articulação com alguns agentes regionais e com as dificuldades de obtenção de informação de base regional e local de apoio à decisão

Norte – De uma forma progressiva, é sentida uma carência de recursos humanos no âmbito do quadro técnico e administrativo da CCDRN.

Dificuldades de coordenação, cooperação e articulação da ação e dos investimentos e procedimentos, internos e externos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT –O território da CCDR-LVT encontra-se integralmente coberto por PROT-OVT, instrumentos que tanto no momento de elaboração, como de implementação, como ainda de monitorização, constituem importantes espaços para a concertação de estratégias à escala a regional.

Alentejo – Durante o ano de 2012, através de alteração ou revisão, incorporaram as orientações e diretrizes ao modelo territorial e as normas orientadoras do PROTA diversos procedimentos relativos a instrumentos de gestão territorial; de um universo de 28 processos relativos a PDM - revisão e alteração - 19 já foram concluídos ou têm a proposta de ordenamento de acordo com o PROT (67,8%):
PDM – REVISÂO – 19 – 11 com proposta de ordenamento
Alcácer do Sal
Grândola
Santiago Cacém – com proposta de ordenamento
Sines
Campo Maior – com proposta de ordenamento
Castelo de Vide – com proposta de ordenamento
Fronteira
Gavião
Marvão – com proposta de ordenamento
Monforte – com proposta de ordenamento
Nisa – com proposta de ordenamento
Estremoz
Viana do Alentejo
Aljustrel – com proposta de ordenamento
Alvito – com proposta de ordenamento
Beja – com proposta de ordenamento
Cuba – com proposta de ordenamento
Ferreira do Alentejo
Serpa – com proposta de ordenamento
PDM – ALTERAÇÂO – 9 – 8 concluídas ou em discussão pública

Alteração PDM Arraiolos – concluída

Alteração do PDM Crato – concluída a discussão pública

Alteração do PDM Estremoz – concluída
Alteração do PDM de Mourão – concluída
Alteração do PDM de Ponte de Sor – concluída
Alteração do PDM de Portalegre – em discussão pública
Alteração do PDM de Grândola – em discussão pública
Alteração do PDM Évora – concluída a discussão pública
Alteração do PDM Viana – concluída
No que respeita à determinação do PROT Alentejo de elaboração de Planos de Urbanização para todas as sedes de concelho, verifica-se que dispõem de PU eficaz 20 das 47 da região – Alter do Chão, Alvito, Arronches, Avis, Beja, Cuba, Castelo Vide, Estremoz, Évora, Grândola, Marvão, Mértola, Monforte, Montemor, Nisa, Reguengos, Santiago, Serpa, Sines, Vidigueira.
Não dispondo em 2012 de PU eficaz 27 sedes de concelho, 16 deliberaram a elaboração ou alteração/revisão para acolher orientações do PROT (59,2%):

PU – alteração – 5 - Alteração PU Évora, PU Grândola, PU Cuba, PU de Santiago do Cacém.

Elaboração/ Revisão – 11 – Alandroal, Alter do Chão, Barrancos, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Gavião, Ponte de Sor, Portalegre, Serpa, Vendas Novas.

Algarve - A CCDR presta apoio técnico permanente aos Municípios, sempre que solicitado (como foi o caso das dúvidas suscitadas sobre o PROT Algarve), ou por iniciativa própria, quando se justifica clarificar normas de natureza e abrangência regionais, promovendo um exercício mais eficiente das suas competências.
A CCDR presta colaboração aos Municípios, ao longo dos procedimentos de elaboração/alteração/revisão dos PMOT, através da coordenação articulada entre as ERIP com responsabilidades nos territórios abrangidos, com vista a encontrar soluções, em tempo razoável, que sirvam os vários interesses da Administração.
Esta coordenação, colaboração e articulação de estratégias concertadas de desenvolvimento, tem valorizado o papel da CCDR, junto dos agentes institucionais políticos, económicos e sociais, bem como do público em geral.

Centro - A CCDRC presta um apoio técnico relevante às autarquias locais contribuindo para um exercício mais eficiente e eficaz das suas competências.

Por outro lado, a gestão territorial é hoje mais competente do que em 2007, pois houve incremento das exigências e do grau de conhecimento e de detalhe da informação disponível, houve um enorme desenvolvimento de sistemas de monitorização, seguimento e minimização de impactes, de instrumentos de caraterização, de planeamento e de programação regional, subregional e local e registou-se ainda uma muito maior articulação entre instituições com papéis relevantes na Região Centro

Finalmente, a contratualização decorrente do Mais Centro e do QREN permitiu, em geral, a articulação de estratégias de desenvolvimento

Norte - Considerando as competências da CCDR-N (cifra A2c.), esta medida é muito relevante na medida em que contribuí para uma melhor atuação/participação das entidades envolvidas na gestão territorial, valorizando, assim, o papel da CCDR-N.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT –Esta medida implica um trabalho continuado sempre sujeito a uma melhoria da realização.

Alentejo -

Algarve - A natureza das funções da CCDR determina um trabalho e um acompanhamento continuado e de proximidade, impondo a sua continuidade, pelo que não é possível responder à questão.

Centro - Houve superação dos resultados esperados, graças a um envolvimento coletivo regional.

Norte – A natureza das funções da CCDRN determina um trabalho e um acompanhamento continuado e de proximidade, impondo a sua continuidade, pelo que se revela impossível verificar se as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT –Melhoria da articulação entre instituições.
Alentejo - Impactes ao nível da melhor coordenação institucional e do envolvimento dos parceiros regionais representativos das diferentes dimensões (politica, económica, social, ambiental e associativa) e dos cidadãos em geral
Algarve –Ocorreram impactes das três naturezas, à custa da maior articulação institucional regional e sub-regional.
Centro - Houve impactes das três naturezas. A CCDRC acumulou muito conhecimento ao nível da gestão territorial, que obrigou a melhorias ao nível da gestão interna. A articulação entre agentes da Região Centro registou incrementos positivos. A governação regional ao nível da gestão territorial foi reforçada.
Norte - Articulação com outras entidades para definição de estratégias de desenvolvimento sustentável, regional e sub-regional;

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todas CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	X
Alentejo -Características idênticas		Outras características	X
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	X
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas	X	Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT –Reforço das CCDR enquanto verdadeiras entidades de coordenação regional.
Alentejo - Tomando em consideração a relevância atribuída à dimensão territorial da Política de Coesão da União Europeia e os novos desafios colocados ao nível sub-regional no horizonte 2020, a escala das NUTS III servirá de referência para a elaboração de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, devidamente ancorados nas Estratégias de Desenvolvimento Sub-regional, dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais e coerentes com a Estratégia Regional dinamizada pela CCDR. Assim, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional asseguram a coerência programática das intervenções em cada região, nos diferentes âmbitos de desenvolvimento territorial, incluindo as vertentes da cooperação (transfronteiriça, transnacional e interregional).

Algarve - O reforço do papel da CCDR Algarve passa em boa medida, pelo reconhecimento orgânico institucional interpares da sua efetiva coordenação regional, aliado ao reforço da prática nesse mesmo sentido.

Centro - Deverá ser enfatizada a escala das comunidades intermunicipais, que terá um papel decisivo na articulação entre a Região e os Municípios e é uma escala muito fecunda de aproximação de níveis decisórios aos problemas mais prementes dos cidadãos, propiciando ainda economias de escala.

Norte – Deveria ser mais abrangente, no sentido de integrar outras temáticas e possibilitar a respetiva atualização, face à realidade presente, nomeadamente o seguinte:

- Tendo presente as grandes prioridades para a intervenção dos fundos comunitários definidas pelo governo no âmbito do Portugal 2020, ou seja, a competitividade da economia portuguesa e das regiões, a formação de capital humano, o desenvolvimento sustentável e a coesão social e territorial, pretende-se que este novo ciclo de fundos contribua como motor da inovação produtiva e tecnológica da base económica, na expansão e internacionalização das PME e da região para uma especialização inteligente das sub-regiões.

Igualmente importante é que novo ciclo de programação se torne num instrumento ativo de emprego qualificado e inclusivo, essenciais a um desenvolvimento sustentável e à coesão social, para o qual é

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir

Alentejo – Nada a referir

Algarve – Nada a referir

Centro - Sem observações complementares.

Norte – Considera-se relevante a concretização das 15 Opções estratégicas territoriais estabelecidas para a Região do Norte, indo todas elas ao encontro desta medida prioritária, nomeadamente as que remetem para a salvaguarda e valorização dos sítios inscritos na Lista do património Mundial da UNESCO e como pilar fundamental de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Curiosamente o PNPOT contem já um capítulo: Portugal 2025: estratégia e modelo territorial que merecia apuramento face ao desafio social e económico associado ao Portugal 2020 e ao PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE 2014-2020.

Objetivo Específico 6.2

Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT –A CCDR-LVT tem procurado reforçar o seu papel de interlocutor regional envolvendo uma base alargada de atores, onde a monitorização do PROT-OVT e o acompanhamento dos processos de revisão dos PDM se têm assumido como momentos-chave. Todavia, os problemas principais colocam-se no momento de articular políticas setoriais à escala regional, onde a Administração Central demonstra alguma resistência na discussão e articulação das mesmas.

Alentejo - As capacidades de gestão territorial serão tanto mais eficazes quanto exista um quadro de referência com opções estratégicas definidas, papel desempenhado pelo PROT Alentejo.

Algarve - A densificação do quadro legal que promoveu a maior capacitação dos agentes públicos regionais e locais, para uma gestão territorial informada e fundamentada, foi conseguida através da publicação do PROT Algarve, dos decretos regulamentares de 2009, que completaram o RJIGT, os quais forneceram estratégia e regulamentação ajustada à realidade e aspirações da região.
A interação que o Programa SIMPLEX promoveu entre a Administração e os cidadãos e as empresas, permitiu criar níveis adequados de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública.

Centro – A realização dos projetos de Modernização Administrativa foi muito relevante, em particular: as operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas (Lojas do Cidadão); projetos de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação, apoiados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em função das necessidades dos respetivos utentes finais, cidadãos e empresas; operações orientadas para a racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, com reflexos na interação entre esta e os cidadãos e as empresas, integrados em medidas do Programa SIMPLEX.

Os projetos de investimento para os quais foi necessário prorrogar o período de elegibilidade da despesa (logo, do seu período de execução) tiveram a prévia aprovação da Autoridade de Gestão do

Programa Operacional Regional do Centro. No entanto, a confrontação com a totalidade das medidas que corporizam o objetivo específico, nomeadamente pela incompletude de resultados na simplificação jurídica e administrativa, na relação com os cidadãos e no desenvolvimento do balcão único (previsto para 2009), e na formação especializada dos agentes administrativos Os Guias para a elaboração dos Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor os quais permitiram a uniformização dos conteúdos documentais e materiais dos planos , facilitando a respetiva elaboração e acompanhamento
Norte – O alcance da medida pressupôs a articulação entre diferentes entidades com competência nas diversas áreas de tutela desta Comissão, o que permitiu definir uma estratégia comum e identificar medidas prioritárias, contribuindo de um modo relevante para o cumprimento do objetivo específico. A atuação da CCDRN insere-se num continuado esforço de articulação e promoção do diálogo entre os agentes privados e as diversas entidades da administração pública com responsabilidades no território, numa perspetiva de salvaguarda das componentes ambientais, recursos territoriais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Paralelamente assumiu particular importância a informação e divulgação de regimes de incentivos e respetivos avisos, resultantes da dinâmica do atual Quadro Comunitário para o desenvolvimento.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT –processo de monitorização do PROT OVT
Alentejo - Processos referidos respeitantes ao PROT Alentejo.
Algarve
Centro – Existem vários processos de acompanhamento, sendo que destacamos dois mais operacionais: a monitorização mensal através da elaboração da "Monitorização Operacional e Financeira do MaisCentro"; e o relatório anual de execução do Programa Operacional da Região Centro Em termos mais estratégicos destacamos a avaliação intercalar do PO Regional do Centro. Do ponto de vista do Ordenamento do Território não foi realizado nenhum processo de Avaliação.

Norte – Para o Alto Douro Vinhateiro Património Mundial foi recentemente objeto de um processo de avaliação do seu estado de conservação que resultou na produção das publicações que abaixo se identificam e que podem ser consultadas em:

http://www.ccdr-n.pt/pt/regiao-do-norte/estrutura-de-missao-do-douro/documentacao/

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 6.3.1

Reforçar os mecanismos de acesso à informação no âmbito da elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente através do uso das TIC, com vista a uma maior corresponsabilização e envolvimento da sociedade civil (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Direção Geral do Território.

SAMA 2007 (embora para a medida em questão o contributo não seja significativo)

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais, ICNF, APA/ARH, DGADR, DGEG.

Todas as entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

Entidades produtoras de cartografia oficial; Entidades da administração central responsáveis pela elaboração de Planos Especiais; Câmaras Municipais, responsáveis pela elaboração e publicação de Planos Municipais de Ordenamento do Território;

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - Considera-se para a implementação da medida as plataformas colaborativas utilizadas durante a elaboração e discussão pública dos PROT da região, o reporte trimestral no site da CCDR do ponto de situação da revisão dos PDM e das REN em vigor. Submissão eletrónica dos pedidos no âmbito da gestão da REN.

Alentejo - Disponibilização de informação relativa aos IGT em formato digital; participação pública para recolha de sugestões e no âmbito da discussão pública.

Algarve - A execução da medida é prolongada no tempo e carece, sobretudo, do envolvimento permanente de recursos humanos a afetar à execução da ação, bem como envolvimento das demais entidades regionais, no sentido da disponibilização e atualização da informação setorial.

Site da CCDR Algarve: disponibilização de informação diversa, nomeadamente sobre o conteúdo do PROT Algarve (conteúdo publicado e complementar), sobre a tramitação dos PMOT e da cartografia das REN concelhias em vigor, dos equipamentos coletivos da região, das áreas de acolhimento empresarial, da Rede Natura 2000, da área de intervenção do planos especiais de ordenamento do território.

Centro - A disponibilização de informação sobre os processos de elaboração e aprovação dos IGT através dos portais das entidades, nalguns casos em SIG, responsáveis pelos referidos IGT.

Norte – Plataformas Colaborativas: PDM e PROT-N;

Site da CCDR-N: disponibilização das REN em vigor;

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT –(2007 – 2008) Plataformas colaborativas para a elaboração e alteração dos PROT. Reporte trimestral no site da CCDR do ponto de situação da revisão dos PDM e das REN em vigor. Submissão eletrónica dos pedidos no âmbito da gestão da REN.

Alentejo - Participação pública para recolha de sugestões e no âmbito da discussão pública no quadro de elaboração, alteração ou revisão de IGT.

Algarve - Informação disponível nos sítios das entidades centrais, regionais e locais.

Centro - Tem - se verificado a disponibilização de informação relativas a todas as fases dos processos, de formas cada vez mais amigáveis.

Norte – Procedeu-se à estruturação, criação e carregamento da base de dados geográfica que serviria a primeira versão do portal geográfico Mapoteca. De modo a construir uma plataforma SIG de apoio à decisão que se apresentasse como um sistema aberto e evolutivo, foi reunida com o maior detalhe possível toda a informação geográfica relevante relativa à área de jurisdição da CCDR-N, NUT II–Norte de forma estruturada e acessível a todos os colaboradores da instituição.

Foram criadas plataformas colaborativas para organização de toda a informação relativa aos PDM em revisão e PROT da Região do Norte de forma a que todos os parceiros e intervenientes tivessem acesso à mesma.

Foram disponibilizadas no site da CCDR-N as REN das Região do Norte em vigor, em formato imagem.

Primeira interação com o Expedientíssimo, capacidade de interoperabilidade do portal Mapoteca com outros sistemas de informação (2009).

Capacidade de partilha da Base de Dados Geográfica (BDG) do sistema com os utilizadores; A tabela de conteúdos torna-se dinâmica; Capacidade de pesquisa e edição dos conteúdos da BDG via portal; Melhoramentos e introdução de novas funcionalidades no portal (2009 a 2011).

Foi desenvolvido o Módulo Backoffice, ferramenta de auxílio à administração dos conteúdos do portal Mapoteca (2012).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT – Não quantificável

Alentejo - Não quantificável.

Algarve - A DSOT, com a colaboração de outros setores da CCDR e de entidades externas.

Centro - Na Direção de Serviços do Ordenamento do Território temos 3 Técnicos Superiores afetos a esta tarefa e na Divisão de Tecnologias , Comunicação e Imagem 1,5 técnicos superiores.

Norte – O desenvolvimento do portal Mapoteca envolveu duas entidades, a CCDR-N como cliente e a empresa SIG2000 – Sistemas de Informação Geográfica, Lda., como prestadora de serviços.

No caso dos PDM: Os recursos humanos foram parte dos recursos humanos da CCDR-N e os custos financeiros foram diminutos, pois foram utilizados os servidores da CCDR-N e a aplicação da plataforma colaborativa (PLONE) é OPENSOURCE.

No caso do PROT-N: Os recursos humanos foram colaboradores da CCDR-N e do INESC que implementou a plataforma também em PLONE.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

LVT –Não aplicável

Alentejo - Não aplicável.

Algarve - Disponibilização de informação sobre as áreas abrangidas por Núcleos de Desenvolvimento Turístico e o seu grau de concretização, bem como de informação relativa à área de incidência dos alvarás de loteamento, emitidos pelas câmaras municipais e ainda as áreas de extração de inertes existentes na

região.
Centro - Nenhuma.
Norte - Todas as ações previamente programadas foram executadas.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

LVT –plataformas colaborativas para a discussão pública do PROT OVT, e alteração do PROT AML Página da Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão do PROT OVT (EMAG), disponível no site da CCDR LVT
Alentejo - *Não aplicável.*
Algarve Não aplicável.
Centro - Não aplicável.
Norte - Não aplicável nesta situação.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT - Foram efectuadas acções de divulgação e apresentação públicas dos IGT.
Alentejo - Disponibilização das REN municipais de toda a região em ficheiro vetorial descarregável no site da CCDR.
Algarve - As ações foram concretizadas de acordo com o programado.
Centro - Foram efetuadas ações de divulgação e apresentação públicas dos IGT.
Norte - O portal Mapoteca tem a capacidade de edição alfanumérica e geográfica.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT -		Sim	X	Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	x	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -
Alentejo - IGT depositados na DGT e constantes do SNIT.
Algarve -
Centro -
Norte -

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT –Concordamos com a CCDR Norte.
Alentejo - Participação da sociedade civil e do setor privado quase sempre incipiente.
Algarve – A indisponibilidade de cartografia vetorial atualizada, bem como a não cedência por parte da Direção-Geral do Território de ortofotomapas recentes (2010 e 2012), dificulta significativamente a disponibilização da informação em suporte adequado, quer para as entidades externas quer para os cidadãos. Também a menor partilha, por parte de outras entidades, quanto à disponibilização e manutenção de informação atualizada dificulta o alcançar deste objetivo.
Centro - Disponibilização em ambiente SIG por dificuldades, muitas vezes, de compatibilização de sistemas.
Norte – Dificuldade de acesso a informação cartográfica em formato digital. A não obrigação de disponibilização de uma cópia dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) às CCDR implica que esta Comissão de Coordenação fique dependente das Câmaras Municipais para obtenção de uma cópia dos PMOT que estas enviam para publicação no Diário da República Eletrónico.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Alentejo - Muito irrelevante	0	**1**	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT – O acesso público deste tipo de informação é muito importante para fomentar a participação da população na própria de elaboração dos planos, todavia a participação da sociedade civil e do sector privado foi insipiente
Alentejo - Participação da sociedade civil e do setor privado quase sempre incipiente.
Algarve – A disponibilização permanente e atualizada da informação promove uma participação pública (individual e coletiva) mais ativa e democrática nos processos de decisão.
Centro - O acesso público deste tipo de informação é muito importante para fomentar a participação da população na própria de elaboração dos planos.
Norte - As realizações e os resultados da medida são relevantes para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico na medida em que permite acesso rápido e fidedigno a informação cartográfica da região, com possibilidade de edição e de anotação, bem como a sua utilização em sistemas de informação geográfica, em algumas situações.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT –Esperava-se maior participação da população, todavia as plataformas colaborativas utilizadas no âmbito dos PROT conferiram agilização, flexibilidade e eficácia ao processo de elaboração e alteração dos PROT. Ainda se pode evoluir na disponibilizar de informação territorial, cada vez mais acessível, nos portais por parte de todas as entidades.
Alentejo - Participação da sociedade civil e do setor privado quase sempre incipiente.
Algarve –A participação pública tende a ser mais consistente e relevante, nos processos de planeamento.
Centro - Embora não haja ainda o acesso generalizado dos cidadãos às TIC, tem-se verificado uma cada vez maior preocupação em disponibilizar a informação territorial, cada vez mais acessível, nos portais por parte de todas as entidades.
Norte - Uma vez que esta medida ainda está em curso, prevê-se a possibilidade de aumentar as suas potencialidades na área dos sistemas de informação geográfica, na abrangência territorial e disponibilidade da informação temática, quer interna, quer externamente.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT –Impactos limitados pela participação insipiente da população. Todavia a disponibilização pública dos planos, nas suas diferentes fases, permite que se uniformizem procedimentos exigindo também mais disponibilidade de meios técnicos e o desenvolvimento de campanhas de divulgação dos trabalhos de ordenamentos do território.
Alentejo - Impactos pontuais e sobretudo de repercussões limitadas pela participação da sociedade civil e do setor privado quase sempre incipiente.
Algarve A disponibilização de informação atualizada motiva uma maior abertura dos agentes técnicos e políticos, face às propostas dos cidadãos, nos processos de planeamento, e obriga a uma maior responsabilização dos técnicos autores de projetos de operações urbanísticas, pelo cumprimento do quadro legal vigente.
Centro - A disponibilização pública dos planos, nas suas diferentes fases, permite que se uniformizem procedimentos, por um lado, e uma maior abertura por parte dos técnicos e políticos, por outra. Exige mais disponibilidade de meios técnicos e igualmente o desenvolvimento de campanhas de divulgação dos trabalhos de ordenamentos do território e de urbanismo, por outro lado.
Norte – O desenvolvimento do portal Mapoteca permitiu a agilização dos processos REN e RJUE da responsabilidade dos serviços de Ordenamento de Território desta CCDR. Disponibilização aos cidadãos em geral das REN em vigor em formato imagem, com possibilidade de download, para agilização da instrução dos processos de REN Gestão.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas	X	Outras características	
Alentejo - Características idênticas		Outras características	X
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	X

Centro - Características idênticas	X	Outras características	
Norte - Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo - *Acesso à informação tendencialmente aberta.*
Algarve - Utilização preferencial OPENSOURCE.
Centro -
Norte – Acesso privilegiado via wms ao SNIT. Disponibilização em formato vetorial (preferencialmente ao analógico), de informação ao exterior via portal Mapoteca. Utilização preferencial OPENSOURCE.Potenciar as funcionalidades e alcance da plataforma colaborativa.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo -.Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Não temos observações complementares.
Norte - Não aplicável nesta situação.

Medida Prioritária 6.3.2

Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de Programas de Ação Territorial (2007-2009)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais. Juntas de Freguesia; Associações de Municípios; PCI; CIM; AMP

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Associações de Desenvolvimento Local.

A LIPOR foi responsável pela elaboração do Plano Estratégico do Futuro Sustentável que foi o resultado da Agenda 21 Local para a área Metropolitana do Porto. A Resíduos do Nordeste promoveu ainda uma Agenda 21 de âmbito Regional nos municípios onde intervém.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto), enquanto entidade que, na Região, foi responsável por assistir vários municípios na implementação de várias Agendas 21 e por dar formação especializada e formação-ação nesta área.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

LVT - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Alentejo - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Algarve -Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Centro - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
Norte - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

LVT -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Alentejo -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X
Algarve -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%,		]75%, 100%[		Não aplicável	X

					75%]						
Centro -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X		
Norte -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X		

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

LVT - CCDR não dispõe de informação sobre esta matéria.
Alentejo - CCDR não dispõe de informação sobre esta matéria.
Algarve - Sem informação.
Centro - Elaboração das Agendas 21 Locais com os respetivos planos de ação e posterior implementação de ações.
Norte - Elaboração das Agendas 21 Locais com os respetivos planos de ação e posterior implementação de ações.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável
Centro - Apenas 6 municípios responderam que tinham aderido à Agenda 21 Local. Sabe-se , no entanto, que os municípios da anterior NUT III Pinhal Interior Norte tinham aderido a esta agenda. A CM de Estarreja , embora não tendo aderido à Agenda 21 foi distinguida pela segunda vez com oDiploma ECOXXI 2012, a Medalha e a bandeira Verde, cujos princípios são subjacentes à Agenda 21.
Norte – Na Região do Norte houve uma cobertura significativa de municípios com iniciativas, coletivas ou individuais, ligadas às Agenda 21 (~42% dos municípios) que atingiu mais de 50% da população da Região do Norte, a saber: O município de **S. João da Madeira** foi pioneiro na Região, nesta iniciativa (2003). Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real, com o projeto da **Agenda 21 do Eixo Atlântico**. Os nove municípios iniciais da Área Metropolitana do Porto - Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia - com o **Plano Estratégico do Futuro Sustentável**. Entretanto foi alargado aos restantes municípios da Área Metropolitana do Porto – Arouca, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso e Trofa.

Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso, com o projeto do **NORDESTE21**.

Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, municípios do Vale do Minho, desenvolveram as suas **Agendas21** em formato de formação/ação.

A título individual ainda tivemos Santo Tirso, Maia, Esposende, Caminha, Ponte da Barca, Póvoa de Lanhoso.

Há ainda a registar a primeira Agenda 21 Local ao nível da Freguesia (Mindelo, Vila do Conde) através do trabalho de uma Organização Não Governamental de Ambiente parcialmente financiada por uma Fundação Internacional (AVINA).

Há conhecimento que fizeram, ainda, parte da Rede CIVITAS – Rede Portuguesa de Vilas e Cidades Sustentáveis - Espinho, Esposende, Torre de Moncorvo, Vieira do Minho, Vila Nova de Cerveira e Vila Nova de Famalicão.

A **Agenda 21 Grande Porto** iniciou-se para um conjunto de freguesias: [Espinho]: Espinho e Paramos; [Gondomar]: Baguim do Monte e S. Cosme; [Maia]: Maia e Moreira da Maia; [Matosinhos]: Guifões e Santa Cruz do Bispo; [Porto]: Ramalde e Lordelo do Ouro; [Póvoa do Varzim]: Laúndos, Póvoa do Varzim, S. Pedro de Rates; [Valongo]: Alfena e Ermesinde: [Vila do Conde]: Árvore, Junqueira, Labruge, Macieira da Maia e Vila Chã;

Temos algum conhecimento, não sistematizado, sobre a implementação dos planos de ação nalguns municípios, podendo dar como exemplo o caso de Bragança que implementou significativamente o seu desde o Fomento dos Núcleos Urbanos que se transportou para o PDM, que é o único na região que faz referência às Agenda 21 Local no seu regulamento.

A freguesia de Mindelo tem igualmente o seu plano em implementação e o mesmo acontece com o Município da Maia.

É de referir ainda que, na Área Metropolitana do Porto, o Futuro Sustentável teve como consequência a instalação do Centro Regional em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto, que desenvolve neste momento algumas medidas do Plano de Ação desenhado em 2008.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

LVT -

Alentejo -

Algarve - Não aplicável

Centro - Desconhecemos.

Norte - No âmbito do PO Norte, mais especificamente ao nível do Eixo Prioritário 1, foram financiados 7 projetos, promovidos pelas CIMs e AMP, correspondendo a um investimento total de 10,2 M€ e uma comparticipação FEDER de 8,1 M€.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável.
Centro - Desconhecemos.
Norte – O Governo Português, em Relatório de junho de 2007 sobre os contributos de Portugal para a Estratégia Europeia para o Desenvolvimentos Sustentável assumiu, perante a União Europeia, ter, até 2013, a cobertura total do País por Agendas21. Não dispomos de informação que nos permita responder cabalmente a este ponto, no sentido da transposição dos planos de ação para os PDM, uma vez que cabe aos municípios esta iniciativa. A informação reunida aponta para que, os processos de transposição da Agenda 21 local mas cabe aos municípios essa iniciativa e só 36 concelhos (42% dos municípios da Região do Norte) voluntariamente se lançaram neste desafio.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável
Centro - Desconhecemos.
Norte - Não temos conhecimento

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável
Centro - Desconhecemos.
Norte - Em alguns municípios a experiência da Agenda 21 Local veio abrir espaço para outros processos de participação pública. Regra geral, a principal aprendizagem de parte a parte (decisores e políticos) realizada durante um processo de Agenda 21 Local é a da participação pública. Em algumas situações os processos de Agenda 21 Local transformam-se em Orçamentos Participativos. Está também verificado que 25% dos municípios envolvidos em Agenda 21 Local subscreveram o "Pacto de Autarcas" (apenas 14% dos que não desenvolvem A21L o subscreveram). (Pinto *et al*, em publicação).

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

Todas as CCDR - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
LVT - Agendas 21 Locais concelhias	N.º		2007	52	2013		2013
Alentejo - Agendas 21 Locais concelhias	N.º		2007	58	2013		2013
Algarve - Agendas 21 Locais concelhias	N.º	16	2007	16	2013	1	2013
Centro - Agendas 21 Locais concelhias	N.º		2007	77	2013	6	2013
Norte - Agendas 21 Locais concelhias	N.º		2007	86	2013	36	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

LVT - [ ] Sim [X] Não
Alentejo - [ ] Sim [X] Não
Algarve - [ ] Sim [x] Não
Centro - [ ] Sim [X] Não
Norte - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

LVT -
Alentejo -
Algarve -
Centro -
Norte - A Universidade Católica Portuguesa desenvolveu um trabalho de investigação (2011-2012) com o objetivo de estudar as características dos processos de Agenda 21 Local a nível nacional com base em observação em ambiente virtual. Esse trabalho, em publicação, demonstra que a taxa de sobrevivência dos processos é muito baixa no nosso país (22%) e, sem exceção, também na Região Norte. Dois dos principais fatores de difusão da A21L no país e na Região foram: 1. cofinanciamento com fundos comunitários; 2. efeito de "agência de transferência" motivado pela atividade das associações de

municípios. Estes dois incentivos aos municípios nem sempre resultam em processos duradouros. Sabe-se que 52% dos processos estão encalhados na fase de preparação do plano de ação e uma percentagem pouco expressiva passou para os momentos de implementação (11%) e monitorização/avaliação (2%).

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

LVT -

Alentejo -

Algarve - Não aplicável

Centro - Desconhecemos.

Norte - Deverão ser questionadas as Câmaras Municipais sobre esta questão, no entanto entende-se que uma das dificuldades internas terá a ver com a assunção da importância que as Agendas 21 locais podem ter na governância da autarquia e respetiva participação dos cidadãos; a dificuldade externa terá a ver com a necessidade de facilitação de apoio financeiro à realização das Agendas 21 Locais e consequentemente apoio financeiro à realização das ações propostas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

LVT - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Alentejo - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
Algarve - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Centro - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante
Norte - Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

LVT -

Alentejo -

Algarve A medida só foi implementada no único município da região que procedeu à revisão do respetivo PDM, constatando-se que esta medida melhorou tanto a qualidade da informação, como a participação/ intervenção do público nas soluções e opções encontradas, com reflexos na eficiência da gestão territorial.

Centro - Desconhecemos.
Norte - O que foi realizado no âmbito desta medida permitiu, decorrente da própria metodologia de elaboração das Agendas 21, concretizar, de forma exemplar, a participação dos cidadãos e representantes de instituições da região, para definir prioridades de atuação e selecionar as próprias ações, com impacto no ordenamento e desenvolvimento do território.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

LVT -
Alentejo -
Algarve - Não aplicável.
Centro - A realização das Agendas 21 Locais ficou muito aquém do esperado , sendo excepcional o trabalho realizado, no entanto, em alguns municípios
Norte - Entendemos que se ficou bastante aquém do esperado uma vez que só se cobriu metade do território da região com Agendas 21 Locais e das agendas concretizadas não se terá implementado totalmente as ações propostas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

LVT -
Alentejo -
Algarve – Fruto do processo participativo resultou uma maior eficiência na gestão territorial.
Centro - Uma maior abertura para processos de participação pública. Um maior conhecimento do território, ao envolver cidadãos e outros agentes na sua caraterização. Apesar de não ser generalizado, os orçamentos participativos poderão ter sido uma iniciativa com algum impacto inovador.
Norte - Uma maior abertura para processos de participação pública. Um maior conhecimento do território, ao envolver cidadãos e outros agentes na sua caraterização. Apesar de não ser generalizado, os orçamentos participativos poderão ter sido uma iniciativa com algum impacto inovador.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

LVT - ☐ Sim ☐ Não

Alentejo -		Sim		Não
Algarve -	X	Sim		Não
Centro -	X	Sim		Não
Norte -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

LVT - Características idênticas		Outras características	
Alentejo - Características idênticas		Outras características	
Algarve - Características idênticas	X	Outras características	
Centro - Características idênticas		Outras características	X
Norte - Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

LVT -
Alentejo -
Algarve - Os resultados e as metodologias empregues na elaboração das Agendas 21, dos municípios desta região que as levaram a efeitos terão reflexos importantes no processo e resultado dos instrumentos de gestão territorial a elaborar.
Centro - Seria importante avaliar o trabalho realizado e aferir outras formas de participação pública.
Norte - Seria muito importante que os incentivos à implementação de processos de Agenda 21 Local pudessem ser revistos de modo a promover a sua longevidade e integração nos procedimentos nos municípios. Seria ainda fundamental que os incentivos promovessem um genuíno trabalho em rede entre municípios.

A8. Observações complementares

LVT – Nada a referir
Alentejo – Nada a referir
Algarve – Nada a referir
Centro - Sem observações.

Norte - Deveria atribuir-se algum incentivo à elaboração das Agendas 21 Locais e, eventualmente, a sua concretização poder constituir-se como critério de descriminação positiva no financiamento de ações no próximo período 2014-2020.

Objetivo Específico 6.3

Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

LVT - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Alentejo - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
Algarve - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Centro - Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva
Norte - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

LVT - Não obstante os progressos realizados nos modelos de participação do publico no ordenamento e desenvolvimento territorial, constata-se que os mesmos poderiam adquirir uma dimensão superior.
Alentejo - Participação das instituições deveria mais do que apenas transmitir a posição sectorial, ter a capacidade de ponderar estratégias e soluções, o que, eventualmente, poderia igualmente representar uma nova capacidade de mobilização da sociedade civil.
Algarve - Embora a falta de participação mais ativa dos cidadãos se deva à sua falta de interesse, a Administração tem a responsabilidade de encontrar mecanismos que incentivem e promovam a participação pública.
Centro - O acesso público da informação dos IGT através das TIC não é obrigatório para todas as fases.
Norte – Não obstante os progressos realizados nos modelos de participação do publico no ordenamento e desenvolvimento territorial, constata-se que os mesmos poderiam adquirir uma dimensão superior. Tal facto deve-se a deficiente sensibilização cívica para este tipo de participação e desconhecimento dentro destas matérias.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

LVT -		Sim	X	Não
Alentejo -		Sim	X	Não

Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -
Algarve -
Centro -
Norte -

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

Todas as CCDR -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	6.2
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	6.2.
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	6.2 e 6.3
Centro - Objetivo(s) específico(s)	6.1; 6.2; 6.3; 6.4
Norte - Objetivo(s) específico(s)	6.2.

Justificação sucinta da resposta anterior:

LVT - O fortalecimento da capacidade de gestão territorial daria resposta à coerência entre o exercício de ordenamento e desenvolvimento e a respectiva implementação.
Alentejo - O fortalecimento da capacidade de gestão territorial daria resposta à coerência entre o exercício de ordenamento e desenvolvimento e a respetiva implemaentação.
Algarve -–Os dois objectivos específicos são interdependentes.
Centro – Todos os objetivos específicos são importantes para o envolvimento das populações de forma ativa e informada na elaboração dos IGT. Por outro lado, a proposta da Região Centro para o próximo período de programação (2014/2020) prevê no Eixo 7: reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR) investimentos no Objetivo temático das TIC, nomeadamente a priorização dos seguintes investimentos: O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha. Os investimentos propostos deverão ser enquadrados no âmbito da modernização das administrações e dos serviços públicos.
Norte - Face à pertinência e relevância das temáticas, entende-se que o objetivo específico identificado deverá ser prioritário.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

LVT - Objetivo(s) específico(s)	-
Alentejo - Objetivo(s) específico(s)	-
Algarve - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum
Centro - Objetivo(s) específico(s)	-

Norte - Objetivo(s) específico(s)	Nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT -
Alentejo -
Algarve - Nenhum deve ser descontinuado.
Centro - Nenhum deve ser descontinuado.
Norte -

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

LVT -	X	Sim		Não
Alentejo -	X	Sim		Não
Algarve -		Sim	X	Não
Centro -		Sim	X	Não
Norte -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

LVT –Concordamos com o Alentejo.
Alentejo - Dotar as CCDR de capacidade de efetiva coordenação e aplicação dos regimes territoriais a nível regional.
Algarve -
Centro – Deverão ser implementados investimentos imateriais no reforço das competências das instituições, nomeadamente a qualificação da prestação do serviço público, quer através da racionalização dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas. Igualmente deverão ser desenvolvidos esforços na criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local. Estes investimentos prioritários deverão ter como objetivo específico o reforço da capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento e de gestão territorial.
Norte -

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação /**

Programa de Políticas para 2014-2020?

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020); - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015); Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013 (ENEAPAI); Estratégia Nacional para as Florestas; Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC); Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020; Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos; Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais 2020 (PEAASAR 2020) – em curso; Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI); Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II); Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020) – em curso; Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH); Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (2008-2013) – PNAAS; Plano Nacional da Água (PNA); Plano Nacional para a Gestão de Resíduos (PNGR 2011-2020); Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI); Plano sectorial da Rede Natura 2000; Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – em revisão; Programa de Ação Regional de Combate à Desertificação – Norte – em elaboração; Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP); Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2020); Programa Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2014-2020 (PNAER); Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2012-2020); Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC);

(informação da CCDR Norte, partilhada pela CCDR Algarve)

B3. Observações complementares

Nada a referir.

Entidade inquirida:

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.3.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.3.1*	*Avaliar e monitorizar a evolução da Reserva Agrícola Nacional (RAN), salvaguardando a conservação e o uso agrícola do solo e as condições favoráveis à sustentabilidade das explorações agrícolas (2007-2008).*
	1.3.3	*Promover a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas, com caráter obrigatório nas zonas vulneráveis à poluição de nitratos de origem agrícola, e do Código das Boas Práticas Florestais, em articulação com outras medidas de conservação do solo e de utilização sustentável dos pesticidas (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.5.*	*Executar a política de gestão integrada da água*
Medidas prioritárias	*1.5.5*	*Implementar, no território continental, o Plano Nacional de Regadios de forma articulada com as estratégias para a gestão da água definidas no Plano Nacional da Água e nos PGBH (2007-2010).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.3.1

Avaliar e monitorizar a evolução da Reserva Agrícola Nacional (RAN), salvaguardando a conservação e o uso agrícola do solo e as condições favoráveis à sustentabilidade das explorações agrícolas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Direções Regionais de Agricultura e Pescas; Entidades Regionais da Reserva Agrícola e Entidade Nacional da Reserva Agrícola

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1-Consulta às Entidades Regionais da RAN para avaliação da aplicação do atual Regime da RAN.

2-Elaboração de Relatório dos constrangimentos na aplicação do diploma D.L.73/2009, de 31 de Março.

3-Elaboração de Proposta de alteração do diploma D.L.73/2009, de 31 de Março.

4- Estabelecimento de procedimentos, no novo diploma que permitirão efectuar uma monitorização anual das áreas da RAN nas cinco regiões.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

1-Consulta às Entidades Regionais da RAN para avaliação da aplicação do atual Regime da Ran.

2-Elaboração de Relatório dos constrangimentos na aplicação do diploma D.L.73/2009, de 31 de Março.

3-Elaboração de Proposta de alteração do diploma D.L.73/2009, de 31 de Março.

4- Estabelecimento de procedimentos, no novo diploma que permitirão efectuar uma monitorização anual das áreas da RAN nas cinco regiões.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Entidades Regionais da RAN e Direções Regionais de Agricultura (a ser respondido por essas entidades)

DGADR – Direção de Serviços do Território e Agentes Rurais/Divisão de Ordenamento do Espaço Rural.

Afectação de 1 técnico superior a tempo inteiro durante um ano. E um a tempo parcial (total 1,5 ETI).

Afectação de 1 Assistente Técnico a meio tempo durante um ano (0,5 ETI)

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Todas as ações previstas foram realizadas

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nenhuma

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [**X**] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[**x**] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

As Entidades Regionais da Reserva Agrícola realizam relatórios anuais com dados relativos à atividade da ERRA´s. Estes relatórios não monitorizam a dinâmica da RAN, no âmbito dos planos. Esta monitorização só poderá ser feita em sede de revisão ou alteração de PDM pelas DRAP´s e ainda não existem dados suficientes, que permitam realizar uma avaliação.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Escassez de recursos financeiros e humanos. A plataforma para integração de informação cartográfica e gestão documental dos processos RAN, já objecto de candidatura submetida à Agência para a Modernização Administrativa, será muito útil (caso seja aprovada) e poderá ajudar a implementar os processos de monitorização.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

1 – Reforço da salvaguarda das áreas da RAN

2 – Reforço da fiscalização e controlo – envolvimento das entidades responsáveis (Foi desenvolvido um esforço frutuoso de articulação entre a DGADR, as DRAP e as ERRA no sentido de assegurar o melhor enquadramento legislativo, com reforço nas matérias de fiscalização. Não obstante, existe ainda alguma limitação na capacidade das Câmaras Municipais garantirem a imposição administrativa perante a verificação de situações de ilegalidade).

3 - Co-responsabilização das entidades na definição do relevante interesse público

4 - Simplificação processual.

5 – Melhor articulação com os restantes instrumentos de gestão territorial.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A realização da medida alcançou os resultados, já que da avaliação da sua aplicação se verificou que a gestão da RAN é cada vez mais exigente demonstrando uma maior sensibilização do público em geral e das autarquias no sentido da conservação do solo e utilização agrícola do solo.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Melhor articulação na gestão da RAN a nível nacional.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Possibilidade de apoiar a implementação de plataforma interoperacional relativa à RAN, de modo a garantir uma mais eficaz gestão dos processos administrativos de pedidos de autorização e sua monitorização e avaliação global.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.3.3

Promover a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas, com caráter obrigatório nas zonas vulneráveis à poluição de nitratos de origem agrícola, e do Código das Boas Práticas Florestais, em articulação com outras medidas de conservação do solo e de utilização sustentável dos pesticidas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Direções Regionais de Agricultura e Pescas; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA/ARH)

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA/ARH), DRAPs, Associações e Organizações de Produtores agrícolas Direção Geral de Alimentação e Veterinária e Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Ações específicas de informação e divulgação sobre o Programa de ação das Zonas Vulneráveis e da implementação do Código de Boas Práticas Agrícolas, disponíveis nos sites da DGADR e das DRAP's.

Divulgação e promoção do modo de Produção Integrada que inclui medidas de conservação do solo e de utilização sustentável dos pesticidas.

Promoção e divulgação da utilização sustentável dos pesticidas faz parte das áreas temáticas que se enquadram no âmbito do aconselhamento agrícola.

Elaboração com a DGAV, entidade responsável pela iniciativa, do Programa Nacional para o uso sustentável dos pesticidas

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A DGADR é responsável pelas ações de informação e divulgação. No ano de 2013 foram feitas 6 sessões de divulgação/reuniões.

Apresentação à tutela de uma proposta de um novo Código de Boas Práticas em 2013.

Estudo e identificação de mais de 5 zonas vulneráveis.

Acompanhamento dos trabalhos do Comité Nitratos.

Negociação a par com a APA(Ponto Focal) para a designação de novas zonas vulneráveis no âmbito da nova directiva Nitratos por convite da CE.

Coordenação do desenvolvimento de ferramenta informática de gestão das zonas vulneráveis pelas DRAP. Reativação dos trabalhos da Comissão Técnica de Acompanhamento (a nível nacional) da Directiva Nitratos

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

2 técnicos superiores e 1 assistente técnico (numa equipa praticamente dedicada a tempo inteiro), apoiada pelos serviços de cartografia

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nenhuma

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Identificaram-se e caracterizaram-se mais 5 zonas vulneráveis estando estas em apreciação na tutela. desenvolvimento um Programa Nacional para Uso Sustentável dos Pesticidas.

Trabalhos desenvolvidos no âmbito do aconselhamento agrícola.

Reactivação dos trabalhos da Comissão Técnica de Acompanhamento (a nível nacional) da Directiva Nitratos

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Sessões de divulgação anual (acumulado)	º			6	2013	6	2013
Reactivação da CT da Directiva Nitratos		-		-		2	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

As zonas vulneráveis estão constantemente a ser monitorizadas no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Directiva Nitratos. No âmbito do trabalho conjunto da DGADR com a APA e CE Surgiu a identificação e caracterização de zonas de risco.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Vastidão do território a monitorizar.

Escassez de recursos financeiros e humanos para a realização das tarefas.

Necessidade de reestruturação da rede de monitorização.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Esta medida é de extraordinária importância, nomeadamente para a recuperação do bom estado das massas de água em Portugal, promovendo assim uma actividade agrícola sustentável.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram alcançados os objectivos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactes são muito positivos ao nível da recuperação das massas de água.

A agricultura age preventivamente nas zonas vulneráveis internalizando os custos da recuperação das massas de água, aplicando nestas áreas os programas de acção previstos e o código das boas práticas agrícolas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.3

Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Esta estratégia compreende um vasto número de sectores e actores que contribuem para a racional defesa do solo de entre os instrumentos que contribuem para esta estratégia podemos nomear: A RAN, a REN, a Directiva Quadro da Água, a Carta Nacional de Riscos, etc. Todo o "edifício" da Política de Ordenamento Territorial contribui para esta medida.

Este entendimento foi também o entendimento da EU na não aprovação de uma proposta de Directiva Comunitária para a protecção dos solos apresentada por Portugal. Portanto aquando da elaboração do PNPOT, Portugal tinha em vista a aprovação dessa Directiva que acabou por não se concretizar. Não obstante esta não ter sido efetivamente realizada, a sua definição e execução foi sendo concretizada por uma miríade de instrumentos legais e operacionais.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não existindo procedimento específico conjunto para esta medida a avaliação vai sendo concretizada, por todos os instrumentos de política de ordenamento territorial sendo monitorizados por parte dos diversos planos em vigor, nomeadamente:

Regime Jurídico da RAN, Regime jurídico da REN, o procedimento de revisão dos Planos Directores Municipais, Regime de AIA. PANCD; PROF;

(ex: realiza sempre um balanço face ao previsto das áreas impermeabilizadas durante o período de vigência do plano anterior, Em sede de AIA essa Avaliação também é feita).

***B1c* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☒ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.5.5

Implementar, no território continental, a Estratégia Nacional de Regadio de forma articulada com as estratégias para a gestão da água definidas no Plano Nacional da Água e nos PGBH (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural é a entidade responsável pela estratégia Nacional de regadio (não existindo realmente um Plano Nacional de Regadios), onde são consideradas as ações desenvolvidas no âmbito do atual Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) enquadrado no Plano Estratégico Nacional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim. DRAP, Associações de Regantes e Beneficiários, EDIA, APA, Juntas e Associações de Agricultores e Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade de gestão PRODER, Gabinete de Planeamento e de Políticas, FENARREG, APA..

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	**X**	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	**x**	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O PNR no período de 2007 a 2013 foi executado através do PRODER, com base no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Rural centrando-se a execução ao abrigo da ação 1.6 PRODER, compreendendo as medidas 1.6.1 Desenvolvimento do Regadio, 1.6.2 Regadio de Alqueva, 1.6.3 Sustentabilidade dos Regadios e 1.6.4 Regadios Tradicionais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Não existe formalmente um Plano Nacional de Regadio, mas antes uma Estratégia Nacional de Regadios, articulada com o Plano Nacional da Água, os Planos de Gestão de Região Hidrográfica, o Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água e o Plano de Desenvolvimento Rural 2007-2013.. As acções principais prendem-se com a construção de Novos Regadios, reabilitação, modernização e melhoria da eficiência dos Aproveitamentos Hidroagrícolas em exploração, melhoria da segurança de barragens em Aproveitamentos hidroagrícolas, reabilitação de centrais mini-hídricas em Aproveitamentos Hidroagrícolas, modernização dos regadios colectivos tradicionais. Também acções Processuais destacamos; Procedimentos de classificação dos Regadios, Estabelecimento de regime de concessões das áreas regadas, Obtenção de títulos de utilização de Recursos Hídricos, regulamentação específica da promoção e gestão dos Aproveitamento Hidroagrícolas

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Dada a multiplicidade de tarefas e da missão, não possuímos dados disponíveis, no entanto destacamos as entidades envolvidas mais importantes:

DGADR, GPP, DRAP,s LNEC, APA, PRODER, Entidades Gestoras do Regadio, Associações e Juntas de Agricultores, Municípios, Empresas Projectistas, Empresas de fiscalização, Empresas de Assistência Técnica.

A coordenação da Estratégia para o Regadio é da DGADR enquanto Autoridade nacional do Regadio, sendo que para além das competências consagradas em Lei Orgânica, executou parte das verbas PRODER para a Acção 1.6. Desenvolvimento do Regadio (em curso)

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As ações encontram-se em curso dada a dimensão dos projectos e das obras bem como dos procedimentos associados têm um período de conclusão superior ao período de 2007-2010, no entanto quase todas as acções foram iniciadas, as não iniciadas tiveram na sua origem a falta de dotação orçamental.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Como já se referiu a insuficiente dotação orçamental na DGADR, não permitiu executar obras que estavam previstas. No entanto essas acções foram adiadas, sendo que na programação da DGADR estas se encontram preparadas processualmente para que possam ter enquadramento no próximo período de execução.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sim, houve. Houve intervenções de emergência devido a danos em infraestruturas provocados por intempéries.

Ex: AH do Vale do Lis e AH da Cela

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Áreas de novos regadios Realizadas. Já concluídas Cova da Beira	Ha			5661	2013	5661	2013
Em execução Veiros				1114	2015	-	2013
Mondego				1313	2015	-	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A Execução do Regadio e acções relativas à Estratégia do Regadio estão associadas à materialização do financiamento do PRODER que financia o regadio. Este encontra-se materializado no Orçamento do Estado.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Falta de dotação orçamental por parte da DGADR para garantir a componente nacional do financiamento.

Excessiva Burocracia legislativa e de procedimentos associada aos Programas de Financiamento trazendo prejuízos na celeridade da aplicação dos investimentos.

Escassez de recursos humanos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O regadio, assim como a gestão sustentável da água são factores estratégicos da competividade em especial quando falamos dos territórios do sul da Europa. Assim, o regadio tem um forte impacto no combate às alterações climáticas. As áreas de regadio são âncoras de desenvolvimento em especial em zonas do interior, promovendo o desenvolvimento de actividades a montante e a jusante.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Cada uma das ações realizadas alcançou o resultado esperado após a sua conclusão.

Alguns resultados foram alcançados com alguns atrasos devido à falta de disponibilidade orçamental.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A estratégia do regadio tem como destinatários os agricultores regantes pelo que os impactos a nível público revelam-se na produção de riqueza, no combate ao desemprego, crescimento económico, no bem estar dos cidadãos e na fixação das populações

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Mantendo-se válidos os objetivos, a medida deve ser enquadrada numa lógica de programa estratégico e não de plano, e devidamente articulado com o Plano de Desenvolvimento Rural, para cuja execução contribui.

A8. Observações complementares

O regadio é um investimento crucial, não apenas no reforço directo das capacidades da produção agrícola, mas como âncora do desenvolvimento rural e no seu papel em fixar as pessoas aos territórios rurais, contribuindo para contrariar as dinâmicas de despovoamento.

Objetivo Específico 1.5

Executar a política de gestão integrada da água.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A agricultura constitui o sector maior utilizador de água, sendo assim determinante o seu contributo e central o seu interesse na gestão mais eficiente da água.

Este sector regula a sua actividade consumpativa ao abrigo da Directiva Quadro da Água num contexto institucional de utilizador-pagador (pagando para a sua utilização mediante títulos de utilização do recurso hídrico) favorável a essas boas práticas de gestão. A utilização do Recurso Hídrico carece de um título emitido pela APA, no âmbito de gestão do recuso, pagando a taxa correspondente. Em alguns casos, a prática da atribuição do título exige a necessidade de elaboração de impacte ambiental, por forma a melhor salvaguardar o recurso.

A reabilitação das antigas zonas de regadio, que funcionam ainda por gravidade com acentuadas perdas de água, está a contribuir de modo relevante para o uso mais eficiente deste recurso.

O facto de muitas explorações agrícolas, em particular em áreas de regadio, possuírem financiamento comunitário constitui também mais um quadro favorável para a melhor monitorização e acompanhamento da gestão da utilização e qualidade da água.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Sim. A DGADR participou na elaboração dos planos de gestão dos Recursos Hídricos, na revisão do Plano Nacional de Água, na concepção do Plano do Uso Eficiente da Água, participando igualmente na Comissão da Seca.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de contratos de concessão	Nº	33				27	2013
Nº de títulos submetidos	Nº	32		28	2015	23	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | Execução do PDR

Justificação sucinta da resposta anterior:

A acção da DGADR, no contexto da política do Governo centrar-se-á na execução do PDR 2014-2020, assim como na prossecução do desenvolvimento das suas áreas de competência a que se associam as estratégias de:

Competitividade

Internacionalização

Inclusão Social

Emprego

Sustentabilidade e eficiente uso dos recursos.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

	Sim	**X**	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os objectivos da DGADR estão consagrados no seu diploma orgânico e prosseguem a politica de governança associados ao Plano de Desenvolvimento Rural.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Cumprir a Estratégia do PDR:

Promover o Desenvolvimento Rural e a Agricultura numa óptica de sustentabilidade do uso dos recursos, criação de emprego riqueza e inclusão social.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.4.*	*Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas*

Medidas Prioritárias	*3.4.2*	*Assegurar uma distribuição coerente e equilibrada de serviços desconcentrados da Administração Central e da oferta de equipamentos e serviços públicos em zonas de baixa densidade e desenvolver uma rede de centros multisserviços, para prestar serviços de interesse geral às populações aí residentes, através de uma metodologia assente na proximidade aos beneficiários, no uso de unidades móveis e das tecnologias de comunicação à distância, na integração e polivalência de recursos e na contratualização entre os serviços desconcentrados da administração pública central, as autarquias e outros agentes de desenvolvimento local (2007-2013).*
	3.4.3	*Promover, através de um programa de valorização económica mercantil dos recursos endógenos diferenciadores dos territórios ações integradas e inovadoras, dinamizadas pelos atores de desenvolvimento locais, visando reforçar a competitividade económica e a criação sustentada de emprego nos territórios abrangidos, designadamente em áreas de baixa densidade e nos espaços interiores menos desenvolvidos (2007-2013).*
	3.4.4	*Incentivar parcerias de âmbito urbano-rural para o ordenamento de áreas específicas do território, recorrendo quer aos Programas de Ação Territorial, como instrumentos de coordenação das atuações da autarquias locais e de outros agentes, quer à elaboração e implementação dos Projetos de Intervenção em Espaço Rural (PIER) (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.4.2

Assegurar uma distribuição coerente e equilibrada de serviços desconcentrados da Administração Central e da oferta de equipamentos e serviços públicos em zonas de baixa densidade e desenvolver uma rede de centros multisserviços, para prestar serviços de interesse geral às populações aí residentes, através de uma metodologia assente na proximidade aos beneficiários, no uso de unidades móveis e das tecnologias de comunicação à distância, na integração e polivalência de recursos e na contratualização entre os serviços desconcentrados da administração pública central, as autarquias e outros agentes de desenvolvimento local (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para a Modernização Administrativa; Direção-Geral das Autarquias Locais;

A Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, enquanto entidade que tutela vários instrumentos de política , tais como Rede Rural Nacional, Sistema de Aconselhamento Agrícola, a Reserva Agrícola Nacional, os Aproveitamentos Hidroagrícolas (como Autoridade Nacional do Regadio), a que se associam acções no âmbito do Espaço Rural, como a diversificação de actividades, a formação profissional agrícola, o associativismo, bem como a Bolsa de Terras.

A DGADR não possui uma rede de serviços regionais no território, pelo que operacionaliza as suas políticas através de uma rede extensa de actores no território pelas quais concretiza as diferentes ações.

Assim e a título de exemplo citamos, os Grupos de acção local, (GAL), Associações de Desenvolvimento Local, Universidades, Associações sócio-profissionais, Associações de regantes e beneficiários, os GEOPS (gestores Operacionais autorizados para a gestão operacional da Bolsa de Terras), DRAP´s , Membros da REDE RURAL, autarquias entre outras.

Deste modo a DGADR regula um conjunto de políticas de desenvolvimento rural directamente ou através da sua rede de agentes com cobertura nacional, devidamente acreditados e autorizados para o efeito.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim. Os Grupos de acção local, (GAL), Associações de Desenvolvimento Local, Universidades, Associações sócio-profissionais, Associações de regantes e beneficiários, os GEOPS (gestores Operacionais autorizados para a gestão operacional da Bolsa de Terras), DRAP´s , Membros da REDE RURAL, autarquias entre outras.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

As mesmas, citadas no ponto anterior.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Diversificação de atividades na exploração agrícola; Criação e Desenvolvimento de Microempresas; Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer.

Dinamização e divulgação de ações integradas e inovadoras promovidas pelos vários agentes do desenvolvimento rural.

Acompanhamento da actividade dos Grupos de acção local.

Criação de autoridades acreditadas para a gestão da Bolsa de Terras.

Divulgação das medidas de política de desenvolvimento rural e da boa prática agrícola, ambiental e da preservação dos recursos.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As descritas no ponto A2c.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Face ao nº de actores envolvidos como anteriormente referido não é possível saber o nº de recursos humanos envolvidos.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As acções estão a ser realizadas.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O período de execução para estas acções é de 2015, portanto as acções estão em curso.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Apesar de não existir um indicador da medida existem dados sobre o nº de Grupos de Ação local – 52 ; sobre o nº de GEOPS (gestores operacionais para a gestão da Bolsa de terras) criados e creditados - 352.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A operacionalidade dos instrumentos de politica da DGADR pelos agentes existentes no território, tem sido uma medida muito eficaz sobretudo pela diversidade de entidades envolvidas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A diversidade dos actores envolvidos que abrangem entidades públicas e privadas, tornam o acesso à informação e aos instrumentos potenciadores do desenvolvimento rural mais facilitado, entidades como associações de agricultores, juntas de freguesia, associações de regantes, são de grande proximidade com as populações em especial no que se refere aos territórios mais despovoados.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.4.3

Promover, através de um programa de valorização económica mercantil dos recursos endógenos diferenciadores dos territórios ações integradas e inovadoras, dinamizadas pelos atores de desenvolvimento locais, visando reforçar a competitividade económica e a criação sustentada de emprego nos territórios abrangidos, designadamente em áreas de baixa densidade e nos espaços interiores menos desenvolvidos (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade de Gestão do PRODER e Grupos de Ação Local

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Gabinete de Planeamento e Políticas; Direções Regionais de Agricultura e Pescas, Direção Geral de Alimentação e Veterinária; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Turismo de Portugal

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Diversificação da Economia e Criação de Emprego – Ações: Diversificação de atividades na exploração agrícola; Criação e Desenvolvimento de Microempresas; Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer.

- Rede Rural Nacional (Animação a cargo da DGADR) – Ações: dinamização e divulgação de ações integradas e inovadoras promovidas pelos vários agentes do desenvolvimento rural.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A DGADR acompanha os Grupos de Ação Local, responsáveis pela implementação do SUB-PROGRAMA3 do PRODER o qual abrange estas temáticas, assim como é responsável pela REDE RURAL NACIONAL que dinamiza e divulga ações integradas e inovadoras promovidas pelos vários agentes do desenvolvimento rural.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O prazo limite de execução do programa foi alargado para 2014.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Diversificação de atividades na exploração agrícola;	N.º PA*			370	2012	235	2012
	N.º PT**			350	2012	333	2012
Criação e Desenvolvimento de Microempresas;	N.º PA*			4000	2012	854	2012
	N.º PT**			3000	2012	1665	2012
Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer	N.º PA*			900	2012	462	2012
	N.º PT**			1250	2012	704	2012
Programa para a Rede Rural Nacional	N.º Ativ.					364	2012
	N.º Doc.					95	2012

* PA- pedidos de apoio

** PT – postos de trabalho criados

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Relatórios de avaliação do PRODER e do PRRN, ainda que existam dados, ainda não são definitivos pelo que poderão determinar conclusões, que não sejam corretas , pelo que em 2015 será mais seguro a consulta de dados que estarão certamente disponíveis nessa data.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As medidas ainda se encontram em execução

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Diversificação de atividades na exploração agrícola - Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.
Criação e desenvolvimento de microempresas - Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.
Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer - Desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.
Rede Rural Nacional - Dinamizar as atividades da RRN, Promover o acesso e a disseminação de informação, Promover o conhecimento e a sua difusão, Apoiar a cooperação LEADER.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Pelos resultados de 2013, ainda não publicados, considera-se que os mesmos se aproximam das metas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Coesão territorial, sustentabilidade económica, social e ambiental (existem vários indicadores de impacto que serão avaliados no final do período de programação).

Alguns dos GAL, com particular destaque na Região de Lisboa e Vale do Tejo, apresentam resultados muito interessantes e uma acentuada dinamização do território rural. No entanto, outros há que, pelos recursos exíguos e pelas dinâmicas acentuadas de despovoamento da região onde se inserem, têm tido mais dificuldade em se afirmarem na capacitação das comunidades rurais.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [x] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.4.4

Incentivar parcerias de âmbito urbano-rural para o ordenamento de áreas específicas do território, recorrendo quer aos Programas de Ação Territorial, como instrumentos de coordenação das atuações da autarquias locais e de outros agentes, quer à elaboração e implementação dos Projetos de Intervenção em Espaço Rural (PIER) (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A DGADR não é responsável por esta medida, não possuindo instrumentos financeiros que permitam promover directamente estas acções. No entanto a pedido das Autarquias tem acompanhado alguns projectos específicos nas áreas rurais, quer inseridas em áreas de Aproveitamentos hidroagrícolas, ou em solo rural. Esta direção Geral entende que esta medida será da responsabilidade das autarquias.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

CCDR's e autarquias.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

CCDR's e autarquias

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.4

Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

– Diversificação de atividades na exploração agrícola - Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.
Criação e desenvolvimento de microempresas - Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.
Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer - Desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.
Rede Rural Nacional - Dinamizar as atividades da RRN, Promover o acesso e a disseminação de informação, Promover o conhecimento e a sua difusão, Apoiar a cooperação LEADER.

Para estas ações, espera-se que os objetivos sejam cumpridos no final da programação.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

	Sim		Não
x			

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Pelos resultados de 2013, ainda não publicados, considera-se que os mesmos se aproximam das metas.

Para estas ações, espera-se que os objetivos sejam cumpridos no final da programação.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 3.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

A promoção do desenvolvimento integrado dos territórios rurais é tendo como objectivos o cumprimento da Estratégia do futuro PDR, Promovendo o Desenvolvimento Rural e a Agricultura numa óptica de sustentabilidade do uso dos recursos, criação de emprego riqueza e inclusão social e desenvolvimento económico.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

O futuro Plano de Desenvolvimento Rural.

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Direção-Geral das Artes (DGA)
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)
Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.10.*	*Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural.*

Medidas Prioritárias	*1.10.3*	*Promover a inventariação, classificação e registo patrimonial dos bens culturais, nomeadamente dos valores patrimoniais arqueológicos e geológicos (2007-2013).*
	1.10.4	*Regulamentar a Lei de Bases do Património Cultural, promovendo a articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial (2007-2008).*

Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.*

Medidas Prioritárias	*1.11.3*	*Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.10.3

Promover a inventariação, classificação e registo patrimonial dos bens culturais, nomeadamente dos valores patrimoniais arqueológicos e geológicos (2007-2013).

Respondido pela DGPC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Património Cultural; Laboratório Nacional de Energia e Geologia

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro, Alentejo e Algarve); Autarquias locais; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autarquias locais

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Manter a atualização sistemática do inventário georreferenciado dos bens patrimoniais, com recurso a sistemas integrados de informação.

Manter atualizado o atlas georreferenciado do património classificado (acessível na página eletrónica da DGPC).

Criação de kits do património direcionados para a internet, que promovam a inventariação do património cultural pelos cidadãos (trabalho conjunto com o IHRU).

Criação de manuais de procedimentos dos sistemas de informação da DGPC para inventariação do património cultural.

Realização da inventariação do arquivo fotográfico dos monumentos afetos à tutela do património

imóvel e móvel.

Desenvolvimento de plataforma digital para inventariação do património imaterial, acessível pela página eletrónica do ex-IMC e atual DGPC.

Uniformização dos termos e conceitos para inventariação do património.

Classificações de bens imóveis e respetivas zonas especiais de proteção.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Atualização sistemática do sistema de informação (SI) de bens/ocorrências arqueológicos – Endovélico.

Atualização das georreferências de bens/ocorrências arqueológicos e do atlas do património classificado.

Otimização do Endovélico para integração de novos dados complementares à informação sobre os bens arqueológicos, nomeadamente dados sobre vestígios biológicos recuperados em trabalhos arqueológicos e dados para gestão dos espólios arqueológicos resultantes de escavações.

Inventariação de duas expressões culturais de património imaterial.

Inventariação dos bens móveis, com auxílio das equipas técnicas dos museus.

Desenvolvimento e otimização do sistema de inventariação dos bens móveis e sua divulgação na internet (matriz, matriznet).

Inventariação das imagens referentes aos bens culturais imóveis e móveis (matrizpix) e respetiva divulgação na página eletrónica da DGPC e museus da rede portuguesa de museus.

Classificação de bens imóveis e respetivas Zonas Especiais de Proteção (ZEP) – 556 procedimentos de classificação.

Criação de circulares para melhor exumação, recuperação e documentação dos vestígios arqueológicos;

Celebração de 159 protocolos com Câmaras Municipais numa perspetiva de partilha de informação cartográfica e georreferenciada para gestão, proteção e valorização do património imóvel classificado e em vias de classificação de âmbito nacional e municipal.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos humanos afetos à DGPC – Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico (DSPAA), da Divisão de Inventário de Património Imóvel, Móvel e Imaterial (DPIMI), que integravam os anteriores serviços do ex-IGESPAR; I.P. (Instituto de Gestão e Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico) e ex-Instituto de Museus e Conservação (IMC)

Contratação da empresa NOIORC para desenho vetorial do património imóvel classificado e em vias de classificação.

Contratação da empresa História Virtual para atualização das fichas de inventários e de memórias descritivas sobre os imóveis (durante os anos de 2009 a julho 2010).

Contratação de um técnico da empresa Truewind-echiron para atualização do património imóvel classificado e em vias de classificação no sistema de informação geográfica (2007 – 2012).

Contratação de empresa para desenvolvimento do sistema de informação de inventário do património móvel e imaterial (matriz, matriznet, matrizpci, matrizpix).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A georreferenciaçãodos bens patrimoniais arqueológicos e dos bens imóveis classificados e em vias de classificação não se encontra realizada na sua totalidade.

Uniformização de conceitos e de termos relativos ao inventário patrimonial.

Criação dos manuais de procedimentos dos sistemas de informação de inventariação.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nenhumas

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Desenvolvimento de um portal para acesso a informação integrada do património arqueológico (inventário dos bens e dados administrativos), designado como Portal do Arqueólogo.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Carência de recursos financeiros, que têm vindo a diminuir gradualmente.

Carência de recursos humanos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Para a correta disponibilização da informação relativa ao inventário do património cultural. Deste modo torna-se possível uma maior sensibilização e fruição do património aos cidadãos, bem como aos profissionais do setor cultural, promovendo a sua identificação, salvaguarda, proteção e valorização.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As medidas ficaram aquém do previsto, conforme indicado nas medidas que foram previstas e não realizadas (A2d).

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

São competências e atribuições da DGPC a inventariação e classificação dos bens patrimoniais arqueológicos, e o seu cumprimento permite melhorar a eficácia na gestão e salvaguarda do património cultural e respetivo enquadramento. Com o desenvolvimento desta política a DGPC assegura a defesa e valorização do património arquitetónico classificado e arqueológico, cooperando com os restantes organismos e entidades que visam o desenvolvimento territorial, de forma ativa e minimizando eventuais riscos para o património.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	x	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Manter atualizado o inventário e sistema de informação georreferenciado do património arquitetónico classificado e em vias de classificação e arqueológico não classificado em Portugal continental, para disponibilização pública.

Manter atualizados inventários das coleções dos Museus e Palácios nacionais e sua disponibilização pública, quer através do sistema Matriznet, quer através do portal europeu - *Europeana*, possibilitando o conhecimento do património cultural nacional.

Manter a organização e digitalização de arquivos e fundos documentais da DGPC e dos seus serviços dependentes (Museus e Palácios) que careçam de avaliação, tratamento, organização e digitalização, permitindo a constituição de um *corpus* documental essencial para a memória de instituições patrimonialmente relevantes no domínio do património cultural.

Pretende-se realizar a desmaterialização dos arquivos administrativos da DGPC com Portaria de eliminação de documentos.

Medida Prioritária 1.10.4

Regulamentar a Lei de Bases do Património Cultural, promovendo a articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial (2007-2008).

Respondido pela DGPC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Serviço da administração central com competências na área pela Cultura com o apoio do ex-IGESPAR, I.P. atual Direção-Geral do Património Cultural

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Associação Nacional de Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Órgão da administração central competente pela Cultura com o apoio do ex-IGESPAR, I.P. atual Direção-Geral do Património Cultural e Direções Regionais de Cultura.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Proposta de revisão da lei de bases do património com vista à integração de aspetos específicos que promovam uma melhor articulação entre a lei do património e Instrumentos de Gestão do Território (IGT) – 107/2001 – Lei de Bases do Património.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Nenhumas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não aplicável

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Revisão da Lei de Bases do Património Cultural com vista à integração de aspetos específicos que promovam uma melhor articulação entre a lei do património e IGT.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O desenvolvimento e publicação dos Decreto-Lei:

140/2009, de 15 de junho - Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis sobre bens classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse publico ou de interesse municipal;

309/2009, de 23 de outubro – procedimento de classificação de bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Manual de análise de Instrumentos de Gestão Territorial – Planos Municipais de Ordenamento do Território com o objetivo de clarificar os procedimentos a adotar pela DGPC no âmbito da participação em IGT (elaborado em 2013).

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldade externa – assegurar que as entidades promotoras cumpram as normas previstas nos Decretos-Lei 140/2009 e 309/2009, e que complementam o disposto nos instrumentos de gestão territorial conforme tem vindo a ser implementado pela DGPC no âmbito da salvaguarda do património cultural.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O desenvolvimento de legislação específica (D.L. - 140/2009 e D.L. - 309/2009) permitiu esclarecer os procedimentos de atuação em elementos que constituem servidões administrativas, promovendo desta forma uma melhor articulação e aplicação da lei em conformidade com o previsto nos IGT.

A criação de um manual visa refletir e implementar procedimentos para a proteção do património cultural no âmbito de IGT, contribuindo assim para a concretização do objetivo específico 1.10 e do objetivo estratégico 1.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A legislação tem vindo a ser implementada gradualmente.

O manual encontra-se em fase de avaliação superior, pelo que ainda não foi implementado.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A articulação entre a legislação relativa ao património cultural e IGT permite uma melhor execução governativa e institucional no âmbito de acionar mecanismos de salvaguarda e valorização do património cultural, seu respetivo enquadramento paisagístico, potenciando assim a melhor eficácia na gestão do território.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir

as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Implementação do manual para uniformização de procedimentos a outras entidades que partilham com a DGPC a tutela da salvaguarda e fiscalização do património cultural.

Este manual pode facilitar os procedimentos de revisão e aprovação de IGT, desencadeados pelas entidades com competências nesta matéria (Câmaras Municipais, Comissões de Coordenação e de Desenvolvimento Regional, Agência Portuguesa do Ambiente).

Necessidade de compatibilização do Decreto-Lei 131/2002, de 11 de maio - Estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objetivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de parque arqueológico, com o Decreto-Lei 46/2009, 20 de fevereiro - Alteração ao regime jurídico de instrumentos de gestão territorial, este último não prevê a figura

Criação de legislação específica de desenvolvimento para "reserva arqueológica de proteção" (n.º 2 do artigo 75º).

Objetivo Específico 1.10

Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural

Respondido pela DGPC

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Promover a tramitação de procedimentos de classificação de bens imóveis e móveis, a atualização sistemática das bases de dados com os bens classificados e inventariados, permite conhecer melhor o património cultural e logo protege-lo.

A disponibilização pública em plataformas digitais dos bens classificados e inventariados promove o melhor e mais fácil acesso ao património cultural, viabilizando estratégias de salvaguarda e valorização, bem como a consciencialização, sensibilização e fruição do património pelos cidadãos.

Promover estudos sobre o património cultural amplia o conhecimento sobre o mesmo (produção de conhecimento pelos laboratórios da DGPC, publicação de resultados para divulgação científica e pública).

Promover ações de conservação e restauro em imóveis afetos às DGPC, permite a sua conservação para gerações futuras e o seu impacto em termos turísticos e retorno socioeconómico.

Dinamizar e promover ações sobre património imóvel, móvel e imaterial (encontros, seminários, jornadas, cursos, ações de formações, difusão nos meios de comunicação, publicações, exposições).

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		x	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.11.3

Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).

Respondido pela DGPC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Agência Portuguesa do Ambiente; Direção-Geral do Património Cultural (Não se aplica)**;** Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

_A5b._ De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?

Impactos produzidos

_A6._ Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

_A7._ Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.

Respondido pela DGPC

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Não se aplica

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Respondido pela DGPC

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 1.10

Justificação sucinta da resposta anterior:

Manter atualizado o inventário do património cultural, promovendo um maior rigor da informação existente nos sistemas de informação da DGPC.

Cooperação e articulação com outras entidades que participam na elaboração de IGT's para cedência e partilha de informação.

Revisão da legislação específica que regulamenta a atividade arqueológica que permitirá uma melhor proteção do património cultural.

Dinamizar estratégias de divulgação e valorização do património cultural, com recurso às novas tecnologias de informação.

Desenvolver trabalhos de conservação e restauro de elementos do património cultural.

Desenvolver projetos de musealização em rede de sítios arqueológicos (temáticos ou não).

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nenhuns.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.3.*	*Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento*
Medidas Prioritárias	*2.3.4*	*Incentivar a constituição e a participação das cidades e das regiões portuguesas em programas e redes de cooperação transeuropeus intensivos em conhecimento (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.3.4.

Incentivar a constituição e a participação das cidades e das regiões portuguesas em programas e redes de cooperação transeuropeus intensivos em conhecimento (2007-2013).

Respondido pelo GEPAC

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território; Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Na sequência do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) sucedeu, em 2012, ao Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e à extinta Secretaria -Geral do ex. Ministério da Cultura, num conjunto de atribuições plasmadas na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro).

O GEPAC não tem conhecimento da existência de qualquer documento que formalize a sua responsabilidade pela execução desta medida do PNPOT, pelo que, o preenchimento do questionário será assegurado numa ótica de apresentação de iniciativas ou ações desenvolvidas por este serviço, que se relacionem com a Medida Prioritária 2.3.4.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., Direção-Geral das Artes e Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à

execução da presente medida, pelo que não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Considerando que o GEPAC sucedeu ao GPEARI do ex-Ministério da Cultura num conjunto de atribuições e competências, passou este serviço a acolher o ponto de contacto cultural (*contact point*) do Programa Cultura.

Este Programa foi criado pela Decisão n.º 1855/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, abrangendo um período de 7 anos, entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2013 e tinha como principais objetivos os seguintes:

1 – Promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais;

2 – Incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais;

3 – Incentivar o diálogo intercultural.

Neste contexto, o ponto de contacto cultural sedeado no GEPAC desenvolveu um conjunto de atividades, ao longo do septénio, com a finalidade de divulgar aquele Programa europeu, contribuindo para fomentar a internacionalização e a cooperação transeuropeia no domínio da cultura, de entre as quais se destacam sessões de divulgação do programa, apoio na conceção dos projetos, participação em reuniões no âmbito do Comité de Gestão, elaboração de relatórios de execução, facilitação da pesquisa de parceiros, etc.

Além da sua atuação no âmbito do ponto de contacto cultural, o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um conjunto de estudos – Plano de Estudos para a Cultura – entre os quais se incluiu uma investigação com a designação "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Identificação dos Atores e Comparação Internacional" realizado pelo Instituto de Ciências Sociais, que inclui informação referente aos projetos de internacionalização apoiados pela Direção-Geral das Artes e pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

Segundo o referido estudo, "no período 2012-2014, o país de destino mais importante das entidades apoiadas pela Direção-Geral das Artes foi o Brasil, com um total de 98 projetos, iniciativas e eventos muito diversificados."

A internacionalização das estruturas portuguesas contemplou ainda a Argentina (Buenos Aires, com seis iniciativas) e, pontualmente, o Uruguai (Montevideu), México (Vera Cruz), Venezuela (Caracas) e Espanha (Barcelona).

Já entre 2013-2014, verificou-se a "entrada" do Peru (Lima) e sublinham-se os projetos apresentados na Argentina (Buenos Aires com três projetos, Córdoba um projeto e Esteban Echeverria um projeto), no Uruguai (Montevideo com dois projetos) e em Espanha (Huelva e Salt ou Girona com dois projetos). Por sua vez, o Brasil voltou a assumir-se como o país mais importante da internacionalização das estruturas culturais, contabilizando-se 45 projetos apoiados que se concentraram em três estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e abarcaram cidades de grande dimensão como o Rio de Janeiro e São Paulo, as duas maiores cidades brasileiras. No entanto, o apoio às estruturas contemplou ainda as restantes regiões do Brasil como Curitiba e Florianópolis, na região Sul, Brasília no Centro- Oeste, Manaus no Norte, Fortaleza, Salvador e Recife no Nordeste.

As estruturas culturais apoiadas integram propostas em diferentes áreas artísticas, sendo que nas duas edições dos programas de internacionalização (2012-2014) foram apoiadas: 65 entidades que desenvolveram, nomeadamente, 19 projetos de teatro, 12 de dança e 10 de cruzamentos disciplinares, 10 de música, 4 de artes plásticas, 4 de fotografia, 3 de arquitetura e 2 de design.

Em 2012-2013, pode considerar-se que o maior apoio foi atribuído aos projetos teatrais, no entanto, em

média os projetos de *design* concentraram um apoio significativo e um "grande projeto" (Ciclo de Fotografia), realizado com a colaboração de uma instituição reconhecida no país de origem e destino, concentrou o segundo maior apoio. Por sua vez, 2013-2014 caracteriza-se pelo importante apoio, por ordem de importância (apoio médio), às estruturas e projetos de dança, fotografia e cruzamentos disciplinares. A música destacou-se uma vez mais pelo elevado número de iniciativas realizadas.

Por seu turno, o estudo "A Cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa", integrado no Plano de Estudos para a Cultura e realizado pela Augusto Mateus & Associados, refere que, entre 2009 e 2012, a Direção-Geral das Artes promoveu a execução do programa INOV-Art, que consistia na atribuição de bolsas de estágios internacionais, tendo contado com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. Ao longo de três edições realizadas entre 2009 e 2012, o INOV-Art possibilitou o estágio de 560 jovens em instituições internacionais de referência por todo o mundo, desde a Magnum Foundation em Nova Iorque ao British Museum em Londres. Na sua edição de estreia, este programa envolveu 209 entidades estrangeiras, 28 países e 64 cidades.

Novamente de acordo com o estudo realizado pelo ICS, entre 2011-2013, observou-se um dinamismo significativo das estruturas e profissionais do cinema nas seguintes linhas de força deste sector:

- A presença internacional dos filmes portugueses evoluiu gradualmente nos últimos três anos e fez-se no âmbito de festivais e mostras de cinema: em 2011 foram contabilizadas 848 participações internacionais; em 2012, estimaram-se 863 participações; e, em 2013, foram 936 participações;
- A participação portuguesa teve como destinos principais, por exemplo, a França (com um total de 373 participações), Brasil (357 participações), Espanha (259 participações), Estados Unidos (201), Itália (108). De assinalar que, em 2013, o país de destino do cinema português foi, sem dúvida, o Brasil que acumulou 147 participações, seguido da Espanha com 100, Alemanha com 86 e a França com 80 participações. Sublinha-se ainda a participação do cinema português no Reino Unido (78), Suíça (78), Holanda (76), entre outros países;
- É importante notar que a presença dos filmes portugueses em festivais internacionais mereceu ainda a atribuição de um total de 233 prémios (73 prémios, em 2011; 98 prémios em 2012; 60 prémios em 2013). Os prémios têm impacto no reconhecimento e na visibilidade do cinema português e dos seus profissionais no país e no estrangeiro; apesar dos tempos longos que medeiam a produção do filme e a sua distribuição internacional (para "entrar" no circuito dos festivais e mostras de cinema internacionais são, por vezes, necessários três anos. Depois, o mesmo filme pode ser apresentado em diferentes circuitos e acumular prémios).

Note-se que o Instituto do Cinema e do Audiovisual foi o serviço da Cultura que acolheu o MEDIA desk Portugal, no âmbito do Programa MEDIA, desconhecendo-se os resultados desta intervenção a nível nacional.

Importa ainda destacar a internacionalização das estruturas editoriais no triénio 2011-2013 (editores, distribuidores, mas também os escritores), nomeadamente pela visibilidade da presença de Portugal como país convidado na Feira do Livro de Bogotá, na Colômbia, em 2013.

Por último refira-se que o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um conjunto de estudos – Plano de Estudos para a Cultura – entre os quais se incluiu uma investigação sobre "Cooperação Territorial Europeia e Cultura" realizado pela Universidade do Minho, que apresenta, entre outras, as seguintes conclusões:

- Um conjunto de 1.064 entidades portuguesas foram parceiras de 543 projetos de Cooperação Territorial Europeia, beneficiando de um total de 112,4 milhões de euros, correspondentes a 9,8% do financiamento total dos nove programas em que Portugal participou no período 2007-2013;

- Relativamente aos projetos Cooperação Territorial Europeia de índole cultural, 190 entidades portuguesas foram parceiras de 84 projetos, beneficiando de um financiamento de cerca de 22 milhões de euros, correspondentes a 19,6% do financiamento para projetos com componente cultural nos nove programas de CTE em que Portugal participou no período 2007-2013;
- Só 13 projetos da área da Cultura tiveram entidades portuguesas como líderes de projeto no período 2007-2013. Portugal apresenta o pior rácio de projetos liderado por parceiro, que é de 1/14, seguido da Bélgica cujo rácio é de 1/10, enquanto o da Grécia é de 1/4 e o da Hungria se cifra em quase 1/3;
- Numa análise dos projetos da área da Cultura por domínio, observou-se que os domínios "Interdisciplinar", "Turismo Cultural" e "Património" abarcam 85,7% do total de projetos com parceiros nacionais da área da Cultura. Relativamente ao número de parceiros e ao financiamento, o "Turismo Cultural" assume um papel de liderança, com uma importância relativa de 48,9% e 49,7%, respetivamente;
- Não foram identificados quaisquer projetos com parceiros portugueses nos domínios dos Arquivos, Bibliotecas, Arquitetura e Publicidade;
- Das 190 entidades portuguesas parceiras de projetos com conteúdo cultural, mais de metade (102) são autarquias locais, seguindo-se as entidades da Administração Central e Regional e as do Terceiro Setor;
- As empresas têm uma participação pouco significativa em projetos de Cooperação Territorial Europeia de índole cultural, pois apenas 9 empresas surgem como parceiras neste tipo de projetos;
- As autarquias locais arrecadaram 56% do total de financiamento, absorvendo cerca de 12 milhões de euros para projetos culturais;
- Numa ótica de análise do financiamento por país, denota-se claramente a maior capacidade de captação de financiamento por parte dos parceiros espanhóis, que arrecadaram 74% do financiamento POCTEP e 86% do Programa Operacional Transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) para a área da Cultura, enquanto os parceiros portugueses ficam com os restantes 26% e 14%, respetivamente;
- A capacidade das entidades portuguesas para captar financiamento destaca-se, de forma mais significativa, nos programas Espaço Atlântico (26%) e URBACT II (10%), surgindo Portugal em melhor posição relativa face à generalidade dos demais países da EU.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

O ponto de contacto cultural contou com a afetação de um técnico superior, contratado especificamente para o efeito, cuja coordenação foi assegurada pela Direção de Serviços de Relações Internacionais do GEPAC.

Apenas se dispõe de informação sobre a execução financeira afeta ao ponto de contacto cultural para os exercícios de 2012 e 2013.

Em 2012, o GEPAC despendeu um total de €20.824,34 com as atividades desenvolvidas pelo ponto de contacto cultural, sendo €13.658,19 assegurados pelo cofinanciamento comunitário.

Já em 2013, o montante global da despesa ascendeu a €57.140,50, tendo sido €28.623,20 objeto de cofinanciamento comunitário.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Candidaturas apresentadas por entidades nacionais ao Programa Cultura	N.º					123	2007-2013
Candidaturas apresentadas como por entidades nacionais enquanto líderes do projeto	N.º					61	2007-2013
Candidaturas de entidades nacionais que foram aprovadas/selecionadas no âmbito do Programa Cultura	N.º					27	2007-2013
Candidaturas entidades nacionais que foram aprovadas/selecionadas como líderes de projeto no âmbito do Programa Cultura	N.º					20	2007-2013
Candidaturas co-organizadas por entidades nacionais com entidades de outros países no âmbito do Programa Cultura	N.º					134	2007-2014
Entidades apoiadas no âmbito do apoio à internacionalização promovida pela Direção-	N.º					65	2012-2014

Geral das Artes							
Jovens colocados em estágio em instituições internacionais de referência no âmbito do INOV-Art, promovido pela Direção-Geral das Artes	N.º					560	2009-2012
Presenças internacionais de filmes portugueses em festivais e mostras de cinema	N.º					2647	2011-2013
Prémios atribuídos a filmes portugueses em festivais internacionais	N.º					233	2011-2013
Entidades nacionais que foram parceiras de projetos de Cooperação Territorial Europeia de índole cultural	N.º					190	2007-2013
Montante global de financiamento afeto aos projetos de Cooperação Territorial Europeia de índole cultural que envolveram entidades nacionais como parceiras	Milhões de €					22	2007-2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foram elaborados relatórios de execução do Programa Cultura, no âmbito do Comité de Gestão, que foram apresentados à União Europeia.

Como já referimos anteriormente, em 2013, o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um estudo com a designação "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", que inclui uma análise da internacionalização das estruturas de produção cultural nacionais.

Igualmente no contexto do Plano de Estudos para a Cultura, foi realizado um estudo sobre "A Cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa", que avalia o comportamento do setor cultural e criativo no quadro das exportações nacionais, identificando ainda um conjunto de boas práticas em matéria de promoção da internacionalização.

O terceiro estudo integrado no Plano de Estudos para a Cultura analisa a "Cooperação Territorial Europeia e a Cultura", apresentando os principais números dos projetos de índole cultural financiados pelos vários programas da UE, relacionados com a cooperação territorial.

Por último refira-se o Relatório de avaliação intercalar apresentado, em 2011, pela Comissão Europeia ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As principais dificuldades internas registadas na execução da medida prendem-se com o acesso à informação sobre as candidaturas apresentadas por entidades nacionais e com a quantificação do montante de financiamento que lhes foi atribuído para a execução dos projetos selecionados, no contexto do Programa "Cultura".

Estes constrangimentos advêm do facto de as candidaturas serem apresentadas diretamente junto das instituições da UE, sem intervenção direta do ponto de contacto cultural nacional, bem como da natureza do próprio programa, que exige a constituição de parcerias com instituições de outros países, sendo apenas conhecido e divulgado o montante global do financiamento atribuído ao projeto, sem que se especifique o valor que cabe a cada uma das diferentes entidades envolvidas na sua concretização.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O Programa Cultura constituiu uma oportunidade única de financiamento de projetos de cooperação transnacional, facilitando o acesso das entidades nacionais a subvenções para a concretização de projetos de cooperação com outras instituições que operam no Espaço Europeu, nos domínios da tradução literária, de festivais culturais, da investigação e análise de políticas culturais, constituição e dinamização de redes culturais europeias, entre outros.

É um Programa extremamente relevante para a internacionalização dos agentes culturais nacionais, que fomenta a sua inscrição e circulação pelo espaço europeu, permitindo-lhes ganhar massa crítica e escala, fomentando igualmente a partilha de experiências e de conhecimentos, contribuindo ainda para a difusão da língua, da cultura e do património nacional.

Segundo o Relatório de avaliação intercalar sobre a execução do programa «Cultura», apresentado pela Comissão ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, em 2011, "o programa «Cultura» desempenha um papel único na estimulação de cooperação transfronteiriça, na promoção da aprendizagem interpares e na profissionalização do sector, bem como no aumento do acesso dos cidadãos europeus às obras europeias não nacionais. Indiretamente, contribui para o desenvolvimento de conteúdos essenciais para o crescimento sustentável e o emprego, e estimula desenvolvimentos novos, criativos e inovadores."

O relatório sublinha ainda que o "programa desempenha um papel crucial para promover o respeito pela diversidade cultural e linguística da Europa e assegurar a salvaguarda e o desenvolvimento do património cultural da UE, tal como estabelecido no artigo 3.º, n.º 3, da versão consolidada do Tratado da UE e no artigo 167.° do Tratado sobre o Funcionamento da UE, na Carta dos Direitos Fundamentais da UE (nomeadamente no artigo 22.º) e nas obrigações da UE como parte da Convenção da UNESCO sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais."

No que respeita às iniciativas desenvolvidas pela Direção-Geral das Artes e pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual constituem igualmente oportunidades de financiamento relevantes para os agentes culturais, em especial no espaço extra-europeu.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Segundo o Relatório de avaliação intercalar sobre a execução do programa «Cultura», apresentado pela Comissão em 2011, o programa foi um êxito em termos de resultados e do impacto gerado, com efeitos multiplicadores importantes, no plano europeu, uma vez que foram concedidas mais de 700 subvenções a operadores culturais no período de 2007-2009, abrangendo cerca de 3 000 organizações no total, incluindo os co-organizadores, tendo o montante total das subvenções ultrapassado 120 milhões de euros.

A título de exemplo, o Relatório refere que o apoio à tradução literária contribuiu para a tradução de mais de 1 600 livros durante o período de 3 anos, facultando a cerca de 1,4 milhões de leitores o acesso à (nova) literatura europeia.

Não obstante a taxa de aceitação das candidaturas relativas a traduções literárias ter sido mais elevada, com cerca de metade a obterem financiamento no âmbito do programa, o nível de procura expressa não reflete a necessidade constatada de um aumento do número de traduções para certas línguas dominantes (especialmente o inglês).

De acordo com o citado documento, embora o programa tenha contribuído significativamente para promover a circulação das obras literárias, aumentando assim o acesso à literatura europeia não nacional, as línguas de partida predominantes são o inglês e o francês (mais de quatro em dez traduções) e cinco línguas representam mais de metade das traduções em termos de língua de chegada (italiano, húngaro, esloveno, búlgaro e grego). Assim, o Relatório concluía pela existência de um potencial inexplorado para promover a diversidade cultural através do aumento do número de traduções para algumas das grandes línguas europeias de difusão mundial, que podem servir de línguas pivô para mais traduções para outras línguas

Note-se que, a nível nacional, segundo dados do ponto de contacto cultural, apenas foram apresentadas 8 candidaturas a projetos de tradução literária (até 20 mil €), sendo que destas foram selecionadas apenas 3, entre 2007 e 2013. Assim, considerando as evidências do Relatório de avaliação intercalar, apresentado pela Comissão Europeia, somos a considerar que os resultados do apoio à tradução literária, no plano nacional, ficaram ligeiramente aquém do que seria expectável e desejável.

No que respeita à atuação dos pontos de contacto culturais, de acordo com o Relatório de avaliação intercalar, estes prestaram um serviço "satisfatório". A visibilidade do programa «Cultura» e as atividades de difusão da Comissão foram, de um modo geral, classificadas pelos beneficiários como satisfatórias, mas os dados também sugeriam que se podia ir mais longe, em especial realizando mais atividades de difusão a nível da UE.

Neste sentido, o Relatório recomendava que se desse continuidade aos esforços para divulgar os resultados dos projetos através de conferências e publicações anuais e, se os recursos o permitissem, deveria considerar-se a possibilidade de se realizarem outras atividades desta natureza, sugerindo-se que os pontos de contacto culturais poderiam convidar os beneficiários dos projetos a partilhar as suas experiências «em jornadas de informação locais».

Em síntese e numa ótica global, os resultados do Programa Cultura foram satisfatórios e relevantes, embora pontualmente tivessem ficado aquém das expectativas, podendo ser melhorados no próximo período de programação.

Não se dispõe de informação que permita fazer qualquer apreciação sobre as iniciativas desenvolvidas pela Direção-Geral das Artes e pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, considerando-se que estas contribuem de forma positiva para o objetivo último de promoção da internacionalização da Cultura e dos agentes culturais nacionais.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Como já referimos, segundo os dados disponíveis Relatório de avaliação intercalar sobre a execução do programa «Cultura», os impactos da intervenção foram muito significativos no plano europeu:

- Foram concedidas mais de 700 subvenções a operadores culturais do programa relativo ao período de 2007-2009, abrangendo cerca de 3 000 organizações no total, incluindo os co-organizadores, tendo o montante total das subvenções ultrapassado 120 milhões de euros;
- As atividades apoiadas alcançam o grande público e aumentam o acesso à cultura europeia;
- O apoio à tradução literária contribuiu para a tradução de mais de 1 600 livros durante o período de 3 anos, facultando a cerca de 1,4 milhões de leitores o acesso à (nova) literatura europeia;
- As Capitais Europeias da Cultura atraem regularmente milhões de pessoas e envolvem milhares de voluntários, tendo Liverpool recebido 10 milhões de visitantes em 2008;
- As Jornadas Europeias do Património 2009 atraíram 25 milhões de visitantes em toda a Europa e o prémio European Border Breakers Awards chegou a centenas de milhar de europeus através de 12 estações de televisão e 24 estações de rádio em 24 países, bem como através da Internet.

Ainda de acordo com este documento, o programa traz benefícios a longo prazo, nomeadamente no que se refere aos seguintes aspetos:

- Promoção das competências e carreiras dos artistas através de experiências de mobilidade;
- Aprendizagem entre pares através do intercâmbio, do trabalho em rede e da experimentação transnacionais, frequentemente em áreas e especializações onde as competências e o saber-fazer na Europa estão geograficamente dispersos, permitindo assim a realização de economias de escala, bem como o fomento da profissionalização do sector, tendo em conta, nomeadamente, a necessidade de funcionar num ambiente global;
- Contributo para a redução dos desequilíbrios geográficos, apoiando os artistas de países com menor capacidade, através da dinâmica de cooperação do programa,
- Apoio à circulação de obras europeias não nacionais ou co-produzidas e melhoria do acesso do público a estas obras;
- Promoção de uma perspetiva mais internacional e virada para o exterior por parte dos indivíduos e das organizações.

No plano nacional está ainda por executar a avaliação dos impactos do Programa Cultura, bem como das iniciativas desenvolvidas pela Direção-Geral das Artes e do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir

as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	x	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Para o período de programação 2014-2020 foi concebido o Programa "Europa Criativa", no âmbito do qual a cultura e a criatividade passam a ter uma relação mais próxima, em termos políticos e operacionais, com áreas relativas à coesão, inclusão, inovação e desenvolvimento regional.

Este Programa especifica um conjunto de objetivos, sendo de destacar os seguintes:

- Apoiar a capacidade operacional dos setores culturais e criativos europeus num contexto transnacional e internacional;
- Promover a circulação internacional das obras culturais e criativas e a mobilidade transnacional dos operadores culturais e criativos, designadamente dos artistas, conquistar públicos e alargar audiências, e melhorar o acesso a obras culturais e criativas dentro e fora da União, dando particular atenção às crianças, aos jovens, às pessoas com deficiência e aos grupos sub-representados;
- Reforçar a capacidade financeira das PME, das micro e pequenas e médias organizações dos setores culturais e criativos de uma forma sustentável, procurando garantir o equilíbrio da cobertura geográfica e da representação setorial;
- Fomentar o desenvolvimento das políticas, a inovação, a criatividade, o alargamento das audiências e a criação de novos modelos comerciais e de gestão, mediante o apoio à cooperação política transnacional.

O Programa Europa Criativa contribui para o reconhecimento do valor intrínseco e económico da cultura, destinando-se a apoiar ações e atividades com valor acrescentado europeu nos setores culturais e criativos, contribuindo igualmente para a concretização dos objetivos da Estratégia Europa 2020 dado que o investimento nos setores culturas e criativos contribui diretamente para a promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Contudo, além dos efeitos diretos para o crescimento e para o emprego, estes setores contribuem para a geração de externalidades noutras áreas tais como o turismo e as tecnologias de informação e comunicação, gerando ainda benefícios ao nível da educação, inclusão social e inovação.

O regulamento que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) considera que o valor acrescentado europeu reside:

- "No caráter transnacional das ações e atividades que complementam os programas e as políticas regionais, nacionais e internacionais e outros programas e políticas da União, e no impacto dessas ações e atividades nos setores culturais e criativos, bem como nos cidadãos e no seu conhecimento de culturas diferentes das suas;
- No desenvolvimento e na promoção da cooperação transnacional entre operadores culturais e criativos, incluindo os artistas, os profissionais do setor audiovisual, as organizações culturais e criativas e os operadores audiovisuais, a fim de promover respostas mais abrangentes, rápidas, eficazes e de longo prazo para os desafios globais;

- Nas economias de escala e na massa crítica geradas pelo apoio da União, que criam um efeito de alavanca para a obtenção de fundos adicionais;
- Na criação de condições mais equitativas nos setores culturais e criativas europeus, tendo em conta os países com menor capacidade de produção cultural e/ou os países ou regiões com uma área geográfica e/ou linguística reduzida."

O programa encontra-se estruturado em dois subprogramas (MEDIA e Cultura) e uma vertente intersectorial, sendo aqui de destacar o subprograma Cultura que pretende reforçar a capacidade operacional dos setores culturais e criativos em contexto transnacional, bem como promover a circulação e a mobilidade transnacionais.

O subprograma visa o reforço das aptidões, competências e conhecimentos dos agentes culturais e criativos; o reforço da cooperação internacional dos operadores culturais e criativos; a criação de redes internacionais, que facilitem o acesso a oportunidades profissionais; o apoio de iniciativas de caráter transnacional; a divulgação da literatura europeia e o alargamento das audiências às obras culturais e criativas europeias, património cultural, material e imaterial.

O Programa Europa Criativa inclui referências específicas à cooperação política transnacional, constituindo esta um dos domínios de intervenção que integra a vertente intersectorial. A vertente intersectorial integra os instrumentos e apoios específicos para a promoção da dimensão intersectorial da cultura e criatividade europeia. No que concerne à cooperação política transnacional, esta concretiza-se com:

- O intercâmbio transnacional de experiências e conhecimentos relacionados com novos modelos comerciais e de gestão, atividades de aprendizagem colegial e a ligação em rede entre as organizações culturais e criativas e os responsáveis políticos deste setor;
- A recolha de dados de mercado, elaboração de estudos, análises do mercado de trabalho e das competências necessárias, a análise das políticas culturais nacionais e europeias, assim como o apoio a inquéritos estatísticos e a realização de avaliações;
- O ensaio de estratégias comerciais intersectoriais para financiar, distribuir e rentabilizar as obras;
- A realização de conferências, seminários e debates, nomeadamente no domínio das competências culturais e mediáticas, promovendo a utilização de redes digitais;
- O apoio à cooperação política transnacional permitirá aumentar a disponibilização de informação comparável que permitirá melhorar a definição de políticas. Permitirá também reforçar os contextos políticos nacionais para as ICC e contribuir para uma mudança sistémica. A partilha e o intercâmbio de experiências neste setor contribuirão para que o mesmo se adapte às mudanças inerentes à era digital, permitindo assim a criação de oportunidades de emprego e de crescimento.

O maior desafio passará pela integração das indústrias culturais e criativas nas estratégias de crescimento dado o seu papel na consolidação do potencial criativo e inovador das regiões. Dos vários contributos inerentes a este tipo de indústrias, salienta-se a promoção do crescimento e do emprego qualificado, na medida em que contribuem e influenciam a atratividade das regiões em termos de recursos humanos e investimento.

Objetivo Específico 2.3

Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento

Respondido pelo GEPAC

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O grau de concretização do objetivo específico poderá ser muito variável considerando a informação de que dispomos.

No âmbito do Programa Cultura, por exemplo, foi já referido que os resultados globais do mesmo são positivos, tendo a intervenção alcançado, globalmente, os objetivos para os quais foi concebida, no plano europeu. Contudo, alguns aspetos poderiam ser objeto de melhoria ou de reforço no próximo período de programação, nomeadamente ao nível da divulgação dos mecanismos de financiamento disponíveis para a internacionalização das atividades e dos agentes culturais e do apoio à tradução de obras literárias.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Como já referimos anteriormente, em 2013, o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um estudo com a designação "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", que inclui uma análise da internacionalização das estruturas de produção cultural nacionais.

Igualmente no contexto do Plano de Estudos para a Cultura, foi realizado um estudo sobre "A Cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa", que avalia o comportamento do setor cultural e criativo no quadro das exportações nacionais, identificando ainda um conjunto de boas práticas em matéria de promoção da internacionalização.

Por último, refira-se o Relatório de avaliação intercalar sobre a execução do programa «Cultura», apresentado pela Comissão ao Conselho, ao Comité Económicos e Social e ao Comité das Regiões, em 2011.

No plano específico da monitorização cumpre ainda destacar a elaboração de Relatórios de execução do Programa Cultura, pelo ponto de contacto cultural sedeado no GEPAC.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Candidaturas apresentadas por entidades nacionais ao Programa Cultura	N.º					123	2007-2013
Candidaturas apresentadas como por entidades nacionais enquanto líderes do projeto	N.º					61	2007-2013
Candidaturas de entidades nacionais que foram aprovadas/selecionadas no âmbito do Programa Cultura	N.º					27	2007-2013
Candidaturas entidades nacionais que foram aprovadas/selecionadas como líderes de projeto no âmbito do Programa Cultura	N.º					20	2007-2013
Candidaturas co-organizadas por entidades nacionais com entidades de outros países no âmbito do Programa Cultura	N.º					134	2007-2014
Entidades apoiadas no âmbito do apoio à internacionalização promovida pela Direção-Geral das Artes	N.º					65	2012-2014
Jovens colocados em estágio em instituições internacionais de referência no âmbito do INOV-Art, promovido pela Direção-Geral das Artes	N.º					560	2009-2012
Presenças internacionais de filmes portugueses em festivais e mostras de cinema	N.º					2647	2011-2013
Prémios atribuídos a filmes portugueses em festivais internacionais	N.º					233	2011-2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Respondido pelo GEPAC

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***B2a.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	2.3 e 2.6

Justificação sucinta da resposta anterior:

Tendo em conta as conclusões e recomendações dos diferentes estudos e relatórios analisados, consideramos que:

Em linha com os estudos realizados, o próximo período de programação, deve continuar a incentivar a integração das organizações culturais e criativas em redes de cooperação e em *clusters* com massa crítica e escala suficiente para competir a nível global, promovendo a união de forças e a partilha de riscos e de custos na abordagem aos mercados externos.

O estudo " A Cultura e a criatividade na internacionalização a economia portuguesa" recomenda que se estimulem as associações e estruturas representativas do setor cultural e criativo a estabelecerem parcerias com entidades públicas e privadas para lançar catálogos virtuais de excelência a nível mundial na internet, para aumentarem as exportações de bens e serviços culturais e criativos, desde design, cinema, música, artes plásticas ou artes performativas. Também deveria ser equacionado o potencial da colaboração com os restantes países de língua oficial portuguesa nesta estratégia de abertura de canais de venda na internet;

Outra recomendação do estudo vai no sentido de se promover a tradução dos conteúdos de língua oficial portuguesa constantes dos bens e serviços culturais e criativos para um leque diversificado de línguas estrangeiras, designadamente as dos mercados emergentes mais promissores para as exportações portuguesas.

Deve igualmente ser reforçada a ligação entre Turismo e Cultura, dinamizando os elementos patrimoniais e artísticos e promovendo a sua divulgação no plano nacional e internacional.

Segundo o estudo " A Cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa", a identidade cultural é central no vínculo entre turismo e território. A autenticidade e a originalidade contribuem para a diferenciação dos destinos turísticos e para a sua afirmação nos mercados internacionais. O contributo do turismo para a visibilidade internacional da cultura local depende de como a interação é promovida e de como as manifestações culturais são apreendidas pelos turistas.

A singularidade e a diferenciação dos destinos turísticos tendem a depender mais dos recursos naturais e culturais do que dos bens e dos serviços estritamente orientados para o turismo. O turismo beneficia da cultura pela forma como ela fortalece a identidade de cada destino. Também pode contribuir para a internacionalização da cultura na medida em que os turistas são potenciais consumidores de um conjunto de bens e de serviços de índole cultural e criativa. A definição de padrões internacionais para a utilização turística de sítios culturais, como a classificação de Património Mundial pela Unesco, confere reconhecimento em termos de conservação e estimula a procura turística.

O referido estudo recomenda, aliás, que se consolidem alianças entre várias instituições públicas e privadas com atuação no setor do Turismo para acrescentar valor e diferenciação à oferta turística

nacional, através da valorização do património cultural, da integração dos bens e serviços culturais e criativos em produtos turísticos de excelência e do desenvolvimento de um programa coerente de marketing territorial baseado na utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Nada a assinalar

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Para o período de programação 2014-2020 devem existir objetivos específicos relacionados com as indústrias culturais e criativas, atenta a sua relevância para a internacionalização das atividades culturais e o seu contributo para as exportações nacionais, nomeadamente ao nível do *design*, da moda, da arquitetura, do audiovisual, do marketing, etc.

Segundo o estudo "A Cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa", integrado no Plano de Estudos da Cultura, "no domínio do acesso aos mercados internacionais, políticas de promoção das exportações e de internacionalização inteligentes são cruciais para que a maioria das pequenas organizações culturais e criativas possa ousar aproveitar a globalização e atingir novos públicos e mercados a nível mundial. Também neste domínio, a Comissão Europeia reforça o apelo ao fortalecimento da cooperação e do estabelecimento de parcerias para promover o papel cultural e criativo dos europeus no mundo.

Parceria, colaboração, cooperação, redes, clusters… Quando se trata de encarar o mercado externo, a Comissão Europeia e os mais diversos estudos conduzidos a nível europeu exortam constantemente a junção de forças em detrimento de planos individuais e solitários."

Ainda de acordo com o referido estudo, "o setor cultural e criativo enfrenta desafios acrescidos no acesso ao financiamento. A reduzida dimensão das empresas culturais e criativas, a incerteza quanto à procura dos seus produtos, a complexidade dos seus planos de negócio e a ausência de ativos tangíveis são barreiras identificadas a nível europeu. Faltam também intermediários, como agentes ou curadores, que apoiem o financiamento e comercialização dos projetos de menor dimensão".

Assim, são relevantes as iniciativas que facilitem o acesso a instrumentos de financiamento para a promoção da internacionalização das organizações e dos agentes culturais, bem como parcerias para prospeção de mercados e organização de missões de exploração, representação conjunta em feiras, bienais e outras montras internacionais, estratégias de marca única, catálogos coletivos traduzidos nas línguas dos públicos-alvo, programas de cooperação ou intercâmbios artísticos e, ainda, a inserção em redes colaborativas que podem envolver organizações de diferentes dimensões, setores, regiões ou países.

Ainda segundo o documento, a regeneração urbana pode ser uma aliada estratégica no fortalecimento da atratividade internacional e de clusters culturais e criativos, como mostram sucessivos exemplos de

Capitais Europeias da Cultura (UE) e outros exemplos associados à recuperação de antigas instalações fabris promovendo a sua ocupação subsequente por artistas e criadores.

Outros objetivos específicos prendem-se com a e-Cultura e com a digitalização e colocação online de referências e elementos patrimoniais, promovendo a sua divulgação no plano nacional e internacional.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas;

Acordo de Parceria;

Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (Nacional e Regionais);

Programas Operacionais;

Plano de Estudos para a Cultura.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.6*	*Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas atividades culturais.*

Medidas Prioritárias	*4.6.1*	*Dar continuidade aos programas de recuperação e expansão da rede de equipamentos culturais (museus, cineteatros, centros culturais etc.), em parceria com as autarquias e os particulares (2007-2013).*
	4.6.2	*Apoiar as iniciativas de itinerância cultural, como forma de aproximar a oferta cultural das populações e rendibilizar a rede de equipamentos existentes (2007-2013).*
	4.6.3	*Realizar, aos níveis regional e local, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros atores sociais pertinentes e onde se articulem os objetivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.6.1

Dar continuidade aos programas de recuperação e expansão da rede de equipamentos culturais (museus, cineteatros, centros culturais etc.), em parceria com as autarquias e os particulares (2007-2013).

Respondido pelo GEPAC

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Na sequência do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) sucedeu, em 2012, ao Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e à extinta Secretaria -Geral do ex. Ministério da Cultura, num conjunto de atribuições plasmadas na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro).

O GEPAC não tem conhecimento da existência de qualquer documento que formalize a sua responsabilidade pela execução desta medida do PNPOT, pelo que, o preenchimento do questionário será assegurado numa ótica de apresentação de iniciativas ou ações desenvolvidas por este serviço, que se relacionem com a Medida Prioritária 4.6.1.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direções Regionais da Cultura, Direção-Geral do Património Cultural e Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Inspeção-Geral das Atividades Culturais, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, Observatório do QREN – atual Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito das atribuições previstas nas alíneas c) e e) do n.º 2 do artigo 2.º da sua Lei Orgânica, o GEPAC promoveu a articulação entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente e os serviços competentes da área da Cultura, para a apreciação de mérito das candidaturas apresentadas no âmbito da Rede de Equipamentos Culturais e da Valorização e Animação do Património Cultural/ Património Cultural, nos termos do disposto nos Regulamentos Específicos destas operações.

O mérito das candidaturas é apreciado pelos serviços competentes da área da Cultura (v.g. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, relativamente às bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas), com base nos critérios de seleção constantes do Anexo G ao Regulamento Específico da tipologia de intervenção "Rede de Equipamentos Culturais", que remetemos em anexo.

O mesmo se verifica no que concerne à tipologia de intervenção "Património Cultural", cujos critérios de apreciação do mérito das candidaturas estão definidos no Anexo A do Regulamento específico da tipologia "Património Cultural", que enviamos em anexo.

Enviamos igualmente em anexo um exemplo da apreciação de mérito da construção da Biblioteca Municipal do Município de Penacova, no âmbito da tipologia de intervenção Rede de Equipamentos Culturais, elaborada pela então Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas, para evidenciar o trabalho desenvolvido neste contexto, bem como a operacionalização da avaliação dos critérios de seleção.

Em 2013, o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um conjunto de estudos – Plano de Estudos para a Cultura – entre os quais se incluiu uma investigação sobre "Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020", cujo principal objetivo seria contribuir para o aumento da eficácia e da eficiência dos investimentos na Cultura, realizados com o apoio dos Fundos Estruturais, partindo da análise das intervenções apoiadas, identificando os principais fatores críticos de sucesso. No âmbito deste estudo, foram analisados os projetos/ operações que beneficiaram de financiamento no âmbito da Rede de Equipamentos Culturais e da Valorização e Animação do Património Cultural/ Património Cultural, entre outros.

Igualmente no contexto do Plano de Estudos para a Cultura, foi realizado um estudo com a designação "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", que inclui um capítulo sobre "Equipamentos de Produção e Difusão Cultural".

Ainda no âmbito do Plano de Estudos para a Cultura, segundo o estudo "Criação de Instrumentos Financeiros para Financiamento do Investimento na Cultura, Património e Indústrias Culturais e Criativas", os Municípios despenderam com recintos culturais cerca de M€45,6, M€50,0 e M€77,1, em 2010, 2011 e 2012, respetivamente, o que representa, em termos médios, cerca de 13,9% do total das despesas dos Municípios com Cultura, no período em análise.

Por seu turno, o ex-Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (ex-GPEARI), serviço que antecedeu a criação do GEPAC, elaborou, em julho de 2011, um Relatório de Acompanhamento sobre "A Cultura e o QREN", que, entre outras matérias, identificava os projetos que tinham sido aprovados, à data, no âmbito do Regulamento "Rede de Equipamentos Culturais".

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A promoção da articulação entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente e os serviços competentes da área da Cultura, para a apreciação de mérito das candidaturas apresentadas no âmbito da Rede de Equipamentos Culturais e da Valorização e Animação do Património Cultural/ Património Cultural foi assegurada por 1 Técnico Superior e por 1 Assistente Técnico, afetos pontualmente a estas funções, ou seja, não exclusivamente dedicados a estas atividades.

No que concerne à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização dos 2 estudos referidos, e integrados no âmbito do Plano de Estudos para a Cultura, o GEPAC despendeu com ambos os estudos um total de €127.920 (incluindo IVA), tendo obtido para este efeito um financiamento do Programa Operacional de Assistência Técnica do FEDER (POAT-FEDER), com uma comparticipação comunitária de 85%.

Relativamente ao trabalho desenvolvido pelo ex-GPEARI não nos é possível identificar quais os recursos humanos, financeiros ou patrimoniais afetos à elaboração do Relatório de Acompanhamento "A Cultura e o QREN".

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Projetos da Rede de Equipamentos Culturais (QREN 2007-2013)	N.º					144	2007-2013
Equipamentos culturais apoiados/intervencionados	N.º			110*	2015	177	2007-2013

Investimento Elegível Aprovado	€					101.974.299	2007-2013

***** Estas metas dizem apenas respeito aos Programas Operacionais do Norte e do Centro, sendo que o primeiro especifica uma meta de 50 equipamentos culturais a apoiar, enquanto o segundo define uma meta de 60 equipamentos desportivos, sociais e culturais a apoiar. Os restantes Programas Operacionais não definem metas referentes a equipamentos culturais. Também não são identificados valores base ou de partida.

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Como já referimos anteriormente, em 2013, o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um estudo sobre "Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020", cujo principal objetivo seria contribuir para o aumento da eficácia e da eficiência dos investimentos na Cultura, realizados com o apoio dos Fundos Estruturais, partindo da análise das intervenções apoiadas, identificando os principais fatores críticos de sucesso. No âmbito deste estudo, foram analisados os projetos/ operações que beneficiaram de financiamento no âmbito da Rede de Equipamentos Culturais e da Valorização e Animação do Património Cultural/ Património Cultural, entre outros.

Também no contexto do Plano de Estudos para a Cultura, foi realizado um estudo com a designação "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", que inclui um capítulo sobre "Equipamentos de Produção e Difusão Cultural".

Ainda no âmbito do Plano de Estudos para a Cultura, segundo o estudo "Criação de Instrumentos Financeiros para Financiamento do Investimento na Cultura, Património e Indústrias Culturais e Criativas", os Municípios despenderam com recintos culturais cerca de M€45,6, M€50,0 e M€77,1, em 2010, 2011 e 2012, respetivamente, o que representa, em termos médios, cerca de 13,9% do total das despesas dos Municípios com Cultura, no período em análise.

Por seu turno, o ex-Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (ex-GPEARI), serviço que antecedeu a criação do GEPAC, elaborou, em julho de 2011, um Relatório de Acompanhamento sobre "A Cultura e o QREN", que, entre outras matérias, identificava os projetos que tinham sido aprovados, à data, no âmbito do Regulamento "Rede de Equipamentos Culturais".

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As principais dificuldades resultaram do facto de o PNPOT não estabelecer uma definição clara de papéis e de responsabilidades dos serviços que, em cada Ministério ou Tutela, ficariam encarregues da execução dos objetivos específicos e das medidas prioritárias.

Outras dificuldades ficaram a dever-se a constrangimentos no acesso à informação residente nos Sistemas de Informação e Gestão das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, bem como à diversidade conceptual em matéria de equipamentos culturais que, por sua vez, condiciona os resultados das diferentes abordagens metodológicas utilizadas para a sua quantificação em território nacional.

Face às limitações verificadas no acesso à informação, bem como à inexistência de um quadro conceptual e metodológico homogéneo e estável, não nos foi possível monitorizar em permanência ou com uma periodicidade regular, como seria desejável, a execução das medidas e dos projetos integrados no âmbito da Rede de Equipamentos Culturais.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A monitorização e a avaliação desenvolvidas, quer pelo GEPAC, quer pelo ex-GPEARI, embora devessem ter sido objeto de reforço ao longo do período 2007-2013, tendo em vista a promoção de um acompanhamento mais próximo e regular, permitiram identificar **fatores críticos de sucesso no âmbito da execução da Rede de Equipamentos Culturais, bem como retirar aprendizagens importantes para o próximo período de programação**.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O montante do investimento aprovado (€101.974.299) constante do Estudo "Os Fundos Estruturais e a Cultura no período 2000-2020" superou o valor inscrito no V Relatório Anual do QREN (M€97), com dados reportados a 30 de junho de 2013.

A fragmentação da operação/medida "Rede de Equipamentos Culturais" pelos vários Programas Operacionais Regionais e o facto de não ter sido adotado o mesmo modelo de programação financeira para todos os Programas inviabilizou uma comparação efetiva do montante aprovado com a verba inicialmente prevista para esta finalidade.

Não obstante, o *Paper da European Expert Network on Culture* "*Culture and the Structural Funds in Portugal*", identifica um montante próximo de M€131 no âmbito do QREN para afetar ao desenvolvimento de infraestruturas culturais. Tomando este valor como referência, o montante do investimento aprovado corresponderia a cerca de 77% do valor inicialmente previsto para o desenvolvimento de infraestruturas culturais.

Esta taxa de execução é ligeiramente mais elevada do que a taxa de execução global do QREN (75,5%) no primeiro trimestre de 2014, devendo estas comparações ser observadas sob alguma reserva e prudência.

Relativamente ao Quadro Comunitário anterior, o montante do investimento do QREN superou o total

da despesa executada no âmbito da Medida 2.1. – Criação de uma Rede Fundamental de Recintos Culturais, no âmbito do Programa Operacional da Cultura (2000-2006), que ascendeu a €94.105.323, de acordo com o Estudo "Os Fundos Estruturais e a Cultura no período 2000-2020".

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

De acordo com o mais recente número do Boletim Informativo QREN (n.º 23), no âmbito da Agenda para a Valorização do Território, entre 2007 e 2013, foram apoiados/ intervencionados 177 equipamentos culturais, dos quais 139 no âmbito dos Programas Regionais do Continente, 31 no contexto dos Programas Operacionais das Regiões Autónomas e 7 com recurso aos Programas Operacionais Temáticos.

Segundo o estudo "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", na década compreendida entre 2001 e 2011 registou-se um **aumento do número total de equipamentos culturais em Portugal**, à exceção dos recintos de cinema, que demonstram um decréscimo considerável, de 238 para 165 recintos.

Ainda segundo o mesmo estudo, entre 2001 e 2011 verificou-se um **acréscimo significativo do número de equipamentos culturais na Região Norte**, ultrapassando em todos os itens a região de Lisboa, com maior visibilidade no que concerne a Recintos de Espetáculos e a Galerias de Arte e Exposições.

Por sua vez, o *Paper da European Expert Network on Culture* "*Culture and the Structural Funds in Portugal*", refere que os investimentos apoiados pelos Fundos Estruturais – especialmente em infraestruturas de organizações culturais, tais como museus, bibliotecas, teatros e centros culturais – **contribuíram para existência de uma rede densa e atualizada, bem como para o esforço de modernização** que Portugal vem realizando desde a adesão à UE.

Segundo este *Paper*, a maioria das instituições culturais portuguesas sofre de défices operacionais crónicos. **Os Fundos Estruturais levaram à construção de muitas infraestruturas culturais necessárias mas elevaram o risco desperdício nos investimentos**. A tendência para subestimar a procura a longo prazo dos investimentos culturais pode significar que **a maioria das instituições – públicas e privadas – são agora detentoras de importantes bens de capital mas também de custos fixos insustentáveis**.

O Relatório de Avaliação dos Investimentos em Equipamentos de Proximidade do Observatório do QREN identificou impactos relevantes no investimento em equipamentos culturais, considerando que **os investimentos incidiram principalmente na qualificação de equipamentos, na melhoria e acréscimo da capacidade de serviços já disponibilizados à população** (por via do acréscimo de recursos técnicos e da criação de novas valências), **em resposta a necessidades e objetivos locais e também setoriais** (caso dos equipamentos que fazem parte de redes nacionais, p.e., as bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública.

Ainda segundo o mesmo documento, **os equipamentos intervencionados criaram melhores condições de acesso a serviços culturais, a partir de uma capacidade adicional de oferta que não é ainda correspondida por procuras plenas, as quais estão em crescimento**. A estruturação e ordenamento dos territórios registam **contributos positivos e pontuais, nomeadamente dos projetos integrados em Programas de Ação para a Regeneração Urbana, que têm uma lógica de estruturação territorial à escala urbana, ou do reforço de centralidades no espaço municipal, por via da qualificação e aumento da atratividade dos equipamentos culturais do tipo bibliotecas, museus, centros culturais, auditórios e outros espaços de espetáculos**.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

De acordo com o Relatório de Avaliação dos Investimentos em Equipamentos de Proximidade do Observatório do QREN, no atual Quadro Comunitário, **a análise e seleção de candidaturas não foram acompanhadas por uma verdadeira avaliação da sustentabilidade financeira dos projetos**. Embora tenham sido criadas diversas disposições regulamentares para admissibilidade e **análise de mérito de candidaturas relacionadas com a garantia de sustentabilidade financeira**, esta é entendida no quadro da rentabilização social dos projetos; de uma forma geral, assume-se que a demonstração dessa rentabilização e a existência de um quadro institucional de suporte (incluindo em modalidades de parceria), garantem a futura sustentabilidade financeira.

Assim, em linha com as recomendações deste Relatório, no próximo período de programação deverá ser **atribuída maior relevância à avaliação dos modelos e condições de financiamento dos custos operacionais dos equipamentos apoiados**, por contraponto aos seus benefícios potenciais (receitas e benefícios sociais), através da definição de processos e critérios que identifiquem condições de sustentabilidade realistas.

Ainda de acordo com este Relatório, seria desejável que fossem estabelecidos os requisitos da fundamentação em instrumentos de planeamento setorial e territorial, baseados em diagnósticos objetivos e atualizados, no âmbito do financiamento de equipamentos e serviços de proximidade. Note-se, aliás que, a RCM n.º 33/2013, de 20 de maio, explicita "a obrigatoriedade de enquadramento de projetos de equipamentos em cartas de equipamentos públicos ou instrumentos similares de planeamento".

Atendendo ao nível de investimento que vem sendo assegurado e à **cobertura generalizada do país em matéria de equipamentos culturais,** como vem sendo sublinhado por vários relatórios e estudos elaborados por diversas entidades, seria desejável que, **numa futura medida se identificasse na fase de planeamento, a adequação da prestação de serviços através de unidades móveis ou outras soluções adaptadas a territórios de baixa densidade e envelhecidos**, designadamente ao nível das bibliotecas.

Segundo o estudo "Fundos Estruturais e Cultura no período 2000-2020", no próximo período de programação comunitária dever-se-ia equacionar a **integração de ações de curto prazo** (v.g. edifícios, obras) **e de longo prazo** (v.g. incentivos à participação, programação cultural, formação de novos públicos), **promovendo uma ligação entre o FSE e o FEDER**.

Este estudo recomenda ainda que se **combinem as várias produções, equipamentos e espaços culturais e artísticos entre si e com os elementos identitários e portadores das memórias coletivas**, como os espaços patrimoniais ou os museus.

Por seu turno, o *Paper da European Expert Network on Culture* "*Culture and the Structural Funds in Portugal*" sugere **a fixação de uma percentagem máxima do FEDER** (5% a 10%) **para investimento em infraestruturas culturais, abrangendo quer os projetos de preservação do património cultural, quer a construção de novos equipamentos, evidenciando uma alteração nas prioridades das políticas**

públicas.

Em complemento, o *Paper* propõe igualmente **que todos investimentos em infraestruturas culturais incluam componentes de contemporaneidade** (promovendo a aquisição de novas obras de arte relacionadas com a infraestrutura, contratando projetos e intervenções de arquitetura contemporânea em edifícios históricos, etc.)

A8. Observações complementares

Segundo o estudo "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", embora se tenham registado alguns progressos continua a existir pouca informação relativa ao número real de equipamentos culturais ativos, pelo que, deveria ser realizado um levantamento mais exaustivo dos equipamentos públicos e privados com fins e/ou usos culturais existentes no território nacional. Neste sentido, propõe o referido estudo que seja elaborada uma cartografia cultural do país, rentabilizando projetos que foram iniciados no passado mas não concluídos.

De salientar igualmente que o Instituto Nacional de Estatística, I.P. tem em curso um projeto para a criação de um sistema de informação georreferenciada dos equipamentos culturais.

Medida Prioritária 4.6.2

Apoiar as iniciativas de itinerância cultural, como forma de aproximar a oferta cultural das populações e rendibilizar a rede de equipamentos existentes (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?***Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Direção-Geral das Artes; Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Na sequência do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) sucedeu, em 2012, ao Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e à extinta Secretaria -Geral do ex. Ministério da Cultura, num conjunto de atribuições plasmadas na sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro).

O GEPAC não tem conhecimento da existência de qualquer documento que formalize a sua responsabilidade pela execução desta medida do PNPOT, pelo que, o preenchimento do questionário será assegurado numa ótica de apresentação de iniciativas ou ações desenvolvidas por este serviço, que se relacionem com a Medida Prioritária 4.6.2.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?***Valide e/ou complemente a informação*

Bibliotecas municipais; Plano Nacional de Leitura; agentes e formadores; formadores e animadores da leitura, OPART, E.P.E, Teatro Nacional D. Maria, E.P.E. e Teatro Nacional S. João, E.P.E.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?***Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Património Cultural, Direções Regionais da Cultura, Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

(todas) Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

DGA]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x
DGLAB]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	x	Não aplicável	
GEPAC]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

DGA - Considerando que é objetivo da atribuição de apoios públicos às artes a descentralização e dinamização da oferta cultural em todo o território, os programas de apoio às artes em vigor mantêm como uma das prioridades estratégicas a circulação nacional que contemple apresentação de atividades públicas em mais do que uma região do país. Prevê-se a continuação da realização de concursos públicos de apoio às artes, bem como a manutenção dos contratos plurianuais celebrados em 2013.

DGLAB - O Programa Nacional de Promoção da Leitura, que se desenvolve desde 1997, teve desde logo por objetivo criar e consolidar os hábitos de leitura dos portugueses. Desde o início que se deu especial atenção ao público infanto-juvenil, pela necessidade de transmissão de competências e de fomento de hábitos de leitura. No entanto, foram sempre desenvolvidos paralelamente projetos e ações de incentivo à leitura junto de públicos diferenciados, bem como um conjunto de ações de formação para mediadores de leitura que cobrem todo o território nacional.

Neste âmbito, a DGLAB desenvolve há muitos anos um Programa de itinerâncias de ações de promoção da leitura, em parceria com as Autarquias através das suas Bibliotecas Municipais. Para além do Programa em si, a sua intervenção nesta rede de equipamentos passa também pela dinamização de alguns projetos de leitura (o Concurso Nacional de Leitura, a comemoração dos dias mundiais do livro, a descentralização de exposições dedicadas a autores ou a temas literários, etc.). De igual forma, apoia técnica e financeiramente a realização de encontros, colóquios e debates em torno do livro e da leitura promovidos pelas Bibliotecas Municipais, contribuindo para uma política ativa junto da comunidade onde cada biblioteca se insere.

GEPAC - Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

DGA - Entre 2007 e 2013 foram celebrados contratos de apoio a entidades artísticas nas diversas modalidades. Em 2012 foi lançado pela primeira vez o programa de apoio à internacionalização das artes, que tem por objeto o desenvolvimento de projetos artísticos com circulação internacional, estando neste momento a decorrer a 3ª edição deste programa de apoio. Em 2013, numa perspetiva de reforço da ligação ao território, foram apoiadas 39 entidades na modalidade de acordos tripartidos, a qual exige uma parceria com pelo menos uma Câmara Municipal e que tende a estimular a circulação artística, particularmente ao nível intrarregional. Ainda em 2013 lançado um concurso de apoio a projetos artísticos com componente educativa que exige a circulação dos projetos apoiados por todas as regiões de Portugal Continental.

DGLAB - De 2007 a 2010, a DGLAB disponibilizou às Bibliotecas Municipais 1896 ações de promoção da leitura, um pouco por todo o país, contribuindo assim para uma descentralização da cultura que concorre para a melhoria dos níveis de literacia da população em geral e dos jovens em particular.

GEPAC - No âmbito das atribuições previstas nas alíneas c) e e) do n.º 3 do artigo 2.º da sua Lei Orgânica, o GEPAC promoveu a recolha de informação estatística sobre a atividade desenvolvida pelos serviços da área da Cultura, designadamente em matéria de iniciativas de itinerância cultural.

Neste sentido, foi recolhida a seguinte informação relacionada com iniciativas de itinerância cultural:

1. A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, no âmbito do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), realiza, desde 1993, um inquérito anual por questionário às bibliotecas que integram a Rede, que visa recolher informação sobre os recursos e serviços nelas existentes. O inquérito, de resposta não obrigatória, dirige-se a todas as bibliotecas da RNBP com mais de um ano de abertura ao público. Segundo o Relatório Estatístico 2012, nesse ano existiam 50 bibliotecas itinerantes, quando no ano anterior tinha sido reportada a existência de apenas 49 bibliotecas itinerantes. O Relatório Estatístico de 2012 identifica igualmente a existência de 142 pontos de serviço externo, que registaram um declínio face a 2011, quando tinham sido identificados 181 pontos de serviço externo;
2. Por seu turno, a Direção-Geral das Artes apoiou, em 2012, um conjunto de entidades que se apresentaram ou exibiram as suas produções em circulação nacional, num total de 2.959 dias ou apresentações, o que significa que, em média, se registaram 8 atividades de itinerância por dia, naquele ano;
3. O Teatro Nacional D. João II, E.P.E. realizou um conjunto de espetáculos em digressão, a nível nacional, que abrangeram 33.927 espectadores, em 2012.

Não dispomos de informação atualizada sobre as atividades de itinerância realizadas pelo Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E. nem da OPART, E.P.E., que inclui o Teatro Nacional de S. Carlos e a Companhia Nacional de Bailado.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DGA - Entre 2008 e 2013 foram investidos 100.568.374,3€ em apoios em todas as modalidades.

DGLAB - O custo do Programa de itinerâncias de Promoção da Leitura entre 2007 e 2010 foi de €788.145. Envolveu cerca de 70 formadores/animadores, com competências muito diversificadas, tais como professores universitários, escritores, jornalistas, atores, promotores da leitura, contadores de histórias.

GEPAC - A recolha de informação estatística foi assegurada por 1 Técnico Superior afeto pontualmente a estas funções, ou seja, não exclusivamente dedicado a estas atividades.

***A2f.*Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

DGA - Nenhuma

DGLAB A partir de 2011, o Programa encontra-se suspenso por falta de verba. Apenas são disponibilizadas ações pontuais nas bibliotecas Municipais.

GEPAC - Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

DGA - Nenhuma
DGLAB -
GEPAC - Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

DGA - Não
DGLAB
GEPAC - Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
DGA - Atividades que realizam circulação	Nº					586	2013 (último trimestre)
DGLAB - Ações de promoção da leitura em bibliotecas municipais	N.º					1896	2007-2010
GEPAC - Bibliotecas itinerantes existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					50	2012
GEPAC - Bibliotecas itinerantes existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					49	2011
GEPAC - Pontos de serviço externo existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					142	2012
GEPAC - Pontos de serviço externo existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					181	2011

GEPAC - Atividades de itinerância realizadas por dia pelas entidades apoiadas pela Direção-Geral das Artes	N.º médio					8	2012
GEPAC - Espectadores abrangidos pelos espetáculos realizados em digressão pelo Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	N.º					33.927	2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

DGA - As Comissões de Acompanhamento e Avaliação monitorizam em permanência as atividades desenvolvidas pelas entidades apoiadas, através da verificação do cumprimento dos objetivos culturais e artísticos, no controlo da gestão e da execução financeira e na validação de indicadores de atividade apresentados pelas entidades artísticas. Para além deste mecanismo, a DGArtes elabora anualmente um relatório onde são reportadas as referidas atividades, incluindo as de itinerância; e em 2014 foi lançado o 1º Boletim Trimestral, uma publicação que tem como objetivo reportar as atividades desenvolvidas pelas entidades artísticas apoiadas, inclusive ao nível da circulação dos seus projetos.

DGLAB Base de dados da DGLAB referente a ações em bibliotecas municipais.

Estudo do OAC sobre a promoção da leitura em bibliotecas municipais.

GEPAC - O GEPAC no quadro das atribuições previstas nas alíneas c) e e) do n.º 3 do artigo 2.º da sua Lei Orgânica, promoveu a recolha de informação estatística sobre a atividade desenvolvida pelos serviços da área da Cultura, incluindo informação sobre as atividades de itinerância realizadas ou apoiadas pelos serviços da área da Cultura.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

DGA - O contributo para a prossecução desta medida está perfeitamente enquadrado na intervenção da DGArtes no meio artístico português, pelo que as dificuldades que apresenta decorrem dos constrangimentos financeiros inerentes aos programas de apoio em geral.

DGLAB - Dificuldades de ordem financeira. As políticas públicas de leitura, além de estarem consignadas em Programas e Projetos regulamentados, devem ser acompanhadas por mecanismos de financiamento, permitindo articular e viabilizar os distintos níveis de intervenção do Estado que trabalham pela promoção da leitura. Esta articulação entre o poder central e o local garante o acesso de toda a população à cultura escrita, como forma de inclusão social e de desenvolvimento da cidadania.

GEPAC - As principais dificuldades resultaram do facto de o PNPOT não estabelecer uma definição clara de papéis e de responsabilidades dos serviços que, em cada Ministério ou Tutela, ficariam encarregues da execução dos objetivos específicos e das medidas prioritárias.

Outras dificuldades ficaram a dever-se às dificuldades de acesso à informação residente nos Sistemas de Informação e de Gestão dos vários serviços da área da Cultura, bem como à diversidade dos indicadores utlizados para medir as realizações e impactos das atividades de itinerância cultural.

Face aos constrangimentos verificados no acesso à informação, bem como à inexistência de indicadores homogéneos e uniformes para os diferentes serviços, não nos foi possível monitorizar em permanência ou com uma periodicidade regular, como seria desejável, a execução das medidas e dos projetos integrados no âmbito das itinerâncias culturais.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

DGA Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
DGLAB Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
GEPAC Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

DGA - Os programas de apoios às artes, nas suas diversas modalidades, estimulam a circulação de projetos artísticos tanto a nível nacional como internacional, promovendo a universalidade do acesso às artes e sua fruição.

DGLAB - Os objetivos dos projetos de promoção da leitura cruzam-se com os do Plano Nacional de Leitura, existente desde 2006. Ambos pretendem fazer chegar a leitura a todos os portugueses, seja através das escolas, seja através das bibliotecas públicas municipais. São estes equipamentos que mais facilmente fazem chegar aos estudantes e à população em geral mecanismos de promoção do livro e da leitura. Como objetivo final, pretende o Estado elevar os índices de literacia dos portugueses, utilizando o acesso ao livro e à leitura como forma de melhorar significativamente as condições de vida das

GEPAC - A informação recolhida pelo GEPAC demonstra a existência de uma preocupação por parte dos serviços da área da Cultura com a promoção das itinerâncias culturais que, aliás, devem ser consideradas no âmbito das soluções preconizadas para a dinamização das redes de equipamentos culturais e de elementos patrimoniais, no contexto de uma política de valorização do território e da promoção do reforço das identidades locais e regionais.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

DGA - Não foram definidas metas concretas para a itinerância dos projetos artísticos apoiados, uma vez que os apoios dependem muito da qualidade artística das candidaturas, o que não tem uma relação direta com a circulação. Acresce que, uma vez que a implementação desta medida não foi uma tarefa explicitamente acometida à DGArtes, não seria pertinente à partida definir resultados esperados.

DGLAB - Tratando-se de um trabalho de muitos anos, não é possível aferir resultados sem que sejam estabelecidos novos estudos sobre literacia. Apenas são divulgados os relatórios do PISA, que analisa a literacia em leitura em alunos de 15 anos.

GEPAC - Não aplicável, uma vez que nunca foi formalizada a responsabilidade do GEPAC relativamente à execução da presente medida, pelo que, não foram previstas ações específicas para a sua concretização.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

DGA - É possível identificar impactos genéricos associados à existência de circulação de obras artísticas apoiadas pela DGArtes, ainda que não se possa afirmar que sejam impactos decorrentes da implementação da medida em causa. Assim, em termos de impactos genéricos verifica-se um aumento da diversificação e abrangência de públicos, e uma ligação dos projetos artísticos ao território mais intensa.

DGLAB - A ONU, no Relatório de 2004 baseado na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano, salienta a necessidade de Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Para que o mundo atinja os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e erradique a pobreza, tem de enfrentar primeiro o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Aqui se encontra compreendido o acesso a bens e equipamentos culturais como componente do aumento dos valores do índice, sendo a cultura colocada ao lado da educação, da saúde e de outros domínios essenciais. O relatório propõe políticas públicas que tenham alcance, amplitude e apropriação. A cultura, como factor englobante e democrático, torna-se assim uma tarefa prioritária dos governos, capaz de definir o grau de desenvolvimento económico e social de um país. É neste patamar que a leitura se situa.

GEPAC - Atentos os constrangimentos anteriormente referidos, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes da implementação da medida.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Todos [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.6.3

Realizar, aos níveis regional e local, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros atores sociais pertinentes e onde se articulem os objetivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território (2007-2013).

Respondido pelo GEPAC

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direções-Regionais de Cultura; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (agregação da informação de base regional das Direções-Regionais de Cultura), Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Relativamente a esta medida, o GEPAC apenas foi identificado como entidade detentora de informação relevante para aferição da execução da medida, pelo que, se desconhecem as principais ações previstas, embora se admita que estas incluíssem a realização de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, numa base regional.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No período definido, a Direção Regional de Cultura do Algarve procedeu à elaboração de um Plano Estratégico de Cultura para o Algarve (PECAlg).

O Plano tinha como finalidade fixar as linhas mestras de política cultural para a Região, tendo por base o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAlg).

O PECAlg aprofundaria a matéria abordada no referido PROTAlg, qualificando e diversificando o património, a salvaguarda, o lazer e os equipamentos culturais.

O seu objetivo último seria promover o desenvolvimento sociocultural e económico, nomeadamente através do *cluster* "Cultura e Turismo". O desenvolvimento cultural deveria, também, ir ao encontro das necessidades da Região e assumir-se como um fator importante no combate ao desemprego.

A vigência do Plano abrangeria a década 2010-2020, seguindo as recomendações do PROTAlg. no que à cultura diz respeito.

O Plano deveria articular-se em sete áreas: Música, Teatro e Dança, Livro e Bibliotecas, Bens Culturais, Arquivos e Património Documental, Indústrias Culturais, Museus e Audiovisual.

No âmbito do PECAlg foram realizados vários seminários e conferências, cujos principais resultados e conclusões se encontram plasmados em duas publicações organizadas pela Direção Regional de Cultura do Algarve e pela Universidade do Algarve: "A Cultura em Conferência" e "Quintas de Cultura".

O GEPAC não tem conhecimento da existência de outros Planos Estratégicos para o Desenvolvimento Cultural elaborados pelas demais Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro e Alentejo), para o período em análise.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A equipa da Direção Regional de Cultura do Algarve responsável pela elaboração do Plano integrava um conjunto de 5 Técnicos Superiores.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Relativamente a esta medida, o GEPAC apenas foi identificado como entidade detentora de informação relevante para aferição da execução da medida, pelo que, se desconhecem as principais ações previstas, embora se admita que estas incluíssem a realização de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, numa base regional.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Relativamente a esta medida, o GEPAC apenas foi identificado como entidade detentora de informação relevante para aferição da execução da medida, pelo que, se desconhece se foram realizadas ações para além do período de execução definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Relativamente a esta medida, o GEPAC apenas foi identificado como entidade detentora de informação relevante para aferição da execução da medida, pelo que, se desconhece se foram realizadas outras ações complementares para além das ações previstas.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As principais dificuldades resultaram do facto de o PNPOT não estabelecer uma definição clara de papéis e de responsabilidades dos serviços que, em cada Ministério ou Tutela, ficariam encarregues da execução dos objetivos específicos e das medidas prioritárias.

Outras dificuldades ficaram a dever-se às dificuldades de acesso à informação produzida pelas Direções Regionais de Cultura.

Face aos constrangimentos verificados no acesso à informação não nos foi possível monitorizar em permanência ou com uma periodicidade regular, como seria desejável, a execução das medidas e dos planos estratégicos, nem tão-pouco avaliar os impactos dos mesmos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | **1** | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A elaboração do Plano Estratégico de Cultura para o Algarve, pela Direção Regional de Cultura do Algarve, concorre para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e estratégico na medida em que abrange um conjunto de áreas ou domínios de atuação relacionados com a participação nas atividades culturais, os equipamentos culturais e a valorização do património cultural, entre outras.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O GEPAC apenas dispõe de informação sobre a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural pela Direção Regional de Cultura do Algarve, pelo que, os resultados ficaram aquém do esperado.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O GEPAC solicitou informação adicional sobre esta questão à Direção Regional de Cultura do Algarve. A resposta do serviço segue igualmente em anexo ao presente questionário.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Uma vez que a Direção Regional do Algarve procedeu à elaboração de um Plano Estratégico, seria importante promover um estudo de avaliação do impacto do mesmo, antes de dar início à nova fase de planeamento.

As restantes Direções Regionais de Cultura deveriam dar início ao processo de planeamento estratégico regional, em articulação com as Comissões de Coordenação Regional e com os Municípios, tendo em vista a elaboração de um documento estratégico de caráter regional.

Objetivo Específico 4.6

Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas atividades culturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

DGA Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
DGLAB GEPAC Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

DGA - A DGArtes não tem nas suas atribuições a dinamização de uma rede de equipamentos culturais. Apoia projetos que são apresentados em espaços diversos, convencionais e não convencionais, que poderão ou não fazer parte de redes formais.

DGLAB - No âmbito das suas atribuições na área das bibliotecas, a DGLAB, apoia técnica e financeiramente, os municípios na criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca pública de gestão municipal.

A DGLAB disponibilizou, a pedido dos municípios apoio técnico à criação e desenvolvimento de serviços de bibliotecas públicas, tendo analisado 54 projetos incluindo os candidatos a financiamento comunitário no âmbito do Regulamento da Rede de Equipamentos Culturais, pelo que se considera que o objetivo específico foi cumprido.

Não foi, no período em referência, e até à data, financiada a instalação ou o desenvolvimento de

GEPAC - O grau de concretização do objetivo poderá ser muito variável considerando a informação de que dispomos.

Se no caso da rede de equipamentos culturais e das itinerâncias culturais parece ser facilmente demonstrável a preocupação e a atenção dedicada às matérias em causa pelos diferentes serviços da área da Cultura, existindo, nalguns casos, indicadores associados à execução das medidas, por outro lado, o grau de concretização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional parece ser algo incipiente, na medida em que apenas a Direção Regional de Cultura do Algarve desenvolveu esforços no sentido de ser elaborado um documento estratégico para a Região.

B1b.**Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

DGA		Sim		Não
DGLAB		Sim		Não

GEPAC	X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGA
DGLAB
GEPAC - Em 2013, o GEPAC procedeu à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a realização de um estudo sobre "Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020", cujo principal objetivo seria contribuir para o aumento da eficácia e da eficiência dos investimentos na Cultura, realizados com o apoio dos Fundos Estruturais, partindo da análise das intervenções apoiadas, identificando os principais fatores críticos de sucesso. No âmbito deste estudo, foram analisados os projetos/ operações que beneficiaram de financiamento no âmbito da Rede de Equipamentos Culturais e da Valorização e Animação do Património Cultural/ Património Cultural, entre outros. Ainda no contexto do Plano de Estudos para a Cultura, foi realizado um estudo com a designação "Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores e Comparação internacional", que inclui um capítulo sobre "Equipamentos de Produção e Difusão Cultural". Por seu turno, o ex-Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (ex-GPEARI), serviço que antecedeu a criação do GEPAC, elaborou, em julho de 2011, um Relatório de Acompanhamento sobre "A Cultura e o QREN", que, entre outras matérias, identificava os projetos que tinham sido aprovados, à data, no âmbito do Regulamento "Rede de Equipamentos Culturais". Também o Observatório do QREN editou um" Relatório de Avaliação dos Investimentos em Equipamentos de Proximidade", no qual se abordava especificamente a temática dos equipamentos culturais.

***B1c.*Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

DGA		Sim		Não
DGLAB GEPAC	x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
DGLAB Municípios com bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	Nº	0	1987 (início do Programa)	308		202	2014
GEPAC - Projetos da Rede de Equipamentos Culturais (QREN 2007-2013)	N.º					144	2007-2013
GEPAC - Equipamentos culturais	N.º			110	2015	177	2007-2013

apoiados/intervencionados							
GEPAC - Investimento Elegível Aprovado	€					101.974.299	2007-2013
GEPAC - Bibliotecas itinerantes existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					50	2012
GEPAC - Bibliotecas itinerantes existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					49	2011
GEPAC - Pontos de serviço externo existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					142	2012
GEPAC - Pontos de serviço externo existentes na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	N.º					181	2011
GEPAC - Atividades de itinerância realizadas por dia pelas entidades apoiadas pela Direção-Geral das Artes	N.º médio					8	2012
GEPAC - Espectadores abrangidos pelos espetáculos realizados em digressão pelo Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	N.º					33.927	2012

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***B2a.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGA Objetivo(s) específico(s)	
DGLAB Objetivo(s) específico(s)	
GEPAC Objetivo(s) específico(s)	4.6.

Justificação sucinta da resposta anterior:

DGA
DGLAB - Pretende-se que toda a população tenha acesso a um serviço de biblioteca pública, presencial ou à distância, com recursos informativos atualizados e em diferentes suportes. Pretende-se igualmente que a biblioteca seja um espaço de serviços ao cidadão, adaptados à comunidade que serve. Considera-se ser de privilegiar o trabalho em rede entre bibliotecas e outros serviços e a consequente partilha de recursos e serviços.
GEPAC - Tendo em conta as conclusões e recomendações dos diferentes estudos e relatórios analisados, consideramos que **a valorização do património cultural e a promoção das itinerâncias culturais constituem uma forma efetiva de dinamizar a moderna rede de equipamentos culturais, rentabilizando o investimento realizado ao longo dos últimos anos**. Em linha com os estudos realizados, no próximo período de programação, dever-se-à equacionar a **integração de ações de curto prazo** (v.g. edifícios, obras) **e de longo prazo** (v.g. incentivos à participação, programação cultural, formação de novos públicos), **promovendo uma ligação entre o FSE e o FEDER** e a **combinação de várias produções, equipamentos e espaços culturais e artísticos entre si e com os elementos identitários e portadores das memórias coletivas**, como os espaços patrimoniais ou os museus.

***B2b.*Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGA Objetivo(s) específico(s)	
DGLAB Objetivo(s) específico(s)	
GEPAC Objetivo(s) específico(s)	Nada a assinalar

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGA
DGLAB - Ver resposta à questão B2a

GEPAC - Não aplicável.

***B2c.*Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

DGA		Sim		Não
DGLAB		Sim		Não
GEPAC	X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGA

DGLAB Contribuir para a existência de um serviço de biblioteca pública nos municípios onde é inexistente;

Contribuir para o alargamento do serviço de biblioteca pública, numa determinada zona ou região, promovendo o trabalho em rede entre bibliotecas e consequente partilha de recursos e serviços;

Contribuir para a atualização e renovação das coleções de bibliotecas em diferentes suportes;

Apoiar a informatização das bibliotecas e a criação de novos serviços com recurso àsTIC;

Disponibilizar às Bibliotecas Municipais ações de promoção da leitura, contribuindo para uma descentralização da cultura, que concorre para a melhoria dos níveis de literacia da população em geral e dos jovens em particular.

GEPAC - Para o período de programação 2014-2020 devem existir objetivos específicos relacionados com as indústrias culturais e criativas, atenta a sua relevância para a internacionalização das atividades culturais e o seu contributo para as exportações nacionais, nomeadamente ao nível do *design*, da moda, da arquitetura, do audiovisual, do marketing, etc.

Outros objetivos específicos prendem-se com a e-Cultura e com a digitalização e colocação online de referências patrimoniais, promovendo a sua divulgação no plano nacional e internacional.

***B2d.* Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

DGA

DGLAB A DGLAB encontra-se a trabalhar num novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços de Biblioteca Pública, a ser apresentado à Tutela.

GEPAC - Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas; Acordo de Parceria; Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (Nacional e Regionais); Programas Operacionais; Plano de Estudos para a Cultura.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 5

Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*5.2.*	*Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público*

Medidas Prioritárias	*5.2.5*	*Disponibilizar os conteúdos culturais portugueses em formato digital e estimular o desenvolvimento de conteúdos interativos nas bibliotecas, incluindo um número considerável de obras literárias de utilização fácil para pessoas com deficiência, sobretudo visual (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 5.2.5

Disponibilizar os conteúdos culturais portugueses em formato digital e estimular o desenvolvimento de conteúdos interativos nas bibliotecas, incluindo um número considerável de obras literárias de utilização fácil para pessoas com deficiência, sobretudo visual (2007-2013).

Respondido pela DGPC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Biblioteca Nacional de Portugal; Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; Direção-Geral do Património Cultural

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento); Fundação Calouste Gulbenkian; Redes Energéticas Nacionais (REN); POAP (Programa Operacional para a Administração Pública)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

DGPC Não iniciada		Em curso	x	Concluída	
DGLAB Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
DGPC			X		
DGLAB			X		

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

DGPC - Manutenção e atualização do sistema de informação georreferenciado do património arquitetónico e arqueológico classificado e em vias de classificação, e zonas de proteção, em Portugal continental, para disponibilização pública.

Digitalização de inventários das coleções dos Museus e Palácios nacionais e sua disponibilização pública, quer através do sistema *Matriznet*, quer da *Europeana*, possibilitando o conhecimento do património cultural nacional.

Digitalização de arquivos administrativos com Portaria de eliminação de documentos.

Organização e digitalização de arquivos e fundos documentais da DGPC e seus serviços dependentes (Museus e Palácios) que careçam de avaliação, tratamento, organização e digitalização, permitindo a constituição de um corpus documental essencial para a memória de instituições patrimonialmente relevantes no domínio do património cultural.

Tratamento informático das bibliotecas especializadas existentes nos serviços centrais da DGPC e nos seus serviços dependentes, possibilitando uma otimização no conhecimento e consulta dos respetivos fundos bibliográficos.

Produção de conteúdos digitais destinados a websites da DGPC, no sentido da desmaterialização dos suportes de informação e da inovação dos meios de comunicação com os públicos.

Produção de conteúdos em diferentes idiomas e sua disponibilização em novos suportes de comunicação digital relativo a monumentos e museus dependentes da DGPC que careçam de maior visibilidade junto do público, possibilitando maior atratividade.

DGLAB - Tratamento arquivístico de fundos documentais existentes nos serviços dependentes da DGLAB, nomeadamente: Arquivo Distrital de Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Portalegre, Porto, Vila Real, Viseu e Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Centro Português de Fotografia, e registo em base de dados para disponibilização *online*.

Desenvolvimento de Projetos de digitalização e disponibilização pública de acordo com o Plano de Descrição e Digitalização de Arquivos.

Encontram-se disponíveis online cerca de 600.000 registos descritivos e 14.500.000 imagens potenciando o conhecimento e divulgação do património arquivístico e fotográfico nacional à comunidade científica e ao publico em geral.

Simplificação de serviços, através da implementação de serviços eletrónicos, como a utilização de plataformas de comunicação e comércio eletrónico, C(onsulta) R(eal) em A(mbiente) V(irtual) (CRAV)

Este sistema (que já está presentemente em utilização Arquivo Distrital do Porto), visa simplificar e permitir ao leitor usufruir à distância, de serviços que neste momento são sobretudo disponibilizados presencialmente. O desenvolvimento e instalação deste sistema no ANTT e nos restantes arquivos dependentes serão concretizados durante o ano de 2014/2015.

A utilização do CRAV irá modificar consideravelmente a forma de encontrar e solicitar documentos e de relacionamento entre o leitor e os serviços prestados pelos Arquivos Nacionais e Arquivos Distritais.

Desenvolvimento de software de descrição e disponibilização documental, *Digitarq*.

Desenvolvimento de software para Registo e controlo de Autoridades Arquivísticas (FNAA), a fim de contextualizar a produção e utilização da documentação de arquivo; Funcionar como um instrumento de referência para as entidades descritas; Permitir o acesso a informação contida na documentação de conservação definitiva, mas também da que se encontra ainda nas administrações produtoras e que dela necessitam para o seu regular funcionamento; Promover uma abordagem integrada dos arquivos.

Criação e implementação da Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), projeto desenvolvido pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), tem como objetivos a divulgação do património arquivístico, disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível ao cidadão, dando-lhe oportunidade de o conhecer e dele se "apropriar", enquanto repositório de uma memória coletiva, base de uma identidade comum, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil. Acessível em http://arquivos.pt/identificacao-institucional/objectivos-da-rpa/

Colaboração no desenvolvimento e implementação do Portal Europeu de Arquivos. O Portal Europeu de Arquivos – já completamente funcional e disponível em www.archivesportaleurope.eu. Atualmente, o Portal contém mais de 14 milhões de unidades descritivas ligadas a aproximadamente 64 milhões de páginas digitalizadas de material arquivístico de 60 instituições de 14 países europeus, constituindo assim um recurso fundamental no contexto da herança cultural europeia.

Os 18 serviços dependentes da DGLAB apresentam sites, onde disponibilizam regularmente diversos conteúdos (registos descritivos, documentos digitalizados, exposições virtuais, documentos técnicos e normativos, serviço educativo, etc.)

Projeto RODA (Repositório de Objectos Digitais Autênticos) - tem como objetivo o desenvolvimento de um arquivo digital com capacidade de integrar, gerir e disseminar os objetos digitais produzidos na Administração Pública. Este projeto foi desenvolvido com o apoio informático do Departamento de Informática da Universidade do Minho e mereceu o apoio parcial do POAP (Programa Operacional para a Administração Pública). A produção de documentos técnicos e normativos que auxiliem as instituições a compreender, gerir e desenvolver ferramentas que viabilizem a preservação dos seus objetos digitais. Neste domínio publicamos as Recomendações para a produção de planos de preservação digital; Folhas de recolha de dados (Plano de preservação digital); A construção de comunidades em torno da preservação do património digital com vista à exploração de recursos comuns. Neste domínio não se faz distinção relativamente à natureza do património: procurando-se a colaboração dos mais diversos setores interventivos na sociedade e produtores de informação digital sejam eles culturais, científicos, jornalísticos, etc.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

DGPC - Atualização de informação digital nas bases de dados património imóvel, móvel, e sua disponibilização na página eletrónica da DGPC, nomeadamente informação sobre o património cultural, mapas temáticos do património georreferenciado, imagens, conteúdos sonoros e de vídeos.

Início da desmaterialização do arquivo da arqueologia portuguesa (pedidos de autorização e relatórios de arqueologia).

Desenvolvimento do Portal do Arqueólogo para disponibilização de informação relativa à gestão da

atividade arqueológica por profissionais e informação georreferenciada do património arqueológico (por meio de registo pessoal).

Criação de uma plataforma digital para a da inventariação do património imaterial, que inclui imagens, vídeos, registo sonoro.

Divulgação do património cultural nos meios de comunicação social através da realização de ações em programas de difusão radiofónica e televisiva.

Constituição da rede de bibliotecas da DGPC, permitindo o acesso mais rápido às bases de dados.

Catalogação, arrolamento e digitalização da parte epistolar do acervo de dois importantes arqueólogos alemães que trabalharam em Portugal nas décadas de 50 e 60, Georg e Vera Leisner, constituído por desenhos, fotografias, cartas e cadernos de campo – *Projeto LEISNER.*

DGLAB - Organização e descrição de documentação e registo em base de dados normalizada.

Digitalização de documentação e associação de imagens a registos descritivos .

Desenvolvimento de software de descrição e disponibilização de conteúdos- *Digitarq.*

Criação, implementação e desenvolvimento do Balcão eletrónico através de *software – CRAV.*

Criação de plataforma de registo e controlo de Autoridades Arquivísticas (FNAA), a fim de contextualizar a produção e utilização da documentação de arquivo. Carregamento da base, manutenção e controlo de dados.

Ações de divulgação do património arquivístico e fotográfico.

Realização de ações de formação e seminários.

Produção e divulgação de documentos técnicos.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DGPC - Recursos humanos afetos à DGPC

DGLAB - Recursos humanos afetos à DGLAB e aquisições de serviços ao abrigo de Projetos.

A2f.**Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

DGPC - Desmaterialização do arquivo da arqueologia portuguesa.

Criação de um repositório digital para os relatórios de arqueologia, acessível através do Portal do Arqueólogo.

Atualização dos conteúdos do património cultural subaquático.

A partir de 2012 não foi possível manter a atualização dos conteúdos referentes ao património classificado e em vias e classificação, devido a constrangimentos financeiros.

DGLAB - Implementação do CRAV em alguns serviços dependentes.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

DGPC - Nenhumas

DGLAB -

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além dasprevistas?**

DGPC - Nenhumas
DGLAB - Descrição, digitalização e disponibilização de conteúdos.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

DGPC		Sim	X	Não
DGLAB	x			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Resultados	
		Valor	Ano
Descrição de documentos	Nº registos	840.000	2007-2013
Digitalização de documentos	Nº imagens	18.000.000	2007-2013
Disponibilização online	Nº imagens	14.500.000	2009-2013
Visitas ao site	Nº	513.120	2010-2013
Páginas vistas	Nº	2.824.065	2010-2013
Nº de registos de entidades produtoras, FNAA	Nº	4506	2008-2013
Nº de entidades aderentes do FNAA	Nº	9	2008-2013
Nº de registos produzidos no FNAA	Nº	614	2013-2014
Exposições virtuais	Nº	4.330	2009-2013
Entidades aderentes à RPA	Nº	27	2009-2014

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

DGLAB	x	Sim		Não
DGPC		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

DGLAB - Todos os indicadores foram monitorizados. Ver sites dos Projetos e Relatórios de atividades dos Serviços

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

DGPC - Falta de recursos humanos e financeiros.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

DGPC Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
DGLAB Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

DGPC - A disponibilização de conteúdos digitais sobre o património cultural potencia um maior conhecimento e maior facilidade de acesso ao mesmo, permitindo a sua proteção e consequente valorização. O acesso a informação sobre o património cultural promove uma mentalidade identitária portuguesa e como tal uma maior coesão social, cultural e nacional.

DGLAB - A disponibilização de conteúdos ao património arquivístico é considerada imprescindível para que os Arquivos, enquanto entidades patrimoniais, possam assegurar e promover a qualificação dos documentos e facilitem ao cidadão o acesso de forma integrada e transparente, bem como incentivo à cooperação nacional e internacional, e potenciem democraticamente o conhecimento da cultura portuguesa tanto a nível regional como mundial.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

DGPC - Grande parte dos conteúdos digitais ainda não se encontra disponíveis ao público em geral, ficando aquém dos resultados esperados.

DGLAB - Os resultados alcançados foram excelentes, mas há necessidade de investir em trabalho de tratamento técnico documental para que os índices de crescimento de disponibilização de conteúdos possam ser mantidos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

DGPC - Simplificação e transparência dos procedimentos relacionados com a gestão do património cultural e da sua valorização, contribuindo para uma maior interação e dinâmica com o cidadão e o seu património. Deste modo a DGPC assegura uma melhor execução das suas competências, que visam em

última instância o conhecimento, a proteção e divulgação do património cultural português.
DGLAB - Verificaram-se grandes alterações a nível dos processos de trabalho e dos procedimentos com os utilizadores, nomeadamente: simplificação e transparência de serviços, rentabilização de materiais e equipamentos, redução de custos, eficácia/eficiência nas respostas ao cidadão, etc.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

DGPC	x	Sim		Não
DGLAB	x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

DGPC Características idênticas		Outras características	x
DGLAB Características idênticas	x	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

DGPC - Novos serviços disponibilizados no Portal do Arqueólogo, permitindo o carregamento de dados pelos seus utilizadores. Disponibilização de informação digital sobre o património cultural em dados móveis. Disponibilização de conteúdos na web relativos às diferentes áreas de atuação da DGPC Agregação e sistematização de informação dispersa na web relativa aàs diferentes áreas de atuação da DGPC, com o objetivo de facilitar o respetivo acesso. Disponibilização de funcionalidades on-line através do website da DGPC tendo em vista a simplificação de procedimentos na relação com os cidadãos. Novas exposições e iniciativas interativas nos museus.

A8. Observações complementares

DGPC - Nenhumas
DGLAB -

Objetivo Específico 5.2

Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

DGLAB Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
DGPC Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

DGLAB - É atribuição da DGLAB, enquanto organismo coordenador do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, "apoiar a criação de novos serviços com recurso às TIC nas bibliotecas públicas municipais e participar em projetos e iniciativas que promovam a inovação e a qualidade nesse domínio".

Relativamente a projetos neste domínio, é de destacar a participação da DGLAB na coordenação da participação de bibliotecas públicas portuguesas no Estudo transeuropeu: "Perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas", da Fundação Bill & Melinda Gates. O objetivo do Estudo foi o de compreender o impacto que as bibliotecas públicas da UE têm na vida dos seus utilizadores, e de que modo o acesso às TIC, através das bibliotecas públicas, pode apoiar a aplicação das políticas específicas de crescimento, educação e coesão da Estratégia Europa 2020 da União Europeia.

No período em referência foram sendo propostas, às sucessivas Tutelas, propostas de instrumentos de apoio financeiro para a informatização das bibliotecas públicas municipais, de acordo com projetos acompanhados e aprovados pela Direção-Geral, propostas essas que até à data não obtiveram Despacho.

A DGLAB tem ainda,entre outras, como atribuições "… acompanhar as iniciativas de governo eletrónico, desenvolvendo estudos e projetos que contribuam para a preservação do património arquivístico digital, participar em programas que visem a racionalização da produção documental, da sua gestão e do acesso à informação do setor público; aplicação intensiva de novas tecnologias para a comunicação de conteúdos culturais, assegurar a gestão do Ficheiro Nacional de Autoridade". Nestes domínios foram desenvolvidos e implementados os seguintes Projetos :

- RODA, http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/arquivo-digital-roda/

- Digitarq, http://digitarq.arquivos.pt/

- CRAV, *http://pesquisa.adporto.pt/oservices*

- FNAA, http://arquivos.pt/

- PPA, Portal Português de Arquivos, http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/portal-portugues-de-arquivos/

Colaborou-se ainda em projetos internacionais na área da gestão e preservação de arquivos digitais, nomeadamente no Portal Europeu de Arquivos. https://www.archivesportaleurope.net/home

DGPC

***B1b.*Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

DGLAB	x	Sim		Não
DGPC		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGLAB - A DGLAB produz anualmente relatórios estatísticos com base nos questionários que envia às bibliotecas públicas municipais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Este questionário, de resposta não obrigatória, permite à Direção-Geral aferir o serviço de biblioteca pública sendo um instrumento decisivo no apoio à elaboração de estratégias futuras.

No âmbito do «Estudo transeuropeu para aferir as perceções dos utilizadores sobre os benefícios das TIC nas bibliotecas públicas»,procedeu-se à tradução para língua portuguesa dos Relatórios global e nacional a partir dos quais se podem extrair dados e indicadores relativamente à importância e utilização das TIC nas bibliotecas públicas portuguesas, em comparação com 17 outros países da União Europeia.

A DGLAB participou ainda, a convite da Fundação Bill e Melinda Gates, numa reunião designada «EU Impact Research Convening», que se realizou em Bruxelas entre 24 e 26 de fevereiro de 2013, e teve por objetivo discutir os resultados do Estudo acima referido e o modo como estes poderiam ser utilizados de forma a atingir as metas traçadas para as bibliotecas públicas da UE. A reunião pretendia ainda aumentar o conhecimento dos participantes acerca dos resultados do estudo; identificar os resultados maissignificativos; preparar os participantes para utilizar esses resultados para promover as bibliotecas públicas e nível nacional e da UE.

A DGLAB disponibiliza nos sites dos Projetos a informação relevante sobre os mesmos, bem como documentos técnicos, divulgação de atividades, resultados de questionários e relatórios de atividades.

DGPC

***B1c.*Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

DGLAB	x	Sim		Não
DGPC		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Percentagem atribuída pelos utilizadores das bibliotecas ao acesso gratuito à internet,nas mesmas, é a mesma que a relativa à leitura/empréstimo de livros (fonte – Estudo da Fundação Bill & Melinda Gates)	%					96%	2012
Computadores das bibliotecas, para uso do público, por 10 000 habitantes (fonte – Relatório estatístico da DGLAB)	Nº					3,76	2012
Nº de registos de entidades produtoras, FNAA	Nº					4506	2008 -2013
Nº de entidades aderentes do FNAA	Nº					9	2008 -2013
Nº de registos produzidos no FNAA	Nº					614	2013- 2014-
Entidades aderentes à RPA	Nº					27	2009- 2014

Questões gerais do Objetivo Estratégico 5

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGLAB Objetivo(s) específico(s)	Organização e descrição de documentação e registo em base de dados normalizada.
	Digitalização de documentação e associação de imagens a registos descritivos .
	Desenvolvimento de software
DGPC Objetivo(s) específico(s)	5.2.5

Justificação sucinta da resposta anterior:

DGLAB - A informatização das bibliotecas e a criação de novos serviços com recurso às TIC é uma área estratégica no serviço de biblioteca pública atendendo à crescente disponibilização de conteúdos digitais bem como à crescente tendência para serviços de governo eletrónico e de novos meios de comunicação em plataformas digitais.

Incrementar a disponibilização de conteúdos através do tratamento arquivístico/organização/descrição e digitalização.

Desenvolver novas funcionalidades no software de descrição e disponibilização online "Digitarq" e implementar o CRAV em todos os Serviços dependentes de forma a garantir SServiços em-linha.

Desenvolver novas funcionalidades de navegação no *frontoffice* de forma a tornar o processo de pesquisa "userfriendly" e mais eficaz.

DGPC - Desenvolver no Portal do Arqueólogo novos serviços digitais que complementem os existentes ao nível da gestão e divulgação patrimonial.

Desmaterialização dos Arquivos do Património Cultural.

Implementação da rede de Bibliotecas da DGPC.

Desenvolvimento de um sistema integrado de informação relativo ao património cultural classificado e em vias de classificação, articulando os diferentes sistemas existentes e permitindo um acesso mais rápido à informação por parte dos cidadãos.

Atualização e desenvolvimento dos atlas do património georreferenciado classificado, em vias de classificação, zonas de proteção e zonas especiais de proteção referentes aos centros históricos portugueses.

B2b.**Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGLAB DGPC Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGLAB -
DGPC -

***B2c.*Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

DGLAB	x	Sim		Não
DGPC		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGLAB - Apoiar a informatização das bibliotecas; Apoiar a criação de novos serviços com recurso às TIC; Contribuir para a existência de um serviço de biblioteca pública nos municípios onde é inexistente; Contribuir para o alargamento do serviço de biblioteca pública, numa determinada zona ou região, promovendo o trabalho em rede entre bibliotecas e consequente partilha de recursos e serviços; Contribuir para a atualização e renovação das coleções de bibliotecas em diferentes suportes.
DGPC -

***B2d.* Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

DGLAB - A DGLAB encontra-se a trabalhar num novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços de Biblioteca Pública, a ser apresentado à Tutela. A DGLAB disponibiliza no seu site documentos técnicos que são referenciais na Área de arquivos , cuja aplicação deverá ser articulada com outros organismos no sentido de se definirem políticas integradas de gestão e preservação de documentos e disponibilização de conteúdos.
DGPC -

B3. Observações complementares

DGLAB -
DGPC -

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.4.*	*Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território*

Medidas Prioritárias	*6.4.1*	*Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.4.1

Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral (2007-2013).

Respondido pela DGPC

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território; Agência Portuguesa do Ambiente; Direção-Geral do Património Cultural; Direções Regionais de Cultura; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Associação de Municípios Portugueses

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autarquias Locais; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Autarquias Locais, Fundação Gulbenkian

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [x] Concluída [ ]

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [X]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

. Produção e implementação de campanhas de marketing dos monumentos e museus dependentes da DGPC, permitindo maior atratividade, criação de novos públicos e projeção internacional.

. Implementação de campanhas integradas de marketing sobre o património dirigidas à sociedade portuguesa, focalizadas na integração da sua proteção no quotidiano, colocando o tema nos mass-media de uma forma atualizada.

. Programação cultural em Museus, Palácios e Monumentos da DGPC, através da realização de exposições permanentes e temporárias e encontros relativos às diferentes áreas temáticas relacionadas com o património cultural, que promovam a oferta de eventos de qualidade e inovadores, possibilitando

uma maior atratividade e diferenciação.

Disponibilização de guias de inventários temáticos direcionados para a internet, na sequência de uma medida do *Programa Simplex* 2008 no domínio da cidadania e de um trabalho conjunto levado a cabo pelo IHRU e pelo ex-IGESPAR, que visam promover e sensibilizar os cidadãos para o conhecimento e inventariação do património cultural, designados de Kits do património.

Organização a nível do território nacional de eventos com caráter internacional para sensibilização para o conhecimento, a proteção e a valorização do património, dos monumentos e dos museus (Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus, Noite Europeia dos Museus).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Elaboração dos Kits do património: KIT01 – Património Arquitetónico - Geral;; KIT02 – Habitação Multifamiliar do Século XX;; KIT03 – Património Industrial, entre outros.

Implementação das Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus, Noite Europeia dos Museus.

Realização do Programa de Rádio semanal "Encontros com o Património", parceria DGPC/TSF, dedicados a temas relacionados com o património cultural, para o seu conhecimento, para a sua proteção; este programa de rádio encontra-se a ser emitido sem interrupção há 7 anos.

Exposições diversificadas nos Museus e monumentos dependentes da DGPC.

Atividades dos serviços educativos dos Museus e monumentos dependentes da DGPC, dirigidas fundamentalmente aos jovens.

Reforço do programa de voluntariado nos Museus e Monumentos dependentes da DGPC.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos afetos ao ex-IGESPAR, Museus, Monumentos, DGPC e IHRU.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Carência de recursos financeiros, que têm vindo a diminuir gradualmente.

Carência de recursos humanos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Na medida em que foi possível implementar projetos neste domínio verificou-se um acréscimo de interesse e participação dos cidadãos. A existência de mais recursos humanos e financeiros refletiria, sem qualquer dúvida, um ainda maior envolvimento da população e por isso uma maior consciencialização da importância do ordenamento do território, da paisagem e do património cultural.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Na medida dos recursos disponíveis, quer humanos, quer financeiros, foram alcançados os objetivos.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O maior impacto é a perceção da necessidade de maior investimento, quer em recursos humanos, quer financeiro, no domínio da sensibilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral; os modelos de implementação de projetos nesta área encontram-se testados, com resultados muito positivos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Acréscimo significativo de recursos humanos e financeiros

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.4

Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território

Respondido pela DGPC

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
			X			

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

No âmbito da participação nas comissões de acompanhamento dos IGT'S tem-se procurando sensibilizar as várias entidades com responsabilidades para a necessidade de ser devidamente identificado e protegido o património cultural, com a introdução de normas ao nível do Regulamento e sinalização dos elementos do património cultural na cartografia.

Cooperação com as Autarquias Locais para identificação e salvaguarda do património cultural.

Ações de divulgação do património cultural aos cidadãos, através de programas de radiodifusão, iniciativas temáticas em sítios, monumentos e museus, encontros e jornadas de acesso livre, publicações

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Respondido pela DGPC

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.1*	*Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas.*
Medidas Prioritárias	*3.1.4*	*Racionalizar e qualificar os espaços para implantação e desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente industriais, e garantir o célere licenciamento e implementação das atividades (2007-2013).*

Questões gerais

Nota da DGAE:
Estando no âmbito das atribuições da DGAE a promoção de um ambiente institucional mais favorável à competitividade, à inovação empresarial e ao desenvolvimento regional, esta Direção Geral, no período referenciado, tem vindo a colaborar no processo de elaboração da regulamentação e posterior acompanhamento do licenciamento industrial comercial e de serviços, promovendo os ajustamentos legislativos e operacionais necessários, em articulação com as demais entidades da administração central e local com intervenção nesta matéria. A DGAE é também chamada a intervir na elaboração de legislação conexa com as atividades industrial, comercial e de serviços.
Enquanto entidade regulamentadora a DGAE teve intervenção na elaboração do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro, que aprovou o regime de exercício da atividade industrial (REAI), o qual face ao regime jurídico até então em vigor resultante do Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de abril, veio introduzir alguma simplificação ao processo de licenciamento industrial bem como a desmaterialização de procedimentos de instalação e alteração de estabelecimentos industriais. No sentido de fomentar uma maior dinamização do investimento foi elaborado um novo diploma que conduziu à evolução deste regime de licenciamento para o Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, (SIR).
Entretanto foram publicadas também as Portarias nº 302/2013, de 16 de Outubro, relativa aos elementos instrutórios previstos no SIR e nº 303/2013, de 16 de Outubro, relativa aos elementos instrutórios para instalação e exploração de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) .

O **SIR** veio implementar uma mudança no paradigma de atuação do Estado que passou a reduzir o controlo prévio apostando no reforço dos mecanismos de controlo *a posteriori*, acompanhados da maior responsabilização dos industriais.

Com a entrada em vigor deste diploma pretendeu-se principalmente melhorar o ambiente de

investimento, através da redução da burocracia, da simplificação de processos e da redução custos, bem como a introdução de melhorias nas fases e passos processuais que permitem ultrapassar constrangimentos para os investidores, sendo de salientar:

- Criação de áreas territorialmente delimitadas, dotadas de infraestruturas pré-licenciadas, as ZER, que passam a permitir a instalação mais célere e menos onerosa de novas indústrias, numa lógica «chave-na-mão»;
- Adoção, pelas entidades públicas, de condições técnicas padronizadas por tipos de atividade e, ou, operação, que definem o âmbito e o conteúdo das respetivas licenças ou autorizações e que permitem que o industrial possa vir a obter um título de exploração com maior celeridade e simplificação de procedimentos.
- Previsão da total desmaterialização de procedimentos, reforçando-se a operacionalização do regime da produção de atos tácitos, através de alarmística via «Balcão do empreendedor», sem necessidade de intervenção humana, sempre que a decisão administrativa não seja tomada no prazo legalmente estabelecido.

No que respeita ao setor do comércio, a DGAE intervém, também, no processo legislativo com objetivos de simplificação e redução de custos de contexto.

Relativamente à instalação/modificação de estabelecimentos e conjuntos comerciais (dependendo de determinados limiares nos termos do DL 21/2009, de 19 de janeiro) a DGAE intervém no processo de autorização.

Estão abrangidos por este diploma, os estabelecimentos de comércio a retalho, isoladamente considerados ou inseridos em conjuntos comerciais, que tenham uma área de venda igual ou superior a 2000 m2 ou que pertençam a uma empresa que utilize uma ou mais insígnias ou estejam integrados num grupo, que disponham, a nível nacional, de uma área de venda acumulada igual ou superior a 30 000 m2, assim como os conjuntos comerciais que tenham uma área bruta locável igual ou superior a 8000 m2;

Um dos objetivos deste diploma é regular a implantação das estruturas empresariais do comércio, de forma a assegurar a sua inserção espacial, de acordo com critérios que promovam um adequado ordenamento do território, salvaguardem a proteção do ambiente, valorizem os centros urbanos existentes e contribuam para a multiplicidade da oferta comercial e para o abastecimento diversificado das populações, visando-se, contribuir para a competitividade do sistema urbano, dinamizando as centralidades urbanas existentes, favorecendo a sociabilidade urbana e a melhoria do abastecimento e da qualidade de vida das populações.

Paralelamente na apreciação dos novos estabelecimentos e conjuntos comerciais, é dada uma especial relevância à contribuição positiva de tais empreendimentos para a promoção da melhoria do ambiente, preenchendo exigências de eco-eficiência, do desenvolvimento da qualificação do emprego e da responsabilidade social das empresas promotoras dos projetos em apreciação.

É imposta a obtenção de informação prévia de localização favorável e da declaração de impacte ambiental favorável, nos casos abrangidos pelo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental, anterior ao processo de autorização, eliminando do procedimento os projetos considerados inviáveis quanto à localização e à avaliação de impacte ambiental, evitando, assim, análises e processos decisórios desnecessários.

A decisão compete à comissão de avaliação comercial (COMAC) - que decide, ao nível da NUT III, os pedidos de autorização, com uma periodicidade mensal.

Simplificou-se também o licenciamento dos estabelecimentos comerciais não abrangidos pelo regime referido anteriormente, substituindo-se permissões administrativas aplicáveis aos estabelecimentos por uma mera comunicação prévia, no balcão único eletrónico, através da qual o agente económico se responsabiliza pelo cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ao seu estabelecimento. Este regime foi

aprovado pelo DL 48/2011, de 1 de abril comumente designado por Licenciamento Zero.
o.

Medida Prioritária 3.1.4

Racionalizar e qualificar os espaços para implantação e desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente industriais, e garantir o célere licenciamento e implementação das atividades (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Direção-Geral das Atividades Económicas; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Câmaras Municipais, Direções Regionais da Economia (extintas por força da entrada em vigor do D.L. nº 11/2014, tendo as suas atribuições no domínio da indústria, comércio e serviços sido integradas no IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., nos termos do D.L. nº 82/2014, de 20 de Maio, que altera a orgânica deste organismo).

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Todas as entidades públicas que nos termos do SIR devem ser consultadas no âmbito das respetivas atribuições e competências, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), a Direção-Geral de alimentação e Veterinária (DGAV), entre outras.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência para a Modernização Administrativa (AMA), como entidade responsável pelo desenvolvimento e administração da plataforma electrónica do licenciamento industrial/ balcão do empreendedor.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Continuar a proceder à revisão do diploma do SIR, tendo em vista a concretização dos princípios da desburocratização, da eficiência, da aplicação eficaz das práticas e procedimentos previstos no SIR;

Continuar a monitorizar a implementação do SIR, bem como os desenvolvimentos verificados nos processos que dele resultam;

Continuar a colaborar com outras entidades intervenientes direta ou indiretamente no licenciamento industrial.

Continuar o processo de simplificação dos regimes de autorização / comunicação comercial.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro e posteriores alterações), enquanto entidade Representativa de Interesses Públicos (ERIP) acompanhamos os planos de urbanização e os planos de pormenor, dando parecer, quando solicitado e participando nas Conferências de Serviços.

Intervenção de resposta aos agentes económicos em matéria referente à interpretação e aplicação do SIR.

Participação na elaboração de diplomas conexos com o licenciamento industrial.

Participação no processo de autorização comercial, harmonização de procedimentos entre a aplicar pela DGAE e as DRE, bem como participação na elaboração de projetos legislativos.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não aplicável.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Regulamentação do SIR, sendo que as Portarias relativas aos elementos instrutórios previstos no SIR e aos elementos instrutórios para instalação e exploração de ZER, só foram publicadas mais de um ano depois de ter entrado em vigor o Decreto-lei nº 169/2012, de 1 de Agosto, que aprova em anexo o SIR.

O funcionamento da plataforma electrónica, uma vez que as datas de disponibilização de serviços prevista no referido diploma, não foi cumprida nos prazos previstos.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Tem sido feito o acompanhamento dos licenciamentos na plataforma electrónica, tendo sido produzidos relatórios informativos para a tutela com alguma periodicidade.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Ausência de determinadas funcionalidades na plataforma electrónica, o que tem retardado a plena tramitação de procedimentos previstos no SIR, para o licenciamento industrial, qualquer que seja a tipologia.

A tramitação de processos de instalação e alteração de Estabelecimentos de tipologia 3, não passa em cerca de 40% pela plataforma electrónica. Isto porque cerca de 115 municípios nunca acederam ao Balcão do Empreendedor, ponto único de contato entre o industrial e a Administração Pública central ou local, nos termos do SIR. Neste enquadramento, é difícil apurar a representatividade deste tipo de estabelecimentos industriais no universo da atividade industrial do país.

Fraca adesão por parte da iniciativa privada à constituição e licenciamento de Áreas de Localização Empresarial (ALE), ao abrigo do Decreto-Lei nº 72/2009, de 31 de Março, que com a entrada em vigor do SIR, passaram a ser equiparadas para todos os efeitos legais a ZER (existem a nível nacional apenas 3 ZER - Cartaxo, Torres Novas e Rio Maior).

Atraso na implementação da plataforma eletrónica de suporte ao licenciamento zero, bem como fraca adesão dos municípios a esta plataforma.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Do ponto de vista da indústria, a DGAE não tem uma intervenção direta na qualificação de espaços industriais, sendo essa responsabilidade das Câmaras Municipais. Contudo, tem responsabilidades em matéria de produção legislativa.

Neste âmbito, o Decreto-Lei nº 70/2003, de 10 de abril, veio estabelecer o regime de licenciamento da instalação e alteração das áreas de localização empresarial (ALE), que são zonas territorialmente delimitadas e licenciadas para a instalação de determinado tipo de atividades económicas. Posteriormente, este regime jurídico foi reformulado pelo Decreto-lei nº 72/2009, de 31 de março e mais recentemente, com a entrada em vigor do SIR, foram criadas as ZER.
Embora este normativo tenha subjacente um incremento do investimento produtivo, criando condições mais favoráveis para instalação de empresas, nomeadamente através do enquadramento das políticas do ambiente e ordenamento do território, os objetivos parecem não ter sido atingidos na sua totalidade devido às contingências económicas que não foram favoráveis à dinamização do desenvolvimento industrial

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Alguns constrangimentos do ponto de vista tecnológico no funcionamento da plataforma conduziram a que a celeridade e desburocratização previstos no SIR e do Licenciamento Zero não tivessem sido concretizados com eficácia.

No âmbito das ALE e ZER, o licenciamento face ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) é muitas vezes um procedimento moroso e com custos de contexto que são significativos, o que no ambiente económico pouco favorável que o país tem atravessado nos últimos anos, constitui também um constrangimento ao investimento neste tipo de licenciamentos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Redução de prazos na obtenção de licenciamentos face aos regimes anteriores.

Redução de custos de contexto no âmbito dos licenciamentos industriais para algumas tipologias.

Redução de custos de contexto para a instalação de estabelecimentos comerciais.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Prevê-se uma maior simplificação do regime de autorização comercial no projeto de Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACS)

A8. Observações complementares

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 82/2014, de 20 de Maio, que altera a orgânica do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI, I.P.) foram transferidas para este Instituto as atribuições da DGAE nos domínios da indústria. Neste seguimento, e no que se reporta à programação 2014-2020, não se afigura oportuno que seja a DGAE a apontar sugestões objetivas, sendo que a matéria referente ao licenciamento industrial passou a ser da competência do IAPMEI, I.P.

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.2.*	*Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial.*

Medidas Prioritárias	*6.2.1*	*Atualizar e simplificar a base jurídica e os procedimentos administrativos com repercussão no ordenamento do território e no urbanismo, promovendo a sua eficiência e a melhor articulação entre as várias entidades públicas envolvidas (2007-2008).*
	6.2.2	*Simplificar o relacionamento dos cidadãos com as entidades com competência no licenciamento de projetos com impacte territorial, através da concentração dos serviços de atendimento e de processamento numa ótica de balcão único (2007-2009).*
	6.2.3	*Alargar as atribuições e competências das Autarquias Locais, aprofundando o processo de descentralização administrativa, rever os regimes jurídicos das Associações de Municípios e das Áreas Metropolitanas e reforçar as competências municipais em matéria de ordenamento do território, responsabilizando as Autarquias pela qualidade dos planos, pela sua conformidade com os instrumentos territoriais de ordem superior e pela sua execução em tempo útil (2007-2008).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.2.1

Atualizar e simplificar a base jurídica e os procedimentos administrativos com repercussão no ordenamento do território e no urbanismo, promovendo a sua eficiência e a melhor articulação entre as várias entidades públicas envolvidas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para a Modernização Administrativa; Governo com o apoio da Direção-Geral do Território e da Direção-Geral das Autarquias Locais

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território; Direção-Geral das Autarquias Locais; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não sabe

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

1 - Lei n.º 58/2007, de de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política

2 - Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro – alteração ao Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo), que permitiu um significativo incremento
da responsabilização municipal associada à simplificação de procedimentos, nomeadamente, através da alteração do regime aplicável à ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.

3 - Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro (Revisão do regime jurídico da urbanização e da edificação) e respetiva regulamentação;

Disponibilização por parte de alguns municípios de sistemas informáticos que permitem a tramitação desmaterializada dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas (sem informação estatística);

Disponibilização por parte da administração central, da plataforma eletrónica SIRJUE, para tramitação da desmaterializada das consultas às entidades externas aos municípios nos procedimentos previstos no RJUE.

Disponibilização dos mecanismos de interoperabilidade de sistemas entre a plataforma e as entidades envolvidas (Entidades externas, comissões de coordenação e desenvolvimento regional e municípios).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Em relação ao RJUE

1. R.H – Afetação de um Técnico superior a tempo inteiro para apoio técnico aos utilizadores da plataforma
2. R.F - Aquisição do sistema informático SIRJUE (software e hardware, entre outros): €1.578.501,37 + IVA (21%) = €1.909.986,66
3. R.P – Espaço físico e equipamentos informáticos e de comunicações necessários para equipar um P.T (Posto de Trabalho) e bem assim acomodar os servidores

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não sabe (da parte dos municípios e bem assim das entidades externas, em relação ao sistemas informáticos)

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não sabe

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março – alteração do regime jurídico da urbanização e da edificação

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Relatório Estatístico elaborado em Outubro de 2013 (Envia-se em anexo, conforme ficou acordado)							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

No que respeita à desmaterialização, no caso, aos sistemas informáticos previstos verificaram-se e continuam a verificar-se os seguintes constrangimentos:

a) Resistência de alguns municípios em aderir ao SIRJUE, ou seja, à utilização deste processo desmaterializado na tramitação dos processos de consulta às entidades externas;

b) Resistência de algumas entidades externas a consultar através do SIRJUE em aderir a este sistema informático e à desmaterialização processual, continuando a solicitar/aceitar os pedidos de parecer e as respetivas peças processuais em suporte de papel;

Na verdade, não obstante a disponibilização dos mecanismos de interoperabilidade destinada a cada tipo de entidade, tal não poderia, como facilmente se entenderá, ser ajustada na exata medida dos respetivos sistemas informáticos internos. É ainda necessário algum desenvolvimento por parte das entidades por forma a permitir pelo seu lado essa interoperabilidade, obviamente com custos para as mesmas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A intervenção das CCDR, enquanto entidades coordenadoras com capacidade para incluir / excluir entidades a consultar no âmbito dos procedimentos de controlo prévio, contribui para a prossecução dos objetivos específico e estratégico.

Por outro lado, a definição e harmonização de prazos no âmbito da consulta às entidades externas ter-se-á refletido na melhoria da qualidade da decisão dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Face aos constrangimentos apontados no âmbito da utilização/disponibilização dos sistemas informáticos verifica-se que nem todos os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas tiveram e têm uma tramitação desmaterializada como seria expetável.

Não é, no entanto, possível contabilizar a medida desse desvio. No que respeita ao número de câmaras municipais que utilizam a plataforma verifica-se que apenas 61% a utilizam (admitindo-se como provável que todas as câmaras municipais, desde 2008 terão solicitado pelo menos um parecer a uma entidade externa no âmbito do RJUE).

Alguma desarticulação entre o RJUE e regimes específicos que vinculam as entidades externas a consultar, nomeadamente, em matéria de prazos diferenciados, que têm vindo a ser aprovados posteriormente, compromete a correta utilização da plataforma SIRJUE enquanto pilar desta medida de simplificação.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Nas situações em que haja lugar a consulta de entidades externas aos municípios, a medida contribui para uma maior celeridade processual, diminuindo o prazo de resposta das Entidades da Administração Central objeto de consulta no âmbito do RJUE.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [x] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A resposta a este quesito (A7) tem exclusivamente a ver com a continuidade do funcionamento da plataforma informática relacionada com o SIRJUE, cuja monitorização se encontra a cargo da DGAL. Com especial relevância na eventual adaptação do SIRJUE à revisão em curso do regime jurídico da urbanização e da edificação.

Sobre a legislação enquadradora do Regime, esta Direção-Geral não é a entidade mais habilitada para se pronunciar.

Medida Prioritária 6.2.2

Simplificar o relacionamento dos cidadãos com as entidades com competência no licenciamento de projetos com impacte territorial, através da concentração dos serviços de atendimento e de processamento numa ótica de balcão único (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral das Autarquias Locais; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Revisão do regime jurídico da urbanização e da edificação, prevendo, ao nível dos municípios, a figura do gestor de procedimento, ao qual compete assegurar, o normal desenvolvimento da tramitação processual acompanhando, nomeadamente a instrução, o cumprimento de prazos, a prestação de informação e os esclarecimentos aos interessados.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não há informação

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não sabe

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

De forma colateral nesta matéria, o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, no âmbito do Licenciamento Zero viria a contemplar a possibilidade de, havendo lugar a procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas no âmbito do RJUE, ser a sua tramitação iniciada pelo interessado através do Balcão do Empreendedor. Esta plataforma não, é no entanto, da responsabilidade da DGAL pelo que se desconhece a sua utilização.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não há informação

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O gestor do procedimento enquanto elo de ligação entre o interessado e a entidade responsável pelos procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas não só permite a agilização da tramitação processual como maior transparência de todo o processo com benefício para o interessado mas também para o cidadão em geral.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Sem informação

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.2.3

Alargar as atribuições e competências das Autarquias Locais, aprofundando o processo de descentralização administrativa, rever os regimes jurídicos das Associações de Municípios e das Áreas Metropolitanas e reforçar as competências municipais em matéria de ordenamento do território, responsabilizando as Autarquias pela qualidade dos planos, pela sua conformidade com os instrumentos territoriais de ordem superior e pela sua execução em tempo útil (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo com o apoio da Direção-Geral do Território e da Direção-Geral das Autarquias Locais

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território; Direção-Geral das Autarquias Locais; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Revisão do regime jurídico das associações de municípios e das áreas metropolitanas;
- Alteração ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Leis n.ºs 45/2008 e 46/2008, ambas de 27 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não há informação

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não sabe

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não há informação

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A revisão do regime jurídico do associativismo municipal visou promover a articulação e coordenação e que exercitem formas de organização e gestão intermunicipal atendendo à diferenciação da realidade territorial portuguesa.

O novo regime dotou as entidades de um novo modelo de governação, de atribuições, recursos financeiros que, conjuntamente com um novo modelo de organização territorial em linha com o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, permitem uma melhor articulação entre a administração autárquica e central desconcentrada.

O Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro permitiu um significativo incremento da responsabilização municipal associada à simplificação de procedimentos, nomeadamente, através da alteração do regime aplicável à ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A criação de um modelo de gestão descentralizado do QREN com base no novo modelo de associativismo municipal permitiu estimular a elaboração de planos de desenvolvimento territorial com base nos quais foi possível contratualizar, nas regiões do Norte Centro e Alentejo, a gestão de mais de 1400 milhões de euros de FEDER, isto é, cerca de 30% dos Programas Operacionais Regionais (informação estatística obtida no artigo "O Novo Regime do Associativismo Municipal - CIM e Áreas Metropolitanas", de Eduardo Cabrita, in. Cadernos Municipais, 1/6/2009, Fundação Respublica)

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.2

Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O desenvolvimento e implementação de uma plataforma eletrónica como instrumento único para a tramitação das consultas às entidades externas aos municípios no âmbito dos procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas, a implementação da figura de entidade coordenadora nas comissões de coordenação e desenvolvimento regional, nas situações de consulta a duas ou mais entidades, a implementação do gestor do procedimento e a redução dos prazos de todo o procedimento repercutem-se no reforço das capacidades de gestão territorial pela melhoria da qualidade e agilidade processual, quer para a administração quer para o cidadão.

A alteração ocorrida às Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, introduzida pelo Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro ao Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro permitiu um significativo incremento da responsabilização municipal associada à simplificação de procedimentos, nomeadamente, através da alteração do regime aplicável à ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR: **RJUE – SIRJUE**

Câmara Municipal

No SIRJUE estão registadas todas as câmaras municipais com diferentes graus de utilização. Das 278 Câmaras Municipais, 187 (67%) já acederam ao SIRJUE e deram início à criação de um requerimento.

Quanto à utilização do Toolkit, algumas das Câmaras Municipais recorreram à implementação deste sistema de interoperabilidade, o qual permite relacionar o SIRJUE com as demais aplicações das Câmaras Municipais. Pelo que existem 120 CM com este sistema registado para utilização do SIRJUE.

No entanto, nem todas são utilizadoras efetivas, ou seja, apenas 169 Câmaras Municipais (61%) criaram e remeteram requerimentos para consulta das entidades da administração central ou similares, (Ver quadro seguinte).

Grau de utilização do SIRJUE – OUT2013

Câmaras Municipais – Portugal Continental

Tipo de utilização	Câmaras	%
Utilizadoras do SIRJUE	187	67%
Não utilizadoras do SIRJUE	91	33%
Total	**278**	**100%**
CM utilizadoras efetivas do SIRJUE	169	61%
CM não utilizadoras efetivas do SIRJUE	109	39%
Total	**278**	**100%**

Quanto ao número de utilizadores registados no SIRJUE, existem 2.056 registos distribuídos pelas 169 Câmaras Municipais utilizadoras efetivas do SIRJUE.

Quanto aos requerimentos elaborados pelas Câmaras Municipais, verifica-se que desde a entrada em funcionamento do SIRJUE, foram tramitados para consulta das várias entidades 19.117 requerimentos. Em 2012, foram gerados 5.495 requerimentos, o que representa 29% do total. Em 2013, registaram-se 4.536 requerimentos até ao mês de outubro.

No que respeita à utilização individual do SIRJUE por parte das Camaras Municipais, no quadro seguinte apresentamos as dez que geraram maior número de requerimentos desde a entrada em funcionamento do SIRJUE, mais de metade dos requerimentos totais das CM (54%). A CM de Lisboa registou 2.442 requerimentos (13%), a CM do Porto 1.739 (9%), a CM de Leiria 1.339 (7%) e a de Viana do Castelo 1.121 (6%).

Número de requerimentos criados e tramitados - 2008/OUT13		
Câmara municipal	**Nº**	**%**
Lisboa	2.442	13%
Porto	1.739	9%
Leiria	1.339	7%
Viana do castelo	1.121	6%
Cascais	799	4%
Coimbra	743	4%
Palmela	661	3%
Aveiro	491	3%
Batalha	484	3%
Sintra	424	2%
Subtotal	**10.243**	**54%**
Outas CM	8.874	46%
Total	**19.117**	**100%**

Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional

No quadro seguinte, apresentamos o número de requerimentos registados pelas CCDR enquanto entidade coordenadora, desde o início do SIRJUE, a qual atingiu um total de 3.351. Este valor não inclui os requerimentos em que a consulta é efetua diretamente pela CM às entidades externas, ou seja, apenas comtempla os requerimentos em que as CCDR coordenam ativamente o requerimento. As CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro são as que têm maior número de requerimentos tratados, 1.361 (41%) e 1.230 (37%), respetivamente.

Relativamente à tomada de decisão final, as CCDR não emitiram essa decisão em 257 requerimentos, cerca de 8% do total de 3.351 requerimentos.

CCDR – "Entidade Coordenadora" – SIRJUE – 2008/ OUT13

N.º requerimentos e de Utilizadores

CCDR	Requerimentos /pareceres		Parecerdes não emitidos	
	Nº	%	Nº	%
Alentejo	88	3%	57	22%
Algarve	275	8%	38	15%
Centro	1.230	37%	37	14%
Lisboa e Vale do Tejo	1.361	41%	118	46%
Norte	397	12%	7	3%
Total	**3.351**	**100%**	**257**	**100%**

Entidades externas (EAC)

No geral a atividade das entidades externas, registadas no SIRJUE (349), resultou na emissão de 18.992[15] requerimentos e de 45.595 pedidos de emissão de parecer.

Das EAC registadas e ativas no SIRJUE verifica-se que 194 EAC são utilizadoras efetivas do SIRJUE.

Atividade Geral das EAC – 2008/OUT13	
Designação	**Nº**
Total de requerimentos*1	18.992
Total de pareceres	45.595
Total de EAC registadas no SIRJUE	349
EAC utilizadoras efetivas do SIRJUE**	194
Total de utilizadores	3.578
*** O número total de requerimentos é apenas referente às EAC que estão ativas no SIRJUE.** **** N.º EAC com pelo menos um requerimento e que estão ativas no SIRJUE.**	

Quanto ao número de requerimentos encaminhados pelas CM, as EAC ativas no SIRJUE trataram no total 18.992 requerimentos. Em 2012, 4.951 requerimentos (26% do total) e no decorrer do ano de 2013, o número ascende aos 4.196 requerimentos.

[15] O número total de requerimentos apurado nas EAC não coincide o número total de requerimentos gerado pelas CM, devido à desativação no SIRJUE de entidades externas. Por isso o numero total de requerimentos apurado para as EAC é inferior ao valor apurado nas CM, bem como, os respetivos valores parciais referentes aos períodos em análise.

Número de requerimentos das EAC	
Período	**%**
2012	26%
2013 (JAN a OUT)	22%
Total SIRJUE	**100%**

Relativamente à distribuição dos requerimentos por tipo de parecer e por tipo de consulta, apresenta-se uma síntese no quadro seguinte: 85% dos pareceres solicitados pelas CM são objeto de despacho por parte das EAC e 13% dos requerimentos não são tratados pelas EAC, ou seja, não é proferida qualquer decisão sobre o pedido de parecer.

Quanto ao tipo de consulta, 87% dos pareceres são coordenados pelas CCDR e os restantes 13% resultam da consulta efetuada diretamente às EAC, por parte das Câmaras Municipais.

Número de requerimentos por tipo de parecer / tipo de consulta - 2008/OUT13					
			Total requerimentos	**Consulta direta à EAC**	**Consulta via CCDR à EAC**
Tipo de parecer	**Emitido**	**Nº**	16.093	1.890	**14.203**
		%	85%	76%	86%
	Não emitido	**Nº**	2.510	537	**1.973**
		%	13%	22%	12%
	Em curso	**Nº**	389	46	**343**
		%	2%	2%	2%
Total		**Nº**	**18.992**	**2.473**	**16.519**
		%	**100%**	**13%**	**87%**

Numa análise à atividade individual das EAC, verifica-se que as dez entidades com maior número de requerimentos representam 51% do total de requerimentos (9.663). O IGESPAR é a entidade com maior atividade de todas, criou 23% dos requerimentos e a ARH Tejo 2% dos requerimentos (987).

Número de requerimentos das EAC - 2012/OUT13			
EAC		**Nº**	**%**
IGESPAR		4.284	23%
ARH Tejo		987	5%
CCDR-LVT (a consultar)		761	4%
ANA - Aeroportos de Portugal		739	4%
EP - Leiria		665	4%
EDPD – DRC Tejo		522	3%
DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte		463	2%
ARH Norte		423	2%
ICNF, IP - DCNF Lisboa e Vale do Tejo		419	2%
ICNF, IP - DCNF Algarve		400	2%
	Subtotal	**9.663**	**51%**
Outras EAC		9.329	49%
	Total	**18.992**	**100%**

Entidade inquirida:

Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.3.*	*Definir e executar uma estratégia de conservação de solo*
Medidas prioritárias	*1.3.5*	*Definir e executar uma Estratégia Nacional de Geoconservação (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.4.*	*Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais*
Medidas prioritárias	*1.4.6*	*Articular a política de ordenamento e gestão sustentável da floresta com a política energética, aproveitando e organizando a recolha e o transporte dos resíduos florestais (biomassa) como fonte renovável de energia, designadamente para produção de eletricidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.8.*	*Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos*
Medidas Prioritárias	*1.8.1*	*Atualizar o cadastro e promover a criação de áreas de reserva e áreas cativas para a gestão racional dos recursos geológicos, reforçando a inventariação das potencialidades em recursos geológicos e mantendo um sistema de informação das ocorrências minerais nacionais (2007-2010).*
	1.8.2	*Monitorizar e fiscalizar a extração de recursos geológicos no âmbito da legislação específica do setor extrativo e da avaliação de impacte ambiental e assegurar a logística inversa dos resíduos da exploração mineira e de inertes com respeito pelos valores ambientais (2007-2013).*
	1.8.3	*Concluir o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Extrativas Desativadas, em execução para as minas e a finalizar na vertente das pedreiras, com incidência no conteúdo dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.9.*	*Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas*

Medidas Prioritárias	*1.9.2*	*Dinamizar uma maior participação das fontes renováveis de energia na produção de eletricidade e promover a utilização de tecnologias de captura e fixação de CO2 de molde a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) (2007-2013).*
	1.9.3	*Simplificar e agilizar os procedimentos de licenciamento das infraestruturas e equipamentos de produção de energia de fonte renovável, nomeadamente no interface entre a economia e o ambiente com respeito pelos procedimentos ambientais (2007-2008).*
	1.9.9	*Promover a qualidade ambiental e a eficiência energética dos edifícios e da habitação, nomeadamente desenvolvendo incentivos à incorporação de soluções de sustentabilidade no processo de construção e de reabilitação e através da revisão do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (RSECE) e ainda da implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar nos Edifícios (2007-2012).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.3.5

Definir e executar uma Estratégia Nacional de Geoconservação (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Energia e Geologia; Laboratório Nacional de Energia e Geologia (em função do conhecimento científico); Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; Direção-Geral do Património Cultural

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

"Roteiro das minas e dos pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal" http://www.roteirodeminas.pt/

DGEG – Direção Geral de Energia; EDM, SA – Empresa de Desenvolvimento Mineiro; Albigec - Entidade Empresarial Municipal; Associação Geoparque Arouca; Associação Geoparque Terras de Cavaleiros; Centro Ciência Viva de Estremoz; Centro Ciência Viva do Alviela; C.M.P. - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.; Fundação Frédéric Velge; Centro de Ciência Viva do Lousal; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Fundação Serrão Martins; Geoparque Açores; Grutas da Moeda; Instituto Superior de Engenharia do Porto; Instituto Superior Técnico; Junta de Freguesia de São Pedro da Cova; Laboratório Nacional de Energia e Geologia; Município de Aljustrel; Município de Cantanhede; Município de Marco de Canaveses; Município de Moncorvo e Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo; Município de Paredes; Município de Rio Maior; Município do Porto; Município de Valongo; Município de Vila Viçosa; Município de Viseu; Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; Museu Nacional de História Natural; Naturtejo, Empresa de Turismo; Sojitz Beralt Tin and Wolfram, Portugal S.A.; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; VitAguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-Industrial, E.M.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Todas as entidades elencadas no ponto anterior

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Relativamente à ação elaboração do "Roteiro das minas e dos pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal", identificada na alínea A2h como ação complementar a DGEG afetou 2 técnicos superiores (4%)

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Com a aprovação da Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos (RCM 78/2012) expressou-se a necessidade de aprovação de uma lei-quadro e respetiva legislação complementar.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Esta medida poderia passar pela criação de uma futura lei-quadro do património geológico e dos recursos geológicos que posteriormente seja regulamentada tendo em conta as diferentes funções desempenhadas pelos diferentes recursos patrimoniais existentes.

Não obstantes a ausência **Estratégia Nacional de Geoconservação** existem diversas iniciativas associadas à geoconservação, nomeadamente:

- Na legislação avulsa há classificações de locais com relevância geológica e mineira no âmbito do património cultural, entre outros, em matéria de arqueologia industrial (ex. mina de S. Domingos), do património arqueológico (ex. gruta do Escoural) e até classificações do património mineiro em zonas potenciais e concessionadas de recursos auríferos como o Complexo Mineiro do Vale Superior do Rio Terva (Boticas) e no âmbito da conservação da natureza, entre outros, as pegadas de dinossáurios da Pedreira do Galinha (Ourém/Torres Novas) ou os campos de lapiás da Granja dos Serrões (Sintra) e as decorrentes dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.
- No plano dos instrumentos de gestão territorial é também de registar que os PDM têm tratado da matéria respeitante aos recursos geológicos e património geológico integrando regras para

além da atividade extrativa.

- No plano de salvaguarda de recursos com interesse económico relevam as áreas cativas e de reserva (cfr. reserva da Falperra – Dec. Regulamentar n.º 6/2009).
- No plano do conhecimento científico o LNEG elaborou um levantamento de situações passíveis de classificação (cfr. geoportal) havendo também trabalhos realizados no âmbito universitário.
- No plano de classificações internacionais há que ter em conta a Rede Portuguesa de Geoparques tendo o Fórum Português de Geoparques sido criado em 2011 sob a égide da Comissão Nacional da UNESCO.
- A DGEG tem disponível, desde 2010, uma plataforma Web denominada "Roteiro das minas e dos pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal" que é uma iniciativa que envolve mais de três dezenas de entidades de diferente natureza e visa promover a divulgação de locais de relevância geológica e mineira no sentido da sua visitação.
- Houve classificações de alguns geosítios por parte do ICNF e locais de património geológico por parte da DGPC
- Há um levantamento por parte do LNEG de sítios com interesse geológico, mas que não têm estatuto legal

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não houve nenhum despacho que deliberasse a elaboração da **Estratégia Nacional de Geoconservação** durante o período de 2007-2013.

O património geológico e os recursos geológicos carecem de uma nova lei que especificadamente trate da necessidade de conservar recursos em função dos diferentes interesses ou valores que desempenhem.

O atual regime jurídico dos recursos geológicos apresenta uma vertente marcadamente económica mas o valor intrínseco dos recursos geológicos implica o estabelecimento de medidas que atendam às diferentes funções que desempenham no território sendo essencial a sua salvaguardar quer em termos de conservação quer em termos de assegurar o acesso à sua eventual exploração por via extrativa.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O património geológico e os recursos geológicos compreendem uma heterogeneidade de situações que não se esgotam no seu mero aproveitamento económico por extração e neste contexto a elaboração de uma lei-quadro complementada com outros instrumentos criaria as condições para o estabelecimento de medidas vocacionadas para a preservação do património geológico e mais especificamente de uma eventual "estratégia de geoconservação".

No entanto releve-se que no âmbito dos instrumentos de gestão territorial as questões conexas com o conhecimento, conservação e valorização dos recursos geológicos foram objeto de regulamentação ainda que não aprofundadamente.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Inexistência da lei-quadro que permitisse o desenvolvimento desta medida.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Aprovação de uma Lei-quadro que atribua estatuto legal à geoconservação

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.3

Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Ainda que não tenha sido aprovada e executada uma **Estratégia Nacional de Geoconservação** (2007-2013) no âmbito da sua intervenção, em termos de proteção do solo no âmbito dos recursos geológicos, a DGEG desenvolveu as seguintes ações:

Medidas de integração das questões dos solos:

a) Nos planos de exploração exigiu medidas para as terras de cobertura e para a recuperação das áreas objeto de exploração;

b) Nas instalações de resíduos exigiu medidas para evitar quaisquer contaminações com substâncias perigosas;

No âmbito da recuperação de minas abandonadas (concessão de recuperação atribuída pelo Estado à EDM, SA) e também de recuperação de pedreiras (questões de segurança de pessoas e bens) apreciou os projetos que lhe foram submetidos tendo em conta a recuperação dessas áreas degradadas.

Publicação da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos (RCM 78/2012)

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.4.6

Articular a política de ordenamento e gestão sustentável da floresta com a política energética, aproveitando e organizando a recolha e o transporte dos resíduos florestais (biomassa) como fonte renovável de energia, designadamente para produção de eletricidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e Direção Geral de Energia e Geologia

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Empresas do sector florestal e empresas de produção de eletricidade a partir de biomassa florestal

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	x	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Promover e apoiar a instalação de centrais dedicadas a biomassa florestal pelos promotores. Apoiar a elaboração e aprovação de planos de ação para 10 anos visando a sustentabilidade a prazo do aprovisionamento das centrais com biomassa florestal ou culturas energéticas;

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todas as previstas, sendo de assinalar:

i) a promoção e conclusão dos concursos públicos para a atribuição de potências de injeção na rede associadas à instalação de 15 centrais a biomassa florestal (BF);

ii) Atribuição de potências de ligação à rede e licenciamento de centrais a BF;

iii) Promoção da adoção de medidas de apoio à construção e exploração de centrais a BF, nomeadamente em matéria tarifária

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos da DGEG e da ex-DGRF

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A instalação e entrada em exploração de várias centrais a BF por motivo da superveniência da crise financeira que restringiu o crédito às empresas, levando alguns promotores a desistir e outros a fazer derrapar os projetos.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

As centrais de combustão de biomassa constituem investimentos produzidos por empresas privadas, às quais o Estado oferece condições fiscais e de remuneração garantida favoráveis na medida em que pretende favorecer a fileira da energia endógena. Procurou-se apoiar a atividade, através de medidas de apoio via tarifas (regime remuneratório garantido) e reescalonamento dos prazos de garantia de remuneração(de 15 para 20 anos, de modo a dar resposta aos problemas resultantes do contexto de crise de financiamento).

Este tipo de empresas / atividade apresenta uma capacidade relevante na criação e dinamização do emprego local.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º e potência instalada de Centrais dedicadas a BF	n.º/ kV	2/ 14,6	2006	12	2016-	11/ 123,3	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Informação estatística.

Reuniões com promotores e relatórios de progresso de cada empresa, os quais refletem as dificuldades reportadas, nomeadamente em matéria de financiamento,

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas. A superveniência do contexto de crise atrasou o desenvolvimento destas iniciativas, no que respeita à participação do setor privado que as deve executar.

Este recurso – biomassa florestal – é um recurso diferente dos outros recursos renováveis: o investimento nestes casos tem um risco muito elevado do aprovisionamento da matéria-prima.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Maior protagonismo dos resíduos florestais no contexto do mix das fontes renováveis de produção de eletricidade, o qual era praticamente inexistente em 2006; Maior dinamismo de organização do setor florestal e da criação de emprego local. A crise financeira impediu que o nº de centrais criadas no contexto do programa, apesar de muito significativo, ficou aquém do que estava previsto construir.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A instalação e entrada em exploração já autorizada de várias centrais a BF por motivo da superveniência da crise financeira que restringiu o crédito às empresas, que levou alguns promotores a desistir e outros a fazer derrapar os projetos

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação, sendo de assinalar a colocação da BF em posição relevante no mix das renováveis .

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

É relevante a continuidade da medida pelo impacto muito positivo na criação de emprego local e dinamização da economia local, havendo uma carteira de projetos de novas centrais ainda susceptíveis de serem construídas à medida que se forem atenuando os efeitos da crise financeira e do acesso ao crédito.

Medida Prioritária 1.8.1

Atualizar o cadastro e promover a criação de áreas de reserva e áreas cativas para a gestão racional dos recursos geológicos, reforçando a inventariação das potencialidades em recursos geológicos e mantendo um sistema de informação das ocorrências minerais nacionais (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direções Regionais de Economia; Municípios, LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia em matéria do potencial em recursos geológicos

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Atualização do Cadastro havendo dados disponíveis no site da DGEG;

No âmbito das áreas de reserva e áreas cativas, entre 2007 e 2010, somente se justificou a criação de 2 áreas de reserva: Seixal – Dec. Reg. n.º 1/2007; Dec. Reg. n.º 6/2009.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Atualização do Cadastro

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos da DGEG

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a referir

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a referir

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
n.º de licenças atribuídas (pedreiras)*		59	2007			254	2013
n.º de contratos de concessão assinados (minas)*		4	2007			36	2013
Área de Concessões Mineiras	ha					25 418,6 268	2014
Área de Concessões de Água Mineral Natural	ha					5 575,4 431	2014

*ver anexo

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim x Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas. Cadastro: Constrangimentos de transmissão de informação entre as entidades licenciadoras (DREconomia e Municípios) e a DGEG.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O Cadastro, enquanto base de dados, releva por dar indicações para as áreas importantes da indústria extrativa.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As realizações cumpriram os objetivos

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Cadastro: Maior acesso a dados possibilitando aos diferentes tipos de entidades uma informação fiável

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Cadastro: Fomento de uma maior interatividade com os utilizadores.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.8.2

Monitorizar e fiscalizar a extração de recursos geológicos no âmbito da legislação específica do setor extrativo e da avaliação de impacte ambiental e assegurar a logística inversa dos resíduos da exploração mineira e de inertes com respeito pelos valores ambientais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Energia e Geologia;

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direções Regionais de Economia; Municípios,

CCDR's e Agência Portuguesa do Ambiente em especial para AIA

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Atribuição de direitos de prospecção e pesquisa e de exploração:

- Contratos administrativos de prospecção e pesquisa
- Contratos de concessão de bens geológicos do domínio público
- Licenciamentos de exploração de recursos geológicos do domínio privado.

Acompanhamento e Fiscalização da atividade extrativa:

- Análise de planos e projetos;
- Apreciação de relatórios e de programas de trabalhos;

- Aprovação de projetos, planos e atividades;

Exigência de procedimento de AIA.

Aprovação de instalações de resíduos da indústria extrativa em explorações de recursos geológicos

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todas as referidas acima (A2c).

Análise de planos e projetos bem como apreciação de relatórios e de programas de trabalhos que resultam em contratos de atribuição de direitos ou em autorizações para atividades de exploração de recursos.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

6 assistentes técnicos e 14 técnicos superiores para a área das minas.

3 assistentes técnicos e 6 técnicos superiores para a área dos recursos hidrogeológicos e geotérmicos,

2 assistentes técnicos e 6 técnicos superiores para os hidrocarbonetos

DRE's para as pedreiras (cerca de 35)

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a referir

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Estabelecimentos em atividade de minerais	n.º	5	2008			5	2012

metálicos*							
Estabelecimentos em Atividade de minerais para construção*	n.º	827	2008			647	2012
Estabelecimentos em Atividade de Minerais Industriais	n.º	161	2008			150	2012
Estabelecimentos em Atividade de Águas Minerais e de Nascente	n.º	66	2008			64	2012

*Ver anexo

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Número de concessões (em 2013 > de 120)

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram identificadas dificuldades

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Com base nas ações acima elencadas conclui-se que se tem feito uma exploração sustentável de recursos geológicos. Esta medida reporta a uma das atividades essenciais da DGEG.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.8.3

Concluir o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Extrativas Desactivadas, em execução para as minas e a finalizar na vertente das pedreiras, com incidência no conteúdo dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. e Direção Geral de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O programa de recuperação abrange apenas os recursos geológicos do domínio público, tendo existido intervenção em mais de 50% da minas inventariadas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Contrato de concessão à EDM que é uma empresa de capitais públicos

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

EDM

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.8

Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Aprovação em 2012 da estratégia nacional dos recursos geológicos – recursos minerais, no período de 2007-2013, que é um documento fundamental para o estabelecimento de uma política integrada dos recursos geológicos.

Até então, havia um conjunto de instrumentos que apontava para a necessidade de uma gestão integrada dos recursos geológicos, mas ela era realizada através eminentemente de enquadramento legislativo

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.9.2

Dinamizar uma maior participação das fontes renováveis de energia na produção de eletricidade e promover a utilização de tecnologias de captura e fixação de CO2 de molde a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Laboratório Nacional de Energia e Geologia; Agência Portuguesa do Ambiente.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	**x**	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Concluir o edifício legislativo e regulamentar do acesso à produção de eletricidade de origem renovável

Concursos públicos para adjudicação de potências de injeção de energia elétrica de fonte renovável (eólica, biomassa florestal, hídrica e solar)

Atribuição de potências de injeção na rede e licenciamento de centrais de produção a partir de FER

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Elaboração e publicação da principal legislação de acesso às redes e à produção e venda de eletricidade de fonte renovável, incluindo a emissão de garantias de origem

Autorizações de acesso à rede e licenciamento de novas centrais ou remodelação de centrais existentes, nomeadamente, em execução de concursos públicos lançados para o efeito.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DGEG (mobiliza muitos recursos)

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Casos de licenciamentos de centrais renováveis e no caso de recursos hídricos a concessão de Título de Utilização do Domínio Hídrico que não foi possível concluir em virtude da superveniência da crise financeira e das restrições decorrentes do MoU

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Algumas concessões hídricas do PNBEP (RCM nº 47/2013, de 26 de julho)

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Percentagem das FER no consumo final bruto de: -energia - eletricidade	 % %	--	--	22.6	2012	 24,6 47,6	 2012 2012
Capacidade instalada de produção de eletricidade a partir de FER	MW	7009	2006	--	--	11052	2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Informação Estatística

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas. Deve ser de execução conjunta com o LNEG e APA. A superveniência do contexto de crise e o MoU obrigaram a uma retração e ajustamento destas medidas, que se refletiu na derrapagem ou abandono da realização de algumas novas centrais.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não obstante a relevância das realizações alcançadas, que permitiram a Portugal superar desde já algumas das metas acordadas com a União Europeia, deverá apostar-se na manutenção da prioridade das renováveis.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A medida tem alcançado os resultados esperados, não obstante a derrapagem da instalação e entrada em exploração (já autorizada) de várias centrais por motivo da superveniência da crise financeira que restringiu o crédito às empresas, e de moderação tarifária imposta pelo MoU, os quais levaram alguns promotores a desistir e outros a fazer derrapar os projetos

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais e de governação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Uma vez que algumas tecnologias renováveis atingiram maturidade, a medida deve privilegiar mais a aposta no mecanismo de remuneração baseado no mercado e menos na tarifa garantida e o valor desta deve basear-se nos preços de mercado.

Maior aposta na exportação utilizando os mecanismos de cooperação da UE

A8. Observações complementares

Sem prejuízo dos resultados alcançados considera-se que são de manter e acarinhar os investimentos nas energias renováveis.

Medida Prioritária 1.9.3

Simplificar e agilizar os procedimentos de licenciamento das infraestruturas e equipamentos de produção de energia de fonte renovável, nomeadamente no interface entre a economia e o ambiente com respeito pelos procedimentos ambientais (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Energia e Geologia; Agência Portuguesa do Ambiente, no caso dos recursos hídricos e enquanto autoridade de AIA

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território, Câmaras Municipais

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais, Associações empresariais

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	**x**	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Continuação e conclusão do processo de enquadramento legislativo na área da energia em especial no respeitante à simplificação e ao novo quadro remuneratório

Instalação e operacionalização das plataformas eletrónicas de suporte ao licenciamento

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

1. 1 - Enquadramento legislativo e regulamentar – diplomas pulicados:

Decreto-Lei nº 225/2007, de 31 de Maio: – Procede à concretização de um conjunto de medidas ligadas

às energias renováveis previstas na estratégia nacional para a energia, estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2005, de 24 de Outubro;

DL 363/2007, de 2 de Novembro – aprova o regime jurídico da microprodução, alterado pelo DL 118-A/2010, de 25 de Outubro e DL 25/2013, de 19 de fevereiro;

DL nº 182/2008, de 4 de Setembro: – estabelece o regime de implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico

Resolução da Assembleia da República nº 12/2009, de 2 de Março: – Recomenda ao Governo a adopção de medidas de promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril – aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020)

Decreto-Lei n.º 51/2010 de 20 de Maio – sobreequipamento de centrais eólicas;

Resolução do Conselho de Ministros nº 72/2010, de 10 de Setembro: – Prevê o lançamento, durante os anos de 2010 e 2011, de procedimentos concursais de iniciativa pública, em várias regiões do País, para a adjudicação de centrais mini-hídricas, tendo em vista alcançar a meta de atribuição de potência estabelecida na Estratégia Nacional para a Energia 2020.

Decreto-Lei nº 126/2010, de 23 de Novembro: – Estabelece o regime de implementação dos aproveitamentos hidroeléctricos a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 72/2010, de 10 de Setembro.

Decreto-Lei nº 132-A/2010, de 21 de Dezembro (suplemento): – Aprova, no âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, o regime de atribuição de capacidade de recepção na Rede Eléctrica de Serviço Público (RESP) para energia eléctrica produzida a partir de centrais solares fotovoltaicas, incluindo a tecnologia solar fotovoltaica de concentração e pontos de recepção associados, mediante iniciativa pública.

DL n.º 141/2010 de 31 de Dezembro – transpõe parcialmente a Directiva 2009/28/CE, estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final bruto de energia e para a quota de energia proveniente de fontes renováveis consumida nos transportes e o mecanismo de emissão de garantias de origem para a electricidade, alterado e republicado pelo DL 39/2013, de 18 de março;

DL 5/2011, de 10 de janeiro - estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa, para garantir o abastecimento das centrais dedicadas de biomassa florestal, alterado pelo DL nº 179/2012, de 3 de agosto;

DL 34/2011, de 8 de Março – aprova o regime jurídico da miniprodução, entretanto alterado e republicado pelos DL 118-A/2010, de 25 de Outubro e DL 25/2013, de 19 de fevereiro:

DL 78/2011, de 20 de Junho – altera e republica o DL 29/2006 e transpõe a Directiva 2009/72/EC;

Decreto-Lei nº 25/2012, de 6 de fevereiro – suspende com efeitos imediatos a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) nos termos e ao abrigo dos artigos 4º e 10º do Decreto-Lei nº 312/2001, diploma que regula o acesso às redes;

Despacho nº 3316/2012, de 27 de fevereiro, D.R. (II série) de 6 de março: – Determina que enquanto se mantiver suspensa a atribuição de potências de injeção na Rede Elétrica de Serviço Público, nos termos do Decreto-Lei nº 25/2012, de 6 de fevereiro, as autoridades competentes na área dos recursos hídricos devem emitir informações prévias desfavoráveis ou indeferimentos liminares, consoante os casos, aos pedidos e requerimentos de atribuição de novos títulos de utilização dos recursos hídricos para fins de produção de energia a partir de centrais mini-hídricas, nos termos do nº 3 do artigo 11º e do nº 4 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio.

DL 215-A/2012, de 8 de outubro – altera e republica o DL 29/2006 e conclui a transposição do MI Eletricidade;

DL 215-B/2012, de 8 de outubro – altera e republica o DL 172/2006 e completa a transposição da Diretiva do MI Eletricidade;

DL 35/2013, de 28 de fevereiro – regula a adesão pelos titulares de centrais eólicas a um regime remuneratório alternativo durante um período adicional;

Portaria 237/2013, de 24 de julho – regulamenta o acesso a produção de eletricidade a partir de FER mediante procedimento de comunicação prévia, aplicável a pequenas unidades no âmbito do regime remuneratório não garantido;

Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2013, de 26 de julho: – Determina a redefinição dos prazos para a finalização da construção das infraestruturas relativas aos aproveitamentos hidroelétricos incluídos no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH).

Portaria nº 243/2013, de 2 de agosto – estabelece os termos, condições e critérios de atribuição de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público (RESP), bem como da obtenção da licença de produção de energia elétrica no âmbito do regime especial da remuneração garantida, respetivos prazos de duração, condições de manutenção e de alteração.

1.2 - Enquadramento legislativo e regulamentar – diplomas em preparação ou em procedimento legislativo:

Regime jurídico do sobreequipamento e a potência adicional de centrais eólicas;

Regime jurídico das infraestruturas elétricas de abastecimento público e das servidões de linha elétrica;

Regime jurídico das instalações elétricas de serviço particular;

Regime jurídico da produção de eletricidade para consumo próprio (autoconsumo) e da pequena produção distribuída;

Regulamento de Segurança das Linhas Elétricas:

Transposição da nova Diretiva da Eficiência Energética e revisão do regime jurídico da cogeração;

3 - Instalação de plataformas eletrónicas para suporte ao licenciamento

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos da DGEG

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Instalação das plataformas eletrónicas ainda em curso

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas decorrente do contexto de crise financeira e das medidas do MoU. Deve ser de execução conjunta com o MAOTE (APA e OT). O pacote legislativo da área da energia contempla medidas de agilização também na área do ambiente e OT, que cabe ao MAOTE implementar.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não obstante a relevância das realizações deverá apostar-se na manutenção do objetivo de fomento das renováveis, de consolidação e simplificação legislativa e agilização dos procedimentos.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As medidas alcançaram os objetivos propostos

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais e de governação. A simplificação legislativa contribuiu em muito para facilitar a instalação de projetos de renováveis. A implementação de projetos no âmbito das energias renováveis são projetos que resultam em grande parte dos apoios dos estatais, atualmente já existem iniciativa sem apoio do Estado, o que em grande medida resulta da recente legislação aprovada.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Maior enfâse no recurso a plataformas eletrónicas de tramitação dos procedimentos para facilitar a agilizar a interação entre os interessados e a administração

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.9.9

Promover a qualidade ambiental e a eficiência energética dos edifícios e da habitação, nomeadamente desenvolvendo incentivos à incorporação de soluções de sustentabilidade no processo de construção e de reabilitação e através da revisão do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (RSECE) e ainda da implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar nos Edifícios (2007-2012).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Intervenientes e competências do SCE:

- Supervisão: Direção-Geral de Energia e Geologia no que respeita à certificação e eficiência energética e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para a qualidade do ar interior dos edifícios.
- Gestão: Agência para a Energia (ADENE).
- Peritos Qualificados (PQ´s): Técnicos responsáveis pela condução do processo de certificação dos edifícios e emissão dos respetivos certificados, sendo os agentes que no terreno asseguram a operacionalidade do SCE. No Portal do SCE encontra-se disponível uma Bolsa de PQ´s.
- Fiscalização: a ADENE fiscaliza o trabalho de certificação dos peritos qualificados, com base em critérios de amostragem aprovados pelas entidades responsáveis pela supervisão do SCE.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Os promotores ou proprietários de edifícios ou equipamentos são responsáveis, em primeira instância, pelo cumprimento das obrigações decorrentes do SCE.

As entidades competentes para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação são, na área da certificação energética, a Direção-Geral de Geologia e Energia e, para a certificação da qualidade do ar interior, a Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Não.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar nos Edifícios (SCE)

Criação e operacionalização da plataforma eletrónica de suporte à certificação (portal do SCE)

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A Diretiva 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios estabeleceu o enquadramento geral para uma metodologia de cálculo do desempenho energético integrado dos edifícios, aplicação dos requisitos mínimos para o desempenho energético dos novos edifícios bem como dos grandes edifícios existentes que sejam sujeitos a importantes obras de renovação, certificação energética dos edifícios e a inspeção regular de caldeiras e instalações de ar condicionado nos edifícios e, complementarmente, a avaliação da instalação de aquecimento quando as caldeiras tenham mais de 15 anos.

Especial destaque para a obrigatoriedade da implementação de um sistema de certificação energética com vista a informar o cidadão sobre a qualidade térmica dos edifícios, aquando da construção, venda arrendamento ou locação dos mesmos, permitindo aos futuros utilizadores a obtenção de informações sobre os consumos de energia potenciais (para novos edifícios), reais ou aferidos para padrões de utilização típicos (para edifícios existentes).

Esta Diretiva foi transposta para o direito nacional através de três Decretos-Lei:

- n.º 78/2006, de 4 de abril, que define o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior (SCE); que tem por objetivos, entre outros: assegurar a aplicação regulamentar no que respeita às condições de eficiência energética e à utilização de sistemas de energias renováveis de acordo com as exigências e disposições contidas no RSECE e no RCCTE; certificar o desempenho energético nos edifícios; identificar as medidas corretivas ou de melhoria de desempenho energético aplicáveis aos edifícios e respetivos sistemas energéticos, em particular, caldeiras e equipamentos de ar condicionado;
- n.º 79/2006, de 4 de abril, Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização dos Edifícios (RSECE), que estabelece as condições a observar no projeto relativas aos requisitos em termos de conforto térmico, renovação, tratamento e qualidade do ar interior, que devem ser assegurados em condições de eficiência energética através da seleção adequada de equipamentos, bem como, os limites máximos de consumo de energia nos grandes edifícios de serviços existentes, bem como os limites de potência aplicáveis aos sistemas de climatização a instalar nesses edifícios;
- n.º 80/2006, de 4 de abril, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE), que indica as regras a observar no projeto de todos os edifícios de habitação e dos edifícios de serviços sem sistemas de climatização centralizados de modo que as exigências de conforto térmico, de aquecimento ou de arrefecimento, bem como as necessidades de água quente sanitária, possam vir a ser satisfeitas sem dispêndio excessivo de energia.

Em 2010, a Diretiva 2002/91/CE foi reformulada pela Diretiva 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio, lançando um conjunto de novos desafios, parte deles alavancados com o Certificado Energético. Assim, com a sua transposição para Portugal, será de esperar uma maior visibilidade por parte da certificação energética, quer nos edifícios novos e reabilitados, bem como nos objetos de transação ou arrendamento, com destaque para os que são publicitados, que devem indicar a classe energética. Adicionalmente, os grandes edifícios de comércio e serviços bem como os edifícios públicos têm um dever de avaliar periodicamente o seu potencial e assim, constituir-se como exemplo na dinamização da certificação energética.

Neste sentido, os Decretos-Lei n.ºs 78/2006, 79/2006 e 80/2006, foram objeto de um processo de revisão, com uma abordagem já orientada às exigências da nova Diretiva. A nova legislação foi publicada em 2013.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos da DGEG e da ADENE.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram todas contempladas. O SCE encontra-se em implementação.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Certificados Energéticos emitidos (2007-2012)	Nº					555000	2007 a 2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

No Portal SCE encontra-se toda a informação sobre o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), bem como as funcionalidades previstas nesse âmbito, designadamente a emissão de certificados energéticos, pesquisa de Peritos Qualificados, identificação de edifícios certificados e estatística relevante relacionada com o SCE.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A implementação do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (EPBD) em Portugal já atingiu o seu ponto de maturação. A implementação teve início em 2007, com base nos três Decretos-Lei publicados em 2006, que recentemente foram revistos.

Em 2011 verificou-se uma diminuição do nº de certificados energéticos emitidos devido à crise económica e financeira.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O SCE é uma das medidas do Plano Nacional de Ação para e Eficiência Energética (PNAEE), cuja implementação contribui para atingir as metas nacionais e europeias em termos de eficiência energética.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O balanço do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE) é claramente positivo.

O SCE tem sido considerado como um modelo exemplar e dos mais avançados a nível europeu e reconhecido como um modelo de boas práticas quando comparados com os restantes. O objetivo de conseguir certificar os edifícios nas fases de projeto, construção, venda e arrendamento foi atingido. No que se refere aos grandes edifícios de serviços (mais de 1000 m^2) as expetativas ficaram abaixo do que seria desejável, umas vez que grande parte deles ainda não tem CE, provavelmente por falta de uma fiscalização mais eficaz e efetiva. No campo da formação de técnicos, em especial de PQ, apesar de exigente, o mercado não sentiu falta de profissionais para a procura registada. A fiscalização, embora tenha sido iniciada tardiamente e de existirem ainda aspetos a afinar soube dar resposta à dimensão do sistema, recorrendo frequentemente a soluções mais pedagógicas do que punitivas.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A certificação energética de edifícios permite aos utilizadores dos edifícios obter informação sobre o desempenho energético dos mesmos. Para além desse aspeto serve igualmente, em contexto de edifícios novos, de mecanismo de verificação do cumprimento dos requisitos térmicos a que esses edifícios estão sujeitos. Já no que respeita aos edifícios existentes, reveste de importante elemento de promoção, bem como de identificação de quais as medidas que podem conduzir a uma melhoria no

desempenho energético e conforto.

Estes são aspetos chave, uma vez que permitem aos utilizadores dos edifícios reduzir a sua fatura energética.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Existem características idênticas, mas também outras, já que a revisão da legislação visa a melhoria e a clarificação de alguns procedimentos face à prática e experiência adquiridas com a implementação do SCE, bem como a adequação às novas exigências decorrentes da reformulação da Diretiva 2010/31/UE. Este novo pacote legislativo foi publicado em 2013:

O Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto (retificado pela Declaração de retificação n.º 41/2013, de 17 de outubro), transpôs para o direito nacional a Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao desempenho energético dos edifícios, revendo a legislação nacional referente ao SCE em vigor desde 2006. Neste diploma estão incluídos o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS).

O SCE tem por objetivos, entre outros: assegurar a aplicação regulamentar no que respeita às condições de eficiência energética e à utilização de sistemas de energias renováveis de acordo com as exigências e disposições contidas no REH e no RECS; certificar o desempenho energético nos edifícios; identificar as medidas corretivas ou de melhoria de desempenho energético aplicáveis aos edifícios e principais tipos de sistemas técnicos dos edifícios, ficando assim, igualmente sujeitos a padrões mínimos de eficiência energética, os sistemas de climatização, de preparação de água quente sanitária, de iluminação, de aproveitamento de energias renováveis de gestão de energia.

O Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) estabelece os requisitos para os edifícios de habitação, novos ou sujeitos a intervenções, bem como os parâmetros e metodologias de caracterização do desempenho energético, em condições nominais, de todos os edifícios de habitação e dos seus sistemas técnicos, no sentido de promover a melhoria do respetivo comportamento térmico, a eficiência dos seus sistemas técnicos e a minimização do risco de ocorrência de condensações superficiais nos elementos da envolvente.

O Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS) estabelece as condições a observar no projeto, construção, alteração, operação e manutenção de edifícios de comércio e serviços e seus sistemas técnicos, bem como os requisitos para a caracterização do seu desempenho, no sentido de promover a eficiência energética e a qualidade do ar interior.

Na sequência do Decreto-Lei n.º 118/2013, foi publicada a seguinte legislação complementar:

- Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto: Aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado (PQ) para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas (TIM).
- Portaria n.º 249-A/2013, de 29 de novembro: Determina as competências da entidade gestora do SCE, regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do PQ.
- Portaria n.º 249-B/2013, de 29 de novembro: Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.
- Portaria n.º 249-C/2013, de 2 de dezembro: Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.
- Portaria n.º 249-D/2013, de 2 de dezembro: Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.
- Despacho 15793-C/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificado e certificado do sistema de certificação energética (SCE) a emitir para os edifícios novos, sujeitos a grande intervenção e existentes.
- Despacho 15793-D/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação dos fatores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.
- Despacho 15793-E/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação das regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções e existentes, nas situações em que se verifique impossibilidade ou limitação no acesso a melhor informação.
- Despacho 15793-F/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação dos parâmetros para o zonamento climático e respetivos dados.
- Despacho 15793-G/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação dos elementos mínimos a incluir no procedimento de ensaio e receção das instalações e dos elementos mínimos a incluir no plano de manutenção (PM) e respetiva terminologia.
- Despacho 15793-H/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação das regras de quantificação e contabilização do contributo de sistemas para aproveitamento de fontes de energia renováveis, de acordo com o tipo de sistema.
- Despacho 15793-I/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação das metodologias de cálculo para determinar as necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas

quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

- Despacho 15793-J/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação das regras de determinação da classe energética.
- Despacho 15793-K/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação de parâmetros térmicos.
- Despacho 15793-L/2013, de 3 de dezembro: Procede à publicação da metodologia de apuramento da viabilidade económica da utilização ou adoção de determinada medida de eficiência energética, prevista no âmbito de um plano de racionalização energética.
- Portaria n.º 353-A/2013, de 4 de dezembro: Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.9

Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Portugal apresentou no período 2007-2013 um avanço assinalável na produção de energia a partir de fontes renováveis, antecipando o cumprimento de algumas das metas colocadas pela União Europeia neste campo. A realização das medidas 1.9.3 e 1.9.2 em muito contribuíram para cumprir este objetivo.

O balanço do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE) é claramente positivo como se evidencia pelo n.º de CE emitidos, conforme quadros supra

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Indicadores de cumprimento das metas

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Ver 1.9.2. quadro A 3a							

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 1.8 e 1.9

Justificação sucinta da resposta anterior:

Os objetivos 1.8. e 1.9. integram as áreas de atuação essenciais da DGEG, mantendo a sua pertinência para o período 2014-2020

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) -

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Estratégia Nacional para a Energia

Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER)

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.7.*	*Executar a Estratégia Nacional para o Mar*
Medidas Prioritárias	*1.7.1*	*Implementar a Estratégia Nacional para o Mar e promover o aproveitamento do seu potencial estratégico no quadro da execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2007-2015).*
	1.7.2	*Implementar a Comissão Interministerial e Assuntos do Mar (CIAM), de forma a promover a articulação e coordenação das entidades intervenientes nos assuntos do mar e a coordenar as contribuições e posições nacionais para a definição de uma política europeia para os assuntos do mar (2007-2008).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.7.1

Implementar a Estratégia Nacional para o Mar e promover o aproveitamento do seu potencial estratégico no quadro da execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2007-2015).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Política do Mar

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A RCM n.º 12/2014, de 12 de fevereiro aprova a ENM 2013-2020 e revoga a RCM n.º 163/2006, de 12 de dezembro que publicava a Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2006-2016).

A execução da ENM 2013-2020, nomeadamente o seu Plano de Ação, compete aos diferentes Ministérios com tutela nas diversas áreas com repercussão no Mar, nomeadamente os que têm assento na CIAM, designadamente os seguintes:

Ministro de Estado e das Finanças;

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros;

Ministro da Defesa Nacional;

Ministro da Administração Interna;

Ministro da Economia e do Emprego;

Ministra da Agricultura e do Mar;

Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia;

Ministro da Saúde;

Ministro da Educação e Ciência;

e as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira;

não sendo displicente o contributo das universidades e institutos politécnicos e dos agentes privados nos resultados nomeadamente no que concerne ao crescimento da economia do mar.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Com enquadramento da resposta ao ponto A1b é de referir que todas entidades com responsabilidades na implementação da ENM e respetivo Plano de Ação poderão dispor de informação relevante, ainda que parcelar, para a aferição desta medida.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As principais ações definidas para a execução das medidas são as que foram identificadas na RCM n.º 163/2006, de 12 de dezembro, que aprova a Estratégia Nacional para o Mar para o período de 2006 a 2016 (ENM 2006-2016) e mais recentemente no Plano de Ação Mar-Portugal (PMP), que consubstancia a visão da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e compreende a soma de todos programas, projetos, e ações sectoriais e transectoriais, públicos e privados que decorrem da ENM 2013-2020, aprovada pela RCM n.º 12/2014, de 12 de fevereiro. O Plano de Ação é um documento dinâmico que vai sendo atualizado quando existem novas intenções de projetos ou quando estes são finalizados.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A implementação da ENM 2006-2016 possibilitou a concretização de um conjunto de ações nos domínios da identidade marítima e afirmação internacional, capacitação e conhecimento, e governação marítima. Destaque ainda para a dinamização da sensibilização e mobilização da sociedade portuguesa para a importância do mar, a nível nacional, regional e local, nomeadamente através do desenvolvimento do projeto «Kit do Mar», um recurso educativo adaptado aos diferentes ciclos do ensino básico (pré-escolar, 1º ciclo e 2º-3º ciclos) e enquadrado nas respetivas orientações.

Foi também desenvolvido um primeiro exercício para o ordenamento do espaço marítimo nacional que permitiu conhecer os usos e atividades existentes e potenciais, dando resposta a um dos pilares estratégicos da ENM 2006-2016.

Concluída a primeira proposta para o Simplex Mar.

Igualmente se destacam as ações relativas à apresentação, em 2009, da proposta portuguesa de extensão da plataforma continental junto da ONU e a sua apresentação, em 2010, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

São também de referir as iniciativas desenvolvidas tendo em vista assegurar a presença de Portugal nos fora internacionais de decisão, nomeadamente na integração de um membro Português na CLPC e de um representante português para a «Legal and Technical Commission» da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (AIFM).

Foi desenvolvido um papel determinante na elaboração da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico, apresentada em 2011, em Lisboa, bem como na preparação do respetivo Plano de Ação, apresentado em Março de 2013, em Cork, na Irlanda, e que dá forma às ações para a área do atlântico, que permitirá realizar o potencial da "economia azul", direcionando os investimentos, aumentando as capacidades de investigação e reforçando as competências, identificando as prioridades e os eixos estratégicos de ação

É ainda de referir, neste âmbito, a participação ativa de Portugal no projeto «BluemassMed», um projeto piloto europeu para a integração da vigilância marítima na área do Mediterrâneo e suas

aproximações atlânticas, que também contou com a participação de Espanha, França, Grécia, Itália e Malta.

No âmbito da cooperação europeia, é ainda de mencionar o sistema europeu de vigilância das fronteiras (EUROSUR), que permite que UE e Estados -Membros disponham de instrumentos cada vez mais adequados para assegurar uma eficaz prevenção contra a imigração ilegal, nomeadamente tendo em vista evitar a perda de vidas humanas, assim como combater atividades ilegais e criminosas nas fronteiras marítimas da União Europeia.

Outro projeto a título de exemplo, o projeto «M@rBis - Sistema de Informação para a Biodiversidade Marinha», o qual visa guardar e gerir os dados georreferenciados respeitantes às espécies e habitats existentes nas águas sob jurisdição nacional, os quais estavam inicialmente dispersos por várias instituições e em diversos formatos.

Foram desenvolvidas as Estratégias Marinhas para as Subdivisões do Continente e da Plataforma Continental Estendida, ao abrigo da Diretiva Quadro Estratégia Marinha.

Foi efetuada a revisão da própria Estratégia, tendo sido formulado um novo modelo para o desenvolvimento do Oceano e das Zonas Costeiras, em linha com os desígnios que se colocam ao nível europeu para o horizonte 2020 e que se concretiza através do seu plano de ação, Plano Mar Portugal. A ENM 2013-2020 e o Plano Mar-Portugal resultaram do esforço concertado das entidades que integram a CIAM e dos contributos da sociedade civil recebidos ao longo do processo de elaboração e em particular durante o período de consulta pública. Neste contexto foi efetuado um primeiro exercício de caracterização da economia do mar em Portugal.

O Plano de Ação Plano Mar-Portugal (PMP) consubstancia a visão da Estratégia Nacional para o Mar que apresenta o Mar Portugal como um desígnio nacional cujo potencial será concretizado pela valorização económica, social e ambiental do Oceano e das Zonas Costeiras, para benefício de todos os portugueses. O PMP compreende um conjunto de programas de ação e projetos, públicos e privados que serão desenvolvidos, enquadrados pelos documentos estratégicos nacionais e europeus, nas áreas transversais, num processo de gestão dinâmica, aferido periodicamente, sob a coordenação da DGPM, pela estrutura de reflexão estratégica sobre o Mar, a CIAM.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A avaliação da ENM 2013-2020 será desenvolvida anualmente através do respetivo programa de monitorização do Plano Mar Portugal e da monitorização estratégica cujos instrumentos estão em desenvolvimento dada a recente publicação da ENM 2013-2020.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não se identificam medidas previstas que não tenham sido realizadas.

A Revisão da Estratégia Nacional para o Mar 2006 (ENM 2006-2016) é o reflexo de uma reflexão sobre a oportunidade de proceder à sua revisão e atualização tendo em conta às alterações verificadas no quadro da União Europeia e em particular as que resultaram dos ciclos de planeamento estratégico, associados ao facto de não existir um plano de ação associado à execução da ENM 2006-2016, ainda que estivesse previsto um processo de acompanhamento e avaliação.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Por inexistência de um plano de ação com a identificação de um conjunto de programas de ação e projetos, com a identificação de metas temporais associadas à sua concretização, a monitorização das ações não era efetuada de forma sistematizada, pelo que não se dispõe de informação que permita ter a resposta solicitada.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Foi desenvolvida a Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico e respetivo Plano de Ação que constitui um documento de referência para os Estados-Membros da Região Atlântica, em que Portugal se inclui, poderem fomentar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo nas zonas costeiras, reduzindo a pegada de carbono, garantindo a utilização sustentável dos recursos naturais no mar, respondendo às ameaças e às situações de emergência e implementando uma abordagem ecossistémica.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A implementação da ENM 2013-2020 será alvo de constante monitorização e avaliação, de forma a permitir, por um lado, aferir do grau de prossecução dos objetivos estabelecidos, e, por outro, assegurar a sua revisão e atualização, sempre que se verifiquem alterações de contexto significativas que o justifiquem.

A DGPM garantirá, em articulação com o grupo de pontos focais da CIAM, a adequada monitorização a vários níveis de atuação, segundo várias vertentes, e proporá as alterações consideradas necessárias para o realinhamento/aperfeiçoamento do PMP, como plano de ação da ENM 2013-2020, propondo à CIAM novos programas de ação (PA) ou projetos ou propostas de correção aos programas e projetos em execução.

A estruturação adotada para a ENM2013-2020, permitirá aferir, com objetividade, a evolução da

situação, ao nível da execução e da eficácia das ações, avaliando objetivos e identificando os respetivos indicadores e metas, nomeadamente ao nível estratégico (objetivos estratégicos) e, relacionados com estes, ao nível de cada Área Programática (AP).

Em cada uma das AP, a ENM 2013-2020 estabelece os objetivos para os respetivos PA e os efeitos esperados a curto e médio prazos que, na fase de execução da estratégia, permitirão aos grupos de trabalho, constituídos por representantes de todas as tutelas envolvidas e por outros parceiros relevantes, desenvolver os mesmos, de forma adequada.

Os PA estabelecem para um determinado período e/ou área geográfica específica, as concretizações pretendidas e identificam as características dos projetos que as devem materializar, identificando e sugerindo também possíveis fontes de financiamento e recursos de outra natureza.

Neste processo de monitorização assume um papel fundamental o grupo de pontos focais da CIAM, coordenados pela DGPM, e que asseguram o acompanhamento dos diversos planos de ação e projetos, desenvolvendo um trabalho de articulação e integração entre todos os intervenientes na sua concretização. Esse acompanhamento é reportado à DGPM através de um ambiente colaborativo dedicado e da realização de reuniões com uma periodicidade trimestral, ou outra que venha a ser determinada. Com base nesta avaliação e, em conjunto com a análise simultânea de outros indicadores do PMP e também de indicadores externos, a DGPM procederá, caso se justifique, à elaboração de propostas de revisão da ENM 2013-2020, a submeter à CIAM para aprovação.

Para efeito do estabelecimento da monitorização ENM 2013-2020, a mesma compreende o projeto SeaMInd – Monitorização e indicadores, que tem como objetivo a identificação do conjunto de indicadores mais relevantes para a monitorização da ENM 2013-2020, e que está a ser desenvolvido com base na constituição de grupos de trabalho em áreas estratégicas, estando já constituído o grupo de trabalho do setor da pesca, aquicultura e indústria do pescado.

De salientar ainda o desenvolvimento de um projeto-piloto, Conta Satélite para o Mar, que visa avaliar a possibilidade de implementar uma conta satélite específica para o Mar, no âmbito das contas nacionais do INE.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A transversalidade do Programa Mar-Portugal, com projetos de muitas áreas e da responsabilidades de um grande número de tutelas, associado à natureza dos diferentes pilares a serem monitorizados (componentes economia, ambiente, social e governação) torna a monitorização complexa e dependente de um conjunto de informação a disponibilizar por agentes externos à DGPM, ainda que não encerre em si mesma uma dificuldade.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A execução da medida é intrínseca ao cumprimento do objetivo específico, uma vez que a execução da ENM enquanto objetivo depende da implementação da ENM enquanto medida.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Alcançaram e superaram na medida que foi concluída a revisão do documento inicial, encontrando-se a ENM 2013-2020 em fase de implementação.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Afirmação da identidade marítima e afirmação internacional, capacitação e conhecimento, e governação marítima.

Dinamização da sensibilização e mobilização da sociedade portuguesa para a importância do mar, a nível nacional, regional e local.

Afirmação de Portugal como país da Bacia do Atlântico e como parceiro internacional para as políticas com incidência no espaço marítimo.

O conhecimento dos usos e atividades existentes e potenciais no espaço marítimo, dando resposta a um dos pilares estratégicos da ENM 2006-2016.

Proposta de alargamento da Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas, a uma área de 2.100.000 km^2, podendo estender a jurisdição nacional a caminho dos 4.000.000 km^2, isto é, a cerca de 40 vezes a área terrestre de Portugal. A área em causa é aproximadamente equivalente, por comparação, ao território terrestre da UE, e corresponde a cerca de 1% da superfície líquida da Terra e a 4% da área do Oceano Atlântico.

Melhoria do conhecimento dos fundo marinhos através do «LUSO», veículo submarino operado remotamente com capacidade de operação até aos 6.000 m de profundidade, permitindo a recolha de amostras geológicas e o incremento do conhecimento da biodiversidade presente nos espaços do mar profundo nacional e das respetivas características oceanográficas, o que permitiu a possibilidade de se aceder à totalidade dos seus espaços marítimos, reforçando a capacidade nacional instalada para investigar, conhecer e proteger o Oceano e um correspondente reforço das competências ao nível dos recursos humanos.

Reforço da cooperação entre as diferentes agências envolvidas na vigilância e segurança marítimas, através do desenvolvimento de metodologias e procedimentos comuns a todas as entidades, constituindo um primeiro passo na definição da arquitetura da futura rede europeia de vigilância marítima alargada, que permitirá a interoperacionalidade entre todos os sistemas de vigilância marítima, atuais ou futuros, com base num modelo de referência convencionado, tendo em vista a otimização da eficiência na utilização dos meios de patrulha e vigilância.

Aumento do conhecimento através do projeto «M@rBis - Sistema de Informação para a Biodiversidade Marinha», e consequentemente, proteger e conservar de modo mais eficaz os valores da biodiversidade marinha nacional e, deste modo, atingir uma exploração sustentável dos recursos marinhos nacionais, mantendo os compromissos assumidos no âmbito do processo de extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

As características da medida são idênticas, propondo-se no entanto uma nova redação:

"Implementar e monitorizar o Plano Mar-Portugal (ENM 2013-2020) e promover o aproveitamento do potencial estratégico do Mar Portugal num quadro de desenvolvimento sustentável."

Com efeito a execução da ENM, considerada no objetivo especifico 1.7, é materializada pelo Plano Mar-Portugal, que consubstancia a visão da ENM e compreende a soma de todos programas, projetos, e ações sectoriais e transectoriais, públicos e privados que decorrem da ENM 2013-2020.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.7.2

Implementar a Comissão Interministerial e Assuntos do Mar (CIAM), de forma a promover a articulação e coordenação das entidades intervenientes nos assuntos do mar e a coordenar as contribuições e posições nacionais para a definição de uma política europeia para os assuntos do mar (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Política do Mar

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A implementação da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM) coube inicialmente à Estrutura de Missão dos Assuntos do Mar.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não

A DGPM assegura as funções de secretariado técnico da CIAM e é a única entidade que tem todo o repositório do processo de criação, implementação e funcionamento da CIAM.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Numa primeira fase as ações previstas para execução da medida compreenderam o processo constituição do grupo de pontos focais da CIAM em representação dos diferentes ministérios que integram a CIAM, a aprovação do seu regulamento interno e garantir o seu funcionamento como órgão de acompanhamento e reflexão para os assuntos do mar.

Numa segunda fase foram desenvolvidas as ações necessárias à coordenação, acompanhamento, avaliação e revisão da Estratégia Nacional para o Mar.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A RCM n.º 40/2007, de 12 de Março, procedeu à criação da CIAM, composta a título permanente por representantes dos ministérios direta ou indiretamente relacionados com a implementação da Estratégia Nacional do Mar, e das duas Regiões Autónomas.

Desde 2007 até à presente data esta estrutura de coordenação continua ativa, tendo no quadro do XIX Governo Constitucional, a sua estrutura sido alterada, e o modo de funcionamento sido reconfigurado pela RCM n.º 62/2012, de 13 de julho.

A partir de 2011 a CIAM passou a funcionar na dependência do Primeiro-ministro, ficando o secretariado executivo da mesma na dependência do ministro que tutela os assuntos do Mar.

Pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2021, de 31 de janeiro, que aprova a orgânica da DGPM, foram-lhe atribuídas as funções executivas de apoio à CIAM necessárias à coordenação, ao acompanhamento, à atualização e à avaliação da implementação da ENM e das medidas e políticas transversais relacionadas com os assuntos do mar aprovadas pelo Governo.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A implementação da medida não envolve recursos humanos, financeiros e patrimoniais dedicados.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Todas as medidas previstas foram aplicadas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Após a realização das ações necessária à implementação da medida, foram desenvolvidas outras ações não descriminadas, que decorrem da implementação da CIAM e que são inerentes ao seu funcionamento como órgão de reflexão e de decisão estratégica sobre o mar, designadamente a constituição da rede de Pontos Focais e a realização de reuniões periódicas.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Reuniões da CIAM (*)	Nº						

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

(*) A RCM 40/2007, de 12 de março, não estabeleceu qualquer periodicidade para o funcionamento da CIAM, tendo sido realizadas duas reuniões em 2007 e três em 2008.

Até ao momento foram realizadas dez reuniões da CIAM, tendo a última reunião sido realizada a 16 de novembro de 2016, e onde foi aprovada a ENM 2013-2020.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não são de registar dificuldades internas e externas registadas na execução da medida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A criação da CIAM teve como objetivo primordial a dotar os assuntos do mar de uma estrutura que assegure a coordenação, acompanhamento e implementação da ENM, a implementação e o acompanhamento de ações, medidas e políticas transversais relacionadas com os assuntos do mar, bem como a promoção da participação e acompanhamento dos *fora* internacionais relacionados com os assuntos do mar, e da uniformidade das posições neles assumidas e a difusão da informação relevante de apoio à decisão.

Esta estrutura promove a coordenação das diferentes entidades com competências nos assuntos do mar e dinamizando e impulsionando a execução da ENM, e deste modo contribuiu-se para a prossecução do objetivo estratégico 1 e objetivo específico 1.7.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Os resultados alcançados com a implementação da CIAM estão em consonância com os objetivos que presidiram à sua criação, tendo ultrapassado as metas estabelecidas na medida que existem medidas, já enunciadas, que vão além do inicialmente programado.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O principal impacto da implementação da CIAM reflete-se no processo de implementação, avaliação e revisão da ENM 2006-2016, tendo permitido concluir com sucesso a revisão e aprovação da ENM 2013-2020, documento transversal a todos os setores e já em fase de implementação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A implementação da CIAM já está concluída, contudo importa assegurar a continuidade do seu funcionamento em estreita articulação com a rede de Pontos Focais, sob a coordenação da DGPM promovendo a articulação e integração entre as entidades intervenientes nos assuntos do mar e assegurando o processo de monitorização da execução do PMP.

A8. Observações complementares

A CIAM enquanto órgão de reflexão e de decisão estratégica sobre o mar é importante para o acompanhamento da execução da Estratégia Nacional para o Mar que é implementada através do seu Plano de Ação, Plano Mar-Portugal, num processo de gestão dinâmico atendendo às estratégias transversais e aos meios humanos e financeiros disponíveis.

O desempenho da CIAM concorre para o objetivo estratégico 1 e objetivo específico 1.7., mas a monitorização da ENM é desenvolvida através dos indicadores estabelecidos no SeaMInd.

Objetivo Específico 1.7

Executar a Estratégia Nacional para o Mar

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Contribuíam para este objetivo específico duas medidas prioritárias:

No que se refere à implementação da Estratégia Nacional para o Mar e promoção do aproveitamento do seu potencial estratégico no quadro da execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2007-2015), foram desenvolvidas ações que permitiram a implementação a ENM 2006 - 2016, e promovida a sua revisão. A implementação do Plano Mar-Portugal, plano de ação da ENM 2013-2020, que consubstancia a visão da ENM 2013 -2020, permitirá dar continuidade ao objetivo estratégico de conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, prevenir e minimizar os riscos.

No que se refere com a implementação da Comissão Interministerial e Assuntos do Mar (CIAM), de forma a promover a articulação e coordenação das entidades intervenientes nos assuntos do mar e a coordenar as contribuições e posições nacionais para a definição de uma política europeia para os assuntos do mar (2007-2008), a medida foi cabalmente cumprida, estando a CIAM implementada e em funcionamento com o correspondente enquadramento legal.

Assim, considera-se que a avaliação do cumprimento das medidas que concorrem para o objetivo específico é globalmente muito positiva.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

As reuniões de CIAM e de respetivos pontos focais servem para monitorizar a execução da medida em cada ano de acordo com a meta estabelecida. As medidas constantes na ENM estão direta ou indiretamente relacionadas com planos e programa sectoriais e contribuem e/ou são determinada pelos respetivos quadros estratégicos sectoriais.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do**

objetivo específico?

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Conforme referido anteriormente para efeito do estabelecimento da monitorização ENM2013-2020, a mesma compreende o projeto SeaMInd – Monitorização e indicadores, que tem como objetivo a identificação do conjunto de indicadores mais relevantes para a monitorização da ENM2013-2020, e que está a ser desenvolvido com base na constituição de grupos de trabalho em áreas estratégicas, estando já constituído o grupo de trabalho do setor da pesca, aquicultura e indústria do pescado. De salientar ainda o desenvolvimento de um projeto piloto, Conta Satélite para o Mar, que visa avaliar a possibilidade de implementar uma conta satélite específica para o Mar, no âmbito das contas nacionais do INE. Os indicadores previstos para a medida permitem avaliar o objetivo específico. A CIAM faz, com carácter periódico a avaliação global e qualitativa da implementação dos projetos do PMP, os efeitos alcançados, num processo de gestão dinâmico.							

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 1.7

Justificação sucinta da resposta anterior:

Executar a Estratégia Nacional para o Mar através da implementação do Plano Mar-Portugal (PMP).

A DGPM por força das competências que estão conferidas na lei orgânica que criou o serviço, é a entidade responsável, no contexto das funções executivas de apoio à CIAM necessárias à coordenação, ao acompanhamento, à atualização e à avaliação da implementação da ENM.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Os que já se encontram previstos no texto da ENM2013-2020 enquanto documento estratégico de articulação para as várias políticas e instrumentos com incidência nos assuntos marítimos.

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.1.1.*	*Implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia (2007-2013).*
	1.1.8	*Identificar, classificar e conservar os leitos oceânicos profundos, as fontes hidrotermais e o relevo submarino (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.6.*	*Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima*
Medidas prioritárias	*1.6.6*	*Executar o Plano Estratégico Nacional para a Pesca e o correspondente Plano Operacional para o Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, promovendo o desenvolvimento do setor da pesca e das zonas costeiras dependentes desta atividade, e elaborar e implementar planos específicos de ordenamento da atividade de aquicultura (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.7.*	*Executar a Estratégia Nacional para o Mar*
Medidas Prioritárias	*1.7.3*	*Criar e implementar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas e as Redes Regionais de Áreas Marinhas Protegidas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, definindo as suas condicionantes temporais e territoriais e regulamentando as atividades humanas, de modo a fomentar a conservação da biodiversidade marinha, a produção de recursos piscícolas, tanto pela via da pesca como da aquicultura, e o desenvolvimento sustentável da pesca costeira artesanal (2007-2013).*
	1.7.4	*Desenvolver um Programa Nacional de Investigação para a Conservação e Exploração Sustentável da biodiversidade marinha, nomeadamente os que são objeto de pesca, que articule a ação das diversas instituições e promova a cooperação internacional e o desenvolvimento científico e tecnológico (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.1

Implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Presume-se ser o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA, I. P.), ex-IPIMAR, e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ex-ICNB.

A estrutura da Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), nomeadamente com as atuais competências afetas à Direção de Serviços de Ambiente e Sustentabilidade, só foi estabelecida em 2012 (Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro, que cria a DGRM, em resultado da fusão da Direção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) e do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM) e Portaria n.º 394/2012, de 29 de novembro, que estabelece a estrutura nuclear da DGRM).

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sem informação para resposta.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC).

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Sem informação para resposta.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Sem informação para resposta.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Sem informação para resposta.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Sem informação para resposta.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Sem informação para resposta.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sem informação para resposta.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Sem informação para resposta.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Sem informação para resposta.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Sem informação para resposta.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Sem informação para resposta.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Sem informação para resposta.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Sem informação para resposta.

A8. Observações complementares

No âmbito da aplicação da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha (DQEM)[16] foi estabelecido um conjunto de metas e indicadores associados para as águas marinhas portuguesas, com vista à obtenção ou manutenção do bom estado ambiental do meio marinho.

Os indicadores encontram-se estabelecidos nos documentos que resultaram da execução da primeira parte da fase de preparação das estratégias marinhas, documentos estes disponíveis em http://www.dgrm.min-agricultura.pt/.

Presentemente, encontra-se em elaboração o programa de monitorização para avaliação contínua das águas marinhas, por referência às mencionadas metas ambientais.

Complementarmente, na Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 está previsto um projeto "Indicadores Marinhos Para o Bom Estado Ambiental", cuja entidade coordenadora é o IPMA.

[1] Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de junho, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro. A coordenação da implementação da referida diretiva é da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

Medida Prioritária 1.1.8

Identificar, classificar e conservar os leitos oceânicos profundos, as fontes hidrotermais e o relevo submarino (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Presume-se ser o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ex-ICNB.

A estrutura da Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), nomeadamente com as atuais competências afetas à Direção de Serviços de Ambiente e Sustentabilidade, só foi estabelecida em 2012 (Decreto-Lei n.º 49-A/2012, de 29 de fevereiro, que cria a DGRM, em resultado da fusão da Direção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) e do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM) e Portaria n.º 394/2012, de 29 de novembro, que estabelece a estrutura nuclear da DGRM).

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sem informação para resposta.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC).

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Sem informação para resposta.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Sem informação para resposta.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Sem informação para resposta.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Sem informação para resposta.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Sem informação para resposta.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sem informação para resposta.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Sem informação para resposta.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Sem informação para resposta.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Sem informação para resposta.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Sem informação para resposta.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Sem informação para resposta.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

No âmbito da aplicação da DQEM encontra-se a ser desenvolvido o programa de medidas destinadas à consecução ou manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas, que inclui, nomeadamente medidas relativas a:

- Desenvolvimento de estudos para a colmatação de lacunas de conhecimento sobre o meio marinho, nomeadamente através da utilização de imagens de satélite;

- Elaboração de planos de gestão para as AMP, que integram e sistematizam os conhecimentos que têm sido produzidos sobre os ecossistemas de mar profundo.

Refere-se que foi recentemente publicada a Portaria n.º 114/2014, de 28 de maio, que interdita, a navios de bandeira nacional, a utilização de técnicas de pesca lesivas da integridade dos fundos oceânicos, Adicionalmente, Portugal irá solicitar à Comissão Europeia, nos termos do n.º 5 do artigo 13.º da DQEM, que sejam adotadas, para a mesma área, medidas idênticas para a frota da EU e para frotas

de países terceiros através de ORP competentes (NEAFC).

Medida Prioritária 1.6.6

Executar o Plano Estratégico Nacional para a Pesca e o correspondente Plano Operacional para o Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, promovendo o desenvolvimento do setor da pesca e das zonas costeiras dependentes desta atividade, e elaborar e implementar planos específicos de ordenamento da atividade de aquicultura (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Pela implementação e acompanhamento da execução do Plano Estratégico Nacional: Direção Geral do Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e as autoridades regionais sectoriais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Pela implementação e acompanhamento da execução do Programa Operacional Pesca (PO) para o período 2007-2013, a Autoridade de Gestão do PROMAR (AG PROMAR) e as autoridades regionais sectoriais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A DGRM, as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, os Grupos de Ação Costeira e o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP são Organismos Intermédios (OI) da gestão do PO, com competências delegadas que consideram a análise das candidaturas e dos pedidos de pagamento apresentados, bem como o acompanhamento da execução das operações.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Não.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Plano Estratégico Nacional para a Pesca, executado através do Programa Operacional Pesca 2007-2013. O PROMAR tem por enquadramento comunitário o Regulamento (CE) 1198/2006 do Conselho de 27 de julho, e por enquadramento nacional o Plano Estratégico para a Pesca 2007-2013.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A regulamentação interna do PO é feita através de Portarias que podem ser consultadas em: http://www.promar.gov.pt/candidaturas.aspx

As ações realizadas são muito variadas correlacionando-se com o tipo de intervenção a apoiar (dirigida à frota de pesca, à produção aquícola e à indústria transformadora, a ações de interesse geral e ao desenvolvimento das zonas costeiras). O modelo implementado tem por base a iniciativa dos promotores, articulando-se cada uma das intervenções com os objetivos perseguidos pelo PO.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: a AG PROMAR é constituída por 12 colaboradores, 1 Coordenador-Adjunto e 1 Gestor. Os OI afetam recursos humanos de modo parcial em adequação com o número de candidaturas sobre as quais incidem as competências delegadas.

Recursos financeiros: o PO considera um eixo que tem como objetivo dotar as estruturas operacionais de capacidade de gestão. Tendo presente o período de execução 1/01/2009 (após publicação das Portarias do PO) a 31/12/2015 (fim da elegibilidade do PO), foi aprovada despesa pública no valor de 10.144 milhões de euros, dos quais cerca de 75% são da responsabilidade do Fundo Europeu das Pescas, dos quais foram executados 3.547 milhões de euros. Estes montantes consideram candidaturas da AG, da DGRM e das 5 DRAP que acompanham este PO (Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve).

Recursos patrimoniais: a AG do PROMAR está instalada no edifício da DGRM e não possui recursos patrimoniais.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A contratação de mais colaboradores para a AG do PROMAR; a implementação da Medida Garantia Mútua prevista no Eixo 2 do PO.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O período de execução termina em 31/12/2015.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Assinatura de um protocolo, no final de 2012, entre o MAMAOT e alguns bancos que atuam em Portugal, com vista à disponibilização de uma linha de crédito dedicada à agricultura e às pescas, com montante global de 1,375 milhões de euros, tendo em vista uma maior celeridade na decisão de financiamento, por parte da banca, dos projetos aprovados pelo MAMAOT no âmbito dos fundos europeus, tendo presente a componente de financiamento da responsabilidade dos promotores.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Ajustamento do esforço de pesca (n.º de planos)	n.º	NA	2007	8	2015	11	2013
Redução da capacidade de pesca	GT	106.890	2007	10.030	2015	5.486	2013
Redução da capacidade de pesca	KW	380.095	2007	38.130	2015	17.452	2013
Redução temporária da atividade (n.º de navios)	n.º	NA	2007	700	2015	578	2013
Embarcações modernizadas com substituição de motores	n.º	8.754	2007	50	2015	332	2013
Embarcações modernizadas sem substituição de motores	n.º	8.754	2007	500	2015	237	2013
Prémios individuais	n.º	16.048	2007	400	2015	136	2013
Volume da produção aquícola	Ton	6.801	2007	8.200	2015	3.976	2013
Produção da indústria de transformação	Ton	157.339	2007	33.000	2015	38.355	2013
Exportação de produtos transformados	Ton	88.768	2007	11.000	2015	0	2013
Volume de vendas (milhões de euros)	€	609	2007	47	2015	47	2013
Emprego criado ou mantido	n.º	32.957	2007	850	2015	1.078	2013
Intervenções de melhoria de portos de pesca, portos de abrigo e locais de desembarque	n.º	181	2007	80	2015	131	2013
Projetos coletivos apresentados por organizações do sector	n.º	2	2007	5	2015	42	2013
Projetos-piloto	n.º	5	2007	10	2015	1	2013
Projetos de promoção dos produtos da pesca	n.º	13	2007	20	2015	7	2013
Projetos de proteção e desenvolvimento da fauna e flora aquática	n.º	10	2007	3	2015	0	2013

Grupos de ação costeira constituídos	n.º	0	2007	10	2015	7	2013
Projetos aprovados	n.º	0	2007	4.000	2015	2.189	2013
Grandes ações de divulgação	n.º	0	2007	7	2015	2	2013
Unidades de gestão	n.º	0	2007	60	2015	101	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foi realizada uma avaliação intercalar nos termos determinados no Regulamento europeu que estabelece as regras de aplicação do fundo.

Sempre que é feita uma reprogramação financeira, procedimento que carece da aprovação da Comissão Europeia, é avaliada a *performance* da procura e da execução dos promotores.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Externas:

- dificuldades de acesso ao crédito bancário atrasam a execução de projetos de investimento aprovados no âmbito do PROMAR nos termos programados;

- complexidade e morosidade dos procedimentos administrativos quando dependentes da atuação de autoridades externas, entre os quais os relacionados com a obtenção de licença de utilização do domínio hídrico, obstáculo particularmente relevante no desenvolvimento da aquicultura.

Internas:

- dimensão dos recursos humanos envolvidos face às extensão das tarefas a desenvolver;

- procedimentos administrativos e métodos de trabalho com necessidade de melhoria contínua.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Em coerência com a orientação estratégica do PEN e em conformidade com os objetivos prioritários definidos no Programa Operacional Pesca, foram apoiados os seguintes projetos:

Eixo 1 – Adaptação da Frota de Pesca – No âmbito deste eixo foram apoiados projetos que visaram a adequação da capacidade aos recursos disponíveis, a promoção da eficiência da gestão e o desenvolvimento sustentável; a melhoria das condições de segurança, habitabilidade e trabalho a bordo bem como da seletividade das artes.

Eixo 2 - Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e aquicultura, - No âmbito deste eixo foi apoiada a criação/modernização de unidades de produção de peixe, contribuindo para o abastecimento de pescado e melhorando a capacidade de resposta à procura interna.

Ao nível da indústria, os projetos apoiados visaram a estímulo da capacidade produtiva instalada e fomento da instalação de nova capacidade, tendo em consideração o papel positivo da *performance* deste sector na balança comercial.

Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral- Neste eixo os projetos apoiados permitiram a melhoria das competências das organizações de profissionais do sector, com efeitos diretos na capacitação dos correspondentes associados (agentes económicos do sector);

Eixo 4 - Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca – Os projeto apoiados neste Eixo permitiram a criação de pequenas unidades de negócio, garantindo a criação de rendimento complementar e/ou alternativo à pesca, reduzindo o impacto decorrente adaptação da frota de pesca e consequente perda de postos de trabalho

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Em termos de resultados verifica-se, conforme quadro constante do ponto A3a, que as metas previstas têm vindo a ser cumpridas, embora não com a celeridade desejada.

As condições financeiras mais restritivas influenciaram a execução do PO, designadamente com o arrastamento da execução de projetos de investimento, traduzido na frequência de pedidos de prorrogação de prazos de execução e na redução de pedidos de pagamento.

Na origem desta situação esteve, em muitos casos, a falta de liquidez dos agentes económicos e a falta de acesso ao crédito motivada, em grande parte, pela conjuntura económico-financeira desfavorável dos últimos anos.

Os sinais de retoma e as medidas entretanto adotadas no quadro do PO - *ajustamento dos regimes de apoio, designadamente a consagração legal da possibilidade de prorrogação dos prazos de início e conclusão dos projetos, por motivos não imputáveis ao promotor, a flexibilização ao nível das alterações técnicas aos projetos, o ajustamento dos critérios para demonstração da existência de capacidade económico-financeira equilibrada, a redução do volume de despesa exigida para o pagamento da primeira e da última prestação do apoio e a prorrogação dos prazos para apresentação de candidaturas – permitem prever* que, em 2014, a execução do PO e, consequentemente, as metas fixadas venham a ser cumpridas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Foi necessário proceder à implementação do PO com a criação das estruturas necessárias para o efeito e a definição dos procedimentos a seguir. A execução da medida determinou a necessidade de definição de um Sistema de Gestão e Controlo que promoveu a articulação entre todas as entidades participantes, e também com a Comissão Europeia e com os representantes do sector.

Esta medida revela-se um importante instrumento de política para o sector da pesca possibilitando o desenvolvimento das vertentes que mais potenciam a sua afirmação em termos internos e externos e o seu contributo para a economia nacional.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

O Regulamento europeu que estabelece as regras do novo período de programação foi aprovado em 15/05/2014 e encontra-se disponível em: http://www.promar.gov.pt/m2020.aspx

Objetivo Específico 1.6

Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A execução do Programa Operacional Pesca 2007-2013 contribuiu de forma satisfatória para a gestão integrada da zona costeira na medida em que potenciou o desenvolvimento sustentável do setor da pesca e das zonas costeiras dependentes desta atividade, nomeadamente através da criação/modernização de unidades de produção de pescado, do estímulo ao aumento da capacidade produtiva instalada, da melhoria das competências das organizações de profissionais do sector, da melhoria dos equipamentos dos portos de pesca e da criação de pequenas unidades de negócio.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A instalação de estabelecimentos de aquicultura e de estabelecimentos conexos está sujeita à avaliação das entidades com jurisdição na área de localização estando sujeitos ao cumprimento das condições decorrentes dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

No que respeita à indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura, a instalação de novas unidades está limitada às zonas industriais e às zonas devidamente autorizadas pelas entidades que detêm jurisdição na área, estando igualmente sujeitas ao cumprimento das condições decorrentes dos instrumentos de gestão territorial aplicável.

Em ambas as situações, existe um acompanhamento permanente da atividade destas unidades que visa garantir o cumprimento das condições inerentes à respetiva autorização de instalação e exploração.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.7.3

Criar e implementar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas e as Redes Regionais de Áreas Marinhas Protegidas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, definindo as suas condicionantes temporais e territoriais e regulamentando as atividades humanas, de modo a fomentar a conservação da biodiversidade marinha, a produção de recursos piscícolas, tanto pela via da pesca como da aquicultura, e o desenvolvimento sustentável da pesca costeira artesanal (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM); Região Autónoma dos Açores (RAA), Região Autónoma da Madeira (RAM).

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), na qualidade de autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC).

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Sem informação para resposta.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Nomeação efetuada por Portugal, e consequente reconhecimento pela OSPAR, das seguintes áreas marinhas protegidas (AMP) na rede de AMP OSPAR, localizadas na plataforma continental estendida:

- Campo Hidrotermal Rainbow, em 2007, e;

- Marna, Monte Submarino Altair, Monte Submarino Antialtair e Monte Submarino Josephine, em 2010.

Regulamentação (POAP) das seguintes AMP, localizadas em zona costeira:

- Área Marinha da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, em 2007;

- Áreas marinhas "Reserva Marinha das Berlengas" e "Parque Marinho do Litoral Norte", em 2008, e;

- Área marinha "Parque Marinho do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina", em 2011

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Sem informação para resposta.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Sem informação para resposta.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Sem informação para resposta.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sem informação para resposta.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Não aplicável.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Regulamentação das AMP localizadas em zona costeira: definição de competências e articulação entre entidades.

Rede de AMP OSPAR: a informação deverá ser obtida junto da EMEPC

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A Estratégia Nacional para o Mar 2007-2013 preconizava, com vista à proteção e recuperação dos ecossistemas marinhos, o estabelecimento de uma rede nacional de áreas marinhas protegidas. As áreas marinhas protegidas (AMP), na zona costeira, que foram regulamentadas, a par com o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha, que integra o Parque Natural da Arrábida regulamentado em 2005, constituíam-se como as áreas marinhas prioritárias a preservar. Neste sentido a realização e os resultados desta medida foram muito relevantes para a prossecução dos objetivos em questão.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As realizações da medida (regulamentação das referidas AMP) alcançaram em pleno os resultados inicialmente previstos. Para o período em apreço (2007-2013) ainda não existiam outras áreas identificadas para aquisição de estatuto AMP.

Rede de AMP OSPAR: a informação deverá ser obtida junto da EMEPC.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Sem informação para resposta.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Implementar um sistema nacional de áreas classificadas com incidência no espaço marítimo, áreas marinhas protegidas, ecologicamente coerente e eficazmente gerido, e adaptado ao território nacional, com enquadramento legal adequado.

Este sistema deverá dar resposta às metas estabelecidas no âmbito da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR), da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) e Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).

A8. Observações complementares

No âmbito da aplicação da DQEM encontra-se em elaboração o programa de medidas destinadas à consecução ou manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas, que inclui medidas relativas à criação de novas áreas marinhas protegidas (AMP).

Objetivo Específico 1.7

Executar a Estratégia Nacional para o Mar.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Relativamente à medida 1.7.3 considera-se que as AMP criadas durante o período em questão dão cumprimento ao objetivo específico de forma bastante satisfatória.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 1.1 e 1.7

Justificação sucinta da resposta anterior:

Objetivo específico 1.1 - A grande extensão do mar português (Portugal possui sob sua soberania e jurisdição cerca de metade dos ecossistemas marinhos da EU) e as suas caraterísticas de mar profundo determinam um desconhecimento acentuado sobre inúmeros domínios dos ecossistemas marinhos. As lacunas de conhecimento existente impedem não só a segurança na determinação do bom estado ambiental mas também o desenvolvimento de monitorizações e de eventuais medidas corretivas.

Objetivo específico 1.7 – A Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 assume como modelo de desenvolvimento o «Crescimento Azul», entendido numa perspetiva fundamentalmente intersetorial, baseada no conhecimento e na inovação em todas as atividades e usos que incidem, direta e indiretamente, sobre o mar, e que promove uma maior eficácia no aproveitamento dos recursos, num quadro de exploração sustentada e sustentável.

Nestes termos, considera-se que a manutenção destes objetivos específicos assume-se como determinante para a conservação e valorização da biodiversidade, recursos e património.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não aplicável.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[X] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Definir e executar uma política de ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional, na sequência da publicação da lei de bases da política de ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional (Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que visa assegurar uma adequada organização e utilização do espaço marítimo nacional, na perspetiva da sua valorização e salvaguarda, tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Promover uma maior e mais eficaz articulação entre os serviços e organismos da administração central e da administração regional das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em matérias relativas às águas marinhas nacionais.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) – Estratégias Marinhas para as subdivisões do continente, Açores, Madeira e Plataforma Continental Estendida, que inclui o Programa de Monitorização e o Programa de Medidas.

Convenção OSPAR

Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.

Nova Política Comum de Pescas (PCP).

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Direção-Geral do Território (DGT)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas Prioritárias	*1.1.7*	*Implementar a recolha de dados para avaliar e monitorizar a fisiografia costeira, em particular as zonas de risco de erosão costeira, e fundamentar as opções para essas áreas e os planos de ação necessários a uma adequada proteção, prevenção e socorro (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.2.*	*Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais*
Medidas Prioritárias	*1.2.1*	*Rever o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, atualizando os conceitos, aperfeiçoando os critérios técnicos e permitindo formas de gestão mais eficazes e consentâneas, em articulação com as Administrações Regional e Local, com o objetivo de preservação dos recursos e valores em causa (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.9.*	*Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas*
Medidas Prioritárias	*1.9.4*	*Implementar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, nomeadamente através da elaboração e execução dos planos e medidas de adaptação às alterações climáticas e da integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.10.*	*Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural*
Medidas Prioritárias	*1.10.1*	*Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos*

Medidas Prioritárias	*1.11.1*	*Definir uma Estratégia Nacional Integrada para a Prevenção e Redução de Riscos (2007-2008).*
	1.11.3	*Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.7.

Implementar a recolha de dados para avaliar e monitorizar a fisiografia costeira, em particular as zonas de risco de erosão costeira, e fundamentar as opções para essas áreas e os planos de ação necessários a uma adequada proteção, prevenção e socorro (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território (DGT) e Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral de Marinha, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, Instituto Hidrográfico, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Municípios, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Instituto Nacional de Estatística.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações inerentes à execução da medida?**

Desenvolvimento de uma IDE para apoio à gestão e monitorização do litoral- Reajustamento.

Recolha e disponibilização de informação geográfica e georreferenciada de base.

Promoção da utilidade desta IDE para as várias instituições envolvidas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Desenvolvimento da IDE; recolha, catalogação, integração na plataforma e disponibilização de informação relevante associada à gestão do litoral (Portugal continental) para as entidades parceiras do projeto;

Melhoramento funcional da ferramenta informática.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: Para além da coordenação geral a nível de Direção, 2 técnicos superiores a tempo inteiro, desde 2009 até meados de 2013, e 1 técnico superior a tempo inteiro e dois técnicos superiores a tempo parcial desde então.

Recursos financeiros e patrimoniais: Montante inicial previsto de 3,3 M€, cofinanciado pelo POVT (inicialmente a 85% e desde 2013 a 100%). Empresa de desenvolvimento informático, empresas responsáveis pela recolha e tratamento de informação: Até ao momento foram gastos cerca de 1,1M€. Informação propriedade da DGT. A infraestrutura está sediada nas instalações da DGT

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Estava prevista uma segunda fase de melhoramento funcional da ferramenta informática que ainda não foi executado.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sim. Integração na plataforma dos levantamentos LiDAR realizados ao abrigo de um protocolo de colaboração entre o ex-IGP e o ex-INAG.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Aquisição da infraestrutura de suporte (SIARL) - hardware adquirido (servidores e	nº	0	2009	26	2013	23	2013

workstations)							
Aquisição de licenças de software SIG	nº	0	2009	34	2013	34	2013
Digitalização de fotografia antiga (rolos)	nº	85	2008	435	2013	435	2013
Cobertura integral anual da costa com fotografia oblíqua - nº de coberturas	nº	1	2007	6	2013	6	2013
Utilizadores regulares envolvidos na exploração da IDE	nº	0	2009	>40	2013	>40	2013
Instituições que realizam registos na IDE (licenciamentos, pareceres, ocorrências, intervenções e irregularidades)	nº	0	2009	7	2013	2	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Atendendo a que esta medida é financiada pelo FEDER, o seu acompanhamento e monitorização são realizados no âmbito dos instrumentos específicos estabelecidos nos financiamentos comunitários

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Alteração orgânica da instituição de acolhimento; dificuldades de tesouraria durante dois anos económicos (2012 e 2013), para assegurar a componente nacional do financiamento. Falta de recursos humanos internos alocados a este projeto. Externamente, as dificuldades administrativas decorrentes da complexidade da aplicação da legislação em vigor. Dificuldade em identificar os organismos que herdaram as competências em matéria de gestão do litoral na sequência do PREMAC.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O desenvolvimento de uma plataforma que pretende apoiar a gestão e monitorização da orla costeira, agregando numa única IDE o acesso aos diferentes reportórios de informação de um conjunto alargado de instituições com competências no litoral, constitui uma mais-valia para a gestão integrada da orla costeira e potencia um conhecimento abrangente e estruturado desta área sensível do território nacional, essencial no apoio à governança.

Esta ferramenta já se encontra em funcionamento disponibilizando um conjunto vasto de informação e funcionalidades. Os desenvolvimentos em curso permitirão ainda introduzir novas funcionalidades na IDE assim como alargar os conteúdos de que dispõe atualmente.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Em termos de informação a relevância dos conteúdos de informação integrados é fundamental e este objetivo tem sido plenamente alcançado e acompanhado as disponibilidades financeiras afetas à sua execução. Pretende-se que a melhoria da interface e o desenvolvimento de ferramentas de gestão contribua para melhorar a utilização da plataforma contribuindo para um registo crescente de utilizadores. A segurança da informação é outro aspeto a ser considerado.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O Sistema em exploração apresenta enormes potencialidades enquanto ferramenta de suporte à monitorização das dinâmicas costeiras, bem como no suporte ao planeamento e/ou tratamento da informação daqui proveniente. De igual modo, as potencialidades que apresenta para apoiar o tratamento e divulgação de indicadores na área do risco, faz do SIARL e do seu conceito, uma ferramenta incontornável na articulação de serviços e entidades em matéria de gestão do litoral, sendo uma ferramenta particularmente apta na articulação, na convergência de esforços e no apoio à decisão em áreas de atuação onde o risco costeiro tem particular ênfase.

A ferramenta permite a integração dos dados existentes em diversas plataformas, garantindo um maior conhecimento das dinâmicas costeiras, bem como apoiar a elaboração e acompanhamento dos instrumentos de gestão territorial para além de ser um instrumento incontornável no apoio à decisão superior.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A ferramenta integrará o SNIG e partilha já com esta plataforma informação e algumas das suas funcionalidades mais relevantes, alargando dessa forma o seu campo de atuação.

As características desta plataforma poderão ainda ser exploradas pelos organismos com competências na gestão dos recursos marinhos, na coordenação das respetivas atividades setoriais.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.1.

Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais.

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico Xi terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Foi feito um esforço considerável para conhecer o universo da informação de base disponível, tendo-se apostado na colmatação de falhas existentes em áreas estratégicas. Apostou-se no tratamento dessa informação e na sua disponibilização de modo aberto e condicionado. O trabalho a desenvolver integra a actualização e manutenção de dados e a dinamização de boas práticas associadas à sua utilização pela administração pública. A continuidade dada à sistematização de informação relativa ao litoral português é outra preocupação. O acesso à informação, sobretudo aquela que estava na posse de entidades extintas, é deveras complexo, devendo nestas situações ficar determinado qual a entidade que ficará responsável pelo tratamento e guarda dessa informação no sentido de não se perder não só a História da instituição, como antecedentes de assuntos muito diversos e importantes.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Sobre o assunto foram feitas aproximações para permitir a percepção das alterações sofridas na orla costeira do ponto de vista do risco. A administração dispõe hoje, pela primeira vez, de um instrumento de referência para a avaliação do risco nas zonas costeiras que se consubstancia, entre outros, num modelo digital do relevo executado com tecnologia LiDAR para a costa continental. Esta informação geográfica atualizada permite estabelecer um confronto com dados recolhidos anteriormente e avaliar a evolução da morfologia costeira.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico Xi?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.2.1.

Rever o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, atualizando os conceitos, aperfeiçoando os critérios técnicos e permitindo formas de gestão mais eficazes e consentâneas, em articulação com as Administrações Regional e Local, com o objetivo de preservação dos recursos e valores em causa (2007-2008).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional

Câmaras Municipais

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Direção-Geral do Território

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. Revisão do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
2. Elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Aprovação do novo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, através do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não se tem informação de que tenham sido envolvidos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da ex- DGOTDU (atual DGT) na execução da medida. Contudo, a elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional ficaram a cargo da CNREN que para o efeito se suportou no Secretariado Técnico, composto por 3 Técnicos Superiores, sendo um Coordenador e no trabalho de consultoria técnica prestado por 3 equipas de especialistas de 3 universidades: a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Universidade de Évora e o Instituto Superior Técnico.

A elaboração das orientações estratégicas foi financiada através do Projeto PIDDAC 6568/173 - Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional da ex-DGOTDU, tendo sido alocado o valor total de € 123.855,00

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

A medida em causa aponta de forma inequívoca para a ação de rever o regime jurídico da REN, pelo que é pouco plausível que tenham sido previstas outras ações, nomeadamente de natureza legislativa, para o período de execução definido.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

O estabelecimento das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro. A elaboração destas orientações estava prevista no art.º 41 do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

A alteração ao regime da REN introduzida pelo DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que teve como uma das principais consequências a eliminação da obrigatoriedade dos municípios de procederem à adaptação das
delimitações da REN a nível municipal às orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, estabelecendo, porém, para os municípios sem delimitação de REN em vigor, que a aprovação da revisão dos respetivos planos diretores municipais apenas possa ocorrer se a respetiva delimitação municipal da REN for efetuada ao abrigo das referidas orientações estratégicas.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Não foram materializados processos de monitorização apesar de estarem previstos, de forma implícita, no próprio regime (DL n.º 166/2008) uma vez que está cometida à CNREN a obrigação legal de elaborar de dois em dois anos um relatório de avaliação da REN. Foi no entanto deliberado pela CNREN que, até à aplicação plena do regime legal estabelecido pelo DL n.º 166/2008 - o que só ocorreu com a entrada em vigor das orientações estratégicas, aprovadas pela RCM n.º 81/2012, de 3 de outubro - não seriam elaborados os relatórios bianuais, uma vez que, até à entrada em vigor das referidas orientações estratégicas, a delimitação da REN se fazia ainda de acordo com o regime estabelecido pelo DL n.º 93/90, razão pela qual no período 2007-2013 nenhum relatório foi elaborado.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram identificadas dificuldades, nomeadamente durante o processo de elaboração das orientações estratégicas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante						Muito relevante
	0	0	2	**3**	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A ação identificada no ponto A2c contribuiu para: (i) reforçar a importância estratégica da Reserva Ecológica Nacional para a proteção dos recursos considerados essenciais para a manutenção e preservação de uma estrutura biofísica indispensável ao uso sustentável do território, mantendo-lhe a natureza de restrição de utilidade pública; (ii) clarificar e objetivar as tipologias de áreas integradas na REN, distinguindo as que visam satisfazer objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade das que visam satisfazer objetivos de prevenção de situações de risco e identificando as suas funções, bem como os usos e ações que nelas são admitidos.

A ação identificada no ponto A2h permitiu a plena aplicação do regime legal estabelecido através do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, aos municípios com PDM em revisão e sem cartografia de REN em vigor.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que as realizações da medida alcançaram os resultados esperados.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional - a identificação de usos e ações compatíveis com cada uma das categorias de áreas integradas na REN, ultrapassando uma visão estritamente proibicionista sem fundamento técnico ou científico; a obtenção de critérios uniformes e melhor fundamentados técnica e cientificamente para a delimitação da

REN; deficiente articulação da REN com outros regimes jurídicos em vigor no que respeita à salvaguarda de recursos, valores e riscos, daí resultando a frequente aplicação de regimes de proteção com orientações contraditórias.

Institucional - a passagem do funcionamento da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN) para junto da DGT; passagem da CNREN a órgão de recurso; revisão da composição, das competências e das regras de funcionamento da CNREN; passagem da responsabilidade de delimitação da REN para as CM; passagem da responsabilidade de aprovação da REN para as CCDR.

Governativa - eliminação da aprovação da REN pelo Governo, passando a prever-se apenas a homologação da REN pelo membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território nos casos em que houver divergência entre a CM e a CCCDR quanto à sua delimitação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Estabelecendo maior articulação com outros regimes jurídicos, nomeadamente com o da Lei da Água, e com o Plano Setorial de Prevenção e Redução de Riscos (PSPRR).

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.2.

Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais.

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A ação identificada no ponto A2c contribuiu para a consolidação das áreas fundamentais para a proteção e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais mantendo no seu regime as áreas de proteção do litoral, as áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico e as áreas de prevenção de riscos naturais (desta vez assumidamente identificadas como tais) e atribuindo-lhes a natureza de restrição de utilidade pública.

Contribuiu ainda para aperfeiçoar o regime ao prever: (i) regras em matéria económico--financeira que envolvem a discriminação positiva, quer na atribuição de apoios por programas de financiamento público que contribuam para a gestão sustentável das áreas da REN, quer dos municípios com área afeta à REN no âmbito do Fundo Geral Municipal previsto na Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; (ii) que as áreas integradas na REN sejam consideradas, no âmbito da elaboração dos planos municipais de ordenamento do território, para efeitos de estabelecimento dos mecanismos de perequação

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere constribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.9.4

Implementar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, nomeadamente através da elaboração e execução dos planos e medidas de adaptação às alterações climáticas e da integração das suas orientações nos instrumentos de gestão territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

-

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

-

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não se tem informação de que tenham sido envolvidos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da ex- DGOTDU (atual DGT) na execução da medida. Todavia, no âmbito da implementação da medida identificada em A2h, foram envolvidos os seguintes recursos humanos: 3 Técnicos Superiores a tempo parcial a partir de 2010.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As medidas e ações previstas no PNAC visam fundamentalmente a mitigação das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE) e delas não decorreram diretamente orientações para os instrumentos de gestão territorial.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

-

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

A aprovação da ENAAC através da RCM n.º 24/2010, de 1 de abril. A ENAAC "*pretende aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas, manter actualizado e disponível o conhecimento científico sobre as alterações climáticas e os seus impactes e, ainda, reforçar as medidas que Portugal terá de adoptar, à semelhança da comunidade internacional, com vista ao controlo dos efeitos das alterações climáticas*."

No âmbito da ENAAC, a DGT integra o Grupo de Coordenação da ENAAC, bem como o Grupo Setorial do Ordenamento do Território e Cidades. As ações desenvolvidas pela DGT no âmbito da ENAAC constam do Relatório Setorial integrado no Relatório de Progresso de setembro de 2013, das quais se destacam as seguintes:

- Consulta aos municípios, através do representante da ANMP no Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC), sobre consciencialização e experiências de adaptação local - 2011;
- Compilação/síntese das estratégias de adaptação internacionais mais relevantes (Holanda, Reino Unido, Finlândia, Noruega, Alemanha, Austrália) - 2011;
- Recolha de informação sobre a relação entre os impactos das AC e as componentes de OT - 2011;
- Proposta de projeto de incorporação de medidas de adaptação às alterações climáticas nos Planos Diretores Municipais - 2011.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades internas prenderam-se com as limitações em termos de recursos humanos e em termos de capacidade financeira as quais comprometeram o programa de trabalhos definido, designadamente a contratação de serviços técnico-científicos de apoio ao desenvolvimento das tarefas.

As dificuldades externas prenderam-se com: (i) a demora e a complexidade verificada na constituição dos grupos setoriais; (ii) a Inexistência de informação disponível e necessária, de base territorial, e a escala adequada; (iii) desconhecimento da informação pelos agentes do setor; (iv) falta de sensibilidade para as alterações climáticas; (v) falta de ferramentas e capacitação dos técnicos e decisores; (vi) legislação desadequada.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Tendo em consideração as ações realizadas pela ex-DGOTDU (atual DGT) no âmbito da ENAAC, identificadas no Relatório Setorial integrado no Relatório de Progresso de setembro de 2013, pode-se afirmar que as mesmas contribuíram de forma positiva mas ainda muito insuficiente quer para a prossecução de uma política para as alterações climáticas mais articulada com as demais políticas territoriais e, em particular, com a política de ordenamento do território e cidades, quer no que respeita à recomendação de medidas que reduzam a vulnerabilidade dos territórios aos riscos potenciados pelas alterações climáticas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Tendo presente que será através da implementação da ENAAC que se desenvolverão orientações para os IGT, considera-se que as realizações ficaram aquém dos resultados esperados. Este facto deve-se em grande medida à falta de informação, quer quanto aos impactos das alterações climáticas, quer quanto à identificação das vulnerabilidades dos diferentes territórios a esses impactos. Por outro lado, o PNAAC, pela sua incidência na mitigação, afigurou-se não ser o instrumento adequado para atingir o resultado pretendido.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[ ] Com as mesmas características

[X] Com outras características. Quais?

Considera-se que deverá ser feita claramente a distinção entre os instrumentos e as medidas destinadas a tratar a mitigação das emissões dos GEE e os instrumentos e medidas destinadas a tratar as adaptações às alterações climáticas.

Dá-se também nota de que foi constituído o Grupo de Trabalho do Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2014-2020 (PNAC 2020), através do Despacho n.º 2441/2014, publicado a 15 de fevereiro de 2014, o qual visa acompanhar a elaboração deste programa. A sua coordenação geral compete à APA, integrando um representante da DGT.

A8. Observações complementares

Recentemente, a APA, no contexto do programa AdaPT, apoiado pelo EEA Grants, lançou um concurso para financiar um projecto de "Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas", que visa capacitar os agentes da administração local para desenvolverem e implementarem Estratégias Locais de Adaptação às Alterações Climáticas. Este projecto deve envolver no mínimo 20 municípios, pretendendo-se que os resultados obtidos possam ser disseminados, inspirando outros municípios que

Objetivo Específico 1.9

Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Pelas razões apontadas em A5a, pode-se afirmar que as ações realizadas pela DGT foram contributos positivos no sentido de dar cumprimento à implementação da ENAAC e, consequentemente, ao prosseguimento de uma política sustentada para as alterações climáticas que é claramente um dos propósitos do objetivo específico em causa.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.10.1.

Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

De acordo com o Quadro II – Objetivos Específicos e Domínios de Ação Governativa, do Programa de Ação, as entidades são o MAOTDR, o MOPTC, o MC e o MADRP, bem como, nas Regiões Autónomas, as Secretarias Regionais correspondentes, não sendo definidas as entidades responsáveis pela execução da medida, que envolve várias ações.

Só relativamente à Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, foi atribuída, posteriormente, em Julho de 2009, a coordenação dum Grupo de Trabalho encarregue de preparar uma proposta para a Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem (Despacho de 7 de Julho de 2009 de S.E. o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), alargado em 2010.

Uma vez que o GT/PNAP não finalizou os trabalhos, em 2013, foi criada a Comissão redatora da Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, sob coordenação do IHRU.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Do GT/PNAP constavam inicialmente, além da ex-DGOTDU (coordenadora), representantes do Ministério da Cultura (IGESPAR), da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Ordem dos Arquitetos, da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas e 6 personalidades. Numa 2.ª fase, em 2010, o GT/PNAP foi alargado, incluindo representantes do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Gabinete de Planeamento e Políticas), do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais), da Associação Portuguesa dos Geógrafos e da Associação Portuguesa da Ecologia da Paisagem.

Comissão Redatora da PNAP: IHRU (coord.); DGT; DGPC; AICEP; OA; APAP

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Desconhece-se.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	x	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações inerentes à execução da medida?**

- Ações de divulgação e sensibilização sobre a temática da paisagem e ordenamento do território.
- Desenvolver o documento de política da PNAP (Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem)

Ações não inerentes, mas relacionadas:

- Edição da publicação "A PAISAGEM NA REVISÃO DOS PDM. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal";
- Criação do Prémio Nacional da Paisagem;
- Organização do Prémio Nacional da Paisagem 2012.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Alargamento do âmbito de aplicação do plano de intervenção no espaço rural às Operações de proteção, valorização e requalificação da paisagem, decorrente da alteração do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro;
- Contrato para realização do estudo e edição da publicação "A PAISAGEM NA REVISÃO DOS PDM. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal";
- Apresentação de comunicações sobre o tema da paisagem e o ordenamento do território, em diversas, conferências, seminários e *workshops*, com vista à promoção e sensibilização para a temática.
- Co-organização com o Conselho da Europa, em Outubro de 2011, dos "*Tenth Council of Europe Meeting of the Workshops for the Implementation of the European Landscape Convention – Multifunctional Landscapes*";
- Criação do Prémio Nacional da Paisagem;
- Organização do Prémio Nacional da Paisagem 2012;
- Contrato para realização do estudo e edição da publicação "A multifuncionalidade da paisagem no Baixo Vouga Lagunar: uma contribuição para a adaptação às alterações climáticas" (2012).
- Criação do Grupo de Trabalho da PNAP (GT/PNAP) por despacho do MAOTDR (7 de julho 2009), confirmado pelo Despacho nº3718/2010 da SEOTC, com o mandato de propor o conceito e os princípios gerais da Política de Arquitetura e da Paisagem.
- Criação da Comissão Redatora da PNAP, Despacho nº9010/2013 de 10 de julho do MAMAOT
- Apresentação à tutela do *Documento Preliminar que Estabelece a Estrutura e o Âmbito do Documento da PNAP*, 24 de setembro 2013

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: 1 a 3 técnicos superiores, conforme as ações e equipas externas para a preparação dos estudos que deram origem às publicações "A PAISAGEM NA REVISÃO DOS PDM. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal" e "A multifuncionalidade da paisagem no Baixo Vouga Lagunar: uma contribuição para a adaptação às alterações climáticas".

PNAP - GT/PNAP constituído inicialmente por 11 membros, 6 dos quais são especialistas de reconhecido mérito, e alargado a 15 membros em 2010; realizou ao todo 7 reuniões entre setembro de 2009 e fevereiro de 2011. Comissão Redatora constituída por 8 membros, 2 deles especialistas de reconhecido mérito; até final de 2013 foram realizadas 5 reuniões de trabalho.

Recursos financeiros:

- Realização dos "*Tenth Council of Europe Meeting of the Workshops for the Implementation of the European Landscape Convention – Multifunctional Landscapes*" – cerca de 11.500 €;
- "A multifuncionalidade da paisagem no Baixo Vouga Lagunar: uma contribuição para a adaptação às alterações climáticas" – realização do estudo: 6.125,40 €; edição da publicação: 2.762,58 €.
- A PNAP não envolve recursos financeiros específicos.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

- Elaboração do Programa Nacional para a Recuperação e Valorização das Paisagens
- Protocolo para preparar "Orientações técnicas para o ordenamento da paisagem nos PU e PP" – não se concretizou dados os cortes no PIDDAC;
- Contrato para edição da publicação "Objetivos de qualidade paisagística: Uma proposta metedológica", baseada numa dissertação de doutoramento sobre "Metodologias de avaliação de qualidade da paisagem rural" - não se concretizou dados os cortes no PIDDAC;
- Iniciar a atualização da publicação "Contributos para a identificação e caracterização das paisagens em Portugal Continental" - não se concretizou dados os cortes no PIDDAC;
- "Projeto-piloto Portugal-Espanha para desenvolvimento de critérios de qualidade de paisagem para uma zona transfronteiriça" (de acordo com o referido na Declaração Conjunta da XXV Cimeira Luso-Espanhola) – ainda não teve seguimento, dados os cortes no PIDDAC.
- Documento com a proposta de conceito e princípios gerais da PNAP, na sequência do mandato do GT/PNAP (despachos de 7 de julho de 2009 e nº3718/2010).

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Continuação dos trabalhos da Comissão Redatora da PNAP com vista à apresentação do projeto de documento da PNAP, na sequência do Despacho nº9010/2013 de 10 de julho do MAMAOT

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além do período definido?**

Acompanhou-se informalmente a preparação da "Área de Paisagem Protegida das Serras do Socorro e Archeira", iniciativa da C.M de Torres Vedras, ação pioneira na aplicação da Convenção Europeia da Paisagem a nível local (2010-2011).

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unidade	Base (ano)	Resultados (ano)	Meta (ano)

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Internas: o tema da paisagem não ser considerado prioritário na definição dos objetivos da ex-DGOTDU.

Externas: restrições orçamentais ao longo dos anos (ligado também ao referido acima).

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Divulgação e sensibilização para a temática da paisagem e das suas relações e importância para o ordenamento do território, noção que se tornou mais comum e aceite, tanto por entidades setoriais como a nível das autarquias, sendo mesmo "apropriada" por alguns municípios (por exemplo, como referido com a iniciativa da C.M de Torres Vedras de criação da "Área de Paisagem Protegida das Serras do Socorro e Archeira" ou da C.M. de Loures, que com base na participação no projeto INTERREG IV-C "EUROSCAPES", preparou um documento estratégico com orientações para a gestão das áreas de paisagem cultural de maior relevo no território a norte do Município, a serem integradas nos IGT, e editou o livro "Loures. 10 Paisagens".

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Como referido anteriormente, a divulgação e sensibilização para a temática da paisagem e da qualidade da paisagem e das suas relações e importância para o ordenamento do território é um trabalho permanente e que não se esgota, pelo que os objetivos nunca estão alcançados (basta mudarem os decisores políticos).

O Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, como referido, nunca foi iniciado.

A implementação da Convenção Europeia da Paisagem é um trabalho permanente e que não se esgota, pelo que os objetivos nunca estão totalmente alcançados.

A preparação da Política Nacional de Arquitetura e da paisagem está em curso pelo que não é possível avaliar como responde aos objetivos.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Desconhece-se.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A medida deverá ser reformulada, estruturada, mais bem definida em termos de objetivos e ações. Deverá ter em conta o documento que resultará do trabalho desenvolvido pela Comissão Redatora da PNAP que se prevê finalizar no decorrer do mês de abril 2014.

A8. Observações complementares

Sobre a taxa de execução, a medida envolve ações diversas, pelo que a resposta não é única. Que se saiba, o Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens nunca foi iniciado, a implementação da Convenção Europeia da Paisagem é uma ação permanente (em curso), a Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem está em preparação, e a articulação com as políticas de ordenamento do território para promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem (se se entender que a articulação é com a CEP) é uma ação também permanente (em curso), pelo menos em

Objetivo Específico 1.10.

Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico X no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico Xi, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico Xi terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A justificação encontra-se nas respostas anteriores, no relativo à paisagem, sendo no entanto de referir que não é clara e objetiva a responsabilidade da sua implementação.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico Xi, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	x	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere constribuir(em) para a monitorização do objetivo específico Xi?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unidade	Base (ano)	Resultados (ano)	Meta (ano)

Medida Prioritária 1.11.1

Definir uma Estratégia Nacional Integrada para a Prevenção e Redução de Riscos (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território (DGT) e Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Existem outras entidades que têm colaborado com a DGT e a ANPC na elaboração do PSPRR, nomeadamente: a APA, o ICNF, a DGADR, o IPMA, o LNEC, o LNEG e as CCDR.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	x	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração do Plano Setorial de Prevenção e Redução de Riscos (PSPRR), decidida pelo Despacho Conjunto n.º 15682/2012, de 10 de dezembro. Este plano visa definir orientações estratégicas nacionais para a prevenção de riscos naturais ou de ação humana e para a adefinição das medidas de minimização dos seus efeitos a estabelecer pelos instrumentos de gestão territorial, em articulação com os planos de emergência de proteção civil

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: (i) DGT - 1 Diretor de Serviços, 2 técnicos superiores da DGT a tempo inteiro desde Novembro de 2012; (ii) ANPC - 1 Diretor de Serviços; (ii) Entidades setoriais - cerca de 17 técnicos superiores/investigadores

Os recursos financeiros envolvidos são os decorrentes do orçamento de funcionamento.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

Não foram realizadas pela DGT ações conducentes à definição de uma Estratégia Nacional integrada para a Prevenção e Redução de Riscos no período definido.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Está em curso a realização da ação descrita no ponto A2c.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Elaboração de um Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica de Base Municipal — setembro de 2009, de acordo com o Despacho n.º 27660/2008, de 29 de outubro.

Aprovação do Plano Nacional de Emergência e Proteção Civil (RCM n.º 87/2013, de 11 de setembro)

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram identificadas dificuldades

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não foram ainda alcançados resultados, uma vez que a medida ainda se encontra em curso.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A ausência de realizações no período definido levou a que os resultados ficassem francamente aquém do esperado.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo,

	Com as mesmas características
	Com outras características. Quais?

Prevendo um desenvolvimento mais operacional da medida, nomeadamente visando o estabelecimento de orientações para os IGT em matéria de prevenção e redução de riscos e em matéria de compatibilidade dos usos do solo com os diferentes graus de perigosidade.

A8. Observações complementares

Com a aprovação do PSPRR, a estratégia fica definida, no entanto torna-se necessário assegurar a implementação das ações do Programa de Execução do PSPRR (ver medida 1.11.3)

Medida Prioritária 1.11.3

Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Agência Portuguesa do Ambiente e as Câmaras Municipais.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

As entidades com competências específicas em matéria de risco que participam na elaboração ou no acompanhamento dos PROT, PMOT ou PEOT

As entidades que participaram na elaboração do PSPRR (ver medida 1.11.1), nomeadamente a DGT, ANPC, APA, CCDR, DGADR, ICNF, IPMA, LNEC e LNEG

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Proceder em sede de elaboração, alteração e revisão dos PROT, dos PMOT e dos PEOT às seguintes ações: (i) identificação das áreas de perigosidade e da respetiva graduação; (ii) estabelecimento dos usos compatíveis com essas áreas e das medidas de mitigação e redução dos riscos

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Em termos gerais, os PROT aprovados no período 2007-2013 tratam a temática dos riscos, embora de forma não sistemática e definem algumas orientações genéricas para alguns dos riscos que incidem nos seus territórios.

Os PMOT aprovados no período 2007-2013, pelo menos no cumprimento da legislação aplicável, designadamente do regime da REN, da Lei da Água e diplomas associados e do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não só identificam áreas perigosas como estabelecem usos do solo compatíveis com aqueles regimes.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A DGT apenas afetou recursos humanos à ação identificada no ponto A2h, os quais são os mesmos da ação descrita no âmbito da medida 1.11.1.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

O PSPRR, cuja elaboração se encontra em curso e está cometida à DGT e à ANPC, irá estabelecer orientações com vista à elaboração de cartas de perigosidade e respetiva graduação, bem como orientações para o estabelecimento dos usos compatíveis com essas áreas e das medidas de mitigação e redução dos riscos, orientações essas que servirão de referência às entidades responsáveis pela elaboração dos IGT.

Concorrem ainda para a execução desta medida as seguintes ações:

- Elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndio;
- Elaboração das Cartas da Reserva Ecológica Nacional, as quais incidem nas áreas de preveção de riscos naturais;
- A delimitação das "zonas adjacentes" prevista na Lei da Água e na Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos;
- Delimitação das "áreas inundáveis" e de "risco de inundação", ao abrigo do DL n.º 115/2010, de 22 de outubro

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades prendem-se fundamentalmente com a ausência de um quadro de referência estratégico de âmbito nacional que trate da temática riscos sob o ponto de vista do ordenamento do território.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações desenvolvidas no âmbito da medida, apesar de serem positivas, ainda são manifestamente insuficientes para atingir os referidos objetivos, uma vez que não abrangem todos os riscos inventariados para Portugal Continental no PSPRR em elaboração e não constam de todos os PROT, PMOT e PEOT.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Se se tomar em consideração o conjunto dos perigos identificados no PSPRR em curso, ter-se-á de concluir que as realizações que foram concretizadas no âmbito da medida em causa ficaram aquém do previsto, pois não só não cobrem a totalidade do território nacional, como não cobrem a totalidade dos referidos perigos, como ainda se revelaram incompletas ao nível das metodologias seguidas, pois nem sempre conduziram à identificação de áreas de perigosidade e à graduação dos respetivos perigos, ao estabelecimento dos usos compatíveis com essas áreas e ao estabelecimento de medidas de prevenção ou redução dos riscos.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[ ] Com as mesmas características

[X] Com outras características. Quais?

Mantendo em geral as anteriores características da medida, adicionalmente deve ser prevista, no âmbito da implementação do PSPRR, a realização das ações identificadas no seu Programa de Execução.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A medida 1.11.1 não só não se iniciou no prazo previsto (2007-2008) como também não foi concretizada no período previsto para o objetivo específico 1.11 (2007-2013), o que levou à inexistência de um quadro de referência estratégico de âmbito nacional que assegurasse de forma sistemática e uniforme a integração nos IGT e em especial nos PMOT das orientações relativas a riscos específicos, atualmente dispersas por várias fontes normativas.

Relativamente à medida 1.11.3, só alguns PROT, PMOT e PEOT integram cartas de perigosidade, definem usos compatíveis e medidas de prevenção e mitigação de riscos, ainda que por via de outros regimes (REN, Lei da Água, DFCI, etc.).

Assim sendo, globalmente e com base nas ações desenvolvidas no âmbito daquelas duas medidas, poderá dizer-se que o cumprimento do objetivo terá ficado muito aquém do esperado.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	1.1, 1.6, 1.10 e 1.11

Justificação sucinta da resposta anterior:

Para a área de atuação da DGT os objetivos específicos acima referidos são prioritários na medida em que se cruzam com as áreas de competência da instituição.

Um dos fins da política de ordenamento do território e de urbanismo definidos na Lei de Bases, consiste em acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana, pelo que o reconhecimento das situações de perigo e de risco, a avaliação das suas consequências e a minimização dos seus efeitos representam uma etapa essencial no processo de planeamento e de gestão do território, a qual é também um dos objetivos a atingir com a aprovação do PSPRR e com a sua implementação através de um conjunto de ações previstas no seu Programa de Execução para o período em causa.

O objetivo 1.10 mantém-se pertinente e atual aos dias de hoje. No contexto do objetivo estratégico 1, a prossecução do objetivo 1.10 implica uma estreita articulação com outros objetivos específicos nele considerados, designadamente o 1.2., 1.3., 1.4. e 1.8.

Um dos fins da política de ordenamento do território e de urbanismo definidos na Lei de Bases, consiste em acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana, pelo que o reconhecimento das situações de perigo e de risco, a avaliação das suas consequências e a minimização dos seus efeitos representam uma etapa essencial no processo de planeamento e de gestão do território, a qual é também um dos objetivos a atingir com a conclusão do PSPRR e com a sua implementação através de um conjunto de ações previstas para o período em causa.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nada a referir

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar?**

X Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Está considerada na reprogramação recente a resposta à Diretiva Europeia do Mar que impõe a gestão integrada da orla costeira e do espaço marítimo. Importa ainda acautelar que a nova estratégia nacional para o mar esteja em consonância com a ENGIZC, sendo que o SIARL pode ser um instrumento de apoio importante na articulação e respetiva implementação. Importa também dar sequência e articular a atividade de planeamento associada à região litoral.

No âmbito ou em articulação com outros objetivos estratégicos, designadamente 3 e 6. Objetivos específicos relacionados não apenas com a perspetiva da conservação e valorização dos recursos (Ob Est 1), mas também: (i) com a qualidade das paisagens e do ambiente construído, na perspetiva de observância das necessidades e aspirações dos indivíduos e grupos sociais; (ii) com a cultura cívica territorial, na perspetiva de promover o conhecimento, a educação e a participação para a arquitetura e a paisagem

***B2d.* Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Estratégia para a gestão integrada da orla costeira e espaço marítimo. Um plano de ação para o litoral baseado na ENGIZC.

O Plano Setorial de Prevenção e Redução de Riscos, em elaboração.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.3.*	*Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento*
Medidas Prioritárias	*2.3.1*	*Desenvolver instrumentos, no âmbito da Política de Cidades, que incentivem as aglomerações urbanas, isoladamente ou em rede, a assumirem uma visão estratégica de longo prazo que lhes garanta um posicionamento diferenciado e competitivo na economia do conhecimento a nível nacional e internacional (2007-2013).*
	2.3.2	*Incentivar a elaboração de programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os Arcos Metropolitanos de Lisboa, do Porto e do Algarve, para o sistema metropolitano do Centro Litoral e para a Madeira (2007-2013).*
	2.3.4	*Incentivar a constituição e a participação das cidades e das regiões portuguesas em programas e redes de cooperação transeuropeus intensivos em conhecimento (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.4.*	*Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego*
Medidas Prioritárias	*2.4.2*	*Incentivar parcerias locais e implementar mecanismos de contratualização entre o Estado, as Autarquias Locais, as empresas e outros atores urbanos com vista ao desenvolvimento de projetos diferenciadores nos domínios da competitividade e da inovação (2007-2013).*
	2.4.3	*Promover redes de cooperação entre cidades vizinhas, para ganhar massa crítica nos modernos fatores de competitividade e estruturar os diversos sistemas urbanos, recorrendo, nomeadamente, à realização de "contratos de aglomeração" entre o Estado e as Autarquias Locais e à constituição de parcerias entre entidades públicas e entre estas e entidades privadas (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.3.1

Desenvolver instrumentos, no âmbito da Política de Cidades, que incentivem as aglomerações urbanas, isoladamente ou em rede, a assumirem uma visão estratégica de longo prazo que lhes garanta um posicionamento diferenciado e competitivo na economia do conhecimento a nível nacional e internacional (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios; Entidades Intermunicipais; Agências de Desenvolvimento Regional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações inerentes à execução da medida?**

Preparação, divulgação, lançamento e condução do procedimento concursal; Seleção das candidaturas aprovadas e contratualização; Acompanhamento das ações desenvolvidas *in loco* e análise dos relatórios de execução; Validação técnica das ações desenvolvidas; Validação de despesas submetidas e respetivo pagamento.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Desenvolvimento e teste do modelo de Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI) temáticas via Ações Preparatórias.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos 2 técnicos superiores, parcialmente durante 18 meses

5 Ações Preparatórias para a constituição de Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação cofinanciadas a 70% por fundos comunitários até 100.000,00€ das despesas.

A decomposição final do Investimento global efetuado / Despesa elegível validada foi:

- Rede ECOS - 110.339,7€ / 60.778,6€;
- Rede Algarve Central – 116.124,8€ / 77.547,8€
- Rede Corredor Azul – 124.141,7€ / 107.864,7€
- Rede Quadrilátero – 390.740,0€ / 110.147,1€
- Rede Douro Alliance – € 225 484,1€ / 136 284,9€

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a referir

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a referir

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de Planos de Ação aprovados no instrumento RUCI / 5 Redes alvo de Ações Preparatórias	%	0%	2007	100%	2009	100%	2009

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A monitorização foi contratualizada, tendo sido determinada a obrigatoriedade de *reporting* intermédio e final e de prestação de informação à ex-DGOTDU. A ex-DGOTDU desenvolveu o acompanhamento presencialmente nas ações mais relevantes de cada rede, através de reuniões *in loco* e nas suas instalações centrais e mediante análise dos relatórios de atividade, resultados materiais e despesas das redes selecionadas. Foram elaborados pela ex-DGOTDU relatórios técnico-financeiros de encerramento das 5 operações financiadas.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Na perspetiva interna, as maiores dificuldades sentidas prenderam-se com a logística de acompanhamento, em resultado da diversidade territorial das redes selecionadas.

Na ótica das redes, as maiores dificuldades ocorreram no processo de síntese de uma visão coletiva das parcerias estratégicas, fator que se traduziu subsequentemente na fase de implementação e execução.

Registaram-se também dificuldades na articulação entre a ex-DGOTDU e as CCDR (na condição de promotoras virtuais das RUCI e de Autoridades de Gestão dos POR). Embora reconhecida como útil e necessária por ambas as partes, esta articulação nunca ocorreu de forma estruturada, nomeadamente em sede de regulamentação do instrumento de política e de acompanhamento da implementação das operações.

Registou-se ainda, quer ao nível interno das ações, quer à sua influência sobre os critérios de seleção das RUCI contratadas ao abrigo dos PO Regionais, dificuldades em assegurar a presença dos espaços de internacionalização da economia nacional, tal como são entendidos no PNPOT, nas redes constituídas.

Outra dificuldade acrescida foi o imperativo de focagem territorial da POLIS XXI nas Regiões Convergência.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Relativamente ao objetivo estratégico, a relação das cidades participantes em rede traduziu uma iniciativa de "reforço da competitividade territorial de Portugal", facto que se aplica tanto às redes 'territoriais' como à rede 'temática' ECOS. Quanto à "integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global", todas as redes territoriais abordaram essa dimensão-problema, salientando-se, pela sua natureza, as redes do Corredor Azul e do Douro *Alliance*.

Relativamente ao objetivo específico, as ações preparatórias foram efetivamente um incentivo ao

desenvolvimento de uma visão estratégica de longo prazo focada na competitividade e inovação, a partir do da governança e da cooperação temática intermunicipal.

A relevância para os objetivos resulta, contudo, mitigada quer pela expressão restrita das redes das ações preparatórias no conjunto das RUCI, quer pelas dificuldades de execução das RUCI em geral.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As realizações da medida atingiram os resultados inicialmente preconizados, quer do ponto de vista do reforço da dimensão interurbana de governança, quer do ponto de vista da preparação e candidatura de um documento de programação estratégica das redes.

O forte investimento das parcerias no processo de cooperação e aprendizagem coletiva e a disponibilidade dos executivos municipais para desenvolverem agendas partilhadas foram dimensões particularmente inovadoras que resultaram das ações, tendo em alguns casos surpreendido os próprios parceiros.

Este sucesso deve-se em grande medida às características das parcerias selecionadas, quer em termos de capacidade individual dos parceiros, quer pela existência de processos de convergência precedentes ou em curso.

Não é possível aferir a qualidade da implementação no terreno (que ocorreu sob a alçada das Autoridades de Gestão dos POR, em momento posterior às ações preparatórias), nem depreender da persistência no presente das relações e compromissos assumidos, ao nível de cada rede constituída.

A não tradução do Sistema Urbano Nacional como critério de elegibilidade nas candidaturas RUCI territorial demonstra que a medida foi prosseguida sem, contudo, se focar nos territórios alvo iniciais. Isto deveu-se, quer ao limite de elegibilidade nas regiões convergência do âmbito territorial da POLIS XXI, quer à deriva do instrumento para promover também redes temáticas, quer à opção política de não determinar a elegibilidade territorial a partir do sistema urbano nacional, nem definir dimensões mínimas e/ou máximas das redes ou das suas cidades.

Estas vicissitudes, aliadas ao facto de se tratar de um exercício piloto, não deixam de demonstrar a necessidade de assegurar alguma flexibilidade para os instrumentos assentes na cooperação intermunicipal para que possam refletir a realidade das relações existentes.

Por outro lado, o reforço da dimensão de governança intermunicipal, em particular nas Áreas Metropolitanas, depende da disponibilidade dos municípios para se comprometerem a longo prazo com um processo de convergência estratégica alargada (ao conjunto dos municípios das AM), reserva que se tem revelado o principal obstáculo a ultrapassar.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactos mais marcantes foram fundamentalmente de natureza institucional, mediante a promoção

da interação e compromisso entre municípios parceiros e outros agentes sub-regionais.

Do ponto de vista funcional, alguns modelos de governação das parcerias colocaram desafios internos de organização e capacitação, nomeadamente ao nível das responsabilidades de agenciamento, coordenação e secretariado por parte dos parceiros líderes.

Quanto aos impactos de natureza governativa, importa salientar que as ações preparatórias conduzidas foram o primeiro passo de operacionalização do quadro estratégico plasmado no documento POLIS XXI, e visaram testar no terreno os pressupostos de cooperação e estratégia interurbanas nele adiantados.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A cooperação e trabalho em rede entre centros urbanos são um tema central do quadro de referência estratégico *Cidades Sustentáveis 202*0 que se encontra em elaboração. Neste âmbito, o instrumento *Investimento Territorial Integrado* (ITI) assume um papel crítico de sustentação das Estratégias de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Contudo, não existe no nível sub-regional um modelo harmonizado de agenciamento de competências, cooperação estratégica e capacitação técnica. O desenvolvimento de ações preparatórias, enquanto instrumento piloto de implementação, para a constituição dos ITI e agenciamento do Desenvolvimento Urbano Sustentável poderia permitir uma aferição dos recursos efetivos das CIM e o desenvolvimento de um quadro harmonizado de cooperação inter-municipal, quer na perspetiva da competitividade e inovação (em colaboração com as CCDR), quer nas perspetivas da sustentabilidade e da inclusão (tirando proveito da escala e do *pooling* de recursos para assegurar a coordenação e o compromisso estratégico intermunicipais).

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.3.2

Incentivar a elaboração de programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os Arcos Metropolitanos de Lisboa, do Porto e do Algarve, para o sistema metropolitano do Centro Litoral e para a Madeira (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios; Entidades Intermunicipais; Agências de Desenvolvimento Regional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações inerentes à execução da medida?**

Preparação, divulgação, lançamento e condução do procedimento concursal; Seleção das candidaturas aprovadas e contratualização; Acompanhamento das ações desenvolvidas *in loco* e análise dos relatórios de execução; Validação técnica das ações desenvolvidas; Validação de despesas submetidas e respetivo pagamento.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Desenvolvimento e teste do modelo de Redes Urbana para a Competitividade e a Inovação (RUCI) temáticas via Ações Preparatórias.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Vide resposta a 2.3.1

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

Vide resposta a 2.3.1

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Vide resposta a 2.3.1

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além do período definido?**

Vide resposta a 2.3.1

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unidade	Base (ano)	Resultados (ano)	Meta (ano)
Vide resposta a 2.3.1				

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Vide resposta a 2.3.1

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Vide resposta a 2.3.1

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A medida pressupôs o "incentivo à elaboração de programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional".

Destacam-se neste capítulo as redes Algarve Central, e Quadrilátero Urbano, do Arco Metropolitano do Porto.

A focagem na dimensão de internacionalização da nossa economia esteve, contudo, também presente nas restantes redes: a ECOS, focada no tema da energia e construção sustentável; o Corredor Azul, ligada ao trajeto do TGV e ao corredor territorial Lisboa-Évora-Madrid; a Douro *Alliance*, associada à vantagem competitiva do recurso territorial do rio Douro.

Não estavam representadas redes do sistema metropolitano do Centro Litoral e do Arco Metropolitano de Lisboa.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Vide resposta a 2.3.1

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Vide resposta a 2.3.1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Vide resposta a 2.3.1

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.3.4

Incentivar a constituição e a participação das cidades e das regiões portuguesas em programas e redes de cooperação transeuropeus intensivos em conhecimento (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Cidades parceiras em Redes Temáticas URBACT

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	x	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Participação no Programa Operacional URBACT II, incluindo representação nacional no Comité de Monitorização, coordenação do Ponto de Disseminação Nacional e articulação institucional com a Autoridade de Certificação (ex-IFDR) e Autoridades de Gestão (CCDR).

Participação na rede *European Urban Knowledge Network* (EUKN), incluindo representação nacional no *Steering Committee*, coordenação do Ponto Focal Nacional e disseminação da informação sobre a rede (cidades, universidades, especialistas).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Participação no Programa Operacional URBACT II, incluindo representação nacional no Comité de Monitorização, participação em grupos de trabalho, coordenação do Ponto de Disseminação Nacional (portal, realização de *Info Days* anuais, organização conjunta de formação para os Grupos de Ação Locais e de seminários de divulgação dos projectos nacionais) e articulação institucional com a Autoridade de

Certificação (IFDR) e Autoridades de Gestão (CCDR).

Participação na rede *European Urban Knowledge Network* (EUKN), incluindo representação nacional no *Steering Committee*, participação em grupos de trabalho, coordenação do Ponto Focal Nacional e disseminação da informação sobre a rede (cidades, universidades, especialistas), publicação do Guia *Desenvolver Competências de Aprendizagem através da plataforma EUKN: perspectivas metodológicas* de José Manuel Henriques e Beverly Trayner.

Participação nos Programa Operacional ESPON 2013 e no Projeto EATIA, nomeadamente nas atividades dos órgãos de gestão do Programa e do Projeto, respetivamente Comité de Monitorização e *Steering Committee* do EATIA, participando-se nas suas reuniões e seminários, organizou-se e implementou-se a articulação com as Autoridades Nacionais de Certificação e de Auditoria.

Procedeu-se à divulgação do Programa e das aberturas de concursos para os vários projetos e atividades, quer diretamente através de uma lista de divulgação específica quer através do *website* da DGOTDU e de um *subsite* específico do ESPON, bem como apresentando e divulgando o Programa em diversos seminários e esclarecendo dúvidas através de respostas a perguntas, dirigidas direta e isoladamente, sobre o Programa e as suas atividades.

No caso do Programa ESPON 2013, durante o semestre da Presidência Portuguesa (2007) participou-se também no, e coordenou-se, o *Concertation Committee* e o Comité de Monitorização, organizando-se ainda, em Portugal, no mesmo período, as reuniões do Comité de Monitorização e o Seminário semestral do Programa. Participou-se também, por varias vezes, na Comissão de Avaliação de propostas de projetos de investigação e na preparação dos termos de referência dos vários projetos do Programa. Acompanhou-se a realização dos vários projetos, analisando-se e comentando os seus relatórios. Procedeu-se à certificação de parceiros portugueses participantes ou candidatos a projetos e na preparação dos vários documentos exigidos pelos Regulamentos Comunitários para a gestão do Programa. Por diversas vezes participou-se em seminários e *workshops* do programa e/ou dos seus projetos, quer como orador, relator ou "*facilitator*" das sessões. Prepararam-se também candidaturas da DG a diversos projetos da Prioridade 1 e 2, e dinamizaram-se candidaturas de diversas entidades.

No caso do Projeto EATIA, além da participação e orientação do projeto, participou-se nas reuniões do seu *Steering Committee* (uma delas organizada e realizada em Lisboa) e nos seus seminários, organizou-se, dinamizou-se e coordenou-se, a nível nacional, os seus "*Interactive Learning Workshops*", envolvendo diversas entidades.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos:

- No URBACT, 1 técnico superior afecto parcialmente;
- No EUKN, 1 técnico superior afecto parcialmente, serviço externo de consultadoria e especialistas do ISCTE (Protocolo e financiamento através do PIDAAC / rubrica afeta à Rede);
- No ESPON, 1 técnico superior, a tempo parcial:

Recursos financeiros:

- No ESPON, só possível contabilizar o pagamento da contribuição nacional durante o período do Programa, no total de 402 960 €, não sendo fácil determinar outros custos envolvidos (tanto da DG como dos diversos parceiros).

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

Relativamente ao URBACT, por falta de recursos financeiros, não se participou em todas as reuniões do Comité de Monitorização.

Foi decidida descontinuar a participação na rede EUKN, por motivos financeiros.

Dadas as restrições financeiras e as regras para os Pontos de Contacto do ESPON (ESPON ECP), nunca foi possível criar o ECP e, portanto, implementar as suas funções (que foram parcialmente desempenhadas pelo membro do Comité de Monitorização).

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

A DGT participou ainda em projetos INTERREG, como o Facts e o IMEA

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador (es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Participações em reuniões/seminários	N.º	1	2007	22	2013		
Realização de eventos (Reuniões, Seminários)	N.º	-	2007	18	2013		
Publicação de documentos	N.º	-	2007	2	2013		
Relatórios em reuniões e pareceres elaborados	N.º	3	2007	40	2013		

(EUKN: documentos publicados na plataforma)	N.º	5	2007	20	2013		

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

URBACT – Ficha de Avaliação do Projecto e/ou Actividade + Folhas de Execução Material do PIDDAC, evidencia: representação no Comité de Monitorização – evidência na troca de mensagens, elaboração de documentos e contributos escritos; ligação com os parceiros nacionais e o apoio na comunicação como Secretariado URBACT; estabelecimento do Ponto de Disseminação Nacional, através do Protocolo assinado com o Secretariado URBACT II em 2010; promoção de diálogo com as Autoridades de Gestão (CCDR), através da criação do Grupo de Ligação em 2008, reativado em 2013 e 2014 para a avaliação de resultados do POEUKN – Ficha de Avaliação do Projecto e/ou Actividade + Folhas de Execução Material do PIDDAC, evidencia: afirmação do NFP Nacional; contribuição para grupos de trabalho EUKN; organização de um sistema de validação e informação temática coerente; participação em reuniões do SG, Web Managers e NFP; colaboração nos Grupos de Trabalho EUKN; integração nas redes europeias; realização da reunião do SG em Portugal; preparação do Portal Nacional EUKN; cooperação com outros Programas (URBACT II e EQUAL).

- Publicação de um Documento Estratégico (Protocolo com ISCTE)

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Relativamente ao URBACT e ao EUKN, as dificuldades internas prenderam-se com a afetação de recursos humanos e financeiros demasiado exíguos e com insuficiente articulação interna com a Unidade Administrativa e Financeira. No URBACT, as insuficiências de comunicação dentro da organização e do Ministério no conhecimento e disseminação das conclusões e resultados de reuniões de grupos de trabalho e projetos com relevância no ordenamento do território e urbanismo fragilizaram potenciais sinergias de temas comuns.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A participação no Programa Operacional URBACT II e no EUKN permitiu a participação de 14 Cidades, 1 Junta de Freguesia, uma Autoridade Portuária e 1 Universidade envolvidas em 19 Parcerias em projetos em redes e parceria com outras cidades europeias, contribuindo positivamente para reforçar a sua capacidade enquanto motores de internacionalização, a partir da sua experiência de trabalho em rede e conhecimento de boas práticas.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

No Programa Operacional URBACT II, os resultados foram muito além do que se esperava. As regiões foram impulsionadas pelas suas cidades a participarem neste PO e passaram a encará-lo como uma vantagem (quando inicialmente o viam como uma sobreposição dos POR).

Relativamente ao EUKN, não se chegou ao fim do período inicialmente contratualizado, o que fez que se perdesse uma parte substancial do investimento feito entre 2006 e 2012, e mesmo do anterior, feito em 2005 pelo Estado Português (SEALOT) na matéria da coordenação das redes europeias de conhecimento.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

URBACT: Impactos funcionais: experiência adquirida e competências ganhas no acompanhamento de programas operacionais; Impactos institucionais: articulação com as autoridades regionais de gestão (CCDR) e as autoridades de certificação (IGF e IFDR) abrindo novas formas de cooperação institucional; Impactos governativos: comunicação com as tendências mais recentes no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável e nas práticas dos outros estados membros quanto à capacitação das suas cidades, influenciando a formulação de novas prioridades de política.

EUKN: Impactos funcionais: aprendizagem organizacional na adaptação ao trabalho em rede obrigando a uma agilização de procedimentos organizacionais desadequados a este tipo de funcionamento; Impactos institucionais: aprendizagem institucional através da comunicação com outras entidades para objetivos de partilha de informação na plataforma; Impactos governativos: apreensão de outras formas de partilha de resultados e influência na esfera de decisão política e ação governativa, a partir de reconhecimento de resultados / sucessos nas formas de intervenção divulgadas nesta rede.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A medida definida para o período 2014-2020 deve apontar para maiores sinergias com o quadro nacional de referência estratégica de política de cidades e com a construção de um referencial metodológico inovador e operacional em termos de desenvolvimento urbano sustentável, tendo presente em particular a previsão de integração no PO URBACT III da ferramenta *Reference Framework for Sustainable Cities*.

A medida deve igualmente apontar para fortes articulações entre a participação das cidades em redes de cooperação e o desenvolvimento dos instrumentos de territorialização previstos no novo Quadro Europeu Comum, com particular destaque para o instrumento *Desenvolvimento Local de Base*

A8. Observações complementares

Para o melhor sucesso do PO URBACT III, deverá trabalhar-se no sentido de melhorar:

- A articulação externa entre a DGT e as CCDR enquanto Autoridades de Gestão, através de reforço institucional do Grupo de Ligação criado;
- A articulação e partilha de responsabilidade entre a DGT e a ADC;
- Os fluxos de informação internos e com grupos de trabalho dos Ministérios.

Objetivo Específico 2.3

Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	**3**	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Do ponto de vista do instrumento das Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI), as ações preparatórias desenvolvidas contribuíram positivamente para o reforço da capacidade de internacionalização e desenvolvimento das 29 cidades participantes. Contudo, o processo de afirmação como motores de internacionalização e desenvolvimento resulta mais objeto do trabalho de implementação das Redes, financiado pelos Planos Operacionais Regionais, do que do desenvolvimento da abordagem estratégica para atingir esse objetivo, que foi o foco concreto das ações preparatórias.

Relativamente ao URBACT, o contributo deu-se: na promoção da capacidade de trabalhar em parceria ou de liderar uma rede temática e promover a troca de experiências com outras cidades europeias; no reforço de instrumentos de intervenção para o desenvolvimento urbano e sustentável a nível local com uma referenciação internacional.

Relativamente ao EUKN, o contributo foi relevante: na aprendizagem de funcionamento em rede nas esferas organizacional, institucional e governativa que tornaram possível a capacitação de mais cidades como motores de internacionalização e desenvolvimento; na partilha de experiências documentadas que permitiram aferir do grau de experiência acumulada e de situar melhor a capacidade interventiva e inovadora a nível europeu.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador (es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 2.4.2

Incentivar parcerias locais e implementar mecanismos de contratualização entre o Estado, as Autarquias Locais, as empresas e outros atores urbanos com vista ao desenvolvimento de projetos diferenciadores nos domínios da competitividade e da inovação (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território, na qualidade de Organismo Intermédio do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT); Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza; Autoridade de Gestão do POVT

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Beneficiários promotores ou parceiros de operações – Municípios, Associações de Municípios, Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Sociedade Civil, Empresas públicas.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade de Gestão do POVT

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	**X**

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração de Regulamentos; Comunicação e divulgação do instrumento; Abertura de concursos; Seleção de Operações; Consulta de Peritos; Contratualização; Acompanhamento da execução física e financeira; Validação de Contratos Públicos; Apoio aos beneficiários; Reprogramações; Audições conjuntas com o POVT; *Reporting* de execução. Contratação de peritos, acompanhamento da produção do conteúdo, validação e edição da das Publicações da Série Política de Cidades.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Desenvolvimento do instrumento de política Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano. Lançamento de 2 concursos, receção de 68 candidaturas, 29 no 1º concurso e 39 no 2º concurso e seleção e acompanhamento de 20 operações, 13 do 1º concurso e 7 do 2º. Desenvolvimento de 7 publicações de orientação na série Política de Cidades, destinadas a enquadrar a temática e orientar potenciais parcerias do instrumento de política.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: 6 técnicos superiores afetos parcialmente entre 2008 e 2012.

Recursos financeiros: o valor acumulado da Assistência Técnica correspondente ao período 2008 a 2012 foi de 422.757 €. A produção do conteúdo técnico das publicações foi orçamentada a uma média de 7.500 € por nº da série. O instrumento tinha uma previsão de 90 M€, tendo sido contratados efetivamente 20 projetos-piloto com o valor total de 21.879.824 €.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A previsão de execução do Instrumento de Política ancorou-se num objetivo de 75 projetos-piloto entre 2008 e 2015, ao longo de 8 procedimentos concursais, com um orçamento de base de 90 M€ para um cofinanciamento a 70%, numa média de aproximadamente 1,2 M€ por projeto. A decisão de abertura de apenas dois procedimentos concursais condicionou o cumprimento das metas inicialmente fixadas, tendo ainda assim sido contratados 20 projetos-piloto com o valor total de 21.879.824 €. Não foram realizadas as ações de disseminação de boas práticas, previstas para o fim do período de execução, em resultado da interrupção abrupta do programa de financiamento.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a referir.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Operações contratadas	N.º	0	2007	75	2015	20	2012
Volume de cofinanciamento comprometido	M€	0	2007	90	2015	15,32	2012
Procedimentos concursais lançados	n.º	0	2007	8	2015	2	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A monitorização foi contratualizada, tendo sido determinada a obrigatoriedade de *reporting* periódico e final e de prestação de informação à ex-DGOTDU. Esta desenvolveu o acompanhamento junto dos beneficiários, em ações de acompanhamento material e financeiro, em seminários de acompanhamento, através de reuniões no terreno, na ex-DGOTDU e no POVT, analisando os relatórios de atividade, contratos, realizações materiais e despesas das operações, solicitando informações pertinentes e prestando esclarecimentos aos beneficiários.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades internas prenderam-se com a curva de aprendizagem da equipa que, associada ao modelo pesado de seleção e à duplicação de algumas competências com a Autoridade de Gestão do POVT, conduziu a períodos longos de aprovação das operações. A verificação da contratação pública também se colocou como um desafio, até ser centralizada na AGPOVT.

Do ponto de vista dos beneficiários, é possível apontar como principais dificuldades o diagnóstico e caracterização dos problemas urbanos abordados, a insustentabilidade das parcerias, com fraca participação para além do universo dos Municípios, as restrições financeiras, que condicionaram e em algumas situações condenaram a implementação dos projetos e as questões de coordenação interna e *reporting*, fruto também do peso administrativo a estas associado.

A relação com a AGPOVT foi excessivamente formalista. O estrangulamento financeiro do Instrumento veio aliás a ser resultado de uma decisão gestionária dessa entidade.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | **2** | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Relativamente ao objetivo estratégico, a expressões de inovação urbana dos projetos financiados traduziram um efetivo "reforço da competitividade territorial de Portugal". Quanto à "integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global", essa não era à partida uma dimensão-problema abordada pelo instrumento, embora algumas operações, pela sua natureza (o turismo orientado para a mobilidade reduzida, na Lousã, ou as iniciativas de animação urbana da Porto Vivo), tenham contribuído para promover essa integração.

Relativamente ao objetivo específico, constata-se a ambição por parte dos projetos financiados de se afirmarem como pólos regionais de competitividade nas temáticas a que se candidataram, tirando proveito do processo de inovação urbana para gerarem economia urbana e destacarem-se

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram contratualizadas com sucesso, ao longo de 2 concursos, 20 operações em 4 áreas temáticas distintas com um nível de qualidade assinalável no âmbito do instrumento de política Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano (AIDU), tendo os mecanismos de desenvolvimento, lançamento, seleção, contratualização e acompanhamento das operações correspondido aos objetivos propostos. A publicação dos 7 números da Série Política de Cidades para orientação temática e estratégica das AIDU também é de salientar na medida em que abordaram novos problemas e procuras urbanas, que constituíram o objeto preferencial das AIDUS.

A interrupção do programa de financiamento, pela suspensão da abertura do 3º procedimento concursal em preparação, limitou a capacidade de cumprimento das metas de realização fixadas e comprometeu a possibilidade de serem explorados os demais temas do instrumento. Por outro lado, ficou inviabilizado o ciclo de encerramento, síntese e disseminação de resultados preconizado como um dos corolários do instrumento.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactos mais marcados foram de natureza funcional, em resposta aos desafios internos de organização e capacitação, nomeadamente ao nível do agenciamento e secretariado técnico, acompanhamento da execução e *reporting* e comunicação externa por parte da equipa multidisciplinar de projeto.

Os impactos mais significativos de natureza institucional reportam à relação estreita com o Gabinete SEOTC na fase de arranque, ao estabelecimento de uma plataforma operativa de partilha de competências e responsabilidades com o POVT, à colaboração com as CCDR no âmbito da divulgação do Instrumento de Política e ao capital de confiança obtido pela interação diária com as entidades locais das parcerias.

Quanto aos impactos de natureza governativa, as AIDU foram desenvolvidas como um dos instrumentos operacionais definidos no POLIS XXI, vocacionado para a procura, na escala intra e interurbana, de

tecnologias, serviços ou formas organizativas de resposta aos novos problemas e procuras urbanos, caracterizando-se em particular pela sua gestão de nível nacional, em resultado da articulação entre e o Gabinete SEOTCN e a AGPOVT.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A relevância do estímulo à inovação urbana resulta reforçada para o período 2014-2020, com a afetação de uma verba mínima de FEDER para Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, de gestão concentrada nos serviços da Comissão Europeia, ao invés do modelo pioneiro preconizado por Portugal, sediado no Estado-Membro.

O figurino AIDU 2007-2013 poderá ser substituído por um modelo de organização em rede de cidades inovadoras em diversos temas relevantes para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, que possa funcionar como base de estruturação e financiamento dos processos de inovação urbana, mas também como fórum de partilha, disseminação e cooperação internacional.

A orientação temática deverá ser realinhada com a Estratégia 2020 e com o quadro de referência estratégico *Cidades Sustentáveis 2020* em elaboração, com enfoque na inovação económica, com potencial de geração de emprego qualificado e aumento das exportações e redução da dependência carbónica e coordenada com os perfis regionais de especialização inteligente, com a rede do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e com a geografia específica dos pólos urbanos de inovação económica e industrialização.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.4.3

Promover redes de cooperação entre cidades vizinhas, para ganhar massa crítica nos modernos fatores de competitividade e estruturar os diversos sistemas urbanos, recorrendo, nomeadamente, à realização de "contratos de aglomeração" entre o Estado e as Autarquias Locais e à constituição de parcerias entre entidades públicas e entre estas e entidades privadas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Vide resposta a 2.3.1

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Vide resposta a 2.3.1

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Vide resposta a 2.3.1

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Vide resposta a 2.3.1

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Vide resposta a 2.3.1

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Vide resposta a 2.3.1

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Vide resposta a 2.3.1

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Vide resposta a 2.3.1

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Vide resposta a 2.3.1

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Vide resposta a 2.3.1							

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Vide resposta a 2.3.1

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Vide resposta a 2.3.1

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações preparatórias foram um incentivo à governança e cooperação intermunicipal com os objetivos de exploração de sinergias e complementaridades e de obtenção da massa crítica necessária à afirmação dos territórios envolvidos como pólos regionais de competitividade e inovação. A relevância para o objetivo resulta, contudo, mitigada, quer pela expressão restrita das redes das ações preparatórias no conjunto das RUCI, quer pelas dificuldades de execução das RUCI em geral.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Vide resposta a 2.3.1

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Vide resposta a 2.3.1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Vide resposta a 2.3.1

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.4

Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico Xi terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Do ponto de vista do instrumento das Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI), as ações preparatórias desenvolvidas contribuíram positivamente para o reforço da afirmação das 29 cidades participantes como pólos regionais de competitividade.

Contudo, o processo de afirmação resulta mais objeto do trabalho de implementação das Redes, financiado pelas Autoridades de Gestão dos POR, do que do desenvolvimento da abordagem estratégica para atingir esse objetivo, que foi o foco concreto das ações preparatórias.

Do ponto de vista das AIDU, os municípios e as parcerias inter-municipais beneficiários confirmaram-se, mais do que se afirmaram, como pólos regionais de competitividade, porquanto as AIDU tiveram o efeito de sustentação e incremento do perfil de competitividade regional. Esse facto explica-se pela natureza particularmente exigente dos processos de inovação, o que atraiu candidatos com capacidades de resposta e maturidade estratégica significativos

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

[ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere constribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 2.3., 2.4. e 2.5.

Justificação sucinta da resposta anterior:

Os objetivos específicos 2.3., 2.4. e 2.5. devem ser continuados no período 2014-2020. As cidades portuguesas concentram hoje a maioria da população, das atividades económicas e da riqueza e têm um papel fundamental como motor do crescimento económico, da competitividade e do emprego. Deverá, assim, continuar a apostar-se nos pólos regionais e no reforço do contributo das cidades para a internacionalização da economia portuguesa (objetivos específicos 2.3. e 2.4.). Por outro lado, contudo, se não houver o cuidado de promover o maior equilíbrio da distribuição da população no território (objetivo específico 2.5.), corre-se o risco de uma intensificação dos fenómenos de polarização populacional no território continental.

No caso concreto do objetivo 2.3., que constitui o *core-business* do PO URBACT, prevê-se em sede de Acordo de Parceria a participação no PO URBACT III, considerando-se, portanto, essencial assegurar a sua continuidade.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar?**

[X] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os objetivos específicos enquadram adequadamente as medidas que se preconizam, podendo ser enriquecidos com a menção da necessidade de afirmação das cidades, em particular das Áreas Metropolitanas e das cidades médias, enquanto líderes do desenvolvimento sustentável, da centralidade do paradigma do desenvolvimento urbano sustentável.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Quadro de referência estratégico *Cidades Sustentáveis 2020* em elaboração.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais

Matérias objecto de inquérito:

Objetivo específico	*3.3.*	*Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas*

Medidas Prioritárias	*3.3.1*	*Rever o quadro legal, para que nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nas aglomerações urbanas de maior dimensão se verifique uma maior articulação entre o desenvolvimento de novas urbanizações e o sistema de transportes, nomeadamente através do condicionamento da aprovação de planos de pormenor e do licenciamento de loteamentos à avaliação dos seus impactes no sistema de mobilidade (2007-2009).*
	3.3.2	*Reforçar a componente estratégica dos Planos Diretores Municipais, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios (2007-2009).*
	3.3.5	*Introduzir procedimentos de avaliação do impacte territorial da criação de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo, nomeadamente em termos do impacte no crescimento urbano, na mobilidade e no uso eficiente dos recursos (2007-2009).*
	3.3.6	*Dinamizar a aplicação dos diversos mecanismos de execução dos instrumentos de gestão territorial previstos no Decreto-Lei 380/99, nomeadamente promovendo um urbanismo programado e de parcerias e operações urbanísticas perequativas e com autossustentabilidade financeira (2007-2013)*
	3.3.7	*Aperfeiçoar os mecanismos de assumpção por parte dos promotores das externalidades geradas pelas novas urbanizações, quer sobre as infraestruturas quer sobre a estrutura ecológica (2007-2009).*

Objetivo específico	*3.4.*	*Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas*

Medidas Prioritárias	*3.4.2*	*Assegurar uma distribuição coerente e equilibrada de serviços desconcentrados da Administração Central e da oferta de equipamentos e serviços públicos em zonas de baixa densidade e desenvolver uma rede de centros multisserviços, para prestar serviços de interesse geral às populações aí residentes, através de uma metodologia assente na proximidade aos beneficiários, no uso de unidades móveis e das tecnologias de comunicação à distância, na integração e polivalência de recursos e na contratualização entre os serviços desconcentrados da administração pública central, as autarquias e outros agentes de desenvolvimento local (2007-2013).*

3.4.4	*Incentivar parcerias de âmbito urbano-rural para o ordenamento de áreas específicas do território, recorrendo quer aos Programas de Ação Territorial, como instrumentos de coordenação das atuações da autarquias locais e de outros agentes, quer à elaboração e implementação dos Projetos de Intervenção em Espaço Rural (PIER) (2007-2013).*
3.4.5	*Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), no território continental e, com as necessárias adaptações, nos territórios das Regiões Autónomas, incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais e de baixa densidade (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.3.1

Rever o quadro legal, para que nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nas aglomerações urbanas de maior dimensão se verifique uma maior articulação entre o desenvolvimento de novas urbanizações e o sistema de transportes, nomeadamente através do condicionamento da aprovação de planos de pormenor e do licenciamento de loteamentos à avaliação dos seus impactes no sistema de mobilidade (2007-2009).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e Ministério da Economia.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Direção-Geral do Território.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [X] Em curso [ ] Concluída [ ]

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Revisão da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Nenhum dos diplomas acima referido sofreu alterações no período previsto com vista a garantir uma maior articulação entre o desenvolvimento de novas urbanizações e o sistema de transportes ou a condicionar a aprovação de planos de pormenor ou de loteamentos à avaliação dos seus impactes no sistema de mobilidade.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram envolvidos recursos da DGT na execução da medida.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As ações identificadas em A2c. A DGT não dispõe de informação que leve a outra conclusão que não seja a de considerar a medida não iniciada.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não se dispõe de informação que permita concluir pela realização das ações previstas fora do prazo de execução previsto.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Embora sem revestirem natureza normativa, foram desenvolvidos pelo IMT, em colaboração com outras entidades, vários documentos orientadores, integrados no que foi designado de *Pacote da Mobilidade*, e que corresponderam ao contributo do IMT para a *"concretização de uma estratégia de ação que articule o ordenamento do território, as acessibilidades e a mobilidade",* de entre os quais se destaca o "Guião Orientador - Acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território", documento que tem como objetivo apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PMOT, incidindo no planeamento articulado do uso do solo e dos transportes.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não houve lugar a quaisquer realizações no âmbito da medida prevista.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Nada a referir.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo,

	Com as mesmas características
X	Com outras características. Quais?

Através da criação de um quadro legal para os Planos de Mobilidade e promovendo uma maior articulação entre o ordenamento do território as acessibilidades e a mobilidade fundamentalmente em sede de Planos Diretores Municipais e de Planos de Urbanização.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.3.2

Reforçar a componente estratégica dos Planos Diretores Municipais, integrando no seu conteúdo a definição de opções sobre a dimensão e as formas de desenvolvimento urbano mais adequadas aos respetivos territórios (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e Municípios.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território e Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22/09, nomeadamente no que diz respeito ao "objeto" do PDM, o qual se pretendeu clarificar, reafirmando o seu carácter estratégico.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A ação acima identificada.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram envolvidos recursos humanos da DGT na execução da medida.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Na sequência da alteração legislativa acima identificada, estava prevista a elaboração de um "Guião para a revisão dos PDM", o qual não chegou a ser concluído.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Foi aprovada na generalidade pela Assembleia da República, em novembro de 2013, uma nova proposta de lei de bases das políticas de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, a qual prevê, pelo menos, a manutenção do caráter estratégico do plano diretor municipal e, quando exista, a do plano diretor intermunicipal, aguardando-se que esta componente estratégica venha a ser mais desenvolvida e densificada na revisão do RJIGT, atualmente em curso.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades internas estão relacionadas com a elaboração do Guião para a revisão dos PDM e prenderam-se com a falta de decisão superior quanto à estrutura e ao conteúdo do guião.

As dificuldades externas prendem-se com a adaptação do conteúdo material dos Planos Diretores Municipais a um planeamento mais estratégico e consequentemente mais flexível.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O reforço da componente estratégica dos PDM é essencial para dar cumprimento ao objetivo estratégico. Contudo, as alterações legislativas que foram introduzidas, ao não incidirem de facto no conteúdo material e documental dos PDM, não permitiram alcançar o robustecimento dessa componente.

A ação realizada no âmbito da medida 3.3.2 é manifestamente insuficiente para assegurar só por si a prossecução dos objetivos específico e estratégico em causa. Para tal seriam necessárias outras medidas que passam por uma nova Política de Solos, uma Política dirigida à Reabilitação Urbana, não esquecendo o papel que os PROT também desempenham nesta matéria ao estabelecerem o modelo territorial, a estrutura do sistema urbano e ao definirem orientações concretas com vista ao reforço do policentrismo, do desenvolvimento urbano mais compacto e do combate à edificação dispersa.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A ação identificada em A2c ficou aquém do resultado inicialmente esperado, na medida em que não teve reflexos ao nível dos conteúdos material e documental dos planos diretores municipais, nomeadamente ao não prever a indispensabilidade destes incluírem um documento que explicitasse a visão da administração municipal sobre o desenvolvimento territorial do município e o modo de a concretizar.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não se identificaram quaisquer impactos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características

[ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.3.4

Incentivar novas parcerias para o desenvolvimento de programas integrados de reabilitação, revitalização e qualificação das áreas urbanas, reforçar e agilizar o papel das Sociedades de Reabilitação Urbana e rever o enquadramento fiscal e financeiro das operações integradas nestes programas (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território e Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Programa Operacional de Valorização do Território

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Desenvolvimento e acompanhamento do instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana; reenquadramento da Política de Cidades em sede de reprogramação intermédia do QREN.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Definição do âmbito e objetivos do processo de monitorização; preparação do caderno de encargos a concurso para a realização de um estudo de monitorização da implementação do Instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana e de um estudo de monitorização da implementação do Instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros Críticos; Contratação dos peritos; Audiências envolvendo os peritos, a Secretaria de Estado, a DGOTDU e as AG-POR visadas relativamente à experiência do

primeiro procedimento concursal e ao ponto de situação das operações; Acompanhamento dos estudos, validação de conteúdos, proposta de alterações, edição e divulgação.

Análise dos dados de execução dos instrumentos PRU, RUCI, AIDU, elaboração de propostas de reestruturação, harmonização e dinamização das operações já aprovadas, e modelo de triagem de projetos sem execução. Elaboração de propostas de revisão dos modelos PRU e AIDU, a aplicar em futuros procedimentos concursais; Participação em reuniões em conjunto com a SEOT, o SEDR, o IFDR, o POVT e o OQREN relativas ao modelo de reestruturação dos instrumentos da Política de Cidades.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

2 Técnicos Superiores parcialmente afetos por dois períodos de 6 meses.

As contratações para a realização dos estudos ascenderam a um investimento de 12.500 €

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a referir.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a referir.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

O estudo das candidaturas no âmbito do enquadramento espacial Bairros Críticos, proposto pelas Autoridades de Gestão POR responsáveis (CCDRLVT e CCDR-Norte).

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Resultados		Meta	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os estudos efetuados do instrumento PRU, bem como o processo de reestruturação da Política de Cidades à luz da reprogramação do QREN, consistiram eles próprios em processos de monitorização e avaliação da implementação do instrumento PRU.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Relativamente aos beneficiários das PRU, estiveram presentes as dificuldades de dinamização das economias locais e de sustentabilidade das parcerias estratégicas, para além de se ter verificado uma matriz eminentemente pública e municipal das intervenções, com fraca participação dos agentes privados. Também se registaram dificuldades nas operacionalizações das estratégias, nem sempre coerentes e inteligíveis, bem como quebra na capacidade de investimento público, em sequência da crise financeira e orçamental.

Relativamente às Autoridades de Gestão dos POR, as principais dificuldades relacionam-se com a tradução dos conceitos regulamentares num modelo de candidatura e seleção coerente e justo, com a dificuldade de apreensão do conceito integrado de regeneração por parte dos candidatos, e com o enorme volume de trabalho em duas fases, validação das estratégias e validação dos projetos. Para além dos problemas de execução que as operações denotaram, as AGPOR sentiram dificuldade em aferir a contribuição dos projetos submetidos a aprovação para o quadro estratégico preconizado.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O processo de monitorização, pela sua natureza, teve impacto no figurino dos instrumentos. Estas iniciativas permitiram às PRU atingir melhor este objetivo específico, em particular nas componentes da promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto, e do reforço das centralidades intraurbanas, mas é difícil saber em que medida foram as recomendações efetivamente tomadas em consideração pelas AGPOR.

Relativamente ao objetivo estratégico, a Regeneração Urbana promovida via PRU focou-se em específico na integração e coesão dos territórios intraurbanos.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O resultado das iniciativas de monitorização e avaliação é de medição difusa. Contudo, o processo realizado de monitorização dos primeiros procedimentos concursais das PRU, não só contribuiu para configurar melhor as segundas gerações da medida, como deu uma oportunidade às AGPOR de partilhar as suas dificuldades com o poder executivo e de ficar partilhar experiências umas com as outras.

Relativamente à reestruturação da Política de Cidades no âmbito da Reprogramação do QREN, e à luz do impacto que o processo de reprogramação teve no défice de implementação da POLIS XXI, consideramos não terem os nossos contributos permitido fomentar a reestruturação dos instrumentos, uma vez que se optou pelo seu encerramento precoce.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactos de natureza funcional foram limitados.

Os impactos de natureza institucional prenderam-se com o reforço da interação entre a ex-DGOTDU e as CCDR, no âmbito dos estudos dos 1ºs concursos PRU e com o envolvimento dessa na implementação do conjunto dos instrumentos da POLIS XXI, a propósito da Reprogramação do QREN, nomeadamente na sua relação com a Autoridade de Gestão do POVT e com o Observatório do QREN.

Os impactos de natureza governativa prendem-se fundamentalmente com a influência da reestruturação da POLIS XXI no figurino reprogramado de desenvolvimento urbano do QREN, tanto ao nível da revisão do eixo 9 do POVT como do modelo de execução das PRU e RUCI no âmbito dos POR.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Considerando o facto de a medida incluir iniciativas de acompanhamento e avaliação da implementação do quadro de instrumentos da Política de Cidades POLIS XXI, a sua continuidade é desejável e necessária nessa amplitude. É aliás nesse sentido que é proposto no Plano de Atividades de 2014 da DGT a definição dos Termos de Referência da avaliação POLIS XXI. Por outro lado, tendo em conta a natureza integradora dos instrumentos de territorialização avançados pela Comissão Europeia e acolhidos com particular relevo por Portugal – de entre os quais se destaca o Investimento Territorial Integrado, sediado numa escala sub-regional e dimensão governativa inter-municipal –, importa assegurar um modelo de governança territorial que assegure o acompanhamento e avaliação no nível nacional que permitam aferir de um modo global e sistemático, quer a capacidade de resposta dos agentes elencados para a sua implementação, quer a adequação do figurino concreto à realidade dos beneficiários e problemas. Por outro lado, estima-se uma intensa relevância da reabilitação urbana no período 2014-2020, alicerçada numa mudança de paradigma do desenvolvimento urbano da expansão para a contenção e regeneração dos tecidos urbanos existentes, para a qual será determinante o desenvolvimento de instrumentos institucionais, programáticos e financeiros eficazes.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.3.5

Introduzir procedimentos de avaliação do impacte territorial da criação de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo, nomeadamente em termos do impacte no crescimento urbano, na mobilidade e no uso eficiente dos recursos (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [X] Em curso [ ] Concluída [ ]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Alteração dos regimes jurídicos de AIA e de AAE, com vista à introdução dos procedimentos de avaliação dos impactes territoriais previstos na medida.

Eventual criação de diploma legal próprio regulador dos referidos procedimentos.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Não se tem conhecimento de que tenham sido realizadas quaisquer ações conducentes à execução da medida.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As ações identificadas em A2c. A Direção-Geral do Território não dispõe de informação que leve a outra conclusão que não seja a de considerar a medida não iniciada, uma vez que quer o regime de AAE (DL n.º 232/2007), quer o novo regime de AIA (DL n.º 151-B/2013 que revogou o DL n.º 69/2000) destinam-se à avaliação dos efeitos significativos no ambiente resultantes de programas e planos e de projetos e não à avaliação dos impactes territoriais previstos na medida.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não houve lugar a quaisquer realizações.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Na medida em que não houve realizações, ficou-se francamente aquém dos resultados esperados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[ ] Com as mesmas características

[X] Com outras características. Quais?

Propondo a revisão dos regimes de AAE e de AIA, de forma a incluírem a previsão e a avaliação deste tipo de impactes, ou prevendo a criação de diploma próprio com vista a assegurar tais procedimentos.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.3.6

Dinamizar a aplicação dos diversos mecanismos de execução dos instrumentos de gestão territorial previstos no Decreto-Lei 380/99, nomeadamente promovendo um urbanismo programado e de parcerias e operações urbanísticas perequativas e com autossustentabilidade financeira (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Municípios.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. Elaboração do Guia para a Apresentação e Tramitação dos Planos de Pormenor, o qual incluía um capítulo sobre os sistemas perequativos e de execução;
2. Elaboração do Guia para a Elaboração de Plano de Urbanização;
3. Elaboração do Guia dos Contratos para Planeamento;
4. Realização de 1 seminário de divulgação do Guia dos Contratos para Planeamento.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As ações 3 e 4 acima identificadas, bem como a ação 1, ainda que não concluída.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Ação 1 - Equipa de consultores externos + acompanhamento por 1 técnico superior

Ações 3 e 4 - Equipa de 2 consultores externos + equipa interna composta por 3 juristas.

Ambas as ações foram financiadas através do Projeto PIDDAC 3927/115, inserido na Medida M011 - do Programa P019, tendo sido alocados à Ação 1, à Ação 3 e à Ação 4, respetivamente os valores de € 29.998,00, de € 36.000,00 e de € 2.618,00

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A ação 1 que foi iniciada e não concluída e a ação 2 que não foi iniciada.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

No que diz respeito ao Guia para apresentação e tramitação de PP, as dificuldades prenderam-se com a alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007 que levou à necessidade de rever o documento em causa, bem como com a falta de decisão superior sobre a versão final do documento;

No que diz respeito ao Guia para a elaboração de PU, as dificuldades prenderam-se com as limitações verificadas em termos de recursos humanos associada à prioridade atribuída a outros projetos, o que levou à sua descontinuação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações identificadas em A2c são meros contributos para a sensibilização dos atores públicos e privados intervenientes no processo de planeamento para a necessidade de procurarem soluções negociadas e concertadas, nomeadamente através dos instrumentos nelas referidos, não apresentando a mesma relevância directa na prossecução dos objectivos em causa.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não foram identificados impactos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo,

	Com as mesmas características
X	Com outras características. Quais?

Com características que conduzam mais ao incentivo à utilização daqueles instrumentos, senão mesmo à sua "indispensabilidade" no processo de planeamento, do que à mera divulgação dos mesmos.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.3.7

Rever e atualizar a legislação dos solos, em coerência com os restantes regimes legais e fiscais e com os instrumentos de gestão do território, evitando a apropriação indevida de mais valias resultantes da reclassificação do uso do solo ou da retenção e intermediação especulativa dos terrenos e aperfeiçoando os mecanismos de assumpção por parte dos promotores das externalidades geradas pelas novas urbanizações, quer sobre as infraestruturas quer sobre a estrutura ecológica (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo com o apoio da Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Rede de pontos focais constituída por representantes dos sectores de ação governativa com maior relação com as matérias tratadas

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	x	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A medida aponta para a alteração à Lei dos Solos.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Em 2007, o Gabinete do Secretário de Estado de Ordenamento do Território e das Cidades promoveu um conjunto de estudos de enquadramento: *A nova Lei de Solo Espanhola – Contribuições para a revisão da Lei dos Solos portuguesa*, por Isabel Moraes Cardoso; *Estudo de enquadramento jurídico constitucional da Lei do Solo*, por Rui Medeiros e Marisa Fonseca; *Avaliação da aplicação da Lei dos Solos* por José António Lameiras e Alberto Manuel Miranda.

Em 2010 arranca o processo de preparação da nova Lei do Solo, sob a direção e coordenação política da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Secretária de Estado de Ordenamento do Território e das Cidades, cabendo à ex-DGOTDU a responsabilidade de preparação do projeto.

São então lançados diversos estudos de enquadramento, concluídos em 2011: *Análise comparativa das Leis de Solos de Países Europeus*, coordenada por Isabel Moraes Cardoso; *Análise das relações da política de solos com o sistema económico*, por Pedro Bingre do Amaral; *Estudo da Articulação da Lei dos Solos com o Sistema de Gestão Territorial*, por Fernanda Paula Oliveira; *Identificação e análise das relações de legislação portuguesa conexa com o âmbito da futura Lei do solo*, por Isabel Moraes Cardoso *et al*.

A ex-DGOTDU desenvolve nesse mesmo ano um portal - http://novaleidosolo.dgotdu.pt/- no qual é possível conhecer o cronograma dos trabalhos, a equipa, os estudos de enquadramento referidos, uma resenha das notícias sobre o tema, bem como participar no processo através da submissão de emails.

É então montada a equipa de projeto, constituídas por:

- um painel de orientação técnica, formado por consultores especializados nas áreas de ordenamento do território, urbanismo, conservação da natureza e agricultura, a quem compete desenvolver orientações e recomendações para informação dos trabalhos da equipa de juristas;
- uma equipa de juristas, coordenada pelo Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, a quem compete a redação da lei;
- uma estrutura interna permanente da ex-DGOTDU, composta por uma jurista e uma arquitecta, a quem compete acompanhar os trabalhos e dinamizar a plataforma de comunicação

São produzidos relatórios de progresso, mas nunca se chega a finalizar uma proposta de Nova Lei do Solo. Com a tomada de posse do XIX Governo Constitucional, é tomada a decisão de proceder a uma revisão integral do quadro legislativo da política de ordenamento do território e urbanismo, passando a legislação dos solos a ser integrada na Lei de Bases, que se passaria, com a revisão de 2014, a designar *Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e do urbanismo*

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Na ex-DGOTDU foi constituída uma equipa interna permanente composta por uma jurista e uma arquitecta da Direção de Serviços de Ordenamento do Território

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A efetiva alteração legislativa apenas veio a ocorrer em 2014 com a aprovação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e do urbanismo

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Pode-se considerar que tanto os referidos estudos de enquadramento, como o desenvolvimento do portal http://novaleidosolo.dgotdu.pt/ constituíram ações complementares

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os trabalhos desenvolvidos ao longo do período de programação 2007-2013 foram essenciais para se atingir em 2014 a revisão legislativa com um nível de maturidade de debate e de enquadramento técnico adequado. No entanto, esta alteração tardou face ao originalmente previsto, com consequências nefastas no território por não se ter conseguido antes evitar a apropriação privada das mais-valias e mitigar por esta via o racional económico que levou a uma expansão excessiva das áreas urbanas nacionais.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não se registando realizações, ficou-se aquém dos resultados inicialmente esperados.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Nada a referir.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[ ] Com as mesmas características [x] Com outras características. Quais?

Através de medidas de natureza legislativa, tomadas eventualmente no âmbito da revisão do RJIGT e do RJUE.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.3

Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

De um modo geral, as ações desenvolvidas no âmbito das medidas 3.3.2 e 3.3.6 contribuíram muito pouco para o cumprimento do objetivo em causa.

As Parcerias para a Regeneração Urbana, focadas em territórios intra-urbanos delimitados com características relevantes para justificar uma agenda integrada de regeneração, contribuíram, para o incentivo do reforço das centralidades intraurbanas na medida em que os investimentos efetuados aumentaram a sua qualidade e atratividade. O processo de monitorização, pela sua natureza, teve impacto no figurino dos instrumentos, permitindo às PRU atingir melhor este objetivo específico, em particular nas componentes da promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto, e do reforço das centralidades intraurbanas, mas é difícil saber em que medida foram as recomendações efetivamente tomadas em consideração pelas AGPOR.

No entanto, a não aprovação de um novo enquadramento legislativo dos solos foi particularmente penalizador, porquanto, ao se ter mantido um quadro de apropriação privada das mais-valias urbanísticas, se manteve o quadro de racional económico que levou à expansão excessiva das áreas

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 3.4.4

Incentivar parcerias de âmbito urbano-rural para o ordenamento de áreas específicas do território, recorrendo quer aos Programas de Ação Territorial, como instrumentos de coordenação das atuações das autarquias locais e de outros agentes, quer à elaboração e implementação dos Projetos de Intervenção em Espaço Rural (PIER) (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração do Guia dos Programas de Ação Territorial - DGOTDU 2011.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A ação acima identificada.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Equipa de 5 consultores externos e 2 juristas da DGT.

Financiada através do Projeto PIDDAC 3927/115, inserido na Medida M011 - do Programa P019, tendo-lhe sido alocado o valor de € 34.800,00.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Estava prevista a realização, em 2009, de um encontro técnico sobre a implementação dos Programas de Ação Territorial, o qual acabou por não se concretizar em virtude da conclusão tardia (final desse ano) do Guia.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não estavam previstas outras ações.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se tem conhecimento de outras ações complementares.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
PIER relativamente ao total de PP publicados no Diário da República no PR*	%		(1)			5,6% (8 PIER em 142 PP)	2009

*PR - período de referência: entre 24-09-2007 e 31-12-2009;

(1) Não há valor base, pelo que também não deve ser indicado o "ano base"

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

O indicador acima identificado foi criado no âmbito do processo de Avaliação das Alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (AARJIGT), introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 22 de setembro, e se bem que não tenha sido concebido para avaliar especificamente a medida em causa, permite dispor de informação sobre o número de PIER aprovados e publicados no período compreendido entre 2007-2009.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não obstante não terem sido identificadas dificuldades na elaboração do guia, a ausência de um registo dos PAT constituiu, ela própria, uma dificuldade para o acompanhamento da medida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A ação identificada no ponto A2c consubstancia um documento de orientação sobre a utilização dos Programas de Ação Territorial e de divulgação de alguns casos de estudo em que houve recurso à utilização desta figura mas tem pouca relevância para a prossecução dos objetivos em causa.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O guião não alcançou plenamente os efeitos desejados enquanto elemento esclarecedor do caráter diferenciador dos PAT face a outros instrumentos/figuras de contratualização. Tal sucedeu também porque não foram realizadas ações subsequentes de divulgação e de esclarecimento deste novo instrumento junto dos seus potenciais destinatários. Nesse sentido, considera-se que a medida ficou aquém do esperado, uma vez que o número de PAT realizados foi relativamente escasso.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não foram identificados impactos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo,

X	Com as mesmas características
	Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.4.5

Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), no território continental e, com as necessárias adaptações, nos territórios das Regiões Autónomas, incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais e de baixa densidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Agência Portuguesa do Ambiente e Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios, Comunidades Intermunicipais

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	**X**

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	**X**

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Operações *Ações Inovadoras de Desenvolvimento Urbano* na Área Temática Acessibilidade e Mobilidade Urbana. Publicação 'Acessibilidade, Mobilidade e Logística Urbana', número 6 da Série Política de Cidades

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Desenvolvimento, lançamento, seleção, contratação e acompanhamento das AIDU Acessibilidade e Mobilidade Urbana. Desenvolvimento, contratação de peritos, validação, produção de conteúdos e

edição do documento de orientação da Área Temática Acessibilidade e Mobilidade Urbana

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: equipa AIDUS, referida na medida 2.4.2.

Recursos financeiros: o valor da Assistência Técnica para as AIDUS referido na medida 2.4.2

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a referir.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a referir.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unidade	Base (2007)	Resultados (2012)	Meta (ano)
Operações AIDU – AMU contratadas	N.º	0	9	

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A monitorização foi contratualizada, tendo sido determinada a obrigatoriedade de *reporting* periódico e final e de prestação de informação à DGOTDU. Esta desenvolveu o acompanhamento junto dos beneficiários, em ações de acompanhamento material e financeiro, em seminários de acompanhamento, através de reuniões no terreno, na DGOTDU e no POVT, analisando os relatórios de atividade, contratos, realizações materiais e despesas das operações, solicitando informações pertinentes e prestando esclarecimentos aos beneficiários.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As principais dificuldades foram externas e prenderam-se com a capacidade de execução financeira, com a logística de gestão das parcerias de algumas operações e com o quadro inovador de algumas soluções que necessitaram do desenvolvimento do quadro institucional (acordos com o Secretário de Estado de Transportes e com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes para a viabilização das soluções).

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A contribuição para o objetivo específico advém sobretudo da operação AIDU *Transportes a pedido no Médio Tejo*, focada na promoção da melhoria das condições de mobilidade da população no interior da sub-região e no reforço das complementaridades entre os seus pólos urbanos.

As demais operações AIDU desta temática contribuíram para o reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territoriais: gestão integrada da mobilidade; condições de acessibilidade à mobilidade condicionada; ciclabilidade e pedonalidade; mobilidade elétrica renovável; transporte coletivo; resolução de zonas críticas; sistema integrado de gestão do estacionamento.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As medidas ficaram aquém dos resultados sempre que nas AIDU AMU os beneficiários não conseguiram realizar o investimento previsto em sede de contrato de financiamento.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não há impactos significativos a considerar para além daqueles já apontados na medida 2.4.2.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	**X**

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A promoção da mobilidade sustentável e de um quadro estratégico para estruturar as questões da Acessibilidade, Mobilidade e Logística urbanas, são questões apontadas como prioritárias pela Comissão Europeia para o período 2014-2020, e adequadamente refletidas no quadro de Objetivos Temáticos do Quadro Estratégico Comum. O desenvolvimento de programas estratégicos de mobilidade baixo carbono nas cidades portuguesa deverá passar, mais do que pelo desenvolvimento de projetos autónomos e casuísticos, pela cobertura das temáticas de forma integrada e ajustada à realidade local, numa base estratégica sub-regional sediada nos Investimentos Territoriais Integrados.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.4

Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específicoterá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O contributo da ação realizada no âmbito da medida 3.4.4 é manifestamente insuficiente para o cumprimento do objetivo em causa.

No quadro da mobilidade em territórios de baixa densidade, o projeto de transporte a pedido no Médio Tejo corresponde em rigor à prossecução do objetivo em apreço. No entanto, apesar das AIDUS-AMU se enquadrarem plenamente na medida 3.4.5., apenas 1 das operações responde ao cumprimento do objetivo 3.4.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	3.1, 3.3 e 3.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

Ambos os objetivos mantêm-se atuais no quadro de uma estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País.

Os objetivos específicos configuram-se como extremamente importantes numa perspetiva de reforço e consolidação do Sistema Urbano Nacional. Uma clara agenda para as cidades médias que permita o seu reforço enquanto centros urbanos estruturantes, a par do investimento na capacitação institucional e financeira das Áreas Metropolitanas para a liderança no desenvolvimento urbano sustentável, constituem duas pedras angulares da afirmação do princípio de estruturação urbana do território. O desenvolvimento policêntrico dos territórios ancorado nesta estruturação urbana permitirá assegurar mais eficientes e equitativas respostas em matéria de equipamentos e serviços de interesse geral, bem como em matéria de padrões de mobilidade. Paralela e complementarmente, terá de se apostar de modo claro na regeneração e na compactação urbanas, e na forte limitação à expansão difusa da urbanização e à dispersão da construção em solo rústico.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	—

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nada a referir.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

	Sim	x	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os objetivos específicos a configurar devem incluir: o investimento em formas de complementaridade funcional e produtiva entre centros urbanos e o robustecimento dos perfis de especialização partilhados entre cidades; o fortalecimento da qualificação funcional, social e ambiental dos centros urbanos e o incentivo de trajetórias residenciais centrípetas.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação /**

Programa de Políticas para 2014-2020?

Quadro de referência estratégico *Cidades Sustentáveis 2020*, em elaboração.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.1.*	*Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território*

Medidas Prioritárias	*6.1.1*	*Criar o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo como estrutura responsável pelo acompanhamento e avaliação das dinâmicas territoriais e dos instrumentos de gestão territorial (2007-2008).*
	6.1.2	*Criar um portal eletrónico sobre o ordenamento do território que organize a partilha de informação entre serviços públicos e particulares, incluindo o acesso em linha a todos os planos em vigor (2007-2009).*
	6.1.3	*Desenvolver um Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral como instrumento de apoio à administração pública e de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas (2007-2013).*
	6.1.5	*Desenvolver o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) (2007-2013).*

Objetivo específico	*6.2.*	*Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial*

Medidas Prioritárias	*6.2.1*	*Atualizar e simplificar a base jurídica e os procedimentos administrativos com repercussão no ordenamento do território e no urbanismo, promovendo a sua eficiência e a melhor articulação entre as várias entidades públicas envolvidas (2007-2008).*
	6.2.3	*Alargar as atribuições e competências das Autarquias Locais, aprofundando o processo de descentralização administrativa, rever os regimes jurídicos das Associações de Municípios e das Áreas Metropolitanas e reforçar as competências municipais em matéria de ordenamento do território, responsabilizando as Autarquias pela qualidade dos planos, pela sua conformidade com os instrumentos territoriais de ordem superior e pela sua execução em tempo útil (2007-2008).*
	6.2.4	*Valorizar o papel das CCDR, no território Continental, no acompanhamento das competências exercidas pelos municípios e na promoção de estratégias concertadas de desenvolvimento às escalas regional e sub-regional (2007-2013)*
	6.2.6	*Desenvolver um programa coerente de atualização e formação especializada no domínio do ordenamento do território e do urbanismo dirigido prioritariamente aos agentes da administração pública desconcentrada e das autarquias locais (2007-2013).*

Objetivo específico	*6.3.*	*Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial*

Medidas Prioritárias	*6.3.1*	*Reforçar os mecanismos de acesso à informação no âmbito da elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente através do uso das TIC, com vista a uma maior corresponsabilização e envolvimento da sociedade civil (2007-2008).*
	6.3.2	*Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de Programas de Ação Territorial (2007-2009).*
	6.3.3	*Rever os modelos de acompanhamento, participação e concertação previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, no sentido de garantir o maior envolvimento das entidades públicas e das organizações económicas, sociais, culturais e ambientais desde a fase inicial de definição do conteúdo e das principais opções desses instrumentos (2007-2008).*
	6.3.4	*Incentivar a organização e a participação qualificada da sociedade civil na prestação de serviços de interesse geral, promovendo parcerias e redes de base territorial (2007-2013).*

Objetivo específico	*6.4.*	*Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território*

Medidas Prioritárias	*6.4.1*	*Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral (2007-2013).*
	6.4.2	*Introduzir e reforçar nos programas dos vários graus de ensino, desde o ensino básico ao secundário, os princípios orientadores de boas práticas de ordenamento e qualificação do território (2007-2013).*
	6.4.4	*Fomentar a investigação e a inovação na área do ordenamento do território e do urbanismo, nomeadamente através da instituição de bolsas de estudo e prémios especiais (2007-2013).*
	6.4.5	*Divulgar boas práticas em ordenamento do território e urbanismo e incentivar a participação em concursos para atribuição de prémios a nível internacional (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.1.1

Criar o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo como estrutura responsável pelo acompanhamento e avaliação das dinâmicas territoriais e dos instrumentos de gestão territorial (2007-2008)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	x	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. Nomeação do Coordenador
2. Constituição do Conselho de Orientação
3. Constituição da Rede de Pontos Focais

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Nenhuma das ações acima identificadas foi realizada no período previsto (2007-2008).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As ações identificadas em A2c

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A ação 3 foi realizada, em 2013, no âmbito do processo de avaliação do Programa de Ação do PNPOT.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Encontra-se em curso o desenvolvimento de uma plataforma colaborativa de suporte à gestão territorial e de apoio às atividades futuras do Observatório, no âmbito de uma operação financiada através do POAT aprovada em setembro de 2013. Teve também início em 2013 o processo de avaliação do Programa de Ação do PNPOT.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não obstante estar prevista na orgânica da ex-DGOTDU e reiterada na orgânica da DGT, não houve nomeação dos elementos constituintes da unidade do Observatório por parte do decisor político.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | **1** | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não foram ainda alcançados resultados.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que os resultados ficaram francamente aquém do esperado. Acresce que os REOT previstos não chegaram a ser realizados.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características [ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.1.2

Criar um portal eletrónico sobre o ordenamento do território que organize a partilha de informação entre serviços públicos e particulares, incluindo o acesso em linha a todos os planos em vigor (2007-2009)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Criação do Portal de Ordenamento do Território e do Urbanismo.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A ação acima identificada.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Equipa de consultores externos + Equipa interna composta por 3 Técnicos Superiores a tempo parcial, desde 2008.

Financiada através da Operação 8014/SNIT - Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), tendo-lhe sido alocado o valor de € 180.000,00 (inclui o valor dispendido no novo Portal da DGT)

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Foi criado, em 2013, um novo portal do ordenamento do território e urbanismo e informação geográfica (portal da DGT), após a fusão da ex-DGOTDU com o ex-IGP.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º Total de visitas ao Portal da DGOTDU	N.º	25.973	2010	n/a		225.777	2013
N.º de novas visitas ao Portal da DGOTDU	N.º	22.568	2010	n/a		168.015	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foi criado, no âmbito da ação identificada em A2c, um processo de monitorização que não foi implementado, encontrando-se a aguardar decisão política.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

O processo de fusão ex-IGP e ex-DGOTDU criou algumas dificuldades na estruturação coerente do novo portal da DGT.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O Portal veio permitir aumentar significativamente o universo de informação e de serviços disponibilizados através da Web, bem como a introdução sucessiva de plataformas colaborativas dedicadas a temáticas específicas como sejam: o SNIT; a SSAIGT; a PCGT/PEC; a CNREN, o URBACT. Tem também a vantagem adicional de facilitar a circulação de informação no seio do organismo e a sua divulgação exterior.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que as realizações alcançaram os resultados esperados, fazendo-se, contudo, notar que o portal é sujeito a atualizações e desenvolvimentos permanentes, pelo que, pela sua própria natureza, é um processo contínuo, que nunca se dá totalmente por concluído.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional - promoveu a divulgação e o acesso à informação dentro da própria instituição e proporcionou uma maior articulação entre os diversos serviços;

Institucional – promoveu e reforçou a imagem externa da instituição, divulgando a sua missão, atribuições e actividades desenvolvidas e em curso, e permitiu o acesso imediato à informação sobre o ordenamento do território e o urbanismo, nomeadamente sobre a legislação de ordenamento do território e sobre documentos de orientação técnica;

Governativa – não foram detectados impactos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim		X	Não

Em caso afirmativo,

	Com as mesmas características
	Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.1.3.

Desenvolver um Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral como instrumento de apoio à administração pública e de melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto dos Registos e do Notariado; Autoridade Tributária e Aduaneira; Direção-Geral das Autarquias Locais; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Criação do quadro legal de suporte ao cadastro predial. Implementação do sistema tecnológico de gestão do cadastro predial. Aquisição de cadastro predial

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Realizadas: Criação do quadro legal de suporte ao cadastro predial:

- Decreto-Lei N.º 224/2007, de 31 de maio - Aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral.
- Portaria N.º 936/2009, de 20 de agosto - Fixa a tabela de encargos relativos à comunicação de dados e à cedência de informações no âmbito do SiNErGIC.
- Portaria N.º 937/2009, de 20 de agosto - Fixa o pagamento de uma taxa referente ao processo de conservação do cadastro de cada prédio, devida ao IGP pelos titulares de prédios em situação de cadastro diferido.
- Portaria N.º 976/2009, de 1 de setembro - Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral.
- Despacho N.º 18 979/2009, de 17 de agosto - Define os tipos e séries documentais do cadastro assim como os critérios e prazos para eliminação dos mesmos.
- Modelo de Regulamento de Organização e Funcionamento da Equipa de Apoio Técnico

Em curso: Implementação do sistema tecnológico de gestão do cadastro predial (SI-SiNErGIC); Aquisição de cadastro predial para os municípios Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Oliveira do Hospital, Seia, Paredes e Penafiel.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: Técnicos superiores; Juristas, advogados; Técnicos superiores (informáticos, engenheiros geógrafos, florestais, agrónomos, etc.); Assistentes Técnicos (topógrafos, reconhecedores, etc.). Internos: 12 Técnicos superiores e 10 Assistentes Técnicos (ambos afetos parcialmente durante a totalidade do período e em continuidade). Externos: ≅ 10 técnicos superiores

Recursos financeiros: OE; QREN/POFC; QREN/POVT.
Implementação do sistema tecnológico de gestão do cadastro predial (SI-SiNErGIC):

- Valor elegível do financiamento: 1.053.258,50 euros
- Taxa de execução financeira: ≅ 30%

Aquisição de cadastro predial para os municípios Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Oliveira do Hospital, Seia, Paredes e Penafiel.

- Valor máximo do financiamento: 22.197.450,07 euros
- Taxa de execução financeira: ≅ 11%

(Aguarda a aprovação de uma reprogramação)

Recursos Patrimoniais internos da DGT: Viaturas; Equipamento de posicionamento (GPS; tablets, estações totais, etc.); Equipamento informático (hardware e software)

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

No período em apreço não foram concluídas as ações:

- Implementação do sistema tecnológico de gestão do cadastro predial (SI-SiNErGIC)
- Aquisição de cadastro predial para os municípios Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Oliveira do Hospital, Seia, Paredes e Penafiel

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

- Reforma do modelo estratégico do cadastro predial (2012);
- Ações inscritas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2012, 5 de julho, designadamente a inventariação e centralização da informação de natureza cadastral;
- Apresentação do projeto de diploma legal da criação do Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC).

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Publicação de legislação (SiNErGIC)	Ano	-	-	-	2007	-	2007
Entrada em produção do Sistema de Informação	Ano	-	-	-	2010	-	-
Execução do cadastro predial dos municípios Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Oliveira do Hospital, Seia, Paredes e Penafiel	Ano	-	-	-	2013	-	-

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

QUAR e Relatórios de Actividades do IGP/DGT; Relatórios de Orçamento de Estado.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Constrangimentos financeiros, designadamente a impossibilidade de assunção de novos compromissos em 2010 e 2011;

Prolações ocorridas em sede de visto dos projectos de investimento;

Prolações ocorridas em sede de pedidos de consagração de regimes de excepção;

Falta de articulação institucional;

Morosidade e onerosidade das operações de execução do cadastro predial;

Reforma, em 2012, do modelo e do projecto (assente na necessidade de lhe conferir o garante da utilização eficiente e racional dos recursos públicos).

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A medida ainda se encontra em curso pelo que não é possível medir os seus eventuais resultados.

Não obstante este facto entende-se que a sua eventual realização assumir-se-ia como uma verdadeira mais-valia para os objetivos específico 6.1. e estratégico 6.

Com efeito, a identificação e caracterização da estrutura predial e bem assim a gestão informática dessa informação consubstancia-se como um instrumento fundamental às políticas de ordenamento territorial. O conhecimento da realidade física do território é um fator imprescindível para o planeamento e controlo dos recursos e para a definição e aplicação de políticas conscientes, justas e conducentes ao desenvolvimento sustentável das sociedades.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Ficaram aquém porquanto a medida não foi concretizada de acordo com o previsto.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Apesar de a medida se encontrar ainda em curso, o que impede efectivamente a medição do impacto da sua execução, entende-se que a sua realização produzirá os seguintes impactos:

- Redução de custos de contexto;
- Interoperabilidade entre organismos com responsabilidades no domínio da estrutura predial;
- Redução da duração dos processos de acção executiva;

- Redução dos custos associados ao contencioso (descrição e titularidade dos prédios).
- Aumento de descrições de prédios actualmente omissos nos serviços de Registo Predial;
- Actualização das descrições dos prédios já registados nos serviços do Registo Predial;
- Redução dos recursos afectos aos registos provisórios por dúvidas;
- Aumento da eficiência associada a processos de transacção nos serviços de registo.
- Ganho de eficiência na gestão administrativa da Matriz Predial;
- Melhoria do processo execução e constituição de penhoras;
- Ganhos de eficiência da administração pública nos processos de licenciamento;
- Redução de custos associados ao processo cadastral nos grandes projectos de infra-estruturas;
- Acréscimo de eficiência nos processos de expropriação/indemnizações;
- Etc.

Esta medida permitirá que o cidadão e as empresas obtenham impactos positivos na simplificação administrativa do relacionamento com a administração pública e na redução dos custos financeiros e económicos associados ao cumprimento das obrigações legais. Como resultados esperados destacam-se:

- Diminuição do tempo de espera nas transacções de imóveis;
- Diminuição de tempo e custo associados às deslocações necessárias ao tratamento dos assuntos relativos aos imóveis;
- Maior rapidez no acesso à informação;
- Aumento da qualidade no relacionamento com a Administração Pública (Central e Local), resultante da diminuição dos prazos de tramitação entre serviços;
- Diminuição do custo dos actos no relacionamento com a Administração Pública.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Apesar de se considerar que a medida deve manter as suas características entende-se igualmente que devem ser ponderadas e adaptadas as metodologias de aquisição de cadastro predial visando tornar esta acção menos onerosa e mais célere. Importa igualmente monitorizar e avaliar os resultados das operações de execução do cadastro predial nos 7 municípios referidos e posteriormente corrigir e optimizar técnicas e metodologias.

Medida Prioritária 6.1.4.

Promover o desenvolvimento de infraestruturas de adensamento da malha geodésica para melhorar a produção de cartografia (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

R. A. Açores: Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações - Direção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica

R. A. Madeira: Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente - Direção de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Público em geral. O cumprimento da medida pode ser avaliado através da consulta do sítio de internet da Direção-Geral do Território.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações inerentes à execução da medida?**

Instalação de estações permanentes (EP) GNSS com vista a completar a cobertura homogénea do território.

Manutenção e aperfeiçoamento da ReNEP (Rede Nacional de Estações Permanentes GNSS) disponibilizando novos produtos e serviços aos utilizadores.

Ligação das estações permanentes à Rede Geodésica Nacional.

Observação de vértices geodésicos e marcas de nivelamento com GNSS.

Disponibilização de um modelo de geoide para o território continental.

Disponibilização de parâmetros de transformação de coordenadas e de aplicativos para transformação de informação georreferenciada dos sistemas de referência locais para o sistema PT-TM06/ETRS89.

Adensamento e observação de troços da Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão.

Realização de apresentações em conferências e seminários.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Instalação de 30 estações permanentes (EP) GNSS e integração na ReNEP de 5 estações permanentes de parceiros.

Aperfeiçoamento da ReNEP com a atualização de 4 estações para recolha de dados GPS+GLONASS. Início da disponiblização de produtos para posicionamento em tempo real.

Ligação das estações permanentes à Rede Geodésica Nacional.

Observação de vértices geodésicos e marcas de nivelamento com GNSS.

Disponibilização do modelo de geoide GeodPT08.

Disponibilização de parâmetros de transformação de coordenadas e de aplicativos para transformação de informação georreferenciada dos sistemas de referência locais para o sistema PT-TM06/ETRS89.

Realização de apresentações em conferências e seminários.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos Humanos

2 Técnicos superiores e 6 Assistentes Técnicos

Recursos financeiros

A aquisição da maioria das estações permanentes da ReNEP foi assegurada pelo orçamento da DGT

A aquisição das últimas 5 estações da ReNEP foi suportada pelo projeto de investimento denominado *Projecto Experimental de Cadastro Predial para Áreas com Elevado Risco de Incêndio Florestal.*

A manutenção das redes é assegurada pelo orçamento da DGT

Recursos patrimoniais

Direção-Geral do Território

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**
Identifique as não-realizações, explicitando os motivos.

Faltam instalar 5 estações permanentes GNSS para concluir o previsto nesta ação.

Adensamento e observação de troços da Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não aplicável uma vez que o período de execução desta medida ultrapassa o período em avaliação (2007-2013).

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além do período definido?**

Não aplicável uma vez que o período de execução desta medida ultrapassa o período em avaliação (2007-2013).

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unidade	Base	Resultados	Meta
Completar a instalação de estações da ReNEP	n.º de EP	8	38	43
Atualização com GPS e GLONASS das estações da ReNEP	n.º de EP	3	7	8
Adensar a Rede Geodésica Nacional com observações GNSS	n.º de VG	---	413	150

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A gestão das infraestruturas de dados geodésicos obriga necessariamente à monitorização e acompanhamento permanente do estado de execução da medida.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Constrangimentos financeiros e de recursos humanos contribuíram para a não execução material a 100% da medida no período inicialmente previsto.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As redes geodésicas nacionais constituem as infraestrutura base de apoio a toda a cartografia do país, assim como aos projetos onde seja necessário a georreferenciação precisa da informação, nomeadamente os relacionados com o ordenamento do território, a implementação de vias de comunicação, a construção e monitorização de obras de arte ou de barragens, entre outros.

A ReNEP em particular constitui um instrumento fundamental para a determinação em tempo real de coordenadas precisas, proporcionando aos utilizadores um conjunto de serviços célere e fiável, contribuindo para uma gestão eficiente do território.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O planeamento definido inicialmente para a ReNEP foi cumprido tendo apenas existido algum atraso na instalação das últimas 5 estações permanentes, sendo que no primeiro semestre de 2014 a rede já estará concluída.

O adensamento e observação de troços da Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão não foi cumprido por constrangimentos de ordem financeira, devendo no futuro ser equacionada uma estratégia que permita colmatar esta lacuna.

O adensamento da ReNEP e a disponibilização de novos produtos traduziu-se numa procura deste serviço por parte dos utilizadores acima do expectável.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O tipo de posicionamento disponibilizado pela ReNEP permitiu modificar as metodologias de trabalho neste setor, aumentando a produtividade e a eficiência da DGT e dos utilizadores em geral.

O avanço tecnológico proporcionado pelas atuais infraestruturas geodésicas aumenta a capacidade de resposta dos serviços, assegurando um suporte à decisão mais eficiente.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.1.5.

Desenvolver o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) e o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território (coordenação da plataforma). Entidades do COSNIG.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

O SNIG tem como principal objectivo a gestão numa única plataforma dos metadados dos dados geográficos e dos serviços de dados geográficos de todas as entidades públicas e privadas que produzem conjuntos de dados geográficos, assegurando o cumprimento da diretiva INSPIRE em Portugal. Assim sendo, todas as entidades que se encontram nestas circunstâncias intervêm na concretização do desenvolvimento do SNIG.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso da medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Análise das implicações da transposição da diretiva INSPIRE para Portugal. Desenvolvimento do Geoportal e componentes nucleares associadas à gestão territorial, nucleares do SNIG. Desenvolvimento de uma estrutura de monitorização e reporte da diretiva INSPIRE. Divulgação junto da comunidade de utilizadores.

Criação do Sistema de Informação Territorial (SNIT) para efeitos de disponibilização dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Análise das implicações da transposição da diretiva INSPIRE para Portugal. Desenvolvimento do Geoportal e componentes nucleares do SNIG (parcialmente executada). Desenvolvimento de uma estrutura de monitorização e reporte da diretiva INSPIRE. Divulgação junto da comunidade geográfica (em execução constante).

Criação do Sistema de Informação Territorial (SNIT) para efeitos de disponibilização dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos: SNIG - 4 investigadores em tempo parcial; 3 técnicos superiores em tempo parcial (até 2012). A partir de 2012 registou-se uma redução de 50% nos recursos humanos afectos ao projeto. SNIT - Equipa de consultores externos + Equipa interna composta por 6 Técnicos Superiores a tempo integral, a partir de 2007.

Recursos financeiros: O desenvolvimento do SNIG é financiado pelo projeto de investimento IENIG (montante global da candidatura AMA de 618 mil€, desde 2009). De 2007 até 2009 foi suportado por orçamento de funcionamento do ex-IGP. SNIT financiado através da Operação 8014/SNIT - Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), tendo-lhe sido alocados os seguintes valores:

- € 675.000,00 (desenvolvimento da plataforma IDE/SNIT e tratamento de dados);
- € 178.000,00 (desenvolvimento das plataformas colaborativas);
- € 130.000,00 (desenvolvimento da área experimental);
- € 89.000,00 (desenvolvimento da plataforma do arquivo histórico e preparação da informação)

Recursos patrimoniais: A plataforma SNIG está alojada nos servidores informáticos da DGT

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A reestruturação da plataforma foi realizada parcialmente, acompanhando a disponibilidade financeira e de recursos humanos afectos.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Têm vindo a ser desenvolvidas outras ações no período definido tais como: a criação da PCGT/PEC, da SSAIGT, da plataforma SRUP, bem como as associadas ao desenvolvimento da CRUS. Diversos projetos foram executados ao longo de todo o período de implementação do SNIG.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Entidades da rede SNIG	nº	0	2009	-	-	286	2013
Registo de metadados referentes aos conjuntos de dados geográficos no SNIG	nº	0	2007			21278 (total)	2013
Registo de serviços geográficos no SNIG	nº	0	2007			156 (total)	2013
Visitas ao portal SNIG	nº	0	2011-Març	-	-	85785	2013-Abr
Páginas vistas no portal SNIG	nº	0	2011-Març	-	-	246464	2013-Abr
N.º total de consultas on-line ao SNIT	N.º	17.414	2010	n/a		132.174-	2013
N.º de novas consultas on-line ao SNIT	N.º	14.097	2010	n/a		100.859	2013
Acessos aos serviços WEB solicitados	N.º	64	2008	n/a		1290	2013
Acessos aos serviços Web atribuídos	N.º	64	2008	n/a		267	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Uma das ações desta medida corresponde exatamente ao desenvolvimento de uma estrutura de monitorização e reporte da aplicação da diretiva INSPIRE. O SNIG é aferido nos reports periódicos (anuais e trienais) a entregar à Comissão Europeia – último em Maio de 2013. Foi criado, no âmbito da criação do SNIT, um processo de monitorização que não foi implementado, encontrando-se a aguardar decisão política.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A reestruturação generalizada dos organismos públicos ocorrida no ano 2012 obrigou a um reposicionamento do SNIG para todas as entidades da administração pública envolvidas na execução desta medida. Ainda no âmbito do SNIG, escassez de recursos humanos, em particular após o PREMAC.

Não foram identificadas dificuldades internas no âmbito do SNIT, mas dificuldades externas, que se prenderam com:

- A falta de informação, até julho de 2011, sobre alguns dos IGT em vigor, devido à falta de depósito dos mesmos na ex-DGOTDU;
- A falta de envolvimento das CCDR na disponibilização de informação na PCGT/PEC sobre os procedimentos de elaboração, alteração e revisão de IGT em curso;
- A falta de adesão da Presidência do Conselho de Ministros à plataforma da SSAIGT para efeitos de publicação em Diário da República dos IGT da responsabilidade da Administração Central.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Considerando que a plataforma SNIG constitui na sua essência uma ferramenta de partilha de informação geográfica, e que esta é fundamental para o ordenamento e desenvolvimento do território, a relevância desta medida para o objetivo específico 6.1. é manifesta. A informação disponibilizada pelo SNIG constitui uma mais-valia para as instituições e para os cidadãos ao facilitar a pesquisa e o acesso a informação relevante para a gestão territorial, em cumprimento do estabelecido no objetivo estratégico nº 6. Esta plataforma serve de suporte à investigação aplicada e dá corpo a projectos de demonstração relevantes no quadro do ordenamento territorial e da eficácia do planeamento.

O SNIT veio facilitar o acesso dos cidadãos e das instituições aos IGT em vigor e aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos IGT em curso, proporcionando-lhes um melhor e mais fácil acesso à informação sobre o estado do ordenamento do território continental. O SNIT, através da SSAIGT, veio também permitir a desmaterialização dos procedimentos de publicação e depósito dos IGT, bem como a eliminação de erros e redundâncias na informação disponibilizada através da sua centralização numa base de dados única.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que as realizações no âmbito do SNIT alcançaram e mesmo superaram os resultados inicialmente previstos, tendo em conta os desenvolvimentos adicionais realizados, designadamente a SSAIGT.

O projeto inicial de desenvolvimento da plataforma SNIG foi objeto de duas reprogramações temporais, sendo que a segunda se encontra a decorrer e termina no final do ano 2015. Estão em execução as seguintes ações:

- Atualização da tecnologia que suporta a plataforma SNIG, incremento de novas funcionalidades e actualização do sistema de registo de metadados com a introdução de novas ferramentas de monitorização e reporte;
- Renovação do design da plataforma de modo a torná-lo mais funcional e adaptado às novas realidades já existentes em algumas infraestruturas de dados espaciais internacionais;
- Desenvolvimento de metodologias para integração de novos conteúdos no sistema e desenvolver protótipos de suporte á gestão territorial

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O SNIG apresenta enormes potencialidades enquanto ferramenta de suporte ao planeamento e divulgação alargada da informação geográfica. O registo nesta plataforma de toda a informação produzida em Portugal potencia e facilita o acesso aos conjuntos de dados por parte das instituições governamentais e utilizadores em geral. Suporta o desenvolvimento de projectos-piloto em diversas áreas de incorporação de TIC na produção e na gestão territorial. A integração de informação geográfica em sistemas de informação partilhados facilita a definição de políticas territoriais tecnicamente mais sustentadas e participadas.

O SNIT, em termos funcionais, permitiu maior facilidade e rapidez de acesso interno e externo à informação sobre os IGT em vigor e em curso, contribuindo para a redução dos tempos de resposta dos serviços e para o aumento da sua eficiência e eficácia. Em termos institucionais, contribuiu para uma maior partilha de informação entre as entidades públicas com responsabilidades na gestão territorial, bem como para a desmaterialização e simplificação dos procedimentos de publicação e depósito dos IGT.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Sem prejuízo de manutenção das características no âmbito do SNIG, desenvolvimento de plataformas e de funcionalidades associadas ao SNIT que permitam expandir as suas potencialidades e dar resposta em termos de modernização administrativa ao funcionamento do sistema de gestão territorial.

A8. Observações complementares

O desenvolvimento do SNIG deverá ser um processo contínuo, procurando acompanhar os últimos desenvolvimentos técnicos e científicos nos sectores da tecnologia informática e da aquisição e produção de informação geográfica e da gestão e planeamento de recursos nacionais.

O acompanhamento da implementação da diretiva INSPIRE em Portugal vai obrigar a que o SNIG possua capacidade de resposta e adaptação e constitua uma referência nacional para todos os utilizadores de informação geográfica em Portugal.

Objetivo Específico 6.1.

Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico Xi terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Não obstante a falta de concretização do Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo, as demais medidas contribuíram significativamente para a produção e difusão de conhecimento sobre o ordenamento do território, nomeadamente sobre os instrumentos de gestão territorial em vigor e em curso no território nacional continental, sobre a legislação de ordenamento do território e sobre documentação de orientação técnica.

A divulgação da informação geográfica de forma abrangente incrementa o conhecimento sobre o território por parte dos técnicos envolvidos no ordenamento e por parte das populações em geral, potenciando a divulgação e a participação públicas. A representação geográfica do território nacional é fundamental para a tomada de decisão, sendo que o SNIG constitui um veículo de acesso facilitado à informação geográfica, assim como à sua caracterização, nomeadamente a sua qualidade intrínseca. A caracterização da informação geográfica através do registo dos seus metadados no SNIG garante uma utilização informada dos diferentes conjuntos de dados.

As infraestruturas geodésicas nacionais constituem a base para toda a informação geográfica e georreferenciada adquirida para o território nacional. Não é possível gerir o território de modo eficiente sem o suporte assegurado por estas infraestruturas. A consistência e a coerência dos conjuntos de dados geográficos do território dependem da informação disponibilizada por estas redes nacionais.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A disponibilização por parte do Estado de uma plataforma com as características do SNIG constitui uma forma de difusão do conhecimento do território e, por inerência, do seu ordenamento. Esta ferramenta permite obter informação sobre os conjuntos de dados geográficos produzidos regularmente em Portugal e promove ainda a divulgação dos serviços de dados geográficos disponibilizados pelos vários produtores, tornando o acesso à informação geográfica mais acessível e imediato para as instituições e para os cidadãos.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere constribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Metas		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Visitas ao portal SNIG	n.º	0	2011-Mar	-	-	2013-Abri	85785

Medida Prioritária 6.2.1

Atualizar e simplificar a base jurídica e os procedimentos administrativos com repercussão no ordenamento do território e no urbanismo, promovendo a sua eficiência e a melhor articulação entre as várias entidades públicas envolvidas (2007-2008)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. Alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22 de setembro;
2. Alteração ao RJUE introduzida pelo DL n.º 60/2007, de 4 de setembro;
3. Aprovação do decreto regulamentar que define os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição da atividade dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional (Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio);
4. Aprovação do decreto regulamentar que fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo (Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio);
5. Aprovação do decreto regulamentar que fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes (Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio);
6. Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro - que define a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento da elaboração do plano diretor municipal.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As ações 1, 2 e 6.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram envolvidos recursos da DGT na execução das ações 1, 2 e 6, identificadas em A2c.

Nas ações identificadas em A2g foram envolvidos os seguintes recursos humanos: 1 Diretor-Geral, 1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores a tempo parcial, entre 2008 e 2009.

Os recursos financeiros decorreram do orçamento de funcionamento.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A elaboração e publicação dos Decretos Regulamentares n.º 9/2009, 10/2009 e 11/2009, todos de 29 de maio.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não se registaram dificuldades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A alteração legislativa operada pelo DL n.º 316/2007, de 22 de Setembro contribuiu para: (i) uma maior simplificação de procedimentos; (ii) uma maior clarificação das atribuições e responsabilidades entre o Estado e as Autarquias Locais; (iii) uma mais eficiente coordenação entre serviços da administração central.

A alteração operada pela Lei n.º 60/2007, de 9 de Setembro contribuiu para: (i) uma maior simplificação administrativa; (ii)uma nova delimitação do âmbito de aplicação dos diversos procedimentos de controlo prévio; promover e valorizar a responsabilidade de cada interveniente; (iii) estabelecer uma nova forma de relacionamento entre os órgãos da administração e entre estes e os particulares; a desmaterialização dos processos.

Os Decretos Regulamentares n.º 9/2009, 10/2009 e 11/2009 contribuíram de um modo geral para uma maior eficácia e eficiência na gestão do território, credibilizando o sistema de planeamento e assegurando que os resultados das práticas de gestão territorial respondem aos objetivos traçados pelo sistema de gestão territorial.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que as realizações alcançaram os resultados esperados naquilo em que as alterações legislativas podem influenciar a prática do planeamento.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional – simplificação dos procedimentos; clarificação e diferenciação de conceitos e de instrumentos de intervenção;

Institucional – descentralização de competências para os municípios; desconcentração de competências no âmbito dos serviços e entidades da administração central; alargamento do novo conceito introduzido pelo Lei n.º 60/2007 a outros regimes como sejam os dos empreendimentos turísticos e do exercício das actividades industriais, comerciais e pecuárias (adoção de *"um novo padrão de controlo prévio das atividades caracterizado pela confiança nos intervenientes e com a delimitação do que deve, de facto, ser objeto de análise e de controlo pela Administração"*);

Governativa – reforço dos mecanismos de concertação; redução da intervenção do Governo nos procedimentos da responsabilidade das Autarquias (limitação da figura da ratificação).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características

[ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Tendo em consideração estar a ser revista a Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, também poderá, subsequentemente, ser revista a respetiva legislação complementar. Salienta-se, porém, que o objetivo inscrito na medida de promover "a eficiência e melhor articulação entre as várias entidades públicas envolvidas"se mantém atual e plenamente válido.

Medida Prioritária 6.2.3

Alargar as atribuições e competências das Autarquias Locais, aprofundando o processo de descentralização administrativa, rever os regimes jurídicos das Associações de Municípios e das Áreas Metropolitanas e reforçar as competências municipais em matéria de ordenamento do território, responsabilizando as Autarquias pela qualidade dos planos, pela sua conformidade com os instrumentos territoriais de ordem superior e pela sua execução em tempo útil (2007-2008)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Presidência do Conselho de Ministros

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território e Direção-Geral das Autarquias Locais

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. Alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22 de Setembro
2. Aprovação do regime jurídico do associativismo municipal - Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.
3. Aprovação do regime jurídico das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto - Lei n. 46/2008, de 27 de Agosto

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As ações acima identificadas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram envolvidos recursos da DGT na execução da medida.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Aprovação pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

a) Do regime jurídico das autarquias locais;

b) Do estatuto das entidades intermunicipais;

c) Do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias;

d) Do regime jurídico do associativismo autárquico.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A alteração legislativa operada pelo DL n.º 316/2007 de 22 de Setembro contribuiu para: (i) uma maior clarificação das atribuições e responsabilidades entre o Estado e as Autarquias Locais nos processos de formação dos planos; (ii) a simplificação dos procedimentos administrativos com vista à redução dos tempos de elaboração dos planos.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

No que respeita à publicação do Decreto-Lei n.º 316/2007, as realizações, em termos gerais, corresponderam de forma positiva ao esperado em matéria de responsabilização das autarquias e de descentralização de competências.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional – simplificação dos procedimentos.

Institucional – maior descentralização de competências do Estado para as Autarquias Locais; maior desconcentração de competências no âmbito dos serviços e entidades da administração central.

Governativa – redução do controlo de legalidade exercido pelas entidades da administração central e do Governo no âmbito dos processos de formação dos planos e maior responsabilização das Autarquias Locais

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim		X	Não

Em caso afirmativo,

	Com as mesmas características
	Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

A alteração da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, bem como do RJIGT, atualmente em curso, poderá vir a introduzir maior responsabilização dos municípios em matéria de cumprimentos dos prazos de elaboração e execução dos PMOT e também de cumprimento da obrigatoriedade de plasmar nos PDM as orientações dos planos territoriais de nível superior.

Medida Prioritária 6.2.6

Desenvolver um programa coerente de atualização e formação especializada no domínio do ordenamento do território e do urbanismo dirigido prioritariamente aos agentes da administração pública desconcentrada e das autarquias locais (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território, Direção-Geral das Autarquias Locais e Fundação CEFA.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Muito embora não tivesse sido criado um programa formal de formação especializada no domínio do ordenamento do território e urbanismo, foram isoladamente programadas diversas ações de formação.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Embora não tivessem resultado propriamente de um "programa coerente de atualização e formação especializado", pelo menos concebido como tal, foram realizadas as seguintes ações:

1. Realização de 1 ciclo de seminários destinados às Autarquias Locais, num total de 7 sessões, sobre as alterações ao RJIGT – 2007.
2. Realização de 5 ações de formação sobre AAE de planos e programas, destinado às entidades responsáveis pela elaboração de IGT e técnicos em geral - 2008
3. Realização de 1 ciclo de seminários, destinado às entidades responsáveis pela elaboração de IGT,

num total de 3 sessões, sobre os novos decretos regulamentares 9, 10 e 11/2009 – 2009.

4. Seminário de divulgação do Guia dos Contratos para Planeamento – 2010.
5. Ações de divulgação da SSAIGT, destinadas às entidades responsáveis pela elaboração e aprovação dos IGT, num total de 4 sessões – 2011.
6. Ações de formação destinadas aos utilizadores da plataforma SSAIGT, num total de 19 sessões, sobre o funcionamento e a utilização da referida plataforma - 2012.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Ação 1 - 1 Diretor-Geral, 1 Subdiretor-Geral, 1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão e 4 Técnicos Superiores

Ação 2 - 1 Subdiretor-Geral, 1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

Ação 3 - 1 Diretor-Geral, 1 Subdiretor-Geral, 1 Chefe de Divisãoe 2 Técnicos Superiores

Ação 4 - 1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores + Equipa externa de consultores

Ação 5 - 1 Diretor-Geral e 1 Diretor de Serviços;

Ação 6 - 1 Diretor de Serviços e 3 Técnicos Superiores + 1 Técnico Superior da INCM

As ações elencadas tiveram lugar nas instalações da ex-DGOTDU, das CCDR e nas instalações dos organismos/locais destinatários da formação.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não foram realizadas ações para além do período de execução definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se tem conhecimento de que tenham sido realizadas outras ações complementares.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram identificadas dificuldades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações desenvolvidas no âmbito da medida 6.2.6 contribuíram, de uma forma geral, para uma maior capacitação técnica das instituições em matéria de gestão territorial, nomeadamente sobre o processo de formação dos IGT, a integração da avaliação ambiental nesse processo e o SSAIGT.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não obstante as realizações não decorrerem de um programa de formação estruturado e, nesse sentido, terem ficado aquém do esperado, considera-se que as ações efetivamente realizadas contribuíram positivamente para aumentar a capacitação dos destinatários.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional – disponibilidade de recursos humanos; preparação técnica dos recursos afetos às ações de formação.

Institucional – maior articulação entre a DGT, as CCDR e as CM e maior harmonização de conceitos e de procedimentos.

Governativa - não foram identificados impactos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo,

X	Com as mesmas características
	Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.2

Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A alteração legislativa introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22 de setembro, contribuiu para: (i) uma maior clarificação das atribuições e responsabilidades entre o Estado e as Autarquias Locais nos processos de formação dos planos, associada a uma maior responsabilização destas últimas na gestão territorial.

As ações de formação e de sensibilização identificadas em A2d contribuíram para uma maior capacitação técnica das instituições alvo das referidas ações e, consequentemente, para o reforço das suas capacidades ao nível da gestão territorial.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Foi realizada a avaliação das alterações introduzidas no RJIGT pelo DL n.º 316/2007, reportada ao período 2007-2009, da qual se destacam as seguintes evidências:

- Em sede de acompanhamento de revisões de PDM, foram verificadas questões de incompatibilidade ou desconformidade da proposta de plano com os IGT eficazes em 21,4% (3 em 14 casos) dos pareceres da CTA/CMC/CA e em 40% (4 em 10 casos) dos pareceres finais das CCDR. A análise por região é pouco significativa devido ao reduzido número de casos avaliados;
- Em sede de *acompanhamento de PU, PP e alterações de PDM*, foram invocadas questões de incompatibilidade ou desconformidade das propostas de plano com os IGT eficazes e questões de legalidade, respetivamente em 10% e em 19,9% dos pareceres emitidos em conferência de serviços. Estes valores são mais significativos que os anteriores devido à dimensão do universo (89 casos). A nível regional, destacam-se as regiões do Norte (43,5%), do Algarve (40%) e LVT (30%) no que respeita a pareceres que invocam questões de legalidade. No que respeita a incompatibilidade ou desconformidade, destaca-se apenas a Região do Algarve com 3 em 5 pareceres (60%);
- Os municípios devem empenhar-se em garantir que as propostas de plano que remetem às CCDR para parecer final cumprem as disposições legais, nomeadamente no que respeita à compatibilidade/conformidade com os demais IGT em vigor;
- Verificaram-se tempos de tramitação média dos PMOT bastante alongados, especialmente para determinados procedimentos de alguns tipos de PMOT. Contudo, verificou-se também que para aqueles valores contribuíam significativamente alguns poucos casos com tempos excecionalmente alongados. Quando se efetuou a comparação dos tempos de tramitação tendo em consideração se os procedimentos tinham ocorrido antes ou depois da entrada em vigor do DL316/2007, assinalou-se a tendência para uma redução efetiva do tempo de tramitação dos PMOT, sendo muito notória a redução do tempo de tramitação motivada pela quase eliminação da fase de ratificação dos PMOT.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
% de revisões de PDM, publicados no Diário da República no PR*, em que o parecer CA invoca questões de incompatibilidade/ desconformidade com outros IGT	%		(1)	n/a		21,4	2009
% de elaborações, alterações e revisões de PU e PP e de alterações de PDM, publicados no Diário da República no PR*, em que o parecer da CS invoca questões de incompatibilidade /desconformidade com outros IGT	%		(1)	n/a		10,1	2009

Tempos médios de tramitação dos procedimentos de PMOT, publicados no Diário da República no PR*	meses		(1)	n/a			2009
— PDM/Revisão						112 (24 casos)	
— PDM/Alteração						25 (43 casos)	
— PU/Elaboração						103 (67 casos)	
— PU/Alteração						122 (10 casos)	
— PU/Revisão						48 (7 casos)	
— PP/Elaboração						70 (127 casos)	
— PP/Alteração						63 (21 casos)	
— PP/Revisão						31 (15 casos)	

* PR - período de referência: entre 24-09-2007 e 31-12-2009
(1) Não há valor base pelo que também não deve ser indicado o "ano base"

Medida Prioritária 6.3.1

Reforçar os mecanismos de acesso à informação no âmbito da elaboração e divulgação dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente através do uso das TIC, com vista a uma maior corresponsabilização e envolvimento da sociedade civil (2007-2008)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território e Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. A alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22 de Setembro que criou a obrigatoriedade de divulgação dos IGT através das páginas da internet das entidades responsáveis pela sua elaboração;
2. A criação do SNIT para disponibilização dos IGT em vigor.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

1. A alteração ao RJIGT introduzida pela Lei n.º 56/2007, de 31 de agosto que impôs a transcrição digital georeferenciada de todo o conteúdo documental dos PMOT e a sua disponibilização nos respetivos sítios na Internet (esta disposição legal sofreu mais tarde uma alteração de redação, através da Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, que manteve todavia esta obrigatoriedade)
2. A alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22 de setembro, que impôs, para todos

os IGT, a divulgação da abertura do período de discussão pública, bem como dos respetivos resultados nas páginas na Internet das entidades responsáveis pela sua elaboração e, no caso particular dos PMOT, a divulgação também das deliberações de elaboração, alteração ou de revisão

3. A criação do SNIT para disponibilização dos IGT em vigor:
4. Estudo desenvolvido para a ex-DGOTDU pela Universidade de Aveiro sobre "As Tecnologias de Informação e Comunicação na Elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território" – 2007;
5. Seminário sobre "As Tecnologias de Informação e Comunicação e o Ordenamento do Território" - Aveiro 2007.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos humanos e financeiros envolvidos na ação 2 foram os identificados na medida 6.1.5.

Nas restantes ações não foram envolvidos recursos da DGT.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não se tem conhecimento de terem sido previstas outras ações.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

A criação da PCGT/PEC, no âmbito do SNIT, para disponibilização dos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos IGT em curso.

A elaboração do documento de orientação "Governância e participação na gestão territorial" - DGOTDU 2009.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Consultas on-line ao SNIT	N.º		-	n/a	n/a		
Acessos aos serviços WEB solicitados	N.º		2008	n/a	n/a	1290	2013

Acessos aos serviços Web atribuídos	N.º		2008	n/a	n/a	267	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Ver comentário à medida 6.1.5.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram identificadas dificuldades internas.

As dificuldades externas prenderam-se com a falta de envolvimento das CCDR no caso da PCGT/PEC, o que tem contribuído para a indisponibilidade de informação sobre fases dos processos de formação dos IGT que depende significativamente da intervenção daquelas entidades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações realizadas no âmbito da medida 6.3.1 contribuíram de forma significativa para:

a) uma maior divulgação dos IGT em vigor junto dos cidadãos e das instituições;

b) a divulgação da temática das TIC e das questões com estas relacionadas junto das CCDR e das equipas técnicas que participavam na elaboração dos PROT;

c) a divulgação de metodologias para processos participativos em planeamento e identificação de casos de boas práticas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As ações realizadas ficaram aquém do esperado no que toca à disponibilização de informação sobre os procedimentos dos IGT em curso e, sobretudo, no que se refere à possibilidade de participação dos cidadãos e das instituições nesses mesmos procedimentos fora dos períodos previstos na lei.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Os impactos da ação 2, identificada no ponto A2c, são os mencionados em relação à medida 6.1.5.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características

[ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.3.2

Integrar os princípios e orientações das Agendas 21 Locais nos instrumentos de gestão territorial e incentivar a cooperação aos níveis local e regional, recorrendo nomeadamente à institucionalização de parcerias, à contratualização e à implementação de Programas de Ação Territorial (2007-2009)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Desenvolvimento e teste do modelo do instrumento Redes Urbanas de Inovação e Competitividade mediante Ações Preparatórias, do instrumento Ações Inovadoras de Desenvolvimento Urbano e do instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Inexistência de uma estrutura de acompanhamento das Agenda 21 Locais.

Sustentabilidade das parcerias estratégicas.

Dificuldade de implementação e execução das estratégias.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Reforço da governança e cooperação territorial e temática intermunicipal. Reforço da capacidade de inovação e parceria locais. Reforço da dimensão estratégica local de regeneração urbana.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo,

☐ Com as mesmas características

☐ Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.3.3

Rever os modelos de acompanhamento, participação e concertação previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, no sentido de garantir o maior envolvimento das entidades públicas e das organizações económicas, sociais, culturais e ambientais desde a fase inicial de definição do

conteúdo e das principais opções desses instrumentos (2007-2008)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

1. A alteração ao RJIGT introduzida pelo DL n.º 316/2007, de 22 de setembro
2. A aprovação da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro - que define a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento da elaboração do plano diretor municipal;

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As acima identificadas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não foram envolvidos recursos da DGT na execução da medida.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não foram realizadas ações para além do período de execução previsto.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se tem conhecimento de que tenham sido realizadas ações complementares.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
% casos de elaboração, alteração ou revisão de PU e de PP e de alteração de PDM, publicados no Diário da República no PR, e para os quais se efetuou conferência de serviços (CS)	%			n/a			2009
– % casos em que faltaram à CS entidades convocadas						53	
– % casos em que entidades presentes não se pronunciaram na CS						12	
– % casos em que entidades presentes se pronunciaram posteriormente à CS						36	
– % casos em que entidades ausentes se pronunciaram posteriormente à CS						56	
– % casos em que houve entidades presentes ou ausentes que nunca se pronunciaram						46	

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

As seguintes evidências dizem exclusivamente respeito à participação das entidades públicas nos procedimentos de formação dos PMOT:

- Foi realizada a avaliação das alterações introduzidas no RJIGT pelo DL n.º 316/2007 (AARJIGT), reportada ao período 2007-2009;
- Desta avaliação resulta evidente o deficiente funcionamento da figura de conferência de serviços, pelo que não se podem ainda considerar plenamente alcançados os objetivos que levaram à sua introdução no regime de tramitação dos PMOT;
- Isto não significa que se deve abandonar o modelo. Pelo contrário, as entidades da administração pública terão de fazer um esforço para que a prática de funcionamento das conferências de serviço se torne mais eficaz, em particular no que respeita à representação das entidades e à capacidade de ponderar e concertar interesses;
- Dos resultados do estudo resulta claro que é necessário evoluir no sentido de tornar os pareceres da Administração central mais objetivos e de tornar globalmente mais eficiente a forma de emissão/pronúncia das entidades. A delegação de competências prevista na lei para os representantes da administração central nas comissões de acompanhamento e conferências de serviços deve ser concretizada atempadamente, deve ser assumida pelos nomeados e deve ser conjugada com uma responsabilização efetiva pela participação nas reuniões e pela emissão do parecer nos moldes legalmente previstos.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram identificadas dificuldades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A alteração legislativa operada pelo DL n.º 316/2007 conduziu ao efeito inverso, ou seja, deixou de incluir nas Comissões de Acompanhamento dos PDM representantes dos interesses económicos, sociais, ambientais e culturais, dificultando assim a sua participação nos processos de elaboração daqueles planos. No caso dos PU e PP, nunca houve um processo formal de acompanhamento da sua elaboração, nem pelas entidades públicas, nem pelas organizações.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Pelas razões acima apontadas, as realizações da medida ficaram muito aquém do esperado.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional – maior operacionalidade no funcionamento das Comissões de Acompanhamento, proporcionando um maior enfoque nas questões de natureza técnica.

Institucional – menor participação pública e institucional e redução da ação estratégica.

Governativa – redução da capacidade de concertação dos vários interesses com a sociedade civil.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[ ] Com as mesmas características

[X] Com outras características. Quais?

Com características que venham a assegurar a efetiva participação da sociedade civil nos processos de formação dos planos.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.3.4

Incentivar a organização e a participação qualificada da sociedade civil na prestação de serviços de interesse geral, promovendo parcerias e redes de base territorial (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo,

☐ Com as mesmas características

☐ Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.3

Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Apenas as ações realizadas no âmbito da medida 6.3.1 contribuíram de forma positiva para a prossecução do objetivo em questão.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

As seguintes evidências dizem exclusivamente respeito à participação das entidades públicas nos procedimentos de formação dos PMOT:

- Foi realizada a avaliação das alterações introduzidas no RJIGT pelo DL n.º 316/2007 (AARJIGT), reportada ao período 2007-2009;
- Desta avaliação resulta evidente o deficiente funcionamento da figura de conferência de serviços, pelo que não se podem ainda considerar plenamente alcançados os objetivos que levaram à sua introdução no regime de tramitação dos PMOT;
- Isto não significa que se deve abandonar o modelo. Pelo contrário, as entidades da administração pública terão de fazer um esforço para que a prática de funcionamento das conferências de serviço se torne mais eficaz, em particular no que respeita à representação das entidades e à capacidade de ponderar e concertar interesses;
- Dos resultados do estudo resulta claro que é necessário evoluir no sentido de tornar os pareceres da Administração central mais objetivos e de tornar globalmente mais eficiente a forma de emissão/pronúncia das entidades. A delegação de competências prevista na lei para os representantes da administração central nas comissões de acompanhamento e conferências de serviços deve ser concretizada atempadamente, deve ser assumida pelos nomeados e deve ser conjugada com uma responsabilização efetiva pela participação nas reuniões e pela emissão do parecer nos moldes legalmente previstos.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
% casos de elaboração, alteração ou revisão de PU e de PP e de alteração de PDM, publicados no Diário da República no PR, e para os quais se efetuou conferência de serviços (CS)	%			n/a			2009
– % casos em que faltaram à CS entidades convocadas						53	
– % casos em que entidades presentes não se pronunciaram na CS						12	
– % casos em que entidades presentes se pronunciaram posteriormente à CS						36	
– % casos em que entidades ausentes se pronunciaram posteriormente à CS						56	
– % casos em que houve entidades presentes ou ausentes que nunca se pronunciaram						46	

Medida Prioritária 6.4.1

Desenvolver ações de sensibilização, educação e mobilização dos cidadãos para uma cultura valorizadora do ordenamento do território, do urbanismo, das paisagens e do património em geral (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território e Agência Portuguesa do Ambiente

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não se dispõe de informação sobre as ações previstas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Participação da DGT em 3 sessões de divulgação e sensibilização (2009, 2010 e 2011) no âmbito da iniciativa "Semana do Ambiente", promovida pelo ex-MAOTDR/MAOT e inserida nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente, destinadas a alunos do ensino básico e secundário.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos humanos envolvidos foram: 1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores (pontualmente).

Os recursos financeiros envolvidos decorreram do orçamento de funcionamento.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não se dispõe de informação.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não foram realizadas ações para além do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não foram realizadas ações complementares.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Escassez de recursos humanos e financeiros.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | **1** | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações realizadas, apesar de terem sido francamente positivas, foram manifestamente insuficientes para atingir os objetivos.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que as realizações, ainda que positivas, ficaram manifestamente aquém dos resultados que se pretendiam inicialmente alcançar.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não houve impactos relevantes a registar.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características [ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.4.2

Introduzir e reforçar nos programas dos vários graus de ensino, desde o ensino básico ao secundário, os princípios orientadores de boas práticas de ordenamento e qualificação do território (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministérios responsáveis pela Educação e Ordenamento do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Educação e Direção-Geral do Território.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [X] Em curso [ ] Concluída [ ]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Preparação de conteúdos e sua integração nos correspondentes currículos escolares.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Não se conhecem ações.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

As referidas em A2c.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se tem conhecimento.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não aplicável.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Tendo em conta que não foram realizadas quaisquer ações no período de execução definido, considera-se que se ficou muito aquém dos resultados esperados.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características

[ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Considera-se que a medida em apreço é muito relevante, devendo considerar-se um eixo prioritário de atuação no próximo período de programação.

Medida Prioritária 6.4.4

Fomentar a investigação e a inovação na área do ordenamento do território e do urbanismo, nomeadamente através da instituição de bolsas de estudo e prémios especiais (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação da Ciência e Tecnologia e Direção-Geral do Território.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Os parceiros envolvidos nos projetos de investigação, nomeadamente instituições públicas, universidades, empresas e outras entidades.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A criação do Prémio Nacional da Paisagem. Envolvimento de Bolseiros de Investigação Científica em tarefas de projetos de investigação com impacto na área do ordenamento do território e do urbanismo.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A criação do Prémio Nacional da Paisagem, através do Despacho 12423/2012, de 14 de Setembro.

Desenvolvimento de 16 projetos de investigação envolvendo a participação de bolseiros de investigação em áreas temáticas com impacto no ordenamento do território como é o caso de: desertificação, fogos florestais, gestão de recursos hídricos, poluição da água, ecossistemas terrestres, floresta, conservação de áreas naturais, alterações climáticas, monitorização do carbono e emissões, cartografia temática, infra-estruturas de dados espaciais, harmonização de dados geográficos.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

1 Técnico Superior (pontualmente) na criação do Prémio Nacional da Paisagem.

Ao longo dos 7 anos do período em análise realizaram-se 17 projetos de investigação (financiados pela FCT ou por fundos Europeus) com uma duração média de 2,5 anos e que envolveram 47 Bolseiros correspondendo a uma dedicação global de 44,75 ETI e a cerca de 450 000 € de recursos financeiros em bolsas de investigação científica.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a referir.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Alguns dos bolseiros envolvidos nos projetos estiveram a desenvolver as suas teses de mestrado ou doutoramento que em poucos casos se encontram ainda em fase de conclusão.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Realização das sessões do prémio no prazo estabelecido	N.º		2012	1 sessão de 2 em 2 anos		1	2012
Envolvimento de bolseiros de investigação	N.º		2007			47	2013
Publicações	Nº		2007			70	2013
Teses de Mestrado	Nº		2007			20	2013
Teses de Doutoramento	Nº		2007			5	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades ao nível dos recursos humanos e financeiros disponíveis, nomeadamente na divulgação do prémio.

Dificuldades ao nível dos recursos financeiros disponíveis, nomeadamente no *timing* de aprovação das despesas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o que impediu a participação em algumas das conferências para divulgação dos resultados do projecto. Dificuldades de acesso a publicações científicas relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos de investigação pelo facto da DGT (ex-IGP) não dispor de acesso às Bases de Dados de Conhecimento existentes.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A criação do Prémio da Paisagem contribuiu para a divulgação das boas práticas no domínio da paisagem, refletindo-se no correto ordenamento do território.

No que se refere à medida 6.4.4. os resultados dos projetos (e.g. publicações, comunicações e teses realizadas ou ainda em curso) contribuem para a divulgação das metodologias e dos resultados obtidos e para a disseminação de conceitos e boas práticas associadas ao ordenamento do território e gestão territorial. No decorrer dos projetos são promovidas atividades que envolvem diferentes parceiros, grupos de peritos e representantes de setores específicos o que contribuiu também com alguma relevância para os referidos objetivos.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Apesar das dificuldades financeiras e de acesso a informação científica relevante, os projetos foram realizados e as bolsas de investigação científica foram concretizadas de acordo com o previsto desempenhando o papel que deles seria esperado no contexto da medida e objetivos em causa.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Prémio da Paisagem:

- Funcionais - contribuiu para o envolvimento de diferentes unidades orgânicas da DGT na realização da ação.
- Institucionais - contribuiu para a colaboração institucional dos setores representados no júri e para a sensibilização das diferentes entidades interessadas na paisagem, bem como da sociedade civil.
- Governativa - contribuiu para os objetivos de política do ministério da tutela.

Bolsas de investigação:

- Funcionais - contribuiu para o envolvimento de diferentes unidades orgânicas da DGT na realização da ação.
- Institucionais - contribuiu para a colaboração entre os diferentes parceiros dos projectos em torno das atividades e temáticas de investigação desenvolvidas.
- Governativa - contribuiu para os objetivos de política do ministério da tutela.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características

[ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 6.4.5

Divulgar boas práticas em ordenamento do território e urbanismo e incentivar a participação em concursos para atribuição de prémios a nível internacional (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Criação do Prémio Nacional da Paisagem, publicação da série Política de Cidades e disseminação das boas práticas resultantes das operações *Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano*. Não foi desenvolvido nenhum plano coerente, para além das iniciativas descritas, de divulgação de boas práticas e incentivo à participação em concursos internacionais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

1. Criação do Prémio Nacional da Paisagem através do Despacho 12423/2012 de 14 de setembro, com vistas à sua elegibilidade para o Prémio Europeu da Paisagem;
2. Elaboração e publicação da Série Política de Cidades.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Ação 1 - 1 Técnico Superior (pontualmente)

Ação 2 - Consultores externos + Equipa interna constituída por 5 Técnicos Superiores, a tempo parcial, durante o período 2007-2011.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Para além da série Política de Cidades, estava prevista a disseminação e divulgação dos resultados de boas práticas alcançados no âmbito das operações *Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano*. No entanto, a redução do número de operações efetivamente aprovadas face à expetativa inicial, bem como a alteração do enquadramento da ex-DGOTDU enquanto organismo intermédio, levou à não realização dessa ação, que resultou numa limitação significativa dos próprios resultados de disseminação que se pretendiam alcançar originalmente com o instrumento AIDUS no âmbito da POLIS XXI.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Não foram realizadas ações para além do período de execução previsto.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Realização das sessões do prémio no prazo estabelecido	N.º		Bianual	1 sessão de 2 em 2 anos		1	2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Relativamente à identificação de boas práticas no domínio do ordenamento do território em geral, foi identificada a existência de défice de sistematização da informação relativa ao mérito das soluções propostas pelos planos e pelos projetos.

Relativamente à ação 1 identificada no ponto A2c, foram identificadas dificuldades ao nível dos recursos humanos e financeiros disponíveis, nomeadamente na divulgação do prémio.

A redução do número de operações AIDU efetivamente aprovadas face à expetativa inicial, bem como a alteração do enquadramento da ex-DGOTDU enquanto organismo intermédio enquanto ainda decorria a sua execução, levou à não realização das ações de divulgação e disseminação das boas práticas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A ação 1 contribuiu para a divulgação das boas práticas no domínio da paisagem, refletindo-se no correto ordenamento do território.

A ação 2 contribuiu para a divulgação de conteúdos temáticos e abordagens emergentes no âmbito das políticas urbanas, bem como de boas práticas internacionais nesse âmbito.

No entanto, não foi desenvolvido um plano de ação coerente nem uma estrutura de recolha e sistematização de informação com vista à identificação de boas práticas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional - contribuiu para o envolvimento de diferentes unidades orgânicas da DGT na realização das ações; contribuiu para a capacitação técnica interna da DGT em áreas temáticas e matérias emergentes de relevância urbana.

Institucional - contribuiu para a colaboração institucional dos setores representados no júri do prémio da paisagem e para a sensibilização das diferentes entidades interessadas na paisagem, bem como da sociedade civil. No caso da série "Política de Cidades", além de contribuir especificamente para o apoio às candidaturas ao Eixo IX do POVT, constituiu uma base geral de informação e divulgação de boas práticas em áreas temáticas referenciais na área do desenvolvimento urbano.

Governativa - contribuiu para os objetivos de política do ministério da tutela.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo,

[X] Com as mesmas características

[ ] Com outras características. Quais?

A8. Observações complementares

A divulgação de boas práticas pode ser realizada, não apenas através da recolha e sistematização de informação ao nível nacional, de prémios e publicações, mas deve também ser atingida através da constituição de redes nacionais de cidades ou da promoção da participação de cidades portuguesas em redes internacionais que permitam, numa abordagem aproximada ao Programa Operacional URBACT, promover processos de aprendizagem conjunta e capitalizar as boas práticas através da cooperação entre cidades.

Objetivo Específico 6.4

Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território

Apreciação geral dos objetivos específicos respeitantes ao objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

As ações realizadas no âmbito das medidas 6.4.4. e 6.4.5. contribuíram para a divulgação de boas práticas no domínio da paisagem, do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano, procurando por essa via influenciar comportamentos responsáveis face ao ordenamento do território, pelo que não deixa de ser um contributo positivo para o cumprimento do objetivo em questão.

Os projetos de investigação envolvendo Bolseiros de investigação Científica representam uma excelente oportunidade para realizar trabalho com impacto no OT, promover a formação e divulgar boas práticas que podem influenciar a criação de comportamentos positivos e responsáveis face ao OT. Através das equipas e da sua interação com os diferentes setores e comunidades de utilizadores dos trabalhos desenvolvidos, contribuem para o envolvimento das instituições e cidadãos na gestão do território.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***B2a.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 6.1., 6.2., 6.3. e 6.4.

Justificação sucinta da resposta anterior:

Considera-se que os objetivos 6.1. a 6.4 são prioritários, destacando-se, em particular, atentas as atribuições e competências da Direção-Geral do Território, a criação de um observatório responsável pela recolha e tratamento de informação de carácter estratégico, técnico e científico relevante para a monitorização e avaliação das políticas públicas com expressão territorial; bem como a identificação de boas práticas e a sensibilização e educação em matéria de ordenamento do território e urbanismo.

A área de atuação da Direção de Serviços de Geodesia e Informação Geográfica da DGT e as competências que lhe estão atribuídas no quadro orgânico da DGT envolvem, entre outras, a manutenção das infraestruturas geodésicas nacionais assim como a promoção da cobertura geográfica do território nacional. Estas atividades enquadrando-se fundamentalmente no preconizado nos objetivos específicos 6.1 e 6.2.

Atendendo à relevância do cadastro predial, enquanto instrumento de suporte à implementação de políticas territoriais nacionais, regionais e locais, parecer importante garantir que um novo Programa para 2014-2020 vise a prossecução de medidas conducentes ao conhecimento da estrutura predial. Realce-se que o cadastro predial pode constituir-se como um meio para a promoção de ganhos de eficiência e transparência nos processos de decisão dos serviços públicos e ainda como informação de suporte à gestão das infra-estruturas técnicas existentes no território.

O desenvolvimento de projetos de investigação envolvendo Polícias, atividades de formação e

***B2b.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nenhum dos objetivos específicos do objetivo estratégico nº 6 deverá ser descontinuado, na medida em que estes 4 objetivos pretendem assegurar uma gestão territorial mais eficiente com a participação informada dos cidadãos.

***B2c.* Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Diretiva INSPIRE.Aquisição de cadastro predial de acordo com o novo modelo estratégico do cadastro predial. No domínio da investigação - Horizonte 2020.O quadro de referência estratégico *Cidades Sustentáveis 2020*, em elaboração

B3. Observações complementares

Entidades inquiridas:

Direção-Geral de Educação (DGE)
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF)
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)
Parque Escolar (PE)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.1.*	*Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos, e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior.*

Medidas Prioritárias	*4.1.1*	*Reestruturar e consolidar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, em consonância com as dinâmicas de povoamento e assegurando que a dimensão das escolas seja adequada às necessidades pedagógicas e à eficiência da oferta educativa (2007-2013).*
	4.1.2	*Reorganizar e valorizar as redes de agrupamentos e de escolas de ensino secundário (geral e tecnológico/profissionalizante) em articulação com a rede de centros de formação profissional, considerando a dinâmica da procura, as necessidades de desenvolvimento do país e o sistema de acessibilidades, com destaque para o transporte público (2007-2013).*
	4.1.3	*Definir os Territórios Educativos, tendo em vista implementar Programas Educativos Intermunicipais e instituir Conselhos Intermunicipais de Educação e Aprendizagem, com representação das Comunidades Educativas e de outros agentes da sociedade civil, e elaborar a Carta Nacional de Territórios Educativos e as Cartas Educativas respeitantes a cada um desses Territórios (2007-2013).*
	4.1.4	*Incentivar a criação de sistemas integrados de transporte que garantam, em meio rural e nos aglomerados urbanos, a acessibilidade aos estabelecimentos de educação incluindo por parte dos alunos com necessidades especiais no âmbito da mobilidade (2007-2013).*
	4.1.5	*Avaliar e reestruturas a rede de ensino superior, universitário e politécnico, segundo padrões de referência internacional e respondendo com eficiência aos desafios do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação e competitividade do país, incluindo a captação de novos públicos para o ensino superior, nomeadamente através da inclusão de Cursos de Especialização Tecnológica (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.1.1

Reestruturar e consolidar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, em consonância com as dinâmicas de povoamento e assegurando que a dimensão das escolas seja adequada às necessidades pedagógicas e à eficiência da oferta educativa (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e DGPGF - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira, ISS (Instituto da Segurança Social), DRE atualmente DGESTE que tinha como função acompanhar a execução no terreno. Estas entidades tinham apenas como função dar parecer sobre as candidaturas apresentadas pelas autarquias e aprovar o financiamento.

DGESTE - Entidade que, no âmbito da reorganização orgânica do MEC, resultou da fusão das 5 Direções Regionais de Educação, que efetuavam pareceres prévios, que apresentavam ao GEPE, sobre o reordenamento da rede educativa /Construção do equipamento: Nº de salas de aulas/refeitório/bibliotecas escolares/ salas de reuniões de professores/refeitórios escolares.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e DGPGF Autarquias, IPSS, Entidades gestoras de Programas Operacionais Regionais, CCDR, Parque Escolar

DGESTE – Submissão dos projetos municipais às comunidades Intermunicipais. Elaboração dos Planos de Ação no âmbito intermunicipal em consequência das necessidades dos municípios.

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Aprovação dos planos de ação intermunicipais tendo em conta a estratégia definida para o território.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e DGPGF - DGESTE (antigas DREducação) que saberão melhor responder a questões relativas ao grau de execução das obras, CCDR terão informação circunstanciada sobre a requalificação de escolas do ensino básico.

DGESTE - Nada a acrescentar.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
DGEEC e DGPGF		X	
DGESTE		X	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
DGEEC e DGPGF				X	
DGESTE				X	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

DGEEC e DGPGF No caso do pré-escolar: as autarquias ou a IPSS teriam de apresentar projetos* que cumprissem os requisitos técnicos para estes níveis de ensino. O financiamento era suportado 50% pelo MEC e 50% pela SS.

No caso do ensino básico: as autarquias teriam de apresentar projetos* que cumprissem os requisitos técnicos para estes níveis de ensino. O financiamento era suportado pelos Programas Operacionais Regionais.

* A ação refere-se a projetos no âmbito do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar que visou garantir a igualdade de oportunidade de acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo. Importa assim, dar prioridade à reorganização da rede de escolas, identificando, num trabalho de proximidade com as autarquias a recuperação ou construção de estabelecimentos de ensino.

DGESTE - A maioria dos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo com Jardim de Infância foram executados pelos municípios. Existem ainda projetos em execução e outros a iniciar, com concretização prevista até final de 2015. Alguns municípios que se candidataram ao QREN para obras de requalificação nos estabelecimentos de ensino do Ensino Básico, têm a componente nacional comparticipada pelo Ministério da Educação e autarquias.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

DGEEC e DGPGF À DGEEC e DGPGF cabiam o parecer e aprovação de candidaturas.

Foram criadas plataformas para submissão de candidaturas e para divulgação das candidaturas selecionadas e publicitação das obras realizadas. Não houve atualização sistemática de dados em virtude da indefinição de competências quanto ao acompanhamento.

http://www.centroescolar.min-edu.pt/np4/17.html

http://www.prescolar.min-edu.pt/np4/home.html

DGESTE - *Nada a acrescentar.*

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DGEEC e DGPGF As DRE mobilizaram as equipas da rede escolar para análise e acompanhamento das candidaturas (no mínimo 5 técnicos, um por DRE), o GEPE (atual DGEEC) mobilizou a sua equipa da rede escolar (3 técnicos), atualmente integrados na DGPGF.

Despacho que lançou o Programa 23403/2008 de 16 de setembro. Os recursos financeiros a alocar estavam previstos no despacho n. 9620/2009 de 7 de abril: 7M€ a repartir equitativamente entre os orçamentos ME e orçamento da SS, no caso do Pré-escolar (este valor apenas diz respeito à componente infraestruturas dos estabelecimento do pré-escolar). Houve prorrogações sucessivas do programa com aumento do valor do investimento.

Para o ensino básico os recursos financeiros associados estavam alocados nas verbas do QREN/POR. Para detalhe sobre execução financeira devem ser contactadas as CCDR.

DGESTE - Nada a acrescentar.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

DGEEC E DGPGF

A medida não está concluída, não foram ainda executadas as 500 salas de pré-escolar mas apenas 200, estando previstas mais 100 no presente ano letivo.

Foram construídos ou reabilitados 1.236 centros escolares. Não havia meta definida.

DGESTE - a) Refira-se ainda que a construção de alguns Jis foi integrada na medida de construção dos centros escolares.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

DGEEC e DGPGF Todas os programas foram estendidos em virtude das dificuldades de realização. O Programa do Pré-escolar foi estendido por 18 meses em janeiro de 2011 por despacho 484/2011 de 28 de dezembro.

DGESTE - Nada a acrescentar.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

DGEEC e DGPGF Não conhecemos.

DGESTE – Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

		Sim		Não
DGEEC e DGPGF				
DGESTE	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
DGEEC e DGPGF Nº de novas salas de pré-escolar	VA	nd	nd	500	2010	200	2013
DGEEC e DGPGF Nº de centros escolares construídos ou requalificados	VA	nd	nd	nd	nd	1236	nd
DGESTE	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

		Sim		Não
DGEEC e DGPGF		Sim	X	Não
DGESTE			X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

DGESTE – a) A monitorização foi efetuada no âmbito das antigas DREs, de diferentes modos, não existindo dados congregados.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

DGEEC e DGPGF

Dificuldades internas: a distribuição de competências entre Ministérios e, dentro do próprio Ministério da Educação, conduziu a uma disseminação das responsabilidades e competências que não favorece o acompanhamento e a monitorização das medidas. A concentração do acompanhamento das medidas junto da tutela, em virtude da necessidade de estabelecer negociações com municípios e nomeadamente com a ANMP, conduziu a um afastamento dos serviços do Ministério do acompanhamento da execução da medida.

Dificuldades externas: as autarquias, IPSS e outras entidades beneficiárias das medidas não aderiram ao programa como desejável em virtude das dificuldades de comparticipação do financiamento (referimo-nos sobretudo à componente do programa dirigida ao ensino básico).

DGESTE - Nada a acrescentar.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

DGEEC e DGPGF Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
DGESTE	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

DGEEC e DGPGF

A medida contribuiu para a prossecução do objetivo, apesar da sua taxa de execução ter ficado aquém do esperado. Alterações demográficas tornam menos relevante este tipo de medida, já que a população escolar está a decrescer, de forma mais acentuada do que o previsto, com exceção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A construção de centros escolares permitiu o encerramento de escolas do 1º ciclo de pequena dimensão, criando melhores condições de acesso à educação dos alunos e melhores condições de exercício da atividade profissional por parte dos docentes.

A rede escolar foi amplamente modernizada.

DGESTE - Refira-se ainda que esta medida contribui de forma relevante para uma melhor qualificação de ensino, pois a construção dos centros escolares veio permitir uma melhor articulação entre os diferentes níveis de ensino, com reflexos diversos tais como a melhoria da oferta educativa, a fruição de bibliotecas escolares, a prática da atividade física e desportiva. Permitiu ainda que, num maior número de municípios, se verifiquem melhorias no serviço de apoio às famílias nomeadamente no serviço de refeições, nas atividades de animação e de apoio à família e nas atividades nas Interrupções letivas.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

DGEEC e DGPGF Ver resposta anterior.

DGESTE – Globalmente, foram alcançados os resultados inicialmente previstos.

No entanto alguns municípios não conseguiram atingir os objetivos, por não executarem os projetos a tempo de serem apresentados nos planos de ação regionais, ou por não serem consideradas prioritárias pelos municípios, bem como por constrangimentos financeiros.

Outra dimensão que pode ter contribuído para a não se obterem os resultados esperados terá sido algum sobredimensionamento dos Centros Escolares, em consequência de não serem consideradas as prospeções da população escolar e de falhas na articulação devida com o Ministério da Educação. Em consequência verifica-se que alguns centros escolares há salas vazias que estão a ser repensadas para servir a população para outras valências.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

DGEEC e DGPGF

A candidatura à medida exigia a elaboração e homologação prévia da Carta Educativa. Desse ponto de vista a medida pode ter suscitado um maior rigor do planeamento estratégico da educação a nível municipal. O envolvimento das autarquias no processo veio aprofundar a transferências de competências do ME para os municípios, nomeadamente em matéria de rede e instalações escolares, pessoal não docente, ação social escolar e refeições escolares.

Do ponto de vista da governança a medida suscitou níveis de complexidade assinaláveis tendo em conta a diversidade de instituições envolvidas quer da administração central, quer da administração central desconcentrada quer da administração local. Esta circunstância tornou crítica a capacidade de monitorização e acompanhamento da medida.

DGESTE - Nada a acrescentar.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

DGEEC e DGPGF	X	Sim		Não
DGESTE	X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

DGEEC e DGPGF Características idênticas		Outras características	X
DGESTE			X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

DGEEC e DGPGF - A medida deve concentrar-se na reorganização e reforço da rede do pré-escolar, uma vez que é onde persistem lacunas de cobertura.

DGESTE:

Deverá existir um maior rigor na dimensão dos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e Ensino Básico, tendo em conta a prospeção da população escolar que está esplanada nas Cartas Educativas, que estão na maioria em processo de revisão. Deverá existir uma maior supervisão nos projetos de arquitetura tendo em conta a funcionalidade dos edifícios e a sua sustentabilidade futura.

Neste sentido sugere-se que o parecer deste organismo seja vinculativo.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.1.2

Reorganizar e valorizar as redes de agrupamentos e de escolas de ensino secundário (geral e tecnológico/profissionalizante) em articulação com a rede de centros de formação profissional, considerando a dinâmica da procura, as necessidades de desenvolvimento do país e o sistema de acessibilidades, com destaque para o transporte público (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC E DGPGF Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (para diagnóstico de necessidades); Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira e Parque Escolar EPE (financiamento), ex-Direções Regionais de Educação atual DGESTE.

DGESTE - Em reuniões regionais de rede escolar estão presentes os representantes das escolas profissionais e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, pretendendo-se a complementaridade das respostas verificadas.

Parque Escolar - Parque Escolar, E.P.E. – entidade criada pelo DL 41/2007, de 21 de fevereiro, alterado pelo DL 25/2008, de 20 de fevereiro, e DL 83/2009, de 2 de abril, tendo por objeto principal o planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário (PMEES) e outras escolas afetas ao Ministério da Educação e Ciência

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e DGPGF Ver resposta anterior. Também os Programas Operacionais, nomeadamente o POVT e outras entidades financiadoras.

DGESTE - Municípios, Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Parque Escolar - Nada a acrescentar.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

DGEEC e DGPGF Parque Escolar EPE terá toda a informação sobre a execução da medida.

DGESTE - Municípios e Comunidades Intermunicipais, nomeada ente no âmbito das acessibilidades /transportes.

Parque Escolar - Nada a acrescentar.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
DGEEC e DGPGF -		X	

DGESTE		X	
Parque Escolar		X	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
DGEEC e DGPGF			X		
DGESTE			X		
Parque Escolar				X	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

DGESTE - Sobre a questão A2b, de referir que a medida tem uma execução continuada em função das necessidades, não estando em causa a sua conclusão.

Parque Escolar:

O PMEES foi aprovado pela RCM nº 1/2007, de 3 de janeiro, o qual visa:

1. Requalificar as Infraestruturas Escolares, em termos que garantam a oferta, aos alunos, docentes e demais agentes do sistema educativo, de instalações escolares com condições adequadas de funcionalidade, de conforto, de segurança e aptas à sua integração e adaptação ao processo dinâmico de introdução de novas tecnologias;
2. A implementação de um sistema de manutenção e gestão das instalações escolares que seja abrangente, sistemático e duradouro.

No início da sua atividade, em março de 2007, a Parque Escolar tinha como objetivos a concretização da intervenção em 332 Escolas até 2015.

No âmbito da Iniciativa para o Investimento e Emprego foram, entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, definidos novos objetivos para a concretização do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário, designadamente:

• Antecipação do arranque das obras das 75 Escolas abrangidas pela Fase 2, através da publicação de Regime Excecional de Contratação que, para o caso da Parque Escolar, tinha particular incidência na redução dos prazos previstos nas diversas etapas do concurso limitado com prévia qualificação;

• Lançamento da terceira fase do Programa, com a seleção de 100 Escolas, início dos trabalhos com as Escolas na definição de objetivos da intervenção e projeto, garantindo o lançamento de concursos para obra a partir do primeiro semestre de 2010.

Desta forma, os objetivos do Programa de Modernização apontavam para a concretização de intervenções em 332 Escolas até ao final do ano letivo de 2014-2015.

No início do segundo semestre de 2011, a Parque Escolar, EPE, iniciou a reavaliação do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário com o objetivo de adaptar o programa de investimentos da empresa à conjuntura internacional e a alteração das condições económico-financeiras dela decorrente.

Neste contexto, a empresa apresentou às Tutelas um plano de readaptação e redução de custos, em

termos de investimentos e de operação. Em setembro, foi suspenso o início de obra em 34 escolas inseridas na Fase 3 do Programa e suspensos os procedimentos iniciais da Fase 4 (o Despacho nº 5904/2011, de 5 de abril, aprovou a lista de escolas que integram a fase 4 do PMEES).

O cronograma atual do PMEES para 2007-2016 prevê a requalificação de 173 escolas, com um custo médio de 14M€ por escola e um custo total de 2.448M€.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

DGEEC E DGPGF

Realização integral das fases 1 e 2 do programa de modernização das escolas secundárias*. Realização parcial da fase 3. A fase 4 foi suspensa.

Programa de Modernização do Parque Escolar aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2007

A Parque Escolar E.P.E. iniciou a sua atividade em Março de 2007, tendo como objetivos de concretização a intervenção em 332 escolas até 2015

O programa visou:

1.Requalificação e modernização dos edifícios escolares;
2. Criação de condições para a abertura das escolas à comunidade;
3. Criação de um modelo de gestão sustentável de conservação e manutenção dos edifícios ao longo da sua vida útil.

Fase 1 - englobou 26 escolas e um valor de investimento previsto de 330 milhões de euros, estão concluídas 15 intervenções,

Fase 2 englobou 75 escolas e um volume de investimento de 841,4 milhões de euros, foram integradas na "Iniciativa para o Investimento e Emprego"

A Fase 3 deveria abranger 100 escolas e um volume de investimentos de 1.200 milhões de euros.

DGESTE – Nada a acrescentar.

Parque Escolar - Ponto de situação a 31 de dezembro de 2013:

136 escolas com intervenções terminadas e colocadas à disposição da comunidade escolar;

9 escolas com intervenções em curso;

14 escolas com intervenções suspensas em 2012 por falta de financiamento decorrente da necessidade de implementação de medidas urgentes de contenção da despesa pública;

4 escolas com intervenções interrompidas pela **Parque Escolar** na sequência da resolução dos **respetivos** contratos de empreitada, por motivos de incumprimento das entidades adjudicatárias;

10 escolas cujos contratos de empreitada se encontravam em vias de resolução, também decorrente dos incumprimentos das entidades adjudicatárias.

Das 37 escolas ainda em construção, 35% encontram-se localizadas na região de Lisboa e Vale do Tejo, 27% na região Norte, 16% na região Centro, 14% na região do Algarve e 8% na região do Alentejo.

A prossecução dos trabalhos de requalificação nas escolas cujas obras se encontram suspensas estava condicionada pela concretização das condições de financiamento previstas no Plano de Negócios

aprovado pela Tutela e em particular pela aprovação do desembolso da segunda tranche do empréstimo concedido pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho de Europa (CEB), no valor de 100 milhões de euros, cuja renegociação do contrato aguardava a aprovação da Secretaria de Estado do Tesouro, entretanto concedida.

Relativamente à atividade de conservação e manutenção, a Empresa iniciou o ano de 2013 com 122 escolas já disponibilizadas à comunidade escolar, encontrando-se no final do ano 136 escolas nessa situação. Geograficamente, 60% dessas escolas estão localizadas na região Norte e Centro, 26% na região de Lisboa e 15% na região do Alentejo e Algarve.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DGEEC E DGPGF

Quadros técnicos da Parque Escolar EPE, contratação de gabinetes de arquitetura e empresas de engenharia. Recursos financeiros 1.797M€ até final de 2011. Recursos patrimoniais 131 escolas secundárias.

Parque Escolar

Total de colaboradores em 31.12.2013: 184

Total de investimento executado PMEES em 31.12.2013 (acumulado): 2.161,623 M€

No âmbito do QREN 2007 – 2013, a Parque Escolar recebeu cumulativamente, até ao final de 2013, um total de FEDER de 839.883 milhares de euros, com origem nos seguintes dois programas comunitários:

•Programa Operacional Regional do Norte – ON.2

A Escola de Hotelaria e Turismo do Porto tem um contrato de financiamento assinado, em 2011, entre a Autoridade de Gestão do Programa ON.2, o Turismo de Portugal, I.P. e a Parque Escolar, E.P.E… À Parque Escolar, E.P.E. cabe uma comparticipação FEDER máxima de 5.672 milhares de euros, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 70% do custo total elegível da candidatura. Este valor resulta de um ajustamento da candidatura inicial à sua efetiva realização física.

•Programa Operacional Valorização do Território – POVT/FEDER

O total do financiamento FEDER contratado para um total de 114 escolas secundárias, das Fases 1, 2 e 3 do Programa de Modernização, das regiões elegíveis no âmbito do POVT, ascende aos 955.171 milhares de euros (com uma taxa de co-financiamento de 85%).

No que se refere ao financiamento não reembolsável, os dois empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de 900.000 milhares de euros, foram totalmente desembolsados e, no caso do CEB, a Empresa dispõe ainda de 100.000 milhares de euros por utilizar.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

DGEEC E DGPGF

A conclusão da fase 3 que foi suspensa e recentemente reativada. A fase 4 que foi suspensa. No final em 2015 deveriam estar 332 escolas intervencionadas.

DGESTE - Tem-se verificado o apoio do ME na componente nacional na construção de novos

estabelecimentos do ensino básico que estão a ser candidatados e executados pelos municípios.

Parque Escolar

Suspensão de escolas da Fase 3:

- 14 escolas com intervenções suspensas em 2012 por falta de financiamento decorrente da necessidade de implementação de medidas urgentes de contenção da despesa pública;

- 4 escolas com intervenções interrompidas pela Parque Escolar na sequência da resolução dos respetivos contratos de empreitada, por motivos de incumprimento das entidades adjudicatárias;

- 10 escolas cujos contratos de empreitada se encontravam em vias de resolução, também decorrente dos incumprimentos das entidades adjudicatárias.

Foi ainda suspensa a intervenção em 34 escolas em projeto, bem como a construção das novas escolas de Cascais, Mem Martins 2, Quinta do Perú e escola secundária de Fafe (fase 2).

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

DGEEC E DGPGF - Parte dos trabalhos previstos para a fase 3 e que haviam sido suspensos foram recentemente autorizados.

DGESTE - As que estão a ser executadas pelos municípios.

Parque Escolar - Execução da intervenção em 37 escolas da fase 3 (ver ponto A2d).

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

DGEEC E DGPGF Não temos informação. A Parque Escolar EPE deve ser consultada.

DGESTE - Nada a acrescentar.

Parque Escolar - Para além da execução e implementação do PMEES, não existem outras ações complementares que tenham sido desenvolvidas pela Parque Escolar.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

DGEEC e DGPGF		Sim	X	Não
DGESTE	a)			
Parque Escolar	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Parque Escolar - Nº de escolas em operação - fases 0, 1, 2, 3 (concluídas)	v.a.	0	2007	173	2016	136	2013

DGESTE	a)	a)	a)	a)	a)	Executado 14,3 M€	Só referente a 2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

		Sim		Não
DGEEC e DGPGF		Sim	X	Não
DGESTE	a)			
Parque Escolar	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

DGEEC e DGPGF - Estas questões devem ser colocadas à Parque Escolar que terá sistemas de monitorização.

DGESTE - a) A monitorização foi efetuada no âmbito das antigas DREs, de diferentes modos, não existindo dados congregados.

Parque Escolar:

Relatório interno de monitorização do PMEES, coordenado pela Direção de Planeamento e Apoio à Gestão e com detalhe de estado de investimento, datas previsíveis de entrada em operação, situação das suspensões das obras, execução orçamento, situação por Delegação e situação por Região.

Avaliação da qualidade do serviço à comunidade escolar.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

DGEEC E DGPGF Todas as questões referentes à execução devem ser colocadas à **Parque Escolar**. Contudo, podemos considerar que as dificuldades orçamentais e as limitações decorrentes do PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) colocaram dificuldades à execução do Programa de Requalificação das Escolas Secundárias.

DGESTE - Apontamos a insuficiência orçamental e a ausência de uma estratégia comum de apoio aos municípios.

Parque Escolar

a) na fase da Iniciativa para o Investimento e Emprego: número muito elevado de escolas em obra, com grande dispersão geográfica

b) a partir de 2011, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira :

- Suspensão parcial da fase 3 (escolas que se encontravam em final de fase de empreitada e 34 escolas em projeto)
- Falência e dificuldade dos empreiteiros em concluir os trabalhos de acordo com o cronograma estabelecido
- Aumento da litigância, em sede de tribunal arbitral, decorrente do incumprimento pelos adjudicatários dos prazos contratuais das empreitadas

Condicionamento da atividade de manutenção e conservação das infraestruturas devido à ausência de financiamento (o visto prévio do Tribunal de Contas à Primeira Revisão do Contrato Programa celebrado com o Estado apenas foi concedido em 26 de dezembro de 2013).

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

DGEEC E DGPGF Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
DGESTE	0	1	2	**3**	4	
Parque Escolar	0	1	2	3	**4**	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

DGEEC e DGPGF

A intervenção das escolas secundárias permitem não só requalificá-las como também dotá-las de condições em termos de equipamentos e capacidade instalada para o alargamento da escolaridade obrigatória aos 12 anos, alteração da oferta formativa com reforço das ofertas de dupla certificação, nomeadamente ensino profissional. Favoreceu também o processo de fusão de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, o que garante maior eficiência no sistema mas também um reforço da qualidade do processo de ensino-aprendizagem em virtude da verticalização dos projetos educativos.

A melhoria das condições das escolas teve também repercussões positivas no combate ao abandono e insucesso escolar e na melhoria do ambiente escolar, sobretudo em territórios mais desfavorecidos.

Foram criadas condições de reforço do ensino experimental das ciências com a construção e equipamento de laboratórios, de reforço da prática desportiva com a construção de pavilhões gimnodesportivos. Foi também garantida uma maior abertura das escolas à comunidade através da melhoria de condições de espaços de utilização por parte da comunidade local para outras atividades, reforçando também as condições de rentabilização de espaços.

DGESTE - A medida foi positiva no entanto inicialmente deveria ter sido mais cuidada a análise dos projetos, nomeadamente a avaliação à funcionalidade dos edifícios, à sustentabilidade futura e ainda ao custo de construção de terá sido responsável por não ser possível a construção da 4ª fase.

Parque Escolar - Nada a acrescentar.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

DGEEC e DGPGF Ficaram aquém apenas em virtude dos constrangimentos orçamentais que não permitiram a conclusão atempada do plano e que no caso das escolas da fase 3 não permitiram nem permitem equipar as escolas com material informático essencial aos processos de ensino-aprendizagem.

DGESTE - Esta situação fez com que os diferentes territórios educativos ficassem com condições divergentes em termos de infraestruturas, distanciando-se do objetivo de equidade territorial.

Parque Escolar - Devido aos constrangimentos financeiros já referidos, a fase 3 apenas terminará parcialmente em 2016.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

DGEEC e DGPGF O Programa alterou a titularidade do espaço escolar que passou a integrar da Parque Escolar EPE. As escolas passaram a ser arrendatárias do espaço. Desse ponto de vista, as escolas passaram a ter menos autonomia na gestão do espaço, edifício e equipamentos.

Parcialmente as competências relativas à gestão da rede escolar passaram a estar partilhadas, ainda que não formalmente, também pela Parque Escolar.

DGESTE - Nada a acrescentar.

Parque Escolar - A gestão patrimonial por parte da Parque Escolar, entidade competente para a manutenção das infraestruturas, liberta a direção das escolas de tal tarefa, permitindo um maior foco nas competências pedagógicas e mantendo inalterado o grau de autonomia das escolas, na medida em que a transferência se deu entre o Ministério da Educação e a Parque Escolar e não entre as escolas e a

Parque Escolar.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

DGEEC e DGPGF	X	Sim		Não
DGESTE	X			
Parque Escolar	X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

DGEEC e DGPGF Características idênticas	X	Outras características	
DGESTE Características idênticas		Outras características	X
Parque Escolar Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

DGEEC E DGPGF - *Com vista à conclusão do Programa.

DGESTE - Propõe-se que a análise de projetos seja supervisionada pela **DGESTE** e pelas CIMs de modo a promover as infraestruturas necessárias considerando as redes de transportes e as necessidades regionais.

Parque Escolar

Princípios de projeto baseados num modelo de intervenção limitado por quatro condicionantes:

a) Intervenção orientada essencialmente para a requalificação e reabilitação dos edifícios existentes;
b) Estabelecimento de limites com base em rácios gerais m2/aluno, ajustado à idade dos edifícios e respetiva tipologia;
c) Estabelecimento de custos limite de investimento, baseado num valor limite por m2 de construção;

Intervenções condicionadas ao estrito cumprimento de Especificações Técnicas de Arquitetura e de Instalações Técnicas.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.1.3

Definir os Territórios Educativos, tendo em vista implementar Programas Educativos Intermunicipais e instituir Conselhos Intermunicipais de Educação e Aprendizagem, com representação das Comunidades Educativas e de outros agentes da sociedade civil, e elaborar a Carta Nacional de Territórios Educativos e as Cartas Educativas respeitantes a cada um desses Territórios (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e DGPGF Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira que têm como atribuições homologar a Carta Educativa e Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares que tem representação nos Conselho Locais de Educação.

DGESTE - As Cartas Educativas Municipais são monitorizadas anualmente nos Conselhos Municipais de Educação, estando na maioria dos casos a serem revistas. A responsabilidade de elaboração e da execução das Cartas Educativas Municipais é das Câmaras Municipais e da DGESTE, que fornece os dados e dá apoio técnico. Em relação às outras questões não temos conhecimento da sua execução.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e DGPGF Câmaras Municipais .

DGESTE - Comunidades Intermunicipais (CIM) – Algumas Câmaras Municipais elaboram a Carta Educativa ou efetuam a sua revisão através das CIM.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

DGESTE - Equipas que elaboram e executam os Planos Diretores Municipais(PDMs) dos diferentes territórios locais, pois fazem cenários prospetivos que se revelam de extrema importância para a elaboração/revisão da Carta Educativa.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
DGEEC e DGPGF		X	
DGESTE		X	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
DGEEC e			X	

DGPGF]0%, 25%]					
DGESTE			X		

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

DGESTE - Atualização de dados e elaboração técnica da revisão das cartas educativas por parte das Câmaras Municipais e DGESTE.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

DGEEC e DGPGF

Neste momento existem 278 cartas educativas. Apenas o concelho de Avis e Santiago do Cacém ainda não concluíram a elaboração da respetiva carta educativa.

Note-se que informalmente os concelhos limítrofes acordam entre si algum entendimento relativamente à gestão dos transportes escolares. Porém, a implementação dos Programas Educativos Intermunicipais e a constituição de Conselhos Intermunicipais de Educação não está ainda formalizada. A acontecer poderiam ser geradas sinergias importantes quer na afetação de recursos, quer na gestão da rede e quer na gestão da oferta educativa.

DGESTE - No último ano iniciaram-se as revisões das cartas educativas.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DGEEC e DGPGF - No caso das Cartas educativas existem 3 técnicos superiores a nível central e 5 a nível regional que acompanham o processo, mas o essencial dos recursos afetos a esta medida estará nas autarquias locais.

DGESTE - Há vários técnicos superiores, nas DSRs, que veiculas o suporte técnico necessário.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

DGEEC e DGPGF - Não foram constituídos os Conselhos Intermunicipais de Educação e estão por concluir duas cartas educativas. Não foi realizada a carta nacional de territórios educativos.

DGESTE - - Nada a acrescentar.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

DGEEC e DGPGF A generalidade das ações executadas foi realizada no período de execução definido.

DGESTE - A maior parte das revisões das cartas educativas está a decorrer no ano 2014, em resultado de o tempo de vigência das anteriores cartas educativa, de 10 anos, estar a terminar.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

DGEEC e DGPGF - Não.

DGESTE - Não.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

DGEEC e DGPGF	X	Sim		Não
DGESTE	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
DGEEC e DGPGF Nº de cartas educativas homologadas	VA	nd	nd	2013	280	2013	278
DGESTE	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

DGEEC e DGPGF	X	Sim		Não
DGESTE	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

DGEEC e DGPGF Existe uma plataforma de registo da rede escolar onde o processo é gerado e são realizados os fluxos que conduzem à homologação.

DGESTE - a) A monitorização foi efetuada no âmbito das antigas DREs, de diferentes modos, não existindo dados congregados.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

DGEEC e DGPGF Desconhecemos dificuldades, as maiores estarão porventura do lado das autarquias.

DGESTE - A atividade teve a sua enfase no fornecimento de dados e apoio técnico no processo de monitorização das Cartas Educativas, sendo necessário sistematizar a informação existente.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

DGEEC E DGPGF Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
DGESTE	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

DGEEC E DGPGF As cartas educativas são instrumentos essenciais de planeamento da educação a nível local e regional, facilitaram a transferência de competências para as autarquias (Decreto-Lei 144/2008). Garantiram um maior envolvimento das autarquias e da comunidade local na gestão das políticas educativas.

DGESTE - As cartas educativas são realmente um documento estratégico a nível local, mas deveria efetivamente existir as restantes medidas de planeamento a nível regional de forma a permitir uma verdadeira coesão social. Devido à diminuição da população escolar verificam-se constrangimentos entre agrupamentos de escolas e municípios que querem contrariar uma inevitável diminuição do número de turmas e das ofertas educativas e formativas. As Comunidades Intermunicipais deverão envolver-se mais no planeamento estratégico educativo. Assim, considera-se necessário cumprir a perspetiva intermunicipal que já se preconizava, e que agora tem mais premência.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

DGEEC E DGPGF Alcançaram, com exceção da dimensão intermunicipal que não foi conseguida.

DGESTE - Nada a acrescentar.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

DGEEC E DGPGF Uma maior intervenção das autarquias na gestão das próprias escolas. Impactos no envolvimento das comunidades locais na educação.

DGESTE - Correspondeu à introdução de uma prática que permitiu um planeamento dos territórios educativos, bem como uma visão mais alargada a nível regional, adequando os recursos às necessidades. Constatamos, também uma tendência para serem as próprias autarquias a construírem/reverem este documento estratégico, em opção à aquisição deste serviço a terceiros.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

DGEEC e DGPGF	X	Sim		Não
DGESTE	X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

DGEEC e DGPGF Características idênticas	X		Outras características	
DGESTE	X			

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

DGEEC e DGPGF Consideramos importante retomar o objetivo de criação de instâncias de coordenação intermunicipal da educação, permitindo melhorar a gestão da oferta educativa e da rede e outros serviços educativos no território. Por outro lado, está em curso um debate sobre a municipalização da educação, com projetos-piloto a ser negociados envolvendo 10 municípios. Consideramos que esse projeto deve ser incluído num futuro PNPOT.

DGESTE - Para as medidas supra municipais serem executadas deverá existir uma supervisão das CIMs e áreas metropolitanas que regule a possibilidade de desigualdade entre regiões.

A8. Observações complementares

DGESTE - A Carta Nacional de Territórios Educativos deveria ser elaborada pela DGESTE, pois representa o Ministério da Educação nos Conselhos Municipais de Educação, tendo conhecimento das necessidades do território educativo e deverá também estar representada nos Conselhos Intermunicipais de Educação e Aprendizagem, podendo substituir as reuniões da rede escolar e ainda fazer a monitorização ao longo do ano letivo.

Medida Prioritária 4.1.4

Incentivar a criação de sistemas integrados de transporte que garantam, em meio rural e nos aglomerados urbanos, a acessibilidade aos estabelecimentos de educação incluindo por parte dos alunos com necessidades especiais no âmbito da mobilidade (2007-2013).

***Respondido pela* DGESTE**

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais e Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comunidades Intermunicipais e Autarquias.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

AUTARQUIAS – A competência relativa ao transporte de alunos foi a primeira a ser transferida para as autarquias.(Decreto –Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro)

São apresentados os planos de transporte no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação no sentido de responderem às redes educativas estabelecidas.

DGESTE – é nossa competência assegurar o transporte escolar aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.

A **DGESTE**, através dos serviços regionais, valida as propostas dos agrupamentos de escolas em aplicação informática criada para o efeito.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Pareceres sobre a rede de transportes proposta pelas autarquias

Financiamento do transporte de alunos com NEE.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito da sua representatividade obrigatório nos Conselhos Municipais de Educação analisa e aprova os Planos de Transportes, tendo em conta o percurso e o tempo.

Quanto aos transportes para alunos com NEE são financiados pela DGESTE, que acompanha o processo relativo à aquisição de serviços inerente.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

É acompanhado por técnicos das DSRs do serviço da Ação Social Escolar e do serviço do Ensino Especial que supervisionam e aprovam os pedidos dos agrupamentos.

O valor inerente a um uno letivo é de cerca da 7M€.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a apontar.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As necessidades são respondidas dentro do ciclo normal do ano escolar.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

São pontualmente assumidas as despesas inerentes a alunos que seriam da responsabilidade das autarquias e que, porventura não têm capacidade de assumir as despesas inerentes.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Deslocação para unidade de ensino especial	N. º Alunos					2100	2013
Deslocação para escolas de alunos do ensino especial que vivem a menos de 3/4 kms.	N. º Alunos					500	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A legislação que define as competências dos transportes escolares necessita de ser atualizada.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

0	1	2	3	4

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A monitorização efetuada permite uma uniformização dos critério de contratação do serviço e uma inerente poupança de verbas públicas, ao mesmo tempo que se procura responder a todos os caso em que há efetivamente a necessidade de prover o transporte. Em muitos casos é necessário transporte adaptado, com acompanhamento que pode chegar a ser de suporte de vida.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Deveria existir uma visão intermunicipal – Comunidade Intermunicipal- correspondente às respetivas NUTS que iria permitir uma otimização de recursos

No transporte de Alunos com NEE está previsto, e poderá ser desenvolvido, a realização de protocolos com as autarquias para utilização dos recursos existentes (autocarros adaptados) com o financiamento do MEC.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Estas medidas permitem a concretização das políticas sucesso educativo e de inclusão escolar, garantindo a todos os alunos a sua presença nas escolas que se adequam às suas necessidades ou ao percurso escolar escolhido.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Preconiza-se que sejam assumidas mais responsabilidades no âmbito dos alunos com NEE.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.1

Promover o ordenamento das redes de educação do pré-escolar, do ensino básico e do secundário, da formação tecnológico/profissionalizante e da educação e formação de adultos, e implementar critérios de racionalidade no ordenamento territorial do ensino superior.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

DGEEC E DGPGF Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
DGESTE	0	1	2	3	4	
Parque Escolar	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

DGEEC e DGPGF Desde 2007 que a rede de ensino não superior e mesmo a rede de educação e formação de adultos vem sendo reestruturada. Foi reforçado o processo de encerramento de escolas do 1º ciclo de dimensão reduzida (-11 alunos e numa segunda fase – de 21 alunos). Foram encerradas cerca de 4.500 escolas. Foi iniciado o processo de fusão de agrupamentos escolares e escolas não agrupadas tendo sido reduzidos cerca de 300 agrupamentos escolares. Foi também reorganizada a rede de centros novas oportunidades, atualmente designados como CQEP (Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional), esta reorganização foram iniciados em 2013 e concretizada em 2014, tendo sido reduzido o número de centros para cerca de metade (aproximadamente 200).

Foi também eliminada a tipologia escolar de agrupamentos horizontais e as escolas não integradas em agrupamentos verticais são atualmente em número residual e apenas secundárias.

Foi reforçada a transferência de competências para as autarquias e a celebração/homologação de 212 contratos de autonomia.

Relativamente ao ensino superior não dispomos de informação uma vez que está fora das nossas competências. Podemos indicar os organismos a consultar (CRUP, CCISP e DGES).

Parque Escolar - Foram disponibilizadas 136 escolas requalificadas à comunidade escolar. Estas escolas apresentam um novo modelo concetual que responde às necessidades e desafios do processo de ensino-aprendizagem, associadas às novas práticas pedagógicas e inovação tecnológica. As infraestruturas escolares foram dotadas de condições de conforto e cumprimento das normas ambientais e eficiência energética.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

DGEEC e DGPGF		Sim	X	Não

DGESTE		
Parque Escolar	X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Parque Escolar - Foi realizado um estudo de análise da rede de infraestruturas escolares, coordenado pela Parque Escolar e envolvendo a DGEEC, DGESTE, DGPGF e DGES, com o objetivo de apresentação de propostas de racionalização da rede de infraestruturas escolares, potenciando o uso pleno das instalações requalificadas.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

DGEEC e DGPGF	X	Sim		Não
DGESTE				
Parque Escolar	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
DGEEC e DGPGF Nº de escolas do 1º ciclo encerradas	va		2007	nd	nd	4.500	2014
DGEEC e DGPGF Nº de CQEP	va	400	2007	nd	nd	200	2014
DGEEC e DGPGF Nº de agrupamentos escolares	va	1270	2007	nd	nd	811	2014
DGESTE							
Parque Escolar - Nº de escolas requalificadas	va	0	2007	173	2016	136	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGEEC e DGPGF Objetivo(s) específico(s)	4.1
DGESTE	
Parque Escolar	OE4

Justificação sucinta da resposta anterior:

DGEEC E DGPGF

Medida Prioritária 4.1.1 Reestruturar e consolidar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, em consonância com as dinâmicas de povoamento e assegurando que a dimensão das escolas seja adequada às necessidades pedagógicas e à eficiência da oferta educativa (2007-2013).

Consideramos essencial reforçar a rede de oferta do pré-escolar onde esta é ainda insuficiente (nomeadamente das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto). Esta componente da medida prioritária deverá ser mantida no próximo período, ainda que possa não envolver apenas construção de novas salas, mas também a contratualização com oferta privada.

Medida Prioritária 4.1.2 Reorganizar e valorizar as redes de agrupamentos e de escolas de ensino secundário (geral e tecnológico/profissionalizante) em articulação com a rede de centros de formação profissional, considerando a dinâmica da procura, as necessidades de desenvolvimento do país e o sistema de acessibilidades, com destaque para o transporte público (2007-2013).

É importante garantir a componente da medida referente à requalificação da rede de ensino secundário, tendo em conta a necessidade de prosseguir e encerrar o Programa de Requalificação das Escolas Secundárias.

Medida Prioritária 4.1.3 Definir os Territórios Educativos, tendo em vista implementar Programas Educativos Intermunicipais e instituir Conselhos Intermunicipais de Educação e Aprendizagem, com representação das Comunidades Educativas e de outros agentes da sociedade civil, e elaborar a Carta Nacional de Territórios Educativos (2014-2020).

Com base nas respostas anteriores consideramos vantajoso o reforço dos instrumentos de planeamento e avaliação de nível municipal, intermunicipal, regional e nacional. O crescente reforço do papel das autarquias na gestão das políticas educativas e a tendência para dotar as escolas de maior autonomia exige um conhecimento mais aprofundado da situação de cada território educativo, instrumentos mais rigorosos de planeamento e alocação dos recursos educativos no território nacional, abrangendo todos os níveis de ensino.

No âmbito do novo quadro estratégico de financiamento plurianual são relevantes as dimensões de coordenação de recursos e da oferta educativa e formativa a nível regional, sobretudo tendo em conta as estratégias regionais de desenvolvimento inteligente RIS3. A dinamização de instâncias de coordenação regional é essencial ao cumprimento dos objetivos.

4.1.4 Incentivar a criação de sistemas integrados de transporte que garantam, em meio rural e nos aglomerados urbanos, a acessibilidade aos estabelecimentos de educação incluindo por parte dos

alunos com necessidades especiais no âmbito da mobilidade (2007-2013).

Consideramos que esta medida é essencial ainda que a responsabilidade da sua execução esteja a cargo das autarquias. É estrutural para a sustentabilidade do processo de reorganização da rede escolar e criação de estratégias intermunicipais de gestão da educação.

Parque Escolar

OE 4 – Permite promover o ordenamento das redes do ensino secundário pois existe ainda um caminho a realizar tendente à racionalização dos recursos escolares, otimizando a rede existente de escolas que oferecem os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, tirando partido das instalações escolares que se encontrem em melhor estado de conservação e conforto.
A rede escolar do país caracteriza-se pela existência de fortes assimetrias. Por um lado, ao nível do estado de conservação das instalações escolares regista-se a existência de escolas em muito mau estado de conservação e conforto, por contraposição a escolas requalificadas que oferecem condições educativas de excelência; por outro lado, subsistem situações de escolas com défice de capacidade instalada face à frequência de turmas por contraposição a escolas em que existe excesso de oferta instalada.
Note-se que tal permite ainda contribuir para a execução do OT10 do acordo de parceria Portugal 2020
OT 10: Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGEEC E DGPGF Objetivo(s) específico(s)	
DGESTE	
Parque Escolar	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Parque Escolar - Nada a acrescentar.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

DGEEC E DGPGF		Sim	X	Não
DGESTE				
Parque Escolar			X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Parque Escolar

Com base no estudo encomendado pelo MEC, que procede à análise da rede de infraestruturas foi possível identificar um conjunto de concelhos em que, pela dimensão dos problemas de rede escolar que possuem, se equaciona como única solução possível a requalificação de novas escolas que, eventualmente venham a ser equacionadas num futuro próximo.
Os concelhos inseridos neste grupo podem ser agrupados em três categorias principais:
1 - Concelhos em que o principal problema é a situação de rutura de rede ou seja, em que a capacidade instalada no conjunto das escolas públicas é inferior à frequência de turmas no ano letivo de 2012/13, o que significa que existe uma situação de défice de capacidade instalada;
2 - Concelhos em que se destaca a situação de degradação acentuada das instalações escolares de uma ou mais escolas;
3 - Concelhos em que se destaca a situação de excesso de capacidade instalada, ou seja em que a capacidade instalada nas escolas excede a frequência de turmas no ano letivo de 2012/13, e em que a possível requalificação de uma determinada escola permite desativar uma outra, concentrando os alunos num mesmo espaço escolar e, consequentemente, reduzir ou eliminar o excesso de capacidade existente no respetivo concelho.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 5

Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*5.1.*	*Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efetiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).*
Medidas Prioritárias	*5.1.4*	*Promover a instalação de pontos de acesso à banda larga em locais públicos, designadamente em terminais de transportes, nas escolas, nas instituições de apoio à juventude, em hospitais e outros equipamentos sociais, e nos locais de alojamento e de atividade turística (2007-2010).*
Objetivo específico	*5.2*	*Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.*
Medidas Prioritárias	*5.1.4*	*Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 5.1.4

Promover a instalação de pontos de acesso à banda larga em locais públicos, designadamente em terminais de transportes, nas escolas, nas instituições de apoio à juventude, em hospitais e outros equipamentos sociais, e nos locais de alojamento e de atividade turística (2007-2010).

Respondido pela DGEEC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DGEEC e Parque Escolar no caso das escolas integradas no Programa de requalificação de escolas de ensino secundário.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A DGESTE acompanhou a execução da medida. Os Programas Operacionais do Norte, Centro e Alentejo financiaram a medida para as escolas da sua região.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A Parque Escolar no caso de 138 escolas com ensino secundário.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Instalação de redes de área local e de pontos de acesso à Internet nas escolas com 2º e 3º ciclo e ensino secundário da rede pública.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram realizados dois estudos: um sobre a modernização tecnológica do ensino em Portugal que fez um diagnóstico da situação http://www.DGEEC.mec.pt/np4/100/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=160&fileName=mt_ensino_portugal.pdf e outro sobre Internet na Sala de Aula. Redes de Área Local Estudo de implementação http://www.pte.gov.pt/idc/idcplg?IdcService=GET_FILE&dID=11652&dDocName=002011

Foi produzida legislação enquadradora do plano de investimento. RCM disponível em http://www.DGEEC.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=244&fileName=RCM_137_2007.pdf

Foi lançado um concurso público internacional. RCM disponível em http://www.DGEEC.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=244&fileName=RCM_134_2007.pdf

Foi definido um modelo orgânico e funcional no MEC para acompanhamento dos projetos integrados no PTE do qual esta medida faz parte. http://www.DGEEC.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=244&fileName=Despacho_143_2008.pdf

Foi gerido o contrato e a implementação do projeto cuja execução decorreu, ainda que com atrasos, entre 2009 e 2012.

A manutenção dos equipamentos foi assumida a nível central com a prorrogação do contrato de manutenção até 2017.

Passaram a ser produzidas estatísticas anuais sobre a modernização tecnológica das escolas http://www.DGEEC.mec.pt/np4/100/ que permitem também monitorizar os principais indicadores.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos Humanos: Na DGEEC 3 pessoas afetas ao projeto. Nas Direções Regionais de Educação 1 pessoa por cada DRE 5 (no total). Nas escolas 1 coordenador TIC que acompanhou este projeto entre outros (cerca de 997).

Na Parque Escolar desconhecemos.

Recursos Financeiros: o projeto custou cerca de 51M€.

Recursos patrimoniais: O MEC adquiriu 37.412 equipamentos que sustentassem pontos de rede cablada ou wireless.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

DGEEC Não foram instaladas redes em 223 escolas por estas se encontrarem em obras à data de execução do projeto. Contudo, foram instalados todos os pontos de rede previstos no projeto 298.000. Dessas 223 escolas, 138 são as que foram equipadas pela Parque Escolar EPE, e 11 foram intervencionadas posteriormente entre acordos entre a DGEEC e as respetivas autarquias.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O projeto expandiu-se por 2011 com a instalação de 267 escolas. Até final de 2010 foram instaladas 730 escolas. As metas foram revistas em virtude de haver escolas incluídas no projeto que não tinham condições de receber os equipamentos por se encontrarem em obras de requalificação. Após o encerramento do projeto (dezembro de 2011) algumas das escolas (nomeadamente 11) que haviam

sido excluídas conseguiram com meios próprios e através da cedência de equipamentos sobrantes instalar redes de área local.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de escolas instaladas	N	0	2008	1220	2010	997	2011

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Sim, existe uma plataforma de monitorização permanente da rede e são produzidos relatórios mensais de performance.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades internas resultaram do facto do organismo ter de acompanhar e gerir projetos de grande envergadura sem que a sua estrutura de RH tivesse sido redimensionada para o efeito. Por outro lado, não havia experiência de gestão de grandes contratos. Outra dificuldade resultou do facto de muitas escolas incluídas no projeto terem entretanto entrado em obra e o MEC teve dificuldade em articular e planear conjugadamente os dois processos. Por essa razão, algumas escolas acabaram por ser excluídas do projeto.

As dificuldades externas residiram nos próprios prestadores de serviços, eles próprios pouco preparados para corresponder às exigências de projetos desta envergadura. Por essa razão os projetos atrasaram o seu prazo de implementação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

0	1	2	3	4

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O projeto permitiu fazer chegar Internet às salas de aulas e outros recintos escolares, criando condições para a melhoria das ferramentas de ensino-aprendizagem.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Apesar de o número de escolas abrangidas ser menor do que o previsto, o projeto atingiu os resultados previstos. As escolas que não beneficiaram estão progressivamente a adotar o mesmo modelo.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os impactos mais visíveis nesse domínio foram a centralização da gestão da rede com um modelo único, harmonizado em que são maiores a garantias de segurança. Em contrapartida as escolas perderam autonomia a esse nível. A médio e longo prazo este projeto permite realizar poupanças decorrentes não apenas da centralização do investimento, mas também da manutenção dos equipamentos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Sim [X] Não [ ]

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Mas apenas para a instalação de LAN nas escolas que ficaram excluídas do PTE em virtude de se encontrarem em obras à data de execução do projeto. Neste momento há cerca de 69 escolas sem LAN.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 5.1

Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efetiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Respondido pela DGEEC

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	X	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Foi introduzida INTERNET DE BANDA Larga em todas as escolas. Os objetivos foram integralmente cumpridos.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	x	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Instalação de acessos à ERA nas escolas		0	2008	6588	2009	4785	2014

Medida Prioritária 5.2.6

Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).

Respondido pela DGE

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia (ex-Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa; Direção-Geral de Saúde; Direção-Geral de Educação

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 5.2

Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público

Respondido pela DGE

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 5

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGEEC Objetivo(s) específico(s)	5.1.2.
DGE	

Justificação sucinta da resposta anterior:

DGEEC Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.

Na medida em que as questões de acesso á Internet e de infraestrutura tecnológica das escolas foram resolvidas era fundamental passar a uma fase de disponibilização de conteúdos educativos de qualidade junto das populações escolares, visando a promoção da utilização das TIC nos processos de ensino-aprendizagem e facilitando a acesso a recursos de qualidade a todas as populações, promovendo a coesão e criando condições de equidade no acesso a recursos educativos.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

DGEEC Objetivo(s) específico(s)	5.1.1.
DGE	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

DGEEC Uma vez que aa infraestruturação e o acesso às redes foi concluído.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

DGEEC		Sim	X	Não
DGE				

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação /**

Programa de Políticas para 2014-2020?

DGEEC - Por exemplo neste domínio das TIC a Agenda Digital e o trabalho do GPTIC.

B3. Observações complementares

Medida Prioritária 6.4.2

Introduzir e reforçar nos programas dos vários graus de ensino, desde o ensino básico ao secundário, os princípios orientadores de boas práticas de ordenamento e qualificação do território (2007-2013).

Respondido pela DGE

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Educação; Direção-Geral do Território

No período a que se refere o questionário não foram publicados novos programas de disciplinas cujos conteúdos programáticos façam referência a temas relativos ao ordenamento e qualificação do território. Porém os programas / orientações curriculares para as disciplinas de História e Geografia de Portugal do 2.º ciclo do ensino básico, Geografia e Ciências Naturais do 3.º ciclo do ensino básico e Geografia A e Biologia e Geologia do ensino secundário fazem referência direta a temas de ordenamento e qualificação do território.

A homologação de metas curriculares para as disciplinas de História e Geografia de Portugal do 2.º ciclo e de Geografia do 3.º ciclo do ensino básico (Despacho n.º 5122/2013, de 16 de abril e Despacho n.º 110-A/2014, de 3 de janeiro), contemplam objetivos/conteúdos relativos ao ordenamento e qualificação do território, nomeadamente,

- Inferir sobre a importância dos recenseamentos na gestão e ordenamento do território.
- Reconhecer a Geografia como a ciência que estuda os territórios resultantes da inter-relação entre a natureza e as sociedades.
- Descrever a influência dos fatores físicos e humanos no planeamento do território e a sua interdependência.
- Discutir a importância da evolução do litoral no ordenamento do território.

Nestas disciplinas pretende-se que sejam analisados casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

A Direção-Geral da Educação tem em curso a construção de referenciais de educação sobre áreas temáticas da Educação para a Cidadania que se relacionam diretamente com temáticas de ordenamento e qualificação do território, nomeadamente:

1. Educação ambiental para a sustentabilidade (a iniciar-se);
2. Educação para o risco, tendo como parceiro privilegiado a Autoridade Nacional de Proteção Civil (em desenvolvimento);
3. Educação para o desenvolvimento, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (em curso).

A Direção-Geral da Educação acompanha, ainda, projetos / Grupos de trabalho Interministeriais / Estratégias que implicam o desenvolvimento de boas práticas e de ações com vista à valorização do ordenamento e da qualificação do território, a saber:

- **Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS)**, coordenado pela **DGE** e APA onde participam a Direção- Geral dos Estabelecimentos Escolares (**DGESTE**) e o INCF;
- Programa Eco-Escolas / *Associação Bandeira Azul (ABAE), secção portuguesa da Foundation for Environmental Education (FEE)*
- Projeto "Jovens Repórteres para o Ambiente (JRA)" / *Associação Bandeira Azul (ABAE), secção portuguesa da Foundation for Environmental Education (FEE)*
- Eco XXI / *Associação Bandeira Azul (ABAE), secção portuguesa da Foundation for Environmental Education (FEE)*
- Projeto Coastwatch / *GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente*
- Programa AdaPT - "Educação e Prémio Escolar Alterações Climáticas" / Agência Portuguesa para o Ambiente (APA)

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

• Autoridade Nacional para a Proteção Civil;

• Camões: Instituto da Cooperação e da Língua que, com a **DGE**, coordena a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, com o CIDAC e a PONGDs.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional - ANQEP

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Publicação dos Referenciais de Educação referidos anteriormente, a saber:

1. Educação para o Risco;
2. Educação para o Desenvolvimento;

3. Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Entrada em vigor das Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal – 2.º ciclo do ensino básico e de Geografia- 3.º ciclo do ensino básico.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Publicação das Metas Curriculares de História e Geografia de Portugal do 2.º ciclo e de Geografia do 3.º ciclo do ensino básico (Despacho n.º 5122/2013, de 16 de abril e Despacho n.º 110-A/2014, de 3 de janeiro).

Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania (dezembro 2012)

http://**DGE**.mec.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

- Equipas internas da **DGE**.

. Equipas autoras dos Referenciais de Educação (integram técnicos superiores da **DGE** e representantes de múltiplos parceiros de cada uma das áreas temáticas, quer de organismos públicos quer de organizações da sociedade civil /ONGs).

- Equipas autoras das Metas Curriculares.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não estavam previstas ações específicas para o período em questão.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não se aplica

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se aplica

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Publicação do documento *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania*	1	-	-	-	2012	-	-

Publicação das Metas Curriculares de HGP – 2.º ciclo do ensino básico e de Geografia – 3.º ciclo do ensino básico.	2	-	-	-	2013 2014	-	-
Referencial de Educação para o risco	1	-	-	-	2014	-	-
Referencial de educação para o desenvolvimento	1	-	-	-	2014	-	-
Referencial de Educação ambiental para a sustentabilidade	1	-	-	-	2015	-	-

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As decorrentes da escassez de recursos humanos financeiros e da **DGE**.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Identificar aprendizagens a realizar pelos alunos;

Melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos;

Apoiar a planificação e a organização do ensino;

Reforçar a motivação dos alunos por novas aprendizagens;

Identificar problemas de ordenamento do território;

Sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de qualificar o território.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não se aplica

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não se aplica

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Foi difícil o preenchimento do questionário dado que esta Direção-Geral foi apenas contactada para avaliar a medida 6..4.2 do PNPOT, à posterior e não envolvida desde o início neste processo.

Objetivo Específico 6.4

Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território.

Respondido pela DGE

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O reflexo destas medidas na educação apenas se pode avaliar a médio e longo prazo.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 6.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

Identificar problemas de ordenamento do território;

Sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de qualificar o território;

Respeitar os valores culturais, ambientais e paisagísticos da área de influência da escola;

Desenvolver uma cultura de prevenção de riscos;

Promover ações de desenvolvimento sustentáveis;

Melhorar as condições de vida da população.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

X Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Objetivos:

Objetivo estratégico 1 – Objetivo específico 1.1

Objetivo estratégico 5 – Objetivo específico 5.2

Objetivo estratégico 6 – Objetivos específicos 6.3 – Mp 6.3.2.

Objetivo estratégico 6 – Objetivos específicos 6.4 – Mp 6.4.1.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.8.*	*Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos*

Medidas Prioritárias	*1.8.3*	*Concluir o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Extrativas Desactivadas, em execução para as minas e a finalizar na vertente das pedreiras, com incidência no conteúdo dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2007-2008).*
	1.8.4	*Monitorizar as antigas áreas mineiras e de extração de inertes, após a fase de reabilitação ambiental, designadamente pelo desenvolvimento de sistemas de monitorização e controlo on-line (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.8.3

Concluir o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Extrativas Desactivadas, em execução para as minas e a finalizar na vertente das pedreiras, com incidência no conteúdo dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. e Direção Geral de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

POVT-QREN; DGEG; APA

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

POVT-QREN; DGEG; APA

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Intervenções em Antigas Áreas Mineiras no Âmbito de Programas Operacionais Temáticos: Acções preventivas e correctivas no âmbito da reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras (intervenções prioritárias de nível nacional, de acordo com Agência Portuguesa do Ambiente – Documento Enquadrador da APA).

Intervenções em Antigas Áreas Mineiras no Âmbito de Programas Operacionais Regionais: Acções preventivas e correctivas no âmbito da reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras (intervenções de nível regional ou local),promovidas por Municípios e/ou suas Associações

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram desenvolvidas trabalhos de recuperação ambiental no âmbito de candidaturas específicas sujeitas ao POVT, tendo, no entanto, verificando alguns ajustamentos face ao que se encontrava previamente estabelecido no Documento Enquadrador da APA. Temos assim: em 2008 e 2009 foram iniciadas/concretizadas as candidaturas "Projetos de Execução e Estudo de Incidências Ambientais em 20 Áreas Mineiras dos Radioativos", "Recuperação Ambiental da Área Mineira da Senhora das Fontes", "Projetos nas Envolventes à Escombreira da Barragem Velha e Zona Industrial da Urgeiriça - 2ª Fase", "Recuperação Ambiental na Área Mineira do Lousal", "Recuperação Ambiental na Área Mineira de Aljustrel"; em 2009 "Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa". Em 2010 foram iniciadas as candidaturas "Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa", "Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica", "Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova", "Remediação Ambiental na Área Mineira do Barrôco I", "Remediação Ambiental na Área Mineira da Freixiosa" e "Remediação Ambiental na Área Mineira da Rosmaneira".

Igualmente, a empresa após refletir sobre a legislação em vigor, verificou que as atuações nas pedreiras deveria dirigir-se às que se situassem em áreas protegidas ou em áreas pertencentes aos municípios, pelo que, após uma prévia inventariação, em que se registaram um número de 1850 pedreiras abandonadas no país, viu reunidas na Zona Centro, única que se mostrou para o efeito interessada, condições para o desenvolvimento de projetos e obras tendentes à recuperação de 11 pedreiras abandonadas. Para o efeito submeteu em 2012 uma candidatura ao POR Centro.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos técnicos e administrativos da EDM; por vezes com apoios em determinadas especialidades em regime de consultadoria. Em termos financeiros recorreu-se ao fundo comunitário do POVT havendo sempre uma contrapartida nacional.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a reportar. O Plano tem vindo a ser desenvolvido conforme estabelecido no Documento Enquadrador APA e de acordo com as disponibilidades existentes em termos de financiamento.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a reportar.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades relacionadas com a angariação da componente nacional do financiamento comunitário no âmbito do contrato de concessão da EDM com o Estado Português. Dificuldades operacionais na execução dos projetos relacionadas com a compatibilização do processo de contratação pública com os objetivos de execução da entidade financiadora POVT.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objectivo estratégico

A realização das candidaturas referidas em A2d. permitiram atingir os objectivos estabelecidos nos Programas, referidos em A2c., contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental dos sistemas nos locais e envolventes

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Para a situações expressas em A2d., as realizações da medida alcançaram os resultados esperados, ou seja, com a sua prática foi possível proceder à recuperação ambiental de áreas degradadas relacionadas com actividades do sector extractivo, conforme objectivos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 198/A de 6 de Julho e de acordo com estabelecido no Documento Enquadrador da APA

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Impactos funcionais passam pelo aumento da competência e expertise do corpo técnico afeto à área ambiental da empresa em desenvolver e melhorar as soluções aplicadas à recuperação de minas abandonadas. Outro aspeto relevante de impacto no funcionamento da empresa foi a criação de uma estrutura técnica dedicada e multidisciplinar de apoio à execução dos projetos em causa.

O impacto governativo decorrente da execução da medida derivou do sucesso na implementação da medida e os evidentes benefícios levou ao reconhecimento político através da renovação do contrato de concessão de minas abandonadas em 2012.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.8.4

Monitorizar as antigas áreas mineiras e de extração de inertes, após a fase de reabilitação ambiental, designadamente pelo desenvolvimento de sistemas de monitorização e controlo on-line (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

POVT-QREN; DGEG; APA

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

POVT-QREN; DGEG; APA

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Implementação de acções de monitorização de águas superficiais e águas subterrâneas de acordo com redes piezométricas e malhas e planos de amostragem devidamente elaborados, garantindo a protecção das massas de água para abastecimento humano e não degradação dos ecossistemas. Aplicar um sistema de obtenção e verificação de resultados e assegurar termos compratívos a quem seja acometida a responsabilidade de acompanhamento na fase de exploração futura após a s intervenções. No caso específico das minas dos radioactivos garantir as exigências e recomendações estabelecidas pela EURATOM e acometidas ao Estado Português, que incluem, nomeadamente, a operação com adequados níveis de qualidade das Estações de Tratamento de Efluentes e a Monitorização da Radioactividade Ambiental nas áreas mineiras e meio envolvente imediato.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Entre 2007 e 2008 foi desenvolvida a operação "Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes - Fase 2007/2009"; entre 2009 e 2011 foi desenvolvida a operação "Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes - Fase 2009/2011"; desde Setembro de 2011 que se encontra em curso a operação "Monitorização Ambiental Nas Áreas Mineiras Dos Radioactivos - 2011/2013 e 2013/2014".

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos técnicos e administrativos da EDM; por vezes com apoios em determinadas especialidades em regime de consultadoria e prestações de serviços. Em termos financeiros recorreu-se ao fundo comunitário do POT havendo sempre uma contrapartida nacional.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a reportar neste contexto. Tem sido dado cumprimento aos Planos de Monitorização e Operação das Estações de Tratamento de Efluentes conforme proposto e previamente aprovado.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a reportar

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a reportar

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades relacionadas com a angariação do financiamento da medida no âmbito do contrato de concessão da EDM com o Estado Português, uma vez que a EDM não possui recursos próprios para continuar esta medida. Dificuldades operacionais na execução da medida derivadas da compatibilização do processo de contratação pública com os objetivos de execução da entidade financiadora POVT. Falta de Recursos Humanos qualificados para efetuar a gestão da medida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Com a adopção das operações referidas em A2d. têm sido garantidos os Planos de Monitorização estabelecidos no Decreto-Lei n.º 198/A 2001 de 6 de Julho, os Planos definidos no Documento Enquadrador da APA e cumpridas as exigências e sugestões da EURATOM acometidas ao Governo Português

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Nada a reportar neste contexto. Tem sido dado cumprimento aos Planos de Monitorização e Operação das Estações de Tratamento de Efluentes conforme proposto e previamente aprovado.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Impactos funcionais passam pelo aumento da competência e expertise do corpo técnico afeto à área ambiental da empresa em desenvolver e melhorar as soluções aplicadas à recuperação de minas abandonadas. Outro aspeto relevante de impacto no funcionamento da empresa foi a criação de uma estrutura técnica dedicada e multidisciplinar de apoio à execução dos projetos em causa.

O impacto governativo decorrente da execução da medida derivou do sucesso na implementação da medida e os evidentes benefícios levou ao reconhecimento político através da renovação do contrato de concessão de minas abandonadas em 2012.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.8

Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

As medidas de recuperação, controlo e monitorização ambiental devem ser entendidas como parte integrante da exploração sustentável e devidamente integrada de quaisquer tipos de recursos geológicos.

Os Planos postos em acção assim como as intervenções desenvolvidas permitem confirmar com os respectivos resultados alcançados que é possível a exploração de recursos geológicos em condições ambiental e fisicamente seguras e controláveis, existindo todo um conjunto de regras de boa arte e

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Garantir a continuidade e sustentabilidade das ações e objetivos estabelecidos na Concessão para a Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas em consonância com os objectivos e metas propostos e constantes no Documento Enquadrador

Justificação sucinta da resposta anterior:

Só desta forma será garantido o cumprimento adequado de medidas que permitam uma melhoria da qualidade do Território nas situações em que existem ainda impactes negativos resultantes da exploração no passado de recursos geológicos em contexto mineiro.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[x] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Após a conclusão dos Projetos e Ações de Recuperação Ambiental em áreas mineiras abandonadas deverá incluir-se no programa a sua manutenção pós-obra uma vez que não existe fonte de financiamento prevista para estas ações que são tão fundamentais como a execução do próprio projeto.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos – ENRG (RCM Nº72/2012)

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.9.*	*Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas*

Medidas Prioritárias	*1.9.1*	*Promover a investigação científica e tecnológica que potencie a utilização sustentada dos recursos energéticos renováveis (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.9.1

Promover a investigação científica e tecnológica que potencie a utilização sustentada dos recursos energéticos renováveis (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Laboratório Nacional de Energia e Geologia

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia realizou um investimento relevante para a Medida Prioritária 1.9.1, através de financiamento atribuído pela FCT a projetos em áreas relacionadas com esta Medida, decorrentes de concursos, que não foram abertos especificamente no âmbito da Medida Prioritária 1.9.1.

A FCT financiou entre 2007 e 2013 cerca de 140 projetos de Investigação e Desenvolvimento particularmente relevantes para a Medida Prioritária 1.9.1, no montante de cerca de 19 Milhões de Euros. Este montante foi atribuído no âmbito de vários concursos, alguns dos quais abertos especificamente na área da Energia (e.g. ERA-NET FENCO e ERA-NET HY-CO – projetos em cooperação europeia).

O financiamento atribuído distribui-se pelas seguintes áreas: Eficiência Energética (43%; 55 projetos), Energia Solar (15%; 19 projetos), Armazenamento de Energia (11%; 16 projetos), Bioenergia (9%; 14 projetos), Transferência de Energia (6%; 9 projetos), Ambiente (5%; 7 projetos), Energia Eólica (4%; 6 projetos), Energia das Ondas (3%; 5 projetos) e Outras (3%; 8 projetos).

A FCT financiou, ainda, entre 2007 e 2013 cerca de 30 Projetos Estratégicos particularmente relevantes para a Medida Prioritária 1.9.1, no montante de cerca de 33 Milhões de Euros. O financiamento atribuído distribui-se pelas seguintes áreas: Eficiência Energética (30%), Ambiente (29%), Outros (24%), Bioenergia (17%), Energia Eólica, Energia Solar e Energia das Ondas.

Salienta-se que os cálculos que serviram de base a esta análise são apenas aproximações, tendo como objetivo identificar alguns padrões, e não a realização de uma análise exaustiva e de grande rigor.

Os números de projetos de investigação e de projetos estratégicos financiados com impacto na Medida Prioritária 1.9.1 são muito superiores aos apresentados, pois apenas foi feita a pesquisa com base na palavra-chave energia (foi realizada depois uma seleção de projetos que são efetivamente de áreas relevantes).

Objetivo Específico 1.9

Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior:

☐

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

A Estratégia Nacional de Especialização Inteligente escolheu a Energia como uma das 15 prioridades temáticas ou prioridades estratégicas inteligentes em que o país deve apostar - ver Tabela abaixo, extraída do Capítulo das Prioridades (III) da Estratégia. Há medidas do *policy-mix* da Estratégia que contêm uma componente específica para as prioridades estratégicas inteligentes no seu geral, estando também prevista a implementação de Programas Estratégicos para as áreas prioritárias.

Eixo 1 - Energia	
Visão	Portugal eficiente, auto e eco-sustentado em energia, através da exploração de um conjunto diferenciado de grandes potencialidades, que incluem I&D em áreas chave, novas fontes de energia renovável com base em recursos endógenos. Ator relevante da cooperação no espaço lusófono, com fornecimento de bens e serviços transacionáveis em nichos específicos/cadeias de valor.
Características	O setor da energia destaca-se pelo impacto significativo e papel que desempenha em todos os outros setores, no desenvolvimento sustentável, e nos desafios societais identificados no âmbito do Horizonte 2020. Portugal é especializado, em termos de valor acrescentado e em relação à média europeia, em atividades económicas do setor da energia, designadamente "Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados, combustível nuclear e aglomerados combustíveis" e "Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria". Este é um dos setores da economia portuguesa com um rácio de produtividade mais elevado, em relação à média europeia (FCT, 2013; dados relativos a 2011). Tem também revelado um grande dinamismo a vários níveis, tais como na produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, particularmente eólica, hídrica e fotovoltaica. Os valores relativos às fontes eólica e hídrica quase duplicaram entre 2008 e 2011, enquanto a produção de energia elétrica a partir de energia fotovoltaica tem vindo a crescer exponencialmente, embora o seu peso na produção nacional de energia se mantenha muito reduzido. A contribuição das energias renováveis para o consumo final de eletricidade era, em 2011, de 53%, um crescimento de 19 pontos percentuais face a 2008, sendo de destacar o crescimento significativo das contribuições das energias hídrica para 25% e eólica para 19%. As políticas de incentivo às energias renováveis e os enormes investimentos nesta área traduzem-se na redução significativa da dependência energética de Portugal face ao exterior entre 2005 e 2012. Esta dependência é particularmente a nível de petróleo, gás natural e carvão, atendendo à escassez de produção nacional de recursos energéticos endógenos fósseis.
Vantagens competitivas	Capacidade de integrar fontes de energia renovável em grande escala, explorando um conjunto diferenciado de grandes potencialidades, que incluem fontes de energia eólica, particularmente *offshore* (mar) e de biomassa. Relações privilegiadas de cooperação na lusofonia, em que países como o Brasil, Angola e Moçambique serão futuros fornecedores energéticos estratégicos da UE. Capacidade de desenvolvimento de *software* para a eficiência energética. Utilização ótima das infraestruturas de energia. Capacidade de capitalizar o esforço desenvolvido na "Internet das Coisas" nas áreas de *smart grids*, sistemas de AoR (*Assessment of the Resilience), smart homes, smart appliances,* TICs*,* redes, telemetria e sistemas de gestão. Investigação e desenvolvimento tecnológico em biocombustíveis, mobilidade elétrica, energias renováveis e armazenamento de energia. Integração disciplinar que visa a produção de soluções interessantes para os sistemas de energia, traduzidos, por exemplo, num grande dinamismo no volume de produção científica do domínio da "Energia e Combustíveis". Existem ainda vantagens competitivas no sector da energia a nível da especialização do capital humano e da capacidade de formação de recursos humanos.
Inserção nas Políticas Públicas	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis.

Eixo 1 - Energia (continuação)	
Potencial de Inovação	Potencial de inovação decorrente das ações de *clusterização*, nomeadamente do Polo de Competitividade e Tecnologia da Energia e do *Cluster* da Economia do Mar. Procura de soluções armazenamento e gestão, conducentes a uma utilização mais racional, amiga do ambiente e eficiente dos recursos energéticos pelas famílias e pelas empresas Há um elevado potencial de inovação em atividades de cooperação no espaço lusófono, particularmente no Brasil, em Angola e Moçambique para a exploração sustentável de petróleo e gás natural. Exploração e produção inteligente de Recursos Energéticos Offshore Não-Renováveis (nomeadamente campos petrolíferos digitais e sistemas submarinos de Produção Inteligente e Ambientalmente Sustentável). Utilização da biomassa para redes locais de calor, em conjugação com o solar térmico, e promover o aproveitamento do *know how* em energia *offshore* (mar). Exploração do conhecimento resultante do investimento realizado no desenvolvimento das energias renováveis, eficiência energética, mobilidade elétrica, e gestão e controlo avançado das redes elétricas. Fornecimento de bens e serviços transacionáveis em nichos específicos/cadeias de valor, com uma aposta na prestação de serviços ao exterior e no desenvolvimento de novos modelos de negócio e novos serviços. Manutenção da mini/micro geração. Síntese de combustíveis sintéticos. Resolução dos problemas de mobilidade. Armazenamento com soluções reversíveis.
Tópicos	Otimização da Produção e Transporte de Energia e Complementaridade na sua Gestão (Renováveis; Não Renováveis; Novos Combustíveis e Hidrogénio, Pilhas de Combustível, Fusão Nuclear; Captura e Armazenamento de CO2; Gestão de Sistemas de Energia em Tempo Real; Sistemas de Armazenamento de Energia) Utilização Final da Energia, Eficiência Energética e seus Impactos (*Smart Cities*; *NZEB Net-Zero Energy Buildings*; Energia nos Transportes; Padrões de Consumo e Comportamento dos Consumidores; Distribuição de Eletricidade e de Gás Natural; Mudanças Climáticas) Aplicações de Novas Tecnologias e Redes Energéticas Inteligentes (TICs; *Smart Grids*) Integração do mercado europeu de energia (Modelização; Planeamento; Novos Modelos de Mercados; Regulação)

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.3.*	*Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento*

Medidas Prioritárias	*2.3.3*	*Incentivar as cidades a criarem condições atrativas de conectividade e serviços em banda larga, em particular com base na infraestruturação com fibra ótica, que lhes permitam competir e interrelacionarem-se com os principais centros urbanos internacionais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.3.3

Incentivar as cidades a criarem condições atrativas de conectividade e serviços em banda larga, em particular com base na infraestruturação com fibra ótica, que lhes permitam competir e interrelacionarem-se com os principais centros urbanos internacionais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para o Desenvolvimento e Coesão

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital); Autoridade Nacional de Comunicações

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Cidades e Regiões Digitais: poderoso instrumento de mobilização de atores locais para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, potenciador do desenvolvimento local baseado nas TIC e nas atividades que potenciam;

Redes Comunitárias: solução de redes públicas de banda larga, abertas e multioperador, adotada em regiões desfavorecidas ou com falhas de resposta pelo mercado, promovendo a igualdade de oportunidades e de acesso público à banda larga interregional, corrigindo assimetrias de acessibilidade, e desenvolvendo a iniciativa empresarial de base tecnológica e científica nas regiões.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Cidades e Regiões Digitais: executados 33 projetos de Cidades e Regiões Digitais que abrangeram 287 dos 308 municípios do país, cobrindo cerca de 95% da área de todo o território nacional;

Redes Comunitárias: foram desenvolvidos 4 projetos de Redes Comunitárias – Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana, Rede Comunitária do Distrito de Évora, Rede Comunitária do Vale do Minho e Valimar Net.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Cidades e Regiões Digitais: investimento total superior a 20 milhões de euros/ano, envolvendo soluções de administração pública eletrónica para administrações locais, condições de reforço da concorrência de pequenas e médias empresas e um amplo leque de serviços aos cidadãos: informação, saúde, segurança, apoio social, educação, cultura, etc.

Redes Comunitárias: valor total de 34 milhões de euros, abrangendo a construção de redes com mais de 1.300 kms de cabo de fibra óptica, que integram as primeiras Redes de Nova Geração construídas em Portugal.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Banda Larga_Cobertura total em ADSL ou cabo	% p.t.	95	2007			98	2010
Banda Larga_Cobertura total em ADSL ou cabo	% p.t.	86	2007			90	2010

nas zonas rurais							
Comprimento de cabo em fibra ótica propriedade de entidades públicas com traçado registado em SIG pela FCT (ex-UMIC e ex-FCCN)	Kms	0	2007	1.600	2011	1.574	2010

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os projetos de **Cidades e Regiões Digitais** e **Redes Comunitárias** foram e têm vindo a ser uma componente fundamental da mobilização da sociedade para a utilização das TIC, ao diversificarem atores e envolverem pessoas e entidades dos vários pontos do país em ações concretas e dirigidas para a realidade local.

Estimulam o desenvolvimento de novas capacidades de realização, criam oportunidades de trabalho em cooperação e promovem a apropriação social das TIC e o uso da Internet por segmentos da população em todo o território. São por isso um agente importante de desenvolvimento económico e social das cidades e regiões do país e de combate aos desequilíbrios regionais tradicionais, demográficos e geográficos, pela via da utilização do digital.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram atingidos os resultados previstos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Agenda Portugal Digital: *Acesso à banda larga e ao mercado digital*

A economia do futuro será uma economia do conhecimento baseada em redes de nova geração. A existência de uma oferta de rede de banda larga rápida e ultrarrápida é essencial para que as empresas possam continuar a desenvolver soluções cada vez mais inovadoras e que vão ao encontro das necessidades da sociedade. As redes de nova geração têm um efeito positivo sobre o crescimento e o emprego, devendo o investimento no seu desenvolvimento ser fomentado através de uma política regulatória estável e previsível. Será dada continuidade à implementação física das redes de banda larga, fomentando-se a existência de uma cobertura nacional de redes de elevado débito.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.3

Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	X	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Vide A5a

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*

Medidas Prioritárias	*4.2.2*	*Qualificar a investigação em saúde e os recursos humanos, mediante programas de investigação e de formação desenvolvidos à luz das necessidades nacionais e regionais em saúde e dirigidos designadamente aos profissionais e aos serviços de saúde pública locais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.2

Qualificar a investigação em saúde e os recursos humanos, mediante programas de investigação e de formação desenvolvidos à luz das necessidades nacionais e regionais em saúde e dirigidos designadamente aos profissionais e aos serviços de saúde pública locais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação de Ciência e Tecnologia

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não aplicável.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Abertura, em 1997, de um concurso público para financiamento de projetos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico na área da investigação médica. Este concurso foi aberto pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito da cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Saúde.

Os projetos a financiar são das área de Investigação Clínica, atendendo às prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Saúde e no programa do Governo, nomeadamente as doenças cardiovasculares,

oncológicas, infecciosas, do foro mental, ou os problemas de saúde especialmente associados aos grupos mais vulneráveis da população portuguesa. As patologias e domínios da intervenção clínica visado

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foram financiados 67 projetos, abrangendo cerca de 9 Milhões de Euros.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foi realizada uma avaliação científica com base nos relatórios finais dos projetos financiados.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não aplicável.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia realizou um investimento relevante para a Medida Prioritária 4.2.2, através de financiamento atribuído pela FCT a projetos em áreas relacionadas com esta Medida, decorrentes de concursos que não foram abertos especificamente no âmbito da Medida Prioritária 4.2.2.

A FCT financiou entre 2007 e 2013 cerca de 630 projetos de Investigação e Desenvolvimento particularmente relevantes para a Medida Prioritária 4.2.2, no montante de cerca de 93 Milhões de Euros. Este montante foi atribuído no âmbito de vários concursos, alguns dos quais abertos especificamente na área da Saúde (e.g. ERA-NETs Pathogenomics, E-Rare e Euronanomed – projetos em cooperação europeia – e mo âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School).

A FCT financiou ainda, entre 2007 e 2013 cerca de 60 Projetos Estratégicos particularmente relevantes para a Medida Prioritária 4.2.2, no montante de cerca de 49 Milhões de Euros.

Salienta-se que os cálculos que serviram de base a esta análise são apenas aproximações, tendo como objetivo identificar alguns padrões, e não a realização de uma análise exaustiva e de grande rigor.

Os números de projetos de investigação e de projetos estratégicos financiados com impacto na Medida Prioritária 4.2.2 são muito superiores aos apresentados, pois apenas foi feita a pesquisa com base na palavra-chave Saúde.

Objetivo Específico 4.2

Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior:

☐

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

A Estratégia Nacional de Especialização Inteligente escolheu a Saúde como uma das 15 prioridades temáticas ou prioridades estratégicas inteligentes em que o país deve apostar - ver Tabela abaixo, extraída do Capítulo das Prioridades (III) da Estratégia. Há medidas do *policy-mix* da Estratégia que contêm uma componente específica para as prioridades estratégicas inteligentes no seu geral, estando também prevista a implementação de Programas Estratégicos para as áreas prioritárias.

Eixo 5 – Saúde	
Visão	Portugal como ator relevante em tecnologias médicas, em turismo de saúde e na prestação de serviços inovadores, através da exploração e desenvolvimento das competências existentes em termos de I&D e da qualidade dos serviços de saúde pública
Características	Sector em expansão com crescente capacidade de desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e soluções baseadas em tecnologias de informação e comunicações, designadamente como resposta aos desafios do envelhecimento. Existência de massa crítica e de competências científicas e tecnológicas e recursos humanos e infraestruturais de qualidade.
Vantagens competitivas	Capacidade adaptativa e adesão à experimentação de novos produtos e soluções. Desenvolvimento de tecnologias médicas associadas às TIC Qualidade da investigação básica e do sistema de cuidados. Infraestruturas de qualidade ligadas à mobilidade e ao turismo.
Interligação com outros temas	Eixo 1: TIC e Matérias-primas e Materiais; Eixo 2: Indústria de produto e de processo; Eixo 4 Agro-alimentar; Eixo 5: Turismo e Habitat
Potencial de Inovação	Potencial de inovação decorrente das ações de *clusterização* desenvolvidas, nomeadamente pelo Polo de Competitividade e Tecnologia da Saúde. Medicina translacional, experimentação de novas tecnologias e de soluções avançadas, interligadas com as nanotecnologias e biomateriais, e tecnologias de informação. Portugal com potencialidade para se tornar laboratório para uso de soluções inovadoras para a saúde baseadas no conhecimento.
Tópicos	Envelhecimento e Vida Activa (Demência; Cuidados de Saúde; Turismo) Doenças (Neuro-degenerativas; Autoimunes, reumático, infeção e diabetes; Cardiovasculares; Cancro; Visão; Epidemiologia e Investigação Socioeconómica) Biomaterias e Nanomedicina Tecnologias Médicas (Diagnóstico e Tratamento; Aplicação das TIC à Saúde) Biotecnologia e Saúde (Microbiologia; Produtos Farmacêuticos) Investigação Translacional Saúde e Bem-estar (Alimentação; Desporto; Turismo)

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 5

Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*5.1.*	*Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efetiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).*
Medidas Prioritárias	*5.1.2*	*Promover o desenvolvimento de redes abertas de banda larga nos centros urbanos das regiões menos desenvolvidas (2007-2013).*
	5.1.4	*Promover a instalação de pontos de acesso à banda larga em locais públicos, designadamente em terminais de transportes, nas escolas, nas instituições de apoio à juventude, em hospitais e outros equipamentos sociais, e nos locais de alojamento e de atividade turística (2007-2010).*
Objetivo específico	*5.2.*	*Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público*
Medidas Prioritárias	*5.2.1*	*Promover a colaboração em rede e a partilha de tarefas e conhecimentos com base nas TIC, envolvendo quer associações municipais, empresariais, profissionais e de solidariedade social, quer escolas, entidades do sistema nacional de saúde e outras em torno de projetos de interesse comum (2007-2013).*
	5.2.2	*Disponibilizar, de forma aberta, a informação detida por entidades públicas como suporte ao desenvolvimento de valor acrescentado pela indústria de conteúdos digitais e estímulo ao seu desenvolvimento e competitividade (2007-2013).*
	5.2.3	*Incentivar a dinamização de novas atividades ou de novas formas de prestação de serviços no âmbito dos projetos Cidades e Regiões Digitais (2007-2013).*
	5.2.4	*Incentivar a criação de Portais Regionais que sejam montra das potencialidades e atividades da região nos diversos domínios, tendo também em consideração as novas tecnologias de acessibilidade para os utilizadores com deficiência (2007-2013).*
	5.2.6	*Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).*
	5.2.7	*Desenvolver novas atividades e plataformas de inclusão social para idosos com base nas TIC, como forma de adaptação a uma sociedade com uma participação maior de populações de idades mais avançadas (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 5.1.2

Promover o desenvolvimento de redes abertas de banda larga nos centros urbanos das regiões menos desenvolvidas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento);

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Redes Comunitárias: solução de redes públicas de banda larga, abertas e multioperador, adotada em regiões desfavorecidas ou com falhas de resposta pelo mercado, promovendo a igualdade de oportunidades e de acesso público à banda larga interregional, corrigindo assimetrias de acessibilidade, e desenvolvendo a iniciativa empresarial de base tecnológica e científica nas regiões.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Redes Comunitárias: foram desenvolvidos 4 projetos de Redes Comunitárias – Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana, Rede Comunitária do Distrito de Évora, Rede Comunitária do Vale do Minho e Valimar Net.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Redes Comunitárias: valor total de 34 milhões de euros, abrangendo a construção de redes com mais de mil quilómetros de cabo de fibra óptica, que integram as primeiras Redes de Nova Geração construídas em Portugal.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Comprimento de cabo em fibra ótica propriedade de entidades públicas com traçado registado em SIG pela FCT (ex-UMIC e ex-FCCN)	Kms	0	2007	1.600	2011	1.574	2010

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os projetos de **Redes Comunitárias** foram e têm vindo a ser uma componente fundamental da mobilização da sociedade para a utilização das TIC, ao diversificarem atores e envolverem pessoas e entidades dos vários pontos do país em ações concretas e dirigidas para a realidade local.

Estimulam o desenvolvimento de novas capacidades de realização, criam oportunidades de trabalho em cooperação e promovem a apropriação social das TIC e o uso da Internet por segmentos da população em todo o território. São por isso um agente importante de desenvolvimento económico e social das cidades e regiões do país e de combate aos desequilíbrios regionais tradicionais, demográficos e geográficos, pela via da utilização do digital.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram atingidos os resultados previstos.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Agenda Portugal Digital: *Acesso à banda larga e ao mercado digital*

A economia do futuro será uma economia do conhecimento baseada em redes de nova geração. A existência de uma oferta de rede de banda larga rápida e ultrarrápida é essencial para que as empresas possam continuar a desenvolver soluções cada vez mais inovadoras e que vão ao encontro das necessidades da sociedade. As redes de nova geração têm um efeito positivo sobre o crescimento e o emprego, devendo o investimento no seu desenvolvimento ser fomentado através de uma política regulatória estável e previsível. Será dada continuidade à implementação física das redes de banda larga, fomentando-se a existência de uma cobertura nacional de redes de elevado débito.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 5.1.4

Promover a instalação de pontos de acesso à banda larga em locais públicos, designadamente em terminais de transportes, nas escolas, nas instituições de apoio à juventude, em hospitais e outros equipamentos sociais, e nos locais de alojamento e de atividade turística (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios, Instituições de Solidariedade Social, Bibliotecas públicas, Cidades e Regiões Digitais, Centro de Emprego e Formação, Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, Clubes Informáticos, Centros Ciência Viva, Hospitais públicos, entre outros.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Rede de Espaços Internet: locais de acesso público gratuito a computadores e à Internet, com o apoio de facilitadores digitais destas tecnologias pelos cidadãos em geral, incluindo – em muitos destes Espaços e satisfeitas as condições de acessibilidade – por cidadãos com necessidades especiais.

TIC Pediátrica: disponibiliza a crianças internadas em unidades de pediatria de hospitais meios tecnológicos que permitem momentos de lazer e contactos com a família, a escola e os amigos através de *webcams*, computadores pessoais e pequenos *blogs* familiares.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Rede de Espaços Internet: 1.170 Espaços Internet em efetivo funcionamento em vários pontos no País;

TIC Pediátrica: pediatrias de 26 Hospitais Públicos, de Portugal continental e regiões autónomas, equipadas com, pelo menos, cinco computadores pessoais portáteis ligados a rede de banda larga/fibra.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Rede de Espaços Internet:

329 espaços em municípios, 251 em ISS, 187 em bibliotecas publicas, 132 em centros de inclusão digital, 123 em cidades e regiões digitais, 30 em centros de emprego e formação, 99 em coletividades de cultura, recreio e desporto ou clubes informáticos e 11 em centros Ciência Viva;

1.500 facilitadores digitais envolvidos nesta rede;

TIC Pediátrica:

26 Hospitais Públicos, de Portugal continental e regiões autónomas, equipadas com, pelo menos, cinco computadores pessoais portáteis ligados a rede de banda larga/fibra;

cobertura financeira do investimento assegurada pelo setor privado;

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de iniciativas de dinamização da Rede de Espaços Internet (valores acumulados)	unid	78	2007	6.600	2011	5.541	2010

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram atingidos os resultados previstos.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Redes Wifi gratuitas em locais públicos – edifícios da administração central e local, bibliotecas, hospitais, museus, terminais de transportes, equipamentos sociais, principais pontos de atividade turística, entre outros – para acesso através de dispositivos fixos ou móveis.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 5.1

Alargar o acesso à Internet de Banda Larga em todo o país e promover uma rápida e efetiva apropriação económica e social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	X	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 5.2.1

Promover a colaboração em rede e a partilha de tarefas e conhecimentos com base nas TIC, envolvendo quer associações municipais, empresariais, profissionais e de solidariedade social, quer escolas, entidades do sistema nacional de saúde e outras em torno de projetos de interesse comum (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento);

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Universidades e Institutos Politécnicos, Instituições Científicas, Empresas, Organismos públicos, Associações da Sociedade Civil, Municípios, Instituições de Solidariedade Social, Bibliotecas públicas, Cidades e Regiões Digitais, Centro de Emprego e Formação, entre outros.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Redes de Competência: promovem a criação de redes de colaboração, entre empresas, centros e institutos de investigação, universidades, politécnicos, centros tecnológicos, organismos públicos e associações empresariais, com objetivos de excelência e desenvolvimento de *clusters* de inovação e conhecimento.

Rede de Espaços Internet: locais de acesso público gratuito a computadores e à Internet, com o apoio de facilitadores digitais destas tecnologias pelos cidadãos em geral, incluindo – em muitos destes Espaços e satisfeitas as condições de acessibilidade – por cidadãos com necessidades especiais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Redes de Competência: estabelecimento de parcerias para inovação e conhecimento que contribuíram para o desenvolvimento económico e social de uma região ou setor económico, em projetos de investigação aplicada e influenciando a formação de recursos humanos em áreas de excelência regional ou setorial;

Rede de Espaços Internet: 1.170 Espaços Internet em efetivo funcionamento em vários pontos no País;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Redes de Competência:

9 redes temáticas versando sobre Bioenergia, Cuidados de Saúde e Medicina, Desmaterialização das Transações, Fileira da Moda, Micromaquinação dos Moldes, Mobilidade, Polímeros, Setor Agro-Florestal e Alimentar, Telecomunicações e Tecnologias da Informação;

158 entidades, entre as quais 87 empresas

Rede de Espaços Internet:

329 espaços em municípios, 251 em ISS, 187 em bibliotecas publicas, 132 em centros de inclusão digital, 123 em cidades e regiões digitais, 30 em centros de emprego e formação, 99 em coletividades de cultura, recreio e desporto ou clubes informáticos e 11 em centros Ciência Viva;

1.500 facilitadores digitais envolvidos nesta rede;

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de interações com entidades de redes de apropriação das TIC (valores acumulados)	unid	8	2007	310	2011	271	2010
Nº de iniciativas de dinamização da Rede de Espaços Internet (valores acumulados)	unid	78	2007	6.600	2011	5.541	2010

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram atingidos os resultados previstos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 5.2.2

Disponibilizar, de forma aberta, a informação detida por entidades públicas como suporte ao desenvolvimento de valor acrescentado pela indústria de conteúdos digitais e estímulo ao seu desenvolvimento e competitividade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Biblioteca Nacional de Portugal, Direção-geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, Arquivos, Universidades e Institutos Politécnicos, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Instituto Nacional de Estatística, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, entre outros

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal: disponibilização de literatura científica em acesso aberto, utilizado gratuitamente por qualquer instituição do sistema científico e do ensino superior para alojamento do seu repositório com individualização de identidade corporativa, e interligação via sistema de metadados e pesquisa com outros repositórios de acesso aberto anteriormente existentes

Biblioteca do Conhecimento *Online*: disponibiliza o acesso ilimitado e permanente às instituições de investigação e do ensino superior, incluindo estudantes, professores, investigadores, profissionais de saúde, bibliotecários e *publishers*, aos textos integrais de milhares periódicos científicos e *ebooks online* de alguns dos mais importantes fornecedores de conteúdos, através de assinaturas negociadas a nível

nacional, rompendo uma barreira que anteriormente dificultava o acesso à literatura científica.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal: integração no sistema de 35 repositórios institucionais com um total de mais de 75.000 documentos.

Biblioteca do Conhecimento *Online*: alteração dos modelos operacional e de financiamento, disponibilização todas as instituições públicas do ensino superior e a todos os Laboratórios do Estado e unidades de investigação aprovadas pelo sistema de avaliação internacional da FCT e unificação da gestão com a da *Web of Knowledge*.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal:

16 Universidades publicas e privadas, 6 Institutos Politécnicos, 5 Centros Hospitalares ou Hospitais, 3 Institutos ou Escolas Superiores, 2 Institutos de Saúde ou Ciência e 3 outros tipos de organismos

Biblioteca do Conhecimento *Online*:

17.100 revistas científicas internacionais, 18.200 *ebooks* científicos, 12.400 títulos de *proceedings* e *transactions*, 16 editoras

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Outros exemplos de disponibilização de forma aberta de informação detida por entidades públicas:

Biblioteca Nacional Digital, da Biblioteca Nacional;

Sistema de informação para o Património Arquitetónico, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;

Bases de dados TT-Online, DIGITARQ, ADP, da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas;

Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais, do Instituto Nacional de Estatística;

Sistema de informação de inventariação e digitalização do património histórico-cultural, do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico;

Bases de dados MATRIZNET e MATRIZPIX do Instituto dos Museus e da Conservação;

Sistema de informação CETbase do Centro de Estudos de Teatro;

Repositório de Barragens Portuguesas, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de registos educativos, culturais, científicos, de interesse público, de acesso aberto referenciados na ex-UMIC	Nº	157.505	2007	1.370.000	2011	1.356.104	2010
Nº de downloads de artigos em texto completo na b-on (valores acumulados)	milhões	4,2	2007	28,0	2001	22,2	2010

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | X | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Foram atingidos os resultados previstos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 5.2.3

Incentivar a dinamização de novas atividades ou de novas formas de prestação de serviços no âmbito dos projetos Cidades e Regiões Digitais (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para o Desenvolvimento e Coesão

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital);

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

No quadro da ação **Cidades e Regiões Digitais**:

Divulgação das Regiões: autarquias, estabelecimentos hoteleiros e estabelecimentos de ensino nos portais regionais e publicação de *newsletters* periódicas;

Empreender nas Regiões: envolvimento das pequenas, médias e grandes empresas das regiões, criação de clusters empresariais digitais e publicação de *newsletters* periódicas;

Participar nas Regiões: criação de plataformas de *hostings online*, de comunidades e grupos de discussão, de que é exemplo o orçamento participativo;

Desenvolvimento de competências: formação e certificação em TIC de dirigentes, técnicos e administrativos da administração local bem como de franjas da população dos municípios integrados em

cada Região Digital;

Sítios Internet Autárquicos: publicados online anúncios dos concursos públicos e editais, atas e deliberações e representantes políticos eleitos com endereço de e-mail;

Serviços *online*: balcão virtual (atendimento *online*), formulários para cidadãos em empresas, informação online sobre estado de processos camarários, tabelas de taxas e licenças, entre outros;

Redes camarárias e Intranets autárquicas em banda larga: rede interna, ligação à Internet em banda larga e serviços de e-mail para dirigentes, técnicos e administrativos da administração local;

Compras eletrónicas: processos aquisitivos suportados por meios eletrónicos;

Pontos municipais de acesso a banda larga: pontos de acesso à Internet por banda larga em espaços públicos;

Plataformas tecnológicas regionais: plataformas tecnológicas pública regional únicas.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Na administração pública regional e nos municípios:

_ políticas internas de acesso generalizado à Internet;

_ procura e comunicação de informação suportada na Internet (procura e recolha de informação/ documentação , correio eletrónico, troca electrónica de ficheiros, comunicação externa, consulta de catálogos de aprovisionamento, acesso a bases de dados e interface com o cidadão;

_ *e-commerce*: atividades de compras eletrónicas e vendas de bens e serviços;

_ serviços digitais em sítios na Internet: *download* para impressão de formulários, consulta pública, correio electrónico, subscrição de *newsletters*, sistemas de Informação geográfica / mapas interactivos, pedidos de recolha de lixo ou limpeza de ruas, biblioteca online, bolsa de estágios e de emprego, preenchimento e submissão de formulários *online*, apoio ao munícipe, inquéritos aos cidadãos, acompanhamento de processos de obras particulares, etc.;

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Indicadores da Administração Publica Eletrónica da UMIC e do INE							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Sitio do Instituto Nacional de Estatística na Internet http://www.ine.pt

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Foram atingidos os resultados previstos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Agenda Portugal Digital: *Acesso à banda larga e ao mercado digital*

A economia do futuro será uma economia do conhecimento baseada em redes de nova geração. A existência de uma oferta de rede de banda larga rápida e ultrarrápida é essencial para que as empresas possam continuar a desenvolver soluções cada vez mais inovadoras e que vão ao encontro das necessidades da sociedade. (…) Promover a inovação implica também criar condições para atrair o investimento em bens, serviços e soluções digitais, em particular culturais e informativos, e estabelecer as bases favoráveis à sua inclusão no comércio externo.

Agenda Portugal Digital: *Resposta aos desafios societais*

Iniciativas centradas na melhoria da eficiência e na redução dos custos associados à Administração Pública, na melhoria dos serviços de justiça e de saúde prestados aos cidadãos, na promoção de uma mobilidade mais inteligente e no reforço da empregabilidade.
Iniciativas que promovam as aplicações com potencial para responderem aos desafios ambientais, melhorando a eficiência energética e desenvolvendo os conceitos de cidades, transportes e mobilidade inteligentes.

Medida Prioritária 5.2.4

Incentivar a criação de Portais Regionais que sejam montra das potencialidades e atividades da região nos diversos domínios, tendo também em consideração as novas tecnologias de acessibilidade para os utilizadores com deficiência (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para o Desenvolvimento e Coesão

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital); Gabinete de Estratégia e Planeamento (informação do Instituto Nacional de Reabilitação)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

No quadro da ação **Cidades e Regiões Digitais**:

Divulgação das Regiões: autarquias, estabelecimentos hoteleiros e estabelecimentos de ensino nos portais regionais e publicação de *newsletters* periódicas;

Empreender nas Regiões: envolvimento das pequenas, médias e grandes empresas das regiões, criação de clusters empresariais digitais e publicação de *newsletters* periódicas;

Participar nas Regiões: criação de plataformas de hostings online , de comunidades e grupos de

discussão, de que é exemplo o orçamento participativo;

Programa Acesso: promover o desenvolvimento, disponibilização e divulgação de instrumentos de TIC que permitam ultrapassar dificuldades sentidas por cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência e idosos. Visa amenizar as dificuldades que a utilização crescente das TIC nos mais variados aspetos das atividades humanas podem gerar quando a sua utilização é impossível ou difícil para pessoas com deficiência;

Rede Solidária: constituída organizações não-governamentais de cidadãos com necessidades especiais e/ou de apoio a grupos destes cidadãos com conetividade eletrónica e acesso à Internet.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Na administração pública regional e nos municípios:

portais digitais na Internet que incluem sistemas de Informação geográfica / mapas interativos, roteiros turísticos, associativos e culturais, informação demográfica e económica das cidades ou regiões, etc.;

Programa Acesso:

bibliotecas digitais, repositórios de acesso aberto e disponibilização aberta de conteúdos de interesse público cumprindo requisitos de acessibilidade por cidadãos com necessidades espaciais;

BAES – Biblioteca Aberta do Ensino Superior desenvolvida especificamente para cidadãos com necessidades especiais,

ações de formação em acessibilidade de conteúdos *Web* (cumprimento da Resolução de Conselho de Ministros nº 155/2007, de 2 de outubro).

Rede Solidária:

250 organizações, 280 pontos de acesso em banda larga e 650 caixas de correio eletrónico;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Programa Acesso:

BAES – Biblioteca Aberta do Ensino Superior envolve 10 universidades e tem mais de 3 mil títulos;

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Iniciativas ou avaliações de acessibilidade a e com TIC (valores acumulados)	Nº	470	2007	4.250	2011	3.946	2010
Páginas dos sítios da ex-UMIC que satisfazem os critérios da W3C	%	37%	2007	90%	2011	100%	2010

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Agenda Portugal Digital: *Melhorar a literacia, qualificações e inclusão digitais*

A inclusão de pessoas com necessidades especiais será abordada através da melhoria da acessibilidade e facilidade de utilização das aplicações e soluções digitais.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 5.2.6

Alargar a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, por exemplo nos domínios da saúde ou da educação, garantindo o seu acesso nos espaços de baixa densidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Agência para a Modernização Administrativa; Direção-Geral de Saúde; Direção-Geral de Educação

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

eGovernment: simplificação e melhoria da prestação de serviços públicos aos cidadãos e às empresas e da modernização da administração pública através das TIC, sendo muitas as iniciativas de sucesso promovidas nas áreas de intervenção de praticamente todos os ministérios e, também, nos municípios, nomeadamente: Portal do Cidadão, Portal da Empresa, Cartão de Cidadão, marcação de consultas médicas *online, etc.;*

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

eGovernment:

Portal do Cidadão: canal central de acesso eletrónico aos serviços públicos prestados aos cidadãos através da Internet, numa filosofia de balcão eletrónico unificado de atendimento, complementando de forma conveniente e disponibilização total os balcões físicos das Lojas/Espaços do Cidadão;

Portal da Empresa: canal central de acesso eletrónico aos serviços públicos prestados às empresas através da Internet numa filosofia de balcão unificado de atendimento, acompanhando as quatro principais fases do ciclo de vida empresarial: Criação, Gestão, Expansão e Extinção;

Cartão de Cidadão: documento de identificação eletrónica que substitui o tradicional Bilhete de Identidade, o cartão do contribuinte, o cartão de beneficiário da Segurança Social, o cartão de eleitor e o cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde. Contém um circuito eletrónico de contacto, com a mesma informação do cartão físico registada eletronicamente;

Marcação de consultas médicas *online*: disponibilizada para todos os centros de saúde do país. A generalidade dos utentes podem também consultar informação relativa a inscrições para cirurgia e o Registo Nacional de Utentes e os cidadãos com doenças crónicas podem pedir a renovação das receitas médicas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

eGovernment:

Portal do Cidadão: 1.200 serviços fornecidos por cerca de 340 entidades;

Portal da Empresa: 620 serviços fornecidos por mais de 140 entidades, centenas de milhar de atos de Registo Comercial e milhões de certidões emitidas;

Cartão de Cidadão: organismos públicos envolvidos, todas as conservatórias do país, lojas de cidadão e criação de serviços específicos CC;

Marcação de consultas médicas *online*: em média, marcação de 150.000 consultas/ano.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Indicadores da Administração Publica Eletrónica da UMIC e do INE							

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Sitio do Instituto Nacional de Estatística na Internet http://www.ine.pt

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Agenda Portugal Digital: *Resposta aos desafios societais*

Iniciativas centradas na melhoria da eficiência e na redução dos custos associados à Administração Pública, na melhoria dos serviços de justiça e de saúde prestados aos cidadãos, na promoção de uma mobilidade mais inteligente e no reforço da empregabilidade.
Iniciativas que promovam as aplicações com potencial para responderem aos desafios ambientais, melhorando a eficiência energética e desenvolvendo os conceitos de cidades, transportes e mobilidade inteligentes.

Agenda Portugal Digital: *Combate à fraude e a evasão fiscais, contributivas e prestacionais*

Combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais com recurso às TIC, contribuindo para a redução da economia paralela, e simplificação das obrigações declarativas. Simultaneamente, deverão contribuir para o aumento da eficiência e da transparência das organizações e introdução de melhorias funcionais em todos os processos, desde a compra até ao pagamento.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 5.2.7

Desenvolver novas atividades e plataformas de inclusão social para idosos com base nas TIC, como forma de adaptação a uma sociedade com uma participação maior de populações de idades mais avançadas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento); Gabinete de Estratégia e Planeamento

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituições do Ensino Superior, Escolas do Ensino Básico e Secundário, Centros Ciência Viva, Espaços Internet, Centros de Divulgação de Tecnologias de Informação, Municípios, Bibliotecas Publicas, Centros de Inclusão Digital, Cidades e Regiões Digitais, Instituições de Solidariedade Social, Centros de Emprego e Formação, Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, Centros Ciência Viva, entre outros.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (enquanto Presidente da Comissão Técnica constituída no âmbito da Agenda Portugal Digital)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Competências básicas TIC: sistema de reconhecimento e promoção de competências básicas em TIC, através da concessão do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação, como instrumento de combate à infoexclusão, nomeadamente junto da população de idade mais avançada, reforço da cidadania e promoção da coesão social no contexto da Sociedade da Informação;

Rede de Espaços Internet: locais de acesso público gratuito a computadores e à Internet, com o apoio de facilitadores digitais destas tecnologias pelos cidadãos em geral, com enfoque muito especial junto da população de idade mais avançada.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Competências básicas TIC: 800 centros de atribuição de Diploma de Competências Básicas em TI registados, cobrindo todas ad regiões e distritos do país, incluindo nas Regiões Autónomas;

Rede de Espaços Internet: 1.170 Espaços Internet em efetivo funcionamento em vários pontos no País;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Competências básicas TIC:

800 centros alojados em Instituições do Ensino Superior, Escolas do Ensino Básico e Secundário, Centros Ciência Viva, Espaços Internet e Centros de Divulgação de Tecnologias de Informação;

681.500 Diplomas atribuídos, desde 2001;

Rede de Espaços Internet:

329 espaços em municípios, 251 em ISS, 187 em bibliotecas publicas, 132 em centros de inclusão digital, 123 em cidades e regiões digitais, 30 em centros de emprego e formação, 99 em coletividades de cultura, recreio e desporto ou clubes informáticos e 11 em centros Ciência Viva;

1.500 facilitadores digitais envolvidos nesta rede;

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram realizadas as ações previstas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram executadas dentro do período definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não aplicável.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Indicadores de Competências TIC da UMIC e do INE							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Quadro de Avaliação e Responsabilização da UMIC e *Relatórios de Atividades da UMIC* disponíveis em http://www.umic.pt/index.php?option=com_content&task=section&id=32&Itemid=360

Sitio do Instituto Nacional de Estatística na Internet http://www.ine.pt

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	X	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Agenda Portugal Digital: *Melhorar a literacia, qualificações e inclusão digitais*

Com vista ao desenvolvimento da Economia Digital no nosso país, será promovido o desenvolvimento de um conjunto de competências de base relacionadas com a literacia, qualificação e inclusão digitais, que permitam não só o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores, mas também o aumento da sua utilização por parte dos cidadãos e das empresas.

Rede TIC e Sociedade:

Para que Portugal se possa afirmar definitivamente, a nível europeu e mundial, como um país onde o défice de competências digitais deixe de ser uma barreira à utilização da Internet, pois 33% da população portuguesa nunca usou a Internet e 70% dos não utilizadores têm mais de 55 anos.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 5.2

Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 5

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior:

☐

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) ☐

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

☐

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

☐

B3. Observações complementares

☐

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.4.*	*Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território*

Medidas Prioritárias	*6.4.4*	*Fomentar a investigação e a inovação na área do ordenamento do território e do urbanismo, nomeadamente através da instituição de bolsas de estudo e prémios especiais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.4.4

Fomentar a investigação e a inovação na área do ordenamento do território e do urbanismo, nomeadamente através da instituição de bolsas de estudo e prémios especiais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral do Território

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Fundação de Ciência e Tecnologia

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia realizou um investimento relevante para a Medida Prioritária 6.4.4, através de financiamento atribuído pela FCT a projetos em áreas relacionadas com esta Medida, decorrentes de concursos que não foram abertos especificamente no âmbito da Medida Prioritária 6.4.4.

A FCT financiou entre 2007 e 2013 cerca de 120 projetos de Investigação e Desenvolvimento particularmente relevantes para a Medida Prioritária 6.4.4, no montante de cerca de 17 Milhões de Euros. Este montante foi atribuído no âmbito de vários concursos, alguns dos quais abertos especificamente na área do Ordenamento do Território e do Urbanismo (e.g. ERA-NET Urban-NET – projetos em cooperação europeia).

A FCT financiou, ainda, entre 2007 e 2013 cerca de 2 Projetos Estratégicos particularmente relevantes para a Medida Prioritária 6.4.4, no montante de cerca de 350 mil Euros.

Salienta-se que os cálculos que serviram de base a esta análise são apenas aproximações, tendo como

objetivo identificar alguns padrões, e não a realização de uma análise exaustiva e de grande rigor.

Os números de projetos de investigação e de projetos estratégicos financiados com impacto na Medida Prioritária 6.4.4 são muito superiores aos apresentados, pois apenas foi feita a pesquisa com base nas palavras-chave relacionadas com o urbanismo, ordenamento do território e planeamento (foi realizada depois uma seleção de projetos efetivamente destas áreas). Há, por exemplo, muitos projetos de geografia, arquitectura e transportes que não surgiram nos resultados.

Objetivo Específico 6.4

Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

A Estratégia Nacional de Especialização Inteligente escolheu os Transportes, Mobilidade e Logística como uma das 15 prioridades temáticas ou prioridades estratégicas inteligentes em que o país deve apostar - ver Tabela abaixo, extraída do Capítulo das Prioridades (III) da Estratégia. Há medidas do *policy-mix* da Estratégia que contêm uma componente específica para as prioridades estratégicas inteligentes no seu geral, estando também prevista a implementação de Programas Estratégicos para as áreas prioritárias.

Eixo 3 – Transportes, Mobilidade e Logística	
Visão	Portugal com cidades e territórios mais competitivos (*smart cities*), com base em modelos de cooperação, conectividade e facilitação da logística e dos transportes numa escala europeia e global.
Características	Portugal tem ativos únicos em termos de portos (representam 80% do tráfego internacional de mercadorias). Preferência do transporte por meio rodoviário em detrimento do ferroviário, e fraca conectividade com o resto da Europa. Rede logística pouco integrada nos canais de distribuição e nas cadeias de distribuição internas e internacionais.
Vantagens competitivas	Posição geoestratégica em termos de transporte marítimo com potencial de criação de um *Hub* Atlântico nos Açores e de *Hubs* especializado no Continente com potencial de maior integração nas cadeias europeias e mundiais de transporte. Rede logística eficiente no consumo. Competências científicas em tecnologias e infraestruturas (e.g. Telecomunicações, gestão e modelos de redes viárias, portuárias e aeroportuárias). Empresas tecnológicas e de serviços avançados com potencial de *clusterização*.
Inserção nas Políticas Públicas	Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT); Plano Nacional dos Transportes
Potencial de Inovação	Interligação e conectividade dos meios de transportes e ganhos de eficiência energética, ao nível da organização e gestão e de logística, nomeadamente na logística associada à produção. Exploração das capacidades de I&D existentes em TIC, aplicadas a, redes de gestão de interoperabilidade e multimodalidade no âmbito dos Transportes e da Logística, incluindo a dimensão de eficiência energética.
Tópicos	Gestão de Infraestruturas Portuárias (Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas; Armazenamento; *Software*; Infraestruturas; Fluxos de pessoas; Exploração de novos negócios) Desenvolvimento de Novos Meios de Transporte Sustentáveis de Mercadorias (Via Ferrovia; Via Marítima; Sustentabilidade do Transporte Rodoviário) Transportes Seguros e Sustentáveis (Multi-modal e Mobilidade; Segurança; Construção de Veículos Limpos e Silenciosos; Mobilidade e Espaço Urbano) Sistemas de Transportes Inteligentes e Logística (Comunicações; Sistemas de Informação e Controle; Interfaces Inteligentes; Gestão de fluxos; Sistema de Pagamentos; Investigação Operacional) Estandardização e Certificação Novas Politicas Públicas de Transportes (Segurança; Modelização; Transportes Públicos e Áreas Urbanas)

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.3*	*Definir e executar uma Estratégia Nacional de proteção do Solo.*
Medidas Prioritárias	*1.3.2*	*Implementar as orientações da Política Agrícola Comum de incentivo às boas práticas de conservação do solo, através do cumprimento das regras de condicionalidade ambiental na execução dos regimes de ajudas diretas e do pagamento único e da aplicação do regulamento comunitário de apoio ao desenvolvimento rural (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.3.2

Implementar as orientações da Política Agrícola Comum de incentivo às boas práticas de conservação do solo, através do cumprimento das regras de condicionalidade ambiental na execução dos regimes de ajudas diretas e do pagamento único e da aplicação do regulamento comunitário de apoio ao desenvolvimento rural (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) com papel na conceção das normas e Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP) enquanto organismo pagador das ajudas comunitárias e coordenador do sistema de controlo da condicionalidade.

Autoridade de Gestão do PRODER no que diz respeito à execução do PDR 2007-2013.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No período em análise não existem outras entidades.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No período em análise não existem outras entidades.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

No âmbito das Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA), a definição de normas/obrigações, ao nível da exploração agrícola, que têm como objetivo a proteção e conservação do solo contra a erosão corresponde a normas que regulam a atividade agrícola de forma contínua e permanente.

O Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, no âmbito das medidas agroambientais, tem também um apoio específico para a conservação do solo, que procura promover a adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais.

Ainda no campo de medidas de natureza agroambiental estão em execução medidas, no âmbito dos pagamentos diretos, que visam o apoio ao pastoreio extensivo que limitam os encabeçamentos pecuários e as mobilizações do solo.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Elaboração e publicação de legislação relativa às normas/obrigações mencionadas no ponto A2c a aplicar no Continente de acordo com a revisão anual;

- Esclarecimentos às organizações de agricultores sobre a aplicação das obrigações em causa, nomeadamente através da elaboração de Orientações Técnicas;

- Execução das medidas de Desenvolvimento Rural;

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Técnicos Superiores da Direção de Serviços de Programação e Politicas do GPP, AG PRODER, IFAP, DRAP's .

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não se aplica.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não se aplica.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se aplica.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Controlo do cumprimento das normas/obrigações mencionadas no ponto A2c.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram registadas dificuldades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Tendo em conta a natureza das superfícies (agrícola e agro florestal) que estão abrangidas pelas normas/obrigações definidas na condicionalidade, considera-se que as obrigações implementadas contribuem de uma forma regulatória significativa e qualitativa para a conservação e proteção do solo.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não se aplica.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Condicionamento do tipo de atividades agrícolas passiveis de desenvolvimento nas áreas em questão.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Não se aplica

A8. Observações complementares

Não se aplica

Objetivo Específico 1.3

Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

No âmbito das Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA) ao nível da exploração agrícola, as superfícies abrangidas são da ordem dos 3 milhões de hectares, abrangendo cerca de 180.000 beneficiários.

O Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, no âmbito das medidas agroambientais, tem um apoio específico para a conservação do solo que procura promover a adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais. Em final de 2012, 20.577 hectares assumiram esta prática.

No caso das medidas de natureza agroambiental estão ainda em execução medidas, no âmbito dos pagamentos diretos, que visam o apoio ao pastoreio extensivo que serão finalizadas em 2014.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

No que se refere à medida especifica do programa de desenvolvimento rural do Continente, esta é objeto de relatórios de execução anuais, de uma avaliação intercalar e, posteriormente ao encerramento, de uma avaliação ex-post. Estando ainda em curso o programa, a avaliação global final é prematura.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito contribuindo para a qualidade dos solos e para o combate às alterações climáticas	ha			40.000	2015	20.577	2007-2012
Superfície apoiada para pastoreio extensivo (pagamentos diretos)	ha			70.000	2013	18.5000	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 1.1 a 1.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

Em relação ao OE 1.1, no âmbito do desenvolvimento rural, estão previstos apoios ao desenvolvimento de serviços de aconselhamento e à formação de ativos agrícolas na área na gestão e proteção dos recursos naturais, bem como a ações de divulgação.

Relativamente aos restantes objetivos, no âmbito do Programa de desenvolvimento rural, estão previstas nomeadamente medidas silvo e agroambientais e florestais que contribuem para restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura, nomeadamente a restauração, preservação e reforço da biodiversidade, melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas, prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos e promoção da utilização eficiente dos recursos.

No capítulo dos pagamentos diretos será implementada, para além de outras já existente, pela primeira vez, um conjunto de normas benéficas para o ambiente e clima denominado *greening*, que abrangerá práticas de diversificação cultural, manutenção de pastagens e exigências de existência de áreas de interesse ecológico ao nível da exploração. Terá continuidade a aplicação do princípio da condicionalidade aos pagamentos diretos e a alguns apoios de desenvolvimento rural

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

.Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não aplicável

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

| | Sim | x | Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Já abordado em B2a.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

A PAC, por si só, dispõe de mecanismos que visam o incentivo às boas práticas de conservação do solo. A PAC para o período 2014-2020, reforça estes objetivos, não só pela manutenção da condicionalidade como pela introdução do greening.

O programa de desenvolvimento rural 2014-2020 propõe uma medida de apoio a práticas que contribuem para preservação do solo.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.4.*	*Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas*

Medidas Prioritárias	*3.4.1*	*Executar o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para 2007- 2013 (PEN 2007-2013) e os correspondentes Programas de Desenvolvimento Rural para o Continente e as Região Autónomas, promovendo a competitividade dos setores agrícola e florestal, a gestão sustentável dos espaços rurais e a dinamização e diversificação económica e social das zonas rurais, contribuindo para reforçar a coesão social e territorial (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.4.1

Executar o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para 2007- 2013 (PEN 2007-2013) e os correspondentes Programas de Desenvolvimento Rural para o Continente e as Região Autónomas, promovendo a competitividade dos setores agrícola e florestal, a gestão sustentável dos espaços rurais e a dinamização e diversificação económica e social das zonas rurais, contribuindo para reforçar a coesão social e territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

AG Proder, AG PRORURAL, AG PRODERAM, AG RRN

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GPP, DGADR, DRAP's e SEE Regionais (Madeira e Açores), IFAP.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GPP

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Estamos em presença de programas de desenvolvimento rural em curso, com conclusão prevista para 2015, que contemplam um conjunto de medidas, nomeadamente apoios a projetos de investimento nas explorações agrícolas e florestais, na transformação e comercialização de produtos agroflorestais e infraestruturas (eletrificação, caminhos e regadios); medidas de carácter agro silvo ambiental e medidas que visam o desenvolvimento das zonas rurais, através da implementação de estratégia de âmbito local (LEADER).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Ver resposta à questão A2c.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

- Recursos afetos às AG's, DRAP's, secretarias regionais (RAA e RAM) e ao IFAP.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

No âmbito do Programa de desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), a medida 1.5.1 – Instrumentos Financeiros não foi operacionalizada.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não se aplica.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

No caso do Programa de desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), além das medidas previstas inicialmente, foi considerado necessário introduzir a medida 1.7 – Cumprimento de novas normas comunitárias obrigatórias, de modo a fazer face a adaptações de carater ambiental. Foram também, implementadas medidas de carácter local relacionadas com ambiente - ITI – Monchique Caldeirão, ITI – Rede Natura Alentejo – e outras medidas de desenvolvimento rural: 3.6 – Banda larga, 3.7 – Centros educativos rurais do Algarve.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Taxa de execução FEADER a 31 Março 2014						82,5%	

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os programas são objeto de relatórios de execução anuais, de uma avaliação intercalar e, posteriormente ao encerramento, de uma avaliação ex-post. Não estando os programas concluídos, uma avaliação global final, incluindo uma avaliação de impactos, é prematura.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Tendo em conta a natureza desta "medida"- Programas de Desenvolvimento Rural, uma resposta genérica é pouco adequada. Como qualquer programa desta natureza haverá que avaliar medida a medida e o impacto global, no entanto, destaca-se que o nível de execução física e financeira dos programas é bastante satisfatório. As dificuldades iniciais de implementação do PRODER foram sendo superadas através de medidas corretivas em termos de operacionalização, nomeadamente de simplificação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os programas são objeto de relatórios de execução anuais, de uma avaliação intercalar e, posteriormente ao encerramento, de uma avaliação ex-post. Não estando os programas concluídos, uma avaliação global final, incluindo uma avaliação de impactos, é prematura.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Os programas são objeto de relatórios de execução anuais, de uma avaliação intercalar e, posteriormente ao encerramento, de uma avaliação ex-post. Não estando os programas concluídos, uma avaliação global final, incluindo uma avaliação de impactos, é prematura.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Os programas são objeto de relatórios de execução anuais, de uma avaliação intercalar e, posteriormente ao encerramento, de uma avaliação ex-post. Não estando os programas concluídos, uma avaliação global final, incluindo uma avaliação de impactos, é prematura.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Portugal está a preparar os próximos Programas de Desenvolvimento Rural adequando os novos objetivos comunitários para o Desenvolvimento Rural, à estratégia e opções nacionais, que dão resposta nomeadamente à criação de valor acrescentado no sector, à melhoria da gestão e eficiência no uso dos recursos e ao desenvolvimento local.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.4

Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Tendo em conta a natureza desta "medida"- os Programas de Desenvolvimento Rural, que se encontra ainda em curso, uma resposta genérica é pouco adequada.

O Programa de Desenvolvimento Rural, no caso do Continente, corresponde a uma estratégia para o território e sector: o apoio a investimentos, à instalação de jovens agricultores, o apoio especifico para zonas desfavorecidas, os apoios de caracter ambiental, entre outros, terão efeitos diretos nos territórios de baixa densidade e das zonas rurais, pela modernização e rejuvenescimento do setor, pela criação de empregos, de forma sustentável e tendo sempre persente a eficiência no uso dos recursos. De forma mais específica, a implementação de estratégias de âmbito local, nomeadamente a abordagem LEADER, terá em conta as necessidades de territórios de baixa densidade.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os programas são objeto de relatórios de execução anuais, de uma avaliação intercalar e, posteriormente ao encerramento, de uma avaliação ex-post. Não estando os programas concluídos, uma avaliação global final, incluindo uma avaliação de impactos, é prematura.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 3.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

Os objetivos centrais dos Programas de Desenvolvimento Rural visam contribuir para o desenvolvimento de um setor agrícola equilibrado sob o ponto de vista territorial e ambiental e mais resistente às alterações climáticas, mais competitivo e inovador, contribuindo igualmente para o desenvolvimento dos territórios rurais.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não se aplica.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

| | Sim | x | Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não .

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Os programas de desenvolvimento rural contribuem para a realização da estratégia Europa 2020, através da promoção do desenvolvimento rural sustentável em toda a União, em complementaridade com os outros instrumentos da PAC, a política de coesão e a política comum das pescas.

B3. Observações complementares

Entidades inquiridas:

Guarda Nacional Republicana (GNR)
Polícia de Segurança Pública (PSP)
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
Polícia Judiciária (PJ)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.2.*	*Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais*
Medidas Prioritárias	*1.2.6*	*Reforçar os mecanismos de prevenção e fiscalização do ambiente e, em especial, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA), beneficiando da integração naquela força de segurança do Corpo Nacional da Guarda Florestal, melhorando a eficácia do Corpo dos Vigilantes da Natureza (CVN), no território continental, e as entidades correspondentes nas Regiões Autónomas, impulsionando a cooperação entre as diversas entidades envolvidas (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.4.*	*Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais*
Medidas prioritárias	*1.4.4*	*Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.7.*	*Executar a Estratégia Nacional para o Mar*
Medidas Prioritárias	*1.7.5*	*Assegurar a proteção da fronteira marítima e das águas territoriais nacionais, garantindo a eficiência do controlo das áreas vulneráveis e o combate às ameaças sobre a costa portuguesa, incluindo as referentes à poluição, reforçando e modernizando os sistemas de segurança, vigilância e intervenção no domínio das atividades marítimas e costeiras, designadamente através do Sistema de Vigilância da Orla Costeira (SIVIC) e do reforço da cooperação entre as entidades envolvidas (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos*

Medidas Prioritárias	*1.11.1*	*Definir uma Estratégia Nacional Integrada para a Prevenção e Redução de Riscos (2007-2008).*
Medidas Prioritárias	*1.11.7*	*Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR e das entidades regionais correspondentes, das ações de prevenção, protecção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização dos Sistemas Integrados das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional e dos sistemas equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2008).*
Medidas Prioritárias	*1.11.8*	*Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, reforçando a capacidade de intervenção de proteção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS/GNR) e de entidades equivalentes nas Regiões Autónomas, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações (2007-2009).*
Medidas Prioritárias	*1.11.9*	*Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos e as Redes Regionais equivalentes, enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil e ao combate aos fogos florestais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.2.6

Reforçar os mecanismos de prevenção e fiscalização do ambiente e, em especial, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA), beneficiando da integração naquela força de segurança do Corpo Nacional da Guarda Florestal, melhorando a eficácia do Corpo dos Vigilantes da Natureza (CVN), no território continental, e as entidades correspondentes nas Regiões Autónomas, impulsionando a cooperação entre as diversas entidades envolvidas (2007-2008).

Respondido pela GNR

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Guarda Nacional Republicana; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente-APA.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agência Portuguesa do Ambiente-APA.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As ações de formação para os militares da GNR que passaram a integrar e a reforçar a estrutura do SEPNA , ações de sensibilização às populações e a realização de operações de fiscalização.

Importa referir que o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) * da GNR foi criado em 2006

*Funções da SEPNA:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar

e reprimir os respetivos ilícitos;

- Zelar pelo cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;
- Assegurar a coordenação ao nível nacional da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente, nos termos definidos superiormente;
- Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário e de proteção animal;
- Proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;
- Cooperar com entidades públicas e privadas, no âmbito da prossecução das suas competências;
- Promover e colaborar na execução de ações de formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Realizar as ações de vigilância e de fiscalização que lhe sejam solicitadas pela Direção-Geral dos Recursos Florestais;
- Apoiar o sistema de gestão de informação de incêndios florestais (SGIF), colaborando para a atualização permanente dos dados.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Ações de sensibilização dirigidas às populações em geral e à comunidade escolar em particular, com o intuito de fomentar condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente. Em 2007 realizaram-se 1077 ações, nas quais estiveram presentes 98716 pessoas e em 2008 realizaram-se 1635 ações nas quais compareceram 110517 pessoas.

A realização de operações de fiscalização, ao nível nacional e internacional, executadas exclusivamente pelo efetivo da GNR ou conjuntamente com outras entidades com competências e responsabilidades na área ambiental.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A GNR empenhou os seus recursos internos, nomeadamente os meios humanos e materiais afetos ao SEPNA.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Cursos de formação SEPNA para Oficiais, Sargentos e Guardas durante o ano de 2013.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nenhumas.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Sim, o Comando-Geral da GNR, através da Direção do SEPNA, elaborou diversas diretivas operacionais e enviou-as às Unidades (dispositivo) para execução. A Direção do SEPNA garantiu o controlo e a supervisão técnica durante as operações e recebeu das Unidades os resultados alcançados sob a forma de relatórios.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não se registaram constrangimentos dignos de destaque.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A medida constituiu um importante contributo para fomentar e desenvolver uma cultura de proteção e conservação da natureza, do ambiente e dos recursos naturais.

As operações conjuntas no terreno são um bom incremento para desenvolver e melhorar a articulação e coordenação entre as diversas entidades intervenientes.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados**

inicialmente esperados?

As medidas atingiram os objetivos propostos.

Durante a realização das ações foi notório o interesse do público-alvo pelas matérias que versam sobre a proteção e conservação da natureza e ambiente…

Durante o patrulhamento diário e no decorrer das fiscalizações sente-se uma melhoria na gestão dos recursos naturais e uma redução nos comportamentos de risco.

O público-alvo manifesta uma maior preocupação e recetividade para com os assuntos ambientais.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Nada a referir

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.2

Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais.

Reposta pela GNR

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O principal aspeto que permitiu desde logo concorrer para o sucesso em atingir o objetivo específico foi a melhoria sentida na articulação e coordenação entre as várias entidades com competências na área da proteção da natureza e do ambiente.

Essa melhoria foi resultado das reuniões de trabalho e das operações conjuntas realizadas no terreno, nomeadamente em ações de sensibilização e fiscalização.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Sim, foi feito o levantamento das ações realizadas, meios empenhados, alvos selecionados e fiscalizados, autos levantados e a tipologia das infrações detetadas.

As entidades intervenientes, através dos seus serviços centrais garantiram a coordenação das diversas ações, deram apoio técnico, muitas das vezes através da montagem de um "backoffice" e realizaram o debriefing das ações.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.4.4

Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR - Guarda Nacional Republicana; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Região Autónoma da Madeira.

ANPC - A Autoridade Nacional de Proteção Civil, no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), tem atribuídas responsabilidades na vertente do combate, designadamente no eixo estratégico que visa a melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.

De acordo com o mesmo Plano, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) é responsável pelo pilar da prevenção estrutural e a Guarda Nacional Republicana (GNR) tem responsabilidades atribuídas no pilar da Vigilância, Deteção e Fiscalização.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR - Municípios; Polícia de Segurança Pública; Forças Armadas, Associações de Produtores Florestais e de Caçadores; público em geral; Direção Geral do Território.

ANPC - No que respeita exclusivamente ao pilar do combate, a Diretiva Operacional Nacional 2/2014 (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais) consagra também (para além das entidades já indicadas) a intervenção dos Corpos de Bombeiros, Polícia de Segurança Pública, Forças Armadas, Direção-Geral da Autoridade Marítima, Instituto Nacional de Emergência Médica, Cruz Vermelha Portuguesa, Instituto Nacional de Aviação Civil, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações Humanitárias de Bombeiros, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, Polícia Judiciária, AFOCELCA, Agência Portuguesa do Ambiente, Organizações de Produtores Florestais, Organizações de Baldios, Corpo Nacional de Escutas e Associações de Radioamadores.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

GNR - Nada a referir.

ANPC - No que respeita exclusivamente ao pilar do combate, destacam-se os Serviços Municipais de Proteção Civil e os Gabinetes Técnicos Florestais detidos pelas Camaras Municipais.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

GNR - Não iniciada		Em curso	X	Concluída	
ANPC -		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

GNR -]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	
ANPC -									X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

GNR - - Patrulhamento preventivo, especialmente direcionado para zonas de risco, ações de sensibilização junto das populações e ações de fiscalização no âmbito da limpeza de terrenos e manutenção das faixas de gestão de combustíveis. Relativamente à resposta anterior (A2b) a GNR desenvolve anualmente várias diretivas operacionais, pelo que face ao previsto nessas diretivas a medida encontra-se concluída.

ANPC - (As respostas da ANPC incidem apenas naquilo que é o pilar da ANPC – o combate).

No âmbito do PNDFCI (Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndio), estava previsto o envolvimento (exclusivo ou partilhado) da ANPC (a nível central e/ou distrital) nas seguintes acções:

- Desenvolvimento de programas de comunicação integrada para o grande público;
- Formação de profissionais de comunicação social;
- Definição do sistema de produção e o âmbito de aplicação de risco de incêndio florestal;
- Desenvolvimento de módulo informático de gestão de riscos de incêndio florestal;
- Participação através de Equipas de Combate a Incêndios nas acções de vigilância e detecção;
- Integração da vigilância aérea armada nos dias em que o risco e os meios aéreos disponíveis o aconselhem;
- Estabelecimento de um protocolo para a integração do dispositivo da AFOCELCA *no dispositivo nacional;
- Promoção de ações de formação no âmbito da 1ª intervenção;
- Potenciação da proximidade do dispositivo de cariz municipal a incêndios nascentes;
- Aumento do número, qualificação e potenciação da movimentação dos Grupos/Brigadas Helitransportadas;
- Desenvolvimento de um sistema de comunicações para articulação dos meios de 1ª intervenção;
- Formação nos CB de meios humanos especializados integrados em grupos ou equipas;
- Qualificação dos Quadros de Comando e Chefia que integram o Dispositivo Operacional;
- Enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais;
- Distribuição dos meios no terreno, atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de

destacamentos temporários;

- Balanceamento do accionamento de elementos de reforço (humanos e materiais);
- Articulação dos meios e da rede de rádio da estrutura de combate aos incêndios florestais;
- Levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no Dispositivo nacional;
- Manutenção da capacidade de apoio logístico às operações em curso e criação duma adequada estrutura logística de suporte;
- Articulação dos meios de ataque ao nível municipal;
- Emprego e articulação dos meios imediatos de reforço rápido do distrito;
- Qualificação dos operadores de comunicações e os elementos de comando;
- Elaboração e validação de um Plano Operacional Nacional de Combate aos Incêndios Florestais;
- Promoção da utilização por parte dos bombeiros das ferramentas de sapador nas operações de rescaldo;
- Utilização de máquinas de rasto no rescaldo;
- Garantia da correta e eficaz execução da vigilância pós-rescaldo;
- Diagnóstico de situação nas comunicações operacionais;
- Criação de um sistema Nacional de Operações de Proteção e Socorro;

Monitorização das operações de socorro e assistência e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

* A AFOCELCA é um agrupamento complementar de empresas do grupo Portucel Soporcel e do grupo ALTRI que com uma estrutura profissional tem por missão apoiar o combate aos incêndios florestais nas propriedades das empresas agrupadas, em estreita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

GNR - Patrulhamento preventivo, ações de sensibilização e de fiscalização.

ANPC - Para além de todas as ações atinentes à implementação do PNDFCI (vide ponto anterior), destacam-se, pelo seu carácter estratégico:

- A criação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, designado por SIOPS (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e revisto pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio).
- A elaboração de Diretivas Operacionais Nacionais, de base anual, que instituem o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais.
- A plena implementação da Força Especial de Bombeiros Canarinhos e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, bem como a criação de Equipas de Intervenção Local nos corpos de bombeiros;

A plena implementação de uma estratégia assente em ataque inicial e ataque ampliado, com o consequente reforço do dispositivo em termos de meios terrestres e aéreos.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

GNR - Todos os meios humanos e materiais do dispositivo territorial da GNR.

ANPC - N/D.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

GNR - Nenhumas.

ANPC - N/A

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

GNR - Nenhumas.

ANPC -

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

GNR - Não.

ANPC - - N/A

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

		Sim		Não
GNR -		Sim	X	Não
ANPC -	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ANPC - Redução da área ardida em 2012	ha/ano	201 000 ha[17]	2017	<100. 000 ha	2012	75 000 ha[18]	2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

		Sim		Não
GNR -		Sim	X	Não
ANPC -	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

[17] Média dos 6 anos anteriores

[18] Média dos 6 anos anteriores

GNR - A monitorização da elaboração dos planos é da competência do ICNF.

ANPC - A monitorização e avaliação dos três pilares do PNDFCI é realizada anualmente em reuniões de divulgação dos resultados dos períodos críticos de incêndios florestais.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

GNR - Nada digno de destaque.

ANPC - N/D

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

GNR - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
ANPC -	0	1	2	**3**	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

GNR - A medida terá contribuído para uma maior consciencialização dos cuidados a ter na proteção e conservação da floresta contra incêndios.

As populações ficam mais sensibilizadas para o facto de que a limpeza dos terrenos e a manutenção das faixas de gestão de combustíveis constituem um fator primordial para a redução do risco de incêndio e assim proteger pessoas e bens.

ANPC - Diminuição da área ardida e maior rapidez no combate aos incêndios, mais significativa do que a diminuição de ignições, demonstrando que houve reforço da coordenação do Dispositivo, da cooperação entre os agentes envolvidos e da programação dos meios alocados.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

GNR - As ações de fiscalização por vezes detetam situações de incumprimento na falta de limpeza dos terrenos, medidas previstas no Decreto-Lei nº 124/2006 republicado pelo Decreto-Lei nº17/2009, o que conduz ao levantamento dos respetivos autos de contra-ordenação e que posteriormente são enviados às entidades administrativas competentes (aos municípios) para instrução dos processos de inquérito e correspondente decisão, no entanto muitos desses autos acabam por ser arquivados, sem produzir os resultados espectáveis.

ANPC - Resultados alcançados face ao principal indicador definido.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

GNR - Nada a referir.

ANPC - Ao nível do combate, embora não decorrente do PNPOT, há a sublinhar a plena implementação do SIOPS.*

* Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional, conforme Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

GNR -	X	Sim		Não
ANPC -	X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

GNR - Características idênticas	X	Outras características	
ANPC -			X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

ANPC - Clarificar o âmbito e alcance da medida: Ordenamento do espaço florestal? Gestão do espaço florestal? Prevenção estrutural? Deteção e vigilância? Combate a incêndios florestais? Recuperação de áreas ardidas?

A8. Observações complementares

Nada a referir.

Objetivo Específico 1.4

Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

GNR - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
ANPC -	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

GNR – O objetivo em apreço é da responsabilidade do ICNF. A GNR contribui de forma indireta para a prossecução do objetivo através da realização de ações de sensibilização e fiscalização junto da população, com vista à limpeza dos terrenos e à manutenção das faixas de gestão de combustíveis.

ANPC - Não aplicável à ANPC, uma vez que as acções por esta desenvolvidas no quadro do PNDFCI se relacionam com o pilar do combate e não com "o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais".

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

GNR e ANPC -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

GNR e ANPC -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.7.5

Assegurar a proteção da fronteira marítima e das águas territoriais nacionais, garantindo a eficiência do controlo das áreas vulneráveis e o combate às ameaças sobre a costa portuguesa, incluindo as referentes à poluição, reforçando e modernizando os sistemas de segurança, vigilância e intervenção no domínio das atividades marítimas e costeiras, designadamente através do Sistema de Vigilância da Orla Costeira (SIVIC) e do reforço da cooperação entre as entidades envolvidas (2007-2008).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR -Direção-Geral da Autoridade Marítima; Guarda Nacional Republicana (UCC); Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

DGAM - Direção-Geral da Autoridade Marítima; Guarda Nacional Republicana; Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR -Nada a referir.

DGAM -Marinha de Guerra Portuguesa; Força Aérea Portuguesa

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

GNR -Nada a referir.

DGAM - Agência Europeia de Segurança Marítima – EMSA

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
GNR		X	
DGAM		X	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
GNR				X	
DGAM			X		

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

GNR -- Ações de vigilância (fixa e móvel) e fiscalização na orla costeira e mar territorial. O *Sistema de Vigilância da Orla Costeira (SIVIC) ainda não tem todos os seus elementos em funcionamento, mas encontra-se numa fase final de implementação.*

DGAM -

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

GNR – A execução de ações de patrulhamento diário (marítimo e terrestre), ações de vigilância (fixa e móvel) e de fiscalização.

DGAM -Reequipamento/Ações de treino/Formação

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

GNR -Todos os recursos humanos e materiais da Unidade de Controlo Costeiro *da GNR.

DGAM -Recursos Humanos – todos os da DCPM/da Polícia Marítima/Instituto Socorros a Náufragos; Recursos Patrimoniais – os necessários da AMN e Marinha e Recursos Financeiros –LPM / Orçamento Estado / PIDAC

* UCC é a unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVIC), distribuído ao longo da orla marítima. A UCC é constituída por destacamentos.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

GNR -Nada a referir.

DGAM -Construção de 2 navios de Combate à Poluição.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

GNR -Nada a referir.

DGAM -NA

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

GNR -Nada a referir.

DGAM -Estabelecimento de um plano de integração/ formação para novos elementos da Direção Combate à Poluição do Mar.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

GNR e DGAM - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

GNR -	X	Sim		Não
DGAM -			X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

GNR -Sim, o Comando-Geral da GNR, através da Unidade de Controlo Costeiro-UCC, elaborou diversas diretivas operacionais e enviou-as às subunidades para execução. A UCC garantiu o controlo e a supervisão técnica durante as operações e recebeu das subunidades os resultados alcançados sob a forma de relatórios.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

GNR -Nada a referir.

DGAM -- Foram verificadas dificuldades de ordem financeira resultantes das diversas reduções orçamentais.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

GNR -Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
DGAM -	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

GNR -A medida contribuiu essencialmente para prevenir, identificar e reprimir as atividades ilícitas e desta forma reduzir eventuais ameaças.

DGAM -Todos os projetos e atividades desenvolvidas foram de elevada relevância uma vez que se traduzem em atividades da Polícia Marítima, Instituto de Socorros a Náufragos e Direção de Combate à Poluição, com um cariz operacional muito elevado, cuja resposta depende da formação, dos meios existentes e da prontidão do pessoal e do material.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

GNR -As realizações da medida alcançaram os resultados espectáveis.

DGAM -As medidas alcançaram os resultados inicialmente esperados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

GNR -Grande esforço no empenhamento operacional de meios humanos e materiais, o que permitiu contribuir de forma preponderante para assegurar *a proteção da fronteira marítima e das águas territoriais nacionais.*

DGAM -Cumprimento da Missão da AMN e consolidação da capacidade de resposta a incidentes de poluição, conforme preconizado na RCM 25/93 – Plano Mar Limpo, assim com num aumento da Segurança Marítima, reforçando a confiança dos operadores económicos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

GNR e DGAM - [X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

GNR e DGAM -Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.7

Executar a Estratégia Nacional para o Mar

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

GNR - Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva
DGAM -	0	1	**2**	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

GNR -As missões atribuídas à GNR neste âmbito enquadram-se na Estratégia Nacional para o Mar e todo o empenhamento operacional (meios humanos e materiais), bem como os resultados obtidos materializam e espelham a sua eficaz execução.

DGAM -Tal como já mencionado anteriormente, o objetivo específico foi cumprido nas matérias onde os projetos foram desenvolvidos apresentando algumas lacunas onde tal não foi possível. No caso dos sistemas de vigilância a DGAM não tem garantida a cobertura que seria desejável.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

GNR e DGAM -		Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

GNR e DGAM -		Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.11.1

Definir uma Estratégia Nacional Integrada para a Prevenção e Redução de Riscos (2007-2008).

Respondido pela ANPC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); Direção Geral do Território (DGT); Agência Portuguesa do Ambiente (APA); Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG); Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA), Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF),

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Universidades – Comunidade Científica.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

N/A

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No período 2007-2013, a ANPC, com a sua ação, conduziu diversas ações visando a prevenção e redução de riscos, as quais, embora não constantes duma Estratégia Nacional Integrada, contribuíram para os seus objetivos. De entre essas ações destacam-se • A publicação de um novo regime jurídico relativo à Segurança Contra Incêndios em Edifícios; • A integração da ANPC em mais de 200 Comissões de Acompanhamento (CA) de PDM´s, possibilitando que as preocupações de gestão preventiva do risco fossem consideradas nas opções de planeamento territorial; • O acompanhamento da ANPC aos processos de elaboração/revisão de PROT, PIOT, POOC e

Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas;

- A participação da ANPC nos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental de grande variedade de tipologias de projetos (linhas elétricas, parques eólicos, turismo, indústria, infraestruturas aero, rodo e ferroviárias, minas e pedreiras, Infraestruturas hidráulicas, entre as mais comuns);
- A participação da ANPC em diversas Comissões/Grupos de Trabalho que têm por âmbito de ação a Gestão Preventiva dos Riscos (Comissão de Gestão de Albufeiras, Comissão de Gestão dos Riscos de Inundação, Grupo de Trabalho de Segurança de Pessoas e Bens da Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas, etc.);
- A integração na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional da representação do membro do governo responsável pela área da protecção civil;
- A aprovação da revisão do Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, instrumento nacional de resposta a situações de acidente grave ou catástrofe, a qual assentou numa Avaliação Nacional de Risco, entretanto publicada;
- A entrada em funcionamento do Sistema de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Municipais (Despacho n.º 15597/2009, de 9 de julho, do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil), de acordo com o previsto na Lei 65/2007, de 12 de novembro;
- O desenvolvimento de trabalhos conjuntos entre a ANPC e a DGT visando a elaboração de um plano setorial de prevenção e redução de riscos (PSPRR) (previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de Outubro);
- A criação da Plataforma Nacional para a Redução de Catástrofes, a qual engloba representantes de vários ministérios, (em linha com a estratégia da UN/ISDR), a qual definiu um programa de ação com várias componentes, visando não só o maior conhecimento dos riscos, como a adoção de medidas de autoproteção. Destacam-se, em particular: i) o estímulo à participação cívica introduzido pelo projeto de criação de Equipas de Intervenção Local (EIL), compostas por residentes, com a incumbência de reconhecer os riscos, reduzir as vulnerabilidades locais e atuar na prevenção e na primeira intervenção, utilizando o conhecimento e a educação e criando uma cultura de participação na segurança e resiliência; ii) a educação para o risco, com o desenvolvimento de um primeiro curso de proteção civil direcionado para professores;
- A consagração, na ANPC, de uma estrutura orgânica específica vocacionada para os aspetos relacionados com o ordenamento territorial - o Núcleo de Gestão e Ordenamento Territorial (Despacho n.º 9390/2007, de 24 de maio), cuja atividade tem por objetivo contribuir "(…) *no âmbito do PNPOT, para o processo de gestão do território, competindo-lhe* [entre outras atividades]*: Desenvolver e acompanhar os processos de planeamento, gestão e ordenamento do território, aos níveis regional e local; Emitir parecer sobre os PROT e PDM´s; Coordenar a elaboração do projeto do sistema de formação dos funcionários dos serviços municipais de proteção civil* (…)".

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos próprios da ANPC.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

N/A

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

N/A

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

A elaboração de diversos Cadernos Técnicos de apoio à ação dos técnicos de protecção civil em matéria de prevenção e redução do risco (ex.: "Manual de Avaliação de Impacte Ambiental na vertente de Proteção Civil" (Set. 2008); "Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de PMOT na vertente de Proteção Civil" (Mar. 2009); "Riscos Costeiros - Estratégias de prevenção, mitigação e proteção no âmbito do planeamento de emergência e do ordenamento do território").

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Desenvolver e acompanhar os processos de planeamento, gestão e ordenamento do território, aos níveis regional e local	Nº de CA que a ANPC integra	42	2007			200	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Monitorização interna, desde 2011, com a implementação de um sistema de registo e emissão de pareceres (SERPa) elaborados no âmbito do acompanhamento de instrumentos de gestão territorial, o qual permite registar, agilizar e harmonizar as pronúncias da ANPC neste âmbito.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades registam-se em especial no âmbito da participação em IGT:

- O conflito de interesses gerados em CA entre os interesses dos privados e o bem comum defendido, por exemplo pela ANPC;
- A falta de sensibilização por parte de entidades públicas para o direito dos cidadãos à informação sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, Artigo 7.º - Informação e Formação dos Cidadãos);
- As dificuldades decorrentes da visão segmentada de cada um dos atores institucionais envolvidos nas actividades associadas à prevenção e gestão de risco, patentes também na complexidade da legislação que lhe está inerente;
- As dificuldades decorrentes da falta de inspeção/audição das medidas propostas, não existindo *feed back* para a ANPC da implementação das medidas preconizadas no âmbito da prevenção e redução de riscos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A ação desenvolvida pela ANPC neste âmbito terá contribuído para a consagração dos riscos nos instrumentos de gestão territorial (via participação em Comissões de Acompanhamento), contribuindo assim para a potencial minimização do grau de vulnerabilidade existente ou para evitar o surgimento de novos elementos expostos. Neste sentido, considera-se relevante o contributo dado para "prevenir e minimizar os riscos".

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

N/A.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

- A consideração dos riscos nos processos de ordenamento e gestão do território (embora não seja possível aferir o grau de consideração das pronúncias da ANPC, atendendo às dificuldades apontadas em A.4);
- A definição de medidas de minimização de impactes decorrentes das situações de risco, nos casos em que as situações de ocupação já existam (embora não seja possível aferir o grau de consideração, atendendo às dificuldades apontadas em A.4).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Clarificar o âmbito e alcance da medida: o que se entende por Estratégia Nacional Integrada? Como se operacionaliza no contexto de competências distribuídas por múltiplas entidades? Qual o papel do PSPRR neste contexto?

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.7

Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR e das entidades regionais correspondentes, das ações de prevenção, proteção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização dos Sistemas Integrados das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional e dos sistemas equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR - Guarda Nacional Republicana; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil (apenas no que respeita à institucionalização do SIOPS); Guarda Nacional Republicana; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-geral de Infraestruturas e Equipamentos (no âmbito do SIRESP), atualmente em processo de transferência de competências para a Secretaria-Geral do MAI.

DGAM –

PSP -

PJ - Autoridade Nacional de Proteção Civil (apenas no que respeita à institucionalização do SIOPS); Guarda Nacional Republicana; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção Geral das Infraestruturas (no âmbito do SIRESP)

Polícia Judiciária (PJ), na medida em que é da sua competência reservada a prevenção e a investigação do crime de incêndio florestal doloso (intencional).

A floresta portuguesa é um recurso importantíssimo do país, na vertente económica, energética, natural, paisagística, ambiental e cultural. Contribui também decisivamente para a preservação da biodiversidade.

A PJ, na medida em que anualmente desenvolve um plano de prevenção e investigação do crime de incêndio florestal doloso, prendendo dezenas e dezenas de incendiários, pode dar um contributo inestimável na implementação desta medida.

Para tal dispõe de Diretorias e Departamentos de Investigação Criminal em todo o território nacional (Braga, Porto, Vila Real, Guarda, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal, Faro, Portimão, Funchal e Ponta Delgada), com funcionários e serviços especializados nesta matéria.

A PJ usa também a rede SIRESP.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

PJ - GNR, quando o crime não for doloso (intencional).

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Em curso	Concluída
GNR -Não iniciada	X	
ANPC		X
DGAM	X	
PSP		
PJ	X	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
GNR -]0%, 25%]			X	
ANPC				
DGAM X				
PSP -			X	
PJ				

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

GNR -Ações de formação ao dispositivo da GNR, de acordo com as competências específicas. Promoção de reuniões de trabalho entre os vários agentes de proteção civil intervenientes.

ANPC –

DGAM - Colaborar com a ANPC e GNR

PSP -

PJ - Existe um Plano Nacional Para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal (PNPICIF), com um cronograma de ações revisto anualmente. São documentos aprovados pelo Diretor Nacional da PJ (DNPJ).

Existe um Gabinete Permanente de Acompanhamento e Apoio (GPAA) que coordena esta matéria.

Todas as Unidades da PJ referidas em A1a cumprem esse Plano, reportando ao GPAA e ao DNPJ.

O Gabinete de Psicologia e Seleção da Escola de Polícia Judiciária (EPJ) vem, desde 1995, elaborando e atualizando anualmente o "Perfil Sociopsicológico do Incendiário Florestal Português". Atualmente conta já com 452 casos estudados.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

GNR -Reuniões de trabalho, ações de sensibilização e de formação.

ANPC

- A criação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, designado por SIOPS (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho), cujas acções se materializam no Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil e em Diretivas Operacionais Nacionais;
- A criação da Força Especial de Bombeiros (Despacho n.º 22396/2007, de 26 de setembro), com a inerente regulamentação da sua organização a nível do território (Despacho n.º 14546/2009, de 29 de junho, e Despacho n.º 19734/2009, de 28 de agosto);
- A definição da composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) dos Corpos de Bombeiros, detidos pelas Associações Humanitárias de Bombeiros (Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, e subsequentes alterações).

DGAM - efetuada a integração da estrutura da DGAM no sistema integrado de proteção e socorro - SIOPS, sendo que o Capitão do Porto exerce localmente as funções de Comandante das Operações de Socorro - COS. Participação no Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo – POEM.

PSP -

PJ -- formação especializada de funcionários (EPJ), com formadores internos e externos;

- atualização dessa formação;

- reuniões de trabalho com avaliação de resultados alcançados;

- reuniões de projeção de atividades e definição de estratégias para cada ano;

- ações de prevenção criminal, no terreno, contactando suspeitos, sobretudo a partir do início do mês de

maio de cada ano;

- interação com os demais órgãos de polícia criminal, sobretudo a GNR, Serviços Prisionais, com as estruturas da Proteção Civil, com Bombeiros, Autarcas e Povoações;

- presença de Oficiais de Ligação no CNOS da ANPC (nível nacional) e nas reuniões dos CDOS (nível Distrital);

- investigação criminal por Brigadas especializadas existentes em cada uma das referidas Unidades da PJ;

- instituição de serviços de Prevenção em cada uma dessas Unidades, que garantem uma disponibilidade 24/24 h.;

- detenção de centenas de incendiários no período em avaliação (2007 – 2013): 323.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

GNR -Recursos internos e externos com certificação para o efeito.

ANPC -Recursos internos da ANPC, Corpos de Bombeiros e outras entidades integrantes do Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro.*

*Este dispositivo tem por finalidade assegurar a mobilização, prontidão, empenhamento e gestão do emprego dos meios e recursos, de proteção e socorro, tendo em vista desenvolver a resposta imediata e adequada e garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de determinados eventos perigosos

DGAM - Recursos internos da DGAM.

PSP -

PJ -Recursos humana: em média, por ano, cerca de 80 funcionários de investigação criminal distribuídos pelas Unidades da PJ;

Recursos financeiros e patrimoniais: veículos, equipamento informático, equipamento de telecomunicações (telemóveis, rádios SIRESP), equipamento fotográfico, equipamentos de proteção individual, sistemas de informação, bases de dados.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

GNR -SIRESP *ainda não está totalmente implementado, pelo que não permite ainda a conversação entre todos os agentes de proteção civil.

ANPC -N/A.

* Trata-se de um Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, mais conhecido por SIRESP, consiste numa rede digital privada de telecomunicações que opera entre os 380 e os 393 MHz, utilizando o sistema TETRA (Terrestrial Trunked Radio) no intuito de fornecer um sistema seguro, robusto e fiável de comunicações entre as forças de segurança (PSP, GNR, etc.), a Proteção Civil, as corporações de bombeiros e demais entidades que asseguram a segurança nacional. Trata-se de uma tecnologia que deve(ria) assegurar as comunicações entre os agentes envolvidos na defesa de pessoas e bens num cenário de catástrofe.

DGAM - a DGAM ainda não está integrada no SIRESP.

PSP -

PJ -Todas as ações previstas foram realizadas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

GNR -Foram realizadas todas as que estavam planeadas.

ANPC -N/A

DGAM -N/A

PSP -

PJ -As ações vão continuar para além do ano de 2013.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

GNR -Nada a referir.

ANPC -N/A.

DGAM - N/A

PSP -

PJ -Intensificação das ações de prevenção e investigação criminal em fases críticas da ocorrência de incêndios, com envolvimentos de acrescidos meios humanos e materiais, mesmo não originariamente afetos à investigação do crime de incêndio florestal.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

GNR, ANPC, DGAM, PJ		Sim	X	Não
PSP				

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

GNR, ANPC e DGAM		Sim	X	Não
PSP				
PJ	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

PJ - As recolhas de dados estatísticos em cada Unidade da PJ permitem, mensal e anualmente, conhecer os resultados das ações desenvolvidas.

Ano de 2007:

- 1202 inquéritos instaurados;
- 200 arguidos constituídos;
- inspeções judiciárias: n.d.;
- inquéritos para acusação;

- 37 detidos;

Ano de 2008:

- 1023 inquéritos instaurados;
- 123 arguidos constituídos;
- inspeções judiciárias: n.d.;
- 105 inquéritos para acusação;
- 11 detidos;

Ano de 2009:

- 1778 inquéritos instaurados;
- 137 arguidos constituídos;
- 574 inspeções judiciárias;
- 124 inquéritos para acusação;
- 48 detidos;

Ano de 2010:

- 1317 inquéritos instaurados;
- 96 arguidos constituídos;
- 307 inspeções judiciárias;
- 69 inquéritos para acusação;
- 50 detidos;

Ano de 2011:

- 1303 inquéritos instaurados;
- 76 arguidos constituídos;
- 418 inspeções judiciárias;
- 54 inquéritos para acusação;
- 35 detidos;

Ano de 2012:

- 1493 inquéritos instaurados;
- 156 arguidos constituídos;
- 624 inspeções judiciárias;
- 92 inquéritos para acusação;
- 60 detidos;

Ano de 2013:

- 1370 inquéritos instaurados;
- 175 arguidos constituídos;

- 571 inspeções judiciárias;
- 164 inquéritos para acusação;
- 82 detidos

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

GNR -Algumas entidades ainda não tem acesso aos meios SIRESP.

ANPC -N/A.

DGAM - a DGAM ainda não tem acesso ao SIRESP, constituindo maior dificuldade na resposta integrada à emergência.

PSP -

PJ -Internas: As dificuldades financeiras, por que passam todas as instituições públicas, refletem-se também na PJ e na menor renovação do parque automóvel e de outro equipamento adequado à prevenção e investigação do crime de incêndio. Essas dificuldades condicionam também as ações de formação que todos os anos são feitas, designadamente quanto à contratação de formadores externos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

GNR -Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
ANPC	0	1	2	**3**	4	
DGAM	0	1	2	**3**	4	
PSP	0	1	2	3	4	
PJ	0	1	2	**3**	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

GNR -Melhoria na qualidade do serviço prestado, bem como uma melhor articulação e coordenação entre as entidades intervenientes.

ANPC -O SIOPS constitui-se como o conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único. Neste sentido, a plena institucionalização do SIOPS contribuiu de modo relevante para o desenvolvimento de dispositivos e medidas de minimização dos efeitos associados a acidentes graves e catástrofes.

DGAM - A DGAM integra o SIOPS na qualidade de agente da Proteção Civil, e a indisponibilidade de acesso ao SIRESP dificulta a plena integração no Comando Operacional do SIOPS.

PSP -

PJ -

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

GNR -Os resultados alcançados está de acordo com o que se esperava.

ANPC -N/A.

DGAM - Os resultados alcançados estão aquém do esperado em grande parte pelo não acesso ao SIRESP.

PSP -

PJ -

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

GNR -Nada a referir.

ANPC -Implementação do SIOPS e, inerentemente, das estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único.

DGAM – Integração no SIOPS promoveu maior articulação institucional e operacional da DGAM com ANPC.

PSP -

PJ -

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

GNR, ANPC, DGAM, PJ [X] Sim [ ] Não

PSP		

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

GNR -Características idênticas	X	Outras características	
ANPC-	X		
DGAM			X
PSP			
PJ -	X		

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

DGAM - A ênfase na definição da medida deverá incidir na coordenação e integração entre agentes da proteção civil através da melhoria e alargamento da disponibilização do sistema SIRESP, de sistemas de gestão de incidentes, e desenvolvimento de doutrina conjunta operacional de proteção e socorro.

PJ -

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.8

Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, reforçando a capacidade de intervenção de proteção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS/GNR) e de entidades equivalentes nas Regiões Autónomas, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações (2007-2009).

Respondido pela ANPC

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil (desenvolvimento de planos de emergência de âmbito nacional e distrital), Câmaras Municipais (desenvolvimento de planos de emergência de âmbito municipal) e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (desenvolvimento de planos de emergência de âmbito regional)

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Câmaras Municipais/Serviços Municipais de Proteção Civil; GNR/GIPS

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Nota: O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Unidade de Intervenção, da Guarda Nacional Republicana, tem por missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção de primeira linha em todo o território nacional, em situações de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes ou acidentes graves.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

N/A

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Definição do novo enquadramento legal para a elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil (Resolução 25/2008, de 18 de julho);
- Definição de novo Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE) - Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro e demais portarias complementares);
- Revisão do Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil;
- Elaboração e aprovação de Planos de Emergência de 2.ª geração;
- Elaboração e aprovação de Planos Especiais de Emergência para risco sísmico, tsunami e acidentes industrais graves;
- Elaboração de diversos Cadernos Técnicos de apoio à elaboração de planos de emergência (”Guia da informação para a elaboração do Plano de Emergência Externo (SEVESO II)”, ”Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil”, ”Manual para a elaboração, revisão e análise de planos municipais de Ordenamento do território na vertente de Proteção Civil”; ”Manual de intervenção em emergências Radiológicas”; ”Guia para a caracterização de Risco no âmbito da elaboração de Planos de emergência de Proteção Civil”);
- Implementação do Sistema de Informação de Planeamento de Emergência.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos internos da ANPC e das Câmaras Municipais, pontualmente com recurso a financiamento comunitário no quadro do Programa Operacional Valorização do Território (70.000€ para a elaboração do Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil) e de Programas Operacionais Regionais.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

N/A

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

N/A

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Realização de simulacros e exercícios diversos.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ANPC Planos municipais de emergência de protecção civil de 2.ª geração aprovados	Plano	0	2007	278	2013	98	2013
ANPC Planos municipais de emergência de protecção civil de 2.ª geração elaborados	Plano	0	2007	278	2013	167	2013
ANPC Taxa de planos de emergência de 2ª geração aprovados que estão disponibilizados ao público no Sistema de Informação de Planeamento de Emergência	%	0	2007	100	2012	100	2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Diversos relatórios internos de monitorização e de acompanhamento da elaboração de Planos Municipais de Emergência de 2ª geração

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

- Autarquias sem recursos humanos para elaborar os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC);
- Ausência de cartografia de risco disponível;
- Dependência de financiamento externo (QREN) para a elaboração dos Planos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os planos de emergência constituem como documentos formais nos quais as autoridades de proteção civil, nos seus diversos níveis, definem orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. Neste sentido, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de planos de emergência contribuiu de modo relevante para o desenvolvimento de dispositivos e medidas de minimização dos efeitos associados a acidentes graves e catástrofes.

O atual estado da arte, em que 2/3 dos municípios de Portugal Continental já submeteram formalmente os seus planos de emergência e 1/3 já tem aprovação formalizada, ilustra o esforço que tem sido colocado na fase de planeamento, contribuindo assim para o desenvolvimento de dispositivos e medidas de minimização dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Em termos de aprovação de Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (2ª geração) previstos, os resultados ficaram aquém do inicialmente esperado, já que no final de 2013 apenas 1/3 das autarquias dispunham destes instrumentos já aprovados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Novo regime jurídico para a área do planeamento de emergência de protecção civil (Resolução 25/2008, de 18 de julho).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Decorridos mais de cinco anos sobre a data de entrada em vigor dos diplomas referidos antes, torna-se necessário continuar o esforço de aperfeiçoamento, designadamente através de:

- No âmbito da Resolução 25/2008, de 18 de julho: simplificação da estrutura e conteúdos dos planos de emergência de proteção civil, de modo a agilizar a sua aplicação; ajustamento do prazo máximo para revisão dos planos de emergência de proteção civil, de modo a obter uma harmonização com a periodicidade de revisão dos instrumentos de gestão territorial; introdução de uma nova dinâmica no acesso à informação constante nos planos de emergência de proteção civil, ampliando os conteúdos de acesso público e consagrando formalmente a sua disponibilização no Sistema de Informação de Planeamento de Emergência (SIPE);
- No âmbito do diploma Decreto-Lei 220/2008, de 12 novembro, e Portarias consequentes: obtenção de formas mais expeditas de aplicação desta legislação aos edifícios já existentes (mais de 3,5 milhões de edifícios).

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

GNR -Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
ANPC	0	1	2	3	4	
PJ	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

GNR -A principal missão da GNR é garantir a segurança de pessoas e bens. A execução de ações de patrulhamento diário no terreno e em 94% do território nacional, bem como a recolha, tratamento e análise de informação, são aspetos fundamentais e que concorrem de forma preponderante para o planeamento e para a prevenção de riscos.

Só através do conhecimento profundo do terreno, dos usos e costumes das populações e de um acompanhamento permanente se torna possível reconhecer e avaliar as situações, bem como avaliar os riscos que lhe diretamente estão associados.

Para fazer face a situações de maior gravidade e que merecem uma avaliação urgente, especial e mais rigorosa face ao risco, o GIPS da GNR possui várias Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação-ERAS distribuídas pelo dispositivo.

ANPC -Apesar de não existirem indicadores concretos para a apreciação do cumprimento do objetivo e de os esforços nacionais neste âmbito serem segmentados e multidepartamentais, a avaliação qualitativa realizada pela ANPC é positiva, já que:

- A avaliação dos fatores e situações de risco é uma missão permanente da ANPC, realizada com o objetivo de identificar elementos expostos e reduzir a sua vulnerabilidade, seja através da concretização de estudos e análises específicos, seja por via da definição de critérios e linhas orientadoras;

Ao nível das ações preventivas, muito se tem feito ao nível da consagração da gestão dos riscos no ordenamento do território e da incorporação de uma perspetiva de proteção civil nos processos de avaliação de impacte ambiental;

No que respeita ao desenvolvimento de dispositivos e medidas de minimização de acidentes graves e catástrofes, destacam-se acções significativas no quadro da revisão e aperfeiçoamento de planos de emergência, da implementação de sistemas de monitorização, alerta e aviso, e da plena aplicação dos conceitos e doutrina do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

PJ - Ver resposta A3b.Sem as dificuldades enunciadas, os resultados poderiam ainda ser melhorados.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

GNR, ANPC, PJ - [ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

GNR, ANPC, PJ - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***B2a.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

GNR -Objetivo(s) específico(s)	A indicar à posteriori.
ANPC	1.11
DGAM	1.7
PJ	Manter e reforçar as competências legais da PJ nesta matéria

Justificação sucinta da resposta anterior:

GNR –

ANPC -Continua a ser um vasto objetivo específico onde o ordenamento do território, o planeamento de emergência, a avaliação de riscos e a criação de sistemas de aviso e alerta têm ainda espaço para desenvolvimento de melhores formas de articulação e implementação no território.

No entanto, da experiência obtida pela ANPC desde 2007, considera-se que o objetivo específico 1.11 tem vindo a criar relações com os objetivos específicos 6.1 e 6.3, nomeadamente:

- A ANPC tem vindo a desenvolver, desde 2011, debates para a difusão do conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território numa perspectiva de protecção civil (iniciativa anual "Olhares sobre a Proteção Civil") - objetivo específico 6.1 ("Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território");

A ANPC tem desenvolvido esforços de promoção da participação cívica, nomeadamente no incentivo à participação pública no âmbito dos Planos de Emergência de Proteção Civil de diversos escalões territoriais - objetivo específico 6.3 ("Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial").

DGAM -Por ser único.

PJ - Na matéria em causa, a PJ, como corpo superior de polícia criminal, já deu provas da sua competência e eficácia. Há, pois, que reforçar as suas competências legais, bem como os meios humanos, materiais e tecnológicos ao seu dispor.

***B2b.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

GNR -Objetivo(s) específico(s)	A indicar à posteriori.
ANPC	
DGAM	Nenhum
PJ	Não existe

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B2c.* Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

GNR -		Sim		Não
ANPC, DGAM, PJ			X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B2d.* Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

GNR –

ANPC:

- Implementação nacional da Estratégia Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (UN/ISDR), em curso através da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes, secretariada pela ANPC;
- Plano Setorial para a Prevenção e Redução dos Riscos, em curso sob responsabilidade da DGT e ANPC;
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, coordenado pelo ICNF;
- Plano Nacional de Emergência para a Proteção Civil, elaborado pela ANPC e aprovado em 2013;
- Plano Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (POSEUR) para 2014-2020;
- Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC);
- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS).

DGAM –

PJ - O referido Plano Nacional para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal (PNPICIF), e os cronogramas anuais.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a

universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.4.*	*Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos*

Medidas Prioritárias	*4.4.5*	*Ampliar os programas de segurança de proximidade e comunitários por parte das forças de segurança, e desenvolver, em especial, ações de apoio a pessoas com deficiência, idosos, crianças em idade escolar e mulheres vítimas de violência (2007-2009).*
	4.4.6	*Implementar a construção de novas instalações das Forças de 1ª linha, Postos Territoriais da GNR e Esquadras Tipo A e Tipo B da PSP, e desenvolver a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) para assegurar a interoperabilidade ao nível informático e de comunicações de todas as Forças de Segurança (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.4.5

Ampliar os programas de segurança de proximidade e comunitários por parte das forças de segurança, e desenvolver, em especial, ações de apoio a pessoas com deficiência, idosos, crianças em idade escolar e mulheres vítimas de violência (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR -- Nada a referir.

PSP - A segurança começa em cada um de nós, neste âmbito e no que respeita ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) constitui objetivo da PSP envolver a comunidade na prevenção e combate ao crime.

Esta envolvência é efetivada através do desenvolvimento de parcerias e de celebração de protocolos com diversas entidades e instituições, de modo a potenciar sinergias e esforços conjunto, possibilitando a identificação e atuação sobre as causas dos problemas sinalizados, de forma mais célere.

Assim sendo, a PSP possuem inúmeros parceiros (nacionais, regionais e locais) como a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) e as suas delegações, as Escolas, a Associação de Apoio à Vitima (APAV), Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, entre muitos outros.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

GNR -- Nada a referir.

PSP - Ministério da Administração Interna, por intermédio da Direção Geral de Administração Interna

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
GNR		X	
PSP		X	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
GNR				X	
PSP				X	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

GNR -- As principais ações materializaram-se na execução de diversos programas, nomeadamente "Idoso em Segurança" , "Comércio Seguro", "Escola Segura" e programa de "Apoio à vítima" Tratam-se de programas que estão em curso.

PSP - A Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 24 de maio, que implementa o Programa Integrado do Policiamento de Proximidade na PSP, atualmente designado por MIPP, possui uma perspetiva integradora, transversal e instituidora de uma lógica de conjunto aos diversos "programas especiais" implementados de forma algo espartilhada, como a Escola Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Violência Doméstica.

Deste modo a PSP, através dos Agentes de Proximidade, designadamente as Equipas do Programa Escola Segura (EPES), e as Equipas de Proximidade e de Apoio à vítima (EPAV) visam a execução das seguintes ações:

EPES – A segurança dos estabelecimentos de ensino e suas imediações, a prevenção de delinquência juvenil, a deteção de problemas e deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares.

EPAV – Prossecução de programa Idosos em Segurança, Comércio Seguro, Violência Doméstica, sendo responsáveis pela prevenção e vigilância em áreas comerciais, vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e deteção de cifras negras.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

GNR -- Todas as referidas anteriormente.

PSP -

- Ações de sensibilização no âmbito do programa, Escola Segura, Idosos em segurança, Comércio Seguro, violência Doméstica.
- Especializar a prevenção da criminalidade, investindo na formação dos elementos policiais afeto a funções de policiamento de Proximidade.
- Desenvolver parcerias e celebração de protocolos.
- Integração de diversos grupos de trabalho.
- Realização de manuais, entre os quais manuais de procedimentos para OPC em diversas temáticas.
- Participação em fóruns, seminários, conferências.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

GNR -- Todos os recursos humanos e materiais afetos ao dispositivo da GNR.

PSP - Os recursos humanos e materiais existentes na PSP.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

GNR -- Nada a referir.

PSP - Nada a referir

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

GNR -- Todas elas se mantêm em execução.

PSP - As ações indicadas anteriormente ainda se mantêm em execução.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

GNR -- Inserido no programa "Idoso em Segurança" realizou-se uma ação complementar designada por "Censos Senior" e que se trata de uma campanha de segurança direcionada aos idosos que vivem sozinhos e/ou isolados.

PSP - Nada a acrescentar

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

GNR -				
PSP -	X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Consultar sucessivos Relatórios de Atividade da PSP (estatísticas da atividade da PSP)							
Relatório Anual de Segurança Interna							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

GNR -	X	Sim		Não
PSP -	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

GNR - Sim, o Comando-Geral da GNR, através da Direção de Operações-DO e Direção de Investigação Criminal-DIC, elaborou diversas diretivas operacionais e enviou-as às Unidades para execução. O controlo e a supervisão foram assegurados pela DO e pela DIC durante as operações e as Unidades enviaram ao escalão superior os resultados alcançados sob a forma de relatórios.

PSP - Além dos referidos, consultar indicadores e respetivos processos de monitorização, constantes no

RASI.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

GNR - Nada a registar.

PSP - Nada a salientar.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

GNR - Muito irrelevante	0	1	2	3	**4**	Muito relevante
PSP -	0	1	2	3	**4**	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

GNR - A execução da medida permitiu conhecer e acompanhar a realidade do País nesta vertente, encetar medidas de prevenção mais adequadas e com sentido de oportunidade, sinalizar eventuais situações de risco, dar apoio próximo e encaminhar os casos que careciam de tratamento especial para as entidades competentes.

PSP - Esta medida permitiu à PSP:

- Focar a sua atenção nos grupos de risco (menores, idosos, mulheres, deficientes, vítimas de crimes violentos), melhorar os mecanismos de apoio e atendimento às vítimas;

- Desenvolver uma relação próxima e sustentável com os cidadãos e comunidades locais;

- Aumentar os índices de participação de crimes à PSP (reduzir cifras negras).

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

GNR - A medida permitiu criar um sentimento de proximidade e confiança entre a GNR e as populações, bem como sinalizar e reduzir as situações de risco.

PSP - Os resultados foram largamente alcançados, dado que através da execução da referida medida e com base nas ações anteriormente enumeradas, assim como na reposta anterior, possibilitaram o aumento/reforço do sentimento de segurança do cidadão, bem como o aumento da eficácia e eficiência policial.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

GNR -Nada a referir.

PSP -- Nada a referir.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

GNR -	X	Sim		Não
PSP -	X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

GNR - Características idênticas	X	Outras características	
PSP -	X		

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.4.6

Implementar a construção de novas instalações das Forças de 1ª linha, Postos Territoriais da GNR e Esquadras Tipo A e Tipo B da PSP, e desenvolver a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) para assegurar a interoperabilidade ao nível informático e de comunicações de todas as Forças de Segurança (2007-2013).

Respondido pela GNR

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No que diz respeito à Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI), a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública. A entidade responsável pelo planeamento e pela execução da construção de novas instalações é a DGIE (Direção Geral das Infraestruturas e Equipamentos), antigo GEPI (Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade).

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Dotar todos os Destacamentos e Postos da GNR de acesso à RNSI.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Relativamente à RNSI, todos os Destacamento da GNR passaram a ter acesso à RNSI. Em relação aos Postos, o processo ainda não está completo.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Quanto aos trabalhos afetos à RNSI, foram empenhados os efetivos humanos e materiais afetos à estrutura da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação –DCSI da GNR.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Ainda existem 206 Quarteis da GNR sem acesso à RNSI, o que corresponde a 1/3 do dispositivo da GNR e que afeta 25% dos recursos humanos. Os distritos onde esta falta tem maior expressão são os do interior do País, ou seja, zonas de ação com volume de serviço operacional e índices de criminalidade mais baixos. O critério de prioridade na instalação da RNSI assentou precisamente nestes pressupostos.

Espera-se que até ao final do ano o processo esteja concluído.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a referir.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a referir.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

DGIE - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A Direção de Comunicações e Sistemas de Informação-DCSI da GNR foi controlando e supervisionando a realização dos trabalhos.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades sentidas surgiram na sequência do prolongar/arrastar da conclusão da instalação da RNSI.O próprio SIIOP *foi afetado com este atraso, uma vez que está montado em cima desta rede, levando a que 1/3 dos Postos da GNR ainda continuam a trabalhar a informação em suporte de papel. Prevê-se que a RNSI chegue a todo o dispositivo em finais de 2014.

*Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

DGIE - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
GNR - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Permite assegurar uma maior interoperabilidade ao nível informático e de comunicações, bem como facilita a elaboração, tratamento e análise de informação. Nos locais onde a RNSI ainda não foi instalada também não está operativo o SIIOP, uma vez que este lhe é complementar.

As zonas do País mais afetadas pela falta de ligação à RNSI são os distritos do interior do País.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As ações referentes à medida ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados. Há 209 postos territoriais que não têm acesso à RNSI

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Nada a referir

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

GNR - Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Nada a referir.

Objetivo Específico 4.4

Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

GNR - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
PSP -	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

GNR - Inserido no programa "Idoso em Segurança" realizou-se uma ação complementar designada por "Censos Senior" e que se trata de uma campanha de segurança direcionada aos idosos que vivem sozinhos e/ou isolados. A medida permite fazer um levantamento exaustivo das pessoas que vivem sozinhos e/ou isolados, sensibilizá-los para alguns perigos e para a forma de os evitar, criando um sentimento de proximidade e confiança entre a GNR e as populações, bem como sinalizar e reduzir as situações de risco.

PSP - Considera-se que o objetivo específico foi cumprido, dado que através do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) o foco da atuação policial é ampliado da atuação reativa à criminalidade para um foco mais amplo na prevenção da criminalidade, solução de problemas da comunidade e resolução das causas da criminalidade e incivilidades.

Desta forma este modelo de policiamento centra-se na pessoa, nas suas necessidades preocupações e problemas, sendo mais eficaz porque mobiliza a comunidade na prevenção e combate ao crime, utiliza recursos comunitários e policiais no combate ao crime, previne as causas do crime e incivilidades em parceria com a comunidade, está mais próximo dos problemas, tendo mais possibilidade de os combater.

Neste âmbito mencionar ainda que foram criados diversos programas especiais direcionados especificamente para públicos-alvo devidamente definidos, os quais pelas suas características (fragilidades e limitações) são considerados grupos de risco, uma vez que possuem uma maior possibilidade de serem vitimas de crimes.

Relativamente a programas especiais destaca-se o Programa SIGNIFICATIVO AZUL. A Polícia de Segurança Pública, a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, o Instituto Nacional para a Reabilitação e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, uniram-se formalmente a 06 de Setembro de 2013, para darem início a um projeto que visa contribuir para o incremento da segurança, objetiva e subjetiva, de pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência, e dos que com elas interagem.

O Programa SIGNIFICATIVO AZUL, que para a PSP assume a classificação de Programa Especial, surge como resultado de um convergir de interesses institucionais em torno de um grupo classificado como

especialmente vulnerável – o das pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência.

O Programa Significativo Azul constitui um programa único de abrangência nacional, cuja finalidade passa pela promoção de relações de parceria de âmbito regional e local, visando a diminuição de crimes sobre e por pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência e simultaneamente, o aumento do sentimento de segurança de cada um dos visados.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

GNR, PSP - [X] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

GNR - Sim, o Comando-Geral da GNR, através da Direção de Operações-DO, elaborou diversas diretivas operacionais e enviou-as às Unidades para execução. A DO garantiu o controlo e a supervisão técnica durante as operações e recebeu das Unidades os resultados alcançados sob a forma de relatórios.

PSP - Neste âmbito considera-se relevante os seguintes Planos/Estratégias:

PNRCAD - (Plano nacional para a redução dos comportamentos aditivos e das dependências)

PNCVD - (Plano Nacional Contra a Violência Doméstica)

PNCTSH - (Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos)

PNI – (Plano Nacional para a Igualdade, género, cidadania e não discriminação)

ENIPSA - (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo)

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

GNR, PSP - [ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

GNR - Objetivo(s) específico(s)	A indicar à posteriori.
PSP -	4.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

GNR - Este assunto terá de ser alvo de uma análise mais profunda.

PSP - É o objetivo específico que na vertente do Policiamento de Proximidade melhor se enquadra nas competências definidas para a Polícia de Segurança Pública.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

GNR - Objetivo(s) específico(s)	
PSP -	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

GNR -

PSP -Nada a salientar.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

GNR -		Sim	X	Não
PSP -			X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

GNR

PSP:

PNRCAD - (Plano nacional para a redução dos comportamentos aditivos e das dependências)

PNCVD - (Plano Nacional Contra a Violência Doméstica)

PNCTSH - (Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos)

PNI – (Plano Nacional para a Igualdade, género, cidadania e não discriminação)

ENIPSA - (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo)

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.2.*	*Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial*

Medidas Prioritárias	*6.2.5*	*Reforçar os meios e a capacidade de intervenção das inspeções sectoriais e da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT), em particular, para que esta possa assegurar com eficácia o acompanhamento e a avaliação do cumprimento da legalidade nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, designadamente em relação à salvaguarda do património e dos recursos naturais, dos meios e recursos hídricos, da zona costeira e do domínio público marítimo (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.2.5

Reforçar os meios e a capacidade de intervenção das inspeções sectoriais e da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT), em particular, para que esta possa assegurar com eficácia o acompanhamento e a avaliação do cumprimento da legalidade nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, designadamente em relação à salvaguarda do património e dos recursos naturais, dos meios e recursos hídricos, da zona costeira e do domínio público marítimo (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

O reforço de meios e da capacidade de intervenção das inspeções setoriais e da IGAMAOT é da responsabilidade da Tutela.

O acompanhamento e a avaliação do cumprimento da legalidade nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, designadamente em relação à salvaguarda do património e dos recursos naturais, dos meios e recursos hídricos, da zona costeira e do domínio público marítimo é da responsabilidade da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A medida faz depender a eficácia da IGAMAOT do reforço de meios e da capacidade de intervenção**.**

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes.**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A IGAMAOT encontra-se numa situação de forte escassez de recursos o que faz perspectivar um agravamento da situação em matéria de cumprimento das atribuições e competências cometidas a esta Inspeção Geral.

Foram tomadas pela IGAMAOT uma série de medidas de caráter imediato que permitiram afetar recursos internos provenientes de outras equipas multidisciplinares, circunstância que, agravando algumas das deficiências sentidas também naquelas equipas, tem vindo a permitir, ainda que de forma insuficiente, garantir algum controlo nestas matérias.

Algumas medidas mais estruturais, já perspetivadas, terão de ser necessariamente impulsionadas pela Tutela.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foi criada, no segundo semestre de 2013, a equipa multidisciplinar da conservação da natureza, à qual se encontram afetos inspetores provenientes das equipas multidisciplinares do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não houve, até ao momento, lugar a qualquer reforço de verbas para o efeito.

Recursos humanos, financeiros e patrimoniais da IGAMAOT existentes, já previstos no orçamento e no plano de atividades.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.2

Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Tendo em vista a salvaguarda do património e dos recursos naturais, dos meios e recursos hídricos, da zona costeira e do domínio público marítimo, a IGAMAOT faz recair a sua atuação nos seguintes domínios:
- 286 Instrumentos de Gestão Territorial com funções de desenvolvimento territorial, de política sectorial e de natureza especial, e respetivos usos e ações.
- 275 REN Municipais, visando a avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.
(a avaliar)
- 275 RAN municipais, visando a avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional

- 100 SIC e ZPE, visando a avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Rede Natura 2000.

- avaliação do cumprimento do regime jurídico do domínio hídrico (sem estimativa)
- avaliação do cumprimento do regime jurídico de demais restrições de utilidade pública (sem estimativa)
- controlo técnico dos organismos do MAOTE no domínio do Ordenamento do Território.

Com os recursos disponíveis, a IGAMAOT cobre menos de 1% dos campos de actuação das áreas do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

As ações de inspeção desencadeadas nos últimos 5 anos, com incidência em 194 municípios do território continental, permitiram detetar um total de cerca de 85% de usos ou ações realizadas em

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.1.1.*	*Implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia (2007-2013).*
	1.1.3	*Complementar e aperfeiçoar o Sistema de Informação do Património Natural do ICN sobre o território continental, designadamente através do inventário, cartografia e cadastro de habitats e valores naturais classificados, assim como os sistemas de informação das Regiões Autónomas relativos a aspetos específicos da sua vulnerabilidade e da sua biodiversidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.2.*	*Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais*
Medidas Prioritárias	*1.2.2*	*Elaborar uma Lei-Quadro de Conservação da Natureza e da Biodiversidade que clarifique o conteúdo, o regime jurídico e os instrumentos da política de conservação da natureza (2007-2008).*
	1.2.3	*Elaborar e implementar os Planos sectoriais da Rede Natura 2000 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, no território do continente e nas Regiões Autónomas, tendo por objetivo estabelecer as orientações para a gestão territorial dos Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial e os usos compatíveis com a salvaguarda dos recursos e dos valores naturais respetivos (2007-2013).*
	1.2.4	*Instituir medidas de discriminação positiva para os municípios com maior incidência de áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, incluindo as medidas previstas nos Planos de Desenvolvimento e de Ordenamento das Regiões Autónomas (2007-2013).*
	1.2.6	*Reforçar os mecanismos de prevenção e fiscalização do ambiente e, em especial, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA), beneficiando da integração naquela força de segurança do Corpo Nacional da Guarda Florestal, melhorando a eficácia do Corpo dos Vigilantes da Natureza (CVN), no território continental, e as entidades correspondentes nas Regiões Autónomas, impulsionando a cooperação entre as diversas entidades envolvidas (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.3.*	*Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo.*
Medidas prioritárias	*1.3.3*	*Promover a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas, com caráter obrigatório nas zonas vulneráveis à poluição de nitratos de origem agrícola, e do Código das Boas Práticas Florestais, em articulação com outras medidas de conservação do solo e de utilização sustentável dos pesticidas (2007-2013).*
	1.3.4	*Implementar e avaliar o Programa Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), considerando nesse âmbito medidas de discriminação positiva para as áreas e municípios mais afetados ou vulneráveis (2007-2008).*

Objetivo específico	*1.4.*	*Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais.*
Medidas prioritárias	*1.4.1*	*Executar a Estratégia Nacional para as Florestas, melhorando a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade da produção florestal com base, por um lado, na especialização do território segundo a função dominante de produção lenhosa ou do aproveitamento e gestão multifuncional, designadamente dos espaços com menor valia económica direta, e, por outro, na aplicação do conhecimento científico e na qualificação dos agentes do setor florestal (2007-2013).*
	1.4.2	*Implementar o Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Florestais (SNIRF) e o sistema permanente de Inventário Florestal Nacional e realizar o cadastro florestal (2007-2013).*
	1.4.3	*Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nomeadamente através da elaboração e aplicação dos Planos de Gestão Florestal, em articulação com os Planos Regionais de Ordenamento do Território, os Planos Municipais de Ordenamento do Território e os diversos de instrumentos de planeamento ambiental e os planos e instrumentos equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2013).*
	1.4.4	*Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).*
	1.4.5	*Integrar os espaços florestais em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), prioritariamente nas áreas de minifúndio ou a recuperar após incêndio, para garantir a escala e as condições necessárias a uma gestão profissional, responsável e economicamente viável (2007-2013).*
	1.4.6	*Articular a política de ordenamento e gestão sustentável da floresta com a política energética, aproveitando e organizando a recolha e o transporte dos resíduos florestais (biomassa) como fonte renovável de energia, designadamente para produção de eletricidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.10.*	*Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural*
Medidas Prioritárias	*1.10.1*	*Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013).*
	1.10.2	*Incentivar os municípios na definição, classificação e gestão de áreas de paisagem protegida (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos*
Medidas Prioritárias	*1.11.3*	*Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.1

Implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada	x	Em curso		Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Esta medida deverá ser desenvolvida de forma articulada com a academia e outras entidades da administração tendo como referência as acções provista nos programas de execução dos planos de ordenamento das áreas protegidas marinhas.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.1.3

Complementar e aperfeiçoar o Sistema de Informação do Património Natural do ICN sobre o território continental, designadamente através do inventário, cartografia e cadastro de habitats e valores naturais classificados, assim como os sistemas de informação das Regiões Autónomas relativos a aspetos específicos da sua vulnerabilidade e da sua biodiversidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Ações do Projeto QREN/SAMA "Modernização do Sistema de Informação do Património Natural":

Levantamento de Requisitos

Conceção do Sistema

Desenvolvimento das aplicações

Acompanhamento do desenvolvimento das aplicações

Aquisição de infra-estruturas tecnológicas

Regras e procedimentos

Recolha de informação

Processamento da informação

Assegurar a interoperabilidade de Bases de Dados

Disponibilização

Divulgação

Formação

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Ações do Projeto QREN/SAMA "Modernização do Sistema de Informação do Património Natural":

Levantamento de Requisitos

Conceção do Sistema

Desenvolvimento das aplicações

Acompanhamento do desenvolvimento das aplicações

Aquisição de infra-estruturas tecnológicas

Regras e procedimentos

Recolha de informação

Processamento da informação

Assegurar a interoperabilidade de Bases de Dados

Disponibilização

Divulgação

Formação

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Equipa de coordenação técnica central (6 técnicos superiores)

Acompanhamento administrativo e financeiro (3 técnicos superiores)

Outros colaboradores (cerca de 30)

Empresas envolvidas: GMV/Skysoft, ArqPais, Ambisig, CPC-IS, Sigeopot, SegmentPlanet e Sandra Carreira Unipessoal.

Recursos financeiros (valores provisórios, IVA incluído): investimento total de 959.704,57 Euros, dos quais 225.931,07 Euros referente a ordenados e 116.112,00 Euros a infraestruturas tecnológicas

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

O Programa de formação complementar.

Algumas infraestruturas tecnológicas não essenciais (hardware e software).

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Organização de formação interna da plataforma.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas. Surgiram dificuldades administrativas e processuais internas na aprovação e seguimento de propostas relativas a formação, aquisição/manutenção de *software* e *hardware* e outros serviços a empresas previstos na candidatura do projeto. Ao nível externo, verificou-se morosidade no seguimento de propostas de execução do projeto QREN/SAMA, nomeadamente ao nível das autorizações por parte das Finanças e de autorização das reprogramações do projeto por parte da AMA.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A implementação da nova plataforma SIPNAT (v.4) permitiu desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o património natural sintetizando, ainda, outros conhecimentos sobre o ambiente, os recursos naturais, ordenamento do território, paisagem, sistema nacional de áreas classificadas, património geológico, entre outros.

(a) Possibilidades da nova plataforma

A nova versão do SIPNAT, enquanto ferramenta de trabalho que permitirá aos funcionários do ICNF melhor cumprir as competências do Instituto, tem como funcionalidades relevantes:

i. Acesso rápido e generalizado à informação temática do ICNF;

ii. Serviços de pesquisa de informação alfanumérica e geográfica, de suporte e fundamentação ao processo de tomada de decisão no âmbito das atribuições do ICNF, diminuindo os tempos de resposta (emissão de pareceres por exemplo ao nível do acompanhamento de instrumentos de gestão territorial e dos procedimentos de avaliação ambiental (AIA, AIncA e AAE), gestão da Rede Nacional de Áreas Protegidas, da Rede Natura 2000 e a elaboração do Relatório Nacional de Implementação da Diretiva Habitats, a enviar periodicamente à Comissão Europeia);

iii. Repositório de informação centralizada numa única plataforma, que disponibilize aos utilizadores informação sistematicamente atualizada (evitando-se perdas de tempo na consulta de elementos dispersos por várias fontes e/ou a utilização de dados obsoletos ou desatualizados);

iv. Incremento da cooperação inter e intra-institucional, possibilitando aos diversos utilizadores (internos e/ou externos) o carregamento de dados por si recolhidos que, após validação, passarão a estar disponíveis para outros utilizadores do Sistema;

v. Cooperação estreita com a comunidade científica;

vi. Garantia de proteção dos dados carregados, pois a plataforma tem mecanismos de cópia de segurança e de fornecimento ininterrupto de energia;

vii. Garantia da confidencialidade de dados mais sensíveis através de um sistema de perfis e permissões ao nível de dados, a configurar em backoffice;

viii. Aumento da quantidade e qualidade da informação disponível ao público.

ix. Ligação à Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública e ao Cartão do Cidadão

(b) Utilização da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para a interligação entre sistemas distintos e comunicação e partilha da informação entre as diferentes instituições públicas, independentemente das opções particulares em termos de arquitectura, hardware ou software é uma das obrigações contratuais do financiamento. Assim, foram desenvolvidas pelo Gabinete de Sistemas e Tecnologias de Informação do ICNF todas as configurações técnicas fornecidas pela AMA para esse efeito e disponibilização desses serviços ao público, Instituições Públicas e Privadas, empresas, etc.;

(c) utilização por peritos e por cidadãos (política de acesso aos dados)

A equipa de coordenação do sistema, que engloba também as vertentes de gestão da infraestrutura tecnológica e a de gestão da informação temática, garante a manutenção global do sistema.

Esta equipa garante igualmente a articulação, com utilizadores individuais e, mediante protocolos, com entidades externas, associadas ao carregamento e validação de dados do sistema (Universidades, Associações, Empresas, Administração Pública, ONGA, Autarquias, entre outras), sendo assessorada nas suas funções por uma estrutura técnica e cientifica de apoio. Esta estrutura deverá integrar não só técnicos deste Instituto mas também peritos provenientes de outras instituições. Para além da sua reconhecida experiência técnica e científica, é fundamental que sejam abarcadas todas as áreas temáticas abordadas pelo SIPNAT. Este grupo de peritos deverá contribuir nomeadamente para a definição de prioridades em matéria da informação a englobar e disponibilizar pelo SIPNAT, apresentação de propostas sobre acordos e parcerias com outras Instituições públicas e privadas ou com personalidades a título individual, elaboração da documentação de apoio sobre o processo de validação dos dados, classificação de informação sensível e metodologia e critérios a adotar, entre outros aspetos.

(d) eventual ligação a outras bases de dados de biodiversidade, assim como a situação da sua disponibilização

Garantir o carregamento automático da informação e a disponibilização automática da mesma aos cidadãos, empresas e restantes utilizadores, devendo esta ser universal e gratuita,constituindo uma das obrigações do financiamento

O carregamento da informação foi desenvolvido através de ferramenta própria e perfis de utilização. A disponibilização da informação ao público será universal e gratuita a partir dos navegadores mais usuais de internet (IE, Chrome e Firefox) e/ou programas de Desktop SIG neste caso para acesso e consumo de serviços de mapas em formato WMS (serviços internos ou externos).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Na generalidade foram alcançados os resultados inicialmente esperados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Tem havido impactos de natureza funcional e institucional.

São de esperar impactos significativos ao nível da tomada de decisão após a disponibilização da nova plataforma.

Interoperabilidade e partilha de informação com outras instituições públicas e privadas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Continuidade e aperfeiçoamento/evolução do Sistema partilhando informação com outros sistemas produtores de informação.

Alargamento a outros campos do conhecimento.

Ao abrigo do prazo contratual de garantia de 2 anos estão previstas algumas correções de anomalias de funcionamento da plataforma. [Pós-2013]

Objetivo Específico 1.1

Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b.**Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c.**Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.2.2

Elaborar uma Lei-Quadro de Conservação da Natureza e da Biodiversidade que clarifique o conteúdo, o regime jurídico e os instrumentos da política de conservação da natureza (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo, com o apoio do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	X

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Publicação do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, incluindo a Rede Natura 2000 e a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e respectivo planeamento, tendo o diploma sido aprovado em 2008 (cfr. Decreto-Lei n.º 142/2008).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As elencadas em A2c.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unidade	Base (ano)	Resultados (ano)	Meta (ano)

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas: Garantir de forma eficaz o exercício relativamente às atribuições e competências da Autoridade de Conservação da Natureza e assegurar uma gestão de proximidade do sistema nacional de áreas classificadas no âmbito do quadro de recursos limitados existente

Dificuldades externas: A extensão territorial(cerca de ¼ do território nacional do continente) das áreas classificadas incrementa o nº de "stakeholders" com os quais a Autoridade de Conservação da Natureza se relaciona o que face ao quadro de recursos limitados implica uma gestão de relações nem sempre em sintonia com as expectativas de cada uma das entidades e instituições.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Criação da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, RFCN; o que contribui-o para a concretização de opções estratégicas da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. A RFCN é constituída pelo somatório devidamente articulado de diferentes regimes já existentes como o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Domínio Público Hidrico. A RFCN contribui para uma adequada protecção dos recursos naturais, para a promoção da continuidade espacial e coerência ecológica das áreas classificadas;

Revisão do regime da Rede Nacional de Áreas Protegidas que dispõe sobre âmbito e tipologias de AP, determina a reclassificação e ponderação do estatuto de classificação de AP

O DL 142/2008inova sobre quem pode propor a criação de novas AP de âmbito nacional, atribui autonomia na criação de AP de âmbito local/regional pelas autarquias sem que as mesmas tenham que pertencer à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Instituição do Sistema de Informação sobre o Património Natural e do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados assegurando a organização e acessibilidade de Informação como alicerce da política de conservação da natureza;

Constituição do Fundo para a Conservação da Natureza como instrumento de financiamento de projectos e investimentos na RFCN.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

1. A construção da Rede Fundamental de Conservação da Natureza é um processo que se interrelaciona e articula com outros regimes jurídicos em particular o RJIGT, a avaliação ambiental estratégica de planos e o novo regime da REN . A sua materialização será efectivamente avaliada pelas opções dos modelos territoriais da 2ª geração de planos municipais e a avaliação dos impactos que se esperam positivos deverá ser diferida no tempo para aferir da respectiva consistência;

2. Quanto à revisão do regime da Rede Nacional de Áreas Protegidas:

    1. Sobre a criação de AP de âmbito local/regional pelas autarquias e de AP privadas a execução parece poder ser medida pelo elevado número de novas AP deste âmbito criadas a partir de 24 de julho de 2008;

    2. No que concerne à determinação de reclassificar e ponderar o estatuto de classificação de AP com tipologias não consideradas no Regime Jurídico actual não foi possível alcançar a meta estabelecida de 2 anos para avaliação e consequente iniciativa legislativa. Embora o processo de avaliação de 6 AP se encontre concluído e instruído com inquérito público desde o início de 2011 pelo então ICNB o processo encontra-se ao nível da tutela a aguardar a publicação dos 6 diplomas (Reserva Natural do Cambarinho, Monumentos Naturais do Mt de S. Bartolomeu, Monte de Stª Olaia e Ferrestelo, Lapiás de Negrais, Granja dos Serrões e Gruta do Zambujal;

3. A gestão das AP de âmbito nacional competência do ICNF assenta nas disposições dos respectivos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas. Actualmente a RNAP de âmbito nacional tem cobertura total de instrumentos de gestão territorial sob a tipologia de Planos Especiais de Ordenamento do Território.

4. O desenvolvimento do Sistema de Informação sobre o Património Natural é um processo complexo que se encontra em curso. Não existem metas no R J mas o faseamento programado do SIPNAT pelos vários conselhos directivos ou executivos que manifestam urgência na sua operacionalização não tiveram ainda sucesso (final de 2013). Actualmente o SIPNAT encontra-se em desenvolvimento na sua versão 4.;

5. O Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados encontra-se dificultado uma vez que não existem livros vermelhos de determinados grupos taxonómicos designadamente flora e invertebrados

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

1. Assegurar a salvaguarda dos valores naturais abrangidos pelo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade face à nova lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e do urbanismo.
2. Clarificação e aprofundamento no que à articulação entre a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o conjunto de AP de âmbito local e/ou regional e/ou AP privadas e o papel da Autoridade de Conservação da Natureza;
3. Nova redacção do artigo 49º de forma a acomodar a disposição sobre os processos pendentes de reclassificação;
4. Explicitação da situação das AP locais criadas ao abrigo da anterior lei-quadro das AP.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.2.3

Elaborar e implementar o Plano sectorial da Rede Natura 2000 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, no território do continente e nas Regiões Autónomas, tendo por objetivo estabelecer as orientações para a gestão territorial dos Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial e os usos compatíveis com a salvaguarda dos recursos e dos valores naturais respetivos (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território e Câmaras Municipais dos territórios abrangidos pelos POAP ou PSRN2000, CCDR e agentes públicos e privados relevantes (e.g. agricultores, produtores florestais, pescadores, caçadores).

No Continente foi adoptado em 2008 o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, que estabeleceu as orientações de gestão para os sítios que integram essa rede. No período em análise foram ainda concluídos os planos de ordenamento das áreas protegidas de âmbito nacional. Conforme previsto na RCM 115-A/2008, que adoptou o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o cumprimento das orientações de gestão aí preconizadas será da responsabilidade da administração central e local, incluindo em parcerias entre si ou com os agentes privados relevantes, podendo assumir várias formas, para além da adaptação dos PMOT e PEOT. Uma das vias fundamentais passa pela sua integração em medidas programáticas ou de política sectorial tais como as enquadradas no Programa de Desenvolvimento Rural, na política da água ou de transportes ou nas políticas costeira e marinha. Também a elaboração de acordos, parcerias ou medidas contratuais (com actores públicos ou privados) está estreitamente ligada à disponibilidade dos meios para a sua execução, mas sobretudo a uma maior integração dos objectivos de conservação nos instrumentos de gestão da política agrícola e das pescas, coerente aliás com o sentido das reformas da Política Agrícola Comum e das Pescas.

A articulação do PSRN2000 com políticas sectoriais, assegurando a compatibilização a conservação da biodiversidade, a regulação com os usos produtivos e o bem-estar das populações, tem como princípio a responsabilidade colectiva e individual da comunidade e visa a integração da conservação da biodiversidade através de um envolvimento crescente de todos os sectores da Administração Pública, que assumem um papel activo e interventor na implementação e na prossecução dos objectivos de classificação das áreas que integram a Rede Natura 2000.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridades competentes da Madeira e dos Açores

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

No Continente, a execução desta medida decorre do funcionamento do ICNF, no quadro das suas competências, da gestão autárquica e da aplicação das medidas sectoriais relevantes, inscritas em planos e programas (por exemplo, Programa de Desenvolvimento Rural).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas: elaboração a 100%; implementação em curso.

Plano Setorial da Rede Natura 2000: elaboração a 100%; implementação em curso.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos afetos a esta medida decorrem do funcionamento do ICNF, no quadro das suas competências, de acordo com o orçamento e o quadro de pessoal aprovados pela Tutela.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

O balanço da implementação das ações previstas consta dos relatórios de atividades do ICNB para o período em questão.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O balanço da implementação das ações previstas consta dos relatórios de atividades do ICNB para o período em questão.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

O ICNF está a realizar uma avaliação da taxa de conformidade dos PDM com o PSRN2000 e a promover a atualização do guia metodológico de integração das orientações de gestão do PSRN2000 para PMOT.

Os POAP estão neste momento em fase de avaliação para revisão. A existência de um programa de execução e respetiva monitorização será generalizada a todos os POAP.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
POAP: Aproximadamente 70% dos POAP integram um programa de execução, o qual contém indicadores de medida do respectivo plano –							

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

 Sim Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

POAP:O ICNF desenvolveu uma metodologia de avaliação dos Planos das Áreas Protegidas que foi estruturada ainda em 2013 estando a partir de 2014 a aplica-la aos planos de ordenamento existentes.

PSRN2000: Admite-se que os relatórios nacionais de aplicação das Directivas Habitats e Aves possam ser um instrumento, não de monitorização, mas de avaliação do PSRN2000, na medida em que procedem também a uma avaliação da Rede Natura e da sua eficácia para a conservação dos valores naturais constantes dos Anexos destas Directivas. Contudo, as conclusões destes relatórios são sobretudo dirigidas para uma avaliação do estado de conservação de cada habitat ou espécie por região biogeográfica, não prevendo evidências concretas que possam contribuir de forma directa para avaliar a medida em causa.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas, em particular na avaliação da implementação dos POAP e na integração do PSRN2000 nos PMOT.

O ICNF está a realizar uma avaliação da taxa de conformidade dos PDM com o PSRN2000 e a promover a atualização do guia metodológico de integração das orientações de gestão do PSRN2000 para PMOT.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os POAP são instrumentos fundamentais para a conservação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico e cultural, que efectivamente consolidam os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais, na medida em que definem a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir dispondo, designadamente, sobre os usos do solo e condições de alteração dos mesmos, hierarquizados de acordo com os valores do património natural em causa.

O PSRN2000 é um documento estratégico de importância crucial, no âmbito do qual foram definidos objectivos e orientações de gestão específicas que permitem efectivamente nortear a sua integração, quer ao nível dos IGT, quer horizontalmente, ao nível de outros programas sectoriais. Contudo, a sua implementação é ainda reduzida, necessitando de ser considerada nas prioridades de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A implementação territorial do PSRN2000 ao nível do ordenamento do território - ao contrário do que sucede com os POAP – depende da sua integração nos planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente os planos directores municipais. Nestas circunstâncias a realização da medida depara-se com dificuldades acrescidas, na medida em que depende da abertura das autarquias e da CA do PDM para a adequada integração do PSRN2000.

Previsões do PSRN2000 não cumpridas, genericamente:

- Na primeira revisão ou alteração de PMOT ou PEOT, deverá ser avaliada a execução dos objectivos das Directivas Aves e Habitats, e elaborado um relatório que especifique o fundamento das previsões, restrições e determinações aprovadas por referência a esses objectivos. Estabelece ainda que a adaptação às medidas de conservação previstas no PSRN2000 deve ocorrer no prazo de seis anos após a sua aprovação. A conformidade não foi assegurada em todos os PMOT, e para muitos foi já ultrapassado o prazo de adaptação ao PSRN2000.
- A RCM n.º115-A/2008 previa como objectivo geral, que todos os Sítios e ZPE se encontrassem munidos dos instrumentos de gestão operacional adequados até final de 2010. Apenas o SIC Serra da Estrela (via POAP) e o SIC Arquipélago da Berlenga (via POAP e PG) cumpriram essa orientação.
- A RCM n.º115-A/2008 previa uma gestão activa da conservação dos Sítios e ZPE, através parcerias nos sectores agrícola, florestal, etc, sobretudo com proprietários e gestores, prática absolutamente dependente das prioridades e montantes de financiamento para a Rede Natura 2000 integrados no Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), bem como das opções tomadas ao nível do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Verifica-se que estes mecanismos têm vindo a ser progressivamente enfraquecidos ao nível dos objectivos de biodiversidade, não assegurando uma descriminação positiva da Rede Natura 2000.
- A RCM n.º115-A/2008 previa a colmatação de lacunas de informação no que diz respeito aos valores naturais. Não foi ainda assegurada a devida actualização da informação, sobretudo ao nível da cartografia de habitats naturais.
- A RCM n.º115-A/2008 previa a implementação de programas de monitorização a nível da totalidade do território continental orientados para o acompanhamento da evolução do estado de conservação dos valores naturais e a avaliação da eficácia das medidas de gestão adoptadas em função dos objectivos de conservação, entre outros. O que não se verificou.
- A RCM n.º115-A/2008 previa um reforço da eficácia de fiscalização, o que não se verificou.
- A RCM n.º115-A/2008 previa a elaboração de um Programa Nacional de Conservação da Natureza, o que não se verificou.
- A RCM n.º115-A/2008 previa a elaboração de um plano de informação, sensibilização e educação

sobre a importância da biodiversidade e dos valores da Rede Natura 2000, o que não se verificou.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação.

A elaboração e implementação dos POAP, enquanto instrumentos que estabelecem a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir em cada uma das áreas, dispondo designadamente sobre os usos do solo que são hierarquizados de acordo com os valores do património em causa, tem impactos de natureza funcional, institucional e governativa porque:

- Garantem uma gestão objectiva das áreas protegidas, com benefício para a eficiência e produtividade da instituição
- Promovem também uma gestão facilitada, na medida em que as regras são claras e acessíveis, permitindo uma autonomia externa no acesso e consulta às regras territoriais
- Dão maior credibilidade às instituições e entidades responsáveis pela conservação da natureza uma vez que tornam mais transparente o processo de decisão na gestão da AP através da aplicação do respectivo PO (o qual assentou numa metodologia clara de planificação)
- O vínculo dos POAP reforçam o reconhecimento público relativamente à área protegida e à respectiva estrutura institucional que a representa

O PSRN2000, enquanto instrumento programático que vincula apenas entidades públicas, não vem implicar alterações significativas nos condicionamentos existentes mas vem sistematizar a sua aplicação. Quer a emissão de pareceres, quer o acompanhamento de IGT por parte do ICNF passou a assentar numa informação de suporte mais sólida, decorrente da sistematização da ocorrência de valores naturais, bem como da definição de orientações de gestão associadas.

Por outro lado, e conforme referido na RCM n.º115-A/2008, na adaptação dos PMOT e PEOT às orientações de gestão do PSRN2000 (desde que a fundamentação dos respectivos relatórios esteja conforme com as referidas orientações) verificar-se-á uma simplificação de numerosos procedimentos, designadamente os necessários para a prática dos actos e actividades constantes do n.º 2 do artigo 9º do citado diploma. Isto é, na adaptação dos PMOT ao PSRN2000 pode ser possível a definição de regras para alguns actos e actividades condicionados na Rede Natura 2000, diminuindo a solicitação de pareceres ao ICNB.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A medida deve focar-se na existência de planos de nível inferior ao PNPOT na hierarquia de IGT, neste caso, na elaboração/ revisão/ alteração do PSRN2000 e dos POAP, e no seu grau de cobertura nacional.

A8. Observações complementares

Os POAP estão neste momento em fase de avaliação para revisão, de acordo com metodologia definida internamente para o efeito. A existência de um programa de execução e respetiva monitorização será generalizada a todos os POAP.

Medida Prioritária 1.2.4

Instituir medidas de discriminação positiva para os municípios com maior incidência de áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, incluindo as medidas previstas nos Planos de Desenvolvimento e de Ordenamento das Regiões Autónomas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Têm sido aplicados critérios de discriminação positiva na definição de Intervenções Territoriais Integradas (PRODER). Foi aprovada a Lei das Finanças Locais que define transferências ecológicas para os Municípios proporcionais à superfície de áreas classificadas inseridas no concelho.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas. A discriminação positiva de Municípios não tem enquadramento legal favorável e aplicável ao nível de POAP.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

_A5b._ De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?

Impactos produzidos

_A6._ Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?

Houve impactos institucionais e de governação. A implementação das ITI tem apresentado constrangimentos de caráter institucional e programático.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

_A7._ Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.2.6

Reforçar os mecanismos de prevenção e fiscalização do ambiente e, em especial, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA), beneficiando da integração naquela força de segurança do Corpo Nacional da Guarda Florestal, melhorando a eficácia do Corpo dos Vigilantes da Natureza (CVN), no território continental, e as entidades correspondentes nas Regiões Autónomas, impulsionando a cooperação entre as diversas entidades envolvidas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Guarda Nacional Republicana; DGAM.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; APA; CCDR.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.2

Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Nota: *Salvo se explicitamente indicado de outra maneira, esta resposta aplica-se sobretudo ao território do Continente, à sub-área da ZEE que lhe é contigua e ao leito marinho reclamado Portugal no processo de extensão da plataforma continental portuguesa para além das 200 Mn, devendo os dados referidos para os Açores e a Madeira ser confirmados pelas respectivas autoridades competentes*

Período de referência: 2007-2013

Sistema Nacional de Áreas Classificadas

1. Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) – AP de âmbito nacional, local/regional e privado

No Continente o número e a superfície de AP de âmbito nacional mantiveram-se estáveis. Em 2008, com a publicação do Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho), foi possível lançar o processo de constituição de AP de âmbito Local ou Regional, de iniciativa exclusivamente autárquica, tendo-se designado diversas AP desta natureza, a maior parte das quais integradas na RNAP. Foi ainda criada uma AP de âmbito privado, estando em curso outros processos.

Na Região Autónoma dos Açores, e na sequência da reformulação de 2007 do regime jurídico da classificação, gestão e administração das Áreas Protegidas da Região, foram constituídos os Parques Naturais de Ilha: Corvo, Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Terceira, São Miguel e Santa Maria e o Parque Marinho do Arquipélago dos Açores, que constituem a unidade de gestão de base da Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores. Os Parques Naturais de Ilha e o Parque Marinho dos Açores, incluem ainda áreas classificadas, ao abrigo de diretivas e convenções internacionais.

Na Região Autónoma dos Açores foi criada a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo.

2. Rede Natura 2000 (RN2000)

Foi consolidada a suficiente designação de sítios RN2000 (incluindo ZPE) no meio terrestre e lançados alguns dos processos para colmatação das insuficiências ainda pendentes.

Foi dada continuidade ao processo de extensão da RN2000 ao meio marinho, cuja conclusão apenas deverá ocorrer entre 2014 e 2020, tendo-se progredido de modo relevante na informação recolhida para o efeito, mas persistindo ainda grandes lacunas, quer no mar territorial (até às 12Mn) mas sobretudo no off-shore (ZEE e zona da extensão da plataforma continental). Foi alargada significativamente uma ZPE (Berlenga) no mar territorial.

3. Áreas Protegidas Transfronteiriças

Foi designada a 1ª área desta natureza nos Parques Nacionais do Tejo/Tajo Internacional

4. Áreas marinhas protegidas (AMP)

Para além do exposto em 2, foram designadas quatro AMP de carácter supranacional, no offshore, na zona de extensão da plataforma continental para além das 200 Mn (Monte Submarinos Josephine, Altair, Anti-Altair e Crista Meso-Atlântica a Norte dos Açores), colectivamente no âmbito da Convenção OSPAR na coluna de água e com compromisso de Portugal de protecção do leito e sub-solo sob sua jurisdição confinante com a coluna de água classificada..

Na Região autónoma da madeira for classificada a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo que integra a parte terrestre de todos os seus ilhéus e as zonas marinhas circundantes do Ilhéu da Cal ou de Baixo e do Ilhéu de Cima

5. Reservas da Biosfera (UNESCO)

Foram criadas no Continente duas áreas desta tipologia, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (envolvendo o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Baixa Limia - Galiza-Espanha) e a Reserva da Biosfera das Berlengas, estando outras candidaturas em curso. Foi ainda criada mais uma área na Madeira (Santana Madeira) e outra nos Açores (Ilha das Flores).

6. Zonas Húmidas de Importância internacional (Convenção Ramsar)

Foram designadas duas áreas no Continente e doze na Região Autónoma dos Açores.

7 Áreas com Diploma do Conselho da Europa

Foi renovado em 2012, por 10 anos, o único diploma de área protegida nacional, Selvagens-Madeira, estando em curso naquela região a análise da candidatura de uma nova área, Desertas, Madeira.

Foram reforçados e consolidados os mecanismos próprios de gestão territorial daquelas áreas, sobretudo a nível da revisão e publicação dos instrumentos de planeamento e gestão territorial das áreas protegidas de âmbito nacional e local/regional.

Para a Rede Natura 2000 foi publicado em 2008 o respectivo Plano Sectorial, que estabeleceu as orientações de gestão das áreas aí incluídas. A aplicação destas orientações tem vindo a ser concretizada via planos especiais de ordenamento do território e planos municipais de ordenamento do território, e por integração sectorial crescente das medidas de gestão activa dos sítios nas políticas relevantes, em particular do desenvolvimento rural, por via contratual.

A coerência do SNAC no que às matérias de conectividade dizem respeito tem vindo também a ser assegurada através das estruturas ecológicas definidas nos instrumentos de gestão territorial de génese regional e municipal, bem como através de regimes específicos como os da REN, RAN e Domínio Hídrico. Complementarmente, têm vindo a ser aprofundadas as medidas de integração sectorial das necessidades de gestão do SNAC em regimes específicos (e.g. ordenamento e gestão florestal, gestão e ordenamento cinegético), através da avaliação ambiental estratégica e do impacto respectivamente, de projectos e de planos e programas, por via legal (e.g. condicionalidade agrícola, regimes de protecção estritos de espécies protegidas, apreciações prévias), de natureza administrativa (e.g. linhas orientadoras e manuais de boas práticas) ou através de parcerias específicas (infrastruturas de distribuição e transporte de energia).

No fim do período de avaliação permanecem ainda insuficientemente desenvolvidas 4 componentes essenciais à gestão eficiente do SNAC: (i) os modelos de governação das áreas e territórios classificados não coincidentes com territórios incluídos em AP de âmbito nacional ou local/regional; (ii) os quadros de indicadores e monitorização dos valores naturais e da gestão dos sítios; (iii) o sistema de produção, revisão e actualização de informação de base científica sobre a biodiversidade; e (iv) o quadro de mobilização de recursos, incluindo financeiros, de fontes públicas e privadas, necessários à prossecução dos objectivos de gestão e consolidação territorial do SNAC, incluindo no meio marinho.

***B1b.*Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

[ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.*Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Nº de áreas classificadas com tipologia X[19]							
Superfície das áreas classificadas com tipologia X							

Medida Prioritária 1.3.3

Promover a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas, com caráter obrigatório nas zonas vulneráveis à poluição de nitratos de origem agrícola, e do Código das Boas Práticas Florestais, em articulação com outras medidas de conservação do solo e de utilização sustentável dos pesticidas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (divulgação/sensibilização de boas práticas florestais e implementação nas áreas sob sua gestão directa); Estrutura representativa dos produtores florestais (divulgação/sensibilização/implementação de boas práticas florestais); Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Produtores florestais e as suas associações.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Considerando que no PNPOT não foram, à partida, identificadas as ações, entende-se que a execução desta medida na componente "florestas" se refere essencialmente a sensibilização dos agentes mais directamente relacionados com a matéria, os produtores florestais, para a aplicação de boas práticas (voluntárias, por natureza) e ao desenvolvimento de normativos e manuais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A divulgação no sítio do ICNF (http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/gfs/criterios-indicadores-gfs) de um conjunto de critérios e indicadores de gestão florestal sustentável ao nível da unidade de gestão) especialmente adaptados às condições portuguesas e que incluem a defesa e conservação do recurso solo.

Paralelamente, no âmbito da normalização florestal onde o ICNF desempenha funções de Organismo de Normalização Sectorial - ONS (http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/norm) e sob a égide da Comissão Técnica de Normalização da Gestão Florestal Sustentável (CT 145) foi produzida a Norma Portuguesa para a Gestão Florestal Sustentável – NP 4406:2003 (alvo de sucessivos processos de revisão/actualização em 2005, 2009 e 2013) que inclui naturalmente orientações relativas à conservação do solo no âmbito da gestão florestal. Referência ainda ao facto de, embora não se podendo confundir com os processos de "certificação florestal", o facto de entidades como o PEFC ou o FSC estarem representadas no seio da CT 145, garante à partida alguma convergência de acção e também um alargamento da área de aplicação deste tipo de preocupações.

Divulgação, com o apoio da CAP de um Manual de Boas Práticas Florestais baseado no trabalho desenvolvido no seio da CT 145.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Esta medida não é alvo de monitorização específica, estando a matéria englobada na normal avaliação dos PGF e é assumida nos projetos executados com apoio comunitário pelo FEADER.

Para além destes aspectos e dada a participações de entidades certificadoras na CT 145 (ver resposta A2c) há ainda que ter em conta neste aspecto, as explorações florestais que foram já certificadas.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

O aumento da capacidade de intervenção operacional dos serviços desconcentrados do ICNF poderia aumentar a eficácia desta medida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O processo de integração generalizada das boas práticas florestais na normal actividade de gestão de todas as explorações florestais assume óbvia importância, quer nesta matéria específica quer em todas as outras. Resulta no entanto claro que, face ao histórico nacional, este processo é compreensivelmente lento de longa duração.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O processo é contínuo pelo que a questão não se aplica.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Nada a referir.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Relativamente às zonas vulneráveis poluição difusa por nitratos de origem agrícola, o inquérito deverá ser respondido pela DGADR.

Os agricultores que exercem a sua actividade em zonas vulneráveis (designadas na sequência da aplicação da Diretiva Nitratos) têm que cumprir planos de acção, cuja aplicação é fiscalizada pelas DRAP.

Relativamente ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos (PFF), a Diretiva 2009/198/CE foi transposta para o direito interno através da Lei 26/2013 e do Plano de Acção Nacional (PAN). A este propósito o inquérito deve ser dirigido à DGAV, que na qualidade de entidade responsável tem a visãoo integral da problemática. Esta entidade fez uma ronda de divulgação da nova legislação, cujo ponto fulcral é o da obrigatoriedade da utilização dos PFF segundo os princípios da proteção integrada, pelas DRAP.

Medida Prioritária 1.3.4

Implementar e avaliar o Programa Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), considerando nesse âmbito medidas de discriminação positiva para as áreas e municípios mais afetados ou vulneráveis (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Implementar: Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e participação de outras instituições públicas centrais (ADC, APA, Camões, DGADR, DGPE, DGT, GPP, IFAP, IICT, INIAV, IPMA), Associação Nacional de Munícipios, Organizações de Ciência e Tecnologia (Universidades, centros de Investigação, organizações Sócio-Profissionais) e Organizações da Sociedade Civil (Ambiente, Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Regional, Cooperação e Desenvolvimento);

Avaliação: Observatório Nacional de Desertificação, assegurado pelo ICNF e outros membros da CNCCD.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A nível regional: CCDR; DRAP, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Organizações da Sociedade Civil; Organizações de Ciência e Tecnologia.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não parece haver.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As previstas no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (RCM 69/1999, de 17 de junho)

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Vd. Capítulo 3 da Proposta de PANCD - Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD (versão 17 de abril de 2014). Solicita-se à representante da DGT na Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação, que simultâneamente integrou os grupos de redação do PANCD, que dê resposta direta à questão mm29, com adequação da síntese que é solicitada (no relatório da proposta do novo PANCD existe uma síntese e um quadro neste âmbito).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os afetos à CNCCD e às Comissões Regionais de Combate à Desertificação

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Sem comentários.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Vd. Capítulo 3 da Proposta de PANCD - Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD (versão 17 de abril de 2014).

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Sem comentários.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Vd. Capítulo 5 da Proposta de PANCD - Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD (versão 17 de abril de 2014).							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

DISMED e DesertWatch (I e Extensão)

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram apontadas dificuldades.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Vd. Capítulo 3 da Proposta de PANCD - Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD (versão 17 de abril de 2014).

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Vd. Capítulo 3 da Proposta de PANCD - Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD (versão 17 de abril de 2014).

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. Vd. Capítulo 3 da Proposta de PANCD - Revisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD (versão 17 de abril de 2014).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

As propostas para o QEC 2014 / 2020 e previstas especificamente no Acordo de Parceria.:

Da versão de Janeiro 2014 do AP:

- " Finalmente, a linha estratégica de investimento na conservação da biodiversidade poderá suportar a execução de medidas relevantes da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação, em particular as que visam não apenas salvaguardar a biodiversidade e os ecossistemas daquelas pressões, como colocar a biodiversidade e os serviços por elas suportados como agentes de adaptação e mitigação dos efeitos da seca, desertificação e alterações climáticas." (pg 73, parag. 4.º);

" Os fundos serão também chamados a contribuir para a promoção de uma agricultura e floresta sustentáveis. Estas atividades são essenciais para um adequado ordenamento do território e preservação da paisagem e recursos, por forma a minimizarem os efeitos da crescente suscetibilidade dos solos à desertificação e à erosão hídrica – agravados pelas alterações climáticas – especialmente de zonas rurais desfavorecidas. A intervenção dos fundos comunitários deverá estar alinhada com a estratégia para a política de desenvolvimento rural 2014-2020, prevendo, nomeadamente: i) o apoio à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas; ii) a melhoria da gestão sustentável das explorações agrícolas; iii) apoios específicos ao desenvolvimento de modos de produção integrada e biológica; iv) medidas agro-ambiente-clima; v) apoios às áreas da Rede Natura 2000; vi) apoio aos investimentos nas explorações agrícolas que permitam o regadio e a melhoria da eficiência na utilização de água para rega (eficiência no uso da água e da energia, na criação de reservatórios e na reutilização de águas), e uma melhor utilização e preservação dos solos; vii) apoios à certificação de produtos agrícolas e florestais; viii) apoio ao processamento dos produtos agrícolas e florestais, junto à produção." (pg 74, parag. 4.º); …….

A8. Observações complementares

Sem comentários

Objetivo Específico 1.3

Definir e executar uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b.**Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c.**Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.4.1

Executar a Estratégia Nacional para as Florestas, melhorando a competitividade, a eficiência e a sustentabilidade da produção florestal com base, por um lado, na especialização do território segundo a função dominante de produção lenhosa ou do aproveitamento e gestão multifuncional, designadamente dos espaços com menor valia económica direta, e, por outro, na aplicação do conhecimento científico e na qualificação dos agentes do setor florestal (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Diversos organismos da Administração Pública (nos sectores de Agricultura, Ambiente, Economia e Finanças), bem como entidades privadas dos sectores da produção e indústria e outras.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade de gestão do PRODER.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A versão da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) em vigor, desenvolve-se em torno de seis linhas de ação estratégicas:

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;
- Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;

- Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Para cada uma destas linhas de acção foram delineados diversos objectivos, pelo que se considera que as ações previstas na medida correspondem às mesmas,

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Constam de relatório no site do ICNF em http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/enf#aval

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Ver relatório referido em A2d.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Ver relatório referido em A2d.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Ver relatório referido em A2d.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Ver relatório referido em A2d.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A ENF foi avaliada http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/enf#aval e encontra-se em atualização.

Dos 55 indicadores identificados para efeitos de monitorização/avaliação, foram integralmente avaliados 33 indicadores (correspondendo a 60% do total), parcialmente avaliados 16 indicadores (correspondendo a 29% do total) e não avaliados 6 indicadores (correspondendo a 11% do total). De referir que a justificação para o facto de nem todos os indicadores terem sido avaliados residiu na disponibilidade e qualidade da informação de base.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Foram identificadas dificuldades internas e externas que constam do relatório de avaliação e que diferem de acção para acção. Como aspeto geral, alguns dos indicadores carecem de reformulação tendo em vista garantir uma maior eficácia do acompanhamento e o sistema de monitorização deverá ser melhorado.

Também a concretização e operacionalização de algumas das medidas previstas poderiam ganhar com a melhoria da articulação com outras entidades da administração e do sector privado e, de forma geral, com o modelo de "governança".

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O reconhecimento de que o sector florestal é fundamental em termos do desenvolvimento nacional não merece discussão. De resto, como corolário deste entendimento, surge a adopção da Lei de Bases da Política Florestal enquanto instrumento que consagra a importância fundamental do sector e responde à necessidade de adoptar uma visão estratégica e um quadro de referência sectorial susceptíveis de orientarem o desenvolvimento deste recurso.

É exactamente a necessidade de garantir a correcção da visão estratégica que norteia a evolução do sector que confere à ENF o seu caracter fundamental enquanto instrumento estruturante sectorial e que justifica a sua classificação como muito relevante não propriamente como mero objectivo específico deste plano, já que esta preocupação o antecedia, mas antes como instrumento orientador do processo de implementação da Política Florestal.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Conforme decorre do processo de avaliação, o desempenho ficou aquém do previsto, ainda que em áreas concretas tenha correspondido e até suplantado o previsto, mas é também salientado que a

execução da ENF é um processo iterativo, de longo prazo. http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/enf#avale,

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Dois dos aspectos mais relevantes terão sido a "formatação" do PRODER adaptada às necessidades do sector florestal e ainda a simplificação e modernização de instrumentos de política aplicáveis com a adopção do novo Regime Jurídico Aplicável às Acções de Arborização e Rearborização (RJAAR) – Decreto –lei nº 96/2013, de 19 de Julho, aspectos que decorrem em ambos os casos dos objectivos e medidas previstos na ENF.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A ENF prevê a sua avaliação e atualização periódicas pelo que no período em causa, estes processos deverão ser previstos.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.4.2

Implementar o Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Florestais (SNIRF) e o sistema permanente de Inventário Florestal Nacional e realizar o cadastro florestal (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INE.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Encontra-se em execução a 2.ª fase do IFNF6, designadamente a caracterização biométrica dos espaços florestais, e tratamento de dados e disponibilização de relatório final. A 3.ª fase do IFN6 correspondente à avaliação do carbono do solo, será realizada ainda no decurso deste ano.

Elaboração da Portaria conjunta dos SEFDR e SEMA, que regulamenta o sistema de informação do RJAAR - módulo RJAAR no âmbito do SIICNF.

Trabalho de campo do Inventário Florestal Nacional, tratamento de dados e disponibilização de relatório final.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Publicação do IFN5 e publicação dos dados provisórios do IFN6 (áreas dos usos e ocupação do solo).

Elaboração das especificações técnicas e funcionalidades do módulo RJAAR no âmbito do Sistema Integrado de Informação para a Conservação da Natureza e Florestas

Cadastro Florestal – em 2009, foi celebrado um acordo entre a ex-AFN e o ex-IGP, para execução cadastral em 7 concelhos (Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Oliveira do Hospital, Seia, Paredes e Penafiel). Este acordo previa que o projeto de execução cadastral se realizasse entre 2009 e 2011.

Criação de um GT (Despacho n.º 5828/2010, de 25 de fevereiro) com o objetivo de propor medidas tendentes à implementação do cadastro florestal. Este GT inclui membros da SEFDR, SEOTC, da ex- AFN e ex-IGP. Dos trabalhos desenvolvidos pelo GT resultou um projecto-piloto para a execução de cadastro em ZIF. Foi publicada a Portaria n.º 234/2011, de 15 de junho, que estabelece a aplicação do regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral às zonas de intervenção florestal (ZIF Ponte de Lima, ZIF de Penedos e ZIF de Alcofra).

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 65/2011, de 16 de maio, que altera o Decreto -Lei n.º 224/2007, de 31 de maio, o qual estabelece as entidades gestoras de ZIF, como entidades executantes de operações de execução do cadastro na área territorial da respetiva ZIF.

Publicação do IFN5, Publicação dos dados provisórios do IFN6 (áreas)

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foi dinamizada uma equipa interna com cerca de 4 técnicos superiores e recorreu-se a consultadoria externa, no caso do IFN.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Implementação de um sistema permanente de IFN, atualizando a informação dos recursos florestais de 3 em 3 anos (ENF, subação E1).

Melhorar a informação sobre a estrutura e a titularidade da propriedade florestal (ENF, subação E2).

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

No caso do IFN está em curso a execução do 6.º IFN e no âmbito do cadastro foi constituído um GT da Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural (GERAR) – Despacho n.º 1934/2012, do SEFDR, publicado no DR 2.ª Série, n.º 30 de 10 de fevereiro de 2012).

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Foram promovidas reuniões com agentes do sector de modo a avaliar o seu interesse em participar na promoção do cadastro. De igual modo e no âmbito das estatísticas florestais foram desenvolvidos vários contactos com o INE, tendo sido constituído um GT denominado Florestas, que inclui diversas entidades do sector florestal, cujo objetivo é recolher informação e criar procedimentos de recolha e análise.

No âmbito do IFN desenvolveu um processo de harmonização da informação dos vários IFN (1995, 2005, 2010) estando em curso a constituição de uma base de dados comum que permite uma analise temporal comparativa para os 3 períodos considerados.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

No caso do IFN, o desenvolvimento do processo foi monitorizado através dos Planos de Atividades do ICNF.

Publicação do Relatório Final do IFN5 em setembro de 2010 o que possibilitou a disponibilização ao público da informação relativa aos recursos florestais.

Deu-se início ao processo do IFN6 em 2011, tendo os resultados preliminares relativos à avaliação de áreas de usos e ocupação do solo, sido apresentados publicamente em 11 de fevereiro de 2013.

O desenvolvimento do IFN6 é monitorizado e avaliado pelo ICNF, no âmbito dos seus planos anuais de atividades.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Os vários processos de organização institucional verificados dificultaram a execução da medida, devido à reorganização interna dos serviços. Por outro lado, a ausência de verbas suficientes para a execução da medida não possibilitou a sua concretização.

Acresce que a recolha de informação estatística sobre o sector não é suficiente face às necessidades verificadas pelos vários agentes nacionais e internacionais (ao nível dos questionários internacionais a informação solicitada é cada vez mais exigente, não sendo possível dar resposta a novos requisitos, nomeadamente na área da energia).

Houve dificuldades internas e externas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Permite o aumento do conhecimento da informação do sector florestal o que possibilita a monitorização dos vários planos sectoriais (ENF, PROF, etc) e dos instrumentos de política.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não foi possível até à data implementar um procedimento de recolha sistemática de informação dos recursos florestais, nem desenvolver na sua totalidade o SNIRF.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Constituem processos relevantes para a representação institucional do ICNF, uma vez que no caso do IFN, permite conhecer e quantificar os recursos florestais e no caso do cadastro, permite o aumento de eficácia na gestão florestal e na atribuição de apoios financeiros.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Para período 2014-2020, estará concluído o IFN6 (iniciado em 2011) e iniciado o IFN7.

O IFN6 tem por base um processo multitemporal de análise de alteração do uso/ocupação do solo (para os anos de referência de 1995, 2005 e 2010), incluindo, também, uma caracterização detalhada ao nível das classes de ocupação agrícola. Inclui ainda uma avaliação do carbono do solo e caracterização da biodiversidade. O IFN6 dará resposta aos compromissos nacionais no âmbito das três Convenções-Quadro resultantes do Rio-92, designadamente em matérias de alterações climáticas, biodiversidade e desertificação.

A8. Observações complementares

Relativamente à matéria abordada pelos item A2a e A2b, de referir que:

A2A- Ex-SNIRF - Está em curso a aquisição do sistema de informação do RJAAR (previsto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho) o qual será um módulo do futuro Sistema Integrado de Informação para a Conservação da Natureza e Florestas –SIICNF.

Está em curso a elaboração do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), tendo já sido disponibilizada informação relativa à 1.ª fase, designadamente as áreas por uso e ocupação do solo.

A2b- O processo está em curso sendo o seu grau de execução ainda incipiente com excepção da matéria relativa ao IFN6 e alguns módulos como o do RJAAR, que vêm sendo desenvolvidos, tendo já sido efetuado o contacto com a AMA.

Medida Prioritária 1.4.3

Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nomeadamente através da elaboração e aplicação dos Planos de Gestão Florestal, em articulação com os Planos Regionais de Ordenamento do Território, os Planos Municipais de Ordenamento do Território e os diversos de instrumentos de planeamento ambiental e os planos e instrumentos equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Produtores florestais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Implementar os PROF e elaborar PGF

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todos os PROF (atualmente em revisão) foram implementados.

Elaborados cerca de 2700 PGF correspondendo a uma área de cerca de 1,7 milhões de ha (dados de Agosto 2013).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Proporção de PROF elaborados face ao previsto	%	**10 – 50%**	**2006**	**---**	**---**	**21 – 100%**	**Agosto 2013**
PGF elaborados	N.º	**21**	**2006**	**---**	**---**	**2.368**	**Agosto 2013**
Área abrangida por PGF	ha	**40.478**	**2006**	**600.000**	**2013**	**1.556.028**	**Agosto 2013**

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os PROF estão atualmente em processo de revisão, pode no entanto referir-se desde já que algumas das suas componentes carecem de atualização como será o caso, face aos recentes dados disponibilizados pelo IFN e que apontam para a existência de grande desadequação de algumas das metas por espécies constantes nos PROF na sua actual configuração. Refira-se que esta situação determinou inclusive a suspensão parcial da aplicação dos PROF. Quanto aos PGF, o ICNF dispõe de uma base de dados para o

seu registo.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas. A eficácia da administração no âmbito da implementação desta medida, nomeadamente ao nível dos PGF, ganharia certamente com a ampliação dos meios à disposição. Estão em desenvolvimento procedimentos de simplificação do quadro normativo dos PGF bem como dos PROF.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No âmbito dos princípios gerais, a Lei de Bases da Política Florestal (LBPF) estabelece que os recursos da floresta e dos sistemas naturais associados devem ser geridos de modo sustentável para responder às necessidades das gerações presentes e futuras, num quadro de desenvolvimento rural integrado, prevendo de igual forma que os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e gestão, de acordo com normas reguladoras da fruição dos recursos da floresta.

Ainda de acordo com a LBPF a aplicação destes princípios gerais implica a observância de diversos princípios orientadores, designadamente o da produção (as políticas tendentes ao aumento da produção, para além da expansão da área florestal, devem contemplar o aumento da produtividade dos espaços florestais, na óptica do uso múltiplo dos recursos e da sua sustentabilidade) e o da conservação (as intervenções silvícolas devem respeitar a manutenção da floresta enquanto recurso indissociável de outros recursos naturais como a água, o solo, o ar, a fauna e a flora, tendo em vista a sua contribuição para a estabilização da fixação do dióxido de carbono e como repositório de diversidade biológica e genética).

Tendo presente que os PROF são os instrumentos por excelência que corporizam esta visão e que a sua operacionalização decorre da implementação dos PGF resulta clara a razão da classificação de muito relevante que se atribui a esta matéria quer em termos qualitativos quer quantitativos.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Ver quadro incluído na resposta A3a

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

	Características idênticas	x	Outras características

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Considera-se que se deveria enfatizar a vertente monitorização/acompanhamento, designadamente ao nível da definição de metas operacionais e indicadores mais adequados às diferentes realidades e especificidades regionais

A8. Observações complementares

A eficácia da administração no âmbito da implementação desta medida, nomeadamente ao nível dos PGF, ganharia certamente com a ampliação dos meios à disposição.

Medida Prioritária 1.4.4

Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Câmaras Municipais; Guarda Nacional Republicana; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Região Autónoma da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Polícia de Segurança Pública; Forças Armadas, associações de produtores florestais e de caçadores; entidades gestoras de zonas de intervenção florestal; entidades gestoras de baldios e público em geral;

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidades gestoras de rede elétrica, da rede de gás, de parques e polígonos industriais, de plataformas logísticas, de aterros sanitários, e de parques de campismo; Empresas florestais, como Grupo Portucel e a ALTRI (entidades de natureza coletiva responsáveis pela execução de faixas de gestão de combustível integrada na rede secundária. As empresas florestais têm atividade relevante em matéria de defesa da floresta contra incêndios)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI): estudo a realizar de junho a novembro.

Elaboração dos planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) pelos municípios com planos caducados

Elaboração do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI) para Faro.

Execução de campanhas de sensibilização.

Continuação da execução das redes de defesa da floresta.

Reequipamento das equipas de sapadores florestais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Regulamentação dos PMDFCI, equipamentos de recreio, fogo técnico, pontos de água , condicionamento do acesso e zonas críticas e revisão do Sistema de defesa da floresta contra Incêndios (DL 17/2009 que altera e republica o DL 124/2006).

Produção da carta de perigosidade de incêndio florestal para o território do continente.

Avaliação da execução do PNDFCI nos biénios 2007/2008 e 2009/2010.

Constituição e funcionamentos das comissões distritais e participação nas comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios.

Apoio à constituição de 17 Gabinetes Técnicos Florestais de apoio às câmaras municipais e ao funcionamento de mais 195 gabinetes já existentes.

Elaboração e aprovação de 272 PMDFCI.

Elaboração e aprovação de 18 PDDFCI.

Elaboração anual de planos operacionais distritais.

Aprovação da rede primária de faixas de Gestão de Combustível para o território do Continente (com uma extensão de 10.332 km).

Constituição de 136 equipas de sapadores florestais.

Produção do relatório anual dos incêndios Florestais.

Produção da cartografia das áreas ardidas anualmente.

Produção de relatórios de estabilização de emergência pós-incêndio e de recuperação das áreas ardidas para grandes incêndios florestais.

Produção de estatísticas sobre ocorrências, causas e áreas ardidas anualmente.

Execução de redes de defesa (redes de faixas de gestão de combustível, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal, rede de pontos de água, rede de vigilância e deteção de incêndios, rede de infra -estruturas de apoio ao combate).

Execução de campanhas de sensibilização para públicos-alvo específicos, para a população escolar e para o público em geral, destacando-se a campanha “Entre o cinza e o verde: você decide” e “Portugal sem fogos depende de todos”.

Execução, durante o período crítico normalmente de 1 de julho a 30 de setembro de cada ano, de ações de vigilância e de primeira intervenção em incêndios nascentes por equipas de sapadores florestais, assistentes técnicos operacionais do ICNF e vigilantes da natureza.

Constituição de equipas do Grupo de Análise e Uso do Fogo (GAUF), para apoio à decisão dos comandos operacionais no combate aos incêndios florestais

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Custos estimados:

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
23.7	22.6	24.1	23.2	23.4	21.9	26,2	milhões de euros

Recursos humanos:

185	240	242	277	283	282	229	Equipas de sapadores florestais

250 Pessoas do ICNF com atividade exclusiva ou relevante em DFCI, em média por ano.

Há a considerar para esta medida pessoas de outras entidades, cuja contabilização não dispomos.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Esta pergunta só poderá ser respondida cabalmente depois de avaliada a execução do PNDFCI

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não de identificam

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não se identificam

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
A rede de DFCI está delineada	%			100%.	Em 2012	95%	2012

Rede primária com intervenção de redução de combustíveis	ha			25 000	Em 2012	15 977	2012
Criação anual de 20 equipas de sapadores florestais até 2012	N.º			100	2007-2012	98	2007-2012

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Avaliação da execução do PNDFCI nos biénios 2007/2008 e 2009/2010. Constante de relatórios publicados em http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/planos-dfci/plano

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas e externas. Restrições orçamentais a nível da implementação e manutenção das infraestruturas DFCI no território, na formação e equipamento das ESF e parte dos investimentos apoiados em medidas comunitárias e fundos nacionais e não em orçamentos das instituições.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico? Muito relevante**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A medida é essencial para a redução do n.º de incêndios e minimização da área ardida, integrando os eixos de intervenção prioritária do PNDFCI:

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.

2. Redução da incidência dos incêndios.

3. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.

A constância e continuidade nas medidas de defesa da floresta contra incêndios é fundamental para a obtenção de resultados e alcance das metas estabelecidas.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Apenas a execução da rede primária de faixas de gestão de combustível teve um desvio significativo face ao previsto.

As restrições orçamentais verificadas neste período podem ter atrasado a execução dos projetos aprovados no âmbito do PRODER e, assim, a execução de rede primária. Foram aprovados 220 pedidos de apoio para execução de rede primária, correspondentes a um montante financeiro de aproximadamente 20,9 milhões de euros, o que indica estar em execução uma superfície de rede bastante significativa e superior à registada no indicador respetivo.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Impactos funcionais, institucionais e de governação.

Quanto mais vincada for a implementação/manutenção na prevenção estrutural DFCI menor a severidade a nível do impacte dos incêndios florestais na floresta e na população.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [x] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.4.5

Integrar os espaços florestais em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), prioritariamente nas áreas de minifúndio ou a recuperar após incêndio, para garantir a escala e as condições necessárias a uma gestão profissional, responsável e economicamente viável (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Produtores florestais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	x	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não estando à partida definidas no PNPOT as ações a executar, considera-se que, para além da monitorização da evolução da criação das ZIF e da actividade das entidades gestoras de ZIF estavam previstas as seguintes acções e procedimentos que são suportados essencialmente através do sítio do ICNF (http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/zif)

- Elaboração, divulgação e disponibilização de um manual de procedimentos de apoio à constituição e funcionamento de ZIF
- Elaboração, carregamento, manutenção e disponibilização para consulta geral de uma base de dados ZIF permitindo a pesquisa destas unidades por distrito, departamento de conservação da natureza e florestas, NUT, PROF ou pelo nº da unidade
- Preparação e organização e realização de encontro nacional de entidades gestoras de ZIF que

teve lugar em Seia a 30 de abril de 2013 e disponibilização ao público das diversas intervenções

- Elaboração, divulgação e disponibilização aos interessados de pontos de situação de nível nacional caracterizando o processo ZIF sendo o mais recente datado de Abril de 2013
- Elaboração e disponibilização de limites das ZIF constituídas e respectivos metadados

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Para além das acções identificadas no quadro A2b:

- foi apoiada a criação de 162 ZIF, correspondendo a 847.712 ha.
- Foram produzidas duas alterações do quadro normativo legal das ZIF, a saber
  - Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro. DR n.º 9, 1.ª Série Primeira alteração ao Decreto-Lei 127/2005, de 5 de agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção.
  - Decreto-Lei n.º 27/2014. D.R. n.º 34, Série I de 2014-02-18 Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ZIF criadas	N.º	**1**	**2006**	**---**	**---**	162	2013
Área abrangida por ZIF	ha	**471**	**2006**	**450.000**	**2009**	847.712	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Como decorre da informação constante no quadro A2c, o apoio e acompanhamento da criação e funcionamento deste tipo de unidades de gestão florestal integra procedimentos de rotina (registo de entrada de processos e respectiva evolução, carregamento e manutenção da base de dados ZIF, etc) que permitem o acompanhamento constante do evoluir da situação.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas: A eficácia do enquadramento e apoio ao funcionamento pela administração que a lei prevê, ganharia com a ampliação dos meios à disposição para o efeito.

Dificuldades externas: Os benefícios para o produtor, nomeadamente de ordem económica e financeira, que decorrem do funcionamento da ZIF, não parecem ser suficientemente atrativos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Embora sujeito às limitações a que se faz referência nos quadros A4 e A5b, o mero facto de, através da criação destas figuras, se ter implementado uma gestão florestal sustentável (integrando elementos estruturantes de planeamento operacional como são os PGF e os PEIF) a mais de 800.000 ha de território cuja exploração florestal dificilmente seria sujeita a este tipo de orientação de gestão, explica por si só o facto de se considerar como relevante o processo de criação e apoio às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Embora os indicadores quantitativos apontem para a ultrapassagem das metas definidas, o facto é que a expressão deste tipo de unidades está, para já, abaixo do nível que as características das nossas áreas florestais (designadamente a dimensão média) poderiam suportar.

As razões essenciais para tal serão certamente encontradas no âmbito das já indicadas no quadro A4 (dificuldades externas).

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Avaliar a possibilidade de alterar o foco desta "medida", recentrando a atenção na gestão florestal propriamente dita e não nos "espaços florestais"; admite-se que desta forma talvez seja mais fácil criar condições mais atractivas para os produtores florestais o que levaria a um mais rápido crescimento das ZIF e, portanto, do território nacional onde a gestão florestal está sujeita a normas de sustentabilidade.

A8. Observações complementares

A eficácia do enquadramento e apoio ao funcionamento pela administração que a lei prevê, ganharia com a ampliação dos meios à disposição para o efeito.

Os benefícios para o produtor, nomeadamente de ordem económica e financeira, que decorrem do funcionamento da ZIF, não parecem ser suficientemente atrativos.

Medida Prioritária 1.4.6

Articular a política de ordenamento e gestão sustentável da floresta com a política energética, aproveitando e organizando a recolha e o transporte dos resíduos florestais (biomassa) como fonte renovável de energia, designadamente para produção de eletricidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Direção-Geral de Energia e Geologia.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Organizações de produtores florestais (OPF)

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Centro de Biomassa para a Energia.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Estado Português lançou 15 concursos internacionais em 2006, para atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público e ponto de receção associado para energia elétrica produzida em central termoelétrica a biomassa florestal.

A ENF previa o aproveitamento da biomassa florestal para a produção de energia elétrica através da utilização de biomassa resultante das operações de silvicultura preventiva. Previa a entrada em funcionamento de pelo menos 12 centrais dedicadas a biomassa florestal, até 2012.

Estava igualmente previsto a criação do observatório para a monitorização do aproveitamentoda biomassa florestal para a energia.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Relativamente à medida prevista na ENF, refere-se que entraram em funcionamento 3 centrais as quais estavam integradas no concurso público.

O ICNF liderou um GT sob a temática Biomassa Culturas Energéticas, conjuntamente com outras entidades, que funcionou desde 2010 até 2013, que tem vindo a acompanhar a evolução das fontes energias renováveis. Este GT elaborou um relatório intitulado "Culturas Energéticas Florestais - Primeira Abordagem do Levantamento da Situação Atual", DNFF, AFN, junho de 2010, disponibilizado no site do ICNF em http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/biomassa-solid/resource/docs/biomassa-texto-gtce-junho-2010-v30-06-2010.

O ICNF tem acompanhado iniciativas no âmbito da biomassa florestal como fonte de energia renovável, designadamente através da emissão de parecer ao Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e ao Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER), e elaborou uma proposta de portaria para a classificação da biomassa florestal no âmbito do decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro.

Foram estabelecidas medidas destinadas à promoção e produção do aproveitamento da biomassa florestal, designadamente através do aumento da tarifa de venda à rede pública da energia produzida pelas centrais produtoras de energia a partir de biomassa florestal, previstas no Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro.

Foi publicada a Portaria nº 8/2012, de 4 de janeiro, que aprova o regulamento de funcionamento da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS), são estabelecidos critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, independentemente da sua origem, que inclui as materiais lenho-celulósicos de origem florestal.

Relativamente ao Observatório, o ICNF constitui uma plataforma de informação e comunicação, pretendendo-se melhorar o conhecimento e avaliar o desempenho atual das Fileiras Florestais. Esta plataforma de informação é constituída por uma base de dados organizados, relativa à informação estatística que se considera mais relevante para o panorama geral sobre o setor florestal, a qual se disponibilizou ao público no site do ICNF, sob forma alfa numérica, em tabelas, em formato gráfico e Relatório Síntese, em http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/ff.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não foi possível a execução/construção de todas as centrais dedicadas biomassa florestal para a produção de energia elétrica capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público e ponto de receção associado para energia elétrica produzida em central termoelétrica a biomassa florestal.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

O ICNF participou em alguns projetos de o SilvaPlus - Promoção do Uso Sustentável de Biomassa Florestal para fins energéticos no Norte de Portugal e Sul da Galiza, que tem como objetivo principal constituir uma estrutura organizativa permanente de cooperação socioeconómica em termos de bioenergia e promover a utilização energética da biomassa florestal localmente, proporcionando a valorização dos recursos locais de forma sustentável.

O ICNF participou ainda no projeto PROFORBIOMED – MED – Promover a biomassa florestal na Bacia do Mediterrâneo (região do Algarve) - cujo principal objetivo é a promoção das energias renováveis em áreas MED através do desenvolvimento de uma estratégia integrada para o uso da biomassa florestal como FER.

Foi ainda financiado um projeto no âmbito do FFP, o BioREFINA-ter (região centro) que tem como objetivo a elaboração de estudos sobre aproveitamentos de recursos endógenos para a produção de biocombustíveis, estreitando a ligação a ligação com a agricultura nacional e as soluções associadas aos biocombustíveis de segunda geração.

O ICNF analisou ainda um plano de ação apresentado por uma empresa o qual foi apresentado ao abrigo do n.º 6 do artigo 2.º, do DL n.º 5/2011, de 10 de janeiro. Estes PA visam garantir a sustentabilidade do aprovisionamento da central de biomassa florestal e têm a duração de 10 anos.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Biomassa potencial							

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não estão ainda operacionalizadas todas as centrais de biomassa florestal para a produção de energia elétrica.

Acresce que o mercado de pellets e de briquetes de madeira em Portugal tem vindo a desenvolver-se, em resultado do crescente número de unidades industriais de produção instaladas, distribuídas pelo Norte e Centro do Continente. Têm-se verificado difícil o acesso a informação que caraterize a estrutura do mercado que abastece as unidades produtoras de pellets e briquetes, e consequentemente o conhecimento adequado de todos os consumos de biomassa florestal existentes ao nível nacional.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O aproveitamento da biomassa florestal inclui um conjunto de matérias-primas provenientes da gestão e exploração florestal, e integra-se numa estratégia abrangente de valorização dos recursos florestais.

A exploração da biomassa florestal deve ser avaliada numa ótica de gestão florestal integrada, e o mercado da biomassa para a energia possibilita o aproveitamento económico de materiais que resulta de operações de defesa da floresta contra os incêndios (redução de densidades, gestão de matos, estabelecimento de faixas de gestão de combustíveis). Deve-se procurar uma cadeia de valorização do material lenhoso de forma a garantir a manutenção da capacidade das indústrias florestais já existente, devendo seguir-se a utilização da madeira em "cascata"

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O facto das centrais de biomassa florestal não terem sido construídas (devido à crise financeira e no acesso ao financiamento por parte dos particulares) inviabilizou muitas das ações previstas e consequentemente os resultados esperados.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais e institucionais. Valorização económica do recurso florestal pela procura no âmbito da fileira da biomassa florestal, criação de um mercado que valorize os materiais resultantes da gestão dos combustíveis e da exploração florestal.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Manter a articulação entre as políticas da floresta e da energia, fomentando a troca de informação entre estes dois sectores, de modo a não pôr em causa a sustentabilidade da floresta portuguesa, devendo a exploração da biomassa florestal inserir-se numa política de gestão florestal integrada e numa estratégia abrangente de valorização dos recursos florestais.

A utilização da biomassa deve ser efetuada numa lógica integrada da cadeia de exploração florestal, e deve inserir-se numa política de gestão florestal integrada, e o mercado da biomassa para a energia deve possibilitar o aproveitamento económico de materiais resultantes de operações de gestão florestal.

Alterar a finalidade do aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos e não apenas para a produção de eletricidade.

A8. Observações complementares

Incrementar as relações institucionais neste âmbito entre o sector florestal e o da energia.

De referir ainda que relativamente à questão A3a e embora não se dispondo de indicadores específicos para monitorização, o Observatório permitiu o acompanhamento das fileiras florestais.

Objetivo Específico 1.4

Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A ENF foi avaliada e encontra-se em actualização, tendo a sua execução um progresso não uniforme e relativamente satisfatória.

Houve um assinalável progresso ao nível da elaboração dos PGF e da criação de ZIF, instrumentos que se consideram essenciais para a gestão sustentável dos espaços florestais.

O IFN5 foi terminado e o IFN6 encontra-se me elaboração.

Nota: consideramos que, de forma geral, o objectivos específicos e as medidas associadas deverão ser revisitados, pois deverá ser mais clara a evidência da ligação ao OT de nível nacional. Acresce que a formulação do objectivo específico está desadequada, misturando conceitos.

***B1b.*Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A ENF foi avaliada e os PROF estão a ser revistos.

***B1c.*Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.10.1

Elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Direção Geral do Território.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O ICNF é uma entidade que garante a implementação da Convenção Europeia da Paisagem ao nível regional e local, através dos POAP.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?

Impactos produzidos

A6. Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

O ICNF não considera ter competências diretas nesta matéria.

A8. Observações complementares

Existe uma metodologia para a valoração da paisagem no processo de elaboração de POAP que está de acordo com os princípios da Convenção Europeia da Paisagem e que será atualizada em consonância com as orientações emanadas pelo Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens.

Medida Prioritária 1.10.2

Incentivar os municípios na definição, classificação e gestão de áreas de paisagem protegida (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Câmaras Municipais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?** *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não foram apontadas dificuldades. O DL 142/2008, de 24/07 retirou à autoridade nacional de CN a competência de criar Áreas Protegidas de âmbito regional e local, transferindo essa responsabilidade para os municípios. A autoridade nacional tem, no entanto, a obrigação de se pronunciar sobre a inclusão/ exclusão das novas AP na RNAP.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais, institucionais e de governação. A designação de AP de âmbito local e regional enriquece a RFCN, trazendo impactos potencialmente positivos para a conservação da natureza e florestas. O processo de designação e gestão aproxima e cria sinergias entre a autoridade nacional das autoridades do poder local.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.10

Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

_B1b._Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

_B1c._Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.11.3

Definir para os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de Planos Regionais de Ordenamento do Território, de Planos Municipais de Ordenamento do Território e de Planos Especiais de Ordenamento do Território e consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Direção Geral do Território; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Atualização das cartografias produzidas, ao nível municipal e ao nível nacional

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram elaboradas as cartas de perigosidade de âmbito municipal para integrar os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios e suportar o planeamento e programação das diferentes ações.

Foram elaboradas cartas nacionais de perigosidade de incêndio florestal

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não há elementos disponíveis.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não identificadas

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não identificadas

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não identificadas

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico? Muito relevante

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Estas cartas são fundamentais para o planeamento das ações de prevenção estrutural e também para o planeamento das ações de vigilância e combate.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Responderam ao pretendido

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	x	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Relativamente à perigosidade de incêndio florestal, o ICNF produziu uma carta nacional que propôs superiormente para integração do documento de Avaliação Nacional do Risco, Esta carta deverá orientar a atribuição de apoios comunitários a ações relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios até 2020

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante 4**

Avaliação negativa	0	1	2	3	**4**	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Os elevados impactos económicos, ambientais e sociais dos incêndios exigem a continuidade da medida, para além do facto de os próprios regulamentos comunitários pressuporem a existência de cartas de risco para atribuição e priorização na atribuição de dinheiros públicos.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	x	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não se justificam. As cartas de risco são de elaboração obrigatória

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c.**Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d.**Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.5.*	*Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que valorize a motricidade, aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano*

Medidas Prioritárias	*4.5.3*	*Ordenar e regulamentar a utilização dos espaços de prática de desporto de natureza, dentro e fora de Áreas Protegidas, para promover um desenvolvimento consonante com as regras de preservação ambiental (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.5.3

Ordenar e regulamentar a utilização dos espaços de prática de desporto de natureza, dentro e fora de Áreas Protegidas, para promover um desenvolvimento consonante com as regras de preservação ambiental (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Instituto Português do Desporto e Juventude.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal, I. P. Federações desportivas; associações desportivas; empresas de animação turística.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal, I. P.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração de Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas e de Cartas de Desporto da Natureza.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Carta de Desporto da Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais.

Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas aprovados no período (Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão, Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte, Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado, Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo, Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul do Boquilobo, Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra do Açor).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Não se publicaram as Cartas de Desporto de Natureza previstas.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas. Escassez de meios humanos, técnicos e financeiros para concluir a tarefa.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Apesar de não terem sido publicadas todas as Cartas de Desporto da Natureza previstas, todas as Áreas Protegidas são detentoras de Planos de Ordenamento que gerem a utilização do espaço das mesmas, definindo as regras para uma utilização sustentável.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Impactos funcionais e institucionais. Os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas definem as regras de utilização de cada tipologia de proteção, definindo as condicionantes para as atividades que tenham impactos potenciais nos valores naturais. As cartas de desporto na natureza definem as regras e orientações relativas a cada modalidade desportiva, incluindo, designadamente, os locais, as épocas do ano e as respetivas capacidades de carga. O seu cumprimento possibilita uma diminuição da pressão sobre os valores naturais.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Alteração da redacção da medida – incluir animação turística além do desporto da natureza.

A8. Observações complementares

Está a elaborar-se uma metodologia para representação gráfica ou cartográfica de uma Carta de Desporto da Natureza.

Efetuaram-se reuniões com algumas Federações para estas facultarem informação relevante para a elaboração de Cartas de Desporto da Natureza.

Objetivo Específico 4.5

Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que valorize a motricidade, aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c.**Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d.**Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.4.*	*Promover polos regionais de competitividade e qualificar o emprego.*
Medidas Prioritárias	*2.4.4*	*Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.5.*	*Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação*
Medidas Prioritárias	*2.5.1*	*Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, nomeadamente através do apoio a iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.4.4

Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto do Emprego e da Formação Profissional

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A execução do Programa Formação-Algarve encontra-se descentralizada, sendo da responsabilidade da Delegação Regional do Algarve do IEFP.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Todos os dados referentes à execução do Programa, apresentados neste questionário, foram fornecidos pela Delegação Regional do Algarve do IEFP, unidade orgânica local responsável pela execução e desenvolvimento desta medida.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Programa Formação-Algarve consiste na concessão, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro à celebração de contratos de trabalho, e/ou à renovação ou conversão de contratos de trabalho a termo em contratos por tempo indeterminado, com obrigatoriedade de proporcionar formação aos trabalhadores.

Visa-se, assim, combater a sazonalidade do emprego na região do Algarve, fixar a população na região, e reforçar a competitividade e a produtividade nos setores económicos do turismo, e outros relacionados, relevantes para o desenvolvimento da região.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A execução da medida iniciou-se no ano de 2012, tendo abrangido, no ano de arranque, 162 indivíduos. No ano seguinte esse valor subiu para 649.

Nos anos de 2012-2013 foram, assim, abrangidos 811 ativos, sendo que muitos deles viram os seus contratos renovados e/ou convertidos, tendo, ainda, beneficiado de formação profissional, através da concessão de apoio financeiro aos empregadores.

O Programa Formação-Algarve encontra-se ainda em vigor, estando prevista a sua continuidade para o período de 2014-2015.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Em termos de execução financeira, os valores foram de 120.860 € e de 679.991 €, em 2012 e 2013, respetivamente.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Em termos de metas, os números previstos em termos de adesão eram bastante superiores às candidaturas que foram efetivamente submetidas.

Está previsto, contudo, que as ações sejam desenvolvidas na sequência das candidaturas recebidas, pelo que não se aplica propriamente a noção de "ações previstas e não realizadas".

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.000	2012	162	2012
Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.500	2013	649	2013

Execução Financeira	€			1.222.440	2012	120.860	2012
Execução Financeira	€			684.538	2013	678.991	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Pretende-se que o Programa Formação-Algarve se assuma como um programa de dimensão regional que, em complemento com as outras medidas de apoio à inserção e à contratação, possibilite uma intervenção mais estruturada no mercado de emprego da região do Algarve.

No ano de arranque (2012), a execução da medida ficou muito aquém das metas previstas, em grande parte devido ao seu desenvolvimento tardio, o que condicionou a sua ampla divulgação junto das entidades beneficiárias.

Em 2013, o grau de execução aumentou para 26%, embora continue a refletir uma adesão ao programa inferior à esperada por parte das entidades empregadoras. Constatou-se, por outro lado, que o facto de um número crescente de entidades empregadoras, no Algarve, optarem por fechar portas durante a "época baixa" da atividade turística, as impede de se candidatarem ao programa.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | **2** | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O Programa Formação-Algarve pode considerar-se como cumprindo os requisitos previstos na medida em apreço, a saber: "Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade".

Este é claramente uma medida de intervenção territorial, que funciona como complemento com as outras medidas de apoio à inserção e à contratação promovidas pelo IEFP, tendo em vista a qualificação dos ativos e a promoção da sua empregabilidade.

Em termos de resultados concretos, parece-nos que se pode afirmar que o Programa Formação-Algarve se assume com uma importância relativa.

No total, foram abrangidos 811 ativos, verificando-se que muitos deles viram os seus contratos renovados e/ou convertidos, tendo, ainda, beneficiado de formação profissional, através da concessão de apoio financeiro aos empregadores, o que confere valor aos resultados obtidos.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Como referido na questão A4, e pelos motivos mencionados, a adesão à medida ficou aquém das metas previstas.

Em 2012, para uma meta de 2.000 candidatos a abranger houve apenas 162 candidaturas, valor que subiu para 649, em 2013, para uma meta que, contudo, passara para os 2.500.

Como referido, no primeiro ano, a execução da medida ficou aquém das metas previstas, em grande parte devido ao facto de o intervalo entre a publicação da Portaria e o início do programa não ter possibilitado uma divulgação mais ampla junto das entidades beneficiárias.

Em 2013, o grau de execução aumentou, mas a adesão ao programa continuou inferior à esperada. Para além de termos verificado que um número crescente de entidades empregadoras, no Algarve, optam por fechar portas durante a "época baixa" da atividade turística, impedindo-as de se candidatarem ao programa, considera-se que o facto de esta ser uma medida ainda relativamente recente também pode ter dificultado a adesão à mesma.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não aplicável.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A continuidade do Programa Formação-Algarve foi já contemplada, estando prevista a sua continuidade para o período de 2014-2015.

Queremos, contudo, salientar que a Portaria n.º 227/2013, de 12 de julho, veio alterar a Portaria n.º 297/2012, de 28 de setembro, que havia criado o Programa Formação-Algarve. Esta nova Portaria procedeu a algumas alterações, com o objetivo de imprimir uma maior eficiência e eficácia ao Programa.

Objetivo Específico 2.4

Promover polos regionais de competitividade e qualificar o emprego.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O Programa Formação-Algarve pode considerar-se como uma medida que pretende, claramente, promover a competitividade a nível regional e qualificar o emprego.

Contudo, apesar da natureza do programa, que vai diretamente de acordo com o definido no objetivo específico acima referido, tal como se verificou na questão A5a, optámos por nos posicionar a meio da escala, tendo em conta que, apesar da relativa adesão à medida por parte das entidades empregadoras, parece-nos que a avaliação no que se refere ao cumprimento do objetivo pode ser considerada positiva.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		x	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
x			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.000	2012	162	2012

Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.500	2013	649	2013
Execução Financeira	€			1.222.440	2012	120.860	2012
Execução Financeira	€			684.538	2013	678.991	2013

Medida Prioritária 2.5.1

Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, nomeadamente através do apoio a iniciativas para valorizar atividades criativas, culturais e desportivas, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto do Emprego e da Formação Profissional

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A execução do Programa Formação-Algarve encontra-se descentralizada, sendo da responsabilidade da Delegação Regional do Algarve do IEFP.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Todos os dados referentes à execução do Programa, apresentados neste questionário, foram fornecidos pela Delegação Regional do Algarve do IEFP, unidade orgânica local responsável pela execução e desenvolvimento desta medida.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Programa Formação-Algarve consiste na concessão, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro à celebração de contratos de trabalho, e/ou à renovação ou conversão de contratos de trabalho a termo em contratos por tempo indeterminado, com obrigatoriedade de proporcionar formação aos trabalhadores.

Visa-se, assim, combater a sazonalidade do emprego na região do Algarve, fixar a população na região, e reforçar a competitividade e a produtividade nos setores económicos do turismo, e outros relacionados, relevantes para o desenvolvimento da região.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A execução da medida iniciou-se no ano de 2012, tendo abrangido, no ano de arranque, 162 indivíduos. No ano seguinte esse valor subiu para 649.

Nos anos de 2012-2013 foram, assim, abrangidos 811 ativos, sendo que muitos deles viram os seus contratos renovados e/ou convertidos, tendo, ainda, beneficiado de formação profissional, através da concessão de apoio financeiro aos empregadores.

O Programa Formação-Algarve encontra-se ainda em vigor, estando prevista a sua continuidade para o período de 2014-2015.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Em termos de execução financeira, os valores foram de 120.860 € e de 679.991 €, em 2012 e 2013, respetivamente.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Em termos de metas, os números previstos em termos de adesão eram bastante superiores às candidaturas que foram efetivamente submetidas.

Está previsto, contudo, que as ações sejam desenvolvidas na sequência das candidaturas recebidas, pelo que não se aplica propriamente a noção de "ações previstas e não realizadas".

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

x Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.000	2012	162	2012
Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.500	2013	649	2013

Execução Financeira	€			1.222.440	2012	120.860	2012
Execução Financeira	€			684.538	2013	678.991	2013

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Pretende-se que o Programa Formação-Algarve se assuma como um programa de dimensão regional que, em complemento com as outras medidas de apoio à inserção e à contratação, possibilite uma intervenção mais estruturada no mercado de emprego da região do Algarve.

No ano de arranque (2012), a execução da medida ficou muito aquém das metas previstas, em grande parte devido ao seu desenvolvimento tardio, o que condicionou a sua ampla divulgação junto das entidades beneficiárias.

Em 2013, o grau de execução aumentou para 26%, embora continue a refletir uma adesão ao programa inferior à esperada por parte das entidades empregadoras. Constatou-se, por outro lado, que o facto de um número crescente de entidades empregadoras, no Algarve, optarem por fechar portas durante a "época baixa" da atividade turística, as impede de se candidatarem ao programa.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | **2** | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No que se refere à promoção de oportunidades de emprego qualificado e a um maior equilíbrio na distribuição territorial da população, assegurando condições de atração de populações, e tendo em conta a baixa adesão à medida por parte das entidades empregadoras, não nos parece que se possa afirmar que o Programa Formação-Algarve se tenha assumido como muito relevante.

Contudo, no total, foram abrangidos 811 ativos, verificando-se que muitos deles viram os seus contratos renovados e/ou convertidos, tendo, ainda, beneficiado de formação profissional, através da concessão de apoio financeiro aos empregadores, o que confere valor aos resultados obtidos.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Como referido na questão A4, e pelos motivos mencionados, a adesão à medida ficou aquém das metas previstas.

Em 2012, para uma meta de 2.000 candidatos a abranger houve apenas 162 candidaturas, valor que subiu para 649, em 2013, para uma meta que, contudo, passara para os 2.500.

Como referido, no primeiro ano, a execução da medida ficou aquém das metas previstas, em grande parte devido ao facto de o intervalo entre a publicação da Portaria e o início do programa não ter possibilitado uma divulgação mais ampla junto das entidades beneficiárias.

Em 2013, o grau de execução aumentou, mas a adesão ao programa continuou inferior à esperada. Para além de termos verificado que um número crescente de entidades empregadoras, no Algarve, optam por fechar portas durante a "época baixa" da atividade turística, impedindo-as de se candidatarem ao programa, considera-se que o facto de esta ser uma medida ainda relativamente recente também pode ter dificultado a adesão à mesma.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não aplicável.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

A continuidade do Programa Formação-Algarve foi já contemplada, estando prevista a sua continuidade para o período de 2014-2015.

Queremos, contudo, salientar que a Portaria n.º 227/2013, de 12 de julho, veio alterar a Portaria n.º 297/2012, de 28 de setembro, que havia criado o Programa Formação-Algarve. Esta nova Portaria procedeu a algumas alterações, com o objetivo de imprimir uma maior eficiência e eficácia ao Programa.

Objetivo Específico 2.5

Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Nesta questão, importa referir que o Programa Formação-Algarve pretende, essencialmente, garantir a permanência das populações na região, e não propriamente a atração de populações com níveis elevados de qualificação.

Estando este ponto clarificando, tal como se verificou na questão A5a, optámos por nos posicionar a meio da escala, dado que, apesar da relativa adesão à medida por parte das entidades empregadoras, parece-nos que a avaliação no que se refere ao cumprimento do objetivo (entendido aqui essencialmente como permanência das populações e não como fator de atração), pode ser considerada positiva.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		x	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.000	2012	162	2012

Execução Física – ativos abrangidos	pessoa			2.500	2013	649	2013
Execução Financeira	€			1.222.440	2012	120.860	2012
Execução Financeira	€			684.538	2013	678.991	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) Medida Prioritária 2.5.1

Justificação sucinta da resposta anterior:

A continuação do Programa Formação-Algarve foi já contemplada, estando prevista a sua continuidade para o período de 2014-2015.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Não aplicável.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.5.*	*Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.*

Medidas Prioritárias	*2.5.2*	*Apoiar a mobilidade residencial através da maior eficiência do mercado de arrendamento privado, da alteração e melhoria dos modelos de gestão e da qualificação do parque de arrendamento público e de uma melhor adequação e flexibilidade nas condições de financiamento para a aquisição de habitação (2007-2010).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.5.2

Apoiar a mobilidade residencial através da maior eficiência do mercado de arrendamento privado, da alteração e melhoria dos modelos de gestão e da qualificação do parque de arrendamento público e de uma melhor adequação e flexibilidade nas condições de financiamento para a aquisição de habitação (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. e Banco de Portugal.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No domínio do Parque de Arrendamento Público, as Autarquias Locais e outras entidades proprietárias de património público, como sejam o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., o Instituto de Ação Social das Forças Armadas, a Estradas de Portugal, S.A., a REFER, a IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E, a Direção Regional de Habitação dos Açores e a SPRIH, S.A.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INE e Banco de Portugal.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Publicação dos regimes legais de reforma do arrendamento urbano e da criação de um regime de arrendamento público, que congregue as regras de atribuição de habitações, os procedimentos para a atribuição das habitações, as regras do contrato de arrendamento (com particular relevância para a cessação do contrato por recurso aos tribunais administrativos) e várias isenções e prorrogativas destinadas a reduzir os custos de contexto e a facilitar a gestão do parque habitacional e, por fim, o sistema de determinação do valor da renda.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No arrendamento privado:

- Criação de um Grupo de Trabalho Interministerial e multidisciplinar, com vista à elaboração de proposta de reforma do arrendamento urbano.

No arrendamento público:

- Elaboração de trabalhos preparatórios conducentes à apresentação de proposta de arrendamento público, com vista a promover uma melhor eficiência e eficácia da gestão do Parque Habitacional Público.

Quanto à adequação e flexibilidade nas condições de financiamento para a aquisição de habitação:

- Face ao contexto de crise que levou a uma alteração forçada de paradigma, que obriga a inverter a tendência de aquisição de habitação própria e permanente, obrigando-a ao recurso a outros instrumentos de aposta no mercado de arrendamento.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não passíveis de identificar.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A não aprovação dos diplomas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Se atendermos ao limite temporal de 2013, poderemos aqui identificar a publicação da reforma do arrendamento urbano, em 14 de agosto de 2012, através da Lei n.º 31/2012, daquela data (entrada em vigor em 12 de novembro de 2012).

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não passíveis de identificar.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não se identificam factores de ordem interna que obstaram à aprovação de diplomas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No que se refere à entrada em vigor da reforma do arrendamento urbano, podemos considerar relevante uma maior dinamização do mercado de arrendamento, com vista à promoção de uma crescente oferta de fogos e à consequente redução do valor das rendas.

No domínio do arrendamento público, esperava-se a obtenção de critérios de justiça social, nomeadamente através da criação de um regime que atenda e regule as especificidades do arrendamento de fim social, para além de garantir uma mais eficiente e eficaz gestão do património habitacional público.

Este regime legal não foi aprovado pelo que este objectivo não é ainda passível de exequibilidade.

No que se refere às condições de financiamento para aquisição de habitação, tratam-se de matérias reguladas pelo Banco de Portugal.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Quanto ao regime do arrendamento público, o mesmo não foi aprovado.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não passíveis de identificar.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Não deverá ser preconizada qualquer flexibilidade nas condições de financiamento para a aquisição de habitação, devendo a aposta ser exclusivamente na dinamização do mercado de arrendamento.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.5

Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O âmbito e abrangência da actuação do IHRU definido no quadro legislativo em vigor durante o período em avaliação não permitem assegurar impactos significativos na distribuição territorial da população, nem sequer na localização e enquadramento urbano dos empreendimentos que financia.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 2.5.

Justificação sucinta da resposta anterior:

Promoção da reabilitação urbana capaz de reforçar a dinâmica do mercado de arrendamento, tendente à redução do endividamento das famílias e do desemprego, à promoção da mobilidade das pessoas, à requalificação e revitalização das cidades e à dinamização das actividades económicas associadas ao sector da construção.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.3.*	*Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas.*

Medidas Prioritárias	*3.3.4*	*Incentivar novas parcerias para o desenvolvimento de programas integrados de reabilitação, revitalização e qualificação das áreas urbanas, reforçar e agilizar o papel das Sociedades de Reabilitação Urbana e rever o enquadramento fiscal e financeiro das operações integradas nestes programas (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.3.4

Incentivar novas parcerias para o desenvolvimento de programas integrados de reabilitação, revitalização e qualificação das áreas urbanas, reforçar e agilizar o papel das Sociedades de Reabilitação Urbana e rever o enquadramento fiscal e financeiro das operações integradas nestes programas (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; Direção Geral do Território; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autarquias Locais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não identificadas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Em 2008, o IHRU constituiu-se como parceiro de vários programas de acção, no âmbito das parcerias de regeneração urbana (PRU), lideradas pelos Municípios, a seguir discriminadas:

1. Parceria Frente Douro - Peso da Régua;
2. Espaço Robinson e requalificação de espaço público – Portalegre;
3. Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade – Almada;
4. Zambujal Melhor – Amadora;

Em 2009:

1. Vale Construir o Futuro – Moita;
2. Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sines;
3. Estratégia Integrada para a Qualificação do Bairro Padre Cruz – Lisboa

Registam-se ainda as operações de qualificação e reinserção urbana nos designados bairros críticos (Vale da Amoreira, Cova da Moura e Lagarteiro).

Nota final: A participação do IHRU nos projectos de Almada e Amadora envolveram apoio técnico e financeiro. A relativa aos bairros críticos centrou-se na componente investimento. As restantes apenas na colaboração técnica.

*Lista das Sociedades de Reabilitação Urbana em anexo

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Estabelecimento de benefícios fiscais para a área da reabilitação (Decreto-Lei n.º 108/2008 – Estatuto dos Benefícios Fiscais) e redução da taxa do IVA no OE para 2009 (Lei n.º 64-A/2008).

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Maior requalificação no edificado e espaço funcional capaz de promover uma melhor integração e coesão social das populações residentes.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Melhor qualificação do espaço urbano e habitacional que permitiu a criação de melhores condições para a população.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

O Estado central deverá abandonar participação que detém (através do IHRU) nas 3 Sociedades de Reabilitação Urbana.

O modelo de gestão das operações e das intervenções de reabilitação urbana deverá ser uma opção exclusivamente municipal. (lista em anexo)

A8. Observações complementares

No período 2007 2013 as sociedades de reabilitação urbana em atividade foram as seguintes:

- Porto Vivo, SRU (com 60 % de capital social do IHRU)
- Coimbra Viva, SRU (com 51 % de capital social do IHRU)
- Viseu Novo, SRU (com 45 % de capital social do IHRU)
- Lisboa Ocidental, SRU
- SRU Fátima (CM Ourém)
- Lezíria do Tejo, SRU (Intermunicipal - CIM da Lezíria do Tejo)
- Serpobra, SRU
- STR-Urbhis, SRU (Santarém, agora integrada na Lezíria do Tejo, SRU)
- Nova Covilhã, SRU
- GaiURB (Vila Nova de Gaia)

As sociedades de reabilitação urbana Baixa Pombalina SRU e Lisboa Oriental SRU não tiveram qualquer atividade no período em questão.

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 3.3

Justificação sucinta da resposta anterior:

Reforçar a promoção da reabilitação urbana, priorizando a intervenção em Centros Históricos e complementando-a com a dinamização do mercado do arrendamento que leve a uma maior oferta.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

| | Sim | X | Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Estratégia Nacional para a Habitação.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.3.*	*Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.*

Medidas Prioritárias	*4.3.1*	*Elaborar e implementar o Plano Estratégico de Habitação (2007-2013).*
	4.3.2	*Implementar iniciativas de gestão e dinamização do mercado de arrendamento público, tornando o parque habitacional público mais qualificado, dinâmico e capaz de responder com maior equidade e proximidade às necessidades sociais da população (2007-2009).*
	4.3.3	*Incentivar o cumprimento de objetivos sociais por parte dos promotores imobiliários, nomeadamente através da afetação a habitação social de uma quota-parte da habitação nova ou a reabilitar ou ainda no âmbito de operações integradas de revitalização urbana (2007-2013).*
	4.3.4	*Desenvolver intervenções socio-urbanísticas em territórios que apresentem fatores de vulnerabilidade crítica, do ponto de vista urbanístico, económico e social, no sentido da sua qualificação e reinserção urbana, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades urbanas sustentáveis (2007-2013).*
	4.3.5	*Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objetivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade nos modelos de usos e tipologias de habitação (2007-2013).*
	4.3.6	*Concluir o Programa Especial de Realojamento e implementar programas municipais de resposta às graves carências habitacionais, em coerência com os objetivos de equidade social e territorial, reforçando a solução de reabilitação do parque devoluto em relação à construção nova (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.3.1

Elaborar e implementar o Plano Estratégico de Habitação (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Organismos públicos nacionais especificamente competentes, Regiões Autónomas e Autarquias Locais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal e todas as que forneçam informação que identifique a forma como o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais, estão a responder aos objectivos de política pública, nomeadamente na assunção das suas responsabilidades na garantia do exercício do direito à habitação pelos indivíduos e pelas famílias especialmente carenciadas em termos económicos e/ou vulneráveis e em termos sociais.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material/ física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	x	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Criação de mecanismos que garantam habitação condigna às famílias alojadas em situação precária ou em habitações degradadas, bem como às que surgiram em resultado do contexto de crise; produção de habitação a preços acessíveis e desincentivação de processos especulativos; adequação da habitação às mudanças na estrutura das famílias; dar resposta à crescente mobilidade geográfica da população; facilitar o acesso à habitação adequada a grupos com necessidades específicas; reabilitar o património edificado e adequar o parque existente às crescentes exigências de conforto das famílias; mobilizar as habitações devolutas para a dinamização do mercado de arrendamento e a redução do ritmo de crescimento de habitação nova; tornar as soluções no domínio da habitação em elementos de integração e coesão social e urbanística à luz de uma visão de políticas de cidades; adequar a habitação às exigências da eficiência energética e do combate e adaptação às alterações climáticas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Elaboração do Plano Estratégico de Habitação, em diversas versões que nunca chegaram a merecer a validação e aprovação política.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Desconhecidos.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A não aprovação do documento inviabilizou a realização das respectivas acções.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Desconhece-se.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não passível de resposta.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Características que passam pela alteração de instrumentos legislativos e reguladores capazes de dar resposta à nova realidade demográfica, social e económica dos indivíduos e das famílias, na redução do endividamento destas, bem como do desemprego, na promoção da mobilidade das pessoas, na requalificação e revitalização das cidades, na reabilitação urbana, ao invés de novas construções, na dinamização do mercado de arrendamento, na alteração do paradigma de fazer assentar o apoio público na comparticipação a fundo perdido antes dirigindo-os a formas alternativas de financiamento.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.3.2

Implementar iniciativas de gestão e dinamização do mercado de arrendamento público, tornando o parque habitacional público mais qualificado, dinâmico e capaz de responder com maior equidade e proximidade às necessidades sociais da população (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autarquias Locais;

Outras entidades proprietárias de património público (IGFSS, IASFA, Estradas de Portugal, S.A., IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E., Direcção Regional de Habitação dos Açores e SPRIH, S.A.)

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

As entidades referidas na resposta anterior bem como o INE.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada? Não passível de resposta nos casos abaixo, considerando que num dos casos não foi iniciada (criação do regime jurídico de arrendamento público) e noutro encontra-se em curso (caso das obras de beneficiação e requalificação do parque habitacional público).**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Criação de um regime jurídico em matéria de arrendamento público;
- Realização de obras de beneficiação e conservação no património edificado público.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Apresentação do projecto de diploma legal;
- Realização de obras de conservação e beneficiação no património do IHRU.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Apenas passível de identificar o investimento financeiro em obras de conservação e de beneficiação do parque habitacional que, para o período em referência de 2007-2009, é de € 5.650.000.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não foi aprovado o regime jurídico do arrendamento público.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Desconhece-se.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

- Realização do primeiro Inquérito de Caracterização da Habitação Social em Portugal, em 2009, promovido pelo INE, na sequência do trabalho conjunto entre aquele Instituto e o IHRU, o qual permitiu conhecer a realidade do parque habitacional público.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não aprovação do regime jurídico do arrendamento público.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Existem aproximadamente 120.000 fogos de habitação social, na sua maioria propriedade dos municípios (no continente) ou, no caso das regiões autónomas, das entidades que gerem esse património (IHM na Madeira e DRH e SPRIH nos Açores)

O IHRU é proprietário de 11% desses fogos, estando o seu património espalhado por todo o território nacional, com uma concentração reforçada nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Vale do Ave.

Considerando o estado de conservação dos imóveis do IHRU (80% dos fogos precisam de ser reabilitados) e perspetivando um valor médio de intervenção de 8.000€/fogo, o custo da reabilitação do parque do IHRU seria de sensivelmente 83 M€.

Extrapolando para a realidade nacional e utilizando os mesmos critérios, o montante global seria na ordem de 770 M€, um valor de investimento dificilmente alcançável nos 3 anos previstos (2007 a 2009).

Não obstante os confrangimentos financeiros sentidos no período, o IHRU procedeu, dentro das suas capacidades, à realização das obras de beneficiação e de conservação do seu património e ao financiamento de outras entidades, através do Prohabita, procurando garantir uma melhoria das condições de habitação das populações residentes.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não foi aprovado o regime do arrendamento público, pelo que se considera que o resultado ficou aquém do que inicialmente se estimou.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Melhor conhecimento da realidade nacional do parque habitacional público. Melhoria do edificado e revitalização do parque edificado.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Criação de um regime de arrendamento público, que congregue as regras de atribuição de habitações, os procedimentos para a atribuição das habitações, as regras do contrato de arrendamento (com particular relevância para a cessação do contrato por recurso aos tribunais administrativos) e várias isenções e prorrogativas destinadas a reduzir os custos de contexto e a facilitar a gestão do parque habitacional e, por fim, o sistema de determinação do valor da renda.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.3.3

Incentivar o cumprimento de objetivos sociais por parte dos promotores imobiliários, nomeadamente através da afetação a habitação social de uma quota-parte da habitação nova ou a reabilitar ou ainda no âmbito de operações integradas de revitalização urbana (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Desconhece-se.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada? Não passível de identificar.**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Desconhece-se.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Tomando em consideração o conceito de habitação social num âmbito mais alargado, ou seja aquilo que é a habitação a custos controlados (HCC), os incentivos nacionais em vigor no período de execução (e antes dele) foram: IVA à taxa reduzida (5% e 6%) e bonificação de juros, que abrange igualmente o âmbito dos Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH). O IHRU neste âmbito tem responsabilidades limitadas enquanto o agente certificador das condições de custos controlados na habitação e enquanto um dos possíveis financiadores deste tipo de promoção

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Desconhecem-se.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Desconhecem-se.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Desconhecem-se.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Desconhecem-se.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não passíveis de identificar.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Desconhecem-se.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.3.4

Desenvolver intervenções socio-urbanísticas em territórios que apresentem fatores de vulnerabilidade crítica, do ponto de vista urbanístico, económico e social, no sentido da sua qualificação e reinserção urbana, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades urbanas sustentáveis (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; Municípios.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidades Ministeriais, ONG´s e actores locais.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Desconhece-se.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não se identificam

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Acções promotoras de sustentabilidade ambiental e urbana; diminuição da espiral de pobreza e do efeito de gueto; melhoria da qualidade de vida e empowerment dos habitantes, revitalização e diversificação da economia local, através da Iniciativas Bairros Críticos (Vale da Amoreira, Concelho da Moita, Cova da Moura, concelho da Amadora e Lagarteiro, concelho do Porto) e Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas (Candidatura "Old Ghettos, New Centralities" aos Fundos do Instrumento Financeiro do EEE), casos de Alagoas – Peso da Régua e Rabo de Peixe – Ribeira Grande (Açores)

Foram, igualmente, celebradas entre o Instituto e os Municípios de Almada e da Moita as Parcerias de Regeneração Urbana, dirigidas essencialmente à requalificação do espaço público e criação e reabilitação de parques urbanos e equipamentos colectivos (Centro Cívico do Fróis, Jardim Filipa d' Água, Espaços Exteriores do Bairro Filipa d' Água, todos no Monte da Caparica, Almada, entre outro no

Concelho da Moita).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Apenas passível de identificar os recursos financeiros:

Iniciativa Bairros Críticos – € 8,6 milhões

Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas (Candidatura "Old Ghettos, New Centralities" aos Fundos do Instrumento Financeiro do EEE), casos de Alagoas – Peso da Régua e Rabo de Peixe – Ribeira Grande (Açores) – € 24 987 613 €

Parcerias de Regeneração Urbana (período de 2010 a 2012) - € 2 112 772 €

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Desconhece-se.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Desconhece-se.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Existem os relatórios sobre a Iniciativa Bairros Críticos.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Desconhecem-se.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Requalificação urbana pela intervenção no edificado e espaço público, promoção da integração social das populações numa lógica integrada e sustentada.

Ao nível territorial, diminuição da degradação ambiental, qualificação de espaços públicos, infra-estruturas novas e reabilitadas para fins sociais, educacionais e de lazer.

Ao nível social, económico e cultural, melhoramento do bem-estar e segurança, mitigação da pobreza e exclusão social, diminuição do abandono e fracasso escolar, aumento da auto-estima e de identidades sociais positivas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Admite-se que as realizações efectuadas alcançaram os resultados esperados.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Impactos positivos na recuperação do edificado, na renovação das infra-estruturas e dos espaços públicos na criação de novos espaços (espaço multifuncional para organizações locais e para pequenos equipamentos comerciais de bairro). No que diz respeito aos residentes, os impactos serão alcançados na melhoria das suas condições de vida, saúde, conforto e segurança, nomeadamente pela diminuição da exposição ao risco de marginalização juvenil, pelo aumento da actividade laboral e qualificação profissional, pela diminuição do abandono escolar prematuro, entre outras.

As operações de requalificação que envolvem as populações produzirão, igualmente, efeitos em termos de reforço dos laços afectivos dos moradores ao seu próprio bairro, de melhoria de auto-estima e de suporte ao desenvolvimento de identidades sociais positivas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

É necessário continuar a responder a este problema mas os instrumentos que estiveram em vigor não serão eventualmente os mais adequados. Estas matérias devem ser geridas por quem está próximo das populações (nomeadamente pelas autarquias e não pela administração central.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.3.6

Concluir o Programa Especial de Realojamento e implementar programas municipais de resposta às graves carências habitacionais, em coerência com os objetivos de equidade social e territorial, reforçando a solução de reabilitação do parque devoluto em relação à construção nova (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; Municípios.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Desconhece-se.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Desconhece-se.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Construção ou aquisição de habitação para realojamento das populações recenseadas no âmbito do PER.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Cumprimento, por parte dos Municípios, dos contratos celebrados ao abrigo do PER e resolução da situação habitacional dos beneficiários.

Celebração de acordos de colaboração, ao abrigo, quer do Decreto-Lei n.º 226/86 quer do PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, para efeitos de requalificação de bairros sociais degradados, aquisição ou reabilitação de edifícios ou de fracções habitacionais devolutas.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

No período de 2007 a 2013, no âmbito dos programas de realojamento (acordos de colaboração, PER, PER-Famílias e PROHABITA) o Instituto contratou o financiamento da construção e da aquisição de 15 693 fogos, no total de € 206 636 401, 28, correspondendo ao somatório dos seguintes valores parcelares:

- Comparticipação contratada – 148 522 333,83

- Empréstimo contratado – 58 114 067,45.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Desconhece-se.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Desconhece-se.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Alteração ao ProHABITA em 2007, permitindo o realojamento de populações não recenseadas no PER.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Execução física do Programa Especial de Realojamento (PER) – Agregados por realojar na Área Metropolitana de Lisboa * O PER não tem data de conclusão, pelo que se utilizou a calendarização da Medida Prioritária 4.3.6	Nº de agregados familiares a viver em barracas	33.415	1995	0	2013 *	2.507	2013
Execução física do Programa Especial de Realojamento (PER) – Agregados por realojar na Área Metropolitana de Porto * O PER não tem data de conclusão, pelo que se utilizou a calendarização da Medida Prioritária 4.3.6	Nº de agregados familiares a viver em barracas	15.001	1995	0	2013 *	794	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A execução do PER tem sido objecto de acompanhamento por parte do IHRU.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Desconhecem-se.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O Programa Especial de Realojamento concedeu aos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto a criação de condições para proceder à erradicação de barracas existentes naquelas áreas, o que, para além de ter permitido a requalificação do território, garantiu o realojamento das populações nelas residentes, conferindo-lhes as necessárias condições de habitabilidade. Considerando, por outro lado, que a execução do Programa foi acompanhado da criação de equipamentos sociais na área do apoio à infância, educação, formação profissional, saúde, cultura e desporto, ele permitiu também um maior desenvolvimento social das populações e, consequentemente, o reforço da coesão social.

Sem prejuízo do esforço financeiro reclamado para a execução do Programa, bem como pelos financiamentos concedidos no âmbito de outros programas de apoio à habitação, entre os quais o PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, criado pelo Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, os últimos números do ICHS - Inquérito de Caracterização da Habitação Social, em Portugal, 2012, realizado pelo INE, apontam para a existência de cerca de 25 000 pedidos de habitação.

Solicita-se o desenvolvimento da justificação apresentada, nomeadamente salientando aquilo que foi alcançado em matéria de eliminação de barracas, mas também as situações de carência habitacional que ainda ficaram por resolver

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

No balanço realizado em maio de 2013 verificou-se que o PER encontra-se executado em cerca de 95%, pelo que se pode considerar que a sua realização alcançou os resultados inicialmente esperados.

No entanto, existem ainda situações de grave carência habitacional que importa resolver:

- Famílias a viver em barracas recenseadas no PER ainda por realojar (AML e AMP);
- Famílias a viver em barracas não recenseadas no PER (AML e AMP);
- Habitações sobrelotadas ou profundamente degradadas;
- Novos núcleos de barracas que surgiram com o agudizar da crise.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Melhoria das condições de vida das populações alvo.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

	Características idênticas	X	Outras características

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A continuidade desta medida deverá passar por uma aposta na reabilitação de bairros sociais, dando ênfase às operações de realojamento articuladas com as operações de reabilitação urbana.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.3

Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O IHRU participa em diversos Planos/Estratégias/Comissões Sectoriais com vista à concretização de um conjunto de iniciativas que melhores as condições de habitação das populações pertencentes aos grupos populacionais mais vulneráveis.

No domínio da habitação houve um progresso notável na melhoria no acesso à habitação e a condições dignas de habitação, tendo em conta o avanço no processo de erradicação das barracas. Não obstante este notável avanço, importa reconhecer que foram cometidos alguns erros em termos de opções de ordenamento do território que se evidenciam por algumas situações de "guetização" decorrente da concentração exagerada de fogos de realojamento.

O modelo do Estado enquanto financiador e certificador deverá manter-se, assegurando-se que as autarquias mantenham a liderança nos processos e respostas à questão da habitação, uma vez que estas se afiguram ser as mais capazes, pelo conhecimento das realidades locais, de melhor adequar as respostas às necessidades reais.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico? Desconhece-se.**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base	Meta	Resultados

		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 4.3

Justificação sucinta da resposta anterior:

Entende-se prioritária a implementação de uma Estratégia para a Habitação que responda à necessidade de garantir um maior acesso de pessoas à habitação e que passará pela execução de um conjunto de medidas, umas de reforço de diplomas legais já existentes, outras da respectiva criação.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Plano Estratégico da Habitação

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Objectivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.9.*	*Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas.*

Medidas Prioritárias	*1.9.6*	*Desenvolver planos de transportes urbanos sustentáveis, visando reforçar a utilização do transporte público e a mobilidade não motorizada e melhorar a qualidade do ar, nomeadamente em áreas de grande densidade populacional (2007-2013).*
	1.9.7	*Regulamentar a utilização de veículos em meio urbano, tanto de transporte público como individual, de passageiros ou de mercadorias e mistos, definindo os índices de emissão admissíveis, através de medidas incidentes na aquisição e na utilização (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.9.6

Desenvolver planos de transportes urbanos sustentáveis, visando reforçar a utilização do transporte público e a mobilidade não motorizada e melhorar a qualidade do ar, nomeadamente em áreas de grande densidade populacional (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios; Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Autoridades metropolitanas de Transportes; Agência Portuguesa do Ambiente (Projeto Mobilidade Sustentável);

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, no âmbito do Projeto de Mobilidade Sustentável;

Operadores de transporte, no âmbito dos Estudos de Reestruturação de Redes e Serviços;

No geral, o desenvolvimento e implementação deste tipo de planos implica o envolvimento e participação de um amplo leque de *stakeholders* de âmbito local e nacional: operadores de transporte público (ferroviário, rodoviário, táxis, etc); operadores de logística; redes de infraestruturas (Refer, EP, etc.); saúde; educação; forças de segurança; juntas de freguesia; grupos de cidadãos; IMT; CCDR, etc., através da Comissões Externas de acompanhamento

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Estruturas de Gestão do QREN (programas nacionais e regionais)

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

PACOTE DA MOBILIDADE (IMT) - Produção de uma estratégia para a mobilidade no território nacional corporizada em diretrizes, guias/ brochuras técnicas e na divulgação e disseminação de boas práticas (Não incluído no PNPOT):

1) Desenvolvimento das DIRETRIZES NACIONAIS PARA A MOBILIDADE que definem a estratégia e as linhas orientação estratégica para a mobilidade em Portugal. Propõem a obrigatoriedade de

elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes (nome adotado após ampla discussão técnica com peritos nacionais), para municípios com mais de 50.000 habitantes e capitais de distrito; (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011)

2) Aprovação governamental e publicação das Diretrizes Nacionais para a Mobilidade, através de Resolução de Conselho de Ministros (elaborado o projecto de resolução e enviado à tutela).
3) Aprovação governamental de um Programa de Apoio Financeiro para a mobilidade (enviado documento preliminar à tutela).;
4) Desenvolvimento de GUIÃO ORIENTADOR – ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E TRANSPORTES NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
5) Desenvolvimento do «GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES» (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011);
6) Desenvolvimento do «GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DE EMPRESAS E PÓLOS (Geradores e atratores de deslocações» (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011);
7) Desenvolvimento da COLEÇÃO DE BROCHURAS TÉCNICAS E TEMÁTICAS de apoio è elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes. Desenvolvimento do primeiro conjunto de 11 brochuras (Documentos concluídos e apresentados publicamente em 2011)
    a. Tipologias de Meios e Modos de transportes
    b. Soluções de Transportes Flexíveis
    c. Interfaces de Transportes de Passageiros
    d. Rede Viária – Princípios de Planeamento e Desenho
    e. Contagens e Inquéritos de Tráfego
    f. Políticas de Estacionamento
    g. Transportes Partilhados
    h. Acalmia de Tráfego
    i. Rede Pedonal – Princípios de Planeamento e Desenho
    j. Rede Ciclável – Princípios de Planeamento e Desenho
    k. Sistemas de Informação ao Público

PLANO DE PROMOÇÃO DA BICICLETA E OUTROS MODOS SUAVES (CiclAndo) - O IMT coordenou um Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Despacho n.º 11125/2010 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Educação, publicado no dia 7 de julho, na sequência da Resolução da Assembleia da República, n.º 3/2009, de 5 de Fevereiro, que desenvolveu o projeto de Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves (CiclAndo), que tem como estratégia a promoção da utilização dos modos suaves (um meio de transporte sustentável) com especial enfoque nas deslocações quotidianas (Documento concluído e enviado à tutela em Novembro de 2012).

Bases Metodológicas para "Estudos de Reestruturação de Redes e Serviços de Transportes - Transporte Público Rodoviário de Passageiros" IMT) - Documento de suporte ao apoio técnico-financeiro do IMTT (Documento concluído em 2009).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Concluído o Projeto Mobilidade Sustentável; restantes medidas concluídas. Continuidade da divulgação e disseminação.

O Projeto Mobilidade Sustentável promovido pela APA e acompanhado pelo IMT, ANSR e DGT, tinha por objetivo a elaboração de **Projetos de Mobilidade Sustentável** (abrangendo uma grande diversidade de

medidas de mobilidade sustentável e áreas/sectores urbanos) para 40 municípios, visando a melhoria contínua das condições de deslocação, a diminuição dos impactes no ambiente e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos. Os municípios envolvidos foram: Alandroal, Amarante, Arcos de Valdevez, Arganil, Barcelos, Beja, Cantanhede, Castelo Branco, Chaves, Fafe, Faro, Figueiró dos Vinhos, Golegã, Grândola, Idanha-a-Nova, Lagoa, Leiria, Loulé, Mértola, Miranda do Douro, Mirandela, Murtosa, Oliveira de Frades, Ourém, Ourique, Penela, Pombal, Ponta Delgada, Portimão, Póvoa de Lanhoso, Santa Comba Dão, Santa Marta de Penaguião, Santarém, Serpa, Silves, Tavira, Vendas Novas, Viana do Castelo, Vila do Bispo e Vila Nova de Famalicão.

No período em análise, o IMT deu continuidade ao apoio técnico e financeiro à elaboração de **estudos de reestruturação de redes de transportes públicos** em 16 municípios (Águeda, Arganil, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Caldas da Rainha, Entroncamento, Fafe, Lousã, Marinha Grande, Mortágua, Pombal, Santa Comba Dão, Sever do Vouga, Tondela e Vila Verde. 8 destes municípios receberam apoio do IMTT na implementação dos estudos (Águeda, Arganil, Braga, Cabeceiras de Basto, Entroncamento, Fafe, Marinha Grande, Santa Comba Dão).

Atualmente, estão em curso (em diferentes fases) Planos de Mobilidade e Transportes, que adotam os conteúdos e metodologias do "Guia para a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportesnos seguintes municípios: Olhão concluído – apoiado pelo QREN); Ílhavo (em curso); Maia (concluído – apoiado pelo QREN); Aveiro (em curso); Cascais (concluído); Faro (em fase inicial/ concurso).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos:

Envolvimento da equipa do Gabinete de Planeamento Inovação e Avaliação/ IMT na elaboração, consulta pública, divulgação e disseminação do pacote da mobilidade.

Acompanhamento por parte da DDIP/ IMT dos eventos e ações de divulgação.

Realização pelo IMT de Conferência Internacional Acessibilidade, Mobilidade e Gestão do Território em Abril de 2010, com 1 dia dedicado ao Pacote da Mobilidade, 1 dia dedicado à Gestão da Mobilidade, 1 dia dedicado ao Projeto Europeu Civittas(cidades de Coimbra, Porto e Funchal). Cerca de 500 participantes; vários especialistas nacionais e internacionais e 3 Secretários de Estado (Transportes, Ordenamento do Território e Ambiente).

Realização pelo IMT de 2 workshops regionais em Braga (220 participantes) e em Évora (120 participantes) em Abril de 2012, incluindo sessões técnicas por tema do Pacote.

Acompanhamento dos PMT em elaboração.

Envolvimento da equipa do GPIA/ IMT na elaboração do projeto de Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves (CiclAndo)

Recursos financeiros:

Contratação de consultores para a elaboração do Pacote da Mobilidade: Diretrizes e Guia PMT: TIS. Pt;; Brochuras: Transitec; Guia PMEP (DHV); Guião Orientador(Bruno Soares e Associados).

Contratação de 5 peritos nacionais para apoio (*brainstorming* e revisão de peças) à elaboração do Pacote da Mobilidade

Contratação de *Média partner* para divulgação; desenvolvimento de *site* sobre o Pacote e consulta

pública; distribuição de CD-ROM; *Roll Ups*; etc

Contratação de 3 consultores para a elaboração da "Parte III -Implementação e Monitorização" do projeto de Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves (CiclAndo)

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

- Publicação de Resolução de Conselho de Ministros com as Diretrizes Nacionais para a Mobilidade(Pacote);

- Aprovação do programa de Apoio Financeiro (Pacote);

- Aprovação do CiclAndo

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Ao nível europeu, destaque-se a publicação do Plano de Ação para a Mobilidade Urbana (2009), do Livro Branco dos Transportes (2011) e do recente «Pacote da Mobilidade Urbana» (dez. 2013), que incentivam as cidades a elaborarem Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (SUMP) associando a existência de Planos e a realização de auditorias ao financiamento europeu nesta área.. A CE publicou instrumentos técnicos para a elaboração de SUMP: Guia (2013) e conceito (2013) e prevê apoios financeiros aos SUMP.

O IMT faz parte do consórcio que inclui todos os países da União Europeia e a Noruega que está a desenvolver o Projeto Endurance, apoiado pela EU através do IEE (2013-2016). Este projeto tem por objetivo incentivar as cidades europeias a desenvolverem SUMP/ PMT, criando uma rede europeia (e nacional) de SUMP e apoiando as cidades, designadamente através de reuniões, workshops, formação técnica, troca de experiências, etc.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas:

Restrições orçamentais no apoio técnico e financeiro à elaboração de Planos de Mobilidade e de Estudos/Planos de reestruturação de redes e serviços de transportes públicos mas também à execução de medidas neles propostas.

Insuficiente compromisso político com a definição de orientações claras e vinculativas no sentido de assegurar um sistema de acessibilidades, transportes e mobilidade sustentável.

A iniciativa de elaboração dos Planos é da responsabilidade voluntária dos municípios, uma vez que estes não são obrigatórios. Os limitados recursos financeiros dos municípios e a ausência de comunicação de uma política pública explícita de apoio financeiro, constitui um constrangimento à respetiva iniciativa.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A nível dos objetivos do PNPOT a relevância dos resultados é de apenas no enanto são de destacar os seguintes aspetos:

No contexto das atribuições e competências do IMT enquanto organismo da Administração Central, o Pacote da Mobilidade constitui um instrumento muito relevante, atualmente referenciado a nível das universidades (nos conteúdos letivos, em teses de mestrado e doutoramento), profissionais (quadros dos municípios e AC, consultores)

Para além do desenvolvimento e publicação das peças do Pacote, sublinha-se a organização de Conferências e Workshops, com uma forte componente técnica, o apoio aos municípios ao nível técnico, através das Comissões Externas de Acompanhamento, mas especialmente no apoio à elaboração de cadernos de encargos, orientações técnicas, etc.

A publicação destes documentos terá contribuído para uma crescente sensibilização das autarquias que evidenciam uma crescente dinâmica de realizações na área da mobilidade sustentável, apesar dos

constrangimentos referidos.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As realizações da medida estão aquém do que se pretendia por falta do enquadramento político e financeiro já referido.

A existência desse enquadramento permitiria criar no âmbito do novo Quadro de Apoio Financeiro Europeu (2014-2020), um programa específico que viabilizasse e balizasse os apoios a considerar quer à elaboração de planos quer à concretização das respetivas medidas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O Pacote da Mobilidade, o Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves de Transporte (CiclAndo) e as Bases Metodológicas para a elaboração de Estudos de Reestruturação de Redes de Transportes e Serviços tiveram impactos que se refletiram, sobretudo, na interação com as outras instituições intervenientes na execução da medida (impactos institucionais).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A medida 1.9.6 deverá ser revista em articulação com a medida 3.2.7 por razões conceptuais, relacionadas com as designações de "Planos de Transportes Urbanos Sustentáveis" e de "Planos de Mobilidade" e com o conceito de acessibilidade e mobilidade (coisas diferentes).

Aos instrumentos de Planeamento devem corresponder conteúdos específicos e precisos. Estas duas designações atribuíveis a Planos não são a mesma coisa

Recorda-se que no âmbito do Pacote da Mobilidade a figura criada foi a de Plano de Mobilidade e Transportes (PMT), cuja abordagem inclui uma visão estratégica que abrange todos os modos de transportes. Na asserção da medida 1.9.6 deveria usar-se esta designação.

Este conceito não integra o planeamento operacional que exige instrumentos específicos normalmente direccionados para a concretização de propostas relativas a um subsistema (por ex: transportes públicos, transporte individual -circulação e estacionamento; modos suaves (ciclável e/ou pedonal, etc).

A prevista descentralização de competências relativas ao planeamento e gestão dos transportes para os

municípios e comunidades intermunicipais (decorrente do novo regime das autarquias locais - Lei n.º 75/2013) e a entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, relativo ao serviço público de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros (que regula os contratos de serviço público entre as autoridades e operadores e as obrigações de serviço público, cuja aplicação será obrigatória a partir de 2019), tornam premente a realização de Planos/Estudos de Reestruturação de redes e serviços de Transportes públicos de passageiros, na perspectiva da sua exploração e viabilização económica e financeira. as autarquias e CIM terão que proceder ao Planeamento das redes e serviços de transportes, e munir-se dos instrumentos, adequados para o efeito

As exigentes metas da CE consagradas no Livro Branco dos Transportes (2011), relativas à descarbonização dos transportes nas cidades e à redução da sinistralidade, tornam igualmente premente a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes, visando a alteração da repartição modal e a sustentabilidade do sistema de transportes.

A8. Observações complementares

As referências anteriormente expostas, não significam que não se considere como muito mais importante refletir, para além da simples reformulação das medidas e se preconize uma reflexão profunda, principalmente ao nível da matriz de objetivos e medidas.

Medida Prioritária 1.9.7

Regulamentar a utilização de veículos em meio urbano, tanto de transporte público como individual, de passageiros ou de mercadorias e mistos, definindo os índices de emissão admissíveis, através de medidas incidentes na aquisição e na utilização (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública. Polícias Municipais. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto da Mobilidade e dos Transportes

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não foram estabelecidas ações para a execução da medida, a nível nacional.

A nível regional e no âmbito da elaboração por imposição legal de PPAR, quando ultrapassados indicadores estipulados de qualidade do ar.

No âmbito do PPAR LVT e PPAR do Norte previu-se a implementação de Zonas de Emissão Reduzida nos municípios de Lisboa, Matosinhos e Santo Tirso (entre 2009 e 2011).

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A regulamentação da utilização e circulação de veículos em meio urbano é uma competência municipal.

O município de Lisboa criou a primeira Zona de Emissões Reduzidas (ZER), em cumprimento de uma medida integrada no Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo. A primeira fase da ZER foi implementada em 2011 e caracterizou-se pela restrição à circulação de veículos que não respeitassem as normas de emissão EURO I (veículos construídos antes de Julho de 1992), no eixo da Av. da Liberdade (a sul da Av. Alexandre Herculano) e na Baixa. Em 2012 foi lançada a 2ª fase da ZER numa zona definida pelos seguintes limites: Av. Ceuta | Eixo Norte-Sul | Av. Forças Armadas | Av. EUA | Av. Marechal António Spínola | Av. Santo Condestável | Av. Infante D. Henrique. De referir que nos limites da Zona 2 é permitida a circulação de todos os veículos.

No âmbito do Programa da Mobilidade Elétrica, 25 cidades aderentes viram implementada na área urbana dos seus municípios a respetiva rede pública de postos de carregamento de veículos elétricos, que constitui um incentivo à aquisição e utilização de veículos mais eficientes e localmente não poluentes, embora o seu impacto não seja ainda referenciável.

Ainda no âmbito do mesmo Programa da Mobilidade Elétrica, foram regulamentados diversos incentivos à compra de VE, que foram entretanto eliminados. Para além das isenções fiscais, foi criado um incentivo de 5mil euros para os primeiros 5mil veículos elétricos, apoio acumulável com o do Programa de Incentivo ao abate de Veículos em Fim de Vida.

Entre 2000 e 2010 vigorou o Programa de Incentivo ao abate de veículos em fim de vida, que foi objeto de alterações através do DL nº 33/2007, de 15 de Fevereiro, que para além da simplificação veio reforçar o apoio fiscal que passou para 1000 ou 1250 euros consoante a idade de uso fosse de 10 ou 15 anos. Em 2009, foi introduzido um limite máximo de emissões de CO2, fixado em 140g/km, para os veículos novos a adquirir, deixando assim de haver apoio a carros de maior cilindrada (com maiores consumos e níveis de emissões). Em 2010, o nível de emissões máximo passou para 130 g/km.

Chegou a estar prevista a regulamentação, escalonada no tempo, de definição de limites máximos de idade dos veículos afetos ao serviço de táxi.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

O IMT apenas teve afetação de recursos humanos no acompanhamento da medida (não na execução, que é da competência municipal).

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Considerando as medidas ZER incluídas nos PPAR Lisboa e Vale do Tejo e Norte, realizadas, importa confirmar o grau de execução das medidas previstas para os municípios de Matosinhos e Santo Tirso.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Os Programas de execução do PPAR LVT e Norte entraram em vigor em 2009 e tinham um conjunto de ações a implementar até 2012. As ZER de Lisboa, Santo Tirso e Matosinhos tinham calendários específicos anteriores a 2012 cujo cumprimento tem que ser aferido com as respetivas autarquias.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Do conhecimento do IMT, não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
	Km2						

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas.

Dificuldades no exercício de fiscalização do cumprimento das ZER, custos elevados em sistemas eletrónicos e automáticos de fiscalização destas zonas, resistência de setores profissionais específicos (táxis, empresas de distribuição de mercadorias) pelos impactos económicos decorrentes das medidas (ZER e logística urbana).

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

À limitação de emissões estão associados veículos de baixo consumo e de maior eficiência energética. A limitação de emissões dos veículos acelera a renovação do parque automóvel pela substituição de veículos de maiores consumos e emissões por veículos mais eficientes e eventualmente com recurso a outras fontes energéticas não derivadas do petróleo. Estas soluções têm forte impacto na qualidade do ar local.

Os dados disponíveis apontam para que entre 2007 e 2011 (alguns dos benefícios atribuídos pelo Programa de Abate aos Veículos em Fim de Vida tiveram expressão material no ano seguinte ao da vigência do Programa) foi apoiada a aquisição de cerca de 132 mil veículos novos correspondente ao abate de outros tantos com mais de 10 anos (em 2009, foi apoiado também o abate de veículos com mais de 8 anos).

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A medida não tem ações e resultados fixados pelo que não é aferível nessa perspetiva. Em Lisboa a experiência das ZER teve resultados positivos ao nível das medições da qualidade do ar na área abrangida (dados concretos a solicitar à CCDRLVT ou à autarquia)

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Ao nível do IMT, não houve quaisquer impactos.

O Programa de Abate a Veículos em Fim de Vida correspondeu a uma despesa fiscal (que não do IMT), entre 2007 e 2011, no valor total de 150milhões de euros

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Para efeitos de avaliação da medida devem concretizar-se as ações relevantes a programar para o período, 2014-2020 como a implementação de ZER e de veículos eficientes associados às funções de logística, transporte público, recolha de resíduos, frota pública, outros.

A8. Observações complementares

Entre possíveis ações, que poderiam contribuir para a execução desta medida, estão:

- Imposição de limites progressivos (em diferentes horizontes temporais) de redução de emissões às frotas de logística urbana (a nível nacional)
- Regulamentação, escalonada no tempo, de imposição progressivamente mais restritiva, dos limites máximos de idade ou emissões dos veículos afetos ao serviço de transporte de passageiros e mercadorias e a implementação gradual de ZER, (a nível municipal) de acordo com critérios municipais.
- Relançamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículos em Fim de Vida. No âmbito da proposta de revisão intercalar 2013-15 da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, foi incluída a medida 9.3 «Implementação de incentivos ao abate de veículos, 2013-2015», tendo sido aprovado em Conselho de Ministros de 21 de novembro de 2013 o seu envio à Assembleia da Repúblico. Também a Assembleia da República aprovou por unanimidade, em Julho de 2013, uma recomendação no sentido de se estudar um novo regime de incentivos à compra de automóveis novos. Esta medida deve definir o limite (progressivamente mais restritivo ao longo do tempo) de emissões de CO2 dos novos veículos objeto do incentivo e a descriminação positiva no caso de compra de veículos elétricos.

Objetivo Específico 1.9

Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Os PMT e as ZER são ações positivas para o objetivo 1.9. Contudo, em termos quantitativos são poucos os municípios com PMT e poucas as ZER implementadas.

As ZER são ações importantes para a melhoria do ambiente urbano por via da redução da poluição atmosférica com origem no tráfego rodoviário. Contudo, têm um contributo reduzido para a prevenção das alterações climáticas e redução do consumo de energia.

Não sendo competência própria do IMT, este Instituto participa e pronuncia-se nos processos de revisão do Plano Nacional para as Alterações Climáticas, do Programa da Mobilidade Elétrica e no acompanhamento e implementação dos Planos Nacionais de Ação para a Eficiência Energética e para as Energias Renováveis, onde se enquadram diversas medidas de impacto nacional e local na área da mobilidade e transportes que contribuem para os objetivos na área da eficiência energética e combate às alterações Climáticas.

O IMT apresentou já uma proposta de Plano para a Promoção da Bicicleta e Outro Modos Suaves (CiclAndo), onde se inscrevem diversas medidas de incentivo e promoção da mobilidade sustentável,

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	1.9

Justificação sucinta da resposta anterior:

O objetivo específico 1.9 é o único na área de atuação do IMT respeitante ao objetivo estratégico em apreço.

O IMT apresentou já uma proposta de Plano para a Promoção da Bicicleta e Outro Modos Suaves (CiclAndo), onde se inscrevem diversas medidas de incentivo e promoção da mobilidade sustentável, com impactos ao nível da redução dos consumos energéticos e de combustíveis.

Não sendo competência própria do IMT, este Instituto participa e pronuncia-se nos processos de revisão do Plano Nacional para as Alterações Climáticas, do Programa da Mobilidade Elétrica e no acompanhamento e implementação dos Planos Nacionais de Ação para a Eficiência Energética e para as Energias Renováveis, onde se enquadram diversas medidas de impacto nacional e local na área da mobilidade e transportes que contribuem para os objetivos na área da eficiência energética e combate às alterações Climáticas.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Nada a assinalar

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nada a assinalar

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Tornar o sistema de transportes menos dependente do petróleo, promovendo e vulgarizando fontes de energia e sistemas de propulsão inovadores e sustentáveis, proporcionando aos utilizadores deslocações seguras, confortáveis, com tempos de viagem e espera aceitáveis, custos acessíveis, exercendo a sua mobilidade com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação /**

Programa de Políticas para 2014-2020?

Livro Branco - Roteiro do espaço único europeu dos transportes - Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos - COM (2011) 144 final (assim como o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana (2009), o Livro Verde por Uma nova cultura de mobilidade e o Livro Verde para o Desenvolvimento Sustentável); Comunicação da Comissão designada por "Pacote da Mobilidade Urbana" (COM), publicada em Dezembro de 2013, cujo documento central é ""Avançar em conjunto para uma mobilidade urbana competitiva e eficiente na utilização de recursos" e onde é estabelecido o conceito de Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (SUMP); Orientações da Organização Mundial de Saúde, visando a promoção de uma melhor mobilidade e um melhor ambiente para uma melhor saúde; PETI 3 – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas no Horizonte 2014-2020

B3. Observações complementares

Objectivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.1.*	*Afirmar a dimensão atlântica do País, consolidando o papel estratégico das Regiões Autónomas como plataformas intermédias entre o continente europeu e os continentes americano e africano.*
Medidas Prioritárias	*2.1.1*	*Promover conexões do ordenamento logístico continental com as Regiões Autónomas, tirando vantagem da sua posição geográfica e das suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias (2007-2013).*
	2.1.2	*Promover e implementar medidas de minimização das desvantagens da insularidade e da ultraperificidade, nomeadamente a abertura dos portos e aeroportos a novos operadores, a continuidade e diversificação de ligações eficientes com o exterior, a melhoria da eficácia económica e da qualidade dos serviços portuários e aeroportuários e o desenvolvimento equilibrado da cadeia logística de transportes, com particular atenção aos modos rodoviários e marítimos (2007-2013).*
	2.1.3	*Desenvolver uma política de transporte marítimo de mercadorias adequada às necessidades das Regiões Autónomas, nomeadamente através de uma melhor distribuição das escalas dos navios e da equiparação dos custos portuários, que permita uma melhor integração daquelas Regiões nas suas áreas geográficas tradicionais (sul da Europa, norte de África, ilhas da Macaronésia) (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.2.*	*Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.*
Medidas Prioritárias	*2.2.3*	*Implementar uma estratégia de afirmação dos principais portos nacionais, integrando-os nas "autoestradas do mar" no espaço europeu, e desenvolver, em particular, uma estratégia para os sistemas portuários de Sines, Setúbal, Lisboa e das Regiões Autónomas, afirmando-os como portas atlânticas do Sudoeste Europeu no contexto dos tráfegos marítimos à escala mundial e inserindo os três primeiros num grande corredor rodoviário e ferroviário de acesso a Espanha e ao interior do continente europeu (2007-2013).*
	2.2.4	*Elaborar e implementar um plano de desenvolvimento do Sistema Nacional Marítimo-Portuário no Continente e nas Regiões Autónomas, que oriente as atuações dos organismos sectoriais e das Administrações Portuárias, enquadre os instrumentos de planeamento ao nível local e promova os desenvolvimentos mais reprodutivos e o alargamento de hinterlands em ambiente concorrencial, regulando a exploração comercial de terminais de forma a limitar excessos de poder de mercado (2007-2013).*
	2.2.8	*Promover a execução, no quadro do atual PRN do território continental, das vias que asseguram as ligações entre Portugal e Espanha, dando prioridade à conclusão da Rede Rodoviária Transeuropeia (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.1.1

Promover conexões do ordenamento logístico continental com as Regiões Autónomas, tirando vantagem da sua posição geográfica e das suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo; entidades responsáveis pela gestão de aeroportos nacionais - ANA, ANAM e SATA; Regiões Autónomas da Madeira e Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Instituto Nacional de Aviação Civil

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A política portuária e de transportes marítimos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais, pelo que nessa componente o IPTM anteriormente e o IMT atualmente apenas intervém na qualidade de supervisão e regulação da atividade económica do transporte marítimo, nomeadamente no contexto do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional (Decreto-Lei nº 7/2006, de 4 de Janeiro), Igualmente, no contexto das Linhas de Orientação da UE sobre Ajudas de Estado ao transporte marítimo, o IMT gere um Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional, visando a modernização da frota existente e atenuar ou anular os encargos suportados pelos armadores com as contribuições para a Segurança Social e IRS retido aos

tripulantes ao seu serviço, sendo que maioritariamente os armadores nacionais beneficiários deste apoio operam no serviço de cabotagem nacional.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os aspetos relativos à regulação económica no contexto do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional são assegurados por um Departamento no IMT, o qual gere igualmente o referido Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional.

Os recursos financeiros afetos são públicos, provendo no caso do Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional do PIDDAC, envolvendo um montante anual médio nos últimos 5 anos (2009-2013) de 3,6 milhões de euros.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Está prevista a continuidade do Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional nos próximos anos.

Medida Prioritária 2.1.2

Promover e implementar medidas de minimização das desvantagens da insularidade e da ultraperificidade, nomeadamente a abertura dos portos e aeroportos a novos operadores, a continuidade e diversificação de ligações eficientes com o exterior, a melhoria da eficácia económica e da qualidade dos serviços portuários e aeroportuários e o desenvolvimento equilibrado da cadeia logística de transportes, com particular atenção aos modos rodoviários e marítimos (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes (na componente marítimo portuária a responsabilidade de implementação desta medida é dos Governos Regionais); Instituto Nacional de Aviação Civil, Regiões Autónomas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [X] Concluída [ ]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A política portuária e de transportes marítimos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais, pelo que nessa componente o IPTM anteriormente e o IMT atualmente apenas intervém na qualidade de supervisão e regulação da atividade económica do transporte marítimo, nomeadamente no contexto do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional (Decreto-Lei nº 7/2006, de 4 de Janeiro), Igualmente, no contexto das Linhas de Orientação da UE sobre Ajudas de Estado ao transporte marítimo, o IMT gere um Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional, visando a modernização da frota existente e atenuar ou anular os encargos suportados pelos armadores com as contribuições para a Segurança Social e IRS retido aos tripulantes ao seu serviço, sendo que maioritariamente os armadores nacionais beneficiários deste apoio operam no serviço de cabotagem nacional.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os aspetos relativos à regulação económica no contexto do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional são assegurados por um Departamento no IMT, o qual gere igualmente o referido Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional.

Os recursos financeiros afetos são públicos, provendo no caso do Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional do PIDDAC, envolvendo um montante anual médio nos últimos 5 anos (2009-2013) de 3,6 milhões de euros.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Está prevista a continuidade do Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional nos próximos

Medida Prioritária 2.1.3

Desenvolver uma política de transporte marítimo de mercadorias adequada às necessidades das Regiões Autónomas, nomeadamente através de uma melhor distribuição das escalas dos navios e da equiparação dos custos portuários, que permita uma melhor integração daquelas Regiões nas suas áreas geográficas tradicionais (sul da Europa, norte de África, ilhas da Macaronésia) (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Regiões Autónomas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A política portuária e de transportes marítimos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais, pelo que nessa componente o IPTM anteriormente e o IMT atualmente apenas intervém na qualidade de supervisão e regulação da atividade económica do transporte marítimo, nomeadamente no contexto do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional (Decreto-Lei nº 7/2006, de 4 de Janeiro), Igualmente, no contexto das Linhas de Orientação da UE sobre Ajudas de Estado ao transporte marítimo, o IMT gere um Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional, visando a modernização da frota existente e atenuar ou anular os encargos suportados pelos armadores com as contribuições para a Segurança Social e IRS retido aos

tripulantes ao seu serviço, sendo que maioritariamente os armadores nacionais beneficiários deste apoio operam no serviço de cabotagem nacional.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os aspetos relativos à regulação económica no contexto do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional são assegurados por um Departamento no IMT, o qual gere igualmente o referido Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional.

Os recursos financeiros afetos são públicos, provendo no caso do Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional do PIDDAC, envolvendo um montante anual médio nos últimos 5 anos (2009-2013) de 3,6 milhões de euros.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Está prevista a continuidade do Programa de Apoios à Marinha de Comércio Nacional nos próximos anos.

Objetivo Específico 2.1

Afirmar a dimensão atlântica do País, consolidando o papel estratégico das Regiões Autónomas como plataformas intermédias entre o continente europeu e os continentes americano e africano.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 2.2.3

Implementar uma estratégia de afirmação dos principais portos nacionais, integrando-os nas "autoestradas do mar" no espaço europeu, e desenvolver, em particular, uma estratégia para os sistemas portuários de Sines, Setúbal, Lisboa e das Regiões Autónomas, afirmando-os como portas atlânticas do Sudoeste Europeu no contexto dos tráfegos marítimos à escala mundial e inserindo os três primeiros num grande corredor rodoviário e ferroviário de acesso a Espanha e ao interior do continente europeu (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes e Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações Portuárias (Continente e Regiões Autónomas)

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Stakeholders, na maioria associados às comunidades portuárias e ao transporte marítimo, no contexto dos projetos das Autoestradas do Mar

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Melhoramento do modelo de governação e regulação do setor portuário e desenvolvimento de estratégia de reforço da integração do conjunto de portos nacionais na Rede Transeuropeia de Transportes.

Participação em projetos de Autoestradas do Mar no contexto da Rede Transeuropeia de Transportes.

A política portuária nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Encontram-se em desenvolvimento as medidas necessárias para melhorar o modelo de governação e regulação do sistema portuário comercial do continente com o objetivo de aumentar a sua competitividade e eficiência, designadamente criando mecanismos de coordenação de políticas e de investimentos entre as várias Administrações Portuárias de forma a tirar o máximo partido das vantagens competitivas de cada porto, prevendo-se que a componente mais relevante da reestruturação seja concluída no corrente ano de 2014.

De entre as medidas já concretizadas serão de destacar, nomeadamente, a eliminação da Tarifa de Uso do Porto da componente da carga nos tarifários praticados pelas Administrações Portuárias, tendo em vista passar o ganho proveniente da atividade portuária para a economia, bem como a revisão do quadro jurídico que rege o trabalho portuário, pretendendo tornar mais eficaz a utilização de mão-de-obra portuária.

Portugal, em vários casos sob a coordenação anterior do IPTM e atualmente do IMT, em parceria com as Administrações Portuárias do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, participa ativamente, em consórcio com outros Estados Membros da UE, em projetos de Autoestradas do Mar no contexto da Rede Transeuropeia de Transportes, destacando-se no período 2007-2013 as seguintes ações:

- Projeto MIELE (*Multimodal Interoperability E-services for Logistics and Environment Sustainability*), o qual consistiu no desenvolvimento de um sistema piloto (*Middleware* MIELE) no contexto da implementação do acervo comunitário em matéria de facilitação do transporte, o qual deverá ser capaz de interagir com todos os sistemas informáticos existentes nos domínios do *e-maritime* e *e-freigh*t;
- Projeto TRAINMOS (*Training Human Element for Efficient Massive Freight Transport with Maritime Links*), tendo em vista a expansão do conhecimento sobre as matérias das Autoestradas do Mar através do fator humano, desenvolvimento e estendendo o sistema de transportes multimodal da UE, permitindo a ligação inteligente e sustentável das regiões da Europa, bem como com os países vizinhos;
- Projeto COSTA (*CO2 & Ship Transport Emissions Abatement*), visando o desenvolvimento de condições quadro para a utilização de Gás Natural Liquefeito (LNG) para navios nas zonas do Mediterrâneo, Atlântico e Mar Negro;
- Projeto ANNA (*Advanced National Networks for Administrations*), tendo como objetivo o desenvolvimento de um plano diretor para a implementação da Diretiva 2010/65/UE, de 20 de Outubro, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e/ou à partida dos portos dos Estados Membros;
- Projeto WIDERMOS (*Wide Interoperability and New Governance Models for Freight Exchange Linking Regions Through Multimodal Maritime Based Corridors*), o qual visa a melhoria de ligações efetivas e sustentáveis de longo prazo entre o mar e outros modos de transporte, fundamentalmente com a ferrovia, através do desenvolvimento de novos interfaces entre navios, portos e ferrovia, contribuindo igualmente para o arranque da análise de como as Autoestradas do Mar estarão ligadas ao modelo de governação dos corredores prioritários da Rede Transeuropeia de Transportes.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A componente relativa ao modelo de governação e regulação do setor portuário tem sido prosseguida essencialmente por recursos internos da Administração Pública (Gabinete do SEITC e IPTM/IMT), com apoio pontual de consultoria externa. Os recursos financeiros afetos são essencialmente públicos.

Os projetos de Autoestradas do Mar têm sido desenvolvidos com recursos internos do IPTM/IMT e das Administrações Portuárias, com apoio de consultoria externa em tarefas pontuais. Em termos financeiros, a componente nacional das contratações tem sido assegurada pelo OE no caso do IPTM/IMT e por receitas próprias das Administrações Portuárias, sendo a comparticipação comunitária, neste tipo de projetos (estudos e pilotos) de 50%, concedida pelo instrumento financeiro das redes transeuropeias de transportes.

No quadro seguinte apresentam-se os recursos financeiros envolvidos nos projetos de Autoestradas do Mar no contexto da Rede Transeuropeia de Transportes.

Projeto	Duração	Estados Membros Envolvidos	Investimento Global			Participação Portuguesa		
			Estados Membros	Fundos Europeus	Total	Fundos Nacionais	Fundos Europeus	Subtotal Nacional
MIELE	2010-2013	Itália. Alemanha. Chipre. Espanha e Portugal	€ 7.979.030	€ 7.979.030	€ 15.958.060	€ 1.884.578	€ 1.884.578	€ 3.769.156
TRAINMOS	2011-2013	Espanha. Alemanha. Grécia. Itália. Portugal. Reino Unido e Suécia	€ 1.264.664	€ 1.264.664	€ 2.609.108	€ 96.916	€ 96.916	€ 193.830
COSTA	2012-2014	Itália. Espanha. Grécia e Portugal	€ 1.521.291	€ 1.521.291	€ 3.042.582	€ 391.602	€ 391.602	€ 783.204
ANNA	2012-2015	Holanda. Bélgica. Bulgária. Chipre. Eslovenia. Espanha. França. Grécia. Itália. Letónia. Portugal. Reino Unido. Roménia e Suécia	€ 18.538.000	€ 18.538.000	€ 37.076.000	€ 382.500	€ 382.500	€ 765.000
WIDERMOS	2013-2015	Itália. Alemanha. Espanha e Portugal	€ 2.970.000	€ 2.970.000	€ 5.940.000	€ 415.087	€ 415.087	€ 830.174

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a assinalar.

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a assinalar.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Constrangimentos orçamentais e fundamentalmente a elevada morosidade da tramitação necessária à obtenção da aprovação para a contratação no contexto da Administração Pública têm atrasado o desenvolvimento de algumas tarefas, nomeadamente no contexto dos projetos das Autoestradas do Mar.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O melhoramento do modelo de governação e regulação do setor portuário, bem como a participação em projetos de Autoestradas do Mar e num contexto de desenvolvimento de estratégia de reforço da integração da componente marítima portuária nacional na Rede Transeuropeia de Transportes, são fatores determinantes de melhoria dos sistemas e infraestruturas nacionais de suporte à conectividade internacional de Portugal, reforçando a competitividade do território nacional e respetiva integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global. De facto, a competitividade do sistema de transportes na sua globalidade, e num contexto de mobilidade sustentável, apresenta-se como um fator chave neste âmbito, configurando-se nomeadamente a sustentabilidade e competitividade dos portos nacionais como elementos indispensáveis para o desenvolvimento das exportações e da economia em geral, bem como para a manutenção e criação de novos postos de trabalho, quer nos portos quer nas empresas cuja atividade económica dependa de forma direta ou indireta da atividade portuária.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Será de assinalar que o sistema portuário comercial do continente tem observado um crescimento contínuo, apesar da conjuntura económica e financeira pouco favorável dos últimos anos, demonstrando uma efetiva capacidade de resiliência mesmo em cenários de crise como a vivida no atual período.

De facto, 2013 foi o melhor ano de sempre em termos de movimentação nos portos comerciais do continente, atingindo um recorde de 79 milhões de toneladas e 2,2 milhões de TEU (unidade equivalente do contentor de 20 pés), representando incrementos respetivamente de 17% e 26% relativamente a 2012, o qual, por sua vez, já tinha sido até então o ano de maior tráfego.

O ganho proveniente da atividade portuária deve ser passado para a economia, descendo a fatura associada para as empresas e criando alternativas para a produção nacional, aumentando igualmente a competitividade dos portos nacionais e as exportações, tendo neste âmbito sido operada, conforme anteriormente referido, a eliminação da Tarifa de Uso do Porto da componente da carga nos tarifários praticados pelas Administrações Portuárias.

Igualmente, o quadro jurídico que rege o trabalho portuário foi revisto no início do ano passado, pretendendo tornar mais eficaz a utilização de mão-de-obra portuária e melhorar a operação portuária.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

No contexto da presente medida serão de assinalar impactos ao nível de funcionamento e institucional do IMT, o qual integrou as competências anteriormente detidas pelo IPTM no domínio da supervisão e regulação da atividade económica dos portos comerciais e dos transportes marítimos, bem como da navegação da via navegável do Douro, e ainda impactos ao nível do modelo de governação e regulação do setor marítimo portuário, cuja expressão significativa ocorrerá com a publicação e sequente implementação da revisão do regime jurídico do setor marítimo portuário, quer na componente institucional quer na componente operacional.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em termos gerais a medida afigura-se adequada e deverá ter continuidade no próximo período de programação, contudo poderão eventualmente ponderados os seguintes aspetos:

- A definição da política portuária ao nível das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais, sendo-lhes consequentemente inerentes as competências de planeamento dos respetivos sistemas portuários. Este aspeto deverá ser devidamente acautelado numa efetiva definição de matriz de responsabilidades de organismos diretamente responsáveis pela implementação de cada medida no próximo período de programação;
- A designação da medida carece de atualização nomeadamente em termos dos desenvolvimentos mais recentes da Rede Transeuropeia de Transportes e de uma estratégia abrangente no que reporta ao sistema portuário comercial do Continente e não apenas aos portos a Sul, pelo que se sugere a seguinte redação reajustada: "*Reforçar a integração do sistema portuário comercial nacional na Rede Transeuropeia de Transportes, em particular no Corredor Atlântico e nas Autoestradas do Mar, afirmando os principais portos nacionais designadamente como portas da fachada atlântica Europeia no contexto dos tráfegos marítimos à escala mundial e das cadeias logísticas de transporte da Europa (2014-2020)*".

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.2.4

Elaborar e implementar um plano de desenvolvimento do Sistema Nacional Marítimo-Portuário no Continente e nas Regiões Autónomas, que oriente as atuações dos organismos sectoriais e das Administrações Portuárias, enquadre os instrumentos de planeamento ao nível local e promova os desenvolvimentos mais reprodutivos e o alargamento de hinterlands em ambiente concorrencial, regulando a exploração comercial de terminais de forma a limitar excessos de poder de mercado (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes e Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações Portuárias (Continente e Regiões Autónomas)

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Agentes do tecido empresarial e industrial e das comunidades portuárias e do transporte marítimo.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Ao nível do Continente, a elaboração do Plano Nacional Marítimo Portuário e revisão dos Planos Estratégicos dos Portos.

A política portuária nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foi determinada pelo Governo em 2008 a elaboração do Plano Nacional Marítimo Portuário (PNMP), coordenada pelo IPTM, com o apoio e colaboração das Administrações Portuárias do Continente, visando constituir-se como plano setorial, ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, tendo como objeto o ordenamento do sistema portuário comercial do continente, explicitando territorialmente as opções estratégicas do setor, identificando os efeitos de grande escala provocados no território e no ambiente (Avaliação Ambiental Estratégica) e dando indicações para o ordenamento dos espaços portuários, a sua vocação e, quando tal se justifique, as respetivas utilizações, articulando a política setorial com os demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Neste contexto foram elaborados os estudos de base e um esboço da proposta técnica de plano, contudo, o desenvolvimento do PNMP foi interrompido em meados de 2011 na medida em que teria que aguardar pelas condicionantes das várias opções de política setorial, dos transportes em geral e dos portos em particular, nomeadamente no contexto das medidas previstas no Memorando de Entendimento da TROIKA e respetivas atualizações, em especial no que reporta ao novo modelo de governação do setor portuário comercial do continente.

A conclusão do PNMP, incluindo nomeadamente a atualização e revisão dos estudos de base e proposta técnica de plano, e a sua aprovação e publicação com vista ao seu enquadramento no sistema instituído de planeamento territorial nacional com força legal, encontra-se no atual conjunto de atribuições do IMT.

Igualmente, no contexto do novo modelo de governação e regulação do sistema portuário comercial do continente com o objetivo de aumentar a sua competitividade e eficiência, está contemplado o vetor de planeamento portuário, abrangendo a aprovação e publicação do PNMP, consagrando-o como plano setorial com força de lei integrado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), bem como a revisão e aprovação dos planos estratégicos portuários.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Para as fases desenvolvidas anteriormente do PNMP recorreu-se à contratação de consultoria externa, tendo os trabalhos decorrido sob a coordenação e acompanhamento do IPTM em cooperação com as Administrações Portuárias do Continente, designadamente através de uma Equipa Permanente de Acompanhamento.

A coordenação técnica do trabalho tem estado a cargo do IPTM, tendo o pagamento da consultoria externa sido da responsabilidade da Associação dos Portos de Portugal, com base em protocolo de colaboração estabelecido para o efeito, refletindo-se nas quotizações dos associados, ou seja das Administrações Portuárias (receitas próprias) e do IPTM (dotação do OE). O encargo com consultoria externa relativo à componente executada da preparação do PNMP foi de 181 mil euros (com IVA incluído), representando a parcela do OE (componente do IPTM) 5%.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

O PNMP não chegou a ser concluído, conforme mencionado e tendo por base a justificação apresentada na questão ***A2d***.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Prevê-se que as ações no domínio do planeamento portuário, designadamente a conclusão, aprovação e aprovação do PNMP, bem como a revisão e aprovação dos planos estratégicos dos portos, possam ser retomadas no corrente ano, tendo em vista a sua conclusão em 2015.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+), aprovado pelo Governo em abril de 2014, nomeadamente na sequência das atividades desenvolvidas em 2013/14 pelo Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA) no contexto da priorização de investimentos para a consolidação e desenvolvimento das infraestruturas de transportes, constitui um elemento chave designadamente para a política de investimentos do setor marítimo portuário no contexto do PNMP.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A dependência da definição das opções de política setorial, nomeadamente no contexto das medidas previstas no Memorando de Entendimento da TROIKA, em especial no que reporta ao novo modelo de governação do setor portuário comercial, não permitiu a conclusão do PNMP no período de 2007-2013.

Contudo, perspetiva-se que os respetivos trabalhos sejam retomados no corrente ano e possam ser finalizados em 2015.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As ações tendo em vista desenvolver o PNMP, integrando-o no sistema de planeamento territorial nacional, bem como rever os planos estratégicos dos portos, são elementos relevantes para a melhoria dos sistemas e infraestruturas nacionais de suporte à conectividade internacional de Portugal, reforçando a competitividade do território nacional e respetiva integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

De facto, a competitividade do sistema de transportes na sua globalidade, e num contexto de mobilidade sustentável, apresenta-se como um fator chave neste âmbito, configurando-se nomeadamente a sustentabilidade e competitividade dos portos nacionais, que o PNMP os planos estratégicos dos portos poderão potenciar, como elementos indispensáveis para o desenvolvimento das exportações e da economia em geral, bem como para a manutenção e criação de novos postos de trabalho, quer nos portos quer nas empresas cuja atividade económica dependa de forma direta ou indireta da atividade portuária.

A não conclusão do PNMP no período de 2007-2013 prejudicou a relevância das realizações e resultados para o objetivo estratégico 2 e objetivo específico 2.2, tendo contudo alguns dos elementos desenvolvidos no âmbito dos estudos de base sido úteis no contexto da preparação da reestruturação do modelo de governação do setor portuário.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O PNMP não chegou a ser concluído, conforme mencionado e tendo por base a justificação apresentada na questão ***A2d***.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

No contexto da presente medida serão de assinalar impactos ao nível de funcionamento e institucional do IMT, o qual integrou as competências anteriormente detidas pelo IPTM no domínio da supervisão e regulação da atividade económica dos portos comerciais e dos transportes marítimos, bem como da navegação da via navegável do Douro, que incluirá o desenvolvimento das tarefas com vista à conclusão e aprovação PNMP. A publicação do PNMP, enquanto plano setorial no contexto do RJIGT, é suscetível de gerar impactos ao nível da governação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir

as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em termos gerais a medida afigura-se adequada e deverá ter continuidade no próximo período de programação, contudo poderão eventualmente ponderados os seguintes aspetos:

- A definição da política portuária ao nível das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é da competência dos respetivos Governos Regionais, sendo-lhes consequentemente inerentes as competências de planeamento dos respetivos sistemas portuários. Este aspeto deverá ser devidamente acautelado numa efetiva definição de matriz de responsabilidades de organismos diretamente responsáveis pela implementação de cada medida no próximo período de programação;
- A designação da medida parece carecer de atualização, propondo-se como redação reajustada: "*Elaborar e implementar planos estratégicos para os sistemas e infraestruturas portuárias comerciais do Continente e das Regiões Autónomas que orientem as atuações dos organismos sectoriais, em particular das Administrações Portuárias, integrando-os no sistema de planeamento territorial nacional e promovendo o alargamento de hinterlands e o desenvolvimento da economia (2014-2020)*".

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.2.8

Promover a execução, no quadro do atual PRN do território continental, das vias que asseguram as ligações entre Portugal e Espanha, dando prioridade à conclusão da Rede Rodoviária Transeuropeia (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Concessionárias da rede rodoviária nacional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Concessionárias da rede rodoviária nacional

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	X	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Identificaram-se os seguintes investimentos:

- IP2 – Amendoeira / Junqueira;
- IP2 – Pocinho / Celorico da Beira;
- IP2 – Évora / S. Manços;
- IP3 /A24 - Vila Pouca de Aguiar/ Fortunho;
- IP3 – Coimbra / Viseu;
- IP4/A4 – Túnel do Marão;
- IP4/A4 – Variante Sul de Vila Real
- IP4/A4 –Vila Real – Bragança Poente (Duplicação);
- IP4/A4 – Variante Sul de Bragança;
- IP4/A4 – Bragança Nascente - Quintanilha (Duplicação);
- IP7/Eixo N/S – CRIL – Av. Padre Cruz
- IP8 – Roncão / Beja;

- IC11/A10 – Carregado (A1/A10) - Benavente;
- IC24/A41 – A41/A42 – Argoncilhe.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- IP2 – Amendoeira / Junqueira;
- IP2 – Pocinho / Celorico da Beira;
- IP4/A4 – Variante Sul de Vila Real
- IP4/A4 –Vila Real – Bragança Poente (Duplicação);
- IP4/A4 – Variante Sul de Bragança;
- IP4/A4 – Bragança Nascente - Quintanilha (Duplicação);
- IP3 /A24 - Vila Pouca de Aguiar/ Fortunho;
- IP7/Eixo N/S – CRIL – Av. Padre Cruz
- IC11/A10 – Carregado (A1/A10) - Benavente;
- IC24/A41 – A41/A42 - Argoncilhe

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

As ações referidas em A2d foram realizadas através de parcerias público-privadas constituídas especificamente para o efeito. A sua realização envolveu assim capitais públicos e privados.

No quadro seguinte apresentam-se os recursos financeiros envolvidos nos projetos rodoviários executados no âmbito da Rede Rodoviária Transeuropeia e respetiva comparticipação aprovada no programa QREN POVT (2007-2013).

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

IP8 (A26) – Roncão / Beja;

IP2 – Évora / S. Manços;

IP3 – Coimbra / Viseu;

IP4 / A4 – Túnel do Marão.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades encontradas foram externas e decorreram da difícil conjuntura económica do País que obrigou à suspensão de alguns investimentos que se encontravam já em curso, impedindo a concretização da totalidade das ações planeadas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Relativamente ao objetivo específico 2.2. as ações realizadas foram muito relevantes na medida em que melhoraram a conetividade entre Portugal e Espanha e com o resto da Europa.

Relativamente ao Objetivo Estratégico 2, as ações foram relevantes na medida em que contribuem para reduzir custos de operação e tempos de percurso, para além do impacto na melhoria da segurança rodoviária, contribuindo, portanto, para a melhoria da competitividade do País. Contudo, outros efeitos esperados da implementação destas medidas só poderão ser quantificados a médio ou longo prazo.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Conforme referido em A2f, alguns dos investimentos previstos não chegaram a ser concretizados pelo que os resultados obtidos ficaram, naturalmente, aquém dos esperados.

Contudo, a grande maturidade da rede rodoviária nacional não constitui impedimento ao desenvolvimento económico e à competitividade do País.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A concretização da RTE motivou impactos ao nível da competitividade do País, na medida em que reduziu tempos de percurso e custos de operação.

A sua concretização envolveu diversas instituições e a articulação com os IGT, salvaguardando as questões de âmbito ambiental e de segurança rodoviária.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A definição das prioridades de intervenção deverá continuar a ter em conta as questões relacionadas com segurança rodoviária mas incidir, sobretudo, em projetos multimodais e noutros que contribuam para a competitividade das empresas, sobretudo ao nível da exportação.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.2

Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O desenvolvimento do melhoramento do modelo de governação e regulação do setor portuário e a participação ativa nacional nos projetos das Autoestradas do Mar no contexto da Rede Transeuropeia de Transportes são contributos relevantes para o melhoramento dos sistemas e infraestruturas de suporte à conetividade internacional de Portugal, aos seus vários níveis.

O nível de concretização da componente rodoviária da Rede Transeuropeia de Transportes, superior a 90%, quase na sua totalidade com perfil de autoestrada, contribui significativamente para a consecução deste objetivo específico.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 2.2

Justificação sucinta da resposta anterior:

A melhoria dos sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal nos seus diversos níveis parece afigurar-se como um fator chave para reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global, nomeadamente no contexto da internacionalização da economia nacional e competitividade das nossas exportações.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) |

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Conclusão e publicação do Plano Nacional Marítimo Portuário (PNMP) e revisão e aprovação dos Planos Estratégicos dos Portos subordinados às orientações de política setorial e ao PNMP.

B3. Observações complementares

Objectivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.2.*	*Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos*

Medidas Prioritárias	*3.2.3*	*Restringir o apoio do Governo à implantação de estações de camionagem (interfaces rodoviárias) aos casos em que existam planos de mobilidade, permitindo, nomeadamente, uma fácil acessibilidade pedonal e uma articulação eficiente com as carreiras do transporte coletivo urbano existentes (2007-2013).*
	3.2.4	*Rever o PRN no território continental, numa perspetiva de integração no sistema de gestão territorial em vigor (2007-2010).*
	3.2.5	*Promover o investimento na articulação entre a rede rodoviária de nível superior (IP e IC) e as redes de hierarquia inferior, através de vias com características adequadas à função a que se destinam, consolidando uma rede de itinerários regionais e integrando os programas de variantes e circulares a centros urbanos (2007-2010).*
	3.2.7	*Promover a elaboração de planos de mobilidade intermunicipais que contribuam para reforçar a complementaridade entre centros urbanos vizinhos e para uma maior integração das cidades com o espaço envolvente e que contemplem o transporte acessível para todos (2007-2013).*

Objetivo específico	*3.4.*	*Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas*

Medidas Prioritárias	*3.4.5*	*Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), no território continental e, com as necessárias adaptações, nos territórios das Regiões Autónomas, incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais e de baixa densidade (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.2.3

Restringir o apoio do Governo à implantação de estações de camionagem (interfaces rodoviárias) aos casos em que existam planos de mobilidade, permitindo, nomeadamente, uma fácil acessibilidade pedonal e uma articulação eficiente com as carreiras do transporte coletivo urbano existentes (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Agência do Desenvolvimento e Coesão

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios, CCDR.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Operadores de transportes

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A apresentação de estudos de procura justificativos foi um dos requisitos impostos à apresentação de candidaturas a cofinanciamento concedido pelo IMTT, conjugada com a densificação de parâmetros sobre a localização, dimensionamento e projeto de arquitetura.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No período 2007 a 2012 o IMTT apoiou financeiramente, através do PIDDAC, a construção de Estações Centrais de Camionagem em 5 municípios: Coruche, Sever do Vouga, Portalegre, Fornos de Algodres e Melgaço. Nos 5 casos as autorizações de localização e a aprovação dos projetos de arquitetura, são anteriores a 2007, não tendo sido exigida a elaboração prévia de PMT.

Os Acordos de colaboração técnico-financeiros celebrados por despacho governamental, no período em referência, foram apenas 3. Os dois restantes referem-se a compromissos anteriores, em curso.

Desde 2009, não foram celebrados mais Acordos.

Por consulta online, ficou-se a saber que o QREN (POR regionais), terá apoiado a construção de 5 ECC, e a remodelação de 1 ECC, desconhecendo-se com que critérios.

Em 2010, o IMTT efetuou um trabalho "Avaliação dos Centros de Coordenação de Transportes", que consistiu na recolha de informação relativa às estações centrais de camionagem e outras instalações existentes a nível nacional, por forma a obter uma avaliação crítica, sobre as principais insuficiências em matéria de localização, conceção, conservação e funcionamento destas infraestruturas de transportes.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Meios humanos – Equipa que apreciou as candidaturas e acompanhou a execução das infraestruturas (ECC) constituída por 2 técnicos

Meios financeiros – Concessão de 4,029 milhões de euros em cofinanciamento à construção de ECC

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

As ações previstas foram realizadas. A concessão de cofinanciamento foi limitada à apresentação de estudos de transportes. Várias candidaturas a cofinanciamento não tiveram seguimento por não terem sido acompanhadas dos referidos estudos (ex: Nazaré).

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A concessão de apoios seguiu o plano de financiamentos plurianual, que dependia da disponibilidade financeira atribuída em cada ano.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Concessão de apoio financeiro à execução de planos de mobilidade de iniciativa municipal e de planos de restruturação de redes de iniciativa de operadores.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela

especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os acordos de parceria só ocorriam depois da aprovação da localização e do Projeto de arquitetura e foram sujeitos a acompanhamento e verificação da execução material de cada ECC (compreendendo a elaboração de informação e relatório da vistoria), estando previsto o não pagamento de 10% do valor de financiamento até à entrada em funcionamento da infraestrutura.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas:

Frequente inexistência de disponibilidade financeira do município para realizar planos de mobilidade e transportes.

Dificuldades internas:

Restrições orçamentais para novos compromissos financeiros por parte da administração central

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A existência de ECC é relevante para desenvolver das redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade e consequentemente para favorecer a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos (objetivo específico 3.2) e para a consecução do objetivo estratégico 3.

As ECC ou os pontos de chegada e correspondência (PCC), são infraestruturas de transporte importantes do ponto de vista da organização dos sistemas de circulação dentro das localidades e da organização das transferências modais (entre modos diferentes ou dentro do mesmo modo). São ainda essenciais do ponto de vista do operador e utente do TP, (em particular do utente do TP rodoviário, uma vez que na maioria de casos as ECC são pontos terminais de carreiras rodoviárias e de transferência de passageiros entre carreiras), significando uma melhoria da qualidade do serviço e das condições de conforto dos

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As ações da medida foram plenamente realizadas (i.e., os apoios disponíveis foram todos aplicados). Contudo, dadas as restrições orçamentais para novos compromissos, a continuidade na concessão de apoios pelo IMT, à implantação de ECC ficou comprometida a partir de finais de 2010.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Impactos Institucionais – A medida teve impacto (condicionou) a relação do instituto com os municípios na concessão de apoio financeiro à implantação de ECC.

Impactos Governativos (hipótese) – Na aplicação das normas relativas à concessão de apoios à implantação de ECC passou a requerer-se (nos casos em que se justificasse, para além dos estudos de procura que já vinham a ser exigidos) a densificação dos parâmetros referentes à localização e à elaboração do projeto.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

O restringir o apoio à construção de ECC à existência de planos de mobilidade pode ser excessivamente restritivo. Entende-se que a necessidade dos planos deverá ser ponderada em função da especificidade de cada contexto territorial.

Contudo os apoios futuros a conceder pelo Estado (QREN) deverão obrigatoriamente, basear-se em "Estudos de localização e de oferta/procura", **avaliados pelo IMT**, o que torna recomendável a celebração de um protocolo entre a ADC e o IMT.

Atendendo a que se verificam ainda em todo o país situações de carência destes equipamentos quer referentes a ausência de instalações, nalguns casos, quer referentes a necessidades de **manutenção e reabilitação de ECC existentes**, (a política de apoios à construção de ECC, começou há cerca de 40 anos, o que se traduz na existência de equipamentos com 30 / 40 anos de vida, ultrapassados e obsoletos), esta medida continua a ter a sua plena justificação e necessidade de continuidade.

A8. Observações complementares

Em matéria de infraestruturas de Transportes, o PNPOT deverá enquadrar ainda outros equipamentos/instalações – as Interfaces de transportes - de hierarquia superior e respeitantes a nós multimodais do Sistema de Transportes.

A competitividade de modos alternativos, tanto no espaço urbano como no interurbano, depende fortemente do funcionamento das suas interfaces tendo em vista o incremento da intermodalidade.

Sobre esta temática o IMT teve prevista em Plano de Atividades, a realização de um "Plano da Intermodalidade nos Transportes Terrestres de Passageiros", de âmbito nacional, tendo, neste período, elaborado um caderno de encargos para a sua realização. A consideração de outras prioridades conduziu a que o concurso público previsto para a elaboração do Plano não chegasse a ser lançado.

Atendendo à importância desta linha de preocupações, transcrevem-se a seguir alguns extratos do "Enquadramento geral e prospetivo" do referido Plano que poderão basear a formulação de uma nova medida em futuro PNPOT

"…….
A promoção da utilização de cada modo de transporte não depende apenas da forma como cada um funciona isoladamente; cada vez mais a capacidade de captar novos utentes se joga no resultado de uma **articulação intermodal** que tem apresentado fortes dificuldades organizativas, quer do lado da infraestrutura – concepção das interfaces em si –, como do lado da oferta de serviços – informação, integração horária e tarifária e do lado da respectiva gestão.

As interfaces de transportes fazem parte integrante das redes de infraestruturas de transporte pelo que faz todo o sentido otimizar as suas condições de acessibilidade (por outros modos de transporte, incluindo os modos suaves) , de integração física nas estruturas territoriais, de dimensionamento e das condições físicas do seu funcionamento em função dos níveis de serviço e dos principais fluxos de pessoas.

Por isso, é fundamental uma visão do âmbito territorial das interfaces de transportes de passageiros no quadro de uma rede nacional, regional e sub-regional, hierarquizada.

Acrescem ainda dois temas importantes:

- o da normativa existente ou passível de vir a ser criada destinada a regular o funcionamento das interfaces incrementando a sua utilização, incluindo orientações específicas para os

diferentes operadores de transportes;

- o da monitorização do desempenho das interfaces o que deverá basear-se na elaboração de um Manual de Avaliação da Intermodalidade em cada ponto nodal.

Como tema complementar deverá ainda ser considerada a questão do uso do solo e sua regulamentação na envolvente das interfaces de transportes de passageiros do ponto de vista da carga urbana passível de beneficiar dessa localização, o que deverá também constituir um incentivo à própria utilização dos transportes públicos……" (por exemplo através da maior intensidade de ocupação - índices urbanísticos- e da redução das exigências de estacionamento privado – índices de estacionamento, na área de influência envolvente das Interfaces).

Medida Prioritária 3.2.4

Rever o PRN no território continental, numa perspetiva de integração no sistema de gestão territorial em vigor (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Território; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Estradas de Portugal, SA, Entidades representativas de interesses a ponderar (ERIP), Entidades com responsabilidade ambiental específica (ERAE).

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada	X	Em curso		Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Desencadear junto do membro do Governo que tutela o sector rodoviário, o procedimento para elaboração da revisão do PRN e respetiva AAE.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram realizados 6 estudos de avaliação da Rede Rodoviária Nacional em determinadas parcelas do território nacional para efeitos e apoio à revisão do PRN.

Estes estudos incidiram sobre parcelas do território em que existiam troços de itinerários da Rede Rodoviária Nacional não concretizados relativamente aos quais, pelas suas particularidades, se justificava avaliar em detalhe a sua sustentabilidade, tendo subjacente a evolução das condições económicas, sociais e ambientais e as significativas alterações nas dinâmicas territoriais e em matéria de instrumentos de ordenamento do território em vigor;

A revisão do PRN e respetiva AAE, com vista ao seu enquadramento no sistema instituído de planeamento territorial nacional, consagrando-o como plano setorial com força de lei integrado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) encontra-se no atual conjunto de atribuições do IMT.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Na concretização destas ações, recorreu-se à contratação de consultoria externa, tendo os trabalhos decorrido sob a coordenação, acompanhamento e responsabilidade do ex-InIR, IP, através de orçamento próprio deste Instituto.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A avaliação efetuada e respetiva proposta de rede rodoviária não teve ainda seguimento por parte da Tutela.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A dependência da definição das opções de política setorial, nomeadamente na atual conjuntura económica e as alterações verificadas no modelo de governação do setor dos transportes.

Oportunamente será retomado este processo.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não obstante não se ter procedido à Revisão do PRN, a taxa de concretização da RRN que se veio a registar no período de programação da medida, acabou por dar resposta ao objetivo estratégico e específico da medida em análise.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Não foi determinado, por Resolução de Concelho de Ministros, o procedimento de revisão do PRN, conforme mencionado nos pontos A2f e A4.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não houve impactos pelo facto de a medida em concreto não se ter iniciado

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim		Não
X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.2.5

Promover o investimento na articulação entre a rede rodoviária de nível superior (IP e IC) e as redes de hierarquia inferior, através de vias com características adequadas à função a que se destinam, consolidando uma rede de itinerários regionais e integrando os programas de variantes e circulares a centros urbanos (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Estradas de Portugal S.A.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Câmaras Municipais.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Definição de uma proposta de Programa de Variantes com base em critérios rigorosos de sustentabilidade

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Os investimentos foram canalizados essencialmente para as redes de itinerários principais e complementares, não tendo durante o período de programação da medida existido enquadramento para a definição de um programa de variantes.

Não obstante, nalgumas situações foram construídas variantes e circulares aos principais aglomerados urbanos, melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos associados ao planeamento, à realização dos projetos e das obras.

As variantes construídas envolveram financiamento público.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades de concretização desta ação têm sido internas e externas. Por um lado, a contribuição do Estado na construção de infraestruturas rodoviárias tem sido menor face ao aparecimento de outros projetos estruturantes considerados mais prioritários e, por outro lado, os fundos comunitário para este efeito têm vindo a sofrer reduções nos últimos anos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As intervenções realizadas contribuíram para reduzir *missig links* e melhorar a acessibilidade a grandes centros urbanos, assumindo relevância para a prossecução dos objetivos estratégico e específico correspondentes.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Os indicadores de acessibilidade revelam resultados satisfatórios a nível nacional.

Relativamente aos grandes centros urbanos poderiam ter sido implementadas medidas complementares com vista a alterar o padrão de deslocações e favorecer a transferência modal para o TP.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em termos gerais a medida afigura-se adequada, sendo contudo necessário que a priorização dos investimentos seja objeto de uma rigorosa análise multicritério, que deverá ter em conta a sustentabilidade do sistema. Como já referido importa gerir melhor a capacidade das infraestruturas existentes, o que passa pela implementação de medidas complementares, com vista a alterar os padrões de deslocações e favorecer a transferência modal para o TP.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 3.2.6

Integrar no planeamento municipal e intermunicipal a dimensão financeira dos sistemas de transportes e de mobilidade, programando os investimentos, os subsídios e a captação de valor junto dos beneficiários indiretos de forma a assegurar a boa gestão e a sustentabilidade da exploração desses sistemas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Nada a assinalar

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito do Pacote da Mobilidade e do Guia para a elaboração dos Planos de Mobilidade e Transportes foi estabelecida uma metodologia para a elaboração da Conta Pública dos Transportes, peça constituinte do Plano.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Nada a assinalar

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nada a assinalar

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a assinalar

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades na obtenção de dados fidedignos, em várias situações e resistência dos operadores de TP em facultar a informação.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não é uma medida chave, deveria ser uma medida associada aos planos de mobilidade.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Nada a assinalar

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Nada a assinalar

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Nada a assinalar

A8. Observações complementares

Não se respondeu a A5a e A7 porque não há uma resposta linear. Esta medida tal como estava formulada não fazia sentido uma vez que os municípios não exploram sistemas de transportes nem sequer os gerem. Percebe-se a preocupação que está subjacente. Contudo, qualquer medida neste sentido deverá ser construída de forma fundamentada e eficaz. Sugerimos aprofundar esta questão na fase de formulação de novo PNPOT. A evolução esperada do quadro legal de planeamento, gestão e regulação do sistema de transporte, que se prevê para breve, contribuirá para a necessária clarificação desta questão.

Medida Prioritária 3.2.7

Promover a elaboração de planos de mobilidade intermunicipais que contribuam para reforçar a complementaridade entre centros urbanos vizinhos e para uma maior integração das cidades com o espaço envolvente e que contemplem o transporte acessível para todos (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Municípios, através das Comunidades Intermunicipais (CIM) e associações de municípios (*ad hoc*)

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No geral, o desenvolvimento e implementação deste tipo de planos implica o envolvimento e participação de um amplo leque de *stakeholders* de âmbito local e nacional: operadores de transporte público (ferroviário, rodoviário, táxis, etc.); operadores de logística; redes de infraestruturas (Refer, EP, etc.); saúde; educação; forças de segurança; juntas de freguesia; grupos de cidadãos; IMT; CCDR, etc., através das Comissões Externas de Acompanhamento

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Estruturas de Gestão do QREN (programas nacionais e regionais)

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

PACOTE DA MOBILIDADE (IMT) - Produção de uma estratégia para a mobilidade no território nacional corporizada em diretrizes, guias/ brochuras técnicas e na divulgação e disseminação de boas práticas (Não incluído no PNPOT):

1) Desenvolvimento das DIRETRIZES NACIONAIS PARA A MOBILIDADE que definem a estratégia e as linhas orientação estratégica para a mobilidade em Portugal. Propõem a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes (nome adotado após ampla discussão técnica com peritos nacionais), para municípios com mais de 50.000 habitantes e capitais de distrito; (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011)
2) Aprovação governamental e publicação das Diretrizes Nacionais para a Mobilidade, através de

Resolução de Conselho de Ministros (elaborado o projecto de resolução e enviado à tutela).

3) Aprovação governamental de um Programa de Apoio Financeiro para a mobilidade (enviado documento preliminar à tutela).;
4) Desenvolvimento de GUIÃO ORIENTADOR – ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E TRANSPORTES NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
5) Desenvolvimento do «GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES» (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011);
6) Desenvolvimento do «GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DE EMPRESAS E PÓLOS (Geradores e atratores de deslocações» (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011);

Salienta-se que a orientação preconizada nas Diretrizes Nacionais para a Mobilidade é no sentido de que os Planos de Mobilidade e Transportes sejam preferencialmente feitos a nível dos Municípios e não a nível Intermunicipal, como indicado nesta medida.

Bases Metodológicas para "ESTUDOS DE REESTRUTURAÇÃO DE REDES E SERVIÇOS DE TRANSPORTES - Transporte Público Rodoviário de Passageiros" (IMT) - Documento de suporte ao apoio técnico-financeiro do IMTT (Documento concluído em 2009).

Apoios técnico-financeiros à elaboração de estudos de mobilidade e estudos de reestruturação de redes e serviços de transportes, no âmbito de acordos de colaboração técnico financeira com o IMT (via PIDDAC), a celebrar com operadores de transportes e municípios.

Publicação da Lei 1/2009 de 5 de Janeiro que cria as Autoridades Metropolitanas de Transportes e consagra os Planos de Mobilidade e Transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto com a designação de Plano de Deslocações Urbanas (PDU).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Até 2007 foram concluídos 5 Estudos de Mobilidade e Transportes Intermunicipais que contaram com o apoio técnico financeiro da ex-DGTT/IMTT:

- Médio Tejo (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha);
- Lezíria do Tejo (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém);
- Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, Espinho, Ovar);
- Vale do Cávado (Braga, Barcelos, Vila Verde, Terras de Bouro, Amares e Esposende);
- Valimar (Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez).

Atualmente e já com enquadramento no Pacote da Mobilidade, estão em curso 4 Planos de Mobilidade e Transportes Intermunicipais e está concluído 1:

- Região de Aveiro (Albergaria a Velha, Águeda, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos) – (início 2011 – conclusão 2013);
- Algarve Central (Albufeira, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira) – (início 2012 – em

fase de consulta pública 2014);

- Área de influência da Terceira Travessia do Tejo – Margem Sul (Barreiro, parte dos municípios do Seixal, Sesimbra e Palmela) – (início 2012 – em fase de construção de cenários 2014);
- Quadrilátero Urbano (Braga, Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão) — (início 2012 – em fase de propostas 2014);
- Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro (Vila Real, Lamego e Peso da Régua) – (início 2012 – em fase de diagnóstico 2014);

Em 2011 o IMTT concluiu o Pacote da Mobilidade.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos:

Envolvimento da equipa do GPIA/ IMT na elaboração, consulta pública, divulgação e disseminação do pacote da mobilidade.

Acompanhamento por parte da DDIP/ IMT dos eventos e ações de divulgação.

Realização pelo IMT de Conferência Internacional-Acessibilidade, Mobilidade e Gestão do Território - em Abril de 2010, com 1 dia dedicado ao Pacote da Mobilidade, 1 dia dedicado à Gestão da Mobilidade, 1 dia dedicado ao Projeto Europeu Civittas (cidades de Coimbra, Porto e Funchal). Cerca de 500 participantes; vários especialistas nacionais e internacionais e 3 Secretários de Estado (Transportes, Ordenamento do Território e Ambiente).

Realização pelo IMT de 2 workshops regionais em Braga (220 participantes) e em Évora (120 participantes) em Abril de 2012, incluindo sessões técnicas por tema do Pacote.

Várias comunicações sobre o Pacote, em eventos promovidos pelas CM e outras entidades

Acompanhamento técnico dos PMT em elaboração.

Recursos financeiros:

Contratação de consultores para a elaboração do Pacote da Mobilidade: Diretrizes e Guia PMT: TIS. Pt; Brochuras: Transitec; Guia PMEP (DHV); Guião Orientador(Bruno Soares e Associados) – 311.281,75 €

Contratação de 5 peritos nacionais para apoio (*brainstorming* e revisão de peças) à elaboração do Pacote da Mobilidade –28.605,00 €.

Contratação de *Média partner* para divulgação; desenvolvimento de *site* sobre o Pacote e consulta pública; distribuição de CD-ROM; *Roll Ups*; etc..– 139.002,24 €, dos quais 122.014,36 € referentes à Conferência "Território, Acessibilidade e Gestão da Mobilidade" realizada em Abril de 2010, que teve um 1º dia dedicado ao Pacote da Mobilidade, o 2º à Gestão da Mobilidade (EPOMM) e o último dia ao Programa CIVITAS

***A2f.* Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

- Publicação de Resolução de Conselho de Ministros com as Diretrizes Nacionais para a Mobilidade(Pacote);

- Aprovação do programa de Apoio Financeiro (Pacote);

***A2g.* Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

O IMT faz parte do consórcio que inclui todos os países da União Europeia e a Noruega que está a desenvolver o Projeto Endurance, apoiado pela EU através do IEE (2013-2016). Este projeto tem por objetivo incentivar as cidades europeias a desenvolverem SUMP/ PMT, criando uma rede europeia (e nacional) de SUMP e apoiando as cidades, designadamente através de reuniões, workshops, formação técnica, troca de experiências, etc.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas.

Restrições orçamentais no apoio técnico e financeiro à elaboração de Planos de Mobilidade e de Estudos/Planos de reestruturação de redes e serviços de transportes públicos, mas também à ~~sua~~ execução de medidas neles propostas

Não publicação e aprovação das propostas técnicas apresentadas à tutela (diretrizes, programa financeiro e Ciclando).

Insuficiente compromisso político com a definição de orientações claras e vinculativas no sentido de assegurar um sistema de acessibilidades, transportes e mobilidade sustentável.

A iniciativa de elaboração dos Planos, é da responsabilidade voluntária dos municípios, uma vez que estes não são obrigatórios. Os limitados recursos financeiros dos municípios e a ausência de comunicação de uma política pública explícita de apoio financeiro, constitui um constrangimento à iniciativa dos municípios.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3		Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No contexto das atribuições e competências do IMT enquanto organismo da Administração Central, o Pacote da Mobilidade constitui um instrumento muito relevante, atualmente referenciado a nível das universidades (nos conteúdos letivos, em teses de mestrado e doutoramento), profissionais (quadros dos municípios e AC, consultores)

Para além do desenvolvimento e publicação das peças do Pacote, sublinha-se a organização de Conferências e Workshops, incluindo uma forte componente técnica, o apoio aos municípios ao nível técnico, através das Comissões Externas de Acompanhamento, mas especialmente no apoio à elaboração de cadernos de encargos, orientações técnicas, etc.

A publicação destes documentos terá contribuído para uma crescente sensibilização das autarquias que evidenciam uma crescente dinâmica de realizações na área da mobilidade sustentável, apesar dos constrangimentos referidos.

Simultaneamente sublinha-se a relevância do trabalho de acompanhamento de PDM em processo de revisão e o esforço desenvolvido em colaboração com os municípios, no sentido do aprofundamento das matérias de acessibilidades, transportes e mobilidade no âmbito das peças constituintes do Plano, nomeadamente do Regulamento e Programa de Execução.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A publicação da RCM com as diretrizes nacionais para a mobilidade seria um contributo importante para impulsionar a execução alargada desta medida.

A existência desse enquadramento permitiria criar, no âmbito do novo Quadro de Apoio Financeiro Europeu (2014-2020), um programa específico que viabilizasse e balizasse os apoios a considerar quer à elaboração de Planos quer à concretização das respetivas medidas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O Pacote da Mobilidade, e as Bases Metodológicas para a elaboração de Estudos de Reestruturação de Redes e Serviços de Transportes, tiveram impactos que se refletiram, sobretudo, na interação com as outras instituições intervenientes na execução da medida (impactos institucionais).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A medida 3.2.7 deverá ser revista em articulação com a medida 1.9.6 por razões conceptuais, relacionadas com as designações de "Planos de Transportes Urbanos Sustentáveis" e de "Planos de Mobilidade" e com o conceito de acessibilidade e mobilidade (coisas diferentes).

Aos instrumentos de Planeamento devem corresponder conteúdos específicos e precisos. Estas duas designações atribuíveis a Planos não são a mesma coisa

Recorda-se que no âmbito do Pacote da Mobilidade a figura criada foi a de Plano de Mobilidade e Transportes (PMT), cuja abordagem inclui uma visão estratégica que abrange todos os modos de transportes. Na asserção da medida 1.9.6 deveria usar-se esta designação.

Este conceito não integra o planeamento operacional que exige instrumentos específicos normalmente direcionados para a concretização de propostas relativas a um subsistema (por ex: transportes públicos, transporte individual -circulação e estacionamento; modos suaves (ciclável e/ou pedonal, etc).

A prevista descentralização de competências relativas ao planeamento e gestão dos transportes para os municípios e comunidades intermunicipais (decorrente do novo regime das autarquias locais - Lei n.º 75/2013) e a entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, relativo ao serviço público de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros (que regula os contratos de serviço público entre as autoridades e operadores e as obrigações de serviço público, cuja aplicação será obrigatória a partir de 2019), tornam premente a realização de Planos/Estudos de Reestruturação de redes e serviços de Transportes, na perspetiva da sua exploração e viabilização económica e financeira. Neste contexto sublinha-se que as autarquias e CIM terão que proceder ao Planeamento das redes e serviços de transportes, e munir-se dos instrumentos adequados para o efeito. As relações de complementaridade entre centros urbanos com fortes dependências funcionais suportar-se-ão de um ponto de vista de uma mobilidade sustentável, essencialmente, em redes e serviços de transportes públicos.

Paralelamente, As exigentes metas da CE consagradas no Livro Branco dos Transportes (2011), relativas à descarbonização dos transportes nas cidades e à redução da sinistralidade, tornam igualmente premente a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes, visando a alteração da repartição modal e a sustentabilidade do sistema de transportes.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Mobilidade, são recomendados os PMT intermunicipais apenas em municípios contíguos e pertencentes a uma aglomeração ou sistema urbano identificado no PROT, com fortes dinâmicas interconcelhias ou com dimensão populacional superior a 100 mil habitantes.

Na asserção da medida 3.2.7 deveriam promover-se principalmente Planos de Mobilidade concelhios que naturalmente terão que considerar os aspetos de complementaridade com os concelhos vizinhos. Contudo, as questões da mobilidade sustentável, por força da intensidade dos problemas devem ser principalmente focadas em meio urbano e considerar a integração das cidades com os espaços envolventes (periurbanos e rurais) onde o transporte deve ser acessível para todos proporcionando acessibilidades suportadas em sistemas de transportes mais sustentáveis.

A8. Observações complementares

Defendendo-se a realização de PMT à escala municipal/concelhia, propõe-se que à escala intermunicipal ou sub-regional se faça uma aposta estratégica no desenvolvimento de Estudos/Planos de reestruturação de redes e serviços de transporte público (ou planos de transportes públicos, conforme proposta de regulamento COM (2013) 28.

As referências anteriormente expostas, não significam que não se considere como muito mais importante refletir, para além da simples reformulação das medidas e se preconize uma reflexão profunda, principalmente ao nível da matriz de objetivos e medidas.

Objetivo Específico 3.2

Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A restrição do apoio financeiro à construção de ECC à apresentação de planos de mobilidade (ou estudos, uma vez que os planos de mobilidade não se justificam em todos os casos) é positiva para a estruturação e desenvolvimento equilibrado das redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e mobilidade. Contudo, é uma exigência pesada, particularmente quando não existe uma aposta nacional inequívoca na realização de Planos de Mobilidade e Transportes ou de Planos de Estruturação de redes e serviços de transportes, mais apropriados ao presente objetivo específico.

A elaboração de planos de mobilidade e transportes será sempre um passo decisivo para garantir a adoção generalizada de medidas a favor de uma mobilidade sustentável. O pacote da mobilidade (mesmo sem a publicação da RCM com as diretrizes nacionais para a mobilidade) constitui um contributo importantíssimo do IMT para a elaboração de planos de mobilidade, embora seja de salientar que cabe aos municípios promover a realização deste Planos. Releva-se, contudo, que a elaboração de planos de mobilidade e transportes, não se justifica em todos os municípios e que naqueles em que se justifica, o contexto económico adverso (que se reflete em restrições orçamentais) tem constituído uma forte barreira à sua elaboração.

Conjugando o referido anteriormente com o contributo "neutro" das realizações das medidas 3.2.4 e 3.2.5 e respetivos resultados para a prossecução dos objetivos específico e estratégico, entende-se que as medidas pelas quais o IMT é responsável deram um contributo positivo (nível 3) para o cumprimento do objetivo específico.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 3.4.5

Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), no território continental e, com as necessárias adaptações, nos territórios das Regiões Autónomas, incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais e de baixa densidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Municípios; Comunidades Intermunicipais. Operadores de Transportes; Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração e aprovação de diploma legislativo que regule o transporte flexível e a sua articulação com o transporte regular de passageiros.

Adoção de medidas de apoio técnico e incentivo financeiro à implementação de sistemas de transporte flexível. (em termos concretos, não estavam previstas ações; estas são ações tidas por necessárias, no 1.º caso, e como um exemplo de ação possível, no 2.º caso)

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Transporte a pedido do Médio Tejo: por iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo foi implementado um estudo da rede de transportes da região que conduziu à implementação de um projeto piloto de transportes flexíveis a pedido, cujo objetivo é assegurar a mobilidade da população em espaço rural e promover a inclusão social. A experiência piloto iniciou-se em 21 de Janeiro de 2013 por um período de 6 meses. De entre os 11 municípios do Médio Tejo foi escolhido o concelho de Mação e apenas cinco freguesias foram selecionadas devido a fatores técnicos como a dispersão urbana, o envelhecimento da população e a carência de transportes públicos. A CIM do Médio Tejo anunciou já a sua intenção de prosseguir com este serviço e alargar a outros municípios.

Nas freguesias de Almada e Cacilhas foi criado neste período, pelo município, o Serviço Flexibus (operado em veículos elétricos e adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida). O serviço configura um sistema de transportes a pedido, opera num percurso base com desvios a pedido dos utilizadores.

Em Loures foi criado o serviço flexível "rodinhas" (do tipo "Linha azul") .

Táxis Coletivos de Beja: este serviço foi um projeto pioneiro, que melhorou as relações das populações rurais com a sede do concelho, através da realização de percursos em táxi em períodos em que a rede de transportes públicos coletivos não garantia as ligações à cidade. O serviço iniciou-se na sequência de um estudo de mobilidade realizado em 1997 e apoiado pela ex-DGTT e continua em funcionamento.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humananos – Trabalhos de elaboração de proposta legislativa para diploma referente aos serviços de transporte flexível

Recursos financeiros – Apoio à realização de estudos de mobilidade e transporte que fundamentaram as experiências de serviço de transporte flexível em Mação (FEDER) e Beja (apoio ex-DGTT)

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Elaboração e aprovação de diploma legislativo que regule o transporte flexível e a sua articulação com o transporte regular de passageiros (previsto no Plano Estratégico de Transportes – Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2011, Ponto 4.9.2)

Não estando concretizado o diploma legislativo, a implementação da solução do Médio Tejo (Mação) requereu a elaboração de um despacho específico destinado à sua cobertura legal.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Complementarmente e no âmbito do Pacote da Mobilidade foi elaborada uma Brochura Temática e Técnica sobre "Soluções de Transportes Flexíveis"

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades externas

Mudança do Governo e consequente reavaliação do Projeto de Diploma Legal.

Relativo desconhecimento por parte dos municípios destas soluções inovadoras de transportes e resistência por parte dos operadores de transportes à inovação trazida por estas soluções.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os resultados desta medida são incipientes e o contributo deles decorrentes, é quase nulo.

Contudo há que ter em conta que do ponto de vista do contributo do IMT, o resultado foi relevante

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A descrição das ações concretizadas evidencia a fraca expressão da introdução das necessárias soluções de transportes.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Até à definição legal sobre procedimentos e concessão/autorização de serviços de transportes flexíveis, não decorrem impactos de natureza funcional, institucional ou governativa.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Diferenciação entre a componente de enquadramento legislativo da medida e a componente de implementação de serviços de transporte flexível. Assumpção de que há uma definição prévia legal de enquadramento destes serviços. Definição de um programa com objetivos, caracterização da população e territórios a servir acompanhado por eventuais apoios financeiros.

A8. Observações complementares

As alterações ao nível da ocupação do território, da concentração de serviços públicos essenciais (saúde, educação, justiça) e o constrangimento financeiro ao transporte especial (transporte de doentes, transporte, escolar) a par da inviabilidade de um serviço frequente de transporte regular de passageiros financeiramente sustentável, torna as soluções de transporte flexível estruturantes como forma de garantir o direito à mobilidade e o acesso aos serviços públicos essenciais.

Objetivo Específico 3.4

Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Não tendo sido concretizado o processo de regulamentação o objetivo está manifestamente não cumprido. Todavia, o projetos-piloto e os estudos feitos sobre as caraterísticas dos sistemas de transportes flexíveis para fundamentação do projeto piloto permitirão que após o processo de regulamentação se possa, de forma mais fácil, concretizar a implementação de novos serviços tendo em conta já a experiência e o conhecimento adquirido.

Por outro lado, os documentos oficiais (PET, Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, e PETI) atribuem grande relevância à implementação de sistemas de transporte flexível, o que constitui uma perspetiva positiva para o futuro em relação a esta matéria.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A única avaliação desenvolvida foi a avaliação do projeto-piloto.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	3.2 e 3.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

Tanto a estruturação e desenvolvimento das redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, como a promoção do desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade (considerando o conjunto de medidas da área de atuação do IMT) afiguram-se como importantes (e como tal prioritárias/necessárias) para a concretização do objetivo estratégico em apreço.

As ações de implantação de ECC e de soluções para transporte nos territórios de baixa densidade deverão ser suportadas em estudos/planos, pelo que a promoção da elaboração de PMT (não necessariamente de âmbito intermunicipal) afigura-se importante e prioritária, perceção reforçada pela recente publicação do "Urban Mobility Package" pela Comissão Europeia.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	3.2

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

O Objetivo estratégico lido em articulação com os objetivos específicos e com algumas das suas medidas prioritárias, não tem uma formulação clara e assertiva, exigindo por isso uma profunda reflexão, pelo que a sua redação deve ser reformulada.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A consolidação das redes de acessibilidades regionais/sub-regionais deve alargar-se ao transporte público, através de Planos operacionais de Transportes, a promover pelas CIM. Nesse âmbito deve ainda ser estudada a localização de ECC e de Pontos de Chegada e Correspondência e respetivos parâmetros de dimensionamento. As acessibilidades locais, nomeadamente as pedonais não devem ser tratadas a esta escala e a propósito de sistemas urbanos policêntricos.

Faz-se notar que há outras infraestruturas de transportes relacionadas com a organização logística na proximidade de aglomerações urbanas de grande e média dimensão e com a micrologística de proximidade, dentro dessas aglomerações ou infraestruturas e serviços associados à gestão dos transportes e à informação ao público (planeadores de viagens integrados, por exemplo) que importaria tratar.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Livro Branco - Roteiro do espaço único europeu dos transportes - Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos - COM (2011) 144 final (assim como o Plano de Ação para a Mobilidade Urbana (2009), o Livro Verde por Uma nova cultura de mobilidade e o Livro Verde para o Desenvolvimento Sustentável); Comunicação da Comissão designada por "Pacote da Mobilidade Urbana" (COM), publicada em Dezembro de 2013, cujo documento central é "Avançar em conjunto para uma mobilidade urbana competitiva e eficiente na utilização de recursos" e onde é estabelecido o conceito de Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (SUMP); Orientações da Organização Mundial de Saúde, visando a promoção de uma melhor mobilidade e um melhor ambiente para uma melhor saúde; PETI 3 – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas no Horizonte 2014-2020, destacando-se neste Plano, o lançamento do programa —Portugal Porta-a-Porta, dirigido ao desenvolvimento de uma rede de serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional que sirva as regiões que atualmente não dispõem de oferta de serviços de transporte

Quadro Regulatório dos Transportes Públicos (Regulamento 1370/2007, já referido) e concretização da transferência de competências de planeamento e gestão dos transportes para as autarquias e CIM (igualmente já referida)

B3. Observações complementares

Nada a assinalar

Objectivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.8.*	*Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social*

Medidas Prioritárias	*4.8.1*	*Integrar nos planos de infraestruturas viárias, as questões da segurança dos transportes e da mobilidade de todos os segmentos da população, incentivando o transporte acessível, seja ferroviário (comboio ou metro) seja transporte coletivo rodoviário urbano ou suburbano, e promover a eliminação de barreiras físicas existentes nas infraestruturas dos transportes ferroviários e rodoviários, facilitando a mobilidade dos cidadãos com deficiência (2007-2013).*
	4.8.4	*Assegurar na revisão dos Planos Diretores Municipais, em articulação com a elaboração de Planos Municipais de Mobilidade, que as redes de transporte e mobilidade respondam à sua procura e aos processos de redefinição dos usos do solo, favorecendo a acessibilidade das populações em transporte público aos locais de emprego, aos equipamentos colectivos e serviços de apoio às atividades produtivas, bem como à circulação de mercadorias entre os locais de produção e os de mercado (2007-2010).*
	4.8.5	*Executar os Planos Nacionais de Segurança Rodoviária, visando reduzir para metade em cada período de 10 anos o número de acidentes e mortes rodoviários em Portugal e desenvolver inspeções e auditorias de segurança rodoviária, para todos os projetos de construção e conservação de estradas, sendo essas auditorias realizadas, por entidade independente ou, dentro da mesma entidade, em unidade orgânica distinta da do projeto, visando padrões de segurança europeus (2007-2013).*

Medida Prioritária 4.8.1

Integrar nos planos de infraestruturas viárias, as questões da segurança dos transportes e da mobilidade de todos os segmentos da população, incentivando o transporte acessível, seja ferroviário (comboio ou metro) seja transporte coletivo rodoviário urbano ou suburbano, e promover a eliminação de barreiras físicas existentes nas infraestruturas dos transportes ferroviários e rodoviários, facilitando a mobilidade dos cidadãos com deficiência (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Instituto Nacional para a Reabilitação; Gestores de Infraestruturas rodo e ferroviárias; Concessionários rodoviários; Operadores de transporte.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Acompanhamento do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI), do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade 2007-2010 (PNPA) e da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O IMT acompanhou a implementação do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI), do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade 2007-2010 (PNPA) e da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF). No âmbito destes instrumentos incluem-se medidas da responsabilidade do IMT, assim como outras cuja monitorização foi realizada pelo IMT.

No âmbito do PAIPDI:

- Promoção de uma campanha dirigida aos operadores de transportes sobre a utilização de conceitos inovadores e não discriminatórios relativos às pessoas com necessidades especiais;
- Criação progressiva de serviços de apoio a passageiros com necessidades especiais, nas infraestruturas dos meios de transporte públicos;
- Promoção do aumento de 14% na quota de autocarros da Carris, Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, S.A., totalmente acessíveis e da sua afetação a carreiras específicas em função da procura de passageiros com necessidades especiais;
- Prémio de Acessibilidade aos Transportes, a atribuir periodicamente a projetos inovadores no âmbito dos transportes. Foram realizadas 2 edições do Prémio em 2010 e 2012

No âmbito do PNPA:

- Plano de Acessibilidade (implementado);
- Transporte em autocarro – estudo de incentivos (implementado);
- Transporte de táxi – estudo de incentivos (não implementado).

No âmbito da ENDEF:

- Medida 123 – criar um serviço *online* para pedidos do dístico de estacionamento – com prazo de execução até 2013 (concluído através de alteração legislativa e implementação de sistema online);
- Medida 124 – dispensar a apresentação, de cinco em cinco anos, do atestado médico de incapacidade multiuso por parte das pessoas com deficiência permanente, sempre que seja necessário renovar o dístico de estacionamento, tornando vitalício o uso do referido cartão, nos casos em que é provado o carácter permanente da deficiência – com prazo de execução até 2011. (foi publicada legislação que facilitou o processo).

As questões relacionadas com segurança rodoviária são acauteladas em todas as fases – projeto, obra e exploração. De igual modo, em todas as infraestruturas de apoio aos utilizadores da estrada são contempladas medidas facilitadoras aos cidadãos com mobilidade reduzida.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos envolvidos no acompanhamento do PAIPDI, PNPA e ENDEF, assim como na execução das suas medidas, designadamente o Prémio de Acessibilidade aos Transportes

Financeiros: no Prémio de Acessibilidade aos transportes (1.º, 2.º e 3.º prémio): - 50.000€ (2010): - 8.500€ (2012)

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a assinalar

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a assinalar

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Nada a assinalar

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A medida, em particular o prémio da acessibilidade, tem promovido a realização de ações inovadoras de grande relevância para os utilizadores, em particular, os de mobilidade reduzida, incluindo os portadores de deficiência.

A 1ª edição do Prémio decorreu em 2009/2010, com 12 candidaturas e tendo sido premiados três projetos: STCP, CP e Município de Lagos, coincidindo a entrega dos Prémios com a Conferência «Território, Acessibilidade e Gestão da Mobilidade» organizada pelo IMTT em Abril de 2010.

A 2ª edição teve lugar em 2011/2012, com 9 candidaturas e quatro premiados: ACESSO TREVO; Informação aos Utentes de Transportes Públicos com Limitações Sensoriais da Agência Municipal de Energia do Seixal; Informação Sem Barreiras» apresentado pela Rodoviária de Lisboa e uma Menção de Júri ao projeto ColorADD no Metro, A COR é para TODOS! apresentado pelo Metro do Porto e Miguel

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Nada a assinalar

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

As ações da medida (em particular a criação/atribuição do prémio) estimulou entidades externas (com destaque para os operadores de transporte) a desenvolverem e implementarem soluções que promovem a integração de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida*?

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Uma maior dotação orçamental do prémio nacional para a acessibilidade nos transportes poderá funcionar como um estímulo reforçado a uma implementação mais ampla de soluções que contribuam para uma acessibilidade para todos.

A8. Observações complementares

Nada a assinalar

Medida Prioritária 4.8.4

Assegurar na revisão dos Planos Diretores Municipais, em articulação com a elaboração de Planos Municipais de Mobilidade, que as redes de transporte e mobilidade respondam à sua procura e aos processos de redefinição dos usos do solo, favorecendo a acessibilidade das populações em transporte público aos locais de emprego, aos equipamentos colectivos e serviços de apoio às atividades produtivas, bem como à circulação de mercadorias entre os locais de produção e os de mercado (2007-2010).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Direção Geral do Território; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Municípios

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gestores de Pólos geradores e atractores de deslocações e unidades de produção

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Participação do IMT nas Comissões de Acompanhamento de PDM.

IMT propôs no âmbito do Pacote da Mobilidade

1) Desenvolvimento do «Guião Orientador - Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Planos Municipais de Ordenamento do Território» (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011)
2) Desenvolvimento do «Guia para a Elaboração de Planos de Mobilidade de Pólos geradores e atratores de deslocações - PMEP» (Documento concluído e apresentado publicamente em 2011)

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O IMT tem integrado diversas Comissões de Acompanhamento de PMOT, nos quais se pronuncia sobre a temática das acessibilidades, transportes e mobilidade, seguindo as orientações contidas nos documentos do "Pacote da Mobilidade", designadamente no Guião Orientador – Acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território.

Destacam-se ainda as orientações contidas no Guia para a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes bem como no Guia para a elaboração de Planos de Mobilidade de Empresas e Polos (geradores e atractores de deslocações).

De referir ainda a proposta de inscrição da elaboração de PMT nos Planos de execução e financiamento dos PDM, nos municípios com mais de 50 mil habitantes, conforme proposto nas Diretrizes Nacionais para a Mobilidade.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos:

Envolvimento da equipa do GPIA/ IMT no acompanhamento de 84 PDM

Recursos financeiros:

Recursos financeiros decorrentes do acompanhamento dos PDM, em particular, inerentes a deslocações.

Contratação de consultores e peritos externos para a elaboração do pacote da mobilidade, já referida anteriormente – 339.886,75 €

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

Nada a assinalar

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nada a assinalar

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nada a assinalar

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela

especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades internas: Escassos meios humanos para acompanhamento dos Planos e processo de restruturação do IMT, ainda em curso

Dificuldades externas:

Falta de empenho político nas matérias de acessibilidades, transportes e mobilidade e falta de capacitação técnica a nível técnico, para a abordagem destas temáticas nos processos de planeamento e ordenamento do território

A morosidade em concluir os processos de revisão acaba por resultar na obsolescência dos estudos de caraterização e, por conseguinte, na inadequabilidade das propostas.

Falta de informação de base abrangente e mais atualizada.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | **3** | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os PDM são determinantes para a definição dos espaços canais e para a definição das acessibilidades e da estrutura das redes de transporte (todos os modos) a nível local. Nesse sentido, os PDM são muito relevantes para a prossecução do objetivo específico e do objetivo estratégico.

Nota-se uma melhoria da sensibilidade dos PDM para estas matérias no entanto há pouca preparação técnica por parte dos municípios. É necessário aumentar a capacitação em torno das questões da mobilidade sustentável (redes e serviços de transporte). Também é necessário aumentar a capacitação dos técnicos da AC.

Contudo, há que notar que (para além de o n.º de "Planos de Municipais de Mobilidade e Transportes" concluídos ser muito reduzido, que a informação sobre a mobilidade e sobre a procura de transporte disponibilizada no âmbito dos processos de revisão dos PDM, muito frequentemente, tem sido escassa, o que limita o alcance da medida na prossecução do objetivo específico e estratégico.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Nada a assinalar

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O Pacote da Mobilidade teve impactos que se refletiram, sobretudo, na interação com as outras instituições intervenientes na execução da medida (impactos institucionais).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida*?***

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A medida deverá ser reescrita fazendo referência também aos Planos de Mobilidade de Empresas e Pólos (geradores e atractores de deslocações) e considerando não apenas o favorecimento de deslocações em transporte público para acesso aos locais de emprego, mas também o favorecimento de deslocações em modos suaves. Contudo releva-se que se considera que seria útil uma clarificação desta medida particularmente no que se refere aos conteúdos relacionados com a localização daqueles pólos e com a expansão urbana – matéria a aprofundar,

A8. Observações complementares

Nada a assinalar

Medida Prioritária 4.8.5

Executar os Planos Nacionais de Segurança Rodoviária, visando reduzir para metade em cada período de 10 anos o número de acidentes e mortes rodoviários em Portugal e desenvolver inspeções e auditorias de segurança rodoviária, para todos os projetos de construção e conservação de estradas, sendo essas auditorias realizadas, por entidade independente ou, dentro da mesma entidade, em unidade orgânica distinta da do projeto, visando padrões de segurança europeus (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR); Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT).

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Concessionárias da Rede Rodoviária Nacional.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Não

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Foram as ações chave previstas na Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008/2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009).

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram realizadas inúmeras ações da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015, sendo que a respetiva monitorização geral é da responsabilidade da ANSR.

Relativamente às Auditorias de Segurança Rodoviária (ASR) e Inspeções de Segurança Rodoviária (ISR), sob responsabilidade direta do IMT, foram realizadas ASR aos projetos das estradas da Rede Rodoviária Nacional construídas no período em apreço (por exigências contratuais), e ISR a vários trechos de estradas da Rede Rodoviária Nacional.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos utilizados na execução das ações da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária são provenientes, na sua generalidade, do Orçamento Geral do Estado, atribuídas aos vários organismos intervenientes. As Auditorias de Segurança Rodoviária foram contratadas pelas empresas concessionárias das estradas a que disseram respeito. As Inspeções de Segurança Rodoviária foram efetuadas por técnicos do extinto InIR (atualmente integrado no IMT) e das empresas concessionárias de infraestruturas Rodoviárias.

A2f. **Que ações estavam previstas no período de execução definido e não foram realizadas?**

A monitorização geral das ações no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária é da responsabilidade da ANSR, desconhecendo este IMT a resposta à presente questão.

A2g. **Dentro do previsto, que ações foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Nota: a Revisão Intercalar 2013-2015 da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (anexa à Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2014) faz um balanço da implementação da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária entre 2008 e 2011.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Ainda que algumas metas intercalares da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR) não tenham sido atingidas, a evolução em termos de "Mortos no local do acidente" foi bastante positiva (-18,9 % no entre 2008 e 2011 (primeiro período de vigência da ENSR) e -16,8 % em 2012.

Por outro lado, todos os projetos de novas estras da Rede Rodoviária Nacional foram auditados, sendo que, relativamente às estradas existentes desta mesma rede, foram inspecionadas extensões significativas

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim		Não
X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	X	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.8

Desenvolver as redes de infraestruturas, de equipamentos e de serviços de suporte à acessibilidade e à mobilidade, reforçando a segurança, a qualidade de serviço e as condições de equidade territorial e social.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O contributo das medidas 4.8.1 e 4.8.4 para o objetivo específico 4.8 é muito relevante. Contudo, o n.º de PDM revistos sob o enquadramento determinado pelo Pacote da Mobilidade é ainda reduzido e, apesar do efeito muito positivo das medidas da responsabilidade do ex-IMTT na prossecução do objetivo específico 4.8, face aos constrangimentos financeiros dos últimos anos, a % de serviços de transporte público cujos meios de exploração (isto é, infraestruturas, veículos, conteúdos informativos, etc.) estão totalmente adaptados às necessidades específicas de todos os utilizadores, em particular, os de mobilidade reduzida, é ainda pouco expressiva.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	4.8

Justificação sucinta da resposta anterior:

O objetivo específico 4.8 é o único na área de atuação do IMT respeitante ao objetivo estratégico em apreço.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nada a assinalar

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Os objetivos deviam propor-se reforçar também a sustentabilidade das deslocações. Sugere-se reformular através de uma referência à mobilidade sustentável nos objetivos estratégicos e específico.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Nada a assinalar

B3. Observações complementares

Nada a assinalar

Entidade inquirida:

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.1.1.*	*Implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.7.*	*Executar a Estratégia Nacional para o Mar*
Medidas Prioritárias	*1.7.4*	*Desenvolver um Programa Nacional de Investigação para a Conservação e Exploração Sustentável da biodiversidade marinha, nomeadamente os que são objeto de pesca, que articule a ação das diversas instituições e promova a cooperação internacional e o desenvolvimento científico e tecnológico (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.1

Implementar um sistema de indicadores da biodiversidade e a recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos, recorrendo aos contributos inovadores da ciência e tecnologia (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Instituto Português do Mar e da Atmosfera (relativo à recolha de dados para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos –PNAB/DCF).

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	x	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Ambiente: Monitorizar o fitoplâncton tóxico em zonas costeiras e estuarinas portuguesas. Estudar a dinâmica dos ecossistemas marinhos. Aplicar a Diretiva Quadro "Estratégia Marinha". Classificar e mapear habitats bentónicos.

Recursos Naturais: Executar o Plano Nacional de Amostragem Biológica (PNAB/DCF)

1. Planeamento e execução das campanhas de investigação acústica para pelágicos, de arrasto de fundo para demersais, de arrasto de fundo para crustáceos e do Método de Produção Diária de Ovos (MPDO) para carapau e sardinha;

2. Planeamento e realização de amostragem biológica de recursos pesqueiros nas lotas da ZEE continental;

3. Planeamento e realização de amostragem das capturas a bordo das embarcações comerciais

que operam na ZEE continental e em águas internacionais do Atlântico e Índico;

4. Estudo da biologia e estrutura populacional dos recursos da pesca (pelágicos, demersais, profundidade);

5. Avaliação do estado de exploração dos recursos e estimativa do seu potencial de exploração através da participação científica em organizações internacionais de aconselhamento e gestão de recursos;

6. Manutenção e gestão das séries históricas de dados da biologia, abundância, rejeições e biodiversidade e dos correspondentes indicadores do ecossistema marinho.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Ambiente: Monitorização do fitoplâncton tóxico em zonas costeiras e estuarinas portuguesas. Estudo da dinâmica dos ecossistemas marinhos. Inventariação da biodiversidade marinha da Área Marinha Protegida (AMP) "Parque Marinho Luiz Saldanha". Avaliação do estado da biodiversidade marinha na costa continental portuguesa para a Diretiva Quadro "Estratégia Marinha". Classificação e mapeamento de habitats bentónicos em duas AMP de Portugal continental.

Recursos naturais:

1. Planeamento e execução de todas as campanhas de investigação previstas excepto as de 2012;

2. Planeamento e realização de amostragem biológica de recursos pesqueiros nas lotas da ZEE continental;

3. Planeamento e realização de amostragem das capturas a bordo das embarcações comerciais que operam na ZEE continental e em águas internacionais do Atlântico e Índico;

4. Estudo da biologia e estrutura populacional dos recursos da pesca (pelágicos, demersais, profundidade);

5. Avaliação anual do estado de exploração de 57 stocks e estimativa do seu potencial de exploração através da participação científica em organizações internacionais de aconselhamento e gestão de recursos;

6. Manutenção e gestão das séries históricas de dados da biologia, abundância, rejeições e biodiversidade e dos correspondentes indicadores do ecossistema marinho.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

- Ambiente -

Recursos humanos: 10 investigadores, 2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos, 9 bolseiros.

Recursos Financeiros do IPMA: receitas próprias, projetos I&D, contratos, etc.

Recursos Patrimoniais: Navios de Investigação "Diplodus" e "Noruega, Laboratórios de: Fauna Bentónica, Fitoplâncton, Zooplâncton e Biotoxinas (DivOA-Algés).

- Recursos naturais -

Recursos humanos: 14 investigadores, 4 Técnicos Superiores, 18 Assistentes Técnicos, 36 Bolseiros

Recursos Financeiros: 11400 M€ (50%EU, 50%OE)

Recursos Patrimoniais: Navio de Investigação Noruega, Laboratório de Crescimento e Reprodução,

DMRM-Algés, Centro de Matosinhos e de Olhão, Polos de Peniche, Figueira da Foz e de Aveiro

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Campanha de Acústica 2012, Campanha de crustáceos 2012 e Campanha demersal 2012 por inoperacionalidade do NI Noruega

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Recolha de dados complementar para avaliar e monitorizar os ecossistemas costeiros e marinhos obtida através de projetos de investigação com financiamento PROMAR, Life, Life+, INTERREG e FP7

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Relatórios elaborados com recurso a informação recolhida no âmbito do PNAB	Nº de relatórios	0	2006			38	2007-2013
Embarques na frota comercial	Nº total de embarque /homem	230	2006			824	2007-2013
Nº de stocks com estimação de parâmetros biológicos.	Nº	5	2006			163	2007-2013

Campanhas de investigação no mar	Nº campanhas	10	2006	26	2007-2013	23	2007-2013
Stocks com estimação de rejeições	Nº stocks	0	2006			116	2007-2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Relatórios anuais DCF, Indicadores anuais DGO, Auditoria da Comissão Europeia em 2013

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldades de execução resultantes da extinção do INRB/IPIMAR e constituição do IPMA em 2012.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Medida essencial para cumprir os objetivos da PCP e DQEM

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

A inoperacionalidade do navio Noruega em 2012 provocou uma quebra irrecuperável nas séries históricas de monitorização dos recursos marinhos, nomeadamente a campanha demersal de Outono que já se realiza desde 1980.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Características idênticas mas reforçadas de acordo com os planos de monitorização dos ecossistemas marinhos no âmbito da DQEM

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.1

Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Ambiente: As ações planeadas foram executadas satisfatoriamente e reportadas em relatórios e publicações.

Recursos naturais: Em Fevereiro de 2013, o PNAB foi auditado pela Comissão Europeia. O desempenho demonstrado pelo IPMA na execução do programa mereceu por parte dos auditores uma avaliação muito positiva (http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/data/documents/portugal-report_en.pdf). Foi reforçada pela auditoria a necessidade de melhorar a integração dos dados PNAB, com vista a congregar toda a informação recolhida numa única BD. O IPMA apresentou um plano de trabalho para este objectivo e deu início, em meados de 2013, ao desenvolvimento de uma nova BD para o PNAB, que se prevê esteja concluída e em funcionamento no início de 2015.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Recursos naturais:

Aprovação dos relatórios anuais do PNAB/DCF pela Comissão Europeia.

Em Fevereiro de 2013, o PNAB foi auditado pela Comissão Europeia. O desempenho demonstrado pelo IPMA na execução do programa mereceu por parte dos auditores uma avaliação muito positiva (http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/data/documents/portugal-report_en.pdf). Foi reforçada pela auditoria a necessidade de melhorar a integração dos dados PNAB, com vista a congregar toda a informação recolhida numa única BD. O IPMA apresentou um plano de trabalho para este objectivo e deu início, em meados de 2013, ao desenvolvimento de uma nova BD para o PNAB, que se prevê esteja concluída e em funcionamento no início de 2015.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.7.4

Desenvolver um Programa Nacional de Investigação para a Conservação e Exploração Sustentável da biodiversidade marinha, nomeadamente os que são objeto de pesca, que articule a ação das diversas instituições e promova a cooperação internacional e o desenvolvimento científico e tecnológico (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção Geral do Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.7

Executar a Estratégia Nacional para o Mar.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Mp 1.7.4. Desenvolver um Programa Nacional de Investigação para a Conservação e Exploração Sustentável da biodiversidade marinha, nomeadamente os que são objeto de pesca, que articule a ação das diversas instituições e promova a cooperação internacional e o desenvolvimento científico e tecnológico (2007-2013).

Não foi desenvolvido qualquer Programa Nacional de Investigação que articule diversas instituições.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		x	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)
Aeroporto da Madeira (ANAM)
Aeroportos de Portugal (ANA)
SATA Gestão de Aeródromos (SATA)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.*

Medidas Prioritárias	*1.11.9*	*Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos e as Redes Regionais equivalentes, enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil e ao combate aos fogos florestais (2007-2013).*

Medida Prioritária 1.11.9

Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos e as Redes Regionais equivalentes, enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil e ao combate aos fogos florestais (2007-2013).

Resposta do INAC

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A execução da medida – entendida como "manter em condições de operação" aeródromos e heliportos - encontra-se repartida pelas várias entidades proprietárias destas infra-estruturas, sendo na sua esmagadora maioria Câmaras Municipais. O papel do INAC,I.P. prende-se com a certificação de aeródromos e heliportos e com a supervisão da manutenção das condições de segurança operacional dessas infra-estruturas. Tendo em atenção que ainda não é legalmente obrigatória a certificação de aeródromos e heliportos utilizados por meios aéreos de combate a incêndios e outros fins de protecção civil, podem existir infra-estruturas usadas pela ANPC e das quais o INAC,I.P. não tem conhecimento*. A "rede" de aeródromos enquanto "conjunto de entidades interligadas" não existe*. (Este conceito de "rede" foi desenvolvido nas décadas de 70 e 80 do século passado [DGAC – Rede de Aeródromos Secundários do Continente / Ante-Plano Director - Set/1984] e tinha como principal pressuposto o transporte aéreo. Nunca foi concretizado.).

As infra-estruturas reconhecidas pelo INAC,I.P. encontram-se listadas no Manual VFR (publicação de informação aeronáutica que pode ser consultada em http://www.nav.pt/ais/manualvfr.aspx)

**A ANPC define em cada época de incêndios florestais um conjunto de infra-estruturas nas quais coloca os meios aéreos (CMA-Centro de meios aéreos) e sem que para isso tenha de obter sequer o parecer do INAC,I.P..*

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Corporações de Bombeiros detentoras de heliportos nas suas instalações.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

INAC Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	x	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Certificação de novas infra-estruturas e supervisão das existentes.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Inspecções e auditorias às várias infra-estruturas.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Quadros técnicos do INAC,I.P..

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

N/A

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

N/A

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

N/A

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º de inspecções/auditorias realizadas *							

* Este número é indicativo das acções realizadas e varia anualmente consoante as necessidades.

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

INAC [x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Certificação de aeródromos e heliportos ao abrigo do DL 186/2007, de 10 de Maio, alterado e republicado pelo DL 55/2010, de 31 de Maio.

O Manual VFR contém informação actualizada (evidências) referente a esta matéria.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

N/A

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

N/A

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

N/A

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

N/A

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

INAC		Sim	x	Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

INAC Características idênticas		Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Não havendo uma única entidade responsável pela "conservação ou manutenção" dos aeródromos, não é possível garantir a existência de uma "rede". A falta do estatuto de "utilidade pública" e a consequente obrigatoriedade da sua manutenção, leva a que qualquer aeródromo possa ser encerrado por decisão do seu proprietário (particular ou público). Corrobora esta afirmação o encerramento dos aeródromos da Amareleja e da Covilhã.

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Esta é uma competência primária dos operadores de aeródromo.

Para os aeródromos certificados, a supervisão do INAC,I.P. consiste, entre outras acções, na verificação da conformidade, em termos de segurança operacional, com os requisitos aplicáveis.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

INAC	x	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Inspecções realizadas no âmbito da competência do INAC,I.P..

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

INAC	x	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º de Inspecções/auditorias realizadas*							

* Este número é indicativo das acções realizadas e varia anualmente consoante as necessidades

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Manutenção das condições de segurança operacional

Justificação sucinta da resposta anterior:

A manutenção destas condições é imprescindível para o funcionamento deste tipo de infra-estrutura

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

INAC Objetivo(s) específico(s)	N/A

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

INAC		Sim	x	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

N/A

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Certificação de todas as infra-estruturas aeronáuticas, independentemente do seu tipo de utilização (emergência médica, protecção civil ou combate a incêndios)

B3. Observações complementares

N/A

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.1.*	*Afirmar a dimensão atlântica do País, consolidando o papel estratégico das Regiões Autónomas como plataformas intermédias entre o continente europeu e os continentes americano e africano*
Medidas Prioritárias	*2.1.1.*	*Promover conexões do ordenamento logístico continental com as Regiões Autónomas, tirando vantagem da sua posição geográfica e das suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias (2007-2013).*
	2.1.2	*Promover e implementar medidas de minimização das desvantagens da insularidade e da ultra perificidade, nomeadamente a abertura dos portos e aeroportos a novos operadores, a continuidade e diversificação de ligações eficientes com o exterior, a melhoria da eficácia económica e da qualidade dos serviços portuários e aeroportuários e o desenvolvimento equilibrado da cadeia logística de transportes, com particular atenção aos modos rodoviários e marítimos (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.2.*	*Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global*
Medidas Prioritárias	*2.2.1*	*Construir o Novo Aeroporto Internacional de Lisboa com condições operacionais adequadas em termos de segurança e ambiente, ajustadas ao desenvolvimento dos segmentos de negócios estratégicos de passageiros e carga e à promoção de conexões e interfaces dos transportes aéreos com os transportes terrestres, como forma de garantir uma maior coerência, integração e competitividade ao conjunto das infraestruturas de transporte, enquanto fator determinante do desenvolvimento económico e social do País, bem como potenciar a inserção do País na rede global de transporte aéreo, através da captação/distribuição de tráfego nas rotas entre a Europa, África e América do Sul (2007-2013).*
	2.2.2	*Consolidar o papel dos Aeroportos de Sá Carneiro, no Norte, e de Faro e Beja, no Sul, bem como nas Regiões Autónomas, assegurando boas articulações intermodais com as redes de transportes terrestres (2007-2010).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.1.1

Promover conexões do ordenamento logístico continental com as Regiões Autónomas, tirando vantagem da sua posição geográfica e das suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo; ANA – Aeroportos de Portugal; ANAM - Aeroporto da Madeira; SATA; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

INAC - Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Instituto Nacional de Aviação Civil.

ANAM - Governo Regional da Madeira; Instituto Nacional de Aviação Civil

ANA - Governo Regional dos Açores; Instituto Nacional de Aviação Civil; Instituto de Mobilidade e Transportes

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Em curso	Concluída
INAC - Não iniciada	X	
ANAM -		X
SATA - X		
ANA - X	X	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
INAC -		x			
ANAM -					
SATA -					
ANA -	X				

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

INAC - Encontra-se em estudo a revisão do modelo de exploração dos serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira

ANAM - Liberalização do espaço aéreo; fim das obrigações de serviço público, substituídas pelo reembolso direto ao passageiro; atrair o acesso e interesse das companhias *low cost*.

ANA - Liberalização do transporte aéreo, pondo fim às obrigações de serviço público no que às ligações entre o arquipélago dos Açores e o Continente diz respeito.

Parceria com entidades turísticas regionais e companhias aéreas em ordem a promover a articulação estratégica entre acessibilidade aérea, produto e promoção turísticos

Captação de companhias Low Cost, promovendo a concorrência no interesse do consumidor final

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

INAC - Liberalização do espaço aéreo e o fim das obrigações de serviço público para a RAM

ANAM - Introdução da política de "céu aberto" ou liberalização do seu espaço aéreo, em vigor desde abril de 2008, pondo fim à imposição das obrigações de serviço público, sendo que o subsídio social à mobilidade passou a ser pago diretamente aos passageiros e não às empresas transportadoras.

O passageiro deixou de ter desconto automático e passou a ser reembolsado diretamente, tendo, para o efeito, que se dirigir aos CTT no prazo de 90 dias após a viagem. O subsídio é de 30 euros para cada viagem. Com esta política ficaram também abertas novas possibilidades no transporte aéreo para a Madeira, nomeadamente, a entrada naquela rota de companhias de *low cost*, com o consequente efeito concorrencial.

ANA - Parceria com entidades turísticas, a nível nacional e regional, e companhias aéreas em ordem a promover a articulação estratégica entre acessibilidade aérea, produto e promoção turísticos

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

INAC - Foram envolvidos só os recursos próprios do INAC,I.P.

ANAM – NA

ANA - ND

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

INAC - N/A

ANAM – NA

ANA - NA

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

INAC - N/A

ANAM – NA

ANA - NA

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

INAC - N/A

ANAM –Não

ANA - NA

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

		Sim		Não
INAC -			X	
ANAM -	x			
SATA -			X	
ANA -			X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ANAM - N.º de passageiros transportados em voos Low Cost	Pax	20.367	2007			327.268	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

		Sim		Não
INAC -	X			
ANAM -	X			
SATA -			X	
ANA -	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

INAC - Estudos de mercado sobre as condições concorrenciais no mercado de serviço aéreo entre o Continente e a RAM

ANAM - Recolha, análise e tratamento das estatísticas de tráfego aeroportuário.

ANA - Recolha, análise e tratamento das estatísticas de tráfego para monitorização da procura e da oferta de transporte

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

INAC - N/A

ANAM - Cativação das companhias *low cost*; baixo orçamento para a concessão de incentivos.

ANA - Dificuldade de viabilização económica das medidas a implementar

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

INAC - Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante
ANAM -	0	1	2	**3**	4	
SATA -	0	1	2	3	4	
ANA -	0	**1**	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

INAC - Redução das tarifas praticadas no mercado em resultado da entrada de novos operadores.

ANAM - A liberalização do espaço aéreo contribuiu como atrativo para as companhias *low cost* que aumentaram a sua quota de passageiros transportados. Antes da medida o tráfego *low cost* não tinha significado.

A este aumento correspondeu, porém, um decréscimo dos passageiros transportados pela companhia de bandeira (TAP), fenómeno que se registou de forma mais vincada até 2010, passando de 938 mil para 790 mil.

No entanto, iniciando a TAP uma recuperação em 2011, atingiu, em 2013, 833 mil passageiros. Este decréscimo da companhia de bandeira entre 2007 e 2013 (cerca de 100 mil passageiros), é compensado pela quota de 327 mil passageiros transportados pelas companhias *low cost*.

ANA - Processo em fase ainda muito embrionária

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

INAC - A liberalização do mercado contribui para o aumento do n.º de operadores, redução das tarifas, sem prejuízo da subsidiação das passagens aéreas.

Redução do esforço financeiro do Estado face ao regime anterior das obrigações de serviço público.

ANAM - Do ponto de vista do tráfego de passageiros para a Madeira, a medida contribuiu para o aumento verificado e para a atração de três companhias *low cost* (EasyJet, JET2 e Transavia).

ANA -NA

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

INAC - N/A

ANAM - Processo de reembolso dos passageiros através dos CTT foi facilitador;

O efeito concorrencial da medida provocou um decréscimo do preço das passagens (em determinados períodos e horários);

ANA -NA

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim	Não
INAC -	X	
ANAM -	X	
SATA -		X
ANA -	X	

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

	Características idênticas	Outras características
INAC -	X	
ANAM -	X	
SATA -		
ANA -	X	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

INAC - Eventual revisão do regime de subsídio à modalidade consagrada no DL 66/2008.

ANAM –

ANA -NA

Medida Prioritária 2.1.2

Promover e implementar medidas de minimização das desvantagens da insularidade e da ultraperificidade, nomeadamente a abertura dos portos e aeroportos a novos operadores, a continuidade e diversificação de ligações eficientes com o exterior, a melhoria da eficácia económica e da qualidade dos serviços portuários e aeroportuários e o desenvolvimento equilibrado da cadeia logística de transportes, com particular atenção aos modos rodoviários e marítimos (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ANA – Aeroportos de Portugal; ANAM - Aeroporto da Madeira; SATA; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INAC - Concessionárias da rede rodoviária nacional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INAC - Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Instituto Nacional de Aviação Civil.

ANAM - Governo Regional da Madeira; Instituto Nacional de Aviação Civil

ANA - Governo Regional dos Açores; Instituto Nacional de Aviação Civil Instituto de Mobilidade e Transportes

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
INAC -		X	
ANAM -		X	
SATA -	X		
ANA -			

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
INAC -					
ANAM -				X	
SATA -					

ANA - ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

INAC - O INAC,I.P. enquanto entidade responsável pela regulação económica dos aeroportos e serviços de navegação aérea tem pugnado por uma política de taxas que assegure a sustentabilidade operacional dos aeroportos e aeródromos localizados nas regiões periféricas por via da implementação de regimes de financiamento assentes numa lógica de "rede" e subsidiarização cruzada entre aeroportos dessa mesma rede
ANAM - Coparticipação da ANAM nos programas de incentivos às companhias aéreas; parceira com entidades públicas e privadas no sentido da elaboração de um plano estratégico para o Turismo da Madeira; parceiro na Sociedade de Promoção da Madeira.
ANA - Parceria com o Governo Regional no esforço de incentivo à captação de novas operações

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

INAC - Criação do "Pacote Aeroportuário" em 2009* (DL216/2009,DL217/2009); (No pressuposto da construção do NAL)

Implementação do Regulamento 1794/2006 relativo ao sistema comunitário de tarifação dos serviços de navegação aérea.

*Revogados pelo DL 254/2012

ANAM –

1. Desenvolveram-se quatro programas, destinados a alavancar o crescimento do tráfego, para a RAM:

a) "Initiative:pt-Developing Tourism and Aviation" – em parceria com o Turismo de Portugal e a Associação de Promoção da Madeira;

b) "Fundo para o Investimento em Promoção Turística" – em parceria com a Secretaria Regional de Cultura, Turismo e Transportes, e entidades privadas com interesse na economia turística da Região;

c) "Plano Tático e Outros" – de iniciativa própria e destinado a ações de promoção mais individualizadas, com interesse específico no fomento da atividade aeroportuária;

d) "Programa de Incentivos dos Aeroportos da Madeira" - de iniciativa própria, para situações excecionais não contempladas nos outros programas.

2. Integração no grupo de trabalho para a elaboração do Plano Estratégico do Turismo.

3. Participação na Sociedade de Promoção da Madeira.

ANA - Estudos sobre o Sistema Aeroportuário Nacional (SAN) e Sistema Aeroportuário da RAA (SAA); estudos de mercado e inquéritos de caracterização de perfil de passageiros; participação em certames de promoção turística nacionais (BTL) e internacionais (WTM) e Routes; reuniões regulares com companhias aéreas.

Investimentos em aumento da capacidade, eficiência e qualidade das infraestruturas aeroportuárias (Aeroporto de Ponta Delgada: construção de um Terminal de Processamento de Bagagens de Partida e respetivos equipamentos mecânicos e de rastreio de segurança, ampliação da Plataforma W, instalação de redes subterrâneas de abastecimento de combustíveis e de fornecimento de energia elétrica a aeronaves; construção de novos caminhos de circulação; ampliação da Sala de Embarque e do canal de rastreio de passageiros)

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

INAC - Os recursos próprios do INAC,I.P.

ANAM – ND

ANA - ND

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA - ND

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA - NA

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA -

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

		Sim		Não
INAC -		Sim	X	Não
ANAM -	X			
SATA -	X			
ANA -			X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ANAM -Rotas	Un.		2007		2013	77	2013
ANAM -Companhias Aéreas	Un.		2007		2013	43	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

		Sim		Não
INAC -			x	
ANAM -	X			
SATA -			X	
ANA -	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

ANAM - Recolha, análise e tratamento estatístico aeronáutico.

ANA – Recolha, análise e tratamento de informação estatística de tráfego

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

INAC - Alteração do Programa do Governo relativa à decisão de construir o Novo Aeroporto de Lisboa.

ANAM - Reduzido orçamento para incentivos e ações de promoção.

ANA -NA

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

INAC - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
ANAM -	0	1	2	**3**	4	
SATA -	0	1	2	3	4	
ANA -	0	1	2	**3**	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

INAC - N/A

ANAM - As ações desenvolvidas, bem como as parcerias estabelecidas contribuíram para o aumento de rotas e de companhias interessadas, dando assim origem a um crescimento dos indicadores de passageiros e movimentos.

ANA -Identificação e diversificação da base de mercados de modo a criar um fluxo sustentado da procura turística da Região Autónoma dos Açores.

Participação regular nos processos de decisão e análise de procura

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

INAC - N/A

ANAM - Os resultados atingidos, tendo presente os meios disponibilizados, corresponderam às expetativas apontadas para o horizonte de 2013.

ANA - A situação económica e social nacional e internacional dos últimos anos do período em referência tiveram uma influência significativa nos elementos da procura

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

INAC - N/A

ANAM - Os resultados atingidos em termos turísticos são consequência do impacto do tráfego aeroportuário, para isso tendo contribuído a abertura de novas rotas e companhias aéreas.

ANA -NA

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

		Sim		Não
INAC -			X	
ANAM -	X			
SATA -			X	
ANA -	X			

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

ANAM -Características idênticas		Outras características	X
ANA -	X		

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

ANAM - Maior dotação financeira, quer da ANAM, quer dos parceiros púbicos e privados envolvidos nas ações de promoção do "Destino Madeira".

ANA -NA

A8. Observações complementares

INAC - Foi criado um novo modelo de regulação económica na sequência da privatização da ANA, SA que, no âmbito da regulação económica estabelece regras próprias para os aeroportos regiões periféricas.

ANAM - Importância da conclusão de um Plano Estratégico para o Turismo da Madeira

ANA -ND

Objetivo Específico 2.1

Afirmar a dimensão atlântica do País, consolidando o papel estratégico das Regiões Autónomas como plataformas intermédias entre o continente europeu e os continentes americano e africano.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

INAC - Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva
ANAM -	0	1	**2**	3	4	
SATA -	0	1	2	3	4	
ANA -	0	1	**2**	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

INAC - N/A

ANAM - A ampliação da Pista do Aeroporto da Madeira para 2.781 m, bem como a capacidade da plataforma de estacionamento de aeronaves (adequada ao parqueamento de *wide bodies*) e os sistemas de embarque/desembarque disponibilizados, cumprem o objetivo de dotar a Madeira de uma infraestrutura aeroportuária capaz de receber tráfegos de qualquer parte do mundo, independentemente da natureza e dimensão dos equipamentos utilizados.

Não obstante, apesar de não haver limitações infraestruturais, não tem sido captado tráfego de outros continentes, designadamente dos Estados Unidos.

A única exceção é o voo proveniente de Caracas, com regularidade semanal, facto que tem origem na circunstância de a Venezuela ser um destino da emigração madeirense.

ANA - A ANA,SA tem vindo a promover a utilização do Aeroporto de Santa Maria pelo tráfego aéreo transatlântico. No entanto, esta procura é condicionada por fatores exógenos, designadamente preço dos combustíveis e aleatoriedade da procura (voos de passageiros e de carga)

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

INAC -		Sim		Não
ANAM -	X			
SATA -			X	
ANA -			X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

INAC - N/A ANAM - O objetivo é avaliado em função da análise estatística do tráfego aeroportuário. Não foram apontadas metas quantitativas.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

		Sim		Não
INAC -				
ANAM -	X			
SATA -			X	
ANA -			X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 2.2.1

Construir o Novo Aeroporto Internacional de Lisboa com condições operacionais adequadas em termos de segurança e ambiente, ajustadas ao desenvolvimento dos segmentos de negócios estratégicos de passageiros e carga e à promoção de conexões e interfaces dos transportes aéreos com os transportes terrestres, como forma de garantir uma maior coerência, integração e competitividade ao conjunto das infraestruturas de transporte, enquanto fator determinante do desenvolvimento económico e social do País, bem como potenciar a inserção do País na rede global de transporte aéreo, através da captação/distribuição de tráfego nas rotas entre a Europa, África e América do Sul (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INAC - Governo.

ANA - NAER, SA (extinta em 2013) e ANA , SA

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil; ANA – Aeroportos de Portugal.

ANA - Instituto Nacional de Aviação Civil; ANA – Aeroportos de Portugal

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
INAC	X		
NA		X	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
INAC -					X
ANA -	X				

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

INAC - N/A

ANA - Estudos e projetos

Lançamento do concurso de construção do aeroporto

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

INAC - N/A

ANA -Estudos de caracterização do local de implantação do aeroporto em Alcochete:

Cartografia; Geotecnia; Hidrogeologia; Ambiente

Projeto de engenharia / Plano Diretor do Aeroporto, desenvolvido a nível de programa base / estudo prévio

Estudo de Impacte Ambiental

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

INAC - N/A

ANA -Foram envolvidos diretamente 25 elementos da NAER e ANA

Foram envolvidos indiretamente mais de 50 pessoas de diversos prestadores de serviços de estudos e projetos

Foi investido um montante de cerca de 20 milhões de euros nestes estudos

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

INAC - N/A

ANA - Devido à suspensão do projeto pelo Governo, em 2011, não se realizaram fases subsequentes do projeto, nem foi lançado o concurso de construção do aeroporto.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

INAC - N/A

ANA - Todas as ações que foram realizadas, foram-no nos períodos previstos.

Houve ações previstas e não realizadas (ver ponto A2f)

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

INAC - N/A

ANA - No âmbito do projeto do Novo Aeroporto de Lisboa , não houve a realização de atividades não previstas .

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

INAC -		Sim	X	Não
ANA -	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ANA - Plano de actividades da NAER – entregue ao Estado Português . O plano definia metas temporais de realização dos estudos e projectos , que foram cumpridos a 100%							

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

INAC -		Sim	X	Não
ANA -	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

ANA - Foi nomeada pelo Governo uma Comissão Independente de Acompanhamento do Projeto do NAL.

Os relatórios dessa comissão eram entregues diretamente ao responsável da tutela das Obras Publicas

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

INAC - N/A

ANA - A medida não pode ser realizada devido à suspensão do projeto, decidida pelo Governo, em 2011.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

INAC - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
ANA -	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

INAC - N/A

ANA - Apesar da medida não ter sido concretizada, os trabalhos desenvolvidos permitiram confirmar a viabilidade do projeto.

De facto, a emissão da Declaração de Impacte Ambiental, emitida pelo Governo em Dezembro de 2010, confirmam a exequibilidade do projeto, referindo as condições necessárias para a sua efetivação .

O prazo de validade dessa declaração foi posteriormente prorrogado em 2012.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

INAC - N/A

ANA - Devido à suspensão do projeto, em 2011, a medida não foi realizada, pelo que a mesma não produziu resultados

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

ANA - Devido à suspensão do projeto em 2011, a medida não foi realizada, pelo que a mesma não produziu impactos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

INAC -	X	Sim	X	Não
ANA -				

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

INAC - Características idênticas		Outras características	X
ANA -			X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

ANA - A implementação desta medida está prevista no Contrato de Concessão celebrado em 2012 entre a ANA e o Estado Português.

A programação 2014 /2020 deverá refletir as condições enunciadas nesse Contrato de Concessão

A8. Observações complementares

ANA - O processo encontra-se atualmente suspenso.

Medida Prioritária 2.2.2

Consolidar o papel dos Aeroportos de Sá Carneiro, no Norte, e de Faro e Beja, no Sul, bem como nas Regiões Autónomas, assegurando boas articulações intermodais com as redes de transportes terrestres (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ANA – Aeroportos de Portugal; ANAM - Aeroporto da Madeira; SATA.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ANA - Entidades Regionais no contexto do Ordenamento do Território

Estradas de Portugal; Metro do Porto; REFER

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil, Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

ANA - Instituto Nacional de Aviação Civil; Instituto da Mobilidade e Transportes; Entidades Regionais de Turismo

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

	Não iniciada	Em curso	Concluída
INAC -	X		
ANAM -			
SATA -	X		
ANA -		X	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

	]0%, 25%]	]25%, 50%]	]50%, 75%]	]75%, 100%[	Não aplicável
INAC -					X
ANAM -					
SATA -					
ANA -					X

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

INAC - N/A

ANAM - Garantia de transportes públicos entre o aeroporto e a cidade do Funchal;

Serviço de táxis;

Disponibilização de espaços para atividade de Rent-a-car

ANA - Desenvolvimento de novas ligações aéreas

Ligação ferroviária ao aeroporto de Faro (REFER), já inscrita no PETI em 2014

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

INAC - N/A

ANAM -Adequação da infraestrutura viária, para circulação e parqueamento;

Área de interesse no negócio Não Aviação, com consequente disponibilização de espaços para escritórios dos rent-a-car, bem como para estacionamentos

ANA - Parcerias do Aeroporto do Porto com empresas de transporte terrestre para assegurar a acessibilidade ao aeroporto;

Entrada em operação de um centro logístico de carga aérea (CLCA) no Porto;

Campanhas de promoção no interland do aeroporto do Porto;

Participação ativa no desenvolvimento de novas ligações aéreas para as regiões onde se inserem os aeroportos do Grupo ANA.

Em particular quanto ao Aeroporto de Beja:

1) Certificação da infraestrutura aeronáutica da BA11 para tráfego civil de passageiros e carga,com efeitos desde Janeiro de 2013;

2) Realização de operações de voos não-regulares de passageiros, com origem nos mercados alemão, inglês e francês. Entre 2011-2013, registaram-se 245 movimentos de aeronaves e cerca de 6 mil passageiros;

3) Celebração de um Acordo com duas empresas de manutenção de aeronaves, TAP e AEROMEC, competindo a esta última a construção de um hangar, que ainda não foi iniciada;

4) Celebração de um Acordo com o operador logístico UTi para dinamização do negócio da carga aérea

Três fatores contribuirão decisivamente para o crescimento sustentado do tráfego de carga e passageiros no Aeroporto de Beja: 1) o empreendimento de Alqueva 2) dinamização da Região do Alentejo como um destino turístico de eleição e 3) a ligação de Beja á autoestrada A2 por via rápida, eventualmente com traçado de autoestrada, reduzindo substancialmente a distância a Lisboa e á costa Alentejana.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA -ND

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA - Destaca-se a ligação por via rápida da cidade de Beja á autoestrada A2 foi iniciada, mas entretanto interrompida, ainda sem perspetivas concretas de continuação e conclusão.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA -

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA -

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

		Sim		Não
INAC -		Sim	X	Não
ANAM -				
SATA -			X	
ANA -	X			

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
ANAM -Rent-a-car	Balcões	6	2007			7	2013
ANAM -Estacionamentos	Lugares	1.260	2007			1.260	2013
ANA Nº de ligações terrestres aeroporto Porto/região	Un	2	2006			10	2013
ANA Nº de ligações aéreas - Porto	Un	37	2006			65	2013

ANA Nº de ligações aéreas - Faro	Un	76	2006			78	2013
ANA Nº de lotes disponibilizados/ocupados no CLCA (Aeroporto do Porto)	Un	0	2010	6	2013	4	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

INAC -		Sim	X	Não
ANAM -			X	
SATA -			X	
ANA -	X			

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

ANA Recolha, análise e tratamento da informação estatística de tráfego

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

INAC - N/A

ANAM - N/A

ANA - A procura de lotes no CLCA (Centro Logístico de Carga Aérea) no Aeroporto do Porto foi prejudicada pelas limitações impostas pela Lei do Ruído, que condiciona a operação noturna, período em que os cargueiros pretendem operar preferencialmente, bem como pela crise imobiliária.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

INAC - Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante
ANAM -	0	1	2	3	4	
SATA -	0	1	2	3	4	
ANA -	0	1	2	3	4	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

INAC - N/A

ANAM –

ANA - No caso de Faro e Beja, as ações ainda se encontram em fase embrionária

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

INAC - N/A

ANAM –

ANA - É consensual que os aeroportos de Porto e Faro têm sido um motor de desenvolvimento das regiões onde estão inseridos, com destaque para o incremento do turismo.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

INAC - N/A

ANAM –

ANA -ND

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim	Não
INAC -	X	
ANAM -	X	
SATA -		X
ANA -	X	

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

	Características idênticas	Outras características
INAC -	X	
ANAM -	X	
SATA -		
ANA -	X	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

ND

Objetivo Específico 2.2

Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

INAC - Avaliação negativa	0	1	**2**	3	4	Avaliação positiva
ANAM -	0	1	2	**3**	4	
SATA	0	1	2	3	4	
ANA -	0	1	2	3	**4**	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

INAC - Abertura do Aeroporto de Beja a todo o tráfego

ANAM - Adequação da infraestrutura aeroportuária quanto à dimensão da pista, capacidade da plataforma de estacionamento, acréscimo das medidas de facilitação e segurança e modernização dos equipamentos de rastreio e controlo.

ANA - No período em apreço foram realizados avultados investimentos no incremento da capacidade do Aeroporto de Lisboa, consubstanciado no Plano de Desenvolvimento do Aeroporto de Lisboa.

A concretização deste Plano permite que esta infraestrutura responda de forma eficaz às solicitações da procura de passageiros e carga que se verificam actualmente e que se preveem para os próximos anos.

Neste mesmo período foram efectuados investimentos nas infraestruturas dos restantes aeroportos da rede ANA que garantem a resposta às solicitações, tanto em termos de capacidade como de qualidade de serviço, com reflexos positivos na operação dos Stakeholders diretos – Companhias Aéreas e Handlers – e na melhoria da experiência do Passageiro.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

INAC -		Sim	X	Não
ANAM -			X	
SATA -			X	
ANA -				

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

ANA - Processos decorrentes da execução do Plano de Investimentos aprovado pelo Estado Português para os aeroportos da Rede ANA

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

INAC -		Sim	X	Não
ANAM -			X	
SATA -			X	
ANA -			X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

INAC - Objetivo(s) específico(s)	2.2.2
ANAM -	Manutenção
SATA -	
ANA -	2.2

Justificação sucinta da resposta anterior:

INAC - Assessorar o Governo na verificação do cumprimento do contrato de concessão dos aeroportos;

Monitorizar os aspectos relacionadas com a regulação económica e qualidade dos serviços considerados no contrato de concessão.

ANAM - Recarga e reperfilamento das Pista do Aeroporto do Porto Santo (2014)

Recarga e reperfilamento da Pista do Aeroporto do Funchal (2015)

ANA - Cumprimento por parte da Concessionária ANA das obrigações definidas no Contrato de Concessão e no Plano Estratégico aprovado para 2013-2017

A melhoria dos sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal é essencial para garantir e reforçar o papel de Portugal como porta de entrada para a Europa relativamente aos mercados africano e sul-americano.

Essas mesmas infraestruturas e sistemas são o suporte para a abertura de novos mercados para o País e as suas empresas.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Aumento de capacidade
ANA -	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Reformulação dos pisos 2 e 3 da Aerogare do Aeroporto da Madeira (2014-2015)

Aumento das áreas destinadas a retalho (2014-2015)

ANA -NA

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

INAC -		Sim	X	Não
ANAM -			X	
SATA -			X	
ANA -	X			

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

ANAM -Conclusão do Plano Estratégico do Turismo

Ações concertadas no âmbito da promoção do 'destino Madeira', envolvendo entidades públicas e privadas.

Permanente adequação técnica no âmbito da facilitação e Segurança

Manutenção dos padrões de Qualidade e Ambiente

ANA - Plano Estratégico dos Aeroportos da rede ANA, de Dezembro de 2013, aprovado pelo Senhor SEITC em 2 de Abril de 2014

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas: Horizonte 2014 – 2020, de Abril de 2014

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto Nacional de Medicina Legal (INML)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.9.*	*Planear e implementar uma rede integrada de serviços de Justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos*
Medidas Prioritárias	*4.9.3*	*Desenvolver os conceitos de mapa de reinserção social, de mapa penitenciário e de rede médico-legal, promovendo-se a disseminação nacional e regional de serviços da Justiça, designadamente através da reformulação/beneficiação e construção dos respetivos equipamentos por todo o país, centros educativos, estabelecimentos prisionais e gabinetes médico-legais (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.9.3

Desenvolver os conceitos de mapa de reinserção social, de mapa penitenciário e de rede médico-legal, promovendo-se a disseminação nacional e regional de serviços da Justiça, designadamente através da reformulação/beneficiação e construção dos respetivos equipamentos por todo o país, centros educativos, estabelecimentos prisionais e gabinetes médico-legais (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais; Instituto Nacional de Medicina Legal

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Ministério da Saúde / Hospitais /Centros Hospitalares

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Tribunais, PJ, PSP, GNR, Guarda Fiscal e SEF, Grupos de apoio à vitima

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ■

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

O Gabinete Médico Legal de Setúbal (atualmente designado Gabinete Médico-Legal e Forense da Península de Setúbal) previsto no anexo 1 à Portaria 522/2007 de 30 de Abril foi declarado instalado em outubro de 2010 (Despacho 16142/2010 de 26 de outubro)

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☒ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A monitorização/avaliação foi feita através do SIADAP 1 de 2009 e 2010 utilizando como indicador de medida o numero de GML instalados e como fonte de verificação o projeto de Portaria de Instalação

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Tanto quanto é do nosso conhecimento, as dificuldades externas então surgidas prenderam-se com as condições técnicas e financeiras para realização das infra-estruturas e com as negociações com as administrações dos hospitais/centros hospitalares.

Quanto às dificuldades internas, o recrutamento de recursos humanos, seja de pessoal administrativo, técnico e mesmo médico para preencher esses gabinetes foi difícil e permanece ainda insuficiente e desigual em alguns deles.

A formação e adequação destes quadros a uma realidade de actividade pericial nova pela desconcentração dos Gabinetes, constituiu outra dificuldade.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A criação dos Gabinetes Médico-Legais teve por objetivos a prestação de serviço público de proximidade ao cidadão e melhorar a qualidade da atividade pericial respectiva.

A execução de perícias médico-legais por médicos especialistas e outros qualificados com formações pós graduadas, auxiliados por técnicos com melhor preparação e alguns licenciados, a operar em condições logísticas facilitadoras de um trabalho de qualidade, seja na área da patologia ou da clinica forense, ao contrário do que existia até então, onde em muitos locais não havia água, nem luz e os exames se faziam em gabinetes ou arrumos de tribunais, permitiu melhorar a administração da justiça.

Esta generalizada melhoria das infra-estruturas forneceu também condições de higiene e segurança no trabalho até então inexistentes para os utentes e próprios profissionais.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

O reconhecimento do papel e importância da medicina legal de "periferia" na administração da justiça longe dos grandes centros e espalhada por todo o pais, permitindo uma maior diversificação dos serviços prestados aos utentes e mais proximidade.

Este apoio tem sido muito importante em geral mormente, nos casos de violência doméstica onde o acesso fácil resulta numa maior denúncia de situações e permite também que a mobilidade das vítimas quando afastadas do agressor não interfira na sua avaliação pericial nos tempos em que esta deve ser feita.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.9

Planear e implementar uma rede integrada de serviços de Justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Embora se tenham alargado a rede de Gabinetes Médico-Legais a mesma não se encontra concluída.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ■ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Embora existam GML para instalar e que ainda faltam no plano nacional, esse objetivo não foi considerado nos planos estratégicos (QUAR) de 2012 e 1013.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ■ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
NA							

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s): Abertura dos GML da Lezíria do Tejo e da Grande Lisboa Noroeste

Justificação sucinta da resposta anterior:

A necessidade de cobrir a área metropolitana de Lisboa, ainda muito carecida pela sua dimensão e população, da mesma forma como está coberto o resto do país.

Os maiores problemas de distribuição pericial e articulação com os tribunais tem sido precisamente na região de Lisboa por via de ainda estar acometida a estes responsabilidade pelos serviços médico-legais.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s):

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis.*

Medidas Prioritárias	*4.2.2*	*Qualificar a investigação em saúde e os recursos humanos, mediante programas de investigação e de formação desenvolvidos à luz das necessidades nacionais e regionais em saúde e dirigidos designadamente aos profissionais e aos serviços de saúde pública locais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.2

Qualificar a investigação em saúde e os recursos humanos, mediante programas de investigação e de formação desenvolvidos à luz das necessidades nacionais e regionais em saúde e dirigidos designadamente aos profissionais e aos serviços de saúde pública locais (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [ ] Em curso [ ] Concluída [X]

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Melhorar a seleção dos recursos humanos
- Formar recursos humanos
- Promover a mobilidade interna
- Atrair investigadores portugueses expatriados
- Apoiar a diferenciação nas carreiras
- Desenvolver um Código de Conduta
- Promover a satisfação profissional

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

DAN – 1) Estimular o interesse dos colaboradores para a aquisição de novos graus académicos. 2) Recrutar recursos humanos e reforçar da massa crítica.3) Promover a frequência de ações de formação pelos colaboradores tendo em vista a adequação às novas condições de desempenho.
DDI – 1) Atrair novos investigadores de elevada qualidade através de Programa Ciência ou similares.2) Promover a qualificação dos investigadores através da colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras. 3) Promover a qualificação do pessoal técnico e dos investigadores através do apoio à diferenciação, de cursos de formação intramuros e da colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras. 4) Promover a contratação de novos elementos e a requalificação de recursos humanos orientados para a área Vigilância Laboratorial de Doenças Infeciosas. 5) Promover a mobilidade interna e a requalificação dos recursos humanos a novas atividades e funções de acordo com o novo modelo organizacional do DDI. 6) Participar em ações de formação interna e externa.
DGH – 1) Continuar a captar recursos humanos com elevado potencial científico e com capacidade para desenvolver projetos de elevado mérito. 2) Apoiar projetos de doutoramento de jovens médicos, no âmbito do Internato Médico. 3) Desenvolver protocolos com Universidades tendo em vista a formação avançada dos profissionais. 4) Promoção da articulação da formação técnico-científica com as necessidades de formação de vanguarda em linha com a evolução biotecnológica.5) Criar condições para captar profissionais de saúde altamente qualificados. 6) Promover uma política de capacitação permanente dos recursos humanos que assegure uma maior flexibilidade e polivalência, tendo em conta as necessidades identificadas. 7) Assegurar a formação contínua dos recursos humanos por área de atividade, com destaque para a atualização de conhecimentos, bem como para o desenvolvimento de evolução de competências. 8) Procurar desenvolver a motivação e a identificação organizacional dos profissionais. 9) Assegurar uma participação regular dos investigadores, técnicos e outros profissionais em reuniões científicas internacionais para garantir a apresentação de resultados. 10) Assegurar a participação dos profissionais de saúde em comissões de análise de controlos de qualidade europeus. 11) Promover a formação em investigação clínica no percurso formativo dos profissionais de saúde. 12) Estimular os recursos humanos para divulgação de resultados inovadores obtidos, num contexto de ações de reconhecido valor científico.
DPS – 1) Promover a qualificação dos recursos humanos para a investigação científica pós-graduada no âmbito da realização de projetos de investigação, supervisionando pós-doutoramentos, doutoramentos e mestrados. 2) Criar centros de excelência para formação em determinadas metodologias (como por exemplo citometria de fluxo).3) Promover a formação profissional contínua, incluindo os técnicos em redes de conhecimento e boas práticas. 4) Promover a formação na tradução do conhecimento com adaptação às especificidades locais; capacitar profissionais para fornecerem IBE; preparar profissionais para escolherem as melhores estratégias em cada situação.5) Promover formação na área de comunicação (interpessoal, escrita, com os media), bem como integração em redes de conhecimento e de práticas.6) Promover regularmente reuniões do departamento para reflexão sobre o desenvolvimento dos serviços.7) Definir espaços de encontro informal para os trabalhadores do DPSDC se encontrarem e poderem refletir, trocar informações, conhecimento e reforçar os laços afetivos da equipa.
DAS- 1) Formação em matéria de fatores de risco na matriz solo (1 formação exterior = solos).2) Formar em matéria de qualidade. 3) Formar em matéria de definição de indicadores. 4) Formar no âmbito do Marketing. 5) No âmbito da concretização dos objetivos estratégicos do INSA.6) Elaborar Plano de

Formação Anual. 7) Alinhamento com a Política de Formação do INSA. 8) Reforçar a massa crítica do Departamento – nº de Mestres e Doutorados. 9) Organização de formação interna. 10) Fomento da cultura de autoformação, com recurso a fontes de financiamento externas.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

DAN 2008 - Qualificação dos colaboradores: 1 Investigador com Doutoramento aprovado; 1 TDT iniciou Mestrado; 2 TDT e 1 Auxiliar aprovados com o 9º ano de escolaridade; 1 TDT terminou Licenciatura em Análises Clínicas. **2009** - 3 Elementos concluíram teses de mestrado; 1 elemento concluiu o 12º ano; contratação de 1 TDT; cerca de 20 orientações de estágio. **2011** - Frequência de ações de formação na área da Segurança e Higiene no Trabalho e na área da Qualidade. Em 2008, o DAN tinha um total de 51 colaboradores em Lisboa e no Porto. Entre 2008 e 2012, saíram 17, sendo 14 por reforma e 3 por mudança de serviço. Durante este período, entraram no DAN, 12 colaboradores, sendo, neste momento, um total de 46. Conseguindo-se assim um rejuvenescimento da equipa e aumento do grau académico médio. DDI Integrou 5 investigadores pós-docs através do Programa Ciência ou similares. Promoveu a formação dos investigadores através das múltiplas colaborações com instituições nacionais e estrangeiras, como é exemplo os estágios no Instituto Carlos III, CDC, HPA, entre outros. Os técnicos e investigadores têm participado em vários cursos promovidos pelo DDI com a colaboração de instituições nacionais e estrangeiras, como são exemplos os cursos: Infeções gastrintestinais, Métodos moleculares, de Parasitologia, Biossegurança, Transporte de substância infeciosas e Microareias. requalificação de recursos humanos orientados para a área de Vigilância Laboratorial de Doenças Infeciosas, que tem permitido através da reorganização interna melhorar a observação em saúde DGH Foi iniciado um protocolo internacional com a UNICAMP. Foram captados para o DGH três investigadores ao abrigo do Programa - Ciência. Foi iniciado um protocolo internacional com a UNICAMP. Participação em vários cursos e reuniões. DPS •2008 Mestrados – 2 Doutoramentos – 4 Pós-doutoramentos – 3 – 2009 Pós-doutoramentos – 2 Doutoramentos – 4 Mestrados – 7-2010 Mestrados – 6 Pós-doutoramentos 3 Doutoramentos – 5 – 2011 Pós-doutoramentos – 2 Doutoramentos – 5 Mestrados – 2- 2012 Pós-doutoramentos – 2 Doutoramentos6 Mestrados 5. Sessões de Atualização Científica e Metodológica em Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não transmissíveis DSA -17 Mestres e 1 Doutorado. Realização dos cursos propostos após levantamento das necessidades de formação

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Atrair investigadores portugueses expatriados.
Não foram entregues candidaturas ao Programa "Pessoas" (7.º Quadro Comunitário / FCT), pelo que não foi possível atrair investigadores expatriados.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Melhorar a seleção dos recursos humanos	%					75	2008/ 2012
Formar recursos humanos	%					100	2008/ 2012
Promover a mobilidade interna	%					100	2008/ 2012
Apoiar a diferenciação nas carreiras	%					50	2008/ 2012
Desenvolver um Código de Conduta	%					100	2008/ 2012
Promover a satisfação profissional	%					100	2008/ 2012

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Monitorizações anuais do QUAR, Relatórios de Atividade Anual, Relatórios pela Gestão.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Falta de estabelecimento de indicadores e metas que facilitariam a monitorização e avaliação do cumprimento das ações. No entanto, para colmatar esta falha, foram realizadas monitorizações anuais do cumprimento das orientações estratégicas.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Permitiu melhorar o desempenho e promover a coesão e harmonia dos serviços gerando competências essenciais a uma cultura e a processos nos vários serviços capacitando os recursos humanos para um ação do INSA, IP em linha com os objetivos e políticas da Administração Pública.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Consideramos que a implementação das medidas tiveram relevância para compreender o processo de definição de estratégias a médio prazo (5 anos) de uma instituição de saúde como o INSA, nomeadamente ao nível das dificuldades enfrentadas na sua implementação, monitorização e avaliação. Para a instituição, compreender a dificuldade de delinear estratégias num período de grande instabilidade nas orientações e procedimentos, como no que nos encontramos atualmente, em que fatores externos podem facilmente colocar em causa todo o esforço realizado na implementação de uma estratégia, revela-se da máxima importância.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

- Melhoria da qualificação dos recursos humanos selecionados.
- O desenvolvimento da oferta formativa beneficiou a formação dos RH do Instituto, pois criou, sem encargos, oportunidades de aquisição e atualização de competências especializadas.
- Melhoria do desenvolvimento de competências, individuais e coletivas, necessárias à concretização dos objetivos estratégicos do INSA,IP.
- Melhoria do potencial de motivação e satisfação dos funcionários e de desenvolvimento organizacional.
- Aumento da capacidade de captar recursos humanos com as caraterísticas essenciais às necessidades do INSA.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	x	Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.2

Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

- O processo de certificação/licenciamento de laboratórios ainda não se encontra concluído, no entanto o INSA tem participado ativamente para que se finalize o procedimento de licenciamento de laboratórios de análises clinicas e anatomia patológica.
- A atividade formativa do INSA no período 2008-2012, reforçada pela elevada procura externa e pela crescente receita angariada, permitiu consolidar a oferta formativa como uma das áreas mais importantes na prestação de serviços do INSA. Houve um aumento de 18.350 euros de valor gerado em 2007 para 85.971 euros de valor gerado em 2012.
- A consultadoria e estudos de impacte ambiental e a investigação científica contratualizada não avançaram. Outros projetos não foram iniciados por falta de recursos financeiros e disponibilidade técnica.
- O clima de crise económica que Portugal atravessa, especialmente desde 2011, e as orientações transmitidas pela tutela aos hospitais para redução dos custos, teve um forte impacto negativo no INSA, IP.
- No entanto, o INSA encetou uma reorganização dos seus serviços por forma a ir ao encontro das necessidades da comunidade, principalmente no que concerne à implementação de novas metodologias, e à revisão periódica da tabela de preços.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

- QUAR
- Relatórios de Atividades anuais
- Relatórios pela Gestão

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do**

objetivo específico?

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

De acordo com a reunião de 26/06/2014, e dos argumentos expostos quanto ao programa temporal 2014-2020 pelo Sr. Vogal do INSA quanto a esta questão, ficou decidido que haveria uma continuidade nas linhas de orientação estratégica do plano de Desenvolvimento Estratégico 2008 – 2012. Os Objetivos estratégicos são:

OE1 – Alinhar as prioridades do INSA com as prioridades da Saúde;OE2 – Reforçar as funções essenciais

OE3 – Desenvolver a Investigação científica; OE4 – Garantir a autossustentabilidade financeira

OE5 – Melhorar os diálogos interno e externo; OE6 – Modernizar os serviços administrativos

OE7 – Melhorar a qualificação dos recursos humanos; OE8 – Reforçar a capacidade Instalada; OE9 – Reforçar a imagem.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Ver resposta B2a

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Ver resposta B2a

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Ver resposta B2a

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis.*
Medidas Prioritárias	*4.2.6*	*Desenvolver parcerias público-públicas ao nível regional e local, em especial com as autarquias, para facilitar o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde de proximidade e implementar Serviços Comunitários de Proximidade no apoio integrado aos idosos, particularmente no apoio domiciliário, incentivando o contributo do voluntariado jovem como forma de aproximação geracional e de solidariedade (2007-2013).*
Objetivo específico	*4.4.*	*Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos.*
Medidas Prioritárias	*4.4.4*	*Reforçar a oferta de equipamentos desportivos de base, de forma a promover a função do desporto e da atividade física, quer na melhoria do estado geral de saúde das populações mais vulneráveis, quer na promoção da sua inclusão social, incluindo as pessoas com deficiência ou incapacidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*4.5.*	*Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que valorize a motricidade, aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano.*
Medidas Prioritárias	*4.5.1*	*Implementar orientações de ordenamento do território e desenvolver a oferta de equipamentos destinados às atividades de lazer ativo e de desporto, no quadro da execução do Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes e da promoção de novas parcerias, com vista a aumentar os índices de atividade física e de prática desportiva da população, incluindo as pessoas com deficiência, e a aumentar o nível e a eficiência de utilização desses equipamentos (2007-2013).*
	4.5.2	*Elaborar e implementar Cartas Desportivas de âmbito municipal e/ou intermunicipal, que assegurem em cada território desportivo uma oferta racional e com sustentabilidade financeira, aprofundando as complementaridades entre diferentes tipologias de equipamentos e mobilizando a população para a prática desportiva (2007-2008).*
	4.5.3	*Ordenar e regulamentar a utilização dos espaços de prática de desporto de natureza, dentro e fora de Áreas Protegidas, para promover um desenvolvimento consonante com as regras de preservação ambiental (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.6

Desenvolver parcerias público-públicas ao nível regional e local, em especial com as autarquias, para facilitar o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde de proximidade e implementar Serviços Comunitários de Proximidade no apoio integrado aos idosos, particularmente no apoio domiciliário, incentivando o contributo do voluntariado jovem como forma de aproximação geracional e de solidariedade (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Saúde; Administrações Regionais de Saúde; Instituto Português de Desporto e Juventude

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Segurança Social

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Administração Central do Sistema de Saúde (agregação da informação regional das Administrações Regionais de Saúde)

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso		Concluída	x

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	x

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Em 2011, o IPJ contacta o ISS com vista à apresentação do projeto "Recados & Companhia", de voluntariado intergeracional. O objetivo deste projeto era a criação de uma rede de voluntariado jovem (jovens dos 16 aos 30 anos) que permitisse a idosos (maiores de 65 anos) beneficiarem não só de uma ajuda na execução de algumas rotinas (ir às compras, ao médico, …) mas também de companhia para conversar e passear.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Em agosto de 2011, é assinado um Protocolo (IPJ/ISS) para a execução do projeto acima descrito.

No "Recados & Companhia" o ISS assumiu, para além do financiamento, um papel interventivo na execução do próprio projeto. A referenciação de idosos, acompanhamento dos voluntários nas primeiras visitas, formação específica para a tarefa, contacto de alerta para os coordenadores voluntários, entre outras, são competências do ISS.

Ao IPDJ competia, em termos genéricos, como entidade promotora do voluntariado, selecionar voluntários e ministrar formação geral, contratualizar seguros de acordo com o previsto no Decreto-lei 389/99 e coordenar o trabalho dos voluntários

O prazo de vigência do Protocolo, assinado em agosto de 2011, foi sendo sucessivamente prorrogado. Esta prorrogação é formalizada com a assinatura de adendas (1ª adenda – fevereiro 2012 a julho 2013; 2ª adenda -agosto a dezembro de 2013; 3ª adenda – janeiro a março de 2014).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

57.764 euros

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, qu**

ais foram realizadas para além do período de execução definido? *Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013*

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As sucessivas prorrogações do Protocolo existente entre o IPDJ e o ISS decorrem de vários fatores que neste relatório serão enunciados, nomeadamente:

- Dificuldade na referenciação de idosos;
- Dificuldade de acompanhamento do ISS nas primeiras visitas;
- Adequação entre necessidades dos idosos e disponibilidade dos voluntários;
- Dificuldade de recrutar voluntários.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [x] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.4.4

Reforçar a oferta de equipamentos desportivos de base, de forma a promover a função do desporto e da atividade física, quer na melhoria do estado geral de saúde das populações mais vulneráveis, quer na promoção da sua inclusão social, incluindo as pessoas com deficiência ou incapacidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios e entidades gestoras de fundos comunitários

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Português do Desporto e Juventude.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

POVT – PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	**X**

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Não aplicável

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O POVT solicitou o apoio do IPDJ na avaliação técnica dos projetos de instalações desportivas candidatados pelos municípios, e condicionou a aprovação dos projetos e a libertação da última trance do financiamento a vistoria conjunta do IPDJ e do POVT, de modo a garantir que as soluções funcionais e características construtivas propostas são as adequadas e estão em conformidade face à tipologia das instalações e às especificidades das atividades desportivas previstas, e observam as normas relativas a condições técnicas e de segurança aplicáveis.

Foram efetuadas as seguintes vistorias entre 2011 e 2013:

- Requalificação do Campo Municipal de Jogos de Sobral de Monte Agraço - Relvado e Bancadas
- Arrelvamento do Estádio Municipal José Gomes Palmeiro da Costa em Estremoz - Relvado e

Bancadas

- Campo de Futebol Vilhena de Carvalho em Almeida - Relvado e Edifício de apoio
- Instalação de Relvado Sintético no Campo de Futebol de Alvito - Relvado e Balneários e Vedação
- Colocação de Piso em Relva Sintética no Campo de Futebol - Parque Desportivo Municipal do Sardoal
- Reabilitação do Campo Municipal de São Mateus - Arrelvamento Sintético e Beneficiação de Bancadas e Balneários
- Estádio Municipal de Mêda - Primeiro Relvado/Reparação e Beneficiação
- Construção e Instalação de um Grande Campo de Jogos em Miranda do Douro
- Arrelvamento Sintético do Campo de Jogos de Vidigueira
- Requalificação do Campo Municipal das Chãs
- Parque Desportivo do Salgueirinho - Arrelvamento Sintético do Campo de Jogos / Bancadas e Balneários
- Relvado e Instalações de Apoio do Estádio Municipal de Mondim de Basto (2ª candidatura)
- Centro de Excelência e Alto Rendimento para o Badminton de Caldas da Rainha
- Complexo Desportivo de Vimioso - Grande Campo de Jogos em Relvado Sintético
- Construção do Parque Desportivo de Vila Nova de Paiva
- Estádio Municipal Morber – Relvado e balneários
- Requalificação de Infraestrutura Desportiva - Pavilhão Desportivo de Alvaiázere
- Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Oliveira de Azeméis
- Construção da Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim
- Construção das Piscinas Municipais de Alcáçovas
- Pavilhão Desportivo Municipal do Seixo
- Centro de alto rendimento de Sangalhos - Velódromo Nacional
- Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda
- Campo de Futebol Eng.º Augusto Nogueira Pinheiro em Góis - Beneficiação/Construção de Balneários e Bancadas
- Estádio Municipal de Vila Nova de Poiares – 1.ª e 2.ª Fases
- Campo de Futebol Sintético - Zona Desportiva da Batalha
- Complexo Desportivo Municipal de Sousel - Relvado Sintético e Instalações de Apoio Construção de um Pavilhão Multiusos de Figueira de Castelo Rodrigo
- Construção de Parque Desportivo de Moimenta da Beira - Primeiro Relvado
- Pavilhão Desportivo de Murça
- Piscinas Cobertas da Cidade de Tarouca

- Estádio Municipal de Fornelos
- Campo de Jogos Relvado de Ponte da Barca
- Construção do Centro de Alto Rendimento de Surf de Viana do Castelo
- Complexo Desportivo de Alandroal - Relvado, Bancadas e Balneários
- Construção do Polidesportivo Municipal de Mêda
- Campo de Futebol Sintético - Zona Desportiva da Batalha
- Centro de Alto Rendimento de Surf de Peniche
- Piscinas Cobertas Municipal do Peso da Régua
- Construção do Pavilhão Desportivo Municipal de Oliveira de Frades
- Construção do Complexo Desportivo de Freixo de Espada à Cinta

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não aplicável

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não aplicável

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Desde 2009, que de acordo com a legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Agosto, o IPDJ não é responsável pelos equipamentos desportivos de base. Esta competência transitou para os municípios, que ficaram com a responsabilidade pela gestão territorial e pelo licenciamento dos referidos equipamentos desportivos.

Todavia, antes de 2009, apesar do ex-IDP ter competências no licenciamento deste tipo de equipamentos, não existia uma política integrada para a oferta deste tipo de equipamentos, sendo a sua promoção concretizada na sequência de impulsos locais (camarários, federações e clubes desportivos), de forma a corresponder aos anseios da população, e não numa visão de satisfação de necessidades mais alargada e sustentável, quer social quer economicamente.

Por outro lado, não existe um levantamento atualizado, georreferenciado, que fornecesse informação sobre a eventual redundância territorial de determinadas instalações desportivas, sobre a efetiva prática desportiva. O IPDJ está a tentar implementar esta ferramenta, no âmbito do projeto da "Carta Desportiva nacional", que se prevê estar on-line em Setembro de 2015.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Considera-se contudo, que "*promover a função do desporto e da atividade física, quer na melhoria do estado geral de saúde das populações mais vulneráveis, quer na promoção da sua inclusão social, incluindo as pessoas com deficiência ou incapacidade*" através da oferta de equipamentos desportivos de base deve passar também por uma analise das efetivas necessidades da população, sobre os seus hábitos desportivos concretos e adequar à oferta à real procura, fomentando a pratica informal por oposição à construção de equipamentos que não tem qualquer utilização, e cujos custos de construção e manutenção são desproporcionados face aso benefícios obtidos.

Por outro lado, o que tem sido disponibilizado às populações pode muitas vezes ser considerado redundante, não havendo uma variedade na oferta adequada aos novos hábitos e modalidades desportivas.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

	Características idênticas	x	Outras características

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A criação de uma rede de equipamentos desportivos de base é essencial, na medida em que é neste tipo de infraestruturas que se desenvolvem grande parte das atividades físicas e desportivas da população.

Contudo, a missão do IPDJ exclui a edificação de instalações desportivas de base, tendo este Instituto, a título meramente informativo e não vinculativo, prestado apoio técnico aos municípios, clubes e outras entidades. Não é competência deste Instituto decidir sobre a prossecução desta medida.

Salienta-se ainda que não existe uma concertação territorial entre as entidades competentes para a criação de uma rede de equipamentos desportivos coerente e integrada, de modo a mitigar distorções e carências na atual distribuição de equipamentos, fomentando possíveis adaptações dos equipamentos existentes modo a adequar a oferta à realidade demográfica e estrutura etária da população.

A8. Observações complementares

Verifica-se ainda que o início da prática desportiva decorre em ambiente escolar, no âmbito de programas como o "Desporto Escolar", de competência exclusiva do Ministério da Educação, não podendo o IPDJ interferir neste tipo de programas, não obstante a sua importância para o futuro do desporto nacional.

Seria recomendável haver maior articulação entre as duas entidades, de modo a aproveitar as sinergias e conhecimentos especializados de cada uma para promover a prática desportiva e consequentemente obter melhores resultados desportivos.

Medida Prioritária 4.5.1

Implementar orientações de ordenamento do território e desenvolver a oferta de equipamentos destinados às atividades de lazer ativo e de desporto, no quadro da execução do Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes e da promoção de novas parcerias, com vista a aumentar os índices de atividade física e de prática desportiva da população, incluindo as pessoas com deficiência, e a aumentar o nível e a eficiência de utilização desses equipamentos (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Português do Desporto e Juventude.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada	x	Em curso		Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Nos serviços do IPDJ não há referências ao Plano Nacional de Ordenamento da Rede de Equipamentos Desportivos Estruturantes.

As orientações técnicas de que dispomos, e que seguimos são as constantes na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, instituída Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: " *Os instrumentos de gestão territorial devem prever a existência de infra-estruturas de utilização colectiva para a prática desportiva", ainda que "com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica"* e as preconizadas pela DGOTDU – "Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos", de Maio de 2002

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Contudo, seria extremamente útil a definição orientações de ordenamento do território e desenvolver a oferta de equipamentos destinados às atividades de lazer ativo e de desporto, com vista a criar uma estratégia nacional neste âmbito, assim como, à semelhança do que existe para a saúde e para a educação, existirem "rácios" e normas para a distribuição territorial sustentável e equitativa de equipamentos desportivos, com uma única entidade responsável, com capacidade de gestão e decisão autónomas, que evitasse decisões avulsas e discricionárias.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O IPDJ em 2013 remeteu para aprovação ministerial uma proposta de Portaria que regulamentasse tecnicamente a edificação das instalações desportivas, aguardando-se a sua publicação, sendo a única proposta de orientação elaborada.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Deveria atualizar-se o disposto pela DGOTDU – "Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos", de Maio de 2002, atendendo à evolução demográfica do país.

A implementação do projectão da Carta Desportiva Nacional, já anteriormente referido, é uma ferramenta essencial para a definição de qualquer orientação ou estratégia sobre equipamentos desportivos e a sua distribuição territorial.

A8. Observações complementares

A política nacional de equipamentos desportivos, e a sua relação com o território foi sempre muito episódica, dependendo da existência de fundos comunitários para a sua concretização.

Cada um dos programas operacionais territoriais não possuía (e continua a não possuir) informação atualizada sobre as reais necessidades das populações e sobre a distribuição e localização geográfica dos equipamentos disponíveis, podendo haver duplicação de oferta e de financiamento para instalações semelhantes na mesma área territorial.

Desta forma, constatou-se que a inexistência de uma única entidade responsável pela definição de orientações estratégicas e operacionais sobre a edificação/reabilitação das instalações desportivas, dificultou a implementação de uma verdadeira rede nacional de equipamentos, direcionada quer para a promoção da prática desportiva e lazer quer para a obtenção de resultados desportivos, havendo uma grande dispersão de informação e um avultado numero de entidades/ instituições que sendo responsáveis por esta área não se encontram efetivamente coordenadas e concertadas neste objetivo comum de fomentar e desenvolver a atividade desportiva quer formativa quer de competição, com racionalização de recursos e otimização dos equipamentos e instalações existentes.

Medida Prioritária 4.5.2

Elaborar e implementar Cartas Desportivas de âmbito municipal e/ou intermunicipal, que assegurem em cada território desportivo uma oferta racional e com sustentabilidade financeira, aprofundando as complementaridades entre diferentes tipologias de equipamentos e mobilizando a população para a prática desportiva (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Municípios e Comunidades Intermunicipais.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Português do Desporto e Juventude.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	**X**	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	**X**

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Por se tratar de cartas desportivas municipais e intermunicipais a competência para a sua realização é das referidas entidades - Municípios e Comunidades Intermunicipais. O IPDJ poderia apoiar tecnicamente a sua elaboração, com apoio técnico especializado, desde que solicitado pelos responsáveis.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As cartas desportivas municipais, sendo da competência dos municípios, estão a ser executadas por cada um deles de forma avulsa, e consoante as necessidades individuais.

O IPDJ tem conhecimento esporádico das mesmas em sede das revisões dos respectivos PDM, uma vez que a proposta de política de equipamentos municipal, a constar do referido plano, assenta sobretudo no levantamento constante das Cartas.

Todavia, não havendo um modelo único, e sendo a terminologia utilizada bastante diversa, não é possível compatibilizar a informação de todos os municípios de forma coerente, e muito menos efetuar análises comparativas ou monitorizar a implementação de planos ou estratégias de base territorial.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Não havendo critérios para a elaboração das cartas municipais ou intermunicipais, cada entidade elabora o documento de acordo com as suas necessidades, e recolhendo exclusivamente a informação de que pensa necessitar.

Esta metodologia de trabalho impede a consolidação dos dados numa única base, quer por falta de coerência da informação, quer por ser utilizada terminologia tão diversa que impossibilita qualquer cruzamento e tratamento dos dados.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	x

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Está em curso a implementação do Projeto Carta Desportiva Nacional/ Sistema Nacional de Informação Desportiva, no âmbito da Agenda Digital, cuja implementação se prevê que ocorra até 30/09/2015.

O objetivo do presente projeto consubstancia-se num produto final que se apresentará em duas redes informáticas, uma, (1) pública, tipo atlas, com indicação e localização georreferenciada precisa dos equipamentos e/ou instalações desportivas existentes, respetivo estado de conservação, modalidades praticadas, horários, custos de utilização, etc., cobrindo todo o território nacional e uma segunda, (2) rede fechada, acessível apenas às Federações, Clubes e Associações Desportivas, Autarquias e outros agentes especializados, que acederão e alimentarão o Sistema com informação considerada pertinente.

Desta forma será possível será possível avaliar o atual nível de infraestruturas e de espaços de recreio e desporto que suportará a posterior definição de uma política integrada e descentralizada das infraestruturas desportivas.

O projeto pretende reunir num único sistema informacional toda a rede desportiva nacional e obter desse modo os dados estatísticos essenciais à tomada de decisões de investimento público no capítulo dos equipamentos desportivos, assim como divulgar e modernizar a informação disponível acerca das valências desportivas que o País possui e pode rentabilizar e exportar, designadamente as produções de suporte à atividade desportiva, os seus centros de alto rendimento e a sua hotelaria complementar.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.5.3

Ordenar e regulamentar a utilização dos espaços de prática de desporto de natureza, dentro e fora de Áreas Protegidas, para promover um desenvolvimento consonante com as regras de preservação ambiental (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Português do Desporto e Juventude; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [x] Em curso [ ] Concluída [ ]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

A regulação do Desporto da Natureza, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de outubro, é da exclusiva competência do ICNF.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá

contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

O desporto de natureza, não obstante se circunscrever territorialmente aquele que se desenvolve nas áreas protegidas, pode, num sentido mais lato estender-se a todo o desporto praticado ao ar livre em espaços informais.

O IPDJ, não obstante não possuir competências e atribuições nesta matéria, tem, em parceria com ao IPQ- Instituto Português de Qualidade, contribuído para a implementação de normas técnicas de qualidade para os equipamentos desportivos utilizados neste tipo de atividades, assim como, de forma pedagógica prestado apoio técnico aos municípios, clubes e até a particulares para que estas atividades desportivas se desenrolem com o maior nível de segurança e responsabilidade ambiental possível.

A prática desportiva informal, no nosso ponto de vista, é aquela com maior potencial de desenvolvimento, aumentando os índices de atividade física e de prática desportiva da população, podendo trazer grandes vantagens tanto para a saúde da população em geral, como para a inclusão social, uma vez que requer poucos recursos.

Objetivo Específico 4.5

Desenvolver uma rede supramunicipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer ativo que valorize a motricidade, aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Como já referido anteriormente o IPDJ não tem competências e atribuições nesta matéria, sendo da exclusiva responsabilidade dos municípios o cumprimento da legislação sobre mobilidade condicionada.

Relativamente à qualificação do sistema urbano, também como já referido acima, a falta de orientações estratégicas e técnicas sobre a distribuição territorial e sobre as opções de investimento em equipamentos desportivos dificultam a criação de uma rede supramunicipal.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	x	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) [ ]

Justificação sucinta da resposta anterior:

Definir os objetivos estratégicos adequados à orgânica do organismo.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) [ ]

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Definir os objetivos estratégicos adequados à orgânica do organismo.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[x] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Definir os objetivos estratégicos adequados à orgânica do organismo.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.4.*	*Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território*

Medidas Prioritárias	*6.4.3*	*Estimular o contributo e a participação dos jovens em ações de ordenamento do território, nomeadamente no quadro do Programa Nacional da Juventude e do Voluntariado Jovem com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.4.3

Estimular o contributo e a participação dos jovens em ações de ordenamento do território, nomeadamente no quadro do Programa Nacional da Juventude e do Voluntariado Jovem com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Português do Desporto e Juventude; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		x	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Os programas de voluntariado e de apoio ao associativismo juvenil são de candidatura livre, não tendo havido condicionamentos temáticos que possibilitassem orientar o programa para a área em questão.

O financiamento é atribuído, normalmente, para o desenvolvimento de um plano de atividades anual não sendo possível avaliar ações específicas individualmente, pelo que não há informação desagregada que permita responder ao solicitado.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Definir os objetivos estratégicos adequados à orgânica do organismo.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A haver medidas especificas para a formação de jovens nas áreas de ordenamento do território, poder-se-ia pensar em ações conjuntas entre as várias entidade envolvidas, fomentando maior articulação e concertação de esforços entre as entidades.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

x Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características **x**

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em articulação com o ICNF, Proteção Civil, APA e outras entidades poder-se-ia pensar em programas próprios de voluntariado nesta matéria, que fossem de encontro a necessidades efetivas.

A8. Observações complementares

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) [ ]

Justificação sucinta da resposta anterior:

Apoio ao associativismo juvenil

Criação de programas orientados para o empreendedorismo e empregabilidade dos jovens

Elaboração de orientações técnicas para instalações desportivas

Implementação do projeto da carta desportiva nacional

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) [**todos**]

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Definir os objetivos estratégicos adequados à orgânica do organismo.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[x] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Definir os objetivos estratégicos adequados à orgânica do organismo.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto Português da Qualidade (IPQ)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.9*	*Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas*

Medidas Prioritárias	*1.9.8*	*Promover a certificação ambiental de empresas de transporte público de mercadorias (2007-2010).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.9.8

Promover a certificação ambiental de empresas de transporte público de mercadorias (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

- Organismos de certificação de sistemas de gestão ambiental, NP EN ISO 14001, acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC): APCER - Associação Portuguesa de Certificação; LRQA - Lloyd's Register EMEA – Portugal; BVC - Bureau Veritas; TÜV Rheinland; EIC – Empresa Internacional de Certificação; SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação, Ldª; AENOR – Associação Espanhola de Normalização e Certificação; CERTIF – Associação de Certificação;

- Verificadores ambientais "EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria" acreditadas pelo IPAC;

- Organismos de verificação de Gases de Efeito de Estufa – EN ISO 14065:2013 - Verificação CELE – Regulamento (UE) nº 600/2012, de 21 de junho: EnviEstudos, SA; SGS ICS - Serviços Internacionais de Certificação, Lda., CERTIF Associação Portuguesa de Certificação; Lloyd's Register EMEA – Portugal;

ANTRAM - Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias; APA - Agência Portuguesa do Ambiente; IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

IPQ - Instituto Português da Qualidade

- IPAC – Instituto Português de Acreditação;

- ADENE – Agência para a Energia.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

As entidades a seguir mencionadas, já identificadas atrás, possuem informação estatística relevante nos respetivos âmbitos de competências/atuação, para o objetivo da aferição do sucesso da medida:

- IPAC – Instituto Português de Acreditação;
- Organismos de certificação de sistemas de gestão ambiental = 8
- Laboratórios de ensaio Ar Ambiente acreditados pela NP EN ISO/IEC 17025 =36
- Laboratórios de ensaio efluentes gasosos acreditados pela NP EN ISO/IEC 17025 = 24
- Laboratórios de ensaio equipamentos e instalações para controlo ambiental/ climático pela NP EN ISO/IEC 17025 = 19
- Empresas Certificadas NP EN ISO 14001:2004 Sistemas de gestão ambiental = 1047;
- Empresas de transportes certificadas NP EN ISO 14001:2004 Sistemas de gestão ambiental, para o código EA31 - Transportes Armazenagem e Comunicação = 37empresas;

Fonte*: diretório de entidades acreditadas pelo IPAC (http://www.ipac.pt/pesquisa/acredita.asp)*

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As entidades competentes têm promovido a certificação de sistemas de gestão ambiental e deverão continuar a assegurar as condições necessárias à manutenção das acreditações/certificações pelas diferentes entidades estimulando a procura e criando sistemas de incentivos à implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental.

O IPQ desconhece o número total de empresas de transporte público de mercadorias que operam no mercado nacional. De acordo com a informação do diretório de entidades acreditadas pelo IPAC (http://www.ipac.pt/pesquisa/acredita.asp), estão atualmente certificadas 37 empresas, pela NP EN ISO 14001:2004, no âmbito do código EA31 - Transportes Armazenagem e Comunicação.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O IPQ tem atribuídas as competências de coordenação e gestão do Sistema Português da Qualidade (SPQ) que compreende os subsistemas de normalização, da metrologia e da qualificação. Enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN), coordena o Subsistema da Normalização no âmbito do SPQ através da preparação do Programa de Normalização, compreendendo as áreas relacionadas com o ambiente, nos diferentes âmbitos, mantendo atualizada a publicação anual "Memento IPQ" (quem faz e o quê na normalização portuguesa); assegurando e promovendo a participação nacional na normalização europeia e internacional; acompanhando e coordenando os Organismos de Normalização Setorial (ONS) que por sua vez coordenam diversas Comissões Técnicas (CT), no respetivo seu setor de atividade. Geriu ainda os processos de votação dos documentos normativos e assegurou a sua adoção/homologação, a nível nacional bem como a respetiva edição, divulgação e venda.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) está qualificada pelo IPQ como Organismo Setorial de Normalização para o âmbito: Ambiente (gestão ambiental, qualidade do ar), assegurando as atividades que lhe estão inerentes, nomeadamente a coordenação das Comissões Técnicas (CT) para a "Qualidade do ar" (CT 71) e para a "Gestão ambiental" (CT 150)

A CT 71 é composta por duas Subcomissões: SC1 - Emissões de fontes fixas; SC2 – Ar ambiente fora dos locais de trabalho.

A CT 150 integra 7 Subcomissões (SC):

- SC 1 – Sistemas de gestão ambiental (dispõe de um Grupo de Trabalho específico para o Eco Design)
- SC 2 – Auditorias ambientais
- SC 3 – Rotulagem ambiental
- SC 4 – Avaliação do desempenho ambiental
- SC 5 – Avaliação do ciclo de vida

- SC 6 – Termos e definições
- SC 7 – Gestão de gases com efeito de estufa e atividades relacionadas

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) acompanha ao nível europeu e internacional os seguintes Technical Committees:

- CEN/TC 264 - "Air quality"
- ISO/TC 146 _ "Air quality"
- ISO/TC 207 "Environmental management".

O IPQ assegurou ainda a realização de diversos eventos (seminários, workshops, encontros) para divulgação e promoção da qualidade em geral, compreendendo as vantagens da implementação e da certificação de sistemas de gestão, incluindo o ambiental NP EN ISO 14001).

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os Departamentos de Normalização (DNOR) e de Assuntos Europeus e Sistema Português da Qualidade (DAESPQ) do IPQ, integram respetivamente 18 e 12 colaboradores, num total de 30 colaboradores.

No entanto, a atividade da normalização no setor ambiental envolve cerca de 200 Peritos e Especialistas, a título individual e/ou em representação de Instituições (IPQ, APA e outras Entidades/Empresas) que colaboram nos trabalhos normativos e na concretização dos eventos de promoção e divulgação.

O IPQ tem descentralizado no Organismo de Normalização Setorial, APA, a gestão da atividade normativa no domínio do ambiente através das Comissões Técnicas e Subcomissões já referidas no ponto anterior.

Não é possível determinar de forma agregada o montante dos recursos financeiros e patrimoniais, utilizado para suportar o conjunto das ações inerentes a esta atividade que é estratégica e relevante para as empresas e para a economia nacional.

Realça-se que, sendo a atividade da Normalização, por natureza, voluntária, os custos são tipicamente suportados pelas entidades envolvidas, de acordo com o respetivo nível de responsabilidades.

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

O IPQ não tem ações específicas previstas para o âmbito em análise. Conforme se pode inferir anteriormente reportado, o IPQ desenvolve ações dirigidas à Qualidade em geral, compreenden igualmente a implementação e a certificação de sistemas de gestão ambiental e adoção, edição e divulgaç das normas neste domínio.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Lista das Normas sobre Gestão Ambiental e elaboradas pela CT 150, editadas antes de 2013:

NP EN ISO 14004:2012 (Ed. 1)	Sistemas de gestão ambiental. Linhas de orientação gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio (ISO 14004:2004).
NP ISO 14015:2006 (Ed. 1)	Gestão ambiental. Avaliação ambiental de sítios e organizações (AASO) (ISO 14015:2001).
NP EN ISO 14020:2005 (Ed. 1)	Rótulos e declarações ambientais. Princípios gerais (ISO 14020:2000).

NP EN ISO 14021:2008 (Ed. 1)	Rótulos e declarações ambientais. Auto declarações ambientais (Rotulagem ambiental Tipo II) (ISO 14021:1999).
NP EN ISO 14024:2006 (Ed. 1)	Rótulos e declarações ambientais. Rotulagem ambiental Tipo I. Princípios e procedimentos (ISO 14024:1999).
NP ISO 14025:2009 (Ed. 1)	Rótulos e declarações ambientais. Declarações ambientais Tipo III. Princípios e procedimentos.
NP EN ISO 14031:2005 (Ed. 1)	Gestão ambiental. Avaliação de desempenho ambiental. Linhas de orientação (ISO 14031:1999).
NP EN ISO 14040:2008 (Ed. 2)	Gestão ambiental. Avaliação do ciclo de vida. Princípios e enquadramento (ISO 14040:2006).
NP EN ISO 14044:2010 (Ed. 1)	Gestão ambiental. Avaliação do ciclo de vida. Requisitos e linhas de orientação (ISO 14044:2006).
NP ISO 14063:2008 (Ed. 1)	Gestão ambiental. Comunicação ambiental. Linhas de orientação e exemplos (ISO 14063:2006).
NP ISO 14064-1:2008 (Ed. 1)	Gases com efeito de estufa. Parte 1: Especificações com linhas de orientação ao nível da organização para a quantificação e comunicação de emissão e remoção de gases com efeito de estufa (ISO 14064-1:2006).
NP ISO 14064-2:2012 (Ed. 1)	Gases com efeito de estufa. Parte 2: Especificações com orientações ao nível do projeto para a quantificação, monitorização e comunicação de emissão e incremento de remoção de gases com efeito de estufa.
NP EN ISO 14064-3:2012 (Ed. 1)	Gases com efeito de estufa. Parte 3: Especificações com linhas de orientação ao nível da validação e verificação de declarações de gases com efeito de estufa (ISO 14064-3:2006).
DNP CEN Guia 4:2012 (Ed. 1)	Guia para a abordagem de questões ambientais em normas de produto.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não existem outras iniciativas identificadas.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não[20]

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Organismos Certificação SGA NP EN ISO 14001						8	2014
Verificadores Ambientais EMAS						5	2014

[20] *Fonte: Diretório de entidades acreditadas pelo IPAC (http://www.ipac.pt/pesquisa/acredita.asp)*

Organismos Verificação CELE – Reg. (EU) 600/2012						4	2014
Empresas certificadas NP EN ISO 14001 no setor EA 31						37	2014
Laboratórios Ar, Ambiente acreditados NP EN ISO/IEC 17025						36	2014
Laboratórios de Ensaios de Efluentes Gasosos acreditados NP EN ISO/IEC 17025						24	2014
Laboratórios de Ensaios para Equipamentos e Instalações para Controlo Ambiental/Climático acreditados NP EN ISO/IEC 17025						19	2014

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

O IPQ não tem intervenção direta na execução desta medida.

De realçar que uma parte significativa dos indicadores relacionados com a acreditação de entidades e certificação de empresas neste setor, e em geral, constam do diretório de entidades acreditadas pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação (http://www.ipac.pt/pesquisa/acredita.asp), que é externo ao IPQ.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Através das atividades e das iniciativas identificadas, o IPQ dá cumprimento à sua missão desenvolvendo políticas e disponibilizando infraestruturas e metodologias, facilitadoras da afirmação da especificidade e da competitividade do tecido socioeconómico nacional, potenciando a prática de melhores processos e métodos de gestão pela qualidade, através dos subsistemas da Normalização, da Metrologia e da Qualificação promovendo e assegurando a participação integrada da sociedade no desenvolvimento harmonioso do SPQ.

A Estratégia Nacional para a Energia constitui um forte contributo, nomeadamente, para a redução de riscos, tais como emissões, derrames e acidentes, através da utilização de tecnologias e processos inovadores acrescentando ganhos de eficiência na utilização dos recursos, nomeadamente, água e energia, e na minimização do tratamento de resíduos e efluentes, fomentando uma cultura que visa a proteção ambiental e a prevenção da poluição.

A implementação e a certificação de sistemas de gestão ambiental em empresas de Transporte constituem um forte contributo para o bem-estar das Comunidades e para o desenvolvimento sustentável na medida em que as empresas interiorizam nas suas práticas a preocupação de minimizar os impactos ambientais, compromisso que se reflete, diretamente, nos seus processos, desde a seleção das viaturas que circulam (tipo de combustível), à sua manutenção, abastecimento e limpeza bem como a utilização de boas práticas de condução.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O IPQ desconhece o número/universo de empresas de transporte por isso não tem informação suficiente para poder emitir opinião mais concreta.

Muitas organizações levaram a cabo “levantamentos” ou “auditorias” ambientais, para avaliar o seu desempenho ambiental. No entanto, estes “levantamentos” e “auditorias” poderão não ser, por si só, suficientes para dar a uma organização a garantia de que o seu desempenho ambiental não só cumpre, como continuará a cumprir, os requisitos legais e os da sua política. Para que sejam eficazes, é necessário que tais “levantamentos” e “auditorias” sejam realizados no contexto de um sistema de gestão estruturado e integrado na organização.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A implementação de um sistema de gestão ambiental, tem vários impactos, resultando numa melhoria do desempenho ambiental das organizações. Assim, a organização deverá periodicamente rever e avaliar o seu sistema de gestão ambiental, para identificar oportunidades de melhoria e a respetiva implementação. A evolução, a extensão e a escala temporal deste processo de melhoria contínua são determinadas pela organização, à luz das circunstâncias económicas e de outras circunstâncias. As melhorias introduzidas no sistema de gestão ambiental têm em vista obter melhorias adicionais no desempenho ambiental.

A implementação de um sistema de gestão ambiental requer que uma organização:

a) estabeleça uma política ambiental apropriada;

b) identifique os aspetos ambientais decorrentes das suas atividades, produtos ou serviços, passados, presentes ou planeados, a fim de determinar os impactes ambientais significativos;

c) identifique os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos que a organização subscreva;

d) identifique as prioridades e estabeleça os objetivos e metas ambientais adequados;

e) estabeleça uma estrutura e um ou mais programas para implementar a política e para atingir os objetivos e metas;

f) promova o planeamento, o controlo, a monitorização, as ações preventivas e corretivas e as atividades de auditoria e revisão, de modo a assegurar, simultaneamente, que a política é cumprida e que o sistema de gestão ambiental permanece adequado; e

g) seja capaz de se adaptar à alteração de circunstâncias.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [x]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Na prossecução das iniciativas desenvolvidas, nomeadamente em matéria da normalização e da certificação, deve ser prosseguida e reforçada a disponibilização de incentivos para apoio à certificação ambiental, ao desenvolvimento de atividades normativas, que incluam a tradução de normas Europeias ou internacionais neste âmbito e o desenvolvimento de ações de sensibilização dirigidas aos agentes económicos nacionais.

A8. Observações complementares

O IPQ manifesta a sua disponibilidade para colaborar em ações de sensibilização e divulgação, que venham a ser desenvolvidas pelas entidades que têm competências e responsabilidade direta no desenvolvimento da medida.

Objetivo Específico 1.9

Executar a Estratégia Nacional para a Energia e prosseguir a política sustentada para as alterações climáticas

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O IPQ não detém responsabilidades diretas na execução da Estratégia Nacional para a Energia nem dispõe dos elementos adequados indispensáveis à avaliação do cumprimento deste objetivo específico.

No entanto, no quadro das suas competências, enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN) o IPQ assegurou as condições necessárias à elaboração, adoção, edição, promoção e divulgação das normas para o setor do ambiente e para sistemas de gestão de energia.

Neste âmbito foi criada a Comissão Técnica CT 184 – Gestão da Energia, que foi responsável pela versão portuguesa da NP EN ISO 50001, cujos objetivos se alinham com os preconizados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2010, que aprovou a Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020).

Decorrente da edição desta Norma, o IPQ tem vindo a promover e a realizar eventos de divulgação e ações de formação, conjuntamente com Associações Setoriais e Regionais representativas, em todo o território nacional. O objetivo é demonstrar as vantagens da utilização de Sistemas de Gestão de Energia (NP EN ISO 50001) pelas empresas e organizações em geral, especialmente PME, com vista à melhoria da sua eficiência energética.

A sua implementação e posterior certificação, proporciona a uma organização desenvolver e implementar uma política e objetivos que tenham em consideração os requisitos legais e a informação relativa a aspetos energéticos significativos, permitindo a redução de custos e emissões de gases com efeito de estufa, através de uma gestão sistemática da energia, com importantes implicações na estratégia, competitividade e desempenho ambiental das empresas.

Os requisitos desta norma podem ser alinhados ou integrados com outros sistemas de gestão, nomeadamente com os da qualidade, do ambiente, da segurança e saúde no trabalho ou da gestão do risco.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		x	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

O IPQ não dispõe de informação consistente sobre os mecanismos/processos de avaliação do objetivo que lhe permitam emitir opinião sobre o assunto.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Empresas Certificadas ISO 50001						3	2012 [21]

[21] *Fonte: ISO Survey 2012*

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***B2a.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Aumentar o número de empresas certificadas pela NP EN ISO 50001

Justificação sucinta da resposta anterior:

A implementação da norma **NP EN ISO 50001:2012 Sistemas de gestão de energia – requisitos e orientações para utilização**, fornece uma base para as organizações demonstrarem que implementam um sistema eficaz, não só para atingir melhorias no seu próprio desempenho energético, como também para comprar produtos e serviços energeticamente eficazes e incorporar desenvolvimentos para a melhoria do desempenho energético. A norma inclui um anexo informativo com orientações de como implementar eficazmente este referencial. O objetivo da norma é a redução de custos com energia e a redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como outros impactes ambientais relacionados, através de uma gestão sistemática da energia.

***B2b.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B2c.* Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Dar continuidade ao acompanhamento das normas internacionais e europeias sobre sistemas de gestão de energia e realizar atividades de promoção e divulgação das normas do setor energético relevantes para a prossecução da Estratégia Nacional para a Energia.

***B2d.* Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

A **NP EN ISO 50001:2012 Sistemas de gestão de energia – requisitos e orientações para utilização,** e outros eventuais documentos normativos que possam vir a ser aprovados neste âmbito, constitui um referencial cuja utilização deve ser incentivada, devendo ser considerada num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020, face à sua dimensão estruturante e à sua importância estratégica.

B3. Observações complementares

O IPQ manifesta a sua disponibilidade para colaborar em ações de sensibilização e divulgação, que venham a ser desenvolvidas pelas entidades que têm competências e responsabilidade direta no desenvolvimento da medida.

Entidade inquirida:

Instituto dos Registo e do Notariado (IRN)

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.9.*	*Planear e implementar uma rede integrada de serviços de Justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos*
Medidas Prioritárias	*4.9.4*	*Reorganizar e modernizar a rede de balcões das conservatórias, reestruturando todo o sistema dos registos, com o objetivo de prestar um serviço de melhor qualidade, mais célere e mais barato ao cidadão e às empresas (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.9.4

Reorganizar e modernizar a rede de balcões das conservatórias, reestruturando todo o sistema dos registos, com o objetivo de prestar um serviço de melhor qualidade, mais célere e mais barato ao cidadão e às empresas (2007-2009).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?**

Instituto dos Registos e do Notariado.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Sim.*

Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça; Gabinete do Secretário de Estado da Modernização Administrativa; Ministérios do Emprego e Segurança Social; Ministério da Saúde; Fundação de Ciência e Tecnologia; Instituto Nacional da Propriedade Industrial; Instituto Nacional de Estatística; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Direção-geral do Património Cultural; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Municípios; Região Autónoma da Madeira; Entidades privadas; Ordens Profissionais.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**

Relativamente às medidas de aproximação e simplificação em que se estabeleceram parcerias [por exemplo, Cartão do Cidadão (CC), Nascer Cidadão (NC), Sistema Integrado do Registo e da Identificação Civil (SIRIC) nos Consulados, Documento Único Automóvel (DUA)] poderão, eventualmente, outras entidades (AMA, MS, MNE, IGFEJ,I.P., IMTT) deter informação relevante para aferição do impacto causado

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Incrementar, em colaboração com o IGFEJ, I.P. e o GRAL, a expansão da rede do serviço Casa Pronta, preparando-se e/ou disponibilizando-se os instrumentos de apoio e de resolução alternativa de litígios aos cidadãos que compram casa. Alargar a rede de balcões do serviço Régius. Aumentar, em colaboração com o IGFEJ, I.P., a implementação do Cartão de Cidadão, assegurando o funcionamento do respectivo helpdesk 24h/24h. Assegurar, com a colaboração do IGFEJ, a digitalização ou digitação de dados no domínio do registo predial. Medir os tempos médios de espera nos serviços de registo com o

objectivo de atingir a respetiva redução. Expandir os serviços inovadores dos registos. Promover e/ou participar nas alterações legislativas atinentes e consequentes com as medidas a consolidar.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido? Medida 4.9.4 2007 a 2009**

Expansão da rede do serviço Casa Pronta – A implementação da medida abrangeu a criação de 331 Balcões Casa Pronta" - 7 em 2007, 139 em 2008 e 185 em 2009 -.

Alargar a rede de Balcões Régius – foram abertos 22 Balcões Régius, frontoffice com atendimento integrado e redefinição de um novo layout funcional, dispersos pelo território nacional (Benfica, Caminha, Santarém Serpa, Vila Flôr, Guimarães, Castanheira de Pera, Lx Fontes Pereira de Melo, Pombal, Nelas, Lx Areeiro, Alcobaça, Portalegre, Póvoa do Varzim, Odivelas, Borba, Faro, Murça, Resende, Tavira, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso).

Aumentar a implementação do Cartão de Cidadão assegurando o funcionamento do respectivo HelpdesK – Foram abertos, no período de referência, um total de 342 balcões, integrando a evolução CCV1 para CCV2.

Assegurar a digitalização ou digitação de dados no domínio do Registo Predial - até 2008 foram informatizados/digitados + 7 000 000 de prédios, correspondendo a cerca de 55% do total de imóveis registados em suporte documental; Em 2009 foram informatizados/digitados 1 417 985.

Medir os tempos médios de espera nos serviços de registo para atingir a respetiva redução – Em 2008 iniciou-se a adjudicação e instalação dos quiosques e equipamentos de Gestão de Filas de Espera, disponibilizando as funcionalidades de medição/aferição de TMA e TME, que no final desse ano abrangeram 114 Unidades Orgânicas (justamente as que apresentavam maiores constrangimentos no que se refere aos tempos médios de espera por parte do cidadão utilizador). Em 2009 foram abrangidos 14 Espaços Registos e 1 conservatória.

Expandir os serviços inovadores dos registos – **Registo Civil**: Procedeu-se à **implementação do SIRIC**-em todas as 327 CR Civil no período compreendido entre 25.01.2006 e 05.06.2007, requisito essencial à abolição da regra da competência territorial e à partilha da informação com outras entidades e implementou-se o **SIRIC nos Consulados** (6 em 2008 e 51 em 2009). Disponibilizou-se a medida de simplificação administrativa **"Nascer Cidadão**" em 20 hospitais/maternidades em 2007 e 26 em 2008. Implementaram-se dois serviços de balcão único nas CRCivil – **Balcão das Heranças e Balcão Divórcio com Partilha** – medidas de simplificação e desformalização que abrangeram 5 CRCivil em 2007, 60 em 2008 e 248 em 2009 (100%). Disponibilizou-se a **funcionalidade "Civil *Online* "** permitindo aos cidadãos, através da internet iniciarem processos de casamento e de divórcio ou separação de pessoas e bens por mútuo consentimento, bem como solicitar certidão permanente do seu registo de nascimento. Em 2009 foi disponibilizado o serviço **"Processo de casamento *Online".*** Foram criados **"Balcões de Nacionalidade"** em Conservatórias do Registo Civil funcionando como extensões da Conservatória dos Registos Centrais, com competência para decisão de pedidos de atribuição e aquisição de nacionalidade, 7 em 2008 e 29 em 2009, como forma de aumentar a capacidade de resposta e, consequentemente a diminuição dos tempos de espera, racionalizando recursos internos e externos.

Registo Automóvel: Em 2007 entrou em produção a funcionalidade "**Registo Automóvel On-Line".** No final de 2009 o incremento da utilização deste balcão de atendimento virtual induziu à criação de 201 postos de atendimento em BackOffice RA *online*. Paralelamente, e no período em aferição, foram criados mais 261 balcões físicos "Postos de atendimento DUA", para o pedido de atos de registo relativos a veículos automóveis.

Registo Predial: A implementação do **SIRP – Sistema Integrado de Registo Predial**, ficou concluída em 2007, (com a disponibilização daquele sistema aos 47 últimos serviços ficando a totalizar 150),

possibilitando a partilha nacional da informação relativa à situação jurídica dos prédios, essencial à **abolição da competência territorial (que ocorreu em 01.01.2009)** bem como à expansão da disponibilização do procedimento especial de registo "Casa Pronta", numa lógica de proximidade, conjugada com critérios de forte racionalização de estruturas. Em 2009 implementou-se ainda o SIRP em 103 CRCivil, permitindo a flexibilização da capacidade de resposta às necessidades da procura e o atendimento presencial único, nestes pontos de contato do cidadão com a Administração. A partir de 01.01.2009, foram disponibilizados diversos serviços *online* na área de registo predial, nomeadamente, a possibilidade de requerer, por essa via, atos de registo, o acesso a certidões permanentemente atualizadas bem como o depósito eletrónico de documentos particulares autenticados. Até ao final de 2009, foram requeridos *online* 155 619 **atos de registo predial,** disponibilizadas 1 818 341 de **certidões permanentes** e efetuados **23 586 atos eletrónicos de depósito em arquivo digital público de documentos relativos a atos sujeitos a registo predial e titulados por documento particular autenticado.**

Registo Comercial – A informatização dos serviços, iniciada em 01.11.2004, ficou concluída em 09.05.2007 abrangendo, nesse último ano, 52 serviços. A implementação das alterações da base de dados SIRCOM – Sistema Integrado de Registo Comercial -, atinentes às medidas de desformalização consignadas no DL nº 76-A/2006, de 29.03 (Procedimentos Administrativos de Extinção imediata de entidades comerciais, competência para reconhecimento de assinaturas, clarificação dos preços dos atos praticados, eliminação da competência territorial, Registos por depósito) foi consolidada em 2007. No Triénio 2007/2009 foram informatizadas 369 201 entidades comerciais.
Empresa na Hora (ENH)- entre 2007 e 2009, foram constituídas 66 035 empresas na hora, em 117 balcões ENH (em 31 de maio de 2013 nº de postos de atendimento de ENH = 213);
Empresa Online (EOL) – entre 2007 e 2009 foram apresentadas a registo 9363 empresas online (em 31 de maio de 2013, 13 conservatórias executam serviço EOL);
Associação na Hora (ANH) – entre 2007 e 2009 foram constituídas 2306 associações na hora, em 116 balcões ANH (em 31 de maio de 2013 o nº de postos de atendimento ANH era de 173);
Sucursal na Hora (SNH) - entre 2008 e 2009 foram registadas 177 sucursais na hora, em 53 balcões SNH(em 31 de maio de 2013 o nº de postos de atendimento de SNH era de 145);
Informação Empresarial Simplificada (IES) – a informação empresarial simplificada (registo das prestações de contas foi projecto iniciado em 01.05.2007, sendo que entre 2007 e 2009 foram processadas 903 330 declarações de prestações de contas de entidades comerciais;
A possibilidade de requerer **atos de registo comercial *online*** foi disponibilizada aos utentes de forma faseada num processo que se iniciou em 20.12.2006, que se generalizou em 2007 e 2008 e que terminou em 19.09.2011. Entre 2007 e 2009 o número de "registos por transcrição online" totalizou 49 808 e por "depósito online" totalizou 26 950.
A funcionalidade de **certidão permanente online** foi disponibilizada também em 20.12.2006 e até ao final de 2009, o número de certidões online emitidas cifrou-se em 1 321 973.

Reforma da legislação de suporte à actividade registal tendo em vista a simplificação e desburocratização dos atos e a criação/disponibilização de novos produtos/serviços: DL n.º 116/2008, de 04.07; Portaria n.º 1535/2008, de 30.12; Portaria n.º 1513/2008, de 23.12; Portaria n.º 621/2008, de 18.07; DL n.º 263-A/2007, de 23.07; Portaria n.º 794.º-B/2007, de 23.07; Lei n.º 7/2007, de 05.02; Lei n.º 29/2007, de 02.08; DL n.º 324/2007, de 28.09; Portaria n.º 1594/2007, de 17.12; DL n.º 237-A/2006, de 14.12; Portaria n.º 654/2009, de 17.06; DL n.º 76-A/2006, de 29.03; DL n.º 111/2005, de 08.07; DL n.º 125/2006, de 29.06, Portaria n.º 657-C/2006, de 29.06; DL n.º 73/2008, de 16.04; Lei n.º 40/2007, de 24.08; DL n.º 73/2008, de 16.04; Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12; Portaria n.º 590-A/2005, de 14.07; DL n.º 8/2007, de 17.01; DL n.º 247.º-B/2008, de 30.12; DL n.º 318/2007, de 26.09; DL n.º 178.º-A/2005, de 28.10; Portaria n.º 1050-A/2007, de 31.07, Portaria n.º 99/2008, de 31.01; Portaria n.º 99/2008, de 31.01; Portaria n.º 696/2009, de 30.06 e Portaria n.º 547/2009, de 25.05, Portaria nº 202/2007, de 13.02.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos Humanos: 2007: cerca de 6000 RH; 2008: cerca de 5 965 RH; 2009: cerca de 5 448 RH

Recursos Financeiros:

	2009	2008	2007
Despesas com Pessoal	205.153.261	193.442.263	191.499.884
Outras Despesas	60.015.398	57.516.237	51.156.679
Total Orçamento Funcionamento	**265.168.659**	**250.958.500**	**242.656.563**
Total Orçamento Investimento	6.882.452	4.829.226	6.830.193
TOTAL	**272.051.111**	**255.787.726**	**249.486.756**

Recursos Patrimoniais: Dados de incremento patrimonial anual, não acumulado.

2007	2008	2009
12.340.502,77 €	**11.047.788,37 €**	**5.570.394,23 €**

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Nenhuma.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A medida prevista no ponto 4.9.4 tem um período de execução estabelecido entre 2007/2009 sendo que a expansão da ENH a todos os serviços inicialmente perspetivados só ocorreu em 2012 e os da ANH ficaram suspensos até final de 2013 por inexpressão da procura deste tipo de balcão em determinadas zonas do território (Distritos: em Beja faltam 3 concelhos, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro e Setúbal 1 e na Guarda 2).

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas? Sim.**

Tratamento e conversão para os Sistemas (SIRP,SIRIC, SIRCOM E DUA) do manancial de informação histórica em todas as áreas de negócio do IRN,IP.

Formação a grupos de utilizadores externos recorrentes (Advogados Solicitadores, Empresários, Importadores, etc.;

Participação em Lojas do Cidadão de 2ª Geração;

Formação de equipas de formadores externos e internos;

Disponibilização de equipamento informático em todos os serviços;

Recuperação de assentos elaborados em suporte de papel para a base de dados SIRIC (num total de 4.845.311);

Implementação do Cartão de Cidadão nas escolas e nas prisões;

Criação de HelpDesk de 1.ª e 2.ª linha em todas as áreas de atividade com suporte em plataforma tecnológica;

Criação, em 06.04.2009, do serviço Linha dos Registos (este é um serviço de BackOffice multicanal de suporte à interação entre o cidadão e a Administração que acompanha as necessidades dos cidadãos e empresas no relacionamento com qualquer dos serviços de registo das 9h/17h e apoia qualquer cidadão no âmbito do CC, funcionando 24h/dia, 7 dias/por semana);

Implementação, a 26.05.2009, do Balcão Soluções Integradas de Registo (SIR) em Lisboa, especialmente vocacionado para tratar de operações de registo de grande volume, complexidade ou relevância económica;

Atualização/reformulação do *site*/portal para publicação *online* dos atos da vida societária;

Criação, em 2008, da ferramenta que permite a disponibilização da certidão do registo comercial bilingue;

Disponibilização da funcionalidade que permite a obtenção de uma marca previamente registada a favor do Estado, disponível numa bolsa de marcas;

Disponibilização, no âmbito dos processos de justificação de direitos e de retificação de registo, da funcionalidade atinente à publicação de notificações editais e decisões em sítio da Internet (2008).

Disponibilização da funcionalidade atinente ao envio/consulta eletrónico da informação necessária ao exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas.

Desenvolvimento e configuração da funcionalidade tecnológica de suporte ao "agendamento" do Cartão de Cidadão;

Criação de um procedimento especial de regularização do registo de veículos;

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Desvio em nº de semanas do Serviço Casa Pronta	Semana	NA	NA	Semana 52	2008	Semana 50	2008
Nº de conservatórias com Serviço Casa Pronta	Nº Serviços	NA	NA	75	2008	140	2008
Desvio em nº de semanas do último lançamento concursal da Empreitada Serviço Régius	Semana	NA	NA	30	2008	23	2008

Nº de Balcões Régius abertos até final do ano	Nº	NA	NA	7	2008	6	2008
Desvio nº de semanas para a apresentação de proposta para a expansão em 2009 da rede de balcões do serviço Régius.	Semana	NA	NA	39	2008	32	2008
Nº de conservatórias, novos locais ou serviços de registo em que se encontra implementado o Cartão de Cidadão	Nº	NA	NA	271	2008	309	2008
Desvio em nº de semanas face à data de disponibilização de serviço de HelpdesK no âmbito do Cartão de Cidadão	Semana	NA	NA	22	2008	21	2008
Nº de convénios/acordos/protocolos para utilização de certificados digitais celebrados com vista à disponibilização de Cartões de Cidadão a entidades públicas	Nº	NA	NA	25	2008	26	2008
Desvio em nº de semanas face à conclusão do processo de integração no SIRP de 75% do volume de registo Predial nacional, previamente digitalizado ou digitado	Semana	NA	NA	52	2008	48	2008
Nº de *scanners* instalados para digitalização de documentos ao balcão	Nº	NA	NA	2000	2008	2380	2008
Desvio em nº de semanas face à data de solução (local) de arquivo central dos livros digitalizados	Semana	NA	NA	26	2008	22	2008
Nº de serviços de registo onde até final do 1º semestre de 2008 se encontram disponibilizados os equipamentos de medição dos tempos de espera e é medido O TME no 2º semestre	Nº	NA	NA	60	2008	71	2008
Nº de serviços de registo a que é alargado o Balcão Heranças e o Balcão Divórcio com Partilha	Nº	NA	NA	25	2008	60	2008
Nº de serviços de registo a que é alargado o Balcão Nascer Cidadão	Nº	NA	NA	15	2008	26	2008
Nº de serviços de registo a que é alargado o Balcão Associação na Hora (ANH)	Nº	NA	NA	40	2008	47	2008
Nº de serviços de registo a que é alargado o Balcão Empresa na Hora (ENH)	Nº	NA	NA	30	2008	36	2008
Nº de serviços de registo a que é alargado o Balcão DUA (Documento Único Automóvel	Nº	NA	NA	30	2008	76	2008

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Foram efetuadas monotorizações no âmbito do SIADAP 1, do QUAR de 2008 e de 2009, (que continuaram nos anos subsequentes: 2010, 2011, 2012, 2013), tendo sido elaborados também diversos relatórios de atividades.

Só a monitorização e a avaliação, sistemática e criteriosa, no âmbito deste tipo de instrumento de gestão possibilita a concretização, em tão curto espaço de tempo, de uma reestruturação tão abrangente e avultada do sistema de registos, dos múltiplos canais de atendimento e de disponibilização de serviços e/ou funcionalidades, inclusive no âmbito da interoperabilidade dos serviços da Administração Pública.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Dificuldade de articulação entre os requisitos técnicos, tecnológicos (ex. insuficiência da largura de Banda, incompatibilidade de aplicações),de equipamento e de qualificação e capacitação dos recursos humanos para além de constrangimentos a nível financeiro e orçamental.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Dotou-se o território nacional de uma rede de serviços que garante a equidade de acesso e permite desenvolver a atividade em condições de igualdade para o utilizador. (Em cada concelho existem um ou mais serviços de registo com atendimento na generalidade das valências registais existentes). Além dos balcões comuns, existe oferta de serviços de registo em balcões vocacionados para o atendimento personalizado (balcões Regius ou Espaços Registos) e para atos em massa e de especial complexidade (SIR). Foram criados procedimentos integrados de titulação e registo, em regime de balcão único, como a ENH, o BHDP, e o CASA PRONTA, de entre outros, com redução dos custos de transação para os cidadãos e empresas. Houve um investimento efetivo ao nível da desformalização, simplificação e desburocratização de procedimentos, com ganhos expressivos em termos de eficiência e celeridade e com diminuição do custo final dos atos para o utilizador. Promoveu-se o uso intensivo das TIC, com desmaterialização praticamente integral dos procedimentos, dos atos e da informação, com salvaguarda da segurança e preservação dos dados pessoais. Implementou-se a certidão permanente online, em sítio da Internet, permitindo o conhecimento da informação registral em tempo real. Disponibilizaram-se serviços através da Internet, em regra, com incentivo emolumentar, facilitando e simplificando o acesso ao serviço de registo e, ao mesmo tempo, fomentando o uso das tecnologias pelos cidadãos e empresas. Eliminou-se a competência territorial na generalidade da atividade dos registos, permitindo minimizar o custo de acesso e corrigir assimetrias de eficiência através da redistribuição de serviço, de forma a garantir o cumprimento dos prazos**.** Verificou-se um reforço da capacidade de resposta dos serviços através da criação de linhas helpdesk tendo em vista dirimir rapidamente quaisquer questões relativas ao conjunto dos novos produtos oferecidos. Implementaram-se medidas alicerçadas num princípio de concentração da informação e na interoperabilidade de sistemas, dispensando-se a deslocação a outros serviços da administração pública e reduzindo-se, com isso, os custos de transação para o utilizador. Implementou-se um sistema de monitorização do tempo de espera e de resposta, tendo em vista fomentar a celeridade e criar um padrão de regularidade no cumprimento dos prazos legais para prestação do serviço. Reformou-se a legislação de suporte à atividade registal tendo em vista a simplificação e desburocratização dos atos. Houve ganho na eficiência, operou-se uma correção das assimetrias e a adequação da oferta. Todas estas ações constituíram ainda para a Administração

instrumentos adequados e mais abrangentes na intervenção ao nível da repressão e controlo da fuga e fraude fiscal bem como no combate à corrupção.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As realizações da medida alcançaram e superaram, em larga escala, os resultados inicialmente previstos. Permitiram a consolidação da posição do Ministério da Justiça, e deste Instituto, como entidades de referência na modernização da Administração Pública, que se impõem pela capacidade de inovação, de potenciação de sinergias para a criação e disponibilização de produtos e serviços que constituíram um fator de diferenciação no plano nacional e internacional e de mobilização da sociedade para a respetiva utilização.
Além de propiciar a melhoria da produtividade da força de trabalho, dos recursos humanos afetos à prossecução da actividade registal, tais inovações constituíram a oportunidade perfeita para a rentabilização crescente dos investimentos financeiros, tecnológicos e formativos concretizados no passado ou a concretizar no futuro.
Concomitantemente, a melhoria por adequação das condições de trabalho advenientes da informatização crescentemente integrada das várias áreas de registo e das funcionalidades *online*, resultaram facilitadoras do acesso à distância, mas em tempo real, a qualquer tipo de serviço ou de informação sobre o mesmo com economia de meios para o organismo, seus trabalhadores, cidadãos, empresas e mesmo outras entidades públicas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcional - racionalização e otimização de meios materiais e humanos, celeridade e eficiência mediante a introdução de fatores/ações de melhoria de processos e de simplificação da estrutura organizativa, propiciando a melhoria da actividade de suporte com redução dos custos associados à actividade, induzindo e possibilitando a introdução de mecanismos de controlo interno de qualidade, celeridade e adequação;

Institucional - cumprimento da missão da Instituição com eficiência e eficácia reconhecidas nos prémios de boas práticas - estruturação da rede de serviços segundo critérios de racionalização;

Na governação: ganho na eficiência - correção das assimetrias e inclusão social - incentivo ao empreendedorismo, ao desenvolvimento económico e ao investimento, conduzindo, assim, à efetiva concretização do objectivo inscrito no PNPOT para a Justiça.

A Justiça e o Sistema Jurídico ficaram mais acessíveis aos cidadãos. Reforçou-se a compreensão mútua entre profissionais e Administrações, facultando ferramentas eletrónicas de informação e cooperação.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Deverá ser dada continuidade à medida que prevê a reorganização e modernização da rede de serviços de registo com o objetivo de prestar um serviço de melhor qualidade, mais célere e com redução de custos de contexto. Já não se justificará, na nossa perspetiva, falar atualmente ou projetar para futuro, uma "reestruturação de todo o sistema dos registos". A reestruturação foi efetuada, haverá que dar-lhe continuidade ainda que imprimindo inovação, maior eficácia, ganho acrescido de eficiência, sempre numa lógica de aperfeiçoamento contínuo e tendo por base designadamente as seguintes orientações estratégicas:

I **Criar condições para facilitar e incentivar o acesso** aos serviços de registo e à informação registal, com vista a um aumento da definição, atribuição, publicitação e garantia dos direitos sobre as propriedades mobiliárias, imobiliárias e societárias, designadamente através da simplificação legislativa e de procedimentos, do fortalecimento do acesso multicanal e da expansão da rede de balcões únicos;

II. **Reforçar a segurança jurídica** dos atos e procedimentos, com vista a aumentar a credibilidade do sistema de registos e a fiabilidade na informação publicitada, através de iniciativas legislativas, do uso das TIC e de aumento da qualificação dos recursos humanos tendentes à melhoria da qualidade da execução dos atos de registo, da elaboração dos documentos e da deteção de fraudes e falsificações;

III. **Garantir a resposta dentro dos prazos** legalmente estabelecidos com o objetivo de aumentar a confiança jurídica no contexto das relações comerciais, fomentar as transações mobiliárias, imobiliárias e societárias e facilitar as operações financeiras;

IV. **Alargar a oferta de serviços** atualmente disponível aos cidadãos e empresas através do aumento de competências próprias e posicionando o IRN, I.P. como prestador de serviços de outras entidades da administração pública, beneficiando da cobertura territorial e dos recursos materiais e humanos da rede de serviços de registo;

V. **Contribuir para a livre circulação** transfronteiriça de pessoas, bens e serviços, mediante o desenvolvimento e reforço de iniciativas de colaboração para a interconexão da informação dos registos nacionais;

VI. **Otimizar a gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos** do IRN, I.P. contribuindo para a eficiência interna e a redução da despesa pública, designadamente através da reorganização da rede de serviços de registo e da otimização da gestão dos fluxos financeiros.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.9

Planear e implementar uma rede integrada de serviços de Justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

No que às conservatórias diz respeito, todo o território nacional beneficia de uma rede integrada de serviços providos de todas as valências registais, a funcionarem em balcões de atendimento personalizado. Estão criados procedimentos de titulação e registo, em balcão único e segundo uma lógica de simplificação, desburocratização, assente na interoperabilidade entre os sistemas de várias entidades da Administração Pública e da Direcção Regional da Administração da Justiça (Região Autónoma da Madeira).

Promoveu-se o uso intensivo das TIC, de forma segura. Paralelamente, disponibilizaram-se no canal internet múltiplos serviços registais, propiciando a requerida redução de custos.

Eliminou-se a regra da competência territorial, minimizando custos de acesso e de disponibilização, ao mesmo tempo que se imprimiu maior celeridade e transparência no tratamento e publicitação da informação.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Plano de Ação para a Justiça na Sociedade de Informação;

Plano Tecnológico - Agenda Digital 2012-2016.

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Número de novos serviços de registo onde, até ao final de 2014, é possível agendar os serviços de pedido de Cartão de Cidadão e/ou PEP	Nº UO	10	2012	5	2013 (*)	7	2013 (*)
Número de novos balcões únicos abertos em todo o país	Nº BUA	60	2012	3	2013	4	2013
Número de assentos de nascimento informatizados	Nº	1.600.000	2012	1.000.000	2013	1.250.000	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 4.9

Justificação sucinta da resposta anterior:

Criar serviços mais acessíveis, úteis e eficazes aos cidadãos e agentes económicos e prosseguir a simplificação de procedimentos.

Aumentar a confiança nos atos e procedimentos, combater a fraude e o branqueamento de capitais.

Alargar a oferta de serviços atualmente disponíveis criando novos canais, estabelecendo colaborações com outras entidades e fortalecendo a administração eletrónica.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | nenhum

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou <u>reformulação de sua redação</u>?**

[X] Sim [ ] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Afigura-se-nos pertinente a reformulação do objectivo específico 4.9 nos seguintes termos:

4.9 Desenvolver a rede integrada de serviços de justiça, promovendo a incrementação do uso de novos canais e consolidando a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos, assegurando a universalidade no acesso aos serviços, numa lógica de racionalidade e eficiência.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Reforma da Justiça; Plano de Ação sobre a Justiça Eletrónica 2014/2018.

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Instituto de Segurança Social (ISS)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.5.*	*Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação*
Medidas Prioritárias	*2.5.3*	*Promover a oferta de equipamentos sociais de apoio às famílias mais jovens, nomeadamente na área da infância, favorecendo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.5.3

Promover a oferta de equipamentos sociais de apoio às famílias mais jovens, nomeadamente na área da infância, favorecendo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituições particulares de solidariedade social; Municípios; Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) foi criado no ano de 2006 constituindo um pilar para o desenvolvimento integrado das políticas sociais do país.

Tem como objetivo a ampliação da Rede de Equipamentos Sociais, constituindo-se como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento integrado das políticas sociais do país. Este é um fator determinante do bem-estar e da melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias.

Este alargamento da rede de equipamentos incide na criação de novos lugares em respostas sociais alvo:

- Infância e Juventude, cujo objetivo está fixado em aumentar 50% da capacidade instalada;
- Pessoas Idosas, aumento da capacidade em 10%;
- Pessoas com Deficiência, pretende-se aumentar a capacidade instalada entre 10 a 30%.

Os princípios gerais do PARES integram a ambição de gerar:

- Mais equipamentos sociais;
- A sustentabilidade do financiamento num horizonte temporal ajustado à tipologia dos projetos;
- Parceria com o investimento privado;
- O planeamento territorial;
- E a avaliação rigorosa e transparente das candidaturas apresentadas.

A implementação deste programa de investimento assenta em dois pilares reformadores:

- Por um lado, a prossecução de um efetivo planeamento das necessidades ao nível territorial, com seleção prioritária de projetos em territórios com baixa taxa de cobertura e mais vulneráveis à exclusão social, de forma a corrigir as assimetrias existentes na distribuição da capacidade instalada;
- Por outro lado, o estímulo ao investimento privado privilegiando os projetos que recorram a um maior financiamento próprio através de parcerias entre as instituições e os seus parceiros locais.

O PARES recai em respostas sociais concretas, designadamente na criação de novos lugares:

- Em creches, facilitando a conciliação da vida familiar com a vida profissional;
- No reforço dos Serviços de Apoio Domiciliário e dos Centros de Dia, promovendo as condições de autonomia das pessoas idosas;
- No aumento do número de lugares em Lares de Idosos associados a situações de maior dependência;
- Contempla ainda a integração de pessoas com deficiência pelo incremento da rede de Respostas Residenciais e de Centros de Atividades Ocupacionais.

O financiamento no âmbito do PARES destina-se a:

a) Obras de construção de raiz;
b) Obras de ampliação, remodelação de edifício ou fração;
c) Aquisição de edifício ou fração.

O PARES pode abranger ainda:

a) Aquisição de equipamento móvel destinado ao apetrechamento das infra-estruturas afetas às respostas sociais elegíveis;
b) Projetos técnicos de arquitetura e de engenharia;
c) Fiscalização da obra.

O presente programa vigora no território continental e destina-se a todas as Entidades Promotoras (Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Equiparadas) que pretendam, apresentar projetos que criem novos lugares nas respostas sociais elegíveis.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Durante o ano de **2008** destacam-se as seguintes actividades:

- Selecção e contratação de Recursos Humanos;

- Elaboração de um manual de apoio à execução dos projectos;

- Apresentação dos instrumentos de suporte à execução dos projectos;

- Realização de 2 acções de formação de âmbito comportamental;

- Realização de 4 acções de formação na aplicação informática GCPARES;

- Visitas de acompanhamento a um projecto de cada um dos distritos de Faro, Aveiro, Braga, Bragança, Santarém, Setúbal, Vila Real, Viseu Portalegre, Coimbra e Leiria.

Durante o ano de **2009** destacam-se as seguintes actividades:

- Selecção e contratação de Recursos Humanos;

- Elaboração de um manual de apoio à execução dos projectos;

- Apresentação da Portaria nº37/2009 de 16 de Janeiro, que cria um adicional de valor igual a 10% do financiamento público contratualizado para a componente de infra-estruturas;

- Envio de notificações às Entidades e às Autarquias a comunicar a Portaria nº37/2009 de 16 de Janeiro, relativa ao adicional de 10%;

- Realização de um "Outdoor" nos dias 5 e 6 de Março, com a participação dos Gestores PARES, GAT e GAP com o objectivo de criar "o espírito de equipa" em todos os técnicos que estão envolvidos no Programa PARES.

- Realização de uma Formação "Gestores PARES" para os técnicos que irão dar apoio aos Gestores PARES no acompanhamento do Programa;

- Realização de duas Formações de âmbito comportamental para os técnicos que irão dar apoio aos Gestores PARES no acompanhamento do Programa;

- Formação no âmbito da aplicação GCPARES.

- Disponibilização de uma linha de crédito no âmbito do PARES,

- Os Gestores PARES realizaram visitas de acompanhamento, bem como os respectivos relatórios;

- Foi elaborado o modelo de documento, para a análise do relatório de encerramento enviado pela Entidade Promotora.

Durante o ano de **2010** destacam-se as seguintes actividades:

- Foi elaborado e disponibilizado na Internet o 3º Manual de Apoio à Execução do Pares, tendo em conta a saída em vigor do Dec-Lei nº 256-A, regime de excepção.

- Foram recepccionados no ISS, I.P. 85 pedidos de autorização para a constituição de hipoteca, do bem financiado, tendo sido autorizados 74 pedidos.

Durante o ano de **2011**, destacam-se as seguintes actividades:

- Foram realizadas reuniões, a pedido das Entidades Beneficiárias, com o objectivo de serem prestados diversos esclarecimentos;

- Foi efectuado um inquérito a todas as Entidades Promotoras com o objectivo de aferir quem é que solicitou empréstimo bancário para garantir a componente privada do investimento, quais as entidades credoras envolvidas, qual o montante envolvido bem como o prazo do empréstimo. Por outro lado este inquérito permite aferir quais as entidades que apresentaram

como garantia real o bem financiado e não solicitaram ao ISS, I.P. a respectiva autorização.

- Os Gestores PARES realizaram 322 visitas de acompanhamento, bem como os respectivos relatórios;

- Foram elaboradas 87 propostas de reprogramação temporal;

- Foram elaboradas 51 propostas de reprogramação física;

- Foram elaboradas 21 propostas para a elaboração da adenda ao Contrato de Comparticipação Financeira, correspondente ao adicional dos 10%;

- Entraram 1331 pedidos de pagamento e foram analisados 1297;

- Foram emitidas 1162 ordens de pagamento.

- Foram recepcionados, 264 relatórios de encerramento;

- Foram encerrados administrativamente 8 projectos de investimento ascendendo a 19,

- Formalizaram-se 6 propostas de rescisão do Contrato de Comparticipação Financeira, a pedido da Entidade Promotora.

Durante o ano de **2012** desenvolveram-se as habituais atividades relacionadas com os projetos, nomeadamente análise de relatórios de visitas de acompanhamento, análise de pedidos de pagamento e emissão das respetivas ordens de pagamento.

No âmbito dos projetos ativos, no ano **2013** foram desenvolvidas as habituais atividades relacionadas com os projetos, nomeadamente: Análise de 328 pedidos de reembolso; Análise de 99 relatórios finais, dos quais 21 se encontram para validação dos diversos serviços envolvidos no processo e/ou a decorrer o período de audiência prévia.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

O PARES é exclusivamente financiado com verbas provenientes dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, conforme o disposto na alínea a) do n.º 5 do Artigo 3.o do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, e no Despacho Conjunto n.º 1057/2005, de 10 de novembro.

A dotação orçamental do PARES e respetiva distribuição é fixada no aviso de abertura de candidaturas.

Associado a este alargamento da rede de equipamentos sociais está ainda a criação de novos postos de trabalho.

Execução Financeira Acumulada (milhares de euros)	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Investimento Público	207.207	210.181	211.695	212.056
Executado	120.721	150.853	164.497	193.837
Taxa de Execução Financeira	58%	72%	78%	91%

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Taxa de cobertura Creche	%	23,5%	2004	33%	2010	35,7%	2010
N.º de respostas sociais concluídas	N.º	7.707	2004	+1.040	2010	803	2013
N.º de lugares concluídos	N.º	273.879	2004	+34.100	2010	28.530	2013
Creche*	N.º	68.324	2004	+16.500	2010	13.026	2013
Pessoas com Deficiência*	N.º	14.657	2004	+1.200	2010	958	2013
Pessoas Idosas*	N.º	191.505	2004	+16.400	2010	14.546	2013

* Valor Base, Carta Social 2004

Evolução dos Indicadores de Monitorização da Medida 2007-2013

Designação	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
Investimento Público (milhares de euros)				207.207	210.181	211.695	212.056
N.º Projetos contratualizados				558	561	565	561

N.º Respostas Sociais contratualizadas				994	981	984	978
N.º Lugares contratualizados				33136	36069	35913	35314
Crianças e Jovens				15836	16654	16790	16259
Pessoas com Deficiência				1174	1093	1115	1061
Pessoas Idosas				16126	18322	18008	17994
Executado (milhares de euros)				120.721	150.853	164.497	193.837
Taxa de Execução Financeira				58%	72%	78%	91%
Projetos Concluídos				212	333	364	460
Taxa de Execução Física				38%	59%	63%	82%
Respostas Sociais				460	596	626	803
Lugares Abrangidos				15.149	19.363	22.614	28.530

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os objetivos no âmbito do PARES *integraram o Plano de Atividades da área funcional responsável pela medida no Instituto da Segurança Social e o Plano de Ação do Instituto. A respetiva monitorização integra o Relatório de Atividades do ISS,IP:*

2007*: <não foi integrado em Plano de Ação do ISS,IP>*

2008: *OE 1.1 Conciliar a vida familiar e profissional das famílias*
1.1.4 Executar 30% dos financiamentos contratualizados em PARES I

2009: *OE 1.2 Melhorar o apoio às Famílias*
1.2.2 Assegurar uma taxa de execução financeira no PARES I de 59% e de execução física de 51%

2010: *Promover o Desenvolvimento Social*
N2.P1.06 Garantir o cumprimento dos objectivos do PARES assegurando uma taxa de execução financeira de 45% e grau de concretização dos indicadores físicos de 40%
N2.P1.07 Garantir o cumprimento das regras contratualizadas pelas IPSS no PARES assegurando 24% dos projetos sem recomendações

2011: *OE 1 Reforçar a proteção e a inclusão Social*
1.2 Aumentar a cobertura dos serviços/ respostas sociais
AT 0.6 Assegurar a emissão dos pareceres técnicos e relatórios de acompanhamento do PARES no prazo definido (90% até 20 dias)

PR 0.1 A2.1 Garantir o cumprimento dos objectivos do PARES assegurando a taxa de execução financeira (67%) e o grau de concretização dos indicadores físicos (51%)

OE 6 Aumentar a eficiência dos serviços
6.6. Optimizar os processos de negócio e/ou suporte através da reengenharia e automatização dos mesmos
PR 0.5 Optimizar a Gestão dos Programas
A13 Melhoria contínua do Sistema de Informação do GCPARES

2012: *OE 1 Reforçar a proteção e a inclusão Social*
1.1. Aumentar a cobertura dos serviços e respostas sociais
PR 0.1 A2.1 Garantir o cumprimento dos objetivos dos Programas assegurando a taxa de execução financeira (75%) e o grau de concretização dos indicadores físicos (67%)
1.2 Controlar os níveis de qualidade dos serviços e respostas sociais
PR 0.2 Garantir o cumprimento das regras contratualizadas com as IPSS no PARES, assegurando a ausência de recomendações nos projectos (36%)

OE 6 Aumentar a eficiência dos serviços
6.6. Optimizar os processos do ISS,IP
PR 0.5 Optimizar a Gestão dos Programas
A10 Melhoria contínua do Sistema de Informação do GCPARES

2013: OE 1 Assegurar a Proteção e Inclusão Social
1.1 Potenciar a cobertura dos serviços no processo de requalificação e otimização das respostas sociais
APO 0.1 Elaborar pareceres de acompanhamento a nível nacional dos programas (PARES)
DSP 4.1 Garantir o cumprimento dos objectivos dos Programas assegurando o grau de concretização dos indicadores físicos (68%)

Planos e Relatórios de Atividade em http://www4.seg-social.pt/sistema-de-gestao3

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Externas:

IPSS: falta de capacidade financeira das IPSS para garantirem a componente privada do investimento, principal motivo alegado nas desistências ao programa.

Autarquias: Morosidade na atribuição dos licenciamentos autárquicos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respetivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Aumento do nº de lugares e de respostas sociais da rede de equipamentos.

Maior escolha no acesso a serviços sociais.

Aumento da taxa de cobertura das respostas sociais.

Maior qualidade das respostas sociais.

Criação de emprego.

Melhores condições de conciliação da vida pessoal com a atividade profissional.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Funcionais:

Aumento do nº de lugares e de respostas sociais da rede de equipamentos.

Institucionais:

Aumento da taxa de cobertura da resposta;

Diminuição das assimetrias geográficas na distribuição dos equipamentos sociais;

Aumento da coesão territorial;

Diminuição da desigualdade na distribuição da taxa de cobertura por concelho/distrito (Índice de Gini).

Na Governação:

Criação de emprego;

Conciliação da vida pessoal e profissional;

Complementaridade entre recursos públicos e privados;

Maior equidade social.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral

/ Diversificar a oferta de serviços sociais e de saúde e aumentar a qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis

Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária

/ Qualificar e adaptar equipamentos já existentes e diversificar a sua oferta de serviços, adaptando-os às necessidades atuais (alargamento da capacidade, reconversão da resposta, etc.)

/ Dotar os serviços e respostas sociais e de saúde de infraestruturas e equipamentos que facilitem o seu acesso e gestão (sistemas de informação; plataformas eletrónicas; sites; equipamento informático; etc.)

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.5

Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atração de populações com níveis elevados de qualificação

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A medida prioritária *"Promover a oferta de equipamentos sociais de apoio às famílias mais jovens, nomeadamente na área da infância, favorecendo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (2007-2013)"* contribuiu para:

Aumento do nº de lugares e de respostas sociais da rede de equipamentos.

Aumento da taxa de cobertura das respostas sociais.

Criação de emprego.

Conciliação da vida pessoal e profissional.

No que diz respeito ao contributo da medida prioritária para um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e para a atração de populações com níveis elevados de qualificação não dispomos de avaliação de impacto que nos permita retirar conclusões a esse nível.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		Não (Apenas os das medidas)
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*
Medidas Prioritárias	*4.2.7*	*Desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas (2007-2013)*
Objetivo específico	*4.4.*	*Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos*
Medidas Prioritárias	*4.4.2*	*Desenvolver intervenções integradas de base territorial de combate à pobreza e à exclusão social, em parceria Estado, Autarquias e Instituições públicas e privadas, promovendo ações que contribuam para o desenvolvimento e qualificação de grupos excluídos socialmente ou com necessidades de apoio específico, nomeadamente imigrantes (2007-2013).*
	4.4.3	*Reforçar o desenvolvimento das Redes Sociais, através da consolidação e alargamento das parcerias a nível local e do aprofundamento da abordagem estratégica, articulando-as, nomeadamente, com os instrumentos de gestão territorial (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.7

Desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Saúde; Entidades Coordenadoras Regionais da Rede de Cuidados Continuados Integrados (ECRRCCI); Instituto da Segurança Social; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administração Central do Sistema de Saúde (agregação de informação de base regional das ECRRCC)

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[	X	Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Implementação da RNCCI através de Unidades de Apoio para atender às situações em que os cuidados de saúde precisam de ser prolongados no tempo, considerando as seguintes tipologias de apoio: Unidades de Convalescença (UC); Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR); Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) e Unidades de Cuidados Paliativos (UCP).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

O grande objectivo para **2007** foi o de implementar esta rede em todos os Distritos do Continente no âmbito das experiências Piloto, objectivo que foi atingido através da celebração de Acordos entre o ISS, IP e outras Entidades (IPSS, SNS e Privados), cuja taxa atingiu os 65% no mês de Dezembro. Também a taxa de Ocupação Global (Unidades de Média Duração mais Unidades de Longa Duração) atingiu os 98% no mês de Dezembro.

Até Dezembro de **2008** foram criados 2.905 lugares de internamento, dos quais 917 em Unidades de Média Duração e Reabilitação e 1.365 em Unidades de Longa Duração e Manutenção. Comparando os valores de 2007 com os de 2008, verifica-se um acréscimo de 41,95% nas Unidade de Média Duração e Reabilitação e de 99,56% nas Unidades de Longa Duração e Manutenção. Relativamente à taxa de execução das metas em PAISS para o ano de 2008, verificou-se uma execução de 82% nas Unidade de Média Duração e Reabilitação e de 64% nas Unidades de Longa Duração e Manutenção, sendo a taxa de execução global de 70%. A Taxa de Ocupação Global das Unidades de Média e de Longa Duração, no ano de 2008, foi de cerca de 94%.

Até Dezembro de **2009** foram criados 3.938 lugares de internamento, dos quais 1.253 em Unidades de Média Duração e Reabilitação e 1.942 em Unidades de Longa Duração e Manutenção.

Até Dezembro de **2010** foram criados 4.625 lugares de internamento, dos quais 1.497 em Unidades de Média Duração e Reabilitação e 2.286 em Unidades de Longa Duração e Manutenção.

Destaca-se no que diz respeito à execução física da RNCCI **2011**:

- Taxa de execução de 85,26% no total de camas previstas no Plano de Implementação (6.562);
- Taxa de execução mais elevada verificou-se na tipologia Unidade Convalescença (88,74%);
- Contratação de 5.595 camas em funcionamento em 31/12/2011, das quais 1.747 em UMDR e 2.752 em ULDM;
- Distribuição de camas por 169 Unidades de Internamento, das quais 83 são de IPSS/SCM, 30 de IPSS/Outras, 29 de instituições Privadas e 27 do Serviço Nacional de Saúde;
- Referenciação durante o ano de 2011 de 30.103 utentes (+40,1% face a 2010). Desde o início da RNCCI foram referenciados 105.257 utentes;
- Assistência a 32.713 utentes em 2011 (+21% face a 2010).

Destaca-se no que diz respeito às atividades previstas e realizadas em **2011**:

- Avaliar e apresentar proposta de reconversão ou cessação de UAI
- Avaliar a articulação das ADI com os Cuidados de Saúde Primários e ECCI
- Apresentar proposta de Orientação Técnica relativa à instrução e organização dos processos no âmbito da celebração de acordos
- Acompanhar os procedimentos associados à celebração de novos acordos no âmbito da RNCCI
- Assegurar as atividades de planeamento, monitorização e avaliação da RNCCI no âmbito da respetiva Coordenação Nacional
- Monitorizar, acompanhar e avaliar a implementação da condição de recursos ao cálculo da comparticipação da Segurança Social para os utentes da RNCCI
- Definir e implementar minuta de contrato de prestação de serviços e respetivos procedimentos
- Assegurar a colaboração no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Financiamento Direto às Famílias (SGFDF)

Em **2012**, a execução física da RNCCI foi a seguinte:

- O n.º de camas contratadas, em funcionamento em 31 de dezembro de 2012, foi de 5.930, das quais 1.820 em Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e 3.031 em Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM);
- A tipologia que regista um maior n.º de camas continua a ser a Unidade de Longa Duração e

manutenção, representando cerca de 50% do total de camas existentes na RNCCI;
- O n.º de camas contratadas está distribuído por 171 Unidades de Internamento, das quais 87 são de IPSS / SCM, 33 de IPSS / Outras, 28 de instituições Privadas e 23 do Serviço Nacional de Saúde (Anexo I – Indicadores de Gestão);
- Observou-se uma taxa de ocupação de 94% na tipologia UMDR e 96% em ULDM;
- Faro é o distrito que apresenta a taxa de ocupação mais elevada (99%) em ULDM, sendo que se seguem Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém e Vila Real com 97%. Aveiro e Viseu são os distritos com a taxa mais baixa (93%);
- Faro é o distrito que apresenta a taxa de ocupação mais elevada (97%) em UMDR, seguido de Aveiro com 96%. Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo e Viseu possuem uma taxa de 95%. Lisboa, Setúbal e Vila Real são os distritos com a taxa mais baixa (90%);
  Durante o ano de 2012 cessaram o acordo com a RNCCI 7 unidades, entre as quais 2 da tipologia de UC, 2 de UMDR, 1 de ULDM e 2 de UCP;
- O número total de utentes referenciados desde o início da RNCCI é de 132.364 utentes;
- O n.º de utentes assistidos em 2012 foi de 32.786;
- Ao abrigo da figura do descanso do cuidador foram internados 986 utentes nas ULDM.

Execução financeira da RNCCI:
Tendo por referência o orçamento aprovado para os encargos com o apoio social, verificou-se um grau de execução de 81%, no montante de 26.456.838,32 euros.

No âmbito das competências da articulação com a Unidade de Missão de Cuidados Continuados Integrados (UMCCI) e, posteriormente com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), destaca-se o cumprimento das seguintes atividades durante o ano de 2012:

- Assegurar as actividades de planeamento, monitorização e avaliação da RNCCI.
- Assegurar a participação da Segurança Social na RNCCI – Equipa Coordenadora Regional e Local.
- Acompanhar a implementação da Lei de condição de recursos sobre o cálculo da comparticipação da Segurança Social para os utentes da RNCCI.
- Colaborar na revisão de normativos.

Em **2013**, a execução física da RNCCI foi a seguinte:
- O n.º de lugares contratadas, em funcionamento em 31 de dezembro de 2013, foi de 6.642, das quais 1.895 em Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e 3.692 em Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM);
- A tipologia que regista um maior n.º de lugares continua a ser a ULDM, representando cerca de 56% do total de lugares existentes na RNCCI;
- Comparando com o ano de 2012, relativamente ao número de lugares comparticipadas pela Segurança Social, houve um crescimento de 21,8% na tipologia de ULDM e de 4,1% em UMDR;
- Em termos regionais, verificou-se um maior crescimento no Algarve, seguido da região de Lisboa e Vale do Tejo;
- Durante o ano de 2013 a região do Alentejo foi aquela onde entraram em funcionamento menos lugares, uma vez que as metas foram, tendencialmente, alcançadas;
- O distrito que apresenta o maior número de lugares em todas as tipologias é Coimbra, seguido do Porto;
- O n.º de lugares contratados está distribuído por 194 Unidades de Internamento, das quais 99 são de IPSS / SCM, 44 de IPSS / Outras, 30 de instituições Privadas e 21 do Serviço Nacional de Saúde (Anexo I – Indicadores de Gestão);
- Durante o ano de 2013 cessaram contrato-programa com a RNCCI 2 unidades, 1 da tipologia de

UC e 1 de UCP;

Em 2013, do acompanhamento e monitorização do movimento assistencial dos utentes (unidades de internamento e equipas domiciliárias), destaca-se:

- Foram referenciados 37.751 utentes, dos quais 67% através dos Hospitais do SNS e 33% dos Centros de Saúde;
- A região Norte e a região Lisboa e Vale do Tejo são aquelas que apresentam percentagens mais elevadas de referenciação, respetivamente, 38% e 25%;
- O n.º de utentes admitidos foi de 33.261;
- O n.º de altas correspondeu a 30.459.

Execução financeira da RNCCI:

- Tendo por referência o orçamento aprovado para os encargos com o apoio social, verificou-se um grau de execução de 85%, no montante de 27.696.555,03 euros.

No âmbito das competências da articulação com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), destaca-se o cumprimento dos seguintes objetivos durante o ano de 2013:

- Colaborar na elaboração do Plano de Implementação da RNCCI de 2013 e eventuais revisões do Plano;
- Colaborar na elaboração de propostas de normativos;
- Assegurar a participação da Segurança Social na RNCCI – Equipa Coordenadora Regional e Local;
- Assegurar a colaboração no sistema de suporte à RNCCI – GestCareCCI;
- Acompanhar os procedimentos associados à celebração e renovação de novos acordos no âmbito da RNCCI.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Encargos com o apoio social da RNCCI:

2007: 66% 32.062,46 euros

2008: 90% 9.897.020,91 euros

2009: 99% 15.148.438,26 euros

2010: 98% - 19.737.976,14 euros

2011: 93% 25.207.680,27 euros

2012: 81% 26.456.838,32 euros

2013: 85% 27.696.555,03 euros

Recursos Humanos:

2013: 86 Equipas Coordenadoras Locais (ECL)

101 técnicos/as

79 efetivos/as

22 representantes suplentes do ISS,IP

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta (a)		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Unidades de Convalescença (UC)	N.º	423	2007	1630	2010	860	2013
Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	N.º	520	2007	1851	2010	1895	2013
Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	N.º	603	2007	4515	2010	3692	2013
Unidades de Cuidados paliativos (UCP)	N.º	55	2007	220	2010	195	2013
Unidades de Dia e Promoção de Autonomia (experiência piloto)	N.º	0	2007	100	2010	-	-

(a) PNAI 2008-2010

Evolução dos Indicadores de Monitorização da Medida 2007-2013

Designação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
N.º de Beneficiários Abrangidos (N.º)					32713	32786	33261
N.º de Lugares de Internamento criados (N.º)	1601	2905	3938	4625	5595	5930	6642
Unidades de Convalescença (UC)	423	530	625	682	906	886	860

Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	520	917	1253	1497	1747	1820	1895
Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	603	1365	1942	2286	2752	3031	3692
Unidades de Cuidados paliativos (UCP)	55	93	118	160	190	193	195
N.º de Unidades de Internamento criados (N.º)	66	109	189	219	169	171	194
Taxa de Ocupação Global da Rede (%)	98%	94%					

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os objetivos no âmbito da *Rede de Cuidados Continuados Integrados integraram o Plano de Atividades da área funcional responsável pela medida no Instituto da Segurança Social e o Plano de Ação do Instituto. A respetiva monitorização integra o Relatório de Atividades do ISS,IP:*

2007*: OE 3.3 Melhorar as condições de autonomia das pessoas em situação de dependência*
3.3.1 Implementar a rede de Cuidados Continuados Integrados em todos os Distritos.

2008: *OE 1.3 Melhorar as condições de autonomia das pessoas em situação de dependência*
1.3.1 Aumentar a capacidade da rede nacional de cuidados continuados integrados (RCCI) para 3.260 lugares assegurando a entrada em funcionamento de pelo menos 80% dos lugares criados

2009: *OE 1.2 Melhorar o apoio às Famílias*
1.2.7 Aumentar a capacidade da RNCCI para 4.000 lugares em respostas integradas (MS e MTSS) assegurando uma taxa de ocupação de pelo menos 85%

2010: *Promover o Desenvolvimento Social*
N2.P1.02 Melhorar o contributo da sinergia com o Ministério da Saúde relativamente à implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (ao nível da UMCCI, ECR e ECL), assegurando que 70% das unidades da RNCCI têm um acompanhamento semestral e que a taxa de ocupação conjugada é de pelo menos 85%

2011: OE 1 Reforçar a proteção e a inclusão Social
1.5 Aumentar a eficácia de programas / iniciativas de promoção de desenvolvimento social
DS_4.1.1 I1 e I2 Melhorar a sinergia com o Ministério da Saúde relativamente à implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (ao nível da UMCCI, ECR e ECL)

2012: OE 6 Aumentar a eficiência dos serviços
6.5. Otimizar processos do ISS, I.P
GI_3.1 Melhorar e desenvolver os procedimentos de suporte à implementação e/ou utilização de aplicações

| A1 Elaborar o Manual de Procedimentos para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

2013: *<não foi integrado em Plano de Ação do ISS,IP>*

Planos e Relatórios de Atividade em http://www4.seg-social.pt/sistema-de-gestao3

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

2009 A meta estabelecida de 4.000 lugares foi concretizada em 98,5%. O desvio de 1,5 pontos percentuais deveu-se a factores de ordem externa, dos quais se destacam:

- Autonomia das Áreas Regionais de Saúde, o que dificulta a uniformização de procedimentos e articulação com os Centros Distritais (principalmente nas visitas e preparação de assinatura de acordos);
- Atrasos na execução de obras ainda financiadas pelo Saúde XXI;
- Abertura tardia das candidaturas do Programa Modelar da responsabilidade das ARS;
- Implementação de procedimentos de visto prévio do Tribunal de Contas, a partir de Setembro de 2009;
- Não implementação de UDPA e de ECCI – Social em 2009, bem como de respostas em Saúde Mental, por decisão das Tutelas.

2010 Dado haver um conflito entre a distribuição geográfica das unidades e a afectação de recursos humanos (envolvendo CDist distintos), considera-se pertinente clarificar os pressupostos deste Objectivo (Assegurar que 70% das unidades da RNCCI têm um acompanhamento semestral pelas ECL, com respectiva evidência documentada) junto dos CDist e representantes do ISS,IP nas ECR e ECL.

2012 Atendendo às implicações do PREMAC foi extinta a UMCCI, sendo necessário clarificar a coordenação estratégica da RNCCI com o Ministério da Saúde. Consequentemente, a colaboração no desenvolvimento do Sistema de Informação de Suporte à RNCCI (GestCareCCI) teve alguns constrangimentos, nomeadamente o desenvolvimento dos WebServices indispensáveis ao arranque em produção do subsistema FDF-RNCCI, não foram contemplados no orçamento aprovado da UMCCI. Por outro lado, o processo de desenvolvimento desta ferramenta foi entretanto suspenso por orientação superior da Tutela (outubro 2011), tendo em conta os riscos identificados, da falta de resposta por parte da Unidade de Missão da RNCCI do Ministério da Saúde em adaptar o seu sistema "Gestcare" com um o interface que permita a troca de informação com o FDF_RNCCI..

Condição de Recursos: deu-se início à aplicação da Condição de Recursos à RNCCI, após estarem reunidas as condições necessárias para a sua implementação, nomeadamente em termos de sistemas de informação e procedimentos.

Do acompanhamento à recente aplicação da condição de recursos à RNCCI foram identificados alguns constrangimentos:

- Dificuldade na consulta CDF e interpretação dos dados disponíveis;
- Lentidão do sistema para pesquisa de dados;
- Morosidade no preenchimento das novas Folhas de calculo Excel;
- Dificuldades na consulta do SISS;
- Acumulação de funções e insuficiente afetação de tempo à RNCCI;
- Área de abrangência muito dispersa de algumas ECL;
- Processo complexo, burocrático e morosidade na análise de cada processo;

- Em algumas áreas verifica-se dificuldade na articulação com as EGAS e morosidade no preenchimento da declaração/TA;
- Internamento de utentes em Unidades cuja ECL não coincide com a ECL da área do domicilio;
- Dificuldade do próprio ou familiares no preenchimento da PCR;
- Utentes/Representantes não devolvem atempadamente os requerimentos ou estão mal preenchidos, mesmo após envio de segunda insistência, implicando sucessivos contactos por parte das representantes do ISS, IP nas ECL;
- Resistência por parte da família/utente em fornecer dados para o preenchimento da declaração.
- Recusa de admissão nas unidades da RNCCI após notificação do valor/dia a pagar.

A reorganização da estrutura central de coordenação da RNCCI só se efetuou em dezembro de 2012, a reorganização da estrutura orgânica do ISS,IP e a ausência de chefia intermédia dificultou os processos inerentes ao desenvolvimento das atividades previstas em Plano de Atividades da Área Funcional e a tomada de decisão.

2013

- A necessidade do cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso - LCPA) regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como, a limitação expressa na LOE 2013, sobre a duração dos contratos-programa, resultou na publicação, durante o ano de 2013, dos despachos de assunção de compromissos, que vieram "uniformizar" o período de vigência dos contratos (três anos económicos). Deste modo, foi necessário adequar todas as minutas dos contratos na cláusula sobre o prazo de vigência das unidades das tipologias de média duração e reabilitação e longa duração e manutenção em articulação com as Equipas Coordenadoras Regionais.

- Durante o ano de 2013, foram realizadas várias reuniões de trabalho em articulação com o Núcleo Funcional da ACSS, Direção Geral da Segurança Social e a área técnica dos equipamentos sociais (arquitetos) no sentido de discutir o projeto de portaria de funcionamento da RNCCI que visa introduzir aperfeiçoamentos no que respeita às condições de instalação e funcionamento das unidades de internamento e definir as relativas às unidades de ambulatório; regular os vários níveis de coordenação da RNCCI e os procedimentos relativos às adesões dos serviços e estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde e das instituições do setor social e do setor privado.

- No contexto de expansão da RNCCI, em termos do modelo de funcionamento e âmbito de atuação, bem como do foco crescente nos resultados tornou-se evidente a função motriz das Equipas Coordenadoras Locais (ECL), para as quais é requisitado um perfil profissional ético, capaz de assegurar todas as responsabilidades e funções inerentes às competências atribuídas legalmente.
- Face à reorganização interna dos serviços da saúde e da segurança social, foi necessário proceder a um ajustamento das Equipas Coordenadoras Locais (ELC). Consequentemente, verificou-se uma alteração do número e da localização das mesmas, passando atualmente para 86 equipas a nível nacional, totalizando 101 técnicos/as, dos quais 79 representantes efetivos/as e 22 representantes suplentes do ISS, I.P.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos**

correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

- A rede foi implementada em todos os distritos.
- O acesso à rede obriga à comparticipação da componente social por parte do utente de acordo com a condição de recursos.

Objetivo específico 4.2. Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis

- A rede foi implementada em todos os distritos.
- A avaliação de impacto na procura do SNS deve ser aferida pelo Ministério da Saúde.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Globalmente a execução da medida foi concretizada em 80%, face às metas definidas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010. O resultado foi alcançado nas Unidades de Média Duração e Reabilitação mas ficou aquém dos inicialmente previstos nas restantes tipologias.

Taxa de Execução do Total de Lugares de Internamento criados (%) 80%

Taxa de Execução dos Lugares Unidades de Convalescença (UC) 53%

Taxa de Execução dos Lugares Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) 102%

Taxa de Execução dos Lugares Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) 82%

Taxa de Execução dos Lugares Unidades de Cuidados Paliativos (UCP) 89%

Taxa de Execução dos Lugares Unidades de Dia e Promoção de Autonomia (experiência piloto) 0%

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não foi efetuada uma avaliação de impacto social da medida.

No que diz respeito aos resultados específicos, a rede foi implementada em todos os distritos.

Foram criados até 2013 194 unidades de internamento, com um total de 6642 Lugares

860 relativos a Unidades de Convalescença (UC), 1895 a Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR), 3692 a Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) e 195 a Unidades de Cuidados paliativos (UCP)

O número de utentes abrangidos ascendeu a 33261

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

No Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego – Portugal 2020 está prevista na prioridade de investimento ***9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral***, o objetivo específico ***POT 7 – Diversificar a oferta de serviços sociais e de saúde e aumentar a qaulidade das respostas sociais e de saúde disponíveis.***

Tipos de Ações a Financiar (ISS,IP):

- Rede Local de Intervenção Social RLIS
- Modelos de Apoio à Vida Independente – MAVI
- Rede de Cuidadores de Proximidade
- Idade+
- Qualificação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
- Apoio à Parentalidade Positivia
- Qualificação do Apoio Institucional a Crianças e Jovens

A8. Observações complementares

Tipos de Ações a Financiar (Saúde):

- Suporte ao doente em casa/comunidade através do uso de tecnologias
- Cuidados especializados
- Formação de técnicos especializados e ações de sensibilização/(in)formação no âmbito das reformas nos serviços sociais e de saúde

Tipos de Ações a Financiar (ACIDI):

- Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Objetivo Específico 4.2

Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

- Implementação da Rede no território nacional
- Criação de 6642 Lugares de Internamento (80% do previsto)
- Taxa de ocupação superior a 90%

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim	X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	X	Não (Apenas os da Medida, já identificados)

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 4.4.2

Desenvolver intervenções integradas de base territorial de combate à pobreza e à exclusão social, em parceria Estado, Autarquias e Instituições públicas e privadas, promovendo ações que contribuam para o desenvolvimento e qualificação de grupos excluídos socialmente ou com necessidades de apoio específico, nomeadamente imigrantes (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Segurança Social; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural; Gabinete de Estratégia e Planeamento

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE); Programa Operacional Potencial Humano

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, de modo a combater a pobreza persistente e a exclusão social, em territórios deprimidos, apostando numa concentração de recursos nos seguintes eixos de intervenção: Emprego; Formação e qualificação; Intervenção familiar e parental; Capacitação da comunidade e das instituições; Informação e acessibilidade.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

2007 No primeiro ano da entrada em vigor do Programa CLDS foram realizadas 8 experiências-piloto com a duração de 12 meses.

2008 No ano 2008 estiveram em execução 19 CLDS, tendo sido abrangidos os seguintes concelhos: Aldoar, Vila D'Este, Baião, Vale do Ave, Vidigueira, Mértola, Sertã, Vinhais, Lisboa, Vila Franca de Xira, Odivelas, Cascais, Loures, Sintra, Oeiras, Barreiro, Seixal, Setúbal, Alcácer do Sal. Dos CLDS em execução, 12 referem-se a territórios críticos das áreas metropolitanas, 1 a território industrializado com forte desqualificação e 6 a territórios envelhecidos.

Dada a relevância desta medida, foi constituída em Novembro de 2008, uma equipa de projecto para a sua gestão.

Durante o ano 2008, foram realizadas as actividades relevantes seguintes no âmbito da gestão deste Programa: Definição dos procedimentos a adoptar no âmbito do Programa; Teste do novo formulário de candidaturas; Apreciação da Portaria que regulamenta os CLDS, alterada e publicada, do Despacho Anexo à referida Portaria e da proposta de Regulamento Específico do CLDS, tipologia de intervenção 6.13 do POPH, apresentando sugestões; Alteração às Normas Orientadoras de Apoio à Execução, com a introdução da elegibilidade da caducidade dos contratos de trabalhos, a pedido do Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social; Alteração da minuta dos Contratos a celebrar com os novos CLDS tendo em conta a nova legislação; Reformulação do Formulário do Plano de Acção e respectiva proposta de decisão; Criação dos formulários de apoio à execução dos projectos e disponibilização destes instrumentos no site da segurança social: Plano de Acção; Pedido de Reembolso e respectivas listagens; Prestação de contas – tipo A; Prestação de contas – tipo B; Relatório de monitorização; Relatório de Anual – tipo A; Relatório final – tipo A; Relatório Anual/Final – tipo B; Pedido de alteração; Criação dos modelos internos de análise de adiantamento, pedidos de reembolso, relatórios anuais/finais e pedidos de alteração; Análise dos 19 Planos de Acção recepcionados no GAP; Análise de todos os pedidos de adiantamento e reembolso entrados no GAP e emissão das respectivas Ordens de Pagamento; Análise dos 3 pedidos de alteração recepcionados. Elaboração das grelhas de monitorização para avaliação dos CLDS da 1ª fase, avaliação dos mesmos e decisão da sua renovação por mais 24 meses.

2009 No ano de 2009 foram protocolados 58 Contratos nos seguintes Concelhos: Estarreja, Arouca, Murtosa, Sever do Vouga, Ourique, Vizela, Braga, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Oliveira do Hospital, Évora,Alandroal, Borba, Estremoz, Sousel, Vila Viçosa, Loulé, Alcoutim,Castro Marim, Faro, Portimão, Monchique, Celorico da Beira, Seia, Guarda, Nazaré, Alcobaça, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Pedrógão, Castanheira de Pêra, Amadora, Lisboa, Gavião, Crato, Portalegre, Maia, Valongo, Penafiel, Marco de Canaveses, Paredes, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde, Lousada, Felgueiras, Póvoa de Varzim, Amarante, Paços de Ferreira, Gondomar, Matosinhos, Alpiarça, Coruche, Mação, Almada, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Alijó, Murça, Sabrosa, Tabuaço, Tarouca, Cinfães, Resende, Armamar, S. João da Pesqueira.

Dos CLDS mencionados, 12 referem-se a territórios críticos das áreas metropolitanas, 18 a territórios industrializados com forte desqualificação e 28 a territórios envelhecidos.

É de salientar, ainda, que foi aprovada a renovação da execução por mais 24 meses referente aos oito projectos-piloto iniciados em 2008.

2010 Com o alargamento da medida a novos territórios foi necessário redimensionar a Equipa de Projecto CLDS, que integra uma coordenadora executiva; quatro técnicos da área contabilistico-

financeira; quatro sociólogos, um jurista, uma psicóloga e uma administrativa.

No ano de 2010 estiveram em plena execução 77 CLDS, pulverizados pelos 18 distritos, com concentração acentuada nos distritos de Lisboa e Porto. No que concerne à tipologia dos territórios, o cenário é o seguinte: territórios envelhecidos, 34; territórios críticos das áreas metropolitanas, 24; territórios industrializados com forte desqualificação, 19. Do ponto de vista da dimensão de abrangência da intervenção dos CLDS, estamos em presença de: territórios com dimensão concelhia, 46; territórios com dimensão supra-concelhia, 7; territórios com dimensão infra concelhia (Bairro/freguesia), 24. No decurso do ano foram aprovados 2 CLDS nos concelhos de Alfândega da Fé e do Porto (Freguesia de Lordelo do Ouro) com a duração de 36 meses. Para além dos 77 CLDS em execução foram assinados 5 novos protocolos de compromisso: Mesão Frio, Matosinhos, Vila Nova de Paiva, S. Pedro do Sul, Sernancelhe. Chegaram ao fim da sua execução de 36 meses, os territórios que a seguir se discriminam: Vila Nova de Gaia (Urbanização de Vila D'Este), Baião, Sto Tirso; Trofa; Fafe e Póvoa de Lanhoso, Vidigueira.

2011 Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas no ano 2011: Revisão dos Manuais de Procedimentos do Programa e de Instrumentos a utilizar na execução, no acompanhamento e monitorização; Realização de sessões aos interlocutores Distritais e às Entidades abrangidas por este Programa para apresentação dos Manuais e Instrumentos; Revisão do Manual de Procedimentos da tipologia 6.13 – POPH e à Descrição do Sistema de Gestão, face às alterações resultantes da legislação aplicável ao Programa e à incorporação da Equipa de Projeto, após a sua extinção, no Gabinete de Apoio a Programas do ISS,IP; Proposta de decisão a 28 planos de ação (65% dos recebidos); Assinatura de 12 contratos; Emissão de 533 ordens de pagamento das quais 118 relativas a adiantamentos, 306 a pedidos de reembolso, 105 a saldos intermédios aprovados e 4 inerentes ao encerramento de projetos.

2012 Durante o ano de 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades: Celebração de Protocolos de Compromisso; Análise e elaboração das respetivas propostas de decisão de 17 Planos de Ação entrados em anos anteriores, dos quais todos foram aprovados pelo Conselho Diretivo; Receção de 24 Planos de Ação, dos quais foram analisados 23, tendo sido aprovados pelo Conselho Diretivo 17; Celebração de 35 Contratos; Análise de 13 pedidos de reembolso entrados em anos anteriores, dando origem a 7 ordens de pagamento, uma vez que os restantes 6 foram pagos em sede de relatório de execução; Elaboração de 232 informações internas de adiantamento (POPH e Jogos Sociais), correspondentes a 227 ordens de pagamento; Receção de 367 pedidos de reembolso (POPH e Jogos Sociais), dos quais foram analisados 314, dando origem a 255 ordens de pagamento; Elaboração de 5 reanálises de pedidos de reembolso, as quais deram origem a igual número de ordens de pagamento; Análise de 14 pedidos de alteração entrados em anos anteriores, dos quais todos foram aprovados pelo Conselho Diretivo, tendo sido emitidas 11 adendas aos Contratos; Receção de 35 pedidos de alteração, dos quais foram analisados 28, tendo 23 sido aprovados pelo Conselho Diretivo, os quais deram origem à emissão de igual número de adendas aos Contratos; Análise de 21 Relatórios Finais (POPH e Jogos Sociais) entrados em anos anteriores, dando origem a 15 ordens de pagamento; Receção de 183 Relatórios Anuais (POPH e Jogos Sociais), dos quais 177 foram analisados, dando origem a 87 ordens de pagamento; Receção de 104 Relatórios Finais (POPH e Jogos Sociais), dos quais 23 foram analisados, dando origem a 18 ordens de pagamento; Análise de 13 reaberturas referentes aos anos 2011 e 2012; Elaboração de uma proposta, para o Conselho Diretivo, de alteração da Portaria e das Normas Orientadoras para a execução dos CLDS, com os contributos da Rede Social; Elaboração de uma proposta para o Conselho Diretivo, de avaliação da disponibilidade para prolongamento dos projetos CLDS que terminaram no ano 2012.

2013 No ano 2013 estiveram em curso 103 CLDS e foram realizadas as seguintes atividades: Análise de 22 pedidos de alteração; Análise de 375 pedidos de reembolso; Análise de 115 relatórios anuais; Análise de 91 relatórios finais e respetivo encerramento administrativo dos projetos; Assinatura de 3 protocolos de compromisso, cujos territórios pertencem aos distritos de Aveiro, Guarda e Santarém.

Em 2013 foi publicada a Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de Março, que alarga e regulamenta o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, designado Programa CLDS+. Os CLDS+ surgem mais focalizados para os problemas sociais com que a sociedade portuguesa se deparou no período de ajustamento económico e financeiro. Assim, o foco de ação dos CLDS+, ainda que mantenha especial atenção nos territórios envelhecidos e nos territórios que sejam fortemente atingidos por calamidades, tem em atenção a preocupação nuclear com os territórios especialmente afetados pelo desemprego e com os territórios marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil. O Programa aplica-se a todo o território nacional, apostando numa concentração de recursos nos seguintes eixos de intervenção: Emprego, Formação e qualificação; Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; Capacitação da comunidade e das instituições.

No âmbito do Programa, pode ser selecionado um leque variado de entidades de entre as entidades de direito privado sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social, designadamente instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, misericórdias, associações de desenvolvimento local, organizações não-governamentais e cooperativas de solidariedade social, preferencialmente com sede nos territórios a intervencionar.

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito dos CLDS+: Assinaram-se 89 Protocolos de Compromisso; Foi dada formação aos 80 técnicos que compõem a equipa nacional responsável pela análise dos Planos de Ação dos CLDS; Apreciaram-se 75 Planos de Ação, dos quais 64 foram aprovados pelo Conselho Diretivo; Celebraram-se 24 Contratos; Analisaram-se 23 pedidos de alteração; Analisaram-se 3 pedidos de reembolso; Prestaram-se esclarecimentos aos técnicos da equipa nacional responsáveis pela análise dos Planos de Ação; Deram-se respostas às questões colocadas na caixa postal do Programa; Fez-se a divulgação do Manual de Apoio à Execução dos Projetos e do Manual de Acompanhamento junto dos interlocutores dos Centros Distritais; Realizaram-se quatro reuniões descentralizadas com as Entidades Coordenadoras com o objetivo de lhes facultar toda a documentação entendida como essencial para a execução do Programa.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

<aguarda dados do DGCF>

Ano	CLDS	Aprovado			Executado			Taxa Execução		
		Total	POPH	Jogos Sociais	Total	POPH	Jogos Sociais	Total	POPH	JS
2008	19	**3.191.041,75**	2.185.029,03	1.006.012,72	**843.369,99**	622.367,49	221.002,50	**26%**	28%	22 %
2009	77	**12.442.589,10**	8.837.805,88	3.604.783,23	**3.403.508,88**	2.736.083,36	667.425,52	**27%**	31%	19 %
2010	77	**16.325.088,15**	13.583.950,80	2.741.137,35	**10.674.040,30**	9.226.075,62	1.447.964,68	**65%**	68%	53 %
2011	86	**14.113.355,56**	12.990.296,63	1.123.058,93	**6.796.730,26**	6.641.754,44	154.975,82	**48%**	51%	14 %
2012	72	**14.756.368,53**	12.648.462,07	2.107.906,46	**10.413.548,89**	9.568.410,95	845.137,94	**71%**	76%	40 %
2013	147	**24.687.352,02**	21971325,94	2716026,08	**8.116.099,89**	7021407,753	1094692,14	**33%**	32%	40 %

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
N.º CLDS contratualizados	N.º	8	2007	60	2010	77	2010
Nº destinatários abrangidos por ações do Centro de Recursos e Qualificação (EIXO II)	N.º	0	2007	56250	2010	n.d.	2010

PNAI 2008-2010

Evolução dos Indicadores de Monitorização da Medida 2007-2013

Designação	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
N.º CLDS aprovados	8	19	58	-	14	44	89
N.º CLDS com ações previstas	8	19	77	77	86	72	147
Nº destinatários aprovados para ações do Centro de Recursos e Qualificação (EIXO II)						78821	43557
Nº destinatários efetivos do Centro de Recursos e Qualificação (EIXO II)						58163	30434

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

X Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os objetivos no âmbito da *Rede Social integraram o Plano de Atividades da área funcional responsável pela medida no Instituto da Segurança Social e o Plano de Ação do Instituto. A respetiva monitorização integra o Relatório de Atividades do ISS,IP:*

2007*: OE 1.1 Conciliar a vida familiar e profissional das famílias*
1.6.5 Aprovar 100% dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) nos territórios que vierem a ser seleccionados até ao final do 3º trimestre de 2008

2008: OE1 - Reforçar a Protecção Social
1.1 Combater a pobreza e a exclusão social
1.1.6 Assegurar que 80% dos CLDS aprovados iniciem as acções no prazo de 60 dias após validação dos contratos pelo CD do ISS, IP

2009: OE 1 *Reforçar a Protecção Social*
OE 1.1 Combater a pobreza e a exclusão social
1.1.6 Assegurar que 80% dos CLDS aprovados iniciem as acções no prazo de 60 dias após validação dos contratos pelo CD do ISS, IP

2010: *Promover o Desenvolvimento Social*
N2.P1.07 Garantir o cumprimento das regras contratualizadas pelas IPSS nos Programas geridos pelo ISS, I.P., assegurando 28% dos projectos sem recomendações

2011: OE 1 Reforçar a proteção e a inclusão Social
1.4 Elevar os padrões de qualidade dos serviços assegurados pelas IPSS
PR_0.2 Garantir o cumprimento das regras contratualizadas com as IPSS nos diferentes Programas, assegurando a ausência de recomendações nos projectos

OE 6. Aumentar a eficiência dos serviços
6.3. Controlar a execução do Orçamento de administração e de projectos/programas
PR_0.3 A15. CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social)
Indicador 1 Percentagem de actividades realizadas de acordo com o Regulamento Específico do POPH

2012: OE1 Reforçar a proteção e a inclusão social
RN 1.1. Aumentar a cobertura dos serviços e respostas sociais
PR_0.1 A1.5. Garantir o cumprimento dos objetivos dos CLDS assegurando a taxa de execução financeira e o grau de concretização dos indicadores físicos
I1 Taxa de execução financeira = Montante de financiamento público executado/Montante de financiamento público aprovado para o ano civil*100
I2 Grau de concretização do programa = Nº destinatários do Centro de Recursos e Qualificação (EIXO II)/ Nº destinatários aprovados*100

RN 1.2 Controlar os níveis de qualidade dos serviços e respostas sociais
PR_0.2 A1.2 Garantir o cumprimento das regras contratualizadas com as IPSS nos CLDS, assegurando a ausência de recomendações nos projetos
I1 Taxa de cumprimento das regras contratualizadas = N.º de relatórios de acompanhamento sem recomendações/ N.º de projetos em execução*100

RN 1.3 Controlar a execução do Orçamento
PR_0.3 A12 Garantir o cumprimento das obrigações do ISS, I.P. contratualizadas com o Gestor do POPH no âmbito dos CLDS, assegurando o seu cumprimento
N.º de atividades realizadas de acordo com o Regulamento Específico do POPH = Nº de atividades

realizadas/N.º de atividades previst

2013: OE1 Assegurar a proteção e inclusão social
1.1 Potenciar a cobertura dos serviços no processo de requalificação e otimização das respostas sociais
DSP_4.1 A1.3 Garantir o cumprimento dos objetivos dos CLDS assegurando o grau de concretização dos indicadores físicos
Grau de concretização do programa Nº destinatários do Centro de Recursos e Qualificação (EIXO II)/ Nº destinatários aprovados*100

Planos e Relatórios de Atividade em http://www4.seg-social.pt/sistema-de-gestao3

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Instrumento de política social que valoriza a proximidade e soluções concretas aos que delas carecem.

Modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projetos selecionados centralmente, privilegiando territórios com públicos-alvo que estão identificados como mais vulneráveis e ações de intervenção obrigatórias que respondam de facto às necessidades diagnosticadas.

Concentração de recursos em eixos de intervenção essenciais, apostando na complementaridade entre ações obrigatórias e não obrigatórias, financiadas ou não pelo Programa, através da rentabilização dos recursos da comunidade e da responsabilidade comum dos parceiros pela execução e avaliação dos CLDS.

Maior coesão territorial

Mudança social efetiva dos territórios mais deprimidos

Trabalho comunitário e em parceria.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Não foi efetuada uma avaliação de impacto social da medida. Está a ser preparado caderno de encargos para este efeito.

Funcionais:

Proximidade.

Acções de intervenção obrigatórias que respondam de facto às necessidades diagnosticadas

Institucionais:

Financiamento induzido de projetos selecionados centralmente;

Aumento da coesão territorial;

Prioridade a territórios com públicos-alvo identificados como mais vulneráveis.

Na Governação:

Complementaridade entre recursos públicos e privados;

Maior equidade social.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em 2013 foi publicada a Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de Março, que alarga e regulamenta o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, designado Programa CLDS+. (O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+) é uma nova vaga dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social e tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade e para o combate das situações críticas de pobreza.)Os CLDS+ surgem mais focalizados para os problemas sociais com que a sociedade portuguesa se deparou no período de ajustamento económico e financeiro. Assim, o foco de ação dos CLDS+, ainda que mantenha especial atenção nos territórios envelhecidos e nos territórios que sejam fortemente atingidos por calamidades, tem em atenção a preocupação nuclear com os territórios especialmente afetados pelo desemprego e com os territórios marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil. O Programa aplica-se a todo o território nacional, apostando numa concentração de recursos nos seguintes eixos de intervenção: Emprego, Formação e qualificação; Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; Capacitação da comunidade e das instituições.

No âmbito do Programa, pode ser selecionado um leque variado de entidades de entre as entidades de direito privado sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social, designadamente instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, misericórdias, associações de

desenvolvimento local, organizações não-governamentais e cooperativas de solidariedade social, preferencialmente com sede nos territórios a intervencionar.

O foco de ação dos CLDS+, ainda que mantenha especial atenção nos territórios envelhecidos e nos territórios que sejam fortemente atingidos por calamidades, tem agora em atenção a preocupação nuclear com os territórios especialmente afetados pelo desemprego e com os territórios marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil.

Os CLDS+ têm o objetivo de:

- Contribuir para o aumento da empregabilidade

- Combater articuladamente a pobreza crítica, em especial, garantindo uma maior proteção às crianças, jovens e idosos

- Fornecer instrumentos adequados nas respostas às calamidades

- Apostar no desenvolvimento local

- Concretizar medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 4.4.3

Reforçar o desenvolvimento das Redes Sociais, através da consolidação e alargamento das parcerias a nível local e do aprofundamento da abordagem estratégica, articulando-as, nomeadamente, com os instrumentos de gestão territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete de Estratégia e Planeamento; Instituto de Segurança Social

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Desenvolvimento, consolidação, alargamento e aprofundamento da Rede Social, fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. A Rede Social pretende fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.

O que se propõe é que, em cada comunidade, se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades e que, em suma, se planeie de forma integrada e integradora o esforço colectivo, através da constituição de uma parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

O Programa surgiu num contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal.

A Rede Social materializa-se a nível local através da criação das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente, a nível da Freguesia e de Concelho.

A Rede Social, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, 18 de Novembro e Declaração de rectificação n.º 10-O/98, foi um Programa co-financiado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

2007: Em Dezembro estavam consolidadas 26 das 28 Plataformas territoriais supra-concelhias previstas no Plano de Acção do ISS, IP para a Rede Social. Estavam, também, implementados 277 CLAS, dos quais 130 chegaram ao final do ano com instrumentos de planeamento revistos e articulados com as metas definidas para o PNAI. A verba disponibilizada para este fim, no âmbito de Contratos Programa firmados entre o ISS, IP e o POEFDS foi 816.243 milhares Euros.

2008: Durante o ano de 2008 foi encerrado o Programa da Rede Social, co-financiado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social), tendo sido analisados todos os projectos ainda por encerrar. Foram ainda consolidadas, em 2008, as 28 Plataformas territoriais supra-concelhias previstas e foram implementados 278 CLAS, dos quais 95% com instrumentos de planeamento revistos e articulados com as metas definidas para o PNAI.

2009: O Programa Rede Social está em 2009 implementado em todo o território continental, concretizando-se através dos seus órgãos, aos níveis infra, concelhio e supra-concelhio, nomeadamente: Comissões Sociais de Freguesia ou Inter-Freguesias – CSF/CSIF; Conselhos Locais de Acção Social – CLAS (278); Plataformas Supra-concelhias – PSC (28). O objetivo em 2009 foi o de **Assegurar que 60% dos CLAS aprovem novos instrumentos de planeamento (DS, PDS ou PA) e que 50% dos novos PA aprovados incluam acções que concorram para o PNAI 2008-2010.** O mesmo foi superado com 77% de CLAS com novos instrumentos de planeamento aprovados.

Em 2009 foi ainda elaborada proposta de documento de orientação para os referenciais estratégicos das Plataformas Supra-concelhias (versão 1.0 de Outubro de 2009); Sistema de Informação Nacional da Rede Social (www.seg-social.pt/redesocial)

2010: Aumentar a capacidade técnica dos grupos operativos das PSC, assegurando a qualificação de 14 grupos operativos. A concepção de uma proposta de orientação para os referenciais estratégicos das Plataformas Supra-concelhias, a sua disponibilização ainda em Outubro de 2009, a realização de uma primeira oficina experimental com alguns Grupos Operativos em Novembro do mesmo ano (para aferição e recolha de contributos à versão 1.0 do documento), foram fundamentais para o desenvolvimento posterior das acções de qualificação em causa. As actividades desenvolvidas pelo Sector da Rede Social dos serviços centrais, pelos Interlocutores Distritais da Rede Social e pelas Plataformas Supra-concelhias alvo destas acções, bem como a divulgação junto de várias outras plataformas ao longo do ano 2010, contribuíram para que a meta estivesse muito próximo de ser superada (16 PSC qualificadas vs 17 PSC).

2011: Aumentar a capacidade técnica dos grupos operativos das PSC, assegurando a qualificação destes grupos

Aumentar o grau de actualização dos instrumentos de planeamento dos CLAS, assegurando uma

actualização dos Planos de Desenvolvimento Social e dos Planos de Acção

Acompanhar a execução das actividades do Projecto Rede em Prática

2012: Desenvolver as áreas temáticas propostas nas linhas orientadoras para as Plataformas Supra-concelhias para o ano 2012

Atualização dos instrumentos de planeamento dos CLAS

Acompanhar a execução das atividades do projeto Rede em Prática: Por via da crescente importância da articulação entre os diferentes níveis de governação e do papel fulcral do ISS, IP no processo de acompanhamento do Programa Rede Social, fundado nas competências específicas que detém nesta matéria concluiu-se, no ano em apreço, uma avaliação com o objetivo de aferir os impactos gerados pelo Programa, entre 2002 e 2010, no território continental. Os resultados da avaliação foram disponibilizados, tendo sido produzido um conjunto de recomendações que, entre outros, permitem dotar as diferentes estruturas e órgãos da Rede Social de dispositivos fundamentais de suporte à monitorização e à avaliação de impactos da sua atividade.

2013: Assegurar a coordenação, o funcionamento e o planeamento nas Plataformas supraconcelhias

Assegurar a atualização dos instrumentos de planeamento dos CLAS (Diagnósticos Sociais, Planos de Desenvolvimento Social e Planos de Ação)

Elaborar propostas de implementação de recomendações do projeto Rede em Prática: A operacionalização de alguns resultados da avaliação de 2012.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

<solicitado ao DGCF>

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela

especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Evolução dos Indicadores de Monitorização da Medida 2007-2013

Designação	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
N.º de plataformas constituídas e em funcionamento	26						
N.º de grupos operativos das PSC qualificados	-	-	-	16	-	-	-
% de CLAS com instrumentos de planeamento revistos e articulados com as prioridades e metas do PNAI	47%	61%	55%	-	-	-	-
Taxa de atualização dos instrumentos de planeamento (a)	82%	95%	77%	n.d.	45%	61%	56%

(a) 2007-2008 instrumentos de planeamento elaborados e aprovados
2009 novos instrumentos de planeamento elaborados e aprovados
2011-2013 instrumentos de planeamento atualizados
(b) 2007-2008 PNAI 2006-2008
2009 PNAI 2008-2010

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Os objetivos no âmbito da *Rede Social integraram o Plano de Atividades da área funcional responsável pela medida no Instituto da Segurança Social e o Plano de Ação do Instituto. A respetiva monitorização integra o Relatório de Atividades do ISS,IP:*

2007*: OE 3.6 Combater a exclusão*
3.6.2 Aumentar para 75% a % de CLAS com instrumentos de planeamento elaborados e aprovados.
3.6.3 Consolidar as 28 plataformas territoriais supra-concelhias da Rede Social.

2008: OE1 - Reforçar a Protecção Social
1.6.2 - Aumentar para 95% a percentagem de CLAS com instrumentos de planeamento elaborados e aprovados
1.6.3 - Consolidar as 28 plataformas territoriais supra concelhias: participação das plataformas em 100% de reuniões legalmente previstas no âmbito do Programa Rede Social
1.6.4 - Assegurar que 50% dos CLAS integram nos seus instrumentos de planeamento as prioridades e metas definidas no PNAI

2009: OE 1 *Reforçar a Protecção Social*
OE 1.1 Combater a pobreza e a exclusão social
1.1.5 Assegurar que 60% dos CLAS aprovem novos instrumentos de planeamento (DS, PDS ou PA) e que 50%

dos novos PA aprovados incluam acções que concorram para o PNAI 2008-2010

2010: *Promover o Desenvolvimento Social*
N2.P1.05 Aumentar a capacidade técnica dos grupos operativos das PSC, assegurando a qualificação de 14 grupos operativos

2011: OE 1 Reforçar a proteção e a inclusão Social
Aumentar o grau de actualização dos instrumentos de planeamento dos CLAS, assegurando uma actualização dos Planos de Desenvolvimento Social e dos Planos de Acção

2012: OE1 Reforçar a proteção e a inclusão social
1.3 Aumentar a eficácia de programas e iniciativas de promoção de desenvolvimento social
3.1.2 Actualização dos instrumentos de planeamento dos CLAS

2013: OE1 Assegurar a proteção e inclusão social
1.3 Aumentar a eficácia de programas e iniciativas de promoção de desenvolvimento social
2.1.2 Assegurar a atualização dos instrumentos de planeamento

Planos e Relatórios de Atividade em http://www4.seg-social.pt/sistema-de-gestao3

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

2010: Na sequência das sugestões que têm vindo a ser formuladas em anos anteriores, continuam a ser necessários recursos para o acompanhamento directo e mais momentos de discussão e partilha de saberes/experiências, bem como a dinamização de um conjunto de acções de formação de suporte à actividade não só das plataformas como das restantes estruturas da rede social. A participação da equipa do Sector da Rede Social dos serviços centrais e interlocutores distritais em acções de formação com orientações actuais, que qualifiquem os intervenientes nestes processos e, eventualmente, solicitação de serviços de consultoria para apoio à elaboração/revisão de instrumentos de suporte às actividades intrínsecas ao próprio desenvolvimento/consolidação das Plataformas Supra-concelhias.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	**3**	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As estruturas da Rede Social agregam mais de oito mil parceiros, de acordo com os registos da Base de Dados dos CLAS, sendo maioritariamente constituídas por serviços públicos, entre os quais autarquias e organizações não lucrativas.

Desde a sua implementação, foram responsáveis pela elaboração de cerca de 485 diagnósticos sociais, 504 planos de desenvolvimento social e 1.264 planos de ação. Nestes últimos, as principais áreas de intervenção refletidas estão relacionadas, sobretudo, com o envelhecimento e as respostas sociais para as pessoas idosas; a escolarização, a formação, a qualificação e acesso ao trabalho; o atendimento/acompanhamento social e, ainda, o próprio trabalho de dinamização e qualificação de parcerias.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A Rede Social foi considerada como um dos instrumentos de governação decisivo para o desenvolvimento do Plano Nacional para a Inclusão - PNAI: "As parcerias locais da Rede Social pela abrangência de entidades que possui, desde serviços desconcentrados do Estado, às organizações de solidariedade, outras organizações privadas e cidadãos, contribuem também para uma mais efectiva mobilização e envolvimento de todos os actores, aos diversos níveis locais, incluindo as populações".

Funcionais:

Proximidade.

Institucionais:

Intervenção integrada nos territórios.

Na Governação:

Mobilização e envolvimento de todos os actores

Activação e otimização dos meios existentes nos territórios.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Redes para a Inovação e Coesão Social

A Rede Social foi criada em 1997 pela RCM 197/97, de 18 de Novembro, tendo-se baseado na sensibilização e mobilização do conjunto da sociedade, em geral, e de cada entidade em particular e, ainda, da territorialização da intervenção, acrescida do compromisso dos agentes locais na activação e otimização dos meios, com vista a erradicação da pobreza e exclusão social em Portugal. A natureza deste Programa e das suas estruturas de parcerias locais fazem com que este dispositivo de política social tenha um papel fundamental em termos do planeamento estratégico e da intervenção integrada nos territórios, no domínio da acção social e do desenvolvimento social local. Atualmente estão constituídas 278 estruturas de âmbito concelhio (correspondendo à totalidade dos concelhos no continente), os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS). De referir ainda o registo de cerca de 400 Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-Freguesia (estruturas de âmbito infraconcelhio). Foram também lançadas 28 Plataformas Supraconcelhias, de âmbito territorial equivalente às NUT III.

Cerca de 8000 parceiros estão presentemente registados como integrando o conjunto das estruturas e órgãos da Rede Social. Deste modo, a Rede Social é considerada como um dos instrumentos de governação decisivo, tendo em conta que, "as parcerias locais da Rede Social pela abrangência de entidades que possui, desde serviços desconcentrados do Estado, às organizações de solidariedade, outras organizações privadas e cidadãos, contribuem também para uma mais efectiva mobilização e envolvimento de todos os actores, aos diversos níveis locais, incluindo as populações".

Assim, na focalização das atividades das redes sociais, devem ser tidos em conta vários aspectos no quadro dos desafios contemporâneos, nomeadamente, o "esforço continuado de inovação social nas atividades, desenvolvendo várias formas de resposta a problemas identificados nos territórios, os quais assumem novas configurações. A inovação pode ser conseguida através de ações multissetoriais integradas e participadas.

Reforço da articulação da Rede Social com outras instâncias de planeamento territorial e, por outro, a melhoria da capacidade de planeamento estratégico das redes, a promoção do planeamento participativo e, consequentemente, da própria intervenção multissectorial, integrada e executada em parceria. O principal objetivo é o de proporcionar meios para que as redes sociais concelhias possam responder aos desafios contemporâneos que se colocam ao Programa, estimulando a participação, a elaboração de instrumentos de planeamento e a dinamização de projetos de intervenção inovadores. Há indicadores que apontam para uma atividade regular de cerca de 54% a 60% das redes sociais locais, respectivamente, 150 e 167 concelhos do território continental. No entanto, existe um conjunto de territórios cujos níveis de planeamento estratégico ainda se encontram numa fase insipiente, cerca de 111 concelhos, e como tal o apoio a estes, também, se revelará imprescindível.

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.4

Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

A Rede Social é hoje uma realidade consolidada que apresenta forte potencialidade para responder a diferentes desafios. Nesta perspetiva, o principal resultado da avaliação é claro: a Rede Social é hoje a mais ampla e ambiciosa estrutura de parceria em Portugal, destacando-se também pelo facto de não se registarem experiências equivalentes no território europeu.

As estruturas da Rede Social agregam mais de oito mil parceiros. Desde a sua implementação, foram responsáveis pela elaboração de cerca de 485 diagnósticos sociais, 504 planos de desenvolvimento social e 1.264 planos de ação.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, na sequência da avaliação da sua versão anterior que apontava para a "necessidade de reforçar o programa Rede Social, investindo nas suas potencialidades de implementação concertada de medidas de política ao nível local e de articulação entre os níveis nacional e local", veio afirmar o papel da Rede Social na mobilização dos actores para a concepção e operacionalização de metas do PNAI. Assim, a Rede Social foi considerada como um dos dispositivos de governação decisivos.

A avaliação mais recente do Programa Rede Social 2010-2012, veio confirmar esta conclusão, sem menosprezar o balanço crítico de algumas insuficiências detetadas, dos riscos e dos resultados menos positivos identificados, demonstrando que a Rede Social é hoje uma realidade consolidada que apresenta forte potencialidade para responder a diferentes desafios. Nesta perspectiva, o principal resultado da avaliação é claro: a Rede Social é hoje a mais ampla e ambiciosa estrutura de parceria em Portugal, destacando-se também pelo facto de não se registarem experiências equivalentes no território europeu

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[ ] Sim [X] Não (Apenas os das medidas)

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Rede Ferroviária Nacional (REFER)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.2.*	*Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global*

Medidas Prioritárias	*2.2.5*	*Concluir e executar o Plano Diretor da Rede Ferroviária Nacional, articulando as soluções de alta velocidade nas deslocações internacionais e no eixo Lisboa-Porto-Vigo com a concretização de um plano para a rede convencional, reforçando a interoperabilidade segundo padrões europeus, com destaque para a migração da bitola, eliminando os estrangulamentos à circulação de comboios de passageiros e de mercadorias (2007-2010).*
	2.2.6	*Promover a integração da rede ferroviária do território continental nas redes ibérica e europeia de passageiros e mercadorias, garantindo a possibilidade de transferência modal da rodovia para a ferrovia e reforçando, assim, a competitividade nacional e o papel de Portugal como plataforma de elevada acessibilidade no espaço europeu e global (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.2.5

Concluir e executar o Plano Diretor da Rede Ferroviária Nacional, articulando as soluções de alta velocidade nas deslocações internacionais e no eixo Lisboa-Porto-Vigo com a concretização de um plano para a rede convencional, reforçando a interoperabilidade segundo padrões europeus, com destaque para a migração da bitola, eliminando os estrangulamentos à circulação de comboios de passageiros e de mercadorias (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Sim, designadamente no âmbito da identificação de projetos ou intenções de investimento com impacto na evolução da procura de passageiros e mercadorias para o caminho de ferro, de constrangimentos existentes na Rede Ferroviária Nacional (RFN) e na definição de soluções para a resolução dos mesmos, contribuindo para aumentar a eficiência e competitividade da RFN (e.g. Operadores Ferroviários, Entidades com responsabilidades na gestão do território, Autoridades Portuárias, Instituto de da Mobilidade Terrestre e dos Transportes e principais clientes da ferrovia).

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]	X	]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As principais Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 2.2.5 - Plano Diretor da Rede Ferroviária Nacional -, doravante designado por Estratégia para a Rede Ferroviária Nacional (RFN), são as que se indicam em seguida:

1. Enquadramento do setor ferroviário nas orientações comunitárias e nacionais para o setor dos transportes;
2. Definição do papel do caminho-de-ferro no sistema global de transportes;
3. Consulta de *stakeholders* do sistema ferroviário e de transportes;
4. Diagnóstico atual da RFN e identificação dos principais constrangimentos;
5. Análises económico-financeiras da operação e gestão de um conjunto de linhas, tendo em vista a racionalização da RFN, de acordo com o disposto na Lei de Bases de Transportes Terrestres;
6. Desenvolvimento de uma visão para a RFN;
7. Definição de um quadro estratégico subjacente à evolução da RFN a longo prazo, integrando objetivos estratégicos, que reflitam a visão para a RFN e cujo cumprimento permita dar resposta de forma eficiente às necessidades de transporte de mercadorias, de acessibilidade e mobilidade urbana e interurbana e de redundância e reserva estratégica;
8. Perspetivas de evolução da RFN no curto, médio e longo prazo.

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A conjuntura económica desfavorável com efeitos a partir de 2008, que teve impactes nas decisões sobre a consideração e calendarização de alguns dos investimentos na RFN, com destaque particular pela sua importância, os relativos à Rede Ferroviária de Alta Velocidade, criando um clima pouco estável e favorável à realização do Plano Diretor, implicou sucessivos adiamentos na sua realização, pelo que, as ações previstas tiveram o seu início a partir de 2011, não tendo sido realizadas Ações no período 2007-2010.

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos envolvidos na realização das Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 2.2.6 foram os a seguir indicados.

Recursos Humanos:

2011-2012 – recursos humanos do Departamento de Estudos e Estratégia da REFER (atualmente designado por Departamento de Planeamento Estratégico).

2013 – recursos humanos do Departamento de Planeamento Estratégico.

Recursos Financeiros e Patrimoniais:

N.A. (as Ações realizadas no período 2011-2013 foram executadas internamente na REFER).

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Ver resposta ao item *A2d*. "Quais as ações realizadas no período de execução definido?" e *A4.* "Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?"

No período compreendido entre 2007 e 2010 não foram realizadas Ações no âmbito da Medida 2.2.5.

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

No ano de 2011 realizou-se a Ação 5.

No período compreendido entre 2012 e 2013 realizaram-se as Ações 1 a 4, 6 e 7.

***A2h.* Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades registadas na execução da Medida Prioritária 2.2.5 foram maioritariamente externas e estiveram ligadas à crise económica e orçamental que Portugal enfrentou a partir essencialmente do ano de 2008, e que evoluiu para um Programa de Assistência Económica e Financeira, que se iniciou em 2011 e que condicionou a implementação das orientações e medidas consagradas nas Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário, apresentadas em Outubro de 2006, designadamente a elaboração de um plano para a RFN que sustentasse a articulação da rede de alta velocidade com a rede convencional, reforçando a interoperabilidade segundo padrões europeus.

Por outro lado, a definição de uma estratégia de desenvolvimento para a RFN depende da estratégia definida para o setor dos transportes a nível nacional, pelo que a execução da Medida em questão depende do enquadramento nacional ao nível das políticas de transportes e consequentemente de

decisões externas à REFER.

Em 2011, através da Resolução de Conselho de Ministros nº45/2011, de 10 de novembro, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET), no qual foram estabelecidas as linhas de orientação prioritárias para o setor dos transportes para o horizonte 2011-2015, as quais foram pautadas por fortes restrições económicas e orçamentais. Entre as medidas preconizadas pelo PET para o setor ferroviário, encontra-se o abandono do anterior projeto ferroviário de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, previsto nas Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	**2**	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Apesar de não terem sido realizadas Ações no período 2007-2010, considera-se que a execução da Medida no período 2011-2013 contribui para reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global, designadamente através:

- Da definição de uma visão para a RFN: No quadro da RTE-T e integrada no sistema de transportes nacional, a RFN deve disponibilizar condições para a eficiência e competitividade do transporte ferroviário, dentro da sua vocação natural e conferir redundância e reserva estratégicas à rede de transportes.
- Da definição de um quadro estratégico alinhado com a estratégia do PETI3+ (Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, recentemente aprovado em Conselho de Ministros) e assente em 4 objetivos:
  - Promover o transporte de mercadorias, facilitando e promovendo a movimentação de mercadorias entre os principais polos nacionais e internacionais, contribuindo para a competitividade da economia nacional;
  - Reforçar a acessibilidade e mobilidade urbana, assegurando a eficiência das ligações de caráter urbano e suburbano, em articulação com os restantes modos de transporte, individual ou coletivo, contribuindo assim para o descongestionamento rodoviário;
  - Reforçar a acessibilidade e mobilidade interurbana, assegurando ligações competitivas ao longo do Eixo Atlântico e contribuindo para a sua coesão e reforço da posição socioeconómica do país no contexto ibérico e para a promoção da coesão social e territorial, com vista à redução das assimetrias regionais;
  - Assegurar redundância e reserva estratégica, mantendo condições de rede que permitam dar resposta a potenciais evoluções ou alterações nas necessidades de mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em resultados de novas dinâmicas territoriais, bem como garantir o funcionamento do sistema de transportes em situação de contingência.
- Da definição de um conjunto de linhas de ação que visam dar resposta aos objetivos estratégicos enunciados anteriormente e que incorporam medidas para garantir a interoperabilidade da rede ferroviária, a nível nacional, ibérico e europeu.

- Da materialização do quadro estratégico, no horizonte 2014-2020, através de um conjunto de investimentos que incluem projetos de ligações internacionais como o corredor de Sines/Setúbal/Lisboa/Caia e o corredor Aveiro/Vilar Formoso, os quais visam:
  - Reforçar as ligações ferroviárias do país a Espanha e à Europa;
  - Viabilizar um transporte ferroviário eficiente;
  - Potenciar o aumento da competitividade da economia nacional;
  - Assegurar a interoperabilidade ferroviária dos corredores ao nível nacional, ibérico e europeu.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Apesar da Medida 2.2.5 não ter sido realizada no período previsto (2007-2010) e nesse contexto ter ficado aquém dos resultados inicialmente esperados, as ações executadas no período 2011-2013 permitiram alcançar de forma satisfatória os objetivos estabelecidos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não aplicável.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Integração da estratégia delineada para o desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional num Plano Setorial, constituindo-se como um instrumento de gestão territorial.

Materialização do quadro estratégico para a RFN definido, alinhado com a estratégia do PETI3+ (Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas), no horizonte 2014-2020, através da execução de um conjunto de investimentos que incluem projetos de ligações internacionais.

A8. Observações complementares

Com o aproximar do final do Programa de Assistência Económica e Financeira, e tendo em conta o início do novo programa de financiamento comunitário 2014-2020, tornou-se necessário criar um quadro de orientações estratégicas para o sector dos transportes no horizonte 2014-2020, assente na prossecução

do ritmo das reformas, aliada a uma recuperação do investimento público, sob critérios de sustentabilidade financeira, com vista à criação de valor para as empresas nacionais e para a economia Portuguesa. Neste contexto, o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+), aprovado em Conselho de Ministros, a 3 de abril de 2014, surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

O PETI3+ estabelece os seguintes objetivos estratégicos para o setor dos transportes para o período 2014-2020:

- Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego;
- Assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses;
- Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país.

A estratégia de desenvolvimento da RFN é, deste modo, condicionada pelo PETI3+, designadamente pelo seu quadro de referência estratégico e pelas prioridades de intervenção estabelecidas para os projetos de investimento a concretizar no horizonte 2014-2020.

Importa ainda referir que pretende-se que a estratégia delineada para o desenvolvimento da RFN integre um Plano Setorial constituindo-se como um instrumento de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro), na medida em que encerra a programação e concretização das políticas para o setor ferroviário com incidência na organização do território. A Estratégia para a RFN, enquanto plano setorial e após aprovação por Resolução de Conselho de Ministros ou outro tipo de diploma legal, seria vinculativa para as entidades públicas.

Medida Prioritária 2.2.6

Promover a integração da rede ferroviária do território continental nas redes ibérica e europeia de passageiros e mercadorias, garantindo a possibilidade de transferência modal da rodovia para a ferrovia e reforçando, assim, a competitividade nacional e o papel de Portugal como plataforma de elevada acessibilidade no espaço europeu e global (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Rede Ferroviária de Alta Velocidade (*) – RAVE, SA

(*) *A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Não.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As principais Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 2.2.6 no período de execução definido, correspondem grosso modo às ações levadas a cabo pela RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, que tinha como missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de Alta Velocidade (AV) a instalar em Portugal e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

Os projetos a desenvolver pela RAVE tinham como principal objetivo a integração da rede ferroviária nacional nas Redes Transeuropeias de Transportes, e estavam incluídos no conjunto de 30 projetos prioritários das Redes Transeuropeias:

- Projeto Prioritário nº3 - "Eixo Ferroviário de AV do Sudoeste Europeu", que integra as ligações Lisboa - Porto, Aveiro - Salamanca, Lisboa - Madrid e as ligações de Madrid às linhas de Alta Velocidade Francesas.

  O PP nº3 integrava as ligações Lisboa-Porto, Aveiro-Salamanca, Lisboa-Madrid e as ligações de Madrid às linhas de Alta Velocidade Francesas.

- Projeto Prioritário nº19 - "Interoperabilidade Ferroviária de AV na Península Ibérica".

  O PP nº19 incluía a ligação Porto-Vigo.

- Projeto Prioritário nº16 – "Eixo Ferroviário de Mercadorias Sines/Algeciras-Madrid-Paris".

  O PP nº16 incluía o desenvolvimento de um eixo ferroviário para mercadorias ligando os portos de Sines e de Algeciras, em Espanha, com o centro da Europa.

Neste contexto, as principais Ações previstas executar no período 2007-2013, são as que se indicam em seguida.

1- Desenvolvimento de estudos de apoio às decisões de desenvolvimento dos eixos do Projeto Global de Implementação da Rede Ferroviária de Alta Velocidade em Portugal

2- Desenvolvimento de estudos e projetos para os eixos prioritários de AV

- Eixo Lisboa-Madrid
- Eixo Lisboa-Porto
- Eixo Porto-Vigo
- Eixo Aveiro-Salamanca

3- Licenciamento ambiental (emissão de Declarações de Impacte Ambiental) dos projetos (Estudos Prévios) dos lotes

- <u>Eixo Lisboa-Madrid</u>

  - Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita
  - Lote 3A2-Moita/Montemor-o-Novo
  - Lote 3B- Montemor-o-Novo/Évora
  - Lote 3C-Évora/Elvas
  - Lote LTF-Évora/Caia

- Lote Subestações de Tração Elétrica AV Lisboa-Madrid
- Lote PMO Barreiro-Moita
- Lote 3A1 – Acesso Ferroviário ao NAL em Alcochete

- Eixo Lisboa-Porto
  - Lote D-Lisboa/Alenquer
  - Lote A-Aveiro/Porto
  - Lote B-Pombal/Aveiro
  - Lote C1-Alenquer/Pombal
  - Lote Ligação D/C1
  - Lote E-Vila Nova de Gaia/Aeroporto Sá Carneiro
  - Lote Subestações AV Lisboa/Porto
- Eixo Porto-Vigo
  - Lote 1A-Porto/Braga
  - Lote 1B-Braga/Valença

4- Desenvolvimento de estudos de suporte para o eixo Évora-Faro-Huelva (fronteira)

- Estudo de Viabilidade Técnica da Ligação Évora/Faro/Huelva

5- Publicação e Prorrogação de Medidas Preventivas para reserva de canal dos corredores AV

- Eixo Lisboa-Madrid
  - Troço Lisboa-Moita (via TTT)
  - Troço Moita-Caia
  - Troço de Ligação Ferroviária ao NAL
- Eixo Lisboa-Porto
  - Troço Lisboa-Vila Franca de Xira
  - Troço Vila Franca de Xira-Alenquer
  - Troço Alenquer-Pombal
  - Troço Pombal-Oliveira do Bairro
  - Troço Oliveira do Bairro-Vila Nova de Gaia
- Eixo Porto-Vigo
  - Troço Braga-Valença

6- Desenvolvimento dos estudos de suporte e dos Procedimentos para lançamento dos concursos das PPP

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão

- PPP3- Concessão RAV Lisboa/Pombal
- PPP4-Concessão RAV Pombal/Porto
- PPP5-Concessão RAV Braga/Valença

7- Lançamento das Parcerias Público-Privadas de AV/concessões RAV

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão
- PPP3-Concessão RAV Lisboa/Pombal

8- Estudo de Gestão de Contratos de PPP

9- Estudos de Integração do Sistema Ferroviário Nacional nas Redes Ferroviárias Interoperáveis Europeias

10 – Conclusão e entrada em serviço do Eixo Lisboa-Madrid em 2013

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As Ações realizadas para a execução da Medida Prioritária 2.2.6, no período de execução definido (2007-2013), e no âmbito das competências da RAVE, são as que se indicam em seguida.

1- Desenvolvimento de estudos de apoio às decisões de desenvolvimento dos eixos do Projeto Global de Implementação da Rede Ferroviária de Alta Velocidade em Portugal

2- Desenvolvimento de estudos e projetos para os eixos prioritários de AV

- Eixo Lisboa-Madrid (Estudos Prévios)
- Eixo Lisboa-Porto (Estudos Prévios)
- Eixo Porto-Vigo (Estudos Prévios)
- Eixo Aveiro-Salamanca (Estudos de Viabilidade Técnica)

3- Licenciamento ambiental (emissão de Declarações de Impacte Ambiental) dos projetos (Estudos Prévios) dos lotes

- <u>Eixo Lisboa-Madrid</u>

  - Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita
  - Lote 3A2-Moita/Montemor-o-Novo
  - Lote 3B- Montemor-o-Novo/Évora
  - Lote 3C-Évora/Elvas

- Lote LTF-Évora/Caia
- Lote Subestações de Tração Elétrica AV Lisboa-Madrid
- Lote PMO Barreiro-Moita
- Lote 3A1 – Acesso Ferroviário ao NAL em Alcochete

- Eixo Lisboa-Porto
  - Lote D-Lisboa/Alenquer
  - Lote A-Aveiro/Porto
  - Lote B-Pombal/Aveiro
  - Lote C1-Alenquer/Pombal
  - Lote Ligação D/C1
  - Lote Subestações AV Lisboa/Porto
- Eixo Porto-Vigo
  - Lote 1B-Braga/Valença

4- Desenvolvimento de estudos de suporte para o eixo Évora-Faro-Huelva (fronteira)

- Estudo de Viabilidade Técnica da Ligação Évora/Faro/Huelva

5- Publicação e Prorrogação de Medidas Preventivas (**) para reserva de canal dos corredores AV

- Eixo Lisboa-Madrid
  - Troço Lisboa-Moita (via TTT)
  - Troço Moita-Caia
  - Troço de Ligação Ferroviária ao NAL
- Eixo Lisboa-Porto
  - Troço Lisboa-Vila Franca de Xira
  - Troço Vila Franca de Xira-Alenquer
  - Troço Alenquer-Pombal
  - Troço Pombal-Oliveira do Bairro
  - Oliveira do Bairro-Vila Nova de Gaia
- Eixo Porto-Vigo
  - Braga-Valença

6- Desenvolvimento dos estudos de suporte e dos Procedimentos para lançamento dos concursos das PPP

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão
- PPP3-Concessão RAV Lisboa/Pombal

7- Lançamento das Parcerias Público-Privadas de AV/concessões RAV

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão

8- Estudo de Gestão de Contratos de PPP

(**) Todas as Medidas Preventivas publicadas estão atualmente caducadas

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos envolvidos na realização das Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 2.2.6 foram os a seguir indicados.

Recursos Humanos:

– Recursos humanos da RAVE e consultores externos

- Recursos humanos da REFER, em parte das Ações 4 e 6

Recursos Financeiros e Patrimoniais:

- aproximadamente 61,8 milhões € *(*)*, no período 2007-2013 (recursos despendidos com estudos e projetos, e encargos de estrutura (pessoal, fornecimentos e serviços externos e restantes encargos de estrutura).

(*) Relatório e Contas RAVE, 2007-2013

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Como resultado da publicação do Despacho da Secretaria de Estado dos Transportes de 28 dezembro de 2010, que determinou o fim da RAVE *(*)* e, da publicação do Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro, a execução de algumas das Ações previstas para o período definido 2007-2013 foi interrompida e o projeto de implementação da Rede Ferroviária de AV, na sua configuração inicial, foi abandonado.

Neste contexto, não foi concluída a realização da totalidade das Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 2.2.6.

As Ações previstas e não executadas no período definido (2007-2013) são as que se indicam em seguida.

2- Desenvolvimento de estudos e projetos para os eixos prioritários de AV

- Eixo Aveiro-Salamanca (Estudos Prévios)

3- Licenciamento ambiental (emissão de Declarações de Impacte Ambiental) dos projetos (Estudos Prévios) dos lotes

- Eixo Lisboa-Porto

  - Lote E-Vila Nova de Gaia/Aeroporto Sá Carneiro (não apresentação do EP a procedimento de AIA)

- Eixo Porto-Vigo

  - Lote 1A-Porto/Braga (não apresentação do EP a procedimento de AIA)

6- Desenvolvimento dos estudos de suporte e dos Procedimentos para lançamento dos concursos das PPP

- PPP4-Concessão RAV Pombal/Porto
- PPP5-Concessão RAV Braga/Valença

7- Lançamento das Parcerias Público-Privadas de AV/concessões RAV

- PPP3-Concessão RAV Lisboa/Pombal

9- Estudos de Integração do Sistema Ferroviário Nacional nas Redes Ferroviárias Interoperáveis Europeias

10 – Conclusão e entrada em serviço do Eixo Lisboa-Madrid em 2013

(*) A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades registadas na execução da Medida Prioritária 2.2.6 foram maioritariamente externas e estiveram intimamente ligadas à crise económica e orçamental que Portugal enfrentou essencialmente a partir de 2008, e que evoluiu para um Programa de Assistência Económica e Financeira, que se iniciou em 2011.

Alguns dos acontecimentos mais relevantes ocorridos no panorama nacional, e que contribuíram para comprometer a total realização desta Medida Prioritária e a prossecução do Objetivo Específico e respetivo Objetivo Estratégico, foram:

- Emissão de Despacho da Secretaria de Estado dos Transportes (MOPTC) de 28 dezembro de 2010, que determina o fim da RAVE [(*)] e a sua incorporação na REFER, no enquadramento de um conjunto de medidas de consolidação orçamental adicionais às já previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013.
- Durante o ano de 2011, assiste-se ao agudizar da conjuntura económica e financeira do país com as consequentes dificuldades na obtenção de fundos/financiamento para os projetos.

  Complementarmente, ocorrem também alterações no contexto político nacional de investimentos no setor dos transportes, concorrendo para o reequacionar e respetiva reprogramação dos projetos da Rede de Alta Velocidade anteriormente definidos.
- Publicação do Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro, que estabeleceu as linhas de orientação prioritárias para o setor dos transportes para o horizonte 2011-2015.

  O PET pautou-se por fortes restrições económicas e orçamentais, sendo que, de entre as medidas preconizadas para o setor ferroviário, se encontra o abandono do anterior Projeto da Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Madrid, tal como estava previsto nas Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário (apresentadas em outubro de 2006).
- O Acordão nº 9/2012 de 21 de Março do Tribunal de Contas negou o visto prévio ao contrato de concessão RAV Poceirão-Caia (Contrato assinado a 8 maio de 2010 e Instrumento de Reforma assinado a 9 fevereiro de 2011).

(*) A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 2.2.6, correspondem grosso modo ações levadas a cabo pela RAVE, que tinha como missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de Alta Velocidade (AV) a instalar em território nacional e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

O Projeto da Rede Ferroviária de Alta Velocidade no território continental pretendia assim o desenvolvimento de infraestruturas ferroviárias de AV, interoperáveis com o sistema ferroviário transeuropeu de AV. Neste sentido, o Projeto definido apresentava uma configuração articulada com a rede Espanhola de AV, suportada em eixos prioritários nacionais e inserida naquilo que são as prioridades e as políticas de transportes da União Europeia (integração nos PP nº3, PP nº19 e PP nº16 das RTE).

No período definido (2007-2014), a quase totalidade dos estudos e projetos que permitiriam a concretização da rede ferroviária de Alta Velocidade foi realizado e o respetivo licenciamento ambiental (DIA) obtido, não tendo, no entanto, ocorrido execução física dos projetos.

A não concretização da totalidade das Ações previstas (ver item A2f.) comprometeu a total realização/execução da Medida Prioritária 2.2.6 - promoção da integração da rede ferroviária do território continental nas redes ibérica e europeia de passageiros e mercadorias -, e a prossecução do

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As Ações que foram realizadas alcançaram os resultados inicialmente esperados e contribuíram de forma importante para a execução da Medida Prioritária 2.2.6.

No entanto, a não concretização na totalidade das Ações previstas para o período 2007-2013, comprometeu a sua integral realização/execução.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não concretização da rede ferroviária de Alta Velocidade.

Necessidade de reforçar as ações de modernização nas linhas convencionais da RFN, que asseguram as ligações transnacionais, para assegurar as condições de interoperabilidade futuras com as redes ibérica e europeia de passageiros e mercadorias.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Continuidade da Medida 2.2.6 na programação para 2014-2020

Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade da Medida 2.2.6 - promoção da integração da rede ferroviária do território continental nas redes ibérica e europeia de passageiros e mercadorias -, através da continuação da execução de Ações nas ligações transnacionais da RFN que permitam essa concretização, designadamente a criação de cadeias logísticas intermodais eficientes, articulando os portos, aeroportos, plataformas logísticas e em que o caminho de ferro desempenha papel fundamental, sendo para tal imprescindível a criação de das condições de interoperabilidade que permitam o aumento da quota modal do caminho de ferro, nos passageiros e mercadorias e potenciem a competitividade da economia nacional.

Neste enquadramento, com a prioridade atribuída ao transporte ferroviário e em particular ao transporte de mercadorias pelo PETI3+, está prevista a concretização a curto prazo da Ligação Ferroviária de Mercadorias Sines/Setúbal/Lisboa-Elvas (Espanha), com especial ênfase eficiência e competitividade do transporte de mercadorias.

Esta ligação integra a Secção do eixo ferroviário de Transportes de Mercadorias do Projeto Prioritário nº16 – "Eixo Ferroviário de Mercadorias Sines/Algeciras-Madrid-Paris" da Rede transeuropeia de Transportes e está consagrado como Projeto Prioritário no PETI3+ - Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, aprovado em Conselho de Ministros de 3 de abril de 2014.

A ligação de mercadorias Sines-Elvas deverá integrar o Corredor Europeu de Mercadorias (CEM) Nº 4 e foi programada em consonância com a revisão da Rede Transeuropeia de Transportes e sua classificação na Rede Core. Esta ligação de mercadorias engloba 2 troços em território nacional: Troço Sines/Évora (troço modernizado e em funcionamento) e Troço Évora/Caia (a desenvolver e executar).

Objetivo Específico 2.2

Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O cumprimento do Objetivo Específico 2.2. depende da eficácia e do grau de execução das medidas delineadas para esse fim. Tal como foi referido anteriormente, ambas as medidas contribuíram parcialmente para alcançar este Objetivo Específico, ficando, no entanto, aquém do impacte expectável que a sua total concretização teria na prossecução deste Objetivo.

Reitera-se o referido no item *A5a.* da Medida Prioritária 2.2.6.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		X	Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B1c.* Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim		X	Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 2.2

Justificação sucinta da resposta anterior:

Considera-se que o Objetivo Específico 2.2 se deve manter como prioritário para um Novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020, na medida em que, por lado a melhoria dos sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global é fundamental para o cumprimento do Objetivo Estratégico 2 e, por outro, se trata de um Objetivo Específico integralmente alinhado com os objetivos estratégicos definidos para a RFN, para o período 2014-2020, e com as orientações do PETI3+.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | Não aplicável.

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

O Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+), aprovado em conselho de ministros a 3 de abril de 2014, deverá ser considerado num novo Programa de Ação/Programa de Políticas para 2014-2020.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.2.*	*Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos*

Medidas Prioritárias	*3.2.2*	*Assegurar no planeamento da Rede Ferroviária de Alta Velocidade do território continental, a articulação com o reforço e modernização das linhas e serviços do caminho de ferro convencional e com o restante transporte público e, quando se trate de estações localizadas fora dos perímetros urbanos, a ligação à rede rodoviária fundamental (IP e IC) (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.2.2

Assegurar no planeamento da Rede Ferroviária de Alta Velocidade do território continental, a articulação com o reforço e modernização das linhas e serviços do caminho de ferro convencional e com o restante transporte público e, quando se trate de estações localizadas fora dos perímetros urbanos, a ligação à rede rodoviária fundamental (IP e IC) (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP

Rede Ferroviária de Alta Velocidade (*) – RAVE, SA

(*) A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não.

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]	X	]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As principais Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 3.2.2 no período de execução definido, correspondem grosso modo às ações levadas a cabo pela RAVE (*) – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, relativamente ao desenvolvimento da rede ferroviária de Alta Velocidade (AV) a instalar em Portugal e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza, estruturando e desenvolvendo essa rede AV em articulação com a rede ferroviária convencional existente e assegurando pontos de intermodalidade com outros transportes públicos (nas Estações) e, quando necessário, assegurando ligações à rede rodoviária fundamental.

Neste contexto, as principais Ações previstas executar no período 2007-2013, são as que se indicam em

seguida.

1- Desenvolvimento de estudos e projetos para os eixos prioritários de AV

- Eixo Lisboa-Madrid

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente (AV com Linha do Norte)
- Estação de Évora (AV com Linha Sines/Elvas) + (ligação à rede rodoviária fundamental (A6 e futuro IP2))
- Estação do Lavradio (AV com Linha do Alentejo)
- Estação Técnica de Poceirão (AV com Linha do Alentejo)

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Norte/Linha do Alentejo/Linha de Cintura
- Trecho de articulação da Rede AV com Linha de Évora (Évora)
- Trecho de articulação da Rede AV com Linha do Leste (Elvas)

Troço com coexistência de via AV e via convencional

- Trecho Lavradio (Barreiro)/Oriente
- Troço Évora/Elvas
- Troço Elvas/Caia
- Troço Poceirão/NAL

- Eixo Lisboa-Porto

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente (AV com Linha do Norte)
- Estação de Coimbra (AV com Linha do Norte)
- Estação de Rio Maior (ligação à rede rodoviária fundamental (A15 com ligação à A1 e A8))
- Estação de Aveiro (ligação à rede rodoviária fundamental (A1 e A25))

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Oeste (Leiria)

- Eixo Porto-Vigo

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Ramal de Braga

- Eixo Aveiro-Salamanca

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação de Aveiro (AV com Linha do Norte)
- Estação da Guarda (AV com Linha da Beira Alta)

- Estação de Viseu (ligação à rede rodoviária fundamental (A25 e Grande Circular de Viseu))

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha da Beira Alta (Celorico da Beira)
- Articulação da Rede AV com Linha da Beira Alta (Mangualde)

2- Licenciamento ambiental (emissão de Declarações de Impacte Ambiental) dos projetos (Estudos Prévios) dos lotes

- Eixo Lisboa-Madrid

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)
- Estação de Évora (EP do Lote 3B- Montemor-o-Novo/Évora)
- Estação do Lavradio (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)
- Estação Técnica de Poceirão (EP do Lote 3A1 – Acesso Ferroviário ao NAL em Alcochete)

Trechos de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Norte/Linha do Alentejo/Linha de Cintura (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)
- Trecho de articulação da Rede AV com Linha de Évora (EP do Lote 3C- Évora/Elvas)
- Trecho de articulação da Rede AV com Linha do Leste (EP do Lote LTF-Elvas/Caia)

Troços com via AV e via convencional

- Trecho Lavradio (Barreiro)/Oriente (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)
- Troço Évora/Elvas (EP do Lote 3C- Évora/Elvas)
- Troço Elvas/Caia (EP do Lote LTF-Elvas/Caia)
- Troço Poceirão/NAL (EP do Lote 3A1 – Acesso Ferroviário ao NAL em Alcochete)

- Eixo Lisboa-Porto

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente (EP do Lote D-Lisboa/Alenquer)
- Estação de Coimbra (EP do Lote B-Pombal/Aveiro)
- Estação de Rio Maior (EP do Lote C1-Alenquer/Pombal)
- Estação de Aveiro (EP do Lote A-Aveiro/Porto)

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Oeste (EP do Lote C1-Articulação da FC na Estação de Leiria)

- Eixo Porto-Vigo

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Ramal de Braga (EP do Lote 1B-Braga/Valença)

3- Desenvolvimento dos estudos de suporte e dos Procedimentos para lançamento dos concursos das PPP

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
  - Estação de Évora
  - Trecho de articulação da Rede AV com Linha de Évora
  - Trecho de articulação da Rede AV com Linha do Leste
  - Troço Évora/Elvas (AV e convencional)
  - Troço Elvas/Caia (AV e convencional)
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão
  - Estação do Oriente
  - Estação do Lavradio
  - Estação Técnica de Poceirão
  - Articulação da Rede AV com Linha do Norte/Linha do Alentejo/Linha de Cintura
  - Trecho Lavradio (Barreiro)/Oriente (AV e convencional)
  - Troço Poceirão/NAL (AV e convencional)
- PPP3-Concessão RAV Lisboa/Pombal
  - Estação do Oriente
  - Estação de Coimbra
  - Estação de Rio Maior
  - Articulação da Rede AV com Linha do Oeste

4- Lançamento das Parcerias Público-Privadas de AV/concessões RAV

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão

5- Desenvolvimento de estudos de suporte para o eixo Évora-Faro-Huelva (fronteira)

- Estudo de Viabilidade Técnica da Ligação Évora/Faro/Huelva
  - Rede Convencional (Linha do Sul) entre Évora e Faro e Rede AV entre Faro e fronteira (Huelva)
  - Articulação da Rede AV com a Rede Convencional na Estação de Faro (Parque das Cidades)

6 - Conclusão e entrada em serviço do Eixo Lisboa-Madrid em 2013

(*) A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As Ações realizadas para a execução da Medida Prioritária 3.2.2, no período de execução definido (2007-2013), e no âmbito das competências da RAVE, são as que se indicam em seguida.

1- Desenvolvimento de estudos e projetos para os eixos prioritários de AV

- Eixo Lisboa-Madrid (Estudos Prévios)

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente
- Estação de Évora
- Estação do Lavradio
- Estação Técnica de Poceirão

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Norte/Linha do Alentejo/Linha de Cintura
- Trecho de articulação da Rede AV com Linha de Évora
- Trecho de articulação da Rede AV com Linha do Leste

Troço com via AV e via convencional

- Trecho Lavradio (Barreiro)/Oriente
- Troço Évora/Elvas
- Troço Elvas/Caia
- Troço Poceirão/NAL

- Eixo Lisboa-Porto (Estudos Prévios)

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente
- Estação de Coimbra
- Estação de Rio Maior
- Estação de Aveiro

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Oeste

- Eixo Porto-Vigo (Estudos Prévios)

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Ramal de Braga

- Eixo Aveiro-Salamanca (Estudos de Viabilidade Técnica)

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação de Aveiro

- Estação da Guarda

- Estação de Viseu

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha da Beira Alta

- Articulação da Rede AV com Linha da Beira Alta

2- Licenciamento ambiental (emissão de Declarações de Impacte Ambiental) dos projetos (Estudos Prévios) dos lotes

- Eixo Lisboa-Madrid

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)

- Estação de Évora (EP do Lote 3B- Montemor-o-Novo/Évora)

- Estação do Lavradio (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)

- Estação Técnica de Poceirão (EP do Lote 3A1 – Acesso Ferroviário ao NAL em Alcochete)

Trechos de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Norte/Linha do Alentejo/Linha de Cintura (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)

- Trecho de articulação da Rede AV com Linha de Évora (EP do Lote 3C- Évora/Elvas)

- Trecho de articulação da Rede AV com Linha do Leste (EP do Lote LTF-Elvas/Caia)

Troços com via AV e via convencional

- Trecho Lavradio (Barreiro)/Oriente (EP do Lote 3A2/TTT-Lisboa/Moita)

- Troço Évora/Elvas (EP do Lote 3C- Évora/Elvas)

- Troço Elvas/Caia (EP do Lote LTF-Elvas/Caia)

- Troço Poceirão/NAL (EP do Lote 3A1 – Acesso Ferroviário ao NAL em Alcochete)

- Eixo Lisboa-Porto

Estações (coexistência de ferrovia AV com a ferrovia convencional)

- Estação do Oriente (EP do Lote D-Lisboa/Alenquer)

- Estação de Coimbra (EP do Lote B-Pombal/Aveiro)

- Estação de Rio Maior (EP do Lote C1-Alenquer/Pombal)

- Estação de Aveiro (EP do Lote A-Aveiro/Porto)

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV com Linha do Oeste (EP do Lote C1-Articulação da FC na Estação de Leiria)

- Eixo Porto-Vigo

Trecho de articulação da rede AV com a rede convencional

- Articulação da Rede AV Ramal de Braga (EP do Lote 1B-Braga/Valença)

3- Desenvolvimento dos estudos de suporte e dos Procedimentos para lançamento dos concursos das PPP

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
  - Estação de Évora
  - Trecho de articulação da Rede AV com Linha de Évora
  - Trecho de articulação da Rede AV com Linha do Leste
  - Troço Évora/Elvas (AV e convencional)
  - Troço Elvas/Caia (AV e convencional)
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão
  - Estação do Oriente
  - Estação do Lavradio
  - Estação Técnica de Poceirão
  - Articulação da Rede AV com Linha do Norte/Linha do Alentejo/Linha de Cintura
  - Trecho Lavradio (Barreiro)/Oriente (AV e convencional)
  - Troço Poceirão/NAL (AV e convencional)
- PPP3-Concessão RAV Lisboa/Pombal
  - Estação do Oriente
  - Estação de Coimbra
  - Estação de Rio Maior
  - Articulação da Rede AV com Linha do Oeste

4- Lançamento das Parcerias Público-Privadas de AV/concessões RAV

- PPP1-Concessão RAV Poceirão/Caia
- PPP2-Concessão RAV Lisboa/Poceirão

5- Desenvolvimento de estudos de suporte para o eixo Évora-Faro-Huelva (fronteira)

- Estudo de Viabilidade Técnica da Ligação Évora/Faro/Huelva
  - Rede Convencional (Linha do Sul) entre Évora e Faro e Rede AV entre Faro e fronteira (Huelva)
  - Articulação da Rede AV com a Rede Convencional na Estação de Faro (Parque das Cidades)

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os recursos envolvidos na realização das Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 3.2.2 foram os a seguir indicados.

Recursos Humanos:

– recursos humanos da RAVE e consultores externos

- recursos humanos da REFER, em parte das Ações 3 e 5

Recursos Financeiros e Patrimoniais:

- os recursos financeiros e patrimoniais envolvidos na execução da Medida Prioritária 3.2.2 estão integrados nos valores referidos no item *A2e.* relativos à execução da Medida Prioritária 2.2.6 (aproximadamente 61,8 milhões € [(*)] no período 2007-2013), não sendo possível a sua desagregação.

[(*)] *Relatório e Contas RAVE, 2007-2013*

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Como resultado da publicação do Despacho da Secretaria de Estado dos Transportes de 28 dezembro de 2010, que determinou o fim da RAVE [(*)] e, da publicação do Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro, a execução de algumas das Ações previstas para o período definido 2007-2013 foi interrompida e o projeto de implementação da Rede Ferroviária de AV, na sua configuração inicial, foi abandonado.

Neste contexto, não foi concluída a realização da totalidade das Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 3.2.2.

As Ações previstas e não executadas no período definido (2007-2013) são as que se indicam em seguida.

1- Desenvolvimento de estudos e projetos para os eixos prioritários de AV

- Eixo Aveiro-Salamanca (Estudos Prévios)

2- Licenciamento ambiental (emissão de Declarações de Impacte Ambiental) dos projetos (Estudos Prévios) dos lotes

- Eixo Lisboa-Porto

  - Lote E-Vila Nova de Gaia/Aeroporto Sá Carneiro (não apresentação do EP a procedimento de AIA)

- Eixo Porto-Vigo

  - Lote 1A-Porto/Braga (não apresentação do EP a procedimento de AIA)

3- Desenvolvimento dos estudos de suporte e dos Procedimentos para lançamento dos concursos das PPP

- PPP4-Concessão RAV Pombal/Porto

- PPP5-Concessão RAV Braga/Valença

4- Lançamento das Parcerias Público-Privadas de AV/concessões RAV

- PPP3-Concessão RAV Lisboa/Pombal

6 - Conclusão e entrada em serviço do Eixo Lisboa-Madrid em 2013

(*) A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

As dificuldades registadas na execução da Medida Prioritária 3.2.2 foram maioritariamente externas e estiveram intimamente ligadas à crise económica e orçamental que Portugal enfrentou essencialmente desde 2008, e que evoluiu para um Programa de Assistência Económica e Financeira, que se iniciou em 2011.

Alguns dos acontecimentos mais relevantes ocorridos no panorama nacional, e que contribuíram para comprometer a total realização desta Medida Prioritária e a prossecução do Objetivo Específico e respetivo Objetivo Estratégico, foram:

- Emissão de Despacho da Secretaria de Estado dos Transportes (MOPTC) de 28 dezembro de 2010, que determina o fim da RAVE [(*)] e a sua incorporação na REFER, no enquadramento de um conjunto de medidas de consolidação orçamental adicionais às já previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013.
- Durante o ano de 2011, assiste-se ao agudizar da conjuntura económica e financeira do país com as consequentes dificuldades na obtenção de fundos/financiamento para os projetos.

  Complementarmente, ocorrem também alterações no contexto político nacional de investimentos no setor dos transportes, concorrendo para o reequacionar e respetiva reprogramação dos projetos da Rede de Alta Velocidade anteriormente definidos.
- Publicação do Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro, que estabeleceu as linhas de orientação prioritárias para o setor dos transportes para o horizonte 2011-2015.

  O PET pautou-se por fortes restrições económicas e orçamentais, sendo que, de entre as medidas preconizadas para o setor ferroviário, se encontra o abandono do anterior Projeto da Ligação Ferroviária de Alta Velocidade entre Lisboa e Madrid, tal como estava previsto nas Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário (apresentadas em outubro de 2006).
- O Acordão nº 9/2012 de 21 de Março do Tribunal de Contas negou o visto prévio ao contrato de concessão RAV Poceirão-Caia (Contrato assinado a 8 maio de 2010 e Instrumento de Reforma assinado a 9 fevereiro de 2011).

(*) A RAVE foi criada pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000 de 19 de Dezembro e foi extinta em Assembleia Geral de acionistas em 12 de fevereiro de 2014

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

As Ações previstas para a execução da Medida Prioritária 3.2.2, correspondem grosso modo ações levadas a cabo pela RAVE, que tinha como missão o desenvolvimento dos trabalhos e estudos necessários à implementação de uma rede ferroviária de Alta Velocidade (AV) a instalar em território nacional e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

O Projeto desenvolvido pela RAVE foi planeado de forma a garantir o reforço da rede ferroviária nacional (RFN) global e a mobilidade em geral, ao assegurar quer a articulação da nova rede de AV com a rede convencional existente, quer com os outros modos de transporte.

Tal como já referido relativamente à Medida Prioritária 2.2.6 (ver item *A5a.*), no período definido (2007-2014), a quase totalidade dos estudos e projetos que permitiriam a concretização da rede ferroviária de Alta Velocidade e, consequentemente o reforço da rede ferroviária nacional global e a mobilidade em geral, foi realizado e o respetivo licenciamento ambiental (DIA) obtido, não tendo, no entanto, ocorrido execução física dos projetos.

A não concretização da totalidade das Ações previstas (ver item *A2f.*) comprometeu a total realização/execução da Medida Prioritária 3.2.2 - assegurar no planeamento da Rede Ferroviária de Alta Velocidade do território continental, a articulação com o reforço e modernização das linhas e serviços do caminho de ferro convencional e com o restante transporte público -, e necessariamente a prossecução do Objetivo Especifico 3.2 e respetivo Objetivo Estratégico 3.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

As Ações que foram realizadas alcançaram os resultados inicialmente esperados e contribuíram de forma importante para a execução da Medida Prioritária 3.2.2.

No entanto, a não concretização na totalidade das Ações previstas para o período 2007-2013, comprometeu a sua integral realização/execução.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não concretização da rede ferroviária de Alta Velocidade.

Necessidade de reforçar as ações de modernização nas linhas convencionais da RFN, que asseguram as ligações transnacionais, para assegurar as condições de interoperabilidade futuras com as redes ibérica e europeia de passageiros e mercadorias.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [X] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Continuidade da Medida 3.2.2 na programação para 2014-2020

Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade da Medida 3.2.2 - de assegurar no planeamento da Rede Ferroviária de Alta Velocidade do território continental, a articulação com o reforço e modernização das linhas e serviços do caminho de ferro convencional e com o restante transporte público -, através da continuação da execução de Ações que permitam essa concretização.

De facto, a não concretização do Projeto da rede ferroviária AV e das Ações previstas para o período 2007-2013, comprometeu a sua integral realização/execução.

Objetivo Específico 3.2

Estruturar e desenvolver as redes de infraestruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O cumprimento do Objetivo Específico 3.2. depende da eficácia e do grau de execução das medidas delineadas para esse fim. Tal como foi referido anteriormente, a Medida 3.2.2 contribuiu parcialmente para alcançar este Objetivo Específico, ficando, no entanto, aquém do impacte expectável que a sua total concretização teria na prossecução deste Objetivo.

Reitera-se o referido no item *A5a.* da Medida Prioritária 3.2.2.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***B2a.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	3.2

Justificação sucinta da resposta anterior:

Considera-se que o Objetivo Específico 3.2 se deve manter como prioritário para um Novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020, na medida em que, o desenvolvimento da rede ferroviária de AV em articulação com a rede ferroviária convencional existente, assegurando pontos de intermodalidade com outros transportes públicos (nas Estações) e, quando necessário, assegurando ligações à rede rodoviária fundamental, contribui para o cumprimento do Objetivo Estratégico 3 e, por outro, se trata de um Objetivo Específico alinhado com as orientações do recentemente publicado PETI3+ - Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (2014-2020).

***B2b.* Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Não aplicável.

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B2c.* Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

	Sim		Não
		X	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

***B2d.* Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

O Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+), aprovado em conselho de ministros a 3 de abril de 2014, deverá ser considerado num novo Programa de Ação/Programa de Políticas para 2014-2020.

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Governo Regional dos Açores (GRA)

Objetivo Estratégico 1

Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*1.1.*	*Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais*
Medidas prioritárias	*1.1.3*	*Complementar e aperfeiçoar o Sistema de Informação do Património Natural do ICN sobre o território continental, designadamente através do inventário, cartografia e cadastro de habitats e valores naturais classificados, assim como os sistemas de informação das Regiões Autónomas relativos a aspetos específicos da sua vulnerabilidade e da sua biodiversidade (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.2.*	*Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais*
Medidas Prioritárias	*1.2.3*	*Elaborar e implementar os Planos sectoriais da Rede Natura 2000 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, no território do continente e nas Regiões Autónomas, tendo por objetivo estabelecer as orientações para a gestão territorial dos Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial e os usos compatíveis com a salvaguarda dos recursos e dos valores naturais respetivos (2007-2013).*
	1.2.4	*Instituir medidas de discriminação positiva para os municípios com maior incidência de áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, incluindo as medidas previstas nos Planos de Desenvolvimento e de Ordenamento das Regiões Autónomas (2007-2013).*
	1.2.6	*Reforçar os mecanismos de prevenção e fiscalização do ambiente e, em especial, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA), beneficiando da integração naquela força de segurança do Corpo Nacional da Guarda Florestal, melhorando a eficácia do Corpo dos Vigilantes da Natureza (CVN), no território continental, e as entidades correspondentes nas Regiões Autónomas, impulsionando a cooperação entre as diversas entidades envolvidas (2007-2008).*
Objetivo específico	*1.4.*	*Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais*
Medidas Prioritárias	*1.4.3*	*Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nomeadamente através da elaboração e aplicação dos Planos de Gestão Florestal, em articulação com os Planos Regionais de Ordenamento do Território, os Planos Municipais de Ordenamento do Território e os diversos de instrumentos de planeamento ambiental e os planos e instrumentos equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2013).*

(apenas RAM)	*1.4.4*	*Minimizar os riscos de incêndio, implementando o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), bem como os Planos Regionais e Municipais de Defesa da Floresta, e reforçando as ações preventivas em particular através do Programa de Sapadores Florestais, no território continental, e executar o Plano da Região Autónoma da Madeira de proteção das florestas contra incêndios (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.5.*	*Executar a política de gestão integrada da água*
Medidas prioritárias	*1.5.3*	*Implementar e acompanhar o Plano Nacional da Água, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e os Planos Regionais da Água dos Açores e da Madeira e assegurar a sua revisão até 2010 (2007-2010).*
	1.5.4	*Elaborar e implementar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Lagoas (POBHL) na Região Autónoma dos Açores e os Planos de Ordenamento equivalentes na Região Autónoma da Madeira, assegurando a sua articulação com os outros instrumentos de ordenamento do território (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.6.*	*Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima*
Medidas prioritárias	*1.6.6*	*Executar o Plano Estratégico Nacional para a Pesca e o correspondente Plano Operacional para o Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, promovendo o desenvolvimento do setor da pesca e das zonas costeiras dependentes desta atividade, e elaborar e implementar planos específicos de ordenamento da atividade de aquicultura (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.7.*	*Executar a Estratégia Nacional para o Mar*
Medidas Prioritárias	*1.7.3*	*Criar e implementar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas e as Redes Regionais de Áreas Marinhas Protegidas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, definindo as suas condicionantes temporais e territoriais e regulamentando as atividades humanas, de modo a fomentar a conservação da biodiversidade marinha, a produção de recursos piscícolas, tanto pela via da pesca como da aquicultura, e o desenvolvimento sustentável da pesca costeira artesanal (2007-2013).*
Objetivo específico	*1.11.*	*Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos*

Medidas prioritárias	*1.11.6*	*Criar medidas preventivas e corretivas para as diversas situações de risco geológico, nomeadamente através de legislação com a sua identificação e localização criando uma condicionante legal ao uso do solo, através dos Instrumentos de Gestão Territorial (2007-2013).*
	1.11.7	*Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR e das entidades regionais correspondentes, das ações de prevenção, protecção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização dos Sistemas Integrados das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional e dos sistemas equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2008).*
	1.11.8	*Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, reforçando a capacidade de intervenção de proteção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS/GNR) e de entidades equivalentes nas Regiões Autónomas, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações (2007-2009).*
	1.11.9	*Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos e as Redes Regionais equivalentes, enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil e ao combate aos fogos florestais (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 1.1.3

Complementar e aperfeiçoar o Sistema de Informação do Património Natural do ICN sobre o território continental, designadamente através do inventário, cartografia e cadastro de habitats e valores naturais classificados, assim como os sistemas de informação das Regiões Autónomas relativos a aspetos específicos da sua vulnerabilidade e da sua biodiversidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☒ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☒

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Na Região Autónoma dos Açores o Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade determina que a autoridade ambiental mantém uma base de dados de acesso público com informação sobre a biodiversidade no território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores, incluindo a distribuição e o estatuto de conservação das diversas espécies, habitats e ecossistemas.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foi criado um Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar (SIGAM) com base de dados que integram a informação cartográfica de todas as áreas classificadas na Região, bem como dos seus valores naturais.

Com assento na Base de dados das espécies (ATLANTIS) a sistematização da informação e a disponibilização da listagem dos organismos terrestres e marinhos dos Açores é realizada através do Portal da Biodiversidade. http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt/

É ainda possível aceder a informação sobre os valores naturais através do Portal de Monitorização Ambiental - AzMoniAmb http://sig.srrn.azores.gov.pt/azmoniamb/

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.1

Desenvolver os sistemas de conhecimento e informação sobre o ambiente e os recursos naturais

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Foram desenvolvidos, promovidos e apoiados estudos e projetos, para fomentar a realização de investigação fundamental e aplicada à biodiversidade para permitir melhorar e aprofundar o conhecimento sobre os recursos naturais.

Com a criação dos 9 Parques Naturais de Ilha, para além da gestão única de todas as áreas protegidas de cada ilha é também promovida a melhoria do conhecimento dos valores naturais (habitats e espécies).

O conhecimento adquirido é usado para complementar as bases de dados existentes. A criação de um Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar (SIGAM) com base de dados que integram a informação cartográfica de todas as áreas classificadas na Região, bem como dos seus valores naturais, constitui uma ferramenta importante.

A Base de dados Atlantis suporta a sistematização da informação e a disponibilização da listagem dos organismos terrestres e marinhos dos Açores realizada através do Portal da Biodiversidade. http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt/

É ainda possível obter informação sobre os valores naturais através do Portal de Monitorização

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.2.3

Elaborar e implementar os Planos sectoriais da Rede Natura 2000 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, no território do continente e nas Regiões Autónomas, tendo por objetivo estabelecer as orientações para a gestão territorial dos Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial e os usos compatíveis com a salvaguarda dos recursos e dos valores naturais respetivos (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☒ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☒

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A, de 2 de abril que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade institui que cada unidade de gestão (Parque Natural de Ilha ou Parque Marinho dos Açores) é dotada dos instrumentos de gestão (Planos de Gestão) e ação (Planos de Ação) para a conservação de áreas protegidas, aprovados por decreto regulamentar regional e portaria, respetivamente.

Os instrumentos de gestão e ação definem o respetivo regime jurídico e regulamentam cada uma das categorias de áreas protegidas que integram a unidade de gestão a que respeitam, contendo ainda a correspondente representação gráfica na planta de zonamento e de condicionantes.

Constituem a base para a gestão das áreas protegidas e devem, em articulação com as categorias existentes, atender às normas de proteção constantes nos artigos 41º, 42º, 43º, 44º, 45º e 46º do DLR nº 15/2012/A, de 2 de abril.

Os 9 Parques Naturais de Ilha criados (que integram as áreas classificadas da Rede Natura 2000 bem como áreas classificadas ao abrigo de convenções internacionais), assim como o Parque Marinho dos Açores, constituem a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores. Para além de administrar as zonas classificadas por razões ambientalmente relevantes é também a unidade de gestão de cada ilha (PNI) que promove as ações necessárias para a gestão da biodiversidade e salvaguarda do património natural fora das áreas classificadas.

Considerando que a Região desde 2004 possui Planos de Gestão para as áreas da Rede Natura 2000, é prevista a implementação de medidas de conservação tendo em conta as orientações de gestão consagradas nesses planos, bem como no Plano Sectorial da Rede Natura (DLR nº 20/2006/A, de 6 de junho).

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 foram sendo integradas nos instrumentos de planeamento e gestão do território.

Foram implementadas medidas de conservação tendo em conta as orientações de gestão consagradas nos Planos de Gestão da RN2000, bem como no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

Foi elaborado e aprovado o Plano de Ação para a conservação das áreas terrestres do Parque Natural de São Miguel através da Portaria nº 1530/2012, de 10 de outubro.

Foi promovida a primeira alteração ao Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (POPPVIP).

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos humanos afetos à Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

Para o Plano de Ação do Parque Natural de São Miguel, para além dos recursos humanos afetos à SRRN, foram envolvidos recursos humanos afetos à AZORINA (empresa privada de capitais públicos).

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Com a implementação da medida promove-se a proteção e manutenção da diversidade biológica e a integridade dos recursos e valores naturais associados às áreas classificadas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.2.4

Instituir medidas de discriminação positiva para os municípios com maior incidência de áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, incluindo as medidas previstas nos Planos de Desenvolvimento e de Ordenamento das Regiões Autónomas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.2.6

Reforçar os mecanismos de prevenção e fiscalização do ambiente e, em especial, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA), beneficiando da integração naquela força de segurança do Corpo Nacional da Guarda Florestal, melhorando a eficácia do Corpo dos Vigilantes da Natureza (CVN), no território continental, e as entidades correspondentes nas Regiões Autónomas, impulsionando a cooperação entre as diversas entidades envolvidas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Guarda Nacional Republicana; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☒

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

(Para 2007-2008, conforme indicado na medida)

Promover o reforço do corpo de vigilantes.

Promover formação destinada ao corpo de vigilantes.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foram integrados 2 vigilantes no corpo de Vigilantes da Natureza dos Açores.

Participação de vigilantes no Dia Nacional dos Vigilantes da Natureza.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.2

Aperfeiçoar e consolidar os regimes, os sistemas e as áreas fundamentais para proteger e valorizar a biodiversidade e os recursos naturais

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho, posteriormente retificado pela Declaração de Retificação n.º 79/2007, de 21 de Agosto e que procedeu à reformulação do regime jurídico da classificação, gestão e administração das Áreas Protegidas da Região e foi revogado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade. Este diploma mantém o mesmo espirito e âmbito legislativo. A Rede de áreas protegidas concretiza a classificação adotada pela União Internacional para a conservação da natureza (IUCN) e tem como objetivo a proteção e manutenção da diversidade biológica e a integridade dos valores geológicos e dos recursos e valores naturais e culturais que lhe estão associados.

Contempla a rede fundamental de conservação da natureza que consiste num conjunto de territórios orientados para a conservação das componentes mais representativas do património natural e da biodiversidade e visa promover uma visão integrada e abrangente do património e dos recursos e valores naturais sujeitos por lei ou compromisso internacional a um especial estatuto jurídico de proteção e gestão, sem implicar a atribuição de um regime complementar ao existente. Integra a Rede Natura 2000, as áreas protegidas de importância regional, a reserva ecológica e a reserva agrícola regional.

Com este regime a Rede de Áreas Protegidas integra 3 tipos de unidades de gestão: Parque Natural de ilha (PNI); Parque Marinho dos Açores (PMA) e Áreas protegidas de importância local.

Em 2011 estavam criados os 9 Parques Naturais de Ilha (PNI) e o Parque Marinho dos Açores (PMA). Os PNIs e PMA constituem a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores. Para além de administrar as zonas classificadas por razões ambientalmente relevantes é também a unidade de gestão de cada ilha (PNI) que promove as ações necessárias para a gestão da

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.4.3

Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, nomeadamente através da elaboração e aplicação dos Planos de Gestão Florestal, em articulação com os Planos Regionais de Ordenamento do Território, os Planos Municipais de Ordenamento do Território e os diversos de instrumentos de planeamento ambiental e os planos e instrumentos equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2013)..

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

Nota: no caso da Região Autónoma dos Açores, a Direção Regional dos Recursos Florestais – Secretaria Regional dos Recursos Naturais é a entidade responsável pela execução desta medida

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☒ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma dos Açores, o que permitirá a aplicação dos Planos de Gestão Florestal.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foi elaborada a proposta de regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de âmbito florestal (Decreto Legislativo Regional), a qual contudo ainda não foi aprovada.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Técnicos superiores do quadro de ilha de São Miguel, afetos à Direção Regional dos Recursos Florestais.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) da Região Autónoma dos Açores.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Nenhumas

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Desenvolvimento de uma plataforma informática (em fase de conclusão) que servirá de base à elaboração dos Planos de Gestão Florestal (PGF) das entidades públicas e privadas.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☒ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☒ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Inexistência de suporte legal (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de âmbito florestal) e fraca disponibilidade dos recursos humanos e financeiros.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A partir destes instrumentos de gestão territorial é que se vai refletir a estratégia e política florestal regional com impacto significativo ao nível do objetivo específico e estratégico.

Mesmo assim, devido ao fato de termos na Região legislação (Proteção do Património Florestal Regional) e instrumentos de gestão próprios (Fomento Florestal), conseguimos, em certa medida, que o correspondente objetivo específico e objetivo estratégico sejam concretizados.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Numa fase inicial começou-se a delinear e a desenvolver o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de âmbito florestal (proposta de Decreto Legislativo Regional), o qual encontra-se concluído.

Por ouro lado, procedeu-se à elaboração das peças do procedimento (caderno de encargos e programa do concurso) para a elaboração do (PROF) da Região Autónoma dos Açores, as quais se encontram finalizadas.

O desencadear deste processo, está dependente da conclusão da plataforma informática, que irá facilitar de uma forma muito significativa a elaboração dos PGF, e da disponibilidade dos recursos financeiros.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Possibilidade de instruir normas transversais que regulamentem a realização das principais operações silvícolas e, havendo uma plataforma comum, permitirá acompanhar e monitorizar a evolução do setor florestal a médio e a longo prazo.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.4

Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Apesar de ainda não possuirmos o Plano Regional de Ordenamento Florestal, é de salientar que existem na Região diversos instrumentos legais (Lei da Proteção do Património Florestal Regional, Lei da Caça e da Pesca nas Águas Interiores, Lei do Arrendamento das Pastagens Baldias, Lei das Vias de Comunicação Terrestres dos Açores, etc.) e instrumentos de gestão específicos (produção de plantas em viveiro, medidas de apoio ao Fomento Florestal, Plano de Melhoramento Florestal, Certificação do Sistema de Gestão Florestal, etc.), os quais, devido á ação conjunta e concertada da Direção Regional dos Recursos Florestais e dos agentes privados do setor florestal, têm contribuído decisivamente para o bom ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais, com especial destaque para as seguintes:

a) Produção de plantas em viveiro: Na Região Autónoma dos Açores e sob administração da DRRF, existem 18 viveiros florestais, os quais ocupam no total cerca de 27 hectares distribuídos por 8 ilhas, aonde predomina largamente a produção de *Cryptomeria japonica*, orientada principalmente para satisfazer as necessidades do sector privado. A produção de plantas nos viveiros florestais acompanhou, em termos genéricos, os ritmos de arborização em cada uma das ilhas do arquipélago dos Açores, ao longo das últimas décadas. Atualmente, fruto de determinados estímulos criados, vive-se tempos de expansão do setor florestal que são suportados por esta ampla rede de viveiros florestais, capaz de responder às necessidades do setor;

b) Medidas de apoio ao Fomento Florestal: As políticas de desenvolvimento rural promovidas pela União Europeia têm permitido que o sector florestal açoriano exiba uma dinâmica favorável não só em termos de valorização económica como também em temos ambientais e sociais, permitido assim um crescimento sustentável. As áreas florestais privadas que foram alvo de intervenções, por via das ações de beneficiação dos povoamentos existentes de reconversão, rearborização e arborização de incultos e de terras agrícolas, tiveram apoios financeiros interessantes (montante máximo da ajuda), foram devidamente acompanhados e aconselhados na execução, tendo sido utilizados os modelos de silvicultura adequados, as espécies adaptadas às estações em causa e aplicadas as Boas Práticas Florestais;

c) Proteção do Património Florestal: Na Região, todos os cortes de arvoredo (exploração e

d) Programa de Melhoramento Florestal: 1) melhoramento genético da Criptoméria, com o objetivo de aumentar a rentabilidade dos povoamentos florestais e melhorar a qualidade do material lenhoso produzido; 2) diversificar a composição da floresta regional, recorrendo ao uso sustentado de algumas espécies exóticas, previamente testadas, e ao uso espécies da floresta natural da macaronésia, atualmente em fase de domesticação, que podem dar um contributo muito relevante ao setor, em termos económicos, pela qualidade dos produtos disponibilizados; em termos sociais, pela melhoria do ordenamento do espaço florestal que potenciam; e em termos ecológicos, por assegurar a conservação destes recursos genéticos que são um bem inestimável que urge potenciar, valorizar e disponibilizar às gerações vindouras

e) Certificação do Sistema de Gestão Florestal: tendo em conta a estratégia florestal definida para a Região Autónoma dos Açores no sentido de promover a dinamização e modernização da fileira e a proteção do património florestal, foi implementado recentemente pela Secretaria Regional do Recursos Naturais, através da Direção Regional dos Recursos Florestais, a certificação de um modelo de gestão dos perímetros florestais e matas regionais, com vista a garantir uma utilização mais sustentável dos recursos. Este processo de certificação iniciado em 2013, no Núcleo Florestal da Achadinha, no conselho do Nordeste, em São Miguel, será alargado aos restantes núcleos dos vários perímetros florestais da Região, de forma a assegurar que estes recursos sejam geridos para atender às necessidades sociais, económicas e ambientais das gerações futuras, como como valorizando e criando uma oportunidade de acesso a novos mercados, que melhor valorizem estes produtos.

f) Gestão da rede viária rural e florestal: Estas vias de comunicação terrestres asseguram a acessibilidade às explorações florestais e agrícolas, aos perímetros e núcleos florestais submetidos ao regime florestal, facilitando assim a entrada dos fatores de produção, a saída dos produtos das explorações, bem como a proteção dos recursos florestais. Com cerca de 1.400 km de extensão, a sua manutenção e beneficiação anual, é um encargo da DRRF que reforça a importância dos mesmos para o setor agroflorestal em particular e em sentido mais

B1b. Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?

☒ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A avaliação deste objetivo específico foi efetuada com base em dois documentos estratégicos de desenvolvimento florestal: a) Manual de Boas Práticas para a Gestão Florestal dos Açores; b) Estratégia Florestal Regional.

Estes documentos caraterizam e analisam a realidade floresta existente e propõem diretrizes e orientações para o setor florestal.

O objetivo fundamental do Manual de Boas Práticas, elaborado no âmbito do processo de Certificação do Sistema de Gestão Florestal, é indicar as principais ações e operações florestais necessárias para a gestão dos recursos florestais nos Açores, identificar os seus impactos potenciais, e recomendar as práticas e os cuidados a ter para os evitar ou minimizar.

Desta forma, pretende ser um documento orientador para os agentes que intervêm no Sector Florestal, sejam eles proprietários, ou mesmo prestadores de serviços florestais e madeireiros.

O Manual de Boas Práticas existente poderá ser revisto a qualquer momento, para refletir o que de melhor e mais adequado possa ser recomendado, seja para evitar ou corrigir situações indesejáveis, seja para melhorar os resultados das operações e da gestão dos recursos.

A Estratégia Florestal dos Açores assume um conjunto de apostas direcionadas para que o setor florestal se possa desenvolver, não como uma consequência de circunstâncias que lhe são externas, e que lhe

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

■ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
1. Produção de plantas em viveiro: 1.1. Resinosas 1.2. Folhosas 1.3. Endémicas 1.4. Ornamentais	(mil)	NA		NA		1.503 1.161 65 224 53	2013
2. Área arborizada	(ha)	NA		NA		106,5	2013
3. Povoamentos florestais beneficiados	(ha)	NA		NA		144,5	2013
4. Pagamentos Natura 200 em Terras Florestais	(ha)	NA		NA		358,3	2013
5. Pagamento Silvo-Ambientais	(ha)	NA		NA		573,0	2013
6. Investimentos Não Produtivos em Terras florestais	(ha)	NA		NA		414,5	2013
7. Área florestal explorada: 7.1. Regime de Alto-Fuste: 7.1.1. Acácia 7.1.2. Criptoméria	(ha)	NA		(ha)		299,0 138,3 6,1 90,8	2013

7.1.3. Eucalipto						2,6	
7.1.4. Folhosas diversas.						8,0	
7.1.5. Incenso						10,7	
7.1.6. Pinheiro bravo						14,2	
7.1.7. Resinosas diversas						6,0	
7.2. Regime de Talhadia						160,7	
7.2.1. Acácia						14,6	
7.2.2. Eucalipto						92,9	
7.2.3. Folhosas diversas.						36,8	
7.2.4. Incenso						16,5	
8. Volume de madeira cortada:						8.477	
8.1. Regime de Alto-Fuste:						6.967	
8.1.1. Acácia						117	
8.1.2. Criptoméria						6.733	
8.1.3. Eucalipto						78	
8.1.4. Folhosas diversas.	(10 m^3)	NA		NA		23	2013
8.1.5. Pinheiro bravo						10	
8.1.6. Resinosas diversas						6	
8.2. Regime de Talhadia						1.510	
8.2.1. Acácia						113	
8.2.2. Eucalipto						1.371	
8.2.3. Folhosas diversas.						26	
9. Peso de madeira cortada:						3.838	
9.1. Regime de Alto-Fuste (Incenso)	(ton)	NA		NA		1.352	2013
9.2. Regime de Talhadia (Incenso)						2.486	

Medida Prioritária 1.5.3

Implementar e acompanhar o Plano Nacional da Água, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e os Planos Regionais da Água dos Açores e da Madeira e assegurar a sua revisão até 2010 (2007-2010).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Direção Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores (R.A.A.); Região Autónoma da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administração regional, local e empresas públicas da R.A.A.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Empresas públicas e privadas.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☒ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☒]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O Plano Regional da Água dos Açores (PRA) consubstancia uma estratégia de atuação, materializada através de um conjunto de 28 programas articulados, com os respetivos investimentos e cronograma de implementação, e de natureza transversal, que visa a gestão sustentável de recursos hídricos por forma a solucionar um conjunto de disfunções existentes na área dos recursos hídricos, otimizar a gestão da água, bem como o integral cumprimento do normativo nacional e comunitário em matéria de recursos hídricos, nomeadamente a integração na sua programação das diretrizes e prazos dispostos na DQA.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Qualidade de água de abastecimento para consumo humano;
- População com acesso regular à água;
- Água abastecida sujeita a tratamento adequado;
- Qualidade das massas de água subterrâneas;
- Qualidade trófica das lagoas;
- Classificação dos meios hídricos;
- Planos de Emergência de âmbito municipal;
- Monitorização da qualidade da água abastecida;
- Explorações de extrações de inertes abrangidas por planos de gestão;
- Acessos ao portal de recursos hídricos e ordenamento do território.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Para a concretização dos objetivos prioritários previstos no PRA foram investidos cerca de 86 milhões de euros na gestão dos recursos hídricos da Região.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

- Origens de água protegidas;
- Perdas nos sistemas de abastecimento de água;
- Reutilização de águas residuais tratadas;
- Bacias hidrográficas com sistemas de alertas de cheias;
- Área do domínio hídrico delimitado;
- Concelhos com cadastro de infraestruturas hidráulicas georreferenciado;
- Ações de educação e sensibilização ambiental.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

- Origens de água protegidas;
- Implementação da rede quantitativa nas ilhas de Santa Maria e São Miguel;
- Valores limiares para a avaliação do estado químico de uma massa ou grupo de massas de águas subterrâneas;
- Ações de educação e sensibilização ambiental.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

- Avaliação do estado dos cursos de água nos Açores – RERA (início em 2012).

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

■ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Qualidade de água de abastecimento para consumo humano	%	80	2005	100	2011	96,32	2010
População com acesso regular à água	%	98	2005	99	2011	100	2010
Água abastecida sujeita a tratamento adequado	%	82	2005	100	2011	100	2010
Qualidade das massas de água subterrâneas	%	82	2005	100	2011	93	2010
Qualidade trófica das lagoas	%	41 E 59 M	2005	100 M	2011	41E 59M	2010
Classificação dos meios hídricos	%	100	2005	100	2011	100	2010
Planos de Emergência de âmbito municipal	Nº	12	2005	19	2011	13	2010
Monitorização da qualidade da água abastecida	%	92	2005	100	2011	100	2010
Explorações de extrações de inertes abrangidas por planos de gestão	%	0	2005	100	2011	22	2010
Acessos ao portal de recursos hídricos e ordenamento do território	nº/dia	26	2005	300	2011	400	2010

Nota: E- eutrófica; M-mesotrófica

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

■ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Relatório de Acompanhamento do PRA.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Face à natureza transversal do recurso, a concretização de muitos projetos definidos depende da natureza e motivação das entidades envolvidas neste processo. A articulação institucional e a agilização administrativa são essenciais para uma maior eficácia na gestão da água.

De modo geral, denota-se alguma carência de meios técnicos e humanos adequados para cumprimento, em tempo útil, dos objetivos ambientais que materializam a política comunitária e nacional no domínio da água. Em concreto, no reforço da fiscalização sistemática, de instrumentos de natureza fiscal de utilização dos recursos naturais que incluam a internalização de custos ambientais e, subsequentemente, o proveito de receitas que revertam na gestão e monitorização, por forma a ultrapassar as limitações orçamentais que condicionam a elaboração, articulação e implementação dos diversos instrumentos de planeamento de recursos hídricos atinentes a uma política ambiental preventiva.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Os recursos hídricos são um elemento fundamental para o desenvolvimento equilibrado da R.A.A. No entanto, a compatibilização das atividades humanas requer uma rigorosa linha estratégica de curto e médio prazo, por forma a assegurar a necessária integração das disponibilidades e articular, adequadamente, as diferentes utilizações da água e a proteção dos ecossistemas.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Apesar de uma avaliação globalmente positiva, continua a ser necessário um forte investimento em algumas áreas, nomeadamente no tratamento das águas residuais, na prevenção de riscos de cheias, em ações de fiscalização, na compatibilização das ações humanas com a necessária proteção das águas superficiais e subterrâneas, bem como na sensibilização da importância do recurso.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Em termos funcionais, maior facilidade no acesso à água, com uma distribuição de 100% à população dos Açores, com disponibilidades hídricas suficientes para satisfazer as necessidades estimadas.

Institucionalmente, criação da entidade regional reguladora dos serviços de águas e resíduos dos Açores (ERSARA).

Foi efetuado um esforço financeiro e logístico significativo na monitorização das massas de água, tendo-se atingido em 2008 a cobertura total, na requalificação do domínio hídrico e na componente preventiva e corretiva decorrentes de situações hidrológicas extremas.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☒ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.5.4

Elaborar e implementar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), os Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Lagoas (POBHL) na Região Autónoma dos Açores e os Planos de Ordenamento equivalentes na Região Autónoma da Madeira, assegurando a sua articulação com os outros instrumentos de ordenamento do território (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência Portuguesa do Ambiente; Direção Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores (R.A.A.); Região Autónoma da Madeira

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administração regional, local e empresas públicas da R.A.A.

No caso dos POBHL da RAA, a SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A (atual Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação Natureza, S.A) é, também, responsável pela implementação de projetos e ações definidos nesses planos.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Empresas públicas e privadas. No caso dos POBHL da RAA, as entidades definidas nos respetivos Programas de Execução como responsáveis pela execução de ações e projetos podem deter informação relevante.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

De uma forma geral, os POBHL em vigor na RAA definem no Programa de Execução um conjunto de medidas e ações necessárias desenvolver pela Região e que visam compatibilizar as diferentes atividades, usos, ocupação e transformação do solo com a recuperação e melhoria da qualidade da água das lagoas, numa perspetiva integrada de salvaguarda dos recursos e valores naturais, da biodiversidade e da paisagem.

No PGRH-Açores são propostas 80 medidas, das quais 61 suplementares e 19 base, sendo as prioritárias

as seguintes:

- Validação do levantamento de pressões;

- Melhoria da fiscalização e regulação das utilizações de recursos hídricos ao nível da captação;

- Desenvolvimento da estratégia regional de adaptação às alterações climáticas para recursos hídricos;

- Prevenção da salinização da água em massas de água subterrânea;

- Desenvolvimento de uma rede de monitorização operacional da intrusão salina

- Estudo para avaliação de custos ambientais e de escassez;

- Desenvolvimento da rede de monitorização quantitativa das massas de água subterrânea;

- Melhoria da proteção das captações de água subterrânea.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No caso dos POBHL das Furnas e das Sete Cidades (ilha de São Miguel), em vigor desde 2005, foram realizadas diversas ações até ao final do ano de 2009 (conforme apresentado nos 1ºs Relatórios de Avaliação), com destaque no caso do POBHL das Furnas para: elaboração dos Projetos para a UP1 (Núcleo de Apoio às Caldeiras), UP2 (Núcleo de Apoio da Zona Sul da Lagoa), UP3 (Mata Jardim José do Canto), UP4 (Margem Este da Lagoa), UP5 (Margem Noroeste da Lagoa) e UP6 (Margem Sudoeste da Lagoa); e realização de ações de sensibilização de boas práticas agrícolas.

Relativamente ao POBHL das Sete Cidades foram realizadas até ao final do ano de 2009 as seguintes ações: projeto, constituição e início de atividade do Órgão Executivo - Sociedade de Gestão de Capitais Exclusivamente Públicos; monitorização das lagoas de São Miguel; desvio parcial dos efluentes conduzidos pela Vala das Sete Cidades; projeto de abertura de novo arruamento; e elaboração de projeto de conversão para áreas verdes de recreio.

- Reavaliação dos valores geoquímicos naturais e limiares aplicáveis às massas de água subterrânea;

- Delimitação e aprovação das zonas de proteção às captações de água para abastecimento público de consumo humano;

- Inventário e cadastro georreferenciado dos títulos de utilização de recursos hídricos;

- Agilização dos procedimentos de regularização e disponibilização on-line de formulários para obtenção de títulos de utilização dos recursos hídricos;

- Implementação de sistemas de informação e apoio à decisão;

- Ações de sensibilização/educação sobre recursos hídricos;

- Monitorização qualitativa de todas as massas de água relevantes;

- Monitorização quantitativa das ilhas de Santa Maria e São Miguel;

- Monitorização quantitativa das lagoas designadas por vulneráveis;

- Estudo para a avaliação de riscos de inundações.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foram investidos cerca de 27 milhões de euros para a realização da medida.

No caso do POBHL das Furnas, as ações concluídas até ao final do ano de 2009 tiveram um custo total de 1.044.272,73€ e no caso do POBHL das Sete Cidades, as ações concluídas até ao final do ano de 2009 englobaram um custo total de 1.821.782,50€.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

O 1.º ciclo de planeamento abrange o período 2009-2015, estando em curso a implementação da programação prevista.

No caso do POBHL das Furnas, e conforme apresentado no 1º Relatório de Avaliação, encontravam-se em curso, até ao final de 2009, diversas ações, sendo que ainda não tinham sido iniciadas as seguintes: Plano de Ordenamento da Exploração Aquícola; Plano de Ordenamento de Recursos Faunísticos para a Caça; implementação dos Projetos para a UP1 (Núcleo de Apoio das Caldeiras), UP4 (Margem Este da Lagoa) e UP5 (Margem Noroeste da Lagoa); elaboração do Projeto de Valorização do Miradouro de Castelo Branco; elaboração do Projeto de Valorização da Grená; elaboração e implementação do Plano de Monitorização de Práticas Agrícolas; implementação do Plano de Observação Geotécnico; promoção da instalação de sismógrafos; e promoção da instalação de rede de monitorização para a medição de CO2 e Radão.

Em relação ao POBHL das Sete Cidades, e também de acordo com o 1º Relatório de Avaliação, encontravam-se em curso, até ao final de 2009, diversas ações, sendo que até àquela data ainda não tinha sido iniciada qualquer ação relativa aos seguintes projetos: negociação para transformação da estrutura fundiária rural; realização das zonas de proteção; realização da reconversão dos usos no espaço rural; rede viária; ampliação de escola; e restauração.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

No caso do POBHL das Furnas (e de acordo com o 1º Relatório de Avaliação) apenas 1 ação foi realizada em menos tempo do que o previsto no Plano, pese embora a sua execução estivesse prevista para o ano de 2005 e tivesse sido iniciada em 2006. Todas as outras ações realizadas, para além de terem sido iniciadas mais tarde do que o previsto, excederam o período de execução definido no Plano.

No caso do POBHL das Sete Cidades (e tal como constante do 1º Relatório de Avaliação) das 57 ações definidas executar entre 2005 e 2010, 18 foram realizadas em menos tempo do que o previsto no Plano, embora algumas delas tenham sido iniciadas mais tarde do que o estipulado, outras mais cedo e outras, ainda, no ano previsto no Plano.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Tendo por base o 1º Relatório de Avaliação do POBHL das Furnas, até ao final de 2009 foram realizadas na área de intervenção as seguintes ações não previstas no Plano: aquisição de terrenos definidos no Plano como agrícolas para florestação; Parque Integrado da Lagoa das Furnas; Laboratório de Paisagem; Centro de Monitorização e Investigação das Furnas; execução de projetos de bacias de retenção de caudal sólido.

Também até ao final do ano de 2009, e conforme apresentado no 1º Relatório de Avaliação do POBHL das Sete Cidades, foram realizadas na área de intervenção as seguintes ações não previstas no Plano: construção de diversos açudes e de uma bacia de retenção; elaboração de estudos de toxidade de cianobactérias; projeto de arquitetura paisagista relativo aos cobertos de proteção e bosquetes nas margens da lagoa; projetos de engenharia relativos ao reordenamento da circulação, às infraestruturas

elétricas, de telecomunicações, hidráulicas e mecânicas nas margens da lagoa e aos equipamentos coletivos na frente urbana e na península; e projeto de requalificação das margens.

Indicadores e evidências de avaliação

***A3a.* Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Massas de água da Região Hidrográfica dos Açores em Bom estado*	%	78	2012	80	2018	95	2023
Ver indicadores constantes do 1º Relatório de Avaliação do POBHL das Furnas e do 1º Relatório de Avaliação do POBHL das Sete Cidades (disponíveis em http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/monitorizacao-igt/) **							

***A3b.* Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim** ☐ Não*

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

1º Relatório de Avaliação do POBHL das Furnas (2005-2009) e 1º Relatório de Avaliação do POBHL das Sete Cidades (205-2009), disponíveis em http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/monitorizacao-igt/. Para além disso, encontra-se em elaboração o 2º Relatório de Avaliação do POBHL das Furnas e o 2º Relatório de Avaliação do POBHL das Sete Cidades relativos ao período 2005-2013.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Face à natureza transversal do recurso, a concretização de muitos projetos depende das diversas entidades envolvidas (administração regional, local, entidades gestoras, empresas públicas e privadas) na execução da medida. Além disso, a conjuntura económica recente limitou a concretização de algumas medidas protelando para os posteriores ciclos de planeamento ações cuja prioridade não era de manifesta necessidade a curto prazo.

Alguns POBHL possuem Programas de Execução muito extensos e com inúmeras ações de responsabilidade partilhada por diversas entidades, o que dificulta a sua execução e consequentemente a implementação dos Planos.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores concretiza a articulação das orientações estratégicas, programas e medidas para atingir os objetivos ambientais fixados na DQA/LA. Assim, a própria natureza de um PGRH, que se assume como uma ferramenta de gestão, determinou que a sua estrutura fosse adaptada à realidade insular, cujas unidades fundamentais de gestão são de facto cada uma das ilhas. Neste sentido, pretendeu-se dotar a Região de uma ferramenta que permita gerir os recursos hídricos de forma integrada e, em simultâneo, à escala de cada unidade de gestão.

Com os POBHL atualmente em vigor, a administração regional dos Açores passou a ter instrumentos de planeamento que permitem compatibilizar usos e atividades com a proteção e valorização ambiental das bacias hidrográficas de lagoas e recuperar a qualidade da água das lagoas, contribuindo assim para a prossecução do objetivo específico 1.5 “Executar a política de gestão integrada da água” e, de uma forma mais genérica para a prossecução do objetivo estratégico 1 “Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos”.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

O 1.º ciclo de planeamento abrange o período 2009-2015, estando em curso a implementação da programação prevista.

A perspetiva de evolução do cumprimento dos objetivos ambientais (Bom estado das massas de água) têm metas fixadas em 2015, 2021 e 2027, pelo que presentemente não é possível aferir o alcance dos resultados.

De acordo com o 1º Relatório de Avaliação do POBHL das Furnas, e no caso concreto da qualidade da água da lagoa, não era possível naquela data, final de 2009, verificar a influência das medidas preconizadas no Plano, uma vez que a água da lagoa das Furnas se mantinha em estado de eutrofia.

Já no caso do POBHL das Sete Cidades, e também de acordo com o seu 1º Relatório de Avaliação, a qualidade da água da lagoa tem vindo a melhorar desde 2005, melhoria que tem sido mais notória na lagoa Azul do que na lagoa Verde. Esta melhoria pode ser justificada pelas intervenções realizadas na bacia hidrográfica da lagoa das Sete Cidades até 2009, e que se prenderam com a construção de açudes

e valas de interceção de escorrência e retenção de caudal sólido.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Face à recente implementação do PGRH-Açores, por ora, não é possível proceder à avaliação dos impactos nos aspetos solicitados. Contudo, a programação constante do PGRH-Açores determinou a alocação de verbas do orçamento da Região para a implementação de medidas atinentes à melhoria do estado das massas de água.

Foram aprovados na Região diversos decretos regulamentares regionais que procederam à classificação de lagoas e seguidamente à aprovação dos respetivos POBHL. A implementação destes Planos determinou a articulação com outros departamentos e entidades da Região.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☒ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.5

Executar a política de gestão integrada da água

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Embora assente nos mesmos princípios e práticas consagradas para territórios continentais, a conceção dos instrumentos de planeamento e gestão da água na Região Autónoma dos Açores revela a necessidade de se equacionarem soluções distintas e devidamente ajustadas à realidade "ilha", enquanto unidade territorial marcada por condicionalismos próprios. O planeamento dos recursos hídricos é concretizado através dos seguintes instrumentos.

1. Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores (PRA) - Instrumento estratégico/programático que visa contribuir para assegurar a proteção e valorização dos recursos hídricos na Região, aprovado por Decreto Legislativo Regional nº 19/2003/A, de 23 de abril;

2. Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH-Açores) - É o principal instrumento de execução da DQA através da adoção um conjunto de programas direcionados para que as massas de água relevantes da RH9 atinjam o bom estado, publicado na Resolução do Conselho do Governo n.º24/2013, de 27 de março.

Apesar dos esforços desenvolvidos, continua a ser necessário um forte investimento na área relacionada com o saneamento das águas residuais e na prevenção de riscos naturais. Por outro lado, 78% das massas de água dos Açores encontram-se em Bom estado, situação que é acompanhada devido aos investimentos significativos na área da monitorização e no reforço dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Face à natureza transversal do recurso, a concretização de muitos projetos definidos depende da diversidade da natureza e motivação das entidades envolvidas neste processo. Além disso, a conjuntura económica recente limitou a concretização de algumas medidas protelando para os posteriores ciclos de planeamento ações cuja prioridade não era de manifesta necessidade a curto prazo.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

■ Sim	□ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A avaliação do grau de execução do PRA, elaborada em 2005, revelou o cumprimento de cerca de 57% os objetivos propostos pelo plano. Em 2013, estima-se que a avaliação atinja uma evolução positiva de cerca de 70%. No que respeita ao PGRH, face ao desfasamento temporal relativamente ao cronograma da Diretiva Quadro da Água, não se procedeu à avaliação intercalar da implementação do PGRH-Açores em vigor, contudo o cumprimento dos objetivos ambientais e da eficácia da implementação das medidas propostas será analisado no 2.º ciclo de planeamento (2016-2021).

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
População residente em territórios com planos regionais de identificação de vulnerabilidade de riscos	%	0	2013	5,6	2018	5,6	2023
Massas de água da Região Hidrográfica dos Açores em Bom estado	%	78	2012	80	2018	95	2023

Medida Prioritária 1.6.6

Executar o Plano Estratégico Nacional para a Pesca e o correspondente Plano Operacional para o Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, promovendo o desenvolvimento do setor da pesca e das zonas costeiras dependentes desta atividade, e elaborar e implementar planos específicos de ordenamento da atividade de aquicultura (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.6

Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Do ponto de vista do ordenamento do território, foram elaborados e aprovados Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para todas as ilhas dos Açores. Estes planos têm como principal objetivo promover e requalificar o litoral, promover a qualidade de vida da população, promover a defesa costeira, procurando minimizar situações de risco ou de catástrofe e garantir o acesso e usufruto públicos do litoral e das suas potencialidades.

Para além disso, encontra-se em elaboração o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (POEMA), que tem como finalidade contribuir para que a Região possua um instrumento de programação e concretização das políticas relacionadas com o mar territorial e com a plataforma continental contígua ao arquipélago, bem como uma gestão integrada das atividades que lhe estão associadas.

Foram, ainda, elaborados o Guia Técnico para o Litoral da RAA e o Manual de Intervenções no Litoral da RAA. O primeiro pretendeu apresentar uma reflexão em torno do conceito de zona costeira na Região, alicerçada na participação ativa de todos os intervenientes que estão envolvidos na utilização da zona costeira e o segundo teve como principal objetivo identificar, avaliar e selecionar um conjunto de intervenções tipo na zona costeira que simbolizem quer boas práticas, quer áreas-problema ou, ainda, intervenções alternativas, tendo como fim a sua divulgação.

Acrescenta-se, ainda, a Base de Dados Georreferenciada para o Litoral da RAA (BD_Litoral), disponível em http://servicos.srrn.azores.gov.pt/smot/bd_litoral/, cujo principal objetivo é armazenar e disponibilizar informação relativa aos processos inseridos na área de intervenção dos POOC em vigor nos Açores e que constam do arquivo físico e digital da Direção Regional do Ambiente da Secretaria

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☒ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do**

objetivo específico?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Ver Programas de Monitorização dos POOC							

Medida Prioritária 1.7.3

Criar e implementar a Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas e as Redes Regionais de Áreas Marinhas Protegidas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, definindo as suas condicionantes temporais e territoriais e regulamentando as atividades humanas, de modo a fomentar a conservação da biodiversidade marinha, a produção de recursos piscícolas, tanto pela via da pesca como da aquicultura, e o desenvolvimento sustentável da pesca costeira artesanal (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.7

Executar a Estratégia Nacional para o Mar

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 1.11.6

Criar medidas preventivas e corretivas para as diversas situações de risco geológico, nomeadamente através de legislação com a sua identificação e localização criando uma condicionante legal ao uso do solo, através dos Instrumentos de Gestão Territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente e Laboratório Nacional de Energia e Geologia; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

_

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☒ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☒]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

As principais ações previstas passam pela avaliação dos perigos geológicos e delimitação das respetivas áreas vulneráveis a considerar em termos de riscos no ordenamento do território da Região Autónoma dos Açores.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As principais ações realizadas passaram pela identificação e caraterização dos perigos geológicos e respetivas áreas vulneráveis em presença, bem como pela avaliação das suscetibilidades.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Foi constituído um grupo de trabalho composto por técnicos da Direção Regional do Ambiente e do Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores da Universidade dos Açores.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não foi concluída a espacialização dos perigos/suscetibilidades para cada ilha e respetivas áreas vulneráveis, e consequentemente a análise das suas implicações no território regional, bem como a proposta do quadro legislativo enquadrará na Região as questões associadas ao perigo geológico.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Considera-se que foram as dificuldades de ordem técnica que atravancaram a execução da mesma.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A realização das ações previstas são preponderantes para a identificação das áreas vulneráveis e respetivas suscetibilidades, tendo em vista a definição de um quadro legal onde serão definidos mecanismos de prevenção e mitigação do risco associado aos perigos geológicos em presença no

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Atendendo às dificuldades de ordem técnica que assistiram ao desenvolvimento das ações previstas, o desenvolvimento dos trabalhos não foram concluídos, não tendo por isso sido verificada a conclusão da proposta de quadro legislativo.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

A implementação da medida resultou na identificação e caracterização dos perigos geológicos e respetivas áreas vulneráveis existentes no território da Região Autónoma dos Açores.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☒ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.7

Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR e das entidades regionais correspondentes, das ações de prevenção, proteção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização dos Sistemas Integrados das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional e dos sistemas equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2008).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Guarda Nacional Republicana; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

***A2d.* Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

***A2e.* Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

***A2f.* Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

***A2g.* Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.8

Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, reforçando a capacidade de intervenção de proteção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS/GNR) e de entidades equivalentes nas Regiões Autónomas, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.9

Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos e as Redes Regionais equivalentes, enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil e ao combate aos fogos florestais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 1.11

Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 1

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 1.1, 1.2, 1.4, 1.5 e 1.6.

Justificação sucinta da resposta anterior:

Estes objetivos específicos estão interligados entre si e a informação de base sobre as florestas e os recursos naturais é essencial para a promoção de medidas e ações relacionadas com o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais.

A Direção Regional dos Recursos Florestais possui um Sistema de Informação sobre as Florestas Açorianas (inventário florestal, cartografia, viveiros florestais, pastagens baldias, reservas florestais de recreio, Florestas de Alto Valor de Conservação, caminhos rurais e florestais, cinegética e piscicultura em águas interiores, plano de melhoramento florestal, etc.) que deverá ser complementado e aperfeiçoado.

Do ponto de vista do ordenamento do território, considera-se que é prioritário para o período 2014-2020 o objetivo específico 1.6 (Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da zona costeira, nas suas componentes terrestre e marítima).

Considerando o trabalho que a Região tem desenvolvido nos últimos anos relativamente ao ordenamento da orla costeira, bem como a diversa informação que dispõe, julga-se que será fundamental em breve proceder à elaboração da Gestão Integrada das Zonas Costeiras dos Açores.

O maior conhecimento dos valores naturais permite o desenho de medidas de conservação mais adequadas.

No que concerne à gestão e planeamento dos recursos hídricos regionais, destaca-se um forte empenho na implementação da Diretiva-Quadro da Água e da Lei da Água, bem como da legislação complementar destas, que passam, em termos operacionais, pela implementação do Plano Regional da Água, do Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores 2012, pela proteção das massas de água destinadas a captação para consumo humano e pelo início do novo ciclo de planeamento dos recursos hídricos 2016-2021.

No domínio da monitorização, nos aspetos de qualidade e quantidade, visa-se acompanhar o estado dos sistemas hídricos, possibilitando a verificação do cumprimento dos normativos nacionais e comunitários, a eficácia das medidas de planeamento e a eficiência das medidas de gestão, e consequentemente apoiar a adequada gestão e planeamento dos recursos hídricos regionais, assim como a disponibilização direta da informação recolhida ao cidadão e a outras entidades, como contributo importante para a gestão participada e cidadania.

Merecerá ainda destaque a proteção e valorização dos recursos hídricos, designadamente, através do lançamento de projetos e obras decorrentes de situações de intempéries as quais visaram não só a

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nenhum

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☒ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Em termos de ordenamento do território devem ser considerados todos os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor na Região, bem como os Relatórios de Avaliação dos IGT elaborados pela administração regional.

- Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores e Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores;

- Plano de Gestão de Inundações;

- Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores;

- PRORURAL + - Medidas de apoio ao Setor Florestal;

- Orientação a Médio Prazo – Setor Florestal.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.1.*	*Afirmar a dimensão atlântica do País, consolidando o papel estratégico das Regiões Autónomas como plataformas intermédias entre o continente europeu e os continentes americano e africano*

Medidas Prioritárias	*2.1.1*	*Promover conexões do ordenamento logístico continental com as Regiões Autónomas, tirando vantagem da sua posição geográfica e das suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias (2007-2013).*
	2.1.2	*Promover e implementar medidas de minimização das desvantagens da insularidade e da ultraperificidade, nomeadamente a abertura dos portos e aeroportos a novos operadores, a continuidade e diversificação de ligações eficientes com o exterior, a melhoria da eficácia económica e da qualidade dos serviços portuários e aeroportuários e o desenvolvimento equilibrado da cadeia logística de transportes, com particular atenção aos modos rodoviários e marítimos (2007-2013).*
	2.1.3	*Desenvolver uma política de transporte marítimo de mercadorias adequada às necessidades das Regiões Autónomas, nomeadamente através de uma melhor distribuição das escalas dos navios e da equiparação dos custos portuários, que permita uma melhor integração daquelas Regiões nas suas áreas geográficas tradicionais (sul da Europa, norte de África, ilhas da Macaronésia) (2007-2013).*

Objetivo específico	*2.2.*	*Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global*

Medidas Prioritárias	*2.2.3*	*Implementar uma estratégia de afirmação dos principais portos nacionais, integrando-os nas "autoestradas do mar" no espaço europeu, e desenvolver, em particular, uma estratégia para os sistemas portuários de Sines, Setúbal, Lisboa e das Regiões Autónomas, afirmando-os como portas atlânticas do Sudoeste Europeu no contexto dos tráfegos marítimos à escala mundial e inserindo os três primeiros num grande corredor rodoviário e ferroviário de acesso a Espanha e ao interior do continente europeu (2007-2013).*
	2.2.4	*Elaborar e implementar um plano de desenvolvimento do Sistema Nacional Marítimo-Portuário no Continente e nas Regiões Autónomas, que oriente as atuações dos organismos sectoriais e das Administrações Portuárias, enquadre os instrumentos de planeamento ao nível local e promova os desenvolvimentos mais reprodutivos e o alargamento de hinterlands em ambiente concorrencial, regulando a exploração comercial de terminais de forma a limitar excessos de poder de mercado (2007-2013).*

Objetivo	*2.3.*	*Reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e*

específico		*desenvolvimento.*
(apenas RAM)	*2.3.2*	*Incentivar a elaboração de programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional, com destaque para os Arcos Metropolitanos de Lisboa, do Porto e do Algarve, para o sistema metropolitano do Centro Litoral e para a Madeira (2007-2013).*
Objetivo específico	*2.6.*	*Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local*
Medidas Prioritárias	*2.6.2*	*Elaborar e implementar ou concretizar as estratégias definidas nos Planos sectoriais e de Ordenamento Turístico no território continental e nas Regiões Autónomas que definam as linhas orientadoras dos modelos de desenvolvimento pretendidos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento turístico (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.1.1

Promover conexões do ordenamento logístico continental com as Regiões Autónomas, tirando vantagem da sua posição geográfica e das suas infraestruturas portuárias e aeroportuárias (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Governo; ANA – Aeroportos de Portugal; ANAM – Aeroporto da Madeira; SATA gestão de aeródromos; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto de Mobilidade e Transportes; Instituto Nacional de Aviação Civil

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.1.2

Promover e implementar medidas de minimização das desvantagens da insularidade e da ultraperificidade, nomeadamente a abertura dos portos e aeroportos a novos operadores, a continuidade e diversificação de ligações eficientes com o exterior, a melhoria da eficácia económica e da qualidade dos serviços portuários e aeroportuários e o desenvolvimento equilibrado da cadeia logística de transportes, com particular atenção aos modos rodoviários e marítimos (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

ANA – Aeroportos de Portugal; ANAM – Aeroporto da Madeira; SATA gestão de aeródromos; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Concessionárias da rede rodoviária nacional

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Mobilidade e Transportes; Instituto Nacional de Aviação Civil

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.1.3

Desenvolver uma política de transporte marítimo de mercadorias adequada às necessidades das Regiões Autónomas, nomeadamente através de uma melhor distribuição das escalas dos navios e da equiparação dos custos portuários, que permita uma melhor integração daquelas Regiões nas suas áreas geográficas tradicionais (sul da Europa, norte de África, ilhas da Macaronésia) (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Instituto de Mobilidade e Transportes

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.1

Afirmar a dimensão atlântica do País, consolidando o papel estratégico das Regiões Autónomas como plataformas intermédias entre o continente europeu e os continentes americano e africano

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 2.2.3

Implementar uma estratégia de afirmação dos principais portos nacionais, integrando-os nas "autoestradas do mar" no espaço europeu, e desenvolver, em particular, uma estratégia para os sistemas portuários de Sines, Setúbal, Lisboa e das Regiões Autónomas, afirmando-os como portas atlânticas do Sudoeste Europeu no contexto dos tráfegos marítimos à escala mundial e inserindo os três primeiros num grande corredor rodoviário e ferroviário de acesso a Espanha e ao interior do continente europeu (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Mobilidade e Transportes; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações portuárias

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.2.4

Elaborar e implementar um plano de desenvolvimento do Sistema Nacional Marítimo-Portuário no Continente e nas Regiões Autónomas, que oriente as atuações dos organismos sectoriais e das Administrações Portuárias, enquadre os instrumentos de planeamento ao nível local e promova os desenvolvimentos mais reprodutivos e o alargamento de hinterlands em ambiente concorrencial, regulando a exploração comercial de terminais de forma a limitar excessos de poder de mercado (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Mobilidade e Transportes; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administrações portuárias

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.2

Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Medida Prioritária 2.6.2

Elaborar e implementar ou concretizar as estratégias definidas nos Planos sectoriais e de Ordenamento Turístico no território continental e nas Regiões Autónomas que definam as linhas orientadoras dos modelos de desenvolvimento pretendidos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento turístico (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal; Região Autónoma dos Açores: Direção Regional do Turismo dos Açores)

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Conclusão, em 2008, do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), plano setorial aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto;

- Início da Elaboração, em 2009, da suspensão parcial do POTRAA, posteriormente aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Veja-se informação do campo A2c.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não dispomos de informação organizada que permita responder à questão.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A ação prevista foi realizada.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A ação prevista foi realizada no período de execução definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Em resultado do processo de avaliação inicial da aplicação do POTRAA, concluiu-se que o cumprimento de uma das normas do plano, nomeadamente a relativa à capacidade de carga turística determinada para as ilhas de S. Miguel, S. Jorge e Pico, necessitava de correção.

Consequentemente procedeu-se à suspensão parcial do Plano, com o objetivo de fazer face à dinâmica de crescimento verificada naquelas ilhas e que não foi prevista à distância, suspensão que, no caso da ilha de S. Miguel, foi acompanhada de um conjunto de medidas cautelares.

Note-se ainda que as medidas cautelares determinadas pela referida suspensão para ilha de S. Miguel têm tido por consequência uma significativa diversificação e qualificação da oferta turística, ao nível das infraestruturas de alojamento, o que se considera ser uma evidência bastante positiva, resultante do processo de avaliação do POTRAA, a qual, concomitantemente, tem contribuído favoravelmente para a promoção do aproveitamento sustentável do potencial turístico da Região.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não dispomos de informação organizada que permita responder à questão.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Considera-se que a implementação do POTRAA constituiu uma medida relevante para a prossecução do objetivo específico 2.6 e do objetivo estratégico 2; fundamentalmente pelas seguintes razões:

- O modelo de organização territorial do POTRAA, assim como as respetivas tipologias que a cada unidade territorial estão estrategicamente alocadas, têm contribuído positivamente para a diversificação e qualificação da oferta turística, especialmente ao nível das infraestruturas de alojamento, o que se traduz no aproveitamento sustentável do potencial turístico da Região, contribuindo consequentemente para o reforço da competitividade do destino turístico Açores.

- A concretização das apostas estratégicas definidas para cada ilha, aqui através da implementação de produtos turísticos com capacidade diferenciadora, suscetíveis de capitalizar as vocações centrais de cada uma das unidades territoriais, tem igualmente contribuído para o aproveitamento sustentável do potencial turístico da Região e para o reforço da competitividade do destino.

- Por seu lado, o controlo do crescimento da oferta, através da determinação de uma capacidade máxima de carga turística por ilha (n.º de camas), tem contribuído para o desenvolvimento sustentado do setor e do potencial turístico da Região, contribuindo ainda para a justiça territorial e solidariedade entre as partes constitutivas do território.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Tendo em conta o objetivo global definido pelo POTRAA para o desenvolvimento estratégico da Região, bem os objetivos complementares e as respetivas linhas estratégicas definidas para a sua concretização, considera-se que a aplicação do plano (ainda em curso) tem vindo a alcançar ou resultados inicialmente previstos.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não dispomos de informação organizada que permita avaliar os impactos em causa.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Estando o setor do turismo dos Açores numa fase de crescimento substancialmente diferente daquela que originou a elaboração do POTRAA, a sua revisão, ou seja o novo plano de desenvolvimento estratégico a definir, deverá atender ao atual contexto socioeconómico e à tendência das dinâmicas turísticas insulares que se têm vindo a perspetivar, o que obrigará à definição de uma diferente estratégia de desenvolvimento turístico e ao estabelecimento de objetivos consentâneos com a nova realidade territorial e socioeconómica.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.6.3

Diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do Turismo no Espaço Rural (TER), cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais, nomeadamente nas Regiões Autónomas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal; Região Autónoma dos Açores: Direção Regional do Turismo dos Açores.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ■

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Apoiar e fomentar o desenvolvimento da oferta nos domínios do Turismo no Espaço Rural e Turismo de Natureza, tanto na vertente dos incentivos financeiros, como no que respeita a promoção e divulgação dos produtos.

- Incentivar, no âmbito da elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, à criação de condições favoráveis à preservação e revitalização dos espaços rurais, tendo em vista o desenvolvimento sustentado desta oferta turística específica.

- Criar oportunidades de reflexão e debate sobre temáticas emergentes no Turismo em Espaço Rural e Turismo de Natureza, potenciado sinergias e dinâmicas entre diversas áreas e setores relacionados e respetivos atores, com vista à qualificação da oferta e ao crescimento sustentado.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

As ações previstas foram realizadas no período de execução definido (2007-2013).

No que respeita à criação de oportunidades de reflexão e debate, sublinha-se que no mesmo período foram realizadas 3 "Bienais de Turismo no Espaço Rural", designadamente em 2007, 2009 e 2012, espaços de debate que, por tradição, se realizam na ilha de S. Jorge.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não dispomos de informação organizada que permita responder à questão.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Não se identificam ações previstas e não realizadas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

As ações previstas foram realizadas no período de execução definido.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Não dispomos de informação organizada que permita responder à questão.

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não dispomos de informação organizada que permita responder à questão.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Tendo em conta os resultados alcançados nas ações realizadas, considera-se que a concretização da medida prioritária em causa contribuiu, de forma relevante, para o aproveitamento sustentável do potencial turístico da Região, contribuindo consequentemente para o reforço da competitividade do destino turístico Açores.

De facto, a consolidação e o desenvolvimento qualificado dos produtos de Turismo no Espaço Rural e de Turismo de Natureza, constitui uma vertente da oferta claramente consentânea com o potencial e atributos distintivos do destino Açores, os quais, como se sabe, estão centrados nos recursos naturais, paisagísticos e culturais da Região, cuja diferenciação permite posicionar os Açores num patamar

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

No período de execução em causa (2007-2013), considera-se que a realização da medida alcançou os resultados esperados, atendendo a que se assistiu ao crescimento de uma oferta qualificada em Turismo no Espaço Rural, assim como a um significativo aparecimento de empresas de animação turísticas com atividades vocacionadas para o Turismo de Natureza, marítimo e terrestre.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Não dispomos de informação organizada que permita avaliar os impactos em causa.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

■ Sim	☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas	■	Outras características	☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 2.6

Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

No que se reporta a concretização da estratégia de desenvolvimento turístico definida no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), plano que entrou em vigor em 2008 e vigorará até ao final de 2015, e tendo em consideração a suspensão parcial de que foi alvo em 2010, considera-se que os objetivos delineados têm vindo a ser cumpridos de forma razoável, sobretudo ao nível da absorção, pelos Planos Municipais de Ordenamento do Território, do modelo de ordenamento definido e tipologias turísticas respetivamente determinadas; ao nível do controlo da capacidade de carga turística (n.º de camas) determinada para cada ilha; e ainda ao nível da concretização das apostas estratégicas definidas para cada ilha, aqui através da implementação de produtos turísticos suscetíveis de capitalizar as suas vocações centrais.

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

■ Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

	Sim	■ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 2.6

Justificação sucinta da resposta anterior:

O reforço da competitividade territorial da Região turística os Açores continua a ser um objetivo estratégico prioritário para o período 2014-2020, nomeadamente através da continuação da implementação de uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico dos Açores.

Para tal considera-se prioritário proceder à revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores atualmente em vigor, tanto no que respeita a estratégia de desenvolvimento turístico e respetivo programa de intervenção definidos, como no que se reporta à capacidade de carga turística determinada pelo Plano para cada um dos espaços insulares que constituem a Região dos

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) -

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

_

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Entende-se que a revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores deverá ser considerada num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020.

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 3

Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*3.3.*	*Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas*
Medidas Prioritárias	*3.3.3*	*Definir nos PROT do território continental e das Regiões Autónomas o quadro estratégico de organização dos sistemas regionais de ordenamento do território, designadamente nos domínios ecológico, urbano e das acessibilidades e mobilidade, tendo em conta os objetivos do reforço de centralidades, de um desenvolvimento urbano mais compacto e do controlo e disciplina da dispersão da construção (2007-2008).*
Objetivo específico	*3.4.*	*Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas*
Medidas Prioritárias	*3.4.1*	*Executar o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para 2007- 2013 (PEN 2007-2013) e os correspondentes Programas de Desenvolvimento Rural para o Continente e as Região Autónomas, promovendo a competitividade dos setores agrícola e florestal, a gestão sustentável dos espaços rurais e a dinamização e diversificação económica e social das zonas rurais, contribuindo para reforçar a coesão social e territorial (2007-2013).*
	3.4.5	*Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), no território continental e, com as necessárias adaptações, nos territórios das Regiões Autónomas, incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais e de baixa densidade (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 3.3.3

Definir nos PROT do território continental e das Regiões Autónomas o quadro estratégico de organização dos sistemas regionais de ordenamento do território, designadamente nos domínios ecológico, urbano e das acessibilidades e mobilidade, tendo em conta os objetivos do reforço de centralidades, de um desenvolvimento urbano mais compacto e do controlo e disciplina da dispersão da construção (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

No caso do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), as entidades com competência em diversas ações previstas no Programa de Execução podem deter informação relevante.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☒

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Foi elaborado o PROTA. A sua aprovação ocorreu no ano de 2010.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Não é possível elencar, uma vez que os instrumentos de planeamento acima referidos são da responsabilidade de diversos departamentos da administração regional.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

■ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ■ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | **4** | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Dos diversos objetivos estratégicos do PROTA, destacam-se os seguintes e que se relacionam com os correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico da medida em causa:

Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha;

Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso, bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.3

Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intraurbanas

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

O modelo territorial do PROTA privilegia a nucleação dos aglomerados urbanos e a disseminação em redes sobreponíveis de âmbito espacial diferenciado dos diversos serviços e funções de carácter urbano, a partir do triângulo estruturante das cidades-porta dos Açores, numa lógica assumida de polinucleação, promovendo ligações de complementaridade funcional. Complementarmente, o PROTA propõe a contenção dos processos lineares de urbanização, promovendo a emergência de malhas urbanas adjacentes e a contiguidade e o efeito de colmatação das áreas de expansão urbana. Acrescenta-se que o modelo territorial do PROTA reclama espaços de expansão urbana que devem ser suficientemente folgados para não inflacionarem os valores imobiliários, mas não demasiado generosos que fomentem a dispersão ou a emergência de descontinuidades urbanas. Para o efeito, o PROTA define o dimensionamento das áreas de expansão urbana a incluir nos Planos Diretores Municipais (PDM) em revisão.

Visando a sustentabilidade, a valorização e o pleno aproveitamento das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais, bem como a proteção do solo como recurso natural escasso e não renovável, o PROTA considera que o Governo Regional deve

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☒ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Ver indicadores do PROTA (sistemas urbano e rural)							

Medida Prioritária 3.4.1

Executar o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para 2007- 2013 (PEN 2007-2013) e os correspondentes Programas de Desenvolvimento Rural para o Continente e as Região Autónomas, promovendo a competitividade dos setores agrícola e florestal, a gestão sustentável dos espaços rurais e a dinamização e diversificação económica e social das zonas rurais, contribuindo para reforçar a coesão social e territorial (2007-2013).

Identificação das entidades

***A1a.* Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Gabinete de Planeamento e Políticas; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

Nota: no caso da Região Autónoma dos Açores, a Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR), da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, é a entidade responsável pela execução desta medida.

***A1b.* Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim, existem os Organismos Intermédios de Gestão, nomeadamente o Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA), a Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) e os Grupos de Ação Local (GAL).

***A1c.* Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Sim, o Instituto Financeiro para a Agricultura e Pescas, IP.

Execução da medida

***A2a.* Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☒ Concluída ☐

***A2b.* No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☒ Não aplicável ☐

***A2c.* Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Todas as ações previstas estão contidas no PRORURAL 2007-2013:

1.1) Formação profissional e ações de informação

1.2) Instalação de Jovens Agricultores

1.3) Reforma Antecipada

1.4) Serviços de gestão e aconselhamento

1.5) Modernização das explorações agrícolas

1.6) Melhoria do valor económico das florestas

1.7) Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais

1.8) Cooperação para a promoção da inovação

1.9) Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros

1.10) Catástrofes naturais

1.11) Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas

2.1) Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

2.2) Pagamentos Agroambientais e Natura 2000

2.3) Investimentos não produtivos

2.4) Gestão do espaço florestal

3.1) Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural

3.2) Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais

3.3) Formação e Informação

4.1) Execução de Estratégias Locais de Desenvolvimento

4.2) Cooperação LEADER

4.3) Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação dos Territórios

5) Assistência Técnica

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

1.2) Instalação de Jovens Agricultores

1.3) Reforma Antecipada

1.4) Serviços de gestão e aconselhamento

1.5) Modernização das explorações agrícolas

1.6) Melhoria do valor económico das florestas

1.7) Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais

1.11) Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas

2.1) Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

2.2) Pagamentos Agroambientais e Natura 2000

2.4) Gestão do espaço florestal

3.1) Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural

3.2) Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais

4.1) Execução de Estratégias Locais de Desenvolvimento

4.2) Cooperação LEADER

4.3) Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação dos Territórios

5) Assistência Técnica

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Técnicos superiores e assistentes administrativos de:

- Autoridade de Gestão do PRORURAL (AG)

- DRADR

- OIG (IROA; DRRF e GAL)

Montante financeiro no ano de 2013: 3,5 Milhões de euros para cerca de 150 colaboradores

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

1.1) Formação profissional e ações de informação

1.8) Cooperação para a promoção da inovação

1.9) Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros

1.10) Catástrofes naturais

2.3) Investimentos não produtivos

3.3) Formação e Informação

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A execução do Programa de Desenvolvimento Rural da RAA termina a execução a 31.12.2015.

Não existem Ações realizadas para além deste período.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela

especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
http://prorural.azores.gov.pt/documentacao/ (indicadores disponíveis muito extensos)							

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Para além dos Relatórios Anuais de Execução, o PDR foi sujeito a avaliação contínua, feita por uma entidade independente, bem como a uma Avaliação Intercalar, também ela elaborada por uma entidade independente.

Avaliação contínua anual - http://prorural.azores.gov.pt/documentacao/default.aspx?id=76

Avaliação intercalar - http://prorural.azores.gov.pt/documentacao/default.aspx?id=77

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

- Fenómenos de dupla insularidade, do nível crítico das acessibilidades e da necessidade de investimento permanente para a sua melhoria;
- Predomínio de territórios com características vincadas de ruralidade e de baixa densidade;
- Significativa diferença de níveis de desenvolvimento e de necessidades entre as ilhas;
- Conjuntura de recessão económica, que se agravou a partir do início do ano 2011, com implicações graves ao nível da taxa de desemprego (ultrapassou os valores do país);
- Diminuição do rendimento das famílias (o custo de vida tem vindo a aumentar mas o rendimento disponível per capita tem vindo a permanecer estável);
- Mercado constrangido pelas condicionantes produtivas e logísticas da oferta interna;
- Desaceleração evidente da atividade económica e uma queda das expectativas dos agentes económicos e do mercado a nível regional.
- Fraca apetência para a inovação com vista à utilização mais eficiente dos recursos (energia, solos, água, …) à melhoria da eficiência dos processos produtivos e ao melhor desempenho empresarial e comercial;
- Dependência dos apoios concedidos no âmbito do quadro das políticas de desenvolvimento rural e da política comum de organização dos mercados;
- Pressão dos preços no produtor provocada por uma cada vez maior concentração no sector da transformação e da distribuição;

- Contínuo aumento dos custos de produção, fruto das condições do mercado mundial e em que o preço de venda dos produtos não consegue fazer face aos custos da produção; e
- A supressão do sistema de quotas leiteiras no espaço comunitário.

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Em termos gerais, o PRORURAL apoiou um investimento significativo na modernização das infraestruturas e dos equipamentos, assim como na atualização de métodos e processos produtivos. Também o investimento no complexo agroflorestal e nos territórios rurais com o apoio do PRORURAL não sofreu qualquer abrandamento nos últimos anos.

Estes desenvolvimentos contribuíram para um crescimento da oferta de produtos com maior qualidade ligados sobretudo à fileira do leite e laticínios mas também de produtos hortofrutícolas, para a alavancagem do investimento privado na gestão florestal e para a mobilização dos recursos endógenos numa ótica de sustentação dos territórios menos dinâmicos do ponto de vista económico e social, a partir da valorização e aproveitamento das especificidades de cada território e da criação de condições

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

À medida que se vão concretizando resultados e efeitos, tem-se produzido um conjunto de contributos com maior ou menor grau de resposta às dimensões-problema identificadas aquando a conceção do Programa.

Releva-se o investimento feito pelos jovens, aquando da sua instalação como agricultores, bem como a modernização das explorações agrícolas e o seu rejuvenescimento.

Embora o PDR ainda esteja em execução, a maioria das Medidas alcançaram os resultados previstos e contribuíram, decididamente, para a coesão social do território abrangido, bem como para o desenvolvimento económico sustentado, criando diversificação das atividades desenvolvidas nas diversas ilhas.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da**

implementação da medida?

Os principais impactos traduziram-se em:

- Contribuição para uma trajetória de implementação/execução que salvaguarde a melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis;

- Reforço da aproximação entre os objetivos dos projetos de investimento aprovados e os objetivos específicos das Medidas do PRORURAL;

- Monitorização de práticas agrícolas e ambientais, necessárias para estimar de forma consistente os impactos gerados.

- Dinamização de parcerias e apoio a projetos com carácter económico-empresarial com capacidade para desenvolver e animar os territórios rurais.

- Manutenção de uma gestão orçamental flexível.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☒ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☒ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

O próximo período de programação 2014-2020 e no âmbito do FEADER, a RAA aposta na continuidade da maioria das Medidas implementadas no anterior período, embora que aperfeiçoando alguns aspetos apontados pela Avaliação *ex-ante*, nomeadamente:

- Apostar na qualificação profissional e no ganho de competências que respondam aos vetores seguintes: técnicas e tecnologias (eficiência na utilização dos recursos), gestão e liderança (melhoria do desempenho económico da exploração), dinamismo e capacidade para arriscar (diferenciação dos produtos, novas formas de comercialização).
- Maior eficiência nas explorações e indústria (produção, gestão e comercialização);
- Desenvolvimento das produções atualmente enquadradas na designada fileira de diversificação, com o aumento da qualidade e do valor do produto e com a organização da fileira;
- Afirmação da fileira da carne.
- Investimento na investigação/inovação orientada para a diferenciação de produtos mas também para a maior eficiência dos processos produtivos e para o melhor desempenho empresarial (gestão, marketing, comercialização);
- Melhoria do valor económico da floresta e organização em torno de uma fileira.

• Atenuação do impacto das atividades pecuárias na conservação do solo e da água (sobretudo nas ilhas em que existe uma maior intensidade de pastoreio); • Preservação da paisagem rural da RAA; • Ordenamento e gestão florestal na conservação do valor natural; • Diminuição da emissão de GEE e aumento do sequestro de carbono. • Crescimento de atividades que criem atratividade e que induzam o desenvolvimento económico e social, tendo presente os problemas característicos dos territórios de baixa densidade.	

Medida Prioritária 3.4.5

Promover o desenvolvimento de soluções inovadoras na organização de sistemas de transportes à escala local (municipal/intermunicipal), no território continental e, com as necessárias adaptações, nos territórios das Regiões Autónomas, incluindo o recurso a frotas de automóveis de gestão centralizada, que assegurem níveis elevados de acessibilidade a todos os grupos da população das áreas rurais e de baixa densidade (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto de Mobilidade e Transportes; Direção-Geral do Território; Municípios e Comunidades Intermunicipais; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 3.4

Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade as áreas mais vulneráveis e despovoadas

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Na RAA todo o território é considerado rural, tendo em conta a metodologia utilizada pela OCDE.

A promoção do desenvolvimento integrado dos territórios e por conseguinte, das zonas rurais da Região, foi trabalhada, ao longo deste período de programação, através da Abordagem Leader, através da implementação, por parte dos Grupos de Ação Local, de Estratégias Locais de Desenvolvimento, que visam, sobretudo, a melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia.

Os apoios concedidos têm contribuído para mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais numa perspetiva multissetorial:

- Dimensão Económica: criação de emprego; diversificação do tecido empresarial rural; densificação do tecido económico local.
- Dimensão Social: aumento da acessibilidade a serviços básicos de proximidade, qualificação dos serviços e respostas sociais e melhoria das condições e suporte à intervenção social.
- Dimensão Sociocultural: valorização do património cultural, incluído na ótica do interesse coletivo e turístico; preservação e recuperação práticas e tradições, contributo para a utilização sustentável de locais de elevado valor natural.

Por razões que se prendem com a atual conjuntura socio económica que o país vive, a dinâmica da Abordagem Leader ainda está um pouco aquém das expetativas iniciais, porque é essencialmente dependente da iniciativa/investimento privado, havendo grande dificuldade na obtenção de crédito, o que tem condicionado a adesão e execução, a que se juntam as restrições orçamentais das entidades públicas.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Estas Medidas foram alvo de avaliações anuais, por uma entidade independente e os relatórios podem ser consultados em:

http://prorural.azores.gov.pt/documentacao/default.aspx

Foram também sujeitas a uma Avaliação Intercalar:

http://prorural.azores.gov.pt/documentacao/default.aspx

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
http://prorural.azores.gov.pt/documentacao/ (indicadores muito extensos)							

Questões gerais do Objetivo Estratégico 3

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	Desenvolvimento territorial equilibrado

Justificação sucinta da resposta anterior:

Do ponto de vista do ordenamento do território, considera-se que é prioritário para o período 2014-2020 o objetivo específico 3.3 (Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades interurbanas), designadamente através da implementação do PROTA.

Para promover a eficiência dos recursos com vista a ultrapassar os atuais desafios no sentido de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da agricultura e do desenvolvimento rural da UE de acordo com a Estratégia Europa 2020, a Política Agrícola Comum (PAC) organizou-se em torno de três objetivos:

- Produção alimentar viável

- Gestão sustentável dos recursos e ações climáticas

- Desenvolvimento territorial equilibrado

Assim, o PDR da RAA para 2014-2020, terá enfoque em todos estes objetivos, sendo que o "Desenvolvimento territorial equilibrado", será desenvolvido através da Abordagem Leader, com

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)	

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nenhum

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☒ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação /**

Programa de Políticas para 2014-2020?

Em termos de ordenamento do território devem ser considerados todos os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na Região, em como os Relatórios de Avaliação dos IGT elaborados pela administração regional.

- PRORURAL +

- POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade)

- Orientações a Médio Prazo 2013-2016 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 4

Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*4.2.*	*Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*

Medidas Prioritárias	*4.2.7*	*Desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas (2007-2013)*

Questões gerais

Medida Prioritária 4.2.7

Desenvolver a Rede de Cuidados Continuados Integrados, adaptando as estruturas de saúde e reformulando os acordos com as Misericórdias e IPSS, em articulação com o MTSS para o território continental e com os organismos competentes das Regiões Autónomas (2007-2013)

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Direção-Geral de Saúde; Entidades Coordenadoras Regionais da Rede de Cuidados Continuados Integrados; Instituto de Segurança Social; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Administração Central do Sistema de Saúde (agregação da informação de base regional da ECRRCCI)

Estrutura de Missão para os CCI

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☒ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**

Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 4.2

Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS), valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 4

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior:

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

Sim Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

B3. Observações complementares

Objetivo Estratégico 6

Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*6.4.*	*Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território*

Medidas Prioritárias	*6.4.3*	*Estimular o contributo e a participação dos jovens em ações de ordenamento do território, nomeadamente no quadro do Programa Nacional da Juventude e do Voluntariado Jovem com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas (2007-2009).*

Questões gerais

Medida Prioritária 6.4.3

Estimular o contributo e a participação dos jovens em ações de ordenamento do território, nomeadamente no quadro do Programa Nacional da Juventude e do Voluntariado Jovem com as necessárias adaptações às Regiões Autónomas (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Instituto Português do Desporto e Juventude; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Objetivo Específico 6.4

Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

B1a. **Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Durante a elaboração dos diversos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) da responsabilidade do departamento da administração regional competente em matéria de ordenamento do território, foram desencadeadas diversas ações de participação pública em diferentes locais da respetiva área de intervenção para além das sessões públicas de esclarecimento realizadas no âmbito do período de discussão pública nos termos da lei.

Também aquando da elaboração de Relatórios de Avaliação de IGT, o departamento da administração regional competente em matéria de ordenamento do território realizou processos de participação pública para que todos os cidadãos tivessem possibilidade de formular sugestões e pedir esclarecimentos.

Para além disso, foram realizadas (pelo departamento da administração regional competente em matéria de ordenamento do território) junto da comunidade escolar sessões de esclarecimento relativas ao ordenamento do território nos Açores, como por exemplo:

- "O Ordenamento do Território nos Açores" realizada a 4 de maio de 2010 na Escola Secundária Domingos Rebelo;

"Bases de Dados Georreferenciadas: Lagoas| Litoral| Vinha" realizada a 29 de novembro de 2013 na

B1b. **Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

☐ Sim ☒ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

☐ Sim ☒ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

Questões gerais do Objetivo Estratégico 6

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) 6.4

Justificação sucinta da resposta anterior:

Do ponto de vista do ordenamento do território, considera-se que é prioritário para o período 2014-2020 o objetivo específico 6.4 (Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território).

Considera-se que o incentivo a comportamentos positivos face ao ordenamento do território deve ser uma atitude constante da administração regional em todos os processos de planeamento.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s)

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

☐ Sim ☐ Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

Em termos de ordenamento do território devem ser considerados todos os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor na Região, bem como os Relatórios de Avaliação dos IGT elaborados pela administração regional.

B3. Observações complementares

Entidade inquirida:

Governo Regional da Madeira (GRM) - Serviço Regional de Proteção Civil

Medida Prioritária 1.11.7

Reforçar a capacidade de fiscalização e de investigação dos Órgãos de Polícia e o acompanhamento sistemático, através do SEPNA/GNR e das entidades regionais correspondentes, das ações de prevenção, protecção e socorro, e garantir a unidade de planeamento e de comando destas operações através da institucionalização dos Sistemas Integrados das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), da autonomização dos Centros de Operação e Socorro e da definição do sistema de comando operacional e dos sistemas equivalentes nas Regiões Autónomas (2007-2008).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Guarda Nacional Republicana; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

SRPC IP-RAM, CPF/DRFCN

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Agentes de Protecao Civil na RAM

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

DROTA, DRFCN, PSP, Forças Armadas, GNR

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	x	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]	x	]75%, 100%[		Não aplicável	

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

- Implementação de legislação regional no âmbito do Socorro e Emergência, com a criação das estruturas de coordenação institucional a nível regional e municipal, e de comando operacional a nível regional.

- Implementação do SIRESP na RAM e do COG/SIRESP com a integração de todos os intervenientes no Socorro e Emergência, incluindo as Forças Armadas e a Autoridade Marítima

- Implementação dos Serviços Municipais de Proteção Civil
- Conclusão dos Planos Regional e Municipais de Emergência de Proteção Civil

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

- Legislação aplicada à RAM em termos de SIOPS e SIRESP a legislação orgânica do SRPC, do Sistema de Proteção Civil na RAM. (Regime jurídico)
- Conclusão dos 5 Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil
- Desenvolvimento do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil (conclusão prevista até final de 2014)

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

O SRPC IP-RAM, os Agentes de Proteção Civil e as Câmaras Municipais, através dos seus elementos orgânicos e dos recursos financeiros que lhe vão sendo atribuídos

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

- Conclusão de todos os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (faltam 6)

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [x] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim	x	Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

- Dificuldades sentidas pela escassez de recursos humanos técnicos em matéria de Socorro e Emergência que permitam, especificamente às Câmaras Municipais desenvolver os trabalhos nesta vertente

- Alguma incapacidade de congregar todos os intervenientes nesta matéria e garantir que o trabalho seja desenvolvido perante uma linha comum definida no início de cada projeto

- Dificuldades internas e externas, ao nível dos recursos financeiros

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	x	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

- A uniformização de procedimentos ao nível dos responsáveis perante ações de socorro e emergência, concretizado na elaboração de Planos Municipais de Emergência de proteção Civil que se integram (de uma forma geral) no Plano Regional de Emergência

- Aprovação de legislação específica e a utilização do SIRESP por todos os agentes de Proteção Civil

- A informação e sensibilização que tem sido um dos principais objetivos na RAM para o entendimento de comportamentos perante situações de risco e dessa forma contribuir para uma melhoria e minimização dos riscos

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Em parte alcançaram os resultados esperados, especialmente ao nível legislativo e operacionalmente, no que diz respeito a procedimentos comuns de intervenção

No entanto é necessário um comprometimento mais interventivo junto das populações para que a prevenção seja uma realidade e, assim minimizar os riscos que, uma região com as características das da Madeira, tem que ser tido em conta em qualquer atividade.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativas decorrentes da**

implementação da medida?

Uma atitude mais adequada e consentânea com os riscos que podem ser assumidos (ou não) e sua mitigação (dentro das possibilidades). Em correlação com o desenvolvimento da RAM

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[x] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [x] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.8

Desenvolver e aperfeiçoar os Planos de Emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal, reforçando a capacidade de intervenção de proteção e socorro perante situações de emergência, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas e de catástrofes e acidentes graves, através da criação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS/GNR) e de entidades equivalentes nas Regiões Autónomas, garantindo a preservação de acessibilidades quer para acesso dos meios de socorro quer para evacuação das populações (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Regiões Autónomas da Madeira (através do Serviço Regional de Proteção Civil IP- RAM) e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Sim, Direção Regional de Ordenamento do Território e Ambiente; Direção Regional do Comércio Indústria e Energia; Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza; e Câmaras Municipais da Região Autónoma da Madeira.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Elaboração parcial do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito da elaboração do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, foram executados os seguintes trabalhos:

- Plano de Trabalhos
- Listagem de meios
- Relatório e Cartas de Risco
- 1.ª Versão do Plano

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Para elaboração do PREPCRAM, o SRPC, IP –RAM promoveu um concurso público no sentido de adjudicar os trabalhos a uma empresa externa. Os trabalhos efetuados até o presente correspondem 40 % do trabalho estimado, no valor de 48 379,33€ (IVA incluído). Para além da empresa contratada, contribuem também neste processo de planeamento as entidades, serviços e agentes neles envolvidos.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	x	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

No sentido em que o trabalho efetuado corresponde a uma primeira versão do conteúdo do PREPCRAM, à luz do enquadramento legal vigente.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas		Outras características	X

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Elaboração da segunda, terceira e quartas versões, que correspondem às fases de elaboração e aprovação do PREPCRAM, nas quais estão incluídos os respetivos pareceres. Sendo o PREPCRAM um documento, flexível, dinâmico, preciso e adequado às características locais, é necessário promover a sua revisão, atualização e melhoria contínua. Nesta sequência, deverá ser

validado e revisto periodicamente.

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 1.11.9

Atualizar e operacionalizar o Plano da Rede Nacional de Aeródromos Secundários e Heliportos e as Redes Regionais equivalentes, enquanto elemento fundamental de apoio à segurança civil e ao combate aos fogos florestais (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Autoridade Nacional de Proteção Civil; Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada ☐ Em curso ☐ Concluída ☐

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] ☐]25%, 50%] ☐]50%, 75%] ☐]75%, 100%[☐ Não aplicável ☐

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Entidade inquirida:

Turismo de Portugal (TdP)

Objetivo Estratégico 2

Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.

Matérias objeto de inquérito:

Objetivo específico	*2.6.*	*Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local*

Medidas Prioritárias	*2.6.1*	*Implementar o Plano Estratégico Nacional de Turismo tendo em vista, nomeadamente, a definição e delimitação das regiões do País com atual especialização turística ou com significativo potencial de desenvolvimento turístico nas suas múltiplas componentes (2007-2013).*
	2.6.2	*Elaborar e implementar ou concretizar as estratégias definidas nos Planos sectoriais e de Ordenamento Turístico no território continental e nas Regiões Autónomas que definam as linhas orientadoras dos modelos de desenvolvimento pretendidos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento turístico (2007-2009).*
	2.6.3	*Diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do Turismo no Espaço Rural (TER), cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais, nomeadamente nas Regiões Autónomas (2007-2013).*

Questões gerais

Medida Prioritária 2.6.1

Implementar o Plano Estratégico Nacional de Turismo tendo em vista, nomeadamente, a definição e delimitação das regiões do País com atual especialização turística ou com significativo potencial de desenvolvimento turístico nas suas múltiplas componentes (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal.

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Entidades Regionais do Turismo.

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Não há.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

O PENT 2006-2015 tem como objetivos estratégicos o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional e para o emprego qualificado e a dinamização do turismo interno, tendo definido cinco Eixos de Intervenção, a implementar com base em 11 Projetos.

Para a execução desta medida releva o Eixo I) - *Território, destinos e produtos – desenvolvimento das regiões e de novos polos de desenvolvimento turístico e de dez produtos estratégicos*.

Dos 11 Projetos destacam-se, nomeadamente, o "Produtos, destinos e polos" e "Intervenção em zonas turísticas de interesse (urbanismo, ambiente e paisagem)" (ver também observações complementares, questão A8)

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

Todas as previstas no PENT, sendo que as que decorrem da Revisão do Plano para 2013-2015 estão em curso.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Os Recursos Humanos envolvidos não são quantificáveis, mas são os do Turismo de Portugal, I.P. e das Entidades Regionais de Turismo.

Tratando-se de um plano estratégico, o PENT não prevê recursos financeiros diretamente associados.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Foram lançadas todas as ações previstas no PENT relacionadas com esta medida prioritária.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Dormidas estrangeiras	N.º (milhares)	27.281	2012	28.290	2013	29.423	2013
Dormidas globais	N.º (milhares)	39.754	2012	40.986	2013	41.736	2013
Receitas Turísticas	Milhões €	8.606	2012	9.148	2013	9.250	2013

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

A medida especifica não foi monitorizada e/ou avaliada.

O PENT é que tem sido avaliado na globalidade.

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Liderança no desenvolvimento sustentável;

Desenvolvimento de cadeias de valor regionais relacionadas com o Turismo;

Promover práticas ambientalmente responsáveis; recuperação do património.

Potenciar o papel das ERT na qualificação do produto e enquanto dinamizadoras da atividade turística das regiões e agregadoras dos esforços dos agentes;

Desenvolver itinerários experienciais; enriquecer oferta com conteúdos locais distintivos; reforçar a diversidade da oferta; potenciar a programação personalizada das férias.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Avaliação da execução do PENT:

- O PENT marcou uma nova fase do desenvolvimento do turismo, criando as bases para uma estratégia de crescimento de longo prazo;
- As prioridades definidas no PENT foram interiorizadas pela generalidade dos agentes do sector, permitindo o alinhamento de esforços das intervenções das entidades públicas e privadas;
- Ao nível dos projetos de implementação do PENT, as entidades nacionais valorizaram o trabalho efetuado ao nível das acessibilidades aéreas e do programa de eventos, considerando que se avançou menos na qualidade urbana e ambiental e no desenvolvimento dos polos e dos produtos;
- No domínio dos destinos regionais, foi ainda evidenciado a existência de espaço para melhorar o papel das Entidades Regionais de Turismo enquanto entidades dinamizadoras da estruturação do produto turístico;
- A nível de resultados, o turismo nacional foi afetado pela crise internacional, tendo as principais regiões registado quebras de performance, sobretudo em 2009, situação que afastou a atividade dos objetivos estratégicos inicialmente traçados pelo PENT, embora se tenha assistido, em 2010, ao início da recuperação continuada da atividade turística;
- Decorridos três anos desde o início da implementação do PENT, verificaram-se alterações estruturais que interferem no desenvolvimento do turismo em Portugal, em particular: o reforço da importância da *internet* e das companhias *low cost*; o enfoque do consumidor na experiência, diversidade e personalização da viagem; a afirmação de novos destinos concorrentes (Turquia, Egipto e Marrocos);

- Por outro lado, na opinião dos agentes internacionais consultados foi mencionada a importância de "explorar" o potencial das ferramentas *online* na promoção e venda do produto turístico nacional, assim como de reforçar a experiência do turista através da inclusão de conteúdos locais na proposta de valor da viagem/ visita.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Ver Avaliação da execução do PENT, que decorre diretamente do Objetivo Estratégico e Objetivo Especifico.

Ponto B1a.

Com a alteração de algumas das estratégias, o setor do turismo conseguiu ultrapassar as principais dificuldades decorrentes da crise internacional e, assim, atingir resultados ajustados a essa nova realidade.

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

No plano institucional, reduziu-se o número das entidades gestoras dos destinos: das 19 regiões de turismo e 10 zonas de turismo e comissões municipais existentes em Portugal continental, passou-se para 11 entidades gestoras regionais de turismo, e com a publicação da Lei 33/2013, de 16 de maio, estas passam a ser 5, correspondentes às NUTS II do continente.

A estas entidades acrescem as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com autonomia em termos político-administrativos.

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [X]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

Em moldes a ponderar, de acordo com as estratégias definidas no PENT.

A8. Observações complementares

Considerando que esta medida estava diretamente ligada aos Polos turísticos criados com o PENT 2007 (RCM n.º 53/2007, de 4 de abril), e que, com a revisão do PENT para o período 2013-2015 (RCM n.º 24/2013, de 16 de abril) os mesmos já não existem, entende-se que esta medida deve ser reequacionada.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015 (PENT) definiu como objetivos para o turismo internacional, Portugal crescer anualmente o número de turistas em 5% – ultrapassando os 20 milhões de turistas estrangeiros em 2015 – e as receitas em cerca de 9% – superando os 15 mil milhões de euros. Contribuindo, assim, o turismo positivamente para o desenvolvimento económico do País, representando, em 2015, mais de 15% do PIB e 15% do emprego nacional.

A realidade demonstrou que a definição dos objetivos feitos na aprovação do PENT em 2007 não foi realista, uma vez que os resultados ficaram muito aquém do esperado. Importa referir que as receitas turísticas ficaram 21,5% aquém do objetivo; o número de hóspedes internacionais situou-se 13% abaixo dos objetivos, com menos 1,1 milhões de turistas; e o turismo interno ficou 44 mil hóspedes e 515 mil dormidas abaixo do objetivo.

A instabilidade económica e financeira da Europa – que gera mais de 85% das dormidas internacionais em Portugal – e a evolução do PIB, emprego e rendimento disponível, aconselha, também, maior prudência na projeção dos fluxos turísticos.

A evolução dos canais de informação e distribuição, a proliferação de novos destinos ou a alteração do paradigma de operação das companhias aéreas, também alteraram os hábitos de consumo e o comportamento do consumidor/ turista na seleção, preparação e realização da sua viagem.

As empresas do setor, tais como os operadores turísticos, as agências de viagem, as companhias de transporte, as unidades de alojamento ou restauração, entre outras, têm vindo a ser desafiadas nos últimos anos (desafio que se manterá nos próximos anos) a consolidar a sua competitividade pelo ajustamento, ou mesmo pela redefinição do seu modelo de negócio. Acrescem, entre outros fatores com impacto na sua operação, a acelerada evolução das tecnologias de informação e a necessidade da sua compreensão no sentido da modernização empresarial.

É, assim, num ambiente de importantes alterações de estratégia e de contexto que é apresentado o documento de enquadramento para o setor. Tendo como horizonte temporal o período 2013-2015, esta revisão considera o passado recente da estratégia de desenvolvimento turístico nacional, assim como tem subjacentes as prioridades e iniciativas definidas numa visão de longo prazo para o setor.

Os novos objetivos decorrem do cenário macroeconómico, tendo sido definidas novas metas para 2013-2015, de acordo com duas hipóteses: a) A primeira (a tendência) decorre exclusivamente do comportamento das variáveis macroeconómicas dos mercados emissores, não introduzindo fatores de mudança proativos; b) Na segunda (melhoria do desempenho) os objetivos aliam a situação económica de cada mercado com o objetivo de, em 2015, melhorar o desempenho e a ocupação dos empreendimentos, traduzido pelo aumento do número de dormidas, e reforçar a entrada de receitas turísticas no país.

Ao nível das dormidas, o objetivo é crescer a uma média anual de 3,1% no período 2011-2015, inferior ao aumento médio registado nos dois últimos anos, mas superior ao crescimento perspetivado pela tendência (1,3%), sendo a procura externa o principal motor do crescimento (3,7% no período 2011-2015), prosseguindo a diversificação da procura. Em relação às receitas, base da rentabilidade e sustentabilidade das empresas, e num cenário de financiamento limitado, o objetivo é crescer 6,3% ao ano no mesmo período.

Medida Prioritária 2.6.1 – Nota complementar

A2c. Quais as principais ações previstas para a execução da medida?

O Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015 (PENT) é uma iniciativa do Governo, definido na Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, visando como objetivos estratégicos o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional e para o emprego qualificado e a dinamização do turismo interno, elementos cruciais para a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses.

Para responder aos desafios estratégicos enunciados, o Plano Estratégico Nacional do Turismo define cinco eixos de intervenção:

I) Território, destinos e produtos – desenvolvimento das regiões e de novos polos de desenvolvimento turístico, e de dez produtos estratégicos;

II) Marcas e mercados – afirmar a marca destino Portugal e consolidar e desenvolver os mercados alvos;

III) Qualificação de recursos – qualificar serviços e destinos, qualificar os recursos humanos, desburocratizar (facilitar a relação com a Administração Pública);

IV) Distribuição e comercialização – ajustar empresas e destinos aos novos modelos de negócio;

V) Inovação e conhecimento – gerar conhecimento para decisão, interligação com plano tecnológico.

Os cinco eixos estratégicos são implementados com base em 11 projetos, com o seguinte âmbito:

1) Produtos, destinos e polos:

Desenvolvimento da oferta/agrupamentos *clusters* de serviços para os produtos estratégicos;

Requalificação de destinos, com prioridade no Algarve;

Conceito e plano de viabilidade dos polos turísticos diversificados;

Desenvolvimento sustentado de polos turísticos;

Atração de investimento e investidores de referência.

2) Intervenção em zonas turísticas de interesse (urbanismo, ambiente e paisagem):

Intervenção em zonas turísticas de interesse, assegurando a oferta e excelência de fatores qualificadores (por exemplo: conservação de monumentos e edifícios, limpeza e despoluição do solo, arborização dos espaços);

Facilitação de intervenção multidisciplinar/multientidade.

3) Desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores:

Desenvolvimento de fatores distintivos de Portugal;

Promoção dos fatores distintivos nas principais atrações turísticas;

Desenvolvimento de conteúdos para o *site* de Internet móvel.

4) Eventos:

Captação de um a dois mega eventos cada 10 anos;

Promoção de calendário de 10 eventos de projeção internacional;

Organização de calendário de eventos regionais (mais de 30 eventos no total);

Dinamização de animação local.

5) Acessibilidade aérea:

Aumento do número e reforço da competitividade das ligações diretas dos aeroportos nacionais aos principais mercados e regiões emissoras.

6) Marcas, promoção e distribuição:

Monitorização e aferição da estratégia de promoção e distribuição face aos objetivos do Plano Estratégico Nacional do Turismo;

Visão e atuação integrada, por mercado emissor, liderada pelo Turismo de Portugal, I. P.;

Promoção do turismo interno;

Reforço da presença no canal Internet;

Atualização de conteúdos/oferta em meios de grande divulgação.

7) Programa de qualidade:

Promoção da qualidade ao longo dos «momentos de verdade» (interação com o turista);

Desenvolvimento de conceito inovador para Internet móvel;

Implementação de selo de qualidade;

Desenvolvimento de uma cultura de qualidade;

Lançamento de prémios de excelência;

Discriminação positiva na divulgação e promoção.

8) Excelência no capital humano:

Mobilizar recursos existentes no ensino superior para a promoção de uma escola de gestão turística de nível internacional (licenciatura e mestrado);

Desenvolvimento de uma rede de escolas técnicas (uma por região);

Estimular a introdução da temática turismo nos currículos de licenciaturas;

Desenvolvimento de parcerias escolas-empresas;

Valorização das profissões no sector e incentivo ao empreendedorismo.

9) Conhecimento e inovação:

Reforço do conhecimento a nível dos turistas/mercados emissores;

Monitorização da atividade turística e da execução do Plano Estratégico Nacional do Turismo com base em indicadores chave;

Identificação e divulgação das melhores práticas e tendências no turismo;

Estímulo à investigação e desenvolvimento e práticas de inovação.

10) Eficácia do relacionamento Estado-empresa:

Simplificação do processo de relacionamento Estado-empresa (ponto único de contacto);

Reforço da eficiência e transparência do processo de licenciamento;

Digitalização de processos e procedimentos;

11) Modernização empresarial:

Desenvolvimento da capacidade de gestão das empresas do sector;

Disponibilização de *software* de acesso aos canais de distribuição eletrónica (gestão de capacidade, gestão de serviços).

No processo de revisão do PENT, iniciado em 2010, identificou-se também a necessidade de antecipar e incorporar o impacto da evolução global da economia e decorrentes alterações – quantitativas e qualitativas – do comportamento do consumidor, com impacto na evolução da procura turística até 2015.

Neste contexto, foram apresentadas, na reunião do Conselho de Ministros de 10 de janeiro de 2013, as linhas gerais da revisão do PENT para o desenvolvimento do turismo no período 2013-2015, consubstanciadas em documento que esteve sob consulta pública, nos portais do Governo e do Turismo de Portugal I.P..

Em sequência, e após análise de todos os contributos recebidos, consolida-se o processo de revisão do PENT, definindo-se 8 programas e 40 projetos de implementação, identificando-se a respetiva fundamentação, as atividades, as entidades envolvidas e os principais indicadores associados à monitorização do seu sucesso. A revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2013-2015, é aprovada na Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2013 que revoga a Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007.

Tendo como horizonte temporal o período 2013-2015, esta revisão considera o passado recente da estratégia de desenvolvimento turístico nacional, assim como tem subjacentes as prioridades e iniciativas definidas numa visão de longo prazo para o setor.

Foram definidos oito programas de desenvolvimento para o alinhamento da estratégia com o novo contexto, as novas tendências e a auscultação de partes interessadas. Esta visão renovada do turismo em Portugal para o período 2013-2015 é materializada em 40 projetos.

1. Programa de Promoção e Venda
    a) Ancorar a comunicação nas pessoas e no propósito do Destino Portugal
    b) Alinhar a estratégia de comunicação do turismo nacional com as novas tendências
    c) Lançar um novo modelo de intervenção nos mercados alvo:
    d) Implementar um programa de marketing dirigido aos agentes que organizam e distribuem o produto no mercado
    e) Diversificar a carteira de mercados turísticos para Portugal:

2. Programa de Conteúdos e Experiências
    a) Desenvolver conteúdos e estratégias de comunicação
    b) Incentivar a criação de experiências inovadoras e o empreendedorismo

3. Programa de Produtos Estratégicos
    a) Sol e mar – qualificação do produto e enriquecimento da proposta de valor
    b) Circuitos turísticos religiosos e culturais – reforçar o desenvolvimento de experiências turísticas que destaquem a diversidade do património religioso e cultural

c) Estadias de curta duração em cidade – melhorar as centralidades turísticas e enriquecer a oferta
d) Turismo de negócios – promover a oferta de serviços e infraestruturas
e) Golfe – incentivar a promoção de Portugal como destino de golfe de classe mundial
f) Turismo de natureza – qualificar os recursos e os agentes em segmentos com potencial de diferenciação
g) Turismo náutico – desenvolver a oferta de atividades náuticas
h) Turismo residencial – promover a oferta existente e facilitar o acesso à informação por cidadãos estrangeiros
i) Turismo de saúde – tornar Portugal num destino de excelência internacional para o produto
j) Gastronomia e vinhos – enriquecer a experiência turística por via da gastronomia e vinhos nacionais

4. Programa de Destinos Turísticos
   a) Desenvolver rotas aéreas de interesse turístico – initiative.pt 2.0
   b) Desenvolver o turismo marítimo e implementar um projeto para captação de cruzeiros (Cruise Portugal)
   c) Implementar um projeto para a captação de estágios desportivos
   d) Desenvolver o turismo militar
   e) Desenvolver o turismo científico
   f) Reforçar a competitividade do destino Algarve
   g) Desenvolver destinos turísticos sustentáveis
   h) Promover a implementação de sistemas de qualidade no setor do turismo
   i) Tornar Portugal num destino acessível para todos
   j) Promover a simplificação de processos e a redução de custos de contexto

5. Programa de Capacitação Financeira e Modernização
   a) Consolidar a estrutura financeira das empresas
   b) Qualificar as empresas por via da modernização
   c) Valorizar a oferta turística

6. Programa de Qualificação e Emprego
   a) Organizar a educação e a formação para o setor do turismo
   b) Desenvolver as profissões estratégicas para o turismo
   c) Proporcionar uma base de formação comum e transversal para os profissionais do turismo
   d) Qualificar outros profissionais para o turismo e a interação com o turista
   e) Promover o emprego jovem no setor do turismo
   f) Disseminar o conhecimento sobre as novas tendências e a inovação no setor

7. Programa de Plataformas e Canais de Distribuição
   a) Criar referencial para representação das empresas na Internet
   b) Preparar as empresas para as redes digitais:

8. Programa de Inteligência de Mercado e I&DT
   a) Aprofundar o conhecimento de mercado
   b) Dinamizar projetos de I&DT com incidência no Turismo

Medida Prioritária 2.6.2

Elaborar e implementar ou concretizar as estratégias definidas nos Planos sectoriais e de Ordenamento Turístico no território continental e nas Regiões Autónomas que definam as linhas orientadoras dos modelos de desenvolvimento pretendidos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento turístico (2007-2009).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal.

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada [X] Em curso [ ] Concluída [ ]

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%] [ ]]25%, 50%] [ ]]50%, 75%] [ ]]75%, 100%[[ ] Não aplicável [ ]

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Por decisão política, não se avançou para a elaboração de Planos Setoriais de Turismo. A elaboração de planos setoriais de ordenamento turístico deixou de ser uma opção, entendendo-se que o PENT constituiria documento mais adequado para a implementação da estratégia do setor.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

	Sim		Não
		X	

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

A4. **Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Crítica dos resultados específicos alcançados

A5a. **Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

A medida não foi executada, pelo que se considera que não teve realizações associadas.

A5b. **De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Impactos produzidos

A6. **Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

A7. **Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas [ ] Outras características [ ]

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A8. Observações complementares

Medida Prioritária 2.6.3

Diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do Turismo no Espaço Rural (TER), cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais, nomeadamente nas Regiões Autónomas (2007-2013).

Identificação das entidades

A1a. **Quais as entidades responsáveis pela execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Turismo de Portugal; Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Secretarias Regionais de Turismo) e Entidades Regionais de Turismo

A1b. **Existem outras entidades intervenientes na execução da medida?** *Valide e/ou complemente a informação*

Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; Municípios

A1c. **Existem outras entidades que detêm informação relevante para aferição da execução da medida?**
Valide e/ou complemente a informação

Direções Regionais de Agricultura e Pescas

Execução da medida

A2a. **Qual o grau de execução material / física da medida enunciada?**

Não iniciada		Em curso	X	Concluída	

A2b. **No caso de a medida se encontrar em curso, especifique o grau de execução material/física, posicionando-se numa das seguintes classes**

]0%, 25%]		]25%, 50%]		]50%, 75%]		]75%, 100%[		Não aplicável	X

A2c. **Quais as principais ações previstas para a execução da medida?**

Promover e incentivar, durante o acompanhamento da elaboração dos IGT, nomeadamente nos PROT, PEOT PDM, a instalação de Turismo no Espaço Rural e Turismo de Natureza.

A2d. **Quais as ações realizadas no período de execução definido?**

No âmbito das competências cometidas ao TP no acompanhamento e emissão de parecer sobre IGT são acautelados modelos de desenvolvimento sustentável para o setor do turismo. Neste âmbito destaca-se em especial o acompanhamento da elaboração dos PROT (Norte, Centro, Oeste e Vale do Tejo (OVT), Alentejo e revisão do PROT da Área Metropolitana de Lisboa), tendo sido publicados os PROT OVT e PROT Alentejo no período em causa, bem como, pela sua relevância para a promoção do turismo de natureza, o acompanhamento de 16 Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas e do Plano Setorial da RN2000.

A2e. **Quais os recursos humanos, financeiros e patrimoniais que foram envolvidos na realização?**

Recursos Humanos do Turismo de Portugal, Entidades Regionais de Turismo, Regiões Autónomas, DR Agricultura, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

A2f. **Que ações estavam previstas e não foram realizadas?**

Considerando as competências específicas do Turismo de Portugal não há ações especificamente previstas para a execução desta medida, para além das indicadas em A2d, as quais foram ou estão a ser realizadas.

A2g. **Dentro das ações previstas, quais foram realizadas para além do período de execução definido?**
Apenas aplicável quando o prazo limite de execução for inferior a 2013

Não aplicável.

A2h. **Existem outras ações complementares que tenham sido realizadas para além das previstas?**

Não.

Indicadores e evidências de avaliação

A3a. **Dispõe de indicador(es) para monitorizar a medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s) à medida em geral ou ações nela especificamente inscritas:

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano

A3b. **Foram materializados processos de monitorização e/ou de avaliação no âmbito desta medida?**

[ ] Sim [X] Não

Em caso afirmativo, identifique quais, detalhando as respetivas evidências:

Dificuldades de realização

***A4.* Quais as dificuldades internas e externas registadas na execução da medida?**

Não se registaram dificuldades assinaláveis na implementação da medida.

Crítica dos resultados específicos alcançados

***A5a.* Qual a relevância das realizações e dos respectivos resultados da medida para a prossecução dos correspondentes objetivo específico e objetivo estratégico?**

Muito irrelevante	0	1	2	3	4	Muito relevante

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que a medida terá contribuído para a prossecução dos respetivos objetivo específico e objetivo estratégico

Da avaliação do PENT conclui-se que a diversificação da oferta estruturada de produtos turísticos numa perspetiva territorial, tem potenciado o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais.

***A5b.* De que modo as realizações da medida alcançaram ou ficaram aquém dos resultados inicialmente esperados?**

Considera-se que as realizações da medida alcançaram os resultados previstos no que se refere à apreciação e acompanhamento dos empreendimentos turísticos no âmbito das competências do Turismo de Portugal.

Impactos produzidos

***A6.* Quais os impactos de natureza funcional, institucional e governativa decorrentes da implementação da medida?**

Houve impactos funcionais e de governação, nomeadamente a publicação de um novo Regime Jurídico de Instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (DL 39/2008, de 7 de março) e das respetivas Portarias Regulamentares, e a elaboração e publicação de 3 Normas de Qualidade (Norma de Turismo de Habitação e TER, Norma de Turismo ao Ar Livre – Atividades de Turismo de Natureza, Norma de Natureza e Norma de Natureza – Empreendimentos de Turismo de Natureza).

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

***A7.* Na programação para 2014-2020 deverá ser contemplada a continuidade desta medida?**

X	Sim		Não

Em caso afirmativo, entende que a medida a considerar na programação para 2014-2020 deve possuir as mesmas ou outras características face à medida programada para o período anterior?

Características idênticas ☐ Outras características ☐

No caso de considerar que a medida deverá possuir outras características, indique quais:

A reavaliação da medida, logo a identificação das características da mesma, ainda não está consolidada.

Decorre da revisão estratégica plasmada na revisão do PENT, RCM n.º 24/2013, de 16 de abril.

A8. Observações complementares

PENT 2006-2015

Produtos, destinos e polos:

- Desenvolvimento da oferta/agrupamentos *clusters* de serviços para os produtos estratégicos;
- Requalificação de destinos, com prioridade no Algarve;
- Conceito e plano de viabilidade dos polos turísticos diversificados;
- Desenvolvimento sustentado de polos turísticos;
- Atração de investimento e investidores de referência.

PENT 2013-2015

Programa de Produtos Estratégicos

- Sol e mar – qualificação do produto e enriquecimento da proposta de valor
- Circuitos turísticos religiosos e culturais – reforçar o desenvolvimento de experiências turísticas que destaquem a diversidade do património religioso e cultural
- Estadias de curta duração em cidade – melhorar as centralidades turísticas e enriquecer a oferta
- Turismo de negócios – promover a oferta de serviços e infraestruturas
- Golfe – incentivar a promoção de Portugal como destino de golfe de classe mundial
- Turismo de natureza – qualificar os recursos e os agentes em segmentos com potencial de diferenciação
- Turismo náutico – desenvolver a oferta de atividades náuticas
- Turismo residencial – promover a oferta existente e facilitar o acesso à informação por cidadãos estrangeiros
- Turismo de saúde – tornar Portugal num destino de excelência internacional para o produto
- Gastronomia e vinhos – enriquecer a experiência turística por via da gastronomia e vinhos nacionais

Objetivo Específico 2.6

Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de

Portugal às escalas nacional, regional e local.

Apreciação geral do objetivo específico respeitante ao seu objetivo estratégico no período 2007-2013

***B1a.* Avalie o cumprimento do objetivo específico, tendo em conta a(s) medida(s) correspondente(s) pela(s) qual(is) é responsável ou detém informação relevante**

Avaliação negativa	0	1	2	3	4	Avaliação positiva

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando os principais aspetos em que o objetivo específico terá sido cumprido, bem como aqueles em que o seu cumprimento terá ficado aquém do esperado:

Decorre da Avaliação da implementação do PENT:

- O PENT marcou uma nova fase do desenvolvimento do turismo, criando as bases para uma estratégia de crescimento de longo prazo;
- As prioridades definidas no PENT foram interiorizadas pela generalidade dos agentes do sector, permitindo o alinhamento de esforços das intervenções das entidades públicas e privadas;
- Ao nível dos projetos de implementação do PENT, as entidades nacionais valorizaram o trabalho efetuado ao nível das acessibilidades aéreas e do programa de eventos, considerando que se avançou menos na qualidade urbana e ambiental e no desenvolvimento dos polos e dos produtos;
- No domínio dos destinos regionais, foi ainda evidenciado a existência de espaço para melhorar o papel das Entidades Regionais de Turismo enquanto entidades dinamizadoras da estruturação do produto turístico;
- A nível de resultados, o turismo nacional foi afetado pela crise internacional, tendo as principais regiões registado quebras de performance, sobretudo em 2009, situação que afastou a atividade dos objetivos estratégicos inicialmente traçados pelo PENT, embora se tenha assistido, em 2010, ao início da recuperação continuada da atividade turística;
- Decorridos três anos desde o início da implementação do PENT, verificaram-se alterações estruturais que interferem no desenvolvimento do turismo em Portugal, em particular: o reforço da importância da *internet* e das companhias *low cost*; o enfoque do consumidor na experiência, diversidade e personalização da viagem; a afirmação de novos destinos concorrentes (Turquia, Egipto e Marrocos);
- Por outro lado, na opinião dos agentes internacionais consultados foi mencionada a importância de "explorar" o potencial das ferramentas *online* na promoção e venda do produto turístico nacional, assim como de reforçar a experiência do turista através da inclusão de conteúdos locais na proposta de valor da viagem/ visita.

***B1b.* Foi(ram) realizado(s) processo(s) de avaliação que considere contribuir(em) para a avaliação do objetivo específico, designadamente de planos, programas ou outros quadros estratégicos?**

X	Sim		Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

A avaliação é a do PENT.

B1c. **Dispõe de indicador(es) de resultados que considere contribuir(em) para a monitorização do objetivo específico?**

[X] Sim [ ] Não

Em caso afirmativo, descreva o(s) indicador(es) associado(s):

Designação	Unid	Base		Meta		Resultados	
		Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano
Dormidas estrangeiras	N.º (milhares)	27.281	2012	28.290	2013	29.423	2013
Dormidas globais	N.º (milhares)	39.754	2012	40.986	2013	41.736	2013
Receitas Turísticas	Milhões €	8.606	2012	9.148	2013	9.250	2013

Questões gerais do Objetivo Estratégico 2

Observações e sugestões para um novo Programa de Ação/Programa das Políticas para 2014-2020

B2a. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, ser(em) prioritário(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | 2.6.

Justificação sucinta da resposta anterior:

Continua a ser atual, pertinente e necessário implementar uma estratégia cujo objetivo é a promoção do aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local, tal como está previsto na revisão do PENT 2013-2015.

B2b. **Para o período 2014-2020, qual(is) o(s) objetivo(s) específico(s) que considera, na sua área de atuação, dever(em) ser descontinuado(s) entre os respeitantes ao objetivo estratégico em apreço?**

Objetivo(s) específico(s) | —

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Nada a referir.

B2c. **Para o período 2014-2020, entende existir(em), na sua área de atuação, outro(s) objetivos específicos a considerar e/ou reformulação de sua redação?**

[ ] Sim [X] Não

Justificação sucinta da resposta anterior, identificando-o(s), em caso afirmativo:

Questão a desenvolver oportunamente.

B2d. **Qual(is) o(s) referencial(is) estratégico(s) (estratégias, planos setoriais e outros instrumentos) que entende, na sua área de atuação, dever(em) ser considerado(s) num novo Programa de Ação / Programa de Políticas para 2014-2020?**

ENAAC, PNUEA, Novo Quadro Comunitário

B3. Observações complementares

Informação Suplementar

A3b e B1b. Processo de avaliação do PENT e respetivas evidências que se considere contribuírem para a avaliação do respetivo objetivo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), aprovado na Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007 e projetado para o horizonte temporal 2006-2015, prevê desde o início a revisão periódica dos seus objetivos, políticas e iniciativas, a fim de acompanhar a evolução do contexto global e do setor turístico em particular.

Neste contexto, o Turismo de Portugal, com o apoio da Roland Berger, procedeu à avaliação intercalar do PENT em 2010, num processo partilhado e participado que envolveu um vasto conjunto de stakeholders nacionais e internacionais, e cujas propostas de revisão estiveram à consulta pública em 2011.

Em 2012, o Turismo de Portugal, procedeu a uma nova avaliação do PENT, para a qual contou com o apoio da Neoturis, da qual resultou uma revisão da estratégia de desenvolvimento turístico nacional, incorporando o impacto da evolução global da economia e decorrentes alterações do comportamento do consumidor, decorrendo também da auscultação de diversos agentes, privados e públicos, incluindo entidades regionais de turismo, autarquias, associações sectoriais, empresários de toda a cadeia de valor ou instituições de ensino, efetuada através de duas consultas públicas, realizadas em outubro de 2012 e janeiro de 2013. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) 2013-2015, foi aprovado na Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2013 que revoga a Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007.

A4. Dificuldades internas e externas registadas na execução da medida

Nas múltiplas avaliações efetuadas concluiu-se que o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) é um documento globalmente aceite pelos agentes do sector, tendo-se transformado numa referência no domínio de medidas públicas, quer nacionais quer regionais, e nas opções de negócio das entidades privadas.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) cumpre o seu papel enquanto documento de orientação e alinhamento de esforços das intervenções das entidades públicas e privadas.

Entidade inquirida:

Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)

Email Junho de 2014

Exma. Senhora Arquiteta Elisa Vilares,

Em resposta à sua mensagem infra informo na sequência de consulta interna de que relativamente à medida:

2.3.3 - Incentivar as cidades a criarem condições atrativas de conectividade e serviços em banda larga, em particular com base na infraestruturação com fibra ótica, que lhes permitam competir e interrelacionarem-se com os principais centros urbanos internacionais (2007-2013)

Não temos comentários ou contributos;

5.1.1 - Harmonizar os custos de acesso e uso das TIC em todo o território nacional e reduzir os custos de acesso à Internet, tendo por referência os valores mais baixos praticados nos outros países da União Europeia (2007-2009)

Ao nível de atuação não é possível ao Regulador sectorial intervir a nível das ofertas ou dos preços de retalho;

Ao nível de indicadores de acompanhamento dos níveis de preços, temos vindo a colaborar com o INE no sentido de melhorar o IPC, na parte que diz respeito aos indicadores de preços dos serviços de comunicações, nomeadamente através de recolhas de informação para este efeito junto dos principais prestadores. Nessa sequência sugerimos, o que julgamos já terão feito, solicitem a colaboração do INE no sentido de obter esta informação (até porque não a temos);

5.1.3 - Promover as infraestruturas fixas necessárias ao acesso às redes de banda larga no âmbito das diferentes operações urbanísticas (2007-2009)

Julgamos que convirá referir, em termos de enquadramento legal, o Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho, o qual estabelece o regime aplicável à construção de infra -estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios;

Adicionalmente, no respeitante à banda larga, sugerimos que solicitem a colaboração do IAPMEI no referente à Agenda Portugal Digital, aprovada pela RCM n.º 112/2012, de 31 de dezembro, e, em particular, à medida 3.1. - Acesso à banda larga e ao mercado digital.

Com os meus cumprimentos,

Manuel Pedrosa de Barros

Diretor / Director

DSC / CSD

Entidade inquirida:

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Email Junho de 2014

5.2.2 Disponibilizar de forma aberta a informação detida por entidades públicas como suporte ao desenvolvimento de valor acrescentado pela indústria de conteúdos digitais e estímulo ao seu desenvolvimento e competitividade (2007-2013)

Disponibilização dos **dados bibliográficos** da Catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal e do Catálogo Coletivo PORBASE (180 bibliotecas portuguesas), em formato aberto sob uma licença CC0 (Creative Commons CC0 1.0 Universal Public Domain Dedication), pelo que podem ser utilizados, e reutilizados, sem quaisquer restrições.

No final de 2013, ambos os catálogos bibliográficos acima referenciados continham um total de 10.576.877 registos.

TOTAIS EM 2013	Registos bibliográficos	Registos de exemplar	Registos de autoridade	Nº total de registos
Catálogo da BNP	1.046.492	1.674.687	1.148.473	3.869.652
Catálogo PORBASE	1.762.217	3.618.485	1.326.523	6.707.225
TOTAL	**2.808.709**	**5.293.172**	**2.474.996**	**10.576.877**

A **Biblioteca Nacional Digital (BND)** é um serviço da BNP que disponibiliza online conteúdos digitalizado a partir das suas coleções, integrando no final de 2013 cerca de 24.000 títulos, correspondentes a quase dois milhões de imagens.

Conteúdos online na BND	Nº Títulos	Nº Imagens
Totais 2007	9.571	383.510
Totais 2008	9.824	482.458
Totais 2009	10.602	670.689
Totais 2010	15.685	917.033
Totais 2011	23.504	1.387.454
Totais 2012	23.684	1.536.855
Totais 2013	24.303	1.820.968

Os acessos do público aos objetos digitais da BND têm registado um aumento progressivo ao longo dos anos, tendo duplicado em 2013. Esta tendência mantem-se em 2014. Cada acesso abaixo referenciado corresponde a uma permanência até 20 minutos num objeto digital.

Acessos externos à BND	2008	2009	2010	2011	2012	**2013**
Acessos aos objetos digitais (PURL)	4.643.749	7.082.485	7.339.989	7.995.117	7.249.901	**15.002.703**

Em 2011, foi disponibilizado ao público o **Registo Nacional de Objetos Digitais (RNOD)**, que constitui um portal coletivo de agregação de objetos bibliográficos digitalizados por instituições portuguesas e que efetua o serviço de canalização desses dados para a Europeana. Também estes metados estão disponíveis em formato aberto, para reutilização pública, sob licença CC0.

No final de 2013, este sistema disponibilizava um total de 110.855 títulos, de 20 participantes.

RNOD	Nº participantes	Nº objetos (registos)
Crescimento 2011	11	27.792
Crescimento 2012	5	5.512
Crescimento 2013	4	77.551
Total	**20**	**110.855**

Por último, referimos que os dados bibliográficos da BNP e os objetos digitais da Biblioteca Nacional Digital estão disponíveis a partir de **múltiplos portais europeus ou internacionais**, conforme abaixo se discrimina:

Dados BNP	**Portal**	**URL**	**Data inicial de disponibilização**
Catálogo BNP	The European Library	http://www.theeuropeanlibrary.org	2005
Catálogo BNP (parcial)	International Virtual Authority File – VIAF	http://viaf.org/.	2010

Biblioteca Nacional Digital	Europeana	http://europeana.eu/portal/aboutus.html	2008
Biblioteca Nacional Digital	Biblioteca Digital do Património Ibero-Americano	http://www.iberoamericadigital.net/BDPI/	2012

5.2.5 Disponibilizar os conteúdos culturais portugueses em formato digital e estimular o desenvolvimento de conteúdos interativos nas bibliotecas, incluindo um número considerável de obras literárias de utilização fácil para pessoas com deficiência, sobretudo visual (2007-2013).

A Área de Leitura para Deficientes Visuais (ALDV) é um serviço da BNP que produz, integra e disponibiliza um acervo significativo de recursos de informação em formatos acessíveis a cegos, composto de obras em Braille (cerca de 5.500 títulos, correspondendo a 3.500 obras de literatura e 2.000 obras musicais), livros sonoros (cerca de 2.000 títulos) e livros digitais (mais de 1.100 títulos).

Os documentos digitais que a ALDV produz e integra nas suas coleções são essencialmente ebooks (documentos textuais) e documentos áudio (formato mp3).

Conteúdos digitais ALDV	2013
Títulos de audiolivros digitais	1274
Títulos de ebooks	982

Entidade inquirida:

Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP)

Email Abril de 2014

Exma. Senhora Subdirectora Geral da Direcção Geral do Território,

Dra. Cristina Cavaco,

Em primeiro lugar, as nossas desculpas pelo atraso com que respondemos à V. solicitação.

Reiterando posição anteriormente assumida e invocando as razões que já tivemos oportunidade de expressar, não se nos afigura adequada a resposta ao inquérito enquanto responsáveis pela implementação da medida prioritária 1.3.2..

Assim, relativamente ao inquérito remetido ao IFAP para preenchimento, o qual incide sobre o objectivo estratégico nº 1, objectivo específico 1.3., Medida Prioritária 1.3.2., que consiste em "Implementar as orientações da Política Agrícola Comum de incentivo às boas práticas de conservação do solo, através do cumprimento das regras de condicionalidade ambiental na execução dos regimes de ajudas directas e do pagamento único e da aplicação do regulamento comunitário de apoio ao desenvolvimento rural (2007-2013)", constata-se que o IFAP, IP surge mencionado como sendo uma das entidades responsáveis pela implementação da medida.

Importa neste âmbito esclarecer que, de acordo com o anexo da Portaria nº 46/2013, a entidade nacional responsável é o Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) são os organismos especializados de controlo. No âmbito das Boas Condições Agrícolas e Ambientais (condicionalidade), compete ao IFAP, IP a comunicação aos organismos especializados de controlo das informações necessárias respeitantes aos agricultores abrangidos pela condicionalidade, nomeadamente a definição das amostras de controlo, pelo que poderemos enquadrar o IFAP como sendo outra entidade que detêm informação relevante para a aferição da medida em questão (e não como entidade responsável).

No âmbito das tarefas desempenhadas pelo IFAP no âmbito da condicionalidade (selecção da amostra de controlo, monitorização da execução do controlo e/ou aplicação de eventuais sanções), poderemos considerar que as tarefas referentes ao período 2007-2013 se encontram na generalidade concluídas, apesar de ainda existirem alguns processos em apreciação.

Tendo em consideração que a actuação do IFAP, IP está vocacionada para o pagamento de ajudas nacionais e comunitárias, garantindo a verificação do cumprimento dos seus requisitos, os reportes de informação previstos são aqueles que são obrigatórios na sua área de trabalho e não dispõe de indicadores específicos para a monitorização desta medida.

Em resumo, o IFAP procede à selecção de explorações para controlo no âmbito das Boas Condições Agrícolas e Ambientais e dispõe apenas de alguns indicadores relacionados com a conservação do solo no seu relatório de controlo. Perante esta restrição, será possível identificar e quantificar apenas os incumprimentos apurados nos indicadores relacionados com a conservação do solo existentes no sistema de informação do IFAP.

Face ao exposto, gostaríamos de solicitar a reanálise da pertinência ou eventual reagendamento da entrevista aprazada para amanhã e estamos ao V. inteiro dispor para prestar esclarecimentos adicionais.

Cumprimentos,

António Saavedra Temes

Vogal do Conselho Directivo
Rua Fernando Curado Ribeiro 4-G,1649-034 Lisboa
Telefone: 21 751 88 96 I Fax: 21 751 86 01
e-mail: antonio.temes@ifap.pt
www.ifap.pt

Imprima este email apenas se for necessário. Proteja o ambiente.

Entidade inquirida:

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)

Email Abril de 2014

Exmos Senhores

Em resposta ao solicitado na vossa mensagem infra de 4 de abril e na mensagem posterior de 15 de abril, informa-se o seguinte:

O INIAV não é um dos Organismos responsáveis pela implementação do CBPA.

O INIAV tem trabalhado em estreita cooperação com a Direção geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural nesta matéria nos seguintes aspetos:

- Elaboração do novo CBPA
- Bases técnicas e científicas do Programa de Ação para as Zonas Vulneráveis.
- Participação em sessões de esclarecimento com agricultores e produtores e reuniões com outras entidades intervenientes sobre o novo CBPA (a pedido da DGADR e DRAPs)
- Apoio à Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Direções Regionais de Agricultura e Pescas , no esclarecimento técnico de questões relacionadas com a aplicação, na prática, do CBPA e Programa de Ação
- Recentemente passou a fazer parte da Comissão de Acompanhamento para a implementação do CBPA

Quanto à convocatória para uma entrevista presencial, com um representante do INIAV, agendada para dia 30 abril e não existindo uma responsabilidade direta do Instituto sobre a sua implementação (do inquérito) no terreno, é nosso entender que a mesma não se justifica.

Sempre ao dispor para qualquer esclarecimento

Com os melhores cumprimentos

Amélia Maria Lopes, PhD

Diretora

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Unidade Estratégica de Investigação e Serviços de

Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal

Av da República, Quinta do Marquês, 2780-159 Oeiras

PORTUGAL

Tel: (+351) 21 446 37 60

Entidade inquirida:

Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)

Email Junho de 2014

Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 do PNPOT
Contributos do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

Introdução

Na sequência da reunião ocorrida na Direção Geral do Território, em 23 de Abril p.p., sobre "Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 do PNPOT – LNEG" o LNEG reitera que o "Inquérito" recebido no âmbito do Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007-2013) e sua avaliação não nos permite, nesta fase, que é de avaliação, uma resposta factual ao conjunto e à própria lógica das questões equacionadas

A identificação do LNEG como ponto focal não ocorreu no lançamento do PNPOT em 2007, tendo sido chamado em 2013 para responder ao Inquérito de Avaliação em curso. Com efeito, a legislação contemplava a existência de pontos focais, mas não atribuiu responsabilidades em áreas de competências específicas. Admite-se, contudo, que o LNEG no exercício da sua actividade e cumprimento da missão institucional produziu conhecimento e organizou informação utilizável no âmbito do PNPOT. Todavia, como o Inquérito está formatado em articulação com o próprio PNPOT, não é possível responder factualmente e de forma inequívoca aos pontos do mesmo.

Como Laboratório do Estado o LNEG, com atuação nas áreas da Energia e da Geologia detém, nas suas áreas de competência, informação relevante para diferentes objectivos e medidas referidas no "Inquérito" no Objetivo Estratégico 1 e que se identificam em seguida.

O LNEG é o Laboratório do Estado que tem por missão impulsionar e realizar ações de investigação, de demonstração e transferência de conhecimento, de assistência técnica e tecnológica e de apoio laboratorial dirigidas às empresas, nos domínios da energia e geologia (Decreto-Lei n.º 17/2014 de 4 de Fevereiro)

O LNEG, I.P., prossegue, designadamente, as seguintes atribuições:

a) Promover a realização de estudos, de investigação, de demonstração e transferência de tecnologia, de assistência técnica e tecnológica no domínio da energia, com particular incidência nas energias renováveis e na eficiência energética, com vista à criação de novos processos e produtos e seu aperfeiçoamento;

b) Promover, realizar e gerir estudos e projectos nos domínios da geologia, hidrogeologia, geologia costeira, bem como promover a realização de inventariação, revelação, aproveitamento, valorização, monitorização e conservação dos recursos minerais, rochas ornamentais e águas naturais;

c) Elaborar e gerir toda a cartografia sistemática no âmbito dos domínios da geologia, hidrogeologia e geologia marinha costeira;

d) Promover a investigação e o desenvolvimento tecnológico orientados para a actividade económica e as exigências do mercado, especialmente no que concerne a criação de novos processos e produtos e seu aperfeiçoamento;

e) Cooperar com instituições científicas e tecnológicas afins e participar em actividades de ciência e tecnologia relevantes para o desenvolvimento de políticas de energia e geologia.

Competências e capacidades do LNEG

Posicionando-se o LNEG como entidade que conhece e aprofunda o conhecimento do nosso território no que respeita aos recursos com valor económico e sua exploração sustentável nas áreas de Geologia e Energia (exceto recursos petrolíferos e hídricos), apresenta-se de seguida uma apreciação do saber – como e capacidades do LNEG que teriam enquadramento nos objectivos e actividades do Plano de Acção do PNPOT 2007-2013, nomeadamente no enquadramento do referido *Objetivo Estratégico 1 (Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.)* do documento *"Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 do PNPOT - Inquérito ao ponto focal Laboratório Nacional de Energia e Geologia*"

O LNEG realiza no âmbito da sua missão as seguintes actividades, que podem contribuir de forma directa o objectiva para o PNPOT, desde que devidamente orientadas para cumprir objectivos específicos desse plano:

- cartografia geológica nacional a várias escalas, abrangendo todo o território
- cartografia nacional de referência de recursos geológicos em geral, incluindo os energéticos
- cartografia nacional de referência de recursos naturais na perspectiva específica da Energia, i.e., energias renováveis – solar, eólica, biomassa, geotermia, oceânica
- cartografia geológica e mineira no âmbitos dos recursos minerais nacionais

Com base nesta cartografia básica, de orientação generalista e abrangendo todo o território, o LNEG reúne condições particularmente vocacionadas para providenciar instrumentos cartográficos e sistemas de previsão diversos em domínios específicos e em áreas previamente identificadas como prioritárias, como sejam:

- cartografia temática de perigosidade geológica, nas suas diversas vertentes – falhas activas, queda de blocos, escorregamentos de massa, leitos de cheia, evolução e galgamento da linha de costa, tsunami, …
- cartografia radiométrica
- cartografia geoquímica de detalhe
- cartografia hidrogeológica e de vulnerabilidade de aquíferos
- previsão dos recursos energéticos renováveis
- climatologia de referência e cenários climáticos para eficiência energética
- estudos específicos para os PROT
- base de dados sobre património geológico
- zonamento climático para a Regulamentação de Edifícios

O domínio dos riscos é um exemplo de boa cooperação do LNEG em Plano Nacionais e Sectoriais para os quais pode contribuir com as suas competências e atribuições – em 2013 desenvolveram-se trabalhos para o Plano Setorial de Prevenção e Redução de Riscos (PSPRR - Despacho nº 15682/2012, de 10 de dezembro), instrumento que visa definir as orientações estratégicas nacionais para a prevenção de riscos naturais ou de ação humana, e para a definição das medidas de minimização dos seus efeitos a estabelecer pelos instrumentos de gestão territorial, em articulação com os planos de emergência de proteção civil, tendo-se o LNEG responsabilizado por um conjunto de temas e contribuído para a definição de bases procedimentais para a realização de cartografia temática. Ainda neste domínio dos riscos é de referir a existência no LNEG de bons exemplos de produção e cartografias especializadas em PDMs.

Reconhece-se que algumas das actividades acima referidas necessitam de actuação conjunta com outras Instituições, nomeadamente Laboratórios do Estado, sendo que actividades concretas para o PNPOT necessitam de definição de requisitos, responsabilidades e financiamento adequado. Considera-se que uma maior articulação entre as várias entidades públicas envolvidas, facilitando o acesso a bases de dados específicas, será uma forma de diminuir custos e de acelerar a concretização de objectivos perseguidos por várias instituições e com interesse imediato para o PNPOT.

Na área da Cartografia Geoquímica o LNEG possui já grandes áreas cobertas com geoquímica de detalhe, para fins de prospecção mineira.

Importa no futuro definir aspectos como:

i) densidade de pontos ii) objectivos iii) financiamento.

O LNEG pode avaliar como decorreu o SCE 2006, participou no desenvolvimento do SCE 2013 e participa na sua aplicação.

Enquadrado em *Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais* o LNEG tem capacidade e experiência para contribuir para este objectivo específico, designadamente ao nível do aproveitamento energético de sobrantes e resíduos da floresta.

O LNEG tem uma visão para as Cidades em que a Energia tem um papel central e dispõe de recursos humanos e saber-como capaz de contribuir para uma visão estratégica e elaboração de planos estratégicos e de apoio ao desenvolvimento de pólos de competitividade regional baseados em novos factores da economia do conhecimento, e mecanismos para desenvolvimento de projectos diferenciadores.

Salienta-se que o PA não identificou temas que já em 2007 eram uma preocupação da comunidade ligada à Energia e Clima, dentre as quais o impacto das alterações climáticas nas redes de Energia e nas instalações de produção de energia, tanto de origem renovável como de origem fóssil, ou o tema da energia em geral e das "smart cities" em particular nas menções à Política de Cidades.

Contributos para um PA 2014-20

Portugal possui numerosas Estratégias e Planos, muitas relativas a temas de base e transversais, como são o Ordenamento do Território e a Energia, havendo interligações e sinergias frequentemente muito fortes entre todos estes grandes temas. Sendo assim não é razoável tentar estabelecer uma hierarquia, subordinando uns temas a outros.

Energia

O LNEG entende que em geral, e em particular no caso da Energia *vs*. Ordenamentos do Território, as Medidas dos Planos de Acção devem conformar-se a três critérios: Adicionalidade, Competência, e Capacidade. Adicionalidade no sentido em que as Medidas tragam algum valor acrescentado à multitude de Medidas já em execução noutros Planos e Programas. Competência, no sentido de que as entidades da Administração Pública envolvidas na implementação de uma Medida realmente tenham como um dos objectos centra na sua missão, a área de actuação dessa medida. E Capacidade, no sentido em que se saiba ou preveja estarem assegurados os recursos humanos e financeiros adequados para efectivamente levar a bom termo as tarefas no âmbito da Medida.

Em corolário da aplicação destes critérios ao caso dos Planos de Acção para o PNPOT resultam as seguintes tarefas que no LNEG consideramos prioritárias na área da Energia:

- Acompanhar e reflectir sobre a evolução das visões nacionais e internacionais sobre Ordenamento do Território, Alterações Climáticas, e Energia, preparando as futuras actualizações do Plano de Acção e do próprio PNPOT.
- Monitorizar a concepção e proposta de Políticas Públicas na área da Energia para assegurar a sua compatibilidade com o PNPOT.
- Assegurar que existem e estão alocados os recursos humanos e financeiros necessários às medidas do Plano de Acção e esforçar-se por encontrar recursos para concretizar outros trabalhos adicionais de enriquecimento do Plano.

Geologia

O LNEG considera poder dar contributos positivos para um novo Plano de Acção, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Revisão de alguns conceitos, notadamente o de Jazigo Mineral de interesse público, realçando a importância do valor económico do recursos geológico como factor a tomar em linha de conta na definição da competitividade do território face aos seus possíveis usufrutos, articulando a definição das prioridades nacionais com as estratégias da CE sobre Matérias-Primas Minerais, desde a criação de riqueza na Economia até à e segurança do seu abastecimento à indústria europeia
- Revisão do documento "Recursos Minerais: o Potencial de Portugal", que serviu de base ao lançamento da Estratégia do Governo para os Recursos Minerais, à luz da situação actual e evolução dos Contratos de Concessão e de prospecção e Pesquisa actualmente em curso
- Reavaliação do potencial associado à valorização de resíduos minerais
- Desenvolvimento de acções que permitam concretizar o desenvolvimento de cartografia de perigosidade geológica em áreas prioritárias no âmbito do PSPRR

Entidade inquirida:

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

21 de Maio de 2014

No que concerne à medida prioritária 4.8.1, foram identificadas diferentes medidas pelo INR, constantes da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013:

	Medida	Indicadores/objetivos	Entidades responsáveis	Prazo de execução	Grau de execução
80	Promover a acessibilidade dos edifícios da APL, S. A., através da eliminação ou correção das barreiras arquitetónicas existentes.	Construção de acessos. Eliminação de barreiras arquitetónicas.	GSET APL, S. A.	2013	executada
83	Criar sinais sonoros em zonas de atravessamento ou de entrada de edifícios da APL, S. A.	Criação dos sinais sonoros	GSET APL, S. A.	2013	executada
84	Introduzir informação em Braille na sinalética da APL, S. A.	Sinalética acessível em Braille	GSET APL, S. A.	2013	executada
86	Proceder à colocação de estruturas físicas impeditivas de estacionamento automóvel em zonas de passeio.	Número de zonas de passeio desimpedidas.	GSET APL, S. A.	2013	executada
87	Promover a acessibilidade dos edifícios da APDL, S. A., através da eliminação ou correção das barreiras arquitetónicas existentes.	Construção de acessos . . . . . Eliminação de barreiras arquitetónicas	GSET APDL, S. A.	2013	Não concluída
88	Adquirir autocarros adaptados para transporte de pessoas com mobilidade condicionada.	Percentagem de autocarros dotados de rampa de acesso.	GSET Carris	2013	Executada a 55,4%
89	Aumentar o número de carreiras da Carris equipadas com autocarros adaptados.	Número de carreiras acessíveis	GSET Carris	2013	executada
90	Desenvolver um módulo de formação específica para tripulantes da Carris sobre o apoio a prestar às pessoas com deficiência, na reciclagem periódica.	Número de tripulantes formados	GSET Carris	2013	executada
91	Instalar um sistema de mensagem escrita e áudio no interior dos autocarros da Carris com informação sobre locais de paragem.	Número de veículos com sistema de mensagem.	GSET Carris	2012	executada
92	Introduzir placas com caracteres em Braille e em relevo para pessoas com baixa visão, com a informação existente nas	Número de paragens com placa	GSET Carris	2011	executada

	paragens das carreiras da Carris.				
93	Disponibilizar informação descritiva do percurso das carreiras da Carris em formato áudio.	Número de percursos disponibilizados em formato áudio.	GSET Carris	2011	executada
94	Definir conteúdos a introduzir em placas com caracteres em Braille e em relevo para pessoas com baixa visão, com a informação existente nas estações do Metropolitano de Lisboa.	Identificação dos conteúdos	GSET Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	2013	Não concluída
95	Instalar um sistema de encaminhamento com pavimento táctil no Metropolitano de Lisboa.	Número estações com sistema de encaminhamento.	GSET Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	2013	Em execução
96	Instalar o sistema de encaminhamento por telemóvel ou recetor do tipo GPS com referenciação adaptada a subterrâneo nas estações do Metropolitano de Lisboa.	Número de estações com sistema de encaminhamento.	GSET Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	2013	Não concluída
97	Instalar o sistema para fixação de cadeira de rodas nas carruagens do Metropolitano de Lisboa.	Número de carruagens adaptadas	GSET Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	2013	Em execução
98	Promover a acessibilidade nos *interfaces* através do intercâmbio entre modos de transporte de forma integrada e inclusiva.	Número interfaces acessíveis	GSET Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	2013	Não concluída
99	Elaborar sistemas de informação sobre itinerários e horários da rede do Metropolitano de Lisboa, em formatos acessíveis.	Produtos acessíveis em voz e em Braille e caracteres ampliados.	GSET Metropolitano de Lisboa, E. P. E.	2013	executada
106	Desenvolver a versão 2.0 do programa de validação das diretrizes do W3C para a acessibilidade de conteúdos da *web*.	Criação da nova ferramenta	MCTES UMIC, I. P.	2011	executada
107	Promover o *software* livre e *opensource* para a deficiência. . . .	Número de produtos adaptados para português.	ME DGIDC	2013	executada
108	Tornar acessíveis os sítios eletrónicos das escolas, aplicando as recomendações para a acessibilidade digital.	Número de sítios eletrónicos de escolas acessíveis.	ME DGIDC	2013	Não concluída
109	Reforçar a oferta de manuais escolares e outros materiais didáticos, em formato digital e	Número de requisições *online* no site da DGIDC.	ME DGIDC	2013	executada

	formato Daisy, a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.				

No âmbito do objetivo especifico 5.2, medida prioritária 5.2.4, foram identificadas as medidas do ENDEF:

	Medida	Indicadores/objetivos	Entidades responsáveis	Prazo de execução	Grau de execução
120	Implementar o novo sistema de atribuição de produtos de apoio (SAPA).	Número de produtos de apoio atribuído através do novo sistema. Número de beneficiários do novo sis- tema.	MTSS MS ME	2013	executada
123	Criar um serviço *online* para pedidos do dístico de estaciona- mento.	Número de pedidos requeridos *online*	MOPTC IMTT, I. P.	2013	executada
125	Dispensar a necessidade de deslocação aos serviços de finanças, por parte das pessoas com deficiência, para efeitos de comprovativo da sua situação, passando esta informação a ser transmitida eletronicamente entre os serviços envolvidos.	Operacionalização da plataforma de interoperabilidade.	PCM MS MFAP	2011	executada
126	Iniciar o processo de consolidação de uma base de dados dos deficientes militares.	Consolidação da base de dados	MDN	2013	executada
127	Alargar a rede nacional de Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiências (SIM-PD).	Número de protocolos celebrados . . . . . Número de pessoas	MTSS INR, I. P.	2013	executada

Entidade inquirida:

Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | PNPOT

COMENTÁRIOS DA ANMP

A Direção Geral do Território solicita à Associação Nacional de Municípios Portugueses que se pronuncie sobre o relatório de avaliação do programa de ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), relatório elaborado por aquela instituição a partir da recolha de contributos dos diversos departamentos da administração central, que decorreu ao longo de vários meses.

1. Relativamente ao processo de elaboração de tal relatório, a Associação Nacional de Municípios Portugueses não pode deixar de apresentar uma nota inicial de protesto sobre a forma como os municípios (não) foram envolvidos.

   1.1. Sabendo-se que o processo de avaliação está em curso desde o primeiro trimestre de 2013, discorda-se da metodologia adotada pelo Governo que optou por manifestar interesse em ouvir a Associação Nacional de Municípios Portugueses apenas no final do mês de julho de 2014, sendo tal intenção concretizada só durante o mês de agosto (07-08-2014), data em que foi recebido o documento sobre o qual a ANMP haveria de se pronunciar no prazo de 1 mês.

   1.2. Se é certo que as competências de acompanhamento, avaliação e revisão do PNPOT são exercidas pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, através da Direção Geral do Território, não é menos certo que tal trabalho obriga à ponderação de todos os interesses e áreas de governação envolvidas na concretização do PNPOT. Sendo os municípios legítimos representantes de interesses públicos, importante área de governação e entidades responsáveis pela concretização de uma significativa parte das medidas previstas no PNPOT, não é aceitável que o seu envolvimento, efetivo e consequente, tenha sido descurado do processo de avaliação e transformado num mero formalismo de audição de última hora.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

2. Acresce à crítica anterior o facto de que à Associação Nacional de Municípios Portugueses foi solicitado que se pronunciasse sobre o relatório da avaliação do PNPOT quando o desejável seria que os municípios portugueses, responsáveis pela implementação de muitas das medidas previstas neste documento, se pronunciassem acerca do grau de concretização das mesmas e dos resultados alcançados nestes 7 anos de vigência do PNPOT.

   2.1. Importava, por exemplo, aferir junto dos municípios, de forma rigorosa e atempada, se e como foram alcançados importantes objetivos tais como o *desenvolvimento policêntrico dos territórios e o reforço das infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais*; a *equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral; a coesão social*; *a coesão do País atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades.*

2

3. O PNPOT - lei da Assembleia da República aprovada em 2007 - é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, que estabelece as grandes opções para a organização e reorganização do território nacional. Procede ao enquadramento das diversas políticas sectoriais e de todos os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal, traduzindo um modelo de organização espacial para Portugal numa ótica de construção de unidade na diversidade.

4. O PNPOT caracteriza condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal. A partir do diagnóstico das várias regiões, fornece opções estratégicas territoriais relativas ao sistema urbano e às redes de infraestruturas e equipamentos de interesse nacional. Procede à articulação e compatibilização do ordenamento do território com as políticas de desenvolvimento económico e social e as políticas sectoriais com incidência na organização do território, em resultado de uma ponderação dos interesses públicos e privados envolvidos.

5. Só através de um programa nacional vinculativo é que o Estado é capaz de enquadrar a definição das múltiplas opções que contribuem para a definição da política de ordenamento territorial e nesta perspetiva, o PNPOT constitui a medida político-legislativa adequada que permite ao Estado

ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

desempenhar a tarefa fundamental imposta pela Constituição, de assegurar um correto ordenamento do território.

6. O PNPOT – que se afirma como quadro de referência orientador para o desenvolvimento do conjunto dos instrumentos de gestão territorial – não poderia deixar de ser utilizado enquanto referência estável e permanente para a definição de qualquer política e concretização de qualquer medida em matéria de desenvolvimento do território e de coesão social. Mas, pelo contrário, o País perde décadas a pensar o planeamento esquecendo-se de o concretizar, insistindo num *planocentrismo* em que o exercício de ordenamento do território está centrado nos processos de elaboração dos planos dando pouca importância à sua execução (ou concretização), baseado numa relação demasiado assimétrica entre a importância atribuída à conceção do plano e a atenção dada à sua execução programada.

3

   6.1. Veja-se o caso dos PROT: nos termos do PNPOT, os PROT devem fornecer um quadro de referência estratégica de longo prazo que permita aos municípios estabelecerem as suas opções de desenvolvimento e definirem regras de gestão territorial compatíveis com o modelo consagrado para a região. Ora passados 7 anos da aprovação do PNPOT, está por aprovar a maioria dos PROT

   6.2. Veja-se o caso do encerramento de serviços públicos por todo o País: quando o PNPOT aponta para a necessidade de se desenvolver uma rede de prestação de multisserviços em zonas rurais de baixa densidade, através de uma metodologia assente na proximidade aos beneficiários, na prática, temos vindo a assistir a um movimento casuístico, setoralizado e precipitado de encerramento de serviços, não apoiado em análises custo-benefício e sem que estejam criadas soluções alternativas que garantam o bem-estar de todos os cidadãos e, sobretudo, sem que sejam respeitadas as orientações aprovadas pela Assembleia da República traduzidas no PNPOT.

7. Da avaliação do programa da ação do PNOPT deverá resultar um novo programa de ação, coincidente com o Quadro Estratégico Comum 2014-2020. Concorda-se, naturalmente, com tal intenção; concorda-se com a necessidade de identificar constrangimentos presentes para melhor programar o futuro. Mas tal metodologia não pode insistir no erro de afastar os municípios de um processo que se quer participado;

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

manifesta-se assim, desde já, o interesse da Associação Nacional de Municípios Portugueses em participar desde o início nos trabalhos de elaboração do programa de ação do PNPOT para o período 2014-2020.

8. Finalmente, no que se refere à monitorização e identificadas que estão as lacunas relativas ao período2007-2013, importa construir desde já um modelo de monitorização permanente e articulado entre a administração central e a administração local, que permita avaliar a todo o momento o grau de concretização das medidas previstas no programa de ação para o período 2014-2020. Um modelo que fixe metas também quantitativas e que assente numa plataforma digital que possibilite a monitorização por município, região ou país; que permita fazer diagnósticos, ajustar metas e medidas, corrigir desvios, selecionar pontos de análise; avaliar implementação do plano de ação no seu todo.

4

Coimbra, 9 de setembro de 2014

PNPOT

Programa Nacional da Política
de Ordenamento do Território